

VII JORNADAS MERCOSUL



VII Jornadas Mercosul:

memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos



Universidade La Salle
Reitor: *Paulo Fossatti*
Vice-Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*
Pró-Reitor de Graduação: *Cledes Antonio Casagrande*
Pró-Reitor de Administração: *Vitor Augusto Benittes*

Conselho da Editora Unilasalle
*Cledes Antonio Casagrande, Cristiele Magalhães Ribeiro,
Jonas Rodrigues Saraiva, Lúcia Regina Lucas da Rosa,
Patrícia Kayser Vargas Mangan, Rute Henrique da Silva Ferreira,
Tamára Cecília Karawejczyk Telles, Ricardo Figueiredo Neujahr*

Projeto gráfico e diagramação: *Ricardo Neujahr*

Capa:

Revisão final: *Judite Sanson de BEm*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J82s Jornadas Mercosul : memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos (7. : 2022 : Canoas, RS).
VII Jornadas Mercosul [recurso eletrônico] : memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos / Judite Sanson de Bem, organizadora. – Dados eletrônicos. – Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2022.

ISBN 978-65-5441-038-0

Livro eletrônico.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: <<http://editora.unilasalle.edu.br>>.

1. Memória social – Eventos. 2. Patrimônio cultural.
3. Mercosul. 4. Sustentabilidade. 5. Política cultural.
6. Acervos. 7. Coleções. 8. Linguagem cultural. 9. Gestão cultural. 10. Religiões. I. Bem, Judite Sanson de. II. Título.

CDU: 930(063)

Bibliotecário responsável: Samarone|Guedes Silveira - CRB 10/1418

Editora Unilasalle
Av. Victor Barreto, 2288 | Canoas, RS | 92.010-000
<http://livrariavirtual.unilasalle.edu.br>
editora@unilasalle.edu.br

**Jornadas Mercosul : memórias, arquivos, patrimônios
e estudos latinoamericano**

Universidade La Salle - Unilasalle

Canoas, 2022.

SUMÁRIO

Jornadas Mercosul

APRESENTAÇÃO	12
GT 1: VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA O PATRIMÔNIO E A SUSTENTABILIDADE	
MUSEUS E ACERVOS MUSICAIS: ALGUMAS NOTAS	13
<i>Rosane Patricia Fernandes, Mirtes Antunes Locatelli Strapazzon, Dione da Rocha Bandeira</i>	
OS NOVOS SONS DO PATRIMÔNIO NA CIDADE: O MARACATU EM JOINVILLE/SC	19
<i>Evelyn de Jesus Jeronimo, Roberta Barros Meira, Luana de Carvalho Silva Gusso</i>	
A MEMÓRIA SOCIAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DE ROTEIROS CICLOTURÍSTICOS	20
<i>Paulo Gustavo Sehn, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
FATORES CARACTERÍSTICOS DE UMA CIDADE MÉDIA QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS	27
<i>Mario Celso de Felipe</i>	
OS DOIS LADOS DA PAISAGEM CAFEIEIRA E OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 - 1930)	35
<i>Jessica Fernanda Barauna, Roberta Barros Meira</i>	
O AMBIENTE INSTITUCIONAL E A OFERTA DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS: ESTUDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	41
<i>Claudia Freire Beux, Tamára Cecília Karawejczyk Telles, Judite Sanson de Bem</i>	
ONDE ESTÃO AS ÁREAS VERDES URBANAS DE CANOAS, PATRIMÔNIO AMBIENTAL DA CIDADE?	47
<i>Diego Floriano da Rocha, Duana Suelem Alves, Cristina Vargas Cademartori</i>	
PAISAGEM EM MOVIMENTO E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS DAS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	53
<i>Danielle Antunes DE OLIVEIRA, Julia Helena de OLIVEIRA, Mariluci Neis CARELLI, Patricia AREAS</i>	
MEMÓRIA OPERÁRIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS OCUPAÇÕES FABRIS EM JOINVILLE (2002-2007)	60
<i>Francisco Lino de Aviz Neto, Mariluci Neis Carelli, Daniela Pistorello</i>	
TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA E AS PAISAGENS VIVIDAS: ÉPOCA DE PANDEMIA COVID-19	65
<i>Fernanda Dalonso, Mariluci Neis Carelli, Roberta Barros Meira</i>	
PELAS TRAMAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA: JOGO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	71
<i>Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto, Roberta Barros Meira, Mariluci Neis Carelli</i>	

O CAMINHAR PELA PAISAGEM: UM ESTUDO DA RUA DAS PALMEIRAS EM JOINVILLE	79
<i>Mariana Kopsch, Mariluci Neis Carelli</i>	
O BRASIL ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA AMBIENTAL	83
<i>Lucas Jair Petroski, Mariluci Neis Carelli, Roberta Barros Meira</i>	
A EFETIVIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL NA TUTELA DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS	89
<i>Márcia Alflen Kawamura</i>	
OS QUINTAIS URBANOS AFRO-BRASILEIROS: UMA DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	95
<i>Mirian Pollyana Vitalino Sudre, Mariluci Neis Carelli, Roberta Barros Meira</i>	
MEMÓRIA E PAISAGEM: BUTIAZAIAS NA LITERATURA SUL-RIO-GRANDENSE	102
<i>Adriana Aparecida Felini, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
A CHEGADA DE UM TEMPO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E MEMORIALIZAÇÃO ÀS MARGENS DO ESTUÁRIO NA CIDADE DO RIO GRANDE, RS	107
<i>Eliza Furlong Antochewis, Maria Leticia Mazzucchi Ferreira</i>	
 GT 2: PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA SOCIAL E POLÍTICAS CULTURAIS	
CARTOGRAFIA DE TÉCNICAS ARQUEOASTRONÔMICAS NO CROMLECH EQUINOCIAL DE CALÇOENE	116
<i>Olavo Fagundes da Silva</i>	
REFLEXOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM JOINVILLE/SC: OS MONUMENTOS ARTÍSTICOS NA CIDADE “DO TRABALHO”	141
<i>Juliana Rossi Gonçalves, Taiza Mara Rauen Moraes</i>	
PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO	148
<i>Luiz Augusto Leite, Mário Cezar Silva Leite</i>	
A ECONOMIA, TURISMO E CULTURA DENTRO DO PATRIMÔNIO NATURAL DA CHAPADA DAS MESAS	154
<i>Alessandra Duarte Carvalho, Judite Sanson de Bem</i>	
ARTETERAPIA COMO METODOLOGIA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - MEMÓRIAS MATERNAS E CONTOS	162
<i>Daniani Schons Da Silva, Raquel Alvarenga Sena Venera</i>	
A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MELEIRO E SUA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	164
<i>Luzia Crepaldi, Maria de Lourdes Borges</i>	
A IMPLANTAÇÃO DO CPF (CONSELHO, PLANO E FUNDO) DA CULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO	171
<i>Julio Cezar de Lara</i>	

GESTÃO DE BENS CULTURAIS: CONCEITOS E UM GUIA INTRODUTÓRIO	179
<i>Silvia Adriana da Silva Soares, Tamara Cecilia K. Telles</i>	
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA A PROMOÇÃO DO RETORNO DE BENS CULTURAIS A SEUS PAÍSES DE ORIGEM OU SUA RESTITUIÇÃO EM CASO DE APROPRIAÇÃO ILÍCITA (ICPRCP) (1980-1991)	186
<i>Ana Gabriela Cardoso, Fernando Cesar Sossai</i>	
A MUSEALIZAÇÃO DAS LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	187
<i>Reynaldo Alan Castro Filho</i>	
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM FORTIFICAÇÕES CATARINENSES NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DE CANDIDATURA A PATRIMÔNIO MUNDIAL PELA UNESCO	194
<i>Dalânea Cristina Flôr, Fernando Cesar Sossai</i>	
DOCES SABERES: DESAFIOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES DOCEIRAS DE MORRO REDONDO (RS)	200
<i>Giane Trovo Belmonte, Luciana de Castro Neves Costa</i>	
A MULHER E A LITERATURA: REFLEXOS SOCIAIS, AVANÇOS E RUPTURAS	207
<i>Marília Garcia Boldorini, Roberta Barros Meira</i>	
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FERROVIA EM MAFRA - SC	214
<i>Grasiéle Aparecida da Costa Ferreira Peters, Ilanil Coelho</i>	
ARGENTINA, PARAGUAI E MERCOSUL: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SISTEMA CULTURAL DE LA YERBA MATE COMO DISCURSO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL REGIONAL (2012-2022)	218
<i>Rayanne Matias Villarinho</i>	
O (NÃO) LUGAR DAS MEMÓRIAS DE TRABALHADORES EM CIDADES INDUSTRIAIS: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE JOINVILLE	225
<i>Daniela Pistorello, Ilanil Coelho</i>	
“SÃO BENTO DO SUL - A TERRA DA MÚSICA”: MEMÓRIA COLETIVA, PATRIMÔNIO E NARRATIVAS NA CIDADE	232
<i>Jonatan Gomes dos Santos, Raquel Alvarenga Sena Venera</i>	
PATRIMONIAR NOSSA HISTÓRIA?	238
<i>Claudia Jéssica Dias Zanotelli, Judite Sanson de Bem</i>	
REFLEXÕES SOBRE A HERANÇA CULTURAL BRASILEIRA: UM ENSAIO SOBRE O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL	243
<i>Ítalo Pereira de Sousa</i>	
COMIDA, MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	251
<i>Fábio Chang de Almeida</i>	

GT 3: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DE LUGARES TRAUMÁTICOS

PATRIMONIO DEL NUNCA MÁS: O MUSEO SITIO DE MEMORIA ESMA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNDO 256
Giovane Rodrigues Jardim

MEMORIALIZAÇÃO IMEDIATA EM LUGARES TRAUMÁTICOS 263
Dani Marin Amparo Rangel, Juliane C. Primon Serres

CRIMES DE GUERRAS: A DESTRUIÇÃO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS PELO ESTADO ISLÂMICO (ISIS) 269
Bruno Roque Younes, Yuri Bernardon Durze de Lima

MEMORIAL DA INDIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA EXPOGRÁFICA SOBRE A COVID-19 NAS PRISÕES 275
Letícia Borges Nedel, Renata Cardozo Padilha, Thainá Castro, Mariana Schreider de Medeiros

GT 4: INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA, ACERVOS E COLEÇÕES

QUEBRANDO A MOLDURA: A MUSEALIZAÇÃO DO CORPO EM MOVIMENTO 276
Angela Luciane Peyerl, Nadja de Carvalho Lamas, Luana de Carvalho Silva Gusso

DA GAVETA À EXPOSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A MUSEALIZAÇÃO DE ACERVOS EPISTOLARES 277
Cristiéle Santos de Souza, Carla Rodrigues Gastaud

SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL INDUSTRIAL E A RELAÇÃO DAS MEMÓRIAS DE TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE CANOAS 284
Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves, Moisés Waismann

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA ASSUFRGS SINDICATO: UM ACERVO DE MEMÓRIA 291
Sibila Francine Tengaten Binotto, Moisés Waismann, Tamara Cecília Karawejczyk

DO PLIM AO PLAY: O GLOBOPLAY COMO LUGAR DE MEMÓRIA DA TELENOVELA BRASILEIRA 297
Talles Garcia Santana, Tamára Cecília Karawejczyk Telles, Lúcia Regina Lucas da Rosa

TECENDO RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO AMBIENTAL, MEMÓRIA SOCIAL E CAPAS DE DISCO DE VINIL 303
Rafael Henrique Oliveira de Carvalho, Judite Sanson de Bem, Moisés Waismann

TROPA OSÓRIO (CANOAS, RS, 1926-1948): REGISTROS DE PRODUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CIDADÃ A PARTIR DO ESCOTISMO 309
Mireile Steiner de Sousa, Cleusa Maria Gomes Graebin

CONTRIBUIÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA PARA O CAMPO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL-ORGANIZACIONAL EM UMA REGIONAL DE ENSINO NO SUL DE MINAS GERAIS 319
Margarete Panerai Araujo, Aline Rodrigues Totti, Douglas Alexandre Alves

RENDA DE BILRO: ESPAÇOS DE MEMÓRIA, ARTE, ORIGEM E HERANÇA CULTURAL NA PRÁTICA 326
Denise Cristo de Souza, Moisés Waismann, Tamára Cecília Karawejczyk Telles

NÚCLEOS FEMININOS, MEMÓRIA SOCIAL E RECONHECIMENTOS SOCIAL: BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	333
<i>Estelamaris Dihl, Moisés Waismann, Tamara Cecília Karawejczyk</i>	
OS CENTROS BINACIONAIS COMO INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA: O CASO DO INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO NORTE-AMERICANO - ICBNA	340
<i>Rodrigo Pinnow, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
A DIMENSÃO IMAGÉTICA DA MEMÓRIA EM ACERVOS E COLEÇÕES	347
<i>Edilson do Valle Kayser, Moisés Waismann</i>	
POLOS CALÇADISTAS BRASILEIROS	355
<i>Susana Sanson de Bem, Moisés Waismann, Ingridi Bortolaso</i>	
PALCO GIRATÓRIO SESC: DIFUSÃO E INTERCÂMBIO DAS ARTES CÊNICAS	361
<i>Andrea Guedes, Rute Henrique da Silva Ferreira, Moisés Waismann</i>	

GT 5: MEMÓRIA E LINGUAGENS CULTURAIS

AS RELAÇÕES HUMANAS COM A NATUREZA E A PANDEMIA DA COVID-19 EM ESTAÇÃO DAS TREVAS NA PERSPECTIVA DAS TEORIAS DA LINGUAGEM E DA MEMÓRIA	368
<i>Cladir Gava, Taiza Mara Rauen Moraes</i>	
A MATERIALIDADE DO VESTUÁRIO: ASPECTOS MEMORIAIS DA HISTÓRIA DA MODA NA DÉCADA DE 1980	372
<i>Laiana Pereira da Silveira, Francisca Ferreira Michelin</i>	
A PAISAGEM CULTURAL DE CANOAS/RS: UM RECORTE SOBRE O BAIRRO CENTRO	378
<i>Luiza Sittoni Schutz, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
“UMA PROFESSORA COMO EU”: VIVÊNCIAS SÁFICAS EM SALA DE AULA	385
<i>Bianca Beatriz Lourenço Melatt</i>	
MEMÓRIAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO MUNICÍPIO DE ESTEIO: RESULTADOS DOS ANOS FINAIS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	388
<i>Fábia Roseane Almeida da Silva, Lúcia Regina Lucas da Rosa</i>	
ESCOLA PROFESSORA MARIA GARCIA PESSI E A POESIA COMO DISPOSITIVO MEMORIAL	392
<i>Adriana de Souza Barbosa, Maria de Lourdes Borges</i>	
REPRESENTAÇÃO DE ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS EM NOVELAS BRASILEIRAS, E SUA INFLUÊNCIA NA (RE)PRODUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO POPULAR	397
<i>Everton Nazareth Rossete Junior, Mário Cezar Silva Leite</i>	
REVISÃO TEÓRICA SOBRE O ENSINO COLABORATIVO E MEMÓRIA NARRATIVA: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO EM UMA ESCOLA EM SANTA CATARINA	403
<i>Cristiane Cristofolini, Tamara Cecília Karawejczyk Telles</i>	

DIVERSIDADE E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A UNIVERSIDADE LA SALLE (CANOAS-RS-BRASIL)	409
<i>Marcio Leandro Michel, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
ETNODESENVOLVIMENTO E QUILOMBOLAS DA VÓ ELVIRA DE PELOTAS/RS: ANÁLISE DE DEPOIMENTOS	415
<i>Jorge Luis da Silva Nascimento, Maria de Lourdes Borges, Moises Waismann</i>	
USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA	422
<i>Caroline Guterres de Souza, Patrícia Kayser Vargas Mangan, Ingridi Vargas Bortolaso</i>	
POÉTICAS DO IMAGINÁRIO POPULAR NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO XINGU - TERRA DO MEIO - ALTAMIRA - PARÁ	429
<i>Ronaldo Henrique Santana, Mário Cezar Silva Leite</i>	
A REDE AO LONGO DO ABISMO DO TEMPO: OS QUADROS VIRTUAIS DA MEMÓRIA	435
<i>Eduardo da Silva Rocha, Maria Amália Silva Alves de Oliveira</i>	
AS HISTÓRIAS DE VIDA ENQUANTO EXPERIÊNCIA DE VIDA E FORMAÇÃO: RESSIGNIFICANDO A MEMÓRIA EM UM TRAJETO DE AUTOCONHECIMENTO E AUTOFORMAÇÃO	441
<i>Tatiane Peres Zawaski, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
GT 6: MEMÓRIA E GESTÃO CULTURAL	
IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	445
<i>Thiago Buzatto Stock, Judite Sanson de Bem</i>	
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES: FANFARRA, MEMÓRIAS, CULTURA E APRENDIZAGEM	452
<i>Janaína Pereira Mondo, Carina Marcelino de Almeida, Rute Henrique da Silva Ferreira</i>	
ESPAÇOS CULTURAIS E A GESTÃO VOLTADA PARA O PÚBLICO UNIVERSITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS: REFLEXÕES SOBRE A LEI FEDERAL Nº 13.425 DE 2017	459
<i>Luciano Franco Machado, Judite Sanson do Bem</i>	
OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS CATARINENSES	466
<i>Mônica de Freitas, Rosane de Oliveira, Rute Henrique da Silva Ferreira</i>	
MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DE UMA ESCOLA INFANTIL EM UMA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE ESTEIO	473
<i>Odete das Neves Krüger, Rute Henrique da Silva Ferreira</i>	
MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: INTER RELAÇÕES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL	480
<i>Leila Borges, Maria de Lourdes Borges</i>	

CAPAS DE DISCO DE VINIL: COMO POSSIBILITAR QUE AS MEMÓRIAS DA DÉCADA DE 1980 SEJAM EVOCADAS	484
<i>Rafael Henrique Oliveira de Carvalho, Judite Sanson de Bem, Moisés Waismann</i>	
DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA CIDADE DE PAROBÉ/RS	490
<i>Camila Paviani, Marcos Paulo Dhein Griebeler</i>	
A HÍBRIDUS INSTITUTO DE ARTE E CULTURA E A GESTÃO CULTURAL	502
<i>Paola Verdun, Tamára Cecília Karawejczyk Telles, Lúcia Regina Lucas da Rosa</i>	
A MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA POLÍCIA CIVIL/RS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM SEDE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	508
<i>Moyses Lopes Prates, Maria de Lourdes Borges</i>	
IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	515
<i>Maria Geraldina Venâncio, Judite Sanson de Bem</i>	
ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE CATADORES NO PROJETO ‘CANOAS RECICLA COM A GENTE’	521
<i>Fernanda Veadrigo Irber, Maria de Lourdes Borges</i>	
CONSUMO CULTURAL: EMOÇÕES, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS	527
<i>Cleberli Fabiano Costa de Arruda, Judite Sanson de Bem</i>	
A GESTÃO DO TURISMO CULTURAL NO ESPAÇO RURAL	534
<i>Fabiana Tramontin Bonho, Roberto do Amaral Schinoff, Judite Sanson de Bem</i>	
GESTÃO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL	539
<i>Roberto do Amaral Schinoff, Fabiana Tramontin Bonho, Judite Sanson de Bem</i>	
ASPECTOS DA MEMÓRIA RELATIVOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO CATARINENSE: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES	544
<i>Geórgia Ramos de Medeiros dos Santos, Judite Sanson de Bem</i>	
GT 7: RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: MEMÓRIA E PRÁTICAS DE ORALIDADE E ESCRITA	
FESTA DE SÃO CRISTÓVÃO EM CANOAS, RIO GRANDE DO SUL: RECONFIGURAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19	550
<i>Miriane Steiner de Sousa, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DOS BENS CULTURAIS NO TERREIRO DE PAI PAULINHO DE ODÉ	556
<i>Marcelo Luis Henriques Silveira, Artur Cesar Isaia, Zilá Bernd</i>	
A TEORIA DOS COMPLEXOS CULTURAIS E O MOVIMENTO MESSIÂNICO DO CONTESTADO	562
<i>Elivelto Train, Euler Renato Westphal, Luana de Carvalho Silva Gusso</i>	
CATOLICISMO NEGRO: FORMAS DE CONVERSÕES DOS NEGROS MARIANENSES ENTRE 1770-1820 ...	569
<i>Bruno Roque Younes</i>	

RENOVAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL E AÇÃO CATÓLICA: APONTAMENTOS SOBRE SEUS ACERVOS NO ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE	577
<i>Vanessa Gomes de Campos</i>	
FLORESTA, PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA: POLÍTICAS AMBIENTAIS EM SANTA CATARINA	584
<i>Denisia Martins Borba , João Carlos Ferreira de Melo Júnior</i>	
A TULPA NASA COMO POTÊNCIA SIMBÓLICA DE MEMÓRIA[S]	585
<i>Jennifer Paola Pisso Concha, Celene Trochéz Cuene</i>	
A IDENTIDADE TERRITORIAL E OS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU NO MATO GROSSO	591
<i>Julio Cezar De Lara</i>	
ENOTURISMO E OS VINHOS DE ALTURA: ESTUDO EM SALTA - ARGENTINA	599
<i>Liliana Jimena Farfán Huebra, Susana Gastal</i>	
O ESPETÁCULO 20 DE NOVEMBRO – POEMAS DE OLIVEIRA SILVEIRA E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	604
<i>Paola Verdun, Tamára Cecília Karawejczyk Telles, Lúcia Regina Lucas da Rosa</i>	

VII MERCOSUL: MEMÓRIA, AMBIENTE E PATRIMÔNIO

APRESENTAÇÃO

A Memória, o Ambiente e o Patrimônio formam um tripé que afeta, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, o modo de ver e de conhecer um povo, uma comunidade, uma organização, uma família, enfim, o próprio ser que está inserido no meio em que vive e com o qual interage.

No ano de 2022 o Evento se debruçou sobre o tema - Memórias, Arquivos e Patrimônios: estudos latino-americanos.

As reflexões realizadas nos três dias refletiram e possibilitaram uma troca fértil de experiências, informações e pesquisas entre Instituições nacionais e estrangeiras, contribuindo para o desenvolvimento de ações e práticas que poderão vir a subsidiar políticas voltadas para uma expansão de investimentos sustentáveis na área de abrangência da Memória, do Ambiente, do Patrimônio.

A presente coletânea de artigos resultante do Evento, estão divididos em oito Grupos de Trabalho, sob responsabilidade de pesquisadores da Universidade La Salle e de Instituições parceiras, como a UNIVILE, FACCAT, PUC/RS, UNISINOS, FURB, UPF, UFPEL, UFMT, entre outros.

Agradecemos a todos os professores e pesquisadores que colaboraram para a realização do referido evento, à Coordenação do PPG Memória Social e Bens Culturais, aos colegas do Setor de Eventos e, sobremaneira, a FAPERGS, por ter apoiado o VII Jornadas Mercosul. Esperamos trazer aos leitores a possibilidade incrementar a visibilidade da produção científica para a comunidade profissional, acadêmica, social, empresarial e governamental, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de ações e práticas que possam subsidiar políticas voltadas para uma expansão de investimentos sustentáveis na área de abrangência da Memória, do Ambiente e do Patrimônio.

Judite Sanson de Bem

Rute Henrique da Silva Ferreira

Moisés Waismann

Lúcia Regina Lucas da Rosa

MUSEUS E ACERVOS MUSICAIS: ALGUMAS NOTAS

Rosane Patricia Fernandes¹

Mirtes Antunes Locatelli Strapazzon²

Dione da Rocha Bandeira³

Introdução

Coleções musealizadas são fontes de saberes e fazeres, que testemunham seus usos na vida social dos povos e contribuem com as narrativas do desenvolvimento de diferentes grupos humanos em todas as sociedades desde as primeiras civilizações até o período contemporâneo, sejam elas de natureza material ou imaterial. Os objetos, desempenham um papel de fonte material, histórica e cultural, que por meio de diferentes metodologias aceitas a partir do advento da História Nova, que contribuem para o entendimento social e simbólico das coisas que nós, desenvolvemos para amparar nossa existência neste mundo.

A vida humana é agenciada por uma imensidão de coisas e objetos criados, entre outras funções e usos, para satisfazer nossas necessidades, para organizar a vida socialmente, para nos relacionar com o que é sagrado e também nos divertir. Esses objetos na medida que circulam na vida social, transformam suas características e usos originais e são reclassificados e tratados de modo diferenciado, adquirindo outros valores, que podem ser simbólicos, históricos e, ou culturais ocasionando a sua preservação. Muitas destas coisas entram em coleções particulares e, ou acervos de museus por serem interlocutoras entre o passado e o presente constituindo-se em elementos representativos de identidades culturais e coletivas.

Esses objetos quando adentram e fazem parte de espaços institucionais e narrativos como acervos de museus adquirem o status de patrimônios históricos, culturais e científicos entre outros, que se constituem numa potente fonte de pesquisa, que pode oportunizar inúmeras possibilidades de conexões, sentidos e interlocuções para a compreensão da dinâmica da vida social. Neste sentido, Suano (1986) aponta que museus proporcionam constantes reflexões sobre a materialidade ali exposta e, deste modo, cada espectador pelo exercício do olhar digere e produz significado sobre aquilo que vê, o que faz dele um potencial agente do museu. Numa perspectiva do novo museu, a música poderia se propagar para além da exposição dos acervos musicais ou da paisagem sonora do próprio museu. E, se ao invés de apenas olhar, também pudesse tocar esses objetos, como seria esse experimentar objetos do acervo musical?

Dado ao exposto, este artigo tem por objetivo, por meio de revisão bibliográfica, refletir sobre concepções que destacam as funções e valores agregados aos objetos musealizados, em especial atenção a música no museu amparado pelas discussões da função social dos museus e da cultura material.

Breves considerações sobre coleções e função social dos museus

Os estudos sobre os objetos e as coisas, nos últimos tempos, têm se voltado para concepções “mais

1 Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

2 Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

3 Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville- MASJ.

literalistas acerca, inclusive, da própria definição de “coisa” nos últimos decênios, sobretudo quando há o envolvimento de dois ou mais “mundos” na equação” como dos humanos e dos não humanos, onde os

coisas e objetos possuem vida, voz e agência, assim, como circulam socialmente, oscilando suas funções e usos ao longo do tempo. (APPADURAI, 2008, LATOUR, 2012, SOARES 2020, p.1).

Ao estudar a interação do homem com a materialidade nos deparamos com uma experiência complexa e enigmática, mas também fascinante de interação entre o mundo material e imaterial e a concepção concreta e subjetiva das coisas. Determinados objetos e coisas impressionam tanto os homens ao ponto de querê-las para si, não por sua utilidade, ou por finalidade de sobrevivência, mas por apresentar características especiais e simbólicas, que são subjetivas e movidas pelas inquietudes humanas nos aspectos de desafiar a obsolescência das coisas. Neste sentido, Oliveira (2017, p. 10) acredita que “as práticas de colecionar apresentam-se como uma expressão dessa interação entre pessoas e objetos” e que ato de reunir objetos para si é uma prática tão antiga quanto a própria história do homem. Para Suano (1984, p. 12), uma coleção “retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo”, bem como revela aspectos sociais e culturais dos povos. Desta forma, o estudo deste campo (homem/objeto) desafia constantemente estudiosos e pesquisadores a repensarem o entendimento sobre o papel de objetos e de colecionadores e o processo de comunicação que se estabelece em todo o sistema simbólico gerado pelas coleções. Contudo, esse campo de estudo está focando suas reflexões para entender o processo de transformação social e simbólica sofrido pelos objetos e coisas no ato de sua reclassificação, ou seja, no abandono das funções, usos e contextos originais, para então se deslocarem nos espaços “institucionais e discursivos de coleções, museus e patrimônios” (POMIAN, 1984, GONÇALVES, 2007, p. 9).

O ato de formar acervos e coleções ao longo do tempo esteve associada ao colecionismo e condicionada ao colonialismo e circulavam com bens e mercadorias de valor econômico e simbólico. Bem como, os estudos do “fenômeno colecionismo” se associam ao “fenômeno museus” nessa trajetória, as coleções perpassam pelo status da curiosidade e firmam-se em fonte científica. (SUANO, 1986, p.12, SOARES, 2020).

Desde a sua genealogia os museus, estão associados a um espaço destinado a reflexão sobre os saberes filosóficos, um “local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianas, poderia se dedicar às artes e às ciências”. Entre os séculos XVI e XVII, os gabinetes de curiosidade, desempenhavam a salvaguarda de coleções, manuscritos, relíquias e outros tesouros na prática do colecionismo da burguesia e das relíquias religiosas, até que sob as luzes do Iluminismo no século XVIII começam a surgir na Europa, as primeiras instituições museais, passando pelos museus de história natural e pelo período em que as grandes coleções reais passam a ser bens patrimoniais nacionais, associando-se deste modo, coleções á patrimônio e a um caráter científico. É neste contexto que os museus ganham o mundo (SUANO, 1986, p.10, GONÇALVES, 2007). Este fenômeno institucional, que se estendeu dos anos de 1880 até a década de 1920, ficou conhecido como a era dos museus, devido ao grande número de instituições museológicas criadas em todos os continentes. Neste mesmo período, as grandes coleções particulares tornam-se protagonistas do núcleo fundador de inúmeros museus públicos e privados, organizadas com o intuito de mostrar o progresso da Humanidade. Cabe dizer que nas últimas décadas, observa-se uma notável inquietação sobre as funções dos museus em todo o planeta, conforme comenta Gonçalves (2007, p.25) “aparentemente, estamos vivendo uma nova “era dos museus” semelhante (embora com diferentes significados e funções) àquela que caracterizou a segunda metade do século XIX e início do século XX”. Esse fato é observado, “desde os anos oitenta do último século, essa instituição (museu), enquanto tema de reflexão, tem ocupado progressivamente maior espaço nos debates acadêmicos no campo desse saber e da nova museologia” que traz à baila, para

o meio cultural, a função social do museu entrelaçado a educação patrimonial/cultural nestes espaços. (GONÇALVES, 2007, SOARES, 2020, FERNANDES, ROCHA, CARELLI, 2021). Neste sentido, os teóricos e estudiosos, bem como, as próprias instituições têm lutado para que o museu seja conhecido, de acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM,2021, p.2) como,

[...] espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvagam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos.

Essa definição, situa o museu como agente dotado de função social e dinâmico, voltado para o desenvolvimento do homem e da comunidade. Deste modo, suas coleções e seus acervos se tornaram um elo que aciona ligações entre um espectador que as olha e um leque de possibilidades e de camadas temporais ilustradas na história dos objetos e das evoluções sociais. E neste sentido, Pomian (1984) destaca que as coleções desempenham o papel de mediadoras entre os espectadores e os mundos possíveis que os representam, possibilitando, reflexões sobre as relações sociais e simbólicas entre os diversos acontecimentos da história social ou cultural dos povos. (GONÇALVES, 2007). Desse modo, o próprio objeto estando exposto ao olhar interage com quem o observa cumprindo assim uma de suas funções que é de ser um sócio transmissor, como aponta Candau (2010), colocando os espectadores no processo ativo e promovedor de experiências significativas. Nesta perspectiva, o museu na concepção de Chagas (2009) é um processo, assim como é uma prática social em si mesmo, que deve voltar sua atenção para a relação entre o homem e o bem cultural, proporcionando uma experiência de diversos sentidos ao público que ele atende, contemplando aspectos relacionados as dimensões poética, política, sociológica, pedagógica e institucional.

A música e os acervos musicais no museu

O acolhimento de uma coleção num museu pressupõe o início de uma nova fase na vida dos objetos, na qual eles passam a adquirir funções e significados distintos de suas funções utilitárias e passam a ostentar um valor simbólico, cultural ou histórico (OLIVEIRA, 2013). Uma vez estando o objeto em uma coleção de um acervo, ele fica fora do circuito das atividades econômicas e seu status é de valor de troca e não mais de uso e o tratamento que lhe é concedido é de preciosidade, ultrapassando seu valor de uso estando apto a assumir novos discursos, narrativas e significados (POMIAN, 1984; BAUDRILLARD, 2001).

Nesta interação histórica do passado/presente buscando a permanência da memória identitária de um lugar, uma etnia, da própria cultura, a fim de atravessar o presente/futuro, apresentamos em especial os acervos musicais, que representam a música no museu. Nesse sentido, os acervos musicais compostos por partituras, máquinas de músicas mecânicas, discos, fitas k7, instrumentos musicais, entre outros objetos sonoros, deixam suas funções primeiras para compor um valor simbólico. Os aspectos de conservação e preservação desses objetos sonoros são distintos e os museus necessitam de gestores preocupados com a organização e a governança de seus acervos, de acordo com sua tipologia, tornando-os acessíveis às consultas e à visitação pública.

O novo museu passa a ser representado pela elaboração museográfica compelida por uma nova história no que se refere ao aspecto da arte, da crítica, da ciência, da museologia, enfim, uma nova maneira de agir. (POULOT, 2013). Além disso, o novo museu é considerado um espaço formativo

de identidades nacionais, de pertencimentos e representações coletivas. A construção de identidades permeia o uso da memória e da linguagem antes mesmo do nascimento do sujeito. Entretanto, a (re) construção dessas identidades acontecem a todo instante, tanto na coletiva quanto na individualidade. (SANTOS; CHAGAS, 2007).

Desse modo, a música no museu pode ir além das exposições de caixas de música, instrumentos musicais, entre outros, (re) significando valores e sentidos. Azevedo (2021, p.28) diz que “no campo da museologia a música é mais comumente entendida como um fator ligado à criação de uma paisagem sonora ou imersão sensorial em exposições”. A música ainda tem um espaço restrito no espaço museológico, pois na maioria das vezes, este está voltado apenas ao visual, e que é desafiador sua utilização por outros meios.

Músicos e musicólogos produzem música por meios performáticos entrelaçando seus corpos aos corpos de seus instrumentos; curadores e museólogos garantem a conservação dos acervos musicais às vistas de olhares dos visitantes, talvez permeando o imaginário sonoro de tais acervos. Essa ainda é uma problemática,

[...] entre músicos/musicólogos e curadores de museus expresso tanto no campo museológico, quanto no musicológico, foram, em parte provenientes das atividades relacionadas ao movimento de interpretação historicamente informada (Historically Informed Performance - HIP), em que as coleções de instrumentos em museus tornam-se essenciais para estudo e análise sobre a música e práticas musicais do passado (AZEVEDO, 2021, p. 34).

Assim, o uso das réplicas de instrumentos musicais construídos por luthiers garante a conservação dos instrumentos originais. E, como seria tocar nos instrumentos musicais de um acervo? Como poderia ser tocado e conservado? Podem existir outros meios para garantir a conservação dos acervos musicais nos museus e ainda, interagir com os visitantes numa contemplação tanto visual quanto sonora. Como por exemplo, uma exposição em locução narrativa gravada da história dos instrumentos musicais; um catálogo visual ordenando a organologia ou classificação dos objetos sonoros, um planejamento educativo museal em acervos musicais com salas de concertos, entre tantos outros.

Considerações finais

Essa pesquisa trouxe algumas reflexões sobre as coleções, os acervos e a música no museu. No que se refere às coleções e acervos, cabe dizer que o ato de colecionar objetos nos acompanha ao longo da existência humana. Nesta prática buscamos combater o medo do esquecimento por meio de ações estratégicas que permitam a permanência da memória pública e privada das nossas práticas sociais diante da instabilidade dos tempos.

Esse pensamento vai ao encontro do que Huyssen (2000) nos fala sobre a boa prática que a memória e a musealização fazem juntas para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento das coisas, perante o passar do tempo. Assim, coleções e acervos musealizados desempenham um papel relevante na perspectiva da manutenção da história social, tendo em vista que são repletas de memórias individuais e memórias coletivas dos povos.

Neste aspecto, os especialistas do museu e os da música poderiam planejar ações educativas, culturais e patrimoniais no museu ampliando o cotidiano museológico, podendo ganhar potência, romper as fronteiras podendo (re)criar outras competências contemporâneas.

Referências

- APPADURAI, A. (Org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- AZEVEDO, A. **Música de museu**: repensando um acervo. Dados eletrônicos. Belo Horizonte/MG: Editora UEMG, 2021.
- AZEVEDO NETTO, C. X.; SOUZA, A. J. de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. **Revista História Unisinos**. V. 14 n. 1 Jan/abril. 2010, p. 62-76. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4707>>. Acesso em: 02 dezembro 2020.
- BAUDRILLARD, J. Senhas. Rio de Janeiro: Difel, 2001. BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- CHAGAS, M. **A imaginação Museal**: Museu, Memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.
- CANDAU, J. Bases Antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, 2010.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- FERNANDES, R. P.; ROCHA, D. B.; CARELLI, M. Entre coisas colecionadas e coleções musealizadas: funções e valores da materialidade histórica. **Revista Estudos Históricos**, - Año XIII – Diciembre, 2021 - Nº 26. Uruguay. Disponível em: <<https://estudioshistoricos.org/26/eh2604.pdf>>. Acesso em agosto de 2022.
- GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda., 2007.
- HODDER, I. The contextual analysis of symbolic meanings.1987. In: PEARCE, S. M. (Org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge,1994. p. 12-13.
- O Conselho Internacional de Museus (ICOM). Disponível em: <<http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2022.
- LATOUR, B. **Reagregando o social** – uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- OLIVEIRA, C. Coleções e colecionadores: as práticas de colecionar, motivações e simbologias. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 12, Jul./ Dez. 2017.
- MENESES, U. T. B. de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**. n. 21, p. 89-103, 1998.
- POMIAN, K. Coleção. ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Memória-História**. Volume 1. Lisboa/Portugal, Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- POSSAMAI, Z. Patrimônio e acervos. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.) **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: UNICAMP, 2020. Cap.5, p. 47-49.
- POULOT, D. **Museu e museologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista: **História e Cultura Material**. n.4 p. 265-282. 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a18v4n1.pdf>>. Acesso em agosto de 2020.

SANTOS, M. S. dos.; CHAGAS, M. de S. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, R.; Et. Al. (Orgs). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond/MinC/IPHAN/DEMU, 2007. Pgs. 12-19.

SOARES, A. C. Conceitos outros: as coisas e a Virada Ontológica. Dossiê Arqueologia e Ontologia. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-jun2020. p. 1-12.

SUANO, M. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TILLEY, C.. Interpreting material culture.1990 In: PEARCE, S. M. (Org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge,1994. p. 67-75.

WOODWARD, I. **Understanding material culture**. London: Sage Publications, 2007

OS NOVOS SONS DO PATRIMÔNIO NA CIDADE: O MARACATU EM JOINVILLE/SC

*Evelyn de Jesus Jeronimo*⁴

*Roberta Barros Meira*⁵

*Luana de Carvalho Silva Gusso*⁶

Os grupos percussivos de maracatu são responsáveis por produzir e dinamizar práticas culturais afro-brasileiras que se espraiam por diversas regiões do Brasil. Em Joinville, temos dois grupos percussivos de maracatu, o grupo Morro do Ouro, criado em 2010 e, o grupo Baque Mulher, de 2015. Os grupos vêm realizando de diferentes formas as suas ações, como: oficinas, arrastões pela cidade no carnaval, ensaios, apresentações em escolas, eventos e manifestações políticas. O impacto do maracatu pode ser percebido na quebra do discurso da história oficial concebendo a cultura alemã como única na cidade. Propõe-se analisar a presença do maracatu em Joinville a partir das disputas, circulação de saberes, os processos de resistência e repressão, os espaços femininos e o patrimônio negro. Fazem parte do conjunto de fontes as matérias de jornais e imagens disponíveis nas plataformas virtuais sobre os grupos percussivos. Busca-se, nesta comunicação, discutir o maracatu como uma prática cultural viva, dando visibilidade para pensar outros patrimônios possíveis.

4 Formada em história pela Universidade da região de Joinville – UNIVILLE, mestranda no programa de pós-graduação Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. E-mail: <evelyndocumentos@outlook.com>.

5 Doutora em história econômica pela USP, professora do Programa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Univille. E-mail: <rbmeira@gmail.com>.

6 Doutora em direito pela UFPR, professora do Programa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, do curso de direito e de psicologia da Universidade da região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: <lu_anacarvalho@yahoo.com.br>.

A MEMÓRIA SOCIAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DE ROTEIROS CICLOTURÍSTICOS

*Paulo Gustavo Sehn*⁷

*Patrícia Kayser Vargas Mangan*⁸

Introdução

A partir da ascensão da modalidade ciclismo e da percepção de crescimento vertical das cidades, observa-se a necessidade de um olhar atento à preservação do patrimônio material presente na cidade de Estrela e ainda, a possibilidade de oferecer novas, ou melhor, alternativas formas, de se locomover, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida a todos que vivem em Estrela.

Grandes metrópoles, das mais diversas localidades do mundo, estão incentivando o uso da bicicleta como forma de resolver muitos dos problemas que a crescente urbanização vem provocando nestas cidades. Infelizmente, temos que considerar que é histórica a prioridade dada aos veículos automotores quando se fala de planejamento urbano. A presença de ciclistas e pedestres, em muitos casos, é posta em segundo plano, dando preferência à circulação de automotores. (GEHL, 2015; JACOBS, 2011). Ao passo que a bicicleta passa a fazer parte das rotinas urbanas, o convívio humanizado também prevalece, beneficiando a população sob o viés qualidade de vida, mobilidade urbana, saúde e meio ambiente, democratizando, inclusive, o acesso aos espaços urbanos.

A igualdade é incentivada quando as pessoas caminham e andam de bicicleta, em combinação com transporte público. Mesmo sem seus carros, as pessoas devem ter acesso ao que a cidade oferece e à oportunidade para uma vida cotidiana sem restrições impostas por opções ruins de transporte (GEHL, 2015, p. 109).

Convém citar Pollak (1992), quando o autor observa que a memória, seja ela individual ou coletiva, tem como elementos que a constituem pessoas ou lugares. Percebemos a relevância, então, dos lugares como objetos de memória social. No entanto, a importância a estes lugares se dará a partir da vivência com eles e estas memórias, não precisam ser, necessariamente, individuais. As memórias podem se classificar como coletivas, vividas pela comunidade na qual as pessoas estão inseridas. Podem ser ainda pessoas, personagens, documentos e monumentos que, inclusive, não pertenceram ao nosso tempo, mas que guardamos registros afetivos por pertencerem à comunidade, a qual estamos, de alguma forma, inseridos e temos o conhecimento da relevante história destes. Chamamos assim de memória herdada.

Partindo do pressuposto de que conhecer a história do patrimônio material e sua importância na formação da comunidade é um fator relevante à sua preservação, a presente proposta tem como objetivo geral propor uma reflexão acerca da preservação do patrimônio material da cidade de Estrela a partir dos roteiros cicloturísticos, problematizando a memória como elemento de identidade e formação de si e da comunidade na qual vivemos.

A memória social e a preservação do patrimônio a partir de roteiros cicloturísticos

7 Doutorando em Memória Social e Bens Culturais. <paulo.201520231@unilasalle.edu.br>.

8 Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE. <patricia.mangan@unilasalle.edu.br>.

A memória social é a base da presente proposta, considerando a relevância do patrimônio histórico material ainda presente nas cidades mas que estão sob ameaça de destruição, dado o crescimento vertical das cidades. Convém ressaltar que este trabalho não se opõe ao crescimento e avanço das cidades, mas sim, através da educação patrimonial, problematizar as áreas passíveis de destruição e que representam ou fazem parte da história da cidade. Fazer a comunidade tomar conhecimento da história edificada presente na cidade irá também abrir novas possibilidades de crescimento da própria cidade, em áreas que não comprometam a destruição do patrimônio remanescente.

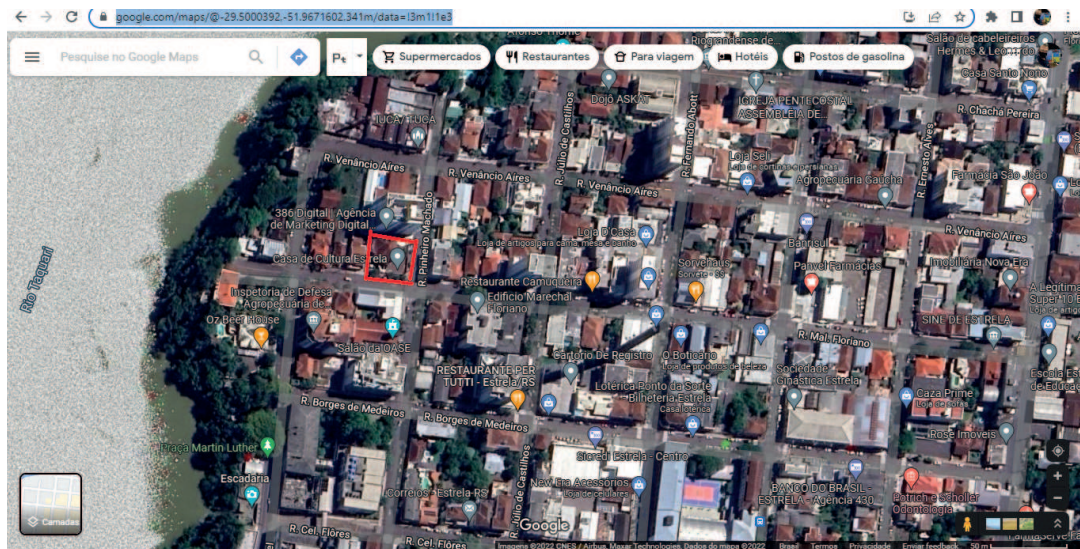
O ciclismo, ou seja, a opção pela bicicleta, já traz consigo uma intenção sustentável e de preservação. Em Halbwachs (2006) e Pollak (1992) conseguimos contextualizar as experiências vividas na coletividade e a formação da identidade coletiva a partir dos acontecimentos. A memória pode ser sim um fenômeno individual, a priori. No entanto ela deve ser compreendida como um fenômeno construído coletivamente e constantemente passível de transformações. Convém ressaltar, ainda com base em Pollak (1992), que quando falamos em memória, há pontos que são, sim, imutáveis, as dificuldades e resistências à mudanças e também, acerca dos personagens que fazem parte da nossa memória, nem sempre no mesmo espaço/tempo, mas que por tabela, nos fazem senti-los como à nossa época. Ainda em Pollak (1992), encontramos as memórias relacionadas aos lugares, como por exemplo, os prédios históricos que nos fazem reviver aquela época sem ter feito parte daquele período cronológico. Pedalar por lugares que remetem à história irá ao encontro destes princípios. Conhecer a história do patrimônio material edificado será de suma importância para promover a sua valorização e consequente preservação. A bicicleta propõe olhar com outros olhos para as paisagens, no caso, o patrimônio. Com a bicicleta, o ciclista passa diante dos caminhos em uma velocidade que permite a contemplação da paisagem. Logo, promover os movimentos cicloturísticos e que perpassam por estes pontos históricos proporcionará a este pesquisador uma série de elementos e significados a serem compreendidos e que darão (mais) valor ao patrimônio edificado da cidade de Estrela, além de promover alternativas e saudáveis formas de locomoção, por meio da bicicleta, até mesmo para quem ainda não é adepto à esta modalidade, conforme referenciado por Pollak (1992) que enfatiza o quanto a vivência constitui a memória, ao passo que somos parte integrante da cidade e constituímos a nossa identidade naquilo que faz parte de nós, ou nós fizemos parte.

Apresentação do patrimônio edificado

Para ir ao encontro dos estudos acima propostos, propõe-se apresentar o patrimônio material edificado de Estrela/RS através de fichas de inventário e, as quais permitirão desdobramentos de ações de educação patrimonial que possibilitará que, principalmente as novas gerações, possam ir conhecendo a sua história e a relevância dela no contexto da cidade, permitindo que a comunidade dê valor ao seu patrimônio. Exemplificando este trabalho em andamento, iremos apresentar duas fichas. A primeira ficha construída é referente a uma antiga residência e atual Secretaria Especial de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (SETCEL), enquanto a segunda refere-se a uma residência que abrigou uma clínica médica e que atualmente abriga o Memorial de Estrela.

Ficha de Inventário 01 - Estrutura Arquitetônica e Urbanística
Nome do imóvel: Residência de Hellmuth Feet
Endereço: Rua Marechal Floriano, 433 - Centro

Localização Geográfica e Imagem de satélite do entorno:



Fonte: <https://www.google.com/maps/@-29.5000392,-51.9671602,341m/data=!3m1!1e3>

Propriedade: Prefeitura Municipal de Estrela

Situação da ocupação: Secretaria Especial de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Relevância Histórica: Prédio construído em 1925, para residência do empresário Hellmuth Fett, sendo o engenheiro responsável pela obra, o alemão Ernest Bodde. Hellmuth foi diretor da fábrica de banha H. Fett & Irmão e vice-intendente de Estrela. O Centro de Cultura e Turismo Bertholdo Gausmann, foi inaugurado em 11/042002.

Documentação fotográfica:

Residência de Hellmuth Feet em 1925.



Fonte: Estrela, 2010

Casa em 1974. Registro da antiga moradora Caren Maria Lompa Guerra (entre 1972 e 1974) da residência.



Fonte: Jornal Folha Popular de 17 de Março de 2020.

Foto de 08/06/2022 da antiga residência do Sr. Hellmuth



Fonte: do autor, 2022.

Foto de 08/06/2022 da antiga residência do Sr. Hellmuth



Fonte: do autor, 2022.

Foto de 08/06/2022 da antiga residência do Sr. Hellmuth



Fonte: do autor, 2022

Foto de 08/06/2022 da antiga residência do Sr. Hellmuth



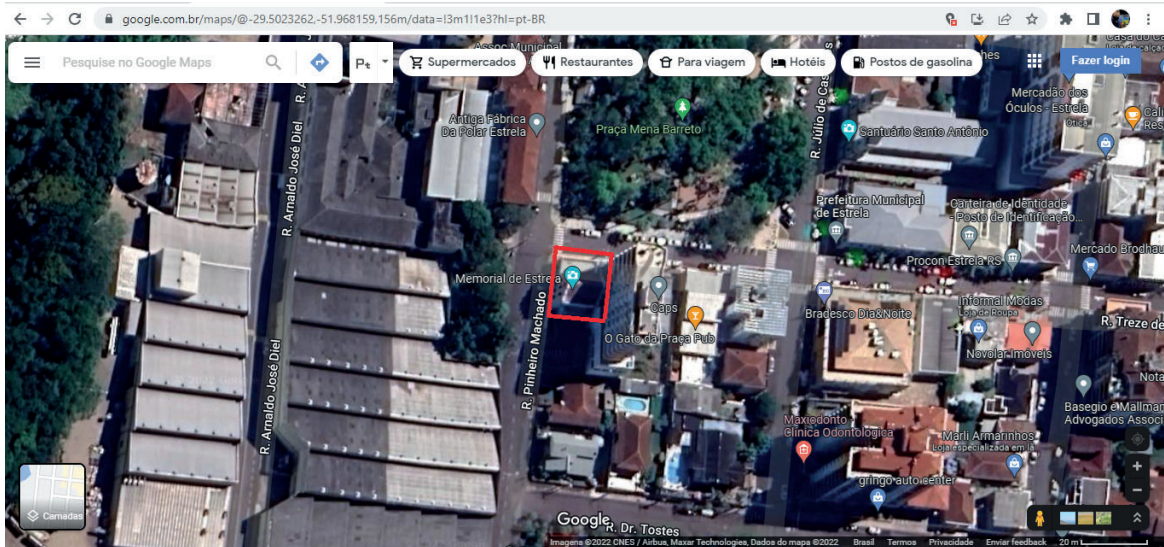
Fonte: do autor, 2022

Ficha de Inventário 02 - Estrutura Arquitetônica e Urbanística

Nome do imóvel: Residência / Clínica Médica Dr. Gabriel Schlatter

Endereço: Rua Treze de Maio, 398 - Centro

Localização Geográfica e Imagem de satélite do entorno:



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-29.5023262,-51.968159,156m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>

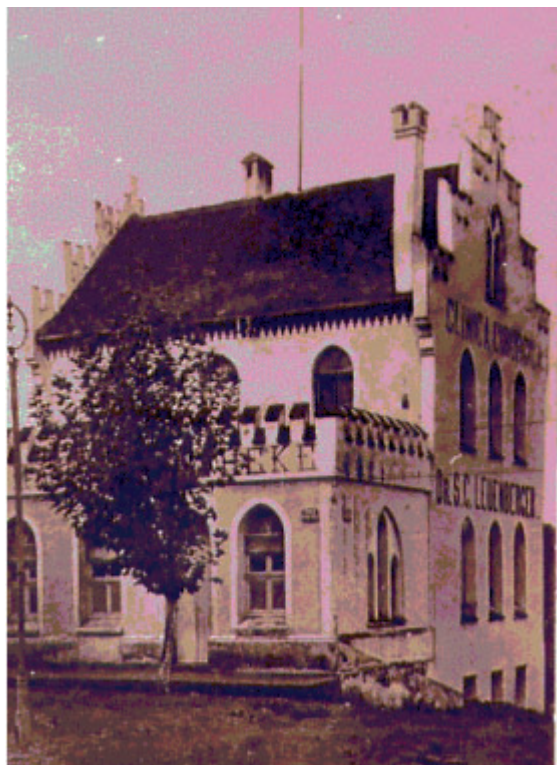
Propriedade: Prefeitura Municipal de Estrela

Situação da ocupação: Museu Municipal - Memorial de Estrela

Relevância Histórica: Segundo Schierholt (2002), o Prédio foi construído em 1905, pelo médico austríaco Gabriel Schlatter que chegou à cidade em 1899. Neste prédio, em estilo neogótico, ele instalou a primeira Clínica Cirúrgica, escola para parteiras e a Farmácia Apotheke. O Dr. Gabriel hasteava uma bandeira branca com uma cruz vermelha no alto da casa avisando sobre sua ausência. Assim, os pacientes que pretendiam ir ao consultório não o faziam em vão. Os pacientes vinham de longe para consultar, visto que era uma das únicas clínicas da região. Como a casa situa-se numa região alta, a bandeira era vista de longe. A sugestão de aquisição da casa por parte do governo municipal foi dada por Lauro Muller, que desenhou o brasão do município em 1953. A casa abrigou, posteriormente, o Centro Cultural com o nome Lauro Muller, a Biblioteca Pública, uma secretaria municipal e desde dois mil e vinte e um abriga o museu denominado Memorial de Estrela, inaugurado na data de aniversário do município, vinte de Maio.

Documentação fotográfica:

Foto da antiga clínica.



Fonte: Estrela, 2010

Foto (08/06/2022) recente do Memorial de Estrela



Fonte: do autor

Considerações finais

O presente trabalho tem relevância social, não apenas pelo levantamento de dados e registros, obtenção de novos registros e sua sistematização, quanto pelo potencial de engajamento e geração de ações de educação patrimonial. Diante das pesquisas prévias descritas dos autores e da vivência do autor/pesquisador principal no meio ciclístico, pode-se inferir que o ciclismo pode ser visto como um movimento social com potencial de transformação social, urbana, contribuição para a saúde, bem-estar, meio ambiente e econômica. Considerando que o viés sustentável e de preservação já é presente em grande parte das pessoas que praticam o ciclismo, percebe-se aqui uma oportunidade de que o patrimônio histórico material presente na cidade de Estrela seja ainda mais valorizado, à medida que houver a integração da comunidade e dos turistas com os roteiros cicloturísticos histórico/patrimoniais.

E, para (in)concluir, convém ressaltar que ao passo que as atividades ciclísticas se intensificam, avalia-se a necessidade de estudos acerca desse tema como primordiais, bem como, agregar outros vieses acadêmicos, como por exemplo o que se propõe neste trabalho: a preservação do patrimônio a partir de roteiros cicloturísticos.

Referências

ESTRELA, RS. Secretaria de Cultura e Turismo. Acervo de fotografias, jornais e documentos históricos, 2010a.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

POLLAK, M. Memória e identidade social (Tradução Monique Augras). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCHIERHOLT, J. A. **Estrela: Ontem e Hoje**. Lajeado: O Autor, 2002.

FATORES CARACTERÍSTICOS DE UMA CIDADE MÉDIA QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

*Mario Celso de Felipe*⁹

Introdução

O termo cidade tem muitas definições, porém, sabe-se que cidade é uma área densamente povoada onde se agrupam uma variedade de pessoas e é delimitada por um espaço. Dessa forma, independentemente de como se apresentam os modelos socioeconômicos e de produção, algumas características permanecem intactas quando as cidades são analisadas, como: concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial (SPOSITO, 2006).

O mundo tem passado por um processo de urbanização. “Mais da metade da população mundial habita em cidades” (SOARES, 2019, p. 648). As cidades vão se desenvolvendo, absorvendo os territórios adjacentes ou dando origem a novos territórios (SOARES, 2019). As cidades representam forças político-econômicas do século XXI e reúnem uma capacidade única para a participação e articulação da sociedade civil na criação de soluções sustentáveis e planos a longo prazo (HABITAT, 2016; DESA, 2018).

Corroborando Souza (2008, p.26) apontando que “cidades possuem uma certa centralidade econômica. Sua área de influência pode, muitas vezes, não ir além dos limites territoriais da unidade político-administrativa local da qual ela é sede”. Assim, ganha destaque o território de Sete Lagoas com localização privilegiada nas proximidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte; é o centro de uma região que vem experimentando crescimentos nos últimos anos, especialmente pelas instalações de diversas indústrias. Observa-se nas palavras de Nogueira (1999) que, a partir dos anos 1960, significativas modificações socioeconômicas marcaram o Brasil, conseqüentemente, o território setelagoano, trazendo crescimentos expressivos do setor industrial e da expansão do setor terciário.

Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo foi levantar os fatores característicos da cidade de Sete Lagoas que influenciam o desenvolvimento dos Pequenos Negócios na cidade. A ocupação da região de Sete Lagoas ocorreu em três fases que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da região. A primeira é caracterizada pelo chamado “ciclo do ouro”. A segunda refere-se à chegada dos trilhos da Central do Brasil. A terceira corresponde ao progresso nas várias atividades tradicionais, construção e pavimentação de inúmeras estradas e, principalmente, a exploração do calcário (AZEVEDO, 1966). Ressaltam-se, na terceira fase, as instalações das indústrias em Sete Lagoas. Esse processo obedece a uma lógica que condiz com a posição da cidade face à malha rodoviária (BR-40 e MG-424), à proximidade com o aeroporto de Confins e Pampulha, o seu mercado consumidor forte e ao fácil acesso à Stellantis (FIAT), em Betim. Adicionalmente, a cidade conta com mão de obra qualificada, em função da presença de escolas profissionalizantes na cidade, como o SENAI, SESI, Escola Técnica, entre outras, bem como algumas Universidades com cursos de Engenharia, Administração e outros.

Observa-se que o crescimento e o desenvolvimento, influenciado pelas diversas indústrias, requerem investimento em infraestruturas por parte da prefeitura local, como pavimentações das avenidas, ruas e praças, investimentos em energia elétrica, água encanada e esgoto. Também é necessário investir nos setores da saúde, segurança e financeiro. Todas essas atividades contribuem para a movimentação

9 Doutorando pela DINTER – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Universidade de Taubaté (UNITAU) e-mail - <mariocelsodefelippe@gmail.com>.

da economia, atraindo cada vez mais negócios para a cidade, fatores que fazem o desenvolvimento do comércio e dos serviços se expandirem. Identificar os fatores característicos de uma cidade, como Sete Lagoas, e explorar como tais fatores influenciam o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, aqueles que dependem exclusivamente da região, contribuem para que mecanismos de políticas públicas possam ser elaboradas com mais assertividade para impulsionar os Pequenos Negócios locais.

Para além desta introdução, que compõe a primeira seção, o artigo está dividido em mais outras seções. Na segunda estão os aspectos Metodológicos do estudo. A terceira seção está composta pelo Referencial Teórico. Já na quarta estão os Resultados e as Discussões do estudo.

Aspectos metodológicos

Este artigo teve o objetivo de levantar e analisar os fatores característicos de uma cidade média no desenvolvimento dos Pequenos Negócios. Para isso se utilizou das pesquisas bibliográfica, documental e de uma pesquisa de campo realizada no dia 14.06.2022 na própria cidade. O território de Sete Lagoas conta, atualmente, com uma população total de 241.835, uma taxa de urbanização de 97,6%, superior à taxa do Estado de Minas Gerais e do País que é de 85,3% e 84,4%, respectivamente. O PIB do município é de 8.144,2 em uma área útil de 536.928 km². As empresas na cidade, incluindo os microempreendedores individuais MEI, são 5.186 do setor do comércio, 1.886 de indústria e 12.251 do setor de serviços, perfazendo um total de 19.323.

Quanto à técnica de pesquisa, fez-se necessário empregar abordagem qualitativa e quantitativa descritiva em vista do interesse ter sido centrado nas características de uma cidade média para o desenvolvimento dos Pequenos Negócios e manipulação de dados divulgados pelos diversos organismos públicos e privados como: IBGE, Junta Comercial, Prefeitura Municipal, SEBRAE.

E quanto aos meios, na pesquisa de campo, efetuou-se uma coleta de dados, via formulário *Forms* do *Google*, com doze perguntas, sendo onze com opções de respostas de múltiplas escolhas, e uma pergunta aberta, com o intuito de aprofundar as questões necessárias às respostas dos problemas e, para isso, foram enviadas a vinte e três pequenos empresários da cidade de Sete Lagoas, no dia 14/6/2022. O estudo entende que a pesquisa de campo é a investigação guiada pela experiência (empírica) de levantamento de dados, realizada no local em que ocorre ou ocorreu o fenômeno e disponha de elementos para explicá-lo (MARCONI; LAKATOS, 2020; VERGARA, 2000).

Já com relação à pesquisa bibliográfica, vale ressaltar que ela investiga o problema com base no referencial teórico existente em documentos e publicações. Logo, para os dados primários foi realizado um levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos, livros, teses de doutorado e dissertações de mestrado, sítios eletrônicos de entidades públicas e privadas, cuja finalidade maior foi colocar o pesquisador em contato direto com o que já fora pesquisado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, com a diferença para os documentos que serão revisados. Este artigo fez revisão em documentos de organizações como SEBRAE, IPEA, IBGE, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, e documentos da ACI e Prefeitura local, entre outros, pois se consideram mais apropriados à natureza e ao objetivo principal do trabalho.

Referencial teórico

Cidade Média e Território

O termo cidade média resulta da literatura e pensamento francês: *villes moyennes*, que advém de esforços de políticas de descentralização territorial (LIMA; SILVEIRA, 2018).

As cidades médias brasileiras são definidas pelo IBGE como cidades que possuem entre 100.000 e 500.000 mil habitantes. Entretanto, há uma heterogeneidade nos parâmetros quantitativos adotados entre os países para definir o que são as cidades médias, de modo que não é possível adotar o número de habitantes como o único critério de delimitação dessas cidades. Atualmente, com o cenário de desconcentração industrial em curso no país, as cidades médias vêm adquirindo um papel de importância crescente na economia brasileira, pois elas são o centro de destino de indústrias, empregos e mão de obra qualificada, alterando assim o espaço. No entanto, Pena (2022) chama a atenção para o controle dos processos de urbanização, porque os respectivos espaços urbanos são, em geral, heranças de um passado recente, cuja estrutura interna corresponde a cidades de menor porte.

A Cidade de Sete Lagoas

A história do Brasil está associada à exploração dos bens naturais do seu território. Nesse contexto, Minas Gerais, com sua destacada disponibilidade de recursos naturais, teve e tem papel importante no desenvolvimento econômico, regional e na urbanização (SIMONATO; MAGALHÃES, 2017).

Sete Lagoas, fundada em 30 de novembro de 1880, está localizada na região metropolitana da capital Belo Horizonte, distando cerca de 70 Km em direção noroeste. Essa localização confere a Sete Lagoas uma posição privilegiada, pois está entre o quadrilátero ferrífero, zona de ocorrência predominante de minerais ferrosos e da floresta tropical úmida, com vegetação primitiva do centro no conjunto de Minas Gerais (NOGUEIRA; GARCIA, 2010). Ademais, é o centro de uma das mais de trezentas microrregiões geográficas identificadas em todo o país, bem como o centro de uma das vinte e cinco regiões administrativas de Minas Gerais. Trata-se de uma cidade que hoje ocupa posição hierárquica superior na microrregião, composta de vinte municípios. Ela também se apresenta como uma das cidades mais bem equipada de toda a região metropolitana de Belo Horizonte (NOGUEIRA, 2005).

A expansão urbana de Sete Lagoas teve forte crescimento a partir de 1980, quando ultrapassa a casa dos 100 mil habitantes, em decorrência do desenvolvimento da infraestrutura necessária para o comércio, a administração das atividades de siderurgia, como relatado por Nogueira (1999, p. 92), “o apogeu do ferro-gusa em Sete Lagoas deu-se nos anos 80, época na qual deu-se a duplicação da produção local, passando a ser o maior centro guseiro do país” e outros setores que emergiram na cidade. Na mesma época, o Brasil como nação apresentava os mesmos efeitos.

A cidade começou a viver seu ciclo de industrialização nos anos de 1970, com a instalação das primeiras unidades siderúrgicas. Nessa época, entre as 64 usinas do Estado de Minas, 21 estavam no território de Sete Lagoas. O setor se transformou, em pouco tempo, na principal força da economia local, exportando produtos para os Estados Unidos e países da Europa. No final dos anos de 1990, foram desenvolvidos no território outros setores para alavancagem da economia local, com a chegada da Iveco, fábrica de caminhões e ônibus da FIAT. Em seguida, estabeleceram-se na cidade a cervejeira Ambev e uma cimenteira do grupo Brennand. A Bombril, a Itambé e a Elma Chips são algumas das grandes fábricas que também possuem sede no território (EVANS, 2016).

Neste sentido, Sete Lagoas tem relevância econômica e social na microrregião em que está inserida. Em se tratando de uma cidade média de acordo com o indicador do IBGE que vai de 100.000 a 500.000 mil habitantes, uma infraestrutura instalada e adequada, uma localização estratégica e, finalmente, um parque siderúrgico consolidado, com uma diversificação industrial importante, além de contar com o setor primário, com a pecuária leiteira e o seguimento de laticínios, o município tem todas as características para o desenvolvimento dos Pequenos Negócios.

Pequenos Negócios

Até o final da primeira fase da Revolução Industrial inglesa (1760 a 1860), os Pequenos Negócios surgiam de forma voluntária, sem a necessidade de empenho social, ou mesmo, de estímulos estatais para seu desenvolvimento. Com o término da Segunda Grande Guerra, em 1946, verificou-se um *boom* no desenvolvimento das Pequenas Empresas, impulsionado pelo Estado. O grande crescimento deste setor empresarial teve papel essencial na absorção de toda mão de obra oriunda da guerra pelo mercado (MADUREIRA, 2011).

Recentemente, com o advento das terceirizações dos componentes necessários para a fabricação e comercialização dos mais distintos produtos, agora fabricados em diversos países, como efeitos da globalização da produção, isso facilita e exige a promoção e o fortalecimento das transnacionais e das multinacionais no cenário mundial, fato que vem contribuir para o crescimento das pequenas unidades, necessárias ao apoio dos grandes conglomerados, onde quer que se instale (FRIEDEN, 2008).

Embora haja o entendimento de que as grandes organizações, de modo geral, desempenham um papel importante para o desenvolvimento regional, uma vez que contribuem com os processos de inovação, produção de tecnologia, movimentação econômica, entre outros, as investigações mais acuradas mostram que são os Pequenos Negócios que sempre garantiram a subsistência e o crescimento da humanidade, tanto em seu aspecto individual quanto no coletivo (FOUTORA, 2019; MADUREIRA, 2011).

O setor cumpre um papel de destaque, justificado pela participação do número de pessoas e empreendimento envolvidos nesses seguimentos, pois de acordo com o Relatório Anual das Pequenas e Médias Empresas, da União Europeia, essas empresas representam 99,8% do total de empresas, respondem por 66,9% da mão de obra empregada e 58,4% do Produto Interno Bruto (PIB). A grande importância dos Pequenos Negócios para os territórios brasileiros, principalmente nos pequenos municípios, reside no fato de tais empreendimentos serem fontes de recursos para a população menos abastada e empregarem força de trabalho menos qualificada, desempenhando, portanto, importante papel na inclusão social e na ampliação das oportunidades de empreendedorismo (MADUREIRA, 2011).

Segundo o SEBRAE (2018), essas empresas possuem expressividade e veemência no empreendedorismo, uma vez que, “são as únicas capazes de levar bens e produzir serviços em qualquer lugar para qualquer cidadão, do mais perto ao mais remoto, a fim de atender necessidades individuais ou coletivas”.

Na visão de Madureira, (2011) existe ainda um setor de Pequenos Negócios que se ocupa da prestação de serviços terceirizados, ou seja, que desenvolve atividades-meio em nichos de mercado nos quais as grandes não têm interesse de operar, por meio de subcontratações ou assistências técnicas, por exemplo. Significa dizer que muitos Pequenos Negócios atuam de forma complementar às atividades das grandes empresas, sendo, inclusive, a fonte nascedoura de muitos microempreendedores individuais, principalmente dos profissionais das áreas técnicas. Dessa forma, os Pequenos Negócios

aqui descritos não têm uma produção destinada a satisfazer, diretamente, as necessidades de consumo da população. Diferentemente no Brasil, o seguimento de Pequenos Negócios apresenta uma enorme parcela de empresas sem o mínimo de estruturação, com reduzida produtividade e eficiência, com baixa participação do trabalho assalariado e maior participação relativa do trabalho do empresário e familiar. É elevada a importância destes tipos no interior do segmento de Pequenos Negócios no Brasil e suas diferenças são até mais marcantes em relação às pequenas empresas mais estruturadas do que em relação a muitas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores por conta própria (SANTOS, 2001).

Ainda observado por Santos, (2001), muitos pequenos empregadores com empresas juridicamente constituídas não desenvolvem suas atividades em estabelecimento próprio, assim como muito trabalhadores por conta própria trabalham no próprio domicílio e, em alguns casos, em estabelecimento específico para o desenvolvimento de sua atividade.

Nesse sentido, a expressão Pequenos Negócios será utilizada, neste artigo, como forma de referir-se a um universo que compreende tanto as Micro e Pequenas Empresas juridicamente constituídas, com estabelecimentos e empregados, como aquelas atividades desenvolvidas em estabelecimento específico ou as não estabelecidas com ou sem empregados, que, muitas vezes, estão classificados como MEI.

Resultados e discussões

Nas perguntas efetuadas aos empresários locais, as duas primeiras foram para conhecer o perfil do empreendedor, cujo resultado foi: 8,7% possuem mais de 51 anos; 60,9% dos entrevistados possuem entre 41 e 50 anos. Isso é importante porque mostra certa fase madura do empreendedorismo da cidade, composto por pessoas que devem possuir maior experiência com os negócios; 21,7% têm entre 31 e 40 anos; 8,7% possuem de 20 a 30 anos.

Os proprietários dos Pequenos Negócios são formados de 60% de homens e 40% de mulheres. Dados que respaldam o interesse feminino pelos negócios e que fortalece o trabalho do município com relação ao empreendedorismo das mulheres.

Com relação ao tempo de vida dos empreendimentos, 34,8% estão com seus negócios com até 5 anos, 26,1% de 5 a 10 anos e 39,1% a mais de 10 anos. Percebe-se que a maior parte são negócios já consolidados no mercado, pois já passaram dos números estatísticos que definem que os Pequenos Negócios morrem antes de completar 3 anos de vida.

Já com relação ao ramo de atividade destes Pequenos Negócios, 56,5% são empresas que estão no ramo de prestadores de serviços e 34,8% são do setor do comércio, sendo que apenas 8,7% são indústrias. Dois fatores podem justificar essa relevância de negócios no setor de prestação de serviços: primeiro são as atividades que mais atendem os grandes empreendimentos; e por segundo, pelo número de empresas neste setor que a cidade possui em atividade, são 12.251 empresas no setor de prestação de serviços em atividade no município.

Foi perguntado sobre a classificação dos empreendimentos e o resultado apontou: 34,8% são microempreendedores individuais; 30,4% são empresas de pequeno porte; 26,1% estão na situação de microempresa; 8,7% são consideradas uma grande empresa.

Parte importante dos negócios estão classificados como MEI. É perfeitamente compreensível porque os benefícios que estes seguimentos possuem é de suma importância para o desenvolvimento dos negócios, além de estar livre de toda a burocracia fiscal exigida pelo Estado para o controle dos impostos entre outros.

Com relação ao número de funcionários desses empreendimentos, foi respondido que 43,5% das empresas pesquisadas não possuem funcionários, 39,1% possuem até 10 pessoas empregadas e 8,7% de 11 a 50 pessoas e 8,7% mais de 100 pessoas empregadas.

Os MEI são empresas muito pequenas, muitas vezes é composta de apenas uma pessoa, o seu próprio proprietário; são profissionais liberais que observando possibilidades no mercado abrem seu negócio aproveitando os benefícios que este seguimento apresenta.

A pergunta seguinte foi sobre a percepção do empresário em relação à cidade: quais das características da cidade é importante para o desenvolvimento de seu negócio? As opções que se apresentavam era: número de população demográfica, presença de grandes empreendimentos, número de Pequenos Negócios, escolaridade da população. Assim, 43,5% dos entrevistados responderam que todas as alternativas eram importantes e incluíram outras como: busca por bem-estar e qualidade de vida e infraestrutura da cidade.

Na questão: seu negócio depende exclusivamente de uma grande empresa? Obteve-se: 73,9% disseram que não, 13% que sim e 13% disseram que depende de várias grandes empresas. A cidade que está no seu terceiro estágio de desenvolvimento possui uma diversificação muito importante de industriais, nesse sentido é uma grata surpresa que 73,9% dos entrevistados não dependerem de uma dessas grandes empresas.

Os empresários entrevistados entendem que o Governo Municipal pouco tem feito em relação aos Pequenos Negócios, pois 78,3% acreditam que a cidade não possui nenhum tipo de política pública que beneficie o desenvolvimento dos pequenos.

Já com referência à localização da cidade: 60,9% acreditam ser a mesma influência no desenvolvimento dos Pequenos Negócios, 26,1% não acreditam e 13% talvez.

Como a cidade possui algumas atividades voltadas para o empreendedor, este fato está justificado na resposta dos empresários à pergunta se eles já tinham estado em contato com algum movimento de empreendedores na cidade: 65,2% já estiveram 30,4% não.

Com relação a única pergunta aberta, as respostas foram as mais variadas possíveis, duas delas chamaram a atenção pela expressão: “Empresas que colocam o preço muito abaixo do mercado para atrair clientes” – resposta que pode ter reflexo em um mercado muito saturado de Pequenos Negócios e “Conseguir ter acesso aos grupos fechados que movimentam a cidade. Tanto para a divulgação do negócio, quanto para participar da prestação de serviço” – resposta que pode estar solicitando uma melhor liderança dos organismos representativos dos Pequenos Negócios.

A pesquisa de campo, encontrou empresários com certa maturidade e alguns com mais de dez anos estabelecidos no mercado. Parte dos empreendedores são do sexo feminino e estão centralizados no setor de serviços, porém, declaram não ter dependência do grande empreendimento. Presume-se que estes profissionais estejam explorando setores mais voltados à população diretamente como: professores, consultores imobiliários e profissionais da área da saúde e do bem-estar entre outros. Muito embora os entrevistados entendam não terem a dependência das grandes empresas, é importante ressaltar a importância dessas organizações para o território, pois são geradoras de empregos com melhores níveis de assalariamento.

Considerando o lema “nascida para o alto”, o município de Sete Lagoas tem forte expressão na economia mineira, considerada uma cidade média com atividades que influenciam o entorno e o desenvolvimento regional, contribuindo de forma positiva para a economia do Estado. Está muito

bem equipada para atendimento dos municípios menores que dependem dele em diversos quesitos como segurança, saúde, financeiro, entre outros. O município de Sete Lagoas possui diversos fatores característicos que influenciam o desenvolvimento dos Pequenos Negócios, sua localização, às margens da Rodovia Federal BR 040 e proximidades com os aeroportos de Confins e Pampulha, mão de obra tecnicamente especializada, bem como um parque industrial consolidado e diversificado, características que têm contribuído para que os Pequenos Negócios possam se desenvolver e crescer. Os resultados evidenciaram, portanto, que Sete Lagoas, com todos os atributos já mencionados, influenciam o desenvolvimento dos Pequenos Negócios, ainda que faltem caminhos a percorrer, quanto ao olhar dos organismos públicos para que suas políticas sejam mais bem direcionadas às Pequenas Empresas, objetivando continuarem a gerar empregos e renda para toda a sociedade setelagoana.

Referências

- ALVES, A. da S.; ALVIM, A. M. M.; BLAZ, K. T.; GOUVEIA, L. L. A. **Sete Lagoas: a influência de uma cidade média em sua Microrregião**. PUC MINAS, 2007.
- AZEVEDO, G. G. de. Os primórdios do povoamento e a evolução econômica da região de Sete Lagoas, Minas Gerais. **Boletim Mineiro de Geografia**. Belo Horizonte, MG: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de Minas Gerais, p. 15 a 38. 1957-1966. Semestral.
- DESA, U. N. **World urbanization prospects: the 2018 revision**. New York, 2018.
- ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **Redes** (St. Cruz do Sul Online), v. 10, n. 3, p. 47 a 55, 2005.
- EVANS, L. **Sete Lagoas vira retrato da crise com fechamento de empresas e desemprego**. O Estado de Minas, Belo Horizonte, 27 mar. 2016. Disponível em: <<https://url.gratis/8SG7LG>>. Acesso em: 18 ago.2021.
- FONTOURA, F. B. B. Desenvolvimento organizacional multidimensional: uma perspectiva crítica para o estudo de organizações familiares. **Tese**. (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.
- FRIEDEN, J. A. **Capitalismo global: história econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Conheça o Brasil: população**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca--brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- JUCEMG (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – REDEMG, Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas). **Estatística de empresas**. Impressão em 17 maio 2022.
- LIMA, J. G.; SILVEIRA, R. L. L. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar de nominal e conceitual: cidades de comando regional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 8 a 41, 2018.
- LORGA, M. A.; OPUSZKA, P. R. Tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas no Brasil e o princípio da capacidade contributiva. **Revista Jurídica**, UNICURITIBA. ISSN 2316-753X, v.1, n. 34, 2014.
- MADUREIRA, M. A crise econômico-financeira internacional e seus impactos sobre a preservação das microempresas e empresas de pequeno porte. **Dissertação**. (Mestrado - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2011.

- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2020.
- NOGUEIRA, M. Sete Lagoas: a dinâmica disfuncional de uma cidade média e sua inserção na rede urbana de Minas Gerais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 25, p. 48-60, 2005.
- NOGUEIRA, M. A autonomia de uma cidade média Sete Lagoas MG. **Geografia**, Rio Claro, v. 24, n. 1, p. 85-104, 1999.
- NOGUEIRA, M.; GARCIA R. A. **A Centralidade urbana de Sete Lagoas na região central de Minas Gerais: o que revelam os fluxos populacionais**. ResearchGate, 2010.
- PENA, R. F. Alves. **Cidades Médias**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/cidades-medias.htm>>. Acesso em: 18 de mar. 2022.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SANTOS, A. L. Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX. **Tese** (Doutorado em Economia). UNICAMP – São Paulo, 2001.
- SANTOS, A. H.; JAKOBSEN, K. A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. *In*: DALILA, A. O.; MARCIO P. **Devastação do trabalho: a classe do labor na devastação da pandemia**. Curitiba: Positiva, 2008.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **A diferença entre microempresa e a pequena empresa, 2010**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-emei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- SEBRAE. **Panorama dos pequenos negócios**. São Paulo, 2018.
- SIMONATO, T. C.; MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P. Urbanização, economia e mineração em Minas Gerais: aspectos contemporâneos de conflitos históricos. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.
- SOARES, M. P. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 45, p. 647-668, 2019.
- SOUZA, M. L. O que faz uma cidade? *In*: SOUZA, M. L. **O abc do desenvolvimento urbano**, cap. 1, p. 23 a 40, 2008.
- SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**, v. 2, p. 111-130, 2006.
- VERGARA, C. S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OS DOIS LADOS DA PAISAGEM CAFEIEIRA E OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 - 1930)

Jessica Fernanda Barauna¹⁰

Roberta Barros Meira¹¹

Os estudos acerca do café passaram a ser produzidos em sua maior parte a partir da década de 1930 no Brasil, pois, como cita Prado Jr. (1970), o café não tinha tanta importância até os primeiros anos do séc. XIX, sendo destinado primeiramente ao consumo interno das fazendas e propriedades e sem valor relevante na balança comercial brasileira. A Revolução Industrial não afetou fortemente o predomínio da produção agrária na balança comercial brasileira (FURTADO, 2005). Como o Brasil não tinha tecnologia própria e ainda não havia formado capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, sua única saída seria a expansão dos bens agrícolas no comércio internacional, e devido à baixa industrialização e abundância de recursos naturais, a solução era a exportação de produtos primários (FURTADO, 2005).

Porém, a maior parte das produções brasileiras já passavam por baixas de preços no mercado exterior ou diminuição da produção, como o ouro, o açúcar, o algodão, o fumo, o couro, o arroz e o cacau. Assim, o Brasil necessitava de um produto de exportação forte e oriundo do uso da terra, que era o fator de produção abundante no país. A disponibilidade de capital era praticamente nula e a mão de obra era em sua maior parte formada por pouco mais de dois milhões de escravos que prestavam serviços para a indústria açucareira ou executavam tarefas domésticas (LIMA, 2019).

Em contrapartida, as fazendas do Rio de Janeiro já produziam café desde o século XVIII, mas para abastecimento do mercado interno. Logo, pelo aumento da demanda de abastecimento do mercado externo, a produção se expandiu para o litoral-sul até encontrar no Estado de São Paulo condições excepcionais para seu cultivo. Em pouco tempo, o café entrou para a lista de exportações do Brasil e rapidamente alcançou o primeiro lugar, como destaca Mônica Ferreira Lima:

No primeiro decênio do séc. XIX, a produção cafeeira já contribuía com 18% do valor das exportações do Brasil, se colocando em 3º lugar, depois do açúcar e do algodão. Nos decênios seguintes passa a primeiro lugar, representando mais de 40% do valor das exportações. Todo aumento do valor das exportações brasileiras, no decorrer da primeira metade do séc. XIX deve-se, exatamente, ao café (LIMA, 2019, p. 22).

Ao se tornar a mercadoria mais comercializada e valiosa do Brasil, a economia cafeeira passou por um imenso crescimento, com o plantio do café crescendo mais a cada ano. Porém, como afirma Caio Prado Júnior (1976, p.226), o desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil foi muito irregular nas regiões brasileiras, “não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico”. Mas esse crescimento desigual e desenfreado da produção de café no Brasil gerou uma superprodução do produto, que aumentava a cada ano: 7.250 milhares de sacas em 1897-1898, 9.500 milhares em 1899-1900 e atingiu o recorde em 1901-1902 com 16.270.678 sacas (SILVA, 1976, p. 66).

10 Acadêmica do curso de História da Universidade Da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail para contato: <jessicafernandaabaraunaa@gmail.com>.

11 Doutora em História Econômica pela USP. Docente do curso de História e do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. E-mail para contato: <rbmeira@gmail.com>.

Somando a superprodução do café e as crises que o mercado internacional enfrentava, os preços da mercadoria foram diminuindo. Assim, o governo brasileiro viu a necessidade de implantar medidas que controlassem a produção e exportação do café e que aumentassem seu valor no exterior. Celso Furtado (1987) defende que a política do período era voltada para beneficiar o setor da oligarquia cafeeira, assim defendendo uma postura de quase total subordinação da política econômica da Primeira República aos interesses do setor cafeeiro.

Analisando os documentos oficiais do Brasil, é possível visualizar a preocupação de figuras históricas da época com a situação do mercado cafeeiro. Dentre elas, está presente o governador do estado de São Paulo do ano de 1899, Fernando Prestes De Albuquerque. Em uma mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, ele destaca:

[...] não darei por finda esta parte da minha exposição, sem recomendar à vossa patriótica solicitude o estado critico a que se acham reduzidas numerosas classes de nossos lavradores pela baixa excessiva do preço do café, a maior riqueza que produzimos, deparando-se sem os capitais preciosos para o custeio de suas lavouras, que representam anos de sacrificios e de trabalho, e sem encontrarem estabelecimentos de crédito a que possam recorrer em tão aflitiva situação. Nenhuma indústria pode viver sem capital e sem meios de credito, e por isso terei prestado incontestável serviço a numerosos concidadãos nossos, fomentando pelas medidas que julgardes mais sabias e criação de meios auxiliares da nossa grande indústria. É um fato que a nossa história demonstra que a lavoura do café tem atravessado os piores dias, sem jamais causar a ruína ou mesmo prejuízos aos estabelecimentos de credito territorial que com ela cooperam (ALBUQUERQUE, 1899, p. 17).

Ainda no ano de 1899, com Campos Salles na presidência da república, a taxa de câmbio começou a valorizar-se. Assim, com a junção da queda dos preços no mercado externo, a superprodução e a alta da taxa de câmbio, houve a criação do primeiro plano de valorização do café. Em 1902, passou a existir uma ideia de união entre os estados cafeeiros a fim de conter a crise iminente de superprodução. No mesmo ano, foi lançado um projeto prevendo a fixação de um preço mínimo em ouro por saca de café a ser comprada, cuja manutenção fora de mercado seria garantida pelo lançamento de um imposto sobre a exportação, igual à diferença entre o preço desta e a mais baixa cotação do produto vigente no mercado externo (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro – MPERJ, 1902: 54 e ss.).

Porém, devido a divergências sobre como conduzir a crise do café, somente em 1906 foram implementadas de fato as primeiras medidas efetivas de proteção aos cafeeiros e de valorização do produto, sendo esse ano considerado “chave” para alguns autores como Lima (2019, p. 88). Mas, como Boris Fausto (1995, p. 273) afirma, o Estado “não foi um simples clube dos fazendeiros de café. O Estado se definiu como uma integração nacional, que mesmo frágil, nem por isso era inexistente”. De acordo com o autor, o crescimento econômico do país e a maior parte dos empregos dependiam da economia cafeeira, sendo o Estado dependente da mercadoria para se ver prosperando.

É importante destacar que as medidas não foram feitas apenas para beneficiar os grandes cafeeiros, mas sim para a situação financeira nacional como um todo. A abolição da escravidão em 1888 foi um ponto chave para o Brasil, pois além de questões sociais, alterou significativamente a economia, tendo em vista que ex-escravos passaram a receber salários e mais pessoas foram contratadas para trabalhar nas lavouras, movimentando a balança comercial brasileira (LIMA, 2019, p. 26).

As primeiras medidas implementadas, conhecidas como “Políticas de valorização do café”, tiveram como principais características os empréstimos e a compra de milhares de sacas de café pelo governo, segurando a base da economia nacional da época. O Governo Federal se mostrou recluso quanto ao projeto, que, como trás Lima (2009), ficou explícito a resistência durante a tramitação do projeto do

Convênio no Congresso, sendo ela movida pelo presidente Rodrigues Alves, para quem “é um desacerto pensar que a lavoura do país não pode prosperar sem câmbio baixo. As estatísticas demonstram, ao contrário, que com taxas melhores do que as atuais, o preço do café tem tido alternativa de alta e de baixa, mas a lavoura tem vivido e prosperado” (Doc. Parl: 206).

Mesmo com a resistência por parte do Governo Federal, a quantidade de sacas disponíveis no mercado passou a diminuir e a mercadoria aos poucos voltou a ser valorizada. Mas novamente no contexto internacional iniciaram-se novas crises. Dentre elas, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, levando novamente o produto para uma posição mais baixa no comércio internacional. Sobre isso, a autora Julia Zonenschein Lederman (2009) destaca:

Com o início da Guerra, em 1914, cessaram as entradas de capital estrangeiro no país, o que acabou sendo o golpe final no mecanismo da Caixa de Conversão, que foi fechada em 15 de agosto, tendo o governo que retomar as emissões de notas do Tesouro. Como resultado, o câmbio começou a desvalorizar-se, passando de 16,1 pence por mil-réis em 1913, para 14,8 em 1914 e 12,6 em 1915 (LEDERMAN, 2009, p. 26).

Assim, a desvalorização da moeda nacional gerou uma forte crise no país, que se intensificou com a dívida externa de 10 milhões de libras esterlinas que o Brasil possuía (LEDERMAN, 2009, p. 27). Em meados de 1916, houve a pressão dos cafeicultores sobre o Estado para a criação de um novo plano de valorização do café.

Logo, a segunda valorização foi implementada, e dessa vez teve como medida de destaque a compra e armazenamento do café pelos governos estaduais e federais, a fim de armazenar temporariamente as sacas excedentes e sustentar o preço externo do café. Assim, o controle do comércio foi estabelecido, o valor do café voltou a subir e o país passou a ter lucro novamente com o produto. Porém, as safras continuaram aumentando em níveis alarmantes, com a previsão da maior safra de todos os tempos nos anos de 1920/1921. Houve novamente o pressionamento do Estado por parte dos cafeicultores, e como salientam Bertolani e Felipe (2015), “o Estado o fez, pois os seus interesses estavam intrínsecos às ações valorizadoras do setor, visto que o café era o alicerce da economia”.

Dessa forma, houve o terceiro plano de valorização do café, que foi marcado pelo debate entre aqueles que defendiam a emissão de moeda para a compra de sacas e aqueles que defendiam a utilização do crédito externo. Devido à crise internacional, havia a ausência de crédito externo e por isso, venceu a corrente dos “emissionistas” (LEDERMAN, 2019, p. 30). Segundo eles, a emissão daria mais autonomia ao Estado nacional e diminuiria a dependência diante do capital financeiro internacional (Perissinotto, 1994, p. 79).

Segundo Topik, em março de 1921 as operações de compra foram iniciadas e, ao final deste mesmo mês, cerca de 4,5 milhões de sacas foram adquiridas gerando um lucro de 130 mil contos (TOPIK, 1987, p. 90). De acordo com Lederman (2009), as três primeiras valorizações tinham se revelado um claro sucesso no que se referia à elevação do preço do café. A partir delas começou-se a cogitar a possibilidade de estabelecer mecanismos que garantem de forma permanente, e não apenas esporádica, a proteção aos preços do café.

Em 1922, a Câmara Federal aprovou o plano de Defesa Permanente do Café, proposto pelo então presidente Epitácio Pessoa e pelo recém-formado Instituto de Defesa Permanente a fim de manter sempre os preços do produto elevados. As medidas para defesa dos preços do café consistem: na concessão de empréstimos aos cafeicultores; na compra e retirada provisória do produto do mercado, visando regularizar a oferta; além do financiamento da propaganda no exterior, destinada a aumentar o consumo

do produto. Essas ações seriam viabilizadas pela criação de um fundo para a Defesa no valor de 300 mil contos de réis, quantia essa oriunda dos lucros com as operações da defesa; contribuições dos Estados; operações de crédito internas ou externas, além da emissão de papel moeda (FILHO, 2011, p. 3).

Porém, antes que o Senado aprovasse a lei que criava a defesa permanente, os bancos ingleses autorizaram um empréstimo de nove milhões de libras que foi solicitado anteriormente por Eptácio Pessoa para financiar a terceira valorização. Esse empréstimo, pelas suas cláusulas, impedia a emissão de papel-moeda. Além disso, o lucro das vendas dos estoques ficaria sob controle dos banqueiros. Portanto, as emissões e os fundos da terceira valorização não poderiam ser utilizados. O novo esquema nascia morto pela falta de recursos. Segundo Pelaez, O Instituto de Defesa Permanente “era divorciado da realidade a tal ponto que jamais foi implantado” (PELÁEZ, 1947, p. 71).

Assim, em 1924, os governos estaduais ficaram responsáveis pela manutenção do preço do café em seus respectivos estados. Com a perspectiva de uma enorme safra em 1927, foi realizado um “segundo convênio cafeeiro” entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, visando regular a entrada de café nesses portos. Segundo Lederman (2009, p. 34): “A limitação era um dos objetivos do Instituto, que ainda tinha como meta a publicidade e o financiamento. Com referência à publicidade, criou-se um fundo a partir de um imposto de 200 réis por saca de café exportada”. E, de acordo com Villela e Suzigan, a principal medida para realizar o financiamento foi através do “adiantamento de 60 mil réis por saca, feito pelo Banco do Estado de São Paulo aos cafeicultores”. Assim, esse empréstimo permitia aos produtores manter o café fora do mercado. (VILELA; SUZIGAN, 1975, p. 145).

As medidas do Instituto aliadas às políticas monetárias, encadearam um círculo vicioso: os estoques aumentavam os preços, que aumentavam a produção, o que impunha, por sua vez, o aumento dos estoques. Não demorou muito para que o Brasil enfrentasse uma nova crise de superprodução do café, que, somada à crise mundial de 1929, fez com que os preços caíssem imediatamente em 30% (PERISSINOTTO, 1994, p. 85). Os fazendeiros ficaram sem dinheiro para pagar os empréstimos recebidos devido à perda de valor dos estoques.

Com a crise de 1929, os EUA - principal consumidor do café brasileiro - reduziram quase que inteiramente a importação do produto, e o Governo Federal viu novamente a necessidade de intervir na situação. Porém, com a baixa das exportações, o Brasil entrou em uma imensa crise, dificultando o processo de valorização da mercadoria, que deu lugar a um processo feito apenas para tentar reduzir a queda dos preços. O plano consistia em destruir 1 milhão de sacas por mês, mas segundo Peláez (1971, p. 93), até mesmo a aquisição do produto era difícil. Ainda segundo o autor:

O problema era o trabalho físico de eliminar 40 mil sacas por dia. Diversos métodos foram experimentados. Chegou-se a despejar café no mar, utilizá-lo como combustível de locomotivas e até como adubo. No fim optou-se pela incineração, embora também apresentasse algumas desvantagens. Antes de atingir o ponto de combustão total, o café queimava lentamente durante muito tempo. Às vezes a queima de 15 mil sacas demorava até três semanas. Existia, também, o problema de manter um estoque e controlá-lo. Eventualmente, porém, as dificuldades foram superadas e o Brasil conseguiu desfazer-se, rapidamente, de seus estoques pela incineração (PELÁEZ, 1971, p. 93).

Considerações finais

A produção cafeeira é um dos temas mais expressivos e presentes de uma literatura agrícola que se fortalece no último quartel do século XIX e que avança de forma cada vez mais complexa pelo século

seguinte. A economia brasileira se modificou consideravelmente após a chamada Primeira República, desenvolvendo-se alguns setores, mas ocasionando graves consequências sobre outros. Deste modo, embora a História Agrária da Primeira República não tenha destaque na historiografia, é necessário resgatar os estudos sobre o período para que possamos ter uma visão mais ampla e esclarecedora dos impactos da agricultura para o desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, a cafeicultura e seus impactos é um dos temas essenciais para compreendermos a economia e política brasileira durante a Primeira República. O café se expandiu cada vez mais no Brasil devido ao fácil e rápido cultivo no solo brasileiro, mas com o aumento da produção passou a sofrer com crises de superprodução, influenciando diretamente o setor econômico nacional.

Assim, foram necessárias diversas medidas econômicas para valorizar o preço da mercadoria e evitar a decadência do principal produto exportado pelo país. Essas medidas ficaram conhecidas como “políticas de valorização do café» e foram implantadas durante a primeira metade do século XX. Mas, apesar dos problemas enfrentados, o café continuou sua expansão durante todo o período da Primeira República, escorado principalmente nas políticas governamentais, como os empréstimos tomados por São Paulo para estocar o produto. Dessa forma, os lucros dos cafeicultores foram razoavelmente mantidos (QUEDA, 1972). Desse modo, o objetivo da pesquisa foi analisar as influências do café na economia brasileira durante a Primeira República (1889 - 1930) e a forte imbricação das relações entre agricultura, economia e Estado.

Enfim, percebe-se como o café utilizou o seu impacto econômico para viabilizar os convênios que buscavam minimizar as crises de superprodução, evitando a perda do status quo dos fazendeiros tanto na esfera política como econômica. O Estado foi a peça-chave na continuidade da monocultura e da concentração de terras mantidas até o tempo presente. Ao privilegiar a valorização dos preços e a expansão da lavoura cafeeira, o país favoreceu a degradação do patrimônio florestal e a criação de paisagens cafeeiras consolidadas por políticas de auxílio estatal. A balança comercial do Brasil enfrentaria as crises de superprodução do seu principal produto ao mesmo tempo que manteria uma agricultura vampira, com fortes impactos sociais e ambientais. A valorização dos preços favoreceu principalmente as elites agrárias do país, gerando o aumento da desigualdade social e os abalos econômicos, como no caso da inflação e das crises de subsistência. Se olharmos os dois lados que se espelham na paisagem cafeeira, percebemos o progresso tão abalado pela elite e pelo Estado contrastando com os desastres socioambientais que marcam a história da introdução de uma planta “alienígena” nas terras brasileiras.

Referências

BERTOLINI, Mayara Lyra; FELIPE, Ednilson Silva. Estado, Política Econômica E Defesa Do Café No Brasil Na Primeira República (1889-1930). XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória/2015. Disponível em <<http://www.abphe.org.br/xi-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-12-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>>. Acesso em: 25/09/2022.

DEPARTAMENTO nacional do café. Defesa do café no Brasil. Coletânea de documentos oficiais, 2º volume. Rio de Janeiro: Departamento nacional do café, 1935.

FAUSTO, B. Pequenos Ensaio de História da República (1889-1945). **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n. 10, 1973.

FILHO, A. P. F. A política de defesa permanente do café na década de 1920 e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-1931): notas para uma história institucional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848253_ARQUIVO_OInstitutoDeFomentoEconomiaAgricoladoEstadodoRiodeJaneiro.pdf>. Acesso em: 25/09/2022.

FURTADO, C. M. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

LEDERMAN, J. Z. O desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro, 2009. 54 p. **Monografia** (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio De Janeiro.

LIMA, M. F. Primeira valorização do café: Convênio de Taubaté (1906 – 1914). Palmas, 2019. 99 p. **Monografia** (Bacharelado em Economia) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Tocantins.

PELÁEZ, C. M. As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. **Revista Brasileira de Economia**, n. 25 (3), julho/setembro, 1971.

PERISSINOTTO, R. M. **Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1994.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEDA, O. A intervenção do Estado e a agroindústria paulista. 1972. **Tese** (Doutorado em Agronomia). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, 1972.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

TOPIK, S. A Presença do Estado na Economia Política do Brasil – de 1889 a 1930. São Paulo: Record, 1987.

VILELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

O AMBIENTE INSTITUCIONAL E A OFERTA DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS: ESTUDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Claudia Freire Beux¹²

Tamára Cecília Karawejczyk Telles¹³

Judite Sanson de Bem¹⁴

1 INTRODUÇÃO

Em um breve histórico, a cultura e suas formas de manifestação sempre foram priorizadas no âmbito da Universidade, já demonstrada em 1937, através da reincorporação do Instituto de Belas Artes. Em 1984, houve a criação do Museu da Universidade, sendo que em 1986, o campus central da UFRGS transformou-se em um centro cultural, antevendo um meio de aproveitamento dos prédios históricos da Universidade. A partir do ano 2000, com a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico (SPH), a Universidade pôde fazer o planejamento, a execução, a recuperação, revitalização e restauração do denominado conjunto arquitetônico composto pelos doze prédios históricos que fazem parte do Projeto de Recuperação dos Prédios Históricos da UFRGS.

Com esse escopo cultural, abrangendo construções de arquitetura históricas, consideradas bens materiais do Estado e do País, somam-se os bens imateriais de suas atividades artísticas, coordenadas pela sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), que estabelece parcerias com instituições, por meio de projetos de extensão. As ações culturais da Universidade estão contempladas no seu planejamento estratégico, constituindo-se num processo transversal que perpassa a Administração Superior e suas Unidades Universitárias.

O trabalho objetiva verificar a existência dos bens culturais, especialmente os materiais, concernente a seus prédios, e abordar os principais serviços culturais prestados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de ações recomendadas e implementadas no seu Plano de Gestão (PG 2016-2020) e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2026). A pesquisa é descritiva, um estudo de caso com coleta de dados. A metodologia utilizada é de natureza aplicada, com enfoque qualitativo, e quanto aos procedimentos técnicos, documental e bibliográfica.

Este artigo é dividido em três principais sessões. A primeira sessão discute bens culturais. A segunda (02), considera o ambiente institucional e sua cultura. A terceira sessão (03), apresenta a discussão de dados, explanando sobre os bens culturais imateriais de seus prédios históricos e os serviços culturais oferecidos pela UFRGS não somente à comunidade universitária, mas à sociedade em geral.

2 BENS CULTURAIS MATERIAIS E IMATERIAIS

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um bem

12 Técnica da área de Planejamento e Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutoranda do Curso Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle – UNILASALLE. E-mail: <claudiabeux@yahoo.com.br> - <<https://orcid.org/0000-0003-4025-0664>>

13 Professora, Doutora do Curso de Graduação e do Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – UNILASALLE. E-mail: <tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br> - <https://orcid.org/0000-0003-3873-9858>

14 Professora, Doutora do Curso de Graduação e do Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – UNILASALLE. E-mail: <judite.bem@unilasalle.edu.br> - <<https://orcid.org/0000-0001-5206-5453>>.

cultural pode ser definido de diversas formas, de acordo com o período e a área abrangida. Segundo o Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, bem cultural, pode ser definido como “[...] um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (FERREIRA, 1986, p. 247).

O que hoje é designado como bem cultural, o Dicionário do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2017) menciona que - antigamente, nos tempos de guerra, e visando proteger as instituições -, eram debatidos como obras de arte, monumentos históricos, instituições ligadas às artes, à religião, à ciência, somando-se aos bens do ramo do conhecimento, dentre eles os relacionados à educação e ao serviço humanitário. Isso fazia sentido, pois estavam ligados às discussões diplomáticas e às reuniões com especialistas, representantes de assembleias, agregando parte dos países dos três continentes da Europa, das Américas e da Ásia, em grandes encontros internacionais.

Segundo Botrel, et al. (2011), a concepção de bens culturais ganhou outras conotações, de acordo com a época e com o meio. Houve tempos da história em que somente as obras de arte tinham importância e deveriam ser preservadas. Objetos e bens de cunho pessoal, principalmente se advindos de classes subalternas não representavam valor, mesmo os materiais encontrados nas escavações arqueológicas dos séculos XVIII e XIX. Mas gradativamente, a concepção de bens culturais foi modificando-se. O interesse utilitarista de outrora foi superado e a preservação dos bens culturais foi sendo valorizada, ainda que produzidos por determinada classe ou etnia, em qualquer local, sendo considerados como importante herança e legado de uma sociedade ou nação. É nessa ótica que os bens culturais são reconhecidos como um conjunto de patrimônios materiais ou imateriais de relevante significado para a coletividade, para a cultura humana e para a memória social.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dentre os bens ou patrimônios imateriais, podem ser destacados a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes de um povo ou sociedade. Os bens culturais materiais incluem os núcleos urbanos, as grandes edificações, igrejas, santuários, sítios arqueológicos e paisagísticos, como também bens individuais, móveis de uma determinada época, acervos arqueológicos, museus, documentos, bibliografias, arquivos, vídeos, fotografias, filmes. Dentre os bens culturais imateriais estão os de categoria de importância identitária e cultural, e destes fazem parte as representações, celebrações, expressões, conhecimentos, fazeres e técnicas (BOTREL, et al., 2011).

A Constituição do Brasil, de 1988, no seu artigo 216, incisos de I a IV, inclui entre os bens imateriais as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas (BRASIL, 1988, Art. 216).

Tecidas informações sobre o que são bens culturais e sua natureza, em um segundo momento, cabe abordar o ambiente em que se encontram, e o nexos deste com a cultura. Isso posto, é pertinente a compreensão das expressões “institucional” e “organizacional”.

3 O AMBIENTE INSTITUCIONAL E SUA CULTURA

Uma instituição, genericamente, está relacionada aos hábitos e costumes cristalizados, aos pensamentos comuns à maioria dos indivíduos, aos padrões concretos e a práticas solidificadas. Em uma instituição há um legado, uma legitimidade formal ou informal, e há políticas e normas que servem a um bem maior, à sociedade. “As instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao comportamento social” (ANDRADE, 2002, p. 51).

O conceito de “instituição” vem, por anos, fazendo parte dos estudos sociológicos e organizacionais, e alguns autores buscam esse conceito na antropologia. Para Hughes (1942), instituição é um empreendimento social, praticado de modo certo e contínuo, considerando seu estudo como o da sociedade em ação, mesmo que nos limites de construções sociais solidamente constituídas. Seu entendimento é que tais instituições são fenômenos sociais.

Por outro lado, Meyer e Rowan (1983) consideram as instituições sob a lente da sociedade pós-industrial, em que as mesmas refletem as estruturas organizacionais de uma realidade socialmente construída e influenciada pelo ambiente institucional. As regras institucionais racionalizadas interferem em maior ou menor grau na forma e na expansão da organização formal, de maneira que esta organização incorpora estas regras como elementos estruturais.

As organizações estão presentes no dia a dia do indivíduo, pois fazem parte das construções humanas e quase que de maneira imperceptível “[...] afetam fortemente cada aspecto da existência humana – nascimento, crescimento, desenvolvimento, educação, trabalho, relacionamento social, saúde, e até mesmo a morte” (SILVA, 2013, p. 43).

Andrade (2002) refere-se a três tipos de organizações: as organizações não institucionalizadas, as organizações institucionalizadas e as instituições, comumente ditas. As primeiras dizem respeito a jovens empresas que ainda não fixaram padrões, devido, principalmente, ao tempo de atuação. No segundo exemplo, enquadrar-se-iam órgãos e empresas públicas. No terceiro exemplo, caberiam os institutos públicos. Todavia, feitas as ressalvas, toda organização deverá, com o tempo, manter um perfil institucional. Como exemplos de instituição, citam-se: a judiciária, a educacional, a pública. O conceito de instituição é maior do que o de organização. Para este estudo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) será considerada sob o ponto de vista institucional.

Segundo Freitas (2009), o tempo faz com que cada instituição solidifique sua cultura, de maneira a cristalizá-la em seus valores, crenças e normas, reproduzindo-os em suas estórias passadas de geração para geração. Não obstante, como a cultura se recicla, cabe às instituições a prática de reverem suas posições e sua própria cultura. Para a autora, as instituições apresentam pilares constituídos de processos reguladores, regras normativas e construções cognitivas. Os pilares forçam as instituições e regularizam seus comportamentos; as normas apresentam um caráter prescritivo e avaliativo, mencionando como as coisas devem ser realizadas; o pilar cognitivo é o que dá sentido às coisas, dá representação, através de estruturas internalizadas.

A cultura organizacional é constituída por elementos, dentre os quais incluem-se os valores, as crenças e pressupostos, os ritos, os rituais e as cerimônias, as sagas e os heróis, as estórias, os tabus, as normas. Todos expressam a cultura das organizações. Ao seu modo, cada um contribui para tornar a organização envolvente e cheia de detalhes, sendo despercebidos de algum modo no cotidiano da vida organizacional. Entretanto, a linguagem é “funcionalizada”, as mensagens, os códigos, os comportamentos e o conteúdo são difundidos, perpetuados e passados aos mais novos (FREITAS, 2007).

Uma Instituição de Ensino Superior (IES), como a UFRGS, pode ser analisada sob dois aspectos: como instituição, através de padrões perenes e valores estabelecidos por meio de normas legais e pela prática de costumes e hábitos formados ao longo de quase um século de existência; e como organização, relacionada à educação e à sua comunidade acadêmica, composta por docentes, técnicos e alunos, visando a qualificação do ensino com o aprimoramento de seus procedimentos, processos e técnicas de gestão.

Bens culturais e serviços culturais da universidade federal Rio Grande do Sul (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com seus 88 anos, é uma instituição muito rica tanto em bens materiais como imateriais. Quanto aos bens materiais, a UFRGS apresenta, entre outros, um acervo edificado de expressivo valor histórico-cultural no contexto urbano da cidade de Porto Alegre, no qual convivem duas gerações históricas e artísticas de edificações dos séculos XIX e XX. O primeiro grupo é composto por doze edifícios construídos entre 1898 e 1928. Esse conjunto ilustra a Corrente Historicista, com traçado característico do estilo Eclético, estando onze deles localizados no Campus Centro, um no Campus do Vale e outro na Estação Experimental Agronômica (EEA). O segundo grupo, ou segunda geração, compreende quinze edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista, e que estão localizados nos *Campi* Centro, Saúde e Olímpico. A Capela de São Pedro, embora não faça parte da Primeira Geração de Prédios Históricos da UFRGS, por ter características arquitetônicas diferentes, é contemporânea a essas edificações e foi incorporada ao patrimônio da Universidade em 1960 (UFRGS, 2016a, s. p.).

De acordo com o Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, fazem parte dos prédios históricos: a Rádio da Universidade; a Capela de São Pedro; o Prédio Centenário da Escola de Engenharia; o Château; o Observatório Astronômico; o Castelinho; o Museu da UFRGS; a Faculdade de Direito; o Instituto Eletrotécnico; a Faculdade de Agronomia; o Antigo Prédio da Faculdade de Medicina; o Antigo Prédio do Instituto de Química (agora Centro Cultural), e o Instituto Parobé. Os prédios que compõem a segunda geração compreendem: o Anexo I da Reitoria; a Faculdade de Arquitetura; o Cinema e o Teatro; a Faculdade de Economia; a Escola de Engenharia; a Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação); a Faculdade de Educação; a Faculdade de Farmácia; o Instituto de Artes; a Faculdade de Odontologia; o Planetário; a Faculdade de Psicologia; a Reitoria; o Salão de Atos, e o Centro Natatório.

As edificações fazem parte dos bens culturais materiais da UFRGS, sendo que recentemente um deles, a sede da Faculdade de Química, situado no Campus Centro, passou por um processo de recuperação, sendo restaurado e transformado em um Centro Cultural em 2019. Este se transformou num equipamento cultural com programação ao público externo, mediante cotas de pagamento através de seleção de projetos por edital. As mostras são realizadas por meio de parcerias, destacando-se entre estas, principalmente, a Aliança Francesa, o SESC, o Instituto Goethe, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e Clube de Cinema de Porto Alegre. Além do Centro Cultural, a Universidade dispõe e gerencia, por meio do Departamento de Difusão Cultural (DDC), outros espaços culturais como: Sala Redenção, Cinema Universitário, Sala Fahrion, Salão de Festas e Galeria Maria Lucia Cattani.

O DDC é um órgão que faz parte da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFRGS, responsável pelo gerenciamento e execução dos projetos culturais da Universidade. O departamento desenvolve atividades artísticas, por meio de projetos como o Unimúsica, e o Unifoto. A Universidade acredita que a extensão é um dos seus pilares, ligando-a à comunidade, em todas as esferas do contexto social.

A Secretaria de Comunicação (SECOM) é outro órgão administrativo da Universidade preocupada com a cultura, manifestada por intermédio de equipamentos culturais como a Rádio, a TV e a Gráfica Universitária, comunicando-se com a sociedade através de redes interativas como o Facebook, o Twitter e o Instagram, e de projetos de desenvolvimento de plataformas digitais com o intuito de uma melhor comunicação institucional.

Em seu último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2016-2026), por meio de seus Objetivos de Impacto Social, mais especificamente de Interação, é demonstrado o compromisso da Universidade com a ampliação e o incentivo de sua interação com os demais segmentos da sociedade,

seja no campo acadêmico como também no cultural, social, artístico, promovendo a cultura da paz, o voluntariado, a partilha e a apropriação de saberes, e o respeito aos direitos humanos.

No Estatuto e no Regimento da UFRGS, em seu artigo terceiro, constam os princípios constitucionais pelos quais a Universidade é guiada. O primeiro item diz respeito à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Uma de suas finalidades é o desenvolvimento da produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão. Para atingir seus fins, no artigo sexto, a Universidade deve, dentre outros propósitos, constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária; e cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais (UFRGS, 1994a).

A Universidade apresenta o compromisso com a propagação do ensino e do saber, com a obtenção e com a troca de conhecimentos, posicionando a cultura em lugar de destaque e de constante atenção. Em uma digressão histórica, ratificando esse compromisso, no ano de 1949 foi criado o Setor de Cultura dentro da Universidade o qual se tornou, posteriormente, no Departamento de Difusão Cultural. Em 1954, iniciou-se a construção do prédio da Reitoria (que abriga a Administração Superior), sendo sua conclusão em 1957. Desde a década de cinquenta, neste prédio encontram-se o Salão de Atos e o Salão de Festas que passaram a fazer parte da vida social da Universidade e da Cidade, sendo também local para exposições de arte. Neste relato, cabe destacar sobre o Jornal da Universidade criado em 1997, com uma tiragem de quinze mil exemplares e com uma periodicidade mensal.

Considerações finais

Como expresso em seu regramento (Estatuto e Regimento) e condizente com seu planejamento (Planos de Gestão e de Desenvolvimento Institucional), a Universidade valoriza a cultura e suas formas de manifestação, quer implementando projetos, oferecendo serviços culturais à sociedade, quer promovendo ações, zelando pela conservação de seu patrimônio cultural material. Com o decorrer dos anos, e com a inexorável modificação dos tempos, a Universidade é, hoje, uma instituição que abrange todas as áreas do conhecimento, mas teve de se ajustar ao século XXI, sempre mantendo seus princípios e valores, tal como preconizado através do Art. 5º, título II do Estatuto: “A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão”.

A Universidade prioriza, por meio de atividades de extensão, a liberdade nas suas mais diversas formas de expressão cultural, das reportagens de rádio e TV, às mídias sociais e às artes cênicas. Nos diversos *campi* na Capital ou no Litoral Norte, a UFRGS não mede esforços em fornecer à comunidade universitária ensino de qualidade e de valorização às conquistas sociais obtidas ao longo de sua história. Seu Salão de Atos é um espaço para a convivência plural, para debates e apresentações que procuram levar à sociedade os mais variados temas sob diversos enfoques. Seus prédios centenários refletem a preservação da memória institucional e da produção artística, cultural e científica da Universidade.

Valendo-se desta pesquisa, chega-se à conclusão que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresenta um acervo de bens materiais e imateriais de relevância histórica, corroborada em documentos e referencial bibliográfico à coleta de dados. Paralelamente a seu universo institucional, serviços culturais são disponibilizados à sociedade, refletindo sua preocupação na propagação de ações culturais, como forma de valorização da cultura e, por consequência, de contribuição na formação do ser humano.

Referências

ANDRADE, R. F. As Análises Institucionalistas nas Organizações e o Conceito de “Institucional”. *Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura*. N.3, Portugal, 2002, p. 49-50.

BRASIL. Senado Federal. **Art. 2016**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_216_.asp>. Acesso em 16 jun. 2021

BOTREL, M. de O.; Araújo, P. G. de; Pereira, J. R. **Gestão de Bens Culturais no Brasil: desafios e perspectivas**. Universidade Federal de Lavras (Brasil). Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados?9411/PS0411_13.pdf>. Acesso em 27 mai. 2022.

FREITAS, M. E. de. **Cultura Organizacional** – Evolução e Crítica. Coleção Debates em Administração. Cengage Learning Edições Ltda. São Paulo, 2007.

FREITAS, P. A. S. – **Teoria Institucional Contemporânea**, cap. 3. Disponível em: <<http://www.dep.ufscar.br/blog/iod/wp-content/uploads/2009/12/1.3-SCOTT.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2021.

HUGHES, E. C. The Ecological Aspect of Institutions. *American Sociology Review*, v. 1, n. 2, p. 180-189, Apr. 1936.

IPHAN, 2017, s. p. - Verbete “Bem Cultural”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural.https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2019.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, n. 2, p. 340-363, 1983.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. **Instituionalized Organizations**: formal structure as myth and ceremony.

SILVA, R. O. da. **Teorias da Administração**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

UFRGS. **Anexo à Decisão nº 170/2017-CONSUN**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-170-2017-anexo>>. Acesso em 27 mai. 2021.

UFRGS. **Difusão Cultural**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/difusaocultural/>>. Porto Alegre: UFRGS, s. a. Acesso em 03 jun. 2021.

UFRGS. **Estatuto e Regimento**. Porto Alegre: UFRGS, 1994a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

UFRGS. **Os prédios Históricos**. Porto Alegre: UFRGS, 2016a. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/os-predios-historicos/>>. Acesso em 04 jun. 2021.

UFRGS. **PDI 2016 – 2026**. Porto Alegre: UFRGS, 2016b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pdi>>. Acesso em 31 mai. 2021.

UFRGS. **Preservação do Patrimônio Edificado da UFRGS - Château – Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural** – Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

UFRGS. **Relatório de Gestão UFRGS 2012**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/plano-de-gestao-2012-2016>>. Acesso em 04 jun. 2021.

ONDE ESTÃO AS ÁREAS VERDES URBANAS DE CANOAS, PATRIMÔNIO AMBIENTAL DA CIDADE?

*Diego Floriano da Rocha*¹⁵

*Duana Suelem Alves*¹⁶

*Cristina Vargas Cademartori*¹⁷

Introdução

Patrimônio ambiental é a soma de diversos bens imóveis com valor histórico e paisagístico para a humanidade, que incorpora a dimensão de cultura compreendida a partir de registros sobre invenção coletiva e temporal de práticas, símbolos e valores que marcaram a ruptura do humano com a natureza. Sendo assim, o patrimônio ambiental pode ser entendido como um bem cultural que constitui a identidade e à cultura dos diferentes grupos que compreendem a sociedade (LANNA, 2003). Desta maneira, o patrimônio ambiental não leva em conta apenas os recursos oferecidos pela natureza, mas também a forma como as pessoas interagem com esses recursos e os significados que lhes atribuem. O indivíduo é incapaz de observar espaços sem relacioná-los com fatos históricos e pessoas que compartilharam momentos de suas vidas nesses espaços (SANCHES, 2009).

Antes mesmo do aumento significativo da tecnologia, as cidades, sejam elas pequenas ou grandes, já sofriam com o crescimento exponencial da malha urbana. Agora, com o “boom” tecnológico, este avanço se dá de forma mais rápida e, muitas vezes, com impactos ambientais de maior intensidade e magnitude (GIANNINI, 1971).

“Em sua grande maioria, as cidades brasileiras estão passando por um período de acentuada urbanização, fato este que reflete negativamente na qualidade de vida de seus moradores. A falta de planejamento, que considere os elementos naturais, é um agravante para esta situação. Além do empobrecimento da paisagem urbana, são inúmeros e de diferentes amplitudes os problemas que podem ocorrer, em virtude da interdependência dos múltiplos subsistemas que coexistem numa cidade” (LOBODA, et al., p. 130, 2005).

Portanto, conciliar o crescimento urbano com a conservação dos remanescentes naturais, de forma a respeitar esses espaços, a biota nativa e as funções ecológicas que desempenham, implica em conservar o patrimônio ambiental, que também compõe a identidade cultural de indivíduos e grupos. Preservar áreas verdes em centros urbanos é tão importante quanto preservar prédios históricos, impregnados de tantos significados para a civilização. Ao recorrer à memória de comunidades locais, partindo de diálogos com as pessoas mais idosas e experientes, são frequentes as descrições de como era o ambiente há algumas décadas atrás, relatos sobre os costumes dos pais e avós, de como interagiam com o seu entorno e resolviam os problemas do dia-a-dia ou até como usavam plantas para amenizar dores ou outros problemas de saúde sem gravidade, depoimentos esses recheados de conhecimento empírico transmitido ao longo de gerações.

Parques e praças ganham notoriedade na Europa, como espaços de cultura e lazer, no mesmo

15 Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais. Doutorando em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. <diego.floriano89@yahoo.com>.

16 Graduanda em Ciências Biológicas. Universidade La Salle. <duana.alves0513@unilasalle.edu.br>.

17 Dr^a em Ecologia e Evolução da Biodiversidade. Docente do PPG em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle <crisrina.cademartori@unilasalle.edu.br>.

período em que lugares como esses também assumem importância nas Américas, a partir do século XVI, segundo Segawa (1996). Esses locais são ilhas em meio à matriz urbana, pois permitem admirar e contemplar a natureza, renovando vínculos e conexões com esses espaços. Então, preservar a biota local significa proteger o patrimônio público, assim como alguns dos elementos que compunham as paisagens originais da região. O objetivo desta pesquisa consistiu em mapear e indicar as áreas verdes de Canoas, considerando seu potencial para a conservação da fauna e flora características do município, buscando, assim, contribuir para a valorização desses remanescentes, patrimônio ambiental.

Referencial teórico

Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que representam testemunho material, com valor de civilização ou de cultura, por serem portadores de interesse cultural relevante. Instituída pela lei nº 310, de 26 de abril de 1964, a Comissão Franceschini definiu, em 1966, que “Pertencem ao patrimônio cultural da Nação todos os bens que tenham referência à história da civilização”. Estão submetidos à lei os bens de interesse arqueológico, histórico, ambiental e paisagístico, arquivístico e bibliográfico, bem como qualquer outro bem que constitua testemunho material com valor de civilização (ALEXANDRINO, 2011).

Massimo Severo Giannini foi um renomado jurista italiano que abordou como se via ou deveriam ser vistos os bens culturais e naturais na sociedade e no meio jurídico. Giannini, no seu estudo de 1971, questionou o uso da frase “defesa do ambiente e do patrimônio natural e cultural”, pois, segundo ele, a sociedade está constantemente criando, modificando ou destruindo o ambiente, seu patrimônio cultural e o seu patrimônio natural, o que torna a frase sem sentido. O autor descreve que o papel da humanidade é construção e destruição contínua. Lançado à perspectiva da época, Giannini sinaliza que o aumento da destruição dos bens naturais e culturais se dava principalmente por conta do avanço tecnológico, que permitia ao ser humano realizar mais atividades sem tanto esforço. O autor aponta, ainda, que em períodos históricos anteriores havia equilíbrio entre construir e destruir, mas com o aumento exponencial da força destrutiva da humanidade, a capacidade de construção foi ultrapassada pela de destruição (GIANNINI, 1971). Em seus estudos, ele conclui que bens culturais sempre foram objeto de propriedade dividida, pertencentes tanto ao Estado quanto ao setor privado.

O art. 216 da Constituição Federal define como patrimônio cultural brasileiro:

“Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os seguintes itens: formas de expressão, modos de criar, fazer, viver, criações científicas, artísticas, tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Em 1992, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) adotou o termo paisagem cultural como uma nova forma para classificar os bens culturais. Vinte anos depois, em julho de 2012, o Rio de Janeiro foi reconhecido como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural. Ainda, a Unesco definiu como paisagem cultural os seguintes lugares: Aterro do Flamengo, Floresta da Tijuca, Jardim Botânico, Corcovado, Pão de Açúcar, entrada da Baía da Guanabara e a praia de Copacabana. Os bens do estado do RJ incluem também o Parque do Flamengo, Enseada de Botafogo, Forte de Copacabana, Forte e o Morro do Leme e o Arpoador (IPHAN, 2014). Por meio da portaria 127/2009, o Iphan regulamenta, no Brasil, a paisagem cultural, definindo-a

como uma porção peculiar do território brasileiro, representada por áreas de interação entre o homem e a natureza.

Desta forma, existem outras características fundamentais para o reconhecimento da paisagem cultural, tais como: o convívio harmonioso entre a natureza e espaços urbanizados, os modos de construção, atividades sociais e culturais. Todos estes aspectos devem contribuir para a construção da identidade local.

A criação de parques e praças, no Brasil, deu-se desde o início da colonização do país. Tais espaços atraíam a atenção da população pelos elementos urbanísticos misturados a elementos naturais, tornando essas áreas locais de grande concentração de público (REIS FILHO, 1968). Com o passar do tempo, durante a colonização, houve a criação de alguns espaços públicos denominados, primeiramente, como jardins e, posteriormente, parques. Um dos primeiros parques criados no país foi o Passeio Público do Rio de Janeiro. A iniciativa decorreu da ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e as obras iniciaram em 1779 (SEGAWA, 1996).

As áreas verdes urbanas servem não apenas como áreas de descanso e lazer, mas também representam locais com funcionalidade multicultural, em razão de encontros e eventos que ali podem acontecer.

Neste contexto, a biodiversidade é componente inerente às paisagens culturais. Flora e fauna constituem grupos biológicos que evoluíram ao longo da história da vida no planeta, dando origem a milhões de formas aquáticas e terrestres únicas, resultantes de processos evolutivos singulares. Isto já é o suficiente para merecer zelo e proteção, assim como qualquer outro bem cultural (ALVES, et al., 2002). O Brasil é um dos maiores países da América Latina, tanto em território quanto em biodiversidade, possuindo o título de um dos países com a maior biodiversidade do planeta (país megadiverso). São cerca de 116.000 espécies animais e 46.000 espécies de plantas distribuídas por seis biomas terrestres e três grandes ecossistemas marinhos. Essa generosa variedade de formas de vida compreende cerca de 20% do total de espécies conhecidas no mundo. A biodiversidade brasileira é uma das maiores fontes de recursos do País, o que por si só já justifica a sua conservação, bem como do seu patrimônio genético, por meio do uso sustentável desses recursos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s.d.).

Metodologia

As áreas verdes do município de Canoas foram mapeadas por distrito (centro, nordeste, sudeste, noroeste e sudoeste), cada qual correspondendo a um conjunto de bairros. O mapeamento foi realizado por meio de ferramentas de sensoriamento remoto, análise de imagens do programa Google Earth, uso de indicadores do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, das bases de dados da prefeitura de Canoas, do Ministério do Meio Ambiente, do Map Biomas Alerta, assim como consulta às leis municipais. Dados secundários foram também obtidos por meio de buscas na literatura (artigos, dissertações e cartilhas educativas sobre fauna e flora urbanas).

A partir das análises iniciais, foram avaliadas as seguintes categorias de áreas verdes: unidades de conservação (UC), áreas de preservação permanente (APP), zonas de transição ambiental, parques naturais e urbanos, e praças públicas do município. O diagnóstico foi baseado nos seguintes critérios: número de áreas verdes por distrito, extensão territorial de áreas verdes por distrito, taxa de urbanização por distrito, ocorrência de fauna silvestre por distrito. A seleção dos parques e praças deu-se por meio de análise de imagens, considerando a variedade de habitats, a distância de áreas densamente edificadas ou

exposição à tráfego intenso, e a possível disponibilidade de recursos à fauna (alimento, água e abrigo).

Resultados e discussão

O Município de Canoas conta com 117 praças e parques urbanos, que em grande parte desempenham apenas função estética dentro do espaço urbano. Desse total, foram mapeadas 33 áreas verdes no município, considerando os critérios estabelecidos. Dentre estas, nove são APPs, referentes, majoritariamente, à proteção dos recursos hídricos do município, distribuídas em três distritos, exceto no Centro e no Sudeste, com um total de 61,2 km de extensão. A APP Arroio Sapucaia é a maior em extensão territorial, possuindo 12,4 km, seguida pela APP rio dos Sinos, com 11,2 km, e pela APP arroio Araçá, com 7,7 km. As demais têm extensão territorial igual ou inferior a 7,5 km.

O município possui quatro UCs localizadas e denominadas com o nome dos respectivos bairros onde se encontram: UC Guajuviras, Mato Grande, Ilha das Garças e Rio Branco. Dentre elas, a UC Mato Grande é a que possui maior área, seguida da UC Guajuviras, com 5,33 km² e 5,08 km², respectivamente. As quatro unidades de conservação somam cerca de 12,1 km² de área territorial.

Utilizando os critérios citados na metodologia, foram selecionados quatro parques da cidade, sendo eles: Parque Getúlio Vargas, Parque Eduardo Gomes, Centro Olímpico Municipal e Parque da Figueira. Além destes, foram selecionadas duas praças (Praia do Paquetá e Praça das 5 Colônias) e a APA Fazenda Guajuviras, totalizando, assim, sete áreas indicadas quanto ao seu potencial para a conservação de fauna, abrangendo 2,4 km². Ainda, foram identificadas 13 zonas de transição ambiental, somando 5,3 km² de área, e dois parques naturais, com aproximadamente 0,37 km².

O distrito Sudoeste reuniu os melhores resultados dentre os aspectos avaliados, seguido dos distritos Nordeste e Noroeste (Tabela 1). O distrito Sudoeste, embora esteja próximo a duas grandes rodovias (BR 116/BR 448) e apresente a 2ª maior taxa de urbanização recente do município, destaca-se por conter mais de 9,27 km² em áreas verdes, distribuídos em UCs, parques naturais e urbanos, e praças públicas, além de abranger cerca de 24,3 km das APPs e recursos hídricos de Canoas. Assim, é o distrito com maior potencial e importância para a conservação da fauna urbana silvestre do município (Tabela 1).

As áreas verdes urbanas, como parques e praças, além de refúgios para a fauna nativa remanescente, contribuem para uma melhor qualidade de vida em centros urbanos (CROMPTON, 2001; HARNIK, 2003; LIBRET et al., 2007). Parques, por exemplo, são caracterizados como um tipo de área verde urbana com extensa cobertura vegetal, gramada ou amplamente arborizada. Parques possuem como uma de suas principais características a integração da natureza em meio ao ambiente construído. São de grande importância nas cidades, pois algumas de suas principais funções são: ecológica, estética e lazer (MASCARÓ, 2002). Deste modo, preservar e valorizar estes espaços contribui para o estreitamento do convívio social e alívio de tensões do dia-a-dia, além de representarem, na maioria das vezes, os últimos refúgios à fauna nativa em meio à malha urbana.

A conservação destes ambientes deve ser planejada a partir de uma perspectiva multidimensional, pois a riqueza biológica e a diversidade sociocultural estão associadas. Logo, proteger a diversidade cultural resulta, também, na proteção da sociobiodiversidade. Sob o enfoque de patrimônios culturais imateriais, não há como dissociar cultura e natureza, e a perda de diversidade cultural resulta em perda de biodiversidade, pois os elementos da natureza também integram a cultura (SIQUEIRA, 2019). Portanto, preservar o patrimônio ambiental contribui para a conservação das identidades culturais e das memórias individuais ou coletivas, que encontram na Natureza referências importantes.

Tabela 1: Síntese dos resultados dos três distritos melhor avaliados quanto às áreas verdes de Canoas, Rio Grande do Sul.

Distritos	Pontos positivos	Pontos negativos
Sudoeste	Maior nº de áreas verdes (14)	Não apresenta zonas de transição significativas
	Maior extensão territorial em áreas verdes (9,27 km ²)	Segundo maior grau de urbanização recente
	Maior acesso as APPs e recursos hídricos (5)	Proximidade a duas grandes rodovias (BR 116/ BR 448)
	Maior conectividade entre as áreas	
Noroeste	Segundo maior nº de áreas verdes (11)	Acesso apenas a uma APP e recurso hídrico
	Terceira maior extensão territorial em áreas verdes (6,14 km ²)	Poucas áreas preservadas
	Maior extensão em zonas de transição (3,05 km ²)	Proximidade a três grandes rodovias (BR 116/ BR 386/ BR448)
	Grau de urbanização menos recente	
Nordeste	Terceiro maior em nº de áreas verdes (7)	Maior grau de urbanização recente
	Segunda maior extensão territorial em áreas verdes (6,84 km ²)	A região representa 40% dos animais recebidos no Zoológico Municipal de Canoas
	Segundo maior acesso a APPs e recursos hídricos (5)	

Referências

ABREU, E. F; CASALI, D. M; GARBINO, G. S. T; LORETTO, D; LOSS, A. C; MARMONTEL M; NASCIMENTO, M. C; OLIVEIRA ML; Pavan, S. E; TIRELLI, F. P. Lista de Mamíferos do Brasil. **Comitê de Taxonomia da Sociedade Brasileira de Mastozoologia (CT-SBMz)**, 2020.

ALEXANDRINO, J. A. M. O conceito de bem cultural. In: GOMES, C. A.; RAMOS, J. L. B. **Direito da Cultura e do Patrimônio Cultural**. Lisboa: AAFDL, 2011, p. 223-244.

ALVES, L. I. F; SILVA, M. M. P. VASCONCELOS, K. J. C. Estudo da discrepância existente entre a percepção ambiental da população de Juazeirinho-PB e as leis naturais. **Anais 54a. Reunião Anual da SBPC**. Goiana - GO, 2002.

CROMPTON, J. L. The impact of parks on property values: A review of the empirical evidence. **Journal of Leisure Research**, v.33, n. 1, p. 1-31, 2001.

GERHARDT, M; NODARI, E. S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 54, 19 dez. 2016. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**.

GIANNINI, M. S. Le basi costituzionali della proprietà privata (1971), ora in ID., **Scritti**, VI, cit., 185 ss., 225 s.

GONÇALVES, G. L.; QUINTELA, F. M; FREITAS, T. R. O. **Mamíferos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pacartes, 2014. 209p.

HARNIK, P. **The Excellent City Park System: What Makes it Great and How to Get There?** San Francisco, published by The Trust Public Land(2003).

LANNA, A. L. D. Os desafios do patrimônio ambiental como bem cultural no âmbito da USP. In: LANNA, A. L. D. **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: USP; Imprensaoficial, 2003. p. 41-46

LIBRETT, J; HENDERSON, K; GODBEY, G; MORROW, J. R. Jr. An Introduction to Parks, Recreation, and Public Health: Collaborative Frameworks for Promoting Physical Activity. **Journal of Physical Activity & Health**, v. 4, Suppl. 1, p. 1-13, 2007.

LOBODA, C. R, ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

MASCARÓ, L. J. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: UFRGS/FINEP, 242 p, 2002.

MELO, N. B. A. L.; MACHADO, N. G. **As fazendas históricas na formação da paisagem cultural piauiense: conceitos e definições teóricas**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda (RJ), Ahead of Print, 2021.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720)**. São Paulo: EDUSP, 1968.

SANCHES, L. P. Paisagem e meio ambiente. In: AHMED, F; COUTINHO, R. (Orgs.). **Patrimônio cultural e sua tutela jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 71-92.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SILVA, F. **Mamíferos silvestres: Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Via Sapiens; FZB-RS, 2014. 311p.

SIQUEIRA, A. M. A conservação do patrimônio cultural imaterial em sua relação com os usos dos bens naturais: uma análise a partir das experiências de salvaguarda da Roda de Capoeira e do Samba de Roda. 2019. 274 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PAISAGEM EM MOVIMENTO E AS NARRATIVAS MIDIÁTICAS DAS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

*Danielle Antunes DE OLIVEIRA*¹⁸

*Julia Helena de OLIVEIRA*¹⁹

*Mariluci Neis CARELLI*²⁰

*Patricia AREAS*²¹

Introdução

Nas últimas décadas houve um forte processo de intervenção urbana em diversas cidades, visando estabelecer, por meio de projetos e políticas públicas, mudanças na paisagem e nos espaços públicos, denominadas de “requalificação”, “reabilitação”, “revitalização” ou outros tantos termos. Sabemos que qualquer que seja a mudança na configuração de um espaço, estas acabam por gerar expectativas e impactos na comunidade, pois o espaço não é apenas um suporte inerte, mas uma paisagem ativa e parte da dinâmica cultural. Ribeiro (2007) bem coloca que paisagem não é somente o visível, ela incorpora valores humanos e pode ser interpretada a partir de seu conteúdo simbólico ou da relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz.

Com o objetivo de tornar tais projetos conhecidos, valorizá-los e gerar mobilização da população, são divulgadas as transformações pelos decisores públicos, por meio de um discurso institucional e midiático, em plataformas digitais, que constituem um complexo universo de fenômenos comunicativos, sociais e discursivos. Trata-se da comunicação pública governamental, que segundo Weber (2017), é engendrada pela sociedade e os diferentes públicos que a constituem, que se movimentam a partir de um tema, acontecimento, ou questão de interesse público. As estratégias de comunicação e as narrativas públicas a respeito das mudanças devem informar o que o projeto produz sobre os espaços e sobre as pessoas, pois é uma produção das relações entre comunidade-natureza, ou seja, é matéria-prima para a apropriação social (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). A partir desta necessidade comunicacional, buscase a legitimação das transformações realizadas, por meio de discursos, que de acordo com Van Dijk (2011), são produzidos e compreendidos como uma função de atitudes socialmente compartilhadas vinculadas às ideologias, normas, aos valores e, possivelmente, a outras formas de “cognição social”.

Sabe-se que a atual gestão da Prefeitura Municipal de Joinville, a maior cidade de Santa Catarina, com 604.708 habitantes, segundo estimativa do IBGE 2021²², por meio da Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano - SEPUR, estabeleceu como uma de suas prioridades a realização de estudos a fim de promover intervenções urbanas para a requalificação da área central da cidade. O “embelezamento do espaço” já era uma promessa de campanha do atual prefeito para Joinville, tendo como objetivo requalificar o centro da cidade e trazer um novo significado para o ambiente público, conforme noticiado

18 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, e-mail: <danielle.oliveira@univille.br>.

19 Graduada em Publicidade e Propaganda, e-mail: <juliaheoliveira@gmail.com>.

20 Doutora em Engenharia da Produção, e-mail: <mariluci.carelli@gmail.com>.

21 Doutora em Direito, e-mail: <patricia.areas@univille.br>.

22 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>>. Joinville está localizada na região norte do estado de SC, possui um IDH de 0,809, sendo o segundo município com maior PIB de Santa Catarina.

pela imprensa local²³. Contudo, ao comunicar as transformações urbanas para a comunidade, cria-se também um discurso a respeito da cidade e uma percepção das pessoas em relação ao espaço habitado. E dentro do contexto joinvilense, como está sendo desenhada essa construção discursiva que os gestores públicos utilizam para comunicar os projetos de transformação?

O objetivo deste artigo é analisar as narrativas, construídas pelos gestores públicos quanto aos projetos de transformação urbana de espaços públicos do centro de Joinville. Os referentes empíricos desta pesquisa foram as publicações oficiais do website da Prefeitura de Joinville no período de agosto de 2021 a agosto de 2022.

Paisagem cultural urbana e transformações nos espaços públicos

O enfoque da paisagem cultural permite entendermos o patrimônio como conjunto único e vivo, envolvendo a materialidade e as práticas sociais. Para Nascimento e Scifoni (2010), a perspectiva da paisagem cultural implica em que se identifique as relações estabelecidas entre as comunidades locais e a natureza, pois elas explicam como se deu a produção dos objetos materiais (cidades, edificações, campos de cultivo) e da vida imaterial (festividades, lendas, tradições, crenças, elementos simbólicos, memória coletiva). Nesse sentido, podemos entender a cidade como uma paisagem cultural, que segundo Besse (2013), é a forma espaço-temporal em que o habitar humano se desenvolve no mundo; ela é um elemento constituinte das nossas identidades pessoais e coletivas.

A cidade pode ser compreendida como um tecido vivo, composta por edificações e por pessoas, congregando ambientes do passado que podem ser conservados e, ao mesmo tempo, integrados à dinâmica urbana. Ela tornou-se um nível específico da prática social na qual se veem arquiteturas, praças, ruas, formas de sociabilidade; um lugar não homogêneo e articulado, mas um mosaico que expressa tempos e modos diferenciados de viver (ZANIRATO, 2009). No decorrer do século XX as cidades passaram por transformações baseadas em estratégias políticas e econômicas que ganharam inúmeras iniciativas e denominações, de acordo com a abrangência e tipo, como novos equipamentos e usos sociais, enobrecimento, patrimonialização, intervenções, conservação, requalificação, reabilitação, revitalização, refuncionalização ou outros tantos termos. Nascimento e Scifoni (2010) destacam que, para assegurar a proteção da paisagem, essas transformações devem compatibilizar-se com formas de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, de maneira a garantir a preservação e valorização do patrimônio cultural.

Esses processos de intervenção fazem parte de projetos urbanos estratégicos, definidos por gestores públicos, por meio de políticas públicas, com o objetivo de valorizar os espaços, atrair novos usos, gerar atratividade, promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural, entre outros. Leite (2009) também aponta que muitas intervenções modificam a paisagem urbana, atendendo às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana. Na paisagem a ser transformada há uma cultura, há memórias, há valores e uma identidade que sofrerão impactos, e, para Ribeiro (2018), há também as escolhas sobre como ela deve ser representada e gerida, sendo estes locais territórios de interação e práticas sociais, as mudanças atingem também as pessoas, os habitantes que utilizam e se apropriam cotidianamente desses espaços físicos.

O fato é que tais projetos desenvolvidos pelo poder público precisam ser promovidos para atrair a atenção da sociedade, além de gerar mobilização e valorização da população. Nesse sentido, lança-se

23 NDmais, 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/politica/relembre-as-promessas-de-campanha-de-adriano-silva-para-joinville/>>.

mão de estratégias de comunicação e narrativas na esfera pública entre o Governo e a sociedade, no ambiente da internet, nos espaços de organização e mobilização social como os sites e as redes sociais.

A comunicação pública midiática e o discurso

Os processos de midiaticização e de digitalização da sociedade têm influenciado todas as atividades comunicacionais, inclusive as relacionadas à comunicação institucional. Entendendo que a “publicidade de ordem legal e a comunicação institucional permitem que as ações dos poderes da república (Executivo, Legislativo e Judiciário) sejam visíveis à sociedade” (WEBER, 2017, p.41), percebemos que muitas são as transformações na comunicação pública e várias ferramentas têm-se apresentado aos profissionais que atuam na área, possibilitando a interação com o público, canais de comunicação direta e a participação cidadã, ancorados ao objetivo de visibilidade. Para Castells (2009), a internet e os meios que proporcionam comunicação através dela, são os grandes propulsores das modificações dessa nova sociedade, por alguns denominada de Sociedade em Rede (CASTELLS, 2009). A administração pública, inserida nesses novos espaços de comunicação, dispõe de websites governamentais, além de perfis em redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, ampliando o contato entre o poder público e a sociedade. Liberato (2011) destaca que os portais eletrônicos do governo estão assumindo cada vez mais a publicação de dados públicos, oferecendo informações sobre diferentes políticas desenvolvidas.

Bucci (2015) compreende que a única forma possível de se fazer comunicação no Estado se constrói por meio dos princípios e das diretrizes da comunicação pública. Nesse sentido, se faz necessário narrar os requisitos essenciais para a construção de uma comunicação estatal que atenda aos interesses da coletividade. Duarte (2009) propõe quatro eixos da comunicação pública: 1) transparência, ao abordar as questões de interesse público; 2) acesso, garantir aos cidadãos facilidade na obtenção de informações relevantes; 3) interação, criar mecanismos que estimulem a participação cidadã e 4) ouvidoria.

Esta nova maneira que os agentes políticos encontraram para estabelecer uma relação com os cidadãos é pautada por um discurso institucional, que de acordo com Van Dijk (2011), é estruturado sob o controle dos modelos de contexto que envolve o conhecimento de informações já publicadas, o modelo de contexto do editor, o modelo de contexto do jornal (ideologia), o conhecimento sobre o gênero, os principais tópicos do modelo de evento, o conhecimento e o interesse do público sobre o evento. A construção do discurso na comunicação pública é um dos pontos de análise que compõe o artigo, tendo em vista a narrativa como parte fundamental do processo comunicacional de intersecção entre pautas relativas a ações do poder público e a sociedade. Para alcançarem hegemonia, as narrativas midiáticas dependem de vários fatores, entre eles a necessidade de que as mensagens evocadas sejam mediadas pelos meios de comunicação e acessadas pelo público. Elas dependem da capacidade de mobilização do discurso e da ressonância com os seus receptores (FAIRCLOUGH, 2006).

Metodologia

A pesquisa de base netnográfica foi escolhida para a análise da comunicação mediada pela tecnologia digital e que utiliza a internet como instrumento de pesquisa (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011). Como técnica utiliza-se a análise do discurso, com uma abordagem sociocognitiva do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, VAN DIJK, 2008 e 2011), e as marcas de enquadramento propostas por Antunes (2009), que segundo o autor, dizem respeito a formas textuais e padrões discursivos sobre os quais a produção de sentido opera, em instância cognitiva.

Os referentes empíricos desta pesquisa foram as publicações oficiais do website da Prefeitura de Joinville, na área de “Notícias”²⁴, no período de agosto de 2021 até agosto de 2022. Antes deste período as comunicações institucionais estavam mais direcionadas ao tema da COVID-19, o que poderia afetar o resultado das análises. Foi usado como filtro de busca as palavras-chave relacionadas ao tema do projeto e o recorte geográfico referente a transformações ocorridas na área central da cidade. No final foram selecionadas treze (13) matérias para análise. Após a seleção, criou-se uma grade de análise para padronizar as informações e facilitar a visualização dos dados, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Enquadramentos textuais

Categorias		Exemplos de léxicos
Identificação	Data, título, sessão, hiperlinks	
Marcas	O que: tipo do espaço público	Rua, praça, jardim, travessa, espaço.
	Como: tipo da transformação/intervenção (denominação utilizada)	Refuncionalização, revitalização, reabilitação, renovação, requalificação, gentrificação, ressignificação.
	Onde: a transformação ocorreu, localização/região	Espaços públicos construídos na área central de Joinville
	Por quê: os objetivos e motivações da transformação	Modernizar, organizar, embelezar, recuperar, restaurar, trazer novos usos, regenerar, conservar, preservar. Aspectos sociais, econômicos e ambientais. Envolvendo a segurança, a acessibilidade e a saúde da população. O patrimônio, a cultura e o turismo.
	Quem: atores envolvidos	Iniciativa privada, associações, sociedade civil, órgão públicos, usuários do espaço.
	Quando: temporalidade da matéria	Antes, durante ou depois da transformação.

Fonte: Autoras (2022)

Buscou-se na frequência dos conceitos, nas marcações individuais do texto e no resultado de seu conjunto, os indicativos das formações discursivas, não constituindo da análise quaisquer questões político-partidárias.

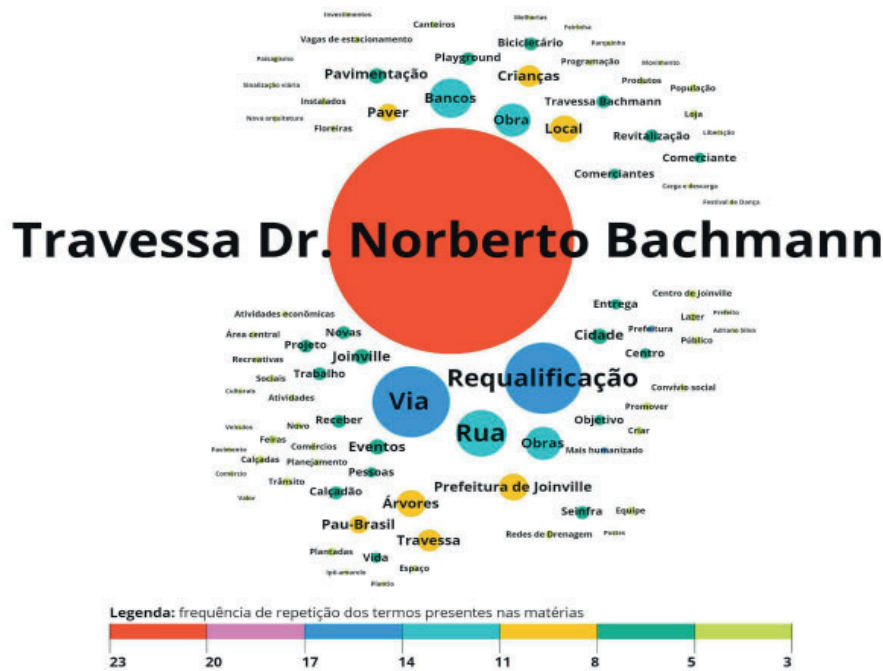
A narrativa de um espaço transformado na cidade de Joinville - a travessa dr. Norberto bachmann

Diante da proposta de analisar treze (13) publicações do site da Prefeitura Municipal de Joinville, da seção “Notícias”, a partir dos critérios estabelecidos, observou-se que as publicações configuram uma pauta recorrente ancorada por um planejamento de comunicação. No período definido houve uma intensa comunicação sobre a obra de transformação da Travessa Dr. Norberto Bachmann, contabilizando sete (7) notícias publicadas entre início e a entrega da requalificação do espaço, sob as quais ocorreu a análise a ser apresentada neste momento.

A Travessa Dr. Norberto Bachmann, é uma importante via comercial e turística do centro de Joinville, que pertence a área SE1 - Setor Especial de Patrimônio Ambiental Urbano - e que compreende as áreas que apresentam conjuntos arquitetônicos ou elementos naturais de interesse histórico, paisagístico ou cultural que devem ser preservados (IPPUJ, 2010). A categoria **Por quê**, utilizada para identificar as marcas textuais das transformações neste espaço público, foi importante para percebermos o que a narrativa construída pelos gestores públicos pretendia transmitir. Neste caso, os discursos: trazer novas atividades econômicas, sociais e recreativas, promover o convívio social e criar um local mais humanizado estiveram presentes em diversas matérias, conforme Figura 01, reforçando a ideia de que os gestores planejam para essa cidade a “criação” de novos espaços urbanos que contribuam para uma nova imagem de Alameda.

24 Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/?post_type=noticia&s=>>.

Figura 1 - Frequência dos termos nas matérias da Travessa Dr. Norberto Bachmann



Fonte: Autoras (2022)

A exemplo da comunicação ao longo do andamento da obra da Travessa Dr. Norberto Bachmann também foi possível perceber a utilização de um discurso de atualização das etapas do projeto, bem como um reforço do tipo de transformação que ocorreu (**Como**) e o seu objetivo por trás da transformação do espaço e, destacando o recorte discursivo 01: “O objetivo com a requalificação é criar um local mais humanizado e promover o convívio social”, presente em todas as notícias. O recorte elucida alguns dos principais objetivos do projeto: a requalificação, que no seu discurso, segundo Almeida (2001), evidencia a tentativa de inclusão social de uma população marginal em novos espaços sadios e revalorizados, onde relações sociais includentes seriam estabelecidas e reforçadas por novas funções urbanas.

No decorrer da materialização dos elementos finais arquitetônicos do espaço, houve a inclusão de entrevistas com comerciantes locais da via que imprimiram suas percepções sobre a obra, principalmente qualificando-a como uma importante ação de valorização do comércio local, impactando na melhoria da movimentação de pessoas e projeção de uma futura utilização para eventos e lazer, conforme o recorte discursivo 02: “A gente acredita que vai melhorar muito o movimento, já está melhorando. A rua estava muito feia e agora tá muito bonita. Já vemos mais comércios abrindo” e 03: “Isso aqui ficou muito bom, ficou maravilhoso! Vai trazer mais movimento para as lojas”, ressalta a comerciante”. São muitos os atores que participam do objeto de estudo, entre os quais os trabalhadores do local, ambulantes, a população que usufrui do espaço como um todo, entre outros. Ao ouvir e trazer as palavras dos comerciantes a respeito das melhorias realizadas, tem-se a narrativa de atrair e fortalecer as atividades econômicas. As atividades sociais, mencionadas no recorte discursivo 01 “[...] promover convívio social” não fizeram parte da narrativa, pois não houve nenhuma menção do poder público quanto a estes usos do espaço.

A análise revelou que não são enfatizados os valores histórico-culturais, considerando a área da qual a Alameda faz parte e também nenhuma menção à participação social (**Quem**) vinculada ao processo, esta que para Leite (2009) é fundamental para que o espaço se torne *locus* da igualdade, já que um espaço público deve suportar também as assimetrias de fala e participação.

As demais notícias analisadas apresentaram os seguintes termos, ordenados por frequência de aparecimento: requalificação, adoção de espaços públicos (fazendo menção ao projeto Joinville Mais Bonita), manutenção e revitalização. As mesmas seguem em processo de estudo para compreensão das narrativas construídas pelos gestores públicos. Além disso, partindo da premissa de que a relação entre imagem e texto constitui um melhor significado para a formação narrativa e para o entendimento da problemática colocada, a pesquisa será estendida para a análise dos *posts* no perfil da rede social *Instagram*²⁵ da mesma Prefeitura.

Referências

- ALMEIDA, M. A. R. de. Apresentação. In: MEYER, R. M. P. (Orgs.). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Associação Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2001.
- ANTUNES, E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Galáxia**, n. 18, 2009.
- BESSE, J-M. **Estar na paisagem, caminhar, habitar**. In **Paisagem e Patrimônio**. Aproximações Pluridisciplinares. Isabel Lopes Cardoso (Coord.), Porto: Dafne Editora/CHAIUAÉ, 2013.
- BUCCI, E. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BUCCI, E.; CHIARETTI, M.; FIORINI, A. M. **Indicadores de qualidade nas emissoras públicas** – uma avaliação contemporânea. Série Debates CI nº10. Representação da UNESCO, Jun 2012.
- DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina. 2011.
- IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Requalificação da área central de Joinville. Diagnóstico, 2010.
- LEITE, R. P. Espaços públicos na pós-modernidade, In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (Orgs.), **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009.
- NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.
- RIBEIRO, R. W. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. **A PAISAGEM COMO PROBLEMA: conhecer para proteger, gerir e ordenar**. Editora Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2018.

25 <<https://www.instagram.com/prefeituradejoinvilleoficial/>>.

UNESCO. Public broadcasting. **Why? How?.** 2001. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058>>. Acesso em 18 ago. 2022.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto. 2008.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto:** uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2011.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Orgs.). **Comunicação pública e política:** pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.

WORTHING, D.; GWILLIAMS, K. Managing (change in) the built cultural heritage. e CIB W070 2002 Global Symposium, 2002. Disponível em: <https://www.irbnet.de/daten/iconda/CIB_DC25103.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2022.

ZANIRATO S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória. **CEDAP**, v. 5, n.1, p. 137-152 -out. 2009.

MEMÓRIA OPERÁRIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS OCUPAÇÕES FABRIS EM JOINVILLE (2002-2007)

*Francisco Lino de Aviz Neto*²⁶

*Mariluci Neis Carelli*²⁷

*Daniela Pistorello*²⁸

Quando, em 24 de outubro de 2002, os trabalhadores na Cipla e Interfibra, contra a vontade de seu próprio sindicato, iniciaram a histórica greve desembocando na experiência de ocupação e controle operário nestas duas fábricas, não estava na *ordem do dia* produzir um processo capaz de ser patrimonializado ou refletido a partir desta categoria simbólica reificada. Contudo, lembrando Marx, os humanos produzem suas histórias, memórias e legados, mas as realizam defrontados pelas realidades que se impõem, que lhes cercam, que as fazem *Ser*. Estes imperativos transformaram as referidas ações operárias de 2002 a 2007, na cidade de Joinville, Santa Catarina, em marcos históricos passíveis da abordagem teórico-prática do campo do Patrimônio Industrial e da Memória.

Diante disso, observa-se que a memória do patrimônio industrial trata-se de um “dever de memória” das duas décadas desde a inauguração desta extraordinária experiência proletária, em uma cidade supostamente reacionária. Segundo Ferreira (2009), tal “dever de memória” surge do presente, este que caracterizamos pelo aprofundamento da crise capitalista com a desindustrialização, o desemprego, a fome e a crise política no Brasil e no mundo.

Assim, sendo a memória um elemento de disputas do tempo, problematizá-la a partir dos *controladores* - como eram chamados os operários e dirigentes políticos do caso estudado - trata-se de um fazer, essencialmente, político. Este posicionamento se aflora, passando a ser nuclear para esta pesquisa e trabalho patrimonial, quando se reforça a tentativa de implementação ideológica das classes dominantes joinvilenses.

Tendo isto como perspectiva, possivelmente aqueles operários de transformação de plásticos desejavam apenas escrever suas histórias pessoais da maneira mais calma e tranquila, vivendo com o que receberiam das promessas firmadas pelas relações capitalistas de produção, ou seja, alguma dignidade a partir do assalariamento. Entretanto, diante a crise deste modo produtivo, em especial, das fábricas em que estavam empregados, derivada da desastrosa administração de seu proprietário, Luis Batschauer, os anseios destes operários passaram a ser os mais básicos, que também estavam lhes sendo negado: o pagamento imediato dos salários atrasados, dos direitos trabalhistas e, sobretudo, a salvaguarda dos mil empregos fabris.

Com isso defrontaram-se e foram protagonistas em um movimento - sem exageros - de dimensões continentais. O Movimento das Fábricas Ocupadas possuía como basilar, além do marxismo enquanto teoria, a prática realizada pelos operários na Cipla e Interfibra, sendo os exemplos para trabalhadores da Argentina à Venezuela que, sob circunstâncias diferentes, também ocuparam e controlaram seus locais

26 Formado em História pela Universidade da região de Joinville – UNIVILLE, mestrando no programa de pós-graduação Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. E-mail: <aavizneeto@gmail.com>.

27 Mariluci Neis Carelli, professora do Programa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: <mariluci.carelli@gmail.com>.

28 Daniela Pistorello, professora do Departamento de História e do Programa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: <daniapistorello@hotmail.com>.

de trabalho, pautando a estatização dessas empresas recuperadas.

Assim, mais uma vez, mesmo que seja provável que estes protagonistas nunca tivessem interesse em tornar seus feitos uma discussão acadêmica e patrimonial, seu fundamental legado é a memória operária, que transmite ao presente a pujância desta história. Ela movimenta quem a conhece. Oferece o exemplo de possibilidade concreta e local dos ideários de superação destas relações burguesas de produção. E, indiscutivelmente, tal processo nutre o historiador e o profissional do patrimônio. Logo, compreende-se que a história e a memória destas ações operárias propicia o mergulho nas dinâmicas sociais deste tempo e problematizações para o Patrimônio Industrial.

Julga-se, então, que embora não seja *coisa* em si, não haja um monumento que representa esse processo ou que as próprias fábricas sejam em suas estruturas patrimônios históricos e culturais, as ações e as memórias dos controladores operários produziram efeitos de atribuição de valores deste coletivo para uma coletividade inserida no movimento operário e estudantil de Joinville e de todo o país. Isto nos enseja à discussão sobre algo *patrimonializável* ser aquilo que possibilite uma construção ideológica para criar, reproduzir ou combater relações na sociedade.

Sendo assim, o que é esta experiência de Controle Operário, avesso aos moldes cooperativos e autogestionários, dentro de um regime capitalista, senão a provocação prática e ideológica para as relações sociais? Trata-se de um patrimônio industrial e, ao mesmo tempo, imaterial que requer análise do que se rompeu e permaneceu. Mas, acima de tudo, dos seus significados para a atualidade, onde a crise do regime capitalista se aprofunda, os direitos trabalhistas são aviltados e a memória dos explorados e oprimidos segue sendo ocultada ou atacada.

A historiadora Márcia Chuva (2020) nos auxilia nesta perspectiva ao retirar o véu da sacralização do patrimônio, outrora visto somente “*como uma prática nostálgica para lidar com o passado, como um caminho para se integrar ao ‘mundo civilizado europeu ocidental’*”, pois expõe que “*memória e patrimônio são trabalhos do presente*” (CHUVA, 2020, p. 32). Ou seja, objetos sociais manejados pelos profissionais para responder questões de seu tempo. Definitivamente, este trabalho não se furta deste objetivo, mas torna-o central.

Como, portanto, não considerar tal processo histórico como cabível da abordagem patrimonial? Como não aproximar as ferramentas deste campo e as potências de salvaguardar a memória desta experiência que ousou extrapolar a ordem burguesa e as políticas de reforma deste *status quo*? E como, principalmente, não utilizar esses feitos como motor para aprofundar a problematização da própria categoria do *assim chamado* Patrimônio? São questões provocativas também para pensarmos e produzirmos pesquisa e divulgação científica para além do campo.

Conecta-se com a apreensão de Françoise Choay (2006) quando esta historiadora francesa explicitou que a própria ideia de conservação dos processos e patrimônios históricos é uma expressão utópica, pois não busca-se no presente trabalho meramente preservar a memória e a história desta ação operária. Julga-se problematizá-la, compreendê-la devido a especificidade de sua *práxis*, historicizá-la ao passo que, abertamente, maneja-a para trazê-la aos nossos dias. Procura-se produzir uma contribuição à mobilização da classe trabalhadora, que possui a potência de radicalizar-se, *pegar as coisas pela raiz*, ao conhecer sua história e suas possibilidades de ação.

Portanto, se, por um lado, o patrimônio consolidado ou, o que Laurajane Smith (2006) cunhou de Discurso Autorizado do Patrimônio, serviu e serve para justificar, corroborar e impor as ideologias, discursos e práticas burguesas e dos Estados Nacionais, por outro, este trabalho busca auxiliar na inversão desta ordem do campo patrimonial. Uma ambição nada fácil, mas possível e necessária para

as formulações e práticas patrimoniais já existentes. Aqui, tratando-se especificamente do patrimônio industrial, que compreendem como representativo a *vida viva* nos galpões, plantas e linhas de produção: a força de trabalho humana e seus enlaces com as relações capitalistas.

No Patrimônio Industrial, estas perspectivas são pensadas criticamente, em especial, pela historiadora Cristina Meneguello (2011). Segundo a autora, a patrimonialização industrial é atravessada por três possibilidades de pesquisa, sendo elas as dimensões físicas dos sítios industriais; a identificação e inventariação de maquinarias, esculturas, vitrais e todos estes elementos presentes nas fábricas e, por fim, a *ação*, a *memória* e a *centralidade* do trabalhador.

Esta última dimensão de pesquisa está relacionada tanto ao conhecimento técnico e o fazer operacional do ambiente fabril, quanto às relações sociais, trabalhistas e de poder no local de trabalho, podendo ser transformado em cultura industrial. A potência evidencia-se, essencialmente, pela vida humana, aquela que opera a máquina e produz a riqueza e a memória social. Ou seja, tamanha riqueza não se restringe ao produto e ao capital, mas se amplifica aos saberes e ciências desenvolvidas no espaço fabril e na sociedade que possui o ritmo do modo de produção capitalista.

Tendo isto em consideração, na esfera teórica, profundamente relevante para este trabalho, também torna-se intrigante a apropriação do método do marxismo, tanto por ser nuclear para o objeto de pesquisa estudado, quanto para o próprio pesquisador. Desta forma, adota-se aqui a premissa do *Trabalho*, esta relação, intervenção e modificação do humano na natureza, como a “*condição básica e fundamental de toda a vida humana, em tal grau que, até certo ponto, criou o próprio humano*” (ENGELS, 1876).

Tal conceituação se expressa como pedra angular para a classe trabalhadora não por um apreço teórico à modernidade ou um culto às abstrações e monumentos burgueses ao Trabalho, que possuem um interesse ideológico intensivamente consciente, como, por exemplo, nos condicionantes positivistas da ordem, do progresso e da produção. A caracterização de Engels sobre o Trabalho e sua adoção por aqueles que compõem a classe produtora na sociedade, como foram os operários de Cipla e Interfibra ocupadas, se dão devido às condições e necessidades materiais dessas personagens históricas e sociais, pois é assim que se engendra a sociedade capitalista.

Devido a isso, apesar da compreensão, respeito e certas assimilações às contribuições realizadas pelos teóricos pós-estruturalistas, pós-modernos e/ou decoloniais ao campo do Patrimônio Histórico e Cultural, este trabalho busca afastar-se das premissas dessas concepções. Ou seja, produz-se claramente no sentido crítico, com as ferramentas e em defesa do marxismo. As lentes, análises e propostas desta filosofia materialista, histórica e dialética são capazes de enxergar a realidade e a luta concreta das classes sociais que constituem o objeto de pesquisa deste projeto, tal qual integram toda a sociedade em nosso tempo. Como impresso na tese onze sobre Feuerbach (MARX, 1998), nisto reside a utilidade preponderante da teoria, que no presente caso adapta-se em: entender e interpretar as relações sociais e patrimoniais tendo como intuito problematizá-las para transformá-las.

Então, se tais cargas teóricas e trajetórias históricas, brevemente tratadas aqui, expressam que a ação e a memória operária dos processos gerados pelos controladores de Cipla e Interfibra não procuravam *fabricar patrimônio*, *pode-se* chegar a uma conclusão. Esta seria que o presente projeto, nutrido pelas leituras e discussões oportunizadas, apresenta-se como a arguição para a elaboração de uma patrimonialização, com ou não ativação patrimonial, que intencionalmente persegue os problemas, mas também a comemoração - no sentido de rememorar - e a consolidação dos valores destas ações de um passado não tão distante.

Neste sentido, reiterando, é crucial entremear o projeto e tais teorias do patrimônio com a História do Trabalho em Joinville. Assim como em outros locais, como na inglesa Manchester (MENEGUELLO, 2008), com suas particularidades, esta cidade do norte catarinense produziu seus mitos de origem e de desenvolvimento, seus patrimônios históricos e culturais dos discursos aos monumentos, para justificar a industrialização do município e doutrinar sua classe operária nos ditames do relógio e da ordem burguesa nestas terras.

Porém, a partir do ponto de vista crítico, não se tenta aqui utilizar das ruínas da ocupação - estrutura fabril, documentos comprobatórios/análíticos e memória dos envolvidos - como apenas um poder evocativo de um possível *mito dos controladores operários*. Embora se concorde que é trabalho dos historiadores construir o passado por meio das *ruínas*, como aponta Meneguello (2008), este projeto reforça a ideia de se manejar esse processo histórico para uma utilização clara e manifesta de agitação e propaganda operária na cidade de Joinville no tempo presente.

Novamente, é a tentativa de inverter a lógica burguesa de patrimônio, que do ângulo de sua classe institui seus patrimônios colonizadores, exploradores e ordeiros como os genuínos, os incorruptíveis e os únicos relevantes para o conjunto da sociedade. Ou seja, como materialização da produção da ideologia dominante, que assegura os seus interesses, enquanto classe dominante, como se fossem os interesses de toda a humanidade.

Esta disputa pelo patrimônio justifica-se pelo entendimento que o patrimônio é a expressão política da memória de uma classe, de um grupo social e/ou de um gênero humano. Com isso, ressalta-se a produção crítica e propositiva sobre o patrimônio industrial em uma cidade que se diz industrial. Mais que isso, quanto a um espaço fabril sem um valor arquitetônico consagrado. Surge, portanto, o que Poulot (2009) chamou de Patrimonialidade, isto é, a *potência patrimonial* que algo possui intrínseco a sua história ou existência, para além da sua ativação oficial. Vê-se isso no processo aqui estudado, o qual diz respeito as práticas e formulações daqueles trabalhadores que ocuparam, controlaram, planejaram, produziram, lutaram e resistiram na Cipla e Interfibra, entre 2002 e 2007.

Com isso, refletimos sobre a perspectiva de Candau (2011) quando afirma a ineficácia de uma Memória Coletiva, sempre imposta pelas classes dominantes. Caso esta opressiva memória coletiva, que seria capaz de compartilhar episódios e identidades supraclassistas, fossem vitoriosas, praticamente ontológicas de um povo, não haveriam memórias sociais antagônicas, nem a possibilidade da produção desta Memória Operária.

Assim, produzir e socializar uma pesquisa histórica e patrimonial desta natureza também pode auxiliar em uma caracterização que contrapõe os julgamentos que a sociedade joinvilense, em especial, a classe trabalhadora desta cidade, seja composta por essencialmente reacionários e conservadores passivos e ordeiros diante das complexidades políticas, sociais, econômicas e culturais. Também expressa a beleza da possibilidade de memórias feitas pela classe trabalhadora e pela juventude. Isto significa descortinar a história de um operariado integrante de uma classe que nas frestas e no combate contra-hegemônico consegue superar, em diversos momentos, as imposições da cidade e dos patrimônios da ordem burguesa.

Referências

- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHUVA, M. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, A. (ed.). **Seminários DEP/FLUP**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP: 2006.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1876. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- FERREIRA, M. L; M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio**. v. II nº 1 - jan/jun de 2009, p. 22-35. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em: 12 set. 2022.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Maria Flor Marques Simões (da edição francesa por Editions Sociales, Paris, 1948). São Paulo: Edições Mandacaru, 1990, p. 165.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MENEGUELLO, C. **Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- SMITH, L. **Uses of heritage**. London, New York: Routledge, 2006.

TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA E AS PAISAGENS VIVIDAS: ÉPOCA DE PANDEMIA COVID-19

Fernanda Dalonso²⁹

Mariluci Neis Carelli³⁰

Roberta Barros Meira³¹

Introdução

A paisagem vivida se aproxima de uma somatória de compreensões sobre o que é o vernacular, sobre a adaptação e as circunstâncias da vida. Paisagem vernacular é do mundo vivido, da existência cotidiana.

O objetivo da pesquisa consiste em analisar as paisagens vividas em época de pandemia COVID-19. Para compreender a paisagem como paisagem vivida, soma-se as compreensões do livro “O gosto do mundo: exercícios de paisagem” de Jean-Marc Besse e “do livro de John Brinckerhoff Jackson, intitulado *“Discovering the vernacular landscape”*”.

O vernacular no léxico da paisagem refere-se à adaptação, as circunstâncias, a “fábrica ordinária da paisagem” (BESSE, 2014, p. 127), onde se depende mais de táticas do que modelos estratégicos, sentido emprestado por Besse (2014) de Michael de Certeau (2014) para explicar que paisagem vernacular não é estática, que o universo dos costumes (não do plano) não são necessariamente a repetição, mas tentativas de viver, táticas de sobrevivência, uma paisagem existencial. Desta forma, a metodologia do estudo compreende no levantamento de narrativas sobre as paisagens vividas pela comunidade acadêmica da Univille durante a pandemia Covid-19.

Para a composição de uma “paisagem de pesquisa”, tem-se como referência a experiência de Michael de Certeau publicada nas obras “A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer” (2014) e “A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar” (2013) em que, as narrativas das paisagens são performances operacionais “práticas do espaço” (CERTEAU, 2014, p. 49) ou “relatos de espaço” (CERTEAU, 2014, p. 182), pois todo o relato é um relato praticado em um espaço.

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, com a concessão de bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Fundamentação

A paisagem quando compreendida como categoria para o patrimônio cultural, possui definições específicas dentro de seus instrumentos de preservação mundial (UNESCO) e nacional (IPHAN). Junto com outras compreensões que antecederam a adoção da categoria da paisagem cultural, em comum, apresentam apontamentos em suas descrições que remetem ao que é pictórico e natural.

O quadro a seguir (Quadro 1) apresenta uma breve análise das diversas concepções que antecederam a categoria de paisagem cultural.

29 Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade | Univille | <fernandadalonso2014@gmail.com>

30 Doutora em Engenharia de Produção | Univille | <mariluci.carelli@gmail.com>

31 Doutora em História Econômica | Univille | <rbmeira@gmail.com>

Quadro 1 – Concepções que antecederam a categoria de paisagem cultural adotada pela UNESCO.

Carta de Atenas	1931	Apontava uma preocupação com aspectos da visibilidade dos monumentos e de seu entorno. Preocupação com a ambientação de um determinado bem, em que algumas particularidades deveriam ser preservadas, mesmo que pitorescas. Preocupação com as plantas e ornamentos do entorno quem conservasse seu caráter antigo.
Convenção de Washington	1940	Tinha por objetivo de proteger e conservar a paisagem de beleza rara, a flora, fauna e belezas panorâmicas naturais dos países da América. A paisagem se encontra como uma das preocupações centrais, mas baseada na ideia de paisagem reduzida a natureza e ao belo.
12ª Conferência Geral da UNESCO	1962	Recomenda-se preservar os aspectos das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, resultantes da natureza ou da obra do homem e que representem um interesse estético ou cultural. Considera neste documento “centros históricos” como parte do meio ambiente.
19ª Conferência Geral da UNESCO	1976	Nesta conferência foi lançada a Recomendação de Nairobi (conhecida desta forma pelo local onde ocorreu), em que se discute a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua relação com a vida contemporânea. Na recomendação se define “conjuntos históricos” como todo o grupamento de construções e espaços que constituam o assentamento humano, seja urbano ou rural. Também se apresenta a ideia de “ambiência” com um quadro natural ou construído e que influencia a percepção destes conjuntos. No entanto, conjunto histórico e ambiência são vistos ainda como provedores de sentido ao que é considerado o bem principal.
Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas	1986	Ressalta a importância de se preservar as relações da cidade com seu entorno (natural ou criado pelo homem)

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2007) p. 38-41.

A chancela da paisagem cultural brasileira tem sua regulamentação pela Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009 e apresenta como definição em seu Artigo 1º “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASÍLIA, 2009).

A UNESCO apresentou a definição de Paisagens Culturais nas Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial como:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas (UNESCO, 2012, p. 14, tradução nossa).

Filósofo e doutor em história, Jean-Marc Besse (1956 -) tensiona o conceito de paisagem que por muito tempo foi satisfatório nos estudos e apresentações do tema, como geralmente a partir de um ponto que permitisse um certo domínio visual, que gerasse ao espectador um certo prazer estético, ou seja, como um conceito pitoresco e ornamental, geralmente ligado ao que é natural. O autor afirma que tal

conceito está em crise, apesar de muito vivo, especialmente nas expressões comerciais. Quais os acessos possíveis às paisagens além da vista? Qual a relação entre paisagem e poder? Qual o teor ideológico da paisagem? Quais valores uma paisagem propõe? Ao propor outras entradas de discussões paisagísticas, o autor apresenta sua visão sobre novas exigências teóricas e práticas sobre paisagens.

Uma delas é a paisagem vivida. Uma paisagem efêmera e que não é apropriada, seja por um indivíduo ou por um grupo, não existe pela permanência enraizada, é paisagem que habitamos. Besse (2014) discute o político e o vernacular na paisagem. A política na paisagem resulta de decisão-poder, caracterizada e marcada por uma grande escala, por grandes obras que organizam o território, com por exemplo, a estrada política modifica os locais e solos onde se assenta, um sistema que é técnico. Paisagem vernacular, também chamada de paisagem habitada ou paisagem vivida. A paisagem vivida é muito próxima ao que se entende por mundo da vida (BESSE, 2014).

A estrada vernacular são aquelas que as grandes estradas não levam, são as trilhas, as estradas antigas, as estradas que se ajustam e se modificam conforme sua prática (e não o contrário).

John Brinckerhoff Jackson (1909-1996), formado em história e literatura em Harvard, estudou brevemente arquitetura no MIT. Fundou a revista *Landscape*, qual foi editor de 1951 a 1968, onde também publicou e escreveu grande parte do conteúdo. Em 1968, em um discurso de cerimônia de formatura menciona ter sido um geógrafo amador. Neste mesmo discurso menciona várias experiências que o influenciaram, dentre elas a convivência com Carl Sauer (BALLESTA, 2016).

A transversalidade de suas abordagens em suas teorias paisagísticas contribuíra para estabelecer o vernáculo e o hodológico como objeto de pesquisa.

Sobre a natureza do termo vernacular, Jackson (1984) aponta que na arquitetura geralmente é usado para algo tradicional, indicando moradia rural ou de cidade pequena construída pelo homem comum, com técnicas locais e com o ambiente local em mente. Não está sujeito a moda, por isso, a palavra atemporal é designada muitas vezes para descrever as construções vernaculares.

Pesquisadores da arquitetura descobriram o vernáculo e desenvolveram grande parte das primeiras pesquisas, no entanto, outros campos de estudos como a geografia, a história (sobretudo a história social) e a arqueologia contribuíram para ampliar a definição do vernacular (JACKSON, 1984).

A paisagem vernacular está em consonância com a comunidade, são as formas de assentamento de tipo não político, como por exemplo o subúrbio. A relação próxima com o ambiente é típica da paisagem habitada, já a paisagem política é indiferente a topografia e a cultura do território. A singularidade da paisagem habitada é o que a define, com seus hábitos e costumes acumulados ao longo de uma lentada adaptação ao lugar, a topografia local.

Aqui cabe fazer uma conexão ao que Jackson (1984) introduziu ao léxico da paisagem, a palavra hodologia. O autor aproxima seu significado originário do grego *hodos* (rota ou jornada) ao sentido mais abrangente da compreensão, refletindo o termo caminho, em inglês *way*. Este termo, sendo muito mais antigo, acumulou diferentes significado e que fazem mais sentido ao que o autor apresenta em seu entendimento:

Way significa não apenas caminho, mas também é aplicado como direção e, por extensão, intenção e maneira. Nós 'temos nossa maneira' (*have our way*), 'fazemos as coisas de um jeito ou de um certo modo' (*do things in a way*), seguimos 'um modo de vida' (*a way of life*) (JACKSON, 1984, p. 21, tradução nossa).

A paisagem comum, ou vernacular, é constituída por seus habitantes praticantes. É a paisagem

das maneiras de viver, do cotidiano do homem comum.

Metodologia

Para o levantamento de 6 narrativas, as pessoas foram abordadas aleatoriamente com o pedido de compartilhar narrativas sobre suas paisagens vividas durante a pandemia Covid-19. Todas foram gravadas para a transcrição e uso na pesquisa, sem a identificação dos participantes.

Teve como universo da pesquisa a comunidade acadêmica da Universidade da Região de Joinville, que de acordo com seu regimento, nas disposições comuns da Comunidade Acadêmica, define no Art. 148 que “A comunidade acadêmica é constituída por profissionais da educação, pessoal administrativo e corpo discente da Furj/Univille” (CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 2016).

Uma “paisagem da pesquisa” foi composta pelo percurso que tem como referência a experiência de Michael de Certeau (2014) em seus trabalhos publicados nos livros “A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer” (2014) e “A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar” (2013). As paisagens vividas compartilhadas na pesquisa são ações narrativas, ou descrições orais de lugares. Um sistema linguístico de um enunciante focalizante que apresenta elementos do lugar praticado, desta forma, os modos de operação dos usuários da paisagem é o que se define como objeto da pesquisa.

A sistematização e análise dos dados teve como referência a revisão de literatura, convergindo aos objetivos propostos. A organização e o cruzamento das informações, interpretações e análise dos dados foram sistematizados a partir da produção empírica das narrativas coletadas. Prosseguindo, empregando a estratégia de comparação contextualizada dos dados sempre considerando a revisão de literatura e os objetivos delineados.

Análise e discussão

Pela amplitude e continuidade da pesquisa, um recorte foi realizado como maneira de apresentar resultados parciais, de maneira que um elemento da “paisagem da pesquisa” foi escolhido para esta discussão.

Táticas de sobrevivência

Um aspecto que converge entre as narrativas são táticas de sobrevivência durante o período de isolamento e distanciamento social.

Cabe apresentar a distinção de Certeau (2014) sobre estratégias e práticas. Ao que o autor chama de estratégia, refere-se ao modelo adotado pela nacionalidade, em que as relações são geridas por uma exterioridade, uma distinção do querer e poder em relação ao ambiente. Uma totalidade, um próprio. Para a tática, a definição é o oposto, é a maneira de aproveitar momentos oportunos, muitas das práticas cotidianas são táticas, são as maneiras de fazer e de sobreviver do homem comum, como a vitória do fraco sobre o forte “a tática é a arte do fraco” (CERTEAU, 2014, p. 95).

[...] minha casa, minha família protegida, é isso que vem sempre em mente [né] é lógico com essa proteção dentro de casa também veio o estresse, porque conciliar trabalho [é] aula online, várias reuniões ao mesmo tempo foram bem estressantes, mas no final de tudo isso eu só tenho a agradecer, porque consegui proteger minha família (Sra. P., Narrativa de paisagem concedida à

Fernanda Dalonso, 26 de setembro de 2022).

Esta paisagem demonstra a autenticidade em expressar preocupação e cuidado sobre a experiência concreta vivida. Uma vida cotidiana de medo, incertezas e dificuldades e que leva às várias tentativas de viver: resistir ao medo do vírus, manter-se ativo no mercado de trabalho e conciliar o cotidiano familiar dentro deste contexto.

[...] uma paisagem que um dia chamou a minha atenção e eu criei ela como um momento de fuga, um deleite em meio ao caos, que é um ângulo da minha janela [né] é um dia que eu estava trabalhando na cama [risos] como fuga também da sala, eu geralmente trabalho na sala, para ficar mais perto dos meus filhos e porque eles precisam que eu esteja perto se não eles vão aonde eu tô [né] é [pausa] eu precisei trabalhar no quarto e eu olhei para aquele ângulo e tinha só a natureza (Sra. C., Narrativa de paisagem concedida à Fernanda Dalonso, 21 de junho de 2022).

Representam a experiência concreta vivida no cotidiano, uma tentativa de sobrevivência e resistência, a tática, ao discurso defendido pelas instituições dominantes, a estratégia (CERTEAU, 2014). A vitória atravessa as narrativas como algo que leva as várias tentativas de viver.

Considerações

O objetivo desta pesquisa foi analisar as paisagens vividas em épocas de pandemia COVID-19. Besse (2014) ressalta a importância para a abertura de novas discussões sobre o que se entende por paisagem, problematizações que vão para além do que a vista alcança. O autor ao apresentar proposições sobre o entendimento de paisagens vividas, retoma conceitos apresentados por Jackson (1984) em suas pesquisas sobre a paisagem comum, a paisagem do mundo da vida em que traz ao léxico da paisagem o termo vernacular.

Desta forma, a pesquisa começa a ganhar *corpus* pela produção empírica com as narrativas sobre as paisagens vividas e uma “paisagem da pesquisa” começa a ser criada tendo como referência a experiência de Micheal de Certeau (2014), pois paisagens vividas metodologicamente são ações narrativas sobre os modos de operações do cotidiano, aqui como objeto de pesquisa em que o sujeito que narra é meramente enunciante focalizante.

O presente trabalho apresentou e discutiu um dos elementos da “paisagem da pesquisa”: as táticas de sobrevivência. Sobre as maneiras ou modos de vida cotidianos em meio ao caos pandêmico. As táticas sobre como seguir caminhando (no sentido *hodos*) diante do isolamento social. Outras considerações serão articuladas e analisadas na continuidade da pesquisa. O desafio segue com a identificação dos demais elementos, ou seja, a categorias a serem analisadas. Estarão submetidas às escolhas a partir do que está mais latente, para serem apontados, analisados e discutidos.

Referências

BALLESTA, J. **John Brinckerhoff Jackson**. Commencement Ceremony Speech, UC Berkeley's Department of Geography, 1986, Unpublished Text Presented and Translated by J. Ballesta. *LEspace géographique*, v. 45, n. 3, p. 225-231, 2016.

BESSE, J-M. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRASIL. **Portaria nº 127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Brasília: Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNIVILLE. Conselho Universitário. **Resolução nº 29/2016**, de 08 de dezembro de 2016. Aprova o regimento da Univille. Joinville: Conselho Universitário, 2016. Disponível em: <<https://www.univille.edu.br>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

JACKSON, J. B. *Discovering the vernacular landscape*. Yale University Press, 1984.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Center, 2012.

PELAS TRAMAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA: JOGO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

*Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto*³²

*Roberta Barros Meira*³³

*Mariluci Neis Carelli*³⁴

Introdução

Em uma disciplina da grade curricular do Curso de História da Univille, um graduando produziu um jogo didático para uma atividade sugerida por sua professora. Dado esse fato, o jogo apresentou boas considerações para ser comunicado em evento científico. Foi produzido na plataforma digital Seppo © e disponibilizado para usufruto a professora e aos colegas da disciplina. O jogo em pauta se intitula “Pelas tramas da Revolução Farroupilha”, que foi criado para compor uma nota de competência acadêmico. Possui um total de 11 questões em que os jogadores deverão respondê-las, de acordo com os seus conhecimentos sobre a Guerra dos Farrapos. Em síntese, o jogo está baseado nas pesquisas do historiador Anderson Marcelo Schmitt.

O contexto de produção do jogo didático

No curso de Licenciatura em História da Univille (Universidade da Região de Joinville), há uma disciplina intitulada “História e Historiografia do Brasil II”. Se trata de uma disciplina acadêmica que integra a grade curricular desse curso e que corresponde ao recorte histórico do Brasil Império. Na turma do terceiro ano dessa disciplina, a professora sugeriu, no terceiro bimestre, duas atividades avaliativas. Uma delas se tratava de realizar uma apresentação de alguma produção técnica autoral (podcast, vídeo, teatro, música etc.) que pudesse servir de instrução sobre uma das revoltas sociais que ocorreu no período atinente, tendo como regra: cada grupo de apresentação deveria pegar uma revolta diferente e, antes da apresentação das produções técnicas, deveria haver uma contextualização oral sobre o tema histórico selecionado.

Um dos acadêmicos acabou selecionando a “Guerra dos Farrapos” para compor a sua parte nessa atividade. Ele escolheu realizar essa atividade avaliativa individualmente e desejou, como produção técnica, criar um jogo didático. Esse jogo recebeu o seguinte título: “Pelas tramas da Revolução

32 Graduando de Licenciatura em História pela Univille (Universidade da Região de Joinville). Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). É o acadêmico que produziu o jogo didático apresentado. E-mail: <gabriel28_oliveira@hotmail.com>. Currículo lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2738602230109838>>

33 Possui doutorado e mestrado em História Econômica pela USP (Universidade de São Paulo) e graduação em História pela UFF (Universidade Federal Fluminense). É professora do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille (Universidade da Região de Joinville). É a professora da disciplina curricular apresentada nesse trabalho completo. Também é a coorientadora de Iniciação Científica do produtor do jogo didático apresentado. E-mail: <rbmeira@gmail.com>. Currículo lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5410201062168341>>

34 Possui doutorado em Engenharia de Produção, mestrado em Sociologia Política e graduação em Serviço Social pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). É a orientadora de Iniciação Científica do produtor do jogo didático apresentado. É professora dos cursos de Psicologia e Administração e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille (Universidade da Região de Joinville). E-mail: <mariluci.carelli@gmail.com>. Currículo lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8813616332452541>>

Farroupilha”. No final das contas, ele apresentou essa produção técnica em 12/09/2022 e recebeu a nota máxima da avaliação (10/10).

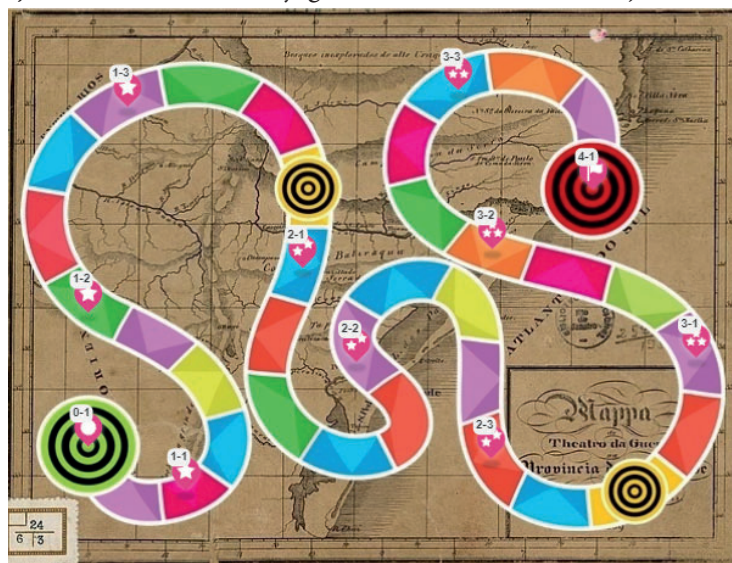
Síntese geral sobre o jogo didático

Esse jogo é digital e online e foi produzido na plataforma Seppo ©, todavia está desativado, pelo motivo de que, por estar hospedado em uma plataforma que exige pagamentos para a produção e hospedagem de games, não houve devidos recursos para mantê-lo ativado. Nessa questão, essa plataforma concede 30 dias gratuitos para a produção e ativação de jogos, o que, diante disso, foi apropriado ao acadêmico.

O jogo é um tabuleiro que possui 11 questões espalhadas pelo percurso. 4 questões são dissertativas, 6 são de múltipla escolha e uma é de “cruzadinha”. Essas 11 questões estão divididas em cinco fases: “Fase 0”, Fase 1, Fase 2, Fase 3, Fase 4 e Fase 5. A “Fase 0” possui 1 questão; a Fase 1 possui três questões; a Fase 2 possui três questões; a Fase 3 possui três questões; a Fase 4 possui 1 questão. O percurso é colorido e no fundo consta o mapa do teatro da Guerra dos Farrapos.

No que se refere a pontuação, todas as questões juntas valem 1000 pontos. Nesse sentido, se o jogador tiver o êxito máximo em todas as questões, ele acaba ganhando todos esses pontos, que podem ser convertidos em uma nota 10/10 caso esse jogo didático seja aplicado como atividade avaliativa em sala de aula. Diante disso, cada 10 pontos do jogo valem 0,1/10.

Ilustração 1 - Print de tela do jogo “Pelos tramas da Revolução Farroupilha”



Fonte: print de tela realizado por Gabriel H. de O. Furlanetto (2022).

Ilustração 2 - Mappa do Theatro da Guerra Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul (1839)



Fonte: Wikimedia Commons (2016).

As cores presentes no percurso do tabuleiro são as seguintes: verde; lilás; azul; amarelo; vermelho; magenta. A imagem escolhida para compor o fundo do tabuleiro se justifica para ilustrar uma fonte histórica que estivesse relacionada a Guerra dos Farrapos.

A questão da “Fase 0” está presente dentro do círculo verde listrado. As três questões da Fase 1 estão presentes entre o círculo verde listrado e o primeiro círculo amarelo listrado. As questões da Fase 2 estão presentes entre o primeiro e o segundo círculo amarelo listrado. As questões da Fase 3 estão presentes entre o segundo círculo amarelo listrado e o círculo vermelho listrado. A questão da Fase 4 está presente dentro do círculo vermelho listrado. Como se pode constatar, o círculo verde listrado é o início do percurso do tabuleiro, enquanto o círculo vermelho listrado é o final do percurso do tabuleiro.

Diante de tudo isso, é preciso levantar o conceito de “gamificação”:

A gamificação possui uma tendência para a aprendizagem e educação, ela promove a curiosidade, concentração, criticidade, socialização, autoconfiança, autoestima, interesse e motivação. Utiliza os recursos de um game para desenvolver uma aula divertida, mas com seriedade. A prática de ensino exige a consideração da avaliação entre os objetivos ligados a motivação dos estudantes, de gestão da turma, cognitivos entre outros (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Tendo essa premissa em consideração, o graduando esteve convicto de que as características presentes no tabuleiro podem colaborar pelo aprendizado e comunicação histórica.

Questões do jogo

A questão 1 está presente na “Fase 0”. Ela possui o seguinte título: “Diga o que você pensa - Parte Inicial”. Essa é uma questão dissertativa que explana o seguinte: “Antes que você adentre nas tramas da Revolução Farroupilha, diga o que vem em sua mente quando se menciona essa ocorrência histórica.”. O objetivo dessa questão é que o jogador possa conhecer os seus próprios pensamentos sobre o que é a Guerra dos Farrapos, o que irá colaborar que o próprio instrutor do jogo também conheça tais pensamentos.

Ela pode ser respondida junto de uma imagem, porém isso é opcional por parte do jogador. Ela vale no máximo 50 pontos e, como a resposta deve ser dissertativa, a pontuação não é automática, o que depende do instrutor do jogo para conferir uma nota de 0/50 até 50/50. Além disso, essa questão não possui tempo para responder, diferente de outras questões do tabuleiro.

No que se refere a segunda questão, ela inaugura a Fase 1, vale 50 pontos e tem o seguinte título: “O outro nome da Revolução Farroupilha”. Não é preciso adquirir determinados pontos na primeira questão para o jogador adentrar na fase 1. Essa segunda questão do tabuleiro consiste em uma pergunta de múltipla escolha:

Vamos começar com uma questão simples:

Em oficialidade, a Revolução Farroupilha também tem outro título. Qual seria?.

- Guerra dos Farrapos
- Proclamação Farroupilha
- A Guerra dos Dez Anos
- Revolta dos Dez Anos

A resposta correta é a seguinte: “Guerra dos Farrapos”. Se o jogador acertar essa questão, ele ganha 50 pontos, mas, se errar, ele não ganha nenhum ponto. Ademais, essa questão deve ser respondida em 1 minutos, tendo o temporizador dessa questão iniciado após a sua abertura. Caso o jogador não responda a tempo, ele perde a questão e não ganha nenhum ponto.

Atinente a terceira questão (Fase 1), essa é também de múltipla escolha, vale 50 pontos e tem o seguinte título: “O início e o término”. Essa é a pergunta:

Tente responder uma questão simples:

Qual foi o ano de início e o ano de término da Revolução Farroupilha?”. Há um total de quatro respostas presentes e elas são as seguintes:

- Iniciou em 1835 e terminou em 1845.
- Iniciou em 1833 e terminou em 1839.
- Iniciou em 1844 e terminou em 1846.
- Iniciou em 1835 e terminou em 1846.

A resposta correta é a seguinte: “Iniciou em 1835 e terminou em 1845?”. Há um minuto para respondê-la.

Já a quarta questão (a última da Fase 1) é dissertativa, vale até 50 pontos e tem o seguinte título: “A questão do charque - Parte 1”. Essa questão explica o seguinte:

Para se aprofundar nas tramas da Revolução Farroupilha, é necessário que você saiba o que é “charque”.

Tendo isso em vista, selecione na internet uma imagem disso, dê upload dela nessa tarefa e comente o que você acha desse produto através de uma análise da imagem escolhida.

Não tenha receio de usar as suas subjetividades e a escrita em primeira pessoa. A qualidade de sua resposta será avaliada.

Essa questão é semelhante a primeira, pelo motivo de que a resposta aceita explicitamente as subjetividades do jogador, na medida coerente em que essa deve ser devidamente descrita. Essa questão, além de aceitar texto, também aceita imagens, dado que é obrigatório por parte do jogador dar upload de alguma imagem demandada pela questão. Além disso, há 10 minutos para responder essa questão.

A quinta questão é a que inaugura a Fase 2. Para chegar nessa fase, é necessário que o jogador tenha ganhado um total de 100 pontos pelas fases anteriores. Se ele tiver menos de 100 pontos, ele ficará trancado no percurso, o que ocasiona o fim de jogo. Essa questão, que é de múltipla escolha, vale 100 pontos e tem o seguinte título: “A questão do charque - Parte 2”. Essa questão explana o seguinte:

O charque foi o produto mais importante para a economia da província do Rio Grande do Sul. Nesse assunto, é necessário saber que gado e sal são fundamentais para a produção desse alimento. Saiba também que um dos motivos que colaborou no surgimento da Revolta Farroupilha foram as dificuldades econômicas que a província do Rio Grande do Sul se deparou na produção e venda do charque.

Diante dessa questão, selecione as premissas que fundamentam essa circunstância histórica:

I - Aumento do imposto de importação de sal.

II - Impostos altíssimos sobre cada légua quadrada destinada a pastagem.

III - Permissividade imperial pela importação de charque internacional.

IV - O limite de vendas desse produto dentro do território da província do Rio Grande do Sul, para o favorecimento da província do Rio de Janeiro.

Somente a I e a III.

Somente a I e a II.

Somente a I, a II e a III.

Todas as premissas estão corretas.

A resposta correta é a “Somente a I, a II e a III” (SCHMITT, 2018), e há 5 minutos para responder essa questão. Se o jogador escolher a resposta correta dentro do limite de tempo, ele leva 100 pontos.

Já a sexta questão (Fase 2) vale 100 pontos, é de múltipla escolha e tem o seguinte título: “A questão do charque - Parte 3”. Ela explana o seguinte:

Uma tese tradicional sobre o advento da Revolução Farroupilha é a de que o aumento do imposto imperial sobre o charque foi o especial motivo para o surgimento dessa guerra. Todavia, em uma historiografia mais atualizada, isso não procede, pois o principal motivo da deflagração foi:

A destituição de dois influentes militares.

O aumento de imposto na importação de sal.

A instituição de um imposto de 10.000 reis por légua quadrada de pasto.

O excesso de administradores imperiais na província que não eram naturais do Rio Grande do Sul.

A resposta correta é “A destituição de dois influentes militares.” (SCHMITT, 2018). Essa questão tem um limite de tempo de 3 minutos para responder. Se o jogador escolher a resposta correta dentro do limite de tempo, ele leva 100 pontos.

No que diz respeito a sétima questão (a última da Fase 2), ela é de múltipla escolha, vale 100 pontos e tem o seguinte título: “O que aconteceu com os escravos?”. Ela explana o seguinte:

Houve a participação de escravos na Revolução Farroupilha. Alguns deles entraram nesse evento por fidelidade ao senhor, enquanto outros participaram para arranjar um meio de fugir.

Nesse contexto, ocorreu de escravos se disponibilizarem aos farroupilhas para lutar, no pedido de que obtivessem alforria.

Entretanto, após o término da Revolução Farroupilha, ocorreu um fim muito lamentável aos escravos que lutaram ao lado dos farroupilhas. Qual foi esse fim?

- Traição. Foram entregues ao Governo Imperial.
- Massacre. Não houve concessão de alforria, e, para evitar revoltas, os farroupilhas mataram os escravos que participaram da guerra.
- Prisão. Não houve concessão de alforria, e, para evitar revoltas, os farroupilhas prenderam os escravos que participaram da guerra.
- Isolamento. Separaram os escravos que participaram da guerra foram deportados para diferentes regiões da província, para impedir que criassem grupos de revolta pela alforria não concedida.

A resposta correta é a seguinte: “Traição. Foram entregues ao Governo Imperial.”. Essa questão tem um limite de 1 minuto para responder. Se o jogador a responder corretamente dentro do limite de tempo, ele ganha 100 pontos.

A questão 8 (a que inaugura a Fase 3) é dissertativa, vale até 150 pontos e tem o seguinte título: “Foi um conflito das elites”. Para o jogador ter acesso a Fase 3, é necessário que ele tenha ganhado 200 pontos no total durante o seu percurso da primeira até a sétima questão.

A oitava questão é dissertativa e não permite a inserção de imagem (apenas de texto). Ela explana o seguinte:

A Revolução Farroupilha foi um evento que nasceu dos conflitos entre elites, ou seja, não foi uma revolta que nasceu nas classes populares e nos grupos escravizados.

No entanto, a pintura “Alegoria do Sentido e Espírito da República Farroupilha” (de Hélios Seelinger, 1926) negligencia esse fato.

[A pintura em pauta].

Tendo isso em vista, disserte sobre o que essa obra contrasta em relação ao fato histórico mencionado.

Ilustração 3 - Fotografia da pintura “Alegoria do Sentido e Espírito da República Farroupilha” (de Hélios Seelinger, 1926)



Fonte: Rethalhos Culturais (2012).

Há 7 minutos para responder essa questão. Como é uma questão dissertativa, a pontuação vai de 0 até 150 pontos e só é auferida com a avaliação do instrutor, ou seja, a pontuação não é automática (diferente das questões de múltipla escolha). Se o jogador não responder a questão até o limite de tempo, o instrutor terá de dar nota 0 para ele.

Concernente a questão 9 (Fase 3), ela é de múltipla escolha, vale 150 pontos e possui o seguinte título: “Historiografia: a arregimentação das tropas”. Ela explana o seguinte:

No que se trata da arregimentação de tropas farroupilhas, a maior quantidade dessas tropas era formada por pessoas comuns e sem muito poder aquisitivo. Nisso, há duas abordagens historiográficas diferentes no que refere a arregimentação dessas tropas. Quais são elas?

I - Uma delas diz que os soldados ganhavam muitos recursos financeiros para se voluntariarem na guerra, enquanto a outra diz que eles recebiam poucos desses recursos.

II - Uma delas diz que o serviço para as tropas foi feito de modo voluntário, enquanto a outra diz que o serviço era obrigatório.

III - Uma delas diz que a população pobre das cidades mais afastadas do norte da província deveria obrigatoriamente servir, enquanto a outra diz que isso foi opcional. IV - Uma delas diz que os responsáveis pela arregimentação das tropas deveriam pertencer às elites, enquanto a outra diz que isso não era obrigatório.

- A primeira opção é a correta
- A segunda opção é a correta
- A terceira opção é a correta
- A quarta opção é a correta

A resposta correta é a segunda (SCHMITT, 2018), e o jogador terá um limite de tempo de 3 minutos para responder essa questão. Se ele a responder corretamente dentro do limite de tempo, ele ganha 150 pontos.

Se tratando da questão 10 (que é a penúltima), ela é de “cruzadinha” (também podendo ser chamada de “formar pares”), vale de 0 até 150 pontos e se intitula “Quatro personalidades da elite”. O objetivo dessa questão é que o jogador relacione o nome e imagem de determinada pessoa histórica da Revolta dos Farrapos com o cargo e evento relacionado. A questão explica o seguinte:

Observe os nomes, as imagens e as funções abaixo e forme pares das correspondentes.

O presidente da província deposto ----- Antônio Rodrigues Fernandes Braga
[Imagem dessa personalidade]

Destituído comandante da Fronteira de Jaguarão ----- Bento Gonçalves da Silva [Imagem dessa personalidade]

Destituído comandante da Fronteira de Alegrete ----- Bento Manuel Ribeiro [Imagem dessa personalidade]

Uruguaio cúmplice de Bento Gonçalves da Silva ----- Juan Antonio Lavalleja y de la Torre
[Imagem dessa personalidade]

As “cruzadas/ligações/formação de pares” corretas são as que estão ligadas (no excerto acima, mas ausente no jogo real) uma à outra por hifens. O jogador tem 3 minutos para responder essa questão. Além do mais, a pontuação nessa questão se difere de todas as outras do jogo. Nesse sentido, o jogador ganha pontos por cada “cruzada/ligação/formação de par” correta. Em outras palavras, ele não precisa responder corretamente todas as cruzadas para pontuar. Ora, cada acerto dá uma determinada pontuação para o jogador: caso ele forme o par correto para “Antônio Rodrigues Fernandes Braga”, o jogador ganha 50 pontos; caso ele forme o par correto para “Bento Gonçalves da Silva”, o jogador ganha 25 pontos; caso ele forme o par correto para Bento Manuel Ribeiro, o jogador ganha 25 pontos; caso ele forme o par correto para Juan Antonio Lavalleja, o jogador ganha 50 pontos. Desse modo, caso o jogador acerte todas as questões durante o limite de tempo, ele recebe 150 pontos.

Por fim, a questão 11 (que é a última e faz parte da fase 4) é dissertativa, vale até 50 pontos e tem

o seguinte título: “Diga o que você pensa - Parte Final”. Essa questão explica o seguinte:

Você está quase no final no percurso das tramas da Revolução Farroupilha.

Para encerrar, apenas diga se houve alguma mudança nas suas formas de se pensar a Revolução Farroupilha. Se sim, o que mudou?

Essa questão, além de poder ser respondida com texto, permite inserir alguma imagem. O objetivo por detrás dessa questão é fazer com que o instrutor descubra se algo mudou no jogador ao que ela pensou antes de iniciar esse jogo. Como é uma questão dissertativa, a pontuação não é auferida de forma automática, pois depende da avaliação do instrutor. Ademais, para que o jogador tenha acesso a essa questão (que, como dito, é a única da Fase 4), é preciso que ele tenha adquirido no mínimo 300 pontos da primeira até décima questão. Se ele tiver pontos inferior a 300, ele ficará travado no jogo, o que o impedirá de chegar no final do percurso do tabuleiro.

Tendo tudo isso em observância, constata-se diferentes desafios que jogadores de “Pelas tramas da Revolução Farroupilha” podem enfrentar.

Considerações finais

Dado todo o percurso desse jogo, defendemos a importância do desenvolvimento de meios ainda mais adequados para a gamificação pelo ensino de História. Por esse tópico, infere-se que tais tecnologias para o aprendizado podem ser criadas na própria graduação, em que professores de licenciatura podem sugerir atividades do tipo para incentivarem os futuros professores na produção autônoma de atividades lúdicas.

Referências

SCHMITT, Â. M. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Esboços**, v. 25, n. 40, p. 358-377, 2018.

SILVA, L. R. da.; OLIVEIRA, C. E. de. Ensinando História com Gamificação. Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, 11., 2020. Evento online. **Anais...** Ponta Grossa: ABEH, 2020.

O CAMINHAR PELA PAISAGEM: UM ESTUDO DA RUA DAS PALMEIRAS EM JOINVILLE

*Mariana Kopsch
Mariluci Neis Carelli*

Contexto histórico

A Alameda Brüstlein, popularmente conhecida como Rua das Palmeiras, passou a integrar o cenário urbano de Joinville no final do século XIX. Inicialmente concebida pelo engenheiro Frédéric Brüstlein, representante do príncipe François Ferdinand d'Orléans, como jardim de entrada para o Palácio dos Príncipes, atual Museu do Imigrante. De acordo com a idealização do engenheiro, mudas de palmeira imperial foram trazidas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1867, e transplantadas na alameda, em 1873 (FRANÇA JR, 2013).

Em conjunto com o Museu do Imigrante, o local logo se tornou atração entre os moradores do município, bem como ponto turístico da grande região no estado de Santa Catarina. Porém, somente em 1973 aconteceu a primeira requalificação da Rua das Palmeiras, passando de alameda para boulevard com o projeto do artista local Juarez Machado. Foi o início de um novo olhar sobre a paisagem, uma vez que incentivou novos usos do espaço: passeios, feiras e contemplação. Já em 1982, as árvores pertenciam ao Patrimônio Histórico Nacional (IPPUJ, 2010).

Desde então, a Rua das Palmeiras foi revitalizada e requalificada novamente, recebendo novas árvores e diferentes propostas de intervenção. Em 2022, a Prefeitura de Joinville divulgou a implementação de um plano de manutenção das árvores, que será realizado pelas unidades de Desenvolvimento Rural e Praças, Parques e Arborização Pública, tendo como objetivo o aumento da vida útil das plantas e, consequentemente, da Alameda Brüstlein.

Contexto urbano

Inserida no centro da cidade, a Rua das Palmeiras é uma parada fundamental para os turistas que passam por Joinville. Contudo, também faz parte do trajeto diário de inúmeros cidadãos. Sendo assim, foi assumindo o papel dessas pessoas que decidi revisitar a alameda que já conhecia.

Partindo do Terminal de Ônibus Central, caminhei pela Rua do Príncipe em um sábado nublado de junho, no meio da tarde. Durante o curto trajeto, direcionei meu olhar ao entorno e logo notei a arquitetura predominante: edifícios de décadas atrás parcialmente reformados e transformados em salas comerciais. Uma combinação que não valoriza as construções originais e nem moderniza o núcleo de circulação da cidade. Subindo a rua, percebi uma urbanização que prioriza o fluxo de pedestres, com calçadas largas, bancos e alguma arborização. Cenário que se aquece apenas com o fluxo de pessoas, seja a pé, de bicicleta, carro ou ônibus. Mesmo com a ausência de eventos, havia um movimento considerável nas ruas.

Voltando minha atenção para as fachadas que cercavam o passeio, mais adiante, quase em frente à Praça Nereu Ramos, avistei um dos imóveis tombados que se destacam: o Palacete Schlemm. Uma construção com a arquitetura centenária quase intacta, pelo menos nos andares superiores - o térreo é

ocupado por lojas e serviços. Imaginei quantas pessoas passam por ali diariamente, correndo o risco de não notar as sacadas de ferro, a torre alta ou mesmo os detalhes em relevo do edifício, caso não ergam o olhar para o alto.

Já na própria Praça Nereu Ramos, fiquei satisfeita em confirmar a importância que os espaços coletivos têm para a população. A tradição do grupo de idosos de jogar dominó nas mesinhas de pedra sombreadas pelas copas das árvores é insubstituível. A praça prova que, apesar de uma urbanização pouco inovadora - limitada a bancos e canteiros em uma área asfaltada, são as pessoas que fazem o lugar.

Seguindo meu trajeto, passei ainda por vários comércios e várias pessoas, assim como vários comerciantes ambulantes. Mas agora a calçada é reduzida para dar lugar aos estacionamentos (sempre ocupados) e à rua de mão dupla (sempre congestionada). Há, ainda, alguns edifícios nos moldes do Palacete Schlemm, que chamam a atenção do observador pelos seus andares superiores característicos da arquitetura eclética. É o caso da esquina adiante da Praça Nereu Ramos, onde repousa um sobrado tombado, encomenda do Sr. Abdon Batista. Assim como em outros exemplos da área, nessa construção se destacam as aberturas em arco e as falsas sacadas, além dos adornos nas paredes. Chegando mais perto, pude ver a placa em bronze que assinala o nome original da praça para a qual a esquina está voltada: Jardim Nereu Ramos.

Atravessei a rua e logo dei de frente com meu destino final. Mas antes de estender meu olhar para a Rua das Palmeiras, reparei nas suas laterais: na esquerda, o edifício da Farmácia Minancora, e na direita, o imóvel da Família Richlin. Ambos tombados como patrimônio estatal, foram concebidos pelo mesmo arquiteto, mas com estilos diferentes. O primeiro se assemelha mais ao Palacete Schlemm, com torre alta e pilastras que vão até a última sacada, coroada por uma cúpula. Enquanto o segundo edifício conta com uma plástica mais simplificada, ausente de torre e detalhes, porém mantendo sua distinção na entrada em arco e sacadas adornadas. É com essa bagagem de espaços e construções tradicionais da cidade, bem como a noção de como a população se comporta nela, que enfim me direciono ao meu objeto de estudo.

Rua das Palmeiras

Acredito que a primeira impressão que a Alameda Brüstlein deixa para todos os seus visitantes é a de um cartão postal: as palmeiras que se erguem da rua sinuosa enquadram o Museu do Imigrante de forma perfeitamente artificial. Mas em uma tarde de sábado, com fios de luz do sol escapando das nuvens e iluminando o passeio de paralelepípedos, quase esqueço que essas palmeiras não crescem aqui, ou que estou em um projeto de paisagismo do século retrasado.

Do início da rua consigo ver todas as altas árvores, incluindo as que já morreram e não foram substituídas. A visão é um pouco triste: parece que as copas foram arrancadas, deixando os troncos desprotegidos e enraizados na terra. Conforme entro na alameda, desço meu olhar e reparo nos canteiros pouco floridos (lembro que já é outono), e então para o chão irregular, que implica na acessibilidade do local.

No centro da alameda, uma ordenação circular nos paralelepípedos indica um ponto focal para o monumento em homenagem à Dona Francisca, princesa de Joinville. Em bronze, seu busto repousa sobre um bloco de pedra retangular, já sendo tomado por musgo, ao lado de uma placa, cujo conteúdo é ilegível, apagado pela ação contínua do tempo. É neste momento que paro para observar melhor os efeitos de degradação da Rua das Palmeiras e seu entorno. De imediato, é possível identificar três principais agentes desse processo: a natureza, tentando se estabelecer no espaço que a pertence; a população,

deixando seu protesto por meio de vandalismo; e a administração pública, atuando precariamente em um dos principais pontos turísticos do município.

Prossigo ao longo do caminho, originalmente reto, mas que, após intervenções, é demarcado por linhas curvas, descaracterizando a alameda como rua de entrada para o Museu do Imigrante e a tornando um atrativo por si só. Há bancos de madeira do lado esquerdo, uma tentativa mínima de gerar permanência no local. Mas, então, me sento em um dos bancos e o que vejo são construções abandonadas ou estabelecimentos de costas para mim. Olho em volta e constato que é assim na alameda inteira. Penso que este é o erro mais comum em espaços públicos: a presença de assentos não é suficiente para garantir conforto e acolhimento. Mesmo que o único objetivo seja a contemplação, é preciso dar ao usuário um ambiente a ser contemplado.

É com essa reflexão que reparo no público que circula. Por ser um sábado à tarde, juntamente com o fato do Museu do Imigrante ter uma nova exposição aberta a visitas, há certa quantidade de pessoas na alameda. Porém a maioria não demora muito, fazem o curto percurso da primeira vez mais animadamente, olhando para cima, parando para tirar fotos. Na segunda vez já parecem ter perdido o encanto, mas ainda procuram algo novo para ver, agora dando mais atenção aos memoriais, talvez até os lendo. Depois disso, dão mais uma olhada, como se para registrar o cenário mentalmente, chegando à conclusão que o que o passeio tinha a oferecer era isso. Assim, voltam para o carro estacionado em frente ao Museu, ou rumam a pé para além da minha visão.

Passado certo tempo, levanto e caminho pelo último pedaço da Rua das Palmeiras. Na minha esquerda há placas que mostram alguns dos outros atrativos da cidade, como o Pórtico e o Parque das Águas. Enquanto do lado direito, quase engolidas pela grama espessa dos canteiros, placas de concreto, cujo conteúdo é difícil identificar, foram fixadas. Chegando ao final da rua, já de frente para o Museu do Imigrante, notei um último bloco de pedra, o qual assinala a requalificação de 2012, uma década atrás. Neste momento, faço como os outros visitantes: me viro e vejo a Alameda Brüstlein inteira novamente, mas agora com comércios ao fundo, tirando uma fotografia mental e seguindo meu caminho.

Considerações finais

A experiência como observador e usuário, além da análise histórica, permitiu melhor compreensão do que representa a Rua das Palmeiras hoje. Carregada de história, a alameda modifica a paisagem urbana de Joinville, excedendo o conceito de jardim e enquadrando a herança do município. Ademais, faz parte da memória afetiva e do processo de identificação dos cidadãos, uma vez que resgata a história e cultura da região. É importante considerar, ainda, os demais espaços e edificações de seu entorno, conjunto que cria um cenário que revela costumes e tradições joinvilenses. Contudo, esse cenário inspira cuidados na atualidade, de forma a conservar exemplos de arquitetura e patrimônio histórico e permitir sua coexistência equilibrada com atividades contemporâneas.

A Alameda Brüstlein, especialmente, evidencia a deficiência presente em inúmeros espaços públicos. Onde a ausência de programas adequados de revitalização e manutenção implicam em falta de acessibilidade, insegurança, vandalismo e degradação. Assim, torna-se necessária uma proposta de intervenção que transforme a Rua das Palmeiras em um ambiente mais agradável e seguro para o público, ressaltando o senso de pertencimento de moradores e atraindo turistas.

Porém, não se pode isolar a alameda de seu contexto, pelo contrário, a intenção é requalificar todo o cenário que a cerca, propondo novas configurações da área em relação a serviços e comércios. E

com esse objetivo, é preciso entender como o público utiliza a cidade, como se apropria de ambientes coletivos e que atividades podem ser incentivadas no meio urbano. Mais do que possibilitar a circulação dos usuários, um espaço público deve dispor de elementos que gerem permanência, encontros, atividades - relações interpessoais. Pois, como visto na Praça Nereu Ramos, são as pessoas que fazem o lugar, que trazem significado.

Dessa forma, a análise do objeto de estudo se tornou intrínseca à denúncia de um cenário marcante e deteriorado, que já foi muito modificado mas que ainda não exerce todo seu potencial. A paisagem urbana, cultural e histórica do centro de Joinville exige reinvenção.

Referências

FRANÇA JR, R. T. de. A influência da Alameda Brüstlein na paisagem turística de Joinville/SC. **TURyDES**. v. 6, n. 15, Dezembro/2013.

WILLE, C. K. História, configuração e apropriação do espaço público: a Praça Nereu Ramos em Joinville/SC. **Dissertação** (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2016.

DIAS, M. C. **Se essas paredes falassem**: Um breve olhar sobre antigas casas que marcaram a construção de Joinville. 2. ed. Joinville: Editora Arei. novembro/2020.

BAUER, L.; BORGES, V. T. **História e patrimônio cultural**: Potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e voz, 2018.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: Os fantasmas da cidade. 22. ed. Curitiba: Editora Vozes, 2014.

O BRASIL ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Lucas Jair Petroski³⁵

Mariluci Neis Carelli³⁶

Roberta Barros Meira³⁷

Introdução

A história ambiental teve seu surgimento em meio as emergências ambientais, mudanças epistemológicas e conceituais do século XX, mais especificamente na década de 1970 (PÁDUA, 2010). Foi no século XX, com os novos estudos e entendimentos em física, astronomia, geografia e ecologia, que se rompeu com os marcos cronológicos, espaciais e físicos que se tinham sobre o mundo, além disso, os novos marcos e conceitos sobre o universo e a Terra se tornaram muito mais amplos e complexos (PÁDUA, 2010; MARCONDES; DA ROCHA, 2018; DRUMMOND, 1991).

Além da ampliação da compreensão sobre o cosmos, uma nova formatação do entendimento ambiental estava se formando na mídia e na população, por conseguinte, isso afetou, também, a forma de como os pesquisadores olhavam para o ambiente (PÁDUA, 2010; DRUMMOND, 1991). Houve assim, um movimento em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas.

Ainda na década de 1970, a visão de uma natureza indestrutível e de recursos sem fim começa a ser repensada em escala global, tem-se, a partir daí, o entendimento que mudanças ambientais são acontecimentos dados por fatores não somente naturais, mas também humanos (PÁDUA, 2010; MARCONDES; DA ROCHA, 2018; DRUMMOND, 1991; WORSTER, 1991, WORSTER, 2011). A partir do entendimento de que a natureza é modificada por fluxos próprios e humanos, novas questões surgem no debate público e acadêmico. O ser humano é afetado pelo seu ambiente? Até que ponto o ambiente molda a humanidade, e a humanidade molda o ambiente?

Woster (1991) define história ambiental como uma atividade dinâmica e interativa com três dimensões básicas (a ecológica, as relações socioeconômicas, e a cognitiva humana) que se mesclam na experiência concreta das sociedades. A dimensão ecológica corresponde à natureza orgânica e inorgânica, a dimensão das relações socioeconômicas corresponde à estrutura social, e a esfera cognitiva humana corresponde ao comportamento humano em relação ao natural.

Segundo Pádua (2010), a história ambiental não é uma redução da pesquisa histórica ao meio biofísico, mas uma ampliação das possibilidades de estudos e pesquisas, trazendo-se uma história que consegue relacionar as questões ambientais com as econômicas, sociais e políticas. Ou seja, a história ambiental surgiu para ampliar fronteiras que antes barravam no antropocentrismo, onde a escrita e os resquícios humanos eram o montante principal dos estudos históricos (MARCONDES; DA ROCHA, 2018; PÁDUA, 2010).

Portanto, história ambiental é “o reconhecimento de que a história humana não é só humana, mas que está entrelaçada com a história dos animais, das plantas, das montanhas, das florestas e demais elementos do ambiente, justamente por sermos seres biológicos” (LEAL, 2019, p. 246, tradução própria).

35 Graduando do curso de História da UNIVILLE. E-mail: <lucaspetroski20@gmail.com>

36 Doutora e professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE.

37 Doutora e professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE.

Isto, é o que Drummond (1991, p. 181) chama de “novo paradigma nas ciências sociais” onde “o cientista social dá às “forças da natureza” um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura.” Entende-se que este ambiente condicionado e não determinado que a natureza nos impõe faz com que as possibilidades humanas sejam limitadas de muitas formas, pois, se escolhemos, escolhemos dentro dos limites ofertados pela natureza ao homem. Entretanto, a natureza não deve ser vista como fator redutor às possibilidades humanas, já que é o próprio meio que nos fornece as possibilidades de sobrevivência. Assim sendo, a falta de um meio ambiente é fundamentalmente a morte para a humanidade.

Contudo, essa natureza que projeta o homem é simultaneamente projetada por ele. O que é o natural senão “uma criação das nossas mentes” e parte de nossas “redes de significados”? (WOSTER, 1991, p. 210). Ou seja, o que entendemos por natureza é “um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (SCHAMA, 1996, p. 70). O natural, as florestas, e as paisagens são criações e combinações que foram “escritas” ao longo do tempo, por isso, é necessário fazer-se uma leitura adequada pela história ambiental para saber-se o que o natural nos conta (DRUMMOND, 1991, p. 184).

Baseado nestes fundamentos introdutórios, espera-se apresentar a seguir, pelo menos em parte, da leitura feita em cinco bibliografias (“A ferro e fogo”, “Um sopro de destruição”, “Devastação e preservação ambiental”, “História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido Brasileiro”, e “Historia Ambiental de América Latina”), as escritas homem-natureza ao longo do tempo, no local correspondente ao atual território brasileiro.

História ambiental do Brasil no início (DEAN)

Na obra “A ferro e fogo”, essencial para estudar-se história ambiental no Brasil, Warren Dean, começa descrevendo as variedades e distintas variações da flora, solo e clima brasileiros. Grande parte dessas variedades e complexidades naturais presentes no território são reduzidas pelo homem a uma “paisagem” ou “espaço”. Ademais, compreende-se em Dean (1996), que as florestas do Brasil, todas ou quase todas, até mesmo as que são pensadas como intocadas, sofreram alguma ação ou influência do homem. O humano começou a habitar a região do Brasil há, pelo menos, 10 mil anos a.p. As ações humanas, desde o início, já assumiram um caráter exploratório e de destruição, indo sempre mais ao sul até chegarem à região dos cerrados, nestas incursões o *Homo sapiens* provocaram a redução de inúmeras espécies faunísticas.

Mais tarde, já com o desenvolvimento da coivara, influenciaram, em algumas regiões, quais seriam os tipos de flora que persistiriam. Diante disso, oportunizou-se, incentivado pelos humanos, o crescimento de uma flora comestível e medicinal. Foi o homem, com seu entendimento sobre o natural, que selecionou quais tipos de floras persistiriam com o tempo, queimando seletivamente determinados locais e levando mudas e sementes para outros lugares. Esse ambiente, explorado ao longo de milênios pelo homem, já estava se acostumando aos seus intrusos que, no século XV d.C., já habitavam aos milhões quase a totalidade do território brasileiro. Os indígenas tinham grande multiplicidade cultural, faziam escambos, coivara, festas e conflitos, uns eram mais suscetíveis e interessados ao amálgama cultural, enquanto outros eram extremamente rígidos às permutas de qualquer tipo (DEAN, 1996).

No ano de 1500 d.C., chegou um novo agrupamento de exploradores vindos pelo mar partindo da região do Tejo, em Portugal. Esse novo grupo de exploradores (os portugueses) eram mais sistemáticos, impulsivos e tecnologicamente mais hábeis em explorar. Já no século XVI, começaram a exploração da flora e recursos naturais, centrada principalmente na comercialização de Pau Brasil, no século XVII com a cana de açúcar, no século XVIII com os minérios, no século XIX com o café, e no século XX com a

borracha, agropecuária e industrialização. Consequentemente, o meio natural, principalmente a Mata Atlântica, sofreu grandes impactos, num nível muito superior a capacidade florestal de regeneração e assimilação (DEAN, 1996).

História ambiental do Brasil dos séculos XVIII-XIX (pádua)

De acordo com Pádua (2004), em “Um sopro de destruição”, as discussões e questões ambientais no Brasil já circulavam no meio de alguns intelectuais, políticos e membros da elite brasileira, sendo um dos mais conhecidos destes, no século XIX, o então ministro José Bonifácio, que acreditava que, se os brasileiros continuassem devastando as florestas e fazendo mau uso de suas minas, em dois séculos viríamos algo parecido aos “desertos áridos da Líbia”. Contudo, já no século XVIII, existiam pessoas pensando na racionalização da terra e nas revoltas da natureza.

Devido a abundância de terras, a agricultura no Brasil caminhou nos moldes do descuido e da falta de técnica. Desde os engenhos de açúcar até a agricultura extensiva, tudo denotava o uso sem preocupação com o futuro do meio. Por ter-se as matérias-primas em abundância no território brasileiro a preocupação com a escassez ou uso controlado não entrava na pauta do dia dos produtores, exploradores e agricultores. Entretanto, a exploração demasiada dos recursos naturais começou a produzir nas terras exploradas grandes porções estéreis. A coivara antes praticada, pelos indígenas, em pequena escala, possibilitava as florestas se recuperarem em poucas décadas, porém, com a larga escala implementada pelo portugueses, os ecossistemas vieram a se recuperar muito mais lentamente (PÁDUA, 2004).

O processo exploratório feito pelos portugueses nos séculos XVIII e XIX, tinha a característica marcante de tirar os recursos como se eles não fossem finitos. Essa característica tornou rapidamente as regiões em lugares infrutíferos. Ademais, Não tentaram recuperar as terras devastadas, mas trocaram de local para explorar novas terras, deixando, por onde passavam, apenas as fazendas e minas abandonadas que perderam a funcionalidade para as práticas exploratórias. A prática descrita é uma característica com peculiaridades próprias, isto é, se deu porque os portugueses viam o país como uma infinidade de recursos pela tamanho de sua extensão territorial. Contribuiu, também, ao desmatamento acelerado o desinteresse dos portugueses em morar no Brasil, pois, na primeira metade do século XIX, ainda pensavam em voltar para Portugal (PÁDUA, 2004).

Além disso, a facilidade que os senhores de terra tinham de angariar mais terras para si fez com que ela perdesse seu valor. Essa desvalorização da terra possibilitou que a elite latifundiária não se preocupasse em preservar a fertilidade do solo com métodos de enriquecimento ou beneficiamento. Com isso, os recursos retirados pela exploração acelerada começaram a rair, parte da elite entrou em decadência junto com eles. Após a decadência do produto cultivado, começou-se a busca por novos tipos de recursos, tendo por alvo a flora, o plantio e os minérios (PÁDUA, 2004).

O café na história ambiental do Brasil (drummond)

No que compreende-se em “Devastação e preservação ambiental” de Drummond (1997), o café atingiu seu auge no Brasil no século XIX. Teve a sua introdução no território brasileiro no ano de 1729. Ao longo do século XVIII seu cultivo foi crescendo paulatinamente, em 1780, o café começa a ter seus primeiros plantios em regiões montanhosas e serras. Na década de 1770, as serras do Rio de Janeiro, como a Serra da Carioca, ainda tinham uma cobertura vegetal considerável, mas não intocada, a extração de Pau Brasil e outros tipos de atividades já tinham ocorrido na região, porém, nada na

escala do que viria a ser o massivo cultivo de café. A elite do Rio de Janeiro já habitava a base destas montanhas, o que propiciou o estabelecimento do café nestes locais, junta-se a isto, as condições de clima, de solo, e de irrigação.

Dos anos 1790 até 1860, estima-se que cerca de 60% das áreas de cobertura florestal do Rio de Janeiro tenham sido devastadas para o plantio do café. A produção de café teve sua decadência no Brasil apenas na década de 1920. Na década de 1860, após inúmeras secas, o governo imperial começou a enxergar a insustentabilidade do cultivo do café na região da Tijuca, faltava água e o clima tinha se modificado. Para resolver a questão, nomearam como administrador da Floresta da Tijuca, em dezembro de 1861, Manuel Gomes Archer, que com os escravos Eleutério, Constantino, Manuel, Mateus, Leopoldo e Maria, que lhe foram cedidos, plantaram milhares de árvores que viriam a servir de reflorestamento para a região do Parque Nacional da Tijuca. Archer era um especialista autodidata em árvores nativas, ao longo do seu trabalho de 12 anos, como administrador, plantou com seus ajudantes mais de 70 mil mudas, das quais sobreviveram 61.852 mudas (DRUMMOND, 1997).

O indígena na história ambiental do Brasil (SANTOS, SILVA E OLIVEIRA)

No que foi lido em “História ambiental, história indígena e relações socioambientais no semiárido brasileiro” de Santos, Silva e Oliveira (2018), diversas tribos e grupos indígenas ocupavam as regiões do território brasileiro antes mesmo da chegada dos portugueses. Os índios encontrados, no século XVII, são descritos como vigorosos e ágeis, nos séculos XVIII e XIX, são descritos como preguiçosos e sem vontade. Essa desqualificação feita, nos séculos XVIII e XIX, pela ótica das virtudes cristãs visava reduzir os indígenas a pessoas que necessitavam ser ensinadas a uma cultura e a uma religião. Nesse processo de construção de uma identidade cristã nos indígenas, houve um amálgama na assimilação da nova crença com os símbolos de sua crença ancestral.

A violência sofrida pelos indígenas, ao longo dos últimos 500 anos no Brasil, não foi apenas exercida pela escravidão ou trocas desvantajosas, houve, também, a violência pela ofensa simbólica, linguística, política e social. Nas últimas décadas, no Brasil, os indígenas sofreram a perda de diversas áreas de terras e passaram por diversos conflitos, além disso, a invisibilidade que esses grupos têm para o Estado e para população brasileira resultam em alguns dados alarmantes. Na região do Alto do Solimões no estado do Amazonas, que tem uma alta densidade demográfica de índios, a taxa de suicídio chegou a ser sete vezes maior se comparada a média nacional (SANTOS, SILVA, OLIVEIRA, 2018).

O sertão na história ambiental do Brasil (OLIVEIRA)

Segundo Oliveira (2022), no capítulo “*Las tramas de clima y el poder en la historia*” do livro “Historia Ambiental de América Latina” de Urquijo, Lazos e Lefebvre (2022), nos estudos de história encontra-se um grande vácuo na procura de produções que não estejam centradas unicamente no humano e suas ações. Para ampliar-se o horizonte de estudos históricos é necessário entrar no campo das interdisciplinaridades, multiplicando suas relações de estudo e objetos da história. O clima e a natureza não são livres de ações ou reações humanas, ou seja, a humanidade foi influenciada para certos caminhos pelo natural, em contrapartida, a humanidade, também, influenciou o natural. Fica compreendido disto que há uma relação mútua entre homem-natureza, e que é necessário estudar-se mais a proporção dos impactos dessa relação.

Um dos primeiros disseminadores para o público da ideia de que o clima era modificável, no Brasil,

foi Thomaz Pompeu. A partir de 1846, através de publicações no jornal “o cearense”, Pompeu discutiu, baseado em escritores nacionais e internacionais, que mudanças climáticas ocorriam decorrentes das ações humanas e não apenas pelo natural. As florestas que foram derrubadas para o cultivo de algodão na província do Ceará, mantinham o ciclo da água na região, após a derrubada das árvores inúmeras secas se sucederam. Pompeu viu nas secas e mudanças climáticas uma ligação direta com o desmatamento, além disso, acreditava que a terra explorada pelo cultivo desenfreado iria tornar a região um deserto inabitável para os homens e animais (OLIVEIRA, 2022).

Essa desertificação causada pelo cultivo era entendido, muitas das vezes, como um mal necessário para o progresso (Pompeu, em contraposição, via como retrocesso). A questão da relação climática no Brasil esteve, no período imperial, ligada a pautas políticas e econômicas, por isso, muitos da elite que compreendiam os efeitos devastadores do cultivo em larga escala a ignoravam, pois, o fator lucro lhes vinha em primeiro lugar, e para o Estado, o fator progresso baseado na exploração das riquezas naturais era o seu propulsor (OLIVEIRA, 2022).

Considerações finais

Destarte, compreendeu-se que as relações homem-natureza no território brasileiro foram conturbadas. No início, a mais de 10 mil anos a.p., o processo de exploração e uso da natureza começou relativamente moderado, a natureza conseguia assimilar os impactos humanos. Contudo, a partir de 1500 d.C., essas relações aumentaram sua agitação pela exploração e cultivo desenfreado feitos pelos portugueses. Nessas relações, onde o ser humano buscava seu beneficiamento em detrimento da natureza, o gasto dos recursos minerais e vegetais do território produziu vastas regiões estéreis.

Diante dos diversos relatos, entende-se que as mudanças climáticas já eram presentes no Brasil há pelo menos dois séculos. Mas, nem em todo momento e lugar a relação homem-natureza foi beligerante. O major Archer, por exemplo, conseguiu, com mais seis escravos, plantar um número suficiente de mudas de árvores para que o ecossistema da floresta da Tijuca voltasse a se estabelecer e estabilizar. Porém, este tipo de relação harmoniosa tende a acontecer apenas quando o ser humano sente a escassez de água ou a falta de outros recursos naturais, ou seja, uma ação de contramedida.

Os sertões do Brasil passaram um longo processo de uso para o cultivo e extração, tornando diversas regiões em localidades infrutíferas. No caso dos agrupamentos indígenas, que foram explorados, desapropriados e apartados ao longo dos últimos 500 anos, entende-se ser necessário dar visibilidade a sua história e identidade cultural que foram deslegitimadas nas últimas décadas.

O território brasileiro teve quase toda sua vegetação modificada pelo homem ao longo do tempo, o ser humano levava ervas medicinais e flora comestível ao longo dos seus deslocamentos pelo território. Isto é, o que entendemos por natureza intocada, ou mata virgem, foi um longo processo de construção humana (física e mental). As florestas e paisagens foram, em grande parte, influenciadas pelo homem. E, neste fluxo de ação e reação, a natureza influenciou o homem através do clima, do solo, da fauna e da flora, e o ser humano, por sua vez, influenciou a natureza através da seleção, das técnicas, da exploração e da devastação.

Referências

- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes, e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1991, p. 177-197. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.
- LEAL, C. Aguzar la mirada colectiva, el grande desafío de la historia ambiental latinoamericana. **Hist. Soc.**, Medellín, jun. 2019, p. 243-263. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-84172019000100243&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr. 2022.
- MARCONDES, H. S.; DA ROCHA, L. V. E. A História Ambiental: da teoria à prática. **Ateliê de História UEPG**, jun. 2018, p. 17-22. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336119635_A_HISTORIA_AMBIENTAL_DA_TEORIA_A_PRATICA>. Acesso em: 20 maio 2022.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. 2010, p. 81-101. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- SANTOS, C. A. B.; SILVA, E. H.; OLIVEIRA, E. G. da Silva (Orgs). **História ambiental, História indígena e relações socioambientais no semiárido brasileiro**. Paulo Afonso: SABEH, 2018.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- OLIVEIRA, G. P. de. Las tramas de clima y el poder en la historia: el caso de los “sertões áridos” de Brasil em el siglo XIX. In: URQUIJO, P. S.; LAZOS, A. E.; LEFEBVRE, K. (Coords.). **Historia Ambiental de América Latina: enfoques, procedimientos y cotidianidades**. Morelia: UNAM, Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, 2022. Disponível em: <https://www.ciga.unam.mx/publicaciones/images/abook_file/Historia_Ambiental_de_America_Latina_Digital.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1991, p. 198-215. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- WORSTER, D. “¿Por qué necesitamos de historia ambiental?”. **Tareas**. set. 2011. Centro de Estudios Latinoamericanos., Panamá, p. 119-131. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/tar117/worster.rtf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

A EFETIVIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL NA TUTELA DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS

*Márcia Alflen Kawamura*³⁸

O Patrimônio Genético no Brasil

O Brasil foi um dos primeiros países a regulamentar o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios. Isso foi necessário porque em maio do ano 2000 a Bioamazônia fez um acordo com a farmacêutica suíça Novartis Pharma, para exploração de micro-organismos da região amazônica. Tal acordo foi considerado inadequado e prejudicial aos interesses brasileiros. Então, para proteger o Brasil de novos episódios de biopirataria, foi editada a Medida Provisória nº 2186-16, de 23 de agosto de 2001.

Embora a intenção tenha sido de proteger a biodiversidade brasileira, evitar a biopirataria e garantir a repartição de benefícios oriundos do uso desta biodiversidade, era unanimidade em todos os setores envolvidos que esta legislação, editada apressadamente, era complexa e tinha falta de clareza nos procedimentos e nas definições, levando a uma grande insegurança jurídica (SILVA, 2017, p. 187).

A aplicação dessa norma acabou resultando em excesso de burocracia, criando barreiras para a pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação com a diversidade nativa e o conhecimento tradicional associado, assim como excessos na criminalização e prejuízos as colaborações internacionais (SILVA, 2017). Depois de 15 anos de muitas críticas, foi sancionada a Lei nº 13.123, em 20 de maio de 2015, revogando a MP 2186-16.

A nova legislação, conhecida como Lei da Biodiversidade, é fundamentada nos mesmos preceitos da Convenção da Diversidade Biológica, assim como era a MP nº 2186-16 (SILVA, 2017). No entanto, a legislação recente adiciona normas estabelecidas no Protocolo de Nagoya, que implementa efetivamente o acesso aos recursos genéticos (art. 15), os conhecimentos tradicionais associados (art. 8º, alínea “j”) e a repartição de benefícios (terceiro objetivo da CDB).

As regras para a implementação da repartição justa e equitativa de benefícios são denominadas “Diretrizes de Bonn” e objetivam auxiliar os Estados Partes a desenvolverem e implementarem normas jurídicas que regulamentem o acesso aos recursos genéticos, bem como garantam a repartição dos benefícios dos países provedores, povos indígenas e comunidades tradicionais (SILVA, 2017).

O Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Repartição de Benefícios, conhecido pela sigla ABS (em inglês Access and Benefit-Sharing), tem como fato gerador o terceiro objetivo da Convenção sobre a Diversidade Biológica, previsto no artigo 1º, “(...) a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos(...)”, estabelecendo, inclusive, “o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, mediante financiamento adequado(...)” (ONU, 2010).

O Brasil teve essencial influência na adoção desses objetivos pela sua condição de país provedor de recursos genéticos, principalmente na repartição justa e equitativa dos benefícios, uma vez que o

38 Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille), especialista em Direito Público (ESMESC) e Direito Constitucional (ABDCost), graduada em Direito pela Faculdade Cenecista de Joinville e Jornalismo pelo Instituto Luterano de Santa Catarina (IELUSC).

artigo 15 da CDB prevê diretrizes para os Estados-partes acerca do acesso aos recursos genéticos, como a necessidade de consentimento prévio fundamentado para o acesso aos referidos recursos (SILVA, 2017).

O Brasil tornou-se signatário do Protocolo de Nagoya, em 2011, em Nova York, entretanto, não participou das negociações da 1ª Conferência das Partes do Protocolo, na Coreia do Sul, e nem das outras que a sucederam, devido a demora na ratificação do Protocolo pelo Congresso Nacional (SILVA, 2017).

A morosidade do Congresso Nacional, por quase uma década, na aprovação da ratificação do Protocolo de Nagoya, acarretou na exclusão do Estado Brasileiro, que possui o direito soberano sobre uma megabiodiversidade, e dos povos indígenas e comunidades tradicionais das rodadas de negociações que ocorreram posteriormente à vigência do protocolo (SILVA, 2017).

Em 2020 finalmente o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 136, de 11 de agosto de 2020, ratificou o Protocolo de Nagoya, depositando, em 4 de março de 2021, a carta de ratificação na ONU, tornando-se o 130º membro do Protocolo de Nagoya.

Embora tenha havido recentemente a adesão do Brasil ao Protocolo de Nagoya, no cotidiano os povos originários estão sendo prejudicados pelas políticas públicas carentes de efetividade (SILVA, 2017), sem condições de atingir os objetivos propostos pela Convenção da Diversidade Biológica e cumprir as normas da legislação vigente.

Por isso, espera-se que a lei da biodiversidade (Lei nº13.123/15), assim como o decreto nº 8.772/16, que a regulamenta e dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, sejam capazes de reconhecer os direitos dos povos indígenas e tradicionais, inclusive no debate legislativo para a sua adequação a realidade amazônica. Pois, a finalidade da norma é tornar efetiva a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do conhecimento tradicional dos povos indígenas, resultando num ciclo virtuoso da tutela da sociobiodiversidade (SILVA, 2017).

Os conhecimentos tradicionais associados

Desde o “descobrimento”, o conhecimento tradicional dos povos originários tem sido expropriado. Primeiro sob a falsa afirmação de superioridade dos povos e valores europeus, depois o menosprezo pelos conhecimentos científicos desenvolvidos pelos indígenas, rotulando-os como crendices e superstições (ROCHA, 2020).

Os povos originários, desde então, vem sendo subjugados e diminuídos a fim de que seus conhecimentos sobre a natureza pudessem ser aproveitados de modo lucrativo, por meio da propriedade intelectual, sem qualquer benefício direto ou indireto a esses povos (ROCHA, 2020). A expropriação é tão latente e está tão estabilizada no espaço/tempo que instrumentos internacionais exaltam o direito soberano do Estado sobre os recursos naturais em seus territórios, como se observa na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob a jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional (ONU, 2009, princípio 2)

Para que haja um equilíbrio de forças na relação entre a Natureza, os povos detentores dos

conhecimentos tradicionais, as empresas e o Estado, é essencial que sejam observadas as normas e os dispositivos legais (ROCHA, 2020).

O modo harmonioso que propicia o uso sustentável dos recursos naturais e o respeito aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade está fundamentado no princípio do “Bem Viver” (ROCHA, 2020). Esse princípio pode ser percebido a partir do comportamento dos povos originários que, em harmonia com a natureza, promovem uma autêntica preservação da biodiversidade.

A exploração da natureza pelo homem está colocando em risco a própria vida humana. A humanidade encontra-se numa sala de emergência ambiental, social, econômica e de saúde pública. É nesse sentido que algumas Constituições de países latino-americanos têm criado alternativas importantes voltadas para a proteção dos direitos da natureza (tida como sujeito de direitos) e pela busca do “bem viver” – sendo um importante avanço nos mecanismos de proteção e conservação da natureza (ROCHA, 2020).

A Biodiversidade na América Latina

A América Latina possui um meio ambiente notável pela sua diversidade e pelas suas riquezas biológicas. Desde as planícies litorâneas com manguezais, aos glaciares de alta montanha, passando pelos planaltos andinos e pela floresta amazônica, o bioma é um dos principais do planeta (ROCHA, 2020). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a América Latina reunia sozinha seis dos 17 países com maior diversidade ambiental do mundo (Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela) e possui grande parte da diversidade biológica mundial.

No entanto, países como Brasil e Argentina vem se destacando na aceleração do consumo de áreas naturais para fins de expansão agrícola – como a fronteira da soja na Amazônia Legal. Esses países estão entre os primeiros produtores e exportadores mundiais de soja e seus derivados (óleo e farelo), carne bovina, frutas cítricas etc. O impacto ambiental promovido pela mudança no uso das áreas naturais é avassalador para o meio ambiente. Somente no período entre 2000 e 2015, as áreas cultivadas de soja passaram de 22 milhões para 40 milhões de hectares (ROCHA, 2020).

Isso explica porque um dos principais desafios da América Latina é o controle do desmatamento. De acordo com estudos da Food and Agriculture Organization (FAO) proteger a diversidade de recursos naturais é fundamental para o continente, por isso é necessário o controle do modelo sustentável de desenvolvimento internalizado pelos países da América Latina.

As florestas são uma importante fonte de renda para uma parcela representativa da população latino-americana. Segundo estudos do Instituto Amazônia, pelo menos 20% da renda das famílias rurais vem da floresta. Mas como proteger a natureza da visão colonialista antropocêntrica? (ROCHA, 2020).

Visão Antropocêntrica sobre a Natureza

São muitos os desafios. Mais dois especificamente estão postos. O primeiro e mais visível é a visão colonialista da exploração dos recursos naturais com objetivo de desenvolvimento econômico. O segundo e mais latente é a sobreposição dos seres humanos sobre a natureza. A ideia de que o meio ambiente deve ser protegido para salvaguardar uma vida digna e saudável aos seres humanos, inclusive para as gerações futuras. Nessa perspectiva os seres humanos ocupam um lugar de privilégio em relação dos demais seres vivos e a natureza (LOURENÇO, 2008).

Daniel Braga Lourenço esclarece que o ambientalismo clássico se alinhou a uma visão de moralidade voltada apenas aos membros da espécie humana. O antropocentrismo prioriza os valores e as práticas que beneficiam o homem e que protegem as suas necessidades humanas – ainda que em detrimento da natureza e das outras espécies (LOURENÇO, 2019).

Por outro lado, existe o antropocentrismo moderado que também se fundamenta na ideia de sobreposição do homem sobre os demais seres vivos, mas que mantém alguns limites sobre a livre utilização da natureza. Estas preocupações estão relacionadas ao fomento da economia: conservar matérias primas naturais apenas com objetivos econômicos futuros (LOURENÇO, 2008).

Segundo a análise de Ingo Wolfgang Sarlet, estamos num momento de reflexão ecológica, quando os gestores, a sociedade e os ambientalistas precisam repensar o “conceito kantiano de dignidade humana”. Uma tentativa de ampliar o conceito de dignidade para a proteção da natureza e os demais seres vivos. Essa aproximação levaria ao surgimento de “novas configurações morais e culturais impulsionada pelos valores ecológicos” (SARLET; FERNSTERSEIFER, 2017). Nessa visão biocêntrica, todos os seres vivos (humanos e não humanos) seriam protegidos por sua importância na teia da vida.

Essa mudança de perspectiva tem o condão de promover uma ressignificação no conceito de proteção ambiental. As últimas Constituições andinas absorveram conceitos vindos dos movimentos sociais e indígenas, como da Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia (2009). Essas Cartas contêm normas que incentivam a participação popular, instituem direitos da natureza e preservam a cosmovisão indígena.

O Biocentrismo e os Direitos da Natureza

A Constituição do Equador, tanto no preâmbulo como no capítulo 71, estipula direitos para a natureza:

Nos mulheres e homens, o povo soberano do Equador, reconhecendo nossas raízes seculares, forjadas por mulheres e homens de vários povos, celebrando a natureza, a Pacha Mama (Mãe do Mundo, na linguagem Quíchua), da qual fazemos parte e que é vital para nossa existência, invocar o nome de Deus e reconhecer nossas diversas formas de religião e espiritualidade, convocando a sabedoria de todas as culturas que nos enriquecem como sociedade, como herdeiros das lutas de libertação social contra todas as formas de dominação e colonialismo e com um profundo compromisso com o presente e com o futuro, por este meio decidir construir uma nova forma de convivência pública, na diversidade e em harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay* (super vida, na linguagem Quíchua); uma sociedade que respeite, em todas as suas dimensões, a dignidade dos indivíduos e dos grupos comunitários; um país democrático, comprometido com a integração latino-americana - o sonho de Simon Bolívar e Eloy Alfaro - paz e solidariedade com todos os povos da Terra; e, exercendo nossos poderes soberanos, em Ciudad Alfaro, Montecristi, província de Manabi, nós entregamos a presente: Constituição da República do Equador. (EQUADOR, 2008, preâmbulo).

(...)

A Natureza, ou Pacha Mama, onde a vida se reproduz e ocorre, tem direito ao respeito integral pela sua existência e pela manutenção e regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos. Todas as pessoas, comunidades, povos e nações podem apelar as autoridades públicas para fazer valer os direitos da natureza. Para fazer valer e interpretar esses direitos, os princípios estabelecidos na Constituição devem ser observados, conforme o caso. O Estado deve incentivar as pessoas físicas e jurídicas e as comunidades a proteger a natureza e promover o respeito a todos os elementos que compõem um ecossistema (EQUADOR, 2008, artigo 71)

Esse texto constitucional é um prelúdio ao reconhecimento da natureza como sujeito de direitos. É a instituição de um entendimento biocêntrico acerca da natureza e a exploração de seus recursos. Pois, é preciso entender o planeta como um conjunto de biomas (formados por ecossistemas diversos) onde cada ser vivo tem sua importância, em si mesmo e para o equilíbrio de tudo. Logo, é preciso superar a ideia de que a natureza é um recurso econômico à disposição dos seres humanos.

Boaventura de Souza Santos alerta que o capitalismo e a visão eurocêntrica propõem a exploração dos recursos naturais para fins de lucro, não se preocupando com o prejuízo causado aos povos que dependem da natureza para sobreviver. O Bem Viver surge da cosmovisão de uma comunidade onde ninguém pode ganhar se o seu vizinho não ganhar também (SANTOS, 2010).

Essa cosmovisão percebe na natureza um valor em si mesma, uma segurança para que as presentes e futuras gerações possam usufruir com a máxima qualidade de vida, mas também para que todas as outras formas de vida possam existir em sua integralidade e dignidade.

Considerações Finais

A exploração desordenada do patrimônio genético é apenas mais um dos problemas que envolvem o manejo irrestrito dos recursos naturais. Ao lado dele enfrentam-se outros desafios como a perda da biodiversidade, o desmatamento sem controle, as mudanças climáticas etc. A Amazônia é motivo de preocupação internacional por ser o celeiro de diversos biomas, daí a importância da efetividade das normas internacionais de proteção à diversidade biológica.

No entanto, é nítido que o paradigma antropocêntrico não tem dado conta de criar normas de proteção efetivas e que a salvaguarda das espécies está ameaçada. Basta ler os noticiários. Todos os dias temos notícias acerca dos decretos nacionais que vem mitigando as normas de proteção ambiental e permitindo, cada vez mais, a exploração sem critério dos recursos naturais na Amazônia.

Daí a importância de se buscar novos caminhos. A ética biocêntrica é uma alternativa palpável na promoção de mudanças nos mecanismos de defesa dos seres vivos e da Natureza (ROCHA, 2020). A filosofia dos indígenas andinos, o “buen vivir”, pode ser uma fonte de inspiração para se encontrar esses novos caminhos. Ela pode servir de paradigma no estabelecimento de uma bioética própria, baseada na filosofia indígena amazônica. A proposta deste trabalho é buscar entender esses saberes e como eles podem contribuir para a efetividade das normas jurídicas internacionais de preservação da biodiversidade e do patrimônio genético.

Referências

BRASIL, Medida Provisória nº 2186-16, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em 10.08.2020.

BRASIL, Lei Federal nº 13.123, em 20 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em 10.08.2020.

BRASIL, Decreto Legislativo nº 136, de 11 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2020/decretolegislativo-136-11-agosto-2020-790527-norma-pl.html>>. Acesso em 10.08.2020.

BRASIL, Congresso Nacional. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589791/001107013_Debates_25_anos_Rio_92.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20.09.2020.

SANTOS, B. de S. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008, p. 5-10.

EQUADOR, Constituição de 2008. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf>. Acesso em 20.09.2020.

LOURENÇO, D. B. **Direito dos animais**. Fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. p. 53.

LOURENÇO, Daniel Braga. Qual o valor da natureza? Uma introdução a ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019. p. 51.

ONU, Convenção sobre o Meio Ambiente, de 05 de junho de 1992, no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf>. Acesso em 10.08.2020.

ONU, Diretrizes de Bonn, aprovadas em 2002, durante a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), na cidade de Bonn, Alemanha. Disponível em: <<https://www.cbd.int/abs/infokit/revised/web/factsheet-bonn-pt.pdf>>. Acesso em 25.08.2020.

ONU, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (INSTITUT DES AMÉRIQUES) Os desafios do desenvolvimento na América Latina: dinâmicas socioeconômicas e políticas públicas. p. 306. Resultados de 2016. Disponível em: <<https://www.afd.fr/pt>>. Acesso em 02.09.2020

ONU, Food and Agriculture Organization (FAO) Relatório: Perspectivas Agrícolas OCDE-FAO 2019-2028. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca4076es/CA4076ES.pdf>>. Acesso em 08.09.2020.

ONU, Protocolo de Nagoya, foi aprovado em outubro de 2010 na COP de Nagoya. Disponível em: <https://www.cbd.int/abs/doc/protocol/Nagoya_Protocol_Portuguese.pdf>. Acesso em 10.08.2020

ROCHA, L. R. L. A sala de emergência ambiental: a proteção dos direitos da natureza na América Latina. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n 3., 2020, p.165-180.

SARLET, I. W.; FERNSTERSEIFER, T. **Direito constitucional ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 62.

SILVA, M. da. A lei da biodiversidade: sua origem e seu impacto na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, in: NADER, H. B.; OLIVEIRA, F. de.; MOSSRI, B. de B. (Orgs). **A ciência e o poder legislativo: relatos e experiências** [livro] São Paulo: SBPC, 2017. p. 185-194.

OS QUINTAIS URBANOS AFRO-BRASILEIROS: UMA DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL

*Mirian Pollyana Vitalino Sudre*³⁹

*Mariluci Neis Carelli*⁴⁰

*Roberta Barros Meira*⁴¹

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como proposta apresentar um levantamento de publicações acadêmicas sobre os quintais urbanos afro-brasileiros, enquanto parte do patrimônio cultural. A metodologia deste artigo teve como base a análise das produções a partir do estado da arte.

O termo patrimônio pode ser compreendido como heranças recebidas do pai ou ascendentes que fazem alusão às memórias e lembranças desses povos e/ou grupos sociais e/ou sujeito. A preservação deste bem pela população, se dará a partir dos sentidos a ele atribuído e com o vínculo estabelecido junto da identidade cultural dessas pessoas. O que garantirá a permanência dessa relação entre o objeto e os sujeitos serão as memórias. A memória tem o efeito de aproximar as gerações e o tempo corrente, estabelecendo entre eles um vínculo afetivo, permitindo que os sujeitos se sintam atores da história e portadores de uma identidade cultural (PELEGRINI, 2006). As vivências, os saberes produzidos nos quintais transmitidos entre as gerações e os costumes ali preservados (CUNHA JÚNIOR; SOUZA; SOUZA, 2020), por meio das lembranças, é o que justifica pensar o quintal enquanto patrimônio cultural.

A expressão quintal dispõe de algumas interpretações, etimologicamente o vocábulo vem da redução do termo quinta, expressão portuguesa conferida as propriedades de atividades hortigranjeiras (AZEVEDO, 2014). Além do provento familiar, os quintais eram e ainda são vistos como espaços ricos em saberes populares, em especial os conhecimentos das plantas de uso medicinal, usadas por algumas comunidades na cura das suas enfermidades. De acordo com Guarim Neto e Campos (2017), esses conhecimentos populares ainda atendem diferentes populações, em especial aqueles que vivem em locais de difícil acesso à assistência médica, onde os únicos remédios possíveis de encontrar são as plantas medicinais.

Esses espaços declaram, de diversos modos, histórias dos mais diferentes povos. Africanos escravizados trazidos para o Brasil, trouxeram consigo inúmeras espécies de plantas oriundas da África para serem plantadas nas terras brasileiras, junto delas o conhecimento e as práticas africanas que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil e a formação da cultura brasileira. O uso desses plantios era para subsistência da família e ritos religiosos, além disso, muitas das ervas tinham propriedades medicinais que eram, por vezes, o único meio para tratamento para suas enfermidades (CUNHA JÚNIOR; SOUZA; SOUZA, 2020).

As práticas culturais mantidas nos quintais, os conhecimentos no manejo das diversas espécies e o peso da cultura africana no país, reitera a significância do quintal enquanto um patrimônio declaradamente afro-brasileiro, pois ainda se mantém cultivados os saberes de origem africana aplicados desde o período colonial até a atualidade (CUNHA JÚNIOR; SOUZA; SOUZA, 2020). Os mesmos

39 Estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: <mirian.vitalino@gmail.com>

40 Professora Doutora da Universidade da Região de Joinville - Univille.

41 Professora Doutora da Universidade da Região de Joinville - Univille.

autores apontam ser no quintal que se consolidam as memórias, histórias, acervo de conhecimento e práticas culturais que se constituem em patrimônio material e imaterial da população negra.

Procedimentos metodológicos

Com base na metodologia de pesquisa estado da arte, buscou-se analisar a seguinte problemática: “Quais são as produções acadêmicas publicadas sobre quintais urbanos afro-brasileiros?”. Partindo dessa indagação, tem-se como objetivo analisar o conhecimento produzido sobre o tema em trabalhos de artigos, teses e dissertações, bem como, identificar as principais referências teóricas que fundamentam esses trabalhos, e as preferências metodológicas elegidas pelos autores.

O estado da arte, assim como outras metodologias de pesquisa, se estabelece a partir de etapas pré-definidas que organizam sua construção, as etapas se constituem, mas são flexíveis consoante a necessidade do pesquisador. A pesquisa seguiu o curso das etapas citadas por Santos (2020): identificação das fontes de pesquisa, recorte de tempo, identificação dos descritores de buscas, levantamento dos materiais — seguido do seu mapeamento, tabulação dos dados do resumo, leitura e síntese preliminar e por fim, a análise e conclusões a partir das sínteses.

A busca se concentrou em trabalhos publicados entre os anos 2010 a 2021 no idioma português, nas plataformas Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Teses e Dissertação da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* Brasil (SciELO) e Scopus. Na etapa de identificação dos descritores, buscou-se por delimitar as publicações relacionadas às categorias “quintais afro-brasileiros” e “patrimônio cultural” combinados ou não.

A seleção primária dos textos foi feita a partir da leitura do título, seguido dos seus resumos. Publicações que apresentavam concordância com os objetivos desta pesquisa foram organizados uma única planilha disponível no programa de Editores do Google Docs oferecido pelo Google, organizados nas colunas: autores, título, ano de publicação, instituição de ensino, base de dados, resumo, formação dos autores, palavras-chave, descritores de buscas, metodologia abordada e endereço eletrônico. A seleção final dos títulos resultou em seis trabalhos que serão discutidos a seguir.

Os quintais urbanos afro-brasileiros - produções acadêmicas

Por compreender que o quintal carrega diferentes conceitos - sendo discutido em diferentes áreas, optou-se por considerar os estudos que o traduzam como promotor de conhecimentos, de transferência de saberes, espaço de atividades de plantio e colheita e demais práticas que dialoguem com patrimônio cultural, sendo assim, diversas obras foram desconsideradas, em função de que se distanciavam dos objetivos deste estudo. O quadro 1, a seguir, exemplifica como a seleção foi conduzida e os resultados encontrados.

Quadro 1 – Número de produção acadêmica sobre quintais urbanos afro-brasileiros nas bases de dados, 2010-2021.



A eleição final dos títulos resultou em seis trabalhos, sendo três artigos e os demais, dissertações. As obras selecionadas são de programas de pós-graduação em Fitotecnia, Estudos Antrópicos na Amazônia, Sustentabilidade na Gestão Ambiental, Geografia, Biologia Vegetal e Ciência Ambiental. As publicações são datadas nos anos 2015, 2016, 2018, 2019 e 2020, tendo 2018 maior incidência de produção, com dois títulos publicados. Os descritores de maior ocorrência foram: etnobotânica (4) e quintais (3), este descrito como quintais, quintais urbanos e quintais produtivos e por fim, duas palavras-chave alusivas às populações quilombolas, descritas como Quilombos e Memória Quilombola. A metodologia de pesquisa de maior interesse entre os autores foi a entrevista semiestruturada (4), seguida da história oral e do questionário semiestruturado.

Saberes tradicionais

Das discussões propostas nas obras, a expressão “desaparecimento de saberes” foi a de maior recorrência, os autores descreveram a perda dos saberes em contextos diferentes, mas com a mesma significação. Na obra de Freitas *et al.*, (2015), os autores, apoiados pela teoria de Diegues (2008) citam que a tendência à perda dos conhecimentos tradicionais presentes dos quintais está condicionada aos constantes processos de modernização. Haruyama (2004) (*apud* RANIERI; ZANIRATO, 2018) justificam que a falência dos saberes está diretamente ligada à dificuldade em se manter as tradições entre as gerações, uma vez que não são produzidas oportunidades de ensino/aprendizagem de determinado(s) conteúdo(s), a tendência é que se vá perdendo o interesse por essas produções e consequentemente o seu desaparecimento. Outro movimento que favorece a extinção dos conhecimentos tradicionais é o falecimento de gerações que mantinham essas experiências viva. Na cultura dos quintais a aplicação dos conhecimentos tradicionais é o que por vezes o mantém ativo, o processo de ensino e aprendizagem e a transmissão dos conhecimentos botânicos depende na maioria do convívio com as plantas, pela observação e imitação, fatores que interfiram no contato entre as gerações podem refletir na interrupção dessa transferência de saberes (RANIERI; ZANIRATO; 2018).

Os conhecimentos considerados tradicionais e demais saberes que circulam nos espaços dos

quintais, tais como o uso de plantas medicinais, o manuseio dos solos, o manejo das plantações são conhecimentos resultantes da forte influência dos povos indígenas e africanos que contribuíram em muito com a medicina tradicional, cultura e tantas ciências (ALMEIDA, 2011), nesse sentido, há uma grande preocupação com o apagamento desses saberes, pois com eles são eliminados traços culturais de grupos que gradativamente vão sendo substituídos por concepções europeias:

Dos povos africanos, além dos conhecimentos medicinais diversas práticas culturais também foram agregadas à cultura brasileira no contexto de histórias de resistência cultural, discriminação étnico-racial e abandono político e social. Se por um lado se constata que o processo de expansão das sociedades contribuiu para assimilações de conhecimentos sobre o poder de cura de determinados vegetais, por outro lado, provocou o desaparecimento de saberes indígenas e de povos africanos em decorrência da desvalorização da cultura desses povos, que paulatinamente foi sendo substituída por concepções europeias (SILVA, 2019, p. 21)

Bertoldi (2014), acredita que os saberes tradicionais associados à biodiversidade se configuram em ricos acervos em perigo de extinção, que devem ser resguardados principalmente em virtude das políticas culturais de viés homogeneizantes, da precariedade de recursos estruturais para sua permanência, experiência, reconhecimento e compreensão/identificação pelas novas gerações e sobretudo da recorrente dificuldade da sua transmissão e continuidade que também perpassam dos efeitos da globalização cultural.

Patrimônio cultural

A expressão “patrimônio cultural” foi indicada em três dos seis estudos, as referências foram feitas a partir do objeto de estudo de cada autor. Nos trabalhos sobre etnobotânica os autores citam que os conhecimentos e as práticas de inúmeras comunidades acerca dos recursos naturais constituem um valor de patrimônio cultural característico do modo de vida de uma dada localidade (SILVA, 2019).

Além disso, o conjunto de experiências e saberes sobre o cultivo das plantas, seus usos e finalidades são considerados patrimônio, vivido, sentido, transmitidos (não necessariamente ativado) de grupos que ainda mantêm seus quintais. Esse saber, tido como patrimônio, considera dentro dessa definição a dimensão natural e cultural, a incorporação não só dos saberes, mas de plantas, suas formas, manejo e onde se manifestam - quintais.

Ainda que (re)xistindo, há quintais que mantêm vivos em suas tradições costumes familiares e que preservam e expressam os saberes entre seus pares, esse movimento, segundo Santos e Andrade (2020) é o que enriquece e contribui para paisagens urbanas. A salvaguarda e transmissão desses conhecimentos é citada também por Raniere e Zanirato (2018) que afirmam que o repasse das práticas promovidas nos quintais e valoradas pela história, memória, são estas: modos de colher, plantar, o reconhecimento das plantas e seus empregos, configuram-se um verdadeiro patrimônio cultural.

Quanto ao conceito do termo quintal, as obras que apresentavam seu significado o conceituaram como: “uma área de produção localizada perto da casa, onde são cultivadas espécies agrícolas e florestais, e são criados pequenos animais domésticos (KUMAR; NAIR, 2004 *apud* FREITAS, *et. al.* p. 846, 2015).

As funções empregues ao quintal serão os indicativos dos saberes que circulam entre e nesses espaços, os exercícios mais aplicados nos quintais foram: atividades de plantio de ervas medicinais, plantas alimentícias e subsídio financeiro, tendo destaque o uso para cura de enfermidades. Freitas *et al.*, (2015), revelam que o homem se utiliza de plantas como possibilidade terapêutica, muitas vezes vindas da sua própria cultura, este fator faz com que cada sociedade ou comunidade estabeleça seu conjunto de crenças, classificação e métodos para curar das suas próprias enfermidades.

Enquanto espaços de subsistência alimentar, os resultados das pesquisas apontam que a função principal do uso das terras dos quintais é para o plantio de plantas alimentícias, o que indica que as práticas de horta e roça ainda sobrevivem mesmo com a crescente modernização. Paixão (2018) salienta que o aumento expressivo de problemas socioambientais, a presença de quintais nos espaços urbanos, mostra-se com solução a esses. Entre seus benefícios, incluem: segurança alimentar, maior autonomia econômica, relação homem/natureza, retroalimentação do solo, abrigo de fauna de pequeno porte, neutralização de carbono e manutenção do microclima, ou seja, as riquezas propostas pelos quintais podem ser aproveitadas não só por quem o tem, mas como um serviço para o bem coletivo.

Um dos eixos de pesquisa dessa investigação era levantar obras que tratassem sobre os quintais afro-brasileiros ou que ainda relatassem a importância desses povos nos estudos sobre patrimônio cultural, o que não aconteceu. Os autores que mencionaram a população afro-brasileira o fizeram de maneira bem sucinta, uma vez, que não eram esses seus objetos de estudo.

Na dissertação de Stroligo (2016) sobre a policultura em um município do Rio de Janeiro, o autor aponta que os quintais produtivos, de características predominantemente da agricultura policultural, apresentam traços de fazeres agrícolas da miscigenação de culturas entre os colonos e os afrodescendentes. No contexto colonial, os quintais faziam parte de boa parte das casas brasileiras que carregavam características trazidas pelos portugueses e fortes características de influências indígenas e africanas, aplicadas tanto nas residências urbanas, como nas moradas rurais (DOURADO, 2004).

Na obra de Paixão (2018), a autora apoia-se nas escritas de (1992, *apud* KUMAR; NAIR, 2006) em que citam o jardim como espaço utilizado pelos escravos para cultivo de plantas e vegetais como sustento de vida, além de ser considerado o único lugar em que as famílias podiam se sentir independentes e um sentir um certo conforto espiritual.

Os traços africanos estão presentes em muitas práticas culturais que hoje tornaram-se afro-brasileiras, a religião, a arte, a gastronomia e as ciências são ricas dessas contribuições, ainda que agregados na cultura brasileira em um contexto de histórias de resistência cultural, discriminação étnico-racial e despojo social e político. Esses feitos devem ser mantidos e valorados por políticas de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira (SILVA, 2019).

Considerações finais

Os marcos históricos apontam a presença dos quintais nas residências brasileiras há anos, mas pouco se discute ainda sobre sua importância e sua relação com os estudos à luz do patrimônio cultural. Além disso, há muito ainda que discutir sobre os conhecimentos tradicionais circulantes nos quintais e a participação dos povos africanos na construção desses espaços. Novos estudos sobre os espaços e os saberes possibilitarão dar maior visibilidade às vivências de um povo que constantemente tem seus feitos desconsiderados ou ainda apropriados como saberes de outras culturas.

Os resultados apontam que o apagamento dessas participações em parte se dá pela falta de política de incentivo à preservação dos saberes e práticas tradicionais, como também, a ausência de leis efetivas que garantam o reconhecimento do patrimônio cultural dessas comunidades. Em nenhuma das obras o quintal afro-brasileiro foi considerado objeto de estudo como o proposto no objetivo desta investigação. As poucas linhas que discorreram sobre a participação afro-brasileira, fizeram alusão as práticas nos quintais, mas pouco se falou da contribuição destes para o reconhecimento do quintal enquanto patrimônio cultural.

O quintal é uma problemática que pode ser dialogada nas mais diferentes ciências, como aponta o resultado das publicações selecionadas, ainda que multidisciplinar, os trabalhos eleitos foram de áreas de estudo atreladas ao meio ambiente que dialogavam principalmente com as áreas da Psicologia, da Antropologia e da Sociologia. A transversalidade dessa temática possibilita, além de novas perspectivas de pesquisas, novas ressignificações nas ciências e nas vivências dos que ainda mantém seus espaços vivos.

Referências

- ALMEIDA, M. Z. de. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 01 -224.
- AZEVEDO, J. B. de. Quintais e paisagens culturais. In: TERRA, C.; ANDRADE, R. de (Orgs.). **Coleção Paisagens Culturais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014. p. 11-76.
- BERTOLDI, M. R. Saberes tradicionais como patrimônio cultural imaterial dinamizador do desenvolvimento sustentável. **Novos Estudos Jurídicos**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 559–584, 2014. DOI: 10.14210/nej.v19n2.p559-584. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/6018>>. Acesso em: 21 out. 2022.
- CUNHA JÚNIOR, H.; SOUZA, L. M. de; SOUZA, M. A. de. Quintal de Dona Luiza Souza como parte da inserção da população negra na cidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN**, Guarulhos, v. 12, n. 34, p. 238-259, 30, nov. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.34.p238-259>>. Acesso em: 18 jul.2022.
- DOURADO, Guilherme Mazza. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 19, p. 83-101, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/issue/view/3331/957>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- FREITAS, A.V. L.; *Et al.* Diversidade e usos de plantas medicinais nos quintais da comunidade de São João da Várzea em Mossoró, RN. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 17, n. 42, p. 845-856, 2015.
- GUARIM NETO, G.; CAMPOS, E. T. de. A flora de quintais de residências da área Central de Sinop, Mato Grosso, Brasil. In: ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. (Orgs.). **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais, 2017. p. 11-193.
- PAIXÃO, G. M. L. Memórias resistentes nos quintais Quilombolas de Pilar do Sul. 2018. 118 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Sustentabilidade na Gestão Ambiental, Universidade Federal São Carlos, Sorocaba, 2018.
- PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, jun. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882006000100007>>. Acesso em: 26 jul.2022.
- RANIERI, G. R.; ZANIRATO, S. H. Conhecimento etnobotânico como patrimônio: os quintais urbanos nas pequenas cidades do vale histórico paulista. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 49, p. 183-199, 30 dez. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v49i0.58220>>. Acesso em 26 jul. 2022.
- SANTOS, M. A. R. dos; SANTOS, C. A. F. dos; SERIQUE, N. P.; LIMA, R. R. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 202-220, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33361/rpq.2020.v.8.n.17.215>>. Acesso em: 26 julho. 2022.

SANTOS, E. A. dos; ANDRADE, L. de H. C. Conhecimento etnobotânico de moradores do Sítio Histórico de Olinda, Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 71, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rod/a/YW9SkvGYtD8jLwflGbyptnL/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, S. de C. Conhecimento etnobotânico de moradores da comunidade Quilombola Itaboca, Município de Inhangapi, Estado do Pará. 2019. 65 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Estudos Antrópicos na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2019.

STROLIGO, C. C. Policultura no município de Nova Friburgo, RJ: processo de evolução e relações sociedade-natureza. 2016. 134 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MEMÓRIA E PAISAGEM: BUTIAZAIS NA LITERATURA SUL-RIO-GRANDENSE

Adriana Aparecida Felini⁴²
Cleusa Maria Gomes Graebin⁴³

Introdução

Há um saber fazer de indivíduos e grupos que vivem no entorno dos butiazais que remonta aos povos originários que utilizavam o butiá em sua alimentação, na construção de habitações a partir das folhas da palmeira, como também para a produção de cestaria, redes, armadilhas para a pesca e caça de pequenos animais.

Até as primeiras décadas do século XX, criadores de gado utilizavam currais de butiazeiros para conter o gado e das folhas dos butiás extraíam a crina vegetal que era utilizada para a fabricação de colchões, bem como chapéus, solados de calçados, tapetes, entre outros produtos. Com os frutos, além de consumo *in natura* pelo seu sabor e aroma agradável e característico, são preparados inúmeros pratos e uma bebida, o licor de butiá.

Esses saberes chegam até os nossos dias a partir da literatura e das narrativas orais, constituindo-se como patrimônio imaterial do Rio Grande do Sul. O butiá e o butiazeiro estão presentes na literatura, nas canções, na toponímia e em outras expressões culturais como marcos identitários de diversas comunidades sul-rio-grandenses. Isto fomentou projetos de preservação e manejo sustentável dos butiazais com adesão dos butiazeiros (proprietários de regiões com a palmeira), que perceberam potencial para aderir ao turismo cultural, criando a Rota dos Butiazais. Percebe-se a relação existente entre butiazeiros e o ambiente que os circunda, paisagem que, para além do espaço físico, articula memórias, percepções, representações e imaginação, principalmente em termos literários. Neste caso, é possível, a partir da leitura de diferentes obras, perceber a relação da vida cotidiana de mulheres com tarefas domésticas, preparativos para festas e recepção de visitas, regadas a licor de butiá. Traços estes que também aparecem em poemas e memórias, enfatizando costumes de época e/ou atualizando produções em indústrias criativas.

Neste trabalho, fazemos um exercício introdutório de representações dos butiazais e do butiá na literatura sul-rio-grandense, partindo do conceito de paisagem de Collot (2013) e Schama (1996) e o de literalização da região, de Joachimsthaler (2009). Direcionamos a análise para alguns autores como João Simões Lopes Neto e Cecília Maicá.

Os butiazais e o butiá – paisagem e literalização

Os Butiazais podem ser compreendidos como testemunhos excepcionais de uma tradição cultural e como exemplo de ecossistema que ilustra períodos significativos da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Neste sentido, é representativo de culturas indígenas, de imigração europeia e de interação de humanos com o ambiente e está associado a ideias, crenças, obras artesanais, culinária, obras literárias e

42 Mestre em Memória Social e Bens Culturais, doutoranda em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). Bolsista Capes. E-mail: <adriana.felini0001@unilasalle.edu.br>

43 Doutora e mestre em História (Unisinos). Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). E-mail: <cleusa.graebin@unilasalle.edu.br>.

à construção de memórias. Também representa área de beleza natural, sendo habitat de espécies que têm valor na salvaguarda de outros ecossistemas.

A ocorrência dos butiazaais está relacionada ao bioma Pampa e caracterizá-lo como paisagem, independentemente do autor, torna-se complexo, uma vez que se trata de conceito polissêmico, não tendo como estruturá-lo em apenas uma área do saber. De acordo com RODRIGUEZ (1984) “... parte das escolas geográficas,... adotam a noção de paisagem com um todo sintético em que se combina a natureza, a economia e a sociedade, a cultura e a religião” Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado e dimensão ou grandeza de uma paisagem depende de quem a vê SANTOS (1996). Schama (1996) vai articular a paisagem da seguinte forma: isola três elementos constitutivos das paisagens agrestes – as árvores, a água e a rocha -, justapondo fatos e símbolos aparentemente dissociados.

O que a paisagem e a memória procura ser é um modo de olhar, de redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapa-nos ao reconhecimento e à apreciação. Meu objetivo é apresentar não mais explicação do que perdemos e, sim, uma exploração do que ainda podemos encontrar (SCHAMA, p. 24, 1996).

Dessa forma, o objetivo do autor é descrever os usos, as apropriações e as representações simbólicas da paisagem, isto é, a natureza experimentada como objeto cultural. Schama descreve a obra como preenchida ideologicamente por significados identitários e simbólicos da nacionalidade, construídos e reproduzidos pela literatura.

Em *Poética e Filosofia da Paisagem*, Michel Collot, afirma, assim como outros autores, que existem vários conceitos de paisagem que geram discussões em várias áreas do conhecimento e jamais será contemplado de modo unicamente disciplinar. O autor reconhece que o interesse pela paisagem não é modismo ou simples fenômeno social, mas um fato que corresponde à evolução das mentalidades. “Se a paisagem suscita um tão grande interesse por parte das ciências humanas, é porque não apenas dá a ver, mas também a pensar” (COLLOT, p. 17, 2013).

O autor diz que o objetivo de várias construções sociais e expressões culturais, é a possibilidade da própria percepção da paisagem. Ou seja:

Por definição, a paisagem é um espaço percebido, ligado a um ponto de vista: é uma extensão de uma região [de um país] que se oferece ao olhar de um observador. Objetar-me-ão dizendo que é também - ao que parece, a princípio, se seguirmos a cronologia das acepções da palavra *paisagem* na história das línguas românicas – uma representação pictórica (COLLOT, p. 17, 2013).

Efetivamente, a noção de paisagem de acordo com Collot, abrange três componentes: um local, um olhar e uma imagem: Desse modo, entende-se que “um ambiente não é suscetível a se tornar uma paisagem senão a partir do momento em que é percebido por um sujeito” (COLLOT, p. 19, 2013).

Em termos da relação paisagem sul-rio-grandense e literatura, de acordo com Alves (2017, p. 61):

A história da literatura registra manifestações literárias no Rio Grande do Sul desde meados de 1830. Em quase dois séculos de produção ficcional, dois elementos situam-se no centro dos temas dos escritores sul-rio-grandenses: o gaúcho e o pampa. Embora se possa encontrar muitos autores cujas obras versam sobre outras figuras e ambientes, não se pode negar que as paisagens do pampa e o gaúcho fazem parte da tradição literária sulina. Um olhar panorâmico sobre as principais obras de história da literatura do Rio Grande do Sul¹ revela que o gaúcho – o homem – e o pampa – a paisagem – são matéria quase obrigatória para os escritores de várias épocas.

Schama (1996) nos traz que a paisagem é materialidade e imaterialidade, isto é, rochas e lembranças. Assim, a natureza e o humano não podem ser percebidos de forma separada e isto se dá,

também na literatura, a partir da qual, autores constroem um imaginário que elevam a paisagem a símbolo coletivo e, por consequência uma representação de uma região e sua paisagem como cenários fundamentais para a construção de identidades, de memórias coletivas como cenários de acontecimentos históricos e base para a ficção literária. Ao mesmo tempo que se narra, reveste-se a região narrada de significados estéticos e sentidos. Porém, de acordo com Joachimsthaler (2009, p. 28)

Regiões não existem simplesmente. Os modelos identitários aparentemente bem definidos, que identificam um determinado contexto local com ‘seus’ cidadãos e ‘sua’ cultura, com uma benvinda ‘unidade’ regionalmente professada – mesmo que eles se tornem uma espécie de vida ou de ‘segunda natureza’ das pessoas neles nascidas ou a eles incorporadas (como pátria por opção) –, são realidade somente porque eles (os modelos identitários), como toda cultura, são construídos e preservados. Ou seja, os modelos identitários são, pura e simplesmente, construídos pelo homem. Via de regra, essa ação humanizadora da cultura, que permite que regiões se tornem “pátria”, em raros casos é percebida concretamente como um processo decisório consciente dos formadores do espaço cultural.

Neste sentido, tanto o Pampa como os butiazais são espaços culturais tanto para os nascidos no seu entorno quanto para os que circulam por lá, contribuindo para o sentimento identitário e de pertença, situado espacialmente. Os hábitos, modos de fazer, conhecimentos, celebrações, fazem parte da vida cotidiana e passam por gerações, constituindo-se como bens culturais imateriais de algumas comunidades. Encaminhamos então alguns exemplos que nos chegam a partir da literatura.

A literalização dos butiazais em obras da literatura Sul-Rio-Grandense

A literatura sul-rio-grandense traz em distintas obras relatos de viajantes que estiveram no Rio Grande do Sul em meados do século XIX, entre eles destacamos: o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. Este recolheu diversas informações que vinham ao encontro de sua expertise de botânico. Em uma espécie de diário, destacou plantas medicinais em seus escritos e outras espécies da flora, incluindo locais em que encontrou comunidades de butiazais “[...] “atravessamos um campo semeado de butiás [...] aí tornei a achar plantas que havia coletado entre os arredores de Vila Rica” (2021, p. 24).

Ao descrever que os butiás começam a rarear em determinadas áreas, Saint-Hilaire comenta que há dificuldade de encontrar plantas e a [...] “Labiada 1788 é quase a única encontrada em abundância entre essas palmeiras”. (2021, p. 24). E, por fim, quando os butiazeiros desaparecem, a vegetação muda completamente e não apresenta mais nenhuma das plantas citadas. A seguir, imagem de butiazeiro para ilustrar um relato de Saint-Hilaire: “O caminho continua a atravessar a mesma planície úmida, [...] o aspecto dos butiás tornam francamente agradável à vista” (2021, p. 18).

Em seus relatos sobre o Rio Grande do Sul há várias citações sobre os butiazais (Quadro 1).

Quadro 1- Citações sobre butiazais na obra de Auguste de Saint Hilaire.

“Itapeva, 7 de junho, 3 léguas - A grande cordilheira se eleva a oeste dessa planície e quebra a monotonia da paisagem. O solo é extremamente arenoso e especialmente do lado da serra veem-se áreas consideráveis povoadas de butiás”. (Saint-Hilaire, p.17, 2021)

“O caminho continua a atravessar a mesma planície úmida, já descrita, e que a vizinhança da Serra, a mistura de moitas de matas e pastagens e o aspecto dos butiás tornam francamente agradável à vista”. (Saint-Hilaire, p. 18, 2021)

“Deixando a Fazenda do Arroio atravessamos um campo semeado de butiás, onde o terreno mostra uma mistura de areia e húmus quase preto. Aí tornei a achar somente as mesmas plantas que havia coletado entre os butiás dos arredores de Vila Nova, Enfim, quando os butiás desapareceram a vegetação mudou completamente, não apresentando as pastagens nenhuma das espécies citadas.

“Estância dos Barros, 1º de agosto, 5 léguas. - Persiste a planície em terreno mais firme e menos adornado de tufo de matos. Numerosos butiás de cerca de 10 a 12 pés aparecem esparsos nos arredores de Palmares”. (Saint-Hilaire, p.54, 2021)

Fonte: autoria própria. A partir de “Viagem ao Rio Grande do Sul (1816-1822), Auguste de Saint-Hilaire, botânico interessado por plantas medicinais, foi um dos primeiros viajantes a relatar e descrever o que viu e viveu no nosso estado e em nosso país. O mote aqui exemplificado são suas narrativas em torno dos butiás e butiazais.

As narrativas de Saint Hilaire remetem às Estâncias e aos povoados, o que nos faz inferir sobre o uso do butiá na culinária, expressado na literatura (contos e romances), como o fez João Simões de Lopes Neto no conto ‘Contrabandista’ da obra Contos Gauchescos, publicada em 1912, escreveu: “Havia na casa uma gentama convidada; da vila, vizinhos, os padrinhos, autoridades, moçada. Havia de se dançar três dias!... Corria o amargo e copinhos de Licor de Butiá”.

Na poesia, destacamos a obra ‘Mate Encilhado’, de Cecília Maicá (2019), na qual a autora faz diversas alusões ao butiá, à paisagem e à cidade de Giruá.

Trago viva na memória
A querência onde nasci
Os anos que lá vivi
Jamais esqueço, jamais,
A sanga, os butiazais,
A pitangueira, a restinga,
O olho-d’água – cacimba
E o rancho dos meus pais. (Horizontes de Luz)

Sangue guarani
Emprestou a cor vermelha ao teu chão
Terra dos dourados cachos de butiá
Ao sol de janeiro perfumando o ar (Essência Guarani)

Neste caso, a poetisa toma a paisagem como tema de sua obra, literalizando-a, na ficção, trazendo uma construção de identidade. Neste caso, o conto de Simões Lopes Neto e o diário de viagem de Saint Hilaire, auxiliam a conformar o que se chama de literatura gaúcha, muito bem explicitada na obra de Regina Zilberman (1992).

Considerações finais

É possível constatar que a literalização dos butiazais na paisagem sul-rio-grandense está relacionada à historiografia, às memórias construídas por escritores, as quais vão ao encontro daquelas dos leitores. Cria-se, assim, uma tradição literária que colabora para a construção de representações e memórias coletivas.

Referências

- ALVES, M. M. A literarização da paisagem do Pampa: três momentos decisivos. **Scripta Uniandrade**, v. 15, n. 3 (2017). Disponível em: <<https://revista.uniandrade.br/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/767/666>>. Acesso em 19 out. 2022.
- JOACHIMSTHALER, J. A literarização da região e a regionalização da literatura. **ANTARES**, n. 2, jul./dez. 2009 <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/400/330>>, Acesso em: 19 out. 2022.
- MAICÁ, C. **Mate encilhado**: poesia. Giruá: AGRS, 2019.
- RIVAS, M.; BARBIERI, R. L. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do butiá**. Brasília: Embrapa, 2014.
- RODRIGUEZ, J. M. **Apuntes de Geografía de los Paisajes**. Ciudad de la Habana: Universidad de La Habana. Facultad de Geografía, 1984.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Garnier, 2021.
- SANTOS, M. **Técnica espaço tempo** - globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOARES, K. P. 2013. O gênero *Butia* (Becc.) Becc. (Arecaceae) no Rio Grande do Sul com ênfase nos aspectos ecológicos e silviculturais de *Butia yatay* (Mart.) Becc. e *Butia witeckii* k. Soares & S. Longhi. 135 p. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.
- ZILBERMAN, R. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

A CHEGADA DE UM TEMPO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E MEMORIALIZAÇÃO ÀS MARGENS DO ESTUÁRIO NA CIDADE DO RIO GRANDE, RS

Eliza Furlong Antochevis⁴⁴

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira⁴⁵

Introdução

O estudo das ruas, espaços públicos de centros urbanos, e das atividades que nelas ocorrem é uma das maneiras de compreender a organização de uma sociedade ao longo do tempo. Sendo a rua criada e modificada para suprir as necessidades de cada época, ela é uma significativa ferramenta para analisar modos de viver, habitar e socializar.

A rua pode ser analisada enquanto uma paisagem pois, conforme Milton Santos (SANTOS, 2006), esta caracteriza-se como “um conjunto de formas que, em um dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Dessa forma, a paisagem composta pelo patrimônio cultural edificado em meio urbano pode ser considerada como uma materialização de diversas heranças.

Sendo assim, e pensando na rua como uma paisagem, compreende-se a sua relação com a memória coletiva. Para Maurice Halbwachs, há uma relação entre a localização das lembranças e o contexto social. A memória do indivíduo não está isolada de influências externas, sendo provável que noções recebidas de meios sociais criem uma base para uma lembrança individual (HALBWACHS, 1990).

Essa lembrança precisa encontrar resquícios, que podem relacionar-se a elementos tangíveis, que formam o lugar. A noção de lugar é compreendida como uma porção do espaço que é reconhecida pelo indivíduo (VIEIRA, 2006). O lugar recebe influência de acontecimentos da esfera mundial, mas procura manter as suas particularidades. Essa procura está atualmente apoiada no passado, na investigação das raízes do lugar (VIEIRA, 2006).

Neste sentido, apresenta-se a cidade do Rio Grande, fundada em 1737, tendo recebido atividades comerciais e portuárias desde a sua criação. O núcleo urbano da cidade foi o primeiro a ser formado no território do atual Rio Grande do Sul. A Rua Riachuelo, situada às margens do Estuário da Laguna dos Patos, surgiu por volta de 1823, ano em que foi finalizada a construção do cais de madeira do antigo porto (QUEIROZ, 1987). Essas obras também representaram uma ampliação da área urbana, através de aterros, permitindo a criação do espaço público da Rua Riachuelo e dos primeiros quarteirões voltados para ela.

Com a chegada do século XX, a região portuária continuava o seu período próspero, e as construções em frente à água abrigavam casas comerciais e serviços relacionados à navegação, como vendas de passagens para os vapores e consertos de embarcações. A circulação de pessoas era intensa e a rua era a primeira imagem da cidade a partir das águas.

Em 1915, ocorreu a inauguração do Porto Novo, para o qual foi transferida grande parte das atividades portuárias. Com a criação do empreendimento, a leste da cidade, o antigo passou a ser denominado Porto Velho. Nas décadas seguintes, diversos fatores, como o incremento do transporte rodoviário na década de

44 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP/UFPel

45 Prof.^a Dr.^a no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP/UFPel

1940 (que reduziu a importância das locomoções pelas águas), influenciaram uma mudança de usos da rua, que também trouxeram consequências para a preservação do seu patrimônio. Atualmente, uma parte considerável desses bens está descaracterizada externamente e sem uso.

Dessa forma, a Rua Riachuelo, com seus oito quarteirões e o complexo do antigo porto, é o objeto de estudo deste trabalho (Figura 1). Compreendendo-se a relevância do patrimônio cultural edificado desta rua, objetiva-se analisar como ocorreu o início de um novo tempo de patrimonialização e memorialização desse lugar, a partir da década de 1980.

Com relação à metodologia, buscou-se analisar a documentação e a bibliografia referentes às principais ações desse novo tempo. Essas ações foram a concepção de legislações que visaram proteger os bens localizados na rua, a criação ou transferência de importantes museus instalados nela e o retorno de uma importante festividade.

A presente discussão aborda alguns dos resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Figura 1 - Rua Riachuelo, proximidades com a Travessa do Afonso. À esquerda, em primeiro plano, dois imóveis da empresa Sampayo Nickhorn. Na sequência (esquina), a sede da Wilson Sons S.A. À direita, a estrutura do Porto Velho.



Fonte: Acervo das autoras (2021).

As legislações visando a preservação

Inicialmente, considera-se importante embasar a questão da patrimonialização de bens imóveis através de uma breve exposição sobre dois instrumentos de preservação: o inventário e o tombamento. O inventário é um instrumento de conhecimento e de proteção a ser aplicado aos bens materiais e imateriais, públicos ou privados, como uma forma de sistematização de informações (SOARES, 2009). O inventário deve ser concebido como uma primeira leitura sobre o patrimônio da cidade, e pode propor diretrizes à preservação do patrimônio edificado. Nesse caso, quando novas normas restringem o direito de propriedade privada, deve ser aprovado enquanto legislação (SOARES, 2009).

O tombamento é um instrumento de proteção através do qual o Estado reconhece que o bem possui valores culturais ligados à memória e à identidade, havendo a necessidade de submetê-lo a regras específicas. O bem é declarado como sendo integrante do patrimônio cultural brasileiro, fazendo com que o Estado e o proprietário sejam responsáveis pela sua preservação e sua conservação ao longo do tempo (SOARES, 2009).

Com relação a Rio Grande, surgiram na década de 1980 as primeiras legislações municipais que buscaram tratar de seu patrimônio cultural imóvel, seja de forma específica ou mais ampla. O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município do Rio Grande (Lei Municipal nº 4116/86), abordou a questão das “edificações de interesse sociocultural”. As mesmas foram definidas como contendo “valor visual, formal, construtivo, ambiental, funcional, histórico, que marcaram o processo de evolução político-social, econômico e urbano da cidade” (RIO GRANDE, 1986).

No ano seguinte, foi aprovada a Lei Municipal nº 4164/1987, com a ementa: “classifica as edificações de interesse sociocultural e concede estímulos para a sua preservação”. Conceituou essas edificações de forma semelhante à anterior. Informou que alguns benefícios seriam concedidos aos proprietários dessas edificações, como isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (RIO GRANDE, 1987).

Em 1990, foi criada a Lei Municipal nº 4556/1990, com ementa semelhante à anterior (RIO GRANDE, 1990). Estabeleceu que essas edificações seriam classificadas conforme critérios das duas leis anteriores. Junto à nova lei, foi incluído um anexo com o endereço dos imóveis selecionados, constituindo a primeira lista de edificações de interesse sociocultural da cidade, com 68 construções em diferentes distritos, além de alguns conjuntos, como o Porto Velho com seu cais e armazéns.

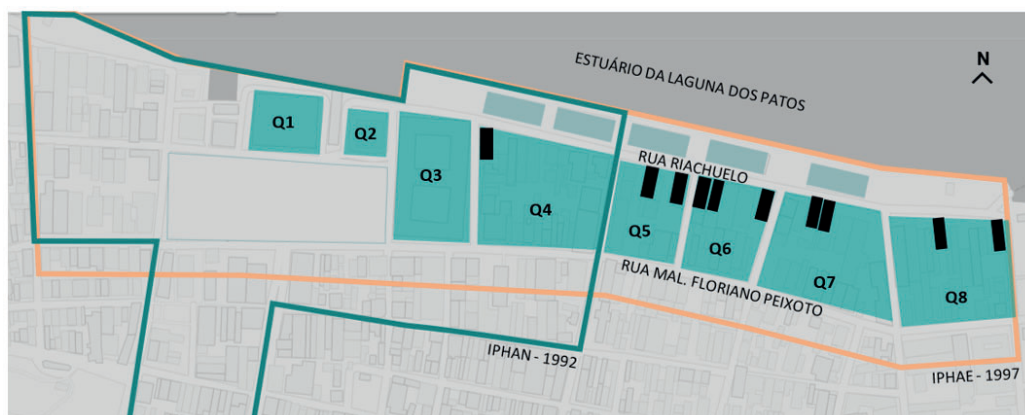
Com relação à Rua Riachuelo, além do complexo do porto, foram listados o antigo edifício da Alfândega, tombado em nível federal em 1967⁴⁶, e o Mercado Público Municipal. As edificações contidas na lista podem usufruir ainda atualmente da Transferência do Direito de Construir pela própria lei, e da isenção de impostos e taxas, conforme a Lei Municipal nº 4164/1987.

Na década de 1990, começaram a ser discutidos os limites da área de proteção dos bens patrimoniais da região central da cidade. Os contornos foram inicialmente definidos pelo IPHAN em 1992, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) em 1997, através de normativas técnicas que consideraram a área do entorno das edificações tombadas em nível estadual e federal na região.

Os documentos delimitaram áreas de proteção diferentes (Figura 2). O IPHAN considerou o entorno dos bens tombados em nível federal, entre eles o edifício da antiga Alfândega. O IPHAE (1997), por sua vez, planejou a área de proteção pensando nos bens tombados em esfera estadual, entre eles o Hotel Paris, com entrada principal pela Rua Mal. Floriano Peixoto, e secundária pela Rua Riachuelo.

46 Processo Nº 765-T-65 (1965-67) - “Edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande”. Ministério da Educação e Cultura, DPHAN, DET. Seção de História.

Figura 2 - Mapa da cidade do Rio Grande. Edição das autoras. Entorno dos bens tombados- IPHAN (o polígono fecha-se ao sul da Av. Silva Paes). Entorno dos bens tombados- IPHAE. Bem tombado (federal) na Rua Riachuelo: Antiga Alfândega (Q3). Bens inventariados na Rua Riachuelo: Porto Velho; Mercado Municipal (Q1); Câmara de Comércio (Q2); n° 299 (Q4); n°227 e n°201 (Q5); n°197 e n° 183/185 e n°10 da Rua F. Duprat da Silva (Q6); n° 123 e n° 109/111 (Q7); n° 21 e n° 1 (Q8).



Fonte: Google Maps (2022).

Os dois documentos mencionaram a importância dessas edificações tombadas, considerando que as intervenções a serem realizadas em suas áreas próximas (substituição, construção, acréscimo ou reforma) devem ter como objetivo recuperar e preservar a ambiência dos bens patrimonializados, valorizando a paisagem do lugar. Edificações novas devem ter, no máximo, oito metros de altura (da calçada até a última laje). Além disso, a portaria do IPHAN (1992) proibiu novas construções na extensão do cais do porto inserida em sua poligonal.

Existe a hipótese de que essas normas, principalmente com relação à altura máxima (que restringe o lucro imobiliário), tenham iniciado uma desvalorização dos imóveis da rua, seguida por descaracterizações (quanto à preservação) e arruinamentos (quanto à conservação). Isso teria ocorrido, entre outros fatores, pelos regramentos não terem sido acompanhados de uma ampla ação de educação patrimonial, que incentivasse a utilização daquele lugar e a divulgação de suas memórias.

Em 2004, foi apresentado em audiência pública o Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande⁴⁷, realizado através de um convênio entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande, o IPHAN e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (ZIEBELL, 2004). Foram registrados pelo inventário, a partir de fichas individuais, alguns imóveis localizados na Rua Riachuelo. Entre eles, os edifícios do Mercado Público Municipal, da Câmara de Comércio e da antiga Alfândega, o Porto Velho e alguns sobrados privados (Figura 2).

Os dez imóveis privados inventariados na rua apresentam tipologia de sobrados. (Figura 2). Alguns deles abrigaram importantes estabelecimentos da cidade, que funcionaram por consideráveis períodos, como a casa comercial Abel Asti & Cia e a agência de navegação Wilson Sons S.A. no Q5; as sedes da agência de navegação (e coligadas) Sampayo Nickhorn e a agência Moore McCormack no Q6; o Bar Félix Saad no Q7; e a firma importadora Raffaele Marsiglia & Filho no Q8.

Apesar do inventário ter listado uma quantidade considerável de imóveis, registrando algumas de suas principais características em fichas individuais, não foi aprovada nenhuma legislação municipal específica que garantisse a integridade desses bens, ou seja, a sua preservação pelos proprietários. O corpo técnico da prefeitura realiza um trabalho de orientação, solicitando a preservação das fachadas

47 Primeiro Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande, listando 507 bens imóveis (ZIEBELL, 2004).

públicas e da cobertura das edificações. Também oferece acompanhamento técnico para sua manutenção e/ou recuperação (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2011).

No entanto, muitos bens inventariados, mas que não foram listados como edificações de interesse sociocultural pela lei de 1990, que é o caso dos sobrados privados da Rua Riachuelo, não contaram com a aplicação dessas recomendações nas últimas décadas. Uma hipótese é a ausência da contrapartida para esses bens que, dessa forma, não usufruem da isenção de taxas ou impostos.

No ano de 2008, entrou em vigor o novo Plano Diretor Participativo do Município do Rio Grande, conforme a Lei nº 6585/2008 (RIO GRANDE, 2008). Entre seus anexos, o plano conta com o Mapa 06 – Unidades de Planejamento, que definiu o perímetro do Centro Histórico da cidade. Esse perímetro difere do entorno criado pelo IPHAE apenas por avançar mais uma rua ao sul (contemplando as fachadas dos dois lados da Rua Gal. Bacelar) e contornar o Largo Dr. Pio.

Enquanto unidade de planejamento, a área histórica conta com diretrizes próprias para estabelecer a relação entre a volumetria das edificações e o terreno onde serão construídas. Entre essas diretrizes, estão a altura máxima de oito metros para as novas construções e a isenção de recuo frontal, semelhantes àquelas impostas pelos documentos emitidos pelo IPHAN e pelo IPHAE.

A chegada dos museus e o retorno de uma festividade

Após a patrimonialização do edifício da antiga Alfândega, o mesmo passou por obras de conservação ao longo dos anos e recebeu uma restauração completa na década de 1980. Em 1984, eram discutidas as últimas questões referentes à criação do Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG), que seria mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande, contando com apoio de outras entidades⁴⁸.

Em 19 de fevereiro daquele ano, em homenagem ao 247º aniversário da cidade, ocorreu o ato de instalação do MCRG, que passou a funcionar em um edifício da Fábrica Leal Santos. A Superintendência da Receita Federal, uma das entidades envolvidas com a criação, cedeu uma área do edifício da Alfândega para as instalações do museu, em 1987, com relação à Coleção Histórica (ANJOS, 2012). Esse foi o primeiro uso museológico verificado até o momento na Rua Riachuelo. O museu passou por uma remodelação em 2016, inaugurando uma nova exposição que visa “apresentar a história da cidade e a relação com as águas doce e salgada” (NERY, 2021, p. 178).

O acesso ao museu ocorre pela Rua Riachuelo, nas proximidades com a Rua Andradas. Essa localização permite a visualização do estuário, patrimônio natural, e de outros bens culturais e patrimoniais do Centro Histórico. Verifica-se que a permanência do museu, que conta a história e as memórias da cidade, ao longo dos anos, foi um incentivo à identidade local, convidando habitantes e turistas a conhecer e apreciar esses patrimônios.

Posteriormente, outros dois museus foram instalados na rua, em armazéns do Porto Velho: o Museu do Porto do Rio Grande- Acervo Histórico, no Armazém 1; e o Museu Náutico do Rio Grande, no Armazém 4. O Museu do Porto do Rio Grande, localizado próximo ao edifício da Alfândega (e ao MCRG), apresenta acervo relativo à evolução dos equipamentos de navegação e de transporte de mercadorias, mostrando a relevância do Porto do Rio Grande para a região Sul do país⁴⁹. A proximidade desses dois museus com outras edificações históricas a oeste da Rua Riachuelo contribuiu para que essa porção da rua recebesse uma considerável movimentação ao longo dos anos.

48 Informações disponíveis em: <<https://www.instagram.com/museucrg/>>.

49 Informações disponíveis em: <http://www.portosrs.com.br/site/noticias_detalhes.php?idNoticia=2471&idPai=34>.

O Museu Náutico foi criado em 2003, próximo à Travessa do Afonso. Nele são expostas peças do acervo que destacam Rio Grande como uma “cidade histórica e marítima”, enfatizando sua proximidade com o mar e o estuário, e sua “memória náutica”⁵⁰. O mesmo faz parte do Complexo de Museus e Centros

Associados da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), estando em ligação com outros museus da cidade e com atividades relacionadas ao ensino superior.

Com relação às atividades culturais, o ano de 1992 trouxe o retorno da Festa do Mar, com a realização da sua terceira edição. A festividade ocorreu na Rua Riachuelo, em abril, com apresentações musicais e área de alimentação situadas ao ar livre, no espaço da rua e no cais do porto. Exposições de comércios e serviços ocorreram nos armazéns vagos, não utilizados pelos museus. Essa edição ocorreu 27 anos após a segunda, e 31 anos após a primeira. Segundo Cesar (2016), a Câmara de Comércio, o Clube de Dirigentes Lojistas e o Centro de Indústrias solicitaram apoio à Prefeitura, à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e à patrocinadores privados.

Se, em 1961, a 1ª Festa do Mar foi criada com o objetivo de incentivar a identidade e melhorar a confiança da população em meio a uma crise econômica após o fechamento de indústrias (JORNAL RIO GRANDE, 13 nov. 1961), o seu retorno, em 1992, buscou mostrar um momento positivo em termos econômicos. Conforme a Rio Grande Fatos em Revista (1992), aquele foi um período no qual a cidade estava em próspero desenvolvimento, com a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação, no Distrito Industrial.

No ano seguinte, a mesma revista trazia um balanço sobre aquela terceira edição de 1992, e a quarta edição realizada em 1993. A 4ª Festa do Mar foi mencionada como o maior evento realizado na cidade até aquela data, tendo “reavivado um bairrismo sadio que estava adormecido” (RIO GRANDE FATOS EM REVISTA, 1993, p. 20). A grande maioria das atividades dessa edição também ocorreu na Rua Riachuelo, semelhante à festa anterior (Figura 3). A diferença era que nesta última a organização do evento e a população estavam mais confiantes em seu positivo resultado.

Figura 3: Vista panorâmica da Rua Riachuelo durante a 4ª Festa do Mar, em 1993.



Fonte: Rio Grande Fatos em Revista, 1993, p. 20-21.

50 Informações disponíveis em: <<https://museu.furg.br/museus/museu-nautico>>.

Após a quarta edição, a Festa do Mar passou a ocorrer de dois em dois anos, até 2011. Aconteceram outras edições em 2012, 2013 e 2015, quando ela foi novamente interrompida (CESAR 2016). Desde a 3ª até a 15ª edição, em 2013, a festividade ocorreu na Rua Riachuelo, contribuindo para que a população e os visitantes observassem o patrimônio cultural da rua e a paisagem natural do estuário. Em 2015, em sua última edição, o evento ocorreu na Praça Xavier Ferreira, a oeste da Rua Riachuelo, mas ainda assim próxima a ela⁵¹.

Uma hipótese é que o retorno da Festa do Mar na década de 1990 tenha influenciado a realização do concurso público nacional que buscou um projeto para a revitalização das áreas do Centro Histórico do Rio Grande às margens do estuário, realizado em 1998. Diversos olhares estiveram voltados para aquele lugar, durante as festas ocorridas, reativando antigas memórias e criando outras novas.

O projeto vencedor do concurso⁵², do escritório Macadar, Pernau & Proto Arquitetura, contemplou três áreas – Rincão da Cebola, Mercado Municipal e Porto Velho. Após a execução das obras da área a oeste, houve uma atualização dos projetos para os demais setores, que atualmente aguardam execução. O projeto do setor leste, intitulado “Revitalização do Porto Histórico”, contempla a restauração dos cinco armazéns e do cais de pedra, além do tratamento da Rua Riachuelo.

Considerações finais

Pode-se inferir que a chegada dos anos 1980 trouxe para Rio Grande o início de um pensamento a respeito de patrimonialização e memorialização que teve reflexos diretos e indiretos no patrimônio cultural da Rua Riachuelo. A proteção dos bens imóveis da rua, através dos instrumentos legais, não foi satisfatória para uma preservação mais abrangente. A relação de imóveis de valor sociocultural de 1990 considerou edifícios que já eram marcos, mas não compreendeu os sobrados privados. O Inventário de Bens Culturais, quatorze anos depois, trouxe fichas individuais de registro, mas não contou com uma legislação municipal específica.

Compreende-se que a chegada dos museus foi importante por trazer a circulação de pessoas e conectar a rua a esse uso extremamente relevante, contando a história e as memórias da cidade. Tanto a antiga Alfândega quanto dois armazéns, enquanto edifícios e paisagens, foram usufruídos e apreciados por novas gerações ao longo dos anos. De forma semelhante, o retorno da Festa do Mar incentivou a identidade rio-grandina e o sentimento de pertencimento. Era o espaço público em comemoração.

Percebe-se que as construções com uso específico como o Mercado Público Municipal, a antiga Alfândega e os armazéns do porto, além de serem edifícios públicos, estão intimamente conectados com o estuário e as atividades portuárias. Esse conjunto de bens edificados, bens naturais e atividades humanas colaboram para manter viva essa memória coletiva da Rua Riachuelo, não apenas do tempo de apogeu, mas também das transformações, que trouxeram novos usos e novas vivências.

Conclui-se, no entanto, que não houve um vínculo profundo deste conjunto de edificações específicas e paisagens naturais com os sobrados da Rua Riachuelo em frente ao Porto Velho. De uma forma geral, eles não foram compreendidos como patrimônio, como parte da herança comercial e portuária de outros tempos vividos. E isso se refletiu na elaboração das legislações municipais e na própria ação (ou falta) de vigilância em relação a esses bens.

51 Informações disponíveis em: <www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/confira-a-programacao-completa-da-16a-festa-do-mar-755/>.

52 Foram promotores a Secretaria dos Transportes do Estado (RS) e a Superintendência do Porto do Rio Grande; a coordenação foi do IAB–Rio Grande do Sul. Informações conforme folheto informativo do concurso.

Apesar das muitas descaracterizações ocorridas, é impossível não valorizar a rua enquanto uma soma de várias temporalidades. Acredita-se que os espaços deixados pelas perdas de muitos exemplares poderão ser preenchidos por bens contemporâneos repletos de novos usos, desde que compreendam a necessidade de serem coadjuvantes do patrimônio cultural (bens imóveis e paisagem natural).

O mesmo pode ser pensado sobre a revitalização do Porto Velho. Será uma mudança extremamente positiva se forem analisadas formas de integrar a área ao restante do centro da cidade, e se forem criadas medidas para a permanência da população local e o amplo uso dos espaços do antigo embarcadouro pelos habitantes da cidade.

Em meio ao novo, esse patrimônio cultural preservado será como um pano de fundo para a conexão de novas memórias com outras mais antigas. E as características que formam o lugar, um misto de porção do espaço aberta ao novo, mas relacionado às suas origens e especificidades, estará lá, disponível para ser usufruído.

Referências

ANJOS, D. M. Acervo e sociedade - Museu da Cidade do Rio Grande – RS. **Dissertação**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012.

CESAR, W. **A cidade do Rio Grande: do big bang a 2015**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

IPHAE. Informação Técnica IPhAE N° 04/97- “Referente à solicitação da Sec. de Estado dos Transportes, quanto à definição do entorno dos bens tombados pela Sec. de Estado da Cultura no Centro Histórico de Rio Grande”.

IPHAN. Portaria IPHAN 21/10/92: “Delimitação e disciplinamento do entorno dos bens culturais tombados, localizados na área central da cidade do Rio Grande”. Brasil, 1992.

IPHAN. Processo N° 765-T-65 (1965-67) - “Edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande”. Ministério da Educação e Cultura, DPHAN, DET. Seção de História.

JORNAL RIO GRANDE. Informativo da Festa do Mar. Rio Grande, 13 de nov. 1961.

NERY, O. S. A musealização do patrimônio industrial no Museu da Cidade do Rio Grande/RS. **Revista Historiae**, v. 12, p. 171 – 192, 2021.

QUEIROZ, M. L. B. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: Ed. FURG, 1987.

RIO GRANDE (CIDADE). , 03 de novembro de 1986. Cria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município do Rio Grande.

RIO GRANDE (CIDADE). , 13 de fevereiro de 1987. Classifica edificações de interesse sociocultural e concede estímulos para a preservação.

RIO GRANDE (CIDADE). , 20 de agosto de 2008. Estabelece o regime urbanístico do Município do Rio Grande, normatizando o zoneamento de uso e ocupação do solo, os dispositivos de controle das edificações, equipamentos urbanos e procedimentos administrativos.

RIO GRANDE (CIDADE). , 30 de outubro de 1990. Caracteriza edificações de interesse sociocultural e concede benefícios aos proprietários para que sejam preservadas.

RIO GRANDE FATOS EM REVISTA. **III Festa do Mar 27 anos depois**. Ano I, n. 1, Rio Grande, 1992.

RIO GRANDE FATOS EM REVISTA. **A maior festa da nossa história**. Ano II. n. 7. Rio Grande, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. USP, 2006.

SOARES, I. V. P. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.

VIEIRA, S. G. A memória da cidade e o lugar. In: **II Seminário de estudos urbanos e regionais e I Colóquio Internacional sobre as cidades do Prata: geografia urbana e histórica da formação territorial na região do Rio da Prata nos séculos XVII a XIX** - UFPel. Pelotas, 2006.

ZIEBELL, C. Inventário lista 507 bens culturais imóveis de Rio Grande. **Jornal Agora**. Rio Grande, 28 dez. 2004.

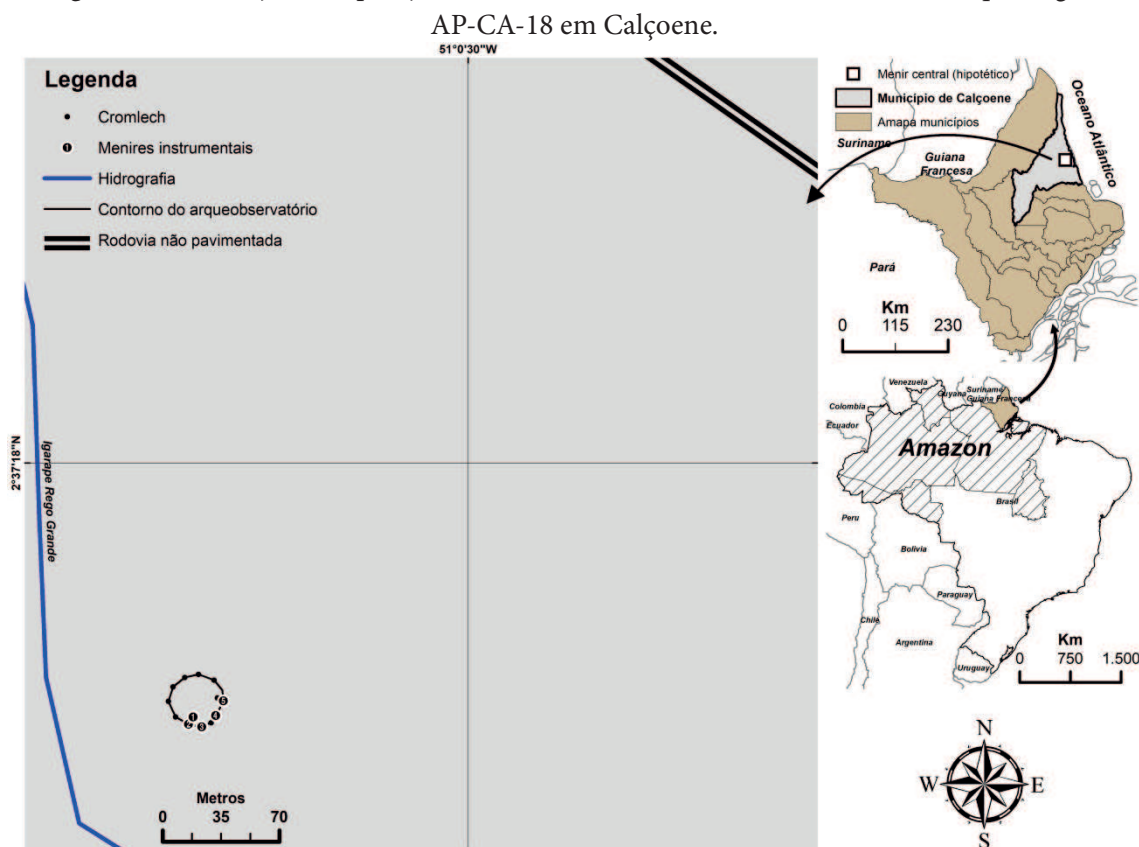
CARTOGRAFIA DE TÉCNICAS ARQUEOASTRONÔMICAS NO CROMLECH EQUINOCCIAL DE CALÇOENE

Olavo Fagundes da Silva¹

Introdução

O Sítio arqueológico megalítico de Calçoene AP-CA-18 está situado às margens do igarapé Rego Grande, nas coordenadas de 2°37'12" N e 51°0'33" W, a aproximadamente 408 km da cidade de Macapá, capital do Amapá. Localizado no nordeste desse estado da Amazônia setentrional brasileira, o lugar fica a 18 km ao norte de Calçoene, sede do município homônimo e pode ser acessado a partir dessa cidade, através de uma pequena rodovia não pavimentada. Erguido sobre uma pequena colina, o conjunto de blocos graníticos dispostos verticalmente em forma de círculo irregular se sobressai sobre o terreno relativamente plano que o circunda (Figura 1).

Figura 1: Localização e disposição dos menires verticais no contorno do sitio arqueológico



Fonte: Elaborado pelo autor (vetores de limites, hidrografia e estradas cedidos gentilmente pela Conservação Internacional do Brasil- CI, em 2010)

A disposição vertical no solo, de blocos de rochas brutas, pouco trabalhadas artificialmente (menires) em arranjo circular, de acordo com Afonso e Nadal (2014) é também denominada de *cromlech*. No arranjo megalítico do sítio arqueológico AP-CA-18 de Calçoene, pressupõe-se visualmente que o arranjo espacial do conjunto de menires apresenta formato de um círculo irregular. Esses blocos graníticos, alguns em posição vertical, pelo que se percebe, estão arranjados mais ou menos de acordo

1 Doutor em Geografia Física - Universidade de Coimbra (UC); Doutor em Desenvolvimento Socioambiental - Universidade Federal do Pará (UFPA) ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8855-7396>>.

com o formato original no qual devam ter sido ali colocados.

Numa observação mais detalhada é possível afirmar que os blocos estão relativamente bem posicionados, quando se considera o alinhamento em relação aos pontos cardeais e colaterais. Também é possível inferir alguma identificação com o sistema de coordenadas geográficas a partir do menir com orifício, situado com certo destaque em relação aos demais. Feitas essas constatações, a forma peculiar de arranjo dos blocos de rocha no espaço do sítio arqueológico AP-CA-18 de Calçoene, assume finalidades instrumentais sob a perspectiva acadêmica atual de observação astronômica.

Como já constatado por Afonso e Nadal (2014), e pelo que se percebe visualmente, a organização dos menires no *cromlech* do Igarapé Rego Grande em Calçoene, guarda estreita relação com a observação de eventos astronômicos conhecidos. Essa relação fica evidente a partir da observação dos detalhes de posicionamento dos principais blocos em relação à trajetória solar ao longo do dia e durante a precessão terrestre. Observações a partir do bloco com orifício em alinhamento com os demais menires permitem mensurar e avaliar ângulos azimutais e zenitais que possibilitam relacionar o arranjo dos blocos com a observação de eventos astronômicos bastante conhecidos, como os equinócios e solstícios.

A localização na latitude 2°37'12"N, portanto, muito próxima à linha do equador, atribui aos menires dispostos em formato de círculo irregular a condição de observatório astronômico singular. Esses 2°37'12"N que o separam da linha do equador, podem ser considerados praticamente irrelevantes do ponto de vista geográfico para uma classificação hipotética como arqueobservatório astronômico do meio do mundo. De igual maneira, a disposição dos menires, distância e ângulos azimutais e zenitais formados no arranjo megalítico atribuem uma característica singular para observação de eventos celestes na perspectiva da astronomia acadêmica.

Nesta pesquisa, portanto, a questão central foi tentar responder quais técnicas observacionais e eventos astronômicos podem ser relacionados ao arranjo espacial dos menires no sítio arqueológico AP-CA-18 em Calçoene-AP sob a perspectiva da astronomia acadêmica atual? A partir dessa constatação é possível, ainda que de forma hipotética pressupor a relação do arranjo de menires com possíveis usos para observação celeste pelo grupo social que o construiu. Essa informação também é importante no sentido de abrir a possibilidade de se inferir usos relacionados com os períodos de sazonalidade climática e conseqüentemente aos ciclos de plantio e colheita. Isso estaria um pouco além daqueles usos relacionados aos ritos religiosos e fúnebres já constatados por Cabral e Saldanha (2008, p. 16).

A proposta metodológica do estudo do arranjo espacial dos menires no sítio megalítico de Calçoene, também denominado de AP-CA-18, teve como foco a análise cartográfica com suporte em geotecnologias. A partir dessas análises procurou-se entender a arquitetura posicional dos menires e a possível relação com técnicas de observação de eventos astronômicos a considerar elementos de estudo da astronomia acadêmica atual. Para isso, se procurou identificar, mapear, caracterizar e classificar os menires e as técnicas observacionais no arranjo espacial do sítio arqueológico. A existência desse sítio megalítico e sua relação com a observação dos eventos de solstícios foi amplamente difundida logo após sua descoberta. Os estudos realizados por Cabral e Saldanha (2008, p. 21) levantaram a hipótese de que o arranjo constituiria um arqueobservatório astronômico.

A observação dos astros e as técnicas observacionais na história

A observação dos astros e sua relação com os fenômenos ou eventos no planeta como as marés influenciadas pela posição da lua ou as estações do ano relacionadas ao movimento ao redor do sol,

remontam aos primórdios da organização social da humanidade. Steiner (2006) afirma que “a missão da astronomia é de nos dizer onde estamos de onde viemos e para onde vamos”. Nesta visão os estudos em astronomia ratificariam uma necessidade humana que não se detém a mera observação dos astros ou de suas leis (astronomia= lei dos astros), mas perpassa pelo vasculhar das identidades sociais em sua organização do espaço.

As estrelas num céu límpido à noite, os planetas, a lua e o sol sempre fizeram parte do imaginário e influenciaram a organização humana. Sua relação com os rituais religiosos ou sociais remonta aos primórdios da história. A dinâmica dos movimentos terrestres em torno do sol e das demais estrelas foi a base de orientação para deslocamentos dos povos antigos e muitos os atrelaram aos acontecimentos da vida cotidiana. Essa relação entre os fenômenos terrestres e a observação dos astros levou as sociedades ao longo da história a endeusarem os corpos celestes colocando-os num patamar elevado do seu cotidiano e atribuindo estrita relação com as tarefas essenciais à vida social (Livi, 1990; Tomasini, 2013; Aveni, 2003).

No continente americano, os arranjos arquitetônicos encontrados nas cidades dos grandes impérios pré-colombianos como os dos Astecas, Maias e Incas, guardam estreita relação com a orientação moderna pelos pontos cardeais (Malville, 2010; Aveni, 2003; Tomasini, 2013). Os povos pré-colombianos com o maior aporte de tecnologias montaram um primoroso sistema de referenciamento a partir dos ciclos do sol a considerar os movimentos de rotação e translação terrestre. Esse sistema, desenhado também através da observação das estrelas pressupunha uma relação cosmológica e cosmogônica desses povos com seu meio ambiente. Segundo Šprajc (2013) ‘os resultados da pesquisa sistemática realizada até agora indicam que as orientações dos edifícios cívicos e cerimoniais na mesoamérica se referem em grande parte ao nascer e pôr do sol em determinadas datas’.

Para León-Portilla (*apud*, Aveni 2003) o elevado desenvolvimento tecnológico das grandes civilizações pré-colombianas dependeu fundamentalmente dos estudiosos observadores dos céus. Segundo Šprajc (2015, p. 716), a distribuição e orientação dos edifícios civis e cerimoniais dos povos da mesoamérica, dentre outras funções, serviam também para referenciar os estudiosos na observação de eventos astronômicos. Os arranjos arquitetônicos evidenciavam notadamente alinhamentos para observações astronômicas nos dias solsticiais e equinociais.

Em estudos voltados para analisar os eventos astronômicos observáveis nas construções da mesoamérica, elementos de cartografia foram amplamente utilizados como suporte. A determinação das direções azimutais, ainda que sob a perspectiva dos deslocamentos solares e estelares em seus alinhamentos, serviram para determinar a relação entre as construções com eventos astronômicos através delas eventualmente observáveis. Em largo estudo, Šprajc (2013) analisou alinhamentos e janelas de observação em templos e edifícios para avaliar se os eventos equinociais foram relevantes nas culturas da mesoamérica. Segundo esse autor, alguns edifícios foram projetados com janelas específicas para a observação desse evento astronômico.

No excelente e detalhado trabalho intitulado ‘*Equinoxes in Mesoamerican Architectural Alignments: Prehispanic Reality or Modern Myth?*’ Šprajc (2013) realiza profunda reflexão sobre a suposta existência de alinhamentos e janelas de observação equinociais em edifícios das civilizações pré-colombianas da mesoamérica. Para este autor a motivação em torno das funções práticas ou cerimoniais para existência de mecanismos de observação dos equinócios é duvidosa. De fato, no que concerne ao suporte da vida social através da agricultura e dos cerimoniais correspondentes, por exemplo, são os solstícios que marcam nas médias latitudes, as mudanças de estações de verão e inverno, que definem o comportamento climático.

Quando Šprajc (2013) deixa clara a dúvida em torno de uma função cotidiana prática e cerimonial para a existência de elementos arquitetônicos visando observar os equinócios, o faz ao considerar esse contexto arquitetônico em médias latitudes. Nessas latitudes, os eventos solsticiais e não os equinociais são determinantes para as mudanças de estações apresentando comportamentos climáticos bem definidos. Entretanto, nas baixas latitudes, próximas ao equador terrestre, essa assertiva torna-se inócua, pois nessas regiões, onde a incidência solar é mais uniforme, o comportamento climático está mais associado à dinâmica de massas de ar tropical com pouca ou nenhuma conexão com mecanismos climáticos influenciados por massas de ar polares.

É relevante o que Tomasini (2013) Aveni (2003) e mesmo Šprajc (2013) afirmam sobre as funções práticas e cerimoniais da arquitetura pré-colombiana na mesoamérica e seus alinhamentos para observação dos eventos astronômicos como os solstícios. Desta maneira, é obviamente relevante também considerar essas funções em outros arranjos arquitetônicos análogos, ainda que em diferentes localizações. No caso específico do sítio megalítico AP-CA-18, localizado na porção leste da Amazônia setentrional brasileira, diferentemente das arquiteturas da mesoamérica, a considerar a proximidade com o equador terrestre, essas funções não estariam relacionadas aos solstícios, mas aos equinócios. E vale ressaltar que os eventos equinociais coincidem com uma dinâmica climática com sazonalidade diferente daquela encontrada nas médias latitudes da mesoamérica.

A Amazônia setentrional é fortemente influenciada pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). A sazonalidade climática nessa região é caracterizada por períodos mais ou menos chuvosos que não coincidem com os solstícios, mas com os eventos equinociais de primavera e outono. No estado do Amapá, situado na porção oriental da Amazônia setentrional, de acordo com Souza e Cunha (2010, p. 193) os meses de março a maio apresentam chuva trimestral abundante, acima de 1000 mm configurando o que se convencionou denominar localmente como equinócio das águas. Já os meses de setembro a novembro apresentam chuva trimestral escassa, abaixo de 200 mm configurando aquilo que poderia ser denominado de equinócio do período seco. Portanto, essa sazonalidade climática relacionada aos equinócios afetaria também os ciclos de plantio e colheita e os respectivos atos cerimoniais para os povos que habitavam a região onde foi erguido o conjunto megalítico do sítio AP-CA-18.

No Brasil os mitos e lendas dos povos nativos são testemunhos do conhecimento dos astros e fenômenos a eles relacionados e foram catalogados em muitos momentos da história através de contatos e relatos. Na segunda metade do século XIX, Magalhães (1975) já registrara, os ricos aportes de conhecimentos sobre os astros e suas ligações com o cotidiano de cada povo nativo com os quais ele mantivera contato. Para Lima e Figueirôa (2010) as obras de José Vieira Couto de Magalhães e do canadense Charles Frederick Hartt são pioneiras na abordagem dos conhecimentos oriundos da observação celeste pelos povos nativos no Brasil. De acordo com os autores, as obras de Magalhães e Hartt introduzem elementos fundamentais para entender o conhecimento dos astros pelos povos nativos e foram reiteradas como basilares para a arqueoastronomias e etnoastronomia no país.

Para Canalle (2003) ao contrário do que se pensou durante muito tempo, a órbita descrita pela Terra em torno do Sol não é uma elipse de grande excentricidade. Se a órbita da terra se configurasse como uma elipse muito excêntrica, os periélios provavelmente produziriam invernos mais frios e verões mais amenos. Entretanto, pelo fato de constituir uma elipse com pouca excentricidade, a intensidade de iluminação nos periélios não difere muito daquela encontrada nos afélios, pois as distâncias permitem índices mais ou menos iguais.

Os eventos astronômicos resultantes do movimento de translação mais conhecidos são os solstícios, que acontecem nos meses de junho e dezembro e equinócios, que acontecem em março e

setembro. Os solstícios marcam o início das estações de verão e inverno e podem ser melhor “sentidos” nas médias e altas latitudes. Já os equinócios, determinam as estações de outono e primavera e são mais bem visualizados nas latitudes mais próximas à linha do Equador terrestre. Se considerarmos a terra como esfera perfeita, de onde se pode projetar um plano tangencial à altura das linhas imaginárias dos trópicos de capricórnio ao sul e câncer ao norte, os dias solsticiais representariam o momento do ano em que os raios de luz solar incidem mais perpendicularmente neste plano imaginário.

Sobre a organização do espaço em função das técnicas, Santos (1999) afirma que são elas as responsáveis pela datação da paisagem. O homem organiza o espaço, constrói e remodela a paisagem empregando ao longo do tempo diferentes técnicas que acabam por imprimir as marcas, diferenciando os espaços socialmente produzidos. A leitura e a interpretação do espaço requerem aportes de datação e avaliação de sua organização, por isso, Martinelli (1998) afirma que à cartografia compete avaliar o espaço no sentido de suas dimensões e distância procurando evidenciar a organização no sentido absoluto. O espaço cartográfico é o espaço no sentido do absoluto, o espaço área, medido e localizado com base numa determinada escala de representação do real no plano dos mapas. Para a compreensão dos fenômenos com maior aproximação da realidade, a escala é uma questão fundamental que se coloca nos estudos cartográficos, pois é fator metodológico imprescindível para a compreensão dos fenômenos na perspectiva espacial.

A topografia por sua vez é a técnica de elucidar o local em suas diversas nuances e fenômenos existentes. O espaço topográfico está contido no espaço absoluto, desvencilha a paisagem, descrevendo-a e interpretando suas dinâmicas. Pellogia e Oliveira (2008) defendem que o homem é um agente modelador do relevo e para essa atividade atribui o conceito de geotecnogênese. A ação do homem transforma o relevo tanto através de ações erosivas quanto deposicionais.

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) constituem atualmente uma ferramenta muito eficaz para avaliar os objetos e atributos da organização espacial. De acordo com Câmara *et. al.* (1996) os SIG são construídos “para armazenar, analisar e manipular dados geográficos, ou seja, dados que representam objetos e fenômenos em que a localização geográfica é uma característica inerente e indispensável para tratá-los”. O ambiente de SIG permite representações aproximadas com grau significativo de fidelidade das informações de localização. Os SIG contam hoje, com avanços tecnológicos que melhoram significativamente a precisão no Sistema de Posicionamento Global (GPS) norte-americano ou outros como o GLONASS de iniciativa russa, acessíveis hoje através dos aparelhos receptores com precisão de até cinco metros.

Os SIG foram amplamente testados por Aires da Fonseca (2013) como importantes ferramentas para localização e mapeamento de sítios arqueológicos na Amazônia. Os levantamentos, embora realizados em escalas pequenas ou médias, demonstraram, segundo o autor, que ‘o uso de geotecnologias em pesquisas arqueológicas não deve mais ser tratado como privilégio, e sim como mais uma etapa das análises laboratoriais’ (AIRES DA FONSECA, 2013, p. 689). Desta maneira, os SIG, bem como as ferramentas de sensoriamento remoto encontram ampla gama de utilização na arqueologia pressupondo-se dessa maneira a utilização das ferramentas também em grandes escalas como no presente trabalho.

Metodologia da pesquisa

Os esforços metodológicos desta pesquisa concentraram-se em identificar, mensurar distâncias e ângulos azimutais e zenitais, classificar e analisar cartograficamente o arranjo de menires para determinar suas possíveis relações com a observação de eventos astronômicos na perspectiva da

astronomia acadêmica atual. Essa metodologia procurou ainda determinar quais técnicas astronômicas e eventos poderiam ser observados. Por fim procurou-se responder se o arranjo megalítico poderia ter seus menires validados cartograficamente como instrumentos astronômicos através da análise em SIG. Buscou-se assim, constatar a eficácia do arranjo de menires como um arqueobservatório astronômico com base nos eventos ou fenômenos tecnicamente neles observáveis. Efetuaram-se quatro visitas técnicas nos anos de 2007, 2013, 2020 e 2021.

Área da pesquisa

A elevação onde está assentado o arranjo megalítico do arqueobservatório astronômico de Calçoene é bastante singular quando vista dentro do relevo que caracteriza a topografia local. A área onde o arranjo foi construído é considerada parte do planalto rebaixado da Amazônia que ocorre sobre o terreno geológico do grupo barreiras. Entretanto, é possível afirmar com alguma segurança que a área faz parte do contato terciário/quaternário por estar muito próximo da planície costeira amapaense que domina a costa estuarina e atlântica do estado do Amapá. Esse contato é dominado por uma área relativamente plana que consiste na transição entre a planície costeira amapaense e os planaltos rebaixados da Amazônia dominados pelas colinas onduladas e suavemente onduladas sobre terrenos terciários (Silveira, 1998). No que tange a fitofisionomia essa transição reúne elementos do cerrado e dos sistemas inundáveis, situados a leste do sítio megalítico e dominado pelos manguezais.

A elevação em que está assentado o arranjo megalítico constitui a olhos vistos uma anomalia na planura do relevo local, circundado pela ocorrência do Igarapé Rego Grande. (Figura 2).

Figura 2: Registro do alto da elevação onde está assentado o sítio arqueológico AP-CA-18 de Calçoene com vista do relevo adjacente composto pela transição planície costeira/ planaltos rebaixados da Amazônia.



Fonte: Acervo fotográfico do autor (Registro realizado em 13/08/2013 às 14h05min)

Materiais e métodos

Os registros de imagens foram realizados com câmera fotográfica digital, câmera fotográfica digital em telemóvel e drone. Os registros de dados cartográficos foram realizados utilizando-se bússolas, aparelhos receptores GPS, trena de 30 metros, nível de mão, clinômetro digital e um transferidor de 360°. Foram registradas medidas métricas e morfométricas com mensuração linear e angular. As medições abrangeram os padrões das angulações azimutais entre os menires e zenitais em relação ao eixo vertical. Foram ainda mensuradas as angulações de entalhe nos menires, sua disposição no arranjo lítico e as medidas lineares entre cada elemento.

As observações e anotações em campo das distâncias lineares, posições e angulações azimutais e verticais dos menires e sua relação com a trajetória e incidência solar permitiu avaliar e ratificar algumas técnicas de projeção de raios de luz solar e sombra ou ausência de sombra que poderiam estar relacionadas à observação de eventos astronômicos. Após análises dos dados das primeiras visitas técnicas, realizadas em 2007, 2013 e 2020 optou-se por fazer o registro de imagens com drone em data próxima ao solstício de verão para o hemisfério norte e inverno para o hemisfério sul. Essa data foi obviamente condicionada pelas dificuldades de deslocamento do pesquisador até o local da pesquisa.

A observação e registro preliminar com máquina fotográfica digital em campo suscitou a construção de um método de análise que conjugasse principalmente noções de cartografia e geotecnologias para identificar e analisar padrões astronômicos e geométricos que pudessem ser percebidos no arranjo dos menires. No decorrer dos estudos, outros elementos relativos ao contexto físico foram também estudados. Formas do relevo, litologia, hidrografia e vegetação se mostraram também bastante relevantes para elucidar e compreender a organização do arranjo espacial dos menires no sítio megalítico.

Os registros de dados cartográficos e imagens bem como a utilização das geotecnologias foram fundamentais para identificação dos padrões geométricos e astronômicos no arqueobservatório. Conhecimentos de base sobre astronomia e óptica geométrica serviram de suporte para uma releitura dos registros cartográficos assim como para as formas de tratamento com geotecnologias. De igual maneira, a cartografia baseada nas observações em campo foi fundamental para análise dos elementos geométricos perceptíveis ou configurados no observatório compondo-se assim uma metodologia de análise que pressupôs a retroalimentação dos conhecimentos.

Os registros de pontos de coordenadas e as feições lineares dos menires instrumentais e do contorno do arranjo megalítico no sítio arqueológico de Calçoene foram realizados em dois momentos distintos, nos anos de 2007 e 2013, utilizando-se dois aparelhos receptores GPS da marca Garmim. O primeiro aparelho utilizado foi um modelo 12, com menos recursos, permite leituras com um tempo de resposta mais lento através de 12 canais de recepção de satélites. O segundo aparelho utilizado, também da marca GARMIM foi um modelo Etrex-20 com um receptor de 20 canais e um tempo de resposta mais rápido.

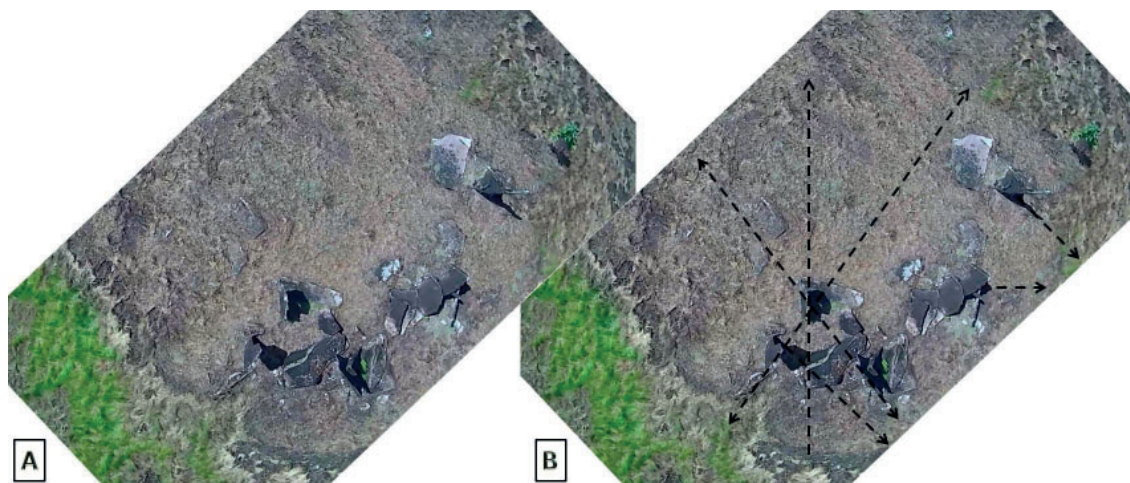
Para o registro dos pontos de coordenadas geográficas realizou-se caminhamento intermitente ao redor do arqueobservatório. Os pontos registrados representam as paradas onde se constatou a presença de blocos de rochas verticalizados, tecnicamente utilizadas como instrumentos ou blocos de rochas inclinados quase horizontalmente, mas com indícios de verticalização e limitantes do arranjo lítico. Desta forma, foi possível registrar a posição e identificar numericamente cada bloco de rocha instrumental assim como a determinar o contorno do sítio megalítico.

Para o imageamento vertical do arranjo megalítico foi utilizado um drone da Marca VS GPS, com capacidade de sobrevoo de 30 metros de altura e 300 metros de distância máxima do operador em

linha reta. O aparelho equipado com câmera permite imagens fotográficas de resolução de 10 megapixel e vídeos em formato HDR. A operação remota foi realizada através de controle de software próprio instalado em telemóvel e os registros foram realizados em alturas de sobrevoo próximas ao máximo permitido. Foram realizados três sobrevoos entre as 13h30min e 14h do dia 18 de junho de 2021, data que foi determinada em função das condições de deslocamento para coincidir com a máxima proximidade do dia solsticial com sol no hemisfério norte.

Dentre as imagens verticais produzidas foi escolhida a que ofereceu uma leitura vertical alinhada ao centro do grupo de blocos verticais e com melhor visão panorâmica do seu arranjo (Figura 3). Essa imagem foi fundamental para consolidar a metodologia de análise das técnicas astronômicas após ser posteriormente inserida em SIG e retificada com base nos pontos de coordenadas geográficas registrados. Na retificação da imagem e demais ajustes bem como a construção dos vetores foram utilizados os softwares ArcGIS 10.2 e Quantum GIS versão 2.18.14. A retificação considerou os pontos de coordenadas de cada menir instrumento. Apesar das eventuais distorções no registro dos pontos em função de escala cartográfica muito grande, a imagem vertical constituiu excelente elemento de ajuste entre os pontos de coordenadas e a posição de cada menir a considerar as distâncias registradas entre os menires com trena métrica.

Figura 3: Imagem panorâmica vertical registrada pela câmera do drone VS GPS a altura de aproximadamente 30 metros (A), note-se o alinhamento, as projeções e sentidos de sombra nos menires 1, 2,4 e 5 e ausência de sombra no menir 3 no horário do registro (B).



Fonte: Acervo fotográfico do autor (Registro realizado em 18/06/2021 às 13h40min)

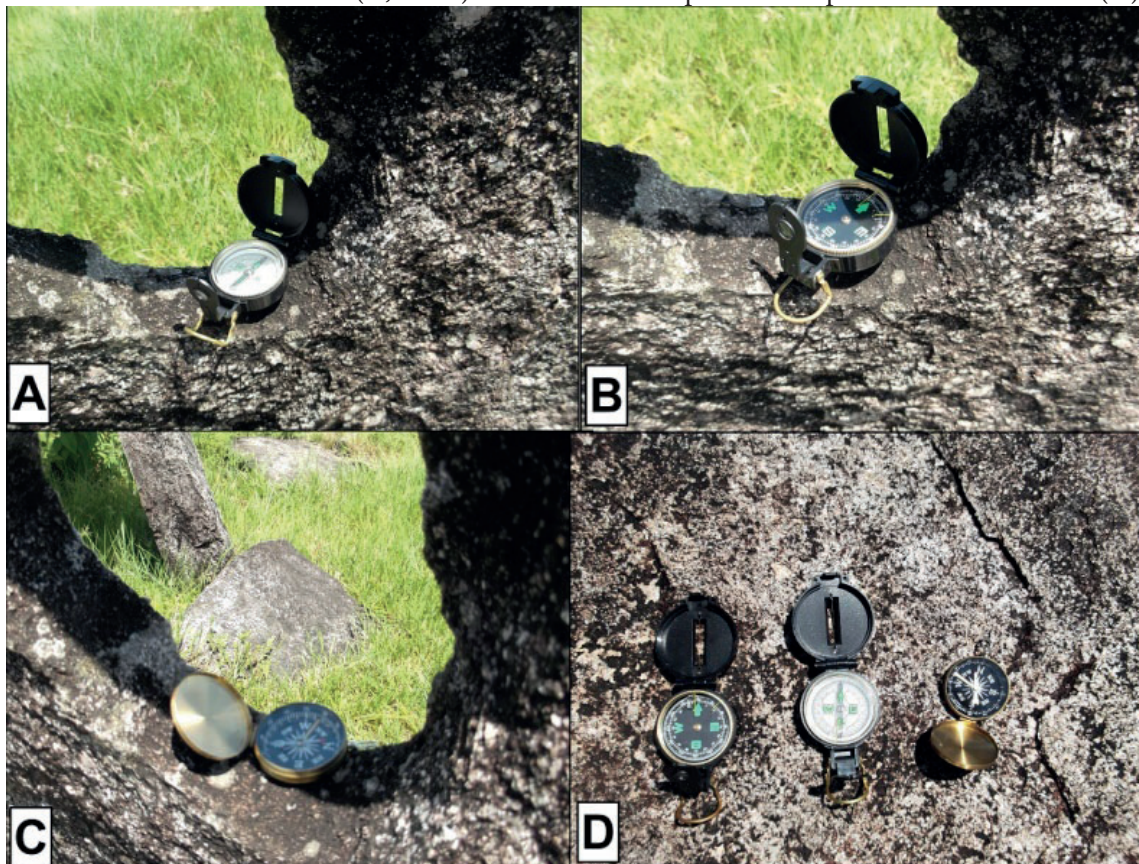
Os dados de ambos os GPS foram inseridos em SIG e utilizados para realizar a comparação, aferição e tratamento vetorial dos registros de informações em campo. Os dados cruzados, de pontos e feições lineares serviram de base para a identificação dos menires e do contorno do sítio megalítico no mapa e figuras geradas utilizando-se o Datum WGS 1984 dos aparelhos GPS como referencial, seguindo a indicação de Bernardi e Landim (2002). A imagem vertical do drone foi retificada em SIG e conjugada às demais informações registradas em campo para a construção dos vetores de alinhamento, linhas de confirmação, horas, trajetória solar e pontos dos menires hipotéticos.

Outro método utilizado para corroborar os registros já coletados com aparelhos GPS, dos alinhamentos direcionais e sentidos de posicionamento dos blocos de rochas instrumentos, foi o registro das angulações azimutais com bússolas. Foram feitas leituras e registros utilizando-se três bússolas, sendo uma de limbo móvel com óleo amortecedor (Figura 4, A), uma de limbo móvel sem óleo (Figura 4, B) e ainda uma terceira com limbo fixo (Figura 4,C).

As três bússolas foram primeiramente alinhadas individualmente na janela de observação

(orifício) do bloco de rocha com orifício (Figura 4,A) para que se pudesse obter a orientação desse orifício e do bloco de rocha em relação ao norte magnético. Esse procedimento também permitiu mensurar a diferença angular entre o alinhamento direcional do bloco de rocha e o norte magnético, observando a linha de sombra projetada no orifício sobre o limbo das bússolas (Figura 4, A e B).

Figura 4: Posicionamento das bússolas para registro do norte magnético no orifício de observação (janela) do bloco de rocha referencial (A, B e C) e sobre um bloco próximo disposto horizontalmente (D).



Fonte: Elaboração do Autor (Registro fotográfico realizado em 16/08/2013 às 10h55min).

Posteriormente as bússolas foram alinhadas em conjunto no chão, na direção norte/sul magnético, sobre uma rocha de calçamento, situada próxima ao fragmento de rocha instrumento principal com janela de observação para aferimento das leituras (Figura 4, D). Após o registro e confirmação do sentido norte magnético na bússola de limbo móvel com óleo amortecedor, determinou-se através de cálculo matemático o norte geodésico ou geográfico. Esse procedimento foi realizado somando-se os graus azimutais de declinação magnética (diferença entre o norte verdadeiro e norte magnético aferido na bússola), obtidos através de consulta ao sítio eletrônico da *National Oceanic & Atmospheric Administration* (NOAA, 2013) após o fornecimento das coordenadas geográficas do local do sítio megalítico.

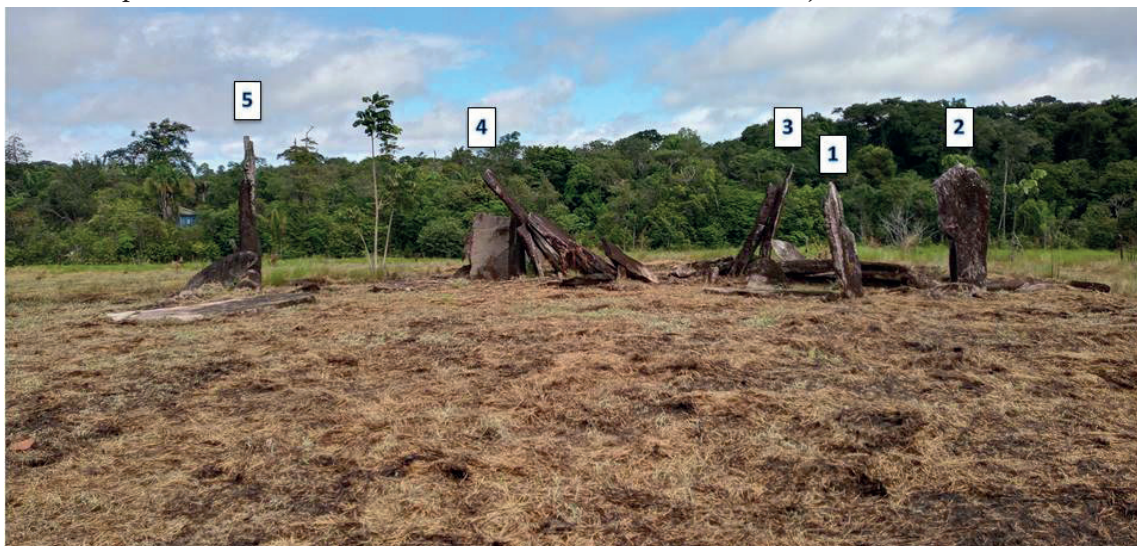
A declinação magnética para as coordenadas locais de $2^{\circ}37'12''$ N e $51^{\circ}0'33''$ W do observatório foi de $18,5^{\circ}$ W, sendo, portanto oriental ou, positiva. A Angulação oriental de declinação magnética obtida foi somada ao norte magnético da bússola para a obtenção do norte geográfico ou verdadeiro seguindo a fórmula $NV = NM + AngDM$, sugerida por Moura Filho (1993). O resultado ratificou o registro já realizado com os aparelhos receptores GPS. O bloco de rocha com orifício está alinhado na direção norte/sul enquanto o orifício encontra-se orientado na direção leste/oeste.

Identificação numérica dos menires instrumentais no arranjo megalítico

Com o objetivo de realizar a análise sistemática das técnicas e eventos astronômicos observáveis no sítio megalítico optou-se inicialmente por identificar numericamente os menires instrumentais no arranjo. A identificação foi realizada tomando como base as posições de cada menir em sentido oeste/leste em relação ao menir com orifício, que se considerou, por sua posição semi-centralizada como sendo um menir referencial. Posteriormente durante o tratamento em SIG esse menir foi posicionado como ponto central de uma rosa dos ventos de maneira a possibilitar a visualização dos alinhamentos ou referenciamento dos demais menires e sua posição nos quadrantes.

A identificação numérica permitiu estudar os menires de forma apropriada durante a pesquisa em campo e na etapa de inserção e tratamento dos dados em SIG bem como na elaboração dos resultados e discussão (Figura 5).

Figura 5: Vista panorâmica dos blocos de rocha instrumentais e identificação numérica adotada no trabalho.



Fonte: Acervo fotográfico do autor (Registro realizado em 18/06/2021 às 14h47min).

Resultados e discussão

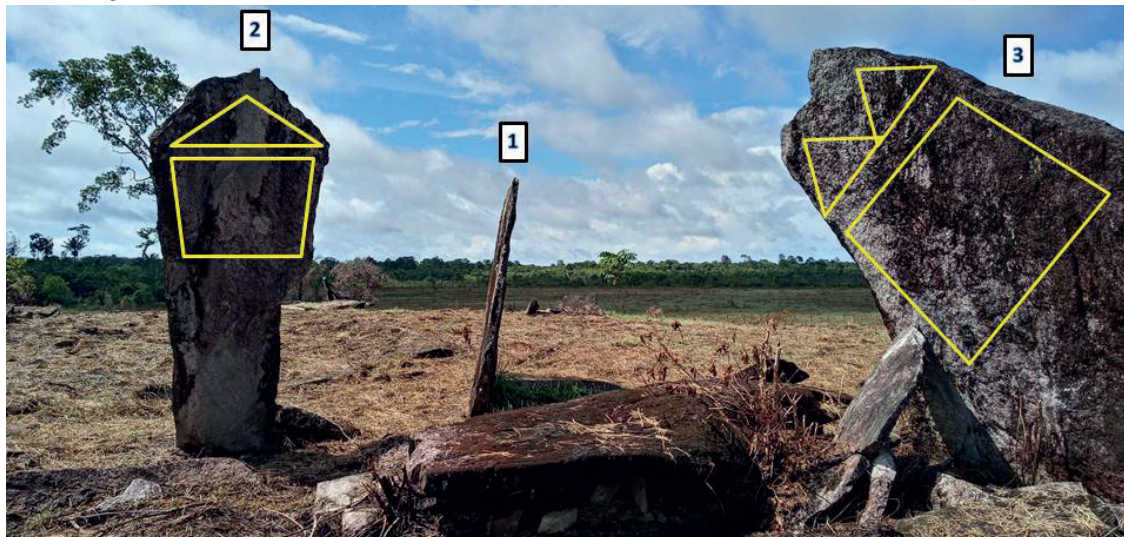
O domínio elementar da geometria certamente está presente e, ao que tudo indica, foi fundamental para o estabelecimento do arranjo dos blocos de rochas instrumentais no arqueobservatório astronômico megalítico de Calçoene. Quando observados com acuidade, os entalhes nos blocos rochosos indicam um trabalho cuidadoso e preciso. Todos os menires foram esculpido ou trabalhados de maneira a constituir formas geométricas bastante conhecidas, e pelo que se constata, essa foi uma forma de melhorar a precisão das observações.

Fundamentos de geometria nas formas poligonais dos menires (blocos de rocha verticalizados) no arranjo megalítico

Quatro, dos cinco blocos instrumentais lembram em sua parte superior os vértices de um triângulo (1,2,3 e 4) formando pontas de setas indicadoras em suas extremidades (Figura 6). O bloco 5 é um bloco de rocha em formato cônico que lembra um ponteiro. As formas geométricas dos blocos de rochas conjugam-se à angulação de alinhamento e inclinação atribuindo-lhes características de

instrumentos no arranjo megalítico. Essa conjugação ao sofrer a incidência dos raios de luz solar resulta em elementos de análise de óptica geométrica que assumem finalidades astronômicas na organização do arranjo megalítico do sítio arqueológico AP-CA-18 de Calçoene.

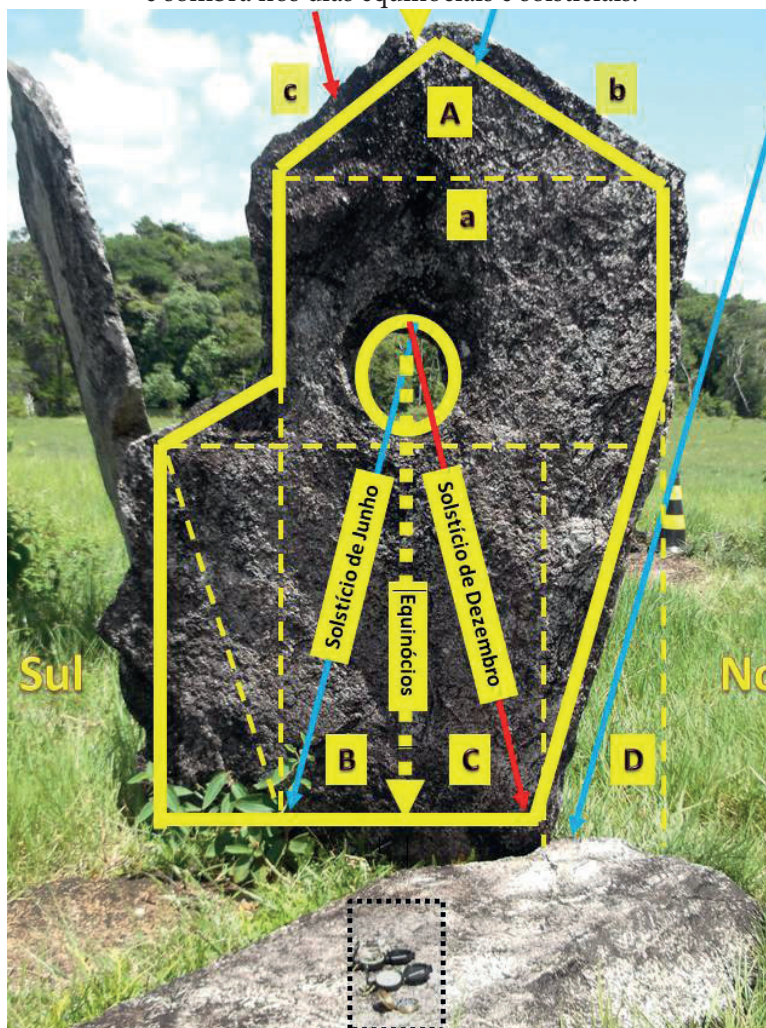
Figura 6: Triângulos (ponta de seta) e trapézios (centro da seta) formas poligonais nos menires de alinhamento solsticial oeste (2) e leste (3) em alinhamento com o menir referencial (1) vistos do lado sul do arranjo megalítico, com sombra total a SE para o menir 2 e ausência de sombra a SO para o 3.



Fonte: Elaboração do autor (Registro fotográfico realizado em 18/06/2021 às 14h40min).

O menir referencial situado no interior do círculo irregular que forma o observatório astronômico, foi colocado numa posição de destaque em relação aos demais blocos que formam o contorno do arranjo megalítico. Esse bloco de rocha foi “esculpido” ou trabalhado com padrões poligonais retangulares e triangulares com um orifício de observação em formato elipsoidal situado no centro de uma seta imaginável (Figura 7).

Figura 7: Menir referencial e ilustração das formas geométricas sugeridas formando uma seta vertical (Linha amarela contínua) com orifício de observação em elipse ao centro e angulações de projeção de luz e sombra nos dias equinociais e solsticiais.



Fonte: Elaboração do autor (Registro fotográfico realizado em 13/08/2013 às 11h 55min).

A parte superior do menir foi esculpida na forma de um triângulo escaleno (Figura 7, A) dando ao conjunto de formas o aspecto de uma seta apontada verticalmente para o céu do equador com uma leve inclinação de aproximadamente 10° no sentido leste. A região de iluminação útil no menir referencial é definida por dois triângulos retângulos cuja hipotenusa é dada por uma aresta disposta num ângulo de $23,27^\circ$ para sul (Figura 7, B) ou para norte (Figura 7, C). O raio de luz solar projetado através do orifício durante os equinócios de março e setembro constituem o cateto maior desses triângulos formados em sua trajetória de iluminação nos hemisférios norte e sul.

O triângulo retângulo formado pelo deslocamento do raio de luz solar a partir do equinócio de março em sentido sul tem sua hipotenusa no máximo deslocamento desse raio de luz no dia solsticial de junho (Seta em azul). Quando o deslocamento do raio de luz ocorre para norte, quando o máximo deslocamento ocorre no dia solsticial de dezembro (Seta em vermelho). A amplitude máxima de deslocamento corresponde à inclinação máxima do plano do equador em relação ao plano da eclíptica. O triângulo retângulo formado pelo entalhe no perfil norte do menir (D) também pode estar relacionado à confirmação no dia solsticial de junho.

Caracterização do orifício de observação no menir referencial

O orifício de observação esculpido sob a forma elipsoidal irregular no menir referencial mede no lado leste aproximadamente 18 cm no eixo horizontal (Figura 8, A) vertical e 20 cm no vertical (Figura 8, B). Esse orifício encontra-se mais ou menos alinhado ao vértice superior do triângulo escaleno que forma a ponta da seta no menir. O alinhamento do orifício de observação com a ponta da “seta” sugere a posição do sol, no culminar e nos dias equinociais.

Figura 8: Medidas do eixo vertical (A) e horizontal (B) e face oeste do orifício de observação no menir referencial

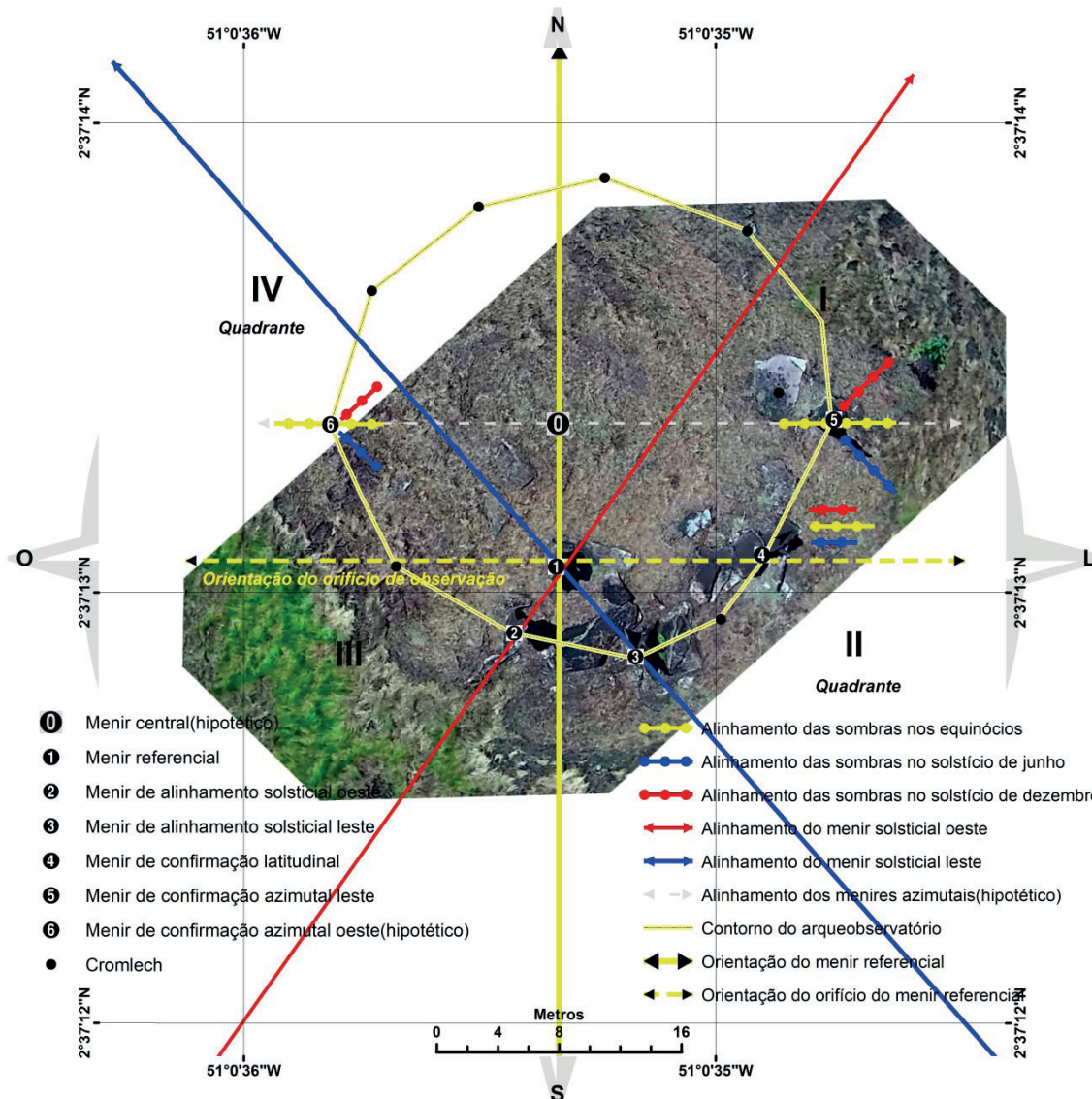


Fonte: Elaboração do autor (Registros fotográficos realizados em 18/06/2021 às 14h45min para A e B e em 13/08/2013 às 12h 05min para C).

O entalhe do menir sugere que foi esculpido de maneira a privilegiar a observação no sentido O-L. No lado oeste, o bloco de rocha encontra-se mais aplainado (Figura 8, C) enquanto no lado leste há um trabalhamento mais refinado com bordas profundas, ao que tudo indica, para facilitar a passagem dos raios de luz solar.

Definição do contorno do sítio megalítico e caracterização do *CROMLECH*.

Figura 9: Imagem vertical retificada, sobreposta à rosa dos ventos para vetorização, ajustes, indicação de orientações, e alinhamentos azimutais dos menires 1, 2 e 3 e sombras latitudinais e azimutais de confirmação nos menires 4 e 5 respectivamente (Em sistema de coordenadas geográficas).



Fonte: O autor (2021). Registro fotográfico realizado em 18/06/2021 às 13h40min.

A figura 9 é resultado da sobreposição da imagem vertical do conjunto megalítico sobre uma rosa dos ventos realizada em SIG e ampliada à proporção da escala do contorno do arranjo, tendo como centro o menir referencial. O contorno do conjunto megalítico, quando considerados os pontos de coordenadas que identificam os blocos de rochas verticais ali arranjados somados aqueles que apresentam indícios de verticalização, aproxima-se de um círculo irregular com um diâmetro total de aproximadamente 30 metros. Nesse círculo irregular (Em amarelo), com aproximadamente 100 metros de circunferência, quatro blocos (Figura 9, pontos 2,3,4 e 5) estão arranjados de forma a proporcionar a observação de eventos astronômicos a partir do referenciamento no bloco semi-centralizado (Figura 9, ponto 1).

O sítio megalítico de Calçoene AP-CA-18, ao ser observado a considerar apenas os menires que ainda estão na posição vertical não apresenta necessariamente característica para ser considerado um *cromlech* (Figura 10, pontos do contorno). Entretanto, pelo que se constatou a partir das observações em campo e pela análise cartográfica em SIG é que haviam outros blocos erguidos verticalmente. Sobre a existência de outros blocos verticais no conjunto megalítico, Afonso e Nadal (2014) relatam

a possibilidade da existência de um menir central e também de um menir semelhante ao menir de confirmação azimutal leste ainda presente. A existência desses menires de acordo com esses autores fora confirmada em entrevista ao encarregado da zeladoria do sítio megalítico.

Um fato que corrobora a existência de um menir central (Figura 9, Ponto 0) no *cromlech*, é o alinhamento N-S inclinado de 10° a leste, do menir referencial. Somente um menir em posição vertical poderia precisar o meio dia solar através da culminância do sol no zênite do arqueobservatório. A posição desse menir central também seria marcada pelo possível alinhamento latitudinal (linha tracejada em cinza) entre os menires de confirmação azimutal leste, ainda existente (Figura 9, ponto 5) e o hipotético menir azimutal oeste (Ponto 6).

Embora o menir de confirmação azimutal oeste já não esteja mais posicionado no local, esse bloco instrumental era indispensável para a confirmação do solstício de junho com sol no hemisfério norte. Ademais, fragmentos de um bloco de rocha em formato cônico ainda podem ser encontrados no lado oeste do contorno do *cromlech*, aproximadamente no IV quadrante. Esses são indícios de que um menir com características semelhantes às do menir de confirmação azimutal leste poderia ter existido lugar. É preciso ainda levar em consideração que o menir azimutal leste processa técnicas de projeção de sombra para o solstício de junho e dezembro, mas processa ausência de sombra apenas para o solstício de dezembro.

A confirmação do solstício de junho com a técnica de ausência de sombra só poderia ser de fato realizada por outro menir situado a oeste, no IV quadrante. Esse menir vertical situado a oeste teria as mesmas funções do menir azimutal de leste, com formato cônico e inclinado num ângulo zenital de 18° também igual ao menir de leste. Entretanto esse menir estaria inclinado na direção nordeste para confirmar com a técnica de ausência de sombra o solstício de junho também aproximadamente às 08h20min do dia solsticial.

Classificação e caracterização instrumental dos menires

A análise em SIG permitiu a classificação dos menires com base na angulação azimutal e zenital e também na projeção e sentido de orientação do raio de luz solar, da sombra ou ausência de sombra (Quadro 1). Usaram-se também os padrões direcionais de alinhamento e o sentido do ângulo zenital de inclinação dos menires conforme estabelecido na metodologia, que toma como referência a vertical do alinhamento azimutal de cada menir. Essa classificação durante a análise cartográfica e no tratamento em SIG permitiu estabelecer a relação com os eventos astronômicos observáveis no *cromlech*.

Quadro 1- Classificação dos menires no *cromlech* segundo as orientações de alinhamento em relação à trajetória solar, ângulos zenitais de inclinação e eventos astronômicos relacionados.

Identificação numérica do menir	Orientação	Graus e Sentido do ângulo de inclinação (zenital)	Tipo de técnica observacional no arranjo do menir	Evento astronômico relacionado	Nome atribuído
1	Norte-Sul (do menir) Leste-Oeste do orifício no menir	10° Leste	Projeção de raio de luz /ausência de sombra/ projeção de sombra	Equinócios, solstícios/ horas do dia.	Menir referencial
2	Nordeste-Sudoeste	18° Sudeste	Projeção de sombra /ausência de sombra	Solstícios	Menir de alinhamento solsticial oeste
3	Noroeste-Sudeste	18 ° Sudoeste	Projeção de sombra/ ausência de sombra	Solstícios	Menir de alinhamento solsticial leste
4	Norte/sul	45° Leste	Projeção de sombra/ ausência de sombra	Equinócios/ solstícios	Menir de confirmação latitudinal
5	Sudeste	18° Sudeste	Projeção de sombra/ ausência de sombra	Equinócios/ solstícios	Menir de confirmação azimutal leste

Fonte: O autor (2020)

Menir referencial e menires de alinhamento solsticial

O menir referencial (Figura 9, Ponto 1) apresenta orientação N-S (Linha contínua em amarelo) com orifício de observação orientado na posição L-O (linha intermitente em amarelo). Esse menir também se encontra em alinhamento azimutal de 45° com o menir de alinhamento solsticial oeste que se encontra no III quadrante (Ponto 2) na orientação NE-SO (Linha contínua em vermelho) e alinhamento azimutal de 45° com o menir de alinhamento solsticial leste que se encontra no segundo quadrante (Ponto 3) na orientação NO-SE (Linha contínua em azul). Os alinhamentos azimutais desses menires possibilitam a sincronização longitudinal e latitudinal durante os dias solsticiais (Conforme figura 11). O menir referencial apresenta-se semi-centralizado em relação aos demais e concentra técnicas de observação baseada em projeção de raios solares e projeção/ausência de sombra. Por ser referência para o conjunto de menires instrumentais e pela concentração de técnicas de observação proporcionadas, esse menir pode ser considerado o centro funcional do arqueobservatório.

Menires de confirmação leste

O menir de confirmação latitudinal (Figura 9, ponto 4) e o de confirmação azimutal leste (Ponto 5) apresentam alinhamentos indiretos com o menir referencial e alinhamentos diretos com a trajetória solar nos dias solsticiais. Esses menires estão situados no segundo quadrante e dispostos de maneira a confirmar com a técnica de projeção de sombra o alinhamento do menir referencial e dos menires de

alinhamento solsticiais. O menir de confirmação latitudinal (4) apresenta técnica de projeção de sombra disposta em sentido latitudinal leste para os eventos de equinócio e solstícios e técnica de ausência de sombra com sincronização zenital para os equinócios. O menir de confirmação azimutal leste (5) apresenta técnica de projeção de sombra disposta em sentido latitudinal para os equinócios e azimutal para os solstícios. Nesse menir ocorre também aproximadamente às 08h20min a sincronização zenital da trajetória solar para o solstício de dezembro com a técnica de ausência de sombra.

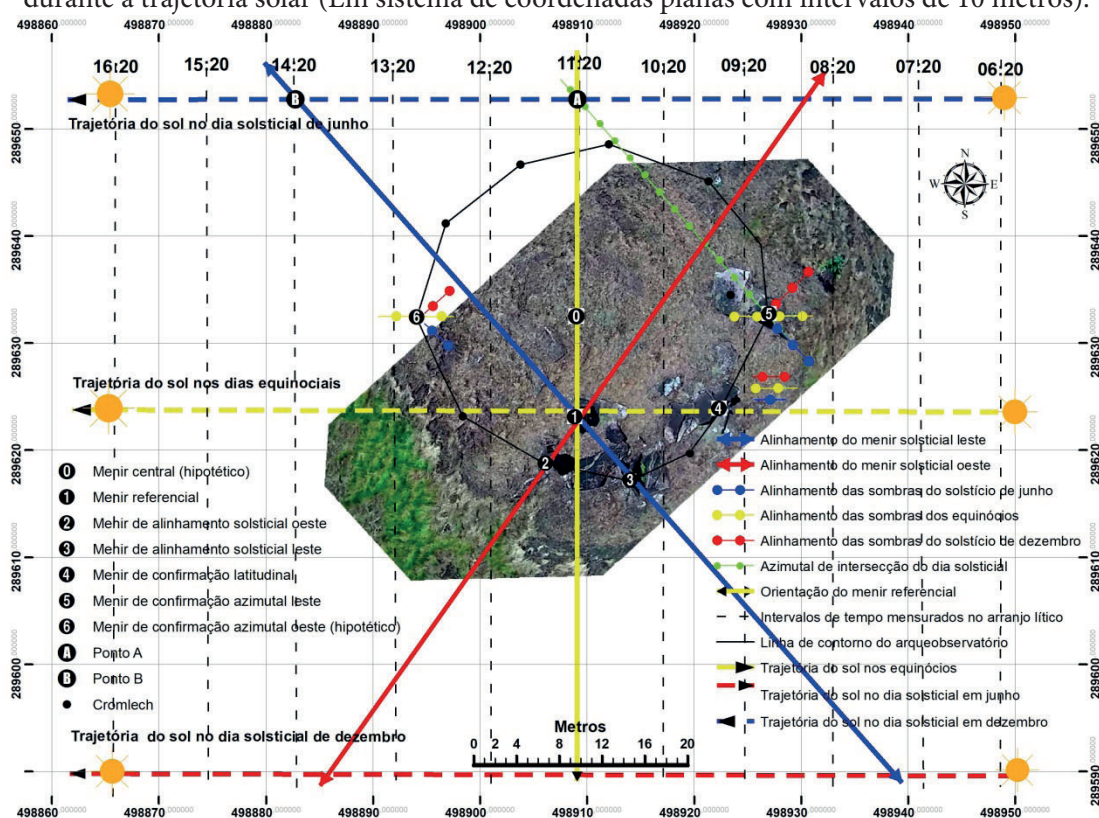
Dinâmica sol-terra e análise de técnicas observacionais no plano do CROMLECH.

O deslocamento da Terra no plano da eclíptica pode ser avaliado com certa precisão no plano do *cromlech* do sítio AP-CA-18 de Calçoene. Esse deslocamento e a dinâmica da elevação solar até os pontos máximos para norte ou para sul são avaliados através do alinhamento dos menires em relação a esses eventos. A partir desse alinhamento configuram-se no *cromlech* técnicas de projeção de raio de luz solar, sombra e ausência de sombra.

O menir referencial (Figura 10, ponto1), por seu arranjo peculiar no interior do arranjo megalítico, configura-o como o bloco vertical que centraliza as técnicas observacionais. Esse menir está posicionado na orientação N-S (linha contínua em amarelo) e permite a que a partir do orifício observacional posicionado na orientação L-O (linha tracejada em amarelo) possam ser observados os ângulos formados pelo deslocamento dos raios solares que permitem precisar a elevação solar e também a orientação do sol. A linha de orientação do orifício do menir referencial também marca a trajetória do sol nos dias equinociais.

A elevação e a orientação do sol nos dias solsticiais é visualizada com certa precisão no piso a leste desse menir através da projeção do raio da luz solar aproximadamente a partir das 14h20min, corroborando sua importância para referenciar os demais menires instrumentais. Observe-se que os demais menires (2,3,4 e 5), também esculpidos e arranjados segundo padrões astronômicos específicos, servem como instrumentos de alinhamento e confirmação de eventos astronômicos (Figura 10).

Figura 10: Plano do *cromlech* e ilustração da dinâmica de observação dos eventos astronômicos nos dias solsticiais e equinociais com base nas técnicas de projeção de raio de luz solar, sombra e ausência de sombra durante a trajetória solar (Em sistema de coordenadas planas com intervalos de 10 metros).



Fonte: Elaboração do autor. (Registro fotográfico realizado em 18/06/2021 às 13h40min).

Técnicas de correção de desvios de leituras no plano do *cromlech*

As inclinações perceptíveis dos menires dispostos verticalmente no *cromlech* não são resultantes do deslocamento do terreno, como se pode pensar inicialmente. Pelo que se pode constatar, essa inclinação foi projetada durante a construção para servir como mecanismo de ajuste dos desvios de leituras no plano do *cromlech* em função das angulações máximas assumidas pelo sol (elevação solar) em seu deslocamento para norte ou sul, nos dias solsticiais. Os ângulos zenitais encontrados pela inclinação dos menires de confirmação azimutal leste e oeste (hipotético) conjugadas às inclinações dos menires de alinhamento solsticial leste e oeste auxiliam a corrigir os desvios de leituras nos paralelos locais determinados (Figura 10, linhas tracejadas em azul e vermelho) pela trajetória do sol nos dias solsticiais em função da curvatura do geóide terrestre e da inclinação do seu eixo. A inclinação do menir referencial em sentido leste auxilia a precisar as horas de leituras dos eventos e o meio dia no plano do *cromlech*.

O menir referencial (1) apresenta inclinação de 10° em sentido leste. Esse ângulo zenital determina a funcionalidade de leitura dos raios de luz solar sempre a leste no piso do *cromlech*. A inclinação do menir e o ângulo zenital resultante em relação ao sentido de orientação (norte/sul) auxilia a precisar as projeções de raio de luz solar durante os eventos de solstícios e equinócios e também o meio dia no plano do *cromlech* com pequena projeção de sombra a leste. Conforme se constata nas figuras 9 e 10, esse menir alinha-se na direção N-S assim como o hipotético menir central definindo um meridiano local central (Figura 10, linha amarela contínua). Esse meridiano determina a culminância do sol no zênite do arqueobservatório.

O menir de alinhamento solsticial oeste (2) apresenta inclinação com ângulo zenital de 18° em

sentido sudeste enquanto o menir de alinhamento solsticial leste (3) apresenta inclinação com ângulo zenital de 18° em sentido sudoeste. O menir de confirmação azimutal leste (5), também apresenta inclinação de aproximadamente 18° em sentido sudeste. Se ainda estivesse no local, o menir de confirmação azimutal oeste (6), apresentaria inclinação de aproximadamente 18° em sentido nordeste. O ângulo zenital de 18° auxiliaria na correção do desvio de leitura do paralelo local norte, descrito pela trajetória do sol no solstício de junho (Figura 10, linha tracejada em azul).

Em ambos os paralelos locais determinados pela trajetória do sol nos dias solsticiais, a curvatura terrestre tem angulação coincidente com os trópicos de Câncer ao norte e Capricórnio ao sul. Esses paralelos marcam a elevação máxima do sol pelo deslocamento do equador da geóide terrestre em relação ao plano da eclíptica com inclinação de $23,27^\circ$ para norte e para sul. Os ângulos zenitais de ajuste são de aproximadamente 18° em todos os menires. Essa inclinação no sentido dos paralelos locais de deslocamento nos dias solsticiais tende a anular o efeito de curvatura. Embora não sejam precisamente iguais ao ângulo de inclinação do eixo, auxiliam de forma bastante eficaz para corrigir os desvios de leitura no plano do arqueobservatório.

Cálculo aproximado das horas locais pela incidência dos raios de luz solar no menir referencial

O alinhamento do menir referencial na orientação N-S permite com algum desvio a mensuração das horas do dia através da projeção de sombra e ausência de sombra. Essa mensuração é feita pela leitura da variação de sombra projetada no piso do *cromlech* na orientação L-O durante o movimento de rotação terrestre. Apesar da inclinação de 10° para leste, o formato em seta do menir permite avaliar as horas matutinas com sombra projetada no sentido oeste e horas vespertinas com sombra projetada no sentido leste.

Através da técnica de ausência de sombra nas faces leste e oeste, o menir referencial também permite a mensuração aproximada do desvio de hora de sua inclinação de 10° a leste em relação ao culminar do sol no meridiano local da sua orientação N-S. Esse meridiano é dado pelo alinhamento do menir referencial com o hipotético menir central, que estaria posicionado na vertical. Portanto as horas do dia e o meio dia no *cromlech* seriam determinados com maior precisão pelo menir central (Figuras 9 e 10, Ponto 0) e não pelo menir referencial (Figuras 9 e 10, ponto 1).

Considerando que a culminância solar no *cromlech* é dada pela orientação N-S do menir referencial e que este apresenta inclinação com ângulo zenital de 10° a leste teremos que a hora em seu zênite será adiantada de 10° ou 40min em relação à sua orientação N-S. Essa hora será determinada por um meridiano com intersecção na reta formada pelo seu ângulo zenital, ou seja, equivalerá a um fuso de hora de $+10^\circ$ ou +40 min em relação ao fuso do seu alinhamento N-S. Portanto, quando ocorre a culminância solar ou meio dia no zênite do *cromlech* o meridiano determinado pela intersecção com o ângulo zenital do menir referencial estará marcando 12h40min. De outra forma, quando ocorre a culminância solar no menir referencial marcada pela ausência de sombra nas faces leste e oeste em qualquer dia do ano, a sua orientação N-S marcará aproximadamente 11h20min.

Determinação em SIG dos intervalos de horas locais e trajetória do sol nos dias solsticiais no plano do *cromlech*

Os segmentos de retas azimutais que configuram o alinhamento dos menires solsticiais de leste e oeste interceptam os eixos latitudinal e longitudinal no menir referencial (Ponto 0 de Latitude

e Longitude local). Como já analisado, esses menires apresentam angulação zenital de 18° graus que auxiliam a compensar os desvios de leitura da curvatura terrestre em relação às longitudes e latitudes. Essa inclinação confere aos segmentos de retas azimutais dos menires de alinhamento solsticiais uma leitura aproximada no plano do *cromlech*.

De igual maneira, o menir de confirmação azimutal leste também apresenta inclinação de 18° para compensar o ângulo da curvatura terrestre em sentido latitudinal. Esse menir apresenta sentido Sudeste estando, portanto, num alinhamento paralelo ao do menir de alinhamento solsticial leste (com orientação NO-SE). Confirmando o solstício de dezembro com ausência de sombra esse menir se alinha diretamente com a trajetória do sol no dia solsticial. Esse alinhamento configura-se no paralelo local que determina essa trajetória com sol no hemisfério sul. Logo qualquer segmento de reta paralelo ao do menir de alinhamento solsticial leste, traçado partir desse menir, em sua intersecção com eixo longitudinal, determina o paralelo local que configura a trajetória no dia solsticial com sol no hemisfério norte. Encontrado esse ponto de intersecção é possível traçar também o paralelo local sul com base na distância entre o ponto 0 de latitude e longitude local (Menir referencial) e o ponto de intersecção no eixo longitudinal do segmento de reta traçado a partir do menir azimutal leste (Ponto A de latitude aproximada de 23,27°).

Configurados os paralelos locais que determinam a trajetória do sol nos dias solsticiais determina-se também os intervalos de horas locais. Esses intervalos são determinados pela intersecção entre o paralelo local da trajetória do sol nos dias solsticiais e o segmento de reta com azimutes de 45° traçados a partir dos menires de alinhamento solsticial leste e oeste. Considerada a compensação dos desvios pela inclinação desses menires, os azimutes de alinhamentos determinam os ângulos que configuram as longitudes das horas locais, ou seja, 45° de longitude que são equivalentes a 3 horas. As linhas longitudinais das horas locais foram traçadas a partir do ponto (B) de intersecção do segmento de reta azimutal do alinhamento do menir leste (Linha contínua em azul) com o paralelo local da trajetória do sol (Linha tracejada em azul). A determinação das horas (Linhas tracejadas em preto) foi calculada pela divisão da distância entre o ponto (A) de intersecção do paralelo local com o eixo longitudinal até o ponto (B).

Técnicas de observação registradas em dia solsticial aproximado de junho com sol no hemisfério norte no plano do *cromlech* e inferências possíveis.

A imagem retificada em SIG, registrada verticalmente no dia 18 de junho de 2021 (centralizada nas figuras 9 e 10) permitiu observar o padrão de projeção de raio de luz solar, sombras e ausência de sombra que configuram técnicas observacionais no solstício com sol no hemisfério norte. Constatou-se que o menir referencial (1) apresentava sombra projetada para o lado leste/sudeste com raio de luz solar projetado em sentido sudeste através do orifício do menir. De igual maneira, o menir de alinhamento solsticial de oeste também apresentava sombra plena em sentido sudeste enquanto o menir de alinhamento solsticial de leste apresentava ausência de sombra nas faces NE-SO confirmando o alinhamento no dia solsticial.

O menir de confirmação latitudinal apresentava sua seta com ponta de sombra em sentido leste desviada de aproximadamente 80 centímetros para a direita da ponta de sua seta (Figura 10, linha pontilhada em azul a partir do ponto 4). O menir de confirmação azimutal de leste apresentava sombra projetada no sentido sudeste (Figura 10, linha pontilhada em azul a partir do ponto 5).

É de pressupor que a projeção de sombra fosse mensurada em sua máxima projeção no dia solsticial através de marcas no solo. De igual maneira, a confirmação nos dias solsticiais seria a conjugação da avaliação dos mecanismos de projeção de raio de luz solar e sombra no menir referencial

e de sombra e ausência de sombra nos demais menires. Deve-se ainda observar que essas leituras nos menires de alinhamento e confirmação podiam ser realizadas em dois momentos distintos durante o dia. Uma primeira leitura aproximadamente às 08h20min e outra às 14h20min para os dois eventos de solstícios. Essa metodologia deve ter sido estabelecida de maneira a compensar a eventual ocorrência de dias muito nublados durante os solstícios.

Nos dias solsticiais, a relação entre o menir referencial e os menires de alinhamento solsticial leste e oeste são nitidamente mais significativas. A correção dos desvios em função da curvatura terrestre ocorre em ambos os menires com diferentes técnicas nos dias solsticiais. Para o solstício de junho, a técnica de projeção de sombra em ambos os menires durante o alinhamento nos meridianos locais das horas de aproximadamente 08h20min e 14h20min resultantes da interseção com o paralelo de deslocamento do sol no dia solsticial. Para o solstício de dezembro é a ausência de sombra que marca o dia solsticial nos meridianos das horas locais também aproximadamente às 08h20min e 14h20min.

O alinhamento nos dias equinociais de março e setembro, como já abordado na análise do menir referencial é realizado através desse menir com a projeção de raio de luz ao centro e a leste, aproximadamente às 14h20min com certa precisão. A confirmação é realizada no menir azimuthal leste (5) com a projeção de sombra em sentido latitudinal a oeste para as horas matutinas e leste para as horas vespertinas. O menir de confirmação latitudinal também projeta sombra confirmando os dias equinociais, mas apenas para leste quando a ponta de sombra da seta entra em sincronização com a ponta de seta do menir formando um alinhamento central. Esse menir, também pode apresentar ausência de sombra nas horas matutinas a partir das 08h20min.

Considerações finais

Este estudo foi estimulado pela necessidade de entender com detalhes o singular arranjo espacial dos blocos de rocha meticulosamente arranjados no sítio arqueológico de Calçoene-AP. A primeira visita técnica ocorrida em 2007 foi motivada por essa singularidade, que levou a inclusão do local no roteiro do Projeto de Sinalização Turística do Estado do Amapá, àquela altura, em realização pela Secretaria de Estado do Turismo. Nessa primeira visita, o registro de informações foi primordialmente voltado para a inserção e posterior divulgação do arranjo megalítico naquilo que poderia ser o roteiro turístico Maracá-Cunani. Já naquela visita técnica se percebeu que o bloco de rocha vertical com um orifício, parecia ter uma função muito específica relacionada à incidência solar.

Não há dúvida, pelos resultados apresentados neste trabalho, que o arranjo megalítico do sítio arqueológico AP-CA-18 formava um *cromlech*. Embora os demais menires verticais já não estejam mais nessa posição, há uma incontestável organização em forma circular visando à observação de eventos astronômicos como equinócios e solstícios. As constatações do trabalho, inclusive confirmam a necessidade de existência de pelo menos dois menires, um dos quais (menir azimuthal de oeste) já caracteriza o arranjo megalítico como um *cromlech*.

O estudo da observação e registro de eventos astronômicos em arranjos megalíticos de sítios arqueológicos apresenta-se em boa medida sob o manto da incógnita da finalidade pretérita. Como já se detalhou, os resultados desse trabalho apresentam consistentes elementos de análise na perspectiva da astronomia acadêmica atual de que o arranjo megalítico do sítio arqueológico AP-CA-18 de Calçoene configura-se como arqueobservatório astronômico. Entretanto, esses resultados implicam mais numa inferência do uso para observação astronômica através das técnicas encontradas, do que propriamente uma constatação dessa finalidade.

Soma-se aqui um esforço metodológico a partir de técnicas cartográficas e uso de geotecnologias, para apontar elementos de análise que podem ser importantes para auxiliar em outros casos. A análise cartográfica com suporte no registro de coordenadas geográficas e ângulos azimutais e zenitais e suas conjugações para análise das técnicas astronômicas de incidência de raio de luz solar, sombra e ausência de sombra, permitiu configurar a relação entre a estrutura do arranjo megalítico com as eventuais funções de um arqueobservatório astronômico nele contido.

Não se procurou discutir o uso astronômico do arranjo megalítico por seus construtores. Entretanto, as evidências levantadas pela análise cartográfica com auxílio das geotecnologias empregadas permitem inferir que as formas, disposição e angulações azimutais e zenitais dos menires pressupõe a construção de um arqueobservatório astronômico. Os arranjos dos menires e as técnicas observacionais deles decorrentes foram minuciosamente realizados por seus construtores.

Os procedimentos metodológicos de observação preliminar e as técnicas empregadas para erguer e posicionar os menires com a finalidade de uso para a observação celeste foi, sem dúvida, precedido de muitas horas de estudo e dedicação. Isso levanta a questão da necessidade de uma mão de obra altamente especializada e dedicada ao estudo celeste. Esse estudo deve ter requerido um tempo considerável desde a fase inicial, de escolha e preparação do terreno até a efetiva construção do *cromlech*.

Não parecem restar dúvidas, portanto, que o *cromlech* do sítio arqueológico AP-CA-18 em Calçoene certamente permitia a seus construtores a observação e confirmação visual de eventos relacionados à observação celeste como os equinócios e solstícios, além de ter ali um relógio de sol. Isso remete também à necessidade de um acompanhamento desses eventos por um grupo específico de pessoas que detinham conhecimentos sobre as técnicas observacionais. É óbvio que também se pressupõe que esse grupo providenciasse que o conhecimento estivesse acessível a toda a comunidade que dele usufruía.

A grande riqueza de inferências astronômicas que o arranjo dos menires instrumentais permite e instiga leva à questão fundamental sobre o domínio da metodologia e técnica necessário à sua construção pelo povo que habitava aquela região. De acordo com Afonso e Nadal (2013) apesar de complexo, o arranjo não estaria muito acima da capacidade tecnológica dos povos identificados por material cerâmico inerente e relatados por Cabral e Saldanha (2008, p.24). Mas cabe ressaltar que ao longo da história o domínio das técnicas esteve submisso também às dinâmicas populacionais, notadamente aos processos migratórios, onde eventualmente a fuga de cérebros produziu a expansão de novas tecnologias.

Este trabalho, ao analisar a riqueza de detalhes metodológicos e técnicos encontrados na formatação do arranjo megalítico, traz informações suficientes sobre a elevada e complexa carga de conhecimentos e tecnologias necessárias à sua construção e uso. O que se percebe é que a construção de um arqueobservatório com tamanha riqueza de métodos interpretativos e tecnologias embutidas, requereu um domínio relativamente aprofundado daquilo que hoje se estuda como primordial, fundamentalmente na óptica geométrica e na astronomia acadêmica para a observação de eventos astronômicos.

Dadas às constatações desta pesquisa é razoável inferir que a construção de um conjunto megalítico como o do sítio arqueológico AP-CA-18 de Calçoene, requereu um esforço coletivo extraordinário. A considerar esse esforço, o corte, transporte e trabalhamento de blocos de rochas graníticas com massas que podem superar uma tonelada, certamente foi tarefa realizada por uma população, ou parte dela, detentora de tecnologias relativamente sofisticadas. Ademais, se deve considerar que essa tarefa só seria viável se o esforço para a construção fosse justificado como um investimento necessário e indispensável ao modo de vida dessa população. Desta maneira é de se pressupor que próximo ao local, houvesse um

assentamento populacional, sedentário e bem organizado.

Sobre as interpretações astronômicas atuais relativas ao arqueobservatório do sítio AP-CA-18, destaca-se que o menir referencial, situado de forma semi-centralizada foi propositadamente construído com um orifício de observação. Esse menir tem a clara função de instrumento construído para observar fundamentalmente os equinócios e auxiliar na observação dos solstícios. Dada a sua localização e essa peculiaridade, seria, portanto, razoável reconhecer o arqueobservatório do sítio megalítico de Calçoene como equinocial, principalmente por ser este, o único na Amazônia setentrional brasileira com um menir instrumental feito especificamente para a observação dos eventos de equinócio.

No que tange à singularidade do sítio AP-CA-18 de Calçoene deve-se ainda levar em conta, que apenas arranjos megalíticos situados em latitudes muito baixas, próximas ao equador terrestre poderiam ter a função de observar os equinócios com tanta precisão. No caso do sítio megalítico em Calçoene o deslocamento em relação ao equador terrestre é de apenas 2°37'12" N, e, portanto, praticamente anula possíveis grandes desvios de observação visual. O arqueobservatório foi tão meticulosamente projetado para a observação dos equinócios que até mesmo sua confirmação tem um menir específico para a observação e precisão dos dias equinociais com a técnica de projeção de raios solares.

Dos sítios arqueológicos existentes em território amapaense, o sítio Megalítico AP-CA-18 de Calçoene é hoje o mais divulgado por seu valor cênico e enquanto espaço de percepção das culturas pré-colombianas. Situado na região nordeste do Amapá, de acesso facilitado pela rápida conexão com a cidade de Calçoene, esse monumento pode representar uma oportunidade de expansão do conhecimento sobre culturas pretéritas que habitaram essa região costeira da Amazônia setentrional brasileira. O local pode ainda tornar-se importante referência para projetos de turismo sustentável numa das regiões mais carentes de oportunidades de empreendimentos que possibilitem a geração de emprego e renda.

Como se demonstrou nesse trabalho, o arranjo dos menires do sítio AP-CA-18 possui técnicas muito bem elaboradas para observação celeste e um menir instrumental específico que permite a observação e confirmação dos equinócios. Essa informação pode constituir um valor agregado ao processo de uso do espaço para a visitação turística. Entretanto, a constatação da observação primordial dos equinócios acima de tudo resgata o valor de uma função singular de observação para o qual o sítio pode ter sido construído pelas populações pretéritas que habitavam essa parte da Amazônia setentrional brasileira.

A divulgação visando a promoção turística do sítio arqueológico pegou carona nas primeiras impressões extraídas de forma apriorística de que o arqueobservatório fora construído fundamentalmente para observação dos solstícios. Os dados apresentados neste trabalho esmaecem essa versão apriorística, deixando evidente a importância da observação dos equinócios no arranjo do arqueobservatório. Desta maneira, seria mais justo à memória cultural dos povos que o construíram destacar, que o arranjo foi projetado também para a observação dos equinócios além dos solstícios, como já há algum tempo vem sendo divulgado.

Em função da falta de estudos que aprofundassem os conhecimentos sobre as técnicas astronômicas no arranjo megalítico, foi inclusive aventada durante a primeira década do século, pelo Governo do Estado do Amapá, a criação de um "Parque dos solstícios" no local. Embora importante para a divulgação turística o projeto também poderia produzir efeitos danosos ao patrimônio arqueológico. Entretanto mais interessante e justo seria que com os devidos cuidados para a preservação da memória do povo que o construiu, o local fosse divulgado como um arqueobservatório *cromlech* equinocial.

Referências

- AFONSO G. B.; NADAL C. A. Arqueoastronomia no Brasil. In: MATSUURA, O. T. (Org). **História da astronomia no Brasil** (2013); comissão editorial: Alfredo Tiomno Tolmasquim ... [et al.]. – Recife : Cepe, 2014. Disponível em: <http://site.mast.br/HAB2013/historia_astronomia_1.pdf>. Acesso em 08 de ago. 2020.
- AIRES da F. J. **Levantamento regional na arqueologia Amazônica: o uso de sistema de informação geográfica e sensoriamento remoto**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 3, p. 675-690, set.-dez, 2013.
- AVENI, A. F. Archaeoastronomy in the Ancient Americas. **Journal of Archaeological Research**, v. 11, n. 2, June, 2003.
- BERNARDI, J. V. E.; LANDIM, P. M. B. **Aplicação do Sistema de Posicionamento Global (GPS) na coleta de dados**. DGA, IGCE, UNESP/Rio Claro, Lab. Geomatemática, Texto Didático 10, 31 p. 2002. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/textodi.html>>. Acesso em 05 de mai. 2019.
- CABRAL M. P.; SALDANHA J. D. M. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. **Revista de Arqueologia**, n. 21, p. 09-26, 2008.
- CÂMARA, G.; *Et al.* **Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica**. Campinas: Instituto de Computação-UNICAMP. Seq. iii. 1996. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/anatomia.pdf>> Acesso em:17 de set. 2010.
- CANALLE, J. B. **O problema do ensino da órbita da Terra**. Instituto de Física/UERJ. 2003. Disponível em:<http://www.cdcc.sc.usp.br/cda/oba/Questao_adic_VIOBA.pdf>. Acesso em 22/01/2013.
- LIMA, F. P.; FIGUEIRÔA S. F. de M. Etnoastronomia no Brasil: a contribuição de Charles Frederick Hartt e José Vieira Couto de Magalhães. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 295-313, maio-ago, 2010.
- LIVI S. H. B. A terra e o homem no universo. **Cad. Cat. Ens. Fís.**, v. 7, n. Especial: p. 7-26, jun, 1990.
- MAGALHÃES, J. V. do C. **O selvagem**. Edição comemorativa do centenário. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- MARTINELLI, M. **Gráficos e mapas; construa-os você mesmo**. São Paulo: Moderna, 1998.
- MALVILLE J. M. Cosmology in the Inca Empire: Huaca sanctuaries, state-supported pilgrimage, and astronomy. **Journal of Cosmology**, v. 9, p. 2106-2120, 2010.
- MOURA FILHO, J. **Elementos de cartografia: Técnica e Histórica**. Belém: Falangola. National Oceanic and Atmospheric Administration - NOAA. (2013). Magnetic Declination Estimated Value. 1993. Disponível em: <<http://www.ngdc.noaa.gov/geomag-web/#declination>>. Acesso em 01/08/2013.
- PELOGGIA A. U. G.; OLIVEIRA A. M. S. **Tecnógeno: um novo campo de estudos das geociências**. Lab. Cartografia, Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Lab. Geoprocessamento, Universidade Guarulhos (UnG). Texto utilizado no Mestrado Integrado em Desenvolvimento regional. 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

SILVEIRA, O. F. M. A Planície Costeira do Amapá: Dinâmica de Ambiente Costeiro influenciado por grandes fontes fluviais quaternárias. **Tese**. Doutorado. CPGG/Universidade Federal do Pará. 198p. 1998.

ŠPRAJC I.; NAVA P. F. S. **Equinoxes in Mesoamerican Architectural Alignments: Prehispanic Reality or Modern Myth?**. Ancient cosmologies and modern prophets. Proceedings of the 20th Conference of the European Society for Astronomy in Culture. Edited by Ivan Šprajc and Peter Pehani. Slovene Anthropological Society, Ljubljana. 2013.

ŠPRAJC, I. Astronomical correlates of architecture and landscape in Mesoamerica. *In*: CLIVE L. N. R. (Ed.), **Handbook of Archaeoastronomy and Ethnoastronomy**. Springer Science+Business Media New York. p. 715-728, 2015.

SOUZA, E. B.; CUNHA A. C. da. Climatologia de Precipitação no Amapá e Mecanismos Climáticos de Grande Escala *In*: CUNHA, A. C. da.; SOUZA, E. B. de.; CUNHA, H. F. A. (coords). **Tempo, clima e recursos hídricos: resultados do Projeto REMETAP no Estado do Amapá - Macapá**: IEPA, 2010.

STEINER, J. E. **A origem do universo**. Estudos Avançados. v. 20, n. 58, **São Paulo Sept./Dec.** 2006.

TOMASINI, M. C. Astronomia, geometria y orden: el simbolismo cosmológico em la arquitectura precolombina. **Revista C&T**, Edición n. 7, p. 81-92, 2013. Disponível em: <<https://www.palermo.edu/ingenieria/downloads/CyT7/7CyT%2013.pdf>>. Acesso em 03/02/2019.

REFLEXOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM JOINVILLE/SC: OS MONUMENTOS ARTÍSTICOS NA CIDADE “DO TRABALHO”²

*Juliana Rossi Gonçalves*³

*Taiza Mara Rauen Moraes*⁴

Introdução

A cidade de Joinville é um polo industrial da região sul do Brasil, localizada no estado de Santa Catarina e possui quase 600 mil habitantes. A data oficial de fundação da cidade é 1851, ano que ficou marcado quando Joinville recebeu uma grande quantidade de imigrantes europeus. Os estrangeiros, principalmente advindos da Alemanha e da Suíça, “trouxeram na bagagem suas formas de empreender e a preocupação de educar os filhos” (QUARINIRI, 2022). Portanto, é comum no imaginário da população local o epíteto cidade “do trabalho” e “industrial”, vinculado à ideia de germanização da região como processo civilizador (MACHADO, 2018) e como resultado da colonização e imigração europeia. Cunha (2008, p. 13) afiança que

Não é difícil encontrar referências a Joinville como uma cidade do trabalho, movida pelas inúmeras indústrias que ali se instalaram e habitada por um povo trabalhador e ordeiro, que herdou dos colonizadores europeus a enorme capacidade de trabalho e o “espírito empreendedor”, que garantiram o progresso da região (CUNHA, 2008, p. 13).

Essas pessoas fizeram parte de uma sociedade que passou por profundas transformações na Europa, como a Revolução Industrial que trouxe como consequência a idolatria ao trabalho. Os imigrantes adaptaram seus valores e normas na nova terra, criando uma organização social na colônia, acionando o imaginário coletivo acerca do trabalho. A valorização do trabalho torna-se assim, o alicerce da visão de mundo, pela “crença de que somente através dele seria possível construir uma nova vida, mais digna e confortável” (CUNHA, 2008, p. 58).

Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, são destacados dois monumentos artísticos presentes em diferentes locais da cidade: O Fundidor (1979), do artista Paulo de Siqueira, e Mão Tecelã (2000) de Marcos Avancini. O recorte para o presente estudo foi efetuado a partir de uma seleção das esculturas públicas da cidade que remetem à mão de obra operária em função da grande quantidade de indústrias instaladas na região (COELHO, 2015), para relatar como o trabalhador industrial é representado por meio de manifestações culturais.

A constituição da cidade do “trabalho” no século XX

A constituição da cidade foi marcada pela industrialização como consequência do desenvolvimento comercial das importações e exportações de produtos. Nesse período, início do século XX, a germanização foi fortalecida a partir dos grupos de imigrantes alemães e seus descendentes, perpetuada pela imprensa

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

3 Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e professora de Desenho e Pintura na Escola de Artes Fritz Alt (EAFA), em Joinville/SC. E-mail: <julirossi@gmail.com>.

4 Doutora em Letras pela UFSC e Professora titular do curso de Licenciatura/Bacharelado em Letras e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. E-mail: <moraes.taiza@gmail.com>.

local, pela criação de instituições, manifestações e representações culturais. O modelo cultural e subjetivo que ficou impregnado em função do desenvolvimento da cidade, atendia a interesses de um determinado grupo a partir de um processo social constitutivo (PAIM, 2003). Essa crença subjetiva orienta-se na ideia de origem comum no passado. Para tanto, a cultura é essencial para a sistematização dessa ideologia étnica, difundida nas instituições, associações, literatura e imprensa em língua alemã, “além da perpetuação de práticas e costumes considerados próprios da etnia” (CUNHA, 2008, p. 56), como formas de religiosidade, técnicas de construção, formas de lazer, economia e hábitos alimentares. Portanto, as instituições de caráter recreativo e as associações fortaleceram essa “ideologia”, fazendo com que padrões considerados “alemães” se prevalecessem, reafirmando valores culturais. Assim, o “trabalho alemão” surge aqui como um dos critérios fundamentais dessa “ideologia”, “[...] na medida que distingue os imigrantes ‘alemães’ e seus descendentes dos brasileiros. Os primeiros são tratados como elementos laboriosos, disciplinados, eficientes, civilizados, cuja superioridade e capacidade de trabalho estava associada [...] à condição étnica alemã” (CUNHA, 2008, p. 56).

Entre 1930 a 1945, a apologia ao trabalho na era getulista reforçou o contexto histórico que a cidade vinha projetando, na perpetuação da cultura do trabalho pelos trabalhadores joinvilenses. Para potencializar valores vinculados à laboração, “Quando [o presidente Getúlio] Vargas visitou Joinville em 1940, a ordem era que se tocassem todas as sirenes das fábricas – para mostrar ao presidente que Joinville era ‘uma cidade onde se trabalha’” (SOUZA, 2008, p. 31). Dessa forma, se confirmaria a sua política nacional onde patrões e operários se unem, desfilam, trabalham e têm um objetivo em comum: o progresso da nação.

No período que antecede a Segunda Guerra Mundial, o grande crescimento industrial da região joinvilense (KALB; CARELLI, 2015) teve como protagonista a fundição de metal que contava com comércio, formação técnica e compra de maquinários da Alemanha. Com os bloqueios econômicos impostos em função da guerra, a saída encontrada foi a produção dos produtos importados: “Técnicos catarinenses realizavam reparos nas máquinas industriais e criavam novas peças, que substituíam com eficiência as importadas” (BOSSLE, 1988, p. 132). Com a falta de produtos, surgiram diversos empreendimentos para suprir a demanda nacional e internacional.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento na economia joinvilense devido à instalação de um grande número de indústrias na região. Antes, a formação era feita no trabalho, e, a partir desse momento, vieram pessoas de fora para ensinar e comandar os empreendimentos (QUARINIRI, 2022). Algumas indústrias se beneficiaram pela abertura do mercado externo, com destaque para os artefatos de ferro e aço, além do papel e papelão no cenário econômico de Santa Catarina. Ademais, os produtos impulsionadores de um grande crescimento econômico ou que ganharam força com a guerra foram o carvão, madeira e tecidos. O carvão substituiu a posição da erva-mate tanto na produção quanto na exportação (BOSSLE, 1988).

Em Joinville/SC, na década de 1950, houve um significativo aumento da produção fabril. O Estado conjecturou, a partir de planos nacionais de desenvolvimento, uma política econômica que “promoveu a construção de estratégicas infraestruturas urbano-industriais, necessárias ao desenvolvimento industrial, como as rodovias e a expansão do sistema de energia elétrica” (ROCHA, 1997, p. 55).

Entre as décadas de 1960-1970, com o forte desenvolvimento industrial nas áreas de metalurgia, plástico e refrigeração, houve um grande índice de crescimento populacional, que chegou quase a dobrar, “em decorrência da vinda de migrantes atraídos pelas oportunidades de trabalho em suas 468 indústrias” (COELHO, 2015, p. 31). Com isso, se fortaleceu a ideia da denominação “cidade industrial”, que é ligada ao termo “cidade do trabalho”.

Algumas indústrias de Joinville foram beneficiadas com ações do planejamento governamental. Rocha (1997) sinaliza a criação do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – FUNDESC, que vigorou de 1968 a 1976, utilizado por grandes empresas atuantes até hoje na cidade. Com esse cenário, Joinville ganhou destaque nacional com suas indústrias do setor metal-mecânico e químico-plástico, mesmo estando longe geograficamente do centro econômico nacional.

O contato com a Europa para formação profissional de mão-de-obra qualificada, aquisição de equipamentos e de matéria-prima que, ao longo dos anos, “foram sendo substituídos pelos de origem nacional” (ROCHA, 1997, p. 82), também foi um motivador para a gênese das indústrias na cidade. Por esses motivos, Joinville tem um caráter industrial, desde sua concepção como Colônia Dona Francisca, até a formação escolar voltada para a indústria, “para formação de técnicos, daí surgiram outros empreendimentos também. Isso moldou a sociedade” (CUNHA *apud* QUARINIRI, 2022).

A concepção de cidade “do trabalho” tem sua origem no século XIX, a partir dos movimentos de imigração europeia, e ainda se faz presente nos discursos cotidianos, políticos e empresariais, fatores relacionados à imigração europeia e à instalação de indústrias. Porém, quando esse discurso é frequentemente incitado, se ignora a diversidade cultural de diferentes etnias que habitam a cidade e dos povos anteriores à chegada dos imigrantes alemães, como os portugueses, indígenas e povos pré-coloniais – prova disso são os sambaquis⁵ presentes na região, vestígios que demonstram modos de vida dos povos pré-coloniais que marcaram o tempo e o espaço da cidade.

Dessa forma, torna-se necessário “[...] refletir acerca do processo de produção de memórias, das camadas de história da cidade de Joinville, dos esquecimentos e vestígios” (ANDRADE; GOMES, 2020, p. 33), pois a identidade construída pode ser excludente de outros entendimentos voltados à educação, lazer e cultura, que também fazem parte do cotidiano da cidade (KALB; CARELLI, 2015).

No item seguinte são abordadas duas esculturas públicas da cidade, que representam o que se vela e o que é constantemente lembrado em uma cidade com um mito fundador baseado na imigração europeia, a fim de analisar como o trabalho é representado por uma percepção artística.

Homenagens ao trabalhador: o “herói”

Joinville foi demarcada historicamente, a partir de sua gênese como cidade do trabalho, daí a possibilidade de estabelecer sentidos para a produção de obras artísticas presentes em diversos locais públicos da cidade. Muitas das obras foram encomendadas por empresas e indústrias, que reiteram a simbologia do povo “trabalhador”. Os monumentos se encontram em lugares estratégicos na cidade, como em frente a indústrias e em praças públicas perto de locais de grande circulação de trabalhadores.

A escultura O Fundidor (1979) (figura 1) foi produzida pelo artista Paulo de Siqueira (1949-1996), natural de Soledade/RS.

5 Joinville possui 42 sítios arqueológicos chamados de Sambaquis, com vestígios da ocupação humana pré-colonial, caracterizado como um amontoado de vestígios de alimentação de grupos humanos e conchas de moluscos (ANDRADE; GOMES, 2020). A cidade abriga o Museu Arqueológico do Sambaqui (MASJ) que se dedica à pesquisa, conservação e acesso à população aos acervos arqueológicos.

Figura 1 – “O Fundidor”, do artista Paulo de Siqueira.



Fonte: Maria Helena Scaglia (s/d).

O monumento é um titã representado como um mito do trabalho (MOSER, 2011). A escultura, feita com sucata, está localizada em frente à Fundição Tupy, indústria que produz peças de ferro fundido. O Fundidor pesa 3,2 toneladas e tem 7 metros de altura. O monumento foi produzido a partir de um concurso promovido pela empresa para executar uma escultura em homenagem ao trabalhador.

O artista, Paulo de Siqueira, utilizava em suas obras monumentais materiais como ferro, peças industrializadas e de ferro velho. Siqueira retratou a figura em uma posição que é constante em outras obras de sua autoria: uma perna apoiada e um dos braços elevado ao céu, em posição de salto (SCAGLIA, 1997). O Fundidor “segura assim, com uma das mãos, o esforço, o trabalho, e, com a outra, a vitória. Um vencedor.” (SCAGLIA, s.n.t.).

A inauguração da estátua aconteceu em março, perto do aniversário da cidade e dos 41 anos da empresa. Na época, a partir disso, foi instigada a efervescência industrial da cidade, destacando-se a inserção da empresa no mercado exportador. Por meio do monumento, Joinville foi representada

[...] como uma metrópole urbana [...] legitimadora da proposta mundial, neoliberal e globalizada, primando pela dimensão expansionista [...]. Portanto, o Monumento ao Fundidor (1979), foi projetado como um mecanismo catalisador ideológico ao materializar o imaginário da cidade moderna, com a representação do trabalhador espelhada na figura de um deus mitológico que é vencedor (MOSER, 2011, p. 67).

Assim como a escultura de Paulo de Siqueira, a obra Mão tecelã (2000) (figura 2), do artista Marcos Avancini, foi inaugurada no aniversário da cidade. O artista, que é atuante em Joinville e região, é filho do “poeta da pedra”, o escultor Mário Avancini, com quem aprendeu o ofício.

Figura 2 - Mão tecelã, escultura de Marcos Avancini (2019).



Fonte: Google Maps (2019).

A escultura, localizada em frente à indústria têxtil Döhler, foi uma encomenda do dono da empresa, com o intuito de homenagear os operários da fábrica. A peça tem 2,80 m de altura e pesa cinco toneladas, produzida em mármore. No monumento, o sentido de trabalho como algo valioso, do caráter da população joinvilense é acionado novamente. Dessa forma, o artista reflete sobre as representações sociais presentes no trabalhador na cidade.

Marcos Avancini se coloca como “operário” da arte e estima ter em torno de 4 mil esculturas espalhadas pelo Brasil e algumas no exterior. A jornalista Rosana Ritta (2014), em entrevista com o artista, registrou o seu processo de trabalho: “Toda esta produção exige um esforço concentrado e cerca de oito a dez horas de trabalho por dia. [...] [O artista afirma que] ‘O sentido da arte é este: deixar uma história por meio de suas obras. Uma arte universal, onde as esculturas acabam falando por si próprias” (RITTA, 2014).

Marcos se especializou em estátuas comemorativas e atende a pedidos de empresas, associações e corporações; produz peças que muitas vezes são apresentadas como lembranças em homenagens e cerimônias especiais. O artista compactua com seu pai em relação ao sentimento de respeito à pedra e à sua mutabilidade, deslocamento e limite, pois “acredita que a pedra ganha o formato que ela quer. ‘Não é a gente que cria, é a pedra que se transforma no que ela quer’, decreta, lembrando que quando ela não aceita a forma final proposta pelo escultor, se quebra” (RITTA, 2014).

Os relatos do escultor reiteram as relações que faz da arte como um ofício, ao discorrer sobre os seus processos de trabalho. Marcos demonstra a subjetividade que marca seu estilo devido a seleção dos materiais, as dimensões e o formato da obra.

Por meio das duas esculturas, é possível visualizar como os artistas representaram a mão de obra dos operários no trabalho industrial. Ademais, os artistas que produziram as obras foram/são “operários da arte”, pois, depois que tiveram seu reconhecimento em Santa Catarina, os escultores viveram/vivem de sua arte.

As indústrias contrataram os artistas locais para produzirem as obras abordadas, como uma forma de valorização de sua arte e para acionarem o seu olhar subjetivo e único sobre o trabalho dos operários como estímulo à produção, ressignificando Joinville como cidade do trabalho e do trabalhador. Localizados em frente às indústrias, os monumentos tornaram-se marcos fixos que servem como lembretes latentes aos trabalhadores: a mão de obra é o bem mais precioso, mas a produção não pode parar. Para o filósofo francês Jacques Rancière, o desdobramento horizontal do tempo repousa sobre uma hierarquia vertical que separa duas formas de vida e de ser no tempo: “[...] a maneira dos que têm tempo e a dos que não têm” (RANCIÈRE, 2021, p. 21). O tempo não é uma linha tensionada com início e fim, passado e futuro, mas sim, “O tempo é também uma distribuição hierárquica das formas de vida” (RANCIÈRE, 2021, p. 18). No trabalho capitalista, a divisão no tempo funda a permanência da dominação, por meio de narrativas que objetivam assegurar a exploração.

As representações escultóricas em “homenagem” ao trabalhador, presentes nos monumentos públicos da cidade valorizam a atividade industrial como sinônimo de progresso pelo empresariado da cidade, bem como projetam a pujança e o poder das indústrias. No entanto, constata-se que algumas instituições públicas culturais da cidade sofrem com a falta de manutenção e contratação de profissionais.

Considerações

O foco mobilizador das reflexões propostas no artigo foi o de compreender a origem da

denominação de Joinville como cidade “do trabalho” e da “indústria”, decorrente da imigração europeia, associada ao progresso e à civilidade. Essa concepção foi fortalecida na década de 1960, quando predominou o discurso desenvolvimentista por meio da industrialização, que trouxe um alto crescimento populacional devido às oportunidades de trabalho em suas 468 indústrias.

Esses marcadores culturais já estão presentes e instituídos na memória coletiva da cidade, porém, deve-se ter cautela para que essa narrativa não desconsidere a diversidade cultural que habita a cidade e os povos que habitaram a região antes da chegada dos imigrantes alemães, como os portugueses e indígenas.

A mão de obra trabalhadora e os operários são temas recorrentes nas esculturas públicas, representados como uma força-motriz disciplinada e ordeira que move a cidade. O relato do artista Marcos Avancini, que seguiu o ofício de seu pai, demonstra que existem artistas-operários na cidade, pois fazem da sua arte o seu ofício na cidade das indústrias. A escultura de Paulo de Siqueira representou um mecanismo catalisador ideológico ao materializar o imaginário da cidade moderna, com a representação do trabalhador como uma força empreendedora e impulsionadora do progresso (MOSER, 2011). O olhar subjetivo do artista sobre o trabalho marca o tempo, a história e o espaço da cidade, além de desvelar representações sociais.

Constata-se que a arte é acionada em determinados momentos para valorizar e fortalecer sentidos de exaltação do trabalho, ao mesmo tempo em que sofre com a desvalorização e falta de manutenção de seus aparelhos culturais. Em síntese, a abordagem dos monumentos associados ao projeto de colonização da cidade propicia questionamentos sobre a arte pública produzida em Joinville, que reforça e mantém uma imagem de um passado associado à colonização germânica e enseja olhares críticos para a Joinville de hoje, marcada por culturas e identidades de diferentes grupos étnicos.

Referências

- ANDRADE, L. de; GOMES, A. H. Parque Caieira: rastros e rasuras de memória. In: ZANELLA, A. V. (Org.). **Arte e cidade, memória e experiência**. Teresina: EDUFPI, 2020. cap. 2, p. 33-47. Disponível em: <https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_ARTE_CIDADE_E_MEMORIA_-_ADRIANA_320200610144324.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BOSSLE, O. P. **História da industrialização catarinense**: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- COELHO, I. Univille: uma história escrita. In: COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar (Org.). **Univille**: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015). Joinville: Editora Univille, 2015. cap. 2, p. 27-61.
- CUNHA, D. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: TodaLetra, 2008.
- KALB, C. H.; CARELLI, M. N. Narrativas sobre o patrimônio industrial: ferramentarias de moldes e matrizes em Joinville/SC. **Revista História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 62, n.1, p. 193-218, jan./jun. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37926>>. Acesso em: 16 set. 2022.
- MACHADO, D. F. Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC. Florianópolis. **Tese**. Doutorado em História/ Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), 2018, 441 p.

MOSER, E. Leitura semiótica dos monumentos “Ao Imigrante e ao Fundidor”: uma experiência estética dos sentidos. Joinville: Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade/ Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), 2011, 151 p. **Dissertação**. Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

PAIM, E. A. **Oeste catarinense**: industrialização e educação. Chapecó: Argos, 2003.

QUARINIRI, S. Cultura do trabalho trazida por imigrantes moldou a educação em Joinville até hoje. **Jornal A Notícia**, Joinville, 13 mar. 2022. Cotidiano, Capa NSC Total. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/cultura-do-trabalho-trazida-por-imigrantes-moldou-a-educacao-em-joinville-ate-hoje>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

RANCIÈRE, J. **Tempos modernos**: arte, tempo, política. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

RITTA, R. Marcos Avancini resgata vários momentos de sua carreira em “Fases”. **ND Mais**. 04 maio 2014. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/escultura/marcos-avancini-resgata-varios-momentos-de-sua-carreira-em-fases/>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ROCHA, I. de O. **Industrialização de Joinville** – SC: da gênese às exportações. Florianópolis: [s.n.], 1997.

SCAGLIA, M. H. Breve histórico do monumento o Fundidor. S.n.t.

SCAGLIA, M. H. Um ano sem o escultor e muralista Paulo de Siqueira. **Jornal A Notícia**, Joinville, 7 ago. 1997. Anexo.

SOUZA, G. M. de. **Cidade onde se trabalha**: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008.

PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO⁶

Luiz Augusto Leite⁷

Mário Cezar Silva Leite⁸

Introdução

É cediço de uma boa parte dos estudiosos da teoria social que a modernidade trouxe uma série de instabilidades no que se refere às identidades. Stuart Hall (2006) cita a globalização como causadora dessa desestabilização. Moreno (2014) aponta fatores como a urbanização, secularização e lutas pela democracia.

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio [...] assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

Dentre essas identidades mais “sólidas” que estão sendo fragmentadas vários autores se debruçam com especial atenção sobre a identidade nacional. Moreno (2014, p. 13) cita que a nação é “um projeto de estabilidade diante do que se desmancha no ar”. Esse trabalho analisa o tema privilegiando uma perspectiva construtivista do tema.

Identidade nacional

Hall argumenta que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da *representação*” (*op. Cit. p. 48*). Majoritariamente os autores reconhecem que não é a nação que produz o Estado a partir de uma vontade presente no âmago dos nacionais, mas sim o Estado que produz a nação a partir de certas estratégias.

Na formação dessa cultura nacional o autor aponta algumas consequências, tais como a criação de padrões de alfabetização universais, criação de culturas “homogêneas” e de certas instituições culturais nacionais, como o sistema educacional (p. 49-50).

Hall explica que as culturas nacionais são compostas de símbolos e representações, que é um discurso, ou seja, um modo de construir sentidos que organiza a concepção que temos de nós mesmos, sentidos com os quais podemos nos identificar. Moreno (2014) fala no mesmo sentido, discursos que possuem signos de identificação, processo de produção de significados.

Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada” (HALL, 2006, p. 50-51).

6 Trabalho apresentado ao GT 2: Patrimônio cultural, memória social e políticas culturais da VII Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio.

7 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, da Universidade Federal de Mato Grosso, linha Epistemes Contemporâneas, sob a orientação do Dr. Mário Cezar Silva Leite.

8 Professor titular da UFMT, integrante do PPGECCO.

O autor elenca estratégias representacionais, discursivas que ajudam a construir nosso senso comum de pertencimento.

(1) “a *narrativa da nação*”, contada na literatura nacional, na mídia e na cultura popular, por meio de histórias, eventos históricos, símbolos e rituais que *representam* as experiências partilhadas entre os nacionais, que dão sentido à nação.

(2) a ênfase nas *origens*, na *tradição*, na *intemporalidade*. A identidade nacional é representada como primordial, natural, perpétua.

(3) *invenção da tradição*. A alegação de tradições muito antigas, mas que de fato são recentes ou mesmo inventadas. *Tradição inventada* significa um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que visam incutir valores e normas de comportamentos através de sua repetição.

(4) o *mito fundacional*, uma história que identifica a origem da nação, do povo, num passado muito distante, no tempo “mítico”. Tradições inventadas tornam os desastres da história inteligíveis, toleráveis (*op. Cit. p. 51-55*).

Acerca dessa narrativa da nação, o que ocorre é uma disputa política e ideológica acerca da memória, como explica Pollak:

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.

Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. (POLLAK, 1992, p. 204).

O autor explica ainda que a memória é elemento constituinte do sentimento de identidade, fator importante do sentimento de continuidade e coerência de um grupo (*op. Cit. p. 204*).

Quanto aos fatores “originários”, Moreno (2014, p. 24) explica que “há representações que, por sua constante reiteração, acabam tendo um peso maior, instalando-se com certa profundidade no imaginário social. São representações fundadoras”.

Ao revisar a produção de vários autores, Moreno (2014) explica que essas estratégias são encabeçadas pelo grupo que assume o poder do Estado no século XIX. Em que pese um ou outro autor atribuir um peso maior ou menos à participação de outros atores sociais, há um consenso acerca dos principais atores e fatores na produção da identidade nacional. Ela seria produzida por uma elite que controla o Estado, as principais ferramentas são os sistemas de educação públicos (incluindo livros didáticos) e os sistemas de comunicação em massa (reconhecendo assim a importância da padronização da linguagem na formação da identidade nacional) e os intelectuais desempenharam importante papel para a efetivação das estratégias da elite.

Evidentemente estas estratégias buscam criar uma memória através de uma narrativa que se distancia muito da realidade histórica. Os estados-nações modernos tiveram origens violentas, povos e culturas subjugadas, e isso precisa ser “esquecido” para que se forje a identidade nacional unificada, homogênea. Uma das formas de unificação é a ideia de “único povo”, a percepção de uma etnia que centraliza as características culturais partilhadas por um povo. A etnia é outro mito fundacional, veja a Europa, por exemplo, onde não há nenhuma nação que seja composta de apenas um povo, cultura ou etnia, as nações modernas são híbridas (HALL, 2006, p. 60-62).

Reiterando a perspectiva dos grupos dominados, Pollak acentua o caráter destruidor e opressor da memória coletiva. Ainda apresenta o exemplo:

Tomemos, a título de ilustração, o papel desempenhado pela reescrita da história em dois momentos fortes da destalinização, o primeiro deles após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Nikita Krushev denunciou pela primeira vez os crimes stalinistas. Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Essa primeira etapa da destalinização, conduzida de maneira discreta dentro do aparelho, gerou transbordamentos e manifestações (das quais a mais importante foi a revolta húngara) que se apropriaram da destruição das estátuas de Stalin e a integraram em uma estratégia de independência e de autonomia.

Embora tivesse arranhado o mito histórico dominante do “Stalin pai dos pobres”, essa primeira destalinização não conseguiu realmente se impor, e com o fim da era kruschevista cessaram também as tentações de revisão da memória coletiva. Essa preocupação reemergiu cerca de trinta anos mais tarde no quadro da glasnost e da perestroika. Aí também o movimento foi lançado pela nova direção do partido ligada a Gorbachev. Mas, ao contrário dos anos 1950, essa nova abertura logo gerou um movimento intelectual com a reabilitação de alguns dissidentes atuais e, de maneira póstuma, de dirigentes que nos anos 1930 e 1940 haviam sido vítimas do terror stalinista. Esse sopro de liberdade de crítica despertou traumatismos profundamente ancorados que ganharam forma num movimento popular que se organiza em torno do projeto de construção de um monumento à memória das vítimas do stalinismo. (POLLAK, 1989, p. 4-5).

Por todo o exposto compreende-se porque o trabalho que tais grupos dominantes que ocupam o Estado lutam para manter o seu poder de selecionar a memória nacional.

E no Brasil?

Oliven (2002, p. 16-17) recapitula o tema e o aproxima da realidade brasileira. Explica que a construção da nação necessita de uma cultura para suportá-la e que os intelectuais que a formularão. Essa cultura remeteria a um passado comum (mítico, a despeito de que a instituição nação tem pouco mais de dois séculos de existência). E que na América Latina de maneira geral, a gênese da nação é paralela à modernidade.

Ainda, Oliven (2002) explica que a classe alta carioca do século XIX se portava da maneira que supunham que os europeus o faziam. Essa elite acabou por desenvolver uma cultura burguesa e cosmopolita, o que segmentou as populações urbanas e rurais em nível social. Na segunda metade do século XIX iniciou-se uma valorização da cultura brasileira, dos indígenas, mas ainda nos moldes europeus do “bom selvagem”. No século XX, com o movimento modernista, passa-se a buscar elaborar uma cultura brasileira com a valorização do que haveria de autêntico no Brasil, porém ainda com forte racismo.

O autor prossegue explicando que no período da República Velha (1889-1930), os militares e políticos brasileiros administraram o Estado sob ideais positivistas e ideologia evolucionista social. Os índios, assim como os brasileiros de maneira geral são vistos como indolentes e precisavam se civilizar a espelho dos europeus. Para tanto adotam-se algumas medidas, como o chamamento de imigrantes europeus para embranquecer a população (op. Cit. p. 22).

Já na República Nova, na década de 30 com Gilberto Freyre, a mestiçagem passará a ser vista como

algo positivo e se trabalhará a construção do mito da democracia racial. No contexto do modernismo (caracterizado pelo consumo da cultura estrangeira pelas elites) Freyre defenderia os valores regionais.

Essa tendência de criação de uma identidade nacional se acentuou com a implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Dentre outras medidas, cria-se o Ministério da Educação, que teve papel fundamental na constituição da nacionalidade, através da impressão de conteúdo nacional nas escolas e enfraquecimento da cultura das minorias étnicas.

No plano da cultura e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina de Moral e Cívica, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado (op. Cit. p. 31).

Pós redemocratização houve uma modernização brasileira, mudança da população de agrária para urbana, valorização do regionalismo (pelo Estado inclusive), ascensão de movimentos sociais (em especial dos movimentos negros), e exportação de pessoas e bens culturais.

Hoje em dia

A par da cronologia dessa construção da identidade nacional brasileira explanada por Oliven, chamo a atenção em especial pelas estratégias e práticas para este fim oriundas da ditadura militar. Este acadêmico nota e aponta semelhanças entre tais práticas e ideais e as práticas e crenças do atual governo (Bolsonaro).

Oliveira (2021, p. 200) demonstra que autores do século passado já apontavam para os perigos da reinvenção de movimentos fascistas, opressão institucional sob a premissa do estabelecimento da ordem, manipulação de massas, e outros. A autora faz uma análise da Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro, no contexto de sua candidatura. Dessa análise destaco as políticas de governo para a Educação (área que unanimemente é considerada chave para a construção da identidade nacional, pelos estudiosos da ciência social).

Ainda, Oliveira (2021, p. 207-208) destaca a prevalência de três aspectos abordados no plano de governo: doutrinação ideológica, alfabetização e disciplina. O governo ampliaria no ensino de matemática, ciências e português, combatendo a doutrinação e a sexualização precoce, e investiria nos ensinos básico, médio e técnico (ou seja, crianças e adolescentes, em sua maioria).

Na prática o governo vem o fazendo, dando maior peso às citadas matérias, investindo na educação militar, propagandeando a Escola Sem Partido, usando da ameaça fantasma da sexualização das crianças nas escolas por iniciativa de políticos de esquerda, e engajando em embate com as universidades públicas (desde o corte de recursos até a intervenção na gestão).

A proposta contida no PL nº 246/2019a também aborda a categoria gênero, que tem sido palco de disputas ideológicas acentuadas na sociedade, sobretudo por parte do campo religioso: “Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” (*ibidem*).

Essa perspectiva é contrária, inclusive às recomendações e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) recomendam que as escolas ofereçam educação sexual às crianças e jovens. O movimento de resistência ao uso da categoria gênero, por parte

de uma parcela importante da sociedade brasileira tem sido acompanhado com preocupação por esses organismos multilaterais. Recentemente, o Brasil votou contra a proposta de uma resolução da ONU15 voltada para a educação sexual nas escolas, como forma de combater a discriminação contra mulheres e meninas. O Brasil foi signatário na lista de países contrários à proposição, juntamente com a Arábia Saudita, Catar, Bahrein, Paquistão e Iraque, ou seja, foi o único representante do ocidente a encaminhar o voto numa vertente ultraconservadora (OLIVEIRA, 2021, p. 210).

No campo da alfabetização o governo ataca e ofende o pedagogo Paulo Freire, patrono da educação brasileira, por conta, supostamente, do seu viés ideológico, além de qualquer pensador ou ator político que pudesse ser associado à esquerda ou ao “marxismo cultural”. Barbosa (2021, p. 227) constata que o presidente Bolsonaro da campanha ao governo confere certo viés ideológico aos opositores, os quais supostamente intentariam implantar o comunismo no Brasil e internalizar dogmas da esquerda, e por isso o presidente baniria o socialismo, marxismo ou qualquer pensamento de esquerda.

Ou seja, para os conservadores, todos os males da cultura ocidental - feminismo, ação afirmativa, liberação sexual, decadência da educação tradicional, multiculturalismo e ambientalismo - são decorrentes da influência ardilosa do “marxismo cultural”.

[...] Argumentam que o objetivo do “marxismo cultural” é promover a revolução não mais por meio do uso da força e da revolução armada, mas sim através da revolução cultural, o que seria possível com a destruição dos valores tradicionais e da cultura ocidental, alicerçada no cristianismo e na família, a fim de enfraquecer a resistência do Ocidente ao comunismo (BARBOSA, 2021, p. 234-235).

No campo da disciplina o governo enaltece o modelo educacional militar, aproveitando o contexto de neoconservadorismo.

Os elementos que corroboram com os desempenhos mais satisfatórios dos alunos das escolas cívico-militares advêm de um conjunto de fatores, portanto não são um mérito da política de intensificação da disciplina. Geralmente essas escolas contam com uma estrutura física bem superior às demais escolas, os alunos participam de alguma modalidade de processo seletivo e pagam uma mensalidade. Assim, o público desses colégios, em larga medida, não é o mesmo das escolas genuinamente públicas, nem as condições de trabalho docente e de ensino aos alunos são semelhantes. No entanto, a análise dessa conjuntura escapa aos olhos de boa parte da população e a associação com a disciplina militar ganha visibilidade, inclusive é mediada pela simbologia que essas escolas apresentam aos olhos da sociedade: uniforme em padrão de farda, corte de cabelo e penteados pré-estabelecidos, dentre outros (OLIVEIRA, 2021, p. 217).

O governo ainda seguiu com seus Ministros da Educação envolvidos em propagandas ideológicas junto a escolas públicas, apologia à ditadura, revisionismo e negacionismo histórico tanto da ditadura quanto da escravidão brasileira, xenofobia e o inquérito das Fake News, além de ofensas a estudantes, pesquisadores e servidores públicos.

Em relação ao aspecto ideológico e cultural, para fazer frente a uma suposta doutrinação de esquerda o bloco ultraconservador no poder passou a colocar em execução um conjunto de medidas no campo da cultura e da educação, com vistas a impedir o desenvolvimento do pensamento crítico, os valores democráticos, o respeito à diversidade humana e a afirmação dos direitos humanos. Essas medidas antidemocráticas têm sido ampliadas no Governo Bolsonaro, muitas das quais alimentadas por meio de *fake news*, isto é, “relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir” (Gomes e Dourado, 2019, p.35). Com propósitos fundamentalmente políticos, ainda segundo os autores, esse fenômeno está associado à ascensão mundial do movimento conservador de direita, que consiste

em desqualificar, em seu próprio benefício, a ciência, a universidade e o jornalismo – instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito sobre fatos (BARBOSA, 2021, p. 238).

Nota-se que o plano do governo para a educação é capacitar mão de obra de maneira técnica, vedar discussões políticas e o desenvolvimento do senso crítico nos alunos, propagandear a direita política, demonizar a esquerda política, revisar e negar a ditadura militar brasileira, privatizar o ensino e implantar a ideologia ultraconservadora.

[...] recrudescer no mundo ocidental a xenofobia, o anti-intelectualismo e os movimentos inspirados na ideologia nazifascista. A recente onda de extrema direita na Europa, o ex-governo Trump nos Estados Unidos e o Governo Bolsonaro no Brasil são algumas expressões dessa conjuntura (BARBOSA, 2021, p. 237).

Como demonstra Barbosa (2021), percebemos que as práticas da ditadura militar se replicam no governo Bolsonaro, e, acrescento, inclusive porque a ideologia do presente governo é formada pelos militares remanescentes da ditadura, a exemplo do coronel Ustra. O retorno do ultraconservadorismo, a suposta ameaça comunista à democracia e a associação à moralidade cristã, dentre outras características.

Isso demonstra que, ironicamente, o governo se comprometeu em combater a doutrinação ideológica, porém a coloca em prática de maneira que somente possui precedentes antes da redemocratização. Isso demonstra um forte investimento do atual governo em criar narrativas e ideologizar tanto as massas como as crianças, com fins de resgatar uma identidade nacional dois séculos ultrapassada no quesito de consciência política e respeito aos direitos humanos e à democracia.

Referências

- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, T. R.; and GUIMARÃES, V. (Orgs). **Identidades brasileiras: composições e recomposições** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 7-29. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- OLIVEIRA, V. A. de. A educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato. In: **Confluenze**. Vol. XIII, n. 1, 2021, p. 195-225, ISSN 2036-0967, DOI: <<https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13092>>. Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.
- OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002**. Brasília: Editora Sumaré, 2002, p. 15-43.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

A ECONOMIA, TURISMO E CULTURA DENTRO DO PATRIMÔNIO NATURAL DA CHAPADA DAS MESAS

*Alessandra Duarte Carvalho*⁹

*Judite Sanson de Bem*¹⁰

Introdução

Pode-se dizer que a sociedade brasileira criou diferentes conceitos, para tratar o tema, cultura e turismo dentro de uma visão contextualizada com a realidade que se encontra o povo brasileiro. Os valores culturais de um povo não incluem apenas prédios e obras artísticas, mas também tradições, práticas culinárias, histórias locais passadas de geração a geração.

O turismo e a cultura de certo modo se tornaram uma indústria econômica bem próspera e ativa em toda região, aonde as suas propriedades podem ser exploradas em formas de parcerias com diferentes órgãos públicos e privados, dos quais são liberados diferentes financiamentos.

Conforme essa observação, pode-se perceber que o turismo dentro do Parque Nacional da Chapada das Mesas, na cidade de Carolina - MA, vem crescendo, com visitantes que viajam de vários lugares do Brasil e outros países em busca das belezas naturais que tanto encantam aqueles que a conhecem ou buscam conhecer, no mesmo eles trazem consigo um aumento para a economia local em diferentes setores. Observa-se que o turismo se destaca como uma atividade bem importante, elevando assim de certa maneira não só a economia da cidade mais sim toda a região sul do estado.

Esse crescimento direcionado dentro do setor é um despertar de diferentes processos do aumento do capital, não só no setor turístico, mas também no surgimento de novos empregos para uma boa parte da população. Ressalta-se que as diferentes formas de belezas naturais da Chapada das Mesas, não encantam apenas com suas cores, formas, águas cristalinas, espécies raras de animais e cantar de pássaros e sim por todo um processo de formação que se deu até chegar aonde se está hoje. A história da região é contada de geração a geração, na qual se mostra o respeito não só ao meio ambiente e sim a um todo.

Na atualidade o turismo é visto como um fenômeno de crescimento mundial no qual se destacam as diferentes formas turismo. O mesmo surgiu no século XX, como uma atividade, mas em diferentes civilizações no passado o turismo já existia não como é visto na atualidade.

Andrade (1995) descreve, o turismo é um fenômeno social que antecede as viagens que os jovens aristocratas ingleses realizavam, acompanhados de seus competentes e ilustrados preceptores, às principais cidades europeias dos séculos XVIII e XIX.

Pode-se dizer que o crescimento do turismo está ligado a valorização da cultura e diferentes aspectos que estão atrelados a este contexto de busca por uma qualidade de vida saudável com respeito ao meio ambiente e suas diferenças que estão ligadas ao modo de ser e viver de cada ser humano.

É frequente achar que Patrimônio Cultural de uma cidade é visto apenas em livros, documentos antigos, fotografias ou telas pintadas guardadas em museus. Mas essas histórias são guardadas na memória de um povo que reconhece suas raízes e busca resgatar aquilo que muitos esqueceram com

9 E-mail: <alessandraduarte-carvalho05@gmail.com>.

10 E-mail: <Judite.bem@unilassale.edu.br>.

o passar do tempo. As memórias independentes de serem individuais ou coletivas de alguma maneira sempre se entrelaçaram na formação da identidade de uma sociedade onde seus valores culturais serão vistos como um fio condutor de um conhecimento dirigido a um todo.

Apesar das reflexões extensas e contextualizadas dentro do espaço geográfico, desenvolver o conhecimento não só a respeito da cultura e do turismo de uma cidade ou de toda uma região que a cerca, nos levar a refletir sobre determinados valores e posicionamentos com relação a exploração de terras. As diferentes formas de atividades turísticas desenvolvidas no local podem reforçar esse conhecimento, com a preservação do passado e o conhecimento da história e suas riquezas materiais e bens culturais. O órgão responsável por divulgar os diferentes pontos a se conhecer, sempre ressalta a importância do meio ambiente e a cultura da região.

O objetivo deste artigo é investigar e conhecer a realidade social, econômica e cultural dos locais visitados, bem como observar a paisagem do Parque Nacional da Chapada das Mesas e seus diferentes contrastes existentes entre a fauna e flora encontradas na região.

Quando falamos de memória de um povo, logo imaginamos histórias passadas e vividas a muito tempo atrás das quais nos contam como se deu o nosso processo de colonização e formação da nossa identidade.

Essas lembranças passadas muitas vezes encontradas em livros, escritos por pesquisadores ou apenas guardadas nas memórias daqueles que de alguma forma a vivenciaram, vem a dar uma certa continuidade no aprendizado mostrando que as mesmas estão ligadas entre se em forma de preservação tanto do lugar que se vive ou daquele ao qual vai se conhecer.

Observa-se que as memórias culturais de certo modo são responsáveis pela formação da identidade de um povo com a produção do conhecimento e a evolução das ferramentas disponíveis e de acesso fácil ao indivíduo no que se diz respeito a busca por histórias passadas.

Segundo Halbwachs (1990), discípulo de Durkheim e um dos precursores dos estudos sobre memória, diz que a memória pessoal está ligada à memória grupal, e está por sua vez à memória coletiva de cada sociedade que pode ser chamada de tradição (LOPES, et al. 2009).

Este artigo é dividido em partes, onde na primeira é feita uma introdução sobre um assunto, apresentando as hipóteses que se pretendem defender durante o seu desenvolvimento. Em seguida será apresentada uma descrição sobre a teoria utilizada na fundamentação deste artigo. Em seguida é feita uma descrição do campo de pesquisa, incluindo os aspectos socioculturais dos participantes das entrevistas e dos questionários.

Metodologia

Em relação à metodologia utilizada para a confecção deste artigo está uma pesquisa qualitativa que pretende descrever o processo de exploração do turismo e a valorização da cultura regional como meio de estabelecer uma forma autossustentável de procedimentos técnicos. Desta forma, a parte inicial consistirá em uma pesquisa bibliográfica, para fundamentar corretamente este estudo.

Além disso, será realizado uma pesquisa de campo, onde serão feitas observações *in loco*, sobre as condições em que estão sendo executadas as atividades de exploração do ecoturismo. Desta maneira, serão feitas entrevistas com os turistas e com os administradores dos passeios pelas belezas naturais da região. Mediante isso, serão realizadas entrevistas abertas para que os participantes possam relatem as

condições que são realizadas as explorações das atrações turísticas.

Por conseguinte, as informações obtidas por meio destas técnicas de coleta de dados serão apresentadas em forma de texto, assim como em quadros, tabelas e imagens, para que sejam analisadas e discutidas em conformidades com as teorias científicas sobre o tema. Além do mais, uma série de trabalhos acadêmicos serão consultados para servir de base para a sustentação das hipóteses elaboradas.

Finalmente, serão explicadas as conclusões, onde será apresentado o que se deduz por meio de um raciocínio interpretativo de análise de dados. Desta sorte, as informações serão confrontadas por meio de uma comparação entre as informações das teorias científicas sobre economia sustentável, junto com técnicas ecologicamente corretas de preservar o meio ambiente e aproveitar as suas riquezas.

Revisão teórica

Conhecer a cultura maranhense é se inserir na vivência de um povo, independe do mesmo ao qual se encontrar em determinadas regiões, e ao mesmo tempo preservar um pouco das suas origens, e ancestralidades, através das lendas, culinária, música, dança, histórias e costumes.

Pode-se descrever um pouco desse sentimento de resgate através da obra de Giusti et al. (2003), cujo o título trata: “Identidade Cultural Maranhense Na Perspectiva da Antropologia”. Este livro contém informações sobre a cultura maranhense com seus fatores multirraciais. A cultura está composta por diferentes grupos étnicos que tanto formam estado do Maranhão. Num estado com contrastes de regiões e histórias que encantam aqueles que o visitam, dentro deste contexto cultural, se destaca o sul do estado que vem com suas características diferenciadas e belezas que enchem os olhos daqueles que as conhecem.

O turismo cultural pode então ser entendido como aquele que proporciona uma experiência do estilo de vida das sociedades visitadas, oferecendo uma compreensão em primeira mão dos hábitos, tradições, ambiente físico, ideias e locais de significado arquitetônico, histórico, arqueológico presente num grupo local. O turismo cultural acrescenta uma nova dimensão ao turismo de recreação e lazer (GOMES 2005, p. 249).

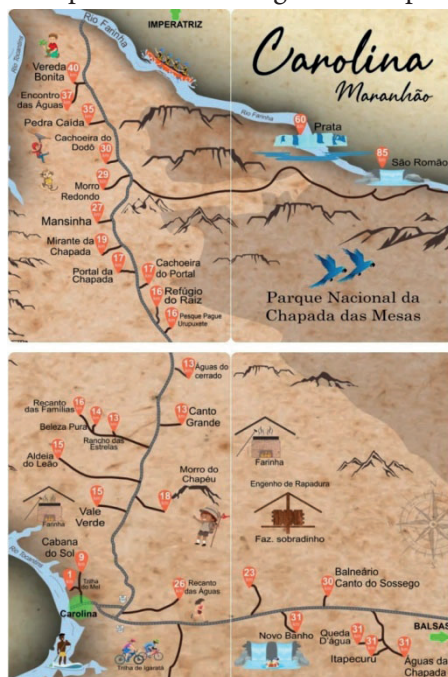
O Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma unidade de conservação ambiental que abrange 159.953,78 hectares, com uma vegetação típica do cerrado. Os municípios que fazem parte do parque são: Estreito, Carolina e Riachão. Sendo que a cidade de Carolina é porta de entrada para a visitação e também conhecida com a Princesinha do Tocantins.

O Parque foi criado conforme o decreto s/n de 12 de dezembro de 2005, sendo monitorado pelo ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). De acordo com a Lei nº 4.771/65 áreas de preservação permanentes (APP) que são todas aquelas protegidas nos termos da lei federal. A região em se abrange uma grande variedade de fauna e flora, tem um potencial econômico turístico muito grande em função da grande variedade de riquezas naturais que são encontradas no local BRASIL, 1965.

O nome chapada das mesas vem em função dos seus diferentes plátos encontrados e os mesmos se assemelham a formas de grandes mesas de granito, formadas a milhares de ano. (Parna das Chapadas das Mesas <https://www.gov.br>lista-de-ucs>).

Conforme pode-se perceber na Figura 1- mapa turístico da Região da Chapada das Mesas, existe deferentes pontos de laser os quais estão marcados por números e os mesmos se localizam em diferentes distancias com relação à cidade.

Figura 1 – mapa turístico da Região da chapa das Mesas



Fonte: <https://guiatur.glideapp.io/>

Ao longo dos anos o turismo vem passando por constantes mudanças, devido as exigências do mercado, desse modo as agências encarregadas de promover o serviço ao turista se adaptam ao tipo de visitação ao qual o mesmo deseja fazer. Seguindo uma demanda do mercado que está em constante crescimento, surge assim o turismo ecológico aquele que é totalmente voltado ao convívio direto com o meio ambiente, seja ele através de trilhas, cachoeiras e escaladas.

Com a visibilidade maior do serviço gera assim uma necessidade mais ampla da capacitação do agente turístico dentro da área a ser explorada. O mesmo proporciona uma relação entre o homem e o meio, as suas limitações e respeito a sua história de formação dentro do cenário ecológico da Chapada das Mesas.

Turismo ecológico ou ecoturismo. Segundo definição da EMBRATUR/IBAMA, “o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (SIMÕES, 2000).

É realizado em parques, reservas naturais ou qualquer outra área de interesse ambiental. De modo geral, procura promover atividades de baixo impacto ambiental e visitas a lugares de relevância ecológica, geralmente integradas a alguma atividade de educação ambiental (PHILIPPI, 2010, p, 75).

Os autores Philippi Jr e Meene Ruschmann (2010) em seu livro Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo caracterizam o uso turístico de áreas naturais, em meios insulares ou não, e a implantação de equipamentos específicos devem considerar os impactos que a visitação pode ocasionar tanto ao meio natural quanto as características socioculturais da área e do setor econômico da região em que ocorrem. Pode - se dizer que a sustentabilidade turística depende de:

- Respeito ao meio ambiente natural: o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolvem;
- Harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la;

- Distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade receptora, os visitantes e os empresários do setor.

Percebe-se que através desses fatores, trabalhados de forma responsável se pode desenvolver um trabalho turístico direcionado aos diferentes modelos ofertados pelo mercado cultural e o de entretenimento.

Conforme pode-se perceber na Figura 2- mapeamento de serviços oferecido ao turista, diferença entre valores existentes nos serviços prestados ao visitante.

Figura 2 - mapeamento de serviços oferecido ao turista.

Serviços Oferecidos aos Turistas	Quantidade	Menor valor	Maior Valor	
Agência de Turismo	31	R\$: 1.500,00	R\$: 4.500,00	
Hotéis	20	R\$: 100,00	R\$: 420,00	Quarto para o casal
Casas de temporadas	05	R\$: 135,00	R\$: 200,00	Famílias ou Grupos de Amigos
Churrascarias	03	R\$: 30,00	R\$: 65,00	KG
Bares	15	R\$: 5,00	R\$: 120,00	Os valores dependem daquilo que o cliente vai consumir.
Pizzarias	05	R\$: 23,00	R\$: 55,00	Tamanho
Restaurantes	05	R\$: 20,00	R\$: 100,00	Kg e Refeição por pessoa
Balneários	30	R\$: 15,00	R\$: 70,00	Individual

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base em pesquisas, 20 de agosto de 2022.

Através dessas observações feitas no demonstrativo a cima, fica visível o grande potencial econômico com relação ao turismo ecológico presente na região. Na visão de Ruschmann (2006) a natureza constitui o único fator do produto turístico que pode ser ampliado, apesar de, geralmente, ser a base da sua existência, da sua atratividade e de seu destaque no mercado.

Conforme observa-se nas imagens 3, a existência de diferenças nas paisagens, em suas formas geográficas e a interação entre o meio ambiente.

Figura 01: Casarão localizado no centro da cidade de Carolina - MA



Figura 02: Pôr do Sol visto do Restaurante e Pizzaria Chega+ as margens do Rio Tocantins.

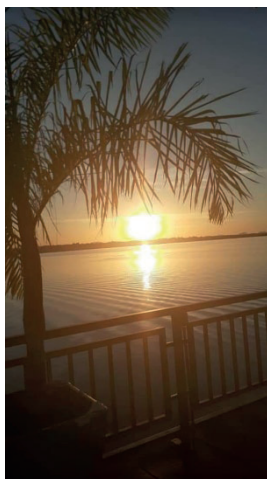


Figura 03: Cachoeira do Capelão, localizada a cerca de 42 km da cidade de Carolina -MA



Figura 04: Canhоеira do Prata – Essa parte é conhecida como Garganta do Diabo, localizada a 96 km da cidade.



Figura 05: Imagem da Br – 230 também conhecida como Rodovia Transamazônica

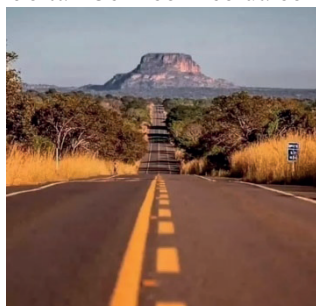


Figura 06: Vista da Chapada Das Mesas.

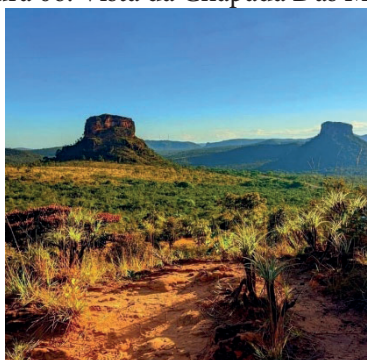
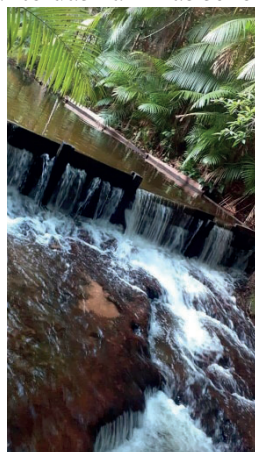


Figura 07: Pousada Recanto das Famílias se localiza a 15 km da cidade.



Referências

BORGES, L. Fazendo um turismo Sustentável. Carolina4.0. Disponível em: <<https://guiatur.glideapp.io/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

BRASIL. **Lei 4771/1965**. Código Florestal Brasileiro [online] <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L4771.htm>>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

GIUSTI, S.; Et al. A acessibilidade no turismo brasileiro: resultados de uma pesquisa exploratória. In: **Anais do 6º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: cultura no espaço rural brasileiro**, Piracicaba: FEALQ, 2007, p. 91-96.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/DN, 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Parna da Chapada das Mesas. Disponível em: <<https://www.gov.br>>. Acesso em 28 de ago.2022.

LOPES, C. G.; Et al (Orgs.) **Memória e Cultura: Perspectivas Transdisciplinar**. Canoas RS. ed. Salles. 2009. p. 324.

PHILIPPI, A. Jr.; RUSCHMANN, D. V. de M. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri-SP: Editora. Manole. 2010. p. 1026.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Planejamento sustentável do turismo**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2009.

ARTETERAPIA COMO METODOLOGIA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - MEMÓRIAS MATERNAS E CONTOS

Daniani Schons Da Silva¹¹

Raquel Alvarenga Sena Venera¹¹

A presente pesquisa aposta em realidades observadas entre as mães de estudantes com deficiências atendidos na APAE de Garuva. Trata-se na observação de uma dedicação extrema a uma maternidade que se confunde com a função de cuidadora. Os filhos com deficiência não alcançam uma autonomia de cuidado de si mesmo, como as crianças que conformam um sentido de normalidade. O sentido social de “normal”, ou seja, aquele desenvolvimento gradual das crianças e adolescentes que segue a cronologia da vida, acaba por estabelecer uma norma de maternidade, com expectativas de identidades. O objetivo da pesquisa é investigar os processos de identidade dessas múltiplas formas de exercer a maternidade e por isso busca a criação das memórias revisitadas e provocadas pela arteterapia. Os métodos para fundamentar a pesquisa terão viés qualitativo utilizando técnicas de arteterapia para acessar suas memórias e assim realizar as produções práticas. Essa pesquisa quer investigar os processos de identidade dessas múltiplas formas de exercer a maternidade e por isso busca a criação das memórias revisitadas e provocadas pela arteterapia. Essa pesquisa quer investigar os processos de identidade dessas múltiplas formas de exercer a maternidade e por isso busca a criação das memórias revisitadas e provocadas pela arteterapia. Ver aflorar e adentrar nas preocupações das mães, com uma voz para acessar as questões que permeiam, suas questões pessoais e sociais, assumindo como porta voz dos seus problemas, com a identidade, sociedade, a exclusão de si mesma, considerando suas feridas internas, psicossomáticas, gerada por incertezas, e perda da sua dignidade. O trabalho sobre as transformações torna-se prioridade sobre as suas subjetividades e suas histórias de vida em particular. O trabalho de pesquisa a partir das produções em arteterapia, promove o acesso a perspectiva de evidenciar e questionar essa ruptura, dos projetos de vida dessas mulheres e mães, esse trabalho de reflexão a partir das suas narrativas e da formação de si, pensando, sensibilizando-se, apreciando-se e questionando-se. Permitindo a evolução dos seus contextos de vida. Suas questões, inquietações, explicitadas no trabalho individual, sobre as suas produções, permite que as mães saiam do isolamento e comecem a refletir, e criar recursos para se reinventar. O Patrimônio (em) comum da humanidade, como a linguagem e suas formas de expressão é um campo ainda em investigação e essa hipótese interdisciplinar com a Arteterapia pode contribuir com os argumentos deste tipo de patrimônio.

Referências

BETTELHEIM, B. A **psicanálise dos contos de fadas**. Rio De Janeiro: editora Paz e terra, 1980.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**, São Paulo Ed: Aleph, 2002.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

11 (UNIVILE).

- CHUVA, M. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. 2020.
- DAVET, El. C. “Quem cuida da cuidadora: a construção da subjetividade de cuidadoras e o cuidado de si. **Dissertação** (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville). 208p. 2020.
- DELORY, M. C. **As Histórias de vida: da Invenção de si mesmo ao projeto de formação**. Porto Alegre: Edufin; Edipars. Brasília 2014.
- FRANZ, M-L. V. **A interpretação dos Contos de Fada**, São Paulo: Paulus, 1990.
- JUNG, G. J. **Tipos Psicológicos Fundamentos da Psicologia Analítica**. Petrópolis: Vozes 2008.
- MALDONADO, M. T. P. **Psicologia da gravidez**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PHILIPPINI, A. **Areterapia Métodos, Projetos e Processos**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2003.
- VENERA, R. A. S.; SZYMCZAK, M. B. A ativação valorativa das histórias de vidas no Museu da Pessoa. **Anais do Museu 158 Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 51, n. [s.i], p. 174-190, dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/388zNse>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MELEIRO E SUA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Luzia Crepaldi¹²

Maria de Lourdes Borges¹³

Introdução

O conhecimento da origem de qualquer sociedade é importante para que ela se situe no presente e delinee seu futuro. A criação de instituições é característica do ser humano por ele ser social. A escola foi criada para cumprir a função de preservar o conhecimento e que ele seja reelaborado e transmitido a todas as gerações. As lembranças individuais e coletivas podem se perder com o passar do tempo, caso elas não sejam reverenciadas, escritas ou gravadas em locais apropriados. Muitas pessoas que fizeram parte das memórias da escola já não estão mais entre nós e, com elas, desaparece uma parte dessa trajetória. É importante que se faça um esforço para que esse conhecimento não se perca, e que artefatos, ou objetos, e documentos estejam em local seguro. Estar inserido em uma instituição de ensino torna importante para seus membros o conhecimento sobre o papel dessa escola na comunidade, desde sua criação até a atualidade, pois é por meio desse caminho que se pode organizar o presente e lançar expectativas para o futuro.

O objetivo deste artigo é o de estudar as memórias institucionais da Escola de Educação Básica de Meleiro, em Meleiro, Santa Catarina, e lhes dar visibilidade por meio da criação de um espaço memorial. Como resultado de um estudo sobre artefatos e documentos, e também em entrevistas, pretende-se, futuramente, criar o memorial da escola, que servirá como fonte de pesquisa para os alunos e comunidade do município de Meleiro, Santa Catarina. A teoria para esta pesquisa está fundamentada em Halbwachs (1990), Costa (1997), Minayo (2010) e Menezes (2006).

Referencial teórico

Memória social

Ao analisar os escritos de Halbwachs (1990) sobre as memórias coletivas, e ao refletir sobre a escola de Educação Básica de Meleiro, vê-se nas lembranças individuais das pessoas que por ela passaram existem muitas memórias coletivas, que surgem a partir do encontro com a instituição. Segundo Halbwachs (1990, p. 62), percebe-se uma semelhança com as memórias de uma escola, pois “as lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam, assim, sobre elas, uma tomada mais cômoda e mais segura; mas será preciso, então, que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa”. Analisando-se esse ponto de vista do autor, quando cita os espaços vazios, tem-se as memórias daqueles momentos ou anos em que a pessoa não se lembra de nada ou quase nada, tem uma leve noção do que aconteceu, esses são espaços vazios ou memória fraca (CANDAU, 2021). “[...] Mas, se não guardei, interiormente, uma lembrança pessoal deste primeiro encontro ou desse primeiro dia, essa noção permanecerá no ar, esse quadro ficará vazio,

12 Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. Especialista em Ensino da Arte. Graduada em Educação Artística com habilitação Artes Plásticas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Diretora na EEB de Meleiro, Santa Catarina. <luzia.202214231@unilasalle.edu.br>

13 Professora Dra. no Programa Stricto Sensu PPG Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle (UNILASALLE).

e eu não me lembrarei de nada” (HALBWACHS, 1990, p. 62).

Pode parecer evidente que existe, em todo o ato de memória, um elemento específico (HALBWACHS, 1990), esse elemento pode ser alguém da família, um avô, ou uma pessoa mais velha que tenha espaços e que, de certa forma, produza curiosidade nas crianças, fixando nelas suas lembranças e, através da atenção dada, seja capaz de deixar seu legado para futuras gerações. “É destes, e mais do que de seus familiares mais próximos, que as crianças recebem o legado dos costumes e das tradições de toda a espécie” (HALBWACHS, 1990, p. 65).

Em todo o caso, geralmente é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa (HALBWACHS, 1990, p. 65).

Enquanto se está nos afazeres da labuta diária, com responsabilidade de gerir e garantir o sustento da família, distancia-se do que é mais relevante para o sucesso de uma geração, a fim de deixar o legado para o futuro, que são os mais velhos, e que são eles os meios diretos pelos quais se passa o legado (HALBWACHS, 1990). Lamenta-se, às vezes, não se ter aproveitado essa ocasião única que se tem para entrar em contato direto com períodos que não se conhece no momento, a não ser de fora, através da história, pelos quadros, pela literatura, por conversas com outras pessoas.

Halbwachs (1990, p. 70) escreveu suas lembranças individuais e, ao escrevê-las, tornou-as coletivas! Para o autor, “parece-nos ver ainda os velhos parentes que tinham os gestos, as expressões, as atitudes e os costumes que reproduzem as gravuras, parece-nos ouvir suas vozes e reencontrar as mesmas expressões que usavam”. Nesse ponto, pode vir à lembrança de uma pessoa as vezes em que os tios vinham de longe e só se sabia quando já estavam na porta de casa ou pendurados (trepados) na cancela de madeira para escapar dos cachorros que guardavam a casa. No latido dos bichanos, sabiam que era alguém que não tinha muita intimidade com os donos e estava próximo. Um assvio ou um chamar e os cães já se faziam entender que eram pessoas conhecidas do seu dono e, em sinal de contentamento, o abanar da caudas se via trepidar. Os abraços eram calorosos, e as conversas sempre eram em volta do fogão à lenha, com uma xícara de café campeiro, uma pipoca ou até mesmo a minestra com alface para a janta e, de vez em quando, um courinho de porco, linguiça ou ovos fritos acompanhava. Eram nesses encontros que os espaços vazios eram preenchidos, muitas vezes nas contações de histórias: “Né, compadre? tu te lembra da vez que fomos caçar com o fulano e que a comida era farinha de mandioca, um pouco de sal e açúcar para fazer o caldo?” Nesse recordar, Halbwachs (1990, p. 70) elucida: “o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, o que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes”.

Ao analisar e refletir sobre os objetos que de alguma forma nos transportam ao passado e nos trazem memórias atuais, nós percebemos que os costumes modernos repousam sobre “antigas camadas que afloram em mais de um lugar” (HALBWACHS, 1990, p. 70).

O pensar em atribuir um estado de lembranças que pode transparecer de um objeto leva ao questionamento sobre ele, se é impregnado de memórias individuais e coletivas ao mesmo tempo. Na pesquisa que se pretende elaborar sobre os objetos de trabalho da escola, sabe-se que somente em um deles muitas pessoas deixaram suas memórias individualizadas, ao mesmo tempo em que, ao reunir esses professores e alunos de uma mesma época diante do objeto e se refletir sobre ele, tem-se uma memória coletiva em evidência atualizada.

Memória Institucional

A elaboração deste trabalho será analisada sob os aspectos da memória institucional, observando os escritos de Costa (1997).

O primeiro elemento importante para a memória institucional é a representação. Para o autor, a memória é a reconstrução de impressões a respeito dos fatos, atualizando-os a cada momento. Trata-se da articulação de um segundo elemento: o tempo. A memória não é somente uma questão do passado, é principalmente uma questão do presente. Trata-se de representação de um determinado fato passado, no momento presente (COSTA, 1997, p. 285).

A memória organizacional poderia ser vista como um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menor eficácia organizacional” (COSTA, 1997, p. 51).

Assim, a escola onde ocorre o estudo é uma organização quando considerada sua estrutura física, humana e documental; também por meio de regras e normas a que a escola está subordinada, que é a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, quando institui leis, portarias, ofícios e normativas. Dentro dessa estrutura recebida, a escola tem sua própria organização, que é descrita no Projeto Político Pedagógico (PPP): esse documento é gerado pelo conjunto de pessoas que formam uma escola, ou seja, pais, professores, alunos, funcionários e um diretor/gestor. O objetivo da escola como instituição é o de ensinar e transmitir os diversos conhecimentos. Isso reforça a intenção de organizar um espaço de memórias na escola, onde possam ser alocados os artefatos históricos que foram utilizados na instituição. Nele, os documentos podem ser organizados e guardados de forma a dar visibilidade à trajetória da instituição. Tudo para que as memórias que foram sendo construídas e instituídas não se percam. Costa (1997, p. 145) afirma que, dessa forma, a memória se torna um elemento primordial no funcionamento das instituições; é através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento.

Para Costa (1997, p. 145), tendo-se em vista que as instituições funcionam em tempo real no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição, e as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, e esse processo ocorre em função do tempo. Assim, entende-se que o registro das memórias, a catalogação dos artefatos e documentos institucionais da escola devem ter um olhar mais amoroso e retilíneo. Quando se fala sobre memórias, fala-se e escreve-se sobre pessoas e sobre vidas de pessoas que já passaram pela escola e que foram e são um conjunto de fatos históricos e da trajetória da escola. Ainda parafraseando Costa (1997), quando diz que as instituições estão em constante transformação, pois é o tempo agindo sempre.

A retenção da informação e o agrupamento dos artefatos que estão guardados em um local onde as pessoas precisam de permissão para ver, sentir, olhar, pensar, segundo Costa (1997, p. 146), é necessário começar a entender a memória como singularidade e não mais como retenção de informação. Dar um passo atrás e rememorar os fatos acontecidos é necessário para a construção do presente. A instituição que tem esse rememorar constante, revisitando o passado e aprendendo com ele, vai se transformando e se atualizando no tempo presente e, dessa forma, fortalecendo-se. Esse pensamento retilíneo e constante de rememorar a trajetória da instituição se faz necessário para dar sustentação ao tempo presente. Assim, precisa-se construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou, e o futuro está em nossas mãos (COSTA, 1997, p. 147).

Para o conceito de Memória Institucional (MI) observa-se que “a memória de uma organização

é a representação, ou o conjunto de representações, que o grupo faz do passado dessa organização, a partir dos elementos disponíveis para isso” (PAZIN-VITORIANO, 2013, p. 922). “Na perspectiva do tempo, seria o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão” (COSTA, 1997, p. 285). Nesta formulação, a memória apresenta-se num contexto de valor social do grupo, pois é “através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade” (COSTA, 1997, p. 282).

Esse conceito denota a preocupação com a informação como fonte de conhecimento para o pesquisador, tenha ele finalidade gerencial ou acadêmica. Contemplando questões sociais, administrativas, culturais e informacionais, os pesquisadores da memória no âmbito das organizações vêm trabalhando na formulação de uma série de definições que delimitam o espaço de pesquisa conceitual sobre o tema, considerando duas abordagens diferentes e complementares.

Por outro lado, o conceito de Memória Organizacional (MO), forjado principalmente no ambiente técnico da Gestão do Conhecimento, associa a memória ao acervo de informação, conhecimentos e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação do seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento (MENEZES, 2006, p. 31).

3 Metodologia

Foi realizada uma pesquisa de análise documental nos arquivos da Escola de Educação Básica de Meleiro, em Meleiro, Santa Catarina. Esses arquivos e objetos da escola estão guardados em caixas diversas e em locais inadequados para sua proteção.

A análise documental foi realizada seguindo os preceitos da análise temática (MINAYO, 2009).

Quadro 1: Atos constitutivos para a criação da Escola de Educação Básica de Meleiro

1920 - A primeira escola funcionava na igreja católica, construída em madeira, tendo como 1ª professora Maria Inês Nápole.	
1925 - A segunda escola foi construída em madeira, especificamente para atividades escolares denominada de Escola Pública de Meleiro. A 2ª professora foi Leobertina Fernandes Souza.	
1931 - Decreto nº 2142, de 16 de fevereiro de 1931. Não foi encontrado documento de inauguração.	
1942 - Foi construída a terceira escola, em alvenaria, com três salas de aula. A nova escola fica denominada de E.E.R.R Escolas Reunidas Professora Virginia Borges Coral, sendo esta a 1ª professora da Rede Estadual. Dona Terezinha Manfredini Acordi foi a 2ª professora.	
1950 - Decreto nº 809, de 17 de setembro de 1950. Diário Oficial de 5 de outubro de 1950. Institui o Ensino Fundamental Anos Iniciais. A denominação da escola passa a ser “Professora Virgínia Borges Coral”.	
1953 – 01/05/1953. A escola mudou a nomenclatura para Grupo Escolar Sérgio Lopes Falcão.	
1960 - Decreto nº 1.066, de 01/06/1960. Criado o Curso Normal Regional Papa João XXIII. Baseado no Decreto nº 257, de 21/10/1946.	
1965 - Decreto nº 3.282, de 14 de outubro de 1965. Muda o nome da escola para Ginásio Normal. Ato de autorização do Ginásio Normal pelo decreto nº 257, de 21/10/1946.	
1971 - Decreto SE 10.457, de 17 de fevereiro de 1971. Por este decreto, passa a se chamar Escola Básica Sérgio Lopes Falcão.	
1982 - Portaria E/100/83, em 28 de março de 1983. Em 11 de março de 1982 foi criada a Educação Infantil. As atividades do Pré-Escolar se deram início em 11/03/1982.	
1983 - Registro do pré-escolar nº 2.288, de 26 de abril de 1983. Criação do Pré-Escolar.	
1986 - Portaria E/236, de 09/04/86 - Artigo 1º. Autoriza o funcionamento do ensino de 2º grau na Escola Básica Sérgio Lopes Falcão, sob a Lei nº 7.044 de 1982. Parecer 210/86 em 17/03/86.	
1986 - Portaria E/236 de 09 de abril de 86; Artigo IIº. Transforma a referida Escola Básica em Colégio Estadual, com denominação de Colégio Estadual de Meleiro.	
1989 - 03 de março de 1989. Foi criada a sala de Recursos Multifuncionais.	
2000 - Portaria P/0017 SED, de 28 de março de 2000. A escola mudou a nomenclatura para “Escola de Educação Básica de Meleiro”. Parecer nº 1.099, de 30/06/2000	
2016 - Resolução CEE/SC nº 100, de 13 de dezembro de 2016. Criação do AEE.	
2016 - Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Criação de Ensino Médio Inovador, em 2016.	
2022 - Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Novo Programa de apoio ao Novo Ensino Médio com início em 2022.	

Fonte: Documentos e arquivos da escola; Meleiro um Fértil Chão (MATTOS, E, 1980/1981).

Observa-se no Quadro 1 os atos constitutivos legais para a criação da escola e sua trajetória no tempo, adquirindo, assim, evidências de institucionalidade.

Análise

O referido estudo está em andamento na Escola de Educação Básica de Meleiro, Meleiro, Santa Catarina. A escola é um lugar de memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 1990). No que concerne à observação em andamento, a escola denomina-se como organizacional e institucional (COSTA, 1997).

Neste trabalho, a análise será sob a ótica da organização. A escola é mantida pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED). É organizada e gerida por um diretor e seus assessores, eleito pela comunidade escolar a cada quatro anos, com a apresentação do Plano de Gestão Escolar (PGE). O gestor eleito deve seguir o plano de gestão, e pode escolher seus assessores seguindo as orientações, leis, portarias e normativas do órgão em questão, e é através dele que o gestor organiza a escola (SANTA CATARINA, 2019). Sob o aspecto institucional, vê-se a escola como instituição organizacional, que tem seu Plano Político Pedagógico organizado, avaliado e reestruturado a cada ano. Como instituição, tem a própria história no tempo e no espaço, que se confunde com a história da localidade onde está inserida, do próprio bairro e município. Sobre isso Le Goff (1992) entende que

[...] memória é um conceito abrangente e precisa ser bem delimitado para que possamos utilizá-lo no contexto das organizações. Numa referência para a História, podemos dizer que a memória, “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1992, p. 423).

Para conhecer a si mesmo, o ser humano precisa conhecer o passado e, este passado acaba fazendo parte da vida presente e peça fundamental para organizar um futuro promissor. Isso é memória, que pode ser individual ou coletiva. Vemos a escola como organização da memória e de instituição tendo seu Projeto Político Pedagógico (PPP) uma ferramenta que está em constante mudança, é atualizado, observando os aspectos da comunidade escolar no ano vigente, tanto na estrutura física, humana e histórica. Nos anos de pandemias, a escola se organizou de forma diferenciada para continuar o processo de educação a distância, utilizando-se de ferramentas virtuais e por meio das redes sociais.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi estudar as memórias institucionais da Escola de Educação Básica de Meleiro e lhes dar visibilidade por meio da criação de um espaço memorial. Delineou-se a metodologia que será aplicada após a Qualificação do Projeto. Por isso, a pesquisa encontra-se em andamento.

Pode-se dizer que, observando o cenário atual da Escola de Educação Básica de Meleiro, e fazendo uso dos materiais dos arquivos denominados “arquivo morto” e nos depósitos improvisados da escola, pensa-se em criar um memorial da escola, onde serão colocados os móveis e documentos antigos da escola para que os objetos, materiais em questão tenham suas memórias preservadas e mantidas. O objetivo do futuro memorial será proporcionar a criação de um local adequado para a alocação, guarda e disposição dos materiais de estudo, seja um local para visitação, estudos, amostras e de recorda oes prazerosas.

Referências

- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.
- COSTA, I. T. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.
- HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, editora revista dos tribunais, 1990.

LE GOFF. **História e memória**. Campinas: ED. Unicamp,1992.

MATTOS, E. **Meleiro**: um fértil chão. Meleiro, SC: 1980/1981.

MENEZES, E. M. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas**: um estudo de caso da Conab. Brasília: UCB, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PAZIN-VITORIANO, M. C. C. Centros de memória empresarial: documentos de arquivo como artefatos da cultura organizacional. In: OLIVEIRA, L.M.V.; OLIVEIRA, I.C.B. **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: AAB, 2013, p.916-927.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação - SED. **Portaria nº 1434/SED**, de 06/08/2019. Diário oficial/SC. nº 21.074 de 08.08.2019. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-de-gestao-escolar-409/processo-2019/8039-portaria-n-1434-publicado-doe-08-08-19>>. Acesso em: 5 out. 2022.

A IMPLANTAÇÃO DO CPF (CONSELHO, PLANO E FUNDO) DA CULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Julio Cezar de Lara¹⁴

Introdução

O impacto causado pela “revolução cultural” no final do século XX colocou a cultura em um patamar elevado de importância indicando o que Hall (1997) chama de “centralidade da cultura”. Para o autor, a cultura vem penetrando em cada recanto da vida social contemporânea graças a mídia e as revoluções tecnológicas dos últimos anos.

Este conjunto de novas tecnologias e novas mídias fez surgir produtos culturais padronizados, que não consideram particularidades e diferenças locais, na tentativa de produzir uma cultura homogênea e mundial. Neste contexto, este artigo possui como objetivo geral analisar as ações da Secretaria do Estado de Cultura do Governo de Mato Grosso, em relação a tríade estrutural denominada de CPF (Conselho, Plano e Fundo) da Cultura.

Por meio de uma análise qualitativa, este artigo utilizou de uma pesquisa bibliográfica e documental. O recorte temporal estabelecido para a análise foi de 2015 a 2018. Os documentos analisados foram o Relatório de Gestão da Secretaria de Cultura (2015-2018) e marco lógico do Sistema Estadual de Cultura: Leis estaduais nº 10.362/2016, nº 10.363/2016, nº 10.378/2016 e nº 10.379/2016.

A centralidade da cultura

Stuart Hall, homem negro, nascido na Jamaica em 1932, migrou para Inglaterra aos 19 anos e lá se tornou um dos maiores teóricos culturais de sua geração, falecendo em Londres no ano de 2014. Teve um dos seus primeiros textos traduzidos e publicados no Brasil denominado “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. O artigo considerou os aspectos teóricos e conceituais da cultura, sua regulação e desregulação pelos Estados e as mudanças sociais ocorridas.

Hall (1997) argumenta que para entender a “centralidade da cultura” deve-se considerar quatro dimensões: I - Ascensão dos novos domínios tecnológicos que estão transformando a cultura; II - A cultura como força de mudança histórica global; III - A transformação cultural do cotidiano e IV - A centralidade da cultura na formação das identidades pessoais e sociais.

Optou-se aqui por dar ênfase na dimensão III que trata da transformação cultural do cotidiano. Nesta dimensão, Hall discute a regulação da cultura, como a esfera cultural é controlada, quais são as forças que exercem o poder de controle ou de modelagem sobre as culturas. Questões-chaves são propostas pelo autor: é o Estado que determina a configuração da cultura, por meio de suas políticas legislativas, ou são os interesses econômicos ou forças do mercado que determinam os padrões de mudança cultural?

O ponto principal da discussão é a relação entre a cultura e o poder. Os argumentos de Hall indicam que quanto mais importante e mais central se tornar a cultura mais significativas serão as forças que a pretendem governar, moldar e a regular. Os exemplos dados pelo autor envolvem o controle da

14 (Universidade do Estado do Mato Grosso).

quantidade e tipo de imagens/programação da televisão de origem estrangeira liberados à população e o poder de decidir/definir as indicações para cada tipo de publicação impressa, ou seja, definir o que pode ou não ser vendida a menores.

Outro autor que coloca a cultura como central nas discussões é Raymond Williams, escritor e professor universitário, que viveu entre 1921 e 1988. Suas obras contribuíram com a expansão dos estudos culturais na Inglaterra e no mundo. Para Williams (1958) a cultura é de todos, expressada em toda a sociedade humana.

Williams (1958) explica que a cultura é expressa em toda a sociedade humana com sua própria forma, seus próprios significados, nas suas instituições, nas artes e no seu conhecimento. Williams também esclarece que a cultura não são apenas as artes. Para ele a cultura é o modo de vida, enquanto as artes são apenas parte de uma organização social que pode ser afetada por mudanças econômicas. Assim a cultura é um produto de toda uma sociedade, enquanto os significados individuais disponibilizados são produtos de experiências pessoais e sociais de apenas um indivíduo.

As políticas públicas de cultura

Williams (1958) acreditava que no início do século XXI haveria necessidade do uso de novos recursos para construir uma cultura em comum, realizando uma espécie de regulamentação, no entanto antes da previsão temporal de Williams se realizar o professor Hall apresentava a necessidade de existência da regulação das políticas culturais na Inglaterra e no mundo. Para Hall (1997), os efeitos da globalização combinadas com as ações neoliberais forçavam os governos a se retirar das responsabilidades de regulamentações dos assuntos culturais, deixando essa responsabilidade livre para as forças de mercado, ou seja, para a “mão invisível” do mercado.

Percebe-se que a liberdade aumenta a diversidade e o pluralismo cultural, no entanto, quando há alocação de recursos oriundos do mercado também há a utilização das leis de mercado, ou seja, existirão recompensas a eficiência e a inovação e punições a ineficiência e a falta de criatividade, criando vencedores e perdedores (HALL, 1997). Logo, quando as políticas culturais são livres de qualquer tipo de regulação, deixa-se a cultura à mercê de um mercado capitalista que visa somente lucro e benefícios.

A outra discussão apresentada por Hall foi a regulação das políticas culturais, pelo Estado. Na opinião de Williams (1958) é preciso evitar uma regularização polarizada da cultura, sendo necessário investimento de subsídios públicos. Já Hall (1997) explica que para evitar a polarização da cultura as atividades culturais devam ser preservadas, nacionalizadas e revitalizadas, havendo desregulação de uma esfera e regulação de outra.

Assim diante da centralidade da cultura explicitada por Hall (1997), questiona-se: Por que a cultura deve ser governada e regulada? Hall argumenta que existem duas razões principais: 1) Porque são algumas das áreas-chave de mudança e debate na sociedade contemporânea e 2) Porque é a cultura que nos governa, é a cultura que regula nossas condutas, ações e práticas sociais, como agimos na sociedade. Isso explica o porquê a cultura é tão importante e porque o Estado necessita regulá-la. Nossa conduta e nossas ações são moldadas, influenciadas e reguladas pelos significados culturais, assim se entender como verdade que a cultura regula as práticas e as condutas sociais, e muito mais importante saber quem regula ou controla a cultura (HALL, 1997).

A regulação da cultura pelo Estado pode ocorrer de pelo menos três formas: 1) A regulação normativa: que dá forma, direção e propósito a conduta e prática humana na expectativa de criar um

mundo ordenado; 2) A regulação cultural: que estabelece classificações sobre o que pertence ou delimita cada cultura, dispondo de limites entre as semelhantes e as diferenças, entre o que é sagrado e é profano, aceitável e inaceitável; e 3) A regulação que procura a constituição de novos sujeitos: que procura inserir novas subjetividades no sujeito.

Para completar o assunto sobre regulação e desregulação das políticas públicas apresenta-se os argumentos de Williams (1958) onde os avanços no processo de desenvolvimento cultural devem considerar a realização de ofertas culturais contínuas para aceitação da sociedade, sem determinar de antemão o que deve ser oferecido como cultura. Para o autor, deve-se procurar desobstruir os canais e permitir a exposição de todo tipo de cultura, abrir espaço para o que for difícil e dar tempo suficiente para o que for original.

Cultura e desenvolvimento

Conforme Ortiz (2008) “não existe uma relação de necessidade entre os conceitos de cultura e desenvolvimento”. Ortiz é um antropólogo e sociólogo brasileiro, autor de diversos artigos e livros que versam sobre cultura e suas relações sociais. Para o autor, a cultura nasce juntamente com a constituição da sociedade, ou seja, não há sociedade sem cultura, enquanto o desenvolvimento é um termo geralmente associado a ideia de progresso, que pode ser hierarquizado no tempo e no espaço, ou, em outras palavras, seria o mesmo que descrever que os bárbaros da idade média precisavam se desenvolver e civilizar-se. Ortiz (2008) considera a ideia do eurocentrismo que entendia que o ocidente é o padrão da modernidade e, a partir deste padrão, os outros lugares serão ou não desenvolvidos, chegando à hierarquização de povos, países ou regiões que são mais ou menos desenvolvidos.

Ao estudar as sociedades modernas percebe-se que o desenvolvimento é intrínseco destas sociedades, ou seja, o vínculo entre a cultura e desenvolvimento é praticamente inseparável, pois são com estas vinculações que se pode trabalhar temas como erradicação da pobreza, discussões de gênero e preservação do meio ambiente (ORTIZ, 2008). Para o autor, é somente na modernidade que foi possível valorizar as diferenças entre as culturas, entender a cultura como um valor da sociedade e realizar políticas para preservar as culturas minoritárias, respeitando todas as culturas.

Lago e Rotta (2017) também compreendem que não se deve pensar cultura apenas como um fator de desenvolvimento, mas compreender que em cada cultura pode existir fatores específicos que potencializam ou dificultam o desenvolvimento. O argumento de Ortiz (2008) faz uma reflexão quando se analisa cultura e desenvolvimento, para ele nenhuma política cultural que vise o desenvolvimento pode ser realizada sem se perguntar de que tipo de desenvolvimento está se tratando. Não há uma única resposta para este questionamento, mas é importante entender que uma política cultural para o desenvolvimento de uma sociedade isolará alguns pontos e privilegiará outros, propondo valorização ou incentivos de alguns elementos em detrimento de outros.

Outro autor que tece reflexões sobre a relação entre cultura e desenvolvimento é Kovacs, especialista húngaro em políticas culturais, atuou em diversas comissões da Unesco. Kovacs publicou um texto em 2020 denominado “A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável”. O texto demonstra as principais discussões sobre a cultura e desenvolvimento em nível internacional, especialmente em relação as iniciativas da Unesco.

Em 1986 a Unesco lançou a Declaração à 1ª década internacional para o desenvolvimento cultural (1988-1997) “com o principal objetivo de obter o reconhecimento da importância de considerar

a dimensão cultural do desenvolvimento” (KOVACS, 2020, p. 22). O autor evidencia que no relatório sobre as ações realizadas entre 1988 e 1997 o desenvolvimento foi apresentado apenas pelos critérios de produtividade e crescimento econômico, sendo necessário adotar outro conceito que garantisse o respeito a diversidade cultural.

Em 1998 a Unesco realizou a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento que tratou das políticas culturais, vinculando os valores universais e as diversidades locais, com o respeito ao pluralismo cultural. A partir daí, os Estados Membros da Unesco concentraram-se na questão da diversidade cultural. Em 2001, após o 11 de setembro, foi aprovada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco, em um momento que foi oportuno reafirmar a importância das relações interculturais e a rejeição da tese de conflito entre culturas e civilizações.

Conforme Kovacs (2020) foi a partir da reunião da cúpula mundial de líderes ocorrida na Cidade do México em novembro de 2010 que o debate sobre cultura e desenvolvimento ganhou forças, pois houve a proposição de modificação do conceito de desenvolvimento sustentável adicionando a cultura como um quarto pilar.

Em 2014, na reunião do 3º fórum mundial da Unesco, realizado em Florença, houve a recomendação da inclusão de metas e indicações sobre a contribuição da cultura na agenda de desenvolvimento e em 2015 a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) publicou uma resolução denominada “Transformar o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” com objetivos para os anos de 2015 a 2030. As resoluções da AGNU incentivam os Estados Membros a criação de uma consciência sobre a importância da cultura no desenvolvimento sustentável.

Com estas ações Kovacs (2020) entende que a Unesco proporcionou avanços no entendimento do papel da cultura e como a cultura pode contribuir no desenvolvimento dos países, mas que poderia avançar mais como incluir explicitamente a dimensão cultural nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A criação do sistema nacional de cultura (SNC)

Em novembro de 2012 o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), por meio de aprovação e promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 71. Essa emenda incluiu o art. 216-A que alterou a seção II que trata da Cultura no Brasil. O art. 216-A fixou que:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

No entanto, para chegar a esta aprovação e promulgação da EC nº 71/2012 o governo Federal atuou durante os anos de 2011 e 2012 publicando e distribuindo nacionalmente o documento base do SNC, cartilhas guias de orientação aos estados e municípios. Para Barbalho (2014), o Ministério da Cultura procurou publicizar ao máximo o SNC para garantir o maior número de adesões. O autor revela que foi notável o crescimento, conforme é apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Número de municípios e estados que aderiram ao SNC entre 2010 e 2013

Entidade Federativa	Dez./2010	Dez./2012	Dez./2013
Adesão de municípios ao SNC	363	1.407	2.068*
Adesão de estados ao SNC	01	22+DF	26+DF

Fonte: Barbalho (2014) com adaptações.

* Equivale a 37,2% dos municípios brasileiros.

Conforme Barbalho (2014, p. 199), o momento de maior adesão ao Sistema Nacional de Cultura foi em dezembro/2013, após a realização da III Conferência Nacional de Cultura onde o Ministério da Cultura atuou como o “principal agente na articulação das diferentes posições do sujeito” transformando a proposta do SNC em uma proposta consensual nos campos político e cultural.

Ao estabelecer um sistema nacional para a cultura, torna-se evidente a necessidade de convergência entre as políticas nacionais e políticas estaduais, para isso criou-se um sistema federativo de políticas públicas específico para a cultura. Este sistema estabeleceu a exigência da criação de mecanismos mínimos para seu funcionamento nos estados e municípios, o que deu origem ao modelo “CPF da Cultura”, sendo CPF significado para: Conselho, Plano e Fundo.

Para Rocha e Silva (2013), a representação nos Conselhos, as metas descritas nos Planos e a distribuição dos recursos nos Fundos, são discutidas nas conferências e nos fóruns nos quais estão presentes representantes do Estado discutindo juntamente com os representantes da sociedade civil as diretrizes que devem ser seguidas na condução das políticas públicas.

O CPF da cultura no Estado de Mato Grosso

Após 4 anos de publicação do Sistema Nacional de Cultural é que o estado de Mato Grosso promulgou as leis que criaram o marco legal para o setor cultural, conforme disposto no quadro 1.

Quadro 1. Marco Legal que regulamenta o Sistema Estadual de Cultura no Mato Grosso

Legislação	Assunto	Acesso
Lei nº 10.362/2016	Sistema Estadual de Cultura	< https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10362-2016.pdf >
Lei nº 10.363/2016	Plano Estadual de Cultura	< https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10363-2016.pdf >
Lei nº 10.378/2016	Conselho Estadual da Cultura	< https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10378-2016.pdf >
Lei nº 10.379/2016	Fundo Estadual de Fomento à Cultura	< https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10379-2016.pdf >

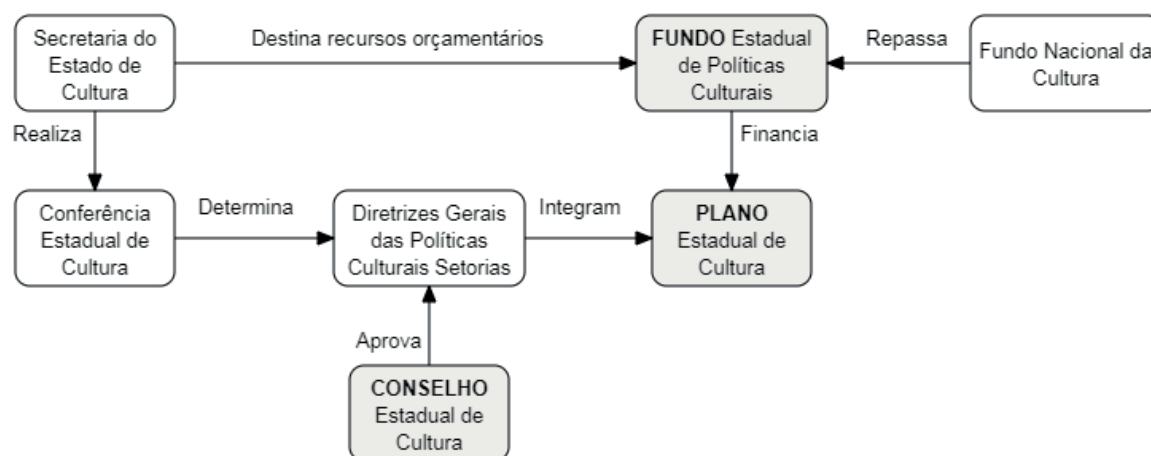
Fonte: Dados da pesquisa.

A lei que instituiu o Sistema Estadual de Cultura em Mato Grosso (SEC-MT) também estabeleceu os princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão e inter-relações entre seus componentes além demonstrar quais seriam seus recursos humanos e seus recursos financeiros. Conforme a legislação o SEC-MT deve buscar a integração do nível local ao estadual e nacional e compatibilizar as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos nos Planos de Cultura do estado e dos municípios de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2016).

Conforme o relatório da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (Gestão 2015-2018), houve a expansão do SEC-MT através da “sensibilização dos agentes municipais sobre a importância de

se instituir os conselhos, de elaborar um plano municipal que se integre ao plano estadual e nacional, convergindo esforços para a obtenção de resultados concretos” (MATO GROSSO, 2018, p. 14). Entre 2015 e 2018 foram 31 municípios que aderiram ao cadastro no SEC-MT, partindo de 43 municípios cadastrados em 2015 para 74 municípios em dezembro de 2018. Para ilustrar como o SEC-MT e seus mecanismos de funcionamento (Conselho, Plano e Fundo - CPF) são operacionalizados, apresenta-se a figura 1.

Figura 1. Operacionalização do CPF da Cultura, conforme o Sistema Estadual de Cultura



Fonte: Dados da pesquisa.

Conselho. O Conselho Estadual de Cultura foi reorganizado por meio da Lei nº 10.378/2016 e está vinculado à Secretaria de Estado de Cultura. Uma das mudanças na legislação de 2016 foi a ampliação das competências do Conselho que a partir da lei promulgada possuiu como responsabilidade a deliberação sobre a política cultural e responsabilidade de homologação de todo o ciclo da política cultural. Também houve mudanças na composição do Conselho, pois a partir da regulamentação existe a garantia de que 50% das vagas sejam de representantes da sociedade civil que representam as expressões culturais. Além da composição do Conselho, houve a criação de 6 (seis) câmaras temáticas permanentes que têm como objetivo produzir pareceres, estudos e análises solicitadas pelos conselheiros.

Plano. O Plano Estadual de Cultura foi instituído pela Lei nº 10.363/2016 tem duração de longo prazo 10 anos que compreende o período de 2016 a 2026. Conforme Mato Grosso (2018, p. 12) o plano é regido por “12 princípios, 14 objetivos, 17 estratégias, 103 ações e 20 metas” e está fragmentado em 5 eixos: 1) Gestão da Cultura, 2) Diversidade artística e cultural, 3) Acesso à cultura, 4) Economia Criativa e 5) Transparência, Participação e Controle. Os eixos constantes no Plano Estadual de Cultura realizam a função de segmentar as diversas iniciativas governamentais, para que haja os devidos investimentos e as devidas prioridades.

Fundo. O Fundo Estadual de Fomento à Cultura, redefinido pela Lei nº 10.379/2016, teve como uma de suas principais mudanças a origem das receitas, sendo a partir de 2016, vinculada a Receita Corrente Líquida do orçamento geral do estado de Mato Grosso, atingindo uma alíquota de 0,5% em 2019. Com a vinculação da receita entende-se que é possível garantir investimentos contínuos no setor cultural e possível recompor continuamente os valores investidos considerando que o aporte orçamentário e financeiro irá crescer à medida que cresça a arrecadação do Estado. Outra redefinição realizada pela lei foi a determinação que o financiamento de projetos e programas culturais, previstos nos editais de chamamento público, seja de no mínimo 60% oriundos do interior do estado.

É relevante salientar que o relatório de gestão do governo estadual (2015-2018) evidenciou várias

ações realizadas: 01 conferência estadual de cultura, 02 fóruns estaduais de gestores municipais de cultura, 56 conferências municipais/intermunicipais e a instituição de todo o marco legal em 12 municípios, ou seja, instituição de Sistema Municipal de Cultura: Conselho, Plano e Fundo (CPF) municipal de cultura.

Considerações finais

Com o artigo pode-se compreender a importância e o papel de centralidade da cultura, e entender que quanto mais importante for o papel da cultura em um território mais significativas serão as forças que a pretendem governar. Também foi demonstrado que algumas ações neoliberais procuram forçar governos a retirar suas responsabilidades sobre a regulamentações dos assuntos culturais, deixando estes assuntos para a “mão invisível” do mercado.

Também foi possível verificar o contraponto da desregulação da cultura, ou seja, sua regularização. O governo federal (Gestão 2011-2016) regulamentou o setor cultural através da criação do Sistema Nacional de Cultura. Este sistema procurou integrar a União, seus estados-membros e o Distrito Federal, assim como todos os municípios brasileiros.

Como forma de realizar a integração junto ao Sistema Nacional de Cultura e receber recursos orçamentários/financeiros do Fundo Nacional da Cultura o Governo do Estado de Mato Grosso promulgou em 2016 o marco legal do Sistema Estadual de Cultura, regulamentando o “CPF da Cultura”. Várias ações foram realizadas para divulgar e aproximar a União ao Estado de Mato Grosso e o Estado de Mato Grosso aos seus municípios pertencentes.

Com os resultados da pesquisa foi possível identificar ações que resultaram no avanço nas discussões sobre a regulamentação e sobre os investimentos no setor cultural do estado de Mato Grosso. No entanto, os dados demonstram que em dezembro de 2018 somente 52,5% dos municípios existentes no estado de Mato Grosso haviam aderido ao Sistema Estadual de Cultural e apenas 16,2% destes municípios haviam promulgado o marco legal do CPF da Cultura.

Apesar do esforço realizado pela Secretaria de Estado de Cultura entre os anos de 2015 e 2018, disseminando e sensibilizando sobre a importância das políticas estaduais/municipais de cultura é possível notar que poucos municípios reconheceram a importância da centralidade da cultura e acabam, propositalmente ou não, deixando o contexto cultural desregulado ou deixando para que o mercado regule o que é cultura e o que não é cultura, e estes por sua vez, valorizam e investem em ações culturais que possibilitem o retorno financeiro, os lucros e os benefícios junto aos seus clientes e parceiros.

Referências

BARBALHO, A. **O Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma: Continuidades e avanços.** *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. v.2, n.2, p.188-207, 2014.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação e realidade*, n. 22, v. 2, p. 15-46, Jul./dez., 1997.

KOVÁCS, M. A dimensão cultural do desenvolvimento: Rumo a integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 27. São Paulo: Itaú Cultural, 2020.

LAGO, I. C.; ROTTA, E. Sobre a relação entre cultura e desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura. **VIII Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional**. Território, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios. Santa Cruz do Sul, RS, 13 a 15 de setembro de 2017.

MATO GROSSO. **Lei n. 10.362** de 27 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2016.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Cultura. **Relatório de Gestão 2015-2018**. Cuiabá-MT. Dez./2018.

ORTIZ, R. Cultura e desenvolvimento. **Políticas culturais em revista**, v.1, n.1, p.122-128, 2008.

ROCHA, M. E. da M.; SILVA, B. D. da. As políticas culturais em Pernambuco e o governo Lula: rumo a uma convergência. In: BARBALHO, A.; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (Orgs.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

WILLIAMS, R. **A Cultura é de todos** (Culture is Ordinary). Trad. Maria Elisa Cevasco. Departamento de Letras. USP. 1958.

GESTÃO DE BENS CULTURAIS: CONCEITOS E UM GUIA INTRODUTÓRIO

Silvia Adriana da Silva Soares

Tamara Cecília K. Telles

Introdução

Damos início ao tema com o que pensa Botrel, et al. (2011, p. 648), sobre a gestão de bens culturais no Brasil, para o autor este “é um tema ainda pouco estudado na academia e carente de uma política pública embasada na diversidade social e na preservação, construção e reconstrução de espaços públicos”. Entretanto, tem ganhado espaço nos últimos anos, em pesquisas produzidas por um conjunto de profissionais, como: “antropólogos, sociólogos, historiadores, arquitetos, economistas, administradores, dentre outros, fundamentando-se como temática multidisciplinar e relevante para a busca da identidade nacional e emancipação social”.

Os bens culturais para Botrel, et al. (2011, p. 648), são associados historicamente “à noção do sagrado, de uma memória a ser preservada e cristalizada. O sagrado faz parte do indizível da experiência humana e deve permanecer assim, intocável ou inalterado”. Contudo, no Brasil, nas últimas décadas, a compreensão de “bens culturais vem se transformando na direção de um bem público que fundamenta a identidade de uma sociedade, que faz parte do cotidiano das pessoas e da esfera pública”.

Rubim (2016, p. 59) propõe que devemos tomar como premissa inicial, a “política e gestão culturais como momentos distintos, mais sempre interdependentes. Nesta perspectiva, as políticas condicionam e orientam a gestão e ela possibilita que as políticas ganhem concretude”. O autor diz que as políticas conciliam “conjuntos articulados, contínuos e sistemáticos de formulações e ações para orientar o desenvolvimento da cultura e atender as demandas culturais da população. Já a gestão envolve as operações administrativas e práticas necessárias para dar efetividade de tais políticas.

Esse entendimento de bens culturais como componente “formador da identidade nacional no Brasil está respaldada e legitimada na Carta Constitucional de 1988, especificamente no artigo 215”, (BOTREL et al., 2011, p. 648), que garante que o Estado assegurará a “todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Portanto, este artigo tem por objetivo fazer realizar uma reflexão com o intuito de compreender o que é bens culturais e o que é gestão de bens culturais no Brasil.

A metodologia utilizada para escrita deste artigo foi bibliográfica, que de acordo com Gil (2008, p. 50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, na atualidade também por teses e dissertações. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Diante do exposto a cima, procurar-se-á, responder ao objetivo iniciando com a Definição do que são Bens Culturais, o que entende-se por Gestão Cultural, quais são as Políticas de Gestão Cultural existentes no Brasil e, por fim, apresentamos as Considerações Finais.

Conceito de bens culturais

De acordo com o Dicionário de Patrimônio Cultural a “terminologia *bem cultural* apresenta várias definições. Podemos dizer que a expressão está presente em várias esferas, em diferentes períodos, e vem sendo pouco a pouco reelaborada, tendo a sua inserção e ampliação de sentido expandida e definida ao longo do tempo” (GUEDES; MAIO, 2016, s/p.).

De acordo com Botrel, et al. (2011, p. 249), “a definição de bens culturais perpassa pela abordagem antropológica de cultura. Na sua forma mais essencial, o termo cultura, pode ser aplicado aos afazeres da terra, da agricultura, como em qualquer outro trabalho realizado pelo ser humano. Na esfera antropológica e social, “o significado de cultura mais geral não mudou no decorrer dos séculos”. Para Bosi (1992, p. 16), significa um “conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”.

A definição de Bem Cultural no Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa é descrita como “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (FERREIRA, 1986, p. 247). E ainda, Ferreira (1986, p. 247) afirma que “podem-se considerar como bens culturais obras arquitetônicas, ou plásticas, ou literárias, ou musicais, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, manifestações folclóricas, etc.”.

Guedes e Maio (2016, s/p.) mencionam que Carsalade (2016) em seu artigo sobre o termo *bem* para o Dicionário, refere que a expressão *bem cultural*, corrobora que há a intenção de associá-la ao “patrimônio cultural, àqueles bens que, por força de algum instrumento legal, se encontrem protegidos”. Desse modo, Carsalade (2016) atenta para as convenções internacionais que relacionam a nomenclatura ao bem protegido. Para o autor,

Qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (CARSALADE, 2016, p. 14).

Conforme Choay (2001) a importância dos bens culturais se dá através dos significados de patrimônio. Para a autora, a terminologia “patrimônio” está relacionada às organizações familiares, jurídicas e econômicas de uma sociedade duradoura, arraigada no espaço e no tempo. Termo esse que foi ressignificado por variados adjetivos, tais como: cultural, genético, histórico, natural e que fizeram dele um conceito em transformação, que hoje adota uma trajetória capciosa e reflete nas sociedades. “Sinteticamente, o termo designa um bem destinado ao usufruto de comunidades que se ampliaram por meio da acumulação contínua de uma gama de objetos e práticas que se consagraram por seu passado” (BOTREL, et al., 2011, p. 649).

Em determinados períodos da trajetória humana, apenas as obras de arte eram respeitadas como de valor, sendo aceitas para preservação. Artefatos e bens de uso geral, principalmente aqueles originários das classes subordinadas se perderam, em particular, o material descoberto nas escavações arqueológicas dos séculos XVIII e XIX, buscavam nas escavações por objetos de valor artístico, que pudesse ter interesse de mercado. Os artefatos que não contemplavam tais interesses não foram conservados (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Botrel, et al. (2011, p. 649), expõe que na atualidade, “a concepção de bens culturais superou o interesse utilitarista, valorizando a preservação dos bens culturais produzidos por qualquer classe ou etnia, ou em qualquer espaço, como relevante herança e legado de uma sociedade ou nação”. Sendo

assim, “os bens culturais são considerados como um conjunto de patrimônios materiais ou imateriais de considerável significado para a coletividade e para a memória social”.

Entre os bens culturais materiais estão “os núcleos urbanos, as grandes edificações, igrejas e santuários, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais, como os móveis de determinada época, acervos arqueológicos, museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”. Os bens culturais imateriais, são aqueles de “categoria de relevância identitária e cultural, abrangem as representações, celebrações, expressões, conhecimentos, fazeres e técnicas”, categoria que se opõe ao “chamado patrimônio edificado, de pedra e cal”. Entre os patrimônios imateriais, destaca-se: “a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes de um povo ou sociedade” (BOTREL, et al., 2011, p. 649).

Pode-se ressaltar que na Constituição de 1988 ocorreu o reconhecimento por meio do Estado dos bens de natureza imaterial, que foram assim definidos no artigo 216:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Guedes e Maio (2016) afirmam que o conceito de *bem cultural* hoje, foi bastante expandido pela Constituição de 1988, decorrendo um processo longo de ressignificação, incluindo várias áreas do conhecimento. É necessário, ter sempre em vista que o termo *bem cultural*, trata-se de um processo que envolve uma concepção multidisciplinar, considerando que cada período da história vai determinar os interesses que vão, de alguma forma, alterar e interferir no seu significado.

Conceito de gestão cultural

Conforme Botrel, et al., (2011, p. 656), “o conceito e a prática de gestão social têm ganhado amplitude e reconhecimento à medida que a sociedade se torna mais democrática. Adotar a gestão social como gestão de bens culturais no Brasil significa investir em processos técnicos com ampla participação da sociedade civil nas decisões de caráter público”, isso significa discutir, articular e realizar o “controle social das políticas públicas, seja utilizando múltiplos espaços institucionais, instrumentos e metodologias participativas de formação, planejamento, supervisão e avaliação”.

A gestão social estabelece um processo dialógico, onde a responsabilidade da deliberação é partilhada entre todos os envolvidos, relacionando-se com um grupo de processos sociais, em que a atuação da gerencia desenvolve-se através de uma atuação negociada entre os envolvidos, “perdendo o caráter burocrático em função de uma relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política”, buscando o atendimento das necessidades atuais “e desafios da administração quanto à democracia e à cidadania participativa, aplicando-se técnicas de gestão que consideram o intercâmbio” de todos os envolvidos “nos processos administrativos, estimulando o convívio e o respeito às diferenças” (TENÓRIO, 2003, p. 07).

Botrel, et al. (2011, p. 656) profere que diferente da “gestão estratégica, que é determinada pelo mercado e prima por um processo de gestão de competição, em que a determinação é excluir o concorrente e o lucro é o seu objetivo principal, a gestão social é determinada pela solidariedade entre os

participantes, na qual todos têm voz ativa”.

Neste sentido, a gestão social é percebida “como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)”. O substantivo gestão, como adjetivo social “será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação” (TENÓRIO, 2008, p. 39).

Assim sendo, “na gestão social, a tomada de decisão é coletiva, livre de coerção, baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação no sentido utilitarista, prevalece a transparência pública, pois o processo dialógico implica na crítica coletiva das informações levantadas”. A gestão social proporciona categorias para à emancipação dos indivíduos, fundamentando-se na “democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão e na esfera pública. (BOTREL et al., 2011, p. 657).

Políticas de gestão cultural no Brasil

Idealizadas, em meados do século XX, as políticas culturais adquirem “lugar relevante na agenda internacional nos anos 1970, impulsionadas, com destaque, pela atuação da Unesco”. Porém entram em depressão profunda a partir de 1980, com a elevação do neoliberalismo em todo o mundo (RUBIM, 2011, p. 14).

Em 1985, nasce no Brasil, o Ministério da Cultura, “com a redemocratização do país, depois dos longos anos de ditadura cívico-militar. A inauguração do Ministério acontece em um contexto em que o discurso democrático produzido no longo embate contra a ditadura, marca o imaginário brasileiro e sua construção”, Rubim diz que a inconstância vivenciada nesta construção é uma “*confluência perversa*. Criado por Sarney em 1985, ele é desmantelado por Collor e transformado em Secretaria em 1990 e novamente recriado por Itamar Franco em 1993” (RUBIM, 2011, p. 14-15, grifos do autor).

A Lei Sarney é contrária a atuação anterior, porque desfaz o que foi feito anteriormente com o financiamento a cultura. “O Estado, sob o pretexto de carência de recursos, reduz o financiamento direto à cultura e propõe o mercado como alternativa”. Mas em boa medida o dinheiro permanece público, em consequência de renúncia fiscal. Portanto, sob o ponto de vista neoliberal, o Estado se comprime e passa seu poder decisório para o mercado. “O governo Collor extingue a Lei Sarney e dá origem à outra lei de incentivo, a Lei Rouanet. Tal legislação, reformada, será amplamente aplicada pelo governo Fernando Henrique Cardoso”. Assim, as leis de incentivo são exaltadas e consolidadas políticas culturais (RUBIM, 2011, p. 16).

Devido a essa conjuntura, tais leis, “na prática e no imaginário, tomaram o lugar das políticas de financiamento e, [...] foram transformadas praticamente na política cultural oficial do estado brasileiro. Desta forma, o mercado “assumiu seu lugar como ente que define apoios e *políticas* culturais” (RUBIM, 2011, p. 18-19, grifos do autor).

A lógica de financiamento inscrita nas leis de incentivo possibilita o surgimento legalizado de intermediários culturais, como são chamados na Lei Rouanet. Tais intermediários devem elaborar projetos, captar recursos, administrar eventos etc. Em suma, eles devem organizar a cultura, principalmente aquela não adstrita ao estado. Ele se encontra quase paralisado, sem recursos próprios para investir e sem políticas culturais, pois delegou ao mercado, através da vigência das leis de incentivo, o poder de decidir sobre a cultura brasileira (RUBIM, 2016, p. 72).

Rubim (2016, p. 72) constata que a formação para o “mercado de trabalho de produtores culturais aconteceu a partir da segunda metade dos anos 1980. Seu reconhecimento social ocorreu com a telenovela *Celebridade*, de Gilberto Braga, dirigida por Dennis Carvalho, veiculada em horário nobre pela Rede Globo de outubro de 2003 a junho de 2004”. Na novela as duas personagens principais, Maria Clara e Laura, representavam “o bem e o mal na narrativa, são produtoras culturais (p. 72). Profissão recente, pouco conhecida e ainda em processo de constituição, a produção cultural tornou-se visível para a grande maioria da população brasileira e legitimada socialmente pela televisão (RUBIM, 2016, p. 73).

Nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura o país buscou por políticas culturais, que tivessem um papel ativo no estado, foram revisadas a hegemonia “da produção sobre a gestão cultural, superando a singularidade brasileira, ocasionada pela dominância das leis de incentivo. A preocupação com formuladores de políticas e gestores culturais passa a ser estruturante para a efetividade das políticas culturais desenvolvidas” (RUBIM, 2016, p. 73). Inclusive ocorrem conquistas em decorrência desta atenção, tendo uma repercussão robusta sobre a gestão cultural. Foram aprovadas a lei 12.343 que constituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) em 2010, “precedida por sua incorporação à Constituição Federal através da emenda constitucional número 48 de 10 de agosto de 2005, e a votação da emenda constitucional número 71 de 29 de novembro de 2012 que incluiu na Constituição Federal o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O PNC e o SNC são políticas estruturantes”, devendo transformar intensamente o mapa “desenhado da gestão cultural no Brasil, pois estabelecem um horizonte de políticas de longo prazo, contrapostas à tradição de instabilidades, que marcaram as políticas culturais no país (RUBIM, 2016, p. 73-74).

Pensado para o período de dez anos, o PNC, iniciou em 2010, estabelecendo “uma perspectiva de planejamento na área cultural nacional, [...] nas esferas estaduais e municipais, dado que implica na existência de planos estaduais e municipais de cultura”. Já o SNC estabelece a criação de estruturas organizativas, previstas também na perspectiva estaduais e municipais, exigindo “uma organização do estado brasileiro no campo cultural. Para esta estrutura funcionar de modo adequado, fica evidente a necessidade de pessoal qualificado para sua gestão” (RUBIM, 2016, p. 74).

O cuidado com a gestão cultural desponta em uma constante reafirmação em documentos do Ministério, em particular, os dedicados ao PNC e ao SNC. Com a necessidade de qualificação da gestão, o “documento enuncia a constituição de programas de formação na área da cultura” (RUBIM, 2016, p. 75).

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo fazer uma reflexão com o intuito de compreender o que são bens culturais e o que é gestão de bens culturais no Brasil.

Portanto queremos deixar aqui uma contribuição para os novos pesquisadores na área sobre esta temática:

*A expressão bem cultural está presente em diferentes períodos e em várias esferas, e está em constante elaboração e definição, sua definição ao longo do tempo tem sido ampliada e expandida. Antigamente, em determinados períodos da vida da humanidade, apenas as obras de arte tinham valor, assim só estas eram aceitas para preservação, deixando os artefatos e bens de uso geral se perderem.

*Na atualidade todos os bens culturais são valorizados, podemos considerar como todos, os produzidos por variadas classes ou etnias, em qualquer ambiente, sendo relevante, herança e legado de uma sociedade ou nação, e ainda, são rotulados como um conjunto de patrimônios materiais ou imateriais de significado estimável para a memória social e a coletividade.

*A gestão de bens culturais tem ganhado reconhecimento e se intensificado na medida em que a sociedade se torna mais democrática. Abraçar a gestão social como gestão de bens culturais no Brasil representa investir em procedimentos técnicos com extensa participação da sociedade nas disposições de caráter público, isso implica em discutir, articular e promover o domínio social das políticas públicas, também significa a utilização de diversos espaços institucionais, planejamento, supervisão, avaliação e instrumentalização e metodologias participativas de formação. Ao retomarmos o panorama que foi traçado com evidências das políticas e gestão culturais, busca-se revelar a **individualidade** da organização da cultura no Brasil, revelada predominantemente no desenho da produção cultural sobre a gestão cultural, elucidada pela hegemonia de políticas culturais e políticas de financiamento à cultura. Somente a partir de 2003, com a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, um novo cenário se desvelou, aberto pelas políticas culturais implantadas que permitiu atenção ao tema da gestão cultural, antes praticamente inexistente, assim possibilitando uma reversão deste panorama. Políticas de longo prazo, como o Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), colocam em evidência a gestão cultural e decretam sua concretização e qualificação, auxiliando no desenvolvimento da cidadania cultural, nos direitos culturais e na cultura cidadã da sociedade brasileira.

Podemos concluir com esta breve reflexão que na atualidade são considerados bens culturais tudo que é importante para o povo, sejam estes bens materiais (edifícios, obras de arte, etc.) ou imateriais (música, dança, etc.), é tudo que possa ter valor para a memória da sociedade.

Referências

- BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, P. G. de.; PEREIRA, J. R. Gestão social de bens culturais no Brasil: desafios e perspectivas. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 9, n. 4, p. 647-659, 2011.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras. 1992.
- CARSALADE, F. B. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- CASTELLO, J. Cultura. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (Orgs.). **A Era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura, 2002. p. 627-656.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultura>>. Acesso em: 25 set. 2022.

RUBIM, A. A. C. Crise e políticas culturais. In: BARBALHO, A.; CALABRE, L.; MIGUEZ, P.; ROCHA, R. (Orgs.). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 13-25.

RUBIM, A. A. C. Políticas e gestão cultural no Brasil. In: RUBIM, A. A. C.; CANAL, C. Y.; BAYARDO, R. (Orgs.). **Panorama da gestão cultural na Ibero-américa**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 59-84. (Coleção Cult; n. 23).

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Metodologias e Casos**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR., J. T.; MĂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL
PARA A PROMOÇÃO DO RETORNO DE BENS CULTURAIS A SEUS PAÍSES DE ORIGEM
OU SUA RESTITUIÇÃO EM CASO DE APROPRIAÇÃO ILÍCITA (ICPRCP) (1980-1991)**

Ana Gabriela Cardoso¹⁵

Fernando Cesar Sossai¹⁶

Em 1976, um comitê de experts, sob a égide da Unesco, que daria forma ao *Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno de Bens Culturais a seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita* (ICPRCP), intensificou os questionamentos sobre os bens culturais saqueados ou perdidos antes da entrada em vigor da Convenção da UNESCO de 1970, assim como pilhados de seus contextos de origem em função da colonização e ocupação estrangeira que perdurou durante séculos na América Latina e na África. Estes experts ressaltaram a ausência de mecanismos internacionais para lidar com tal situação e solicitaram ao Diretor-Geral da UNESCO a criação de um comitê intergovernamental, com a premissa de que facilitaria as negociações entre os países envolvidos e incentivar acordos que resultassem na devolução dos bens aos seus países de origem. Na esteira desse contexto histórico, esta comunicação tem como objetivo socializar discussões atinentes à construção de um anteprojeto de pesquisa de dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da Univille, tendo como propósito analisar de que forma este comitê e seus experts operaram no que concerne à restituição de bens culturais provenientes de países que sofreram ocupação colonial. Nessa direção, em âmbito metodológico, esta investigação se caracteriza como uma pesquisa histórica e documental, pretendendo proceder à análise de um conjunto diversificado de bibliografias e fontes primárias, entre estas provenientes da Unesco Archives.

-
- 15 Graduada em História (licenciatura), integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD). Atualmente, é mestranda do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille (linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), sob a orientação do prof. Dr. Fernando Cesar Sossai.
- 16 Professor dos cursos de Artes Visuais e História, assim como do PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. E-mail: <fernandosossai@gmail.com>

A MUSEALIZAÇÃO DAS LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Reynaldo Alan Castro Filho¹⁷

INTRODUÇÃO

A disponibilidade de novos meios de transporte em massa, aliada ao avanço das tecnologias da informação e da comunicação, vem enfraquecendo a totalidade das culturas sob o ponto de vista local. Afinal, em um mundo onde as distâncias geográficas são cada vez menores, fica difícil sustentar a ideia de sociedades ou culturas que se mantenham plenamente fechadas e autossustentáveis.

Diante disso, Zygmunt Bauman (2012) assinala que determinada cultura somente poderia ser considerada verdadeiramente superior caso estivesse apta a enxergar as diferentes alternativas culturais como fontes de enriquecimento, de modo que o objetivo de uma cultura não deve estar concentrado na busca por autoperpetuação, mas sim em criar as condições propícias para novas experiências e mudanças. Para o autor, as culturas, antes definidas como instrumentos de discriminação, necessitam estar abertas ao diálogo e à negociação, características cada vez mais presentes em uma sociedade plural como a nossa.

A fronteira, para além de ser um espaço de controle de vistos, fechada em suas próprias limitações, precisa ser entendida como um espaço democrático, tolerante e aberto ao diálogo. As antigas experiências deixam, por conseguinte, de serem vistas como absolutas e novas práticas passam a ganhar relevância.

A busca por uma identidade social encontra-se inserida nesse novo contexto, especialmente quando as condições naturalmente estabelecidas não se mostram capazes de garantir significado à identidade pessoal de alguns. Como reflexo, o indivíduo, antes isolado em um estado de insegurança e precariedade, passa a buscar abrigo e aceitação em determinado grupo social, que possui força significativa para reivindicar um tratamento inclusivo por parte dos demais. Para tanto, é necessário que sejam criadas novas condições por meio da educação, treinamento e ensino (BAUMAN, 2012).

Vale destacar que o Direito Internacional dos Direitos Humanos já tem aderido a esse processo de reconhecimento das diferentes identidades, de modo que as chamadas minorias, nas quais se encontram as pessoas com deficiência, passaram a ser consideradas em suas particularidades, permitindo que, paralelamente à igualdade, o direito à diferença também seja tido como um direito fundamental. A esse respeito, a atuação dos movimentos sociais organizados em nível global, com vistas à proteção dos direitos humanos, especialmente no que se refere aos grupos historicamente discriminados, ganha relevância, uma vez que se configura como uma estratégia de efetiva resistência a práticas discriminatórias alinhadas ao modelo de globalização hegemônica (SANTOS, 2002), que ainda insiste em reproduzir a exclusão.

Direitos humanos das pessoas com deficiência

A consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, enquanto direitos humanos universalmente reconhecidos, ocorreu por meio da aprovação, no ano de 2006, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Organização das Nações Unidas

17 Doutorando em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas (Brasil); Email: <reynaldo.filho0265@unilasalle.edu.br>

– ONU, que se constitui em um tratado internacional de direitos humanos, cuja elaboração contou com a participação decisiva de Organizações não Governamentais representantes das Pessoas com Deficiência, no intuito de que fosse desenvolvido um documento de proteção aceitável e condizente com as reais necessidades desses indivíduos.

Nesse sentido, importa salientar que a principal instituição representante das pessoas com deficiência, que participou decisivamente no processo de elaboração da Convenção, foi a Internacional Disability Alliance – IDA, que se constitui em um consórcio de sete organizações, que são: a União Mundial de Cegos, a União Mundial de Surdos, a União Mundial de Surdos e Cegos, a Rede Mundial de Utilizadores e Sobreviventes da Psiquiatria, a Inclusão Internacional, a Disabled People Internacional e a Rehabilitation International (CHAMBERLIN, 2005).

No plano nacional, a Convenção encontra-se vigente a partir da publicação do Decreto nº 6.949, ocorrida em 26 de agosto de 2009. Cumpre ressaltar, ainda, que a referida Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional com status de emenda constitucional, o que lhe confere a mais alta hierarquia dentro do sistema normativo.

Ciente disso, importa referir que o conceito legal de deficiência passou, a partir da vigência da Convenção, a basear-se no enfoque social. Para a Convenção, as pessoas com deficiência são as que possuem alguma forma de impedimento que “em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, s/p).

Assim, a sociedade não só deve produzir mecanismos para promover a inclusão das pessoas com deficiência a partir da ideia de que a deficiência não é doença, como também deve assumir a visão de que a deficiência é um conceito que não está centrado na pessoa. Pelo enfoque social, a deficiência está localizada na própria sociedade, que impõe limites e barreiras ao pleno desenvolvimento desses indivíduos.

Desse modo, ainda que não se possa olvidar os critérios médicos ou psicológicos que permitam a constatação de uma falha sensorial ou motora, Luiz A. D. Araújo (2011) registra que o elemento central que caracteriza a pessoa com deficiência não se relaciona com tais critérios, mas sim com a dificuldade dessa pessoa estar incluída na sociedade. Por conseguinte, é a dificuldade de inclusão social que define quem é ou não é pessoa com deficiência.

A inclusão das pessoas com deficiência pelos museus

A efetividade dos direitos das pessoas com deficiência, para além de seu aspecto jurídico, passa por uma análise da inclusão dessas pessoas na sociedade, e de que diferentes formas essa inclusão pode ser concretizada, sendo que nesse contexto é que se inserem os museus, que, além de serem espaços aptos a construção da memória, podem contribuir para a criação de novas práticas e valores sociais, com vistas à promoção e à garantia de direitos.

Considerando que os Museus são organismos que possuem a característica de salvaguardar e difundir o Patrimônio Cultural, nota-se que a mudança nas práticas culturais decorrentes das transformações sociais provocou uma ruptura com o modelo clássico da atividade museológica, de modo que o conceito e o perfil dos museus passam por uma reformulação. Como alternativa, é necessário buscar novas formas de realizar, compreender e avaliar suas atividades, além de ampliar a interação com o meio social em que se inserem.

Nesse sentido, a preservação e o tratamento desse Patrimônio Cultural devem ser realizados em conjunto com a sociedade, o que faz com que a concepção do museu como um edifício responsável apenas pelo confinamento de coleções não se apresente mais como adequada. Ao invés disso, o museu deve ser entendido como um espaço democrático e inclusivo capaz de promover diálogos construtivos entre o passado e o futuro (MARÇAL, VARGAS MANGAN, 2019).

Assim, a prática etnocêntrica de colecionamento e exposição de objetos isolados e descontextualizados mostra-se ineficiente, uma vez que não permite a compreensão das especificidades do cotidiano, especialmente o de certos grupos tidos como minorias. Esse processo funda-se, ainda, na ideia de que tais grupos não teriam um presente, mas apenas um eterno passado, o que não prospera.

Por conseguinte, a nova concepção dos museus permite que grupos historicamente discriminados também se utilizem desse espaço para sustentar suas posições de forma consistente, em face das demandas necessárias à implementação de políticas públicas que lhes sejam destinadas. Em outras palavras, os museus passam a ser um lugar que contribui para o domínio da linguagem burocrática por grupos historicamente discriminados.

Não é por acaso que se encontram, atualmente, instituições museológicas voltadas especificamente para esses grupos, como é o caso do “Museu da Inclusão”, que se constitui em unidade museológica vinculada à Secretaria das Pessoas com Deficiência do Estado São Paulo, cujas atividades versam sobre temas relacionados às pessoas com deficiência.

A origem do processo de institucionalização desse Museu ocorreu no dia 03 de dezembro de 2009, data em que se comemora o dia internacional da pessoa com deficiência e que foi escolhida para inaugurar a exposição de caráter permanente intitulada “Memorial da Inclusão: os Caminhos da Pessoa com Deficiência”, sediada na Secretaria do Estado de São Paulo dos Direitos das Pessoas com Deficiência, localizada na capital paulista.

À época de sua inauguração, a exposição foi “formatada em doze painéis, assinados pelos colaboradores, com temas que se interpenetram para compor os caminhos da pessoa com deficiência em prol da inclusão social” (GADELHA, 2011, p. 2). Posteriormente, o Memorial passou a contar também com as exposições temporárias, que permitiram o aprofundamento de temas tratados na exposição permanente.

No ano de 2020, o Memorial teve seu nome alterado para Museu da Inclusão, consolidando um processo de remodelação que havia se iniciado em 2018. Conforme se depreende das informações constantes em seu sítio eletrônico oficial, o Museu da Inclusão “é um espaço de preservação, reflexão e (trans)formação social que contribui para a defesa, promoção e a garantia dos direitos das pessoas com e sem deficiência em uma sociedade excludente”¹⁸.

O espaço físico do Museu está localizado dentro do Complexo do Memorial da América Latina, no Bairro da Barra Funda, em São Paulo -SP. Concebido por Darcy Ribeiro e projetado por Oscar Niemeyer, o complexo é um monumento dedicado à integração política, cultural, econômica e social da América Latina.¹⁹

18 Disponível em: <<https://portal.museudainclusao.org.br/o-museu/quem-somos/>>. Acesso em 22/06/2022.

19 O complexo abrange, além do edifício do Parlatino, no qual se localizam a Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Museu da Inclusão, o Salão de Atos, a Biblioteca Latino- Americana, a Galeria Marta Traba, o Pavilhão da Criatividade, o Anexo dos Congressistas e o Auditório Simón Bolívar. Disponível em: <<https://exposicao.museudainclusao.org.br/modulo-4/>>. Acesso em: 23/06/2022

Para identificar os elementos que constituem as bases desse Museu, vale-se das explicações constantes da seção “Quem Somos”, disponível no portal eletrônico da instituição. Assim, é possível identificar que o propósito do Museu é atuar na defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência, por meio da memória de luta desses indivíduos.

Importa mencionar, ainda, que o Museu da Inclusão se destina à sociedade como um todo, a fim de alertar sobre diferentes aspectos e preocupações que envolvem a luta das pessoas com deficiência, bem como de promover o respeito e a efetividade dos seus direitos. Conseqüentemente, por envolver atores diversos, quais sejam, pessoas com e sem deficiência, estabelece-se um diálogo que em outra situação não seria viável, tendo em vista que alcança aspectos de cunho simbólico, tal como a perspectiva apresentada por Clifford Gueertz (2012), no sentido de que as respostas que os outros nos fornecem, a partir das dimensões simbólicas da ação social, possuem muito mais relevância do que os monólogos, que tem por finalidade apenas sustentar posições prévias.

A luta do movimento social das pessoas com deficiência como patrimônio

Entre as razões de existir do Museu da Inclusão, conforme informações constantes de seu portal eletrônico oficial, também é possível identificar a proposição de que a memória de luta, barreiras e conquistas do movimento social das pessoas com deficiência deve ser entendida como patrimônio do Estado de São Paulo, o que justifica a existência de um Museu que tenha como pressuposto pesquisar e difundir os caminhos percorridos pelo movimento.

Nesse ponto, defende-se que o patrimônio a ser preservado e difundido pelo Museu da Inclusão enquadra-se no conceito de *Patrimônio Cultural* estabelecido pelo art. 216 da Constituição Federal de 1988, que ampliou a noção de patrimônio nacional utilizada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro e 1937.

Enquanto para o Decreto mencionado, a referência ao patrimônio nacional vale-se da expressão *Patrimônio Histórico e Artístico*, definido, em seu respectivo art. 1º, como sendo o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937 s/p), para a Constituição Federal, a concepção de patrimônio nacional passa a estar inserida no conceito de *Patrimônio Cultural Brasileiro*, que se constitui de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, s/p).

Note-se que, para além dos bens de natureza material (móveis e imóveis), que comportam a definição trazida pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, os bens de natureza imaterial, de forma inovadora, passaram a ser reconhecidos como patrimônio cultural. Ademais, o mesmo artigo 216, da Constituição Federal, elencou, em seus cinco incisos²⁰, um rol de bens de natureza material e imaterial que se incluem na definição proposta, dentre os quais destaca-se, tendo em vista a finalidade do presente estudo, o inciso II, assim exposto: “os modos de criar, fazer e viver”, que correspondem nitidamente ao grupo de bens culturais imateriais.

20 Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em linhas gerais, cite-se que a preservação dos bens de natureza material consolida-se por meio do processo de *tombamento* instruído junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), culminando com a inscrição do bem em um dos quatro Livros de Tombo²¹, consoante previsão do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ao passo que aos bens culturais de natureza imaterial aplica-se o procedimento do *registro*, que, na hipótese de deferimento do pedido, será realizado em um dos quatro Livros de Registro, ou eventual Livro que venha a ser criado, nos termos do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

A despeito da luta do movimento social das pessoas com deficiência em defesa dos direitos desse grupo não integrar, até o presente momento, nenhum Livro de Registro destinado à proteção dos bens culturais de natureza imaterial, o que se constata a partir da consulta realizada junto ao portal eletrônico do IPHAN²², defende-se que deve ser entendida como patrimônio cultural, tal como proposta pelo Museu da Inclusão.

A essa altura, também é importante considerar os traços históricos que marcam a Política Cultural no Brasil, que até hoje pode ser tida como descontinuada e insuficiente (RUBIM, 2007), com exceção do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937, com a então denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Não obstante, em que pese a competência técnica e a profissionalização de seu pessoal, o que contribuiu para a independência e estabilidade da entidade, sua atuação esteve alinhada, por muitos anos, à “preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental” (RUBIM, 2007, p. 17), fato que lhe confere historicamente uma forte tendência classista elitista e que talvez explique algumas de suas características e posicionamentos atuais.

Ainda que não se possa desconsiderar a regulamentação acerca do que venha a ser objeto de proteção no que se refere ao patrimônio cultural, vale destacar que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal²³, a proteção desse patrimônio configura-se como direito fundamental, que se apresenta como um direito humano positivado em âmbito interno.

Para além disso, tendo em vista que os bens culturais pertencem a diferentes sociedades ou grupos, a própria noção do que venha a ser um bem cultural apresenta acepções variadas, de modo que, nesse caso, nenhuma regra geral abstrata deve ser aplicada sem que haja a participação dos respectivos grupos envolvidos. Vale registrar que, em consonância com o que as Nações Unidas preconizam, os grupos possuem o direito a participar dos processos decisórios a seu respeito, o que implica atribuir-lhes o papel de atores principais em relação à avaliação e ao reconhecimento de seus bens culturais (BICSKEI et al, 2012).

Por conseguinte, considerando o fato de que a memória de luta do movimento social das pessoas com deficiência se dá, exatamente, em defesa dos direitos humanos, e que já há um reconhecimento político em âmbito estadual evidenciado por meio do Museu da Inclusão, que confere às pessoas com deficiência o papel principal concernente ao reconhecimento do seus bens culturais, reivindica-se que

21 Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

22 Mapa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Disponível em: <<https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>>. Acesso em 28/07/2022

23 Nesse sentido: ACO 1.966 AgR, rel. min. Luiz Fux, j. 17-11-2017, P, DJE de 27-11-2017. Disponível em <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14120682>>. Acesso em 28 de julho de 2022.

essa memória deva ser reconhecida socialmente como patrimônio cultural, independentemente do reconhecimento político institucional federal.

Conclusão

As transformações culturais decorrentes da disponibilidade de novos meios de transporte em massa e do avanço das tecnologias da informação e da comunicação, entre outros aspectos, fez emergir um contexto favorável para que grupos historicamente discriminados passassem a reivindicar por um reconhecimento de sua identidade social, a fim de que, em última análise, recebam um tratamento inclusivo por parte dos demais.

Diante disso, o campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, por meio da atuação de movimentos sociais organizados em nível global, já tem aderido a esse processo de reconhecimento das diferentes identidades, de modo que o direito à diferença, paralelamente à igualdade, também passou a ser entendido como um direito fundamental.

Pontualmente no caso das pessoas com deficiência, o reconhecimento de seus direitos enquanto direitos humanos universais consolidou-se com a aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, no ano de 2006, que inovou a concepção acerca do conceito jurídico da deficiência, adotando um enfoque social, cuja análise para definir ser *pessoa com deficiência* passou a concentrar-se na dificuldade dessa pessoa estar incluída ou não na sociedade.

Ademais, importa referir que as mesmas transformações culturais citadas provocaram a ruptura da atividade clássica dos museus, que passaram a ser entendidos como um espaço democrático e inclusivo capaz de promover diálogos construtivos entre o passado e o futuro, constituindo-se em um ambiente propício a ser utilizado por grupos historicamente discriminados, a fim de contribuir, ainda, para o domínio de uma linguagem burocrática por parte desses grupos.

Nesse cenário é que se insere o Museu da Inclusão, instituição destinada a salvaguardar e a difundir a memória de luta do movimento social das pessoas com deficiência em defesa de seus direitos humanos, que deve ser entendida socialmente como patrimônio cultural imaterial, tal como previsto na Constituição Federal de 1988, a despeito de não haver, em âmbito federal, um reconhecimento político formal nesse sentido.

Referências

- ARAÚJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência**. Ministério da Justiça: Brasília, 4. ed. rev. ampl. e atual, 2011.
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- BICSKEI, M., BIZER, K.; GUBAYDULLINA, Z. Protection of Cultural Goods - Economics of Identity. **International Journal of Cultural Property**, v. 19, p. 97–118, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: jul. 2022

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: jul. 2022.

CHAMBERLIN, J. A defesa dos direitos das pessoas com doença mental: desenvolvimento de uma perspectiva de direitos humanos. In: ORNELAS, J.; Et al. (org.). **Participação e empowerment das pessoas com doença mental e seus familiares**. Lisboa: Aeips Edições, 2005.

GADELHA, C. Memorial da inclusão: os caminhos das pessoas com deficiência. In: MORAES FERREIRA, M. de. (Org.) **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH. 2011.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. SP: CTC, 2012.

MARÇAL, C. S.; VARGAS MANGAN, P. K. Gestão de acervos museológicos no contexto da cibercultura. **Revista confluências culturais**, v. 8, p. 107-118, 2019.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; Et al. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007

SANTOS, B. de S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM FORTIFICAÇÕES CATARINENSES NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DE CANDIDATURA A PATRIMÔNIO MUNDIAL PELA UNESCO

Dalânea Cristina Flôr²⁴

Fernando Cesar Sossai²⁵

A pesquisa e seu contexto

As fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonos fazem parte do sistema defensivo inicial da Ilha de Santa Catarina²⁶. Elas foram construídas pelos portugueses no século XVIII como forma de consolidar a posse do território do Sul do Brasil, que era disputado com os espanhóis. Em 1938, foram declaradas patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, desde 2015, juntamente com outras dezessete fortificações brasileiras, estão construindo candidatura²⁷ para concorrerem ao status de patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Para um bem cultural ser reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO, seu Estado gestor precisa cumprir uma série de critérios presentes na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, definidos na Conferência Geral da UNESCO de 1972, e nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, determinadas pelo Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO. Entre esses critérios se destaca a educação.

A Convenção define que, por meio de programas de educação os seus Estados-partes divulgarão a importância de seus patrimônios culturais ou naturais considerados mundiais e buscarão construir com a população maior respeito e apreço por estes bens (UNESCO, 1972).

As Orientações Técnicas, de forma mais específica, abordam a necessidade da sensibilização da população para a importância da valorização do patrimônio; incentiva a produção de materiais educativos; estimula a realização de atividades e programas educativos com o envolvimento de diferentes instituições como escolas, universidades, museus entre outras; divulga a produção e publicação de um kit educativo destinado para professores²⁸; e, disponibiliza assistência técnica e financeira para preparação e execução de atividades e programas educativos, por meio do Fundo do Patrimônio Mundial.

24 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville, SC (UNIVILLE). Vinculada à Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagem; ao Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD); e, ao Laboratório de História Oral da Univille. Servidora Pública Federal pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua com Educação Patrimonial. Compõe equipe gestora da Rede de Educadores em Museus de Santa Catarina (REM/SC- 2018 -2022).

25 Professor da (UNIVILLE). Atua como docente, pesquisador e extensionista no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e nos cursos de História e Artes Visuais, da Univille. Coordena o Centro Memorial e o Laboratório de História Oral da Univille. Vice-líder do grupo de pesquisas Cidade, Cultura e Diferença.

26 Além destas duas fortalezas o sistema defensivo inicial da ilha de Santa Catarina conta, ainda, com a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, com a qual forma o triângulo defensivo da Barra Norte da ilha e com a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, localizada na ilha de Araçatuba, no Sul da Ilha de Santa Catarina.

27 Trata-se de uma candidatura na modalidade de Bem Seriado da qual fazem parte dezessete fortificações localizadas em dez estados brasileiros. O conjunto é considerado pelo IPHAN estrategicamente importante para a delimitação do Sul do Brasil.

28 Trata-se do kit educativo intitulado “O Patrimônio Mundial em mãos jovens”, produzido pela UNESCO e parceiros. Ele é adaptável a diferentes níveis de ensino e destinado para escolas do mundo inteiro, segundo as Orientações Técnicas.

No âmbito nacional, o órgão reconhecidamente regulador e de valorização e proteção do patrimônio cultural no Brasil, o IPHAN, considera a educação patrimonial um tema transversal fundamental para a valorização e preservação do bem patrimonial, dispondo entre as letras de suas leis, suas orientações e publicações a importância do trabalho educativo vinculado ao patrimônio cultural.

Pensar a construção das fortificações catarinenses como patrimônio cultural mundial exige pensar sobre a educação vinculada a elas. Exige pensar as possibilidades de educação sobre, com e nas fortificações.

Como responsável pela educação patrimonial na Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)²⁹ - setor vinculado à Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição que realiza a gestão das três fortificações catarinenses que compõem o triângulo defensivo da Barra Norte da ilha -, senti a necessidade de buscar compreender se há proposições educativas especificamente direcionadas ao patrimônio mundial e quais são os seus fundamentos teóricos, metodológicos e curriculares.

Compor o Comitê Técnico Estadual para o estabelecimento de diretrizes, conceitos e demais ações para a elaboração do dossiê técnico referente à candidatura das fortificações catarinenses a patrimônio mundial por um tempo (novembro 2020 a agosto 2021), reforçou a necessidade que sentia de melhor compreender as proposições educativas da UNESCO.

A partir das reflexões advindas das atividades realizadas nesses contextos de pedagoga responsável para educação patrimonial nas Fortalezas da Ilha e membro do Comitê de candidatura à patrimônio mundial, iniciei a pesquisa “A educação patrimonial em fortificações catarinenses, no âmbito da construção de candidatura à patrimônio mundial pela UNESCO”, em nível de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), sob a orientação do professor Fernando Sossai. A investigação foi iniciada em março de 2022 e contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no período de março a agosto de 2022, e segue, a partir de setembro, com o financiamento do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior do Estado de Santa Catarina - FUMDES/2022.

A pesquisa de doutorado tem o objetivo de compreender as proposições teóricas, metodológicas e curriculares da educação defendida pela Organização das Nações Unidas para o Ensino, Ciência e Cultura (UNESCO) para o patrimônio considerado de valor universal excepcional, analisando-as a partir de teorias do patrimônio e da educação. A metodologia descritiva e exploratória a ser utilizada prevê a análise bibliográfica, documental e a pesquisa de História Oral.

Esta apresentação, por sua vez, tem o objetivo de socializar os caminhos iniciais da pesquisa salientando os procedimentos metodológicos que vêm sendo utilizados e os que ainda serão realizados ao longo do trabalho e os conceitos teóricos que estão sendo acionados para subsidiar a investigação.

Entre os procedimentos metodológicos já iniciados destacam-se a pesquisa bibliográfica realizadas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), EBSCO, Google Acadêmico, Research Gate e Scientific Eletronic Library online (SciELO), por meio de palavras-chave como: educação, “educação patrimonial”, UNESCO, “patrimônio mundial”,

29 Entre outras atividades, coordeno os projetos “Aprender sobre história também é coisa de criança”; “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como campo de ensino, pesquisa e extensão”; “Fortalezas da Ilha e Escola do Mar: conhecimentos compartilhados”; “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: Vozes da Comunidade”. Estes projetos e os materiais pedagógicos produzidos podem ser consultados no Espaço Educativo das fortalezas: <<https://fortalezas.ufsc.br/espaco-educativo/>>.

interpretação, fortalezas, fortificações; e, a pesquisa documental, realizada nos sites da Unesco e de bens já reconhecidos como patrimônio mundial, por meio da exploração dos respectivos sites, buscando identificar documentos e publicações relacionadas à temática.

Como procedimento metodológico futuro, estão previstas coletas de depoimentos de representantes da UNESCO e de gestores públicos e/ou *experts* em patrimônio mundial ligados ao IPHAN, ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), ao Comitê Científico Internacional sobre fortificações e patrimônio militar (Icofort) e a instituições catarinenses vinculadas à cultura e educação por meio da História Oral.

Como resultados da investigação espera-se identificar a compreensão conceitual da UNESCO e do estado de Santa Catarina sobre a educação vinculada ao patrimônio cultural, suas aproximações e distanciamentos e com o apoio de teorias do patrimônio e da educação, indicar alguns caminhos para uma educação patrimonial que contribua, dentro de seus limites, para a emancipação humana.

Algumas aproximações históricas e teóricas

A Constituição Federativa do Brasil, de 1988, pode ser considerada um avanço na conquista de vários direitos humanos e sociais. Entre eles, destaca-se a ampliação do conceito de patrimônio cultural que passa a considerar, além dos bens materiais, também os bens imateriais como representação da cultura do país.

A importância dessa ampliação está no fato de passar a considerar como patrimônio cultural bens que representam a identidade, a ação, a memória de diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas (BRASIL, 1988).

Esta concepção mais avançada, conquistada a partir de lutas sociais de diferentes grupos ao longo das décadas de 1970 e 1980, supera a ideia de patrimônio como aquele representado somente por monumentos (“edificações de pedra e cal”) e como marca hegemônica de determinado grupo social, como se investiu por muito tempo, e traz consigo a necessidade de maior protagonismo das comunidades na identificação e definição dessas referências (BRASIL, 1988).

Com a concepção de patrimônio vista sob esta ótica e considerando maior protagonismo da sociedade espera-se garantir a identificação de referências culturais e a seleção de patrimônios muito mais representativos da diversidade sociocultural presente no país, contemplando diferentes grupos, territórios, identidades e considerando aspectos do passado e do presente. Assim, caminha-se, para a compreensão do patrimônio como um direito universal. Segundo Gohn,

...os direitos dão universalidade às questões sociais, a problemas e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. Partir da ótica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e na experiência acumulada historicamente pelos seres humanos e não nas necessidades do mercado. A ótica dos direitos possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergias e não compaixão, que resultam em políticas emancipadoras e não compensatórias (GOHN, 2005, p. 16).

À sua maneira, em escala global, destaca-se a recomendação da Unesco relativa à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e sua função na sociedade, aprovada na 38ª reunião

da Conferência Geral, ocorrida em Paris, no ano de 2015, para a qual,

... por patrimonio se entiende un conjunto de valores y expresiones materiales e inmateriales que las personas seleccionan e identifican, independientemente de quien sea su propietario, como reflejo y expresión de sus identidades, creencias, conocimientos, tradiciones y entornos vivos, y que merecen que las generaciones contemporáneas las protejan y mejoren, y las transmitan a las generaciones futuras. El término patrimonio se refiere también a las definiciones de patrimonio cultural y natural, material e inmaterial, bienes culturales y objetos culturales que figuran en las convenciones de la UNESCO sobre la cultura (UNESCO, 2015, p. 26).

Esta compreensão vai ao encontro do conceito contemporâneo de patrimônio cultural como uma construção social de valoração simbólica que representa a identificação de um ou mais grupos sociais. Esta construção social ocorre em tempo e lugar determinados e pode ser reconstruída constantemente, conforme define Prats (1997).

Que el patrimonio sea una construcción social quiere decir, em primer lugar, que no existe en la naturaleza, que no es algo dado, ni siquiera un fenómeno social universal, ya que no se produce em todas las sociedades humanas ni en todos los períodos históricos; también significa, correlativamente, que es un artificio, ideado por alguien (o en el decurso de algún proceso colectivo), em algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser históricamente cambiante, de acuerdo con nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines em nuevas circunstancias (PRATS, 1997, p. 20).

Esse processo de produção social do patrimônio pode ser suficiente para um ou mais grupos, se considerarmos somente, mas não pouco importante, a relação dele/s com a identificação, com o sentimento de continuidade e de pertencimento que tal patrimônio lhe/s possibilita, no entanto, para que esse bem patrimonial seja reconhecido de forma mais abrangente, em âmbito de nação, por exemplo, ele precisa de um outro processo, denominado por Heinich (2018) como: “a fabricação do patrimônio”.

“Fabricação”, neste caso, é entendida pela autora como um processo de construção simbólica de significado e sentido de um “objeto” buscando imprimir nele um valor social compartilhado e que o tornará alvo de proteção, difusão e fruição. De forma complexa e dinâmica, o processo de fabricação de um bem como patrimônio cultural envolve diferentes, simultâneas e complementares operações que o valoram, o modelam e o ativam como tal. Neste contexto, o estado, atua como um dos principais agentes para a oficialização do bem como patrimônio cultural (HEINICH, 2018).

Um pouco desta complexidade é explicitada por Sossai (2022), quando afirma que:

Com o cruzamento entre critérios estabelecidos em documentos criados por órgãos públicos voltados à gestão da cultura e valores provenientes de sociabilidades cotidianas imprevisíveis, o processo de fabricação do patrimônio transcorre em uma espécie de *entre espaço* onde, ao mesmo tempo, conflitam e se harmonizam referenciais normativos, técnicos- institucionais e afetivos-emocionais acerca de bens culturais herdados do passado e que se deseja transmitir ao futuro (SOSSAI, 2022, p. 13).

Abordando também a complexidade do processo de fabricação do patrimônio cultural e corroborando com as ideias de Prats (1997), Zanirato (2018) traz outros elementos que contribuem para esta compreensão. A autora destaca que um bem sentido e vivido como patrimônio por um coletivo, nem sempre é reconhecido institucionalmente pelo estado ou instituição que tenha a prerrogativa de institucionalizá-lo. Esta relação não é direta e coincidente, mas muitas vezes desencontrada. São processos diferentes, afirma autora, que os nomeia como “patrimônio por regime de ação” e “patrimônio instituído”.

Por outro lado, na compreensão da autora, a ativação do patrimônio não garante, por si só, a

sincronia destas duas instâncias envolvidas – grupo social que sente o patrimônio com tal e instituição – ou destas duas composições do patrimônio – patrimônio sentido/vivido e patrimônio instituído. A ativação patrimonial, por si só, não cumpre o papel que teoricamente teria de garantir a proteção, valorização e a fruição de um bem patrimonial. Segundo Zanirato “A patrimonialização, da forma como se dá, tem indicado a insuficiência da ação, colocando em risco tanto o que é selecionado pelas instituições de poder quanto o que é significativamente relevante para a sociedade” (ZANIRATO, 2018, p. 29).

Outro aspecto importante para a ativação de um patrimônio, destacado por Zanirato, é a historicidade desse bem, pois para além dos interesses que envolvem o processo - como o interesse político, econômico, científico, da gestão de valor - a história deste bem também contribui para a sua ativação como patrimônio.

Por esse processo de fabricação, modelagem e ativação também passam os patrimônios reconhecidos como patrimônios de valor universal excepcional, reconhecidos pela UNESCO.

Nesse sentido, é possível perceber que as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonas, considerando a sua historicidade e os seus setenta e sete anos de reconhecimento como patrimônio cultural catarinense, estão passando por um novo processo de fabricação, modelagem e ativação, desta vez, para serem reconhecidas como patrimônio mundial.

O reconhecimento institucional, como exposto acima, não será suficiente para garantir que elas sejam protegidas, conservadas, valorizadas e lembradas se não forem reconhecidas e sentidas como patrimônio também pela população de modo geral e pelas comunidades do seu entorno.

É nesse momento que o trabalho educativo parece ter um grande potencial de contribuição.

Conforme já mencionado, tanto para a UNESCO, em nível mundial, quando para o IPHAN, em nível de Brasil, a educação é vista como um mecanismo importante para a sensibilização da população para a importância da valorização dos bens patrimoniais, sua proteção, preservação e utilização.

No entanto, falar em educação de modo geral não é o suficiente, é necessário explicitar sobre qual educação se fala. Uma educação com quais fundamentos, pensada para quem e para quê.

Considerando o patrimônio uma construção social que exige uma análise histórica crítica da trajetória do conceito, da fabricação de seus sentidos e significados, dos usos dos bens ao longo do tempo e do seu potencial para a emancipação humana, é preciso que a educação pensada na relação com o patrimônio seja também uma educação de fundamentação histórica, crítica e transformadora, como é o caso da Pedagogia Histórico Crítica – PHC (SAVIANI, 2020).

O trabalho educativo, segundo a PHC, é entendido como o “ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2020) e tem o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento humano.

Como pleno desenvolvimento dos indivíduos se compreende a garantia do direito a tudo o que é produzido historicamente pela humanidade, desde bens materiais necessários para a subsistência básica quanto aos conhecimentos científicos e aos bens necessários para as dimensões “espirituais” da vida, entre as quais inclui-se a cultura.

Além disso, a PHC tem entre seus objetivos possibilitar que os indivíduos consigam analisar o contexto social em que vivem, considerando seus problemas e suas potencialidades; possam identificar o papel que ocupam neste contexto; conheçam os próprios direitos e lutem por eles; questionem a

realidade dada, compreendendo-a como uma construção histórica e social possível de ser alterada e não como algo fixo e imutável. Com base em seus objetivos, a educação, para a PHC, tem a prática social como ponto de partida e ponto de chegada, atuando como mediadora no seu interior (SAVIANI, 2021).

Neste contexto, para o patrimônio ser preservado, valorizado, usufruído e constantemente recriado não basta que seja reconhecido por mecanismos oficiais ele precisa ser reconhecido pela população, precisa ser pensado como ação, como prática social e a educação pode ser uma mediadora potencial no interior desse processo.

A concepção de educação vinculada ao patrimônio é facilmente identificada nos documentos e publicações do IPHAN, para o qual é compreendida como “...os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação” (IPHAN, 2014, p. 19).

Para a UNESCO, no entanto, embora mencionada na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, a concepção de educação não se apresenta de forma tão explícita, exigindo um desvelamento a partir de suas documentações, publicações e compreensão de seus representantes.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

GOHN, M. da G. Cidadania e direitos culturais. **Katalysis**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005. Florianópolis-SC, p. 15-23.

HEINICH, N. A fabricação do patrimônio cultural. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, Florianópolis, n. 32, p. 175-186, 2018.

IPHAN. **Educação patrimonial: históricos, conceitos e processos**. 2014. Brasília/DF.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997. El patrimonio como construcción social.

SAVIANI, D. Introdução: caracterização geral da Pedagogia Histórico-Crítica como teoria pedagógica. HISTEDBR. Pedagogia Histórico-Crítica e prática transformadora. 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2021. Ed. Autores Associados. eBook Kindle, PDF.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London, New York: Routledge, 2006. (Tradução de Diego Finder Machado).

SOSSAI, F. C. “A fabricação do patrimônio cultural”: experiências, emoções e *affordances* patrimoniais. In: LAMAS, N. de C.; JAHN, A. R. M. (Orgs). **Arte e patrimônio: perspectivas e diálogos com Nathalie Heinich**. Joinville, SC: Editora Univille, 2022.

DOCES SABERES: DESAFIOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES DOCEIRAS DE MORRO REDONDO (RS)³⁰

Giane Trovo Belmonte³¹

Luciana de Castro Neves Costa³²

Introdução

De uma vinculação ao entendimento de herança paterna à representatividade de múltiplas escalas identitárias (do valor nacional à humanidade, do monumento isolado aos conjuntos urbanos, do material ao imaterial), muitas foram as transformações na noção de patrimônio cultural e, ato contínuo, nas formas de compreendê-lo, caracterizá-lo e preservá-lo. Dentre estas transformações, figura o enquadramento de expressões culturais vinculadas ao cotidiano, concretizadas na figura do patrimônio imaterial ou intangível. Esta nova categoria viria a trazer importantes contribuições no reconhecimento da cultura brasileira expressa a partir do patrimônio cultural, com a vocalização de sujeitos e de práticas que, pelas limitações do instrumento do tombamento na manutenção de manifestações culturais dinâmicas, não eram contempladas nas narrativas patrimoniais. Passa-se, a partir de então, a reconhecer saberes, celebrações e formas de expressão que, por suas características essencialmente intangíveis (no que se refere ao valor atribuído), não poderiam ser preservadas pelo instrumento então vigente. Assim, a partir do ano 2000, uma série de referentes culturais estreitamente vinculados ao cotidiano viria a integrar o patrimônio cultural brasileiro, dentre as quais aqueles ligados às práticas alimentares.

Para além de uma necessidade biológica, o ato alimentar articula uma série de valores, de natureza histórica, ecológica, econômica, memorial, identitária e afetiva, vindo, assim, a figurar como um importante bem patrimonial, no qual o cerne da atribuição de valor patrimonial reside nos saberes e práticas associadas à alimentação, em um caráter histórico e simbólico, e não propriamente no alimento em si.

Dentre os bens registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ligados à alimentação, estão as tradições doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas (Capão do Leão, Arroio do Padre, Turuçu e Morro Redondo), no Rio Grande do Sul. Pelotas teve uma importante parte de sua história - e de seu patrimônio reconhecido, seja no acervo arquitetônico tombado, seja no registro das tradições doceiras - na articulação entre o sal e o açúcar, entre a economia mobilizada pela produção de charque - carne bovina salgada e desidratada - e as tradições doceiras desenvolvidas, *a priori*, em caráter doméstico e, posteriormente, em caráter público, como fonte de renda das famílias. Para fins de inventário e registro, as tradições doceiras foram definidas em duas linhas ou tipos, que, por sua vez, estão estreitamente relacionadas com as configurações geográficas do território que compunha a antiga Pelotas: os doces finos, ou doces de bandeja, relacionados com a atividade charqueadora na planície; e os doces coloniais, relacionados com as atividades agrícolas desenvolvidas pelos imigrantes que se

30 Este artigo integra uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para sua realização.

31 Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), Bacharel em Pedagogia (UFPel) e Ciências Domésticas (UFPel). E-mail: <gicabelmonte@gmail.com>.

32 Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), Mestre em Turismo (UCS), e Bacharel em Turismo (UFPel). Atualmente desenvolve estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel). E-mail: <lux.castroneves@gmail.com>.

instalaram na Serra dos Tapes.

Das cidades classificadas no dossiê como Antiga Pelotas, Morro Redondo teve destaque por apresentar intensa participação e interatividade da comunidade com o poder público em atividades de valorização das memórias culturais e por desenvolver projetos educacionais que valorizam a cultura e história local. No entanto, o município apresenta baixa densidade populacional que, relacionada ao envelhecimento de seus moradores, preocupa o futuro da tradição doceira da cidade.

Neste sentido, o presente estudo visa discutir os desafios de patrimonialização de saberes ligados às práticas alimentares, a partir do estudo das tradições docerias de Morro Redondo. Baseia-se na pesquisa de mestrado, em andamento, intitulada “Tesouro humano vivo: os guardiões do saber-fazer da tradição doceira de Morro Redondo/RS” (BELMONTE, 2022, no prelo), que tem realizado levantamento bibliográfico e documental e entrevistas junto às famílias docerias residentes na zona rural e urbana da cidade de Morro Redondo. Soma-se a estas famílias entrevistas junto aos gestores públicos, às instituições e grupos da comunidade envolvidos com ações ligadas à tradição.

Referentes alimentares como patrimônio cultural

Nas políticas patrimoniais conduzidas pelo IPHAN, em suas primeiras décadas, o reconhecimento de referentes culturais vinculados à alimentação esteve restrito ao tombamento de edificações, como os engenhos, e o valor atribuído aos mesmos detinha-se em sua importância histórica, ou em sua caracterização arquitetônica. Tal fato está refletido em alguns tombamentos, já na década de 1940, como o “Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela Nossa Senhora da Piedade”, tombado em 1943 como conjunto rural, em Candeias (BA) (COSTA, SERRES, 2020).

Perdia-se, nesta leitura, alguns elementos centrais para a abordagem das práticas alimentares como expressão cultural, quais sejam: sua relação direta com as comunidades, como elemento identitário e afetivo; sua dinâmica de transmissão e reprodução (mutável, dentro de determinados marcos estáveis de produção); e sua vinculação ao cotidiano, às manifestações vivas, não monumentais, do âmbito tanto público, quanto privado, que se relacionam, por sua vez, a uma série de características do ambiente.

Para Álvarez (2001, p. 11, tradução nossa), a alimentação humana constitui-se em um ato social e cultural onde “a eleição e consumo de alimentos põem em jogo um conjunto de fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social, e econômica, ligados a uma rede de representações, simbolismos e rituais”. Por este motivo, podemos afirmar que as práticas alimentares, ao concentrarem esta rede de dimensões articuladas, constituem uma importante forma de informação de determinadas coletividades, vindo a ser, igualmente, uma forma de representá-las na narrativa patrimonial.

Uma série de fatores, tanto internos ao IPHAN – como as discussões centradas em torno da noção de “referência cultural” – quanto externos, porém relacionados – como a Constituição Federal de 1988, que passou a contemplar o patrimônio cultural brasileiro ligado às expressões da memória, à identidade e à formação da sociedade brasileira – viriam a culminar, em 2000, na institucionalização da categoria de patrimônio imaterial na política de preservação patrimonial brasileira. Dentro deste contexto, cria-se o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2000).

Atualmente, existem cerca de 43 bens registrados como patrimônio imaterial brasileiro, em escala federal. No que se refere à referentes alimentares, constam cerca de 08 bens registrados, que envolvem desde práticas e técnicas de cultivos agrícolas (e as manifestações culturais associadas no que se refere

a moradia, festividades e conhecimentos tradicionais associados), como os sistemas agrícolas do Rio Negro (AM), e do Vale do Ribeira (SP); aos saberes relacionados confecção de artefatos e suportes materiais para comidas territorialmente referenciadas, como o ofício das panelas de Goiabeiras (ES) e o modo de fazer cuias do Baixo Amazonas (PA); aos significados, valores e simbolismos atribuídos aos modos de elaboração de determinadas comidas, como o ofício das baianas de acarajé (BA), o modo de fazer queijo Minas (MG), as práticas associadas à cajuína (PI), e as tradições docerias de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Turucu e Morro Redondo).

Cabe destacar que ao que está no cerne das práticas de preservação do patrimônio imaterial, e, especificamente, dos saberes e práticas alimentares, é a questão da transmissão, transmissão esta que se dá de maneira muitas vezes oral, informal, no âmbito doméstico e familiar, por meio de um conhecimento adquirido pelo gesto, e pelos múltiplos sentidos envolvidos. Neste processo de transmissão, o protagonismo dos sujeitos detentores destes saberes exerce uma função primordial na caracterização e manutenção deste patrimônio, e demonstra um dos grandes desafios de preservação do patrimônio alimentar.

Buscando problematizar e compreender os desafios de patrimonialização de referentes culturais alimentares, nos deteremos a seguir no estudo de caso das tradições registradas, a partir de análise no município de Morro Redondo.

Doces saberes: o caso das tradições docerias de morro redondo (rs)

O recorte territorial corresponde a um dos municípios da Antiga Pelotas, situada na região da Serra do Tapes e faz limite com as cidades de Pelotas, Capão do Leão, Cerrito e Canguçu, sendo reconhecida e identificada no INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) como aquela que concentra grande parte das famílias docerias (FREIRE, 2018, p. 39). A 35 km de Pelotas, município do qual se emancipou em 12 de maio de 1988, Morro Redondo encontra-se a 200 metros do nível do mar e preserva áreas de bosques nativos, proporcionando aos admiradores da natureza momentos impar promovidos pela natureza através de largos e extensos vales e diferentes espécies exóticas da fauna brasileira.

Segundo o Plano de Educação as etnias que se destacam entre a população são, em sua maioria, descendentes de alemães, portuguesas, italianos e negros. Divide-se em zona urbana, com uma população em torno de 2.648 habitantes que representa 35,86%, e, zona rural com cerca de 3.583 pessoas, ou seja 64,14% da população que se divide em 15 localidades (colônias) (MORRO REDONDO, 2015).

A tradição do doce colonial da antiga Pelotas é um bem cultural reconhecido, inscrito no Livro de Registro dos Saberes³³, e desempenha um papel importante na composição da comunidade e na sua identidade. Originadas por imigrantes europeus estabelecidos na Serra dos Tapes, as famílias dedicavam-se à horticultura, fruticultura e à produção de doces de tachos e compotas tanto para consumo próprio como para gerar algum provento com a venda dos produtos coloniais aos moradores das cidades mais próximas. A titulação encaminha a tradição para proteção desse bem através de diferentes ações, tendo como base a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial que visa seu cuidado e preservação.

As ações recomendadas no dossiê para salvaguarda das tradições docerias são provenientes de recorrências observadas nas trajetórias descritas durante a realização do processo de investigação, que se utilizou de um levantamento bibliográfico para catalogar as obras de referência dos doces, a

33 Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Mais informações, acesse: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>

identificação realizada através de entrevistas proporcionando a compreensão da dinâmica da tradição, as transformações e modificações dos saberes e a documentação, etapa onde foram organizados os registros obtidos durante todo o processo (FREIRE, 2018).

Como estratégia para fomentar a salvaguarda do reconhecimento desse patrimônio imaterial e promover o crescimento econômico, desenvolvimento e a criação de novos empregos, a comunidade de Morro Redondo com apoio da Prefeitura Municipal, da Associação Amigos da Cultura, da ATMORE (Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo) e do Roteiro Morro de Amores, tem realizado várias ações voltadas à promoção e divulgação deste bem.

Algumas iniciativas têm movimentado o município elevando a taxa de turistas e empreendedores do setor de hospedagem. O roteiro turístico receptivo, Morro de Amores é uma destas ações. Oferece percurso pelas colônias onde é possível desfrutar de lindas paisagens, saborosa gastronomia e a experiência de mexer o tacho para o preparo do doce e ainda levar sua dose de tradição para casa. O museu histórico, idealizado e com acervos doados por moradores, além de visitas guiadas, sedia projetos em parceria com as escolas, como o “Café com memória”, momento em que os alunos ouvem as histórias contadas por gerações mais velhas.

Outra ação é o SAF Doceiro (Sistema Agroflorestal) idealizado pela EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em parceria com a UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) e outras entidades e desenvolvido a partir de elementos das narrativas dos agricultores que participam do projeto. O SAF tem a intenção de contemplar, entre outras cultivares em sistema integrado, plantas frutíferas e elementos que envolvem a fabricação do doce, como as fibras dos cestos e até mesmo a cana de açúcar (SISTEMAS, 2019).

As festas anuais são o auge da promoção e divulgação das tradições da cidade. Em todas elas as músicas típicas, o artesanato, a gastronomia e o doce colonial tem destaque garantido. O calendário, local e a organização estão bem definidos. Alguns destes eventos são de responsabilidade financeira do município, outros da ATMORE.

As de responsabilidade da associação são a Feira do artesanato, com foco no artesanato, realizada no mês de abril. Em julho a Festa do doce colonial, com atração principal o doce colonial e industrial, e suas tradições. No mês de outubro a festa Cores, Flores e Sabores, com apelo no resgate das brincadeiras e alimentos que lembram a infância. Ficam a cargo da prefeitura, através da secretaria de educação e cultura, organizar as Festa do município que acontece em maio, mês de sua emancipação, a festa do pêssego, no mês de junho e de Natal, em dezembro. Todos estes eventos são realizados ao ar livre, na praça principal da cidade ou junto ao centro de eventos.

Os movimentos citados acima, que envolvem o resgate das memórias culturais, participação e interatividade da comunidade e do poder público no processo da valorização das memórias e da história do município, somadas ao histórico de cooperação com a academia, o preocupante índice de baixa densidade populacional e envelhecimento da população, são os mesmos elementos elencados no dossiê das tradições docesiras. Esses fatores estão diretamente ligados à transmissão do saber-fazer da tradição e foram motivos para a cidade sediar, através da Universidade Federal de Pelotas/RS, o projeto GIPC³⁴ (Grupo de pesquisa, ensino e extensão interdisciplinar e interinstitucional) que implantou o Polo Morro Redondo da Cátedra Unesco-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território do Instituto Politécnico de Tomar.

34 GIPC Gestão Integrada do Patrimônio Cultural. Mais informações acesse: <<https://wp.ufpel.edu.br/gipc-morroredondo/>>

O GIPC tem articulado ações, através de projetos de pesquisa, ensino e educação em parceria com as universidades, instituições envolvidas com a patrimonialização, representatividades da gestão pública e da comunidade. Uma das preocupações deste projeto é a preservação das tradições doceiras, ou seja, a salvaguarda daquele que detém o conhecimento.

A indicação dos saberes compartilhados entre grupos de pessoas, a transmissão do saber-fazer pela experiência acumulada durante os anos e a relação com a memória identitária e familiar que são essencialmente propagadas por meio da educação formal e não formal, é uma das diretrizes previstas pela UNESCO (IPHAN, 2017). Como protagonista, os detentores da tradição, também chamado de Tesouro Humano Vivo (THV), tem a função de assegurar que os saberes continuem sendo desenvolvidos e compartilhados através das gerações mais jovens, dando continuidade da prática e dos valores simbólicos a eles associados ao longo do tempo, mantendo o sentimento de identidade e continuidade dessa tradição.

Morro Redondo é um município que se preocupa com o êxodo rural, principalmente quando o assunto é a continuidade das atividades agrícolas pelas gerações mais novas que migram do interior por motivos como a imagem negativa da atividade agrícola, processos sucessórios, falta de oportunidades e continuidade dos estudos.

Uma das estratégias adotadas é a facilitação do acesso à educação formal e profissionalizante de jovens e adultos. Muitas delas voltadas à agricultura familiar. Porém a baixa natalidade e o envelhecimento da população são fatores que sobressaem quando o assunto é, entre outros, a continuidade da tradição. Esta preocupação se ratifica durante as visitas de campo. É recorrente as narrativas das famílias que, desmotivadas e sem perspectivas, incentivam as gerações mais novas a saírem da zona rural. Argumentam que o cultivo de alimentos, a produção do doce colonial, a agroindústria, já não se sustentam. Muitos entrevistados, já aposentados, debilitados fisicamente, desmotivados com tantas exigências sanitárias, fiscalizações, falta de incentivo financeiro, orientam seus filhos a buscarem um futuro melhor na cidade, através de curso técnico e trabalho assalariado.

Alguns produtores de doces coloniais evitam receber visitas de pesquisadores, turistas ou falar desta prática. Inclusive, alguns doces divulgados no roteiro turístico da cidade são difíceis de encontrar, visto que não há identificação de como chegar até as propriedades ou agroindústria familiar. Essa atitude justifica-se pela falta de perspectivas, medo da fiscalização, imposições sanitárias de mudanças na estrutura física do espaço, nos métodos de secagem, na troca de utensílios (tacho de cobre por inox e pá de madeira por polietileno) que se tornam inviáveis, quer seja pelo custo, quer seja pela descaracterização do sabor ou da cor do doce.

A pesquisa (que encontra-se em desenvolvimento), através do contato *in loco*, tem o objetivo de identificar o contexto ambiental das famílias, a posição de cada membro dentro do processo de produção do doce, suas características. As impressões a respeito da tradição e por parte dos detentores deste saber-fazer, das instituições e gestores públicos, da comunidade, suas perspectivas, facilidades e impedimentos que norteiam o objeto de estudo, estão em processo de coleta e análise de dados. Portanto muitos fatores referentes a patrimonialização deste saber serão elencados e passíveis de discussão em novos textos.

Considerações finais

Movimentos centrados no patrimônio muitas vezes determinam o lugar da família como um elemento de referência e de convergência mesmo quando seus membros não vivem todos no mesmo

local. Essas famílias e suas ações culturais também são depositárias de uma cultura a qual sua reprodução é necessária para firmar seus costumes, tradições, suas origens e também a dinâmica econômica e social no meio rural produzindo um sentimento de pertencimento com este espaço de vida familiar.

A tradição não é estática, portanto, é percebida como dinâmica e, além disso, age como articuladora de atores e grupos sociais. Está ligada à memória e possui guardiões que combinam costumes moral e emocional. O saber, quando tradicional, possui um status de integridade e continuidade, resistindo às mudanças da sociedade, desde que tenha continuidade, por isto a importância do jovem neste processo de transmissão e de ações que visem não só a promoção e divulgação, mas o processo de continuidade, transferência, propagação do saber.

Salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial de Morro Redondo é a maneira de combater o desaparecimento e a destruição do patrimônio intangível, decorrentes de processos como o êxodo rural, o envelhecimento da população e a baixa densidade populacional. A tradição do doce colonial está associada aos saberes, às práticas, ao modo de fazer das pessoas. Dessa forma, é essencial um olhar cuidadoso sobre aqueles que detêm esses conhecimentos.

Referências

ÁLVAREZ, M. La cocina como patrimônio (in) tangible. **Jornadas del patrimonio gastronómico**. Buenos Aires, 2001. p. 11-25.

BELMONTE, G. T. Tesouro Humano Vivo: os guardiões do saber fazer da tradição doceira de Morro Redondo/RS. **Qualificação**. Programa de pós-graduação em memória social e patrimônio cultural. Pelotas. UFPel, 2022. No prelo.

COSTA, L. de C. Neves.; SERRES, J. C. P. A patrimonialização de referentes culturais alimentares no Brasil. **Revista Confluências Culturais**.v. 09, nº 02, 2020. p. 135-146. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/97/80>> Acesso em: 21 jan. 2021.

FONSECA, M. C. L. da. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FREIRE, B. M.; Et al. (coord). **Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas** (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS. Brasília: Iphan, 2018.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Brasília: IPHAN, 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf> Acesso em: 07 mai. 2020.

IPHAN - **Salvaguarda de bens registrados patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2017. Cartilha para saber mais vol. 2. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha2salvaguarda_bensculturaisregistrados_web.pdf> Acesso em: 18 out. 2022.

IPHAN. **Bens imateriais registrados e área de abrangência**. Brasília: IPHAN, 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606/>> Acesso em: 25 set. 2022.

MORRO REDONDO. **Plano municipal de educação**. MR 2015/2025. Disponível em: <https://www.camaramorroredondo.com.br/projetos/2015/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2021

Sistemas Agroflorestais e criação do SAF Doceiro Demonstrativo são discutidas em Morro Redondo. **Jornal Tradição Regional**, Pelotas, 14 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/geral/sistemas-agroflorestais-e-criacao-do-saf-doceiro-demonstrativo-sao-discutidas-em-morro-redondo-2/>>. Acesso em: 18 out. 2022.

A MULHER E A LITERATURA: REFLEXOS SOCIAIS, AVANÇOS E RUPTURAS

*Marília Garcia Boldorini*³⁵

*Roberta Barros Meira*³⁶

Introdução

Ao longo da história, a literatura sempre foi predominantemente masculina, muito em função de as mulheres, de maneira especial as de famílias mais pobres, não terem acesso à educação. Não sabendo nem ler nem escrever, cabiam às mulheres de famílias mais abastadas basicamente as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, enquanto as mulheres de classes sociais inferiores ajudavam na sobrevivência das famílias e na provisão do lar, não tendo tempo para a educação formal. De qualquer forma, acessar os bancos escolares era uma realidade distante. As mulheres tiveram, porém, papel crucial na difusão de valores religiosos e, na mesma corrente, culturais, perpetuados pela Igreja, um dos poucos lugares constantemente frequentados por elas.

Pertencentes a uma narrativa literária e historiográfica que reforçou uma visão marcada por estereótipos, as figuras femininas constituíram um contar que trazia forte percepção de imobilidade, sacrifício, religiosidade extrema, submissão sexual, reclusão, ou a imagem recorrente de uma mulher mestiça lasciva. Nesses escritos científicos, religiosos ou literários, o papel de mãe era comumente contraposto à imagem das mulheres que destoavam do modelo ideal, ou seja, adúlteras, prostitutas e feiticeiras.

Nas últimas décadas, a historiografia vem buscando uma história das mulheres que não é homogênea ou pacífica, mas que carrega no seu bojo conflitos e resistências. Nesse sentido, buscou-se ressignificar as fontes primárias tradicionais e os romances pelos espaços pouco estudados ou “sombreados” (HARDMAN, 1988) da imbricada atuação de identificação e resistência aos ditames de uma sociedade com bases patriarcais. Essa investigação, como diz Mary Del Priore (1994, p. 59), faz emergir sujeitos históricos que, ao fugir dos enquadramentos “entre Maria e Eva”, permitem que se chegue hoje a uma complexidade de vidas possíveis que enriquecem uma história do Brasil ao abarcar uma leitura complexa dos mundos femininos.

O aumento do número de textos atuais que quebram o silenciamento ou trazem as mulheres como sujeitos da história permite constatar novas demandas e investigações, muitas vezes em íntima relação com um passado de invisibilidade na literatura, em discursos nas esferas políticas e acadêmicas, nos livros escolares, nos jornais etc. Embora faça sentido dizer que a literatura e a história contam com uma quantidade expressiva de imagens e discursos sobre as mulheres registradas ou escritas por homens, podemos imaginar que grande parte desses registros traz as maneiras que o ciclo de vida das mulheres foi observado e ressignificado pelos homens.

Nesse caso, como bem coloca Michelle Perrot (2007, p. 31), para “ouvir suas vozes – as palavras das mulheres, é preciso abrir não somente os livros que falam delas, os romances que contam sobre elas

35 Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille) – Joinville (SC), Brasil. E-mail: <mariliaboldorini@gmail.com>.

36 Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: <rbmeira@gmail.com>.

[...], mas também aqueles que elas escreveram”. Como guardiãs de suas próprias memórias, os casos de escritos de mulheres são narrativas instigantes que permitem reescrever e desafiar o *status quo* da literatura e da história. Tais obras demonstram a possibilidade de se avançar em um cenário no qual a falta de equilíbrio de gênero segue sendo uma questão ainda hoje, tanto no que se refere à autoria quanto a personagens.

Ainda hoje se veem questões como desigualdade racial e de gênero no mercado editorial e nos demais âmbitos sociais. Por isso, são surpreendentes os feitos da escritora Lygia Fagundes Telles na literatura e também em torno de todo o contexto sociopolítico e cultural da época em que viveu, sobretudo em prol da equidade de gênero. Paulistana, mulher e do começo do século XX, nascida em 1918, ela desafiou as convenções sociais e apostou na escrita, revelando condições de submissão e conformidade no que tange à geração de mulheres com que conviveu e da qual fazia parte. Todos os seus livros dão voz a personagens femininas fortes e discutem a realidade moldada pela ótica do sistema patriarcal, numa corrente de certa maneira contrária ao que a literatura brasileira em geral explora.

Entre as suas várias obras, todas voltadas para a temática de gênero, indicando uma literatura engajada, *As meninas*, publicado em 1973, foi o livro escolhido para ser discutido neste artigo. Trata-se de um romance que discorre sobre as experiências vividas e a busca de identidade de três jovens universitárias. Num curto espaço de tempo de uma greve acadêmica, elas deparam com os dilemas e as preocupações de se enquadrar em uma sociedade claramente repressora e engessada, sobretudo no que se refere às mulheres.

Lygia fagundes telles e a representatividade feminina

É impossível abordar o tema literatura feminina sem mencionar o quanto as mulheres ficaram culturalmente à margem em razão do sistema patriarcal, modelo social que ainda hoje prevalece em todo o mundo. Considera-se relevante apontar que a dificuldade de se fazer uma história das mulheres perpassa por um modelo de exclusão. As estatísticas e os documentos oficiais trazem dados na sua grande maioria assexuados, e os espaços e as práticas femininos são constantemente pensados como sem importância. Isso nos indica, porém, o quão significativo é um novo olhar menos petrificado sobre fontes que podem deslindar os espaços de poder patriarcais e os movimentos de resistência.

Duarte (2003) traça um panorama da literatura no Brasil pelo viés feminista e explica que no início do século XIX as mulheres ainda viviam enclausuradas na rigidez cultural que impunha a elas a limitação doméstica. Deu-se somente em 1827 a abertura, por meio de legislação específica, de escolas públicas femininas, as quais eram esparsas e voltadas aos ensinamentos da religião católica. Quando a família era mais abastada, contudo, havia a opção de escolas particulares, ou o ensino individualizado. De qualquer forma, essas instituições ocupavam-se apenas das prendas domésticas, a fim de preparar as mulheres a um próspero casamento. Assim, cabia às mulheres que tinham a oportunidade de aprender a ler e a escrever tentar mudar um pouco o rumo das coisas, assumindo um protagonismo ainda inédito na sociedade brasileira.

Enfrentando preconceitos, olhares tortos e desconfianças, tais mulheres avançavam na literatura e já no começo do século XX fundaram jornais e revistas claramente feministas, a fim de discutir os direitos femininos, os quais funcionaram como mola propulsora para a expansão da condição social feminina, por meio de uma rede de apoio mútuo, configurando-se como ferramenta indispensável para a conscientização e emancipação femininas (DUARTE, 2003). Resistências ainda existiam, mas tratou-se

de um importante passo para o que viria a seguir.

Sendo filha desse período e discutindo em seus livros questões pertinentes ao universo feminino, como a liberdade e a necessidade de a mulher ter o direito de decidir sobre o seu futuro, tem-se no cenário literário uma figura emblemática: Lygia Fagundes Telles. Nascida em 1918 na capital São Paulo, a autora começou a escrever muito cedo, incentivada por nomes conhecidos do cenário literário (TELLES, 2009).

No posfácio da edição de 2009 de *As meninas*, Cristóvão Tezza (2009) explica que o livro de Lygia *As meninas*, sobre o qual este artigo discorre, veio em uma época conturbada para o Brasil. Por conta do golpe de Estado de 1964³⁷ e da emissão do Ato Institucional n.º 5 (AI-5)³⁸, o país sofria forte repressão, além de grande pressão social e moral, afastando-se mais e mais da liberdade, sobressaindo, em contrapartida, o abuso de poder das autoridades. Nesse contexto, valores individuais burgueses infiltravam-se no mecanismo social.

As meninas passa-se em apenas dois dias, em meio à ditadura civil-militar e a uma greve da faculdade em que as meninas estudam, e é ambientado na cidade de São Paulo. Sabe-se, pelas indicações históricas apontadas na história, que o romance ocorre no ano de 1969, em função da referência indireta ao sequestro do embaixador Charles Elbrick³⁹, que resultou na liberação de 15 presos políticos brasileiros.

A história descreve as transformações pelas quais passam três jovens universitárias, de origens e classes sociais distintas, que se conhecem num pensionato de freiras católicas, onde vivem. São elas: Lorena Vaz Leme, intelectual de família paulista tradicional, abastada e proprietária de terras, que mantém um romance com um homem casado, mas permanece virgem – o que demonstra o valor da virgindade antes do casamento; Lia de Melo Schultz, chamada de Lião pelas amigas, filha de baiana com alemão e militante na luta contra a ditadura, gravitando em torno de um grupo de esquerda armada e que tenta libertar o namorado, preso político; e Ana Clara Conceição, que usa sua beleza para conseguir casar-se com o noivo burguês e, assim, ascender socialmente, porém envolve-se com drogas e tem como amante um traficante.

São contadas na obra três histórias diferentes, que se entrelaçam a todo o momento, embora cada personagem apareça bem desenvolvida individualmente na trama e tenha cada uma o seu desfecho. No decorrer da narrativa, são revelados variados aspectos de uma época político-social conturbada e contraditória:

E estamos morrendo. Dessa ou de outra maneira não estamos morrendo? Nunca o povo esteve tão longe de nós, não quer nem saber. E se souber ainda fica com raiva, o povo tem medo, ah! como o povo tem medo. A burguesia aí toda esplendorosa. Nunca os ricos foram tão ricos,

37 O processo intervencionista de 1964 colocaria fim ao governo constitucional de João Goulart, iniciando assim um período de governo militar que entrou pelos anos 1980. Interessa notar que os anos de 1860-70 seriam marcados por golpes de Estado militares em diversos países da América Latina, ou seja, dois terços da população latino-americana que vivia em Estados sob dominação castrense (BORGES, 2007).

38 Datado de 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n.º 5 fechou o Congresso Nacional, suspendeu “a concessão de *habeas corpus* e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitiu demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 441).

39 Como aclaram Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 441), essa seria a “mais espetacular ação executada pela esquerda revolucionária no Rio de Janeiro, em 1969, e surgiu na cabeça de dois jovens militantes – Franklin Martins e Cid Benjamin – da Dissidência Universitária da Guanabara, uma organização minúscula mas atrevida: o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, que só seria solto em troca da libertação de quinze presos políticos. Era um tipo de ação inesperada e de largo alcance: buscava a repercussão aberta, transformava a luta armada, a tortura e a existência de presos políticos no país em notícia internacional – fato que os militares negavam reiteradamente –, e desmoralizava a ditadura”.

podem fazer casas com as maçanetas de ouro, não só os talheres mas as maçanetas das portas. As torneiras dos banheiros. Tudo de puro ouro como o gângster grego ensinou na sua ilha. Intactos. Assistindo da janela e achando graça. Resta a massa dos delinquentes urbanos. Dos neuróticos urbanos. E a meia dúzia de intelectuais. Os simpáticos simpatizantes. Não sei explicar mas tenho mais nojo de intelectual do que de tira. Esse ao menos não usa máscara (TELLES, 2009, p. 19-20).

A estudante de Direito Lorena, por sua melhor condição financeira e vida mais estável, além de ter a mãe por perto, acaba servindo de ajuda econômica às amigas e como uma espécie de psicóloga, aconselhando-as e dando suporte a elas. Orbita, por essas características e por ser mais ou menos a líder do grupo, no protagonismo da obra, embora não seja possível afirmar com clareza se de fato há uma personagem central. Muito romântica, Lorena guarda-se para um médico mais velho e casado, Marcus Nemesius, ou M. N. Passa a história inteira esperando por um telefonema dele, que nunca chega. A narrativa deixa dúvidas sobre a posição dela diante do contexto em que as meninas estavam vivenciando, por causa de sua posição social. Ao mesmo tempo que apoiava as amigas nas lutas contra o sistema, mantinha-se presa a ele:

- Nome, por favor.
- Lorena Vaz Leme.
- Universitária?
- Universitária. Direito.
- Pertence a algum grupo político?
- Não.
- Por acaso faz parte de algum desses movimentos de libertação da mulher?
- Também não. Só penso na *minha* condição.
- Trata-se então de uma jovem alienada?
- Por favor, não me julgue, só me entreviste. Não sei mentir, estaria mentido se dissesse que me preocupo com as mulheres em geral, me preocupo só comigo, estou apaixonada. Ele é casado, velho, milhares de filhos. Completamente apaixonada.
- Uma pergunta indiscreta, posso? Você é virgem?
- Virgem. [...]
- Quer dizer que não são amantes. Será ousadia minha perguntar o motivo?
- Ele não quer. Nem me procura mais, faz um montão de dias que nem me telefona. [...] Piorou muito depois que entrou num cursilho.
- Entrou num cursilho? Se entrou é porque está a fim de salvar o casamento. Você não vai ter nem amante nem marido.
- Mas quem é que quer casar?
- Você. Quer casar sim senhora, não pensa noutro assunto, certo? (TELLES, 2009, p. 160-161, grifo do original).

Já Lia estuda Ciências Sociais e é envolvida no movimento político universitário que luta contra a ditadura. Tem um namorado preso político, que é enviado ao exílio na Argélia, país para o qual ela também vai, a fim de acompanhar o rapaz, mesmo precisando se desfazer de sua própria vida e família para isso. De fato, ela nem cogita a possibilidade de não fugir com ele, já que entende que sua postura mais correta é acompanhá-lo, independentemente de suas condições ou desejos.

Ana Clara, por sua vez, é estudante de Psicologia, mas trancou o curso. Sofreu maus-tratos no passado, quando vivia com a mãe em canteiros de obras. Ao longo da narrativa, sonha com um noivo rico e conservador, que lhe proporcionaria uma vida entendida como normal, no entanto a jovem envolve-se

com um traficante de drogas, do qual vira amante: “Mas com o noivo é tudo platônico, grávida do Max, o outro. Tem que fazer depressa o aborto e depois a plástica [himenoplastia] na zona sul” (TELLES, 2009, p. 166). Em razão de seu vício em drogas, acaba sofrendo overdose ao final do livro.

Constata-se ao longo da história que o destino é sempre uma escolha individual, não importam as circunstâncias, porém o caminho de todas as personagens perpassa necessariamente pela esfera masculina. Logo, é sempre o homem, mesmo em sua ausência, que define o futuro das meninas. Assim, por mais que as meninas tenham consciência das amarras sociais, acabam não conseguindo se desvencilhar delas, fracassando nas tentativas de libertação das imposições sociais. Lia e Lorena, por exemplo, fogem da responsabilidade concreta de encarar suas próprias vidas, depositando em mãos alheias seu futuro, presas ainda no império da convenção e das aparências sociais. A própria Lorena dá-se conta disso:

Sugere a máscara e tenho horror de máscara. Queria apenas ser verdadeira. Honesta. “O mundo do burguês é o mundo das aparências”, Lião repetiu não sei quantas vezes. Eu e M. N. pertencemos à burguesia, logo, estamos condenados a esse mundo. Mas estamos mesmo? Queria ser mas vou estar na engrenagem do faz de conta” (TELLES, 2009, p. 195).

Enquanto isso, Ana Clara é a única que não se encaixa em nada e que de fato se entrega aos prazeres do sexo e das drogas, situação da qual é uma vítima simbólica, num presságio moralizante, ao vir a falecer por conta de uma overdose:

A senhora me desculpe, Madre Alix, mas Ana é o produto desta nossa bela sociedade, tem milhares de Anas por aí, algumas aguentando a curtição. Outras se despedaçando. As intenções de socorro e etcetera são as melhores do mundo, não é o inferno que está exorbitando de boas intenções, é esta cidade (TELLES, 2009, p. 146).

Tezza (2009) relembra que Lygia Fagundes Telles dizia que a função do escritor é ser testemunha do seu tempo e da sociedade. Talvez por esse motivo as conversas e os pensamentos que aparecem ao longo do livro entre as meninas reproduzam os costumes e assuntos da década de 1970, como a liberação sexual da mulher, a radicalização política, as experiências com alucinógenos e a luta em defesa da liberdade – conflitos do período da ditadura civil-militar por parte de uma juventude que queria se soltar das amarras sociais, mas que ainda precisava manter-se de alguma forma presa a elas, nem que fosse para agradar à família: “Sou capaz de mandar de lá uma foto com vestido de noiva pra efeito familiar, obrigo Miguel a posar de noivo, ô! o sucesso da foto no porta-retrato de prata da sala de visitas” (TELLES, 2009, p. 141).

Ter mulheres atuando na literatura faz-se de extrema importância, principalmente em uma sociedade que, embora já não tão reprimida como outrora, ainda preserva ares de conservadorismo e é baseada no patriarcalismo, sobretudo nas regiões mais interioranas do país. Há vários autores homens que discutem a função social da mulher e dão voz a ela, e fazem isso muito bem, mas ninguém melhor do que a própria mulher para discutir as mazelas por que passa ao longo de sua trajetória de vida. Como bem diz Lygia Fagundes Telles (2009, p. 298) sobre o seu ofício de escritora, “uns lutam com o cimento armado. Com as leis. Outros, com os bisturis. Com as máquinas – tantas e tão variadas lutas. Eu luto com a palavra. É bom? É ruim? Não interessa, é minha vocação”.

Considerações finais

Constata-se ainda hoje no mercado editorial e, por conseguinte, nas livrarias a grande quantidade de livros escritos por homens, ficando menos evidente ao grande público a literatura escrita pelas chamadas

minorias. Destaca-se entre essas minorias a literatura feita por mulheres, as quais tradicionalmente sempre estiveram atrás dos homens no que se refere a oportunidades na esfera literária. Antigamente, era ainda mais difícil à mulher ingressar no mercado editorial, tendo em vista todas as questões culturais que a limitavam.

Apesar disso, no começo do século XX surgiu na literatura brasileira Lygia Fagundes Telles, trazendo nos seus livros protagonistas mulheres, mostrando a importância de se discutir assuntos que envolvem o universo feminino, como a postura das mulheres perante o contexto político-social, algo impensável até pouco tempo antes de seu aparecimento na literatura. Logo, essa escritora é referência para qualquer estudo que abranja literatura escrita por mulheres, tamanhos o pioneirismo e a ousadia, se assim se pode dizer, de escrever livros cujos temas giravam em torno da emancipação feminina numa época em que a mulher mal tinha acesso a determinados direitos. Pertencente a uma geração de intelectuais que lidaram com as mudanças que marcaram o século XX, Lygia Fagundes Telles inverteu a imagem de protagonistas da história comumente dada aos homens. Por outro lado, retratou de maneira crítica as angústias e os caminhos muitas vezes demarcados pelas especificidades de uma sociedade patriarcal que obstaculizava as alternativas que fugiam dos padrões impostos pela família tradicional.

O livro tratado neste artigo, *As meninas*, traça um painel das vivências de três jovens em busca de si mesmas, lutando em defesa da sua própria liberdade. A prosa fácil e sedutora deixar entrever, no entanto, a realidade das rodas cultas e mais abastadas da sociedade brasileira, mas que por vezes soava dissonante da realidade das mulheres da classe trabalhadora brasileira. Importante lembrar, portanto, que Lygia Fagundes Telles vinha de uma família tradicional e abastada do Sudeste brasileiro e, ao contrário da grande massa feminina a que foi contemporânea, recebeu educação privilegiada. Ela circulava em espaços de prestígio e tinha vínculos com intelectuais e pessoas influentes da época, que a ajudaram a alcançar o sucesso por meio da sua literatura. De qualquer maneira, é notório o mérito da autora em relação principalmente ao seu pioneirismo no que concerne à literatura engajada em prol das mulheres, tão subestimada ainda hoje, no século XXI.

Talvez não seja exagero dizer que Lygia Fagundes Telles em suas obras militava pela emancipação feminina. Com seus livros, chamou as mulheres do Brasil a conhecerem outros caminhos, além do casamento e da vida religiosa, a favor do empoderamento feminino, algo ainda muito almejado e que demanda batalhas para se alcançar em sua plenitude. A literatura da paulistana é considerada visionária, ao questionar paradigmas sob o viés da diversidade social e da perspectiva feminina, colocando personagens mulheres como protagonistas de suas obras e donas do seu próprio destino.

Assim, por todo o trabalho literário e pelas demonstrações de engajamento social da autora, é fundamental abordá-la no meio acadêmico e também em outras esferas, apesar de ser perceptível o sombreamento que Lygia Fagundes Telles sofre perante o grande público, que acaba prendendo-se aos cânones literários, clássicos da literatura escritos por homens, discutindo pontos que, em alguns casos, já foram exaustivamente tratados.

Referências

BORGES, N. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

HARDMAN, F. F. Visões errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino no século XIX. **Anuário Brasileiro de Ciências Sociais**, São Paulo, 1988.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TELLES, L. F. **As meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TEZZA, C. As meninas: os impasses da memória – posfácio. *In*: TELLES, L. F. **As meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 285-293.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FERROVIA EM MAFRA - SC

Grasiéle Aparecida da Costa Ferreira Peters⁴⁰

Ilanil Coelho⁴¹

Introdução

A ferrovia tem significância em Santa Catarina por tratar-se de um modal de transporte que fez/faz parte da construção social/econômica. Porém, o estudo fica restrito ao patrimônio ferroviário já institucionalizado, ainda que haja muitas regiões que contribuem para o itinerário patrimonial deste segmento, sem a devida proteção e/ou reconhecimento dos órgãos de proteção. Para exemplificar, citamos o município de Mafra, marcado pelo entroncamento ferroviário que liga as regiões sul e litorânea do Estado. Mesmo sem bens tombados, a população estabeleceu seus patrimônios ferroviários, repletos de simbolismo capazes de estabelecer conexões entre passado e presente nas mais distintas interpretações.

A história da ferrovia no Brasil foi relacionada por muitos anos à força de trabalho de homens que contribuíram na construção, manutenção e transporte nesse modal. Porém, a história esqueceu por muitos anos que as mulheres também foram protagonistas em cenários diversos. Para Silva (2013, p.49), “a história é contada sempre por vozes masculinas”. Não se tem muitos dados formais, porém, sabe-se, por narrativas de memória, que as mulheres sempre estiveram presentes. Ocorre que a presença feminina no mundo ferroviário é um tema quase que inexplorado.

Este texto é uma reflexão sobre as “Memórias Ferroviárias” de mulheres que direta/ou indiretamente fizeram parte da história da ferrovia na cidade de Mafra, não pela sua atuação profissional (não eram ferroviárias), mas pela relação familiar com os trabalhadores da extinta Rede Ferroviária Federal SA - RFFSA e/ou pela ferrovia em questão. Propomos a discussão sobre as conexões estabelecidas através das memórias de vida de Azenita Loth e Maria Juracy de Oliveira, duas mulheres, com idades e relações diferentes com o patrimônio ferroviário mafrense, com o intuito de (re)conhecer os espaços de memória ferroviária pelo olhar dessas mulheres.

O trabalho ferroviário

A ferrovia faz parte do cotidiano no povo mafrense desde o início do século XIX e remete a lembranças diversas, seja por questões laborais, familiares e ou paisagísticas. Cidade do interior do estado de Santa Catarina, é costumeiro encontrar algum morador que tenha tido relação direta ou indireta com a ferrovia. As memórias de Azenita Loth nos contam um pouco da trajetória ferroviária de seu pai, Sr Luiz Mendes de Souza, que por 49 anos dedicou-se a ferrovia, atuando como foguista e maquinista: “Lembro que eu e minha falecida mãe o acompanhamos em algumas viagens de trem. [...] Viajávamos para Morretes, Curitiba. Eu lembro que vínhamos na estação para trazer marmita e acenar para ele (LOTH, 2017)).

Sendo as viagens de trem costumeiras para a família de Azenita, a questionamos sobre como

40 UNIVILLE, Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade. E-mail: <grasihistoria@gmail.com>

41 UNIVILLE, Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <ilanicolho@gmail.com>

eram essas viagens. Segundo ela “Era muito legal, pessoas conhecidas, as famílias de outros ferroviários, nós brincávamos dentro do trem. Daí enquanto ele trabalhava, nós íamos conhecer os pontos turísticos da cidade (LOTH, 2017).

Independente de algumas lembranças serem únicas para quem está narrando, trata-se de memória coletiva, descrita por Halbwachs (2006, p.30): “Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”.

A senhora Maria Juracy de Oliveira, filha, irmã e esposa de ferroviário, também, nos conta como eram as viagens de trem.

Era a nossa condução de antigamente. Nós saíamos daqui [Mafra] 13h30 e as 18h00 nós estávamos em Corupá, era nossa maior alegria ir pra praia em São Francisco de trem. Levávamos uma sacola de farofa, quando chagávamos aqui na Estação de Mafra já íamos abrindo pra comer, muita coisa boa. Minhas irmãs — que também eram esposas de ferroviário — também iam, todos de trem (OLIVEIRA, 2017).

Nota-se em sua fala a ferrovia como vetor de sociabilidade familiar e não apenas como local de trabalho de familiares, tendo em vista que as famílias ferroviárias se encontravam em viagens e demais lazeres e eventos sociais.

Algumas atividades ferroviárias eram marcadas por atividades fora da cidade. Sendo assim, esposas, filhos e demais familiares conviviam com a ausência. Azenita, sendo filha de maquinista, nos conta que pelas viagens do pai a ausência em datas comemorativas era inevitável.

Eu lembro que ficava triste, chorava, e minha mãe dizia que ia comemorar meu aniversário quando ele voltasse. Ele sempre foi um pai muito carinhoso e muito presente. Eu estudei no colégio São José, e naquela época não tinha transporte escolar, então ele me levava todos os dias e quando estava chovendo eu ia de taxi (LOTH, 2017).

A senhora Maria nos conta que seu esposo Sr. Erasmo de Oliveira era guarda-fio na extinta RFFSA, e relata algumas atividades por ele desempenhadas: “Em Corupá ele era responsável pela fiação de Rio Vermelho até São Francisco, ele fazia o trecho de Corupá e Rio Vermelho muitas vezes a pé, cuidando da fiação. De Guaramirim também. Depois, quando veio para Mafra, ele cuidava dessa linha de Porto União a São Francisco” (OLIVEIRA, 2017).

Sociedade ferroviária: saudosismo do que e de quem não volta mais!

Os ferroviários eram conhecidos pela sua religiosidade. A senhora Maria conta como eram as tradicionais festas na igreja do Bom Jesus da coluna, na cidade vizinha de Rio Negro – PR.

A última novena sempre foi dos ferroviários, era a maior novena, tanto em dinheiro arrecadado, quanto em pessoas. Às vezes tinha mais gente [na novena] do que na procissão. Cada semana era de uma classe de trabalhadores: professores, militares, comerciários. A procissão saía da frente da estação de Mafra. Eram tantas pessoas que enchia a igreja, era uma festa muito grande. Os ferroviários ajudavam muito a igreja, era difícil quem não era devoto (OLIVEIRA, 2017).

O “ser ferroviário” era sinônimo de status em Mafra, já que até o final do século XX as melhores oportunidade de trabalho no centro urbano eram como trabalhador da ferrovia. Nas memórias de dona Maria, “teve um tempo que o único que pagava mais que a ferrovia era o exército. Ser mulher de ferroviário era o máximo, depois foi diminuindo”.

Nesta recordação nota-se que o status se estendia aos familiares do trabalhador, todos faziam parte de um grupo social estabelecido a partir das relações de trabalho.

Questionada sobre a situação atual do patrimônio ferroviário, Maria afirma:

Eu sinto muita falta do trem... eu acho um pecado, privatizaram a Rede e agora não há caminhão que chegue, mas acabaram. O meu velho chegou a chorar, quando, depois que se aposentou, ele ia fazer as caminhadas dele e via o mato na linha. O tempo do ferroviário foi bom, agora essa ALL acabou com tudo”.

Para Azenita “Deveria ser preservado. Por que são as memórias de muitas pessoas, além do meu pai, que trabalharam ali”.

Assim como fotos e músicas, o apito do trem também desencadeia gatilhos de memórias. Questionadas sobre o sentimento ao ouvir o apito do trem, Azenita responde “Saudade! Muitas saudades. Parece que naquela época eu era feliz e não sabia. Hoje quando eu escuto o apito do trem eu paro”

Imagem 1 - Azenita Loth e o quadro de seu pai Sr. Luiz Mendes de Souza



Fonte: Acervo Azenita Loth

Já, Maria, diz: “Lembro do meu pai, tio, primo. Meu primo gostava de fazer a máquina apitar. Meus cunhados também eram ferroviários, um, era maquinista e outro trabalhava na oficina”.

Imagem 2 - Maria Juracy de Oliveira e esposo Erasto de Oliveira



Fonte: Acervo Maria Juracy de Oliveira

Considerações finais

Procuramos evidenciar que, independentemente do grau de parentesco com o trabalhador ferroviário, as entrevistadas manifestaram sentimentos de saudosismo e de orgulho não apenas pelo trabalho desempenhado por seu familiar como também pelos lazeres e sociabilidades em torno da ferrovia. Pelas narrativas, os vestígios materiais podem ganhar novos valores patrimoniais. Desse modo, consideramos ser necessário que os órgãos de preservação desenvolvam, para além da valoração (instrumento específico de tombamento do patrimônio ferroviário brasileiro), projetos e programas que tornem vivo o patrimônio ferroviário.

Referências

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LOTH, A. Azenita Loth: depoimento. [ago. 2017]. Entrevistadora: Grasiéle Ap. C. F. Peters. Mafra, 8 ago. 2017.

OLIVEIRA, M. J. de. Maria Juracy de Oliveira: depoimento. [jun. 2017]. Entrevistadora: Grasiéle Ap. C. F. Peters. Mafra, 8 jun. 2017.

SILVA, J. F. da. **MULHERES POR TRÁS DOS TRILHOS: HISTÓRIA E ORALIDADE SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E POLÍTICA NAS FAMÍLIAS FERROVIÁRIAS DO RS**. 2013. 141 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

ARGENTINA, PARAGUAI E MERCOSUL: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SISTEMA CULTURAL DE LA YERBA MATE COMO DISCURSO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL REGIONAL (2012-2022)

Rayanne Matias Villarinho⁴²

Introdução

A Erva-Mate é uma árvore nativa da América meridional, mais especificamente da região oriental do Paraguai, nordeste da Argentina e sul do Brasil. A partir da infusão de suas folhas processadas, usadas como chá, são preparadas duas bebidas principais: chimarrão e tererê. Mate deriva do vocabulário quíchua “*mati*” significando cuia, porongo, deixando de designar o objeto onde se bebia para ser usada para designar a própria bebida.

As missões jesuíticas ocuparam grande parte do território de origem da erva-mate, e apesar de inicialmente terem proibido seu consumo devido a preconceito religiosos, posteriormente os jesuítas foram responsáveis pelo cultivo, aumento da produção assim como sua comercialização. No entanto, a erva-mate faz parte da cultura indígena em celebrações e rituais religiosos desde muito antes da colonização. Após descobrirem a erva e provarem o *caá-í* (água da erva, bebida do mate), os espanhóis apreciaram seu sabor e propriedades estimulantes incorporando o hábito de tomar mate. O mate se dinamizou por todo Paraguai, se estendeu às margens do Prata, conquistou Buenos Aires, os Andes e subiu à Potosí (LESSA, 1949, p. 365).

O consumo do *Kaà*, em guarani ou *Yerba Mate*, em castelhano, constitui-se como uma manifestação cultural que integra a história e a identidade cultural regional sul-americana, a partir dos processos históricos e referências culturais compartilhadas entre os países. Assim, o *Sistema Cultural de la Yerba Mate* (SCYM) contempla componentes materiais e imateriais, como modalidades de uso e formas de consumo; os traços de identidade cultural vinculados às práticas; a rodada do mate e do tererê; a produção tradicional e as técnicas de elaboração dos objetos associados ao uso e produção.

O SCYM é patrimônio cultural do Mercosul desde 2018, tratando-se do último bem incluído na lista de Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM) até o momento. Este reconhecimento ocorreu na XVII Reunião da CPC do Mercosul Cultural em outubro de 2018 em Montevideu, no Uruguai, aprovada a partir da candidatura do “*Yerba Mate - Kaà*” do Paraguai e “*Usos y espacios de la Yerba Mate en Argentina*” da Argentina.

Contudo, ao mobilizar conteúdos referentes ao Mercosul Cultural, percebe-se que apesar dos bens listados como patrimônios culturais no site oficial, ainda há a prevalência de um certo desconhecimento sobre o assunto, principalmente devido a dispersão de fontes e materiais. Os processos de patrimonialização obedecem a uma série de fatores e normas que os sustentam e legitimam. Nesse sentido, frente a uma contextualização histórico-política, o presente estudo busca analisar o processo de patrimonialização da Erva-Mate pelo Mercosul, investigando o campo do patrimônio cultural no bloco, focando nas instituições patrimoniais da Argentina e do Paraguai, por terem conduzido as mobilizações introdutórias para a declaração patrimonial da Erva-Mate. Foi a partir da história, ou das histórias construídas e ressignificadas, que se atingiu um novo status à *Ilex Paraguariensis* (erva-mate). Dessa

42 Graduada em Relações Internacionais e mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

forma, apoiado em discussões teórico-historiográficas como pilares para o aprofundamento da temática, busca-se averiguar de que maneira a memória e história fundamenta este processo de patrimonialização.

Mercosul cultural

O Mercosul constitui-se em uma das iniciativas de destaque da cooperação e integração regional sul-americana. Sob uma conjuntura de redemocratização e reaproximação dos países sul-americanos (principalmente a cooperação bilateral Argentina-Brasil) desde o final da década de 1980, o Mercosul é fundado em 26 de março de 1991, a partir da assinatura do Tratado de Assunção, que torna o processo de integração multilateral, incluindo Paraguai e Uruguai. A situação nesses países era de um período pós-ditadura militar, encontrando-se dessa forma em processo de transição democrática e enfrentamento de crises de dívidas externas e planos econômicos anteriores mal-sucedidos.

O Protocolo de Ouro Preto em 1994 concedeu personalidade jurídica internacional ao Mercosul e estabeleceu a organização interna do bloco. Em seu artigo 1º, declara a estrutura institucional: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar do Mercosul (CPC), substituída pelo Parlamento do Mercosul (Parlasul); Foro Consultivo Econômico-Social (FCES); e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM) (MERCOSUL, 1994, 2022). Apesar das motivações terem sido, em um primeiro momento, de natureza comercial, é importante ressaltar que a criação do Mercosul também se justifica por fatores socioculturais que remontam à colonização da América Latina, como o compartilhamento histórico-cultural dos povos latino-americanos.

No ano seguinte à sua criação, em março de 1992, aconteceu o I Encontro de Secretários de Cultura dos Estados Parte. Em agosto do mesmo ano, ocorreu a II Reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Ainda em 1992, foi criada a Reunião Especializada de Cultura (MERCOSUL/GMC/Res. nº 34/92) (VIEIRA, 2000, p. 92-94), porém o primeiro encontro só aconteceu três anos depois, quando foi substituída pela Reunião dos Ministros da Cultura (RMC), em 1995. Já em 1996, foi assinado o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul (MERCOSUL/CMC/Dec. nº 2/95) (FILHO, 2009, p. 30), que culminou posteriormente na formação do Mercosul Cultural, visto o interesse comum de aprofundar a integração no bloco a partir da cultura.

A estrutura do Mercosul Cultural se compõe pela Reunião de Ministros da Cultura (RMC) (e outras instâncias especializadas dos países mercosulinos) e que mantém a Comissão do Patrimônio Cultural (CPC), Comitê Coordenador Regional (CCR); Secretaria do Mercosul Cultural (SMC); Comissão de Diversidade Cultural (CDC); Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais (CECIC) e o Fórum do Sistema de Informação Cultural do Mercosul (SICSUR), conforme o Artigo 1º no anexo do documento da Estrutura Orgânica e Regulamento Interno do Mercosul Cultural (Decreto nº55/2012).

A questão do patrimônio cultural no mercosul

O patrimônio alcançou novas dimensões e significados se tornando um incentivo para que muitos estudos se debruçaram acerca desse universo. Em sua dimensão material seja enquanto objeto e/ou espaço, constitui-se como elemento importante dentro dos estudos históricos, porém não são somente os vestígios tangíveis que participam da História, como também expressões imateriais.

O conceito de patrimônio no processo de integração é mencionado na decisão nº55/2012 (HEIDEN, 2017, p. 59-63), sendo fundamental para constituir a nova categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul, apoiando-se nas recomendações da UNESCO, compreendendo:

Que o patrimônio cultural contribui para o reconhecimento e valorização da identidade cultural regional; que os bens culturais constituem elementos de compreensão de referências, princípios e valores presentes e compartilhados entre os países da região; que o reconhecimento de um bem cultural para além das fronteiras de um país constitui importante fator para a integração regional (MERCOSUL/CMC/Dec nº 55/12).

Esta proposta destaca e valoriza a cultura como elemento importante a partir do diálogo e aproximação dos países do Mercosul, que passam a cada vez mais usufruir de uma dimensão cultural compartilhada. Justifica-se, portanto, a marcação temporal da pesquisa da década 2012-2022 tendo em vista a criação desta categoria no Mercosul Cultural. Dessa perspectiva, direcionamos a análise para a questão do patrimônio cultural.

O termo patrimônio possui vários significados e usos, dependendo do contexto que está sob análise. Aqui, patrimônio se refere a um processo cultural que envolve atos de memória e recordação do passado de um grupo social com objetivo vital de gerar interação com o presente (SMITH, 2006, p. 44; LOWENTHAL, 1994, p. 43). Historicamente, até o Renascimento as ações direcionadas para preservação de patrimônio eram intimamente ligadas ao caráter aristocrático e também simbólico, no tocante à Igreja Católica, visando conservar seus bens garantindo a transmissão às futuras gerações (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 11). Embora o patrimônio como categoria de estatuto ideológico característico dos Estados Modernos, tendo como exemplo a França a partir da revolução de 1789 como marco histórico, isso não significa que o patrimônio se limite às sociedades modernas ocidentais. José Reginaldo Gonçalves (2007) defende a ideia do patrimônio como categoria de pensamento, como elemento vital para a vida social e mental de toda e qualquer coletividade humana, não se tratando de uma inovação dos tempos modernos. No entanto, se desencadeou uma mobilização pelo aparelho estatal em salvaguardar obras consideradas vitais para a nação, preservando e valorizando artefatos que carregam memórias e experiências de gerações passadas visando a construção de uma identidade nacional, ressaltando a necessidade de se preservar o patrimônio. Esse modelo francês, após predominar por toda Europa, chegou à América Latina na primeira metade do século XX.

Desde o processo de redemocratização nacional que culminou na Constituição Federal de 1988, a noção de patrimônio cultural foi ampliada, reconhecendo desta vez, os patrimônios materiais e imateriais. Tratando-se do âmbito institucional do Mercosul, foi apenas na segunda metade da década de 1990 que *cultura* e *patrimônio* passaram a ser objetos de discussão no bloco. Em 2012, como uma das decorrências do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul de 1996, se abordou a relação entre o conceito de patrimônio e o processo de integração (HEIDEN, 2017, p. 63), o que culminou na criação de uma categoria de “Patrimônio Cultural do Mercosul” dentro do bloco (Dec. nº55/12).

A importância dos aspectos culturais no âmbito do bloco mercosulino se fortaleceu na década de 2010 reforçando assim um discurso político-integrador, sendo através deste que se efetivou a criação da categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul. No entanto, analisando a apropriação desses bens culturais, em especial da Erva-Mate, ainda não aparentam consolidadas. Uma parcela significativa de pessoas não tem conhecimento que este bem é parte do patrimônio cultural regional do Mercosul, e nesse caso, não possuem um sentimento de identificação com o mesmo. Portanto, apesar de declarado regional, por determinação de esferas institucionais, o envolvimento das respectivas comunidades nacionais não se traduziu em uma verdadeira apropriação destes valores atribuídos pelas declarações do Mercosul.

Breve contextualização sobre a patrimonialização da erva-mate pelo mercosul

As mobilizações para a patrimonialização da Erva-Mate começaram em maio de 2015, na XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul, que aconteceu em Jaguarão no Rio Grande do Sul/Brasil. Nesse período, a última Presidência Pro Tempore do Mercosul havia sido da Argentina (PPTA) onde se incentivou ao Paraguai e a Argentina apresentarem avanços para a próxima PPT, desta vez do Paraguai (PPTP) (Ata nº 01/2015). No mesmo ano, em outubro, aconteceu a XII Reunião da CPC, desta vez em Assunção, no Paraguai, onde a CPC reconheceu os trabalhos realizados pela Argentina e Paraguai e propôs uma reunião técnica para analisar os dossiês de candidatura e definir critérios para que os países apresentem os documentos finais acompanhados de material audiovisual.

Em maio de 2016, em Colônia de Sacramento, no Uruguai, ocorreu a XIII Reunião da CPC, dessa vez com uma proposta de candidatura da Erva-Mate a patrimônio cultural do Mercosul sob Presidência Pro Tempore do Uruguai. Nessa reunião, a CPC aprovou a candidatura da Argentina e do Paraguai (Ata nº 01/2016). Em maio do ano seguinte, na XIV Reunião da CPC em Buenos Aires na Argentina, o Grupo de Trabalho da Erva-Mate, com as delegações, refletiu sobre a ampliação do alcance da erva-mate enquanto manifestação cultural, acordando-se com a CPC em utilizar o termo geral “*Sistema Cultural de la Yerba Mate*” (SCYM). Em novembro do mesmo ano, em Maceió no Estado de Alagoas/Brasil, na XV Reunião da CPC, foi aprovada a postulação do SCYM pela CPC, considerando “não apenas na produção da erva-mate, mas também nos seus valores associados e manifestações socioculturais” (Ata nº 02/2017).

Em abril de 2018, Encarnación, no Paraguai, foi a sede da XVI Reunião da CPC, onde neste encontro, sob Presidência Pro Tempore do Paraguai, o debate do Grupo de Trabalho da Erva-Mate era integrado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com significativos avanços destes países em relação ao tema. Em outubro desse mesmo ano, na XVII Reunião da CPC em Montevideu, no Uruguai, o SCYM foi adicionado como oitavo bem à lista de patrimônios culturais do Mercosul.

O calendário de 2019 apresentado pela Presidência Pro Tempore do Brasil, confirmou-se a reunião da Comissão de Patrimônio Cultural (RMC-CPC) em 30 de agosto e outra para 06 de setembro ficou “a confirmar”. Já para primeiro de novembro, outra reunião da CPC foi confirmada. Ainda no mesmo mês, durante os dias 10 a 14 de novembro, foi confirmada a XIX Reunião da CPC em São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul.

Nos anos de 2019 e 2020, no Plano de Trabalho do Mercosul Cultural pela Reunião de Ministros da Cultura (RMC) do Mercosul, contemplava-se objetivos em relação a Lista de Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM), com a atividade de “Seguimento”, ou seja, “*continuar trabajando en el reconocimiento, la identificación y los planes de conservación y salvaguardia de los bienes culturales, materiales o inmateriales*”. Sobre o regulamento da lista PCM, a situação da atividade era de Negociação, em relação a atualização do Decreto CMC 21/2014. E sobre o capital do PCM, tratava-se de atividade de Implementação com quatro etapas:

- a. Aprobación del cronograma de trabajo; b. Presentación de los resultados del benchmarking. Etapa 1; c. Presentación de los resultados del benchmarking. Etapa 2. Posibles soluciones para el financiamiento; d. Aprobación del reglamento. Lanzamiento del proyecto (MERCOSUL, 2019-2020).

No Plano de Trabalho do RMC Mercosul dos anos de 2021 e 2022, atividades acerca do PCM contemplou-se apenas sobre a lista PCM, que seguiu na mesma atividade. Em 2022, o calendário da Presidência Pro Tempore do Paraguai, apresentavam-se encontros agendados. Em 18 de abril, a reunião preparatória da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) e em 2 de junho, a reunião ordinária da CPC.

Instituições patrimoniais: argentina e paraguai

Na Argentina, por decreto do Poder Executivo nacional, foi criada em 1938 a *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos*, que posteriormente se tornou *Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos* (CNMMYLH), organismo responsável pela gestão e por unificar a “administração e controle do variado e rico patrimônio histórico-cultural” da Argentina (CNMMYLH, 2022). As décadas de 1930 e 1940 foram o auge de políticas públicas em torno da valorização dos bens históricos argentinos, compreendidos como símbolos históricos e elementos de grande valor sócio-cultural na formação da identidade nacional (LOPES, 2019, p. 96). Na Argentina, a instituição para um órgão de proteção para o patrimônio ocorreu mediante à mobilização de um grupo de historiadores, em maioria membros da *Academia Nacional de la Historia*, associados com o poder público nacional (LOPES, 2019, p. 31). A Secretaria de Cultura na Argentina era vinculada à presidência da nação, cenário que se alterou após 2014 com a criação do Ministério da Cultura (agora separado da área da Educação, desde 1973), constituindo-se como passo importante para autonomia na esfera cultural. Uma das dependências vinculadas ao Ministério da Cultura na Argentina é a *Secretaría de Patrimonio Cultural*, atualmente sob direção de Valéria Roberta González.

No Paraguai, questões relativas à educação e cultura integram o *Ministerio de Educación y Cultura* (MEC). A *Dirección General de Patrimonio Cultural* (DGPC), vinculada com a *Secretaría Nacional de Cultura* (SNC), é a instância responsável pela administração da lei no 946/1982 de proteção aos bens culturais. A DGPC objetiva-se em fortalecer e recriar atividades e expressões culturais da Nação a partir da proteção do patrimônio material e imaterial, mantendo a memória coletiva em mundo globalizado. Parte do DGPC há a *Dirección de Registro del Patrimonio Cultural*, que se responsabiliza pelo sistema de informações documentais e a realização do registro nacional do patrimônio cultural do país.

Em 2021, a SNC apresentou avanços no regulamento da lei nº 5621/2021 de 08 de junho de 2021, de proteção ao patrimônio cultural, através da resolução nº198/2021, que legisla o mecanismo de participação cidadã previsto no 9º artigo desta resolução. Em 2022, a SNC apresentou uma campanha de implementação do *Sistema Nacional del Patrimonio Cultural* (SISNAP) com apoio da Organização dos Estados Ibero Americanos e representantes das secretarias de cultura, municipais e departamentais. O objetivo é constituir uma ferramenta chave para a efetiva descentralização da proteção do patrimônio cultural a partir da lei de proteção ao patrimônio nº5621/2016 e se desenvolva uma identidade cultural local focada nos direitos humanos culturais. O SISNAP é integrado por um conjunto de órgãos de nível nacional e subnacional que exercem competências sobre o patrimônio cultural, instâncias e processos de desenvolvimento e obrigações públicas e particulares, por meio de articulações.

Considerações finais

A Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) possui a competência do reconhecimento dos patrimônios culturais do Mercosul, com homologação da Reunião dos Ministros da Cultura (RMC), segundo a Decisão nº21/2014 do CMC, principal normativa em vigor no que tange a proteção do patrimônio cultural do Mercosul. Em 2021, o Mercosul completou 30 anos. Em 2022, 26 anos do Mercosul Cultural e uma década desde a criação da categoria PCM. De fato, a criação de uma categoria de reconhecimento patrimonial específico do Mercosul, destinada ao reconhecimento de bens culturais significativos, fortaleceu a consolidação cultural na comunidade regional, visto que a preservação do patrimônio cultural se constitui como uma ferramenta importante de integração que ameniza divergências políticas e econômicas no bloco.

Tendo o processo de patrimonialização da Erva-Mate como objeto de pesquisa e analisando as dinâmicas envolvidas com este reconhecimento, vem sendo possível perceber que apesar do fortalecimento da dimensão cultural dos últimos anos, a cultura ainda se configura como um elemento incipiente na agenda política do Mercosul Cultural, sendo este o principal foco de análise e reflexão do presente estudo.

Referências

Biblioteca y Archivo Central del Congreso Nacional (BACN). **Ley nº 5621**. De protección del patrimonio cultural. 2022.

Cultura Paraguai. **Calendário tentativo**. Presidência Pro Tempore Paraguay. 2022.

Cultura Paraguay. **SISNAP**: Campaña de implementación llegó a la Gobernación de San Pedro. 2022.

FILHO, J. S. Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a UNASUL, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, Brasília, n. 46, p. 21-38, 2009.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

HEIDEN, R. Argentina, Uruguai e Mercosul: instituições, normativas e políticas patrimoniais no contexto de uma união aduaneira. **Tese** (Doutorado) no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). 2017.

LESSA, L. C. **Chimarrão**. Departamento de Cultura. 1949.

LOPES, M. B. *A Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos: prácticas de selección e institución do patrimônio cultural na Argentina (1938-1955)*. **Tese** (Doutorado) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2019.

LOWENTHAL, D. Identity, heritage and history. In: GILLIS, J. R. (Org.) **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton University Press. 1994.

MERCOSUL. **O que é o Mercosul?** Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>>. Acesso: 11/08/22.

MERCOSUL. **Organograma Mercosul**. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercotel/>>. Acesso: 11/08/22.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum (GMC). **Resolução nº 34/1992**: Criação da Reunião Especializada sobre Cultura. Acesso: 11/08/22.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto**. 17 de dezembro de 1994. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1901.htm>. Acesso: 12/08/22.

MERCOSUL. **CPC/Ata nº 01/2015**. XI Reunión de la CPC. Acesso: 15/10/22.

MERCOSUL. **CPC/Ata nº 01/2016**. XIII Reunião de la CPC. Acesso: 15/10/22.

MERCOSUL. **CPC/Ata nº 02/2017**. XV Reunião de la CPC. Acesso: 16/10/22.

MERCOSUL. **Programa de Trabajo 2019-2020**. Reunión de Ministros de Cultura (RMC).

MERCOSUL. **Programa de Trabajo 2021-2022**. Reunión de Ministros de Cultura (RMC).

SMITH, L. **Uses of heritage**. New York: Routledge. Part I “The idea of heritage”. 2006.

VIEIRA, A. Mercosul como ideia de América Latina: Políticas Culturais e Integração no Cone Sul. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2000.

O (NÃO) LUGAR DAS MEMÓRIAS DE TRABALHADORES EM CIDADES INDUSTRIAIS: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE JOINVILLE

*Daniela Pistorello*⁴³

*Ilanil Coelho*⁴⁴

Introdução

Desde a década de 1950, a cidade de Joinville é reconhecida como um polo industrial da região sul, destacando-se nos setores metalmecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. Segundo Hoenicke (2007) a cidade passou por diferentes fases econômicas, das pequenas oficinas às grandes fundições industriais e, conforme Coelho (2011), a expansão industrial, intensificada a partir da década de 1960, impulsionou intensos fluxos migratórios provenientes de várias regiões brasileiras até a década de 1990. A indústria, pois, se tornou vetor para as profundas transformações da paisagem urbana, sendo objeto de vários encaminhamentos do poder público local, dentre os quais, o que culminou com a aprovação do Plano Diretor de 1973 (Lei nº. 1262/73), que criou o Distrito Industrial de Joinville.

Contudo, o discurso de cidade industrial, do trabalho, do progresso e da vocação industrial foi alimentado e explicitado, principalmente após a nacionalização na década de 1950, teve como sustentação a imigração europeia e não a interna. Isso também justifica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a forma como o patrimônio industrial vem sendo tratado, exatamente em um momento em que muitas fábricas antigas estão sendo desocupadas, abandonadas e até mesmo demolidas.

De que forma se construiu, para Joinville, uma noção de cidade industrial e como essa noção repercutiu na valorização ou não de seu patrimônio industrial pelo poder público? Quais valores foram atribuídos ao patrimônio industrial? Qual o lugar das memórias do trabalho e do trabalhador na cidade industrial? Tal abordagem pode contribuir para a construção de uma história social do patrimônio industrial de Joinville?

São, de forma geral, estas questões que norteiam os rumos deste trabalho e que demarcam os seus objetivos quais sejam: a) Historicizar a categoria patrimônio industrial e os conceitos que agrega e perceber como esta categoria foi mobilizada pelo TICCIH/ICOMOS a partir dos anos 1980 e ressignificada ao longo do tempo; b) Perceber como Joinville dá visibilidade ao seu patrimônio industrial e que memórias (não) contempla; d) Sugerir a construção de uma história social do patrimônio industrial em Joinville, como categoria de análise que permite ir além da compreensão do patrimônio industrial relativa às edificações industriais.

Para atingir os objetivos, a metodologia proposta girou em torno de três etapas: a) Definição da categoria de patrimônio industrial; b) Problematização e análise dos processos de patrimonialização de bens industriais em nível local percebendo a presença ou ausência das memórias dos trabalhadores para atribuição de seus valores no patrimônio em questão; c) Construção teórica de categorias/conceitos que possibilitem, através dessas memórias, escrever uma História Social do patrimônio industrial de Joinville a partir de uma abordagem da História Oral.

43 Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes) realizado na linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Linguagens”, do PPGPCS/Univille.

44 Profa. Dra. do Programa de Pós Graduação Patrimônio Cultura e Sociedade/Univille.

Tais debates são fundamentais e se justificam na medida em que se percebe o quanto os órgãos de preservação do patrimônio cultural (de âmbito nacional, estadual e municipal) ainda estão calcados em valores que aludem a identidades étnicas (PISTORELLO, 2015). Abordagens como a proposta, podem ajudar a tensionar o campo do patrimônio industrial em Santa Catarina e contribuir com novos enfoques sobre o tema, privilegiando uma história social do patrimônio industrial da cidade, privilegiando as memórias/narrativas dos protagonistas da chamada cidade industrial.

Arqueologia industrial e patrimônio industrial

O interesse pela memória industrial e pelos elementos fabris é impulsionado na Inglaterra após a década de 1950, tanto pela destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, quanto pela influência de diferentes correntes sociológicas, antropológicas e, sobretudo, por correntes historiográficas que expandiram seus temas de pesquisa para áreas científicas, econômicas e sociais, abrangendo a dinâmica de classes, movimentos trabalhistas e as constantes transformações técnicas, frutos da mecanização. Outras duas situações também colaboraram para a valorização dos vestígios da industrialização em outros países europeus: o esvaziamento de muitos complexos fabris, acentuado durante a década de 1970 pelo fenômeno de desindustrialização e; as rápidas transformações urbanas, materializadas por obras públicas (alterações de ruas, aberturas de avenidas e revitalizações) ou por investimentos privados (criação de áreas para novos empreendimentos nas cidades, edifícios, loteamentos). Uma vez ultrapassados ou em desuso, muitos exemplares característicos da arquitetura industrial inglesa foram demolidos em função da dinâmica urbana e suas diferentes demandas sobre a ocupação espacial das cidades que se caracterizaram como centros industriais. Essas demolições, ocorridas a partir da década de 1960, despertaram maior interesse pelo estudo e preservação de patrimônios industriais. Em um movimento mais amplo, a própria noção de patrimônio urbano e, posteriormente, a noção de patrimônio industrial, foi mais bem estruturada nas Cartas patrimoniais. Assim, tanto a Estação *Euston*, quanto o *Coal Exchange* (ambas em Londres) foram exemplos de edificações demolidas, que fomentaram uma nostalgia da memória industrial e, ao mesmo tempo, enunciaram os principais problemas que esse tipo de patrimônio enfrentaria para sua conservação: “obsolescência funcional”, “crescimento das cidades” e “pressão especulativa imobiliária” (KÜHL, 2008, p. 37, 38).

Pode-se dizer que os estudos arqueológicos, foram fundamentais para a compreensão do patrimônio industrial uma vez que, numa primeira aproximação, foram responsáveis pelas análises funcionais de estruturas, descrição de maquinário, de locais e técnicas industriais. Por conta disso, a arqueologia industrial - campo de pesquisa surgido na Inglaterra, no final da década de 1950 - foi, aos poucos, se consolidando como uma disciplina independente ao longo dos anos 1960 e 1990 e, segundo Michael Rix (1955) e Kenneth Hudson (1976), foi adquirindo um caráter menos descritivo e mais analítico.

No final dos anos 1990, alguns autores ainda chamavam a atenção para o desafio em alcançar o equilíbrio entre as tentativas de preservação do passado industrial (marcadas por práticas de pesquisa com análises isoladas e “ênfase exagerada sobre monumentos”) e as pesquisas (geralmente negligenciadas), que ampliassem as abordagens sobre o cotidiano dos trabalhadores podendo, assim, “contribuir para debates históricos mais amplos, sobre as origens e os efeitos da industrialização” (PALMER; NEAVERSON, 1998, p. 3). Esse debate é o que abre caminho para que a arqueologia industrial seja compreendida, por muitos pesquisadores, como uma metodologia de análise que fornece subsídios para o estudo do patrimônio industrial, compreensão endossada pela Carta de Nizhny Tagil (2003):

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor

histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (TICCIH, 2003, p. 2).

A ideia de um passado industrial como parte significativa do patrimônio cultural de uma determinada região ou país, ganhou cada vez mais espaço. Durante a década de 1970, na Europa, os estudos dedicados ao patrimônio industrial voltaram-se para temas interdisciplinares, tais como a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, dentre outros. Essa diversificação de abordagens, abrangendo o âmbito social e cultural, juntamente com as contribuições da arqueologia industrial, avançou sobre todas as manifestações da indústria e de seus correlatos dentro do campo da história contemporânea e “está definitivamente inscrito como um campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana” (MENEGUELLO, 2011, p. 1819).

O movimento iniciado pela arqueologia industrial na Inglaterra foi muito importante para a preservação de memória industrial e passou a ser perceptível em diferentes países e continentes. Isso endossa o papel que o passado industrial passou a assumir na história das sociedades desses países bem como o quanto esses conhecimentos podem impactar no seu futuro.

É importante ressaltar que estas categorias e/ou conceitos possuem historicidade e emergem em contextos específicos. No caso do patrimônio industrial, podemos perceber, por exemplo, que ele emerge nas políticas públicas de salvaguarda, a partir do alargamento das noções daquilo que pode ser patrimonializado como, nesse caso específico, patrimônio urbano.

As Cartas Patrimoniais, com mais diligência entre as décadas de 1970 e 1990, além de manifestarem um alargamento da ideia de monumento e do conceito de patrimônio cultural, se mostraram preocupadas com a preservação de conjuntos urbanos e bens que reportavam ao século XX, sobretudo em razão do perigo de descaracterização e destruição dessas áreas. Para além disso, outras questões passaram a fazer parte dos debates contemporâneo sobre patrimônio industrial, como, por exemplo, quais memórias representem a para quem.

Qual patrimônio industrial para Joinville?

A legislação de salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Joinville data da década de 1980 quando o tombamento em nível municipal, foi instituído pela Lei Municipal nº 1.773, de 1 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Nesse mesmo ano, a criação da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), através da Lei nº 1.863 de 23 de abril de 1982, em seu artigo 1º, atribuiu à FCJ a competência para instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município de Joinville (JOINVILLE, 23 abr. 1982).

Durante a década de 1980 passaram a ser mapeados alguns bens relacionados ao processo de

imigração e colonização da antiga Colônia Dona Francisca; foi o início do chamado Cadastro de Unidades de Interesse de Preservação, que apesar de não possuir efeito protetivo legal, serviu e ainda serve como referência de diferentes tipologias arquitetônicas, bem como ferramenta para salvaguardar o bem.

As primeiras décadas do século XXI consolidaram as políticas de preservação na cidade tanto por meio do tombamento, quanto do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), instituído pela Lei Complementar nº 363 de 19 de dezembro de 2011.

Até o dia 04/10/2022, a lista de Imóveis com Proteção Cultural, disponibilizada conforme Lei nº 1773 e Lei Complementar nº 363/2011, apresentou 85 bem tombados. Percebemos que a atribuição de valores a esses bens, explícita, na sua maioria, características relacionadas aos processos migratórios (predominantemente alemães) na região. Pouco menos de 10 por cento dos bens patrimonializados dizem respeito ou fazem alusão aos processos de industrialização historicamente presentes na cidade.

Os bens industriais tombados em nível municipal, em Joinville, demonstram certa variedade quanto às suas tipologias. Dois bens remetem ao início da Colônia Dona Francisca, construídos entre as décadas de 1860 e 1880: a Antiga Usina de Açúcar e a Ponte Coberta Alfonso Altrack, identificadas, respectivamente como equipamento de beneficiamento de matéria prima e a Ponte Coberta Alfonso como obra de infra estrutura.

Os nove bens restantes ligados ao patrimônio industrial foram criados entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX e estão relacionados com alguma das atividades industriais, sendo eles: o Parque Natural Municipal da Caieira, que abriga um dos maiores complexos de caieiras da região e uma das últimas a encerrar sua produção, na década de 1940. As duas chaminés tombadas, que remetem à memória da antiga Fábrica Arp e da antiga Fábrica Lumière. Ambas fecharam durante a década de 1990 e eram ligadas ao ramo têxtil; a primeira produzia meias e malhas, a segunda, vestuário feminino. A Antiga Fábrica Wetzels, um negócio familiar que, inicialmente voltado para a produção de velas e sabões, depois da década de 1920 passou a produzir válvulas e torneiras de bronze. A Antiga Fábrica Cervejaria Antártica, que teve sua origem numa produção artesanal de cerveja. O Antigo Moinho Joinville, construído na década de 1910, em área central da cidade, ao lado do antigo porto de Joinville.

Dois bens ainda se encontram em processo de tombamento: a *Usina Hidrelétrica do Pirai*, criada em 1909, e o *Pátio de manobra da antiga Estação Ferroviária*, que junto com a Estação Ferroviária, foram criados nos primeiros anos do século XX. A *Estação Ferroviária* foi tombada em nível estadual (1996) e federal (2007).

De forma geral, a análise dos processos de tombamento de elementos industriais, em Joinville, demonstra em primeiro lugar, que esses bens não gozam do mesmo prestígio daquele relacionado aos processos da imigração. Percebe-se também que, em alguma medida, a consolidação do campo do patrimônio industrial, em nível nacional e internacional, como área de preservação e de estudo, repercutiu, em parte, sobre as práticas das instâncias de preservação em âmbito municipal na medida em que são citados documentos (Carta de Nizhny Tagil) e autores específicos do campo.

Como nos sinaliza Tiago Castaño Moraes (2020), os debates teóricos começam a aparecer a partir de 2005, com o tombamento da fábrica Wetzels e, aos poucos, vão se aprimorando e ganhando maior consistência, como nos processos da Lumière (2010) e do Moinho Joinville (2009). As atribuições de valor, tanto arquitetônico quanto histórico, passam a articular outras noções como, por exemplo, a importância da prática do saber fazer; dos sistemas de produção; da documentação da empresa e; do maquinário (quando existente).

Muito embora as referências ao universo do trabalho estejam minimamente contempladas em alguns dos processos estudados, percebe-se, ainda, a inexistência de memórias de trabalhadores e de pesquisa histórica que faça relação a essas memórias nos respectivos espaços industriais, tornando explícita uma leitura do patrimônio industrial como aquele ainda relacionado a pedra e cal e a um passado construído que percebe as primeiras indústrias de Joinville como o resultado de sucesso do empreendimento colonizador.

Por uma história social do patrimônio industrial de Joinville e a abordagem da história oral

Os vetores de patrimonialidade na história local de Joinville tem sido pautados, historicamente, pelo desejo e pela sensibilidade (de um determinado corpo técnico) em olhar para o passado da cidade e buscar nele muito mais signos de permanências do que rupturas. São fragmentos desse passado que, ressignificados nessa lógica de compreensão, são cristalizados e valorizados como uma identidade catarinense representativa das tradições locais ou do êxito da chamada cidade industrial. Isso pode explicar, em parte, o apelo a um patrimônio da imigração alemã, do enxaimel, ou das edificações de arquitetura imponente que se espalham pela cidade.

Será que apenas valorizar os vestígios do passado e do presente industrial de Joinville nos assegura uma outra história do patrimônio industrial, diferente da já praticada? A análise dos processos de tombamento dos restos industriais de Joinville nos mostrou que não. É necessário mais do que isso, mudar não apenas os vetores de memórias, mas lançar mão de novas formas de interpretação sobre estes objetos. É urgente que esses vetores de memória sejam problematizados, teoricamente, a partir de um enfoque que examine, especificamente as dimensões sociais dos objetos que, nos seus processos são possibilitados pela História Social (BARROS, 2017)⁴⁵.

A História Social que surgiu no cenário historiográfico como campo relevante e definitivo ao se estabelecer no âmbito das modalidades historiográficas, é definida pela *dimensão* que é trazida à tona quando o historiador se põe a examinar um processo histórico qualquer (BARROS, p. 11).

Os objetos da História Social são variados, sendo evidentes aqueles que dizem respeito aos mecanismos de organização social das classes sociais, das relações, lutas e disputas que são por elas travadas, aos processos de transformação das sociabilidades que repercutem sincrônica e diacronicamente, por exemplo, nos territórios urbanos, paisagens industriais e em locais específicos (fábricas). Acreditamos que, por isso, Barros é enfático quando adverte que mais importante do que a definição dos objetos estudados pela História Social é a atenção que se opta por dar ao exame do passado com um enfoque específico, mas não estanque, aos processos sociais, amplos ou micros (BARROS, 2017, p. 17). Dito de outra forma:

Não existem fatos políticos econômicos ou sociais isolados; não é o tipo de fato político, econômico, social ou cultural por definição o que define uma sub especialidade da História, mas sim o enfoque que o historiador dá a cada um desses tipos de fato” (BARROS, 2017, p. 14).

Nesse sentido é que propomos uma história social do patrimônio industrial de Joinville na qual nos importa o processo através do qual se percebem as relações entre os trabalhadores e os seus locais

45 Barros sugere que o campo da História pode ser compreendido, digamos assim, a partir de três ordens de critérios: um deles trata do modo a partir do qual lemos o mundo, ou seja, das questões teóricas que lançamos mão para interpretarmos os fenômenos históricos, a qual ele que ele chama de *dimensão*. Um outro critério está relacionado às formas como vamos operar metodologicamente, ao qual ele denomina *abordagem*, e, por fim, o terceiro diz respeito ao que ele chama de domínios, ou seja, os temas abordados no âmbito da História.

de trabalho, no caso as indústrias da região. Para tanto, a História Oral se constitui numa abordagem fundamental na construção dessa História Social na medida em que o que nos interessa é problematizar as experiências sociais dos trabalhadores que praticaram o lugar da indústria no espaço referido, através de suas memórias, suas histórias de vida.

É através das memórias de trabalhadores e trabalhadoras que a História Oral pode contribuir para imprimir densidade aos processos de inventário, registro, tombamento de bens materiais e imateriais ligadas ao patrimônio industrial. É através dessas memórias que a indústria, como vestígio, pode ser conhecida e ressignificada a partir das experiências daqueles que dela se apropriaram ao longo das suas vidas.

Por outro lado, construir uma perspectiva social do patrimônio industrial a partir das memórias de trabalhadores não reduz esses sujeitos a trabalhadores da indústria. É muito mais do que isso. É olhar para o trabalhador para que a partir de suas memórias e pelas suas histórias de vida e experiências possamos construir outras narrativas tanto sobre o patrimônio industrial em Joinville como sobre a história da cidade. Nessa direção, acreditamos ser possível responder a noções privatistas do patrimônio industrial e problematizar os vestígios de uma fábrica ou de complexos industriais para além da ordem fabril produtivista e disciplinar. Por fim, o avanço de nossas reflexões teóricas em torno de uma história social do patrimônio industrial nos levou a novas questões que, por ora, estão sendo discutidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD), quais sejam: Se narrar é uma das maneiras de praticar o espaço, como nos explicou Michel de Certeau (2008), de quais lugares fala o trabalhador ou trabalhadora que estamos ouvindo? Qual a relação que se pode estabelecer entre esses lugares com aquilo que narra? Qual o presente que ele olha para fabricar o passado como narrativa, incluindo suas memórias sobre o patrimônio industrial de Joinville?

Referências

- BARROS, J. D'A. A História Social: seus significados e seus caminhos. LPH - **Revista de História da UFOP**. N. 15, 2005.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008
- COELHO, I. **Pelas tranas de uma cidade migrante**. Univille: Editora da Univille, 2011.
- HOENICKE, N. F. O Distrito Industrial de Joinville/SC (1975-2007): análise crítica e propositiva. 2007. **Tese** (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-28052010-093722/pt-br.php>>. Acesso em: 18 de out. 2022.
- HUDSON, K. **Industrial Archaeology**. A New Introduction. London: Baker, 1976 [1963].
- KÜHL, B. M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**. Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **Anais do Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: Udesc, 2011.
- MORAES, T. C. Patrimônio industrial em Joinville: sobre políticas de preservação, e requalificação (1998-2020). **Dissertação** (Dissertação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

PALMER, M.; NEAVERSON, P. **Industrial Archaeology: Principles and practice**. London: Routledge, 1998.

PISTORELLO, D. O brasil da diversidade? Patrimônio e Paisagem Cultural no Projeto Roteiros Nacionais da Imigração. 2015. **Tese** (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RIX, M. **Industrial Archaeology**. London: Historical Association, 1967.

SANCHIZ, J. M. C. Arqueologia da Industrialização. In: OLIVEIRA, E. R. de. **Memória Ferroviária e Cultura de Trabalho**. Perspectivas, métodos e perguntas interdisciplinares sobre o registro, preservação e ativação de bens ferroviários. São Paulo: Alameda, 2017.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**. Nizhny Tagil. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial>>. Acesso em: 10 out. 2022.

“SÃO BENTO DO SUL - A TERRA DA MÚSICA”: MEMÓRIA COLETIVA, PATRIMÔNIO E NARRATIVAS NA CIDADE

*Jonatan Gomes dos Santos*⁴⁶
*Raquel Alvarenga Sena Venera*⁴⁷

Introdução

São Bento do Sul é uma cidade do norte do estado de Santa Catarina, com 84.507 habitantes e possui um destaque econômico no setor moveleiro, além de outras áreas como higiene e limpeza, metalúrgica, fiação e tecelagem, cerâmica, plástico e comércio (PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, 2022). No alto da Serra Dona Francisca a cidade é narrada a partir dos registros passados sobre a imigração europeia. O visitante, ao chegar pela rodoviária da cidade, se depara com a seguinte frase pintada na parede frontal do desembarque: “Bem-vindo a São Bento do Sul, a terra dos móveis, **da música** e do folclore, sendo que neste artigo ganha centralidade o título: “São Bento do Sul - a terra da música” como recorte dessa frase. Como parte dos resultados de uma pesquisa de dissertação, intitulada “Qual a Memória Coletiva para São Bento do Sul?”, que tem como objetivo problematizar de que forma a memória coletiva forjada para o município de São Bento do Sul, relacionada à música, impacta na proposta educativa de memória na cidade e na vida cotidiana dos músicos, este artigo tem como objetivo apresentar essa pesquisa em andamento inicial, especialmente suas escolhas teóricas metodológicas.

A reflexão sobre uma memória dita coletiva para um município demanda uma necessidade de ressaltar o papel que possui a individualidade em sua formação. Através dos estudos de Halbwachs (1990), pode-se afirmar que essa individualidade vincula-se a aspectos como: a fundamental articulação entre o indivíduo e seu meio social para que haja a lembrança individual, ou seja, quanto maior o envolvimento do sujeito com determinado grupo, maior a facilidade de lembranças atreladas a esse grupo; cada memória individual é um ponto de vista sobre uma memória coletiva, isso significa dizer que a forma como algo é lembrado por alguém está relacionada à sua percepção dos locais, relações e do lugar que ocupa. No entanto, o contrário não é verdadeiro, essa pesquisa procura mostrar como a memória coletiva se mostra mais complexa do que um coletivo de memórias individuais, mas um construto social de disputa e ações políticas de uma pólis.

Pode-se dizer, dessa forma, que o relacionar-se com o outro, ou com o grupo, está interligado também com questões de identidade do indivíduo. Sendo assim, para Candau (2011), o conceito de identidade, quando se refere a um grupo, emana uma problematização, pois nesse caso, há representações que fazem com que os indivíduos se imaginem como parte de determinado grupo, ou ainda pode haver um discurso de que esse grupo compartilha de mesmos costumes.

Essas representações podem se concentrar no patrimônio dessa sociedade: objetos, danças, músicas, eventos... são representantes patrimoniais que emanam uma suposta memória coletiva de uma determinada sociedade. Porém, cabe a reflexão de como é de fato o pensamento em particular dos sujeitos membros desse grupo social. No caso de São Bento do Sul, ao analisar-se seus eventos, seus

46 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Membro estudante do Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias da Univille. E-mail: <jonatangdossantos@gmail.com>

47 Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e Curso de História, ambos da Univille. Líder do Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias. E-mail: <raquelsenavenera@gmail.com>

espaços públicos e até mesmo a influência musical exposta pelas escolas de música, bandas, retretas e bailes, problematiza-se a identidade na cidade em torno de sua cultura e de seu patrimônio cultural.

Compreender a relação de São Bento do Sul com a música, para além do conhecimento histórico e patrimonial do município (e logicamente sem desmerecê-lo), vincula-se com a compreensão dos signos de uma cidade. De acordo com Jeudy (2005) a cidade se nutre de signos, que podem ser tanto duráveis como efêmeros e são esses signos que possibilitam que o indivíduo “crie” (ou imagine) uma cidade dentro da cidade, uma vez que, nas questões mais cotidianas e até mesmo banais, é que se pode perceber o quanto a representatividade da cidade atua sobre os sujeitos e influencia seus pontos de vista acerca de inúmeras formas de agir.

Em análise desses pressupostos, faz-se necessária uma investigação a respeito das questões musicais em São Bento do Sul, de forma a sanar alguns questionamentos sobre a emergência do discurso sobre as memórias relacionadas à música na cidade. O direcionamento metodológico através desse olhar está em consonância com Faé (2004) que faz menção às ideias do filósofo Michel Foucault no que tange a arqueologia e a genealogia (sobre a ótica de Foucault) para a pesquisa através das emergências dos discursos:

A arqueologia tem por propósito descrever a constituição do campo, entendendo-o como uma rede, formada na inter-relação dos diversos saberes ali presentes. E é exatamente nesta rede, pelas características que lhe são próprias, que se abre o espaço de possibilidade para a emergência do discurso. Já a genealogia busca a origem dos saberes, ou seja, da configuração de suas positivities, a partir das condições de possibilidades externas aos próprios saberes; ou melhor, considera-os como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. Procura-se a explicação dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo discursivo, defendendo sua existência como elementos incluídos em um dispositivo político (...) (FAÉ, 2004, p. 412, 413).

Neste ponto, Foucault entende a genealogia como uma atividade de investigação trabalhosa, que procura os indícios nos fatos desconsiderados, desvalorizados e mesmo apagados pelos procedimentos da história tradicional, na busca da confirmação de suas hipóteses.

Percebe-se assim que, sob a ótica de Foucault, o estudo da emergência do discurso de uma memória coletiva relacionada à música demanda relacionar-se com uma ligação entre saberes, que neste caso, podem estar correlatos com as questões da colonização do município, nas questões de uma possível contribuição para o gosto e apelo para a tradição musical na cidade, bem como de fatores que motivaram uma identidade que acionou a memória musical da cidade.

Dessa forma, é de extrema relevância problematizar a forma como uma memória coletiva relacionada à música supostamente teria o efeito sobre a população local, nas questões de manifestações festivas, programas de rádio, eventos e demais situações cotidianas e corriqueiras e ainda, através do estudo das alcunhas relacionadas ao município ao longo dos anos, compreender o motivo pelo qual algumas retóricas possuíam força e aceite para se sustentar, enquanto outras acabaram se perdendo na pátina do tempo.

A ferramenta de estudo por meio da genealogia em Foucault abre a possibilidade de analisar os interstícios das verdades geradas a partir de discursos de poder e, nesse caso, pelos discursos patrimoniais.

Sendo assim, o estudo torna-se relevante ao buscar estabelecer uma relação com a alcunha de “Cidade da Música”, relacionada a São Bento do Sul, com os interstícios do seu significado para a educação patrimonial do município, bem como para o sentimento com relação a esse discurso patrimonial para

os cidadãos, tanto para aqueles que vivem e trabalham engajados na educação e na área musical, como para os munícipes comuns. Sob essa ótica, o problema central da pesquisa envolve problematizar de que forma a memória coletiva forjada para o município de São Bento do Sul, relacionada com a música, impacta na proposta educativa de memória na cidade e na vida cotidiana dos músicos.

Especificamente este artigo tem o objetivo de apresentar essa pesquisa, ainda em andamento inicial, especialmente discutindo questões relacionadas aos pressupostos teóricos metodológicos escolhidos e sua viabilidade técnica, tendo em vista o seu intento. Desta forma, este artigo está assim organizado: no próximo item busca-se apresentar as escolhas epistemológicas da pesquisa e em um segundo momento as primeiras reflexões e expectativas para a pesquisa.

Escolhas teóricas metodológicas

Compreender a identificação de um grupo através de uma reivindicação memorial engloba, além do entendimento contextual do discurso dominante de memória e sua problematização, a percepção das pessoas incluídas no meio social em questão, ou seja, uma pormenorização do significado daquelas lembranças compartilhadas, mas tendo em vista o entendimento das distintas características de cada sujeito e, logo, de como suas interpretações dos fatos vivenciados também são diferentes.

Nesse âmbito, as metamemórias, preconizadas por Candau (2011), que são relacionadas à música na cidade de São Bento do Sul, SC, ou seja, o compartilhamento hipotético de memórias comuns entre os indivíduos, remontam, sob um olhar de forma inicialmente superficial, a presença de monumentos, eventos e símbolos que evidenciam um suposto compartilhamento de memória relacionada com a musicalidade.

Entretanto, problematiza-se a possibilidade das diferentes formas de conceber essa suposta característica memorial comum, uma vez levando em conta as diferentes formas de compreensão dos cidadãos sobre o meio social em que vivem. Nesse ponto, emerge a metodologia da história oral, como forma de subsidiar as fontes para a compreensão dessa memória, uma vez que:

Em um mesmo grupo podem conviver vários tipos de “narrativas históricas”, mas certamente algumas “narrativas” dominam os principais meios de comunicação e transmissão de valores. Ampliar o número de “autores” da história abre espaço para a construção de múltiplas narrativas históricas e cria a possibilidade de revisão de tais valores. Neste sentido, destacamos o potencial que a história oral tem como ferramenta de inclusão social. Fortalecer o senso de pertencimento e de autoria de cada um, somado à possibilidade de fazer-se “ouvir” é o grande sentido social que um projeto de memória pode adquirir. Além disto, produzir novas fontes para a compreensão dos processos históricos é fundamental para revisão das narrativas históricas em si (MUSEU DA PESSOA, 2005, p. 204).

A proposição de uma temática sob a ótica do patrimônio e da música reflete, para além de um estudo das “coisas” patrimoniais, uma abordagem das relações com esse patrimônio, sob a ótica musical. Logicamente, ao referir-se a relações, enfoca-se em indivíduos que estão em consonância com as interações entre esses aspectos. O entendimento dessas relações demanda, mais do que a compreensão da história documental, a memória de expressão oral, pois será nela que o sujeito terá a possibilidade de expor suas experiências.

No que se refere a memória, considera-se também parte importante dela a seletividade do que se é pronunciado por quem fala, pois dessa forma, interpreta-se a narrativa de acordo com um contexto em que esse sujeito se insere e isso vincula-se, tanto nas questões experimentais de vida do sujeito, como

na própria abordagem no momento de uma entrevista. Nesse viés, a história oral impõe-se de forma a contribuir para o esclarecimento da maneira com que o indivíduo se relaciona com as suas memórias e com a memória coletiva dentro de uma sociedade.

Adota-se, nesse ínterim, a metodologia de história oral temática para utilização neste projeto de pesquisa. Nesse gênero, caracteriza-se um tema central de pesquisa que sempre é evocado, neste caso a memória relacionada com a música e, por conseguinte, com o patrimônio. O gênero se distingue também por sua peculiaridade de, no projeto de pesquisa, a história oral estar alinhada com outros estudos previamente realizados, que não necessariamente utilizaram da pesquisa através de narrativas (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020).

Ao se questionar o motivo da utilização da história oral para a compreensão da memória coletiva relacionada com a música na cidade de São Bento do Sul, é possível buscar uma justificativa nas afirmações de Jeudy (2005) ao interpretar as cidades no chamado “entre-dois-lugares”, ou seja, as manifestações que muitas vezes ficam invisíveis ao cidadão que passa apressado pelas ruas, mas que são contidas como ícones representativos de uma metamorfose da cidade. Ora, se a cidade é composta muito mais do que por conglomerados de prédios, mas sim por representações e principalmente por pessoas, é através dessas pessoas que se pode buscar a fonte para o saber contido muitas vezes nos interstícios urbanos.

Do mesmo modo a interpretação feita por Bosi (2003) sobre história e narrativa, se enquadra no que a autora traz como uma história dentro da história. Nesse contexto, quando o narrador tem a oportunidade de dar o seu depoimento a respeito do tema da pesquisa, há a possibilidade de uma rememoração, além de ele assim poder viver novamente uma experiência da qual vai lembrando e narrando. O rememorar torna-se extremamente relevante no contexto da pesquisa, uma vez que possibilita que a experiência sobre o tema seja registrada.

Frente a esse contexto, formula-se a hipótese de que, com as narrativas provenientes de memórias de expressão oral, poderá ser compreendida a forma como a memória coletiva associada à música na cidade impacta no cotidiano dos entrevistados, promovendo assim a interpretação da repercussão dessa memória na vida cotidiana dos músicos e também no âmbito educacional histórico da cidade.

De forma a estabelecer redes de entrevistados através de uma consonância entre suas respectivas relações com o patrimônio e a música em São Bento do Sul, adota-se a pesquisa em formato de abordagem “bola de neve” (*snowball*), considerada aqui como a forma que mais se adapta para o fim proposto, uma vez que:

A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes. É importante ressaltar que a amostragem em bola de neve não é um método autônomo, no qual a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados aumenta por si mesma. Isso não ocorre pelos mais variados motivos, sendo um deles o fato de os entrevistados não serem procurados ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento (VINUTO, 2014, p. 205).

A referida autora ainda destaca que, nessa modalidade de abordagem, existem as chamadas “sementes” que são os informantes com os quais se inicia a busca pela amostragem e pela abrangência dessa rede de possíveis entrevistados.

Primeiras reflexões e expectativas de pesquisa

Conforme Ricoeur (2010) afirmou, narrar é por si só uma reflexão. A possibilidade de narrar sendo mediado por um roteiro semiestruturado é por si só uma possibilidade de reflexividade. Sob essa perspectiva com a execução da pesquisa, busca-se contribuir através dessa problematização, com uma interpretação não apenas do patrimônio cultural musical da cidade, explícito em eventos musicais, monumentos, museus, grupos musicais e locais destinados à música, mas no reflexo desse patrimônio para a ativação de uma memória, objetivada pela necessidade de formação de uma identidade relacionada à música.

Em paralelo a esse projeto de desfecho primário, concentra-se também objetivos como “Discutir como essa memória coletiva é narrada no cotidiano urbano da cidade”; “Elencar a representatividade musical da cidade através de manifestações silenciosas, como monumentos, exposições, placas indicativas e demais objetos” e “Promover e interpretar narrativas de pessoas engajadas nas mais variadas esferas que podem compreender a memória coletiva associada à música em São Bento do Sul”.

Dentro dessa esfera, pretende-se a realização de no mínimo 5 entrevistas, tendo em vista, entretanto, que a metodologia de amostragem em bola de neve (*snowball*) não prevê um número específico de participantes, sendo esse número estruturado para angariar satisfatoriamente fontes para o êxito dos objetivos da pesquisa. Será realizado também o mapeamento de pelo menos 6 monumentos e espaços públicos que referenciam a música no município. Não menos importante, projeta-se também proporcionar subsídios para uma educação patrimonial exitosa na cidade (em âmbitos formais e não formais) e/ou ainda, no âmbito da educação formal, auxiliar para a elaboração de uma proposta de educação patrimonial ou ainda para uma intervenção pedagógica nas escolas públicas sob essa perspectiva.

Referências

- BOSI, E. O tempo vivo da Memória. **Ensaio de psicologia Social**. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2003.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.
- FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em estudo**, v. 9, n. 3, p. 409-416, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. SP, Vértice, 1990. Capítulo 1 – Memória coletiva e memória Individual.
- História Falada: Memória, Rede e Mudança Social. Editor Jesus Vazquez Pereira- Intercidades Editores, Karen Worcman São Paulo: Museu da Pessoa, SESC SP 2005.
- JEUDY, H-P. Representação Simbólica das Cidades. In: JEUDY, H-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005, p. 81-98
- MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa** - Tomo II. Tradução de Márcia Valeria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- São Bento do Sul em Dados. Prefeitura de São Bento do Sul, 2022. Disponível em <<https://saobentodosul.atende.net/cidadao/pagina/sao-bento-do-sul-em-dados>>. Acesso em 20/10/2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

PATRIMONIAR NOSSA HISTÓRIA?

Claudia Jéssica Dias Zanotelli

Judite Sanson de Bem

Caminhando pela cidade pode ser comum ouvir, quando não se passa totalmente despercebido inclusive, frases em referência a antigas edificações em desuso. Fantasmas que pairam na cidade e muitas vezes não se sabe o que fazer sobre eles, abolindo a ideia de novos usos simplesmente pela pouca perspectiva que parecem ter.

É só uma casa velha.

É só uma escola desativada.

É só um moinho abandonado.

São tantos só, e cada só maior que o outro. Com histórias extensas compartilhadas por tantas famílias, toda uma comunidade ou até um município. É só uma memória gigantesca que traduz boa parte da história de uma região.

O que tem por trás desse só? E o que acontece se pensarmos além dele?

Como exemplo de edificação com esse contexto trago a história do Museu do pão, um antigo moinho que passou por várias fases e proprietários, se tornando com o passar do tempo parte da identidade da cidade de Ilópolis e de papel importante para as cidades vizinhas, visto que a economia de algumas décadas se fez em torno deste e de outros moinhos nessa localidade.

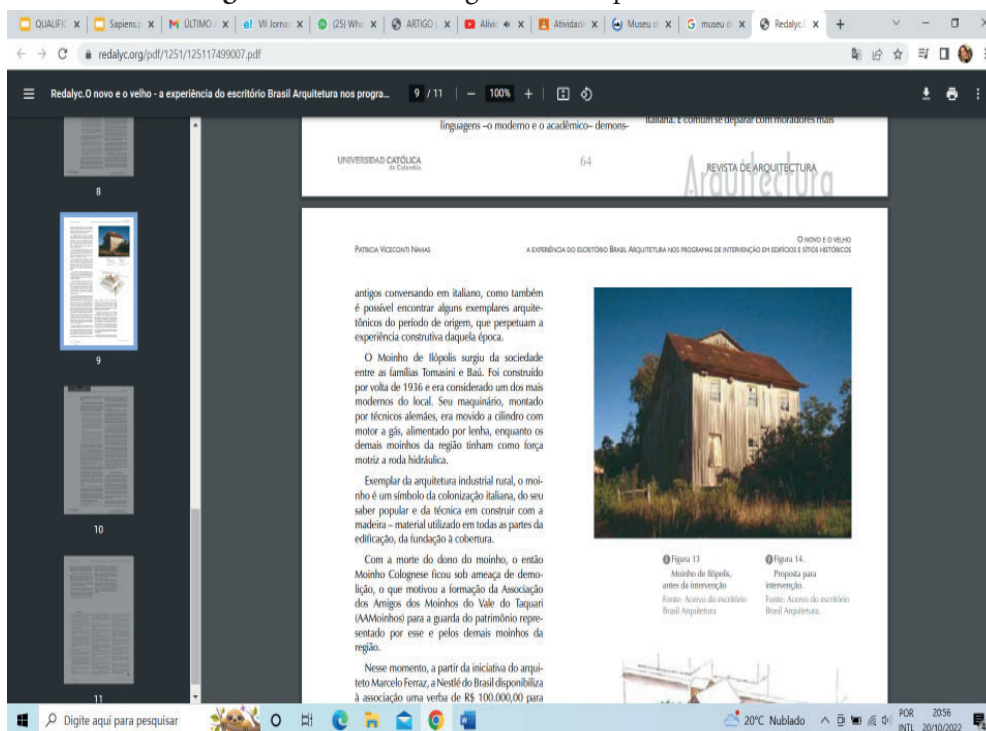
Figura 1 Museu do Pão em Ilópolis/RS



Fonte: a autora.

Como é possível ler no livro sobre o *Caminho dos Moinhos*, veio o questionamento de para que recuperar esses tradicionais moinhos coloniais? A resposta vem em seguida e diz que além do caráter patrimonial inquestionável pela representação da memória de um povo junto a imigração italiana no estado, sua história econômica e social e toda a atmosfera de histórias que permeiam o imaginário popular.

Figura 2 Moinho Colongnese em Ilópolis/RS em 2004



Fonte: <<https://www.redalyc.org/pdf/1251/125117499007.pdf>>.

A edificação estava em situação de abandono, e vinha se degradando pela falta de uso como mostra a figura 2. Com iniciativa pública e privada o lugar ganhou uma nova identidade, permitindo também que a ideia se lançasse a outros moinhos próximos.

Numa linha do tempo citada no livro de Ferraz temos algumas informações, o Moinho de 1930 foi adquirido em 2004 pela Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari através de recursos da Nestlé Brasil. Em 2005 o escritório Brasil Arquitetura faz o projeto de restauro do mesmo e do novo espaço que abrigará o Museu do Pão, com patrocínio da Nestlé Brasil, apoio da Prefeitura de Ilópolis, IPHAN e Universidade de Caxias do Sul a restauração é iniciada pelos alunos do curso de Restauração e artesanato de madeira, promovido pelo IILA (Instituto Ítalo Latino Americano). Em 2006 através da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, a construção do conjunto Museu do Pão e Oficina de Panificação é iniciada. Em 2007 a construção e o restauro do moinho e de seus maquinários são concluídos. Em 2008 ocorre a inauguração de todo o espaço e inicia-se a implementação do Caminho dos Moinhos.

Figura 3 Folder de divulgação Caminho dos Moinhos



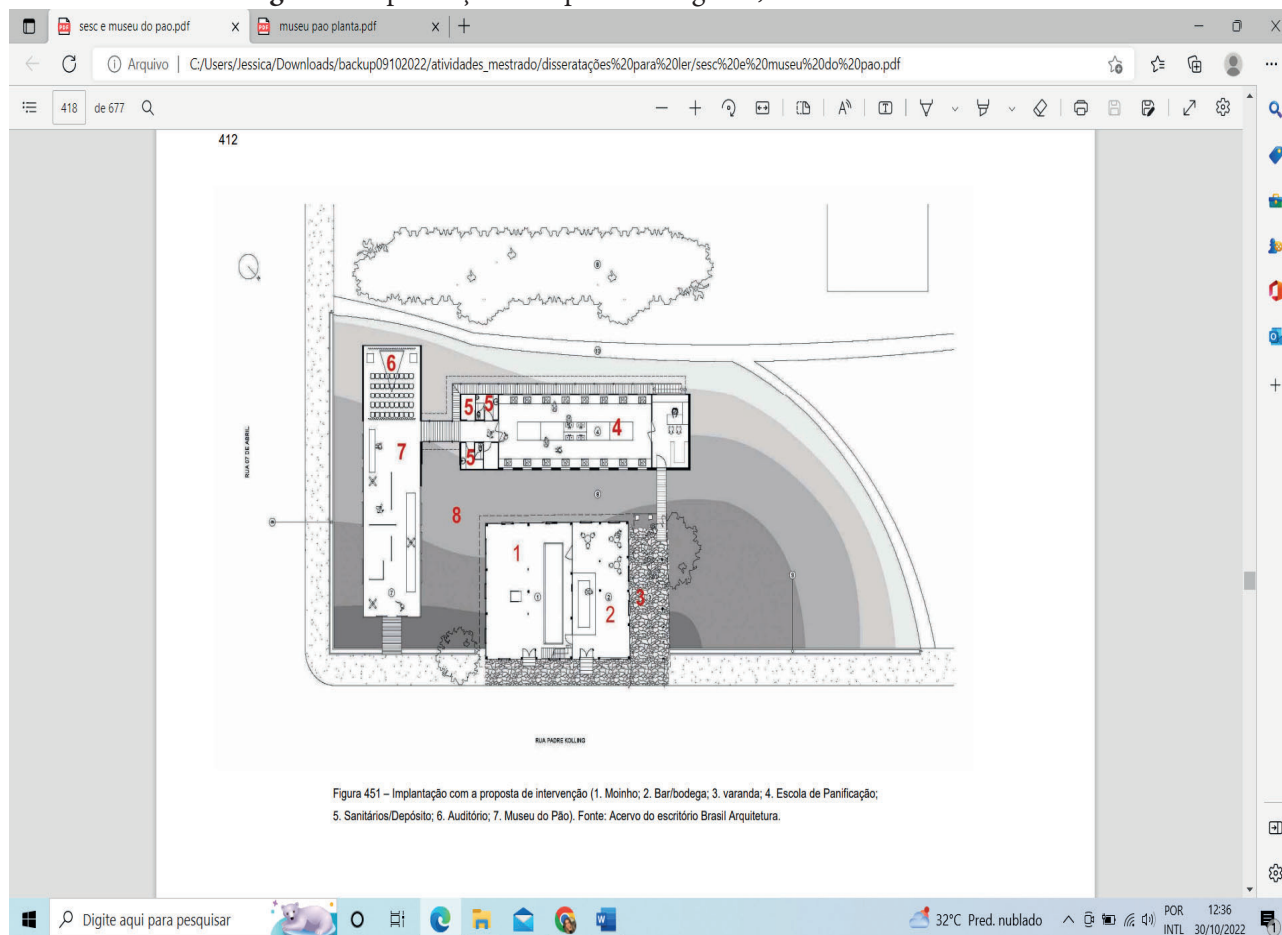
Fonte: foto da autora.

O Caminho dos Moinhos conta hoje com seis moinhos em seu trajeto e visa crescer pelo ponto de vista turístico da região, ressignificando esses importantes prédios que estruturam a história local buscando mantê-los de forma funcional e economicamente estável.

Quantas edificações, cidades e histórias tem potencial para além de só abandono, degradação e ruína?

A rearquitetura dos moinhos lança a ideia para além do que se vê, edificações aparentemente sem solução útil podem ser ressignificadas preservando a memória envolvida e valorizando a história local. Pelo viés sustentável da construção civil é claro que reformar, manter e restaurar trazem menor impacto ambiental, então tantos prédios que são “só prédios” por aí possuem um grande potencial para impactar os meios onde estão inseridos, são edificações carregadas de memória e histórias e nos convidam a nos apropriar e patrimoniar o que é nosso.

Figura 4 Implantação Complexo Colongnese, Museu do Pão e Moinho



Fonte: Patricia Viceconti

Esse grupo de pessoas que viram além do só, ofereceram a próxima geração uma nova perspectiva sobre essas edificações, impactando no significado que as mesmas terão para as gerações seguintes e de certa forma oferecendo uma nova forma de ver um prédio aparentemente “sem solução”.

Este é um convite a te questionar além da primeira impressão, se tu olhares aquela casa, escola ou moinho além das paredes desgastadas e do pouco cuidado, o que ele é? O que representa para tua história e toda a construção social da tua geração? Ou mais além, o que ele pode se tornar para todos que se relacionam com ele? Podemos abraçar nossas raízes, para plantar nosso futuro.

Referências

FERRAZ, J. G. Museu do pão: Rota dos Moinhos do Vale do Taquari / João Grinspum Ferraz (Org.) e Marcelo Ferraz; fotografias de Nelson Kon. 2. ed. – Porto Alegre: ardotempo, 2022.

HOPPEN, B. L. Requalificação do salão Holler para gastronomia e lazer. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale. Novo Hamburgo/RS, 2016.

NAHAS, P. V. Brasil Arquitetura: memória e contemporaneidade. Um percurso do Sesc Pompéia ao Museu do Pão (1977 – 2008). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

<<https://caminhosmoinhos.com/>>

<<http://www.ilopolis-rs.com.br/siteantigo/site/pagina.php?id=15>>

<<https://www.archdaily.com.br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura>>

<<https://www.anualdesign.com.br/saopaulo/projetos/1166/museu-do-pao/>>

REFLEXÕES SOBRE A HERANÇA CULTURAL BRASILEIRA: UM ENSAIO SOBRE O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL

*Ítalo Pereira de Sousa*⁴⁸

Patrimônio e memória

As discussões acerca do patrimônio brasileiro e seu processo de patrimonialização são amplas e para compreender a complexidade desse tema se faz necessário ter um entendimento do que é o patrimônio e como ele se entrelaça com a memória coletiva da sociedade. Sendo assim, no primeiro momento desse trabalho, buscar-se-á elaborar uma breve discussão teórica sobre o tema para embasar as reflexões posteriores que buscarão compreender o que guia a patrimonialização e qual o seu sentido.

Patrimônio entende-se como algo que pertence à uma pessoa ou a uma sociedade em específico, a palavra por si dá um entendimento de posse, então pergunta-se: posse de que? Na busca da construção da identidade social, a cultura se torna posse de determinadas sociedades, dessa forma, surge o patrimônio cultural que busca “tomar posse” de determinadas práticas e edificações para assim construir uma identidade social.

Sendo assim, o patrimônio cultural é construído ao longo da história de determinada sociedade através da instrumentalização da sua memória coletiva para a construção de uma identidade social desse grupo. É importante entender que o patrimônio se divide em duas categorias: o material e o imaterial.

O conceito de patrimônio material diz respeito aos bens culturais que podem ser compreendidos através da sua estrutura física e material, ou seja, possuem um caráter tangível. Dessa forma, o patrimônio cultural material torna possível a sociedade perceber seus aspectos identitários e históricos a partir da apreensão do seu patrimônio. Nesse processo de apreensão, a memória coletiva é acionada para que o processo identitário aconteça.

O patrimônio imaterial diz respeito a práticas culturais de uma determinada comunidade, como: manifestações artísticas, modos de se vestir, hábitos alimentares, técnicas construtivas, canções, ritos, lendas, saberes que passam de uma geração para outra como formas de cultivar e maneiras de produzir, a linguagem para se comunicar e entre outras práticas (VOGT, 2009, p. 14). Tais questões culturais do nosso cotidiano dizem respeito as práticas coletivas de uma determinada sociedade, sendo assim, pôde-se dizer que são construídas de forma coletiva e representam as singularidades de diferentes grupos sociais.

As concepções acerca do patrimônio estão em constante discussão, ele ainda não está consolidado em uma definição sólida, de acordo com Barreto (2003, p. 11 apud VOGT, 2009, p. 16):

Nas últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural ganhou um peso extraordinário no mundo ocidental. Não somente os bens tangíveis ou materiais tiveram realçado o seu valor, mas ganhou visibilidade, também, uma nova qualificação de patrimônio: o patrimônio cultural imaterial ou intangível. A valorização desse tipo de patrimônio visa a aspectos da vida social e cultural não contemplados pelas concepções mais tradicionais de patrimônio. Essa nova qualificação opõe-se ao chamado patrimônio de pedra e cal, denominação dada ao patrimônio edificado.

48 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <italops.wow@gmail.com>.

Nessa concepção mais ampla, patrimônio cultural pode ser classificado como o conjunto de bens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), não só as edificações e os monumentos históricos ou as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, tudo o que o ser humano produz, de todas as classes sociais, tanto as mais quanto as menos favorecidas (BARRETO, 2003, p. 11, *apud* VOGT, 2009, p. 16).

Dessa forma, compreende-se que o patrimônio cultural diz respeito ao que o ser social se apropria e insere nele suas características particulares, seja um bem material ou imaterial, ele passará a ter as individualidades de determinadas sociedades.

Entendendo os espaços e a importância dos patrimônios culturais, pode-se dizer que um patrimônio, seja ele tangível ou não, é um lugar de memória. É nesse lugar onde a memória é cristalizada, seja relacionada a uma prática ou a algo físico, nesse espaço mnemônico as identidades culturais afloram e trazem seus significados acerca das tradições evocadas pelos patrimônios.

A memória é algo espontâneo do ser humano, guardamos lembranças em nosso consciente e no subconsciente, tais lembranças constituem nossa memória e fazem parte da nossa história como ser social. No entanto, é preciso compreender que a memória em torno dos patrimônios culturais consiste em uma memória coletiva, que remete a algo compartilhado pela sociedade.

Quando se trata da coletividade da memória, Clio, como uma filha rebelde, entra em conflito com Mnemósine, a história e a memória mostram as suas diferenças que Pierre Nora (1993) nos traz com muita clareza:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, PIERRE. 1993, p. 09).

Dessa forma, torna-se possível compreender que a construção da história instrumentaliza o que entendemos como memória e dessa forma surge o lugar da memória, que é esse espaço repleto de significado que a história deseja perpetuar através da transformação desses objetos ou práticas em monumentos. Os lugares da memória surgem de uma necessidade de criar arquivos e vivem do sentimento de que não há memória espontânea (NORA, PIERRE, 1993, p. 11).

Sendo assim, se entende que a memória coletiva parte de uma construção de documentos monumentos elaborados por historiadores ao instrumentalizar determinados artefatos da memória. Consequentemente, a memória e a história, mesmo com suas diferenças, se entrelaçam, criando uma apropriação de uma pela outra. Pierre Nora afirma que:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão da memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. Sem dúvida é impossível não se precisar dessa palavra. Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta (NORA, Pierre. 1993, p. 14).

A materialização da memória em artefatos da memória nos traz o que entendemos por patrimônio, que é a forma da memória em monumento. Nessa discussão sobre “monumentalização”, entende-se que esse processo acontece por conta de relações de poder (ZUMTHOR, 1960 *apud* LE GOFF, 2013). Sendo assim, para que o patrimônio, enquanto documento, se torne monumento, é necessário que existam interesses de poder envolvidos com ele.

Tendo chegado até aqui e compreendido o envolvimento do patrimônio com a memória coletiva, se faz necessário compreender qual memória a sociedade preserva e por qual motivo a preserva. Dessa forma, abre-se o próximo tópico desse trabalho.

O patrimônio e a representação do poder simbólico

O processo de patrimonialização envolve o patrimônio em um amplo debate sobre a representação, o poder simbólico e como esses dois estão envolvidos com a memória preservada da sociedade.

O patrimônio está completamente envolvido pela representação: a configuração das edificações tombadas, as estátuas e entre outras várias estruturas trazem consigo vários aspectos simbólicos que remontam a cultura de determinado espaço. As práticas sociais em diferentes locais nos remetem a uma visão de vários aspectos a serem analisados e essas simbologias contidas na sociedade.

Esses patrimônios remetem a uma memória de uma determinada sociedade, mas é interessante discutir sobre qual parcela da sociedade tem sua memória preservada através dos processos de patrimonialização. A partir dessa linha de pensamento, torna-se interessante acrescentar que o patrimônio representado é construído por um grupo que compõe a sociedade e que fazem reconhecer sua identidade social através de formas institucionalizadas de poder. Roger Chartier (1991) nos traz que:

Esse retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991. p. 183).

Interessante observar que Chartier (1991) articula dessa maneira a representação através das mentalidades que constroem uma identidade social representada através de grupos sociais que possuem uma posição simbólica de poder, um poder simbólico mantido por uma cultura dominante que impõe suas visões de mundo para os dominados, sendo assim, a representação contida no patrimônio passa a ser ditada, em sua grande maioria, por uma cultura dominante. Sobre o poder simbólico, Bourdieu (1989) aponta:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989. p. 10).

Sendo assim, a cultura dominante necessita manipular a mentalidade das classes dominadas através da legitimação do seu poder simbólico. O poder não é palpável, ele é algo representado que

necessita da legitimação da sociedade para ter a sua existência. Um poder sem legitimação não cumpre a sua função de dominar. Dessa maneira, as representações impostas pelos dominantes também precisam de certa legitimação do coletivo para poder passar a existir.

No entanto, Chartier (1991) aponta que essa seria só uma das vias que demonstram como ocorre a construção das identidades sociais, essa seria através da “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991. p. 183). A outra via aponta para um recorte social que compreende a representação que cada grupo dá de si mesmo, reconhecendo assim a sua existência e demonstrando a sua unidade e particularidade. O autor aponta que:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1991. p. 183).

As estruturas sociais e a relação das estratégias simbólicas apontadas por Chartier (1991) tem conexão com as de Bourdieu (1989): as estratégias simbólicas utilizadas por cada classe, grupo ou meio são estruturantes, pois trata-se de instrumentos de conhecimento e comunicação, dessa forma, exercem o poder simbólico que estrutura por ser estruturado (BOURDIEU, 1989. p. 09). Nas palavras de Bourdieu (1989):

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” [...] Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 1989. p. 10).

Os patrimônios estão imersos em vários símbolos de poder, carregando consigo uma forte representação de uma classe ou grupo dominante que exerce/exerceu determinado poder simbólico. Ora, basta atentar para a quantidade de ruas e monumentos com nomes de pessoas que foram, em um determinado tempo, detentoras do poder e dessa maneira acabam por ocupar um espaço de representação no ambiente citadino e muitas dessas estruturas se tornam patrimônios, perpetuando assim a legitimação do poder simbólico.

É necessário atentar também para os signos culturais que o patrimônio acaba se tornando, tais signos acabam por representar valores culturais de determinada classe social, aquela que impõe sua cultura e acabam sendo estruturantes. Toda essa representação através dos símbolos e dos signos torna necessário também abordar sobre o imaginário que circunda o patrimônio.

Tanto a questão da representação quanto o poder simbólico em um certo momento precisa ser pensado, imaginado, uma pulsão criadora precisa surgir nos sujeitos, esta imaginação criadora é o imaginário, que de acordo com Pesavento (1995), não se trata de um ensaio do real, mas evocação que dá sentido as coisas. Sendo assim, quando se pensa no patrimônio e todas suas representações imbuídas em poderes simbólicos, o imaginário se faz presente nessas manifestações.

A imaginação simbólica acerca dos artefatos mostra a ideia que está inserida no objeto ou na prática. Tal ideia imagina, constrói uma estrutura de significação de sentidos. Pesavento (1995) afirma que pensar nessas questões simbólicas das imagens remete à noção de alegoria, de acordo com a autora:

Ora, a questão de natureza simbólica das imagens remete à noção de alegoria: a imagem é, pois, a revelação de uma coisa que não ela própria. Pensar alegoricamente implica referir-se a uma coisa mas apontar outra, para um sentido mais além. Mais do que isso, implica realizar a representação concreta de uma ideia abstrata. Subjacente ao que se vê, se lê ou se imagina, a alegoria comporta um outro conteúdo (PESAVENTO, 1995. p. 22).

Dessa maneira, pode-se afirmar que todas as representações simbólicas dos patrimônios culturais da sociedade estão ligadas ao imaginário coletivo. No entanto, é necessário ressaltar que o simbolismo construído pela sociedade não é estruturado de maneira livre, ele está sob responsabilidade das, como diria Bourdieu (1989), estruturas detentoras desse poder simbólico. O processo de formação do imaginário coletivo contém manifestações e interesses precisos, é necessário ressaltar que o imaginário social é uma das forças regularizadoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema (PESAVENTO, 1995. p. 23).

No entanto, ao observar as estruturas e as práticas que se tornam patrimônios, por muitas vezes nos perguntamos qual a função daquilo na nossa sociedade. Um ponto a ser discutido é se essas práticas e objetos tem mesmo uma função ou são apenas mantidos para a manutenção do poder ou a perpetuação de uma memória romantizada do passado.

Patrimônio cultural brasileiro: política e funções

Citado no início desse artigo, Pierre Nora (1993) faz menção ao aceleração do tempo e a necessidade de memória que se cria em torno do processo de patrimonialização. Como forma de compensar a perda de determinadas memórias, surgem os lugares de memória que tenta reconectar o passado e o presente.

Essa busca incessante de congelar um lugar de memória para (re)lembrar um passado dito cultural não é tão antigo, Hartog aponta essa virada de chave, que chama de novo regime de historicidade após a queda do muro de Berlim, em 1989. De fato, os anos de 1980 foram marcados por debates em torno de memória e patrimônio. Nogueira (2014) em diálogo com Hartog e Poulot nos traz que:

No novo regime de historicidade, marcado pela crise de futuro, observamos os patrimônios se multiplicarem e a memória se tornar plural “graças às profissões de fé” e aos “usos comemorativos” que os revestem em nome de um “investimento de identidade” a ser transmitido. Essa nova experiência do tempo fechado em si mesmo, onipresente – onde o passado e o futuro são cotidianamente fabricados segundo sua própria necessidade – foi, simultaneamente, desenvolvendo o medo da amnésia (coletiva e individual) e a vontade de nada esquecer (NOGUEIRA, Antônio. 2014, p. 52).

Essa pluralização da memória passa a se manifestar de várias maneiras: em museus, praças, igrejas e outros vários espaços que vão se tornando lugares de memória. No Brasil, para a formação desse patrimônio vem suas políticas de patrimonialização para a formação de uma identidade nacional. Tal necessidade surge ainda nas primeiras décadas do Segundo Império, em 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, que, de acordo com Nogueira (2014), juntamente com os modernistas da época iniciaram o processo de institucionalização da memória nacional, levando adiante o projeto de construção da brasilidade, definindo assim, uma noção de

patrimônio cultural e a elaboração de uma política de preservação.

Há de se considerar que as pessoas que estavam a frente de todo esse processo inicial da gênese da brasilidade eram pessoas da elite. Ora, em meados de 1838, poucas pessoas tinham acesso aos conhecimentos considerados basilares, o entendimento de cultura era reservado a uma parcela muito pequena da população brasileira e foi essa minoria que forjou o projeto inicial do que se entendeu por brasilidade.

Nessa busca de uma elite intelectual buscar formular a identidade cultural brasileira, os modernistas elegeram Minas Gerais e o barroco como o berço da nação civilizada no Brasil. Interessante acrescentar que na época (e ainda hoje), muitas pessoas sequer sabiam o que era a tendência barroca. Não obstante, em 1933, Getúlio Vargas, através de um decreto, elevou a cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional. Nogueira (2014), ao comentar sobre esse decreto nos fala que:

Além de assegurar que aquele passado histórico e estético, sagrado e cívico fosse protegido, o documento revelou uma concepção de patrimônio que elegeu como nosso primeiro monumento o espaço/tempo da cidade, sacralizando o lugar fundador da nação civilizada. Ali, a ideia de nação civilizada manifestada no barroco colonial mineiro colocou, no centro do debate, a natureza mesma do “ser histórico” e os usos do passado na construção de um Brasil moderno (NOGUEIRA, Antônio. 2014, p. 56).

Observa-se dessa forma que a representação de cultura buscada foi aquela que a classe dominante conseguiu se impor. O poder simbólico emana do patrimônio como o símbolo que ele representa como em forma de poder, legitimando a mensagem que determinado grupo social quis passar ao tornar um artefato específico em patrimônio.

Dessa forma foi elaborado os tombamentos no Brasil, a partir de uma elite, para legitimar valores vistos como importantes para a elite. A prática do tombamento dá início a fase da “sacralização da memória em pedra e cal” (CHUVA, 2009; FONSECA, 1997; NOGUEIRA, 1995, 2005; RUBINO, 1991 *apud* NOGUEIRA, 2014).

Esse entendimento de patrimônio que reservava esse espaço sacralizado apenas para aquilo determinado como parte da identidade cultural brasileira pela elite pensante do século XIX e reforçado na Era Vargas vigorou até os anos 1970, quando as discussões acerca de patrimônio passam a tomar outro rumo após Aloisio Magalhães assumir a presidência do IPHAN. Até essa mudança de rota, o patrimônio cultural brasileiro excluía da elaboração do desenho da nação as contribuições indígenas e africanas, que foram marcantes na história do país.

Os novos percursos dos estudos sobre patrimônio fizeram com que ele fosse ressignificado, inserindo aqueles que antes estavam excluídos desse espaço. Em 1988 essas mudanças surgem em forma de um documento oficial, a Constituição Federal, que no seu artigo 216 traz que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira onde dentro desses incluem-se as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Sendo assim, é possível afirmar que o entendimento de patrimônio passou por um grande processo de ressignificação se comparado com o critério de patrimonialização de 1838 e de 1933. No entanto, mesmo que tenham existido essas mudanças nos meios burocráticos das instituições responsáveis pela

gestão do patrimônio nacional, o entendimento de patrimônio na mentalidade brasileira ainda precisa passar por um processo decolonial.

Como citado anteriormente, a composição do patrimônio cultural brasileiro partiu de detentores de poder para legitimar o espaço de poder. Dessa forma, é necessário levar em consideração que mesmo após as mudanças de visão ocorridas no final de 1970 sobre a questão do patrimônio, a visão anterior deixou suas marcas, não só nas estruturas como também nas mentalidades. Logo, não é incomum ver pessoas questionando a necessidade de tornar determinadas práticas como patrimônio, pois, para essas pessoas ou patrimônio remete apenas a “pedra e cal” ou sequer tem importância por barrar o progresso da modernidade.

O patrimônio deve ter uma função: a da manutenção da memória coletiva de uma sociedade para assim formular a ideia de uma identidade cultural. No momento que esse patrimônio vem a perder essa função para grande parte da sociedade, ele perde o seu sentido de existência.

No entanto o que é perceptível no Brasil é a ausência desse discernimento sobre patrimônio por uma grande parcela da população e que esse patrimônio ainda segue apenas o critério do fetiche da elite em perpetuar o seu lugar de poder na sociedade.

A concepção de patrimônio está em constante processo de ressignificações, o mundo, atualmente, assiste a derrubada de grandes estátuas de colonizadores ao longo da América Latina. A polêmica estátua do Borba Gato em São Paulo já se tornou pauta de várias discussões sobre a decolonialização do patrimônio. Percebe-se assim que vivemos em uma época de mudanças de valores e que isso se dá a inserção da educação patrimonial no cotidiano das pessoas. O entendimento sobre patrimônio deve ser sempre crucial para a formação do sentimento de representatividade da cultura brasileira.

Considerações finais

Com o término desse trabalho foi possível compreender o patrimônio cultural e observar que o entendimento de brasilidade foi formado a partir de um espaço de poder, que ditavam o que era e o que não era pertencente a nossa cultura.

As mudanças realizadas com o passar do tempo foram cruciais para a expansão desse entendimento sobre patrimônio, o terreno se tornou mais amplo e mais fértil para a realização de pesquisas sobre o tema, o patrimônio passou e passa por contínuas ressignificações.

Nota-se ainda uma emergência por uma ampliação do discernimento sobre o tema fora da academia, como dizem, é necessário “descer da torre de marfim”. Dessa forma, a educação patrimonial se torna uma das prioridades para os pesquisadores do tema, pois apenas democratizando esse conhecimento é que o patrimônio passará por seu processo decolonial.

Referências

BOURDIEU, P. **Sobre o poder simbólico** 1989.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, 2017.
- LE GOFF, J. Documento Monumento. In: **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAP, 1990.
- NOGUEIRA, A. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.
- NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. Pelotas, v. 2, n. 4. 2005. p. 09-17.
- PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história & cultura**. v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun, 2008. p. 13-31.

COMIDA, MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Fábio Chang de Almeida⁴⁹

Comida, cultura, identidade e memória

Muito mais do que fonte de energia e nutrientes indispensáveis para a sobrevivência, a comida possui dimensões históricas, sociais e culturais que compõem um sistema complexo. Essas múltiplas dimensões que envolvem o ato de comer articulam representações e significados que ajudam a construir identidades individuais e coletivas. Quando as pessoas aprendem o que comer, como comer e quando comer, estão aprendendo sua história, cultura, normas e valores e, dessa forma, estão aprendendo quem são (KOC, WELSH, 2002).

A comida pode ser vista como uma narrativa de memória social porque carrega consigo uma história. Ela possui uma dimensão comunicativa e assim pode contar histórias e narrar as vivências de uma comunidade, suas visões de mundo, lembranças, valores, construindo e mantendo a memória social de um grupo e sua(s) identidade(s). Membros de um determinado grupo podem pertencer a gerações diferentes, mas vivenciam o pertencimento ao grupo através do fato de comerem a mesma comida, que carrega consigo uma variedade de significados (AMON, MENASCHE, 2008).

A comida é definida cultural e historicamente, dependendo de pequenos detalhes, particularidades na preparação, na apresentação e no consumo. A comida depende da estética, da história e da cultura. Por isso tem papel importante na delimitação de identidades individuais e coletivas. Este fenômeno é conhecido e tem sido bastante estudado em diversas áreas, como a sociologia, antropologia e história (ALMEIDA, DARSIE, 2021).

Todavia, a comida une e também divide. Ela conecta aqueles que a compartilham, confirmando suas identidades como indivíduos e como parte de uma coletividade. Ao mesmo tempo, a comida exclui aqueles que não a compartilham, marcando-os como forasteiros. Os participantes de uma mesma cultura culinária se reconhecem pela maneira como comem, pelo que comem e pelo que suas dietas excluem (PARASECOLI, 2014).

A comida é, inclusive, utilizada como elemento definidor de identidade cultural em discursos e práticas xenofóbicas. Um exemplo conhecido foi o caso das “sopas identitárias”, relacionado a uma sequência de episódios que recebeu significativa repercussão midiática. Tais eventos estavam associados à organização *Solidarité des Français* (SDF), ligada ao chamado *Bloc Identitaire*, organização francesa de direita radical⁵⁰ que promoveu uma série de “ações de caridade” no ano de 2006, onde era realizada distribuição de sopa para moradores de rua. Tal sopa era chamada de “sopa identitária”, “sopa nacional”, “sopa patriótica” ou “sopa gala” e tinha como ingrediente principal a carne de porco. Conforme os identitários, tais ações visavam auxiliar os cidadãos “exclusivamente franceses” que passavam fome nas ruas de Paris e de outras cidades francesas. Logicamente, os eventos visavam atrair a atenção da mídia

49 Doutor e Mestre em História (UFRGS). Especialista em História da Alimentação e Patrimônio Cultural (UNISC). Professor Assistente II na Universidade La Salle.

50 Neste texto, convencionou-se classificar o Bloco Identitário como representante da nova direita radical europeia. Todavia, cabe salientar que – via de regra – os próprios identitários não se definem a partir de conceitos rígidos de esquerda e direita. Antes disso, podem considerar-se como “patriotas”; representantes da “verdadeira direita”; superiores à esquerda e à direita; ou, simplesmente, “identitários”. Eles rejeitam tanto a esquerda progressista quanto a direita neoliberal, que consideram cúmplices no processo de profanação das identidades europeias. Ver: ZÚQUETE, 2018, p. 4-5.

para sua pauta política e influenciar de alguma maneira a opinião pública (ZÚQUETE, 2018, p. 48-49).

Embora membros do Bloc Identitaire tenham utilizado um discurso que procurou relativizar o caráter discriminatório da sopa, um vasto conjunto de evidências (ALMEIDA, DARSIE, 2021) indica que a receita foi escolhida justamente para afastar judeus e principalmente imigrantes islâmicos, pois, em função de proibições religiosas, tais grupos não consomem carne de porco. O caso das “sopas identitárias” ilustra a dimensão xenofóbica do discurso de direita radical europeu, relacionado com a suposta “defesa das identidades nacionais” diante da “ameaça de invasão” de uma cultura estrangeira, particularmente a cultura islâmica. De prato universal, acolhedor, que espanta o frio e renova as energias, a sopa foi transformada em instrumento de xenofobia. A comida como definidora de identidades, foi transformada em elemento de segregação. O porco foi adotado como arma cultural (ZÚQUETE, 2018, p. 183).

Sem dúvida, as tradições culinárias envolvem ingredientes, técnicas, receitas, objetos, práticas, comportamentos, normas e valores que são pontos de referência para a formação de um senso de comunidade e pertencimento. Portanto, é verdade que a inclusão ou exclusão de determinados ingredientes na tradição culinária de um país pode ajudar na criação de um senso de experiência compartilhada e funcionar como um dos elementos que definem o sentimento de pertencimento a uma comunidade (PARASECOLI, 2014). Todavia, é fundamental ter a noção de que tal comunidade é uma construção em parte real, em parte imaginada. Além disso, toda identidade é construída historicamente de maneira dinâmica, recebendo contribuições de diversas culturas, em um processo que tende a enriquecê-la, e não destruí-la. É uma falácia pensar em identidades culturais “puras” e construídas de forma isolada. Imaginar a cultura como uma ilha, que deve ser “protegida”, é negar um processo histórico complexo e repleto de conexões (ALMEIDA, DARSIE, 2021).

Os identitários europeus alicerçam o seu discurso no mito de uma comunidade pura, homogênea e estável. Contudo, as comunidades não são estáveis, nem formadas por características essenciais e duradouras. A noção de comunidade é construída sobre camadas de exclusão. As identidades comuns são criadas estigmatizando segmentos de populações com base em classe, raça e procedência (PARASECOLI, 2014).

As mudanças nos hábitos alimentares

Por outro lado, no contexto industrial, capitalista, globalizado e tecnológico do século XXI, observa-se que os atos de cozinhar e comer adaptaram-se ao ritmo de vida acelerado da sociedade contemporânea. Os novos tempos exigem simplificação, praticidade e velocidade e, gradualmente, o cozinhar tradicional foi perdendo espaço para alimentos industrializados, congelados, lanches rápidos (*fast-food*) e sistemas de tele-entrega (*delivery*). O ato de comer como um evento social vem sofrendo modificações e, muitas vezes, sendo substituído pelo comer sozinho e rapidamente. A rotina de trabalho e/ou estudos não permite mais que as pessoas “percam tempo” cozinhando ou comendo. Além disso, enquanto come, o indivíduo direciona sua atenção para o *smartphone* ou para a televisão, deixando a comida em segundo plano (ALMEIDA, SILVA, 2019).

O controle do mercado de alimentos por grandes corporações e a padronização de gostos alimentares são outros elementos que alteram o valor da comida enquanto depositária de memória social e significados culturais históricos. Um exemplo da padronização dos gostos pôde ser observada no Japão pós Segunda Guerra, onde as novas gerações passaram a ser fortemente influenciadas pela cultura norte-americana. No âmbito da alimentação, tornou-se comum servir desjejuns ocidentais ao lado da refeição matinal tradicional do país, que era composta basicamente por arroz, sopa e biscoitos de algas marinhas.

Os jovens japoneses passaram a beber cerveja e uísque, em substituição ao saquê. Ao comer fora de casa, os *hot dogs* e hambúrgueres passaram a substituir o *sashimi* (FRANCO, 2010, p. 240).

Nesse sentido, o *fast-food* pode ser considerado um paradigma da forma contemporânea de se alimentar: uma refeição rápida, comprada para comer na rua ou em casa (*drive-thru, delivery*), feita com ingredientes industrializados e ultraprocessados que resultam em um produto final de alta densidade calórica, porém majoritariamente pobre em valores nutricionais. Carneiro considera o *fast-food* como a aplicação do taylorismo⁵¹ no setor da alimentação: divisão e racionalização do trabalho, produção e consumo em série, homogeneização e padronização (CARNEIRO, 2003, p. 106-107).

Sidney Mintz comenta o caso da “invasão” da Ásia pelo *fast-food* norte americano, mais especificamente pelo McDonald’s. O autor afirma que, na China, comer nessa lanchonete é sinal de mobilidade ascendente e de amor pelos filhos. As pessoas admiram a iluminação, os banheiros limpos, o serviço rápido, a sensação de liberdade de escolha e o entretenimento oferecido às crianças (que gostam mais dessas coisas do que propriamente da comida oferecida). Um entrevistado chinês, citado por Mintz, afirmou: “o *Big Mac* não tem um gosto muito bom; mas a experiência de comer neste lugar me faz sentir bem. Às vezes chego a imaginar que estou sentado num restaurante em Nova York ou em Paris.” Dessa forma, é possível afirmar que o McDonald’s se popularizou mais pelo seu valor simbólico do que nutritivo. Em outras palavras, o produto que o McDonald’s vende e o que as pessoas compram não são necessariamente a mesma coisa (MINTZ, 2001, p. 34).

A preparação e o consumo de refeições em família perdeu espaço para a correria da vida contemporânea, conforme a dimensão e a proporção do crescimento das redes de *fast-food* e a industrialização de cada local. Conforme Henrique Carneiro, na sociedade atual houve uma rotinização da vida cotidiana provocada pela cultura do *fast-food*. De acordo com o autor, o fim das refeições em família leva à erosão do próprio conceito de “refeição”. Como consequência, há uma nova relação das pessoas com a comida. Nas casas e nos locais de trabalho, as pessoas dão preferência para os alimentos de preparação rápida, configurando um panorama que o autor chama de “império dos micro-ondas” (CARNEIRO, 2003, p. 19). Ao mesmo tempo, quando comem na rua, aumentam as práticas da “alimentação rápida”, de beliscar petiscos e lanches.

Com isso, é possível dizer que o *fast-food* satisfaz a necessidade atual de rapidez e de relações impessoais decorrentes da cultura urbana e seu ritmo acelerado. As cidades cresceram e cada vez mais os locais de trabalho, estudo e lazer ficam longe de casa. Comer fora virou símbolo de independência para a juventude. Tudo isso, associado à “dessacralização” da refeição em família, tornou o *fast-food* - mais que um simples retrocesso cultural e nutricional - uma resposta funcional para as escolhas alimentares da sociedade pós-industrial (FRANCO, 2010, p. 242).

Esse contexto leva ao quadro de “*mcdonaldização*” da sociedade, conceito criado por George Ritzer e que pode ser definido como “o processo através do qual os princípios do restaurante de *fast-food* estão dominando cada vez mais setores da sociedade americana, assim como do resto do mundo” (RITZER, 2002, p. 7). A *mcdonaldização* engloba uma série de fatores, e não afeta apenas o ramo da alimentação, mas praticamente todos os outros aspectos da sociedade (RITZER, 2002, p. 7). Procurando recortar apenas os elementos diretamente ligados à alimentação, Ariovaldo Franco sintetiza a *mcdonaldização* nos seguintes fatores: desritualização da refeição; simplificação e homogeneização dos processos culinários e dos alimentos; referência enfática ao tamanho e à quantidade dos produtos vendidos (ao invés de fazer referência à qualidade desses mesmos produtos), utilizando expressões como *big* e *super* na nomenclatura

51 Sistema de organização do trabalho que busca atingir o máximo de produção e rendimento utilizando o mínimo de tempo e de esforço. Foi idealizado pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor (1856-1915).

dos produtos; atendimento dos clientes com o mínimo possível de comunicação verbal, usando frases padronizadas e despersonalizadas; contratação de funcionários jovens, cujo treinamento se resume em aprender gestos simplificados, repetitivos e automáticos; grande rotatividade da mão-de-obra (em parte consequência da monotonia de um trabalho altamente racionalizado); desumanização das relações entre os funcionários e destes com a clientela; esvaziamento da refeição de seus elementos ritualísticos de comunicação e interação, transformando-a em mera “operação de reabastecimento”; substituição dos tradicionais utensílios de mesa por equivalentes descartáveis ou simplesmente pela criação de maneiras que os dispensem (*finger food*); previsibilidade e generalização gradual das refeições domésticas, inspiradas no modelo *fast-food* (inclusive em ocasiões festivas) (FRANCO, 2010, p. 243-244).

Este último fator é importante no sentido de compreender que a modificação dos hábitos alimentares extrapola o âmbito comercial e afeta a vida doméstica das pessoas. Mesmo quando não vão até um restaurante de *fast-food*, as pessoas acabam por reproduzir o modelo de refeições rápidas, práticas e ressignificadas conforme as regras da sociedade pós-industrial (ALMEIDA, SILVA, 2019).

Comida e patrimônio cultural

Patrimônio histórico e cultural não são mais formados apenas por monumentos antigos, locais de acontecimentos históricos e relacionados à “história oficial”. Essa política durou bastante tempo, mas não refletia a diversidade da produção cultural do Brasil, mas sim uma “imagem ideal” baseada nos padrões estéticos hegemônicos da época do tombamento (FONSECA, 2009). No Brasil, a Constituição estabelece que os bens tanto de natureza material quanto imaterial constituem o patrimônio cultural brasileiro. Para o IPHAN, a comida e seus modos de produção e consumo são considerados como parte desse patrimônio. Contudo, seu valor cultural e patrimonial não reside simplesmente na descrição de um prato típico ou em sua receita, mas nas práticas de comensalidade, nos rituais e nos significados que lhes são atribuídos (SANTILLI, 2015, p. 594).

O reconhecimento de tais patrimônios imateriais relacionados à comida torna-se cada vez mais importante no contexto contemporâneo. A sociedade atual oferece a possibilidade de alimentar-se de várias formas: sozinho ou acompanhado, a qualquer hora, sem sentar-se à mesa, etc. Ao mesmo tempo, há uma valorização da alimentação rápida, do *fast-food*, do comer fora de casa, procurando um tipo de cozinha que adeque-se ao tempo, que é muito valioso para ser gasto cozinhando e comendo. No âmbito doméstico, com produtos industrializados, a comida “ritualizada e socializada” inscreve-se no tempo de ócio, adquirindo novos significados. Atualmente, “a alimentação já não estrutura o tempo, mas o tempo estrutura a alimentação” (ARNAIZ, 2005, p. 157-159).

O contexto geral da sociedade contemporânea não é favorável para a preservação do valor simbólico dos alimentos e preparações culinárias e para a valorização das dimensões culturais e sociais da alimentação. Contudo, existem políticas de valorização patrimonial que podem contrapor os efeitos padronizantes da alimentação industrializada e ultraprocessada.

Referências

ALMEIDA, F. C. de; DARSIE, C. Comida, identidade e xenofobia: um estudo de caso em discursos da nova direita radical europeia. *LOCUS* (UFJF), v. 27, 2021, p. 367-384. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31563>>. Acesso em: out. 2022.

ALMEIDA, F. C. de; SILVA, L. M. T. O Movimento *Slow Food* e o Comer Contemporâneo. In: **Anais da XIII RAM** - Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2019.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, 11, 1 (2008): 13-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/sec.v11i1.4467>>. Acesso em: out. 2022.

ARNAIZ, M. G. Em direção a uma nova ordem alimentar? In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. da D. (Orgs.) **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

FRANCO, A. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. 5. ed. São Paulo: Senac SP, 2010.

KOC, M.; WELSH, J. **Food, Foodways and Immigrant Experience**. Multiculturalism Program, Department of Canadian Heritage at the Canadian Ethnic Studies Association. Centre for Studies in Food Security. Toronto: Ryerson University, 2001.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, outubro de 2001.

PARASECOLI, F. Food, Identity, and Cultural Reproduction in Immigrant Communities. **Social Research: An International Quarterly**. Johns Hopkins University Press, 81, 2 (2014): 415-439. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/549124/pdf>>. Acesso em: out. 2022.

RITZER, G. **An introduction to McDonaldization**. 2002. Disponível em: <https://www.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/3239_4007_ch01.pdf>. Acesso em: out. 2022.

SANTILLI, J. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. **Demetra**; 2015; v. 10, n. 3, p. 585-606. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16054>>. Acesso em: out. 2022.

ZÚQUETE, J. P. **The identitarians: the movement against globalism and Islam in Europe**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018.

PATRIMONIO DEL NUNCA MÁS: O MUSEO SITIO DE MEMORIA ESMA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNDO¹

Giovane Rodrigues Jardim²

Introdução

Nos países do Cone Sul, diversas políticas públicas de memória foram implementadas nas últimas décadas como forma de reconhecimento pelos Estados das graves violações cometidas por agentes civis e militares no período recente de não democracia. Essas políticas abrangem museus, memoriais, monumentos, marcações de espaços públicos, dentre outros. Com exceção do Brasil, nos demais países do Cone Sul, foram criados museus de/da memória como políticas públicas de memória. Nessa perspectiva, entre os anos de 1998 e 2015, foram criadas cinco instituições museológicas que atendem a essas políticas: Museo de la Memoria (Rosário/Argentina), em 1998; Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos (Assunção/Paraguai), em 1995; Centro Cultural Museo de la Memoria (Montevidéo/Uruguai), em 1996; Museo de la Memoria y Derechos Humanos (Santiago/Chile), em 2010; e Museo Sitio de Memoria ESMA (Buenos Aires/Argentina), em 2015.

O presente estudo propõe-se a apresentar o Museo Sitio de Memoria ESMA (MSME) – Ex Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio, o último museu de memória criado no Cone Sul, sendo a segunda instituição museológica assim denominada na Argentina. Consiste em uma instituição nacional e situada em uma política pública de memória que inclui uma série de outras iniciativas em um espaço compartilhado para a promoção dos direitos humanos instalado desde 2004, onde, no passado, funcionou uma escola superior de mecânica da Armada Argentina. Trata-se, assim, de pensar essa instituição museológica como um sítio de memória e de consciência e de delinear sua postulação à Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). É feita uma análise de sua proposta de que a memória da dor e do sofrimento causados pela ditadura cívico-militar argentina entre os anos de 1976 e 1983 possa ser reconhecida, por meio do museu de/da memória, como patrimônio cultural da humanidade na perspectiva de que tais acontecimentos não se repitam na Argentina ou em qualquer outra parte do mundo. A memória da Argentina é proposta para o mundo, como um *patrimonio del nunca más*.

Museo sitio de memoria esma (msme)

Na Argentina, no ano de 2015, foi criado o segundo museu nacional de/da memória no país e o último museu de/da memória criado até então na região do Cone Sul. O MSME, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, situa-se em uma política pública de memória mais ampla, na medida em que se refere a estar em e ser pensado como um espaço para a memória e para a promoção e a defesa dos direitos humanos, iniciado anteriormente e compartilhado por diversos organismos e entidades estatais e da sociedade civil, ou seja, o Espacio Memoria y Derechos Humanos [Ex ESMA]. A partir de um acordo

-
- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).
 - 2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Mestre em Ética e Filosofia Política pela UFPel. Docente do IFRS *campus* Erechim. E-mail: <giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br>.

entre o Estado Nacional e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, em 2004 foi ordenada a saída da Armada do prédio, o que possibilitou a transformação do local nesse espaço de valorização e preservação da memória e dos direitos humanos, dirigido por um organismo público (Ley n. 26.415; ARGENTINA, 2007) que integra representantes do governo nacional, da Cidade Autônoma de Buenos Aires e de organismos de direitos humanos.

O Museo Sitio de Memoria ESMA está localizado em um prédio considerado sítio histórico nacional (Decreto Nacional n. 1.333/2008) e prova judicial em diversos processos individuais e coletivos. Conforme informações do Museo Sitio de Memoria ESMA (2022, s/d), a municipalidade de Buenos Aires cedeu uma área de 17 hectares, em 1924, onde foi criada uma escola de suboficiais, inaugurada em 1928, e que compreendeu em torno de 35 edifícios. Ainda como espaço formativo, de moradia, de convivência, de alimentação etc., de oficiais, de professores militares e civis e dos aspirantes, a partir dos 15 anos, desde 1976, o Casino de Oficiales (Figura 1) passou a ser utilizado também, sobretudo seu sótão (Figura 2), como um centro de prisão, tortura e morte. Com o final da ditadura, o prédio continuou funcionando como escola de suboficiais, mas já com grande questionamento da sociedade, de forma que o governo propôs sua demolição, enquanto os organismos de direitos humanos pediram sua preservação, inclusive com ações judiciais para impedir a demolição, movidas por vítimas e familiares de desaparecidos.

Figura 1 e 2 – Ex Casino de Oficiales da Escuela de Mecánica de la Armada



Fonte: Acervo do autor (2022).

Localizado na avenida Libertador, no bairro Núñez, onde também estão a Universidade de Buenos Aires e a cidade universitária, e quase às margens do encontro entre os rios Paraná e Uruguai, no seu deságue no Rio de La Plata, está instalado o MSME, em um prédio onde funcionou o Casino de Oficiales da Escuela de Mecánica de la Armada (Figuras 1, 2). Como explicado, esse lugar, no período de 1976 a 1983, foi um centro clandestino de detenção, tortura e de extermínio. Segundo Torres e Brizzio (2021, p. 290), o “*ex Casio de Oficiales es un edificio de 5.390m² de superficie que ofició de centro neurálgico del grupo de tareas repressivas dentro de la ESMA, motivo por el cual su conservación siempre fue considerada una prioridad [...]*”.

O museu de memória foi amplamente discutido e resultou proposto como um projeto de busca por consenso entre os membros que dirigem esse organismo público para a recuperação, a manutenção e a visitação ao sítio de memória no ex-Casino de Oficiales. Assim, integrando representantes do governo nacional, da Cidade Autônoma de Buenos Aires e de organismos de direitos humanos, a implementação do MSME começou a ser discutida em 2013, e pelo Decreto Nacional n. 1.133, de 23 de junho de 2015 (ARGENTINA, 2015), o museu foi criado como um organismo descentralizado da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com a seguinte finalidade: “difundir e

transmitir os acontecimentos para as vítimas do Terrorismo de Estado, ocorridos no âmbito físico de sua detenção; assim como seus antecedentes e suas consequências” (ARGENTINA, 2015, n. p., tradução nossa).

O MSME tem instalações museológicas de apresentação e representação de áreas do cassino dos oficiais utilizadas como centro de extermínio durante a última ditadura civil militar, bem como tem espaço para exposições de curta e de longa duração. Oportuniza, assim, visitação do espaço físico e histórico, investigações sobre a ação privada e pública da política de terrorismo de Estado, divulgação científica, formação educativa e cultural, criação e manutenção de arquivos e registros documentais, cooperação institucional, implementação de banco de dados e de uma biblioteca, entre outras possibilidades. Ainda, possui setores educativo e de imprensa, desenvolve diversas atividades de formação, produção de conteúdo e publicação e atua nas redes sociais e em plataformas digitais.

Postulação como patrimônio cultural do mundo

O MSME precisa ser entendido, em primeiro lugar, na perspectiva de um projeto que busca consenso. Em termos de local, ele está localizado dentro de um espaço físico e também simbólico em que estão inúmeras outras instituições governamentais e da sociedade civil de defesa e promoção dos direitos humanos, espaço esse que compõe o Espacio Memoria y Derechos Humanos [Ex ESMA]. No mapa a seguir (Figura 3), o Espacio corresponde ao que está circunscrito pelo traçado de cor azul, em uma área de 16,77 hectares. Entretanto, em uma perspectiva mais específica, conforme esse mesmo mapa (Figura 3), o MSME está demarcado pelo traçado em cor vermelha, em um espaço que corresponde a 5,40% do total da área. Faz-se esse recorte apenas para ilustrar o que é o museu de memória enquanto instituição museológica e o que é esse prédio específico cuja postulação como patrimônio cultural do mundo é focado neste texto.

Figura 3 – Imagem de satélite com a delimitação do Ex Casino de Oficiales



Fonte: MSME (2021, p.15)

No ano de 2021, foi formalizada, conforme o documento de *Expediente de Nominación para la Lista del Patrimonio del Mundial de la UNESCO*, a postulação de inclusão e reconhecimento do MSME nessa lista a partir dos critérios três e seis, a saber: (iii) de apontar um testemunho único, ao menos excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida; (vi) estar diretamente ou materialmente associada com acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias que tenham uma importância universal excepcional.

A síntese de apresentação da candidatura finaliza destacando que os acontecimentos nesse local

de cárcere clandestino, de tortura, de morte, de sequestro de crianças, de violência sexual e de gênero e de trabalho forçado, devido à sua construção e à sua operação em um núcleo urbano onde conviviam marinheiros e detidos/desaparecidos, transcendeu suas fronteiras políticas e geográficas e converteu-se em uma referência internacional como caso emblemático do que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera crime contra a humanidade (MSME, 2021, p.8). Quanto aos critérios três (iii) e seis (vi), assim são apresentadas as justificativas:

[iii]. [...] es un testimonio excepcional de las características y complejidad del delito de desaparición forzada de personas en el marco de un plan sistemático de represión ilegal, expresión de una tradición cultural que consideraba válido el uso de la fuerza para conquistar el poder político. La estructura y atributos del edificio que lo alberga revelan la coexistencia de las operaciones ilegales con el normal funcionamiento de las instituciones estatales. El concepto museológico desarrollado para el Museo Sitio de Memoria ESMA se basa en el resguardo de los estratos histórico-constructivos que son evidencia de los hechos allí ocurridos y que son hoy prueba judicial en las causas que se instruyen contra los responsables de los crímenes de lesa humanidad allí perpetrados.

[vi]. [...] es reconocido, a nivel nacional e internacional, como el símbolo más destacado de la represión ilegal ejecutada y coordinada por las dictaduras de la región, basada en el delito de desaparición forzada de personas. Su existencia en un predio que la sociedad argentina transformó en un centro de actividades vinculadas con la defensa y promoción de los Derechos Humanos representa el valor universal de la oposición pacífica al terrorismo de Estado y de la fortaleza y capacidad de persuasión del espíritu humano (MSME, 2021, p. 191-192).

O *Expediente de Nominación para la Lista del Patrimonio del Mundial de la Unesco*, documento com 336 páginas, contém tanto uma reconstrução da trajetória e da utilização do prédio no passado e sua ressignificação enquanto espaço museológico quanto uma abordagem comparativa sobre o MSME no contexto latino-americano e mundial de espaços semelhantes. Nesse documento, estão apresentadas as duas justificativas acima transcritas, que são delineadas na tentativa de demonstrar tanto sua excepcionalidade como seu valor universal excepcional. Não serão abordadas a questão e as polêmicas possíveis; importa apenas destacar que a abordagem comparativa com os demais espaços para a memória na Argentina, com os museus, memoriais e sítios na América Latina e com os museus, memoriais e sítios do mundo resulta no delineamento do MSME em suas similitudes e, sobretudo, em suas particularidades como resguardo do sítio histórico, das evidências do que aconteceu e do enfrentamento do povo argentino de forma pacífica ao terrorismo de Estado. Em janeiro de 2022, quando foi apresentada a versão final do *Expediente de Nominación*, de acordo com o plano de trabalho da candidatura como patrimônio da UNESCO, foi destacado isto:

Esta postulación constituye un desafío y una oportunidad para la institución porque propone una reinterpretación del bien, ya no en el contexto de su indudable relevancia dentro de la historia argentina y regional, sino como una contribución al Patrimonio Cultural del mundo. [...] El Museo Sitio de Memoria ESMA se postula a la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO como exponente de todos los Sitios de Memoria de Argentina y del Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA). Su candidatura busca contribuir a la visibilidad internacional del terrorismo de Estado basado en la desaparición forzada de personas, y del valor del consenso social como medio para lograr Justicia (MSME, 2022c, s/p).

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972. O Comitê do Patrimônio Mundial desenvolve e atualiza critérios para a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial, no âmbito da colaboração entre os Estados-membros, para a assistência internacional e para a participação e o acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial. Desde a Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Cultural, em 2002, são cinco

os objetivos estratégicos para a inclusão de um bem reconhecido como excepcional valor universal. São eles: credibilidade, conservação, capacitação, comunicação e comunidades. Na ocasião de apresentação da versão final do *Expediente de Nominación*, essas dimensões foram delineadas e constam no documento disponibilizado. Foram também indicadas as 160 adesões à candidatura, realizadas por organizações e redes nacionais, regionais e internacionais. Embora se esteja abordando a apresentação do MSME como postulante à Lista do Patrimônio Mundial, é importante observar que se trata de um Estado parte que demanda o reconhecimento e que se compromete com esses objetivos estratégicos. Nesse sentido, anteriormente à postulação, foram realizadas tratativas e exposições no sentido de obter apoio, a exemplo de uma reunião virtual, em 2020, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, em que uma Declaração de Apoio foi aprovada.

Apesar de a candidatura do MSME estar fundamentada e situar-se em dois entre os dez critérios possíveis e atuais do Comitê do Patrimônio Mundial e apesar de constar a declaração de integridade, de autenticidade dos requisitos em matéria de proteção e gestão a análise comparativa e a declaração de valor universal excepcional, é uma demanda não apenas técnica mas também, sobretudo, política. Assim, diversas atividades estão sendo realizadas no plano de trabalho do MSME, que envolvem jornadas, formações, cursos e palestras, dentre outras. Tanto em nível local e nacional como em nível internacional, há o envolvimento de setores do governo argentino nessa candidatura, em um amplo esforço no meio diplomático. Para exemplificar, em dezembro de 2021, foi inaugurada uma mostra temporária no Palacio San Martín de la Cancillería Argentina, intitulada “Memoria Argentina para el Mundo. Patrimonio del Nunca Más”. Outra ação importante é a inauguração de espaços para dar visibilidade à candidatura nas embaixadas da Argentina pelo mundo, já presente, segundo informações das redes sociais do MSME, nas seguintes localidades: Túnez, Suécia, Honduras, Brasil, El Salvador, Reino Unido, Noruega, Panamá, Cuba, Estados Unidos, Equador, Argélia, Líbano, Síria, Malásia, Itália, Grécia, Uruguai e Costa Rica, assim como nos consulados de Frankfurt e Hamburgo. As imagens (Figura 4 e 5) que seguem são da inauguração do *Espacio de Visibilización* na embaixada da Argentina na Costa Rica, em 10 de agosto de 2022.

Figura 4 e 5 – *Espacio de Visibilización* – Costa Rica



Fonte: MSME (2022b, s/p)

São realizadas atividades temporárias e exposições itinerantes em diversos lugares da Argentina e em suas representações pelo mundo, embaixadas e consulados, que objetivam dar visibilidade e angariar apoios públicos e privados à sua candidatura como Patrimônio Cultural do Mundo. As atividades são realizadas pela equipe do próprio MSME e envolvem autoridades, pesquisadores, organismos de direitos humanos e instituições escolares. Nesse sentido, é possível compreender que há um grande apoio nacional e internacional para que essa demanda seja votada e aprovada pela UNESCO em junho de 2023.

Não será feita em uma análise pormenorizada dos dados apresentados pelo MSME quanto ao

público que visita suas exposições e atividades. Importa destacar que, no documento de *Expediente de Nominación*, são apresentados dados do período de 2016 a 2019, com algumas categorias como nível de escolarização, visitas individuais ou em grupo, visita guiada ou autoguiadas etc. Mas há um gráfico (MSME, 2022, p. 228) em específico que chama a atenção, em que constam dados de visitantes internacionais como forma de demonstração do impacto da instituição museológica para além das fronteiras nacionais. Se compararmos os dados de 2015 e de 2019 quanto à visitação anual, é possível constatar um aumento de 56% de visitantes argentinos e de 160% dos visitantes internacionais. Embora os visitantes internacionais sejam, em todo o período de 2015 a 2019, de 13.458 do total de 235.211 – ou seja, equivale a 6% do total de visitantes –, esses dados possibilitam perceber o aumento da procura do MSME pelo público internacional, composto de turistas, estudantes, acadêmicos, investigadores, funcionários e embaixadores.

O título da mostra temporária que circula o país caracteriza bem, de forma sintética, a proposta de que a memória coletiva sobre o passado traumático da Argentina possa contribuir para que não voltem a acontecer violações aos direitos humanos no mundo. Nessa perspectiva, trata-se de um patrimônio ressignificado não como algo digno de ser lembrado ou memorável, mas sim como algo de que não é seguro se esquecer. Como bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e mantidos para serem transmitidos às gerações futuras como herança legítima, atualmente são reconhecidos apenas seis lugares dedicados à memória. A candidatura do MSME assemelha-se à de outros espaços de memória e destaca suas particularidades como excepcional valor universal, objetivando ser o ocupante do sétimo lugar dedicado à memória, ao lado dos outros presentes na lista da UNESCO: Memorial da Paz de Horoshima, no Japão; a Prisão de Roben Island, na África do Sul; o Campo de Concentração e Extermínio Nazi Auschwitz-Birkenau, na Polônia; o *Cais do Valongo, no Brasil*; e a Ponte Velha, na Bósnia e Herzegovina. Nesse sentido, a postulação do MSME como patrimônio cultural do mundo define-se como a “Memoria Argentina para el Mundo. Patrimonio del Nunca Más”.

Considerações finais

Os museus de/da memória são importantes políticas de memória implementadas nas últimas décadas nos países do Cone Sul, com similitudes e particularidades em relação a outras instituições museológicas criadas pelo mundo em memória de vítimas de crimes políticos. O MSME foi a última instituição museológica que se intitula museu de/da memória no Cone Sul e que se difere do Museo de la Memoria de Rosario, este pioneiro na América Latina e referência para essa tipologia museológica, por se tratar de um museu nacional. Como parte de uma política mais ampla, situado em um espaço de memória e de direitos humanos, e como um projeto de consenso, o MSME é um importante referencial de construção memorial e de atividades museológicas.

Sua postulação à Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO tanto possibilita refletir sobre a necessidade de lugares de memória e de consciência que deem visibilidade nacional e internacional às graves violações aos direitos humanos como demonstra a responsabilidade do Estado Nacional da Argentina com o que aconteceu e sua promessa de que tais eventos não irão se repetir. Mas a candidatura do MSME também traz à tona o fato de, para além de critérios técnicos, que sem dúvidas são importantes, o reconhecimento de algo como patrimônio não ser neutro, mas sim político. Sendo assim, pode referir-se mais a questões externas e de diplomacia entre os países membros da UNESCO do que propriamente ao valor excepcional ou não da proposta que é candidata. Enfim, trata-se de um processo em andamento e sobre o qual há muito a se conhecer. No futuro, será possível analisar criticamente o quanto sua inclusão ou não à Lista de Patrimônio Mundial irá garantir sua permanência e sua manutenção como

uma política de Estado, chancelado ou não pela UNESCO, em vez de como uma ação de um governo e/ou de um grupo.

Referências

ARGENTINA. Decreto Nacional n. 1.133, del 15 de junio de 2015. **Boletín Oficial**, Buenos Aires, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ARGENTINA. **Ley n. 26.415, del 29 de septiembre de 2008**. Buenos Aires: Congreso de la Nación Argentina, 2008. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26415-145271>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MSME. **Expediente de Nominación para la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO**. Secretaria de Derechos Humanos. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Buenos Aires, Argentina, 2021. Disponível em: <<http://www.museositioesma.gob.ar/unesco/expediente/>>. Acessado em 26 de agosto de 2022.

MSME. **La ex ESMA**. Buenos Aires: Museo Sitio de Memoria Esma, 2021. Disponível em: <<http://www.museositioesma.gob.ar/el-museo/la-ex-esma/>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MSME. **Se inauguró el Espacio de Visibilización de la candidatura del Museo Sitio de Memoria ESMA [...]**. Buenos Aires, 16 de agosto de 2022b. Facebook: Museo Sitio de Memoria ESMA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SitiodeMemoriaESMA>>. Acesso: 25 de ago. 2022.

MSME. **UNESCO**. Buenos Aires: Museo Sitio de Memoria Esma, 2022c. Disponível em: <<http://www.museositioesma.gob.ar/unesco/candidatura/>>. Acesso: em 25 de ago. 2022.

TORRES, S; BRIZZIO, C. **ESMA: la investigación judicial**. Buenos Aires, Eudeba, 2021.

UNESCO. **Decisions adopted by the 26^a session of the World Heritage Committee**. Budapest, Hungary 24 - 29 June 2002. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/decisions/1217/>>. Acesso: 26 de ago.2022.

MEMORIALIZAÇÃO IMEDIATA EM LUGARES TRAUMÁTICOS

Dani Marin Amparo Rangel³

Juliane C. Primon Serres⁴

Introdução

Comumente, nos estudos de lugares traumáticos, estão inseridos os processos de desejo e demanda, proposição e discussão, e de consolidação, ou não, (em arranjos não tão simples quanto essa proposição) de projetos de memoriais e museus. Projetos que muitas vezes estão associados a dinâmicas temporais, de algum modo, distanciadas das ocorrências geradoras, por diversos motivos, como a prioridade pelas causas jurídicas, responsabilização ou reconhecimento do Estado, ou mesmo um tempo de própria recuperação de suas vítimas. Por outra parte, podem envolver o desenvolvimento de concursos arquitetônicos, arrecadação de recursos, negociações para a sua gestão, a definição de seus conteúdos, e mesmo um tempo de maturação dadas as diferenças de complexidades das propostas. De modo que o andamento de projetos reivindicados, não necessariamente seguindo essa lógica do tempo, são postos em ação ou inaugurados, em alguns anos, a depender da complexidade do caso e de dinâmicas contextuais locais. Como ocorrido no caso dos atentados aos EUA em 2001, com o sucedido em Nova York, em que o *9/11 Memorial & Museum* foi inaugurado no local da ocorrência, após passados 13 anos (antecedido por outras iniciativas como projetos com familiares e exposições). E no caso do Pentágono, em Arlington, criou-se o *9/11 Pentagon Memorial*, passados 7 anos; a diferença do caso de Madrid, quando dos atentados a bomba em 11 de março de 2004 em trens, que resultou na criação de um monumento, conhecido como *Espacio de las palabras*, nas dependências da Estação Atocha, que tardou 3 anos a se inaugurar; ou mesmo o caso da discoteca *República de Cromañón*, incendiada em Buenos Aires em 2004, em que até o presente não se empreendeu outro projeto que não o de permanência do edifício-testemunho-ruína, além de outras ações memoriais constituídas nas cercanias do prédio; finalmente, o caso da boate Kiss, incendiada em 2013, na cidade de Santa Maria, que embora articulado um plano de memorial, até o momento não foi realizado.

Não é intenção insinuar que estes casos traumáticos recentes devem culminar ou solucionar o problema da memorialização com a criação de projetos de museus e memoriais. Somente são citados, exclusivamente e especialmente esses cinco, em razão da observação de outras dinâmicas que surgiram em cena em outros arranjos temporais. Sendo a intenção da presente argumentação demonstrar uma outra perspectiva de investimento de sentidos e do empreendimento de ações, que ocorreram nesses casos supracitados. Que a diferença dessas atribuições que se consumam alguns anos após a ocorrência, destacam-se nos modos de operação que ocorrem desde as primeiras 24 horas a partir do evento gerador, e que enquadram outro tipo de perspectiva da memória nos lugares traumáticos.

Tal perspectiva é possibilitada com o apoio dos estudos do campo de pesquisas em desastres (*Disaster Research*), que podem caracterizar ocorrências como essas, geradoras do processo de desastre, balizado não pelos aspectos ou dimensões desses eventos precipitantes, mas sim por aquilo que eles

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Contato: <damparodani@gmail.com>

4 Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Memória e Patrimônio em Lugares de Sofrimento (NEMPLuS). Contato: <julianeserres@gmail.com>

geram socialmente em suas comunidades. Ronald Perry (2018) trata o desastre como um processo social, referente a interrupção dos sistemas de proteção cultural de determinada comunidade, interrupção de rotina, e necessidade de elaboração e posta em prática de novos e/ou temporários modos de seguimento da vida comunitária nesses grupos. Nessa trilha, o campo de pesquisas em desastres auxilia na compreensão de alguns elementos constituintes desses processos de desastre, sobretudo no que diz respeito aos lugares e aos sujeitos e comportamentos que os criam/ocupam, conforme veremos.

Desse modo, o *Convergence Behavior in Disasters* de Charles Fritz e J. H. Mathewson (1957), a sua época, caracterizou que “*A virtually universal phenomenon following disasters is the mass movement of people, messages, and supplies toward the disaster-struck area.*”⁵ (1957, p. 1). Nos termos de que habitam neste fenômeno uma série de comportamentos que ocupam os lugares relacionados a esses processos de desastres. Nesse sentido, os autores elaboraram cinco tipos de sujeitos-comportamentos, que são: *the returnees*, representando os proprietários que desejam voltar a área circundante afetada; *the anxious*, que buscam por notícias de afetados e sobreviventes; *the helpers*, que se envolvem para prestar diversas formas de auxílio; *the curious*, que manifestam interesse de observar de perto a ocorrência; e *the exploiters*, que tiram algum tipo de vantagem da situação. Ainda, os autores definiram e delimitaram áreas de principal ocupação desses comportamentos, a partir do centro da ocorrência. Todavia, foi o estudo de James Kendra e Tricia Wachtendorf (2003) no bojo do 9/11, que caracterizou novos comportamentos e delimitações dos lugares, que interessam a essa investigação. Em que além dos cinco supracitados, inseriram *the supporters or fans*, que demonstram solidariedade a situação e/ou apoio ou reconhecimento aos trabalhadores envolvidos no processo de resgate; e finalmente *the mourners or memorializers*, que lamentam, homenageiam e demonstram suas condolências às vítimas e sobreviventes. Ainda, atualizaram a proposição anterior das zonas, para apropriações e determinações de lugares como vinculados a partir da ação dos sujeitos-comportamentos. Nesses termos, a abordagem aqui proposta centraliza-se principalmente nos dois últimos grupos, que são os de apoio ou fãs, e os enlutados e memorializadores, e em suas determinações dos lugares.

Para tanto, são estes comportamentos que geraram os objetos-memoriais foco das investigações empreendidas pelas autoras no âmbito do caso da boate Kiss nos últimos anos. Que podem ser interpretados como memoriais temporários (DOSS, 2008), assembleias memoriais (SANTINO, 2006), santuários espontâneos (SANTINO, 2010), criados pela oferta de objetos manufaturados, artesanatos, mensagens, fotografias, entre outros. E que podem ocupar tanto o lugar da ocorrência, a depender das dimensões do dano e da liberação de acesso, ou na impossibilidade disso, podem eleger outros lugares como representativos, vinculados ou não (TRUC, 2018), como praças e ruas significativas da localidade (EGBO, 2010). Assim, embora os memoriais-santuários, possam ser percebidos como os principais meios de manifestação, e com certa padronização entre os casos, outros objetos e ações podem constituir-se, como as assembleias, conforme veremos.

Cinco casos de referência: Manhattan - Nova York & Cemitério Nacional – Arlington, estações e ruas – Madrid, rua bartolomé mitre - Buenos Aires, lugares de santa maria – Rio Grande do Sul

Das cinco proposições citadas neste trecho, quatro são resultado de revisão bibliográfica, que objetiva fornecer elementos de discussão para a abordagem, e o quinto – Santa Maria – é objeto de investigação das autoras. Desse modo, tal trecho apresenta esses elementos que gravitam em espaços circundantes aos lugares consagrados e/ou demarcados após essas ocorrências traumáticas, em uma

5 Em tradução livre: “Um fenômeno virtualmente universal após desastres é o movimento em massa de pessoas, mensagens e suprimentos em direção à área afetada”.

perspectiva de vinculação de fenômeno entre este grupo de ações e o caso de Santa Maria, que juntos constituem uma pequena mostra desse fenômeno de ocorrência universal. Cabe a menção de que são citados alguns aspectos que possibilitam essas conexões, enquanto outros ficam de fora, visto a impossibilidade de abordagem aprofundada de todos os lugares-meio apropriados nestes diversos casos.

No âmbito do caso dos atentados terroristas ao território estadunidense, em 11 de setembro de 2001, foram Manhattan e lugares circunvizinhos ao Pentágono que se tornam áreas de convergência. O primeiro, em decorrência da dimensão da situação e dos danos causados, que de acordo com Kendra e Wachtendorf, demarcou-se com os comportamentos convergentes na área do sul da ilha. O segundo, dadas as circunstâncias de isolamento do Pentágono, resultou em que os convergentes fossem em direção a lugares mais próximos do perímetro atingido, criando espaços memoriais, utilizando diferentes superfícies, naturais e artificiais.

Em Nova York, apoiadores e fãs, durante algum tempo, reuniam-se na esquina com a *West Side Highway*, cerca de 400 metros do local da queda das torres, agitando bandeiras, portando faixas, saudando e aplaudindo a passagem dos veículos oficiais de resgate e rescaldo (KENDRA; WACHTENDORF, 2003). Além disso, esses simpatizantes, assim como outros convergentes, manifestaram-se através da oferta de mensagens e faixas, ao longo de todas as cercas de isolamento do perímetro (idem), recordando-nos dessa reiterada ação, que constituía o *Memorial Fence*, desde o atentado ocorrido em Oklahoma no edifício Federal Alfred Murrah em 1995, em que essa “cerca memorial” tornou-se o principal meio de manifestação desses comportamentos convergentes em lugares isolados por esse tipo de estrutura (ZEITLIN, 2006). Na mesma direção, Kendra e Wachtendorf abordaram os enlutados e memorializadores, que manifestavam sua participação em locais como a *Union Square*, distante do epicentro da ocorrência aproximadamente três quilômetros; e nas suas imediações, acendendo velas, deixando flores, assim como mensagens de lamento e homenagem aos mortos, e manifestações que abordavam o dano ao país, e da destruição causada.

Em Arlington, os convergentes que se dirigiram às cercanias do Pentágono, de acordo com Margaret Yocom (2006), ocuparam diferentes lugares, aproveitando-se da paisagem as voltas do Cemitério Nacional de Arlington, dada a dificuldade de aproximação do perímetro do Pentágono. Então, constituíram estruturas memoriais em muros do cemitério, em gramados que beiravam as diversas rotas e vias expressas da região, e até em troncos de árvores. Os enlutados e memorializadores, dentre esses diferentes meios de manifestação, deixaram mensagens, coroas de flores, velas, posters, bandeiras e outros objetos.

No caso de Madrid, Cristina Sánchez-Carretero (2011) e Carmen Ortiz (2011) relataram ações de enlutamento e memorialização em diversos lugares e suportes, principalmente nas estações de trem entre Alcalá de Henares e Atocha, linhas em que se ativaram as bombas, usando muros externos e paredes internas para escrever ou fixar mensagens, e vários acumulados de velas e flores no piso no interior e/ou entrada das estações. Também, em praças e monumentos, sobretudo em decorrência dos encontros que Gêrôme Truc (2018) relatou reunir milhões de pessoas; e nas vitrines do comércio, janelas e sacadas de moradias em qualquer lugar de Madrid, assim como locais de emprego de trabalhadores vitimados pela ocorrência (ORTIZ, 2011).

No caso de Buenos Aires, Maximiliano Korstanje (2007) relata que no espaço da rua *Bartolomé Mitre*, defronte ao prédio da casa noturna criou-se um objeto que ficou conhecido como Santuário, resultado da vinda dos convergentes, que ofereciam objetos como cruces, rosários, flores, fotos das vítimas, diversos formatos de mensagens e cartazes, além de reunir os tantos calçados que ficaram para trás no momento da fuga e resgate.

No caso de Santa Maria, Dani Marin Rangel (2022) relata que os comportamentos convergentes passaram a demarcar as proximidades do local do incêndio, na rua dos Andradas, ainda isolada, e nos dias seguintes, a partir do redimensionamento do isolamento, apropriaram-se de superfície próxima a fachada do prédio da boate. Tal empreendimento, enquadrou-se na perspectiva supracitada dos memoriais-santuários, composto por flores, fotografias, cartazes, mensagens em bilhetes e cartas, e objetos como camisas de time de futebol, bandeiras e pelúcias. Além dessa convergência à rua dos Andradas, passadas 24 horas da ocorrência geradora, agrupamentos recém articulados reuniram-se em outras zonas, como a principal praça do centro da cidade, a Saldanha Marinho, que foi palco de celebrações religiosas ecumênicas. Assim como a assembleia memorial empreendida a partir do centro da cidade, reunindo cerca de 30 mil pessoas percorrendo lugares como a rua dos Andradas, e principais vias, até chegar ao Centro Desportivo Municipal Miguel Sevi Viero, local em que se deu o processo legista, de identificação e o velório coletivo de parte das vítimas fatais. Neste último lugar, não se criou um memorial aos moldes da rua dos Andradas, resultando então em um movimento de convergência que atuou naquele espaço enquanto durou a permanência desses sujeitos convergentes. Em tal mobilização, tomado o espaço de um dos blocos do complexo, quadras e arquibancadas foram ocupadas, enquanto sujeitos circulavam no espaço central portando seus cartazes com mensagens e fotografias, e outros tocavam instrumentos musicais, e coros, rezas e palmas os acompanhavam.

Em síntese, essas diversas situações e lugares-meio podem ser significadas a partir do argumento de Steve Zeitlin (2006) sobre seu estudo de ações memoriais em Nova York. Em que o autor argumentava que enquanto muita água era derramada no local das torres, a cidade se inundava de palavras (2006). E são essas palavras, que representam emoções, e são representadas em imagens e em atos, que inundam esses diversos lugares, e que se espalham até onde o fluxo alcançar.

Então, todos esses lugares foram meios de manifestação para aqueles que convergiam a essas situações, sobretudo para a criação dos memoriais, e de outras marcas causadas pelas assembleias. Todas essas situações, posteriormente a esses momentos iniciais de apropriação, possuem largas histórias e processos de investimento memorial, seja estatal ou popular, só que não necessariamente nesses mesmos lugares. Então, esses investimentos posteriores, marcaram e significaram alguns lugares, sobretudo os espaços mais próximos da queda dos aviões e das estruturas por eles destruídas, da principal estação relacionada a explosão das bombas, e dos prédios dos incêndios, afinal foi nesses lugares que se deu a maioria das mortes. Enquanto os lugares-meio daquela convergência imediata, dos apoiadores e fãs, e dos memorializadores e enlutados, não ficaram marcados àqueles moldes, como os apropriados nas ruas Manhattan, vitrines, vidros de carro e qualquer outra superfície empoeirada pelas cinzas da destruição; os espaços verdes e muros do Cemitério Nacional de Arlington ao redor do Pentágono; as estações de trem, as praças, as ruas, as vitrines e janelas de Madrid; a rua *Bartolomé Mitre*; e o centro de Santa Maria, na rua dos Andradas, na Praça Saldanha Marinho⁶ ou no Centro Desportivo; em maior ou menor escala representadas nesses poucos casos elegidos a integrar essa discussão.

Entretanto, em alguns dos casos desses processos de respostas comunitárias a essas situações dramáticas, ações institucionalizadas objetivaram a guarda das materialidades decorrentes dessas diversas ofertas dos convergentes. Foi essa a situação específica de Madrid, em que a coleta de cerca de 70 mil itens resultou no *Archivo del duelo* (SANCHEZ-CARRETERO, 2011), que embora não demarque os lugares, salvaguarda os objetos que falam destes e sobre estes. No caso estadunidense, diversas foram as práticas de registro, como a levada a cabo pela *City Lore*, conduzida por Zeitlin (2006),

6 Cabe ressaltar que a Praça Saldanha Marinho, sofreu demarcações posteriores, fruto de fenômeno memorial distinto daquele empreendido no dia seguinte ao incêndio. Assim como vários dos outros lugares vinculados as situações citadas.

a fotografar e registrar os memoriais e demais ações, objetivando futuras exposições fotográficas. Ou mesmo, o resultante do Serviço Nacional de Parques que recolhia os objetos-memoriais de locais em que a municipalidade tentava devolver à normalidade, neste caso sem o cuidado da documentação, mas que foram usados para diversas exposições posteriores (ZEITILIN, 2006). Mas, esse tipo de tratamento não é exclusividade de todos os casos, visto que não ocorreram em Buenos Aires e Santa Maria.

Finalmente, a premissa foi sobre a distinção entre o que se deseja imediatamente, ou ao longo dos anos, para aqueles lugares, e aquilo que é empreendido imediatamente naqueles locais e adjacências. Pois, tanto o caso de Santa Maria, quanto o de Nova York, e imagina-se que muitos outros, rapidamente, tiveram pronunciamentos ou proposições virtuais do que fazer com os sítios, enquanto santa-marienses e nova-iorquinos (e outros), estavam a preencher esses espaços, evidentemente com outros objetivos que o destino destes.

Considerações finais

A guisa de conclusão, ao menos no escopo deste texto, coube a abordagem dos movimentos iniciais de tratamento de lugares traumáticos, tendo como marco temporal as seguintes 24 horas, aos primeiros dias após o evento precipitante. Nesses termos o texto propôs um enfoque sobretudo nas adjacências, maiores ou menores, a depender do caso. A diferença do que foi brevemente apresentado sobre os empreendimentos posteriores específicos a estes casos e seus sítios.

De maneira que a intenção foi o tratamento dessas outras dinâmicas, menos comuns aos estudos memoriais de lugares traumáticos. Neste caso, então possibilitada por meio do auxílio dos estudos em desastres, e a observação dos comportamentos convergentes e seus lugares-meio. Assim, oportunizando a reflexão sobre a criação dos memoriais-santuários, a presença das assembleias memoriais e os modos de apropriação dos lugares nestes cinco casos diversos, levando-se em conta as formas de manifestação e as suas questões contextuais.

Finalmente, embora posteriormente desaparecidas, as palavras, em emoções, imagens e atos pelas cidades, em alguns casos, geraram arquivos e exposições, em outros não. De todo modo, preservadas ou não, representaram a diferença entre aquilo que foi dito e discursado sobre os casos e lugares, e aquilo que foi empreendido imediatamente.

Referências

DOSS, E. **The emotional Life of Contemporary Public Memorials**. Towards a Theory of Temporary Memorials. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. 53p.

EGBO, R. **Memorializing the Victims of Terrorism**. Canada: Department of Justice, 2010. 35p.

FRITZ, C.; MATHEWSON, J. **Convergence Behavior in Disasters: A Problem in Social Control**. Washington D.C.: National Research Council, National Academy of Sciences, 1957. 144p.

KENDRA, J.; WACHTENDORF, T. Reconsidering convergence and converged legitimacy in response to the world trade center disaster. In: CLARKE, L. **Terrorism, and disaster. New Threats, new ideas**. New York: Elsevier, 2003. p. 97-122.

- KORSTANJE, M. La Tragedia de Cromañón: Un caso de religiosidad popular urbana. **Aposta Revista de Ciencias Sociales**, n. 33, p. 1-34, 2007.
- ORTIZ, C. Memoriales del atentado de 11 de marzo em Madrid. In: SÁNCHEZ-CARRETERO, C. **El archivo del duelo**. Análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas. p. 33-68
- PERRY, R. Defining Disaster. An evolving concept. In: RODRÍGUEZ, H.; DONNER, W.; TRAINOR, J. **Handbook of disaster research**. 2. ed. Switzerland: Springer, 2018. p. 3-22.
- RANGEL, D. M. Resposta comunitária ao desastre. O caso da boate Kiss. **Dissertação**. Mestrado. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2022. 191p.
- SÁNCHEZ-CARRETERO, C. **El archivo del duelo**. Análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas. p. 11-32.
- SANTINO, J. Performative Commemoratives. Spontaneous Shrines and the Public Memorialization of Death. In: SANTINO, J. **Spontaneous Shrines, and the Public Memorialization of Death**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 5-15.
- SANTINO, J. Spontaneous Shrines, Memorialization, and the Public Ritualesque. Ritsumei. **The Institute of Humanities, Human and Social Sciences of Ritsumeikan University**, n. 94, 2010, p. 51-65.
- TRUC, G. **Shell Shocked**: The social response to terrorist attacks. Cambridge and Medford: Polity Press, 2018. s/p.
- YOCOM, M. “We’ll Watch Out for Liza and The Kids”: Spontaneous Memorials and Personal Response at the Pentagon, 2001. In: SANTINO, J. **Spontaneous Shrines, and the Public Memorialization of Death**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 57-98.
- ZEITLIN, S. Oh, Did You See the Ashes Come Thickly Falling Down? Poems Posted in the Wake of September 11. In: SANTINO, J. **Spontaneous Shrines, and the Public Memorialization of Death**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 99-117.

CRIMES DE GUERRAS: A DESTRUIÇÃO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS PELO ESTADO ISLÂMICO (ISIS)

Bruno Roque Younes⁷

Yuri Bernardon Durze de Lima⁸

Introdução

O mundo se tornou palco de beligerância. O multiculturalismo e a diversidade cultural têm ocasionado a existência de vários mundos. Este cenário propicia o surgimento de divergências, que ocasionam uma polarização de vieses sociais que acabam resultando em vários conflitos internos e externos, sejam eles de cunho nacionais e/ou internacionais.

As guerras tem a capacidade de destruir um território por inteiro. Essa destruição inclui, patrimônios materiais e imateriais. A destruição de um bem cultural pode constituir uma forma de genocídio cultural ou de desmoralizar povos beligerantes opostos; o lucro da pilhagem e do saque são utilizados para financiar o terrorismo, com isso o patrimônio cultural tem sido mais uma vítima da guerra. A destruição do patrimônio cultural acarreta uma perda para toda a humanidade.

O patrimônio histórico tem por objetivo descrever a identidade de um povo bem como construir um ideal de nacionalismo através de um bem material. Para Choya (2006), o monumento histórico,

[...] muito se assemelha a um universal cultural. Sob múltiplas formas, ele parece presente em todos os continentes e em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escrita. O monumento, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, tendendo a acumular outras funções. (CHOYA, 2006, p. 18)

Atualmente, percebe-se que o número de destruição feita pelo Estado Islâmico não tem se apresentado tão inciso como antigamente, no entanto, o resultado da atuação deste grupo terrorista, ainda se mantém na tentativa dos países invadidos de reconstruir suas identidades. Precedentes históricos da guerra e da proteção do patrimônio cultural são remontados pela proteção desses bens culturais e esta não pode se vincular às necessidades militares de atingir um resultado vitorioso, que está subjacente a todo direito internacional humanitário.

Essas ações beligerantes violam as resoluções do Conselho de Segurança, tal como a Resolução 2199 que condena a destruição do patrimônio histórico, bem como o contrabando de objetos para que possam ser vendidos no *black-market* com o objetivo de agarrar financiamentos para que o grupo terrorista do Estado Islâmico possa, continuar suas investidas em territórios que possuem o potencial de saqueamentos, sendo assim, corrobora-se o entendimento de que, o Isis, tem por principal objetivo a destruição de bens culturais como fator efetivo da desnacionalização.

Dessa forma, a destruição de qualquer patrimônio cultural, seja material ou imaterial é considerado um crime de guerra, e atualmente, se tornou uma estratégia utilizada por grupos terroristas com o objetivo de genocídio cultural. Assim, a defesa do patrimônio cultural é mais do que uma questão cultural, é uma necessidade de segurança para a identidade das próximas gerações das nações que sofrem com estes ataques.

7 Graduação em História pela Universidade Adventista de São Paulo. E-mail: <brunoyounes47@gmail.com>

8 Estudante do Ensino Médio do Curso e Colégio Conexão. E-mail: <yuribdlima2007@gmail.com>

O estado islâmico (isis)

Quando se fala em grupos terroristas, os olhares sempre se voltam para o Oriente Médio⁹, neste cenário devemos sempre analisar de que forma o viés social está sendo construído pois, de fato, os maiores grupos terroristas são de origem desta região, no entanto, ganham espaço em regiões que até então não tiveram nenhum tipo de envolvimento. Há diversos estudos sobre o Oriente Médio, no último século percebeu-se um aumento considerável de guerras e rebeliões, isso faz uma necessidade de uma reflexão histórica para que se possa entender de que forma estes levantes são visualizados no atual século.

O surgimento da prática do terrorismo segundo historiadores, tem sua gênese na Revolução Francesa (1789-1799), mais especificamente durante a fase que em os jacobinos¹⁰ estiveram no poder, que ficou conhecido como “Reino de Terror” (1793-1794), onde, o líder deste grupo, chamado de Maximilien de Robespierre.

Neste contexto, o termo terrorismo ganhou uma conotação positiva, pois, o uso deste na sociedade francesa revolucionária tinha por objetivo garantir as conquistas deste grupo contra aqueles que queriam que o Antigo Regime retornasse. Assim, a nova ordem que estava sendo instaurada pelos revolucionários possibilitava o impedimento de que os suspeitos da oposição conseguissem ter acesso novamente ao poder.

No entanto, este termo passou a ter uma conotação negativa a partir do momento em que os jacobinos passaram a perseguir de forma sistêmica. Foi criado um tribunal que ganhou o nome de “Julgamento Sumário” onde, aqueles que eram considerados inimigos do Estado eram guilhotinados sem ao menos terem o direito a defesa. Sendo assim, qualificar alguém ou um grupo como terrorista passou a significar deslegitimação política.

De forma mais geral, o tipo de terrorismo empregado durante a Revolução Francesa, conhecido como terrorismo de Estado, consiste na utilização da política de destruição de minorias étnicas e/ou opositores de um regime, ou seja, o grupo político que retém o poder faz uso do terror como ferramenta de governabilidade [...] (GONÇALVES, 2015, p. 13).

O surgimento do Estado Islâmico tem sua origem no maior grupo terrorista já apresentado na história, a Al-Qaeda. Com o seu surgimento efetivo em 2003, na região do país do Iraque, o Estado Islâmico passou a utilizar o nome de: Al Qaeda no Iraque (AQI). Este grupo tinha por objetivo lutar contra as tropas norte-americanas que haviam se instalado no Iraque em 2003, onde dizia-se que iria combater o terrorismo e os xiitas que estavam no local, ou seja, defendiam o ideal da democracia, pois, grupos terroristas islâmicos não praticam a democracia, simplesmente tomam o poder e se estabelecem na região.

[...] Os terroristas montam uma cena aterradora de violência que captura nossa imaginação e a voltam contra nós. Ao matar um punhado de pessoas, fazem com que milhões temam por suas

9 O Oriente Médio é uma região que pela maior parte do século passado foi afetada por guerras e revoltas, e que apresenta poucos sinais de superação desta situação. Intervenções externas, guerra entre Estados, dinheiro, petróleo, religião, estagnação econômica e um excesso de paixão parecem obstruir essa superação. É por estas razões uma região que desafia qualquer observador, sejam eles aqueles com o olhar externo buscando compreender e prever isto ou mesmo as próprias pessoas que habitam esta área. Ainda assim, uma reflexão analítica pode ajudar não apenas os melhores a entender a região, mas também a reconhecer o impacto que ela tem no contexto global. É na própria história de subordinação a influências externas e continua desigualdade de poder frente a países desenvolvidos que o Oriente Médio moderno tem que ser compreendido; essa história também definiu os meios pelos quais é similar ao resto do terceiro mundo (HALLIDAY, 2005, p. 14).

10 Grupo formado por membros da pequena burguesia, que defendiam o ideal de uma sociedade igualitária (VICENTINO; DORIGO, 2008).

vidas. Para aplacar esses temores, governos reagem ao teatro do terror com um show de segurança, orquestrando imensas demonstrações de força, como a perseguição a populações inteiras ou a invasão de países estrangeiros [...] (HARARI, 2018, p. 205).

Este grupo terrorista passou a ganhar visibilidade no Oriente Médio, em muitos países, a população, que seu percentual é de maioria muçulmana, acabam por acreditar que, dando o poder a estes grupos fundamentalistas é a única forma de conseguirem retirar qualquer investida das nações ocidentais, principalmente dos Estados Unidos da América.

O Estado Islâmico, como é conhecido no Ocidente, trata-se de uma organização militar bem estruturada, com grande profissionalismo e com um objetivo bem claro – a disputa pelo poder, onde, se utiliza da religião islâmica com o pretexto e ao mesmo tempo escudo para legitimar suas atividades na guerra civil, principalmente em regiões da Síria e Iraque.

Atualmente, o termo terrorismo ganhou uma conotação que pode ser definido como:

Uma violência grave cometida com qualquer meio, que provoca morte, lesões corporais ou graves prejuízos à propriedade, contra pessoas inocentes com o objetivo de causar tais consequências, direta ou indiretamente, e obter, pela coação ou intimidação de alguns grupos específicos ou governo, ou qualquer outro similar, benefício de natureza política, militar, religiosa ou filosófica, e sem qualquer justificação ou escusa (LYMAN E POTTER, 2007, p. 326).

Para as Organizações das Nações Unidas, em sua resolução nº 1.566, de 8 de outubro de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, define terrorismo da seguinte maneira:

(...) atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com o fim de causar morte ou lesão corporal grave ou de tomar reféns, de forma a provocar estado de terror no público em geral ou em um grupo de pessoas, intimidar uma população ou compelir um governo ou organização internacional a praticar ou deixar de praticar qualquer ato.

Por outro lado, o historiador Eric Hobsbawm, considera que terrorismo é uma estratégia utilizada pelas nações desenvolvidas (grande parte do ocidente) como justificativa para práticas intervencionistas em nações consideradas como Estados Débeis. Em meio a essa crise interna, potências internacionais também se envolveram no confronto. O fato é que nenhuma das forças se revelou forte o suficiente para derrotar seus adversários.

O caso de Nimrud

A cidade de Nimrud localizada ao norte do país do Iraque tem chamado a atenção de arqueólogos e historiadores a partir do século XIX, quando deram início as escavações do território em busca de comprovações sobre esta civilização antiga. Esta cidade recebe este nome em homenagem ao rei bíblico Nimrud. Sua prosperidade ganhou notoriedade durante o reinado do rei D. Ashurnasirpal II (883-859 a.c), quando se tornou capital do Império Assírio.

Essa cidade voltou a aparecer nos tabloides quando o grupo terrorista conhecido por Estado Islâmico fez um ato de destruição dos patrimônios, como estátuas de dentro do Museu de Mossul, filmando e postando em suas redes sociais. Segundo o Ministério de Turismo e Antiguidades do Iraque, a cidade de Nimrud também foi atacada pelos jihadistas que utilizaram escavadoras e tratores para destruí-la. A justificativa utilizada pelo Estado Islâmico é que são contrários a idolatria, prática de adoração a imagens, por isso destrói estátuas que representam seres humanos ou animais.

Para a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a destruição

da cidade de Nimrud é um ato terrorista sem fim pois, a cidade é um achado arqueológico de extrema importância para a preservação da história do Império Assírio, bem como, uma forma de reestabelecer a memória desta civilização mesopotâmica tão importante para a história.

Além de suas violações bárbaras dos direitos humanos, O ISIS procurou ainda destruir estas comunidades [minoritárias], apagando sua herança religiosa – atacando as igrejas, mesquitas, santuários e locais antigos. Ao segmentar culturalmente a arqueologia Assíria, o ISIS vai além da etnia e limpeza religiosa para destruir ainda mais qualquer rastro histórico das pessoas que se deslocaram. Porque esses locais retornam a um florescente passado pluralista que legitima as histórias de minorias religiosas, esses locais são vistos como ameaça ao ISIS e são sumariamente destruídos. O grupo acredita que não pode controlar o futuro antes de controlar o passado (HORA; PORTO, 2018, p. 266).

A UNESCO define que estes atos feitos pelo grupo terrorista Estado Islâmico são classificados como “limpeza cultural”, negando a cultura do outro, apagando as minorias com o intuito de eliminar a diversidade cultural. Este quadro de análise histórica faz com que possamos entender que esta violência cultural demonstra a ideologia do Estado Islâmico que é uma prática sectarista, ou seja, tem por objetivo a divisão e por fim, destruição.

As ações dos países ocidentais

Ao término da Segunda Grande Guerra Mundial, a bipolarização foi alçada como única fonte de saída para a reorganização das nações, dividindo assim, entre Capitalismo e Socialismo. No entanto, esta não foi a única divisão a ocorrer, tivemos também o surgimento de vários grupos terroristas nos continentes África e Ásia de cunhos nacionalistas, liberacionistas e revolucionários, contra o domínio estrangeiro em seus territórios.

Entre os anos de 1960 a 1980, estas organizações militares, buscaram o uso recorrente de explosivos e atentados, além de sequestros e a manutenção de reféns. A partir de 1980, uma nova técnica passou a ser utilizada por estes grupos, a questão religiosa, onde passaram a praticar atos suicidas, com um grande número de vítimas.

No final do século passado e início deste, os grupos terroristas passaram a recrutar jovens a causa, adquirindo assim uma escala internacional, com ações de planejamento e execução, contribuindo assim para que a mídia utilizasse este cenário como forma de dar visibilidade a estes grupos, mesmo não sendo o objetivo efetivo. De acordo com Yuval Harari (2018, p. 209) “Para aliviar esses temores, o Estado é levado a responder ao teatro do terror com seu próprio teatro da segurança [...]”

[...] A resposta mais eficiente ao terrorismo poderia ser uma inteligência e ação clandestina contra as redes financeiras que abastecem o terror. Mas isso não é algo que os cidadãos possam ver na televisão. Os cidadãos viram o drama terrorista do World Trade Center desmoronando. O Estado sente-se compelido a encenar um contradrama igualmente espetacular, com ainda mais fogo e fumaça. Assim, em vez de agir silenciosa e eficientemente, o Estado desencadeia uma poderosa tempestade, que muitas vezes realiza os mais acalentados sonhos dos terroristas (HARARI, 2018, p. 209).

Algumas medidas como ações dos países ocidentais são provenientes de organizações internacionais mantidas e reconhecidas pela ONU (Organização das Nações Unidas). Entre os anos de 2014 e 2016 foram protocoladas 21 resoluções no Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas que, tem por objetivo encontrar um caminho para diminuir o poder de grupos terroristas que ascenderam e ganhara visibilidade nos últimos anos do atual século.

Uma das medidas que podemos aqui citar é que os Estados-membros que atuam juntamente a ONU, possam impedir que os terroristas espalhem suas propagandas extremistas, que incitam a violência por meio de mídias sociais e possam impedir o recrutamento de mais militantes para o seu projeto.

[...] O terrorismo hoje é principalmente teatro, o terrorismo nuclear, o ciberterrorismo ou o bioterrorismo representariam, no futuro, uma ameaça muito mais séria, e exigiriam uma reação mais drástica dos governos. Exatamente por causa disso deveríamos ser muito cuidadosos ao diferenciar esses cenários futuros hipotéticos dos ataques terroristas que temos testemunhado até agora [...] (HARARI, 2018, p. 211).

Dessa forma, o controle das mídias sociais, centros de seguranças e locais que podem ser visíveis a grupos terroristas devem ser prioridade nas discussões destes Estados-membros, pois, o sucesso destes jihadistas depende inteiramente de nós. Se permitimos que nossa imaginação seja utilizada pelos terroristas, o terrorismo terá sucesso.

Da mesma forma, embora os governos devam monitorar grupos radicais e agir para evitar que assumam o controle de armas de destruição em massa, precisam equilibrar o medo do terrorismo nuclear com outros cenários ameaçadores. Nas duas últimas décadas os Estados Unidos gastaram trilhões de dólares e muito capital político em sua Guerra ao Terror. George W. Bush, Tony Blair, Barack Obama e suas administrações podem alegar, com algumas justificativas, que ao caçar terroristas eles os obrigam a pensar mais em sobreviver do que em adquirir bombas nucleares [...] (HARARI, 2018, p. 211).

Considerações finais

Este texto se propôs apresentar uma discussão sobre a proteção ao patrimônio cultural mundial, mais especificamente do Iraque. Percebe-se que vários documentos ao longo do século XX foram criados com o objetivo de proteger o patrimônio arqueológico, no entanto, quando se analisa o caso do Oriente Médio e Próximo, há questões que perpassam papéis e reuniões de chefes de estados. Temos o cenário de pendências colonialistas, nacionalistas e uma pluralidade cultural e religiosa, onde, dificilmente se acordará entre os grupos terroristas, principalmente o Estado Islâmico.

Ao longo dos anos, verificou-se a necessidade que as forças armadas que são encarregadas de limitar os avanços de grupos terroristas tivessem que se adaptar às evoluções apresentadas destes grupos. Para que possam atuar de forma central, a flexibilidade, a adaptabilidade e a capacidade de compreender as mudanças do ambiente é uma forma de conseguirem este feito.

Por fim, podemos notar que estas ondas terroristas que ocorrem nos países árabes têm ganhado espaço na Europa também, se expandido com a chegada de refugiados. Uma das questões que podemos deixar aqui como reflexão é: Qual resultado da chegada dos refugiados a Europa pode trazer como agravante para este cenário de ataques? Qual seria a motivação, ou força motriz dessa nova onda de ataques? Quais técnicas e táticas que serão utilizadas?

O patrimônio cultural nos permite o diálogo entre culturas das quais não se tinha acesso, unindo pessoas ao invés de destruí-las. Em um mundo acometido por conflitos, o patrimônio pode auxiliar na reconciliação, trazendo paz, pois, este carrega com si um valor simbólico.

Referências

- CHOYA, F. **Alegoria do patrimônio**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- HALLIDAY, F. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HOUAISS, A.; VILLAR M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LYMAN, M.; POTTER, G. **Organized crime**: Pearson Prentice Hall, 2004.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História para o ensino médio: história geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2008.
- ZAHREDDINE, D.; LASMAR, J. M.; TEIXEIRA, R. C. 2011. **O Oriente Médio**. Curitiba: Editora Juruá.
- ZISSER, E. **Lebanon: the challenge of independence**. Londres e Nova York: I.B. Tauris & Co ltda, 2000.
- ZYGMUNT, B.; BORDONI, C. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

TEXTOS ON-LINE

<[http://foreignaffairs.house.gov/hearing/hearing-ancient-communities-under-attackEstado Islâmico-s-war-religious-minorities](http://foreignaffairs.house.gov/hearing/hearing-ancient-communities-under-attackEstadoIslâmico-s-war-religious-minorities)>. Consultado em 12 de janeiro de 2018. 32 DE CESARI, C. Op. cit. p. 23.

<<https://www.redalyc.org/journal/2739/273960279008/html/>>.

Revista VEJA, Edição 374, 5 de novembro de 1975, p. 30.

SANZ, J. C. Sete Anos de frustração desde a eclosão da Primavera Árabe **El País**, 16 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513454978_043457.html>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

YOUNES, B. R. Líbano em chamas: a falência da pérola do Oriente Médio. **Brasil de Fato RS**, 6 de agosto de 2020 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/06/artigo-libano-em-chamas-a-falencia-da-perola-do-oriente-medio?fbclid=IwAR2n_ja4QeVTBLhqtK2dV9EzXOiExvg4gS6roCwowXi9FSzVqN695aZkeQ>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

MEMORIAL DA INDIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA EXPOGRÁFICA SOBRE A COVID-19 NAS PRISÕES

Letícia Borges Nedel¹¹

Renata Cardozo Padilha¹²

Thainá Castro²

Mariana Schreider de Medeiros²

O trabalho propõe-se a refletir sobre uma experiência expográfica virtual interdisciplinar, desenvolvida durante o período da pandemia, a qual consistiu na construção de um memorial para os mortos de Covid-19 nas prisões do Brasil a partir do material informativo e de pesquisa produzido pelo projeto Infovirus, criado em abril de 2020. As conclusões tiradas de quase um ano de checagem diária de dados e declarações oficiais ensejaram o desdobramento do projeto na elaboração de um memorial virtual dos presos mortos por Covid-19 no sistema prisional brasileiro. A pandemia tem significado um contexto-limite que torna mais palpáveis para quem estuda a gestão da morte nas prisões brasileiras todas as contradições e violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional, as quais atingem prioritariamente a parcela negra da população de baixa renda. Apesar das denúncias feitas por entidades defensoras dos direitos humanos sobre violações impingidas às pessoas presas, a pandemia nas prisões foi alvo de ocultação, subnotificação e sigilo por parte dos órgãos governamentais ligados à segurança e ao sistema judiciário. A ideia do memorial foi mostrar que a invisibilidade da situação das pessoas privadas de liberdade e de seus familiares acarreta o esquecimento a respeito de suas dores. Sendo essas dores resultado de uma política de governo, elas acabam legitimadas e reproduzidas sem imputação de responsabilidade aos perpetradores. Assim, tratou-se de consolidar na internet um espaço multifuncional e interdisciplinar que organizasse em um discurso de cunho artístico-cultural a pesquisa produzida pela equipe do Infovirus, majoritariamente composta por acadêmicos da área do Direito, a respeito da gestão da Covid-19 nas prisões brasileiras e suas consequências para as pessoas privadas de liberdade. A expografia buscou iluminar as memórias levantadas nessa pesquisa pelo recurso às artes plásticas, à poesia, à informação jornalística e aos testemunhos de defensores públicos e de familiares sobre as pessoas vítimas da violência de Estado que faleceram de Covid-19 nas prisões brasileiras. Nesse sentido, o memorial se organizou a partir da metodologia de exposição virtual, com pesquisa de público e produção por etapa de núcleos informacionais e, de modo colaborativo, de um espaço para inclusão de histórias pessoais e outras manifestações em plataformas digitais. Construir um memorial virtual é uma estratégia política de ampliação do debate sobre o tema, bem como de organização dos materiais levantados. Como parte do processo de avaliação dessa experiência, articulamos a análise dos resultados alcançados às tensões entre as abordagens de descolonização da narrativa oficial x contranarrativas de minorias (autonarrativas) e suas consequências sobre a expografia.

11 (HISTÓRIA/UFSC)

12 (Museologia/UFSC)

QUEBRANDO A MOLDURA: A MUSEALIZAÇÃO DO CORPO EM MOVIMENTO

Angela Luciane Peyerl¹

Nadja de Carvalho Lamas²

Luana de Carvalho Silva Gusso³

O papel dos museus na sociedade atravessa séculos com diferentes roupagens, ganhando e perdendo funções de acordo com o período e a sociedade na qual estiveram inseridos. Por terem uma trajetória é que essa instituição chegou ao século XXI com uma função social. Diante disso, o presente trabalho tem o intuito de refletir acerca das definições de museus instituídas pelo ICOM. Analisando assim os pontos de tensão existentes entre arte e patrimônio, buscando assim experimentar ser museu, um diálogo além da materialidade do objeto, entendendo que o corpo do dançarino/performer em movimento pode se tornar passível de ser musealizado. Com o intuito de refletir a respeito do diálogo existente entre um corpo arquivo e os processos de corporificação, buscamos por meio deste trabalho analisar o conceito de artificação do corpo sem órgãos, este que é cunhado por Artaud (1983) e as experimentações de um corpo enquanto campo de forças e, conseqüentemente, passível de atravessamentos. A abordagem desta pesquisa é teórica, no que tange propor repensar os processos museológicos, em especial o processo de musealização. Assim, procuramos refletir sobre a inserção do corpo em movimento como algo novo e desafiador para a realidade atual das instituições de arte hoje no Brasil.

1 Univille | <angela.peyerl@gmail.com>

2 Univille | <nadja.carvalho@univille.br>

3 Univille | <lu_anacarvalho@yahoo.com.br>

DA GAVETA À EXPOSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A MUSEALIZAÇÃO DE ACERVOS EPISTOLARES

*Cristiéle Santos de Souza*⁴

*Carla Rodrigues Gastaud*⁵

Introdução

“Mil vezes o caleidoscópio gira diante dos olhos: antes de se cristalizar em uma forma precisa, figuras hipotéticas passam diante dos olhos, se estilhaçam em jatos de luz iriados antes de se imobilizarem sob outros ornamentos. [...] O sentido do arquivo tem a força e o efêmero dessas imagens convocadas uma a uma pelo turbilhão do caleidoscópio”.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo.

No texto em epígrafe, Arlete Farge descreve a sensação vivida por historiadores ao pesquisarem em arquivos, principalmente, quando estes se questionam sobre o sentido de verdade atribuído aos documentos. A musealização de acervos epistolares expõe os museus ao mesmo “turbilhão do caleidoscópio” descrito pela autora, no sentido de exigir um olhar diferenciado sobre esses acervos que são, ao mesmo tempo, cultura material e textos descritivos, narrativos e autorreferenciais. Cada carta apresenta um universo de sociabilidades e de objetos culturais mobilizados, os quais impõem novas formas de registro e novas reflexões éticas acerca da exposição da vida privada.

Neste artigo, a musealização de acervos epistolares é pensada a partir de duas reflexões distintas e complementares: a primeira propõe uma leitura das cartas como cultura material e como narrativa, expondo as particularidades dessa tipologia de acervo salvaguardada tanto em arquivos como em museus. A segunda reflexão propõe um olhar sobre as noções de museu, patrimônio e documento, compreendidos como parte de um mesmo processo que sustenta teoricamente a musealização de cartas e seus similares.

Cartas: entre cultura material e narrativa

Entre as muitas manifestações da cultura escrita, as cartas são aquelas que permitem um olhar sobre diferentes contextos de produção e circulação, uma vez que a cadeia operatória que envolve a escrita, o envio, a resposta e a guarda de uma carta se constrói sob condições diversas, em que redes de atores e objetos são mobilizados, direta ou indiretamente, para garantir que a mensagem enviada não se perca e que a relação de reciprocidade seja mantida. Assim, a leitura de uma carta permite tanto um olhar sobre a cultura material que a constitui, como um olhar sobre as pessoas cuja relação a carta media.

Não se sabe ao certo quando e onde teve início a prática da escrita epistolar, no entanto, é possível pensar as cartas como resultado da necessidade humana de comunicar e transmitir memórias, conhecimentos e experiências. São da Antiguidade as primeiras referências à prática da escrita de cartas

4 Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas; bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Mestrado e Doutorado – UFPel. E-mail: <cristiele.hst@gmail.com>.

5 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Docente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: <crgastaud@gmail.com>.

no Ocidente, de modo que, por meio das correspondências e dos tratados de retórica do período, foram apresentadas as regras para a escrita de cartas. De acordo com Emerson Tin (2005, p. 18), “Num período que cobre cerca de cinco séculos – desde o século I a.C. até o século IV d.C. –, menções a cartas aparecem nas obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos e Caio Júlio Victor, além das dispersas nas epístolas de Cícero, de Sêneca e de Gregório Nazianzeno”.

Nesse contexto, a existência de textos que normatizavam a escrita de cartas demonstra que essa prática estava inserida no cotidiano dos homens de letras que protagonizavam a vida pública na Antiguidade Ocidental. Ainda de acordo com Emerson Tin (2005), o modelo de escrita apresentado nas cartas de Cícero e de Sêneca foi adotado pela sociedade renascentista e influenciou muitos tratados de epistolografia nos séculos seguintes. Antes disso, a escrita epistolar se configurou como gênero e ocupou lugar de destaque no cotidiano de muitas ordens religiosas, as quais também elaboraram seus tratados, estabelecendo regras para a escrita de cartas no ambiente clerical.

Assim como as demais manifestações da cultura escrita, a carta passou por transformações ao longo do tempo, ocupou o espaço da intimidade e balizou relações de poder, de gênero e de hierarquia social. Na medida em que se foram ampliando os processos de alfabetização e escolarização, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a escrita de cartas passou a se consolidar como uma prática cotidiana, quando escrever boas e muitas cartas passou a ser um elemento de distinção social. Coletâneas de cartas foram publicadas e utilizadas como fontes para o estudo do comportamento e do passado dos correspondentes e de seus contextos. Algumas dessas coletâneas, como a correspondência de Madame de Sévigné, foram publicadas dezenas de vezes e chegaram a ser reconhecidas como documentos de valor histórico e literário. Nesse contexto, as cartas de pessoas comuns, que antes eram apenas objeto de interesse individual, ganham visibilidade e passam a integrar o seletivo grupo de bens, cuja preservação é de interesse coletivo. No entanto, como defende Bettioli (2008, p. 19), foi apenas no século XX que “os estudos do gênero [epistolar] reivindicaram o seu duplo estatuto de documento e monumento literário”.

As cartas testemunharam as muitas inovações tecnológicas relacionadas à escrita, desde as diferentes técnicas de confecção do papel e das tintas, até a transição do manuscrito para o texto datilografado. Nesse sentido, as cartas não apenas constituem-se como cultura material, como mobilizam outras materialidades. O papel, a tinta, os instrumentos de escrita, os envelopes, os selos, as caixas e os móveis destinados a guardar cartas são apenas algumas dessas materialidades. No caso dos selos, há, ainda, a prática do colecionismo que ressignifica o selo como um documento histórico e constitui a filatelia como um “ramo do conhecimento que tem por objecto o estudo dos selos postais e/ou, paralelamente o estudo de todas as formas de franquia utilizadas na circulação postal” (FERREIRA, 2008, p. 11). A filatelia, como prática do colecionismo, se consolida no século XIX, mesmo período em que há um evidente avanço dos correios motivado pelo desenvolvimento das estradas de ferro e pelo aumento da prática da escrita de foro íntimo, cujas materialidades passam a ocupar um importante espaço entre os bens de consumo da sociedade burguesa.

Em seu estudo sobre a vida em família entre o final do século XVIII e início do século XX, Michelle Perrot (2009, p. 169) chama a atenção para as materialidades mobilizadas pela prática da correspondência citando o exemplo de George Sand, que, em uma carta escrita em 3 de abril de 1830, pede que lhe enviem “esse papel de carta azul e amarelo que é tão feio e está tão na moda”. O tipo de papel é, nesse contexto, um distintivo, que pode ou não compor a mensagem enviada. Um papel decorado, branco, pardo ou com uma gramatura diferente da habitual pode evidenciar o tipo de relação que se estabelece entre os correspondentes, ou ainda demonstrar uma preocupação com a inviolabilidade da carta enviada, como demonstra Gastaud (2009, p. 37) ao citar o fragmento de uma carta escrita pela

Baronesa Amélia à filha, em que a missivista faz a seguinte consideração: “Procura escrever em papel fino, para não avolumar as cartas, e vêr si não desafiam a curiosidade dos carteiros”.

As materialidades relativas à escrita de cartas se estendem, ainda, para o lugar onde elas são escritas e guardadas, assim como para os objetos que as acompanham, como: fotografias, cartões, mechas de cabelo, fitas, entre outros. Esses objetos podem ser compreendidos dentro do mesmo argumento que constitui a “arqueologia do íntimo” (RANUN, 2009), pois configuram-se como “objetos-relíquia” ao serem inseridos em uma relação de doação e reciprocidade mediada pela carta. Não raro, esses objetos são guardados junto às cartas e acabam por compor a narrativa autobiográfica que esse guardar constitui.

A carta, para além de suas materialidades, é um texto narrativo, descritivo e confessional, construído sob uma relação de reciprocidade que se consolida nos gestos que constituem a escrita epistolar. A essa relação de reciprocidade, Ângela de Castro Gomes (2004, p. 19) denominou “pacto epistolar”. Por meio desse pacto, que envolve “receber, ler, responder e guardar as cartas”, os correspondentes se comprometem, um com o outro e ambos com a manutenção de um diálogo por escrito. Sendo assim, as cartas guardam em si fragmentos da relação estabelecida entre remetente e destinatário, assim como dos seus respectivos contextos de escritura e leitura, em que aquele que escreve constrói uma imagem de si, para si e para o outro. Da mesma forma, ao escolher o que dizer e como dizer, expõe a imagem do outro e da relação de sociabilidade mantida pelo comércio epistolar.

Pensar a carta como um texto narrativo pressupõe pensá-la como um objeto datado, ou seja, como resultado das condições de enunciação que configuraram o seu contexto de produção. Ainda que, como escrita de foro íntimo, a carta possa colocar-se como testemunho de períodos e relações de sociabilidade, ela continua sendo uma criação subjetiva daquele que escreve. De acordo com Angela de Castro Gomes (1998, p. 126), essa “ilusão de verdade” é perigosa, pois está relacionada a uma das principais especificidades dos documentos pessoais, isto é, uma sensação de proximidade com os sujeitos da história. Essa sensação, poderia, segundo a autora, induzir o pesquisador a ignorar o fato de que, embora a carta seja um testemunho material do passado, também é um documento inserido no tempo e no espaço.

Seja como texto narrativo, seja como cultura material, a carta configura-se como objeto-lembrança, no sentido de mediar relações de sociabilidade e de representar diferentes formas de relação com o tempo. Guardar as cartas recebidas, imprimir-lhes uma ordem e deixá-las como herança pode ser um ato transgressor em relação aos códigos de civilidade que regulam a vida privada, mas, também, pode representar uma resposta ao desejo de permanecer vivo por meio da memória.

No entanto, o tempo também estabelece limites para a preservação dessas cartas no ambiente privado. Com o passar dos anos, as famílias deixam de reconhecer o valor atribuído a esses fragmentos de cotidiano e passam a compor os seus próprios objetos de lembrança. Nesse contexto, as cartas são destinadas ao descarte ou às instituições de salvaguarda, como os arquivos, as bibliotecas, os memoriais e os museus. As cartas integram, então, uma nova lógica de preservação na qual os valores coletivos sobrepõem os individuais, e a vida privada configura-se em objeto de interesse público.

Os museus e o patrimônio documental

Pensar as cartas e seus similares como acervos em museus pressupõe pensá-los como patrimônios, sem, contudo, ignorar suas propriedades como documentos. Nesse sentido, faz-se necessário discutir as noções de patrimônio, documento e museus como parte de um mesmo movimento que configura a

salvaguarda de acervos epistolares, seja pela relação de pertencimento que constitui a ideia de patrimônio, seja pelo valor de testemunho atribuído aos documentos, ou, ainda, pelo lugar que abriga, investiga e expõe a escrita epistolar como cultura material, os museus.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM), depois de um longo processo de consulta e discussão, aprovou em 2022, a nova definição de museus, segundo a qual:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, fruição, reflexão e compartilhamento de conhecimento. (ICOM, 2022, s/p, tradução nossa)

Nessa perspectiva, o museu é mais do que um lugar, é um mediador na relação de conflito e complementaridade que as sociedades estabelecem com o tempo, com a arte e com o produto de sua ação no mundo. Entretanto, essa relação é anterior aos museus, tal como existem hoje. Sendo assim, o movimento de guardar para lembrar pode ser compreendido como algo anterior à ideia de instituir um lugar de preservação e, portanto, constitui a base das práticas do colecionismo.

A ideia de um colecionismo que figura na pré-história dos museus está relacionada ao olhar humanista fomentado pelo Renascimento na Europa Ocidental, o qual, associado à expansão marítima, configurou uma nova relação do homem europeu com o desconhecido e, por conseguinte, com o poder exercido por aqueles que detinham o conhecimento. De acordo com Bruno (1996, p. 296), “é possível perceber que o colecionismo e todos os seus derivados socioculturais, pertencem intrinsecamente às estruturas de longa duração no que diz respeito à história das ideias e mentalidades dos homens desde o Renascimento”.

Nesse contexto, conhecer o mundo passou a ser um distintivo sociocultural, assim como interpretá-lo e descrevê-lo. As coleções nascidas no espaço da intimidade ganharam novos olhares e passaram a compor os gabinetes de curiosidades, os quais reuniam o espólio do sistema colonial em uma infinidade de objetos e espécimes de diferentes lugares do mundo. Nesses gabinetes a palavra escrita estava vinculada ao trabalho de registro e a pesquisa referente aos diferentes tipos de acervos reunidos.

A Revolução Francesa estabeleceu outro marco na relação entre as coleções e seus públicos. Com o propósito de evitar a destruição de bens de interesse público, o governo revolucionário instituiu uma política de reconhecimento e preservação desses bens. Durante esse processo, inúmeras coleções particulares passam a ser geridas pelo Estado e o acesso a essas coleções assumiu uma nova dinâmica. Nasceu, nesse contexto, o museu moderno.

Em paralelo à mudança na concepção da ideia de museu, houve mudanças significativas em relação à noção de patrimônio, a começar pela concepção da categoria de bem de interesse público. O patrimônio deixou de significar apenas o bem herdado individualmente e passou a representar um bem coletivo inserido em discursos de memória que, em maior ou menor grau, fortaleceram a noção de identidade nacional. Da mesma forma, os acervos preservados nos museus franquizados pelo poder público passaram a ser propriedade da nação (CHOAY, 2006).

Para além das bibliotecas e arquivos, os museus também abrigavam, e ainda abrigam, uma categoria de acervos que, de forma um tanto controversa, consolidou-se com a denominação de Patrimônio Documental. A controvérsia reside na definição de documento, como um testemunho escrito, mais tarde contestada pela vertente da História Cultural que considerou o valor documental em diferentes suportes.

De acordo com Le Goff,

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. [...] O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. (LE GOFF, 1990, p. 536)

Nesse contexto, pensados como provas testemunhais do passado, os acervos escritos passaram a compor coleções de caráter biográfico, em geral associadas a figuras ilustres reconhecidas pela História. Esse movimento foi acompanhado pela publicação de biografias e coletâneas de cartas, as quais atraíram, ainda mais, o olhar do público para a vida privada.

A ampliação do conceito de documento promovida pelos fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929) trouxe para o cerne das discussões o valor documental da cultura material e das manifestações culturais, assim como chamou a atenção para o caráter patrimonial dos documentos escritos. Nesse sentido, o Patrimônio documental seria todo o vestígio, material ou imaterial, que, de forma mais ou menos fragmentária, documenta um período, lugar ou acontecimento. Todavia, o termo “Patrimônio documental” continuou a ser associado a documentos escritos, como, por exemplo, no programa Memória do Mundo/UNESCO que registra acervos arquivísticos e bibliográficos como patrimônios documentais (cf. PEREIRA FILHO, 2018).

No que concerne à musealização acervos epistolares, cabe lembrar que em seu Código de Ética, o ICOM (2006, s/p) defende que “os museus têm responsabilidades específicas para com a sociedade em relação à proteção e às possibilidades de acesso e de interpretação dos testemunhos primários reunidos e conservados em seus acervos”. Sendo assim, é possível compreender que o reconhecimento do caráter testemunhal dos acervos epistolares está no próprio reconhecimento de sua musealidade, ou seja, na “relação específica do homem com a realidade” (WAIDACHER, 1996, apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 62). Nesse sentido, a musealidade conferida aos acervos epistolares não está associada a um tipo específico de museu, tampouco restrita às narrativas biográficas.

As cartas estão presentes nas mais diversas tipologias de museus, uma vez que a prática da escrita epistolar não se restringe a um único ambiente. Artistas, escritores, políticos, burocratas, homens e mulheres de diferentes classes e orientações ideológicas escreveram cartas, ou guardaram as cartas recebidas. Salvo os limites impostos pela não alfabetização e pela dificuldade de acesso aos meios materiais necessários para escrever e enviar uma carta, a prática da escrita epistolar difundiu-se pelos mais diversos ambientes: desde espaços administrativos, como o Estado e a Igreja, até espaços de intimidade, como a alcova e o cárcere.

Nos museus, as cartas ocupam um espaço de intersecção entre o arquivo e a exposição; por esse motivo, estão sujeitas a diferentes formas de inventário e documentação. No Brasil, há ações promovidas por museus com o propósito de organizar a gestão de acervos arquivísticos. Um exemplo é o projeto de criação do Fundo Arquivístico do Museu Casa de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, que reúne documentos doados pela família do estadista e documentos referentes à história do Museu que, até então, integravam os arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Da mesma forma, existem exemplos de museus que abrigam acervos arquivísticos, sem a criação de um fundo específico, é o caso do Museu Municipal Parque da Baronesa, em Pelotas no Rio Grande do Sul, que reúne cartas e cartões postais cuja gestão não difere do restante do acervo.

Assim como a escrita epistolar pode ser compreendida como um gênero literário que circula entre o espaço privado e o público, a sua conversão em objeto musealizado⁶ pode integrar diferentes discursos, ora destacando suas características como texto intimista e confessional, ora ressaltando seu valor de testemunho das relações sociais. E nesse sentido, o critério utilizado para a documentação de acervos epistolares pode interferir diretamente na compreensão desses acervos como cultura material e como texto narrativo, descritivo e autorreferencial; da mesma forma, pode ampliar ou limitar seu potencial expográfico.

Considerações finais

Ao propor uma reflexão acerca da musealização de acervos epistolares, este artigo adentrou o universo da escrita de foro íntimo e dos diferentes modos pelos quais as cartas são preservadas. Para tanto foi necessário pensar as características das cartas como cultura material e como textos narrativos, e assim, pensar o lugar que elas ocupam nos museus.

Nesse sentido, é possível concluir que, como “lugares de memória” (NORA, 1983), os museus reúnem fragmentos de vidas vividas outrora, das quais as cartas também fazem parte e sobre as quais construímos os nossos discursos de memória e de identidade. Nessa perspectiva, a presença das cartas nos museus significa o acesso a um universo de sociabilidades, conhecimentos e visões de mundo mobilizados no espaço da intimidade e sobre os quais pouco poderíamos saber se não fosse a sua publicização. Por fim, cabe ressaltar que nos museus, as cartas, os cartões postais e as demais formas de escrita epistolar integram coleções, corroboram discursos de memória e ilustram modos de vida, mas não deixam de ser a mensagem que, um dia, alguém enviou para um destinatário em particular.

Referências

- BETTIOL, M. R. B. **A escritura do intervalo: a poética epistolar de Antônio Vieira**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.
- BRULON, B. **Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir**. *TransInformação*. Campinas, 28(1):107-114, jan./abr., 2016.
- BRUNO, M. C. de O. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, 1996.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.
- DESVALLÉES, A.; MAIRISSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- FARGE, A. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- FERREIRA, L. E. **Um certo olhar pela Filatelia**. Edições Humos, 2008.

6 De acordo com Bruno Brulon (2016, p. 108), “O objeto de museu – que não significa meramente o objeto em museu – como objeto musealizado, passa a adquirir um estatuto museológico. Tal conversão, do contexto ordinário da coisa ao universo simbólico do museu, implica um processo corolário de resignificação para que o primeiro, detentor de sentidos em seu contexto precedente não museal, adquira sentido no novo ambiente”.

GASTAUD, C. R. De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950. **Tese**. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

GOMES, A. de C. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, A. de C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, vol. 11, n. 21, p. 121- 127, 1998.

ICOM. Código de Ética para Museus. 2006. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?page_id=30>. Último acesso em 31 de agosto de 2022.

ICOM. ICOM is pleased to announce that the proposal for the new museum definition was approved. Paris, 2022. Disponível em: <<https://icom.museum/en/news/icom-approves-a-new-museum-definition/>>. último acesso em 31 de agosto de 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **PROJETO HISTÓRIA**. PUC/SP, n. 10, dez. 1993.

PEREIRA FILHO, H. F. Memórias em disputa: A UNESCO e a patrimonialização de acervos documentais. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2018.

PERROT, M. A vida em Família. In: PERROT, M. (Org.) **História da Vida Privada**, v. 4, da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POSSAS, H. C. Gonçalves. Classificar e Ordenar: gabinetes e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

RANUM, O. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, R. (Org.) **História da Vida Privada**. v. 3, da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TIN, E. (Org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL INDUSTRIAL E A RELAÇÃO DAS MEMÓRIAS DE TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE CANOAS

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves⁷

Moisés Waismann⁸

Introdução

Esta comunicação apresenta a pesquisa em andamento do Doutorado em Memória Social e Bens Culturais. O estudo visa comparar e analisar, principalmente por meio da pesquisa aplicada e descritiva, as memórias e depoimentos de ex e atuais trabalhadores de três organizações que estiveram ou ainda estão presentes no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Com isso, procura-se compreender acerca dos conhecimentos individuais, coletivos e dos modos de fazer das organizações ligadas à área industrial e que foram ou ainda são significativas, culturalmente e economicamente, para a região. Através das memórias associadas aos mundos de trabalho e aos locais de produção, objetiva-se a aproximação das análises dessas memórias ao conceito de patrimônio industrial do ponto de vista da memória coletiva, resultando no seguinte problema de pesquisa “Como as memórias do trabalho podem ser consideradas um patrimônio cultural industrial?”.

Para refletir sobre esta questão, inicialmente e em poucas linhas, busca-se entender o que é o patrimônio cultural industrial, seguindo da breve apresentação das três empresas que serão estudadas na pesquisa. Após, exponha-se a justificativa, o delineamento prévio da metodologia de pesquisa e as considerações finais desta comunicação.

Patrimônio cultural e industrial

Se tratando do patrimônio industrial, este pode ser considerado uma área nova de conhecimento, multidisciplinar e que teve seu debate mais amplo na Inglaterra entre os anos de 1950 e 1960 onde seu conceito procurava revisitar o passado das atividades industriais, as memórias do trabalho, as técnicas e as tecnologias, considerando o patrimônio material, mas também o cultural por meio de aspectos sociais de uma sociedade industrial. Segundo Cordeiro (2011, p. 155), o patrimônio industrial surgiu:

no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. Às destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60.

Ainda segundo Cordeiro, o conceito de patrimônio industrial pode se estender a temas como a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, entre outros. Este conceito evolui a partir da Carta de Nizhny Tagil (2003, p. 2), que o compreende como:

7 Doutoranda e Mestra em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. E-mail: <claudiani.vargas0230@unilasalle.edu.br>.

8 Orientador: Professor Doutor Moisés Waismann. Universidade La Salle. E-mail: <moises.waismann@unilasalle.edu.br>.

[...] os vestígios da cultura industrial que possuam valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transportes e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A descrição desta carta, em 17 de julho de 2003, foi aprovada por delegados, na Conferência 2003 do TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - na Rússia. O TICCIH é o órgão mundialmente responsável pelo patrimônio industrial. A Carta de Nizhny Tagil também foi aprovada pela UNESCO. O objetivo tratado na Conferência pelos delegados foi caracterizar as atividades industriais, sendo elas tangíveis ou não, assim como a importância do patrimônio industrial que ao ser estudado evidencia a história e a memória revisitadas, tornando-as de conhecimento público.

A Carta de Nizhny, em 2018, foi atualizada por meio da Carta de Sevilla, onde o conceito de patrimônio industrial sofreu uma revisão crítica, acompanhando as mudanças de paradigmas das últimas décadas e reconhecendo os novos conhecimentos acerca da manutenção, conservação e gestão do patrimônio industrial, salientando os aspectos cultural e social, conforme segue abaixo (CARTA DE SEVILLA, 2018, p. 11 e 12):

El valor cultural de los testimonios materiales e inmateriales vinculados a las actividades productivas, [...] la creciente conciencia ciudadana por el mantenimiento y conservación del Patrimonio Industrial como parte esencial de la memoria colectiva. [...] La demanda expresada por colectivos ciudadanos para disponer de espacios donde poder expresar sus relaciones de memoria y sociabilidad.

Ferreira (2009) afirma que o patrimônio industrial trata de um local de memória onde os vestígios das atividades (que muitas vezes deixam de existir ou de ter importância) estão presentes, indo além de um lugar de trabalho, simplesmente. Já Meneguello (2021, p. 92) diz que o patrimônio industrial é muito mais do que “pensar sobre os espaços de trabalho implica em entender todas as suas dimensões materiais e imateriais”, e quando há uma rememoração desse trabalho, “a memória edificada ou não, pode se transformar em patrimônio industrial” (Meneguello, 2021, p. 93). No que tange a legislação brasileira, os “modos de fazer”, ou seja, os bens imateriais do patrimônio cultural, foram reconhecidos por meio do Estado a partir do artigo 216 da Constituição de 1988, que os constituiu da seguinte forma:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Desta forma, o patrimônio industrial também está associado às atividades produtivas, formas de fazer na produção que resultaram da industrialização do passado, mesmo quando desaparecem os testemunhos materiais. Com relação aos bens ligados às atividades produtivas, Köhl diz que “é necessário fazer um estudo histórico-documental e iconográfico, estudo analítico-descritivo e também comparativo, para entender as tipologias e a transformação dos vários setores industriais.” e que, ainda, “preservar a memória do trabalho é essencial” (Köhl, 2018, p. 46). Ainda, para a autora também deve ser considerada a análise de testemunhos orais referentes à produção do trabalho, situando este contexto à nível sociocultural e econômico articulando-o à preservação a fim de fortalecer a memória coletiva e geracional.

Quanto à relação entre a memória e o patrimônio industrial, pode-se dizer que a primeira é valorizada a partir do patrimônio construído nas organizações ao qual permite a aderência de conhecimentos para além dos muros empresariais, estendendo-se à sociedade. Considerando seu caráter interdisciplinar, a memória empresarial perpassa as técnicas industriais afetando não somente o individual, mas também o coletivo, o grupo e a comunidade, compreendendo o lugar onde se vive, por meio de aspectos sociais e econômicos onde a identidade e o comportamento são determinados (SILVA, 2013).

Memórias essas que se caracterizam como fatores imateriais e materiais - memórias dos trabalhadores e da empresa em si, respectivamente - além de tangíveis e intangíveis, onde o primeiro refere-se a maquinários e tecnologia e o segundo em “modos de fazer”. Logo, a memória apresenta um caráter de comunicação, relacionando-se às recordações dos indivíduos a partir das suas experiências pessoais e definindo espaços de pertencimento e identidade que os representam, seja no meio social ou de trabalho (SILVA, 2013).

Instituições estudadas

A primeira empresa é o Banrisul Armazéns Gerais S.A. - Bagergs. Fundada em 1953 na capital gaúcha, inicialmente era chamada de “Armazéns Gerais Sul-Riograndenses S.A.” ou “Armasul”, onde tinha o objetivo principal de ser um armazém geral para depósito e conservação de mercadorias.

Em 1961, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) adquiriu as ações da empresa, passando a ser o acionista majoritário e em 1974 a empresa recebeu a autorização para atuar como Entrepasto Aduaneiro, tendo a concessão para acolher cargas destinadas à importação e exportação.

Em 1982, a empresa se realocou no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Já em 2014, inovou seu portfólio colocando em produção o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos, onde visou um aumento no faturamento total da empresa através do arquivamento de documentos públicos e privados.

Atualmente, suas atividades estão voltadas para a armazenagem geral, a locação de espaços para cargas soltas e containerizadas, a digitalização e GED e, ainda, a atuação como Porto Seco para a prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação.

A segunda empresa a ser estudada na pesquisa, trata-se da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S.A., também no município de Canoas e que possui uma área instalada de 580 hectares, onde inicialmente abrigava a Fazenda da Brigadeira. Iniciou suas operações em setembro de 1968 quando processava em média 4,5 mil m³ de petróleo. Sua capacidade foi gradativamente ampliada até atingir 20 mil m³/dia na década de 1990. Em 2001, tornou-se uma sociedade anônima, a Alberto Pasqualini – Refap S.A., tendo a subsidiária Downstream Participações S.A. como principal acionista.

Em 2010, a Refinaria obteve a licença para processar 32 mil m³/dia. Ainda neste ano e através da Downstream Participações, foi adquirido a totalidade das ações da Refap S.A, consolidando-a como uma empresa de capital 100% Petrobras, e impactando positivamente em ganhos de logística e otimização do processamento de petróleo nacional e produção de derivados, além da execução dos investimentos programados para produção de diesel com baixo teor de enxofre, em atendimento à legislação vigente. Em 2012 foi reintegrada à Petrobras e atua, principalmente, no mercado regional com foco na produção de óleo diesel.

Por fim, apresenta-se a terceira empresa a ser estudada na pesquisa. Entre as décadas de 1930 e 1980, esteve presente em Canoas, os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros que auxiliaram tanto na formação territorial quanto populacional da região. Em 1936, os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros foram criados a partir da Sociedade da Banha Sul Rio-Grandense Ltda, empresa instituída desde o século XIX e comandada pela família Oderich.

Os Frigoríficos localizavam-se na Vila Rio Branco, próximo ao Rio Gravataí e em 1938 passaram a ser comandados pelo Estado que visava acabar com o monopólio dos frigoríficos estrangeiros e buscava produzir a carne em território nacional. Foram, de fato, inaugurados em 1939 por meio de uma cerimônia que contou com a presença do então Presidente da República na época, Getúlio Vargas. A tomada pelo Estado ia muito além de promover a concorrência entre um frigorífico nacional e os estrangeiros, mas sim era uma forma de padronizar a produção, em larga escala, de carne e banha direcionando esse processo da monocultura para a indústria de banha do Estado.

Na década de 1950, a instituição teve sua razão social alterada para “Frigorífico Sul Rio-Grandense S.A.” e um novo quadro de acionistas se instalou. No ano de 1973, a empresa já tinha enfrentado diversas crises provenientes do mercado internacional sendo vendida para a cooperativa Languirú que a administrou até julho de 1982, quando entrou em falência. Durante as atividades da Frigosul, muitos migrantes fizeram parte da sua força de trabalho, oriundos especialmente dos municípios em Fronteira como Livramento e Lagoa Vermelha. (PENNA, 2004).

Hoje, os vestígios estruturais da Frigosul não podem ser mais observados, tampouco patrimonializados, visto que grande parte do local já foi demolido ou descaracterizado dando espaço às novas empresas que operam na região. Logo, estes vestígios estão presentes apenas em registros documentais e na memória de quem trabalhou na empresa ou viveu no bairro na época de seu funcionamento.

Justificativa

A justificativa desta comunicação é apresentar, em forma de síntese, a pesquisa em andamento, pois entende-se que o estudo que será realizado é inovador do ponto de vista corporativo e comparativo, considerando o enfoque de três organizações em potencial que estiveram ou que ainda estão no município de Canoas.

A importância do estudo coopera com o conhecimento que será adquirido e compartilhado por meio das memórias revisitadas e que serão reproduzidas no presente. Memórias estas pertencentes a aqueles que fizeram ou fazem parte de cada uma das instituições escolhidas e que poderão constituir um meio de preservação do patrimônio industrial imaterial, embasando histórias que refletem sobre os mundos de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Neste sentido, a investigação vai ao encontro da necessidade de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da região a ser observada e, por meio da história oral, fortalecer toda a riqueza de conteúdo que será produzida a partir da análise, inclusive, do desenvolvimento sociocultural não somente das instituições abordadas, mas também do seu entorno.

Justifica-se a pesquisa também para o meio acadêmico e profissional, uma vez que possibilitará um aprofundamento na temática proposta seguido da disseminação desta produção a estes meios como forma de incentivar outras pesquisas a partir desta. Ainda, é extremamente importante que ao findar da investigação, toda a conclusão seja disponibilizada à comunidade a fim de cumprir o papel do patrimônio

industrial que não se resume apenas a preservação, mas também está relacionado ao fato de impedir os apagamentos das memórias, devolvendo estas à sociedade.

Delineamento prévio da metodologia de pesquisa

A metodologia se debruçará na pesquisa aplicada cujo objetivo é a solução de problemas por meio de conhecimentos práticos e com base em verdades e interesses locais (Silveira; Córdova, 2009), além da pesquisa descritiva que visa descrever os fatos de uma realidade, em que o pesquisador obtém uma série de informações sobre o que se almeja investigar (Triviños, 1987). Ainda, através das entrevistas que serão propostas, se considerará a estrutura da História Oral.

Quando se fala de entrevistas, Alberti (2003) diz que a gravação de entrevistas históricas e documentais correspondem à história oral tendo como principal alicerce a narrativa, e estão relacionadas às testemunhas de um acontecimento. Este acontecimento ou experiência vividos não pode ser contado a outro se não for por meio da narrativa, logo, esse se transforma em linguagem no momento em que a narrativa é expressada em forma de entrevista, possibilitando a seleção e a organização dos acontecimentos de maneira que tenham sentido.

Ainda, as entrevistas não deixam de ser atividades que formam uma coleção de falas e expressões. Neste sentido, segundo Vergueiro (1989), uma coleção não pode ser tratada de forma isolada, mas sim como ponto de reflexão e planejamento a partir dos muitos materiais capturados pelo pesquisador e deve apresentar uma variedade de pontos de vista de acordo com seu público-alvo. Também, uma coleção deve apontar o método e a argumentação de um trabalho, determinando qual conteúdo será considerado ou não, modificando as informações de acordo com as necessidades da comunidade (VERGUEIRO, 1989).

Através dessas coleções de entrevistas previstas, será construído o acervo da pesquisa e neste sentido, Vergueiro (1989) diz que um acervo deve ser planejado, selecionado e, de igual forma, integrado à comunidade, pois trata-se de um processo externo, que é modificado à medida que a comunidade a demanda. Ou seja, apenas permanece no acervo aquilo que é importante para a esta sociedade.

Considerações finais

O trabalho aqui exposto preocupou-se em apresentar, de forma objetiva, a relação entre os conceitos de patrimônio cultural industrial e imaterial considerando as possíveis memórias de ex e atuais trabalhadores de três organizações que estiveram ou ainda estão no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Como bem aborda Silva (2013), as memórias são caracterizadas, inclusive, por fatores imateriais e intangíveis, representados nos “modos de fazer” de cada organização escolhida, fazendo parte da identidade dos trabalhadores e impactando no cenário social que o envolve.

A cultura industrial possui um valor histórico, logo entender como as lembranças podem continuar fortalecidas nas memórias desses trabalhadores e quais conexões poderão ser aferidas a partir da leitura das entrevistas que surgirão, é agradecer as organizações selecionadas, mas também a sociedade, no sentido de reproduzir no presente um patrimônio que vai além de prédios e edificações, mas que constitui a identidade empresarial e, sobretudo, a individual, tornando pública as relações entre todos esses agentes.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Narrativas na História Oral**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_8d5c06dc86a7c8604dcac1b4244014e8.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BAGERGS. **Apresentação Institucional**. Disponível em: <<http://www.bagergs.com.br/bmj/link/sitev2/Default.asp?Modulo=Institucional&Page=ApresentacaoInstitucional>>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- CENTRO DE ESTUDIOS ANDALUCES. **Presentación de la Carta de Sevilla de Patrimonio Industrial**, 2018. Disponível em: <<https://www.centrodeestudiosandaluces.es/noticias/presentacion-de-la-carta-desevilla-de-patrimonio-industrial>>. Acesso em: 14 out. 2021.
- CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes. **Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade?** Oculum Ensaios, nº 13, Jan/jun 2011.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória**. Revista Museologia & Patrimônio, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23>>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- GONÇALVES, C. G. V. **Memória empresarial do Banrisul Armazéns Gerais S. A. (BAGERGS): e a sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Canoas, RS: Ed. do Autor, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11690/2559>>. Acesso em: 04 maio 2022.
- GONZÁLEZ, Ana Maria Sosa; VIEGAS, Danielle Heberle. **Mundos do trabalho e suas memórias: o patrimônio industrial como possibilidade de reelaboração da memória social da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Canoas, n. 28, dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i28.4094>>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. **Bem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>>. Acesso em: 28 set. 2022.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo. OKSMAN, Silvio. **Patrimônio industrial na atualidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/documentos/livro_4.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- PENNA, Rejane Silva (coord.). **Rio Branco**. 2. ed. rev. Canoas: Ed. La Salle, 2004. (Canoas: para lembrar quem somos).
- REFAP. **Informações Gerais**. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-alberto-pasqualini-refap.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. **O Patrimônio Industrial Brasileiro: Memória e Cultura Interdisciplinar.** II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/7631347/O_Patrim%C3%B4nio_Industrial_Brasileiro_Mem%C3%B3ria_e_Cultura_Interdisciplinar>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31-42.

TICCIH Brasil. **Cartas Patrimoniais:** Carta de Nizhny Tagil. 2003. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>. Acesso em: 28 set. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de Coleções.** São Paulo: Polis, 1989.

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA ASSUFRGS SINDICATO: UM ACERVO DE MEMÓRIA

*Sibila Francine Tengaten Binotto*⁹

*Moisés Waismann*¹⁰

*Tamara Cecília Karawejczyk*¹¹

Introdução

As construções históricas necessitam de registros orais ou escritos, que atualmente se dão, em grande parte, por meio de documentos. O objeto desta comunicação é o Centro de Documentação e Memória da ASSUFRGS Sindicato que salvaguarda documentos do Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação, e desta forma pode ser considerado como um patrimônio documental, visto que, Palma Peña (2013, p. 33) indica que “livros e documentos [...] possuem particularidades materiais, intelectuais, gráficas, simbólicas, históricas e sociais, o que lhes confere significado para serem considerados patrimônio bibliográfico e documental”.

Uma das formas na qual os Técnico-Administrativos em Educação constituíam e ainda constituem sua memória coletiva, é por meio da luta sindical. Nesta perspectiva, para garantir que essa memória não se perca, a ASSUFRGS Sindicato criou o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) que integra o - Projeto Memória ASSUFRGS: resgatando a história e a memória de uma categoria com uma longa trajetória de lutas -. Esta comunicação está dividida em 4 partes, além desta apresentação. Na parte 2 uma pequena apresentação sobre a Assufrgs Sindicato, o Projeto Memória e o Centro de Documentação e Memória. Já na 3ª parte apresenta os Procedimentos Metodológicos e na 4ª parte os Resultados e Discussões. Finaliza com uma Conclusão.

ASSUFRGS, projeto memória e CEDEM

A Assufrgs é o Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada. São quase 100 anos de história e memória sindical, e no intuito de localizar no tempo e espaço a memória documental, será abordado um pequeno histórico da trajetória do sindicato. O início da organização sindical foi em 1922 quando foi formada a Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Em 1951 com a junção de diferentes Faculdades e a Federalização foi fundado o Centro dos Funcionários da URGs, que lutou pela incorporação dos funcionários ao serviço federal, o que foi conseguido em 1957, passando a fazer parte da Associação dos Funcionários Públicos. Em 1964, foi formada a ABSURGS, uma Associação Beneficente criada para congregar os trabalhadores da Universidade tanto do quadro de Professores quanto do de Técnico-Administrativos em Educação, nesta época foi instaurada a Ditadura Militar e a sindicalização tornou-se proibida para servidores públicos. O retorno aconteceu em 1985 com a eleição da primeira diretoria pós-redemocratização. Em 1987 a associação ganhou caráter sindical. Nos anos 1990 a entidade se tornaria parte do Sindicato dos Trabalhadores Em Educação de Terceiro Grau No Estado do Rio Grande

9 Mestranda do PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <sibila.202110412@unilasalle.edu.br>.

10 PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <moises.waismann@unilasalle.edu.br>.

11 PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br>.

do Sul-Sintest/Rs. Nos últimos anos foram incorporados ao sindicato os servidores da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, e mais recentemente Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, com somente alguns campi. Além disso, em 2016, o caráter sindical da entidade foi reafirmado quando passou a se chamar Assufrgs Sindicato.

O Centro de Documentação e Memória (CEDEM) integra o - Projeto Memória ASSUFRGS: resgatando a história e a memória de uma categoria com uma longa trajetória de lutas -. Possui regimento próprio aprovado em reunião do Conselho de Representantes da Assufrgs Sindicato, realizada em 29 de agosto de 2018. É coordenado por um Comitê Gestor, integrado por um Coordenador Geral, os dois Coordenadores de Formação Política e Sindical e dois membros do Conselho de Representantes da Assufrgs Sindicato, eleitos dentre os integrantes do Conselho. De acordo Regimento Interno ao CEDEM Assufrgs compete: recolher, salvaguardar e custodiar a documentação proveniente da Assufrgs Sindicato por meio das atividades do sindicato e de doações de materiais relacionados com a história e a memória dos Técnico-administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS; prover o acesso e a consulta à documentação integrante do acervo; estimular e promover atividades voltadas à produção, preservação e discussão em torno da memória sindical e da história da Assufrgs Sindicato; elaborar e manter atualizados procedimentos e instrumentos técnicos de identificação, cadastro, descrição, catalogação e consulta ao acervo; apoiar as atividades administrativas que competem à Assufrgs Sindicato por meio da consulta aos documentos de acervo.

Nesse sentido, os documentos considerados patrimônio documental são, portanto, os que possuem valor secundário ou permanente. O valor secundário é o “[...] valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 172)”. São quase 100 anos de memória documental, o Centro de Documentação reúne um acervo, tanto produzido pelo Sindicato, Sintes/RS como pela Federação das Universidades Brasileiras - FASUBRA: carta, convite, ata de reunião, parecer, livro, foto, projeto, boletim informativo, clipagem, entre outros. Estas documentações apresentam as reivindicações e as pautas salariais. Compila também, narrativas dos filiados, que trazem a oralidade dessa memória que é o patrimônio cultural imaterial.

A memória se constrói como processo, em movimento constante de construção/desconstrução, na anamnese a história e a ficção se misturam por isso o papel importante de análise de documentos e de narrativas. Halbwachs (2006) afirma que é impossível dissociar os efeitos ligados às representações da identidade individual daqueles relacionados às representações da identidade coletiva (CANDAU, 2019) Todo esse contexto faz parte da identidade Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), a construção da memória documental sindical é a organização dessas lembranças, “As representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica [...]” (CANDAU, 2019, p. 161).

A partir do exposto este trabalho se propõe a apresentar e tramar os conceitos de Identidade, Memória Social e Patrimônio Documental, para evidenciar o potencial da existência desse espaço de memória que é o Centro de Documentação e Memória (CEDEM). O estudo se justifica num primeiro momento por ser o patrimônio documental da categoria um importante construto de memória, visto ser imprescindível para a rememoração e perpetuação identitária do grupo social em questão. Trata-se de uma revisão de literatura ao mesmo tempo em que se apresenta e se trama com o acervo do CEDEM que se constitui de uma coleção de panfletos, atas, boletins informativos, entre outros objetos e materiais textuais, visuais e sonoros; que possibilitam a pesquisa e reflexão acerca da memória sindical.

Procedimentos metodológicos

Para atender objetivo proposto que é evidenciar o potencial do acervo do Centro de Documentação e Memória. A pesquisa é documental, o estudo é descritivo com fontes primárias e secundárias, o procedimento de coleta dos dados foi pela consulta a Base de Dados do CEDEM¹².

Resultados e discussão

Para realização da busca na Base de dados do CEDEM, no aplicativo ICA-AtoM a busca se dá por descrição arquivística (fundos) e assunto.

Figura 1 – Interface do aplicativo ICA-AtoM



Fonte: CEDEM Assufrgs.

Após localizar o documento verifica-se a qual fundo, ano, tipo e tema ao qual pertence para obter a localização na caixa.

Primeiro nível – Fundos:

1. Cooperativa da Escola de Engenharia (1922-1930)
2. Centro dos Funcionários da URGS (1951-1964) , entre outros;

Segundo nível – Anos:

1922-2019, entre outros;

Terceiro nível – Tipo:

1. Veículos impressos (Jornais, Revistas, Boletins, Informativos)
2. Panfletos
3. Cartazes, entre outros;

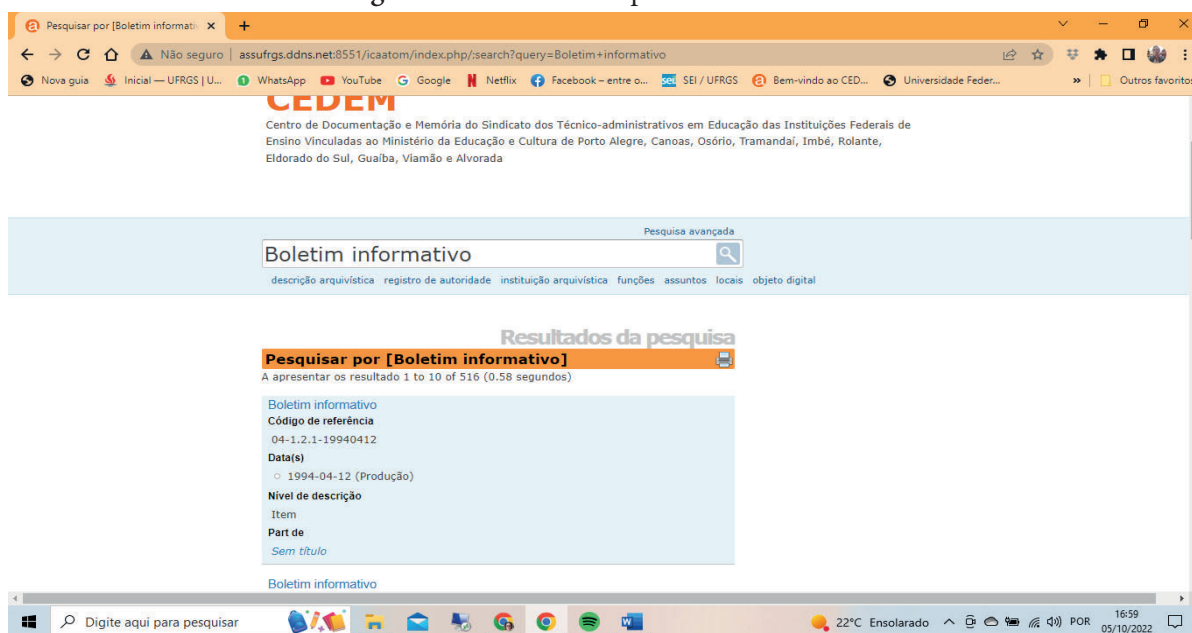
12 O ICA-AtoM significa para “Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória”. É fundamentado em ambiente web, aplicativo de código aberto baseado em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngue, ambiente <multiarquivos>. Disponível em: <<https://ica-atom.org/>>. Acesso em: 05.09.2022.

Quarto nível – Tema (indexadores, ou seja, podem ser simultâneos):

1. Ações afirmativas
2. Administrativo
3. AFECIMPA, entre outros;

Após a busca dá-se a recuperação do item solicitado e a verificação da caixa onde está guardado o item no acervo.

Figura 2 - Interface do aplicativo ICA-AtoM



Fonte: CEDEM Assufrgs.

Nas figuras de 2 e 3, exemplos de documentos disponíveis no acervo e já catalogados. A figura 2 mostra o um Boletim Informativo da Absurgs n. 9, de 196, já a figura 3 um folheto de curso de Formação Sindical de maio de 1998.

Figura 3: Boletim Informativo Absurgs 1986, n.9 | Figura 4: Folheto de Curso de Formação Sindical



Fonte figuras 3 e 4: CEDEM Assufrgs.

A figura 3 mostra um exemplar da coleção de Boletins Informativos constante no acervo do CEDEM, Boletim Informativo da Absurgs de 1986, como pauta: Assembleia de Funcionários e relato do Congresso da Federação; Audiência com o MEC; Avaliação do pacote econômico do governo e Campanha Salarial. Neste período o Sindicato não possuía carta sindical¹³. Na Figura 4 um exemplar de panfleto de curso de formação sindical, oferecido pelo sindicato aos filiados. Dentre as documentações encontradas no acervo há também Ata de Assembleia do Colegiado de 1985, com encaminhamentos relativos a decisões administrativas, financeiras e políticas do sindicato. Um acervo de troféus e medalhas dos campeonatos futebolísticos da Sede Campestre Assufrgs; camisetas com pautas de lutas salariais; botões de eventos comemorativos do sindicato; fotografias de festas temáticas (junina, dia das mães, dia das crianças), entre outros documentos.

Conclusão

O CEDEM possui um acervo com coleções distintas que preserva a identidade do grupo, essa memória coletiva há tempos construída, um patrimônio documental, porém muito relevante para a classe trabalhadora das Instituições Federais de Ensino Superior. Desta forma, a memória coletiva desses trabalhadores irá legitimar a identidade do grupo de referência, e para tal elaboração torna o arquivo sindical do CEDEM como instrumento de validação. Nesse sentido conclui-se que, o Centro de Documentação e Memória não apenas salvaguarda um acervo de documentos, mas nos faz recordar o passado, e prova sua relação íntima com a memória sindical, sendo esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos historiográficos. Esse estudo faz parte de uma pesquisa ainda está em andamento sobre a memória sindical, na coleta de dados consultou-se na coleção de boletins informativos alguns fascículos e observa-se que a pauta salarial está presente em quase todas as publicações. Quanto às atas de reunião é possível verificar a preocupação com a carreira do servidor-técnico-administrativo em educação, rumos do sindicato, entre outros assuntos, evidenciando o potencial da existência do Centro de Documentação e Memória.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSUFRGS. **Memória Assufrgs**. Disponível em: <<http://memoria.assufrgs.org.br/>>. Acesso em: 07 maio de 2021.

ASSUFRGS. CEDEM. **Regimento Interno do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs Sindicato**. Disponível em: <<http://memoria.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Regimento-Interno-Cedem-Assufrgs.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CEDEM. Disponível em: <<http://assufrgs.ddns.net:8551/icaatom/index.php/?search?query=Boletim+informativo>>. Acesso em: 05 out. 2022.

13 A Carta ou Registro Sindical é o ato de concessão, pelo Poder Público, da personalidade jurídica sindical para as entidades que cumprem as formalidades exigidas pela lei, tornando pública a sua existência e habilitando-as para a prática de atos sindicais, como a representação da categoria e a negociação coletiva.

HALBWACHS, M. Memória individual e memória coletiva. In: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 29-70.

PALMA PEÑA, J.M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad. Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, v. 20, n. 58, p. 31-57, 2013.

DO PLIM AO PLAY: O GLOBOPLAY COMO LUGAR DE MEMÓRIA DA TELENOVELA BRASILEIRA.

Talles Garcia Santana¹⁴

Tamára Cecília Karawejczyk Telles¹⁵

Lúcia Regina Lucas da Rosa¹⁶

Introdução

Falar em telenovela é falar de Brasil, falar de um bem cultural que está presente na vida dos brasileiros há mais de setenta anos desde que a televisão sequer era em cores e acessível a um número expressivo de domicílios. Esse bem cultural, capaz de traduzir, melhor do que qualquer outro, o cotidiano brasileiro, é uma verdadeira mistura de sentimentos, emoções, significados e muito folclore brasileiro.

Para compreender o conceito de bem cultural, resgatamos os ensinamentos de Alexandrino (2009) ao considerar que se trata de algo que representa relevante testemunho ou interesse cultural; e de Ferreira (1986) que diz ser uma tradição artística e histórica que manifesta a dinâmica cultural de um povo.

Não bastasse a telenovela ser um bem cultural tão singular, ela ainda assume uma nova qualidade nos tempos digitais em que vivemos, fazendo-se quase onipresente, ou seja, transcendendo a tela da televisão estando a um *play* de distância, repercutindo forte em redes sociais e se mostrando cada vez mais presente nas plataformas de *streaming* definidas por Castells (1999) como tecnologia popular para transmissão de conteúdos pela *Internet* através de aplicativos.

Diante disso, institucionalizar a telenovela no *streaming* se tornou uma missão ainda mais necessária especialmente a partir da iminência da recente pandemia que causou uma verdadeira disrupção nos hábitos sociais, aproximando as pessoas ainda mais dos meios digitais. De fato, se pararmos para observar, a Globo, maior produtora de telenovelas no Brasil e segunda maior do mundo, já se via incursionada no *streaming* com a criação do *Globoplay* desde 2015 e na produção de conteúdo para a *internet* desde 1997.

Sendo assim, o **objetivo** deste artigo é apresentar e discutir a dimensão do *Globoplay* como plataforma de *streaming* para disponibilização de telenovelas, buscando **compreender** se reúne as condições básicas para se denominar lugar de memória capaz de enfatizar a continuidade do formato e o resignificar no presente.

Telenovela e memória

A história nos revela que a telenovela no Brasil se iniciou em 1951 com a primeira produção em preto e branco na extinta TV Tupi e que, de lá para cá, muito aconteceu, como, por exemplo, a própria Tupi encerrar suas atividades e a Globo se aperfeiçoar na arte de produzir telenovela com reconhecimento mundial. No entanto, é a memória das telenovelas no Brasil que reproduz e ressignifica a sua existência

14 Mestre e Doutorando em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle.

15 Doutora em Administração, Professora Permanente do PPGMSBC da Universidade La Salle.

16 Doutora em Letras, Professora do PPGMSBC da Universidade La Salle.

e as mantêm vivas no imaginário do telespectador. Uma explicação para isso pode ser encontrada em Halbwachs (1990) que nos diz que podem existir tantas memórias coletivas quantos sejam os grupos sociais capazes de produzi-las e que elas se projetam no presente. Sendo assim, a memória das telenovelas depende bastante dos seus telespectadores e do quanto elas foram marcantes nas diferentes percepções dos grupos sociais, o que as mantêm vivas nos seus imaginários.

A proposta dialógica das telenovelas é singular para a produção e reprodução da sua memória nos telespectadores, uma vez que o formato vai além do entretenimento e ingressa no campo do comportamento social, da reforma de convenções por meio de suas propostas narrativas (ALENCAR, 2004), desperta sentimentos, cria uma espécie de simbiose com seu público, fazendo disso sua maior identidade. Essa espécie de DNA das telenovelas vai ao encontro do que nos diziam Gondar (2005) e Candau (2019) no sentido de que sem afetos, sem uma conexão dialógica, não há produção de memória e as referências se diluem.

Mesmo assim, a memória das telenovelas demanda um espaço para sua reafirmação social, papel esse bem desempenhado pelos lugares de memória que servem como vetores da sua alavancagem. Os lugares de memória são capazes de ultrapassar amplamente a memória dos seres humanos e representar uma construção de espaços culturais da recordação muito significativos, assumindo a função de repousar sobre uma narrativa resgatada e devidamente inscrita no presente (ASSMANN, 2011) ou mesmo de servir de apoio e de gatilho para que um evento ou acontecimento seja revivido no imaginário, reconstituindo emoções como se estivessem acontecendo no tempo presente, cristalizar e refugiar a memória das telenovelas, enfatizando assim a sua continuidade e servindo como objeto de acompanhamento da sua evolução como formato. (NORA, 1984)

Uma questão importante sobre as telenovelas é que elas podem significar o frescor de novos tempos, do ingresso na modernidade (VINCK, 1989), retratando sua íntima ligação com as transformações ocorridas na sociedade (ALENCAR, 2004), fato este que pode bem ser observado pela comparação de telenovelas produzidas entre 1964 e 1988 e as produzidas na atualidade até mesmo comparadas com as dos anos 1990. Isto posto, é quase inviável refazer novelas exibidas entre 1964 e 1988 parte pela diferença de linguagem e parte pela abordagem dada a temas que hoje são vistos como anacrônicos e ultrapassados como a submissão feminina, por exemplo, vista como normal e desejada na época.

Metodologia

O estudo apresentado aqui foi desenvolvido a partir de uma linha de raciocínio baseada na dialética, uma vez que os fatos que investigados não puderam se descolar tampouco ser interpretados fora do contexto social em que estavam inseridos. Por outro lado, não se pode descartar a linha de investigação fenomenológica, uma vez que se buscou compreender se o *Globoplay* poderia ou não significar um lugar de memória das telenovelas. Ambas as linhas se desenvolveram sob um enfoque tanto qualitativo com certa subjetividade quanto quantitativo, pois, buscou-se identificar a dimensão da plataforma de *streaming* a fim de determinar-lhe a importância e o real significado. Para Sampieri; Colado; Lúcio (2013), esse enfoque misto que se promoveu pode ser significativo especialmente porque permite explorar a complexidade e a diversidade dos fenômenos investigados.

Para o atingimento preciso do objetivo da pesquisa foi empregado o método exploratório, buscando assim investigar uma questão nova no contexto brasileiro que é a presença do *streaming* e mais precisamente como possível lugar de memória quando se dispõe a reprodução de conteúdo como as telenovelas antigas que até então residiam apenas no imaginário dos telespectadores e mesmo assim

nem todas. A coleta de dados foi feita predominantemente na plataforma do *Globoplay* no ano de 2022, caracterizando assim a investigação, por seus procedimentos técnicos, como um estudo de caso amparado na sua característica exploratória, preservando as concepções da investigada e assim desenvolvendo-se teorias para responder à pergunta de pesquisa proposta.

O globoplay como lugar de memória das telenovelas

Mesmo não representando qualquer novidade em meio a existência de plataformas como *Netflix*, *Amazon*, *YouTube*, a plataforma de *streaming* *Globoplay* lançada em 2015 veio com a proposta de consolidar todo o conteúdo produzido pela TV Globo e disponibilizá-lo na *Internet* em um só lugar, estando presente também nas *smart tv's*, colecionando um público cativo que atingiu 20 milhões de usuários só em 2020. Entretanto, a implementação da plataforma representou mais do que um ingresso tecnológico e sim um encontro ao anseio de milhões de telespectadores conectados à *Internet* que já vinham assistindo os conteúdos Globo na plataforma *Globo.com* lançada no começo dos anos 2000, inserindo-os no universo *on demand* e possibilitando maratonas de capítulos de telenovelas e demais programas produzidos pela emissora. Em termos de consumo de conteúdo, a plataforma registrou, só no mês de março/2021 a expressiva marca de 253,3 milhões de horas, um aumento de 119,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior e, se comparado com o seu lançamento em 2015, o aumento é de 3.738% quando registrava 6,6 milhões de horas.¹⁷

Com relação às telenovelas, a partir da migração do conteúdo para o *Globoplay* foram disponibilizadas as produções a partir de 2010 do canal (porém nem todas), restando ao Canal Viva o papel de resgatar telenovelas históricas produzidas antes desse ano, coincidentemente quando foi lançado no Sistema *Globosat*. Até 2020, o Canal Viva foi responsável por essa missão de resgatar telenovelas, séries e minisséries do acervo da TV Globo, sendo que antes do lançamento do canal, boa parte do acervo havia sido reproduzida nos canais *GNT* e *Multishow*.

Visando se valer do crescente aumento do consumo de *streaming* e da sua própria plataforma, a direção do *Globoplay* implementou o “Projeto Resgate” com objetivo de resgatar uma telenovela histórica do acervo da TV Globo totalmente recuperada e remasterizada a cada 15 dias a partir de junho de 2020, mesclando produções dos anos 1970, 1980, 1990 e 2000. Na mesma concepção, instituiu o “Projeto Originalidade” para as telenovelas que já estavam na plataforma, conferindo a elas melhor qualidade de imagem e áudio e inserindo as vinhetas de abertura, dando a sensação de se estar assistindo aos capítulos na televisão aberta.

A partir do levantamento realizado, constatou-se que estão disponíveis na plataforma 154 títulos de telenovelas produzidas pela TV Globo entre 1970 e 2022, sendo 3 da década de 1970, 17 da década de 1980, 23 da década de 1990, 29 da década de 2000, 73 da década de 2010 e 9 da década de 2020. Entre os títulos de telenovelas disponibilizadas pela plataforma, quatro deles são de telenovelas em exibição pelo Canal Viva (*Pão Pão Beijo Beijo*, *Malhação Identidade*, *O Beijo do Vampiro* e *Alma Gêmea*), praticamente todas as temporadas de *Malhação* e as telenovelas em exibição pela TV Globo (*Travessia*, *Pantanal*, *Cara e Coragem* e *Mar do Sertão*). Todos estes não se encontram na íntegra (todos os capítulos disponíveis), sendo disponibilizados à medida em que são exibidos tanto na Globo quanto no Viva.

A verdade é que se vasculharmos a *internet* é possível evidenciar o interesse do telespectador em assistir telenovelas antigas e de grande sucesso, o que, até pouco tempo atrás, era restrito aos assinantes

17 Dados apresentados por Erick Brêtas, diretor-geral do *Globoplay*, em apresentação para veículos de imprensa em abril/2022.

de televisão paga por meio do Canal Viva. Por outro lado, é possível encontrar muito material em trechos ou na íntegra no *YouTube*, porém sem tratamento ou de baixa qualidade. Tanto os canais por assinatura quanto o *YouTube* funcionaram e funcionam como bons lugares de memória, mas a incursão no *streaming* representa maior vantagem por organizar melhor o conteúdo e oferecê-lo com qualidade e preço acessível, sendo possível assinar por R\$ 14,90 ao mês ou buscar pacotes com outros produtos, por exemplo.

O fato de organizar e disponibilizar telenovelas originais e estrangeiras na íntegra faz do *Globoplay* um verdadeiro espaço de recordação e expõe a evolução do formato no decorrer dos anos, assim como as reprises do Canal Viva e do “Vale a Pena Ver de Novo”, faixa vespertina de reprises exibida desde 1968 na TV Globo. O que os diferencia é essencialmente a disponibilidade característica das plataformas de streaming com seus serviços *on demand*. De fato, até a explosão da *internet* no Brasil e do advento da TV por assinatura em meados da década de 2000, a faixa vespertina de reprises era o meio mais eficiente, se mantendo no ar até hoje.

Com a implementação do Projeto Resgate no ano de 2020, a plataforma buscou atender aos anseios dos internautas que clamavam pela disponibilidade na íntegra de telenovelas antológicas e de amenizar os efeitos do “fica em casa” por conta da pandemia que, inclusive, paralisou a produção de telenovelas inéditas por quase 1 ano. Com isso, telenovelas épicas como *Tieta* (1989), *Vale Tudo* (1988), *Que Rei sou eu?* (1988), *O Salvador da Pátria* (1989), *A Indomada* (1997), *Mulheres de Areia* (1993), *A Viagem* (1994), *Vamp* (1991) ecoaram nas redes sociais, fazendo com que os personagens que marcaram época como as gêmeas Ruth e Raquel, Odete Roitman, Maria Altiva, Sassá Mutema, *Tieta do Agreste* caíssem novamente nas rodas de discussão, porém transportadas para o meio digital, remexendo com o passado e ressignificando as produções como se fossem atuais. Esse fenômeno se deve muito pelo interesse do público mais jovem nas telenovelas antigas, fato apurado pela área de negócios da Globo em 2021 que apontou que pelo menos 93% dos jovens brasileiros tinham assistido alguma telenovela da emissora.

No contexto do Projeto Resgate, houve um resgate maior de telenovelas não muito antigas, exibidas entre o final da década de 1990 e 2000, com 52 títulos. De fato, boa parte das telenovelas produzidas nesse período mostraram-se significativas para a memória da telenovela, já que se trata de grandes sucessos como *A Indomada* (1997), *Torre de Babel* (1998), *Renascer* (1993), *Terra Nostra* (1999), *Laços de Família* (2000), entre outras. Outro fator em destaque para tratar a plataforma como lugar de memória é a possibilidade de visitar hábitos e costumes praticados nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000 e estabelecer os contrastes existentes. Nesse sentido, a própria plataforma insere no começo de cada capítulo a mensagem “*essa obra reproduz comportamentos e costumes da época em que foi realizada*”, deixando a impressão de se eximir de qualquer comparação possível que os novos telespectadores atribuam aos dias atuais. No entanto, reprováveis ou não, eram práticas vistas como muito cotidianas na época em que foram exibidas e prova de que a telenovela se conecta bem com a sociedade e com o momento, justificando seu sucesso continuado.

Para se ter uma ideia melhor do quanto a plataforma pode funcionar como lugar de memória das telenovelas, o aumento de mais de 145% da base de assinantes só no primeiro semestre de 2020 revela bem não apenas a atratividade do produto, mas o interesse em acessar esse poderoso espaço de recordação em constante crescimento e alimentação a fim de se conectar com o passado e inscrever as telenovelas no presente, rompendo com o presentismo das telenovelas atuais. A própria plataforma admite que esse crescimento se deu muito em função do *frisson* do resgate das telenovelas antigas ainda não disponibilizadas¹⁸.

18 Conforme informações contidas em matéria do Estadão Conteúdo em 11/01/2021.

No entanto, a plataforma encontra ainda muitas dificuldades para disponibilizar produções antigas, algumas muito desejadas pelos internautas como *Rainha da Sucata* (1990), *Dancin' Days* (1978), *Irmãos Coragem* (1970)¹⁹, por exemplo, seja por questões de direitos envolvidos ou mesmo pelas condições das fitas de videotape que requerem um delicado processo de remasterização e ajuste de imagens. Algumas produções antigas foram objeto de remake por parte da TV Globo, conferindo uma leve proximidade com a memória delas, caso de *O Astro* (2011), *Gabriela* (2012), *Saramandaia* (2013) e novelas antológicas de Ivani Ribeiro produzidas na TV Tupi nos anos 1970 como *Mulheres de Areia* (1993) e *A Viagem* (1994), ambas de enorme sucesso e repercussão e disponíveis na nova versão na plataforma.

Considerações finais

O *Globoplay* pode ser sim considerado e visto como lugar de memória muito bem-sucedido essencialmente por proporcionar aos seus telespectadores, assinantes e consumidores do seu conteúdo, reviver o passado e inscrevê-lo no presente, possibilitando-o fazer conexões, alimentando seu imaginário e mantendo um bem cultural como a telenovela vivo, fazendo dele um verdadeiro patrimônio cultural recheado de brasilidades.

No espectro positivo, o acesso a telenovelas antigas por meio do *Globoplay* também significa legitimá-las como bem cultural de forte apelo popular e de grandiosa afetuosidade por parte do público telespectador que procura rever aquelas novelas que o marcaram profundamente ou mesmo assistir aquelas que não conseguiram fazer por esse ou aquele motivo. Com isso, é possível não apenas preservar a memória das telenovelas brasileiras, mas reaproximá-las do público e das produções atuais, não a título de comparação, mas de continuidade, de compreensão do quanto a telenovela é capaz de dialogar sobre o Brasil e suas peculiaridades características de cada período.

É verdade que a memória da telenovela não pode e nem deve ser limitada ao *Globoplay* ou mesmo a TV Globo, ainda que seja a líder do segmento no Brasil. Isto porque de 1951 até hoje muitas telenovelas foram produzidas por outras emissoras como TV Tupi, Record, Excelsior, Bandeirantes, SBT e Manchete, requerendo lugares de memória para preservação e reavivamento das suas produções como tão importantes quanto às da própria Globo. O que se sabe é que o acervo da TV Tupi e Excelsior se encontram na Cinemateca de São Paulo, servindo como lugar de memória das duas extintas emissoras; o SBT disponibiliza gratuitamente o SBT Vídeos com alguns títulos produzidos nos anos 2000 na emissora; e a Record possui o *Play Plus* restrito a assinantes com títulos de sucesso dos anos 2000 da emissora. No entanto, a análise feita na plataforma *Globoplay*, admitidos os seus antecessores na *Internet*, revelou que a plataforma é atualmente o maior lugar de memória da telenovela brasileira e, se estendido aos demais produtos teledramatúrgicos como minisséries e séries, assume dimensão ainda maior em questão de volume de horas de conteúdo.

Referências

ALENCAR, M. **A Hollywood Brasileira: panorama da telenovela no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004

19 Levantamento do “Observatório da TV” do UOL.

ALEXANDRINO, J. M. **O conceito de bem cultural**. Versão provisória do texto da lição proferida em 3 de Dezembro de 2009, no Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a coordenação dos Professores Doutores Carla Amado Gomes e José Luís Bonifácio Ramos [on-line].

ASSMANN, A. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GONDAR, J. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

MARTÍN BARBERO, J. Viagens da telenovela: dos muitos modos de viajar em, por, desde e com a telenovela. In: LOPES, M. I. V. D. (Org.). **Telenovela: internacionalização e interculturalidade**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 23-46.

NORA, P. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Tradução de Yara Ann Khoury. In: *Les lieux de mémoire. I La République*, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII – XLII. Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard, 1984.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

VINCK, N. A novela como narrativa sobre opressão e mudança. Tradução: Oxford Traduções LTDA. **Revista Biblioteconomia e Comunicação**, n. 4, p. 7-28, jan./ dez. 1989.

TECENDO RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO AMBIENTAL, MEMÓRIA SOCIAL E CAPAS DE DISCO DE VINIL

*Rafael Henrique Oliveira de Carvalho*²⁰

*Judite Sanson de Bem*²¹

*Moisés Waismann*²²

INTRODUÇÃO

Há algumas décadas atrás, alguns países desenvolvidos, iniciaram um movimento sutil que objetivava localizar e proteger mundialmente determinadas paisagens, construções e bens culturais com valor histórico e ambiental através da Organização das Nações Unidas (ONU). Estes elementos constituintes do meio ambiente, posteriormente receberiam o nome de Patrimônios Ambientais. Vários destes patrimônios, tiveram inferências do homem em sua criação, assim como, da natureza cunhou a sua arte de maneira autônoma. Sendo assim, procura-se investigar se há uma possível relação entre este patrimônio ambiental, a memória social e o design das composições gráficas impressas em dez capas de disco de vinil da década de 1980 do gênero musical pop.

De forma a entender alguns aspectos deste estudo, uma breve contextualização do que é análise gráfica se faz necessária. A análise gráfica é um processo que compreende o uso de diversos conceitos e ferramentas do design. Utilizada para “ler” e “interpretar” determinada composição gráfica e/ou artística, buscando encontrar as razões, os motivos, os significados, pelos quais ela foi desenvolvida e traduzi-las em palavras. Para alcançar este resultado, necessita-se, investigar conceitos, características, elementos e modos de funcionamento, individualmente e posteriormente buscar associações entre eles.

Será empregada a metodologia qualitativa, que busca a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, de forma a abordar a análise a partir diversas ideias, conceitos e percepções. A pesquisa descritiva implica em coleta de dados qualitativos, utiliza técnicas de observação e jamais interfere na análise dos dados, apenas descreve todas as experiências de maneira totalmente imparcial. É baseada em um assunto previamente estudado em algum outro momento no qual se busca um aprofundamento, observando e registrando novos fenômenos e fatos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O patrimônio natural “[...] designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.” (IPHAN, [entre 2000 e 2018], n.p).

Também compreende “[...] áreas de importância preservacionista e histórica, beleza cênica, enfim, áreas que transmitem à população a importância do ambiente natural para que nos lembremos quem somos, o que fazemos, de onde viemos e, por consequência, como seremos.” (PATRIMÔNIO CULTURAL DO PARANÁ, [entre 2005 e 2022], n.p).

Sendo assim, podemos observa-se a importância deste local para as pessoas que ali residem ou que

20 Discente PPGMSBC/Universidade La Salle, <rafael.carvalho1274@unilasalle.edu.br>.

21 Docente PPGMSBC/Universidade La Salle, <judite.bem@unilasalle.edu.br>.

22 Docente PPGMSBC/Universidade La Salle, <moises.waismann@unilasalle.edu.br>.

em algum momento já residiram em determinado espaço deste território. Se em determinado período ocorreu algum fato importante, este local passa a ter um valor, um significado para os moradores e para ex-moradores que lembrarão deste fato, tornando-o uma espécie de ponto de referência.

A preservação, os cuidados etc, tornam necessário a criação de órgãos, legislações e dispositivos legais para efetuar este trabalho. No Brasil, tem-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que trabalha com parceria da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que auxilia no trabalho de assegurar que os diversos patrimônios naturais não sejam esquecidos e/ou destruídos pelas mãos do próprio homem que os criou. A legislação ambiental, através do instrumento de avaliação dos impactos ambientais, estabelece as condições, critérios básicos e diretrizes gerais para o licenciamento a empreendimentos e atividades potencialmente capazes de afetar o meio ambiente. Existe ainda a lei dos crimes ambientais que define penas e estabelece valores para multa, bem como outras condições para reparação de danos causados ao patrimônio ambiental. A paisagem é circundada de características que a tornam complexa, tais como:

[...] questões físicas, atuais ou pretéritas, a gênese de aspectos como formação geológica e geomorfológica, a diversidade de formas de relevo, a compartimentação geográfica e hidrológica, registros de acontecimentos paleoclimáticos e vegetacionais de capital importância para o conhecimento da história do planeta, marcas deixadas por povos pré-históricos, as formas atuais de relevo, hidrografia, flora e fauna e, em maior ou menor grau, os efeitos provocados pelas ações do homem moderno. (DELPHIM, 2004, p. 4).

Existem dois tipos de paisagem: a *paisagem arqueológica*, que está presente na *dimensão material* à qual pertencem os sítios e artefatos arqueológicos (elementos físicos), e na *dimensão imaterial*, onde estão informações históricas e científicas que o sítio pode fornecer (elementos abstratos), e a *paisagem cultural* que está inserida na dimensão imaterial (elementos abstratos), que avalia a forma de utilização de recursos, formas de expressão, modos de criar, fazer e viver que distinguem cada grupo social, entregando uma singularidade a esta paisagem. Assim a paisagem cultural torna-se o nosso elo com o patrimônio cultural, pois em ambos a cultura é o seu aspecto de maior relevância. Analisando somente a paisagem em si pode-se perceber que a cultura, mesmo sem ser mencionada, já é intrínseca a mesma. Quando fala-se de paisagem, falamos da intervenção do homem na natureza e de como o mesmo é moldado pela mesma: há uma relação de convivência mútua que aos poucos transforma-se em respeito, cuidado, dedicação e preservação, mas também não podemos esquecer que pode ocorrer o contrário, quando o homem invade a natureza, desrespeitando e causando danos e destruição à paisagem. Especificamente, por este motivo é que existem órgãos e instituições nacionais e internacionais protegendo todo os diferentes tipos de patrimônio que contém a passagem do homem registrada de alguma forma. Existem dois tipos de patrimônio cultural:

Patrimônio Material - Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, [entre 2000 e 2018], n.p).

Patrimônio Imaterial - Os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas, tecnológicas, práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. É transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para

promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, [entre 2000 e 2018], n.p).

Um instrumento essencial e que não pode deixar de ser comentado é o tombamento. Trata-se de um instrumento protetor, em que há um rigoroso processo técnico, legal e administrativo. Durante estes processos são utilizados os quatro livros de tombo, onde estão registrados o conjunto de bens culturais materiais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, facilitando a classificação. Outro aspecto interessante, mas não menos importante, é que no caso de haver justificativas segundo os valores daquilo que se pretende conservar, um bem pode ser inscrito em mais de um desses livros, ou seja, o mesmo bem pode ser classificado como histórico e belas artes, por exemplo. (IPHAN, [entre 2000 e 2018], n.p).

Tecendo conexões, pode-se observar que o patrimônio ambiental e o patrimônio cultural conversam entre si, interligados pelo “espesso fio” chamado de cultura. Deste fio derivam outras duas conexões extremamente importantes ao nosso tema principal: a memória social e o design que iremos abordar a seguir.

A memória social, busca encontrar vestígios de lembranças de fatos ocorridos ao longo dos tempos, mas com um viés diferenciado do viés histórico, pois busca analisar e evidenciar o fato na sua forma original, como ele realmente ocorreu, sendo proibido imaginar e/ou adicionar qualquer outro aspecto ou característica, que de alguma forma adultere o conteúdo original que posteriormente, será registrado exatamente do modo como ocorreu.

Diversos fatos históricos entendidos como verídicos e que já estavam cristalizados no consciente coletivo da sociedade começam a ser revisados e questionados, surgindo novas possibilidades de como aquele fato realmente poderia ter ocorrido. De uma forma geral:

Os estudos sobre memória social são uma rubrica geral de investigação que tem por objecto a análise das diferentes formas pelas quais somos moldados pelo passado. Conscientemente ou inconscientemente, na esfera pública ou na esfera privada, de forma material ou de forma comunicativa, e de modo consensual ou conflitual (OLICK; ROBINS apud PERALTA, 1998, p. 4).

Sendo assim, se a memória social analisa a maneira em que fomos moldados pelo passado, ela também analisa a cultura e o ambiente integrantes desse passado, que também ajudaram a nos moldar e dialogando ao mesmo tempo com a nossa memória individual, onde ambas funcionam em conjunto para formar nossas lembranças, onde acabam por construir uma nova memória social imaginária, que na realidade nunca ocorreu, mas passa a fazer parte de nossas lembranças. Halbwachs (1990, p. 37) salienta:

[...] a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e, talvez, que ela não explica por si mesma a evocação de qualquer lembrança. Apesar de tudo, nada prova que todas as noções e imagens tomadas dos meios sociais de que fazemos parte, e que interveem na memória, não cubram, como uma tela de cinema, uma lembrança individual, mesmo no caso em que não a percebemos. A questão toda é saber se uma tal lembrança pode existir, se é concebível. O fato que ela seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que intervenha em todos os casos.

De acordo com Halbwachs (1990), a memória individual faz parte da memória coletiva e vice-versa: em outras palavras, uma não existe sem a outra. No que cabe a memória social, o importante é avaliar e, posteriormente, validar se aquela lembrança é totalmente real e verdadeira ou se é uma construção imaginária.

Das relações demonstradas até aqui, não podemos esquecer do design. Este termo representa algo muito mais abrangente e diverso do que demonstra em um primeiro momento, pois ele concentra

em seu cerne diferentes áreas do conhecimento humano, tais como: sociais, culturais, tecnológicas, artísticas, assim como, diversas características importantes (significado, forma, função, bem estar, equilíbrio, harmonia, inovação, sustentabilidade). Enfim, seria necessário muito mais do que uma frase, parágrafo ou página para descrever todos os aspectos que este termo contém em si mesmo.

Conforme Butler e Tischler, em seu livro *Design para crescer aprenda com a coca-cola sobre escala e agilidade*, descrevem o pensamento de Tom Peters, que demonstra a importância do que é design: “O erro mais idiota é ver o design como algo que você faz no final do processo para “arrumar” a bagunça em vez de entender que ele é assunto desde o “primeiro dia” e faz parte de tudo”. (PETERS apud BUTLER; TISCHLER, 2015, p. 14). Nota-se, também, que na área de design há duas características comuns aos demais assuntos abordados nesta comunicação: a cultura e a interdisciplinaridade. Embora o design seja popularmente relacionado a áreas como a arte e bens de consumo, a sua amplitude é muito maior. Pode-se dizer que o design bebe da cultura, do social e do ser humano, pois é destas fontes, que as informações são cruzadas e utilizadas em projetos de desenvolvimento de produtos, seja material (utensílios domésticos) ou imaterial (serviços, aplicativos). A interdisciplinaridade apresenta-se também como forte aliado do design por ser um facilitador na busca e no trânsito de dados entre diferentes áreas de conhecimento.

Muitos autores apresentam a sua definição sobre design, mas para este artigo a que melhor se integra é a definição que Heskett (2008, p. 13) apresenta sobre design “...o design, em sua essência, pode ser definido como a capacidade humana de dar forma ao ambiente em que vivemos de maneira nunca antes vista na natureza, para atender às nossas necessidades e dar sentido à vida.” O design é algo profundo, dotado de uma imensidão, que talvez não se possa mensurar, embora intrínseco à natureza do ser humano, mas que ao mesmo tempo permanece constante dando sentido à vida e auxiliando-nos a resolver nossos problemas do cotidiano.

Com o objetivo de evidenciar relação, será utilizada uma ferramenta técnica do design chamada de análise gráfica, que consiste em analisar uma composição gráfica, indiferente ao tipo de suporte em que a mesma foi impressa. Esta ferramenta tem o objetivo de emergir possíveis memórias contidas nas composições gráficas das capas de disco de vinil da década de 1980 memórias expressas em um desenho ou uma imagem que representa uma paisagem natural ou uma paisagem cultural onde o homem interagiu ou, ainda, uma imagem ou desenho de algum artefato presente em tal época, que fazia parte do cotidiano de um determinado indivíduo que o recorda ao observar a capa. Poderíamos continuar a citar uma diversidade de outros exemplos, mas ainda é preciso uma investigação mais profunda das relações apresentadas anteriormente.

Conexões

O patrimônio ambiental contempla uma série de elementos concretos e abstratos que nos conectam a lembranças de experiências vivenciadas, sejam elas concretas como uma paisagem natural ou urbana, na qual quando vimos pela primeira vez nos marcou algum dos elementos de sua composição, ou seja, por algo mais abstrato como ritos de uma tribo indígena qualquer em algum local junto há uma paisagem muito característica.

Sendo assim, podemos demonstrar conexões entre um ambiente natural, uma memória e um disco de vinil com o seguinte exemplo: vamos pensar em uma pessoa que visitou o Cristo Redentor. Ela iniciou a sua jornada, participando de uma série de experiências que antecedem a sua chegada ao local desejado. Ela experimentou, andar no bonde do pão de açúcar que por si só, já gera uma série de momentos, que serão armazenados em sua memória e posteriormente se tornarão lembranças.

Talvez, tenha compartilhado essa experiência, embora iniciada de forma individual, com uma série de outras pessoas que estavam dentro do bondinho, depois de descer do bondinho aproveita para fotografar a paisagem que está no entorno do pão de açúcar, respirando um pouco da cultura dos cariocas e finalmente chega ao ponto desejado o Cristo Redentor onde irá ter mais algumas experiências que serão lembradas em algum momento de sua vida posteriormente.

Depois de alguns anos, essas memórias armazenadas, tornam-se lembranças distantes e quase esquecidas..., mas é neste momento que as composições artísticas/gráficas presentes nas capas de disco podem reviver estas lembranças de uma forma inesperada: esta mesma pessoa que visitou resolve escutar um de seus discos do cantor Roberto Carlos vai até o seu toca-discos e logo abaixo no seu rack de discos ela pega em mãos o disco do Roberto que tem a capa com ele no corcovado e logo atrás o Cristo Redentor... isto fará com que esta pessoa imediatamente conecte-se com tudo aquilo que ela vivenciou naquela visita rememorando todas as lembranças relacionadas ao local e relacionando a paisagem, o Patrimônio ambiental e a capa de disco.

Este exemplo evidencia a existência e a importância das relações entre os temas abordados neste trabalho, demonstrando que embora não sejam tangíveis, elas estão presentes em determinados momentos de nossa vida.

Considerações finais

Este artigo evidencia a existência de relações tangíveis e intangíveis entre diferentes áreas de estudo, abordando os seus conceitos, suas características e possibilidades existentes.

Trata-se de um estudo em andamento, visto que se faz necessária uma ampla investigação sobre diversas questões relacionadas à temática. Embora a comunidade científica tenha evidenciado uma série de novas possibilidades de entendimentos sobre o que é patrimônio cultural, patrimônio social, memória social e design, emerge mais um conceito que deve ser investigado e posteriormente agregado com um maior embasamento à pesquisa: a cultura. Além deste, existem, ainda, outros desafios a serem vencidos, tais como: ambiguidades, controvérsias e mitos sobre todos estes assuntos abordados nesta comunicação.

Referências

BRASIL. Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 25 de jul. 2022.

BUTLER, D.; TISCHLER, L. **Design Para Crescer**: como a Coca-Cola aprendeu a combinar escala e agilidade (e como você também pode). Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CADEMARTORI, C. V. Conservação da biodiversidade e desenvolvimento. In: PENNA, R. S.; TOALDO, A. M. M.; SABEDOT, S. (Org.). **Conhecimento, Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional**. Canoas, RS: Centro Universitário La Salle, 2006. p. 89-106.

DELPHIM, C. **O Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 de Jul. 2022.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HESKETT, J. **Design**. São Paulo: Ática, 2008.

PATRIMÔNIO CULTURAL DO PARANÁ. **Patrimônio Natural**. Curitiba, PR. [entre 2005 e 2022] Disponível em: <<https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Pagina/Patrimonio-Natural>>. Acesso em: 30 de jul. 2022.

PERALTA, E. **Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: uma resenha crítica**. Disponível em: <[http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf)>. Acesso em: 17 de Jun 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural e Suas Categorias**. [S.I.: s.n.], [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 25 de jul. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial**. [S.I.: s.n.], [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. [S.I.: s.n.], [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livros do Tombo**. [S.I.: s.n.], [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Registrados: Livros de Registro**. [S.I.: s.n.], [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

UNESCO, IPHAN. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. [S.I.: s.n.], [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/Convencao_1972.htm>. Acesso em: 25 jul 2022.

UNESCO, Convenção 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TROPA OSÓRIO (CANOAS, RS, 1926-1948): REGISTROS DE PRODUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CIDADÃ A PARTIR DO ESCOTISMO

Mireile Steiner de Sousa ²³

Cleusa Maria Gomes Graebin ²⁴

A partir de 2016, uma das autoras desde trabalho teve contato com um arquivo pessoal – o de Thiago Matheus Würth²⁵ (1893-1979), doravante Thiago Würth —, professor, intelectual, memorialista, que junto com sua esposa Johanna Würth, foram pioneiros na inclusão de crianças e jovens com deficiências²⁶, no Rio Grande do Sul. O acervo é custodiado pela família na antiga moradia de Thiago e de Johanna, tombada como patrimônio cultural de Canoas.

O acervo abrange, entre outros documentos, teses, artigos, traduções, conferências, imagens fotográficas e diversos escritos não publicados, intitulados por “Memórias”. Estes têm como ponto de partida, experiências vividas pelo professor, indicando lugares, fatos históricos e considerações sobre o grupo social ao qual pertencia. Entre os milhares de documentos, encontrou-se o Diário da Tropa Osório, no qual Thiago Würth relata o início da Tropa Osório em 1927.

Após proceder-se a higienização, organização em Fundo Documental e catalogação dos documentos do Arquivo Pessoal, passou-se à exploração deste, iniciando com um estudo sobre o Diário da Tropa Osório, refletindo sobre o movimento escoteiro e a educação no Brasil, percorrendo seu início em Canoas, no período entreguerras, a presença de militares na orientação do escotismo, a escolarização do movimento em 1936, a sua incorporação à Juventude Brasileira em 1939 e a apropriação do escotismo pelo Estado, em função de um projeto de nação.

Para este estudo concorreram aportes de Hall que identifica uma cultura nacional como:

[...] um discurso [...]; é uma forma de criar orientações que podem inspirar e planejar as ações individuais, bem como o entendimento que o homem tem de si próprio. [...] ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar [...], constrói identidades; “Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (2006, p. 31).

Nascimento (2008) discute hipóteses diferenciadas sobre o escotismo no Brasil e advoga ser necessária a produção de estudos para além de uma história do escotismo, ou seja, a de seus atores, das sociabilidades promovidas pela prática escoteira, associando o escotismo à militarização da infância

23 Doutoranda e mestre em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). Bacharel em Direito (Unisinos). Advogada. E-mail: <mireile.sousa0515@unilasalle.edu.br>

24 Doutora e mestre em História (Unisinos). Professora e coordenadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais, professora dos cursos de História e Pedagogia da Unilasalle. Coordenadora do Museu Histórico La Salle; líder do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura e Identidade; editora da Mauseion Revista Eletrônica. Orientadora de mestrado e doutorado. E-mail: <cleusa.graebin@unilasalle.edu.br>

25 Thiago Würth nasceu em Kaiserslautern, Alemanha, em 28 de fevereiro de 1893. Passou os primeiros anos de sua vida em Lyon, Genebra, Paris frequentando a Escola Comunal das Battignolles e College Chaptal. Em 1909, concluiu seu curso de magistério, com os irmãos maristas. Casou com Johanna Thoma Würth em 1917, vindo para o Brasil em 1919. Em 1926, fundou o Instituto Pestalozzi, instituição pioneira no Brasil, em educação especial, na cidade de Porto Alegre, transferindo-se para Canoas no ano seguinte.

26 Em 03 de fevereiro de 1927. Thiago e Johanna iniciaram o primeiro Internato de Canoas, Escola-lar, com oito alunos. A sessão de instalação da *Sociedade Pedagógica Pestalozzi* deu-se em 28 de junho 1928 com a finalidade de intermediar as negociações com os poderes públicos e financiar o empreendimento escolar.

e da juventude e ao ideário fascista, bem como aqueles que compreendem o movimento como uma Pedagogia, unindo a proposta de Baden-Powell (seu fundador) com a formação moral proposta pelos estudos de Psicologia de Stanley Hall. Ao revisar as produções sobre o escotismo, Nascimento chama a atenção para:

[...] a dimensão mais importante do Escotismo: a de ser o movimento fundado pelo lord Baden-Powell uma Pedagogia Ativa, inserida no contexto das reformas educacionais que embalsamaram diferentes países europeus [Escola Ativa] e americanos [Escola Nova] durante as primeiras décadas do século XX (2008, p. 19).

Isto posto, buscou-se produções acadêmicas sobre o movimento escoteiro no Rio Grande do Sul, constatando-se que são raros os estudos produzidos sobre o tema. Destaca-se a obra de Evelize Amgarten Quitzau (2019), denominada “Associativismo Ginástico e escotismo no Rio Grande do Sul”. Nesta, a autora coloca a gênese do movimento escoteiro nas associações teuto-rio-grandenses, criadas para a formação física, moral e intelectual de seus associados, notadamente os jovens, e para a preservação da cultura alemã no Brasil, adotando o escotismo a partir de 1913.

Outra pesquisa relevante que resultou no texto “Nos rastros da memória de um Mestre de Ginástica”, é a de Janice Zarpellon Mazo e Vanessa Ballani Lyra (2010), que traz aportes sobre Georg Black, introdutor da Educação Física e dos esportes no Rio Grande do Sul, criando o primeiro grupo de escoteiro no Brasil, em 1913, na Turnerbund, atual Sociedade Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA), criada em 1867.

Constatou-se que pesquisas sobre escotismo no Rio Grande do Sul são ainda incipientes, talvez, em virtude das dificuldades de encontrar acervos organizados disponíveis para consulta. Neste sentido, ressalta-se a relevância da documentação reunida por Thiago Würth, não só sobre a Tropa Osório, como também sobre o escotismo no Brasil, permitindo dar visibilidade a vestígios da sua constituição no estado e no país.

A seguir, trazem-se notas de pesquisa realizada a partir do Diário da Tropa Osório.

O Diário da Tropa Osório – Notas de pesquisa

O Diário inclui vários documentos, como artigos de jornais, matérias publicadas na Revista “O Escoteiro”, números 1 a 4; relatórios das atividades escoteiras; excursões; redações, cantos e poesias; cópia datilografada da Revista “O Escoteiro”, edição número 5; estruturas técnicas; correspondências; obras bibliográficas; fotografias, documentos escoteiros do período de 1938 até 1945; diário de ouro de escoteiro.

Diversos recortes dos jornais “O Radical”, “Lobinho”, “A tarde”, “Correio do Povo”, “Jornal da Noite”, “Jornal do Brasil” mencionam as atividades escoteiras, entre várias manchetes. Da leitura de alguns dos documentos é possível extrair relatos de Würth, sobre o início modesto da Tropa Osório em 1927 e as suas diferentes atividades: o excursionismo, medições de plantas, execução de mapas, as excursões realizadas a pé, as atividades de natação nos acampamentos e o desenvolvimento do espírito exploratório.

A Tropa Osório tinha a participação ativa em festas regionais, celebrações cívicas promovendo integração escoteira com outras tropas e as comunidades locais. Entre estas, tem-se a solenidade que ocorreu na Praça da Bandeira, na cidade de Canoas em 1938, seguida pela confraternização no Instituto Pestalozzi, instituição para atendimento de crianças especiais no Brasil, fundada pelo Thiago Würth, em 1926, na cidade de Canoas/RS.

Destaca-se o encontro, em 1938, denominado Caravana da Juventude Brasileira, conforme relato de Thiago WÜRTH (1938):

Chefiada pelo Major Rolim e Capitão Emanuel, representada por sete estados brasileiros, com as presenças de Dará Vignoli, Emanuel do Paraná, do criador do Escotismo do AR, Major Vidal, Newton Guimarães, pai do escotismo do Paraná, Floriano de Paulo, alma do escotismo de Minas, o chefe dos mártires do escotismo, Skinner e o grande veterano carioca, o Eduardo (Diário Tropa Osório, n.p.).

Thiago Würth, animado pela receptividade do governo ao movimento escotista editou através do Instituto Pestalozzi, Porto Alegre sua obra “Juventude Brasileira” em 1938.

Acredita-se que este encontro está relacionado com projeto apoiado pelo então Ministro da Justiça, Francisco Campos, apresentado em 1938, promovendo a criação da Organização Nacional da Juventude. Conforme informações do CEPDOC este previa “[...] que todas as instituições de educação cívica, moral e física existentes no país deveriam se incorporar e subordinar à organização, que dessa forma já nasceria com grande potencial mobilizador”. Entre essas estavam as organizações de escoteiros. O projeto foi combatido internamente, no governo, sendo reformulado com aportes do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que retirou seu caráter paramilitar, imprimindo-lhe caráter cívico, cultuando os símbolos nacionais. Deste movimento, surgiu a Juventude Brasileira em março de 1940, a qual não teve grande expressão, pois o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial em 1942, ao lado dos aliados. A Juventude brasileira foi extinta em agosto de 1945.

Em 1939 é realizado um Ajuri Nacional na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, com a presença do Presidente da República. Este foi relatado em 29 páginas, com as vivências da Tropa Osório e dos demais escoteiros do Rio Grande do Sul, lembrando o que Thiago Würth denominou como “a grande e inesquecível aventura”. Na Figura 1, a imagem fotográfica registrou os meninos da Tropa Osório, na Quinta da Boa Vista. Quanto a este evento, Würth relata:

A caravana foi pois organizada como segue: Comando: Os dois Vice-Presidentes: Alfredo Mariante e Prof. Thiago M. Würth e Comissário adjunto Prof. Ovidio Sicoli, por revezamento. Auxiliares: 2 médicos: Dr. Ayrton Py e Rui Alencastro, 1 Prof. De Música: Erich Meier e 1 almoxarife: Osvaldo Brück. 8 Chefes: Guilherme Militz, da Tropa Cayrú; Prof. Hugo Muxfeld da Tropa de Alegrete, Armando Würth da Tropa Osório; Arnaldo Waslavoski da tropa Niederauer; Alfredo Thiele da Tropa Tobias Barreto; Werner Hofmann da tropa Guia Lopes; Sebastião Perez da Tropa Charruas e Isac Bauler da tropa Panteras; 108 Escoteiros dos quais: 15 da tropa “Cayrú” do Ginásio das Dores; 5 da tropa “Osvaldo Aranha” de Alegrete; 18 da tropa “Osório” do Instituto Pestalozzi; 12 da tropa “Niederauer” do Turner Bund; 18 da tropa “Tobias Barreto” da Juventude Evangélica; 22 da tropa “Guia Lopes” dos Colégios Públicos; 10 da tropa “Charruas” do Ginásio Cruzeiros do Sul; 8 da tropa “Panteras”. Ao todo 120 pessoas. Já no Rio vieram se apresentar mais 3 gaúchos de Passo Fundo, que seguiram por terra, incorporados aos escoteiros de Santa Catarina

Segundo Sanson (2014), o escotismo refletia práticas de instrução cívica e patriótica. Como Baden Powell, o fundador do movimento, os nacionalistas brasileiros acreditavam na eficácia de produzir uma cidadania responsável, preparada para enfrentar as adversidades, consciente de seus deveres para com a pátria.

Figura 1 – Tropa Osório I AJURI, Rio de Janeiro, Quinta da Boa Vista (1939)



Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth.

Desde 1936, o Estado brasileiro, com a publicação da Lei 342, havia instituído o escotismo nas escolas primárias e secundárias brasileiras:

Art. 1º A teoria e a pratica do escotismo constituirão materia dos programmas de ensino nas escolas primarias, secundarias, profissionaes e normaes do paiz, em conformidade com o competente regulamento, que o Poder Executivo deverá expedir, opportunamente, pelo Ministerio da Educação e Saude Publica. Paragraho unico. O regulamento fixará a orientação e extensão dos respectivos programmas, a fim de que o escotismo alcance a alta finalidade de aprimorar o desenvolvimento physico e moral das futuras gerações brasileiras, para a intransigente defesa da Patria e pureza do regime democratico.

Art. 2º O Poder Executivo poderá contractar instructores escoteiros e celebrar entendimentos, que julgar necessarios, com a União dos Escoteiros do Brasil, para a execução do ensino do escotismo nos estabelecimentos onde devem ser creados os “grupos de escoteiros”, na fórmula prescripta pelo respectivo regulamento.

Em 1939, no I AJURIS, em seu discurso no evento, o Presidente Getúlio Vargas traça um modelo para a Juventude Brasileira, que foi criada em 1940, chamando a atenção para as “virtudes” do escotismo.

Em breve, toda a juventude brasileira será chamada a incorporar-se numa poderosa organização nacional, que se erguerá, como uma flama abrazada pelo patriotismo, para realizar um grande ideal. A vossa experiência e treinamento constituirão valiosa e decisiva contribuição para pôr em marcha, vitoriosamente, esse empolgante movimento cívico. Podereis, assim, mostrar que o Brasil está sempre presente na vossa existência de escoteiros; que ao seu serviço destinais o vigor dos músculos, adquirido na ginástica e nas prolongadas marchas; que à sua elevação moral consagrais o aperfeiçoamento do caráter, apurando os ensinamentos dos mestres e a vontade de

ser útil; o conhecimento do seu território, através das constantes entradas pelos sertões; a clareza de inteligência e compreensão, aprendida na vida simples, voltada ao trabalho (ESCOTEIRO DO MAR. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, nº XIX, julho e agosto de 1939, ano IV)

Figura 2 - I AJURI Nacional, Rio de Janeiro, 17 à 26 de junho de 1939. Discurso do Presidente Getúlio Vargas, na Quinta da Boa Vista (18/07/1939).



Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth.

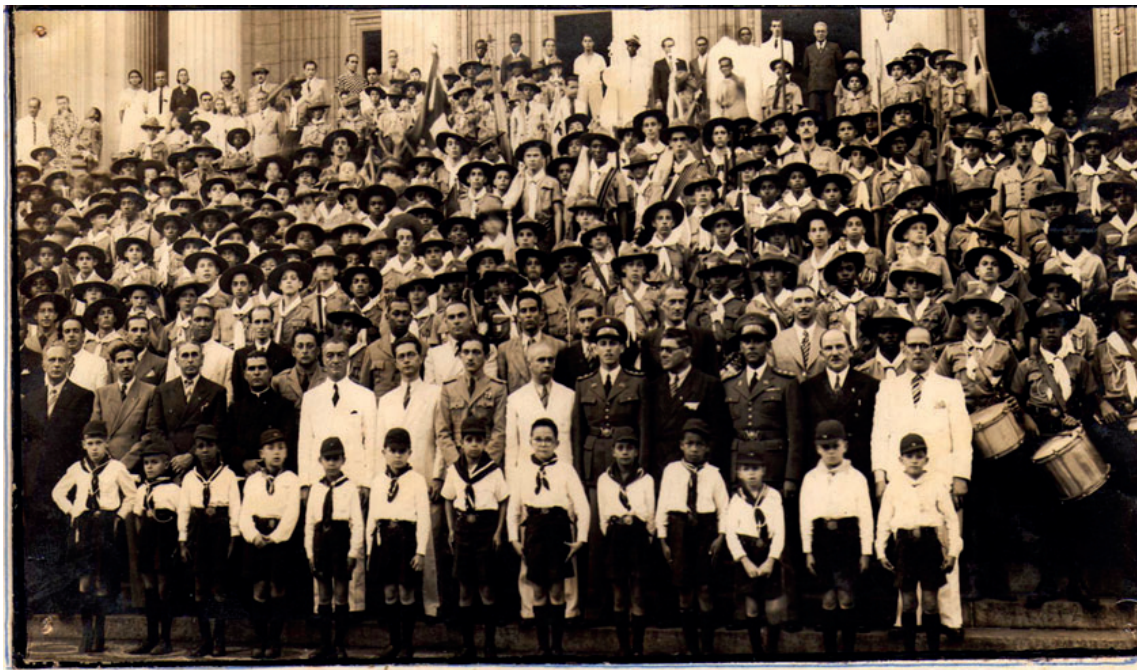
No seu bojo, a fala presidencial descreve o “homem” necessário para o desenvolvimento do então “Estado Novo” brasileiro, tendo repercussão em diversos periódicos voltados para o escotismo.

As matérias dos jornais do Evento AJURI, no acervo Thiago Würth, mobilizaram em única voz a incorporação da juventude brasileira numa poderosa organização nacional conforme discurso e presença do Presidente da República, do Ministro da Guerra, chefes do Estado Maior do Exército e altas patentes militares. Algumas das manchetes: o Radical (20/06/1939): Uma Esplendida demonstração de patriotismo; o Radical (02/08/1939): O escotismo é a escola ideal para infância.

Os promotores do evento tiveram recepção oficial no Palácio Tiradentes, quando foram recepcionados pela alta cúpula do Executivo, Legislativo e Judiciário. Thiago Würth guardou a imagem que chegou até os nossos dias, a partir do seu Arquivo pessoal (Figura 3).

Figura 3 - Recepção dos Promotores do I Ajuri Nacional no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro (1939).

Grupo Geral, nas escadarias do Palácio da Câmara de Deputados. (Primeira fileira de Chefes Escoteiros da esquerda para direita: David Barros – O Escoteiro de duas Pátrias Unidas Portugal-Brasil, Thiago Würth, Chefe Escoteiro RGS, Inácio de Freitas Rollim, Floriano de Paula Secretario de Educação de Minas e Escotista, Tenente Bethtem do movimento internacional e 7 Chefes de outros estados e no fim da linha o Belmonte, Chefe do Escotismo do Circuito Operário do RGS.



Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth.

Em março de 1940, foi publicado o Decreto-Lei 2.072, de criação da Juventude Brasileira. Ainda que não se referisse diretamente ao escotismo, o tipo de educação cívica, moral e física prevista na Lei, foi muito próxima daquilo que era praticado no Movimento Escoteiro. Thiago Würth ressalta isto, transcrevendo o artigo 13: “A Juventude Brasileira buscará atingir as suas finalidades especialmente por processos de educação ativa, realizando formaturas solenidades demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões, viagens e divertimentos”. Transcreve-se, a seguir, documento encontrado no Arquivo Pessoal Thiago Würth:

A União dos Escoteiros do Brasil, tendo em vista que a patrióticas e altruísticas finalidades do Escotismo se enquadram bem nos alevantados fins da “Juventude Brasileira”, querendo trazer a sua cooperação representada por vinte e seis anos de existência, toda dedicada ao preparo das gerações de amanhã, e por algumas dezenas de milhares de escoteiros espalhados por todo o território nacional, e desejando exclusivamente bem servir ao Brasil – seu supremo e precípua anseio – não podia ficar alheia a grandiosa obra do Governo da Republica, em prol da juventude.

Recebi por S. Exa. o Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema, a União dos Escoteiros do Brasil encontrou o melhor e mais animado apoio, pois que a Causa Escoteira já se impôs e goza das maiorias simpatias, tendo ficado assentada e incorporação da União dos Escoteiros do Brasil, com todas as suas entidades escoteiras filiadas, à “Juventude Brasileira” por Decreto-Lei especial n. 2.310 de 14 de junho de 1940. E para que a ação do Escotismo tivesse a plenitude e largueza que se tornam necessárias para atingir seus grandiosos resultados, o Movimento Escoteiro manterá a sua própria organização de acordo com seus estatutos, que serão aprovados por Decreto do Presidente da República. (Arquivo Pessoal Thiago Würth, 1940? np)

Não obstante a euforia de Thiago Würth com os rumos da formação de crianças e jovens e a forte

presenta dos valores e ideais escotistas, a Constituição de 1937 introduziu uma “campanha de nacionalização” que visava ao caldeamento de todos a imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade.

A fim de diminuir a influência e a forte resistência à assimilação por parte das comunidades de imigrantes, o governo, em 1938, criou a Lei da Nacionalização, através do Decreto-lei nº 868, embasado no Decreto Federal nº 406, de 04 de maio de 1938, que forçava a adaptação dos estrangeiros à cultura nacional, o que seria feito a partir da aprendizagem e uso exclusivo do idioma nacional.

Importante lembrar os estudos de Seyferth informando que a “partir de 1939 a política de abasileiramento recrudesciu, tornando a assimilação impositiva. Outros decretos viriam a restringir o ingresso de novos imigrantes no Brasil, a fim de consolidar o projeto de nacionalização vigente” (1997, on-line).

As concepções de nacionalidade que alicerçaram as identidades étnicas formalizadas por diversos grupos de imigrantes, colidiram com o princípio do “abasileiramento”. De acordo com HOBBSAWM (1990) o nacionalismo conseguiu espaço de forma rápida, e, em sua consequência decorreram tanto as mudanças políticas quanto sociais, “isso, sem mencionar uma situação internacional que fornecia abundantes desculpas para pendurar manifestos de hostilidade a estrangeiros” (Hobsbawm, 1990, p. 132).

Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra ao Eixo, entrando definitivamente na Segunda Guerra Mundial. Para PERAZZO (2008), a manutenção dos fortes laços culturais das comunidades teutônicas e o intento assimilatório do governo, tidos como “enquistamentos étnicos”, e os descendentes dos países “Eixistas” foram identificados como ameaça do “Mito do Perigo Alemão”. O impacto mundial da guerra aflorou a “lógica da desconfiança” e os imigrantes “Eixistas” foram reprimidos pela população “nacional”, muitas vezes com o aval do governo.

O que, certamente Thiago Würth, não esperava, foi anunciado pelo general Heitor Augusto Borges, presidente da União Escoteiros do Brasil-UEB, distribuindo instruções que deveriam ser rigorosamente executadas, para colaboração da defesa nacional. No Arquivo Pessoal, uma matéria da Folha da Tarde de 31/08/1942, trazia disposições para as Tropas Escoteiras conforme segue: Para evitar indecisões e mal-entendidos e aumentar a coesão do Escotismo Nacional a União dos Escoteiros Brasileiros resolveu declarar inativos os chefes dirigentes, pioneiros, escoteiros e lobinhos, nascidos nos países do Eixo ou descendentes em primeiro grau dos naturais destas nações, mesmo que naturalizados.

Em resposta a circular da UEB, Thiago Würth, chefe escoteiro, brasileiro naturalizado em 1924, faz as considerações atinentes a sua inatividade e de seus filhos, descendentes de alemães, brasileiros natos. A dedicação ao escotismo por mais de três décadas na esfera estadual e nacional, não foi motivo de exceção à regra. Conforme diário da Tropa Osório, relata que o *Escotismo foi assassinado* e, portanto, escoteiros imigrantes do Eixo, independente da idade, adultos ou crianças deveriam afastar-se do movimento, precedendo o isolamento em função da etnia e convívio social. Nas contrarrazões pondera que dois de seus filhos deveriam apresentar-se para representar o Brasil na Segunda Guerra Mundial, mas não poderiam mais ser escoteiros. Apontava a incongruência em decretos incluindo os imigrantes para o front e excluindo-os do escotismo.

O Escotismo sofreu consequências com o advento da Segunda Guerra Mundial e aos brasileiros naturalizados e descendentes alemães, italianos e japoneses assolados pelo discurso nacionalista passaram por uma educação voltada à valorização do civismo e do patriotismo, orientada pela segurança nacional e regime de exceção em estado de guerra.

A última página do Diário da Tropa Osório - Depois, o silêncio...

As reminiscências do Chefe escoteiro Würth sobre as atividades da Tropa Osório, escritas no Diário remetem à Maurice Halbwachs sobre o quê mantém as pessoas unidas em grupos, tendo as lembranças em comum, como importante elemento de coesão, originando a noção da existência de uma memória coletiva. A estabilidade desta está diretamente vinculada à subsistência do grupo. Na hipótese deste dissolver-se, o indivíduo desintegra parte das lembranças que o identifica com o grupo.

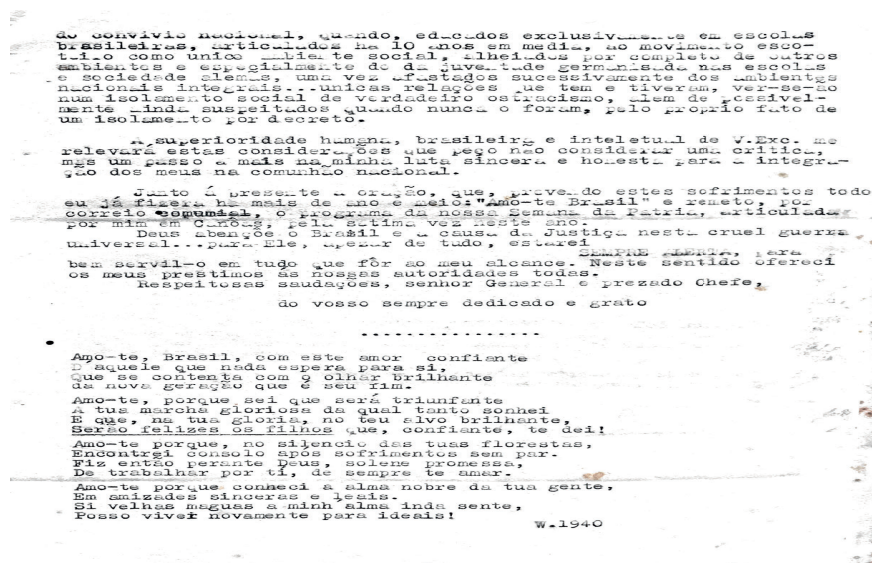
A alteração de um contexto político pode contribuir para o apagamento de determinadas lembranças, pois a força imanente de permanência e interação só existe dentro de grupos sociais. A continuidade dos grupos de escoteiro, nos estados brasileiros com forte presença de imigrantes e descendentes foi atingida pela Segunda Guerra Mundial, com a norma legal brasileira, determinando que os filhos natos de pais estrangeiros (mesmo naturalizados) estavam proibidos de participar do movimento. O grupo escoteiro Tropa Osório, como outros tantos, tiveram suas atividades extintas, fato este, que autorizou por decretos e leis, a cisão do movimento em detrimento da etnia dos participantes de chefes e escoteiros. A ação governamental indica que a Tropa Osório e os alunos do Instituto Pestalozzi assumem o perfil de contra recordação e seus grupos são considerados ilegítimos para integrarem o movimento escoteiro.

A última frase do Diário da Tropa Escoteira — *O Escotismo foi assassinado dia 19/08/1942* —, provoca aflição, e o chefe escoteiro como migrante naturalizado brasileiro em 1924, viu-se à margem, excluído. Uma limpeza ética o excluía de práticas que prezava e para as quais dedicou muito tempo de sua vida.

Imagina-se que Würth o qual visualizava uma comunidade imaginada, sob o manto da Juventude Brasileira, tenha fechado o Diário da Tropa Osório e nunca mais o tenha aberto. Restou às autoras um duplo encontro: com o documento e com indícios que lhes permite abrir uma janela para o passado do escotismo no Rio Grande do Sul.

Finalizando este trabalho, deixa-se um poema escrito por Thiago Würth em 1940.

Figura 4 – Carta/Resposta ao Presidente das U.E.B General Heitor Borges, Thiago Würth e a inatividades das atividades escoteiras



do convívio nacional, quando, educados exclusivamente em escolas
brasileiras, articulados na 10 anos em média, no movimento esco-
tista como único ambiente social, alheados por completo de outros
ambientes e especialmente do de grande germanidade nas escolas
e sociedade alemãs, uma vez afastados sucessivamente dos ambientes
nacionais integrados... únicas relações que sem se tiveram, ver-se-ão
num isolamento social de verdadeiro ostracismo, sem de possível-
mente ainda suspeitados quando nunca o foram, pelo próprio fato de
um isolamento por decreto.

A superioridade humana, brasileira e intelectual de V.Exc. me
relevará estas considerações que logo não considero uma crítica,
mas um passo e mais na minha luta sincera e honesta para o integri-
do dos meus na comunhão nacional.

Junto á presente a oração, que, provendo estes sofrimentos todos
eu já fizera, há mais de um e meio "Amo-te Brasil" e respeito, por
certo e sagrada, o programa da nossa semana de ação, realizada
por mim em Caxias, pela sétima vez neste ano.

Deus abençoe o Brasil e a causa da justiça nesta cruel guerra
universal... para Ele, e para de tudo, sempre.

sem servilho em tudo que for ao meu alcance. SEMPRE ABENÇOE, para
os meus préstimos as nossas autoridades todas.

Respeitosas saudações, senhor General e prezado Chefe,
do vosso sempre dedicado e grato

.....

Amo-te, Brasil, com este amor confiante
O aquele que nada espera para si,
que se contenta com o olhar brilhante
de novo sorriso que é seu fim.

Amo-te, porque sei que será triunfante
A tua marcha gloriosa da qual tanto sonhei
E que, na tua glória, no teu alvo brilhante,
Serão felizes os filhos que, confiante, te dei!

Amo-te porque, no silêncio das tuas florestas,
Encontrei consolo após sofrimentos sem par.
Fiz então perante Deus, solene promessa,
De trabalhar por ti, de sempre te amar.

Amo-te porque conheci a alma nobre da tua gente,
Em amizades sinceras e leais.

Si velhas meigas a minha alma ainda sente,
Possa viver novamente para lássis!

W.1940

Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth

Referencias

BRASIL. **Lei nº 342**, de 12 de dezembro de 1936. Institui o escotismo nas escolas primárias e secundárias do país. Brasília: Casa Civil, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-342-12-dezembro-1936-556952-publicacaooriginal-77174-pl.html>>. Acesso em: 14/02/21.

BRASIL. **Constituição** (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Brasília: Casa Civil, s.d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 07/02/2021

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.072**, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases e, para ministrá-la, organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Brasília: Casa Civil Disponível. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-retificacao-70950-pe.html>>. Acesso em: 14/02/21

ESCOTEIRO DO MAR. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, nº XIX, julho e agosto de 1939, ano IV.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAZO, J. Z.; LYRA, V. B. *Nos rastros da memória de um “Mestre de Ginástica”*. **Motriz: rev. educ. fis.** (Online) [online]. 2010, v. 16, n. 4. <<https://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a17v16n4.pdf>>.

NASCIMENTO. Adalson de Oliveira. Sempre alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945) <https://escoteiros.org.br/arquivos/trabalhos_academicos/O_ME_no_Brasil_e_os_Projetos_Nacionalistas_de_Educacao_InfantoJuvenil.pdf>.

PERAZZO, P. F. Prisioneiros, direitos e Guerra no Brasil de Vargas (1942-1945). **Revista Esboços**, Santa Catarina, UFSC, v. 16, n. 22, p. 41-53, 2008.

SANSON, L. S. R. A Educação em Tempos de Nacionalismo: representações do escotismo durante a Primeira República em Laguna - SC (1917-1930). <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/507-0.pdf>.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana* v. 3 n. 1. Rio de Janeiro Apr. 1997 Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004>. Acesso em 15 fev 2021.

NASCIMENTO, J. C. do. A Escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo do Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=94NCDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=tropa+de+escoteiros&ots=07_zMe4SS5&sig=iv4IoMS0Sqn129Vd7E43t3U6awc#v=onepage&q=tropa%20de%20escoteiros&f=false>. Acesso em 15 fev 2021.

MAZO, J. Z.; LYRA, V. B. *Nos rastros da memória de um “Mestre de Ginástica”*. **Motriz: rev. educ. fis.** (Online), Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 967-976, Dec. 2010. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742010000400017&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 Feb. 2021. <<https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p967>>.

QUITZAU, E. A. ASSOCIATIVISMO GINÁSTICO E ESCOTISMO NO RIO GRANDE DO SUL (1913-1934). **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 23, e78376, 2019 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592019000100403&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 Feb. 2021. Epub Mar 28, 2019. <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/78376>>.

CONTRIBUIÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA PARA O CAMPO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL-ORGANIZACIONAL EM UMA REGIONAL DE ENSINO NO SUL DE MINAS GERAIS

*Margarete Panerai Araujo*²⁷

*Aline Rodrigues Totti*²⁸

*Douglas Alexandre Alves*²⁹

Introdução

A busca de um método para desenvolvimento de uma pesquisa (que tem como tema a memória institucional e organizacional da gestão de uma instituição educacional) sempre requer novos estudos, pois o exercício nessa área do conhecimento concentra diferentes possibilidades para atendimento dos objetivos propostos no projeto em construção. A descrição da trajetória é um ponto importante para essas informações. Gerenciar o tempo, elaborar um diário, caracterizar o itinerário a partir de um repertório de estudos, refletir e escrever o roteiro inicial a as bases teóricas para respaldo científico da investigação contribuem para sistematização do conhecimento. O campo de observações necessita ser compreendido a partir de dúvidas e questões que oportunizam o indício da pesquisa. A aprendizagem sobre a Hermenêutica em Profundidade (HP) desenvolvida por Thompson (1995), e Ricoeur (1976), pode ser um importante instrumento para compreensão de contextos sócio culturais e educacionais.

Assim, o objetivo geral deste artigo é avaliar, ainda de forma parcial, a contribuição metodológica da hermenêutica em profundidade (HP) para uma pesquisa institucional-organizacional e memorial em uma instituição de Superintendência Regional de Ensino- SER no estado de Minas Gerais. A construção do artigo segue, os objetivos específicos que são: 1) Caracterizar preliminarmente a instituição enquanto objeto de estudo institucional-organizacional que será pesquisado; 2) Refletir sobre algumas fontes teóricas da Hermenêutica em Profundidade (HP); 3) Inferir sobre a aplicabilidade da HP.

O artigo está organizado em seções sendo: essa introdução, seguida do referencial teórico e metodológico, análise e considerações finais. Por último, as referências utilizadas.

Referencial teórico e metodológico

Para responder ao objetivo geral destaca-se preliminarmente o campo social que se deseja estudar. Para Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para Lakatos & Marconi (1992), o problema de pesquisa deve ser analisado,

27 Pós-doutorado em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV EBAPE/RJ; e pós-doutorado em Comunicação Social, Cidadania e Região na UESP nas Cátedras UNESCO de Comunicação e Gestão de Cidades (2010). Possui Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS. Atuação no Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Sociedade na Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL, Campus de Varginha/ MG como professora visitante. E-mail: <margaretepanerai@gmail.com>.

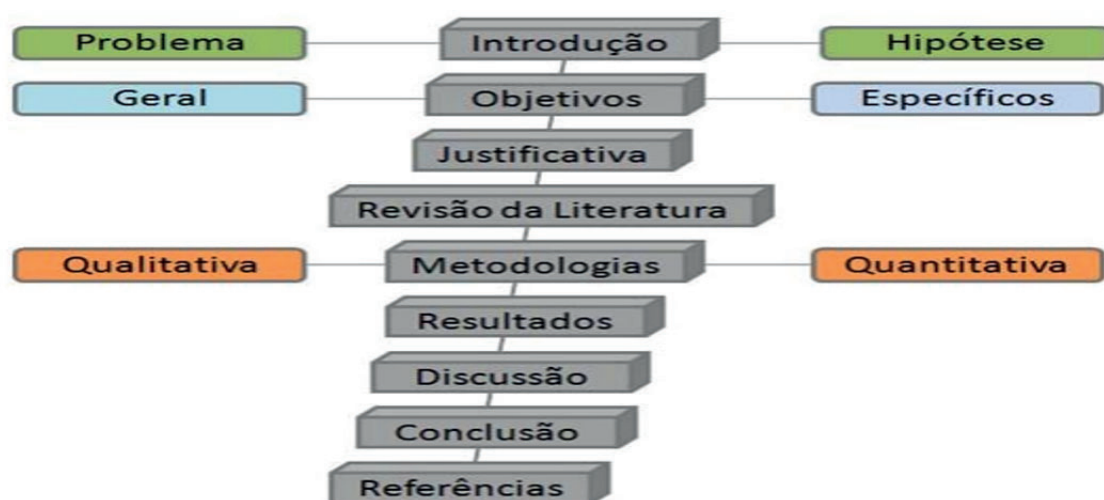
28 Mestranda em Gestão Pública e Sociedade na Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL, Campus de Varginha/ MG. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras - UFLA e Bacharel em Ciência da Computação pelo Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS. E-mail: <alinetotti2@yahoo.com.br; aline.rodrigues.totti@educacao.mg.gov.br>;

29 Mestrando em Gestão Pública e Sociedade na Universidade Federal de Alfenas, Campus de Varginha/ MG/ Graduação em Pedagogia pela Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS. E-mail: <douglasalexandre.alf@hotmail.com>.

conforme os aspectos de valoração: viabilidade, relevância, novidade, exequibilidade e oportunidade. A organização metodológica deve seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que desde a sua primeira versão, vem sendo atualizada adequando os requisitos normativos.

Baseado em Garcia (2015), a estruturação da pesquisa científica é uma das fases do processo metodológico e está pautada em etapas, como a formulação do problema a ser questionado, a concepção de hipóteses a ser verificada, a coleta de dados, tabulação dos dados, análise dos dados, discussão dos resultados, conclusões, redação do texto e apresentação do trabalho científico. Assim, a NBR nº 14724, indica a apresentação de um esquema em formato de Roteiro de Projeto de Pesquisa, que é considerado uma estrutura a seguir, conforme a Figura 1.

Figura 1: Estruturação de um projeto de pesquisa



Fonte: Adaptado de ABNT.

Com base nessa estrutura de ABNT, busca-se caracterizar preliminarmente a instituição, objeto de pesquisa que será estudado.

Objeto de análise institucional e organizacional

No município de Varginha, ligada à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, encontra-se o objeto de análise que é a memória institucional-organizacional da Superintendência Regional de Ensino- SRE, cuja localização abrange a mesorregião sul do estado, atendendo escolas estaduais, municipais e particulares, em vinte e oito municípios. Sendo uma instituição intermediária na sua estrutura administrativa, se articula com unidades escolares, Secretaria Municipais de Educação, outras secretarias estaduais e órgãos do legislativo e judiciário.

Esta regional oferece orientação, acompanhamento e fiscalização administrativa-financeira, pessoal e pedagógica com as outras redes de ensino, desde a concessão da autorização de funcionamento até o encerramento das atividades. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020) a operacionalização de importantes políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) passam a fazer parte desta instituição que devem promover informações escolares inclusive ao Censo Escolar (sistema educacenso) e a partir dos sistemas próprios de gestão escolar das escolas e redes de ensino. Além dos dados escolares, esse órgão também é gestor da execução das políticas públicas educacionais federais e estaduais. E por último, com relação às suas características hierárquicas, sendo um órgão regional ligado à administração

estadual, a SRE está sujeita às deliberações do governo do estado e às mudanças de gestão estaduais.

Embora a instituição exista desde 1965, busca-se refletir sobre uma reconstrução de uma memória institucional-organizacional recente, que envolve os últimos 20 anos, cujo recorte temporal político, esteve envolvido com: três gestões do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, (de 2003 a 2014); uma gestão do Partido dos Trabalhadores - PT, (de 2015 a 2018); e a atual gestão do Partido Novo (de 2019 a 2023).

Figura 2. Recorte temporal de gestão estadual a partir dos governadores



Fonte: Produzida pelos autores, 2022.

Existem poucos documentos e estudos vinculados a essa Superintendência Regional de Ensino, que envolvem os seus diferentes aspectos de gestão e sócio-políticos. Por esse motivo, busca-se definir um escopo para o estudo da memória Institucional (MI) - memória organizacional (MO). A primeira MI é conceitualmente como aquela onde memórias remeterão às características mais rígidas e permanentes da instituição, imutáveis, como por exemplo, esta condição de órgão intermediário entre a SEE/MG e as escolas. Já a MO é aquela relacionada aos acontecimentos que mudam mais rapidamente, conforme muda a gestão, como as políticas de governo, estratégias comunicacionais, normativas, etc.

Halbwachs (2013) descreveu princípios teóricos de memória social que são de um grupo de pessoas. Contudo além do grupo existe uma conexão que se retroalimenta no espaço institucional-organizacional aqui considerado como totalidade, ou seja, o conjunto de relações, realizadas através de funções e formas, apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente (SANTOS, 2008).

Várias são as técnicas que podem ser utilizadas no campo da memória institucional-organizacional. Por exemplo, a técnica bibliográfica, é aquela voltada às produções documentais (portarias, atas, livros, memorandos, regimentos, etc.) da instituição. Junta-se à produção documental a história oral (HO), enquanto técnica eficaz para esse tipo de análise, pois utiliza depoimentos, que podem ser gravados, analisados e tornarem se documentos. “História oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos e transformados em textos escritos”, segundo descreveu Meihy (2005, p. 18). O autor deixou claro que quanto ao destino das gravações “[...] devem ser mantidas e disponibilizadas para o consumo social”. [...] “É isto que marca a história oral como ‘história viva’ (MEIHY, 2005, p. 19).

Também de incluem com técnicas para os estudos de memória institucional-organizacional, a

partir das narrativas de grupo. Segundo Pinto (1999), o interesse pela análise de narrativas de grupos tem longas raízes, desde a antiga cultura grega, com traços tanto nas teorias como nas práticas do cotidiano. Assim, a importância da análise de narrativas de grupo é tal que [...] “o eixo de sua argumentação consiste em demonstrar, que não há uma essência da memória. Não apenas os indivíduos lembram-se das coisas, como também grupos e as mais diversas coletividades”, conforme Queller (2013, p 368) ao se referir a Assmann (2011) em sua obra “Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural”. Para Ricoeur,

Confrontada com um tal enigma, a memória não deixa de ter recursos. Desde Platão e Aristóteles, falamos da memória não só em termos de presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração, aquilo que chamavam anamnesis. E quando essa busca termina, falamos de reconhecimento. É a Bergson que devemos ter recolocado o reconhecimento no centro de toda a problemática da memória. Em relação ao difícil conceito da sobrevivência das imagens do passado, seja qual for a conjunção feita entre as noções de reconhecimento e de sobrevivência do passado, o reconhecimento, tomado como um dado fenomenológico, permanece, como gosto de dizer, uma espécie de “pequeno milagre” (RICOEUR, 1976, p. 3).

Baseada em Ricoeur (1976) e Thompson (1995) é a partir da análise de contexto sócio cultural, e das narrativas de linguagem passaram a ser uma ocorrência, que deve ser estudada, do ponto de vista do sistema interno, da formação linguística, e da atribuição ideológica, que se exterioriza, através da ideologia. Assim, a hermenêutica faz sentido para um estudo contextual que Thompson (1995) e Ricoeur (1983) definiram como hermenêutica em profundidade (HP). A HP é uma interpretação construída pelo pesquisador em relação aos fenômenos sociais que se dedica – necessariamente relacionados à dimensão cultural e sociopolítica.

A ideia da hermenêutica de profundidade é tirada do trabalho de Paul Ricoeur, que está orientado para a interpretação (ou reinterpretação) de fenômenos significativos, mas com diferentes tipos de análise e que podem desempenhar papéis legitimados e que se apoiam reciprocamente. Ela nos possibilita ver que o processo de interpretação não se opõe, necessariamente, aos tipos de análise que tratam das características estruturais das formas simbólicas, ou às condições “[...] sócio-históricas de ação e interação, mas que, pelo contrário, esses tipos de análise podem estar conjuntamente ligados e articulados como passos necessários ao longo do caminho da interpretação” (THOMPSON, 1995, p. 33). Nesse sentido, se destacou essa relação das teorias apresentando quatro aspectos:

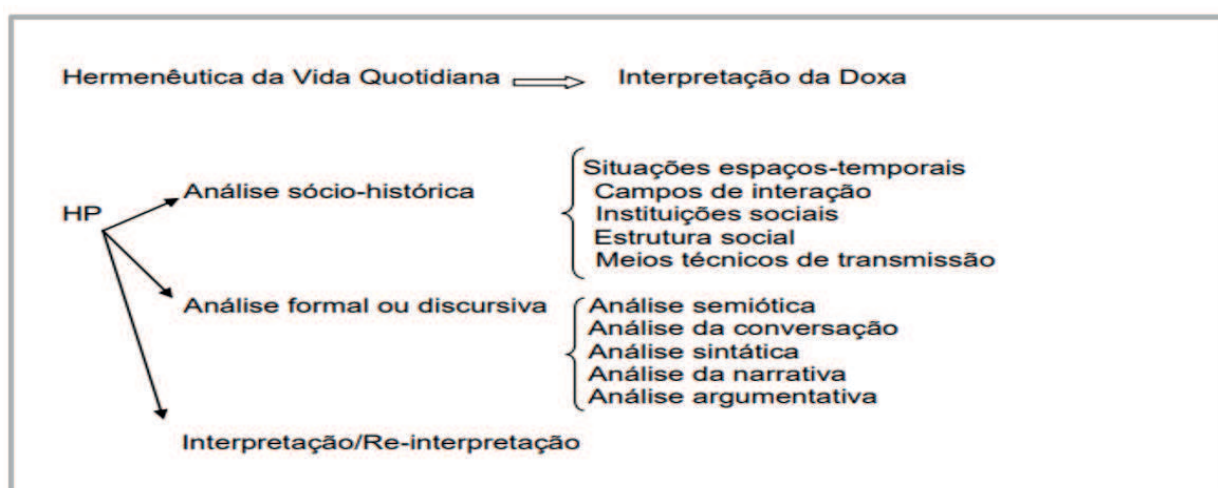
1. O seu compromisso histórico-social que os leva a praticar a tese hegeliana de que a filosofia deve pensar o seu tempo porque é essa a sua efetiva missão [...].
2. A forma como ambos ou autores valoriza o legado da modernidade, ainda que Habermas seja mais ostensivamente contra a designada pós-modernidade - como é fato conhecido e documentado -, e Paul Ricoeur, no quadro da fecundidade teórica que atribui ao Conflito de Interpretações, assumiu dialogar e mesmo incorporar dimensões importantes do pensar pós-moderno, nomeadamente, o valor das diferenças;
3. O seu compromisso com as questões epistemológicas e a importância que atribuem ao papel do diálogo da filosofia com as ciências,
4. Um e outro têm um profundo sentido das suas dívidas conceptuais, pelo que os seus textos põem sempre a claro de onde partem com quem dialogam ou o que pediram por empréstimo. Assim, une-os um profundo rigor ético no exercício filosófico. Neste quadro, é ainda mais significativo a falta de relação teórica de Habermas com Ricoeur [...] (HENRIQUES, 2012, p. 4).

Thompson (1995) faz uso de fontes como Habermas mas não se aproxima muito dele. Busca explicações sobre os sistemas simbólico-ideológicos e o conceito de campo em Bourdieu (1996, p. 27). Neste último, inclusive destaca: “[...] que o espaço social é a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele”. Lembrando que cada campo corresponde um *habitus* e, portanto, para Bourdieu (1996) os campos de produção, como a educação, propõem um “espaço de possíveis que transcende os agentes singulares, funciona como uma espécie de sistema comum de coordenadas [...] estejam objetivamente situados uns em relação aos outros” (BOURDIEU, 1996, p. 54).

Valendo-se de Bourdieu (1989) e de Catani (2004, p. 4), o *habitus* é construído num processo de aprendizado como produto da relação dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais”. Assim, as interpretações simbólicas sobre o espaço social, que representam a própria sociedade, podem ser mensuradas e Thompson (1995) destacou de Bourdieu (1996) os variados tipos de recursos e capital nos seus estudos: “[...] “capital econômico” a propriedade, bens materiais; “capital cultural” o conhecimento, habilidades e diferentes tipos de qualificação educacionais; e o “capital simbólico” méritos acumulados, prestígio e reconhecimento associado com a pessoa ou posição” (THOMPSON, 1995, p. 195).

Recorrendo a essas teorias, Thompson (1995) reforçou que elas tornam possíveis as ações e interações na vida cotidiana e, caracterizou que utilizaria características típicas dos contextos sociais para definir as situações espaço- temporais: Assim, conforme a figura 3 o autor caracteriza em forma de figura essas situações:

Figura 3: Forma de investigação hermenêutica



Fonte: THOMPSON, 1995, p. 36.

Assim, a perspectiva da HP apresenta etapas metodológicas de interpretação, descritas brevemente em Thompson (1995) como: “[...] 1) Primeira à produção e transmissão, ou difusão, de formas simbólicas mediadas por tais meios. 2) A construção de mensagens comunicativas. 3) Recepção e apropriação das mensagens” conforme Thompson (1995, p.36). Ao procurar sistematizar a Hermenêutica em Profundidade (HP) o autor destaca a necessidade de uma “pesquisa social, em outros campos, o processo de interpretação a partir de uma gama de métodos explanatórios ou objetivantes” (THOMPSON, 1995, p.362).

Preliminarmente, o estudo proposto no âmbito institucional-organizacional da regional SRE/MG pode revelar que as relações entre o sistema macro (estrutura social das gestões políticas) e o sistema micro (colaboradores da organização) sempre é condicionada a fatores ou variáveis. Os indicadores de relevância são condição *sine qua nom* para o método proposto. Nesse sentido, tendo como bases a estrutura de ABNT, o objeto de estudo definido a ser desenvolvido, com uma proposta de análise institucional e organizacional e a ideia da hermenêutica de profundidade baseada no trabalho

Thompson (1995) e Ricoeur (1983) para a aplicação de estudo da memória Institucional (MI) - memória organizacional (MO) que trabalha com enfoques relativos ao campo da memória é possível inferir que essas teorias, cujo referencial metodológico é orientado para a interpretação (ou reinterpretação) de fenômenos significativos orientará o desenvolvimento da empiria do pesquisador.

Análise

Esse escopo teórico proposto pode contemplar a análise institucional-organizacional da SRE indicada anteriormente como objeto de estudo. Isso porque o tratamento do material empírico documental pretende analisar a explicitação da memória social e história oral do que é dito ou representado e a forma simbólica dos resultados da análise sócio histórico formal e/ou discursiva. Ou seja, todo o processo de interpretação, segundo Thompson (1995, p. 220) das formas simbólicas são fenômenos sociais, uma vez que “[...] uma forma simbólica que é recebida apenas pelo próprio indivíduo que a produz é mais uma exceção do que uma regra.” Além disso, as fases da HP de análise sócio-histórica nas análises formais ou discursivas e nos procedimentos da análise sócio-histórica aplicado para a interpretação e re-interpretação envolve a produção e consumo de bens simbólicos (THOMPSON, 1995, p. 395).

Conclusão

A busca de um método e de uma trajetória de pesquisa talvez seja o item mais importante de uma aprendizagem. A Hermenêutica em Profundidade (HP) de Thompson (1995), e Ricoeur (1976), oferecem elementos importantes para refletir sobre a memória institucional-organizacional. Assim, com o objetivo geral de avaliar, parcialmente, a contribuição metodológica da hermenêutica em profundidade (HP) para um estudo institucional-organizacional de memorial em uma Superintendência Regional de Ensino- SRE no estado de Minas Gerais, buscou-se dar vazão aos elementos que caracterizaram preliminarmente a instituição e, refletir sobre algumas fontes teóricas da HP e sobre uma aplicabilidade em um contexto de estudo sobre a memória institucional-organizacional.

Considerou-se que está reflexão sobre o método explicita um caminho a ser percorrido para a compreensão da investigação, a partir de formas simbólicas, é fundamental para o acesso ao conhecimento institucional e organizacional através de um conjunto de procedimentos que serão adotados. Um enfoque tríplice como a análise sócio-histórica, a análise formal-discursiva e a interpretação/reinterpretação, como o proposto pela HP podem auxiliar nesta investigação.

Referências

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018. 2. ed. – Brasília, DF: Inep, 2019. 474 p. il. ISBN 978-65-81041-01-4 (on-line). Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas São Paulo: Papirus, 1996.
- CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educ. Soc., Campinas**, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em outubro de 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- HENRIQUES, F. **Habermas e Ricoeur sobre a Hermenêutica, ou uma convergência divergente**. Ed. Coleção LUSOSOFIA. Universidade da Beira Interior Covilhã, 2012. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/20120217-henriques_fernanda_habermas_e_ricoeur_sobre_a_hermeneutica.pdf>. Acesso em outubro de 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- MEIHY, J. C. **Manual de História Oral**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2005.
- PINTO, M. J. **Comunicação e discurso, introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker, 1999.
- PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. Revista Eletrônica **Diálogos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/fnsa/revista>>. Acesso em outubro de 2022.
- QUELLER, J. J.; ASSMANN, A. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 453p. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 367-369, jan/abr 2013. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org/português>>. Acesso em outubro de 2022.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa: o tempo narrado**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo, WMF Martins Fontes. 2010.
- RICOEUR. P. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Rio de Janeiro. Editora 70, 1976.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO- SER. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/superintendencia-regional-de-ensino-sre-3>. Acesso em outubro de 2022.

RENDA DE BILRO: ESPAÇOS DE MEMÓRIA, ARTE, ORIGEM E HERANÇA CULTURAL NA PRÁTICA.

*Denise Cristo de Souza*³⁰

*Moisés Waismann*³¹

*Tamára Cecilia Karawejczyk Telles*³²

Introdução

Este artigo é um recorte da tese, a qual teve como título: ENTRELAÇANDO OS FIOS DOS RASTROS MEMORIAIS DA RENDA DE BILRO: Um Diálogo Sobre o Imaginário Turístico de Florianópolis. O estudo da memória, alicerçado em lembranças e esquecimentos, conta com diversos recursos que podem ajudar a compreender a sociedade. Em Florianópolis, onde se tem uma construção memorial de que a cidade é de cultura açoriana, há diversas instituições destinadas ao resguardo da memória e acervos que contribuem para a manutenção dos traços identitários. Os acervos de tipos de rendas são compilados em arquivos como fotos, vídeos e também apresentados em sua forma original, com peças arquivadas nos museus e locais de rendas. Entre os acervos que alimentam o imaginário de se ter uma cidade açoriana na capital catarinense, se tem as coletâneas de tipos de renda de bilro, os quais são atribuídos às comunidades onde são produzidos, evidenciando uma transmissão memorial geracional, cujo ofício fora ensinado pelas mães e avós.

Estudar os espaços de memória em Florianópolis, é estudar a trajetória das rendeiras desde a sua vinda para o Brasil, com suas famílias, história similar à da inserção da mulher no mercado de trabalho nos períodos da primeira e segunda guerras mundiais, quando enquanto os homens foram para a guerra, as mulheres assumiram a responsabilidade pela casa e pelo sustento da família. Em Florianópolis, no caso das rendeiras, enquanto os homens se lançavam ao mar, para a prática da pesca, atividade exclusiva dos mesmos, as mulheres ficavam cuidando da casa, dos negócios e fazendo renda de bilro, para ajudar no sustento. Essa história está presente em obras literárias e na memória das mulheres ligadas ao artesanato da renda de bilro. Suas histórias, em minha opinião, compõem o acervo de registros memoriais da transmissão dessa cultura. Em entrevistas não estruturadas às rendeiras, em seus espaços coletivos, pude ter acesso às informações que a seguir descrevo e que me permitiram concluir que em Florianópolis, a memória contribui para a construção de um imaginário de que é uma capital de cultura de base açoriana.

A memória herdada em Florianópolis

Em Florianópolis, há espaços coletivos destinados à produção da renda de bilro e compartilhamento de outros símbolos da cultura herdada dos primeiros açorianos enviados para colonizar a ilha. Nesses locais, as rendeiras se reúnem e contando a ratoeira, vão produzindo as suas rendas e transmitindo suas memórias para futuras gerações. Transmitir uma memória, segundo Candau (2021), é fazer viver uma

30 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle – Canoas/RS. <denise.200160066@unilasalle.edu.br>.

31 Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle – Canoas/RS. <Moises.waismann@unilasalle.edu.br>.

32 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle – Canoas/RS. Doutora em Administração. <tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br>.

identidade. Françoise Zonabend (apud CANDAU 2021), afirma que existe uma psicologia silenciosa no ver-fazer que assegura um saber impossível de obter integralmente do exterior, uma vez que os conceitos fundamentais estão intrínsecos no espírito do transmissor. Neste sentido, os espaços de produção de renda se configuram em espaços de uma memória identitária de que em Florianópolis há o domínio da cultura de base açoriana.

Pierre Nora (1993) defende o posicionamento de que a memória, sendo um fenômeno vivido no eterno presente, está em permanente evolução, numa relação dialética entre lembrança e esquecimento. Segundo Dodebei, et al. (2016), a memória é a expressão das crenças, normas ou ritos, que irão nortear nossas práticas sociais. A memória, portanto, não tem o compromisso de reproduzir o que nos é transmitido, ela permite a sua resignificação a partir de interpretações e interesses de um indivíduo e do seu grupo social, responsabilizando-se pela atualização ou compartilhamento de culturas.

O estudo da Memória Social, diferencia-se dos tradicionais ao não se preocupar em postular uma identidade fixa, mas sim permitir um campo de estudo com mobilidade conceitual que transita entre mudar, adaptar e criar constantemente. Gondar e Dodebei (2005), no artigo intitulado O que é Memória Social, propõem quatro perspectivas conceituais sobre o campo.

A memória como uma construção processual é o que aborda a terceira proposição conceitual. Esta contempla o estudo do processo de compreensão da memória, não se atendo ao objeto e ao significado, mas sim ao método de significação. Este processo é uma construção grupal, cujo interesse está no método de configuração das memórias. Aqui pode-se perceber a importância das relações de poder e tempo, transitando entre as lembranças e os esquecimentos (GONDAR; DODEBEI, 2005).

Makowiecky e Cherem (2019) afirmam que nas iniciativas de Franklin Cascaes encontram-se dois fatores identitários da ilha: o legado da cultura açoriana e sua denominação mesmo como Ilha da Magia e que estes dois fatores remetem ao patrimônio histórico local e à memória coletiva de um tempo passado que ele ajudou a preservar, identificando entre os costumes, a tradição de fazer renda de bilro.

Corroborando que a memória significa uma representação coletiva, se percebe que em prol do imaginário açoriano, há o compartilhamento não unânime de opiniões, havendo um distanciamento entre os manezinhos da ilha e outros habitantes, já mais afastados da cultura originária dos Açores.

A quarta proposição conceitual de memória, segundo as autoras, afirma que a memória social não se reduz à representação. Gondar e Dodebei (2005, p. 23), afirmou que: “Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção”.

Esta proposição admite a memória social como a resultante de um processo que transita entre grupos de interesses, onde a significação memorial é obtida conjuntamente com a vitória dos interesses dominantes.

A revista *Morpheus*, a revista eletrônica em ciências humanas, em 27/09/2019, apresentou cinco proposições conceituais para memória, segundo Gondar e Dodebei (2005), acrescentando que a memória não se reduz a identidade. Esta abordagem corrobora, em minha opinião, em parte, ao significado incluído na proposição de que a memória social não se reduz à representação, ao passo que também considera a questão dos interesses dos grupos sociais. Na memória social não representando a identidade, se observa que ela não tem o compromisso de representar determinado grupo, admite que por trás deste conceito coletivo, podem existir opiniões antagônicas, sucumbidas por forças dominantes, que não são abonadas, mas que, ao mesmo tempo, são esquecidas em prol da necessidade de pertencimento àquela identidade.

Em Florianópolis se pode perceber o interesse dominante em promover o turismo e os ganhos econômicos, sociais e políticos advindos da criação do imaginário de uma cidade de cultura açoriana,

que oferece ao turista a oportunidade de viver a experiência de ser português.

Sendo assim, se pode dizer que a memória é representativa do interesse do grupo dominante que defende a ideia de que o melhor para o turismo e o resultado econômico na cidade, é incentivar o imaginário turístico cultural açoriano, assumindo, para tanto, esta identidade e, com isso, esquecendo a origem indígena e de outros colonizadores.

Analisar conceitualmente a Memória Social, a partir do estudo sobre a produção da Renda de Bilro, proporciona reflexões sobre o processo de delineamento destas memórias, isto porque, geralmente, a produção da renda se apresenta em grupos, com familiares, vizinhas ou amigas, que ao tecer, vão compartilhando experiências, histórias e memórias, onde o interesse dominante do grupo, irá significá-lo.

Os estudos de Schmidt e Mahfoud (1993), que resgataram os entendimentos de Halbwachs (1990), abordando a memória individual e a memória coletiva, onde as lembranças da memória individual compartilhadas, irão formar a memória coletiva, em seus quadros sociais correspondentes, corroboram com o estudo sobre a formação do imaginário turístico cultural da cidade de Florianópolis, a partir do estudo da produção da Renda de Bilro, ofício de origem admitida como açoriana, que é passado de geração em geração nos grupos de rendeiras.

De acordo com Bernd e Duarte (2018), a memória coletiva funciona por associações e estas dão o sentido ao passado, trazendo ao presente as tradições na forma que o grupo as interpreta. Segundo a autora, vai oscilando entre o que é lembrado e esquecido, sendo configurada com detalhes resultantes da imaginação de quem narra as memórias ao grupo. Nestes grupos de produção da Renda de Bilro, se percebe a oportunidade para compreender o processo de criação das memórias, que vão além da vivência no grupo, mas ampliam para as lembranças de fatos das comunidades. Estas memórias ficam reféns de quem as traz para o grupo e irão formar a memória coletiva daquele grupo, com a sua interpretação.

Os espaços de memória em Florianópolis

Com o propósito de manter vivo o ofício de produzir a renda de bilro e com o intuito de agregar valor enquanto produto cultural do município, a Prefeitura de Florianópolis criou o Armazém da Renda, um espaço no mercado público destinado a produção, demonstração e comercialização dos produtos. O Armazém da Renda no Mercado Público, é um espaço concedido pelo Decreto Municipal que regulamenta os atribuições do Mercado Público de Florianópolis.

Figura 1 – Armazém da Renda no Mercado Público de Florianópolis



Fonte: Própria autora, 2019.

A imagem acima foi feita no Armazém da Renda, no Mercado Público de Florianópolis. Espaço destinado a disseminação da cultura, produção da renda, cursos para quem tiver interesse e comercialização das peças.

No Bairro Lagoa da Conceição, se tem o Casarão Bento Silvério, espaço frequentado por diversas rendeiras, criado por força de lei municipal:

O decreto nº 10.048, de 06 de junho de 2012, cria o centro de referência da renda de bilro em Florianópolis e dá outras providências. O decreto tem o objetivo de apoiar a produção, promover a distribuição, comercializar e divulgar a prática da renda de bilro. O centro de referência fica sediado no Centro Cultural Bento Silvério, no bairro Lagoa da Conceição e é vinculado à Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC). Em 22 de junho de 2002 foi instituído por meio da Lei nº 12.292, que no dia 06 de janeiro seria comemorado o Dia da Cultura Açoriana em Santa Catarina. A data seria comemorada com eventos para valorizar e manter a cultura, os costumes e o folclore de origem açoriana.

A seguir se percebe as rendeiras trabalhando em conjunto, no Casarão Bento Silvério. Nesta união é que elas vão compartilhando histórias, tecendo seus bilros e criando memórias da sua cultura antepassada, trazidas para o Brasil com o processo migratório oriundo do Arquipélago de Açores.

Figura 2 – Foto da Visita às Rendeiras em atividade no Casarão da Lagoa da Conceição, Florianópolis



Fonte: Própria autora, 2022.

Na imagem anterior, minha visita ao Casarão Bento Silvério e na próxima, o registro a imagem de um pôster afixado na parede da Associação do Bairro Sambaqui, instituição do bairro cedida para ser usado pelas rendeiras. Este pôster retrata a história dos intercâmbios entre as rendeiras da ilha de Florianópolis e as de Poço Redondo, em Sergipe:

Figura 3 – Pôster da Sede das Rendeiras de Sambaqui



Fonte: Própria autora, 2022.

Entre as minhas pesquisas, percebi que existem comunidades que produzem certos tipos de pontos nas rendas, incomuns às demais e uma hipótese justificativa de tais diferenças, pode ser justamente pela transmissão do saber fazer de cada local. Quem transmite, pode transmitir o tipo que lembra, pode esquecer o tipo que não gosta, o que acha que as pessoas não irão gostar, etc.

Tedesco (2014), em sua obra dedicada à memória, intitulada: Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração, nos capítulos 7 e 8, da sua segunda edição, comenta sobre Memória e Patrimônio e Tempo, Espaço e Experiência da Memória, contribuindo com a significação da memória social sob o aspecto deste estudo.

Quanto à Memória e Patrimônio, Tedesco (2014) contribui informando que historiadores confirmam que a memória patrimonial sempre esteve ligada à aristocracia e à Igreja e que o iluminismo a admitiu como de interesse na instrução pública para a construção de uma identidade nacional. Com o tempo pós Revolução Industrial, esta memória passou a ser significada como uma decorrência da seleção e determinação de valores que irão representar social e historicamente a identidade de um grupo, uma cidade, nação, etnia, agrupamento cultural, evento e período histórico ao qual pertenceu, sendo aceito como uma construção social que preconiza interesses dominantes.

A sociedade, segundo Tedesco (2014), precisa de traços, vestígios e símbolos para compreensão do passado, entretanto, estes são imperfeitos, pois não conseguem, de forma alguma, reconstituir o passado na sua forma plena e as suas tentativas de reconstrução não conseguem ser íntegras, pois sempre haverá o interesse histórico por trás destes registros. que essa projeção do passado é embasada no que se está fazendo no presente e também no que se pretende fazer no futuro. Nesta minha proposição de estudo que tem como pano de fundo a Memória Social, se torna evidente a questão do espaço, pois a Fundação Cultural Franklin Cascaes se encarrega de manter a Casa da Memória e a Casa da Lagoa, na Lagoa da Conceição e Casa da Renda, no Mercado Público Municipal, como locais da Cultura da Renda de Bilros, além de diversos outros endereços menos conhecidos na cidade, cada um deles com as suas memórias oriundas das heranças recebidas e aceitas, de geração em geração, ligadas aqueles espaços e vivências.

Conclusão

A memória é dinâmica e está sempre no presente, restabelecendo o passado e vislumbrando o futuro. Essa memória passada, que é acessada de tempos em tempos por quem tem interesse, muitas vezes se apóia nas chamadas instituições de memória, os locais onde ficam guardados símbolos que conduzem o acesso às memórias do passado.

Estas instituições de memória são criadas com o interesse de preservar o passado da ação do tempo e de não deixar a transmissão e manutenção dessas a cargo do indivíduo ou grupos.

Em Florianópolis, os espaços da renda ou locais criados para produção, compartilhamento e manutenção da cultura de base açoriana, bem como do ofício de fazer renda de bilro, contribuem pra que as rendeiras mantenham vivas as tradições, o folclore e o artesanato herdados das imigrantes açorianas, trazidas para a capital catarinense.

Esses locais, assim como as instituições públicas, como museus, bibliotecas e casas de cultura, são utilizados como arquivo de memórias e o seu repertório de inclui diversas formas de arquivos que quando acessados, contribuem para a ressignificação da memória do passado.

Aqui na capital catarinense, há a cultura de base açoriana alicerçada em arquivos trazidos com os imigrantes, histórias de tempos antigos e um rico folclore que alimentam as características da cidade açoriana no Brasil.

Referências

BERND, Z.; DUARTE, K. B. Da memória cultural à memória saturada: revisão dos conceitos na perspectiva de Régine Robin. In: BERND, Z.; GRAEBIN, C. M. G. (Orgs.). **Memória social: revisitando autores e conceitos**. 1. ed. Canoas RS: LaSalle editora, 2018, p. 39-54.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.

DODEBEI, V.; Et al. (Orgs.). Por que memória social? **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 1-378, 2016. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2005. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro, Vértice, 1990.

LUZ, G. A. da. De artesanato a tradição: a preservação da prática da Renda de Bilro na Ilha de Santa Catarina. 2016. 124 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Cap. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171278/TCC_geovana_alves_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 out. 2022.

MAKOWIECKY, S.; CHEREM, R. M. (Ogs.). **Passado-presente em quadros: uma antologia da história da arte em Santa Catarina**, Florianópolis: AAESC, 2019.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória**: temporalidades, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014. NEMEC - Núcleo de Estudos sobre Memória e Cultura. Disponível em: <http://editora.upf.br/images/ebook/nas_cercanias_da_memoria.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

NÚCLEOS FEMININOS, MEMÓRIA SOCIAL E RECONHECIMENTOS SOCIAL: BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Estelamaris Dihl*³³

*Moisés Waismann*³⁴

*Tamara Cecília Karawejczyk*³⁵

Introdução

Discutir a memória social, acervos, reconhecimento social que transitam dentro dos núcleos femininos é desafiador, por ser campos de estudo amplo, perpassado por uma complexidade conceitual, o que dificulta abordar apenas uma linha teórica, por isto a escolha multidisciplinar dos autores aqui brevemente discutidos. Partimos da compreensão de que as narrativas da memória social das mulheres pertencentes ao núcleo feminino e os estudos dos acervos presentes podem nos levar a maior aproximação dos processos de reconhecimento social vivenciados nas esferas do direito, inclusão ao mundo do trabalho, e na esfera da estima social, representações de um contínuo processo de construção e desconstruções vivenciadas pelos indivíduos na dinâmica da vida em sociedades.

Nesta comunicação faremos um recorte na pesquisa de tese, a qual busca analisar as trajetórias profissionais das associadas no núcleo da mulher empresária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), Canoas/RS, através das memórias narradas de seus processos de reconhecimento social na esfera do direito e da estima social. Assim, objeto de estudo deste trabalho é refletir sobre o processo metodológico, ou seja, sobre a relação dos espaços de memória presentes nas entrevistas e nos arquivos do núcleo feminino. Trata-se de uma pesquisa documental, de cunho exploratório, que se utiliza de conceitos teóricos sobre o processo metodológico de pesquisa e tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, no tratamos dos dados que estão sendo coletados tendo em vista a formulação de categorias de análise mais precisas para maior aproximação com a realidade investigada na pesquisa.

Núcleos femininos, memória e reconhecimento social

A pesquisa ocorre no Núcleo de Mulheres Empresárias da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), a qual localiza-se em Canoas, município da Região Metropolitana de Porto Alegre, segunda cidade mais populosa da região e a quarta mais populosa do estado, contando com uma população estimada em quase 350 mil pessoas em 2020. O município apresenta um faturamento médio do Empreendedor Individual de R\$ 20.827,00 (Sebrae, 2020), configura entre os 100 maiores PIBs do país, indicadores que evidenciam o potencial para empreender.

A CICS com seus 80 anos faz parte desta história, atuando no desenvolvimento da cidade, na concretização de iniciativas favoráveis à geração de negócios e capacitações para as empresas. Seu pilar é o associativismo, congrega todos os segmentos empresariais e estimula o desenvolvimento dos negócios e da cidade desde sua fundação, e se necessário se rebela contra iniciativas desfavoráveis e se alia as que são benéficas.

33 Doutoranda PPG em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. <estelamaris.dihl@unilasalle.edu.br>

34 PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <moises.waismann@unilasalle.edu.br>

35 PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br>

Na gestão de 2011-2013, pela primeira e única vez, uma mulher assumiu a presidência da Instituição, marcada por diversidade de visões e unidade no associativismo, compreende a CICS como espaço de pertencimento. A gestão destacou a preservação da essência do empreendedorismo, do trabalho coletivo e a persistência dos líderes da instituição.

[...] não havia vereadora, secretária municipal. Nas entidades de classe eram só homens. A gente percebia que as mulheres tinham pouco envolvimento com questões políticas e empresariais. [...] Em 2008, depois que nós fizemos uma grande campanha em relação à construção da BR 448 e não pedgiar a BR 116 – o movimento Br Livre, eu acabei tendo um destaque na comunidade aqui em Canoas [...] (GRAEBIN, et al, 2019, p. 6).

Em 2013, foi criado o Núcleo da Mulher Empreendedora (NME). Entre os objetivos do NME estão à sobrevivência das empresas através da discussão de problemas em comum, com atenção voltada a empresas conduzidas por mulheres, pioneiras à frente de instituições/segmentos antes representados por homens.

A partir de então, o NME passou a ser um dos espaços principais de protagonismo efetivo de ações da CICS, através da promoção de eventos com o intuito de informar, refletir e incentivar o desempenho do público feminino à frente do empreendedorismo canoense. Movimento esperado pela CISC, por ser uma entidade que tem o compromisso histórico de “[...] reconstituir a mudança e a continuidade, as correções de rumo, as construções identitárias, as intencionalidades e as visões dos distintos atores da CICS” (GRAEBIN et al, 2019, p. 198).

Atualmente, o NME conta com 36 empresas que atuam em diversos segmentos e se utilizam da diversidade de experiências, personalidades e necessidades para enriquecer seus projetos ao longo do ano, obtendo resultados muito mais criativos e inovadores. O Núcleo da Mulher é referência em excelência nas suas ações e com isso trouxe um movimento diferenciado para a entidade. O NME é o campo empírico, com participação de 08 mulheres empresárias, a qual dará base para a pesquisa de tese.

A pesquisa irá buscar subsídios teóricos na memória social, neste recorte, partiremos de algumas abordagens de Joel Candau e Pierre Nora, compreendendo a memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade. Candau (2011), ressalta que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, e passa a ser reconhecido pela definição de memória em diferentes níveis. Observamos no decorrer da pesquisa que as mulheres nucleadas na CICS, trazem consigo uma memória social incorporada nos gestos, falas, no senso prático da vida, ou seja, “quase sem tomada de consciência”, (CANDAU, 2011, p. 23). É a forma de memória que trabalha o corpo sem relaxar, esculpindo-o para fazer dele um corpo *mimesis* e, que é a alienação fundadora da identidade.

Mas, também identificamos a memória propriamente dita, manifestada nas crenças e principalmente nos sentimentos que são partilhados no decorrer da pesquisa, vinculado nas construções culturais, mudanças de paradigmas. Assim, como a memória reivindicada, ostensiva, contribuindo para a construção identitária, ou seja, para redefinir trajetórias e projetar, “[...] a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, é a construção explícita da identidade, mas necessita do reconhecimento de outros para se afirmar” (CANDAU, 2011, p. 23).

Já Pierre Nora (1993), autor clássico do campo da memória social, visa a valorização da memória a partir das experiências vividas, em seu tempo. Nora (1993) destacou a questão da memória vinculada ao trabalho do historiador, o qual discutiu que a memória coletiva se constrói em torno da vontade política e, como estas construções impactaram nos avanços dos direitos sociais. Discussão muito próxima e relevante para esta tese.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um historiador de si mesmo (...) todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens (NORA, 1993, p. 17).

Segundo o autor, a aceleração temporal marcou um novo regime de historicidade o que implica em diversas mudanças sociais e culturais na sociedade contemporânea, marcada pelos impulsos tecnológicos e velocidade avassaladora das informações, o que forja um movimento de aceleração temporal, ou seja, a história passa a ser mais dinâmica, culminando em uma hipertrofia do presente. Questões pertinentes para ser discutida no desenvolvimento e análise da pesquisa de tese. Por ser a memória um fenômeno cultural, no que diz respeito, a relação do indivíduo com o meio social, passando por todas as interações humanas. E ao abordar as interações, podemos refletir sobre as mulheres empresárias que participam do núcleo da CICS, espaço de intensa mobilização social, cultural e econômica e compreender como estes fenômenos estão refletidos no cotidiano.

Observa-se através das narrativas de memória permitiu que as mulheres fixam os fatos e ou acontecimentos importantes, os quais as impulsionam no presente, assim como memória de amnésia contribuiu para o esquecimento de algumas situações, o que fortalece a construção novas formas de viver. Segundo Candau, (2016, p. 59) “A perda de memória é, portanto, uma perda de identidade”. O que permite olhar o passado, vivendo no presente e projetando o futuro, em uma constante construção e reconstrução da identidade.

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) será essencial para a tese por trazer questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidenciam diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos das mulheres. A Teoria tem sua origem a partir dos estudos de Mead (1934 apud HONNETH, 2003, p. 24), acerca da formação da identidade e das pesquisas de Hegel (apud HONNETH, 2003, p. 24) sobre o reconhecimento social. Sua tese central discute a identidade dos sujeitos a partir de um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. A falta ou ausência do reconhecimento intersubjetivo, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorespeito e à autoestima, segundo Honneth (2003), seria o fator gerador dos conflitos sociais. Esses, então, atuariam como vetores de movimentos e mudanças sociais e, conseqüentemente, da sociedade.

A teoria do reconhecimento busca enfatizar os conflitos sociais para compreender as lutas sociais no século XXI, segundo as três esferas centrais para a autorealização. A primeira ocorre na esfera da família, meio social das primeiras relações e interações de afetividade e vínculos a partir da categoria da dependência absoluta para dependência relativa de Winnicott (HONNETH, 2003), identificada pelo autor como “esfera do amor” por esta permitir a vinculação e a independência do sujeito e, com o passar do tempo, procuramos um “outro” para fundirmos novamente, assim retornando ao “[...] balanço entre a autonomia e a simbiose [...]” (HONNETH, 2003, p. 140).

A segunda, conhecida como “esfera do direito”, ultrapassa a instituição familiar, ampliando as relações e interações sociais para o todo da sociedade. São as normativas de convivência, as leis, as quais possibilitam olhar para si como uma pessoa jurídica, ou seja, reconhecer-se como sujeitos em igualdade de condições para aderir a normas morais, assim sentindo-se membro da comunidade, adquirindo o autorespeito. Ao sentirem-se sujeitos de direitos buscam garantir suas demandas e necessidades individuais em um espaço partilhado coletivamente e, a partir destas experiências positivas, ingressam em novas lutas por cidadania. Cabe salientar que essas necessidades precisam ser socialmente aceitas, ou seja, um desejo coletivo, pois a compreensão de direitos perpassa pelo reconhecimento do direito do outro.

A terceira esfera proposta por Honneth (2003) é a “esfera da estima social”, sem a qual o sujeito não teria completo processo da autorrealização no meio social. Nesta esfera o autor prima pelo reconhecimento a partir da valorização das habilidades e das competências do sujeito pelo todo social, a autoestima. Este processo de valorização social enseja lutas coletivas por um bem comum, promove e fortalece a identidade de um grupo, assim reconhecendo o outro enquanto um ser valioso. A esfera da estima social traduz na contemporaneidade o conceito de honra como prestígio e reputação, onde Honneth (2003) refere-se ao grau de estima que os sujeitos recebem na sociedade por suas realizações e habilidades.

Para o autor, além das experiências positivas do amor e do direito, é na esfera da estima social que os sujeitos experienciam um sentimento do próprio valor nos espaços da vida social de forma mais complexa e plural. Assim, ampliando a participação ativa dos sujeitos, seja na vida privada, na comunidade, no mundo do trabalho ou na sociedade.

Honneth (2003) aponta a estima como a esfera central nas lutas por reconhecimento, pois possibilita aos sujeitos espaços de visibilidade, de valoração de suas habilidades e competências, projetando-os na coletividade, com representatividade para mobilização social, questionando padrões sociais e morais pré-estabelecidos e, com sua inserção na divisão social do trabalho, ampliando efetivamente as lutas por reconhecimento social. Esta mobilização social, política e econômica contribui para o avanço dos debates acerca de políticas que primem pela inclusão das mulheres nos diferentes espaços da sociedade.

A teoria do reconhecimento permite-nos pensar em categorias para compreender a sociedade contemporânea, partindo do entendimento que não basta a redistribuição econômica na lógica das relações de produção, ou mesmo a distribuição de bens para enfrentar a desigualdade social, mais sim, estratégias políticas, culturais e sociais para valorar a dignidade e o respeito humano, valores que compreendem a justiça social (HONNETH, 2003).

Discussão sobre os procedimentos metodológicos

O método científico é uma abordagem de conhecimento apta para permitir uma informação válida e fidedigna sobre os fenômenos investigados, ao abordarmos as narrativas de memória como meio de compreender os aspectos subjetivos das mulheres, também estaremos analisando os acervos, pois, a memória nos permite conhecer ou reconhecer o vivido, neste sentido, “(...) o trabalho com as narrativas se tornou, por excelência, um dos principais instrumentos para se estudar a história do século XX, (...), cuja memórias não se encontram ainda registrados em documentos escritos (BENJAMIN, 1994, p. 40).

O que podemos observar no desenvolvimento da pesquisa, que muitas dos espaços de memórias estão nas narrativas. São poucos os espaços de acervos. Mas, cabe ressaltar que a memória social, constitui elementos de manutenção da vida social, logo as narrativas das mulheres podem ser formas de preservação, futuros registros, pois antes da escrita as ideias eram transmitidas pelos mitos e rituais que constituíam o acervo da memória de um grupo social (TOUTAIN, 2012).

O acervo memorial das mulheres do núcleo são a matéria prima para pensar a construção de metodologias inovadoras de núcleos de classe emancipatórios. Os acervos documentais, sejam eles de carácter pessoal ou público, são mais do que fontes de informações. São lugares de memória que requerem um olhar atento para desvelar dados preciosos que se conservam em cada material, identificando a singularidade que os torna únicos, valiosos e insubstituíveis.

Mas, as pesquisas sobre acervo e arquivos identificamos que podem ser sinônimos, ou seja é possível pensar acervo como um conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma

instituição, de uma nação. E arquivo como um conjunto de documentos – de variados tipos e suportes – criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo. (DERRIDA, 2001). Para o autor o “arquivo[/acervo] sempre foi um penhor, e como todo o penhor, um penhor de futuro” (DERRIDA, 2001, p. 31). Desta forma, cada acervo tomará uma feição diferente a depender de quem o conserva (reserva, guarda, separa) e de como essa conservação é feita, pois “a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo arquivado, em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivo tanto produz quanto registra o evento (DERRIDA, 2001, p. 29).

Segundo Derrida (2001), para ser arquivo/acervo, não basta estar depositado em um lugar, sobre um suporte, à disposição de uma autoridade. Para ser arquivo/acervo é preciso o poder arcôntico de unificação, identificação e classificação. O acervo, portanto, volta à vida, saindo do seu estado de latência quando é observado, analisado, pesquisado. Assim, a pesquisa irá percorrer dois caminhos, uma através das narrativas das mulheres por meio de entrevistas semiestruturadas e da pesquisa nos acervos/documentos produzidos pelo núcleo desde 2013, data de sua fundação.

Quadro 1 – Tipos de Documentos/acervos pesquisados

Documento	Ano	Descrição
Ata	1940	Fundação da CICS – Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas
Estatutos e presidências	Todo o período	Relatórios anuais
Projetos e atendimentos	Todo o período	Missão da CICS
Ata	2013	Fundação do Núcleo da Mulher Empresária
Estatutos e presidências	Todo o período	Relatórios anuais
Ata Projetos Planejamentos Atendimentos	Todo o período	Missão do núcleo da mulher empresária da CICS

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Mostra dos primeiros resultados

Quadro 2 – Primeiras Percepções sobre ser nucleada

Participantes/Adesão	Visibilidade e crescimento	Percepções sobre desenvolvimento pessoal
P1 – 2020	Visibilidade e conexão com outras empresas.	Reconhecimento frente às outras colegas e empresas. Troca de conhecimentos e fortalecimento da rede.
P2 – 2014	É impulsionadora do desenvolvimento econômico.	Busca uma projeção externa, mas antes de tudo a projeção interna, autoconhecimento.
P3 – 2018	Foco para o crescimento econômico.	O núcleo traz acolhimento, conhecimento e conexões.
P4 – 2018	Novos relacionamentos, crescimento da marca, as empresas lá são referência.	Tive desenvolvimento pessoal. Aprendi a liderar mulheres que já são líderes. Às vezes a gente tem o dom, mas é tão normal tu não enxergar o que tu fazes, não te reconhecer.
P5-2014	Promove relacionamentos, oportunidades e crescimento econômico.	CICS era elitizada, foi perdendo adesão. [...] na gestão da única mulher na presidência, percebeu este movimento de trazer a força da mulher. [...] o núcleo mulher garantiu um espaço para trocas de experiências.
P6 – 2019	Diversificação da clientela - indicações - agregou na esfera econômica.	[...] existem outras carências, além da econômica. A sociedade nós vemos como privilegiadas, não sabem que foi árduo [...] nós também temos dificuldades. No núcleo temos apoio.
P7 – 2020	Crescimento da rede de relacionamentos. [...] maior visibilidade do negócio.	[...]o grupo procura se auxiliar, se ajudar, escutar as dores de cada uma, trazer <i>insights</i> e compartilhar. [...] as mulheres que despontam, precisam assumir papel de durona no seu dia a dia para serem respeitadas, o que não devia acontecer.
P8 – 2012	Diversifiquei a clientela - vi o crescimento econômico.	Lá saí do quadradinho. Me sinto realizada, meu negócio evoluiu e eu também, há muitas trocas, e não importa o tamanho da empresa, a conta bancária, somos mulheres, uma dá a mão para outra.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O núcleo feminino permite que as mulheres reafirmem o processo de reconhecimento social no que diz respeito à esfera do direito e da autoestima. (HONNETH, 2003, 2011).

Considerações

Ao discutir nesta comunicação a referencial teórico e metodológico amplia-se as possibilidades de análise sobre os processos de reconhecimento social das mulheres, em seu cotidiano. Preliminarmente podemos analisar a participação em núcleos de classe garantem espaços democráticos e dialéticos para socializar suas fragilidades e, de forma coletiva, construir estratégias de superação. Este movimento de solidariedade fortalece os movimentos de lutas, mesmo de forma gradativa, para assim buscar seu reconhecimento social em ambas as esferas privada e pública (HONNETH, 2003).

A mulher, através de sua participação ativa com seu negócio no mercado de trabalho, está fomentando e tencionando novas estruturas de trabalho e sociabilidade, pois buscam ir além de uma lógica mercadológica de produção e lucro, agregando e fortalecendo um discurso contra hegemônico

que inclua todas as formas de trabalho, isto é, lutam por reconhecimento social no que diz respeito à esfera do direito e da estima social.

Referências

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro, Relmé Dumará, 2001.

GRAEBIN, C. M. G. **CICS Canoas**: história, ideais & inovação/organização de Cleusa Maria Gomes Graebin [et al.], Canoas: Quatro Estações, 2019.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

TOUTAIN, L. M. B. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, R. R. G., org. **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 15-21. ISBN 978-85-232-1221-6. Available from SciELO Books

OS CENTROS BINACIONAIS COMO INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA: O CASO DO INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO NORTE-AMERICANO - ICBNA

Rodrigo Pinnow³⁶

Patrícia Kayser Vargas Mangan³⁷

Introdução

A pesquisa que originou o presente trabalho, busca alinhar as perspectivas de análise da Memória Social com o campo das Relações Internacionais (RIs), considerando o conceito de *soft power*, a partir dos estudos de Joseph S. Nye (2004). Com isso, alguns cenários são problematizados: a ausência e/ou esquecimento das memórias dos centros binacionais norte-americanos, seus quadros sociais, protagonistas, acervos, bibliotecas e galerias de arte na historiografia das relações entre Brasil e Estados Unidos. O esquecimento/silenciamento das memórias do processo de expansão das redes de apoio norte-americanas no Brasil, considerando a hipótese de que os cenários citados, possam ter conexão com a Política de Boa Vizinhança³⁸ dos Estados Unidos para com a América do Sul.

As ações dos atores norte-americanos no Brasil, combinadas com os interesses diversos das elites regionais e intelectuais, contribuíram com o processo de criação e expansão de aproximadamente 34 centros binacionais³⁹, autorizados e chancelados pelo governo americano, fundados no decorrer do século XX, em diferentes regiões do território nacional. Embora tais centros binacionais tenham sido contemplados como decretos de utilidade pública municipais e estaduais, com ativa participação na vida cultural e difusão de bens culturais, em importantes capitais brasileiras, tanto na historiografia, como nos estudos relacionados à bens culturais e gestão (BICSKEI, et al, 2012) (BARBALHO, et al, 2011) (RUBIM, 2007) (SILVA; CHRISTOFOLETTI, 2018), o tema, ao que tudo indica, parece ter sido esquecido, silenciado ou, simplesmente ignorado.

Memória Social e Relações Internacionais

São muitas as definições e usos dos conceitos relacionados à memória, bem como os avanços dos pesquisadores e teóricos da área, nas interpretações e ressignificações das construções sociais do passado. O desenvolvimento das metodologias de categorização das memórias do passado abarcam inúmeras produções acadêmicas, com diversas relações entre os usos da memória e da cultura histórica. Entretanto, alguns campos carecem percorrer caminhos ainda não trilhados, como no caso da Memória Social e das Relações Internacionais.

36 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. <rodrigo.202121047@unilasalle.edu.br>.

37 Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. <patricia.mangan@unilasalle.edu.br>.

38 Implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt, nos Estados Unidos (1933 a 1945), a chamada política de boa vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina no período. Sua principal característica foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos3037/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>>. Acesso em 10 de Outubro de 2022.

39 Para mais informações: <<https://br.usembassy.gov/pt/education-culture-pt/espacos-americanos/centros-binacionais/>>.

Conforme a Coligação de Centros Binacionais⁴⁰, os BNCs, também chamados pela Embaixada dos Estados Unidos, como “Espaços Americanos”, se consolidaram como espaços voltados para o ensino de inglês, com grandes bibliotecas, galerias de arte, espaços para shows, programas culturais, promoção de intercâmbios, testes de proficiência e serviços de aconselhamento para brasileiros estudarem nos Estados Unidos.

No campo das RIs, segundo Adler (2010), faz-se necessária a discussão sobre a humanização da disciplina, com uma abordagem mais construtivista, passível de elucidações que contemplem o campo teórico, articulando a visão empírica das instituições sociais e, considerando, as transformações sociais como efeito combinado entre atores e estruturas sociais. Para tanto, conforme o autor:

O construtivismo mostra que mesmo nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos; que elas são estruturas reificadas que foram um dia consideradas ex nihilo pela consciência humana; e que esses entendimentos foram subsequentemente difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis. Além disso, os construtivistas acreditam que a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem. Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder (ADLER, 2010, p. 206).

Nesse sentido, como analisar as memórias das relações entre Brasil e Estados Unidos, uma vez que as pesquisas sobre o tema, ora são focadas no campo teórico das RIs, engessadas na análise documental da diplomacia, entre os dois países, ora são focadas nas análises de discursos ou, então, nas biografias oficiais dos atores políticos envolvidos no processo.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que nos tragam seus testemunhos; é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras, para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2006, p. 12).

Partindo do pressuposto da existência do processo de criação e expansão dos centros binacionais, juntamente com outras instituições vinculadas a embaixada dos Estados Unidos, acredita-se que a concepção de Halbwachs(2006) sobre memória e seus estudos acerca dos quadros sociais que a constituem, propiciem elementos importantes para a pesquisa da memória coletiva “enquadrada” sobre o tema, estagnada no âmago da cultura histórica brasileira.

Memória do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano:

A história oficial do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano - ICBNA, narrada no Livro Digital, comemorativo aos setenta anos da instituição, produzido no primeiro semestre de 2008, conta que o ICBNA foi criado por um grupo de intelectuais gaúchos, na capital Porto Alegre, “liderados” por Erico Verissimo, com intuito de promover a difusão da cultura norte-americana, por intermédio de um intercâmbio cultural, com anseio de uma aproximação entre as duas culturas. Abaixo segue a transcrição do trecho que dá origem ao primeiro registro da história do ICBNA:

Às 20hs do dia 14 de Julho de 1938, reuniram-se na residência do Sr. Guy W. Ray Cônsul dos E.E.U.U. da América do Norte pessoas interessadas em concretizar a ideia de criação de um instituto cultural surgida numa palestra entre o Sr. Guy W. Ray e os bacharelados João Kessler

40 Para mais informações: <<http://coligacaobnc.com.br/>>.

Coelho de Souza, Dante Sfoggia e Paulo Augusto Simões Pires. Após uma rápida dissertação sobre a utilidade e alta significação de um instituto dessa natureza, no sentido de promover um intercâmbio cultural entre as duas nações amigas, o Dr. Renato Barbosa propôs que devesse ser eleita a primeira diretoria do instituto ao qual resolveu se dar o nome de I.C.B.N.A., iniciais que significam Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano. A 1ª diretoria do I.C.B.N.A ficou assim constituída: Presidente: Dr. Renato Barbosa, Vice-presidente: Escritor Erico Verissimo, 1º Secretário: Escritor Limeira Tejo, 2º Secretário: Bacharelando Paulo Augusto Simões Pires, 1º Tesoureiro: Bacharelando Dante Sfoggia, 2º Tesoureiro: Bacharelando Bruno Schuetz Arquivista: Bacharelando João Kessler Coelho de Souza.⁴¹

As memórias construídas pelos idealizadores do próprio ICBNA, relatam que o grupo de intelectuais foi liderado por Erico Verissimo. Contudo, analisando a ata dos primeiros encontros, não fica clara tal liderança. Nesse sentido, a narrativa institucional pode ter optado em destacar o nome do escritor, pois se tratava de uma personalidade importante no contexto histórico da época, assim como, possivelmente, Erico Verissimo ser o responsável pela conexão entre o grupo de intelectuais e o Cônsul Guy W. Ray. No entanto, percebe-se aqui o desejo de construção de algo novo por parte dos intelectuais citados, pois influenciados ou não, pelo Cônsul, eles buscaram a aproximação com a cultura norte-americana, anos antes da criação do *Office of the coordination of Inter-American Affairs (OCIAA)* comandado por Nelson A. Rockefeller, criado em 1941 (TOTA, 2000, p. 49-54) e corroborado pelo portal da embaixada norte-americana, em Porto Alegre:

Os Estados Unidos têm uma longa história de intercâmbio cultural com os estados do sul do Brasil. O Centro Binacional de Porto Alegre, inaugurado em 1938 e um dos centros mais antigos do Brasil, continua sendo um importante parceiro para promover o intercâmbio cultural e educacional. O centro de Porto Alegre passou a servir de modelo para muitos futuros centros construídos em todo o Brasil. Nos anos 1980 e início dos anos 1990, Porto Alegre recebeu muitos pensadores e escritores americanos influentes, promovendo os valores compartilhados pelas duas nações. Simultaneamente, centenas de gaúchos influentes visitaram os Estados Unidos por meio de programas de intercâmbio financiados pelo Departamento de Estado. Entre eles estavam a primeira juíza do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Ellen Gracie Northfleet, o renomado autor Érico Veríssimo, e Eva Sopher, que liderou a reforma do Theatro São Pedro. O Consulado Geral dos Estados Unidos em Porto Alegre apóia a continuação desta notável história (EMBAIXADA DOS EUA).

Considerando o caso específico dos centros binacionais, diferentemente do que é afirmado sobre o imperialismo norte-americano⁴² no Brasil, a partir da década de 1940, fica evidente ainda na década de 1930, já existia uma articulação para iniciar o processo de difusão da cultura norte-americana em Porto Alegre. Contudo, torna-se arriscado inferir que a fundação de instituições semelhantes ao ICBNA, sejam, em certa medida, parte da Política de Boa Vizinhança, ou, de qualquer outra estratégia de aproximação, sem antes, analisar e problematizar, as memórias institucionais dos centros binacionais, seus quadros sociais e comparar, obviamente os detalhes e as peculiaridades de fundação de cada uma deles.

Para tanto, uma das estratégias para continuidade da pesquisa, seria buscar teses sobre centros binacionais, e estabelecer a metodologia do estado da arte ou estado do conhecimento, considerando três perspectivas de análise: a busca por teses com foco nos estudos de memória, em específico, memória social e coletiva, como metodologia aplicada às relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos. Teses com ênfase de pesquisa na memória coletiva de instituições, com quadros sociais compostos por elites. E, por fim, teses cujo objeto de pesquisa tivessem informações relacionadas a estratificação social

41 ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1940. p. 1.

42 TOTA, op. cit.54.

regional, com foco na identificação das elites intelectuais/regionais no decorrer das primeiras décadas do século XX, período marcado pela difusão do *American Way of Life*⁴³ no Brasil. Segundo Ferreira (2002), os estudos e aplicabilidades relativos ao “estado da arte” podem ser definidos, de certa forma, como um modelo de pesquisa bibliográfica, cujo objetivo primordial está relacionado com:

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Entretanto, após uma pesquisa detalhada nos principais portais científicos do Brasil, bancos de dissertações e teses, não há menção aos centros binacionais, tampouco a rede constituída ao longo do século XX⁴⁴. Com isso, tendo em vista a Coligação dos Centros Binacionais, é necessário selecionar alguns critérios, tais como capitais, cronologia e representatividade para continuar problematizando a expansão das redes de apoio, bem como as fontes diplomáticas governamentais, de ambos os países.

Considerações finais

O tema que deu origem pesquisa abordada ao longo deste trabalho, teve origem em meados de 2008, a partir da organização do acervo do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA)⁴⁵. No mesmo período, em virtude da proximidade no aniversário da instituição, surgiu o convite para a participação de um projeto institucional que resultaria na criação de uma obra intitulada “Livro Digital comemorativo aos 70 anos do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano”⁴⁶.

O processo de “produção” do Livro Digital, aliado às reflexões na época, motivaram as inquietações que foram a base da dissertação de mestrado intitulada “As inferências da Política Externa Estadunidense sobre a América Latina no século XX: O caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano – ICBNA/RS”⁴⁷. A pesquisa teve como objetivo contribuir para a historiografia no âmbito das relações entre Brasil e Estados Unidos, apresentando a história do ICBNA, primeiro centro binacional do RS, como parte integrante da difusão cultural dos Estados Unidos, ao longo do século XX.

As ausências na historiografia sobre as ações dos atores norte-americanos, em parceria com as elites intelectuais, na criação e expansão dos centros binacionais e demais instituições, foi evidenciada ainda na dissertação de mestrado, através de uma breve apresentação da *Association of Binational Centers of Latin America (ABLA)*⁴⁸, bem como o mapeamento dos centros espalhados pelo continente.

43 Estilo de vida Americana. Para mais informações: GONÇALVES, Mauricio Reinaldo. Cinema de Hollywood nos anos trinta, o American Way of Life e a sociedade brasileira. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Acesso em: 20 out. 2022.

44 Considerando a historicidade dos estudos relacionados a bens culturais e gestão propostas por Rubim (2007) e Rubim & Barbalho (2011).

45 A organização do acervo foi possível devido ao vínculo empregatício que o autor possuía com a instituição.

46 A história oficial do ICBNA, relatada no Livro Digital, informa que o Instituto foi criado por um grupo de intelectuais gaúchos, “liderados” por Erico Verissimo, que tinha como principal objetivo difundir a cultura estadunidense em Porto Alegre por meio do intercâmbio cultural, com anseio de uma aproximação entre as duas culturas. Porém, observando mais atentamente a 1ª página da ata de criação institucional, em 14 de julho de 1938, fica evidenciado que a ideia inicial surgiu na palestra ministrada pelo Cônsul dos Estados Unidos aos três bacharelados que compunham o grupo de Erico Verissimo. Disponível em: <<http://www.cultural.org.br/Livro70anos/Default.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

47 Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas sob a orientação do Prof. Dr. Arthur Lima de Avila.

48 Conforme a lista atualizada da *Association of Binational Centers of Latin America*, a distribuição de centros binacionais

Entretanto, não foi possível desenvolver um estudo comparativo que contemplasse dois ou mais centros binacionais, da mesma forma que não houve condições de aprofundar a pesquisa sobre a ABLA e sua esfera de atuação na América Latina, com mais de 200 centros binacionais associados. Foi a partir da Abla e seus associados, que foi possível identificar a Coligação dos Centros Binacionais no Brasil e, conseqüentemente, os 34 centros espalhados pelo Brasil.

A criação dos centros binacionais situa-se no período entreguerras, fase em que o colapso no sistema capitalista, a partir da crise de 1929, provocou inúmeras alterações no sistema econômico norte-americano que vinha em amplo crescimento após a grande guerra. O surgimento dos regimes totalitários, a consolidação do sistema socialista e a ascensão de novos líderes pelos quatro cantos do mundo colocaram em xeque o Estado Liberal democrático, como bem lembra Letícia Pinheiro em sua obra *Política Externa Brasileira*.⁴⁹

A proposta do presente trabalho teve como foco as problematizações que o objeto de pesquisa enseja, trazendo à tona questões de ordem epistemológica, que confrontam algumas produções historiográficas⁵⁰, cuja contribuição para o conhecimento histórico sugere que a difusão cultural norte-americana, baseou-se nas conjunturas econômicas e políticas.

No entanto, no caso das redes de apoio, às pesquisas encontram-se dispersas, focadas nos atores, nos discursos, na documentação política, mas sem considerar a expansão dos centros binacionais, ou até mesmo, a existência individual dos mesmos e os impactos locais.

Colocadas nestas circunstâncias, as narrativas e interpretações produzidas sobre as memórias da América do Sul, situam-se numa zona cinzenta, cujos caminhos para os horizontes são fragmentados, sem uma conexão efetiva entre a cultura histórica e as novas perspectivas que contemplam os usos da memória. Rebeca Gontijo (2014) elabora uma síntese significativa a respeito das interpretações da cultura histórica cristalizada até o momento:

Sobre cultura histórica, convém lembrar que o conceito tem sido pensado desde os anos 1980 e 1990 de forma sistemática por autores como Jörn Rüsen, Aleida e Jan Assmann, Bernard Guenée e Jacques Le Goff, em diálogo com estudiosos da relação entre história e memória coletiva, como Pierre Nora, Paul Ricoeur etc. De modo geral, parte-se da constatação de que a visão que uma dada sociedade tem de seu passado não é resultado exclusivo, nem mesmo predominante, da produção dos historiadores acadêmicos. As imagens, ideias, nomes e valores que compõem a visão do passado resultam de uma série de fatores que atuam em um processo dinâmico de discussão sobre a experiência passada e a construção de sentido. A cultura histórica abarca, portanto, os múltiplos enfoques e narrativas onde o que está em jogo não é o conhecimento

nas Américas é a seguinte: Bolívia: 56 centros; Peru: 40 centros; Brasil: 34 centros; Colômbia: 24 centros; Estados Unidos: 16 centros; Chile: 15 centros; Argentina: 13 centros; Equador: 12 centros; Venezuela: 10 centros; México: 10 centros; República Dominicana: 8 centros; Costa Rica 6 centros; Uruguai: 5 centros; Guatemala: 5 centros; Honduras: 5 centros; Haiti: 2 centros; El Salvador: 2 centros; Inglaterra: 1 centro; Suriname: 1 centro; Antígua e Barbuda: 1 centro; Nicarágua: 1 centro e Dominica: 1 centro. Disponível em: <<http://www.ablaonline.org/bnc>>. Acesso em 20 de Março de 2014.

49 PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p.21-23.

50 BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História*. Rio de Janeiro: Ed. da Civilização Brasileira, 1973; BUENO, Clodoaldo. *CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012; HIRST, Monica. *Brasil Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; MOURA, Gerson. *O tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense. 1984; MUNHOZ, Sidnei. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011; PECEQUILO, Cristina Sorenu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011; PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010;

erudito sobre a história, mas a autocompreensão da comunidade num dado presente e suas possibilidades de projeção no futuro (GONTIJO, 2014, p.45).

Segundo os apontamentos da autora, a consequência direta da cultura histórica e a percepção que uma determinada sociedade possui de seu passado não é resultado exclusivo da produção historiográfica, mas sim de um processo dinâmico, relacionado às memórias individuais, que formam quadros sociais e, à vista disso, ressignificam à memória coletiva e o sentido conferido às mesmas.

REFERÊNCIAS

Decreto de utilidade pública estadual 1951.

Decreto de utilidade pública municipal 1963.

ICBNA. Documentos de fundação: Acervo fotográfico 1938-2010.

ICBNA. Documentos de fundação: Estatutos do ICBNA – Registrado sob o nº 59382, fls 1448 F do livro A.

ICBNA. Documentos de fundação: Fichas de associação. Acervo Privado.

ICBNA. Documentos de fundação: Livro de atas de 1938 a 1943.

ICBNA. Documentos de fundação: Propostas de adesão de sócios: 1938.

ICBNA. Documentos de fundação: Proposta para sócio de Erico Verissimo.

ICBNA. Documentos de fundação: Inauguração do ICBNA em 12 de outubro de 1938.

ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política** [online]. 1999, n. 47 [Acessado 8 Agosto 2022], p. 201-246. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>>. Epub 05 Ago 2010. ISSN 1807-0175.

BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História**. Rio de Janeiro: Ed. da Civilização Brasileira, 1973;

BUENO, C.; CERVO, A. L. História da política exterior do Brasil. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

BICSKEI, M.; BIZER, K.; GUBAYDULLINA, Z. Protection of Cultural Goods - Economics of Identity. **International Journal of Cultural Property**, v. 19. n. 1, p. 97-118. 2012.

BARBALHO, A.; Et al. (Orgs) **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas** Salvador: edufba, 2011.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade** [online]. 2002, v. 23, n. 79. [acessado 8 agosto 2022], p. 257-272. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>>.

GONTIJO, R. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**, n. 8, p. 44-53, dez. 2014. <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320140803>> .

HALBWACHS, M. Memória individual e memória coletiva. In: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70.

- NYE, J. S. **Soft Power**, New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.
- PECEQUILO, C. S. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011;
- RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: edufba, 2007
- POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- PINHEIRO, L. **Política externa brasileira (1889-2002)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010
- PINNOW, R. P. Livro Digital Cultural 70 anos. Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: Disponível em: <<http://extralearning.com.br/livro70anos/>>.
- SILVA, C. A. F.; CHRISTOFOLETTI, R. **Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power**. MIDAS, n., 9, 2018.
- HIRST, M. **Brasil Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009;
- SILVA, F. C. T. da. (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011;
- TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A DIMENSÃO IMAGÉTICA DA MEMÓRIA EM ACERVOS E COLEÇÕES

*Edilson do Valle Kayser*⁵¹

*Moisés Waismann*⁵²

Introdução

Este artigo é um recorte de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, intitulada “Entre as águas e a urbe: memória imagética e ambiental na reabilitação urbana da orla de Porto Alegre”. A dissertação tem como objetivo desenvolver uma proposta capaz de garantir a utilização pública da orla da capital do Rio Grande do Sul, segundo os preceitos da memória vinculadas ao meio ambiente.

A fotografia é um discurso, uma perspectiva a respeito de determinado assunto, implícito ou apropriado, a respeito de uma imagem específica. Trataremos aqui *un passant* da utilização deste recurso, quer como ferramental de pesquisa, quer como objeto de investigação científica.

Pesquisa bibliográfica e documental

Segundo PRODANOV & FREITAS (2013), ao delinear uma pesquisa, ou seja, ao determinarmos o seu modelo de conceito e operação, tem-se, como elemento mais importante para defini-lo, o procedimento para a coleta de dados. Dentre as formas de proceder possíveis, aparece o grupo de fontes provenientes de publicações ou documentos, configurando, respectivamente, as pesquisas bibliográfica ou documental.

A pesquisa bibliográfica é elaborada, basicamente, a partir de material já publicado, enquanto que a pesquisa documental baseia-se em materiais ainda sem um tratamento analítico ou que podem recebê-lo de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para termos acesso aos materiais não tratados analiticamente, direcionamo-nos, dentre outros, a locais em que se encontram acervos e coleções.

Acervos, coleções, lugares e espaços de memória

Na Ciência da Informação, utiliza-se a acepção “acervo” para designar um conjunto mais genérico, um corpo mais amplo, constituído muitas vezes de várias coleções diferentes. No Brasil e alguns países, observa-se uma clara relação hierárquica entre os termos “acervo” e “coleção”, sendo o primeiro um conjunto não necessariamente ordenado de coisas, enquanto que o segundo, coleção, refere-se a um corpo coeso de itens que mantêm uma relação íntima entre si. (MARQUES, 2019).

Segundo DESVALLÉES & MAIRESSE (2013, p. 32), na publicação “Conceitos-chave de Museologia”, explica-se que

uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo,

51 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle

52 Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle

ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada.

Segundo a mesma obra, para que seja efetivamente constituída uma coleção, faz-se necessário que haja coerência e significado no conjunto desses agrupamentos de objetos (2013, p. 32).

Acervos e coleções, por sua natureza, possuem íntima relação com lugares e espaços de memória. Os lugares de memória são espaços que se condensam às imagens de um passado impregnado de significados. Tais espaços, ao serem móveis ou imóveis, podem ser arquivos, diários, romances, textos culturais, narração oral ou até mesmo monumentos, pois servem como verdadeiras modalidades de recordação. Os lugares de memória são espaços físicos, cujos significados evocam sentido de pertencimento de indivíduos a um determinado grupo, sobretudo espaços de memória representativos da autoridade de alguém ou de um grupo social. Os lugares de memória podem ser reais, quando há uma identificação espacial e necessita de algo que ocorreu, ou imaginários, fruto de uma atividade imaginária do pensamento coletivo (TEDESCO, 2014).

Castro (2008) define o arquivo como “um tipo de instituição de guarda de documentos” ou, em um segundo significado, como as “unidades orgânicas que compõem este acervo”. Ou seja, a palavra arquivo pode se referir tanto a uma instituição que abriga vários arquivos (o todo) quanto aos diferentes fundos arquivísticos que o compõem (as partes).

Muito embora a incontestável importância dos arquivos, Pierre Nora (1993) adverte quanto à expansão vertiginosa deles na sociedade contemporânea. Para o autor, tal produção tornou-se imperativa em nossa época e, assim, nesse movimento, houve uma multiplicação de lugares de memória. O arquivo seria, por excelência, um lugar desta natureza, pois a memória arquivística, diferente da memória espontânea, seria o reflexo do impulso que fornece proteção ao acumular vestígios e desfaz o “homem-memória”, enquanto multiplica os seus lugares.

Pesquisa documental em arquitetura

Ao nos referirmos à pesquisa documental pertinente à história e à memória da arquitetura, Castriota (2011) indica para o surgimento de novos estudos na área devido principalmente à descoberta e ao reexame das fontes documentais, percurso este, no passado, intensamente desvalorizado por uma historiografia marcada por uma forte influência ideológica.

Corroborando com este pensamento, Castro (2008, p. 29) refere-se ao “processo seletivo” pelo qual um documento sofreu até chegar aos nossos dias, ao afirmar que “um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de concepções de valor, memória e passado que o levam a ser preservado”. Conseqüentemente, para Castro (2008, p. 35), determinado documento, ao alcance de um pesquisador, é “resultante de um conjunto de intencionalidades: de quem o produziu, de quem o guardou, de quem o organizou e permitiu que fosse consultado”.

É imprescindível, portanto, desenvolver uma metodologia para pesquisa científica baseada em documentação primária, em especial em acervo de documentos e projetos arquitetônicos, bem como em fotografias. LIMA (2022) enfatiza quanto à importância de estabelecer critérios para análise de arquivos em acervos institucionais e cruzar as fontes documentais, no intuito de ampliar a contextualização do material, além de permitir a concepção de uma historiografia mais ampla e empírica.

Documentação imagética

A documentação imagética, presente nos arquivos e centros de documentação, é tratada quase sempre como coleção, onde fotografias e películas cinematográficas recebem tratamento especial, por sua vulnerabilidade ao tempo e ambiente, advinda de seus suportes. “Filmes e fotografias constituem documentos históricos que instigam os historiadores – e, de maneira mais geral, os profissionais das ciências humanas – a percorrerem, antes de tudo, a interdisciplinaridade” (BIZELLO, 2012).

Entretanto, houve um período em que a utilização de imagens como objeto de pesquisa foi entregue ao esquecimento, tornando o seu conteúdo desconhecido e seu tratamento físico para combate à deterioração de seus materiais, ignorado. No Brasil, ao longo das últimas décadas, observam-se pesquisas que partem de fotografias e películas cinematográficas como análise, em enfoques históricos ou abordagens análogas, cujos objetos de estudo revelam a extraordinária riqueza de investigações existentes em acervos audiovisuais. O uso da imagem como método de ancoragem, por exemplo, em trabalhos sobre leitura de imagens, memória individual e memória coletiva, tem se mostrado prolífico e eficaz (MANINI, 2016).

A ancoragem é o processo pelo qual procuramos classificar, encontrar um lugar e dar nome a algo não-familiar que, por ser estranho e diferente, é percebido como “ameaçador”. Podemos, então, representar o não usual em nosso mundo, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar (MOSCOVICI, 2004).

Para Walter Benjamin (1987), a fotografia seria como a “imagem do passado”, de caráter “aurático”, ou seja, coberto de aura, pela capacidade de imprimir em um objeto um recorte espaço-temporal. Essa possibilidade da fotografia, essência de sua existência, torna-a objeto de memória.

Paul Ricoeur (2007), por exemplo, questiona se a lembrança não seria simplesmente uma imagem que fazemos do passado. A fotografia e o cinema seriam, por conseguinte, expressões imagéticas que pressupõem a rememoração.

O efeito das imagens sobre a memória escrita é devastador, pois, na historiografia, ao confrontamos dados históricos textuais com fotografias ou películas cinematográficas, o conhecimento existente pode ser inteiramente reformulado (MANINI, 2016). Normand Corrêa (2019, p. 17) declara que “a produção de fotografias jornalísticas e documentais continua sendo fundamental para a produção imagética de memória social”.

O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo é o museu histórico da cidade de Porto Alegre e está instalado no Solar Lopo Gonçalves, localizado na rua João Alfredo 582, em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

O Museu está sediado no Solar Lopo Gonçalves, edificação em estilo luso-colonial, construído entre 1845 e 1853, na antiga Rua da Margem, atual João Alfredo. Foi criado, em 1979, com a finalidade de reunir acervos históricos e culturais da cidade. Atualmente, abriga acervo arqueológico, fotográfico e tridimensional da cidade. Dispõe de duas exposições permanentes e uma temporária, serviço de exposições guiadas para grupos e escolas mediante agendamento, serviço de pesquisa nos acervos e eventos diversos a serem realizados nos diferentes espaços da instituição.

O horário de funcionamento do Museu é, às segundas-feiras, de 13:30h às 17:00h, e de terça a

quinta, de 09:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:00h. Permanece fechado aos fins de semana e feriados.

O acervo fotográfico do Museu fica a cargo da Fototeca Sioma Breitman, que abriga, aproximadamente, 8.500 imagens da cidade de Porto Alegre entre os séculos XIX e XX, e tem sido considerada uma referência de organização e preservação da memória fotográfica da cidade. Fazem parte desse acervo coleções de fotografias de profissionais de destaque da cidade no século XIX, como Barbeitos & Irmãos, Virgílio Calegari e Irmãos Ferrari, bem como álbuns e coleções particulares doadas ao Museu, como as de Eva Schmid e Condessa Gisela Bastian Pinto Ribeiro (Figura 1).

Figura 1: Lago Guaíba- Itapuã, 3º Quartel do Século XX - Década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo / Crédito de Sioma Breitman

O acervo de imagens atende a pesquisadores, profissionais da mídia, escritores e estudantes. Exposições, publicações, dissertações, teses, materiais de divulgação, matérias jornalísticas, televisivas e documentárias são exemplos de produtos culturais vinculados às imagens disponíveis (Figura 2).

Figura 2: Coleção Dr. João Pinto Ribeiro Netto - Cais Do Porto, Década de 1920-30.



Fonte: Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo / Autor desconhecido.

Atualmente, todas as imagens já estão digitalizadas e acessíveis para pesquisa por meio de dois computadores disponíveis ao público. Para realização de pesquisa, faz necessário agendamento prévio pelo e-mail: museu@smc.prefpoa.com.br. A visita presencial à Fototeca, no intuito de levantar material imagético de interesse à pesquisa da qual este artigo é originário, ocorreu em 03 de setembro de 2022, no turno da tarde.

A consulta ao acervo é feita, nas dependências do Museu, em monitor de computador de mesa *desktop*, acessando a plataforma digital Donato 3.2. A plataforma é extremamente amigável e possibilita uma série de filtros, entre campos a preencher e abas para alternar, proporcionando uma pesquisa mais pormenorizada (Figura 3).

Figura 3: Plataforma Donato 3.2 de acesso a fototeca digitalizada

Donato[®]
3.2

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Karina Santos

Consultas / Obras / Pesquisa

Classificação | Características | Textos | Procedência | Identificação | Exposição | Dimensões

Coleção: 🔍

Autor: ▼ 🔍

Título:

Tema: 🔍

Sub-Temas:

Movimento:

Estilo:

Escola:

Pesquisar

Fonte: Acervo do autor

Muito embora o excelente e extremamente cortês atendimento dos colaboradores, o acesso ao arquivo digital, através deste posto de trabalho, não é remoto, tampouco existem um ambiente reservado disponível para a pesquisa, o que obriga o pesquisador a compartilhar o mesmo espaço físico de desenvolvimento das atividades rotineiras dos funcionários da Instituição.

Ao acessar as imagens, estas estão catalogadas com informações importantes, como autoria (incluindo locais e anos de nascimento e falecimento), tipo de película, código de identificação, título e sub-título, suporte utilizado, dimensões físicas do original, existência (ou não) de assinatura, além da procedência. Caso algum dos itens não existir, também está informado.

Ao selecionar as imagens que porventura venham a possuir aderência ao seu trabalho, o pesquisador, de posse do código de identificação das imagens, solicita ao correspondente colaborador do Museu responsável pelo acervo, cópia digital das fotografias elencadas. Assinado o Termo de Responsabilidade para Utilização de Reproduções de Fotografias do Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, o material solicitado será enviado, via plataforma digital *We Transfer* para download, ficando à disposição para este procedimento por uma semana.

Algumas ressalvas precisam ser feitas com relação à listagem de imagens elencadas. Primeiro, o código de identificação, imprescindível para a posterior identificação e envio digital da fotografia correta, está localizado em uma posição de pouco destaque no rol de informações pertinentes à imagem. Segundo, tal listagem de fotografias selecionadas não possui um formulário padrão disponível, apenas um bloco para anotações, obrigando o pesquisador a se municiar de meios próprios para esse fim, sejam eles digitais ou não.

Considerações finais

Para analisar uma imagem, especialmente uma fotografia, faz-se necessário entender as circunstâncias em que a imagem foi captada, seja no campo da ideologia, da visão de mundo, da tecnologia disponível, seja em outras restrições ali vigentes emuitas vezes ignoradas. A consistência do discurso

implícito àquela imagem está diretamente interligada àquele que a produziu. Há uma proporcionalidade direta entre o autor e sua obra.

Os museus, repositórios de arquivos por excelência, dão-nos a possibilidade ímpar de reescrever a história, reconstruir a memória a cada momento, a cada reanálise de uma determinada imagem, através da “mágica” do congelamento do espaço-tempo.

Ao construirmos uma narrativa em uma dimensão imagética, faz-se necessário compreender que determinada imagem, pertencente a determinado acervo ou coleção, está certamente carregada de informações que traduzem o caráter pessoal e coletivo. A imagem não é o retrato fiel da realidade; ela é em verdade apenas uma interpretação inequívoca de um grupo social.

O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo tem seu papel preponderante na preservação de uma memória portoalegrense. A Fototeca Sioma Breitman, especificamente, tem sido uma referência na memória fotográfica da cidade.

Com relação a dimensão imagética de documentos e fontes, em especial as imagens fotográficas, a concepção de realidade e conseqüente verdade tendem a ser questionadas e passam a ser vistas como representações ou leituras, com as mais variadas interpretações (MANINI, 2016).

Finalmente, podemos sintetizar nossa caminhada pelo que Barros e Amélia ((2009, p. 58) nos oferecerem, ao dizer que o arquivo se traduz por:

[...] um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.

Referências

- BARROS, D. S.; AMELIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21 n.1, p. 55-61, 2009.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas**; magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BIZELLO, M. L. Documentação Imagética e Memória. In: VALENTIM, M. L. P. (Eds.) **Estudos avançados em Arquivologia** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 91-106. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-06.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- CASTRIOTA, L. B. **Arquitetura e documentação**: novas perspectivas para a história da arquitetura. São Paulo: Annablume, 2011.
- CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

LIMA, A. C. G. Uma experiência metodológica de pesquisa documental no acervo de projetos arquitetônicos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP). **Paranoá**, jan. / jun., n. 32, 2022, Edição Temática Arquivos e Acervos e Fluxo Contínuo. Brasília: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG/FAU), Universidade de Brasília (UnB), 2022.

MANINI, M. P. Acervos imagéticos e memória. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 97-115, dez. 2016.

MARQUES, G. S. et al. Panoramas, contextos, gestão e práticas em acervos e coleções. **Biblionline**, v. 15, n. 2, p. 56-72, 2019. João Pessoa: Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NORMAND CORRÊA, R. Pós-fotografia, ciberespaço e a dimensão imagética da memória. Rio de Janeiro, 2019. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [recurso eletrônico]

RICOEUR, P. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014. [recurso eletrônico].

POLOS CALÇADISTAS BRASILEIROS

*Susana Sanson de Bem*⁵³

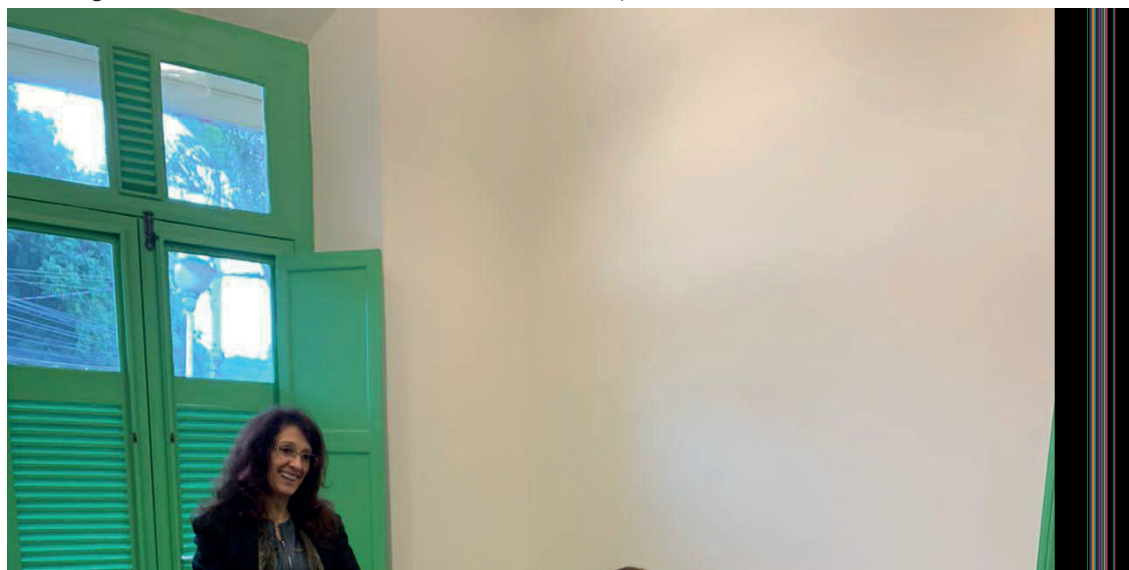
*Moisés Waismann*⁵⁴

*Ingridi Bortolaso*⁵⁵

Mundialmente, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (28APRIL⁵⁶, 2022) estima-se que, anualmente, 374 milhões de trabalhadores sofram algum tipo de acidente de trabalho e destes, três milhões venham a falecer por acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Vide Figura 1.

Nesta imagem é possível observar que quando se fala em acidentes de trabalho e suas consequências, os números mundiais são alarmantes. E, de um modo em geral, a população não faz ideia, nem tão pouco tem noção do que ocorre, pois trabalha-se a nível de milhar e milhão. Inclusive através de tradução livre, pode-se verificar os números aproximados informados na nota de rodapé 5.

Figura 1. Dados estimados de acidentes e doenças do trabalho a nível mundial (2022)⁵⁷



Fonte: <<https://28april.org/>, 2022>.

53 Susana Sanson de Bem – doutoranda do PPGMSBC UNILASALLE Canoas. Bolsista PROSUC-CAPES.

54 Moisés Waismann – orientador, professor doutor do PPGMSBC UNILASALLE Canoas.

55 Ingridi Bortolaso – co-orientadora, professora doutora do PPGMSBC UNILASALLE Canoas.

56 28april.org - Este site é o trabalho da revista Hazards e da Confederação Sindical Internacional (ITUC). Denomina-se 28 de abril, pois nesta data comemora-se o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

57 Tradução livre das informações constantes da Figura 1:

374.000.000 de acidentes de trabalho

3.000.000 de trabalhadores morrem por acidentes de trabalho e doenças todos os anos;

360.000 trabalhadores morrem como resultado de acidentes sofridos no trabalho;

35.000 trabalhadores morrem por doenças cardíacas relacionadas ao trabalho;

400.000 trabalhadores morrem por derrames relacionados ao trabalho (AVCs);

450.000 óbitos por doenças pulmonares obstrutivas crônicas relacionadas ao trabalho;

Somente 20% dos trabalhadores têm acesso a serviços de saúde ocupacional.

Inclusive é importante ressaltar que as doenças do trabalho têm mesmo status do acidente de trabalho, pela legislação brasileira.

Já no Brasil, para análise de indicadores de acidentes e doenças ocupacionais, segundo a Previdência Social (AEPS, 2020), órgão responsável pelo controle e tratamento de dados registrados, considerando-se os valores mais atualizados tem-se em 2020, 445.814 acidentes e doenças do trabalho, mas, não se pode esquecer que em 2020 iniciou-se a pandemia e, conseqüentemente, os valores reduziram pelo isolamento exigido. Em 2019, os números foram de 586.857 acidentes e doenças do trabalho. Para tanto, no presente trabalho serão analisados dados de 2019, ano anterior ao início da pandemia, onde estava-se em condições normais da população e da economia. Mas, a título de exemplificação apresenta-se dados referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020, que bem esclarecem a redução de acidentes a partir do início da pandemia, na Figura 2.

Figura 2. Acidentes de trabalho, período 2018-2020, por situação de registro e tipo



Fonte: Previdência Social – AEPS - 2020

A partir dos dados e análise da figura, pode-se depreender que os anos de 2018 e 2019 apresentam valores muito próximos, o que, em primeira instância pode-se considerar como manutenção de perfil de ocorrências. Já em 2020, observa-se a redução do número de acidentes típicos e de trajeto, podendo estarem vinculadas estas ocorrências pela obrigatoriedade do lockdown e muitas empresas optaram pelo home office, no início da pandemia. Mas já as doenças ocupacionais aumentaram significativamente, pois muitos profissionais da saúde passaram a considerar que a contaminação de Covid-19 possuía nexos causal com as atividades laborais.

A partir desta visão geral, propositalmente apresentada para mostrar, por níveis, tanto mundiais quanto nacional brasileiro, que quando se refere ao assunto segurança do trabalho, não se está tratando de números irrisórios, e parte-se neste momento para o desmembramento dos polos calçadistas brasileiros, conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – ABICALÇADOS (2019).

Atualmente, a indústria calçadista representa 4% do PIB da indústria de transformação nacional, com empresas distribuídas em 13 polos calçadistas espalhados pelo país. O mais antigo, como o do Vale do Rio dos Sinos, no RS, e outros mais recentes, como os do Ceará.

Pelo país há mais de seis mil empresas, gerando aproximadamente 270 mil postos diretos de trabalho e riquezas para as cidades. O Brasil é o quarto maior produtor de calçados do mundo (2019), com uma produção em torno de 944 milhões de pares produzidos (2018), sendo 115 milhões de pares exportados (2019).

A seguir a lista completa dos polos calçadistas do Brasil, por estado, conforme dados da ABICALÇADOS:

Rio Grande do Sul

1. **Polo do Vale do Rio dos Sinos:** compreende os municípios de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul;
2. **Polo do Vale do Paranhana/Encosta da Serra:** composto pelas cidades de Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas.

São Paulo

1. **Polo de Franca,** na cidade de Franca;
2. **Polo de Jaú,** em Jaú;
3. **Polo de Birigui,** compreendido pelas cidades de Birigui, Alto Alegre, Andradina, Araçatuba, Auriflora, Avanhadava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Castilho, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Glicério, Guaraçai, Guararapes, Guzolândia, Lavínia, Lourdes, Luiziânia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Penápolis, Piacatu, Rubiácea, Santópolis do Aguapeí, Turiúba, Valparaíso, Lins, Macauba, Monções, Nova Castilho, Nova Luzitânia, Planalto, Santo Antônio do Aracanguá, Zacarias e União Paulista.

Minas Gerais

1. **Polo de Nova Serrana,** formado pelos municípios de Araújos, Bom Despacho, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Leandro Ferreira, Nova Serrana, Onça de Pitangui, Pará de Minas, Perdigo, Pitangui e São Gonçalo do Pará.

Paraíba

1. **Polo de Campina Grande,** com as cidades de Campina Grande, Mogeiro, Araruna, Guarabira, Serra Redonda, Ingá, Alagoa Nova;
2. **Polo de João Pessoa,** composto pelas cidades de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux.

Santa Catarina

1. **Polo de São João Batista,** com os municípios de Tijucas, Canelinha, Nova Trento, Major Gercino e São João Batista.

Ceará

1. **Polo de Fortaleza**, em Fortaleza;
2. Polo de Sobral, em Sobral;
3. Polo de Horizonte, na cidade de Horizonte;
4. **Polo de Juazeiro do Norte**, com os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.

Os dois maiores produtores do país são o Ceará, que corresponde por 27% da produção total, e o Rio Grande do Sul, que responde por 20% (2018). Porém esta situação se inverte, visto que o maior exportador de calçados do Brasil é o Rio Grande do Sul, seguido pelo Ceará e São Paulo (por faturamento gerado, em 2019). (ABICALÇADOS, 2019)

Apresenta-se a seguir, na Tabela 1, a distribuição de acidentes de trabalho pelos estados/polos mais representativos a nível Brasil.

Tabela 1. Distribuição de acidentes de trabalho por estados/polos mais significativos - 2019

Estado	Ano	Com CAT ⁶ Registrada				Total
		Típico	Trajeto	Doença do Trabalho	Sem CAT Registrada	
Ceará	2019	6.019	3.077	194	2.185	11.475
Paraíba	2019	1.586	708	160	1.265	3.719
Bahia	2019	9.135	2.154	534	5.605	17.428
São Paulo	2019	135.088	40.600	3.206	22.137	201.031
Rio Grande do Sul	2019	32.994	6.067	952	8.958	48.971

Fonte: Previdência Social – AEPS – 2019

Observa-se que estes dados foram extraídos do Anuário Estatístico da Previdência Social.

Importante esclarecer que os acidentes típicos, de trajeto e doenças ocupacionais devem ser registrados pela empresa, ou médico examinador ou sindicato. Porém, os dados apresentados, quando se referem a “sem CAT registrada”, significa que o trabalhador solicitou benefício previdenciário, não levou CAT na perícia, porém o perito médico considerou como acidente ou doença do trabalho, passando a ser computado nos dados estatísticos.

Já na Figura 3, traz-se informações relevantes por terem sido extraídas do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência, ano base 2019, com as devidas taxas de incidências, pelos CNAES⁵⁸ referentes a fabricação de calçados, o que nos permite, efetivamente, comparar os dados entre os polos e ver as reais relações, parte integrante da proposta de tese.

Figura 3. Indicadores de acidentes do trabalho, segundo CNAE, dos estabelecimentos localizados nos estados informados - 2019

	CNAE	Incidência (por 1.000 vínculos)	Incidência de Doenças Ocupacionais (por 1.000 vínculos)	Incidência de Acidentes Tipos (por 1.000 vínculos)	Incidência de Incapacidade Temporária (por 1.000 vínculos)	Taxa de Mortalidade (por 100.000 vínculos)	Taxa de Letalidade (por 1.000 acidentes)	Acidentalidade para a faixa 16 a 34 anos (por 100 acidentes)
Capítulo 61 Ceará	1532	13,01	-	5,64	13,01	-	-	56,67
	1533	12,33	0,08	5,47	11,56	7,7	6,25	66,88
	1539	21,32	0,09	14,9	16,38	9,31	4,37	64,63
Capítulo 71 Paraná	1531	2,03	-	-	2,03	-	-	100
	1532	49,25	1,76	2,2	48,81	-	-	32,14
	1533	3,21	-	-	3,21	-	-	-
Capítulo 75 Bahia	1539	17,69	2,95	3,93	15,9	17,86	10,1	76,26
	1531	13,92	0,29	7,47	10,24	-	-	65,4
	1533	8,29	-	6,22	7,26	-	-	75
Capítulo 79 São Paulo	1539	1,02	-	-	1,02	-	-	100
	1531	9,82	0,05	4,71	9,52	-	-	48,98
	1532	2,02	-	2,02	2,02	-	-	50
Capítulo 82 Rio Grande do Sul	1533	9,7	0,13	4,72	9,04	-	-	54,05
	1539	10,64	-	4,14	10,05	-	-	58,33
	1531	5,96	0,16	3,26	5,51	1,83	3,07	38,34
	1532	5,12	-	2,28	5,12	-	-	22,22
	1533	14,97	-	10,48	11,21	9,75	6,51	62,87
	1539	9,95	-	6,63	7,91	-	-	46,15

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, 2019.

A menção Capítulo que aparece junto aos nomes dos estados está vinculado a diagramação do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho.

A identificação dos CNAES apresentam-se a seguir, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Classes de CNAES para a indústria calçadista

Grupo	15.3	Fabricação de calçados
Classe	15.31-9	Fabricação de calçados de couro
	15.32-7	Fabricação de tênis de qualquer material
	15.33-5	Fabricação de calçados de material sintético
	15.39-4	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente

Fonte: IBGE, 2022

As classificações incidências, mortalidade e letalidade, referem-se a forma como a Previdência estabelece a correlação entre estados com números de empresas e trabalhadores registrados diferenciados.

Considerações finais

Neste estudo pretendeu-se apresentar dados extraídos de acervos de dados dos diversos organismos governamentais, responsáveis pelas estatísticas utilizadas nas políticas públicas, das mais diversas formas. Todos serão analisados no devido tempo de composição do projeto de tese.

Como a proposta de tese é analisar se há possíveis relações ou interferências nos dados estatísticos entre a colonização alemã presente nos polos calçadistas do Rio Grande do Sul, mais especificamente no

Polo do Vale do Paranhana, na cidade de Igrejinha e o polo do estado do Ceará (mais jovem) dentro da cadeia produtiva nacional,

Referências

28APRIL. Disponível em: <<https://28april.org/>>, 2022. Acessado em 15/10/2022.

ABICALÇADOS. **Relatório Anual 2019**, pag. 22.

IBGE. Comissão Nacional de Classificação <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>>. Acessado em: 23/09/2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho/arquivos/AEAT_2020/copy_of_subsecao-a-acidentes-do-trabalho/capitulo-82-rio-grande-do-sul/82-1-indicadores-de-acidentes-do-trabalho-segundo-a-classificacao-nacional-de-atividades-economicas-cnae-dos-estabelecimentos-localizados-no-estado-do-rio-grande-do-sul-2018>. Acessado em 18/10/2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2019**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/dados-abertos-previdencia-social>>. Acessado em: 18/10/2022.

PALCO GIRATÓRIO SESC: DIFUSÃO E INTERCÂMBIO DAS ARTES CÊNICAS

*Andrea Guedes*⁵⁹

*Rute Henrique da Silva Ferreira*⁶⁰

*Moisés Waismann*⁶¹

Introdução

O objeto deste trabalho é apresentar a política cultural do Sesc, através de um dos projetos que tem circulação nacional na linguagem artes cênicas, o *Palco Giratório*, e um dos documentos do acervo que contabiliza o número de pessoas atingidas com o espetáculo, através de um dos indicadores da entidade. Neste recorte, serão apresentados um breve relatório dos espetáculos e atendimentos, realizados através do projeto *Palco Giratório*, previstos em 2022 para as Unidades Operacionais do Sesc RS.

Este artigo está dividido em 4 partes, além desta apresentação. A parte 2 aborda a atuação político-cultural do Sesc, marco referencial e destaque para um dos projetos da entidade a nível nacional, o *Palco Giratório*. A terceira parte apresenta os procedimentos metodológicos e a quarta, os resultados e conclusão.

SESC – Política cultural, arte, educação e diretrizes

O Serviço Social do Comércio – SESC - atua no campo do desenvolvimento humano, por meio das ações proporcionadas pelos programas sociais, cultura, educação, assistência, saúde e lazer. Partindo da missão institucional, que tem seu foco na promoção de ações socioeducativas que contribuem para o bem-estar social e da qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade como um todo, o trabalho da cultura é essencial neste exercício. Para Geertz (1989), a cultura é pública, porque o significado o é. Ou seja, a cultura é em parte controladora do comportamento em sociedade e, ao mesmo tempo, cria e recria este comportamento, devido ao seu conteúdo ideológico, impossível de ser esvaziado de significado, já que toda cultura possui uma ideologia que a embasa. Para o autor, a ideologia é apresentada como a dimensão norteadora da característica arbitrária da cultura. Sobre isso, é importante esclarecer que, segundo o autor, como sistema de signos entrelaçados interpretáveis a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989).

O Marco Referencial Arte Educação do Sesc no Brasil é um percurso, uma orientação aos Departamentos Regionais do Sesc e aos Polos de Referência para o desenvolvimento de atividades artísticas, educativas e culturais. A partir dos referenciais institucionais como Diretrizes Gerais de Ação (2010), Política Cultural (2015) e Diretrizes da Educação Básica (2019), destinados a fundamentar os diversos campos de ação, faz-se necessário identificar o que é nomeado pela instituição como arte, cultura e educação. Arte é compreendida como a possibilidade de promover um novo olhar sobre o mundo, tanto por meio de suas especificidades de linguagem como pelos hibridismos decorrentes dos atravessamentos

59 Mestranda do PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <andrea.200615081@unilasalle.edu.br>.

60 PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <rute.ferreira@unilasalle.edu.br>.

61 PPGMSBC. UniLaSalle Canoas. <moises.waismann@unilasalle.edu.br>.

de fronteiras que geram novas formas de expressão, intertextualidades e transdisciplinaridades (SESC, 2015). Cultura é entendida em sentido amplo “abrangendo todas as dimensões da vida em coletividade, abarcando o conjunto de acontecimentos, manifestações e representações sociais (valores, hábitos, costumes, crenças, produção intelectual e artística)” (SESC, 2015). Educação é tomada como “processo permanente e infindável de busca individual, coletiva e social de conhecimento para a construção de uma sociedade democrática, solidária e fraterna” (SESC, 2015). Significa dizer, que como a cultura, a educação está em movimento, em transformação, acompanhando as mudanças na sociedade. O objetivo de uma educação integral é promover o respeito às diferenças, potencializando o desenvolvimento de todos. Santos (1983) descreve cultura como a dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social, diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social, a cultura é um produto coletivo da vida humana (SANTOS, 1983).

O *Palco Giratório* é um dos projetos do Sesc que tem reconhecimento no cenário nacional cultural brasileiro como um importante projeto de difusão e intercâmbio das Artes Cênicas. Contribui expressivamente com a formação de plateias a partir da circulação de espetáculos dos mais variados gêneros, em todos os estados brasileiros, nas capitais e interior, desde 1998. Com mediação entre o artista e a plateia, é realizado de forma orgânica, por meio de um vívido diálogo com articulação de realidades distintas, culminado na formação de plateias, um dos propósitos principais do projeto. A edição do Festival é construída a partir dos espetáculos selecionados por uma curadoria nacional, formada por programadores do Sesc de todos os Estados brasileiros, que conjuntamente, estabelecem um circuito de apresentações, que conta com a mistura de sotaques, as diferentes expressões artísticas e modos de criação. O projeto também proporciona ações formativas a partir de técnicas e processos criativos como oficinas, pensamento giratório (discussão com a plateia e integrantes dos grupos), seminários, mediações culturais.

Em maio de 2022, a 16ª edição do *Palco Giratório Sesc*, aqueceu o cenário cultural de Porto Alegre, após dois anos de restrições devido à pandemia. O evento retornou de forma presencial e alcançou um público de mais de 8,4 mil pessoas. Foram 18 dias de muita arte e cultura, com 42 apresentações, nos assentos de cinco teatros da capital – São Pedro, sala Álvaro Moreyra, Bruno Kiefer, Renascença e Sesc Alberto Bins. O público também teve acesso gratuito aos espetáculos por meio do projeto Formação de plateias, voltado prioritariamente a organizações comunitárias e escolas. As formações reuniram artistas de diferentes cantos do Brasil para troca de conhecimentos e debates com temas como tecnologia, políticas públicas, impacto da pandemia nas artes cênicas e festivais híbridos.

O quadro 1 apresenta o cronograma do *Palco Giratório* para o ano de 2022. Em São Leopoldo o Circuito contará com duas apresentações presenciais no Sítio do Museu do Trem, durante a 15ª edição do “Aldeia Sesc Capilé”, nos dias 04 e 06 de novembro e uma apresentação no Teatro

Municipal, no dia 11. Em plataforma zoom, no dia 12, a Unidade Operacional receberá uma intervenção artística, através do intercâmbio de dois grupos de teatro, um do RS e outro de GO.

Quadro 1- Cronograma e Quantidade de realizações espetáculos Palco Giratório 2022

CRONOGRAMA 2022 ABIAN (BA) – MAYARA FERRÃO

21/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
24/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
25/05 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS
31/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS (CANOAS)
01/06 - PERÍODO NOITE - INTERCÂMBIO - DR/RS (CANOAS)
18/08 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (SANTA ROSA)

ATRAVessar-se (GO) - CATAVENTO

25/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
26/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
23/07 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS (CAXIAS DO SUL)
26/07 - PERÍODO NOITE - INTERCÂMBIO - DR/RS (CAXIAS DO SUL)

DESMEMÓRIA (MG) – YARA NOVAES

14/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
18/05 - PERÍODO MANHÃ - INTERCÂMBIO - DR/RS
07/07 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (MONTENEGRO)

ESTUDOS PARA APROXIMAÇÃO (DF) – INSTRUMENTO DE VER

17/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
19/05 - PERÍODO NOITE - INTERCÂMBIO - DR/RS

HOMENS PINK (SC) – LA VACA

20/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
21/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
10/06 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS (PASSO FUNDO)
11/06 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS (PASSO FUNDO)

JUNTOS e SEPARADOS (DF) – ANTI STATUS QUO

19/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
20/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
25/08 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS (CAXIAS DO SUL)
26/08 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS (CAXIAS DO SUL)

METRÓPOLE ONLINE (CE) - INQUIETA

18/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
20/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS

19/08 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS (PASSO FUNDO)
20/08 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS (PASSO FUNDO)

MUSEU DOS MENINOS (RJ)

20/05 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS
22/05 - PERÍODO NOITE - APRESENTAÇÃO LOCAL - DR/R
27/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
09/06 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (ALEGRETE)
09/08 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (CAXIAS DO SUL)
16/08 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (IJUI)
25/08 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (SANTA ROSA)

OS PEQUENOS MUNDOS (SC) - ERANOS

26/05 - PERÍODO TARDE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
27/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
07/06 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (CAMAQUÃ)
10/08 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (IJUI)
24/09 - PERÍODO TARDE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS (NOVO HAMBURGO)
25/09 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS (NOVO HAMBURGO)

PAN PLAY (AM)

24/05 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS

PRA FAZER PAPEL DE PALHAÇO (RJ)

19/05 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS
02/08 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (CAMAQUÃ)
23/09 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (NOVO HAMBURGO)

QUARTA PAREDE (PE)

17/05 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS

EXPERIMENTOS SENSORIAIS EM CONFINAMENTO (PE) - MAGILUTH

13/05 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO LOCAL - DR/RS
18/05 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS
26/05 - PERÍODO TARDE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS
23/07 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (PASSO FUNDO)
03/08 - PERÍODO NOITE - PENSAMENTO GIRATÓRIO - DR/RS (ALEGRETE)
04/08 - PERÍODO NOITE - APRESENTAÇÃO LOCAL - DR/RS (CANOAS)
05/08 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS (CANOAS)
17/11 - PERÍODO NOITE - APRESENTAÇÃO LOCAL - DR/RS (MONTENEGRO)
18/11 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO - DR/RS (MONTENEGRO)

ESPETÁCULOS EM SÃO LEOPOLDO

04,06/11 - PERÍODO MANHÃ E TARDE - ESPETÁCULO "HISTÓRIAS DE CIRCO SEM LONA" (GRUPO TIA - LOCAL MUSEU DO TREM)
11/11 - PERÍODO NOITE - ESPETÁCULO "SEIS - O REMIX DA HISTÓRIA" (GRUPO MÚSICA E CENA - LOCAL TEATRO MUNICIPAL) (SÃO LEOPOLDO)
12/11 - PERÍODO TARDE - INTERCÂMBIO COM O GRUPO TIA (RS) E CATAVENTO COMPANHIA CIRCENSE (GO) DR/RS (SÃO LEOPOLDO) - TRANSMISSÃO VIA PLATAFORMA ZOOM

Fonte: Acervo Sesc RS (2022)

A figura 1 apresenta a atuação do grupo de circo Parlapatões, de São Paulo, com o espetáculo "Os Mequetrefe", durante a 20ª edição do *Palco Giratório DN*, no RS, realizado no município de São Leopoldo.

Figura 1 – Projeto Sesc Nacional Palco Giratório (Grupo Os Mequetrefe – SP)



Fonte: Luiz Doroneto / Acervo Sesc RS (2017)

A figura 2 apresenta a atuação do renomado ator Hilton Cobra, da Cia dos Comuns, do Rio de Janeiro, interpretando a peça “Traga-me a cabeça de Lima Barreto”, no Teatro Sesc Alberto Bins, Porto Alegre.

Figura 2 – Projeto Sesc Nacional Palco Giratório (Peça Traga-me a Cabeça de Lima Barreto-ator Hilton Cobra)



Fonte: Acervo Sesc RS (2019).

Procedimentos metodológicos

Para dar conta deste artigo, foram utilizados documentos cedidos pelo Sesc RS e através do site da entidade, sobre um dos projetos com atuação nacional, o *Palco Giratório*. Destaca-se, aqui, do acervo, procedimento de coleta através das planilhas de produção e relatórios do sistema interno Sesc NET da Unidade Sesc São Leopoldo, onde constam dados como receita e despesas para realização do programa de trabalho e o número de atendimentos em cada ação cultural. A produção contabilizada faz parte de um dos indicadores da entidade, que alimenta a visão crítica a partir do exame dos dados, a fim de formular políticas vindouras para o avanço do programa cultural do Sesc.

Essa metodologia se alinha à pesquisa documental de cunho qualitativo. Destaca-se “o planejamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação

espaço-temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador” (KÖCHE, 2007, p. 122). Segundo Creswell (2010, p. 26) a “pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

A figura 3 apresenta a imagem do relatório do projeto Palco Giratório, da Unidade Operacional (UO) Sesc São Leopoldo, com os dados do ano, responsável e data de início e final do ano corrente. Após a cada realização de todos espetáculos do circuito, insere-se os atendimentos no projeto, e posterior os aspectos qualitativos do mesmo. Através desse relatório os colaboradores responsáveis pela área cultura da UO, podem realizar uma análise mais efetiva que contribuirá para o programa de trabalho do ano seguinte.

Figura 3 - Relatório de Projetos do Sesc NET

The screenshot displays the Sesc NET project report interface. At the top, there is a navigation bar with the Sesc NET logo and a menu with items: Início, SAC, Financeiro, Serviços, Suprimentos, Planejamento, Marketing, RH, Patrimônio, Manutenção, and TI. Below the menu, a header section contains a table with columns: Nome, Unidade, IP, and Data. The data row shows: ANDRÉA GUEDES, 31 - SESC SÃO LEOPOLDO, 187.84.218.114, and 31/10/2022 09:50:09. A 'Sair' button is located to the right of this table. The main content area is titled 'RELATÓRIO DE PROJETOS' and contains a form with the following fields: Ano (2022), UO (SESC SÃO LEOPOLDO), Gerente (ANDRÉA GUEDES), Data Inicial (01/01/2022), Data Final (31/12/2022), Local de Realização (SÃO LEOPOLDO), Nº Projeto (126226), Responsável (ANDRÉA GUEDES), and Alinhamento (176 PALCO GIRATÓRIO - CIRCUITO (176)). The Status is 'Aguardando Relatório'. Below the form, there are three buttons: 'Aspectos Quantitativos', 'Aspectos Qualitativos', and 'Anexos'. A section titled 'Acompanhamento do Preenchimento do Relatório' contains a list of items with checkboxes: 'Receitas e Despesas' (checked), 'Produção', 'Avaliação dos objetivos propostos', 'Oportunidades de Melhorias', 'Pontos Fortes', and 'Projeto com Anexo'. At the bottom, there are four buttons: 'Verificar', 'Finalizar Relatório', 'Imprimir', and 'Fechar'.

Fonte: acervo Sesc 2022

Resultados e conclusão

O projeto *Palco Giratório*, da Cultura SESC, exemplifica a atuação das políticas públicas da instituição, levando em conta que este documento aponta o trabalho artístico-pedagógico com as pessoas, reconhecemos que seus princípios, diretrizes e metodologias balizam as atividades desenvolvidas nos espaços internos e externos do Sesc e na dinâmica interna e externa como aspecto formativo. A realização do projeto a nível Brasil, até esta edição, já contabilizou cerca de 5 milhões de espectadores, contabilizando mais de 11.000 apresentações em 1.746 cidades, entre Festivais, Aldeias e Mostras consolidando uma vasta rede de profissionais e equipamentos culturais mantidos pelo Sesc no território nacional. Esta edição contará com 12 obras cênicas digitais e 1 proposta de mediação, trabalhos estes que desafiam enquadramentos mais limitados sobre o que pode ser entendido como circo, dança e teatro, apontando assim para compreensões expandidas sobre as possibilidades e os lugares das artes cênicas nos dias de hoje. Em 2022 serão realizadas 162 apresentações artísticas e 200 ações formativas. Além dos Intercâmbios e Pensamentos Giratórios, foi lançado esse ano as Ativações Cênicas, conversas online com os artistas criadores dos trabalhos que integram essa edição, antes de sua estreia na programação nacional. Também ocorrerão até o final do corrente ano, apresentações de artistas e grupos locais, em formato digital e presencial, observando os protocolos sanitários nos estados brasileiros e no Distrito Federal. Será mobilizado durante o ano um conjunto aproximado de 103 coletivos artísticos de todo o país. A meta de produção da Unidade Operacional Sesc São Leopoldo ainda não foi contabilizada, em virtude da realização dos espetáculos, conforme circuito nacional, iniciarem somente no mês novembro.

O acervo do Sesc RS tem importante papel na conservação da memória cultural e identidade das ações realizadas na área da cultura da entidade. Com isso, espera-se que a Cultura, Arte e Educação do Sesc não seja vínculo estrito das linguagens que o Programa Cultura desenvolve, mas um instrumento intrínseco a elas, de formação contínua, sistemática e constante como prática socioeducativa da instituição.

Referências

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em paris. 10 dez.1948.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas** – Por uma teoria interpretativa da cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

PALCO GIRATÓRIO DEPARTAMENTO NACIONAL SESC. Disponível em: <<https://www2.sesc.com.br/portal/site/PalcoGiratorio/2018/Programacao-2022/>>. Acesso em 17 out. 2022. <<https://www.youtube.com/watch?v=vvKfhqQwbnA&t=17s Teaser>>. Acesso em 17 out. 2022

PALCO GIRATÓRIO SESC RS. Disponível em: <<https://www.sesc-rs.com.br/palcogiratorio/>>. Acesso em 17 out. 2022.

SANTOS, J. L. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; ed. de 1996.

SESC, Departamento Nacional. **Diretrizes Gerais do Sesc**. Rio de janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2010.

SESC, Departamento Nacional. **Diretrizes para a Educação Básica do Sesc**. Departamento Nacional do Sesc. Rio de janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019.

SESC, Departamento Nacional. **Política Cultural do Sesc**. Rio de janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2015.

AS RELAÇÕES HUMANAS COM A NATUREZA E A PANDEMIA DA COVID-19 EM ESTAÇÃO DAS TREVAS NA PERSPECTIVA DAS TEORIAS DA LINGUAGEM E DA MEMÓRIA

Cladir Gava¹

Taiza Mara Rauen Moraes²

Introdução

A narrativa *Estação das Trevas* é ambientada na cidade metafórica de *Quadrínculo*, que se converte em um microcenário onde são ressignificados dramas da humanidade na Pandemia da Covid-19. Textualidades que desvelam prenúncios e experiências simbólicas que perpassam essa enfermidade, suscitando reflexões acerca da existência humana diante de algo desconhecido e inevitável.

As tramas narrativas projetam circunstâncias que contextualizam a prosperidade veloz da região representada, impulsionada pelas tecnologias. Nos tempos da colonização, segunda metade do século XX, *Quadrínculo* era sertão que, desbravado pelos colonizadores, transformou-se em vila e depois cidade. As textualidades designam que o ambiente onde antes predominava a floresta deu espaço à agricultura familiar e posteriormente transformado em uma paisagem mista, composta pelo centro urbano e as propriedades agrícolas: “[...] era pacata como outra qualquer. Pequena, descritível, próspera, rodeada por campos de soja, algodão, trigo, milho e canavial. Com os avanços tecnológicos do agronegócio, o crescimento rápido mexeu com os habitantes” (GONÇALVES, 2022, p. 263). Prosperidade que se deu em meio à marginalização de trabalhadores do campo desencadeada, em grande parte, pelo êxodo rural e suas consequências na ruptura dos vínculos de muitos deles com a terra, resultando no aumento das populações periféricas nas cidades. Contexto que denota contradições socioeconômicas e corrupção política e, em decorrência, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais: “Assim é o progresso, afirmou o professor Zacarias: uns enriquecem e a maioria rói as unhas. Mas se vivia em um ambiente bucólico e desafiador, feito panela de pressão desregulada, pronta a explodir” (GONÇALVES, 2022, p. 263). Cenário em que a fragilização das relações do ser humano com o meio, incitada pela ambição desmedida, gera agressões à natureza e ao próprio semelhante, em imagens perpassadas pela violência que designa uma sociedade imersa no caos criado por ela mesma.

O objetivo deste texto é disseminar reflexões acerca da intertextualidade entre o romance *Estação das Trevas* de David Gonçalves e as considerações feitas por Ailton Krenak acerca da relação da humanidade com o meio natural. O estudo acerca da literatura é referenciado no núcleo teórico de Roland Barthes, assinalando as potências dessa linguagem como recriadora de mundos pelas forças oriundas dos conceitos gregos: *mathesis* (sabedoria) que indica a presença das ciências na composição literária; *mimesis* (representação) que se refere aos deslocamentos utilizados pelo texto literário na criação de imagens inspiradas no real e a *semiosis* (semiose), o simbólico que articula o jogo dos signos linguísticos produzindo significados em proveito da linguagem literária, possibilitando-lhe burlar o poder dos mecanismos reguladores da língua. Refere à literatura como escritura, assinalando que ela

-
- 1 Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.
 - 2 Mestra e Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade da Região de Joinville no curso de licenciatura/bacharelado em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

“[...] é atópica com relação à guerra das linguagens, que não suprime, mas desloca, ela antecipa um estado das práticas de leitura e de escrita, no qual é o desejo que circula, não a dominação” (BARTHES, 2012, p. 138). As reflexões foram pautadas na Semanálise de Júlia Kristeva (2012), que propõe a intertextualidade para o estudo das conexões que se estabelecem por meio do diálogo entre os textos, aprofundando as abordagens acerca das várias vozes emergentes no texto literário assinaladas por Mikhail Bakhtin (2008).

As relações do ser humano com o planeta terra

As imagens criadas pelas textualidades no romance *Estação das Trevas* suscitam reflexões acerca das angústias geradas pela desconexão do ser humano com o universo do qual faz parte. As tramas narrativas denotam que os animais considerados irracionais agem com mais sabedoria que muitas pessoas; contextualizam o período que precede a Pandemia da Covid-19 e desvelam o comportamento dos bichos ao pressentirem algo estranho que está por vir. A égua Bem-vinda troteia em um caminho tortuoso, desconfiada, com medo do homem, procura um lugar para viver até encontrar um pequeno sítio nas montanhas: “[...] naquele trote desabrido, desesperado, o Mal a perseguia. Só encontrou sossego no recanto do velho Leonardo, gente humilde, tão simples e distante do frenesi” (GONÇALVES, 2022, p. 264). O mal é o figurante invisível que incita a ambição humana desmedida; é materializado no personagem Todo-Poderoso, que figura como o homem mais rico da cidade e se converte na simbolização do capitalismo. É incapaz de se sensibilizar, comete atrocidades como mandatário de roubos, extorsões e agressões. O dinheiro lhe confere o poder e ele não mede esforços para alcançar seus objetivos. Dispõe de um esquema organizado com aparatos tecnológicos para assaltos a bancos, comercialização de armas e drogas.

Em contrapartida, esses escritos criam mundos nos quais os personagens que vivem conectados à natureza não são atingidos pelas angústias provocadas pela busca desenfreada da riqueza e do poder: “[...] os simples, os sem- vaidades, os irmãos da vida, os que passam despercebidos, os que amam sem saber pedir nada, os que sofrem alegremente, os bichos com almas não reconhecidas, os que não precisam de idolatrias... Isso é tudo – disseram os deuses e foram dormir” (GONÇALVES, 2022, p. 398). Personagens como o velho Leonardo, que “[...] sentia-se abençoado, rico, capaz de entender a floresta e os bichos, tratando-os como iguais” (GONÇALVES, 2022, p. 398). Imagens indicativas de que o afastamento entre o ser humano e a terra tem sido o grande mal da humanidade, designando que a vida está na simplicidade e na conexão com a natureza e com os traços das raízes culturais.

Essas construções da linguagem dialogam com as abordagens de Ailton Krenak que problematiza a ideia de humanidade que vem sendo construída nos últimos 2 mil ou três mil anos e assinala que os apelos do consumismo convocam as pessoas a formarem uma “humanidade zumbi” (KRENAK, 2019, p. 7). Designa que a sociedade se desprende da natureza, o que provoca o esvaziamento dos sentidos da experiência da vida. Essa sede pelo capital que incita a fragmentação das relações humanas e dessas com o meio natural desconecta as pessoas delas mesmas e dos outros seres vivos, impedindo-as de verem que há diversos seres que percebem a existência; a percepção não é uma exclusividade dos humanos. Assinala que, ao agredir seus semelhantes desconsiderando a importância da pluralidade e do respeito às diferenças presentes no meio social, as pessoas demonstram sua incapacidade de perceber que o universo é permeado por muitas culturas e que essas têm formas diferentes de se relacionar com a natureza. Indica que o capital controla a vida sobre a terra, utilizando-se do poder que vem do dinheiro para aumentar ainda mais sua fortuna. Agem como se tudo fosse comercializável, a natureza é vista como recurso, pouco importando se isso levará a terra à exaustão. E o grande avanço tecnológico em muitas situações não é utilizado em proveito da construção de relações significativas entre os seres do Planeta. Aparatos que permitem facilidades, deslocamentos rápidos, mas que, quando usados no avanço do capitalismo

desenfreado, não atribuem sentido aos movimentos e à existência humana. Alguns grupos que se posicionam como civilizados atentam contra a vida e as manifestações culturais dos povos que têm sua existência conectada ao ambiente natural, impondo-lhes inúmeras agressões, usando de todos os artifícios para destruir seus vínculos com a terra, marginalizando-os “[...] por dançarem uma coreografia estranha são tirados de cena por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida” (KRENAK, 2019, p. 16). É nesta perspectiva que a máquina estatal atua na desconstrução dos meios de organização dessas populações visando desintegrá-las da sociedade. Problematisa esse contexto em que o ser humano vem destruindo a natureza em nome do progresso e, diante disso, assinala a importância do vínculo profundo desses povos com a sua memória ancestral como base para a re(construção) da sua identificação social.

As aproximações entre o romance *Estação das Trevas* e as proposições de Krenak (2019) assinalam convergências discursivas no que se refere à abordagem da relação entre o ser humano e a natureza. Esses textos se conectam ao problematizar uma sociedade marcada pela ambição capitalista que se desvincula da terra, que desvia seu olhar dos outros seres que habitam o planeta e se lança em busca da riqueza, desconstruindo os sentidos da própria existência. Alertam para os problemas causados pela ruptura dos liames com o meio natural, indicando que, com isso, o ser humano destrói a si mesmo. Ambos apontam para a importância da conexão dos grupos sociais com os traços das raízes culturais presentes na memória como caminho para a ressignificação da existência humana.

A Pandemia da Covid-19 e a Fragilidade da Vida Humana

Estação das Trevas provoca olhares para circunstâncias nas quais o ser humano se depara com algo que não consegue compreender e muito menos controlar. A pandemia da Covid-19 expõe a fragilidade da vida e as mazelas da sociedade, marcada pelas contradições socioeconômicas, a corrupção e a violência. No início, o negacionismo: “Inconcebível, o vírus jamais chegaria no vale. Quem, no mundo, sabia da existência de *Quadrínculo*?” (GONÇALVES, 2022, p. 266). Mas chegaram os tempos sombrios de pavor e morte: “Trevas e escuridão. As pessoas se entregavam ao medo. Depressão. Descaminhos. Desamores. Todos haviam perdido a percepção das belezas do mundo. Esperava-se, a cada dia, mais mortos. Desesperanças. Nada além do horizonte. Paredes escuras cegavam” (GONÇALVES, 2022, p. 370). Em contrapartida, há os personagens que planejam explorar a morte para aumentar sua fortuna. Todo-poderoso aproveita-se para ganhar mais dinheiro com a abertura de um negócio funerário. Trata de infectar os adversários com o vírus mortal. Insere o filho na vida política sabendo que isso o fortaleceria para aumentar ainda mais sua fortuna e seu poder fazendo uso da máquina estatal. Indica a ambição desmedida, a corrupção; o capital prospera e o poder se fortalece às custas da dor de muitos: “Tudo isso no meio do avanço da pandemia. Alguém dos mandatários estava preocupado com o vírus? Os mortos, entretanto, começam a sobressair, e a população mergulhava nas trevas” (GONÇALVES, 2022, p. 272).

Os escritos de David Gonçalves fluem da oralidade manifestada nas histórias que o povo conta e que se inserem na memória coletiva. *Estação das Trevas* ressignifica circunstâncias da Pandemia da Covid-19 por meio de contrapontos acerca das origens dessa doença, os sintomas, o que dizem as pessoas do povo, as reações das autoridades, as políticas públicas, as controvérsias, os usos das ciências e das tecnologias, os impactos na economia, os reflexos nas relações sociais e na cultura no microcenário de *Quadrínculo*, projetando experiências simbólicas que representam um contexto mundial.

As abordagens de Krenack sobre as agressões aos povos da floresta indicam que a exclusão das populações identificadas como inferiores faz parte da história em diversos contextos, como se percebe na colonização no Brasil, excluindo os grupos marginalizados, em detrimento de outros que se afirmam como dominantes.

A pandemia da COVID-19 expôs grupos sociais fragilizados diante da eminente possibilidade de contágio, os mais idosos, os que têm comorbidades, os povos da floresta, os que não têm acesso às tecnologias, os que não têm plano de saúde ou que não podem usar os benefícios totais desses planos. Contexto em que partes da população são excluídas e não têm seus direitos plenos garantidos e, portanto, são mais afetadas, tornando-se mais vulneráveis à morte. Remete às políticas que determinam quais os grupos sociais que podem viver melhor e quais os que devem morrer. Essa morte se dá não somente na perda da vida propriamente dita, mas pela falta de acesso aos direitos iguais e pela aniquilação das suas culturas. Krenak (2019) denuncia que a exclusão desses grupos desrespeita as diferenças entre as culturas presentes no meio social, que não são valorizadas como componentes de uma sociedade caracterizada pelo pluralismo desprezado pelo poder.

Considerações

Em *Estação das Trevas* as tramas narrativas são permeadas pelas falas de personagens que denotam diversos pontos de vista emergentes nas relações sociais na Pandemia da Covid-19. Obra aberta que suscita reflexões sob diferentes ângulos acerca desse episódio, dialogando com as diversas áreas do conhecimento acerca das questões que envolvem a vida e a morte. As imagens criadas em *Estação das Trevas* desvelam uma sociedade que prioriza o lucro e aprofunda as desigualdades sociais, provocando olhares para a fragilidade da vida, a intolerância da sociedade frente às diferenças, a importância da conexão com a natureza e com os traços das raízes culturais, demarcando aproximações com os estudos de Krenak (2019). Abordagens que designam perspectivas de reflexão acerca das questões diversas que perpassam circunstâncias traumáticas da humanidade e que requerem o diálogo entre as linguagens e entre essas e as ciências. A escritura projeta imagens que criam mundos inspirados no real, por meio do jogo com os símbolos linguísticos, como indica Barthes (2012). A potência do texto literário atribui novos significados ao real e, portanto, a literatura ressignifica a vida.

Referências

- BAKHTIN, M. [1. ed 1963]. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARTHES, R. **Aula**. Aula inaugural de semiologia literária do Colégio de França. 7/01/1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GONÇALVES, D. **Estação das trevas**. Joinville: Sucesso Pocket, 2017.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRISTEVA, J. [1. ed 1969]. **Introdução à semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

A MATERIALIDADE DO VESTUÁRIO: ASPECTOS MEMORIAIS DA HISTÓRIA DA MODA NA DÉCADA DE 1980

*Laiana Pereira da Silveira*³

*Francisca Ferreira Michelin*⁴

Considerações iniciais

O vestuário, um fenômeno social e forma de linguagem⁵ (LURIE, 1997) que circula diariamente entre os mais diversos grupos de atores sociais, traz consigo uma importante característica que auxilia no exercício mnemônico individual e coletivo, a materialidade. Roland Barthes (2005) evidencia que, “o vestuário é sempre implicitamente concebido como o significante particular de um significado geral que lhe é exterior (época, país, classe social)” (BARTHES, 2005, p. 262). Suas características físicas são evidências visuais, e uma das formas que tornam possível o uso de uma peça de roupa como um suporte físico à memória. Lembrar da infância, lembrar de uma festividade, lembrar de uma estação ou de uma região específica, em diversos momentos essas lembranças cotidianas estão associadas ao vestuário por fazerem parte dos signos urbanos (VOLPI, 2014).

Neste estudo, foi observado as relações existentes entre o vestuário, a memória e a cultura material, considerando o espaço urbano da cidade de Pelotas, situada no estado do Rio Grande do Sul. Partindo dos relatos de um grupo de mulheres, possuidoras de um bem em comum, o vestuário. Peças de roupas da época delimitada para o estudo, preservadas em seus acervos particulares, como forma de manter viva a memória do momento experienciado. Compreendendo aqui o acervo como “o conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo” (POSSAMAI, 2020, p. 47).

Norteando a pesquisa pela perspectiva da cultura material de Marcus Dohmann (2013) e José Reginaldo Gonçalves (2007), tal perspectiva elucidada a presença constante dos objetos no cotidiano das sociedades (DOHMANN, 2013; GONÇALVES, 2007), e neste caso específico, estudando a categoria de objetos mais próxima ao corpo, o vestuário.

Daniela Calanca (2008) defende que, “as roupas, os objetos com os quais cobrimos o corpo, são as formas pelas quais os corpos entram em relação entre si e com o mundo externo” (CALANCA, 2008, p. 17). Esta categoria, inicialmente, relacionada aos objetos do cotidiano, pode vir a servir como suporte memorial de diversas maneiras. Dentre esses diferentes aspectos memoriais, encontrados ao final de um estudo maior que foi a dissertação de mestrado⁶ da autora, notou-se a frequente presença de menções relacionadas a materialidade, sendo assim, esse estudo abordará os resultados referentes a essa categoria e serão discutidos de forma sucinta aqui neste artigo.

3 Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (Universidade Federal de Pelotas). Designer de Moda (Instituto Federal Sul-rio-grandense). E-mail: <laianasilveira@gmail.com>

4 Doutora em História (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Mestre em Artes Visuais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (Universidade Federal de Pelotas). E-mail: <fmichelon.ufpel@gmail.com>

5 “Por milhares de anos os seres humanos têm se comunicado na linguagem das roupas” (LURIE, 1997, p. 19).

6 SILVEIRA, Laiana Pereira da. O vestuário como suporte de memória: lembranças da juventude pelotense (1980-1989). **Dissertação** (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8482>>.

Os resultados que aqui serão apresentados e discutidos, surgiram de criteriosos procedimentos metodológicos, escolhidos cuidadosamente, com o objetivo de ser o mais adequado para responder as inquietações existentes ao longo da pesquisa. Portanto, os caminhos que foram percorridos para realizar as coletas de dados foram: pesquisa bibliográfica e documental em fonte primária (jornais), formulário e entrevista, e por fim, as análises realizadas por meio dos procedimentos de Laurence Bardin referentes a análise de conteúdo.

A materialidade e a história da moda

O ponto de partida deste estudo, destaca a visão de Dohmann (2013) sobre as “coisas” e como o autor acredita que os objetos são fiéis companheiros, bem como, constituem o cotidiano dos indivíduos (DOHMANN, 2013). Dohmann (2013) define que, “objetos ou coisas sempre remetem a lembranças de pessoas ou lugares” (DOHMANN, 2013, p. 33), formando então uma consistente colcha de retalhos das nossas memórias.

Assim como Dohmann (2013) apresenta o objeto como uma presença consolidada no cotidiano humano, Rita Morais de Andrade (2021) enfatiza o fato de que o vestuário se faz “um elemento universal da cultura humana” (ANDRADE, 2021, p. 16). A relação existente entre o vestuário e a cultura material é antiga,

Passamos a saber mais sobre a produção da cultura material dos povos da antiguidade (de acordo com o periodismo europeu) a partir do século XIX, quando expedições arqueológicas observaram e coletaram materiais que informam, entre outras coisas, o que vestimos no passado (ANDRADE, 2021, p. 17).

Através de estudos acerca do vestuário, é possível descobrir sobre as tecnologias de determinado lugar e período de tempo, considerando as formas de produção das roupas, bem como, identificar as procedências da matéria-prima, pois alguns tipos de tecidos são característicos de determinadas regiões. Assim como, determinados períodos estipulavam as cores como forma de distinção social, podendo assim, identificar o uso do vestuário como forma de status e hierarquização de determinada sociedade como as leis suntuárias existentes após o final da Idade Média.

A partir dessa compreensão e entendendo o acervo como algo composto por bens preservados, constituído de valor, podendo ser histórico, cultural, entre outros fatores, neste caso especificamente, afetivo. Assim sendo,

A existência de acervos envolve, por um lado, um acúmulo realizado no decurso do tempo, quer por pessoas, grupos, associações ou instituições. Por outro lado, a perenidade de qualquer acervo é assegurada pelo desejo de conservação e pela atribuição de valores, por indivíduos, instituições e pela sociedade, ao conjunto reunido” (POSSAMAI, 2020, p. 47).

Diante disso, e pensando então nos resultados encontrados na análise de conteúdo realizada nas transcrições das entrevistas, notou-se que um dos aspectos predominantes nas memórias sustentadas pelo vestuário, estava relacionado as características materiais, elementos específicos da construção da roupa guardada. Unindo aqui, os estudos realizados nas fontes históricas e nas bibliografias consultadas, e a formação da pesquisadora, aos relatos sobre a materialidade das roupas, se confirmavam, por exemplo, pertencerem ao período histórico investigado.

Portanto, considerando que determinados relatos eram marcados de detalhes sobre o vestuário, como o de uma das participantes desse estudo que compartilhou o seguinte, “ombreiras era totalmente

década de 80, eu casei em 85 e as coisas eram todas de ombreiras, as roupas eram bem assim tudo era grande, babado, ombreiras, gola, tudo era exagerado” (Entrevistada 2, 2021), pode-se perceber o que Dohmann (2013) diz sobre objetos remeterem a lembranças, nesse caso, de um acontecimento marcante.

Ou seja, nesse relato o volume nas mangas, que marcou o período da história da moda aqui estudado, foi um elemento marcante nas memórias dessa participante por fazer parte do seu vestido de noiva. E fica evidente que não só as ombreiras eram uma característica forte da década de 1980, como os exageros de forma geral. As autoras Schmitt e Sanchez (2019) falam sobre os aspectos de consumo e comportamentais desse período, datado na história da moda pelos excessos presentes no vestuário,

A moda da década de 1980 é definida e reconhecida pela exuberância, ostentação e extravagância no modo de vestir. O culto ao corpo e a popularização das academias provocou um verdadeiro boom em relação à moda esportiva. Faziam sucesso as ombreiras (indispensáveis ao power dressing, equivalente feminino ao visual executivo) e o uso constante de roupas largas e coladas (SCHMITT; SANCHEZ, 2019, p. 240).

Ainda que saibamos a interferência que a moda de um período sofre das modas anteriores, e como a situação social interfere nas práticas de consumo das sociedades, bem como, questões específicas relacionadas as regiões, como o clima, num país como o Brasil, extenso em sua territorialidade, é importante frisar que os estudos aqui elaborados são referentes a uma sociedade de uma localidade específica. Portanto, alguns elementos podem aparecer com mais frequência, enquanto que outros, ditados como a moda da década, podem aparecer menos.

A materialidade trouxe aspectos específicos, como o conforto, a qualidade, as formas, as estruturas, as cores, a marca do produto, as sensações geradas pelo toque do tecido na pele. Dentro do grupo de entrevistadas, uma das participantes falou sobre duas peças específicas de vestuário, no relato ela diz, “*me marcou muito, tu usava a minissaia godê colorida ou tu usava uma Wrangler, a marca Wrangler era uma marca chique*” (Entrevistada 1, 2021). Além do relato trazer informações sobre a modelagem da peça – crucial para o desenvolvimento bem feito da roupa, atribuindo ou não volume – a saia godê tem como característica principal, o volume.

Enquanto que a outra peça mencionada, identificada pelo nome da marca, referia-se a uma calça jeans da marca Wrangler, que era uma marca estadunidense que chegou no Brasil no início da década de 1980, e tinha uma grande procura pelo público jovem (SILVEIRA, 2022). E o que tornava a calça um diferencial na época, era justamente a etiqueta da marca, posicionada na parte de trás da peça. Tornando então, um objeto de vestuário pertencente ao uso cotidiano, um representante de status.

Considerando que a pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2020 e 2022, boa parte da coleta de relatos orais foi realizada no formato virtual devido ao período pandêmico vivido. Mas, uma das entrevistas foi realizada de forma presencial, e foi quando, uma das autoras teve a oportunidade de conhecer o acervo particular de uma dessas mulheres. Composto por roupas exclusivas, feitas a mão, trazendo à tona a questão do artesanal e da peça única. Uma das peças guardadas, um conjunto usado na formatura da Entrevistada 3, ainda que modificado por preferência da possuidora, ele possuía sua etiqueta original.

Figura 1 – Verso da etiqueta de roupa



Fonte: acervo pessoal das autoras.

E na etiqueta da peça era possível visualizar informações como a marca (frente da etiqueta), e também informações como ser uma peça exclusiva, a cidade onde localizava-se a marca e instruções de lavagem (Figura 1). Esse caso em específico era diferente dos demais, pois a entrevistada, apesar de ter guardado o conjunto em questão, que foi usado na sua formatura de faculdade, posteriormente, ela foi reformulando as modelagens aproveitando o tecido, para não perder o uso. Segue o relato:

Essa roupa eu usei mais vezes até que eu comecei a ganhar mais peso e mais medidas e não foi mais possível, e depois a última vez que eu usei foi só a saia porque aí ela foi transformada numa saia envelope porque a saia godê poncho ela tem muito tecido né mas aí envelope a gente aproveitou, hoje nem não me serve mais a não ser que eu troque o botão de lugar (Entrevistada 3, 2021).

Como relato de experiência da pesquisa de campo, enquanto era realizado o registro fotográfico das demais peças guardadas pela participante, a mesma vestiu a saia da formatura por cima da roupa, relatando que ainda era possível usar sem necessitar de uma nova alteração de modelagem. Enquanto que as demais peças guardadas no seu acervo, a trajetória do uso da saia foi diferente, houve intervenção intencional da sua possuidora, para que pudesse prolongar seu uso. A respeito disso Cumming (2004) traz que,

Quando a bainha de uma é roupa é alterada ou uma manga é cortada, é possível inferir um desejo da usuária de atualizar a silhueta da roupa. Mesmo a mais simples modificação sinaliza um desejo de reaproveitamento, resultando em um prolongamento da vida do artefato, evitando, assim, seu descarte (CUMMING, 2004 *apud* BENARUSH, 2012, p. 115).

Nesse caso, fica evidente através do relato, o desejo de continuar usando, e que isso foi possível devido ao corte inicial da peça, que era uma saia godê. A modelagem da saia godê torna essa alteração possível, por ser duas vezes a altura do comprimento da saia, sendo assim, possuindo bastante tecido. Conseqüentemente, a atualização da modelagem da peça, prolongou o uso da saia, diferente dos demais relatos em que todas as peças estavam guardadas devido ao valor afetivo e sem o uso.

A preservação do que vemos está diretamente ligada a linguagem das roupas, Lurie (1997) percebe no vestuário do outro que “registra a informação inconscientemente” (LURIE, 1997, p. 19), assim como o outro, registra através dessa percepção do vestuário de terceiros. Por meio dessa comunicação visual da imagem projetada pelo indivíduo através da construção da sua identidade com a ajuda do vestuário, que é possível perceber questões relacionadas a classe social, origem, gênero, cultura, ocasião ao qual

está vestido, tudo devido a esse “sistema não-verbal de comunicação” (LURIE, 1997, p. 19).

Portanto, diante dos relatos apresentados e da análise realizada, foi possível identificar a importância que os aspectos materiais tem sobre esses objetos de vestuário pertencentes a esses acervos particulares. Compreendendo essa categoria da materialidade, como fundamental na construção de uma roupa, desde sua concepção através da modelagem, e escolha da matéria-prima, as formas de conservação, sua durabilidade enquanto manuseada e após seu uso, quando guardada.

Considerações finais

Os acervos particulares destas mulheres ajudam-nas a preservar suas memórias. Elas optaram por guardar esses vestuários como forma de se manterem-se conectadas ao passado, conservando o momento vivido por meio de um objeto. Guardar para lembrar, Benarush (2012) discorre que, “quando guardamos roupas antigas, estamos apegados ao seu valor simbólico” (BENARUSH, 2012, p. 115), acontecimentos importantes muitas vezes são os motivos por trás dessa escolha por guardar, como o casamento e a formatura.

Aqui retomamos a ideia de Dohmann (2013) de que objetos podem ser fiéis companheiros. E a ideia de acervos de Possamai (2020), considerando essa preservação de objetos ao longo do tempo, visto que, os vestuários aqui guardados possuem de 30 a 40 anos de existência. Assim como, foi verificado por meio do levantamento histórico, os relatos e as descrições de vestuário, estavam de acordo com o que foi encontrado tanto nas bibliografias de história da moda, quanto no jornal local consultado.

A materialidade do vestuário conservado nesses acervos, era um aspecto que sempre esteve em evidência nas entrevistas. Neste estudo, os relatos descrevendo particularidades de cada peça, tornaram possível confirmar o período da história da moda estudado. Assim como acervos particulares, acervos de instituições museológicas públicas e privadas, que possuem objetos de vestuário, podem servir como fontes de pesquisa para historiadores da moda.

Alguns exemplos que já foram utilizados como fonte de pesquisa são: o paletó do pijama de Getúlio Vargas usado na noite de seu suicídio, que possui o furo da bala e a mancha de sangue do acontecimento, mantido em exposição itinerária devido a questões de conservação, no Museu da República; e o vestido de Maria Bonita, que faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional.

Portanto, além das conclusões realizadas acima, é possível refletir também sobre a importância que acervos têxteis históricos têm para preservação e estudos sobre história, memória e materialidade. Possamai (2020) afirma que, “graças aos acervos existentes, seja no Brasil ou em outros países, muito conhecimento científico foi produzido, bem como novas investigações geraram mais acervos” (POSSAMAI, 2020, p. 49), sendo essa uma outra potente discussão.

Referências

ANDRADE, R. M. de. O vestuário como assunto: um ensaio. In: ANDRADE, R. M. de.; CABRAL, A. M.; CALAÇA, I. M. G. di. (Orgs.). **O vestuário como assunto: perspectivas de pesquisa a partir de artefatos e imagens**. [recurso eletrônico]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

BARTHES, R. **Inéditos**, vol. 3: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENARUSH, M. K. A memória das roupas. dObra[s] – **revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, v. 5, n. 12, p. 113-117, 2012.

DOHMANN, M. A experiência material: a cultura do objeto. In: DOHMANN, M.; Et al (Orgs.). **A experiência material: a cultura do objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. p. 31-48.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

LURIE, A. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

POSSAMAI, Z. Patrimônio e acervos. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.). **Dicionário Temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

SCHMITT, J.; SANCHEZ, G. Gênero e moda: do binarismo à tendência agender. In: SILVA, C. B. da.; MONTELEONE, J.; DEBOM, P. (Orgs.). **A história na moda, a moda na história**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 229-246.

SILVEIRA, L. P. da. O vestuário como suporte de memória: lembranças da juventude pelotense (1980-1989). **Dissertação** (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

VOLPI, M. C. As roupas pelo avesso: cultura material e história do vestuário. dObra[s] – **revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, v. 7, n. 15, p. 70-78, 2014.

A PAISAGEM CULTURAL DE CANOAS/RS: UM RECORTE SOBRE O BAIRRO CENTRO

Luiza Sittoni Schutz⁷

Patrícia Kayser Vargas Mangan⁸

A paisagem e os sentidos humanos

A paisagem é a relação do homem com a natureza. A forma como isso se dá é primeiramente pelo sentido da visão, que faz o enquadramento da cidade pelos pontos principais, como o centro cívico, grandes parques e praças. Ao ler o livro “Os Olhos da Pele: a Arquitetura e os Sentidos”, de Juhani Pallasmaa, é possível entender por que culturalmente existe uma dominação do campo visual com relação aos demais sentidos humanos. No exemplar, nossa leitura fica dividida basicamente em duas partes: a primeira o autor traz a visão como sentido primordial, e na segunda parte o tato.

A pele é um dos órgãos mais antigos e pioneiros das sensações que hoje temos. Ao vermos uma superfície irregular, automaticamente nosso sistema detecta a sensação que teríamos ao tocá-la, por exemplo. Para o mundo filosófico, a visão é o sentido mais importante que podemos ter. É a partir dela que os outros sentidos se complementam. Na Grécia Antiga observamos os templos. Estes templos estão voltados aos sentidos de visão e tato. No Egito antigo cultuavam a vida na Terra apenas como uma passagem para a vida espiritual no qual seus templos foram edificadas projetando seu futuro. Tanto na Grécia, Egito ou mesmo em Roma, havia um culto ao belo e ao harmonioso através da interação dos elementos que compõem a paisagem, como a natureza e as intervenções humanas. Uma essência de paisagem urbana através da arquitetura. Essa visão de arquitetura privilegia o sentido da visão (sentido principal, de certo modo irreversível), mas de forma análoga à experiências mais tradicionais e não imersivas de museus, outros sentidos não são a rigor contemplados a necessidade da confirmação da mente, a incapacidade de satisfação da visão, o intermédio do tato para veredito.

A arquitetura é um marco na existência humana, definindo a passagem do tempo na história, a caracterização de um povoado. Para alguns pensadores como David Micheal Levin e David Harvey, as edificações contemporâneas estão perdendo a conexão com a sociedade, estando alienada no espaço. Com a evolução tecnológica, ela não ficou para trás. Os projetos antes feitos à mão, hoje são feitos em programas computacionais próprios, o que limita o processo criativo dos técnicos por impor limites e restrições na modelagem, prejudicando a singularidade que cada desenho deve ter. As construções contemporâneas deixaram de lado a sensibilidade com o corpo (o que causa um impacto em uma perspectiva visual), devido a um desequilíbrio dos sentidos. A atual era tem a capacidade de brincar com o tempo e espaço, fazendo com que a nossa arquitetura se perca, até mesmo pelos materiais mais resistentes por conta do fomento de tecnologias. Como diz JACOBS (2011, p. 209) “*O tempo pode transformar o espaço adequado para uma geração em espaço supérfluo para outra. O que é lugar-comum nas edificações de um século torna-se aberração no seguinte*”. Houve uma extinção de representação, de identidade através de materialidade. Nossa memória coletiva fica desmerecida nesta época onde há uma industrialização em massa.

7 Luiza Sittoni Schutz é Arquiteta e Urbanista, especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Universidade Luterana do Brasil. É mestranda em Memória Social e Bens Culturais pela Unilasalle Canoas/RS. e-mail: <luiza.201400364@unilasalle.edu.br>.

8 Patrícia Kayser Vargas Mangan é doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas-UFRJ. É professora permanente do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle (Canoas/RS). e-mail: <patricia.mangan@unilasalle.edu.br>.

Quando chegamos na segunda parte do livro, temos como protagonista o sentido do tato. A visão, que na parte anterior era o sentido principal, agora não passa de uma extensão da pele. A nossa mente quando ativada pela nossa visão nos leva a imaginar e a sentir algo que não estamos ligados. Este é um resultado que é nos proporcionado pelo sentido do tato. Sem esta informação não teríamos noção de superfície, profundidade e proximidade, seria uma visão vaga e distante. Observamos ao ler as páginas iniciais, agora da parte que se segue, que o corpo humano delimita um espaço e esse espaço é o que torna característico um lugar. Esta caracterização está ligada à arquitetura, pois ela é a comunicação do corpo com o mundo externo, sendo os lugares elementos simbólicos, conforme ilustro abaixo com Otávio Costa (2003):

O símbolo presente na paisagem pode também ser definido como um elemento mediador entre os diferentes registros da experiência e a comunicação humana. A experiência e a comunicação humana tem uma dimensão irreduzivelmente espacial: o mundo conhecido e imaginado que a atividade humana convertem em um complexo de significados, manifestos em uma realidade geográfica que são representadas através de suas categorias paisagem e lugar, suportes privilegiados do processo de simbolização, da conversão em símbolos dos elementos concretos presentes no cotidiano (COSTA, 2003).

Nas formas arquitetônicas encontramos o silêncio, o mesmo que nos remete a nossa existência e ao nosso fim. É uma arte que perdurará mais que o indivíduo que a tem e a arte em que a obra é objeto de interação com o criador. O som nos faz presente no ambiente. Ele nos coloca em contato com os espaços vazios e cheios. Ao escutarmos um trem passar, por exemplo, conseguimos ter a percepção de quão longe está se distanciando e para isso não precisamos estar enxergando. Já o sentido do olfato nos leva às memórias que foram esquecidas, mas não excluídas, nos fazendo reviver mentalmente um fato ocorrido. Cada lugar no mundo tem um odor característico. É peculiar o fato de que algumas coisas são parecidas devido à sucessão e mistura de cheiros, nos levando a realidade tradicional do dia a dia.

O paisagismo e até mesmo as grandes estruturas são moldadas pelo corpo. Desde tempos passados, o homem habituou-se a construir e moldar a sua moradia a partir do corpo humano. Hoje as construções estão voltadas mais para o bem-estar dos olhos do que do corpo. As necessidades da moradia estão ficando em segundo plano, a funcionalidade do espaço tende a se adequar ao ambiente já construído. A ação dentro de uma edificação nos dá a sensação de inter-relação. Ela tem limite e regra. Mas ela não pode ser apenas funcional. Ela tem que saber a sua utilidade no espaço e os seus mistérios terão de provocar os nossos sentidos e o nosso mundo imaginário. É uma mistura da objetividade da obra com a mente do observador. A arquitetura é onde nos encontramos, nos escondemos e nos situamos. Ela nos coloca no tempo e no espaço, e nos faz existir. É a partir dela que distinguimos classes, poder e cultura. É a partir dela que temos uma união e uma separação de povos e sociedades, que nos revela a nossa identidade e nos faz sermos humanos. Entendemos que no mundo antigo os fenômenos da natureza não poderiam ser controlados, apenas contemplados, numa relação de respeito. As civilizações foram se moldando através dessas relações do homem com o meio ambiente, com a junção de seus edifícios com o entorno. A mobilidade urbana, objeto de pesquisa desta dissertação, é um tema que foi pensado pela gestão pública quando se teve a necessidade de ordenar as cidades. Com Canoas não foi diferente. Para contextualizar, apresento breves referências históricas sobre a cidade.

A paisagem cultural tombada do Bairro Centro de Canoas

O município foi oficialmente fundado em 27 de junho de 1939, sendo em 15 de janeiro de 1940 a instalação do município. Anteriormente a sua emancipação, a cidade foi habitada por povos

indígenas. Em 1733, ano em que é marcado pela evolução econômica, destaca-se que a partir de grandes proprietários de terras ou sesmeiros que deveriam possuir casas, currais e gados, instalou-se no lado direito da foz do Rio Gravataí, Francisco Pinto Bandeira, onde a partir de suas terras o município de Canoas se formaria. Conforme cita SILVA (1989, p. 70) *“Além disso, Pinto Bandeira foi daqueles primeiros povoadores que vieram tomar posição em pontos estratégicos, tapar passagens, como dizem os documentos, para impedir o passo ao castelhano e ao índio”*. Depois do seu falecimento as terras foram divididas e se originou ali um povoado.

O traçado urbano se manifestava de modo livre, revelando grande referência da instalação da população em Laguna oriunda de São Paulo de domínio lusitana, levando em consideração a topografia de onde se encontravam os lotes e a relevância das edificações. A posteriori, com a vinda dos militares, este desenho da cidade se dá de maneira mais rígida, mais organizada, onde os prédios mais importantes dominavam os quarteirões centrais. Em Canoas, o início deste delineamento se deu nas chácaras de veraneio no entorno da Estação das Canoas *“cuja área central foi ampliada, em 1895 por Israel Rodrigues Barcelos Schell e Olavo Plácido Ferreira a partir dos primeiros loteamentos do povoado (tanto a leste quanto oeste) e, posteriormente, com seus loteamentos subsequentes”* (HOFMANN; MARCOS; VALENTE, 2019, p. 11).

Entre 1930 a 1950 houve uma grande expansão dos seus loteamentos nos territórios da cidade, mas não de forma homogênea, como consequência da necessidade de mão de obra operária, onde os alojamentos se situavam próximos às fábricas que se instalaram nos seus primórdios próximo ao Rio Gravataí. A procura por trabalho na capital do estado foi facilitada pela construção da ponte que passa pelo rio Gravataí no ano de 1931, facilitando o acesso rodoviário da cidade com Porto Alegre. Em 26 de novembro de 1871 começaram os trabalhos para a construção da estrada de ferro que ligaria São Leopoldo a Porto Alegre, onde uma de suas paradas seria o Capão das Canoas, atravessando a Fazenda Gravataí do Cel. Vicente Ferrer da Silva Freire. Outro marco importante foi a vinda dos militares para a cidade em 1937, com a instalação do Terceiro Regimento de Aviação Militar. Com o propósito de atender as demandas provenientes dos familiares dos militares, o território precisava de uma nova configuração de sua infraestrutura a partir daquela década.

Para o primeiro prefeito de Canoas, Edgar Braga da Fontoura, lhe foi entregue uma cidade sem precedentes, sem infraestrutura, ainda com tudo por fazer, conforme VIEGAS (2011, p. 71) *“Na cidade em que tudo estava por fazer, o primeiro passo era o de, naturalmente, refletir sobre como fazer tudo. Neste sentido, investigou-se como a estrutura pública se articulou para concretizar medidas urbanas providenciais”*. Foram excluídas algumas áreas de serem urbanizadas em função da linha férrea. Os tumultos pela decisão de onde seria o centro cívico da cidade, fez com que o prefeito da época fosse exonerado do cargo, por cogitar desenvolvê-lo afastado dos trilhos do trem. O prefeito sucessor Aluizio Palmeiro Escobar que teve seu exercício marcado pela enchente que assolou grande parte da população canoense em 1941, cogitou a instalação de um centro cívico no alto da rua Santos Ferreira, mas os comerciantes locais se opuseram à decisão, tornando o centro histórico da cidade até os dias atuais enclausurada entre a BR 116 e o trensub. Em 2009, a cidade teve seu primeiro bem cultural tombado, porém, as preocupações com o patrimônio cultural da cidade já foram pensadas pelo prefeito Hugo Simões Lagranha em 1968 com a instalação do Monumento do Avião, como ponto turístico para o município.

Com as divisões territoriais do município e seu crescimento populacional avançando cada vez mais, se viu a necessidade da criação de um Plano de Urbanização, atribuído ao Conselho Municipal de Urbanismo, conforme Lei 993/65. Em 1967, Canoas recebeu do Comando da 1ª Divisão de Levantamento do II Exército, a carta aerofotogramétrica do município, o que permitiu melhor conhecimento da situação local e das propriedades existentes (HOFMANN; MARCOS; VALENTE, 2019, p. 17), colaborando

com o Escritório Técnico de Planejamento Municipal (ETEPLAM, Lei 1112/68) a elaboração do Plano Diretor de Canoas. Os conteúdos acerca do Plano Diretor foram aprovados em 1972, sendo este um plano regulador, conforme cito novamente HOFMANN; MARCOS; VALENTE (2019, p. 17) “tratando da orientação e do controle do desenvolvimento territorial do município”. Mas somente em 1995 com a Lei 3.976 e Lei 3979, Canoas teve um documento que orienta e regulamenta o parcelamento do solo urbano, assim como o seu código de obras. No entanto, somente 36 anos depois Canoas teria um novo Plano Diretor (HOFMANN; MARCOS; VALENTE, 2019, p.17). Em 1994 o Plano Diretor dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico municipal, mas apenas no plano de 2008 as edificações são mencionadas. As ações de preservação do seu patrimônio vieram com o intuito de salvaguardar a identidade da cultura do povo canoense, através de sua memória, sua história, suas paisagens culturais e suas edificações. Entre as edificações tombadas que compõem o patrimônio da cidade, no bairro Centro, destaco a Villa Mimosa (Decreto 635/2009), Casa dos Rosa (Decreto 752/2009), Casa Wittrock (Decreto 293/2010), Antiga Estação do Trem (Decreto 311/2010), Prédio da Prefeitura (Decreto 491/2010), a Igreja São Luiz Gonzaga (Decreto 519/2010) e a Villa Joana (Decreto 275/2014).

Figura 1: Rota cultural de bens tombados em Canoas



Fonte: GOOGLE MAPS/ O autor (2022).

Excluindo o Prédio da Prefeitura, podemos propor uma rota cultural a pé aos bens culturais tombados, em apenas 19 minutos de percurso, conforme ilustrado na figura acima. Se pensarmos em caminhar até a Prefeitura, adicionaremos mais 10 minutos de caminhada, no sentido norte. Seguindo pela ordem dos decretos de tombamentos, encontramos a casa da família Ludwig, a Villa Mimosa (Decreto 635/2009), de Frederico Ludwig e sua esposa Arminda Genuína (conhecida como Mimosa), desabitada desde 1999. Antes casa, domicílio, residência. Hoje Casa das Artes Villa Mimosa. Mas o processo de patrimonialização deste bem foi tumultuado por questões de interesse político e o desmembramento do lote em duas partes para a construção de um condomínio vertical. Sempre houve uma preocupação da família Ludwig com a conservação e manutenção da propriedade, esta que “comportava cerca de 8.000 m² de Mata Atlântica nativa até meados de 2010” (GRAEBIN, GRAEFF, GRACIANO, 2014, p. 10). Apenas no ano de 2009 é criada a Secretaria Municipal de Cultura e da Equipe de Patrimônio Histórico (EPH). A Lei 3.875/94 era o impedimento no processo de tombamento, pois não estava regulamentada. O Conselho Municipal de Cultura trabalhava na sua regulamentação, porém com a transição política da gestão do município, alguns obstáculos são criados. O lote tombado foi entregue para a Prefeitura,

onde a casa da família Ludwig foi convertida em Casa das Artes Villa Mimosa, sendo o primeiro espaço cultural multiuso e a primeira edificação tombada da cidade de Canoas.

O Museu Municipal Parque dos Rosa, abriga a Casa dos Rosa, restaurada e tombada pelo Decreto 752, datado de 13 de setembro de 2009. Essa casa era de propriedade do antigo engenheiro, construtor da estrada de ferro e fica próxima a antiga Estação do Trem de Canoas, denominada Capão das Canoas. O nome “dos Rosa” é em homenagem à família de Antônio Lourenço Rosa, quando adquiriu a casa em 1893. Ela tinha uma arquitetura no estilo chalé e foi veraneada por Décio Rosa até 1979, sendo a edificação mais antiga do município.

Hoje a casa abriga o acervo do Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, com exposições permanentes, um café e salas multimídias. No pátio externo do Parque, foi projetado um playground infantil e uma rota ao redor da casa com obras de arte do artista plástico Pedro Girardello.

Outro bem tombado do município é a Casa Wittrock, pelo Decreto 293 de 2010. O imóvel era uma antiga fábrica de cadeiras, conforme ilustrado na imagem abaixo, “*tirada entre junho e agosto de 1943, em frente à antiga Fábrica de Cadeiras Witrock, na Rua Domingos Martins. À frente, funcionários da fábrica*”. (PENNA, 1996, p. 99):

Quando o município começou a ser povoado, uma das primeiras famílias a se estabelecerem perto da estação férrea foi a de Jorge Gotthel Henrique Wittrock, que comprou uma área de terra, instalando um hotel e uma casa de negócios. Até meados de 2009 o local teve como atividade uma escola de música, e depois havia uma promessa de museu, o que justificaria o legado da família ligados ao teatro e de origem alemã. Sobre o museu, a Secretaria da Cultura não tem propriedade sobre o imóvel, pois apesar de ser tombado, é de direito privado.

A Antiga Estação de Trem teve seu prédio tombado pelo Decreto 311 de 14 de abril de 2010. A edificação foi construída nas terras da Fazenda Gravataí em 1934 e era a primeira estação de trens da estrada de ferro, sendo inaugurada no ano de 1874 pela empresa The Porto Alegre and New Brazilian Railway. Tudo começou a partir dessa Estação, o povoamento da cidade, os pequenos loteamentos e formação de vilas, hotéis, casas, sendo a Vila Capão das Canoas um ponto de veraneio. Sucintamente, uma pequena linha do tempo de acordo com as informações retiradas no site da prefeitura de Canoas, (CANOAS, 2022):

- Em 1885 os trens ligavam Porto Alegre a Canoas aos domingos;
- Em 1905 a Cie. Auxiliaire assumiu as linhas da estação;
- Em 1909 até 1937 trabalharia nas linhas de Caxias e Porto Alegre - Uruguaiana
- Em 1920 a VFRGS assumiu as linhas da estação;
- Em 1934 é inaugurada uma nova estação, maior que a anterior
- Após 1937 atenderia apenas as linhas para Caxias e Canela
- Em 1939, Canoas vira município
- Em 1970 estava desativada, sendo usada apenas para embarque e desembarque
- Em 1983 foi recuperada pela Trensurb, mas não como estação vigente
- Em 2010 foi tombada pelo município.

A paisagem da arquitetura do edifício foi entendida como um “uma casinha de alvenaria de tijolos, coberta de telhas de barro destinadas à bilheteria e à estação, com área de 5,50 m x 3,40 m” (CANOAS, 2022). Embora esteja sem seu uso original ao qual foi destinada, hoje ela atua como uma fundação cultural relacionada à atividade de dança.

O prédio histórico da Prefeitura encontra-se em proteção pelo Decreto 491/2010. Foi construído no ano de 1953 na gestão de Sady Fontoura Schivitz e teve sua inauguração em 15 de janeiro de 1954, data que daria nome a uma das ruas mais importantes do centro da cidade.

Um ícone da cidade, nossa igreja matriz pertencente à arquidiocese de Porto Alegre, a Igreja São Luiz Gonzaga, onde o prédio foi tombado pelo Decreto 519 no ano de 2010. A edificação teve início no ano de 1926 e possui estilo arquitetônico gótico e arcos ogivais.

Para finalizar, o último tombamento no município foi realizado na Villa Joana pelo Decreto 275/2014. Localiza-se ao lado do Instituto Pestalozzi de Canoas e a Villa Mimosa. O prédio é de alvenaria com três pavimentos, resultado da construção da residência para a família de Thiago Würth e sua esposa Johanna Würth.

O desenvolvimento da cidade, sob o ponto de vista urbano, se dá a partir de vários desmembramentos de grandes lotes, onde até então era denominada cidade dormitório. A partir da vinda e instalação das indústrias e também do Terceiro Regimento de Aviação Militar, houve a preocupação com a infraestrutura da cidade. O pensamento a respeito de um ponto turístico no município é observado no final da década de 60, com a implantação do Monumento do Avião, contudo, apenas em 2009 a cidade tem sua primeira edificação tombada. Dentre os bens tombados, destaco a Casa das Artes Villa Mimosa que se apresentou como uma edificação que vai além de sua arquitetura histórica, neoclássica e eclética. Ela nasceu de um movimento sociopolítico com a intenção de finalmente se ter na cidade o primeiro bem edificado tombado do município e preservar a memória daquelas personalidades que ali viveram.

Referências

CANOAS. **Prefeitura Municipal. Canoas.** Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/museu-municipal-parque-dos-rosa/>>. Acesso em: 02 ago 2022.

CANOAS. **Prefeitura Municipal. Canoas.** Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/estacao-trem/>>. Acesso em: 02 ago 2022.

CANOAS. **Prefeitura Municipal. Canoas.** Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/prefeitura-dara-inicio-ao-restauro-parcial-da-igreja-sao-luis-gonzaga/>> Acesso em: 03 ago 2022.

COSTA, Otávio. **Memória e paisagem:** em busca do simbólico dos lugares. Espaço e Cultura, n. 15, 2003.

GEOCANOAS. Disponível em: <<https://geo.canoas.rs.gov.br/portal/apps/MapTour/index.html?appid=1f3fb8e095894eb3b10114b5b54336d9>>. Acesso em: 03 ago 2022.

GRAEBIN, C. M. G.; GRAEFF, L. Caminhos das políticas públicas para patrimônio cultural no Brasil. In: GRAEBIN, C. M. G.; SANTOS, N. M. W. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Políticas Públicas.** Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2014. p. 63-90.

GRAEBIN, C. M. G.; GRAEFF, L.; GRACIANO, S. S. De residência da Família Ludwig à Casa das Artes: trajetória do primeiro patrimônio tombado de Canoas (RS). **Revista Memória em Rede** (UFPEL), Pelotas, v. 4, n. 10. 2014.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011. 76 p. Tradução de Alexandre Salvaterra.

PENNA, R.; Et al. **Canoas para lembrar quem somos**: Centro. Canoas, Gráfica La Salle, 1996.

SILVA, J. P. da. **As origens de Canoas**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1989.

SILVA, J. Casa Wittrock guarda muita história; imóvel tombado está para alugar. **Diário de Canoas**, Canoas, Patrimônio Histórico, 08 mai 2018. Disponível em: <<https://www.diariodecanoas.com.br/2018/05/noticias/regiao/2264665-casa-wittrock-guarda-muita-historia-imovel-tombado-esta-para-alugar.html>>. Acesso em: 02 ago. 2022

VALENTE, I. C.; MARCOS, M. E. de M.; HOFMANN, G. S. Do “Capão das Canoas” à cidade metropolitana: evolução e transformações do município de Canoas a partir de uma perspectiva urbanística. In: VIEGAS, D. H.; HOFMANN, G. S.; WAISMANN, M. (Orgs.). **Canoas - múltiplos olhares**: sociedade, memória e meio ambiente. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2019. p. 9-23.

VIEGAS, D. H. Entre o(s) passado(s) e o futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). 2011. 184 f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

“UMA PROFESSORA COMO EU”: VIVÊNCIAS SÁFICAS EM SALA DE AULA

Bianca Beatriz Lourenço Melatto⁹

Introdução

A análise que se segue aqui fala sobre um estudo realizado que parte de uma vivência dentro da sala de aula da educação básica. Deve-se, primeiramente, conceituar o termo “sáfica” por se tratar, por vezes, de um vocábulo incomum. Sáfica sugere o contexto da Ilha de Lesbos, comumente associada à homossexualidade feminina - o termo lésbica remonta a esse momento - e a poetisa Safo, que teve seus versos interpretados como um amor romântico às suas discípulas. Apesar de não haver nenhuma evidência concreta, entende-se que isso implica no uso de sáfica para representar uma mulher que se relaciona com outras mulheres, exclusivamente ou não, sendo mais adequado e amplo à pesquisa, ainda que mulheres lésbicas e bissexuais apresentem demandas diferentes.

É válido lembrar que essa entrevista e análise foram conduzidas durante o ano de 2021 e a pandemia de COVID-19, impondo que as atividades fossem realizadas de forma virtualizada. Ou seja, no início da entrevista pode-se notar que há falhas na conexão da internet, se fazendo necessário que as câmeras fossem desligadas e somente o áudio foi mantido, perdendo as expressões faciais e gestos que são extremamente importantes as análises que decorrem no campo da história oral. Partindo dessa informação, segue-se o relato de experiência.

O contato com a entrevistada, no artigo nomeada por Ana (conferindo anonimato), se deu através do aplicativo de rede social Instagram por já se tratar de uma conhecida da entrevistadora, após isso, os outros contatos e reuniões se desenvolveu por meio da plataforma digital Microsoft Teams, consistindo em dois encontros diferentes. Buscou-se, no primeiro, introduzir o tema da pesquisa, bem como os objetivos, metodologias a serem aplicadas e termos de responsabilidade da doação do material coletado, no caso, a entrevista gravada em áudio. Optou-se por apresentar esses pontos separadamente do momento da entrevista, pois se buscou atingir uma relação de confiança e para que as dúvidas - caso houvesse - fossem sanadas sem atrapalhar o fluxo narrativo. Assim sendo, o segundo momento foi destinado exclusivamente para a entrevista, que seguiu um roteiro semiestruturado com perguntas que remontam quatro principais eixos narrativos: descoberta da sexualidade, socialização da sexualidade, sexualidade e trabalho e memórias e identificação. Entende-se que a sexualidade se relaciona total e integralmente com a história oral de vida, sendo necessária a abordagem do tema atravessando os eixos acima citados. Contudo, nesse artigo, o foco se dará na parte profissional, como apresentado nos objetivos.

A descoberta e a vivência da descoberta

Ao relatar experiências durante a infância, Ana comenta que sempre se manteve como uma garota “esquisita”, como ela pontua. É importante ressaltar que os padrões heteronormativos se sobressaem desde os primeiros anos de vida, nas escolhas parentais de cores, supostamente masculinas ou femininas, e afins. Da mesma forma, ao passar do tempo, existe uma certa hesitação, narrada pela entrevista, em reconhecer-se como lésbica: “eu já sentia que tinha algo estranho ali só que eu ignorei né, eu ignorei

9 Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille. Graduada em História (2021) – Univille. <biancabmelatto@gmail.com>.

e quase toda minha adolescência eu ignorei qualquer coisa referente a minha sexualidade” (Entrevista concedida a Bianca Beatriz Lourenço Melatto. Joinville, 2021).

Quanto ao momento que segue após a entrevistada narrar sua descoberta, foi momento de falar um pouco mais sobre o que acontece depois que há o entendimento, o que pode-se viver partindo daí. Sem dúvidas, as experiências, vivências e sentimentos relatados são outros, há uma mudança de comportamento que, às vezes, é proposital. É o tomar para si um conceito - no caso aqui relatado, ser lésbica - que contemple a pura existência, se faz necessário entender-se no mundo e, claro, colocar-se como tal. Quanto ao momento que se segue partindo da identificação, observou-se uma vivência diferente.

Socialização da sexualidade

A família eventualmente se apresenta como um obstáculo ou dificuldade ao socializar essa descoberta sobre a sexualidade. No caso de Ana, ocorreu dessa mesma forma, mas parte-se de um ponto um pouco diferente:

“Como eu sempre fui muito quieta com relação aos namoradinhos, quando eu tava com 18, 19 anos a minha mãe começou a desconfiar e eu me lembro que teve um final de ano, eu ainda morava em Jaraguá porque enfim, eu trabalhava aqui, eu tinha um bom emprego e assim por diante. E eu me lembro que teve um final de ano que eu vim do trabalho e tava super feliz e tal porque eu tinha recém sido promovida, ela já era aposentada, a minha mãe. Eu me lembro que eu entrei no quarto, deixei minha bolsa no cabide e eu quando eu virei pra trás minha mãe já estava dentro do meu quarto, já estava com a porta fechada e já estava sentada se tremendo toda. Aí eu perguntei o que tinha acontecido e ela falou que ela tinha recebido um telefonema, a minha mãe é a famosa planta verde pra colher maduro, que ela tinha recebido um telefonema que eu estava dando em cima da namorada de uma outra pessoa. Cara, naquela época eu tinha recém começado a beijar meninas mas assim eu beijava, beijava nas festas, nas baladas, nada com relação a romance ou coisa nesse sentido, quando ela falou isso eu soltei uma gargalhada mas eu nem me liguei que o que a minha mãe realmente queria saber era se eu namorava meninas, se eu ficava com meninas, e eu gargalhei assim: pelo amor de deus, mais enalhadada do que eu só duas de eu! Ainda fiz a piada e quando eu fiz essa piada eu percebi que a minha mãe, a gente não tava conversando a mesma língua, aí ela falou assim: *Ana*, não é essa a questão que eu quero saber. A questão que eu quero saber é se você fica com meninas e aí eu não consegui responder ela, eu comecei a chorar e só chorava” (Entrevista concedida a Bianca Beatriz Lourenço Melatto. Joinville, 2021);

A identificação com tema

É essencial que se diga que o tema foi deliberadamente escolhido pela pesquisadora pois há uma identificação pessoal com este. Ambas se inserem na comunidade sáfica e na categoria professoras da educação básica, investigar essas e tantas outras possibilidades, faz pensar sobre as próprias experiências e um horizonte de expectativas. Sem perder de vista as vivências e sentimentos, vale lembrar que são subjetivas, evocam e provocam reações frente ao que foi narrado e por inúmeros momentos a narrativa se mescla com as próprias experiências. Isso denota que os processos, principalmente os que nos são sujeitos de socialização da sexualidade bem como os de entendimento são comuns entre a comunidade sáfica.

Existe a ideia de por se tratar de uma expressão de sexualidade “fora do comum”, há também a

disponibilidade de conscientizar e até ensinar sobre a temática para diversas pessoas, o que é extremamente invasivo, limitador e desalinhado com a realidade de cada pessoa; tampouco significa dizer que não há possibilidade de diálogo. Outra situação recorrente é a vulga “saída do armário”, muitas vezes há uma pressão a compreender por completo as sexualidades para ser possível comunicá-la, não há espaço para questionar e nem tempo para entender. A questão aqui é perceber que construções sociais de gênero e sexualidade costumam ser impostas desde o nascimento e desprender-se disso custa tempo, espaço e, incluindo, saúde (física e mental). Sobre esse processo, versa a identificação com o tema.

Quanto as possíveis identificações dos estudantes, o título é autoexplicativo. Foi durante uma aula ministrada pela professora entrevista que ela ouviu de uma aluna: “depois no final da aula ela falou assim ‘nossa, prô, eu nunca pensei que eu ia ter uma professora assim’ daí eu olhei assim na hora, ‘assim como?’ daí ela olhou assim pra mim ‘que nem eu.’” (Entrevista concedida a Bianca Beatriz Lourenço Melatto. Joinville, 2021).

Isso apresenta justificativas para que a pesquisa nessa temática não se encerre, bem como apresenta, na última fala, as identificações teorizadas ao início da pesquisa. É importante ressaltar que a entrevista apresentada é uma das possibilidades de investigação dentro do campo de memória. Lidar com memória é também lidar com narrativas traumáticas, especialmente por se tratar de uma minoria que sofre com constantes ataques ao simples fato de existir, somando mais um motivo para manter os estudos no tema. A metodologia de pesquisa promove a observação das múltiplas possibilidades como fonte e as subjetividades de cada indivíduo entrevistado que ela suscita. Ao abordar a categoria professoras, é fundamental compreender que tal cargo exerce um papel social e de modelo, da mesma forma que a reação e recepção dos alunos pode ser negativa, pode também ser positiva. Isso abre para diversas e múltiplas possibilidades.

Referências

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas 1).
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII - XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RODRIGUES, R. de C. C.; VERAS, E. F.; SCHMIDT, B. B. (Orgs.). **Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- ROVAI, M. G. de O.; SANTHIAGO, R. **História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

MEMÓRIAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO MUNICÍPIO DE ESTEIO: RESULTADOS DOS ANOS FINAIS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

*Fábia Roseane Almeida da Silva*¹⁰

*Lúcia Regina Lucas da Rosa*¹¹

Introdução

O Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado com o objetivo de acompanhar a qualidade da educação no Brasil. E, neste estudo, o foco está direcionado ao Ensino fundamental, em específico, para os anos Finais.

O IDEB funciona como fonte de informações e de responsabilização e incentivo à mobilização da sociedade. Apesar de o IDEB ter sido instituído em 2005, somente foi regulamentado através do Decreto de nº 6.094/2007, que estabeleceu o “Plano de compromisso Todos pela educação”, contendo 28 diretrizes que se integraram ao Plano de Metas que trata o IDEB em parágrafo único: O IDEB será um instrumento com o objetivo para verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao compromisso “Todos pela Educação”. (MEC, 2008, s.p)

O IDEB é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/07), dispositivo legal que coloca em ação as 28 propostas contidas no PDE, cujo eixo principal é a qualidade educacional. Segundo o Art. 1.º Decreto 6.094:

O plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjunção de esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007).

Assim cabe a todos assumirem o compromisso de promover a melhoria da qualidade da educação. Essa qualidade e a estratégia de avaliar os processos educativos por meio de avaliações de larga escala estão também contemplados na Constituição Federal de 1988, nos artigos 206 e 209. O artigo 206 da Carta Magna estabelece a garantia de padrões de qualidade como dever do Estado e como uma das diretrizes da educação brasileira. O artigo 209, por sua vez, determina que o Poder Público deve realizar avaliações dos seus respectivos sistemas de ensino, com o intuito de medir sua qualidade.

10 Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar. Atualmente exerce a função de Diretora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação do município de Esteio.

11 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Atualmente professora do curso de Letras e do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle.

Quadro 01

RESULTADOS DO SAEB E IDEB				
ESCOLA	IDEB ANOS FINAIS			
	2017	2019	2021	2023
EMEB Camilo Alves	-	5,1	ND	
EMEB Dulce Moraes	-	-	ND	
EMEB Edwiges Fogaça	5,4	5,1	ND	
EMEB Érico Veríssimo	-	-	ND	
EMEB Eva Karnal	3,3	-	ND	
EMEB Ezequiel Nunes Filho	-	-	ND	
EMEB Flores da Cunha	5,3	5,4	ND	
EMEB Luiza Silvestre de Fraga	-	4,8	ND	
EMEB Maria Cordélia Marques	-	3,9	ND	
EMEB Maria Lygia	-	-	ND	
EMEB Oswaldo Aranha	-	-	-	
EMEB Santo Inácio	-	-	ND	
EMEB Tomé de Souza	-	-	5,2	
EMEB Vila Olímpica	-	4,9	ND	
EMEB Vitorina Fabre	-	-	ND	

*ND – N° de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

Fonte: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>.

Quadro 02 - IDEB GERAL MUNICÍPIO DE ESTEIO

2017	2019	2021	2023
AF	AF	AF	AF
4,4	4,6	-	

Fonte: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>.

Após dois anos de pandemia, o quadro que já era desfavorável em diversos aspectos, como: falta de envolvimento da comunidade na construção de estratégias para qualificar o ensino e aprendizagem; formação precária dos professores; desinteresse dos alunos; falta de liderança da equipe gestora, entre outros; tornou-se mais grave ainda. Diante destes desafios, faz-se necessária uma nova concepção de trabalho com metas claras que possam envolver toda a comunidade escolar.

Segundo Libâneo (2004), um bom gestor deve dialogar, ouvir, coordenar, respeitar o próximo, ter boa expressão, manter sempre metas, tais características são essenciais para função de gestores aliados a sua formação e caminhada profissional.

A gestão escolar nas escolas municipais de Esteio no ano de 2022 sofreu diversas mudanças com a alteração na lei de diretores, por isso este projeto de pesquisa auxiliará os atuais e os futuros gestores do município assim como os demais membros das unidades escolares.

Na construção de estratégias é de extrema importância a participação de todos os envolvidos nas gestões escolares representadas na figura do(a) gestor(a). A aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos estão diretamente ligados à eficácia da gestão escolar. Para “[...] o sucesso de uma gestão escolar, em última instância, só se concretiza mediante o sucesso de todos os alunos. Daí porque é preciso manter

como norte a gestão para comunidade de aprendizes” (VIEIRA, 2007).

Uma gestão que busca constantemente qualificar seus processos através de metas de indicadores que possam mensurar seu desempenho terá a qualidade expressa em resultados.

O papel do gestor é primordial no sucesso de qualquer objetivo ou meta traçados coletivamente. O gestor utilizará aspectos relevantes de sua memória individual e também a memória coletiva do grupo, para isso, deve respeitar e compreender a diversidade de pensamentos individuais e coletivos. Nesse sentido

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (HALBWACHS, 2003, p. 51).

A escola pública vem passando por muitas transformações na busca para alcançar um modelo que retome o papel da escola, que nos últimos tempos teve um fazer muito mais assistencialista do que propriamente comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento pleno do aluno. As práticas gestoras que se destacam hoje no município têm acontecido muito pelas características individuais dos gestores, como: liderança, criatividade, resolutividade, nestas escolas há um empenho maior do grupo e os objetivos são mais facilmente alcançados, mas até mesmo nestes espaços que podemos chamar de ilhas, pois não correspondem ao todo e sim a um pequeno número de escolas, falta uma cultura de planejar e mensurar resultados.

Por isso é importante o monitoramento e a avaliação constantes criando uma memória coletiva no grupo de gestores. Nas palavras de Halbwachs (1990, p. 25): “Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.

Na medida em que o projeto, através do sistema de metas for sendo implementado, vamos construindo um novo contrato de gestão com base nas reflexões trazidas a cada encontro e nas memórias individuais e nas coletivas do grupo que vão auxiliar este novo cenário.

Dessa forma, constatamos que muitos fatores estão atrelados aos resultados obtidos e, o IDEB é um dos aferidores da qualidade da educação, mas não podemos perder o foco das necessidades de cada unidade escolar que estão inseridas em comunidades distintas. O IDEB deve ser um parâmetro propositor de políticas públicas para que, diante dos dados coletados, possam surgir reflexões sobre: prática docente, piso salarial, infraestrutura dos espaços escolares, dentre outros. A avaliação externa é importante, porém olhar somente para seu resultado seria um processo reducionista da complexidade que é a qualidade na educação. É necessário um olhar aguçado sobre o alunado e o contexto no qual estão inseridos e através desta especificidade de cada unidade escolar, auxiliar os gestores na autonomia de soluções específicas para cada comunidade.

Referências

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -Inep. Consulta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>>.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de Profissionais da Educação: visão crítica e perspectiva de mudança. *In*: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e Pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 7-198

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc., Campinas**, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. *In*: OLIVEIRA, D. A. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 264-283.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Líber Livro, 2007.

ESCOLA PROFESSORA MARIA GARCIA PESSI E A POESIA COMO DISPOSITIVO MEMORIAL

*Adriana de Souza Barbosa*¹²

*Maria de Lourdes Borges*¹³

Introdução

A memória coletiva é essencial para a preservação de fatos, para a transmissão de informações, para que dados conhecidos possam ser complementados a partir de uma visão coletiva, não apenas daquela individual que algumas pessoas irão transmitir umas às outras (HALBWACHS, 1990).

A escola Maria Garcia Pessi está em atuação há mais de 90 anos, atendeu e atende muitas crianças e jovens da comunidade, contribuindo para sua formação em busca de melhores oportunidades de futuro. A Professora Maria Garcia Pessi, homenageada pela seleção do nome da escola, atuou ativamente para assegurar aos alunos da Escola Mista Araranguá, posteriormente receberia seu nome, visando oferecer cada vez mais ferramentas para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Diante disso, não se pode esquecer da contribuição da professora para a sociedade e para as pessoas também de forma individual. Ocorre, porém, que com o passar dos anos a memória da relevância social e das contribuições da professora para a educação e para os alunos acaba por ser esquecida e é preciso encontrar formas de manter essa memória para benefício da coletividade e valorização do perpassar histórico local.

Fatos somente são perpetuados quando compartilhados. Inicialmente isso ocorre de forma individual, porém, se expande e as informações passam a ser conhecidas por grupos cada vez maiores e, assim, inicia-se a formação da memória social. Por outro lado, quando esses fatos não são compartilhados acabam, em algum momento, caindo em esquecimento e deixando de enriquecer a memória social (LE GOFF, 1996).

Este artigo tem o objetivo destacar a necessidade de fomentar a memória coletiva sobre personalidades que contribuíram ativamente para o alcance de uma sociedade melhor e mais digna para os cidadãos de Araranguá, nomeadamente a da professora Maria Garcia Pessi. O tema é de grande relevância social, por permitir que as novas gerações, tanto as que estudam na escola quanto aquelas que não o fazem, compreendam o papel essencial da professora Maria Garcia Pessi para a formação de uma sociedade na qual educação de qualidade fosse ofertada a todos, o que justifica a escolha do tema do presente estudo.

Referencial teórico

Memória social

A memória é a lembrança, é a capacidade de armazenar fatos e dados para que possam ser compartilhados posteriormente. A memória individual diz respeito a cada indivíduo, enquanto a

12 Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle. Jornadas Mercosul 2022. E-mail: <adriana.202214990@unilasalle.edu.br>

13 Doutora em Administração. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle.

memória social é a formação das lembranças a serem compartilhadas na coletividade e para a coletividade (ROUSSO, 1998).

Conforme os grupos sociais se movimentam e agem, as memórias são formadas. Para que sejam armazenadas, porém, não podem ficar restritas a uma pessoa ou apenas a um pequeno grupo de indivíduos. Nesse sentido, a memória social é a formação de uma base de informações que não se restringem a alguns indivíduos, mas que são compartilhadas para que outros possam se beneficiar desses saberes, passando-os adiante (HALBWACHS, 1990).

Para Pollak (1992), a memória é benéfica para pessoas e grupos, permite que se forme a continuidade e que momentos possam ser reconstruídos, perpetuados e levados à compreensão de outros. Não basta que a memória exista, ela precisa ser compartilhada, caso contrário se perderá no perpassar do tempo.

A memória é um patrimônio, faz parte do que as pessoas e sociedades possuem para formular suas histórias e a história de todos que fazem parte de um grupo e que compartilham entre si os resultados dessas ações na construção de suas vidas, seja de forma parcial ou integral (ROUSSO, 1998).

Assim como a memória social é imprescindível para a perpetuação dos fatos que dizem respeito à coletividade, a memória institucional é necessária para que as instituições tenham a possibilidade de transmitir os fatos que dela fazem parte e, assim, pode se reconstruir.

Memória institucional

A memória institucional é a construção dos fatos relacionados às instituições e que, assim, contribuem para a formação de suas histórias, tanto para a construção da própria identidade quanto para a colaboração com outras instituições e a sociedade em geral.

Existem diferentes formas para sua armazenagem, qualquer que seja a escolha pelo meio de mantê-la, o intuito é conseguir que haja compartilhamento desses fatos e, assim, fornecer uma contribuição para o todo das instituições. De acordo com Costa (1997, p. 145), “[...] a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições”.

Ainda que a memória não seja o único fator necessário para garantir que as instituições se fortaleçam e sigam em seus campos de atuação, ela é de extrema relevância para que uma instituição saiba de onde veio e para onde deseja ir, além de demonstrar à sociedade que esta é sua preocupação, seu intuito central.

Neste ponto é importante ressaltar que ocorre uma escolha das memórias a serem retidas, em geral as instituições optam por fortalecer e perpetuar as memórias que evidenciam seus esforços, suas lutas e as conquistas alcançadas no perpassar dos tempos, bem como as dificuldades enfrentadas para isso. A memória institucional tem início dentro dos limites da mesma, porém, pode e deve ser complementada a partir de relatos externos que também contribuem para que se complemente (COSTA, 1997).

A escolas, enquanto instituições de ensino, carregam suas próprias memórias e devem atuar para que sejam resguardadas, transmitidas e gerem reconstrução, ressignificação de suas atividades em prol da coletividade e dos alunos ali recebidos e preparados para suas vidas.

Metodologia

Este estudo foi conduzido a partir de uma revisão narrativa da literatura, um método que permite avaliar o tema de forma bastante ampla, permitindo a compreensão do tema sob o prisma das análises de diversos autores. O intuito é contextualizar os dados para que possam esclarecer dúvidas e levar à formulação de hipóteses claras e representativas dos fatos (ROTHER, 2007).

Os dados selecionados são avaliados e interpretados de forma crítica, de acordo com a compreensão do autor, porém, sem a manipulação dos resultados, apenas seu esclarecimento e maior precisão. Livros e artigos de revistas podem ser utilizados para respaldar os achados dos autores e, assim, lançar uma luz esclarecedora sobre o tema (ROTHER, 2007).

A revisão narrativa não demanda de descrições tão detalhadas sobre o levantamento dos artigos e livros base para sua construção, porém, nem por isso se trata de uma metodologia menos detalhada ou confiável.

Na realidade, em diferentes áreas do saber as revisões narrativas de literatura são usadas para encontrar dados esclarecedores de um tema e, com isso, criar uma base útil de estudos, pesquisa, avaliação de dados, compreensão de fatos e possibilidade de formação de hipóteses relevantes para os leitores do estudo (ROTHER, 2007).

Discussão

A presente revisão narrativa de literatura utilizou os seguintes autores: Halbwachs (1990), Costa (1997), Le Goff (1996), Pollak (1992), Rousso (1998), entre outros. Os autores abordam a memória social e institucional e permitem sua compreensão dentro do contexto em que estão inseridas. Além disso, procedeu-se de uma análise de dados sobre a poesia como ferramenta para a manutenção da memória a partir dos escritos de Gabriel (2019), Rezende e Oliveira (2017), Silva e Feuerwerker (2019) e Rosa e Pinheiro (2021).

A memória pode ser valorizada por meio de diversas metodologias e esforços. A poesia é, sem dúvidas, uma alternativa importante para que a memória seja registrada, bem como compartilhada com outros indivíduos e, assim, se torne um benefício para a coletividade e para a formulação de contextos e saber e compreensão do perpassar histórico, seja local ou mais amplo (GABRIEL, 2019).

Poesias são capazes de criar memórias afetivas, memórias que acompanharão os leitores por muitos anos, sendo lembradas de forma agradável e, por meio da ludicidade, construindo memórias que não apenas relatam os fatos sociais ou institucionais, mas que passam a fazer parte da vida e das experiências de muitos de seus leitores (REZENDE; OLIVEIRA, 2017).

Sob nenhuma circunstância a memória deve aprisionar, mas atuar como possibilidade de ressignificação dos fatos para que, assim, auxiliem na mudança, quando necessária. A memória, da mesma forma, não aprisiona a criatividade, de fato, dá a ela insumos para a construção de diferentes fontes das quais verterão novos saberes, associados àqueles que foram construídos ao longo dos anos (SILVA; FEUERWERKER, 2019).

A memória necessita de objetos tangíveis e intangíveis para sua perpetuação, textos, livros, poemas, fotografias, relatos, enfim, existem variados objetos que podem assegurar sua perpetuação e possibilidade de troca, compartilhamento com outras pessoas e com o âmbito coletivo em geral. Os poemas servem como um desses objetos e que além de assegurar que as memórias se perpetuem e sejam

compartilhadas, permite que sejam construídas com afetuosidade.

Os indivíduos vêm mudando ao longo dos anos, da mesma forma, seu modo de pensar, agir e perpetuar suas memórias também foi alterada. Ao longo dos anos os saraus de poesia foram usados para criar interação entre os indivíduos, além de permitir que os participantes pudessem apresentar suas memórias em forma de poesia e, assim, os ouvintes pudessem tomar para si essas memórias, integrá-las aos seus saberes e suas vivências (ROSA; PINHEIRO, 2021).

A memória pode ser associativa, ou seja, uma pessoa pode não ter vivenciado uma experiência ou participado de um fato, mas poderá associar essa memória aos seus saberes e seu cotidiano por ter ouvido (ou lido), compreendido e transferido para sua própria realidade. Uma obra literária, como um poema, torna-se um edifício de saberes, uma construção por meio da qual as informações se tornam tijolos e contribuem para que essas estruturas sejam levantadas, fortalecidas e oferecidas aos demais para seu conhecimento e compreensão (GABRIEL, 2019).

A memória armazenada unicamente na lembrança dos indivíduos tende a, paulatinamente, se apagar, perder detalhes e se tornar apenas uma lembrança sem muitas especificidades, ainda que isso possa demorar algum tempo para ocorrer. Se mantém, assim, como uma memória individual e não gera contribuições a espaços fora da vida do indivíduo. No entanto, memórias compartilhadas se fortalecem, mantêm seus detalhes e permitem que outros venham a conhecer e compreender a referida realidade e, assim, mais do que uma névoa do passado, se tornaram um relato criterioso do (HALBWACHS, 1990).

Isso não significa que a memória individual não tenha valor, pelo contrário, ela é essencial para a formação da memória social e institucional, porém, não pode ser a única memória a ser armazenada e mantida apenas com um sujeito. Para que saberes possam ser perpetuados, para que possam ser usados em benefício da coletividade social e das instituições, eles não podem ficar enclausurados na mente de uma pessoa, mas devem ser compartilhados amplamente e registrados de forma a levar a uma manutenção em períodos posteriores (POLLAK, 1992).

Cada indivíduo pode ser membro de vários grupos, diferentes pensamentos sociais atuam para a construção de seus próprios pensamentos e, assim, a coletividade faz parte da vida de cada uma das pessoas, devendo ser compreendida como parte de quem são e do espaço em que vivem, além de terem o potencial para as construções que integram a vida e as ações de diversos outros indivíduos (HALBWACHS, 1990).

Em face disso, compreende-se que um sarau de poemas se trata de uma fermenta essencial para que uma memória social e institucional possa ser construída, fortalecida, partilhada e, assim, venha a enriquecer todos aqueles que, em diferentes momentos e situações, entram em contato com ela. A poesia traz afeto e gera afeto, por mais duros que sejam os fatos transmitidos e, assim, mesmo em caso de memórias não tão agradáveis, elas podem ser compreendidas como parte importante do todo para todos.

Considerações finais

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de destacar a necessidade de fomentar a memória coletiva sobre personalidades que contribuíram ativamente para o alcance de uma sociedade melhor e mais digna para os cidadãos de Araranguá, nomeadamente a da professora Maria Garcia Pessi. Os resultados apontam que os saraus de poesia podem servir como disposto de acesso à memória a respeito da Professora Maria Garcia Pessi.

Os resultados da discussão apontam que a memória não é apenas uma lembrança ou um conjunto delas, mas um insumo necessário para que as sociedades e as instituições se construam e se atualizem, para que possam demonstrar quem são, de onde vêm e para onde desejam ir.

Muitos fatos históricos foram e são perpetuados por meio da poesia, essa modalidade literária permite que a memória seja comunicada de forma lúdica, com expressividade e possibilidade de identificação do leitor ou ouvinte. No presente estudo, espera-se que a memória resguardada por meio da poesia sirva enquanto um dispositivo de acesso à memória a respeito da Professora Maria Garcia Pessi possa enriquecer a escola enquanto instituição, bem como a sociedade como coletividade de indivíduos.

Referências

- COSTA, I. Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teóricometodológica. **Tese**. Doutorado – UFRJ, 1997. (Introdução p.1-32, 2.1 Organizações e Instituições, p. 51-75, Informação, tempo e memória p. 124-129) - Nome Atual - Thiesen, Iclea.
- GABRIEL, M. A. R. Memórias, “analogias e transposições poéticas”. **Alea: Estudos Neolatinos** 2019, v. 21, n. 2, p. 158-169.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- REZENDE, N. L.; OLIVEIRA, G. R. Por uma poesia para a infância. In: SILVA, M. C.; BERTOLETTI, E. N. M. (Orgs). **Literatura, leitura e educação** (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p. 257-279. Pesquisa em educação/ Práticas de leitura e escrita series.
- ROSA, L. R. L. da.; PINHEIRO, E. M. E. Memória e formação da identidade de um poeta: a cultura dos saraus do curso de letras da Universidade La Salle. **Sociology of Law**, 2021.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**. 2007, v. 20, n. 2, p. v-vi.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SILVA, A. L. S. da.; FEUERWERKER, L. C. M. Escrever como um ato de resistência: uma escrita rizoma. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 335-350, ago. 2019.

REPRESENTAÇÃO DE ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS EM NOVELAS BRASILEIRAS, E SUA INFLUÊNCIA NA (RE)PRODUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO POPULAR

*Everton Nazareth Rossete Junior*¹⁴

*Mário Cezar Silva Leite*¹⁵

Introdução

O impacto do conteúdo apresentado e representado nos veículos de comunicação em massa no cotidiano, principalmente através da televisão aberta e da internet, é algo amplamente notado e vivenciado pela maior parte da população. Nesse aspecto, diversas são as possibilidades de se refletir sobre o universo das mídias de comunicação em massa, vislumbrando suas influências através do que ele apresenta como “realidade”, como representação da realidade ou como possibilidades de realidade.

A televisão aberta é um dos veículos mais dominantes como ferramenta de transmissão de conteúdo de massa da indústria cultural para a população, seja através de programação jornalística com o objetivo de transmitir (e conduzir) acontecimentos atuais ao público, seja com programas de conteúdos variados para entretenimento, ou pela dramaturgia cinematográfica através de filmes, seriados, minisséries ou novelas.

Entre os diversos gêneros de conteúdos explorados pela televisão,

[...] um gênero em particular foi explorado como um meio muito bem-sucedido de ‘educação e entretenimento’. Novelas, narrativas em série ou as telenovelas na América Latina e América do Sul podem, explícita ou implicitamente, transmitir um tema específico que pode influenciar o comportamento dos telespectadores. A base teórica disso foi parcialmente desenvolvida nos últimos anos (Dutta-Bergman, 2006), com alguns até argumentando que o formato tem o poder de mudar e consolidar normas culturais herdadas (FUNG 2007 apud BASTEN, 2010, p.69) (tradução livre)

Dentro deste amplo universo e suas ainda mais amplas possibilidades de exploração, este projeto de pesquisa visa estudar, no campo das mídias de entretenimento em massa – tomando a telenovela brasileira como objeto –, a influência da representação de elementos arquitetônicos – através dos componentes cenográficos de tais novelas – na reprodução e na construção de um imaginário popular.

Pensando nos objetos de consumo, e seu desejo de aquisição como um dos movimentadores da sociedade contemporânea, que são frequentemente apresentados às pessoas por diversos estímulos – televisionados inclusive – e também nos símbolos que reforçam ou ditam a identidade de um povo, desde costumes a vestimentas, tem-se que o espaço físico habitável também faz parte destes objetos de desejo e de consumo que são amplamente representados/apresentados em novelas. De acordo com Maria Lucia Malard (2006):

Baudrillard vê a ambiência do ambiente moderno como objeto de consumo, pelo menos no que diz respeito aos seus aspectos subjetivos de demonstração de estilo de vida. E isso é

14 Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Arquiteto e Urbanista pela Universidade do Vale do Itajaí (2011), Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), e estudante de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

15 Professor orientador, Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

inteiramente verdade, tanto que, nos últimos cinquenta anos, o conceito de “ambiente agradável” tem sido progressivamente ligado à noção do que está em moda. No Brasil, por exemplo, essa moda tem sido ditada pelas novelas da televisão. Percebe-se pouca diferença entre os ambientes mostrados nas novelas e os show-rooms das lojas de móveis. Para compreendermos o que a nossa classe média considera um “ambiente agradável” – basta que observemos o que está sendo “especializado” na mídia (MALARD, 2006, p. 42).

Para a autora, homem e espaço são coisas indissociáveis, uma vez que há uma dimensão espacial que é parte da própria experiência humana no mundo, já que todos os eventos humanos acontecem no espaço (MALARD, 2006). Heidegger (1962 apud MALARD, 2006, p. 26) reforça a indissociabilidade entre homem e espaço no mundo, ao descrever este como “ser-no-mundo” e ao afirmar que ambos não podem ser compreendidos de formas separadas. A espacialidade, para o autor, é parte que integra a natureza do ser.

Sendo a espacialidade parte integrante da natureza do ser humano, o espaço, como reforça Malard (2006), é característico da existência do homem e essencial ao ser. O espaço construído, existencial, reúne elementos funcionais, racionais e simbólicos já que engloba necessidades, expectativas e desejos que são parte da realidade humana.

Tendo em vista o exposto acima, o trabalho tem como propósito explorar a influência da arquitetura construída apresentada/representada nos meios dramatúrgicos e de entretenimento em massa, através da união e da relação entre estes campos de pesquisa – arquitetura, comunicação, imaginário e cultura contemporânea. Esta união pode gerar um objeto de pesquisa apresentado como produção estética da cultura contemporânea, com influência na formação e manutenção do imaginário em relação às nossas variadas identidades enquanto sociedade, ao adentrar de forma massificada em diversos lares do Brasil.

O trabalho tem como objetivo geral, identificar de que formas e com quais intensidades as representações arquitetônicas nos cenários das novelas brasileiras reproduzem e influenciam o imaginário popular quanto a sua percepção de identidade. Para tanto, será necessário averiguar as influências das telenovelas nos elementos cotidianos dos telespectadores, bem como compreender quais elementos e símbolos cenográficos reforçam características identitárias nas personagens envolvidas, e também identificar as relações entre os elementos representados nas telenovelas e consumidos por conta destas, com os elementos característicos de identidade dos públicos envolvidos.

Questões metodológicas

Neste estudo, aplica-se o método hipotético-dedutivo, que “inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 106).

Quanto ao procedimento, faz-se uso dos métodos histórico, comparativo e monográfico, através de estudos de caso (LAKATOS; MARCONI, 1992). Tal abordagem envolve a seleção de exemplos específicos, como as telenovelas *Senhora do Destino*, *Avenida Brasil* e *Bom Sucesso*, para a análise dos conceitos abordados. Com tais levantamentos tem-se a intenção de averiguar como se dá a influência dos cenários das novelas na criação de um imaginário popular quanto a sua percepção de identidade.

A pesquisa é de cunho exploratório-descritivo, e para coleta de dados, utilizar-se-á das técnicas de documentação indireta, com pesquisa documental e bibliográfica, e direta, através de observação direta intensiva e extensiva.

Os dados obtidos serão confrontados e revisados. O produto final será apresentado em tese expositiva e argumentativa – com interpretação das ideias e o posicionamento do pesquisador (SALVADOR, apud LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 159).

Os campos de pesquisas relacionando arquitetura e novelas se apresentam como território fértil, trazendo possibilidades de novos aprofundamentos. Entre elas, o entendimento de como as representações dos cenários se relacionam com a influência na criação de um imaginário popular quanto a sua percepção de identidade.

Para Marcondes Filho (1994), a televisão não mais transmite o mundo, mas fabrica mundos, se vendendo como espetáculo e fábrica de sonhos – um meio auto referenciável. A novela tem como função a criação de histórias que são vinculadas, continuamente e diariamente a uma linguagem própria. Além de entretenimento e meio de fixação do público à tela com fins econômicos-publicitários, consagrou-se como estilo de programa imprescindível e incessante (MARCONDES FILHO, 1994).

Quanto às novelas brasileiras, a Rede Globo de Televisão apresenta-se como a maior influenciadora no gênero, transformando-a, segundo Alencar (2004), em produto de consumo em todo o território nacional e internacional. Assim, para esta pesquisa, os objetos de estudo terão como um dos recortes as novelas apresentadas pela Rede Globo.

Atentando-se na influência da arquitetura no cotidiano, o principal foco da pesquisa se dará em ambientes residenciais, principalmente nos elementos e signos que caracterizam as moradias de certos grupos sociais.

Focando na atualidade, e visando aprofundar no estudo das influências da representação arquitetônica nas novelas, a pesquisa focará produtos transmitidos no horário nobre da Rede Globo nestas primeiras duas décadas do século XXI. A fim de trabalhar comparativamente o que é transmitido com o que é produzido e consumido, em distintos momentos, delimitou-se como objetos centrais as novelas: *Senhora do Destino* (2005); *Avenida Brasil* (2012); e *Bom Sucesso* (2020).

O ideário social, cultural e identitário da contemporaneidade é demarcado pelas mídias. Para Silverstone (2002 apud MARQUES; RIBEIRO, 2016, p. 79), “a mídia é presença obrigatória no cotidiano [...], devendo ser estudada como dimensão social, cultural, política e econômica do mundo moderno, haja vista sua forte penetração na vida e no cotidiano dos telespectadores”.

Onde há meios de comunicação de massa com abrangência e influência social de forma hegemônica, “há a formação de culturas de massa fortemente ligadas aos interesses econômicos e ideológicos dos próprios meios” (CHAMPANGNATTE. 2015, p. 154).

Pretende-se, então, analisar os elementos destas novelas sob a perspectiva de análise do discurso apresentada por Ení Orlandi (2009). Quanto às trocas entre emissor e receptor de uma mensagem discursiva, para a autora,

[...] a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, dizemos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. [...] O discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2009, p. 21).

Há uma busca, pela análise do discurso, em “compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI, 2009, p. 26). Ainda para Orlandi (2009, p. 42), “na análise do discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem”.

Pretende-se, assim, analisar de que maneira elementos que constituem identidades são representados discursivamente através dos cenários novelísticos.

No que remete a uma identidade e cultura nacional, é importante lembrar que a partir de 1964, com militares no poder, a centralização política, administrativa e econômica é crescente, através da integração do mercado nacional, estradas, telefonia e comunicação (OLIVEN, 2002). Isso fortalece a noção de identidade nacional, mais forte que a individualidade dos estados.

A novela é um instrumento auxiliador da legitimação desse discurso de afirmação de uma identidade nacional, uma cultura de nação, sendo “um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). Ainda conforme Hall (2006, p. 48), é importante ressaltar: “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da representação”.

As percepções de consciência duma identidade nacional diferem e podem até se contradizerem. Essas diferenciações podem acontecer segundo os grupos envolvidos e seus recortes temporais (MATTOSO, 1998). Mesmo com tais diferenciações, a telenovela trabalha com representação de similaridades e diferenças do que pode ser posto como uma unidade de nação. Retomando Orlandi (2009, p. 62), reforça-se que “[...] por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior, e aponta para outro” (ORLANDI, 2009, p. 62).

Resultados parciais e discussão

As pesquisas bibliográficas sobre as teorias que fundamentam a pesquisa têm se construído de forma gradual, constante e significativa para este processo de trabalho. Com conceitos teóricos acerca de temas como identidade, indústria cultural, estereótipos, semiótica, e análise do discurso atravessando constantemente elementos dos objetos de estudo, será possível analisar como a representação de signos de identidades são manifestados através dos cenários das novelas escolhidas.

A justificativa da escolha destas novelas como recorte temático se dá, além do bom desempenho em termos de audiência das duas primeiras novelas à época em que foram originalmente transmitidas bem como reprisadas, pelos destaques nas identidades de diversos núcleos existentes nas tramas, social e economicamente falando – o que é refletido espacialmente de forma significativa.

Senhora do Destino é uma novela que foi originalmente ao ar entre 28 de junho de 2004 a 12 de março de 2005, e reprisada duas vezes, em 2009 e 2017. A novela Avenida Brasil estreou na Rede Globo de televisão, no horário nobre das 21h, no dia 26 de março de 2012, e com 179 capítulos, finalizou-se no dia 19 de outubro de 2012. A novela Bom Sucesso, por sua vez, teve sua estreia no dia 29 de julho de 2019, e último capítulo apresentado no dia 24 de janeiro de 2020.

As três tramas trazem, ainda que não necessariamente como foco principal, núcleos de realidades sociais, culturais e econômicas distintas e que têm suas situações caracteristicamente retratadas espacialmente em suas moradias, com elementos espaciais que diferenciam e demarcam as identidades

de cada um enquanto grupo social.

Desta forma, a representação arquitetônica se torna um instrumento para a análise das reproduções e construções de um imaginário popular, inclusive quanto ao consumo da arquitetura enquanto produto. Assim, o presente estudo pode contribuir ao ajudar a entender melhor transformações culturais e espaciais, indicando novas possibilidades para o desenvolvimento destes veículos, e inclusive gerando direcionamentos para pesquisas e intervenções futuras.

Como estrutura da tese a ser apresenta, pretende-se num primeiro capítulo contextualizar o campo da pesquisa, apresentar os principais conceitos a serem aprofundados e como se dará a organização do produto final.

Na sequência, apresentar um breve histórico dos campos da telenovela como gênero de um instrumento de comunicação em massa, das aparências em arquitetura e dos signos de identidade dispostos em elementos arquitetônicos, construtivos ou não.

Em seguida, pretende-se apresentar a análise de forma mais profunda como os conceitos apresentados no capítulo anterior podem ser percebidos nas novelas analisadas, uma a uma e de modo comparativo.

Seguindo a metodologia de análise do discurso (ORLANDI, 2009, p. 28), “Feita a análise, e tendo compreendido o processo discursivo, os resultados vão estar disponíveis para que o analista os interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu”. Deste dispositivo de análise partirão as conclusões e seus alcances.

Conclusões parciais

A partir da definição dos núcleos e elementos cenográficos a serem analisados nas novelas selecionadas, com atravessamento das teorias abordadas ao longo do processo de pesquisa, acerca de conceitos como identidade, indústria cultural, estereótipos, análises semióticas, será aplicado o método de análise do discurso para a leitura de possíveis signos no discurso televisivo analisado. Através da pesquisa bibliografia e análise dos objetos de pesquisa torna-se possível a verificação acerca de que maneiras e com quais intensidades as representações arquitetônicas nos cenários das novelas brasileiras reproduzem e influenciam o imaginário popular quanto a percepção de identidade, própria ou do outro, através da compreensão de quais elementos e símbolos cenográficos reforçam características identitárias nas personagens envolvidas.

Referências

- ALENCAR, M. **A Hollywood brasileira**: Panorama da telenovela no Brasil. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2004.
- BASTEN, S. Television and fertility. In: **Finnish Yearbook of Population Research XLV**, p. 67–82, 2010.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998
- CHAMPANGNATTE, D. M. de O. Tv Globo e Globo Filmes: práticas econômicas e relações com o Estado a partir de perspectivas da indústria cultural e hegemonia. In: **Sociedade e Cultura**, v. 17, p. 153-164, 2015.

- COELHO, T. **O que é Indústria cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MARCONDES FILHO, C. **Televisão**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- MARQUES, F. C. A.; RIBEIRO, R. A. A telenovela no Brasil: um gênero por excelência. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 6, p. 78-92, 2016.
- MATTOSO, J. **A identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- OLIVEN, R. G. Cultura Brasileira e Identidade Nacional (O Eterno Retorno). In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira 1970-2002**. São Paulo: Sumaré, 2002, v. IV p. 15-43.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

REVISÃO TEÓRICA SOBRE O ENSINO COLABORATIVO E MEMÓRIA NARRATIVA: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO EM UMA ESCOLA EM SANTA CATARINA

*Cristiane Cristofolini*¹⁶

*Tamara Cecília Karawejczyk Telles*¹⁷

Notas Introdutórias

Tendo como objetivo na educação, melhorar a qualidade social de todos e de cada um dos estudantes, busca-se aprimorar as práticas pedagógicas e alternativas para garantir a apropriação do conhecimento adquirido pela humanidade; desenvolver as habilidades de cada sujeito, contribuindo para sua integralidade como sujeito histórico podendo desenvolver-se de forma individual e coletiva. Amparada em valores éticos e oportunizando seu processo de construção social para que assim possa ter condições de transformá-la onde houver necessidade de atuação de forma consciente e responsável.

Precisa-se de alunos envolvidos nesse processo pela busca de conhecimentos e a escola deve ser um espaço de conquistas diárias no seu processo de formação. Há a necessidade de modelos alternativos e possibilidades de tornar o ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Neste sentido o ensino colaborativo seria um forte aliado neste processo.

Este artigo é um recorte de reflexões sobre as práticas de ensino colaborativo e as memórias narrativas de uma escola estadual do Estado de SC/Brasil e faz parte do processo de estudos de mestrado de uma das autoras. Tem por objetivo apresentar uma revisão teórica sobre os temas para futuras explorações empíricas.

Ensino Colaborativo

Na atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, (BRASIL, 2008, CAPELLINI, 2019), há orientações em específico sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado) em salas de recursos multifuncionais, como modelo único de serviço para o atendimento às especificidades. Assim também, muitos documentos normativos brasileiros indicam o Atendimento Educacional Especializado como serviço de apoio, devendo atender às especificidades dos estudantes público alvo da educação especial e contribuir para o ensino comum. Conhecimentos complementares como o código Braille, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o treino do uso de recursos de informática, e outros, devem estar em constante articulação com os ensinamentos da turma em que o aluno está inserido e participar desses outros conhecimentos no contraturno, como garantia de acesso ao currículo e o aprendizado em sala de aula. Segundo Capellini (2019), só será possível com um trabalho efetivo de inclusão.

Com práticas inclusivas na sala de aula, e de parceria e colaboração por toda a equipe escolar. A autora comenta que, apesar de haver menção em alguns documentos oficiais sobre a atuação colaborativa entre profissionais, não existe clareza e entendimento de como deve ser realizada essa parceria. Complementa: será que a oferta de um único modelo de serviço supriria a demanda de todos os alunos da educação especial? Um aprendizado que garanta a participação de todos os alunos depende de quais profissionais? Estudos já apontam que um único modelo não tem contribuído para

16 Mestranda do PPG MSBC.

17 Professora do PPG MSBC. Doutora em Administração.

o aprendizado dos alunos na classe comum. Segundo a autora, o ensino colaborativo é ainda pouco conhecido sendo implementado de maneira pontual em algumas escolas no Brasil é promissor para a escolarização dos alunos público alvo da Educação Especial. Nas instituições, há o compromisso com os valores e a sociedade.

A partir da década de 70, no sistema público brasileiro houve a implementação de classes especiais em escolas estaduais e outras poucas salas de recursos, sendo destinadas principalmente a alunos com deficiências sensoriais. Porém as matrículas eram quase sempre para as escolas filantrópicas e particulares, mesmo assim, grande parte dos alunos da educação especial não frequentavam nenhuma escola. Discussões no Brasil e no mundo provinham sobre algumas questões, a de qual seria a diferença, ou o que era necessário existir nesses espaços, crescendo assim questões voltadas para que alunos da educação especial pudessem ter acesso a escola comum. Assim, a partir disso houve uma mudança (CAPELLINI, ZERBATO, 2019). O foco já não era sobre o aluno, e sim sobre a escola, originando entendimento de que há a necessidade de criar escolas para atender todos os estudantes, agrupados por idades e em escolas próximas.

Na década de 1990 e ano 2000 existiam poucos alunos com deficiências nas escolas (tanto escola especial como comum) e nem estavam recebendo uma educação favorável. Podendo ser, pela falta de recursos ou de profissionais qualificados, e o descaso do poder público era apontado. Ofereciam-se pouquíssimas vagas, em contrapartida da grande demanda. Nos anos 2000, a política da educação inclusiva, estava mudando os cenários, direcionando-se crescimento à colaboração nas escolas. Sendo considerado conceito chave o de colaboração.

A instituição escola, era marcada em diversas épocas, pela exclusão. A valorização era para a grande massa que decorava aprendizagens. A inclusão do diferente não existia. Com o passar do tempo, passam a existir diferentes marcos na história caracterizados por essa busca. Somos parte de uma comunidade afetiva, dando sentido e referência a quem somos, evoluindo em seu tempo: o grupo e o indivíduo que no qual é pertencente. A realidade hoje, da sala de aula, nos remete a buscar soluções práticas mais efetivas para o trabalho docente.

Ao vivenciar diariamente as angústias em sala de aula, por não conseguir ainda atender a todos os alunos, este tema se torna uma alternativa em busca de sanar tantas dificuldades. As dificuldades culturais são imensas em uma sala de aula. Problemas sócio emocionais, alunos desmotivados para a aprendizagem; crianças desassistidas pela família; falta de amor, atenção e disciplina em casa; diferentes personalidades e diferentes níveis de aprendizagens; alunos com diferentes necessidades de aprendizagens e inclusão do diferente.

Em Santa Catarina são várias as conquistas. Hoje temos nas escolas os segundos professores. Em cada sala de aula, com alunos da educação especial, há um professor especializado para trabalhar com o aluno, dando suporte ao professor titular. Porém, apesar do aluno da educação especial estar ali, a inclusão ainda não acontece. Os desafios ainda são grandes. A diferença não está somente nos alunos da educação especial, mas estas são diversas. *Há uma necessidade de inclusão de todos os alunos.* Diferenças culturais e de personalidade são evidentes. Os níveis de aprendizagem, são evidenciados principalmente neste cenário do pós pandemia. Um cenário onde vemos um professor que possui muitas tarefas atribuídas e um segundo professor, que escuta, na maioria das vezes no fundo da sala de aula, que dá suporte ao professor “principal”, adaptando material para o “seu aluno”. Não há espaço para a troca de saberes para o planejamento das aulas.

Buscar o ensino colaborativo é uma forma de reconstruir o cenário da sala de aula hoje. O ensino

colaborativo é um serviço que vem favorecer a aprendizagem dos alunos neste cenário. Ainda pouco desenvolvido nas escolas, visa o aprimoramento do ensino em sala de aula. Contar com dois professores, responsáveis para a aprendizagem de todos os alunos, no mesmo espaço, como colaboradores, todos só tem a ganhar. Tanto os alunos contando com dois professores educadores especialistas, como para os próprios professores, favorecendo seu dia a dia no planejamento e desenvolvimento das aulas, como para o seu crescimento profissional. A presente pesquisa busca como a aplicabilidade do ensino colaborativo pode melhorar as práticas de ensino.

Segundo Capellini (2019), a literatura científica de outros países já apontavam o trabalho colaborativo como estratégia para promover o desenvolvimento da aprendizagem de alunos da educação especial e também como forma de proporcionar desenvolvimento tanto pessoal como profissional de educadores. Assim, nesse sentido, buscamos avaliar possibilidades para a nossa realidade escolar.

Ensino colaborativo ou co-ensino, é uma proposta de ensino que tem por objetivo a inclusão dos alunos da educação especial de forma igualitária. Pressupõe uma rede de apoio de profissionais: contratação de profissionais, capacitação dos professores para trabalhar de forma colaborativa. Profissionais que se sintam engajados com a educação inclusiva, propondo a integração e o atendimento dos alunos com as mesmas normas, sem diferença, comprometidos com a aprendizagem de todos os estudantes, superando práticas sociais desiguais. Nesse sistema, os profissionais da sala de aula atuam de forma conjunta: o professor do ensino comum e o professor especialista em educação especial. Compartilhando os conhecimentos em prol dos mesmos objetivos. Se alegrando, com o sucesso de todos. As decisões são tomadas sempre em conjunto. Pois compreende-se que a inclusão vai além do aluno estar na sala de aula. Ou com atividades adaptadas. A inclusão se fundamenta no juízo das diferenças e particularidades dos sujeitos. Para que a inclusão aconteça verdadeiramente, bem como o ensino colaborativo, há a necessidade de formações iniciais e contínuas, dando suporte aos professores, suas atribuições. Há a necessidade de apoio da gestão escolar, apoio dos familiares, recondicionamento das aulas a fim de que os professores possam planejar juntos, replanejar, avaliar o desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos da turma. Para que assim haja uma verdadeira inclusão e não somente o desenvolvimento dos alunos ditos normais, mas de todos os alunos e, os professores com o mesmo grau de responsabilidade por todos, sem hierarquias.

Nóvoa (2009) mostra a importância do professor como sendo elementos insubstituíveis na educação, tanto para as aprendizagens como também para a inclusão, e para lidar com os desafios diante das novas tecnologias e a diversidade. Os professores diante do futuro já vivido atualmente estando no centro de tantas preocupações e também da política existente. O autor destaca a importância desde a formação docente, de refletir conjuntamente desde a organização, observar na prática a qualidade do ensino. Ver na realidade o processo pedagógico existente e um envolvimento real para mudanças. Um exemplo é o que acontece com estudantes e professores médicos, onde o estudo acontece na prática. Depois de atender o paciente, de uma análise em conjunto, há ainda no final um debate sobre a realidade do hospital, suas organizações, e o compromisso na busca por melhorias. Sugere, que para a formação dos professores dever-se-ia estudar os casos problemas com aprofundamento e fazer um estudo das práticas pedagógicas coletivamente, havendo compromisso social resultando em mudanças. Sendo de suma importância a concretização da profissão na formação docente. É importante que a proposta teórica seja construída dentro do seu próprio fazer pedagógico. E novos modos de organização é sua segunda medida.

Que formas colaborativas entre os professores podem ser inspiradas na colegialidade de outras profissões como entre engenheiros, médicos, outros, que vale olhar que ocorrem a integração dos novos

profissionais, jovens, como se dá a prestação de contas do seu trabalho, como ocorre ou são construídas essa integração da universidade com a profissão. Ainda são frágeis os movimentos pedagógicos e seu papel de inovação ao longo da história. Há a necessidade da pesquisa e inovação e a discussão de ideias sobre a formação dos professores e o ensino aprendizagem bem como, sobre a formação dos estudantes. Havendo necessidade de grupos ou comunidades de práticas onde possa existir um sentimento de pertença transformando-se em processos de mudança e desenvolvimento profissional, também com condições de novas políticas públicas aos profissionais. As organizações das escolas precisam ser coerentes, facilitando este propósito e o compromisso dos profissionais, bem como sociais e políticos. Para Nóvoa, a terceira medida é a presença pública dos professores e sua identidade profissional. A aprendizagem ao longo da vida antes era vista como um direito, passou a ser uma necessidade e atualmente, agora vista como uma obrigatoriedade. “A única saída possível é o investimento na construção de redes de trabalho coletivo que sejam o suporte de práticas de formação baseadas na partilha e no diálogo profissional” (NÓVOA, 2009, p. 8). Há a necessidade dos professores no espaço público, e sua força está na capacidade de comunicação com o público. E o trabalho de formação precisa estar associado aos problemas vistos e sentidos diariamente pelos professores. Necessidade de passos concretos para haver mudança.

A exigência diante de novas realidades culturais e dificuldades trazidas pelos alunos da atualidade, dos que não querem aprender, faz com que observamos a dimensão do ensino e do ser professor. Sendo importante o estímulo desde a sua formação, o conhecimento e autoconhecimento no sentido de uma profissão que encontra-se no cerne da sua própria identidade. Uma profissão pautada em princípios sociais e responsabilidades que lhe são confiadas. Sendo necessário aprender a comunicar com a sociedade, participar do espaço público da educação. Contribuindo para que o trabalho da educação comunique também para sua evolução, permitindo-lhe alcançar credibilidade e valorização que perdeu-se de certo modo com as transformações sociais. Há a necessidade de um novo espaço público, entre professores e sociedade. A escola precisa ter voz para seus assuntos educativos, com capacidade para tomar decisões. A escola, segundo Nóvoa, deve ser um espaço de partilha e análise das práticas pedagógicas, transformando suas experiências em conhecimento para a formação dos profissionais mais jovens e para desenvolvimento de projetos educativos, comunicando para além da escola. A sobrevivência do profissional da educação vai de acordo com sua visibilidade social. Dependendo assim de seu trabalho de qualidade em seu meio interno como também de sua intervenção no espaço público da profissão. Assim, a grande necessidade de novos meios para a formação do novo profissional e o papel da escola na sociedade atual. A escola veio acumulando conteúdos e missões levando a assumir infinitas tarefas. Instruir, formar, educar para a cidadania e para os valores. Iniciou pelas questões intelectuais, continuou suas ações em defesa dos sentimentos, das disciplinas, da educação para a prevenção de doenças do corpo, da sexualidade, em defesa do ambiente, da prevenção do tabagismo, das dependências químicas, integrando conteúdos tecnológicos e todas as competências sem retirar nada. Obtendo um quadro de escola para salvação da sociedade. Ao apresentar tais implicações para o modelo da educação atual, o objetivo é que não se encerre nos cenários existentes e sim causar uma reflexão para o sistema de ensino e provocar mudanças necessárias. Há diante de várias justificativas, a imposição para dentro da escola, que são de responsabilidade primeiramente de outros meios.

Memórias Narrativas

Como conceito significativo a noção de Memória tem sofrido ressignificações bastante importantes. Para Barros (2009), a memória como um processo limitado e parcial de lembrar fatos passados ou o significado que um indivíduo representa como passado são as designações mais comuns e habituais da memória.

Existe uma significação ainda mais vulgar, na qual memória consiste apenas em uma categoria estática de dados, como um simples depósito de dados, ou uma atualização mecânica de vestígios, significações como essas, normalmente aplicadas a Memória Individual acabaram por contaminar a ideia de Memória Coletiva, que também passou a ser vista como um “depósito de informações”, de dados, de lembranças passivas, não problematizadas. Esta vertente não é mais condizente com os dias atuais, principalmente com a contribuição de Halbwachs (2006), que defendia um caráter social da memória.

Pollak (1992), em seu artigo “Memória e identidade social”, aborda importantes reflexões sobre as concepções de memória e sua relação com a identidade social. Observa que, como já defendido por Halbwachs, a memória deve ser entendida não somente no campo individual, mas no coletivo e social. Pollak (1992) ainda destaca que a memória é constituída dos acontecimentos vividos de forma individual, íntima e no coletivo, grupal.

Ainda sobre a definição de memória, o autor salienta que ela se apoia em um tempo cronológico e a lugares. Sobre o segundo aspecto, traz que os lugares da memória estão interligados a lembranças pessoais e que conjuntamente são atravessadas pelo tempo, o que pode ser perfeitamente relacionado ao momento ao qual uma pessoa está aprendendo, quando fica sabendo da novidade ou até mesmo quando acompanha uma forma de ensinar e aprender e se existe um tempo, dia, ano e lugar, mas também as diversas sensações e sentimentos; as lembranças daquele fato. Assim, a construção da identidade coletiva está interligada na forma como é representada aos outros. A discussão de memória e identidade social dão essência para refletirmos sobre o papel do ensino colaborativo na contemporaneidade, pois são valores que estão em disputa nas relações interpessoais e de aprendizagem.

Considerações Finais

A escola é a extensão da família. Ela é a mediação concreta da existência da sociedade em seu tempo histórico. É a mediação básica da vida social humana. Diante de vivências diárias no trabalho escolar e dificuldades para o ensino /aprendizagem dos alunos, buscamos recursos e estratégias necessárias para uma educação efetiva, superando práticas sociais desiguais. Trabalhar com educação é construir valores. Para que haja aprendizado é necessário práticas inclusivas. Assim, para alcançarem as metas, é necessário os professores trabalharem juntos. Ao ser adotado como política pública, o coensino passa a objetivar como prática de ensino em nosso meio. Para isso, faz-se necessário a formação e o apoio permanente aos profissionais da educação em formação/capacitação em consolidar o ensino colaborativo. Conhecer essa proposta, é sobretudo avançar na educação para todos. Há um caminho a trilhar. Há a necessidade dos professores e da gestão escolar em querer trabalhar colaborativamente. Sobretudo, de políticas públicas voltadas para esse fim.

Referências

BUSS, B.; GIACOMAZZO, G. F. As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): Diálogos com o Segundo Professor de Turma em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2019, v. 25, n. 4 [Acessado 31 Julho 2022] , pp. 655-674. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400008>>. Epub 25 Nov 2019. ISSN 1980-5470.

CAPELLINI, V. L.; FIALHO, M.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo : Edicon, 2019. 96p.

NÓVOA, A. **Professores Imagens do futuro presente**, Lisboa: Educa, julho de 2009. 41 pág.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

BARROS, T. H. G. A indexação e o arquivista: aproximações iniciais no universo teórico das organizações e representação do conhecimento. **Encontros bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n.46, p. 33-44, mai/ago, 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.

DIVERSIDADE E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A UNIVERSIDADE LA SALLE (CANOAS-RS-BRASIL)

Marcio Leandro Michel

Cleusa Maria Gomes Graebin

Introdução

No ano de 2020, a consultoria McKinsey & Company apresentou um amplo estudo sobre a diversidade nas organizações na América Latina. No artigo de divulgação dos principais resultados deste estudo, intitulado de *Diversity Matters: América Latina*, publicado em 02 de julho de 2020, no site da subsidiária brasileira da McKinsey, é reforçada a ideia de que empresas inclusivas são mais saudáveis, felizes e rentáveis do que aquelas que não tratam esta questão como prioritária. Trata-se de um estudo pioneiro, pois abordou questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual; evidenciando “a interconexão da diversidade com práticas de negócios positivas, comportamentos eficazes de liderança, saúde organizacional e performance do negócio” (MCKINSEY, 2021, s/p.).

Outra perspectiva, também mirando a América Latina e Caribe, é o estudo de Netto *et. al.* (2018) sobre a Educação Superior na região. Os autores afirmam que o período de crises e de transformações da sociedade contemporânea que se está vivendo, oportuniza “repensar a educação superior e o ideal universitário” (NETTO, *et al.*, 2018, p. 27). Ao refletir sobre o papel

da universidade do futuro, ou seja, o que irá direcionar a sua forma de organização e de atuação, não é possível dissociar este da contribuição para a construção de uma sociedade com menos desigualdades, com mais solidariedade e justiça social. Desta forma, se desenvolve o potencial de todos os indivíduos por meio de uma educação de excelência. É neste ponto que se encontra a motivação desta nova universidade: “a esperança na construção de um mundo melhor” (NETTO, *et al.*, 2018, p. 27).

Foi a partir deste cenário e destas provocações que este artigo foi elaborado. A unidade de análise, diferente da pesquisa McKinsey, é uma instituição de ensino superior: a Universidade La Salle, de natureza comunitária e filantrópica, sediada na cidade de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Entendemos que uma universidade, notadamente uma comunitária, como a Unilasalle, pode ser considerada uma organização, mas diferente das organizações empresariais. As universidades têm suas singularidades, com concepções específicas de gestão, com fundamentos conceituais, caráter pedagógico e missão de produzir e socializar o conhecimento, formar recursos humanos para atender demandas complexas, com posicionamento crítico e com decisões a serem tomadas não só por gestores, mas por colegiados, conselhos, comissões, entre outros.

Baldrige (1982), ao examinar a Universidade de Nova York, indicou que o processo de gestão deste tipo de instituição observava parâmetros políticos, em vez dos burocráticos. Segundo ele, há elementos que marcam os processos decisórios universitários, cujos pressupostos são os que seguem: a maior parte dos membros não se envolve nas decisões, estas são tomadas por grupos pequenos que carregam as responsabilidades, participação temporária, fluída em reuniões, grupos de interesse com valores diferenciados, competidores com diferentes posições ideológicas. Assim, a gestão é negociada e as soluções são temporárias, pois logo surgem outros problemas ou decorrências dos primeiros. Baldrige (1982) informa que relações interpessoais interferem nos processos, o que torna problemas e suas soluções difíceis de administrar.

Já Cohen, March e Olsen (1972) indicam que em algumas universidades, os clientes podem intervir nas decisões, trazendo mais problemas do que soluções. Assim, o processo se firma em procedimentos de escolhas do que e como fazer — procuram-se os problemas, a partir de sentimentos os quais se voltam para as escolhas a fazer a respeito dos problemas que deverão ser resolvidos. A solução, para Nelson (1991) é ter eficiência ao delegar os processos decisórios, a partir de modelo que atenda tanto as expectativas internas quanto externas (da clientela).

Com base nessas abordagens pode-se, então, conceituar a universidade como uma organização que tem sua especificidade decorrente das características do seu nível operacional. Essa singularidade do nível operacional faz com que a universidade se diferencie radicalmente de todos os outros tipos de organizações.

A pesquisa traz, a partir dos estudos no campo da Administração, da Memória Social, da Educação e da Sociologia, o conceito, organização inclusiva. O desafio é a promoção de ações em prol da diversidade cultural em todos os âmbitos da instituição, compreendendo a sua infraestrutura administrativa (forma de organização) e acadêmica (forma de atuação).

As organizações inclusivas são aquelas que valorizam a diversidade, possuindo as seguintes características: pluralismo; integração estrutural total; integração total das redes informacionais; ausência de preconceito e discriminação; nenhuma lacuna na identificação organizacional com base nas identidades; busca de baixos níveis de conflito entre grupos. As organizações inclusivas privilegiam a busca da eliminação de conflitos e discriminações.

A construção de memórias é o fio condutor para o desenvolvimento deste estudo, por ser a principal fonte de coleta de dados. Por meio das memórias pretendemos investigar os processos de inclusão das diversidades. Para tanto, oportuno utilizar o conceito de memória institucional, criado por Gutierrez e Borges (2020, p. 225):

A memória institucional pode ser compreendida como resultante de um processo contínuo de seleção de memórias que ocorre a partir das relações e práticas que são repetidas dentro das instituições, que com o tempo são relacionadas à identidade e representação, em seu caráter ambivalente e indissociável entre lembranças e esquecimentos que são revelados ou escamoteados nas narrativas e é alimentada pela descontinuidade.

Nesse sentido, a pesquisa se desenvolve com a intenção de construir uma introdução à narrativa de parte da memória institucional da Universidade La Salle, organização universitária confessional católica e comunitária. Fazemos isto, a partir da junção de narrativas e fragmentos de lembranças sobre a promoção da diversidade pela instituição. Ainda, recorrendo aos estudos

de Thiesen (2013) e Gutierrez e Borges (2020), que são utilizados como embasamento teórico da pesquisa, podemos afirmar que a memória, através da seleção e retenção das informações relevantes para a instituição, torna-se um componente essencial para a manutenção, reprodução e sobrevivência institucional. Assim, na sequência, analisamos excertos de duas entrevistas temáticas realizadas com colaboradores a respeito de suas percepções sobre a inclusão das diversidades na Unilasalle.

Narrativas dos colaboradores

As entrevistas temáticas foram realizadas a partir de roteiro elaborado pensando em marcadores sociais como os geracionais, as questões de raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, classe social, questões de deficiência ou limitação física e mental.

A entrevistada A se reconhece como mulher cis, gênero lésbica, branca, espírita. Ao tratar sobre inclusão na Unilasalle narra que:

Desde que eu entrei, eu percebo que a universidade vem fazendo alguns esforços para incluir uma maior diversidade em termos de marcadores dentro do seu espaço. Por exemplo, antes eu não via circulando pessoas trans e agora já temos duas se eu não me engano. Pessoas negras. Eu vejo uma circulação maior de pessoas com deficiência. Noto uma preocupação maior das pessoas no acolhimento a essa diversidade, mas eu acho que o La Salle ainda tem muitos passos a evoluir com relação à inclusão, principalmente nas práticas de gestão de recursos humanos.

A entrevistada, como integrante de um grupo minoritário no corpo de colaboradores, ao mesmo tempo em que atesta mudanças na instituição, traz uma visão crítica: caíram algumas barreiras, mas ainda são apenas duas pessoas trans para as quais não se conseguiu dar acolhida efetiva.

Por exemplo agora, a gente tem pessoas trans na universidade. Não vejo nenhum movimento para a gente falar sobre isso, entre os colaboradores, sabe? Porque eu acho que é uma forma de acolhimento, não é? [...] a gente não trata a inclusão ainda de uma forma muito avançada, a gente está muito engatinhando. Por exemplo, a gente faz parte do Pride Conexão, desde que eu saí, eu não vejo nenhuma iniciativa, voltada para a inclusão dentro do La Salle por essas pessoas que lá representam a universidade. [...] quando a gente abre para o microfone para falar, é só para falar do curso. Eu não vejo sentido de fazer parte de um grupo como esse, se a gente não pode de repente, trazer daqui uns anos essa reunião pro La Salle, para dizer: “Bom, olha só, a gente tá fazendo isso, a gente tá fazendo aquilo, a gente tem grupos de conversas sobre pessoas trans, a gente tem cursos de livros gratuitos para todo mundo que trabalha no La Salle” sabe? Isso é inclusão. É a gente não só colocar as pessoas para dentro, né? É realmente sentir...

A partir de Pollak (1989), podemos pensar o silêncio sobre o que se faz na Universidade, como uma resistência ao comprometimento para com a inclusão, para com a escuta do que o outro tem a nos dizer? Há razões políticas para a demora em romper os muros e trazer as falas daqueles e daquelas que denominados de diferentes, impedindo de que inscrevem suas lembranças, maneiras pelas quais querem ser reconhecidos? Como proporcionar espaços de acolhimento e de valorização favorecendo a emergência de memórias subterrâneas favorecidas? Cabe-nos, ainda reportando-nos a Pollak (1989), criar “[...] redes de sociabilidade afetiva [...]”, organizar a aproximação de quem é admitido na instituição, mas continua sendo posto à distância.

Ao ser questionada se a diversidade é uma das pautas da Universidade, a colaboradora responde que:

Eu acho que ainda não. Eu acho que ela precisa fazer parte de um plano de diversidade, de inclusão, e que ela entre mais forte num planejamento estratégico, porque não vejo muita diversidade no planejamento estratégico. Quando eu olho para o nosso planejamento estratégico, não vejo um. Não acho que é uma pauta prioritária. Eu acho que outras pautas são prioritárias, acho que fica em segundo plano assim.

Reportando-nos ao planejamento estratégico, seria ele um quadro de referências que *enquadra* as questões relativas às diversidades e justifica que ainda estejam subterrâneas? Quais seriam então, as possibilidades de emergência? Pollak (1989, p. 10) afirma que aqueles que têm o poder acreditam que “o tempo trabalha a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”. Porém, se o tempo se alarga “pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento” e, no caso que estamos discutindo, macular a imagem que a instituição construiu para si mesma.

Neste sentido, o entrevistado B, em sua narrativa, reflete sobre a universidade, as suas propostas e a legislação para inclusão das diversidades:

Depois que tu tem uma lei, que tu tem um discurso, que tu atende governo com aqueles números mínimos, a instituição começa a se permitir [...] não faz sentido para mim como gestor ou como instituição só atender uma lei e atender número para agradar governo, pra agradar uma instituição, pra agradar não sei o quê. Eu literalmente quero que as pessoas se sintam amadas, acolhidas na sua dignidade, independentemente de se nasceu pobre, se nasceu rica, se identifica-se hetero, homo, LGBT... não me importa todos mundo é gente, todo mundo merece ser feliz, todo mundo é digno e tem dignidade.

Sabemos, como indica Pollak (1992), que ao entrevistarmos alguém, o que recolhemos são memórias individuais, porém, temos de compreender, também, que é algo construído coletivamente que poderá se modificar, tendo em vista as transformações de cenários. Parece-nos que a legislação em relação às diversidades possibilitou abertura para algumas ações na universidade, porém, no movimento da fala do entrevistado, há pontos imutáveis que procedem do tempo longo do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, ou seja, o acolhimento.

Eu não estou contratando porque o *cara* é negro ou é branco eu estou contratando pela competência, por aquilo que ele pode agregar na instituição e eu creio que, em grande parte, eu te diga um sim parcial [sobre a inclusão], porque a instituição criou um clima onde nós, nós podemos contratar pessoas sem ficar presos ao critério religião. Eu nunca perguntei e nunca, nem por curiosidade, fui à ficha dos funcionários [para verificar] se é católico, evangélico, budista, tem religião. Não tem isso, para mim não importa, me importa que sejam pessoas boas que deixem um legado legal. Ah se o cara é casado, solteiro, desquitado, homoafetivo, isso não me importa, eu me importo que seja uma pessoa que quando está com alunos, com comunidade, me passe valores, me agregue, faça um mundo melhor isso é ser inclusivo no meu conceito.

Quando o entrevistado B cita que a instituição criou um clima favorável para a inclusão das diversidades, remetemos aos estudos de Pollak (1992) sobre os elementos constitutivos da memória individual e coletiva: acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles por tabela, ou seja, “[...] vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 2). Então, há um peso do que se diz, do que se lê sobre os lassalistas, suas opções pelos que vivem à margem da sociedade, bem como de outro elemento vital em termos de construções de memórias, que são os personagens.

Como lembra o entrevistado:

[...] a IES [Unilasalle] nunca fez discriminação e ela tem histórico de negros e brancos aqui dentro. Nos últimos anos eu nunca vi, na universidade, movimentos feministas para recuperar o papel da mulher. Por que é em parte [a Unilasalle ser inclusiva]? Porque tem alguns projetos que levantam a bandeira. Então tu deves perguntar por que que nós entramos no HeForShe? Sinal de que estávamos sentindo que a IES estava muito machista e era preciso dar uma equilibrada na cultura institucional. Por que nós criamos um pós [lato sensu] sobre diversidade? Porque sentimos que precisávamos romper com determinadas estruturas rígidas do porquê sempre foi assim. Não precisa *sempre ser assim* e dar continuidade a um continuísmo que não inclui a cultura de uma igreja, eu diria, de um Papa antes do Papa Francisco, também deu uma freada nessa diversidade cultural. É aí que eu faço esse reforço a partir do Papa Francisco, que chama para uma fraternidade universal, para direito de todos.

O novo discurso da Igreja Católica, que veio com o Papa Francisco, tem auxiliado a romper com estruturas rígidas e, no caso que estamos examinando, colabora para trazer à tona as vidas e memórias dos que ficaram invisibilizados. Assim, apontamos um outro elemento, o da memória ser política e que em determinados tempos, o não dito, o que havia ficado no subterrâneo vem à tona, dando direitos e

possibilidades de construção identitária, tanto para pessoas quanto para a instituição.

Considerações finais

As universidades e, em especial, as confessionais, enfrentam diversos desafios na contemporaneidade. Entre eles o de tratar a inclusão das diversidades como uma das pautas prioritárias. Não se trata do que virá, de preparar-se para o futuro, mas do que já está posto e para o qual tem de dar respostas rápidas.

Assim, ao considerarmos que a gestão de uma organização universitária precisa observar parâmetros políticos, estamos concordando que negociações, observação e reflexão do que circula entre os grupos, comissões, colegiados e conselhos, relações interpessoais ao mesmo tempo que interferem nos processos decisórios, também os tornam menos monocráticos. Ao se decidir por pensar a Unilasalle como organização inclusiva, estamos levando em conta sua potencialidade para a eliminação de discriminações e a inclusão das diversidades.

Permitimo-nos fazer um exercício introdutório sobre narrativas de colaboradores, buscando sua percepção sobre a Unilasalle e a inclusão, com o propósito de trazer subsídios para a memória institucional. Nosso referencial teórico partiu dos escritos de Pollak (1989, 1992), os quais embasaram as análises. De tal modo, é possível inferir que a Unilasalle está em trajetória para ser uma organização universitária inclusiva, mas que precisa criar redes de solidariedade afetiva para receber e incluir as diversidades, sejam de qual marcador. Não basta ter algumas ações, mas que é necessário romper silêncios e inserir pautas para a inclusão no plano estratégico, ou seja, é preciso discussões amplas em todos os níveis decisórios, a preparação de protagonistas e aprendizagens continuadas que deem legitimidade às deliberações e decisões.

Referências

BALDRIDGE, J. Vitor et al. **Estructuración de políticas e liderazgo efectivo en la educación superior**. México: Noema, 1982.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G., OLSEN, J. P. A garbage can model of organizational choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, p. 1-25, 1972. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235616360_A_Garbage_Can_Model_of_Organization_Choice>. Acesso em: 18 out. 2022.

GUTIERREZ, A.; BORGES, M. Memória, capital e empreendedorismo institucionais: análise de um período de crise em um instituto de matemática brasileiro. **Revista Inclusiones**, 2020, p. 205-233. Disponível em: <<https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/issue/view/15>>. Acesso em: 19 out. 2022.

DIVERSITY MATTERS: **América Latina**. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/br/our-insights/diversity-matters-america-latina>>. Acesso em: 18 out. 2022.

NELSON, R. B. **Delegar**: um passo importante, difícil e decisivo. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

NETTO, C. A. Et al. **Repensando a Educação Superior na América Latina e no Caribe**: princípio, missão e valores institucionais. CRES 2018, 2018.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 18 out. 2022.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: UFPB. 2013.

ETNODESENVOLVIMENTO E QUILOMBOLAS DA VÓ ELVIRA DE PELOTAS/RS: ANÁLISE DE DEPOIMENTOS

Jorge Luis da Silva Nascimento

Maria de Lourdes Borges

Moises Waismann

Introdução

Boa parte da população negra sem maiores qualificações, não tem acesso significativo ao mundo do trabalho assalariado, seja no setor da agricultura, industrial ou comercial, compondo fração frágil da sociedade sul-rio-grandense, sendo-lhes limitado conquistar autonomia socioeconômica. De acordo com Silva (2009) ao longo do tempo os descendentes de ex-escravos mantiveram domínios sobre alguns territórios no interior gaúcho. Nestas coletividades étnicas preservaram, ainda que, sob condições difíceis, características singulares e próprias. Atualmente, estas comunidades são designadas em diversas instâncias como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ). De acordo com O'Dwyer (2002), o termo quilombo se refere a diferentes grupos que, com o tempo, desenvolveram distintas maneiras de manter e reproduzir os seus modos de vida, com características de determinado lugar, mantendo assim, uma forma de resistência.

Neste cenário, o etnodesenvolvimento emerge como um modelo para o sustento e conservação de uma comunidade, através da geração de renda, conseguindo manter o seu diferencial sociocultural (STAVENHAGEN, 1985). O etnodesenvolvimento trabalha com um desenvolvimento que incorpora a etnicidade da comunidade, valorizando recursos da cultura, sejam eles reais ou potenciais (ALMEIDA, 2017). A eficácia do conceito do etnodesenvolvimento está alicerçada na capacidade autônoma de uma comunidade para orientar seu próprio desenvolvimento (ALMEIDA, 2017).

Assim, este conceito parte do ponto de vista que, às necessidades básicas das populações, não podendo comprometer os padrões de vida das futuras gerações. Os recursos devem ser empregados conforme a capacidade de reposição da natureza, de forma que o desenvolvimento econômico não agrida com violência e irreversivelmente o ecossistema, e simultaneamente, compense os problemas sociais graves (PEREIRA, 2011).

Desta foram, este estudo contribuirá diretamente para as pesquisas na Linha Memória e Gestão Cultural, uma vez que, trará à baila configurações de gestão e produção da cultura que não se encontram facilmente em equipamentos e espaços culturais, não frequentados ou ocupados pela população negra. Dando ênfase a essas formas de gestão e produção, favoreceremos com este trabalho a movimentação de um sistema de valores, ideias, crenças e ideias incomuns; um sistema que institui uma perspectiva ética e uma estética para o viver na coletividade, pautando-se na valorização da vida humana, da natureza e da integração por meio dos mundos imaterial e material. (NASCIMENTO, 2018).

Diante deste contexto este artigo tem como objetivo compreender como o etnodesenvolvimento se evidencia em depoimentos de quilombolas da Vó Elvira de Pelotas/RS.

A metodologia utilizada para este trabalho foi estudo de caso com abordagem qualitativa. Este estudo de caso é uma situação específica, onde o caso do quilombo e suas especificidades envolve questões ambientais, socioeconômicas e culturais. E de acordo com Yin (2001, p. 23) “o estudo de caso

é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”.

Para Gil (2010, p. 37) o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Também define o estudo de caso da seguinte forma: “[...] é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. [...] Igualmente, estudos de caso diferem do método histórico, por se referirem ao presente e não ao passado” (GIL, 2010, p. 37).

Sobre a abordagem qualitativa Minayo (2001, p. 22) diz que responde a demandas muito específicas. Nas ciências sociais, ela se preocupa, com um padrão de “realidade que não pode ser quantificado”. Isto é, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Etnodesenvolvimento e os Quilombolas

Neste contexto, o conceito de etnodesenvolvimento é fundamental. Primeiro, porque é uma proposta de tensionamento do capitalismo através da auto-organização e autonomia de um grupo oriundo de populações tradicionais que mantém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura (STAVENHAGEN, 1985). Segundo, porque permite a reprodução da comunidade levando em consideração seus aspectos memoriais e identitários. Em outras palavras, tematizar o etnodesenvolvimento no âmbito de comunidades remanescentes de quilombos é uma estratégia visando à sua duração social, quer seja em espaços urbanos ou rurais.

Em que consiste o etnodesenvolvimento e como o termo se impõe nas políticas públicas brasileiras? Em termos simples, como assinala Stavenhagen (apud FARIA, 2005, p. 72), etnodesenvolvimento é “o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade”. Sob este contexto, “o desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc.” (FARIA, 2005, p. 72). Não obstante, essa modalidade de desenvolvimento pode – e está sendo – utilizada nas políticas públicas brasileiras com vistas a gerar alternativas desenvolvimentistas para diversos segmentos da população.

A logística e estrutura de funcionamento na CRQ Vó Elvira, sua historicidade encontra-se no tempo entre a comunicação oral e linguagem escrita dada as condições objetivas da ética, do respeito científico com a inclusão da História social dessa comunidade na (na sua vida social da diáspora brasileira) na vida ocidental colonial e pós-colonial e republica estruturalmente legisladas na constituição do Estado brasileiro.

Memória social da negação de direitos: cidadãos, direito a saúde, educação terra, trabalho e cultura, ir e vir nas cidades. As condições de vida da comunidade Vó Elvira expressam isso, podemos citar como exemplo, exiguidade de espaço para morar, plantar, ser e crer na sua fé religiosa, para tanto, cunhamos o conceito do etnodesenvolvimento no sentido de desvelar simetricamente, as assimetrias (Racismo estrutural) que envolvem os contextos das narrativas e linguagens exercitadas no cotidiano, pela vida social no Estado e sociedade ocidental brasileira.

Para Couto (2011, p. 73), passamos a dispor de uma raiz, de um chão perene, “de um ventre”. Nossa casa, nossa terra, “os lugares, sejam eles a casa, a escola, a rua, o pátio, para as brincadeiras são

sempre espaços sagrados. “[...] quando nasceu a agricultura, ganhamos o sentido do lugar”.

A casa é um lugar sagrado, lugar dos esconderijos primeiros. No conto A despedideira, a personagem principal lembra “[...] dessa primogênita primeira vez. Como se aquele momento fosse, afinal, toda minha vida. Aconteceu aqui, neste mesmo pátio em que agora o espero. Era uma tarde boa para a gente existir. O mundo cheirava a casa” (COUTO, 2011, p. 52). É nessa casa que aprendemos a falar, não apenas negociar palavras. “[...] Falar é outra coisa, é essa ponte sagrada em que ficamos pendentes, suspensos sobre o abismo. Falar é outra coisa, vos digo” (COUTO, 2011, p. 52).

Depois da casa, vem a rua, a aldeia, a escola. “[...] A cidade é um cordão umbilical que criamos depois de nascermos” (COUTO, 2011, p. 150). É nelas que vivemos e aprendemos a sonhar. A escola é a segunda experiência de cidade de uma criança, a escola é também uma casa, um oikos ampliado, uma pequena aldeia. Cheia de línguas, de linguagens. Uma casa-escola para as crianças pequenas não pode reproduzir uma casa-moradia, mas pode compor ou oferecer às crianças uma experiência primeira de infância. A escola oferece paisagens, cenários para as crianças atuarem e viverem as suas infâncias.

Análise e discussão dos dados

O trabalho de pesquisa de campo ideias e pensamentos suas encruzilhadas e subjetividades, a busca de sentidos e fé, formando a arquitetura estética, a oralidade transformada em escrita, das informações que estruturam novos saberes de educação e saúde do corpo social territorial.

A formação de inter-religiosidades, novas crenças de ser e fazer ciência e vida social, vida territorialmente, saúde física e mental, procura e transformação. Sendo biologicamente um corpo que saudavelmente carece de sentidos para a existência do complexo humano de viver, o corpo social contemporâneo irrigado pelo sangue (hemácias) e (elementos) veículos de energias vitais que formam fisicamente o ser humano as identidades individuais e coletivas do bem viver culturalmente. A arte, musicalidade e a felicidade

Neste sentido, a viagem de ida a cidade Pelotas na CRQ Vó Elvira enseja em mim, o axé, essa energia vital, que me abastece corporalmente dessa energia dos sentidos, onde deverei estar preparado para ouvir em louvor a ancestralidade que permanece nos quilombos e em mim, memórias dos sacrários culturais de saberes e humanidades ancestrais negras

Como dado empírico a degravação do vídeo “Documentário sobre a Comunidade Quilombola Vó Elvira (2018)” é apresentada, gentilmente recomendado pela comunidade, em dialogo no trabalho de pesquisa de campo. Este vídeo é uma avaliação da disciplina “Seminários em Administração” do curso de Administração da Universidade Federal de Pelotas. Este documentário foi realizado em 17 de fevereiro de 2018 na comunidade vó Elvira, localizada no 9º Distrito (Monte Bonito) em Pelotas. Para a escrita deste artigo fizemos um recorte de algumas falas dos participantes.

Quadro 1 – Participantes da Pesquisa

Nome	Idade	Localidade
Antônio Leonel Rodrigues Soares	49	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas
Leandra Ribeiro Fonseca	32	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas
João Francisco de Matos Fonseca	76	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas
Vanda Ribeiro Fonseca	72	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2022.

O primeiro questionamento feito foi sobre o nome da Comunidade, que foi para homenagear a pessoa que ali estava reunida junto com a gente e contou a história do Lugar, e que a gente não sabia, era a pessoa respeitada pois era a pessoa mais velha, quer dizer, hoje tem muitas responsabilidades, não só pelo nosso nome, mas também a memória dessa pessoa. A Vó ELVIRA.

Leonel contou que existem 122 comunidades no RS. No nosso território sul que são 22 municípios da região são 43 comunidades. Sobre a memória sobre a trajetória de conquista dos quilombolas, Leonel expos: “[...] lembro que agente conversava sobre este assunto, o meu pai não gostava de lembrar, nem falar daquele tempo, mas acho que mudou bastante, em virtude das dificuldades, incentivaram, ai iniciou-se ter novas oportunidades, com as políticas públicas, propiciando avanço com a luta do movimento negro e quilombola no Brasil (2001) com eleição do presidente LULA”, por preção do movimento ele fez isso, “pois tinha que ter uma política para este grupo que nunca teve acesso moradia, terra, educação”.

Leandra contou que os negros “ficaram nas fazendas no fim da escravidão, os negros tiveram que resistir nos quilombos para sobreviver, não sabiam ler nem escrever, muitos continuaram escravizados, não como antes, mas com alguma terra para plantar”, contudo, ainda não tinham o “direito à propriedade da terra, mas trabalhavam para um senhor, como propriedade dele”.

Diante de contexto a sistematização das políticas públicas brasileiras, o etnodesenvolvimento, opera noções de igualdade racial e desenvolvimento étnico, que passam a ser correlacionados a pressupostos, como: cidadania, justiça, igualdade, pluralismo, democracia. Sob esse ponto de vista, o Estado não é neutro frente às questões raciais. Ao contrário: trata-se de um indutor de novos quadros de cidadania e pluralidade cultural. Assim, ao Estado não cabe apenas divulgar ou trazer à discussão as ações afirmativas, mas deve criar condições efetivas para que 60 famílias da CRQ Vó Elvira transformem suas condições de existência e autoreconhecimento.

Os quilombolas da Comunidade Vó Elvira trazem marcas de sua invisibilidade, que pode-se perceber nas falas de Leonel e Leandra:

Eu acho que estas consequências pelo fato deles enxergarem a gente como inferior, achar que a gente não tem condições de fazer um empréstimo num banco, qualquer coisa, até chegar numa loja, as pessoas ficam cuidando para ver se não vai roubar nada, então a gente sempre foi rotulada, ficando difícil retirar esse rotulo que a gente faz coisas erradas. Então isso são consequências que vão ficar por muito tempo, de agente sermos inferiores, para algumas coisas, somos visíveis, e para outras invisíveis. (LEONEL).

Invisível no trabalho braçal!! Para agente a questão é como tu conseguiu entrar na Universidade? Agente estar num banco!! Estar numa loja!! Eles estão cuidando agente, estão sempre atrás da gente pensando que vamos pedir alguma coisa para eles. Ficam sempre com outro olhar para agente, como se não tivéssemos condição de estar ali. Comprar um lanche, ou almoçar, agente na universidade, Como tu conseguiste entrar? Como passou? Leandra: é que eu tive capacidade de estudar e passar como toda as outras pessoas. Em qualquer lugar o negro não tem condições de adquirir coisas. Trabalhar lutar conseguir alguma coisa sempre tem uma suspeita segundo Leandra (LEANDRA).

Leonel relata que a agricultura na comunidade Vó Elvira, naquela época não se tinha arame para demarcar o território, as pessoas foram avançando e deixando nós num canto, separados dos recursos naturais (com falta de água), o que não foi diferente para as demais comunidades da região. As áreas eram maiores naquela época, não tinha arame para demarcar o território, com avanço dos limites, ficamos num canto, sem água e com pouca terra. Não vimemos à toa da África, pois o que temos de construções, e também na agricultura, a gente veio para trabalhar e trabalhar entre muitos agricultores, é que falta terra, essa é uma luta que hoje é questão, de ameaças e perigos, perigo ainda não tem muito, por que não

tem e ainda não se mexeu com isso, conseguimos alguns avanços, mais a terra é fundamental.

Leonel também relatou que existem 60 famílias (240 pessoas, mais ou menos) e que a adesão é por auto indicação, nem todos fizeram a opção, motivo alegado a lembrança do passado de escravidão.

A luta pelo pedaço de terra é lembrada através das conversas que Leonel tinha com seu pai, mas que seu pai não queria lembrar de muita coisa, não queria falar e nem lembrar daquele tempo para cá, acho que já mudou bastante, quando viram as dificuldades, “ai começaram a incentivar, ai a gente começou a ter novas oportunidades, e também com as políticas públicas que teve avanço e crescimento com a luta do movimento negro e quilombola do Brasil a partir de 2001”. Esse movimento inicia “com o Presidente LULA, não por que ele quis isso, tinha uma pressão do movimento acompanhando, tinha que ter uma política para esse grupo que nunca teve acesso a moradia, terra, educação e Saúde”.

Quando perguntado sobre se comunidade sofre algum tipo de ameaça referente a isso, Leonel referiu:

Quando se fala de terra vai haver muita repressão e conflito com quem tem terra, no passado, e quem tem terra hoje, quem tem terra tem poder. Tem como entrar no banco, essa luta por terra para nós é importante, se eu tiver 3000 hectares de terra posso chegar num banco e fazer um baita de um empréstimo, só que a comunidade tem medo de fazer essa luta, já tem no RS 5 comunidades tituladas e regularizadas pelo INCRA. Foi feito um levantamento através de laudo antropológico para estabelecimento dos limites das propriedades para ver se a área era maior ou menor (INCRA), no caso nosso da VÓ ELVIRA, como já fomos reconhecidos pela FCP, nós já temos também processo no INCRA, agora tem que fazer um Projeto, para que possa fazer o estudo da comunidade (CRQ VÓ ELVIRA).

As comunidades eram maiores e os estudos vão comprovar estas questões reais das áreas, tem comunidades que tem medo justamente por isso e por tudo que possa acontecer inclusive a morte de lideranças movimento. Neste sentido, mas eu sei de uma coisa que vai acontecer momento que vai ser reconhecida, a coisa que a gente quer é o que o INCRA faça o que tem que ser feito, tinha todo um movimento e claro junto com movimento quilombola e o movimento negro, mas o Governo não tem muito interesse mexer nisso, então existe toda um preção para que as coisas mudem e saiam do papel, mas não tem interesse por saberem que haverá conflito.

Leonel diz que o que caracteriza um quilombo é “o autorreconhecimento, a comunidade tem que estar num lugar de fuga, que nem todas as CRQs estão ‘num lugar de fuga’. Porque, na nossa região os quilombos eram itinerantes, tem vários sinais aqui em Pelotas de onde eram os quilombos antigos”, Primeiro, tem que ser reconhecido “como quilombola, depois reunir a documentação do lugar e encaminhar para FCP que vai dar esta certidão de reconhecimento”.

Considerando as discussões de O’Dwyer (1995) sobre memória social aqui tratadas a formulação é suficientemente operatória. “[...] o termo quilombos não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea”. Do mesmo modo, não foram sempre “constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (O’DWYER, 1995, p. 1).

Assim, aponta-se a presença de políticas públicas de reparação, materializada nesse caso através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prometendo aos remanescentes quilombolas o direito a posse, demarcação e titulação das suas respectivas terras. Note-se que a “aplicação

de ações afirmativas visa à igualdade no plano dos direitos entre os grupos, e corresponde a tratamentos preferenciais para compensar a discriminação sofrida no passado” (BRASIL, 1998).

Em outras palavras, a relação do indivíduo com o seu espaço territorial deixa rastros e memórias, por exemplo: ao plantar uma árvore caracteriza o seu pertencimento, pois no futuro, será lembrado a transformação do ambiente a partir do ato de plantio dessa árvore.

Leandra explica que “tem que conversar com o grupo porque é uma comunidade de quilombola, depois, pegar como foi dito, enviar para FCP, e também as pessoas como formar o grupo, fazer junto à organização da comunidade para ser reconhecida”. As pessoas têm que reivindicar seus direitos como quilombola e procurar recursos disponíveis para isso.

Para além de práticas culturais, a memória social de uma comunidade remanescente de quilombos ancora-se nas lembranças de luta e da fuga de escravos. Isso tensiona ainda mais a memória coletiva do grupo, que compreende uma série de relações sociais e culturais determinantes de uma experiência de identidade coletiva. Nesse sentido, as relações entre a memória e identidade, bem como a história desses grupos, apresentam-se sob fortes influências de fatores do presente em consonância com as memórias individuais e coletivas. Tal realidade vai ao encontro ao posicionamento de Bosi (1994, p. 55), que frisa ser “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

Todavia, sob a atual realidade político social brasileiro, tal identificação baseada na origem africana também é permeada de silêncios e resistências. A historiografia das culturas brasileiras demorou décadas para dar conta da herança das experiências de tráfico negreiro, escravidão, lutas pela liberdade e construção da cidadania dos povos descendentes de africanos no País (SILVA; SILVA, 2011). Pensando com Arruti (2006), pode-se insinuar a existência de um “ethos de silêncio”, que repercute nas formas e conteúdos de narrar a memória social negra – e isso não apenas pelas instituições, mas pelos próprios descendentes dos povos negros e remanescentes de quilombo.

Logo, com o passado, revestido de amplo cuidado o trabalho com a memória não pode ser visto “como um simples ‘resgate’ ou compilação de histórias que estejam prontas para revelarem o que ‘realmente aconteceu’. A memória é produto do processo de mobilização, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instituir tal memória é parte desse processo” (ARRUTI, 2006, p. 216).

Considerações finais

Considerando o objetivo deste artigo que foi compreender como o etnodesenvolvimento se evidencia em depoimentos de quilombolas da Vó Elvira de Pelotas/RS.

Pode-se perceber através dos depoimentos dos participantes que somente com a existência de políticas públicas pode ser possível reverter a incoerência da distribuição de terras do Estado Brasileiro.

No caso da CRQ Vó Elvira em Pelotas-RS, é ao longo dos anos 2000 que se efetuam diálogos sistemáticos os Governos Estadual/Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses diálogos são fundamentais para este projeto: sem eles, dificilmente seriam gerados estudos visando ao reconhecimento e autoreconhecimento da comunidade e o seu desenvolvimento econômico-social.

O estado brasileiro constitucionalmente legislou contra essa possibilidade na lei de terras de 1850, e, por conseguinte os setores conservadores do latifúndio até hoje impetram na justiça ações contra a

possibilidade da apropriação pela lei da constituição de 1988 artigo 68 da referida constituição.

Referências

ALMEIDA, M. G. de. Território Quilombola, Etnodesenvolvimento e Turismo no Nordeste de Goiás. **Curitiba**, v. 40, p. 130-144, ago/2017.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc. 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COUTO, M. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

O'DWYER, E. C. **Quilombo**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, E. R. da.; SILVA, E. P. Memória e a construção social da identidade dos remanescentes quilombolas. **Revista África e Africanidades** - Ano III - n. 12 – fev. 2011. Disponível em: <https://africaeaficanidades.online/documentos/12022011_16.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SILVA, P. S. da. Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul. In: SILVA, G. F. da.; SANTOS, J. A. dos. **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 182-196.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 13-56.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Documentário sobre a Comunidade Quilombola Vó Elvira (2018)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PlowCU9rIAk&t=20s>>.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA¹⁸

*Caroline Guterres de Souza*¹⁹

*Patrícia Kayser Vargas Mangan*²⁰

*Ingridi Vargas Bortolaso*²¹

Introdução

Em 2015 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como resultado deste encontro, foi criada a Resolução A/RES/70/1 (UNITED NATIONS, 2015) que tem por finalidade o estabelecimento de 169 metas que buscam implementar de forma robusta os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero. Dentre os 17 ODS, podemos destacar o objetivo de número 11 (ODS 11) - “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” - que trata da questão urbana de forma mais específica, englobando temas da habitação, mobilidade, segurança pública, resiliência, patrimônio cultural, planejamento e relações urbano-rurais.

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável em espaços urbanos vem sendo realizada mesmo antes da implementação da Agenda 2030, principalmente no que tange à questão da mobilidade urbana. A autora Jane Jacobs em seu intitulado “Morte e Vida de Grandes Cidades”, de 1961, já nos mostrava que as cidades estavam se conformando para a acomodação do aumento do tráfego de automóveis. Ainda, segundo a autora, esse movimento, em conjunto com a ideologia urbanística do modernismo, acarretaria a baixa qualidade dos espaços urbanos.

Complementarmente, Leite (2012), contribui informando que um dos maiores desafios para a promoção de cidades sustentáveis está na mobilidade urbana. Segundo este mesmo autor, para que uma cidade se torne de fato sustentável, ela precisa de “um eficiente sistema de mobilidade urbana que conecte os núcleos adensados em rede, promovendo maior eficiência nos transportes públicos e gerando um desenho urbano que encoraje a caminhada e o ciclismo” (LEITE, 2012. p. 136). Estas afirmações corroboram com 11.2 do ODS 11 que trata ocupa-se particularmente das questões vinculadas à mobilidade urbana. A meta, reforça a necessidade de proporcionar sistemas de transporte público seguros, sustentáveis e acessíveis a toda a população e em especial as que estão concentradas nas faixas de vulnerabilidade.

Ainda que, se conheça a necessidade de identificação de priorizar os meios de transporte alternativos para melhorar a mobilidade e a saúde dos cidadãos, nota-se uma incapacidade para implementar novos meios de locomoção devido. Qual incapacidade pode estar vinculada à cultura

18 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

19 Arquiteta e Urbanista. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. Bolsista CAPES. <caroline.souza0317@unilasalle.edu.br>

20 Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas-UFRJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. <patricia.mangan@unilasalle.edu.br>

21 Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. <ingridi.bortolaso@unilasalle.edu.br>

carrocrata, onde a priorização da malha viária dá mais espaço ao transporte particular (PINHEIRO; CORDEIRO, 2015). Mediante este cenário, é preciso desenvolver soluções alternativas já que não há mais espaço nem tempo para grandes intervenções urbanas nas cidades (PARTEKA; REZENDE, 2017). Neste sentido, o avanço da oferta de artifícios tecnológicos pode resultar em mudanças significativas na ciência dos transportes (MAGALHÃES, 2014), ajudando a melhorar o cotidiano da população.

É nesse contexto que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) estão suportando adequadamente o planejamento para intervenções urbanas. A aplicação das TIC pela gestão municipal tem contribuído e auxiliando na tomada de decisões em nível estratégico, tático e operacional, caracterizando assim as chamadas Cidades Digitais Estratégicas (PARTEKA; REZENDE, 2017).

Assim, este artigo propõe-se a fazer uma compilação dos principais conceitos relacionados ao uso das TIC na mobilidade urbana. Ainda, no presente trabalho são abordados exemplos de aplicação que podem contribuir na melhoria das condições de vida dos moradores de aglomerados urbanos.

Conceituação

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem ser caracterizadas como sendo os recursos tecnológicos utilizados para o tratamento de informações com o objetivo de auxiliar na comunicação. Seu desenvolvimento se deu a partir da evolução das tecnologias digitais, que alteraram nossos padrões comportamentais e potencializaram as mobilizações populares e o engajamento cívico (BUGS, 2014). A popularização da Internet, nas últimas décadas, impulsionou e potencializou o uso das TICs nos mais diversos campos. Nesse contexto, termos como cibercultura e ciberespaço, cunhados por autores como Pierre Lèvy, foram incorporados à nossa vida cotidiana.

Cibercultura, ou cultura na era digital, é um processo social onde a interação entre indivíduos se faz por meio das TIC e representa o momento atual, onde o uso da tecnologia computacional se coloca como questão essencial para toda a sociedade, principalmente com o uso de dispositivos móveis conectados à internet. A convivência e o compartilhamento de dados entre usuários se desenvolvem no ciberespaço (BERND; MANGAN, 2017).

Ciberespaço é o ambiente que passa a existir no momento que o usuário se conecta com a internet. Apresenta caráter virtual das informações e permite a manipulação e transformação dos fluxos de dados. Os três princípios norteadores do ciberespaço são a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva (BERND; MANGAN, 2017).

No contexto da cibercultura, e a partir da popularização de smartphones, barateamento de redes de sensores e da disponibilidade de redes de mais potentes de telefonia móvel, as Cibercidades (LEMOS, 2007) podem ser definidas como sendo áreas onde as infraestruturas de comunicação e informação já são uma realidade e as práticas daí advindas formam uma nova urbanidade. Neste tipo de ambiente, tem-se por objetivo a criação de maneiras efetivas de comunicação e reapropriação do espaço físico, promovendo a reocupação dos locais públicos. Assim, se faz necessário diferenciar as mídias massiva e pós-massiva, já que a urbanidade das Cibercidades é constituída a partir da interação intensa entres essas duas classes de comunicação (LEMOS, 2007).

De um lado, as mídias massivas são aquelas onde as ações são dirigidas para a grande maioria da população e a informação produzida é de responsabilidade de um polo gerador específico, num fluxo unidirecional (Um-Todos). Nesse processo de comunicação, os indivíduos receptores não se conhecem e não estão espacialmente juntos, o que impossibilita a interação entre si, tornando os usuários agentes

passivos (LEMOS, 2007).

Por outro lado, as mídias pós-massivas produzem conteúdo a partir de redes telemáticas, sem a necessidade de um polo gerador centralizado. A informação é construída a partir de fluxos comunicacionais bidirecionais (todos-todos), produzindo assim materiais personalizáveis já que existe a possibilidade de interação entre os usuários que alteram ou atualizam constantemente o conteúdo de acordo com as demandas sociais e culturais (LEMOS, 2007). Este tipo de mídia ganha espaço nas cidades, pois reúnem dados sobre o ambiente urbano, fazendo com que a participação política dos cidadãos ganhe destaque junto às decisões voltadas ao planejamento urbano (PINHEIRO; CORDEIRO, 2015). Este conceito tangencia os princípios fundamentais da cibercultura – liberação do polo de emissão, conectividade generalizada e reconfiguração das instituições e da indústria cultural de massa (BERND; MANGAN, 2017) - e nos leva ao conceito de cidades digitais estratégicas.

Nas cidades digitais estratégicas existe a aplicação de recursos de tecnologias de informação na gestão pública. Essa utilização vai além de oferecer internet aos cidadãos. Seu foco principal é a disponibilização de ferramentas para melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade, promovendo também a participação da população. Nas cidades digitais, o processo de coleta, estruturação e disponibilização de informações implica na interação dos cidadãos entre si e com o governo, interligando-os na rede digital de um determinado território (PARTEKA; REZENDE, 2017). Com essa nova forma de interação entre habitantes e poder público abre espaço para a implementação de soluções alternativas, como a cultura da mobilidade.

A cultura da mobilidade tem por objetivo a promoção de novos formatos e valores na apropriação do espaço urbano, estimulando o uso de outros modais de transporte por meio de novos paradigmas de planejamento da mobilidade urbana, proporcionando maior sustentabilidade ambiental nas cidades. Desta forma, a cultura da mobilidade é constituída por várias dimensões, que incluem aspectos psicossociais, tecnológicos-econômico, demográficos e infraestruturais. Ainda, vale destacar que a cultura de mobilidade pressupõe um processo dinâmico, sensível às variações de tempo e espaço (MAGALHÃES, 2014).

Adicionalmente, com relação à mobilidade e o uso de TIC, cabe ressaltar um novo modo de viver nas cidades, onde é possível ir e vir sem a necessidade de deslocamento físico. É desta maneira que se define Mobilidade Virtual. Com a expansão do uso da internet pode-se fazer as atividades de rotina direto de casa: trabalhar (*homeworking*), estudar (*e-learning*), fazer compras (*e-commerce*) e resolver questões bancárias (*internet banking*). Isto é, a viagem ocorre, mas sem realização de locomoção física (MAGALHÃES, 2014). Entre os benefícios produzidos estão a redução dos custos de transportes, a otimização da circulação e uso das redes viárias, a eliminação de movimentos poluidores e a melhora na qualidade de vida dos usuários (PEREIRA, 2018).

Aplicação de TIC com ênfase na mobilidade urbana

Antes de abordarmos a aplicação de TIC na mobilidade urbana, se faz necessário a delimitação do campo de estudo deste artigo. De acordo com Santos (2021) a mobilidade urbana não se limita apenas ao tráfego de veículos, objeto principal deste estudo. Ela engloba também aspectos relacionados a estacionamentos, sustentabilidade, segurança no trânsito, melhor prestação de serviços públicos, entre outros. Além disso, o autor também traz o conceito de Sistemas de Transporte Inteligente (*Intelligent Transportation System - ITS*), uma ferramenta avançada de TIC que é aplicada especificamente no campo do transporte rodoviário, incluindo a infraestrutura necessária para a realização dos deslocamentos, o

gerenciamento de tráfego e os veículos e usuários propriamente ditos.

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a cidade de Barcelona, na Espanha, é um exemplo de utilização de TIC na construção de ações de melhoria no sistema de transporte público, sendo a cidade que mais se aproxima do conceito de cidade digital estratégica. No estudo realizado por Parteka e Rezende (2017), onde as tecnologias empregadas pelo poder público nesta cidade foram analisadas, podemos verificar a importância da interação entre os cidadãos e a gestão municipal. Com base nos dados gerados nos dispositivos móveis dos usuários são realizadas intervenções no sistema de transporte com a finalidade de aumentar sua eficiência e efetividade. Os veículos do transporte público utilizam GPS (*Global Positioning System*), que propicia acompanhamento em tempo real de seu posicionamento, auxiliando no planejamento das viagens e possibilitando a combinação de diferentes modais para completar a rota desejada. Além disso, outros meios digitais são utilizados de forma que o usuário possa acessar as atualizações em sua plataforma preferida – Twitter, websites, Facebook, SMS entre outros. Essa diversidade de pólos geradores de informação traz inúmeros benefícios: redução no tempo de espera, aumento da sensação de segurança por parte dos usuários, melhor uso da malha viária, redução dos impactos ambientais e custos sociais. A experiência de Barcelona nos mostra como a utilização da mídia pós-massiva aliada ao planejamento urbano pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O exemplo acima nos mostra como a ação municipal pode transformar a mobilidade a partir do uso de TIC. Mas existe também o movimento de empresas privadas que visam a oferta de meios de transporte compartilhado por demanda - no caso do aplicativo Virtual Moto (BOTELHO JUNIOR, 2017) - ou servem de mediadores para conexão entre usuários que desejam dividir as despesas de suas viagens cotidianas – como o Caronaê (TEIXEIRA, *et al*, 2018) e BlaBlaCar (PEREIRA, 2018).

A utilização de aplicativos de transporte por demanda tem crescido significativamente com a expansão da inclusão digital e os moradores de bairros periféricos ajudam a aumentar o número de viagens. De acordo com Botelho Júnior (2021), 55% dos residentes das localidades mais distantes passaram a utilizar este tipo de modal durante a pandemia do novo coronavírus por julgarem ser mais seguro do que o transporte coletivo. Seu estudo teve por objetivo a criação de uma plataforma digital para auxiliar as pessoas a conseguirem viagens por meio do transporte alternativo mototáxi – este tipo de veículo é muito utilizado na cidade de Goiana/PE, onde o trabalho foi desenvolvido. A finalidade do Virtual Moto (BOTELHO JUNIOR, 2017) – nome dado ao aplicativo – é incrementar a disponibilidade de transporte por demanda nas áreas periféricas da cidade onde normalmente há carência de veículos. Importante ressaltar que a solução proposta se adaptou à cultura local, onde o uso de mototáxi faz parte da rotina dos moradores. Este é um bom exemplo de aplicação do conceito de cultura da mobilidade uma vez que a saída apontada para o problema de mobilidade se deu de forma a estimular ainda mais o uso um modal de transporte difundido regionalmente e que causa menor impacto ambiental.

O compartilhamento de veículos tem sido apontado como uma boa opção para melhorar a mobilidade urbana (BOTELHO JUNIOR, 2017). Neste sentido, duas plataformas digitais visam auxiliar os motoristas a encontrar passageiros dispostos a dividir as viagens. A primeira delas é o aplicativo BlaBlaCar que tem como proposta facilitar a conexão entre pessoas para a realização de viagens previamente agendadas. Esta plataforma está presente em mais de 20 países e é o maior polo gerenciador de caronas do mundo, com mais de 35 milhões de usuários (PEREIRA, 2018). O que difere esse aplicativo dos outros serviços de transporte de passageiros por particulares intermediados por empresas online é que quem oferece a carona não o faz para obter lucro, uma vez que a viagem irá acontecer de qualquer maneira. Aqui o objetivo principal é repartir os custos e viajar com uma companhia, fomentando a

economia compartilhada. Além do impacto econômico, estudos apontam para a redução na emissão de CO₂ em cerca de 1 milhão de toneladas por ano. Outro indicador positivo é a ocupação média por automóvel, que é de cerca de três pessoas (PEREIRA, 2018).

A segunda plataforma de compartilhamento de viagens é a Caronaê. Esta, ao contrário da BlaBlaCar, tem sua atuação restrita à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (estudantes, professores e técnicos administrativos) e possui pontos físicos de carona espalhados pelos *campi* da UFRJ. Sua criação partiu da iniciativa dos estudantes de diversos cursos que foram os vencedores do concurso “Soluções Sustentáveis”. O sucesso do aplicativo se traduz em números: 16 mil usuários cadastrados e um total de 47.595 caronas. Outro fator que indica o êxito da iniciativa é que ela foi transformada em um projeto de extensão oficial da universidade, dentro do Programa Articulado Construindo Cidade Humanas e Saudáveis. Apesar de ter seu uso reservado a uma parcela específica da população, o sistema cria uma oferta diferenciada de transporte proporcionando a racionalização do uso do carro particular. O sistema foi desenvolvido utilizando código aberto, concedendo à comunidade em geral o estudo e acompanhamento do código-fonte, permitindo também a oportunidade de melhorias que beneficiam os usuários do sistema (TEIXEIRA *et al*, 2018). Outras ferramentas deste tipo não citadas no trabalho de Pereira (2018) são Waze Carpool²², Wunder²³ (disponível no Rio de Janeiro).

Além da utilização de aplicativos de transporte por demanda citados acima, podemos também trazer para o debate a questão do teletrabalho como estratégia de melhoria da mobilidade urbana, já que o deslocamento entre o trabalho e a residência chega a representar metade das viagens realizadas diariamente nas cidades. Soma-se a essa quantidade de viagens a coincidência de horário entre o início e o término do expediente para gerar grandes congestionamentos. Por este motivo, o teletrabalho se apresenta como tendência mundial e tem como intenção racionalizar o uso do automóvel, estimulando novos hábitos de deslocamento (SQUAIELLA, MARCHELLI, 2021). Em estudo realizado em 2012, a autora Baggi avaliou o impacto desse modo de trabalho na mobilidade urbana da cidade. Ela confirma o potencial do teletrabalho na redução das viagens com motivo casa-trabalho, induzindo assim o processo de descentralização urbana (BAGGI, 2012). O uso dessa modalidade de trabalho foi impulsionado no período de isolamento social causado pela pandemia de COVID-19, juntamente com a modalidade de ensino *on-line*. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, verificou-se que 43% dos entrevistados passaram a não se deslocar para o trabalho no período pandêmico devido a mudança de rotina para teletrabalho (VIEIRA, *et al*, 2021). Este estudo também corrobora a afirmação de Botelho Júnior que indica aumento no uso de transporte por aplicativo durante a pandemia.

Considerações finais

A Agenda 2030 da ONU apresenta em seu conteúdo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam a implementação robusta dos direitos humanos e a igualdade de gênero. Merece destaque o ODS 11 que direciona os assentamentos humanos na busca de sustentabilidade e resiliência. Entre suas metas, a de número 11.2 trata especificamente da mobilidade urbana, reforçando a necessidade de proporcionar sistemas de transporte públicos seguros, sustentáveis e acessíveis a toda população e em especial a que se encontra em situação de vulnerabilidade.

22 Site da empresa <<https://www.waze.com/pt-BR/company>> . Integrado ao aplicativo Waze disponível nas lojas de aplicativos Google Play e AppStore

23 Site da empresa <<https://www.wundermobility.com/>>. Aplicativo disponível para celulares Android na Google Play: <https://play.google.com/store/apps/details?id=org.wundercar.android&hl=pt_BR&gl=US>.

O desenvolvimento sustentável das cidades tem sido discutido mesmo antes da criação da Agenda 2030 e esse debate tem sido centrado na mobilidade urbana e na necessidade de promover sistemas de transportes públicos eficientes. Porém, o que tem se visto é uma grande dificuldade para a implementação de ações que melhorem o transporte coletivo ou que forneçam meios alternativos de locomoção.

Mediante este cenário, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm sido utilizadas na promoção de melhorias na mobilidade urbana. Isso porque, com a expansão da inclusão digital, a interação dos cidadãos entre si e com o governo deu espaço para a discussão e implementação de soluções alternativas em nível estratégico, tático e operacional.

Os estudos de caso mostrados neste artigo mostram que a resolução de problemas de mobilidade pode partir tanto da esfera pública quanto privada e da população em geral. No exemplo do sistema de transporte público da cidade de Barcelona, a gestão municipal faz uso das TIC para a análise de dados gerados nos dispositivos móveis dos usuários com a finalidade de aumentar eficiência e efetividade das viagens. Em se tratando de transporte por demanda, o aplicativo Virtual Moto mostrou a possibilidade de atender às necessidades de regiões periféricas utilizando um modal de transporte alternativo, como o mototáxi. Em contraponto, duas plataformas digitais – BlaBlaCar e Caronê – surgem com o objetivo de promover o compartilhamento de viagens pré-programadas. Além disso, a aplicação de TIC na modalidade de teletrabalho também impacta na mobilidade urbana reduzindo o número de viagens realizadas diariamente.

Referências

- BAGGI, M. S. A mobilidade urbana na era digital: análise do teletrabalho como estratégia de gerenciamento de mobilidade. 153 págs. **Dissertação**. Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. (Orgs.). **Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura**. 2. ed. Canoas: Editora UnilaSalle, 2017.
- BOTELHO JUNIOR, C. H. O. Virtual Moto: criação de um produto digital por meio do design de serviço para auxiliar a mobilidade urbana usando mototáxi. 128 págs. **TCC – Tecnologia em Design Gráfico**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Cabedelo, 2021.
- BUGS, G. Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano. 374 págs. **Tese**. Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
- GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LEMOS, A. Cidade e mobilidade: telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **Revista MATRIZES**. n 1, p. 121-137, 2007.

MAGALHÃES, C. G. **A influência da comunicação digital na mobilidade urbana**. 144 págs. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável. Set. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

PARTEKA, E.; REZENDE, D. A. Transporte público de passageiros e cidade digital estratégica: análise dos meios digitais de mobilidade urbana em Barcelona. **Revista dos Transportes Públicos**. Ano 40, 3º quadrimestre, p. 7-26. 2017.

PEREIRA, D. B. S. Os efeitos da tecnologia de comunicação dos aplicativos de celular na transformação da mobilidade urbana: um estudo de caso da BlaBlaCar. 23 págs. **TCC – Programa de Pós-Graduação em Marketing Digital**, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2018.

PINHEIRO, E. M.; CORDEIRO, A. T. Mobilidade urbana: como o uso das mídias pós-massivas impactam nas reconfigurações do espaço urbano. **Veredas Favip**. Ano 11, v. 8, n. 1, p. 125-140. 2015.

SANTOS, A. M. SMALL: Soluções computacionais em mobilidade urbana para auxiliar na consolidação de cidades inteligentes. 113 págs. **Dissertação**. Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2021.

SQUAIELLA, R. B. F.; MARCHELLI, M. V. Teletrabalho e ensino on-line na mobilidade urbana da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (**EIGEDIN**), v. 5, n. 1, 2021.

TEIXEIRA, L. C.; MEYER, M. F.; DAMASCENO, R. G.; BALASSIANO, R. Caronaê: gerenciamento da mobilidade urbana na UFRJ. **XVI Congresso Rio de Transportes**. Rio de Janeiro, 2018.

UNITED NATIONS. **General Assembly**, Res 70/1, UN Doc. A/RES/70/1, 2015. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

VIEIRA, J. S.; RHODEN, P. S.; CARVALHO, L. O.; RUIZ-PADILHO, A. Como a COVID-19 afetou as preferências de mobilidade urbana: Análise fatorial exploratória do perfil de deslocamentos antes, durante e depois da pandemia no Brasil. **35º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes da ANPET**. 100% virtual, 2021.

POÉTICAS DO IMAGINÁRIO POPULAR NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO XINGU - TERRA DO MEIO - ALTAMIRA - PARÁ

*Ronaldo Henrique Santana*²⁴

*Mário Cezar Silva Leite*²⁵

Na ocasião de implementação das etapas de aulas do projeto de ensino do Magistério Extrativista, realizado pela Universidade Federal do Pará, em novembro de 2018, realizamos uma pesquisa exploratória na Reserva Extrativista do Rio Xingu - RESEX Xingu e constatada a viabilidade de execução da pesquisa junto às comunidades, bem como a solicitação, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade, para solicitar o acesso às atividades com finalidade científica em meio à RESEX. Após a aprovação junto ao órgão fiscalizador, n. 67998-1, iniciamos os trabalhos com o levantamento bibliográfico sobre os Estudos do Imaginário no território da RESEX Xingu.

Vencida esta etapa, aproveitamos o deslocamento da equipe do Magistério, em abril e setembro de 2019, para realização da coleta de dados em Campo, com moradores das comunidades do Gabiroto, Morro Grande, Volta da Pedra, Morro dos Costinhas, Baliza, Bela Vista e Piranhaquara. Concomitantemente à coleta de dados foram transcritas as entrevistas e sistematizados os dados, para apresentação de trabalhos e organização de textos para publicação. Em 2020 não realizamos qualquer coleta, dado o avanço da pandemia de COVID-19 e o fechamento das RESEX por meio da Associação de Moradores, no caso da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu – AMOMEX.

Os saberes tradicionais adquiridos pelos povos extrativistas da região amazônica estão diretamente relacionados/interconectados com o ambiente natural que os rodeia, na relação primária com o ambiente (DIEGUES, 2000) e no uso específico do espaço, típicos de certos grupos tradicionais. No contexto da bacia do rio Xingu, podemos constatar a riqueza da diversidade socioambiental da região, em face aos grandes espaços de áreas preservadas e conservadas ao longo do rio e da presença de povos indígenas e extrativistas dispostos em comunidades relativamente distantes umas das outras.

De acordo com a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Reservas Extrativistas são unidades de conservação de uso sustentável que tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura dos povos e comunidades tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A cultura destes povos e comunidades tradicionais estão fortemente arraigadas em seu território, nos modos de ser, viver e pensar o próprio espaço, expresso nas atividades diárias, como a caça, pesca, construção de casas e espaços de uso comum, produção de artesanatos, farinha etc.

De acordo com o Plano de Manejo da RESEX Xingu, existem aproximadamente 200 espécies vegetais, 376 espécies de aves, 82 de mamíferos, 20 e 25 espécies de lagartos, 90 espécies de serpentes, 65 espécies de anfíbios no território da Terra do Meio, além de 387 espécies de peixes no rio Xingu, sem contar as espécies potenciais que possivelmente há na região. Os moradores locais vivem em meio a esta diversidade, de tal modo que reconhecem os hábitos dos animais, os ciclos do rio, as mudanças do clima, melhor período para plantar e colher determinadas espécies vegetais, traçam estratégias de caça e pesca de acordo com cada espécie animal.

24 Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO/UFMT. Prof. Adjunto da Universidade Federal do Pará.

25 Doutor em Semiótica - PUC-SP. Prof. Titular da Universidade Federal de Mato Grosso.

Dentre os saberes narrados pelos moradores da RESEX Xingu, percebemos a existência de narrativas mítico-sobrenaturais que configuram um imaginário próprio desta região. Tais narrativas são perpassadas por histórias sobre seres encantados e sobrenaturais que rondam e acompanham as atividades cotidianas e servem como sinalizadores no trato com a natureza, sobretudo nas interações com o rio e com a fauna/flora circundante. Neste sentido, estes povos produzem um universo de saberes profícuo e diferenciado daquele científico-acadêmico eminentemente impetrado nos grandes centros urbanos e constituem um arcabouço cultural diferenciado da Amazônia paraense. Existe ainda, um teor mítico-sobrenatural nas narrativas orais que devem ser registrados e valorizados, como contrapontos culturais que subjazem uma ecologia de saberes (SOUSA SANTOS; MENEZES, 2010) que versam sobre entidades míticas, lendas e “causos” sobrenaturais dos povos extrativistas do Rio Xingu. Esta categoria de discurso pode ser entendida, segundo Eliade (1991) não como uma fala qualquer, mas como narrativas que explicam a origem do mundo, orientam as relações com a natureza e elucidam aspectos peculiares da cultura, como processos de cura, intercâmbios entre espaços sagrados e profanos, além de outros aspectos. Ainda, ao expô-la, exige-se do narrador a criação de uma atmosfera que envolva o ouvinte, que o insira na narrativa, que adentre seus mais íntimos pensamentos e que este seja imerso e medite sobre ele, pois é possível que no ato de narrar, os mitos sejam recriados pelo contador e adquiram uma nova roupagem, pois não é enrijecido ou estático. Ao longo de nossa história, os mitos aparecem como elemento constitutivo de várias sociedades, compõe uma gama de aspectos centralizadores e estruturantes da organização social, das condutas hierárquicas, das relações educacionais, da interação com o meio e subjazem ritos que transformam o grupo. Campbell (1990) atribui ao mito quatro funções primordiais: A função mítica, a dimensão cosmológica, função sociológica e pedagógica.

A primeira é a função mística – dando conta da maravilha que é o universo, da maravilha que é você, e vivenciando o espanto diante do mistério. Os mitos abrem o mundo para a dimensão do mistério, para a consciência do mistério que agrega a todas as formas. [...]. A segunda é a dimensão cosmológica, a dimensão da qual a ciência se ocupa – mostrando qual é a forma do universo, mas fazendo o de uma tal maneira que o mistério, outra vez, se manifesta. [...]. A terceira função é a sociológica – suporte e validação de determinada ordem social. E aqui os mitos variam tremendamente, de lugar para lugar [...]. Mas existe uma quarta função do mito, aquela, segundo penso, com que todas as pessoas deviam tentar se relacionar – a função pedagógica, como viver uma vida humana sob qualquer circunstância. Os mitos podem ensinar lhe isso (CAMPBELL, 1990, p. 44-45).

O mito engloba, portanto, aspectos importantes dos grupos humanos e por isso deve ser explicitado em suas várias nuances e significações simbólicas na cultura a que pertence, pois, segundo Durand (2002), representa um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas ao compor-se em narrativa. Difere, neste sentido, da visão de senso comum de inverdades e se aproxima de experiências reais vividas pelo narrador em suas experiências e visões de mundo. Destarte, ao registrar e mapear as narrativas mítico-sobrenaturais dos Povos Extrativistas do Rio Xingu assimilamos saberes fundamentais da diversidade sociocultural brasileira e, somado a isto, diminuirá a carência de informações e estudos acadêmicos nesta região do Brasil, fato que se estende a toda Amazônia.

A Natureza apresenta-se imediatamente ao conhecimento desses grupos como um lugar de permanente observação, pesquisa e reprodução de saberes. A capacidade de classificar segundo categorias os objetos reais importa numa construção de significados para o processo de comunicação. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem parte do patrimônio cultural. As relações desses povos “tradicionais” com a natureza manifestam-se no seu próprio vocabulário e nos termos que usam para traduzir sua vivência e adaptação aos ecossistemas (CASTRO, 1998, p. 7).

Segundo Villas-Bôas (2012, p. 5), “a região do Xingu, diante de todas essas transformações, se ressentida da inexistência de estudos e informações mais aprofundados sobre a riqueza socioambiental que abriga e sobre a dinâmica socioeconômica que responde pela acelerada transformação”. As narrativas míticas transmitem mensagens específicas que tangenciam valores, tradições e ações que se incorporam e se metamorfoseiam na cultura ao longo do tempo. Temos, portanto, um campo profícuo de objetividades e subjetividades a serem entendidos e registrados, fruto destas relações entre cultura e meio ambiente.

O objetivo do trabalho, portanto, é compreender a forma de vida dos moradores locais, no uso do ambiente e quais são as narrativas míticas e/ou lendárias que compõe o imaginário local, apreendidos pela cultura e ressignificados pelo imaginário popular amazônico em mitos e lendas.

Metodologia

Este estudo foi realizado numa perspectiva Qualitativa e teve como sujeitos participantes 12 moradores da Reserva Extrativista do Rio Xingu (RESEX - Xingu), de 29 à 82 anos, que detêm saberes particulares sobre sua região que expressão significações e representações da cultura/natureza circundante. Para Minayo (1998, p. 174), empreender uma pesquisa qualitativa significa tratar “de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Considerando que os saberes estão compartilhados entre todos os integrantes de uma família, não haverá direcionamento a qualquer faixa etária para realização deste estudo, deste que o morador resida na Reserva.

Do ponto de vista logístico e ao considerar o difícil acesso às comunidades da RESEX Xingu, este estudo foi realizado em parceria com as atividades do Curso de Magistério da UFPA²⁶, que viabilizou o trajeto dos pesquisadores às comunidades, haja vista que a comunidade polo da RESEX fica a aproximadamente um a dois dias de viagem e acessado somente por transporte fluvial. O calendário de visitas dos pesquisadores às comunidades se ajustou as atividades de Tempo Escola realizadas no Magistério.

A pesquisa contou com registros fono/fotográficos e aplicação de entrevistas semiestruturadas, realizadas preferencialmente em rodas de conversas com os sujeitos participantes, que privilegia a receptividade e atmosfera propícia para a narrativas destas histórias. As comunidades visitadas foram Gabiroto, Morro Grande, Volta da Pedra, Morro dos Costinhas, Baliza, Bela Vista e Piranhaquara.

Após a coleta das narrativas, todos os dados foram transcritos e inseridos em um banco de dados e analisado a luz dos referenciais dos estudos do Imaginário, que consiste numa “nova orientação epistemológica, [...] tal como a desenvolveu e denominou o seu criador, o filósofo e antropólogo francês Gilbert Durand, começa a ganhar espaço e a atenção de estudiosos e pesquisadores de várias áreas de pesquisa sobre o imaginário.” (MELLO, 1994, p. 44).

26 O curso de Magistério é resultado da aprovação do “Projeto de Formação de Professores Extrativistas da Terra do Meio – Magistério”, promovido pela Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira e Escola de Aplicação (sede em Belém) também da UFPA. O curso como coordenação geral a Prof. Dra. Raquel Lopes e coordenações locais a Prof. Dra. Francilene Parente (RESEX Riozinho), Prof. Dr. Paulo Vieira (RESEX Iriri) e Prof. Dr. Ronaldo H. Santana (RESEX Xingu), com parcerias/Apoio das Associações de Moradores das Resex Riozinho do Anfrísio - AMORA; Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri - AMORERI; Associação de Moradores da Resex Rio Xingu - AMOMEX; Associação de Extrativistas Rio Iriri Maribel - AERIM; Secretaria Municipal de Educação de Altamira/SEMED; Fundação Viver Produzir Preservar – FVPP; Instituto Socioambiental - ISA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Secretaria Estadual de Educação do Pará – SEDUC, décima Unidade Regional de Educação/10ª URE e Ministério da Educação - MEC.

Tendo em vista as características legais da Reserva Extrativista do Rio Xingu o projeto de pesquisa foi submetido aos procedimentos operacionais de autorização de licenças do ICMBio/SISBIO.

Resultados e discussões

Podemos ressaltar que a cultura do uso cultivo de saberes tradicionais, em comunidades do Rio Xingu, constitui importante recurso local para saúde e sustentabilidades do meio ambiente do Xingu. Entretanto, é importante a orientação quando ao cultivo e o manejo da floresta ocorre, pois complementação do conhecimento popular e científico sobre a produção e o uso da floresta é fundamental para sua segurança de seus saberes tradicionais. Os saberes tradicionais são expressáveis por meio de conceituações diversas, haja vista a complexidade e emergência desse tema, bem como ante a sua intrínseca relação com a biodiversidade, que de modo transversal interfere na definição de políticas de proteção e gestão de recursos naturais e do meio ambiente. Para que se consiga compreender o conjunto de significações e a estrutura em que se organizam os elementos formadores dos saberes tradicionais, é “necessário que se considere o não encarceramento das vivências em conceitos ou classificações, sobretudo ante a vastidão de informações que se produzem no âmbito das comunidades tradicionais” (CARVALHO, s/a, p. 10.). Segundo os moradores entrevistados, nunca foram feitas pesquisas com eles e, de fato, poucas são as bibliográficas produzidas na Reserva Extrativista do Rio Xingu.

As plantas fazem parte da vida dos Extrativistas, pois eles plantam constantemente em seus quintais e roças, para consumo de seus filhos e netos ou mesmos dos vizinhos. Uma das moradoras da comunidade Morro Grande, Dona “M”, diz que seu filho faz vários plantios na roça e quintal durante todo ano: Banana, melancia, jerimum, mandioca, pimenta e milho. Esses plantios são somente para consumo da família, sem comercialização, pela dificuldade de exportar o excedente, que acaba indo para a criação de galinhas.

A moradora relata ainda que o uso de remédios tradicionais é muito frequente na vida das populações extrativistas, por meio das plantas medicinais, cultivado em suas casas ou buscados na floresta, além de alguns animais. A mesma só usa remédio tradicionais, para uso próprio, de seus filhos, netos e sobrinhos. Foram mencionados o cipó escada *Bauhinia rutilans* Spruce ex Benth, unha-de-gato (*Ficus pumila*), folha de mamão (*Carica papaya*) e o partes da cutia.

Na RESEX Xingu, os principais peixes mencionados pelos moradores nas refeições diárias, são: Pescada, tucunaré, surubim, fidalgo, curimatá, pacu, pirarará. Na caça, os mais mencionados foram o porcão (*Tayassu pecari*), paca (*Agouti paca*), caititu (*Pecari tajacu*), veado (*Mazama americana*), cutia (*Dasiprocta azarae*); Aves: mutum (*Pauxx spp.*), jacu (*Penelope sp.*) e quelônios: tracajá (*Podocnemis unifilis*) e jaboti (*Chelonoidis*), tal qual observado por Castro e Oliveira (2015).

Quanto às encantarias nas narrativas dos moradores, as mais recorrentes foram a lenda do Mapinguari ou capilobo, pé de garrafa e cobra grande. De modo a elucidar algumas narrativas, exporemos a seguir lenda do Capilobo, encontrada na RESE do Rio Xingu.

Narrativa sobre o Capelobo

Um personagem recorrente nas histórias contadas pelos moradores da RESEX Xingu é o Capelobo, pertencente ao folclore brasileiro como uma versão da região norte do lobisomem. Capelobo quer dizer “lobo torto”, “um lobo fora do esquadro, e é o que ele parece justamente ser com a sua conformação

esdrúxula” (FRANCHINI, 2012). Esta criatura é temida pelos moradores da RESEX, segundo eles, a criatura é resultado de algum homem muito idoso que se transformou em Capelobo ou de índios idosos, que se recusaram a morrer e se transformaram nesta criatura, que perambula nas matas durante a noite procurando alimento. Diferentemente de outras versões encontradas, que apresentam a forma do capelobo com cabeça de tamanduá Um dos moradores, narra uma história sobre esta entidade.

É a história do meu avô. Ele Contava que queria caçar no morro da Banana, mas sua mãe não deixava, pois era muito perigoso. Até que certo dia ele teimou e foi. Teve um dia que falou que iria caçar, mentiu para sua mãe dizendo que era em outro lugar e foi para lá. Ele tinha muita vontade caçar nesse morro, e foi. Disse que estava na base de meia hora dentro da mata, só os rádios dos bichos, ai escutou gritar um monte de gente, gritava alto, ai falou para sua mãe, ela lhe respondeu dizendo que não era nada não, mas com poucas horas o bicho gritou, e como venta muito na mata, o vento estava dando para onde o bicho estava gritando, e começou a ficar mais perto e passou a sentir uma catinga, disse que fedia tanto que só a catinga matava, então ele saiu correndo e caiu em uma gruta que estava ali perto, com isso o bicho não conseguiu saber aonde ele estava. Perguntou para sua mãe que bicho era aquele, ela respondeu: “Meu filho, eu quero dizer para você que, não é pra ir naquele lugar, pois ali seus avôs falavam que, lá morava um bicho chamado capelobo e esse bicho ai que estou falando pra tu, e porque tu teimou e não era para estar lá. Meu tio morava lá, [...] e ele também conta essa história. (J.S, morador da comunidade Piranhaquara).

Como vimos, Campbell (1990), nos ensina que, dentre as dimensões do mito, há a dimensão pedagógicas, expressa nas narrativas que contribuem para a transmissão dos saberes, passados de geração a geração. Tais saberes agregam noções morais, introduz significados sobre sagrado e profano, territórios permitidos ou proibidos pela comunidade. Na história contada pelo narrador, o filho transgrediu as orientações da mãe e adentrou um espaço proibido, perigoso e, portanto, encontro a temida criatura. Outro relato fala sobre um senhor na região, que se transformava em capelobo.

Todo mundo fala que morava [na RESEX Xingu] um senhor chamado Baltazar. Ele morreu com uns 105 anos. A Mãe do meu pai era mulher dele, a minha avó. Assim que ela casou com ele, ela cismou que ele virava bicho. Ai, se largou dele. Meu avô foi e se casou com ela. Ele se casou com outra mulher que, até um certo dia ela gostava dele e ele gostava dela. Certa vez ela ficou em casa sozinha, enquanto ele ia caçar. Com poucas horas ela escutou o cachorro latindo no terreiro, ai ela saiu para fora, e o bicho atacou ela! Um bicho feio mesmo! Queria comer, queria comer. Ai, ela correu e o bicho abocanhrou no vestido dela na hora que ela foi entrando. Ai, tudo bem! Na hora que ele chegou, ela contou [a história] que o bicho tinha atacado ela. Ele ficou assustado, procurou no quintal, rodou a casa com cachorro e nada. No outro dia cedinho, na hora de tomar o café, ele olhou para ela e ficou olhando um paro outro assim na mesa. Na hora que ele sorriu, tinha as fibras do vestido dela no dente. Todo mundo falava que ele virava bicho! (D. M. Comunidade Gabiroto).

O Capelobo tem o corpo coberto por cabelo e, por esta característica, não costuma atravessar o rio. Exala um cheiro fétido do umbigo que, aliás, além da boca, é o único local vulnerável da criatura, que poderá ser morto com um tiro. Franchini (2012) nos conta que o Capelobo é uma das criaturas mais estranha e grotesca de quase todos os monstros do folclore nacional, “ele tem origem no Pará e Maranhão. No rio Xingu, a sua fama está tão arraigada que quase não há índio vivo que lhe guarde o medo mais profundo” (p. 175).

Considerações finais

A realização deste trabalho permitiu identificar alguns aspectos relevantes os conhecimentos tradicionais das populações da Reserva Extrativista do Rio Xingu. A diversidade de conhecimentos

tradicionais desse grupo é bastante abrangente e a forma de obtenção dos próprios saberes e fazeres é aproveitamento dos recursos naturais existentes naquele ecossistema. Todas essas pessoas que apresentam uma riqueza de conhecimentos transmitidos através de suas oralidades de maneira a forma uma herança cultural herdada pelos seus antepassados. Enquanto os métodos de conhecimentos tradicionais são utilizados de forma adequada, os saberes tradicionais, mostram-se dispositivos interessantes para manutenção da cultura e da vida das pessoas nestas regiões.

A floresta pode ser um espaço de aprendizagem e de intervenções didáticas, propício ao diálogo acadêmico científico com os saberes produzidos na terra, pelos povos habitantes desta região do Rio Xingu.

Referências

CAMPBELL, J. **O poder do Mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARVALHO, R. F. **Conhecimento tradicionais**: saberes que transcendem o conhecimento científico. São Paulo: Cosac Naify. 2009, p. 8, 9, disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=44b4596c7a979aa7>>, acesso em 25 de fevereiro de 2022.

CASTRO, E. R. Território, bioversidade e saberes de populações tradicionais. Saberes Biodiversidade. **Cadernos do NAEA**, n. 92, p. 4, 7, 8, 13, maio de 1998.

CASTRO, R. R. A. de.; OLIVEIRA, M. C. C. de. Relações de gênero e a prática do extrativismo animal (caça) na Reserva Extrativista Rio Xingu, Terra do Meio, Pará. **Cadernos de Agroecologia**. v. 10, n. 3, 2015.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DURAND, G. **As Estruturas Antropológicas do imaginário**: Introdução a arquetipologia geral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIADE, M. **Imagens e Símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FRANCHINI, A. **As 100 melhores lendas do folclore brasileiro**. Porto Alegre – RS: L&PM, 2012.

MELLO, G. B. R. de. Contribuições para o Estudo do Imaginário. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**: teoria, Método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUZA SANTOS, B. de.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

VILLAS-BÔAS, A. (Org.). **De Olho na Bacia do Xingu**. v. 5. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

A REDE AO LONGO DO ABISMO DO TEMPO: OS QUADROS VIRTUAIS DA MEMÓRIA

*Eduardo da Silva Rocha*²⁷

*Maria Amália Silva Alves de Oliveira*²⁸

Introdução

Há cerca de um século, Maurice Halbwachs publicava na França um trabalho que rompia com os correntes estudos filosóficos da memória. Dialogando entre competências tais como as sociológicas, psicológicas, antropológicas e historiográficas, vislumbrava aquilo que se tornaria um pilar conceitual da memória social enquanto campo de estudos: os quadros sociais da memória, domínios de combinação das lembranças de membros de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 2004). Em certa instância, sua proposição dissolve as fronteiras entre indivíduo e grupo. O sujeito possui a capacidade de influenciar a lembrança grupal – já que desenvolve sua singularidade no meio coletivo – ao mesmo tempo em que a coletividade exerce influência sobre a produção da rememoração individual, tornando-a pertencente e inseparável da comunidade na qual está inserida.

A partir desse postulado, torna-se possível pressupor que a memória social enquanto zona de fluxo entre diferentes áreas acadêmicas não se perpetua numa categoria monolítica, mas segue sujeita ao movimento constante e variável das interações entre indivíduo e grupo. Assim como um profundo contrato cultural estabelecido entre quem está, quem já foi e quem ainda virá, possibilita que a humanidade se estruture socialmente de forma transcendental a seu próprio tempo de vida. Balizando passado, presente e futuro, torna os espaços entre o remoto e o recente menos implacáveis e integra diferentes gerações, que assumem funções em horizontes estendidos de produção de sentido (ASSMANN, 2008, p. 97).

Duas décadas após a chegada dos anos 2000, esse contrato parece não ter sofrido alterações em seus termos fundamentais ou na base epistemológica que o precede, mas absorvido cada vez mais contribuições de outros campos do saber a fim de contemplar as relações sociais contemporâneas ocidentais, que caminham na direção da acelerada sofisticação dos instrumentos difusores da informação. A virtualização de diversos processos da vida humana e o maior povoamento dos espaços virtuais de convívio social propiciam o compartilhamento de memória por grupos cada vez mais tangenciados pela efemeridade dos territórios virtuais, resultando na multiplicação exponencial de indivíduos digitalmente tribalizados em meio a uma “cultura narcótica superdesenvolvida a partir da fossilização da consciência diante do computador ou dos *smartphones*” (CODEÇO; NAIDIN, 2021, p. 439).

Em paralelo às crises nas maiores democracias do mundo – agravadas por verdades viciadas sob a larga proliferação dos vírus informacionais, tornando nebulosas as divisas entre modelos de realidade e de ficção –, pensar na evocação da memória entre indivíduo e comunidade nas disposições atualmente propostas é considerar, portanto, a conformação de uma memória comunitária que excede a sociabilidade orgânica de outrora. Agora fluindo através dos sinais de conexão que se propagam no espaço em meio ao galopante ritmo do governo dos dados, a produção de memória coletiva recebe influência de quadros sociais virtuais que operam sob os preceitos da ultravelocidade.

Diante de um cenário que desperta interesse sobre a formatação da memória social e suas

27 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

28 Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

desafiadoras modulações contemporâneas, nossa proposta é a de demonstrar, através de noções concernentes à composição do quadros sociais que engendram a memória coletiva, uma justaposição de diferentes aspectos do virtual. Nesse sentido, encontraremos não somente repercussões memoriais das tecnologias cibernéticas, mas também virtualidades essenciais que residem no interior dos mecanismos de representação de lembrança e esquecimento. Para tanto, orientamos uma abordagem teórico-metodológica no sentido de sequenciar aspectos fundamentais da memória social tanto em seu sentido amplo (NORA, 1993; SANTOS, 2003; HALBWACHS, 2004; HALBWACHS, 2006; ASSMANN, 2008) quanto em seu sentido restrito aos aspectos virtuais da lembrança na consciência (BERGSON, 2006) para que junto de noções da virtualidade (CULTURAL, 1998; FERREIRA, 2001) possa assim prover substrato para a análise das condições da memória social nos espaços cibernéticos (ROCHA; LEVY, 2019; CODEÇO; NAIDIN, 2021; ROCHA; OLIVEIRA, 2021).

Fundamentação Teórica

Aguçando o olhar sobre as áreas cibernéticas enquanto espaços de modulação social, nos debruçaremos ao virtual com o intuito de elucidar alguns de seus sentidos elementares. O adjetivo do latim *virtualis* refere-se ao que não se realizou, mas é suscetível de realizar-se (CULTURAL, 1998), ou seja, que existe como faculdade porém sem efeito atual, mas potencial. No universo dos sistemas de informática, denomina um produto da “emulação ou simulação de determinados objetos, situações, equipamentos etc., por programas ou redes de computador” (FERREIRA, 2001, p. 713). Antes de pensarmos, no entanto, num termo que nos remeteria quase que imediatamente à *internet* e aos conteúdos exibidos nas telas, destacaremos uma vontade de virtualização que reside na memória previamente aos adventos tecnológicos citados.

Para Henri Bergson, a memória não se assemelha a uma faculdade de classificação e registro tal qual um arquivo, pois esse seria um trabalho intervalado, desigual e interessado; enquanto a carga do passado prossegue ao decorrer do tempo de forma incessante, conservando-se em sua própria sucessão. Se o tempo voa a escorre pelas mãos, o passado deságua em nossas represas sem vontade de transbordar. Nos acompanha na totalidade dos nossos pensamentos, desejos e sensações já experimentadas, pronto para ser incorporado ao presente, a despeito de que “o mecanismo cerebral é feito precisamente para recalcar a quase totalidade do passado no inconsciente e só introduzir na consciência o que for de natureza que esclareça a situação presente, que ajude a ação em preparação, que forneça, enfim, um trabalho útil” (BERGSON, 2006, p. 47-48). Nossos reservatórios enchem-se gradualmente de lembranças que permanecem em estado de prontidão, virtualmente aptas a serem conjuradas se adotarmos, como forma de ignição, uma

atitude apropriada. Pouco a pouco, ela aparece como uma névoa que se condensasse; de virtual, passa ao estado atual; e, à medida que seus contornos vão se desenhando e sua superfície vai ganhando cor, tende a imitar a percepção [...] Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia (BERGSON, 2006, p. 49).

Se as lembranças armazenadas no cérebro estão virtualmente nebulosas, quando são compartilhadas podem assim se atualizar, trocar pontos em comum entre si e sobre esses pontos verificar-se uma a espelho da outra, preenchendo suas falhas correspondentes e criando uma conjugação de diferentes virtualidades, que se organizam na forma de memória coletiva. Nesta, abarcam-se as narrativas e outras tantas substâncias da memória grupal, cujo compartilhamento confere união identitária e reforça a ideia de pertencimento: não nos apoiamos somente sobre as nossas lembranças, mas também sobre as

do outros (HALBWACHS, 2006), elaboração que designa a memória coletiva em suas “determinações da consciência por quadros sociais que a antecedem e tomam a sociedade possível” (SANTOS, 2003, p. 16). No estoque individual de lembranças ocorrem, portanto, intercâmbios com memórias alheias produzindo apoio mútuo em “quadros que ajudam, na melhor das hipóteses, a classificar, a ordenar as memórias de uns em relação às dos outros” (HALBWACHS, 2004, p. 10).

Assim, inferimos que a caracterização do acúmulo de tempo sobre a consciência individual se dá sob um processo virtualizado em si – ao passo que virtualmente se prontificam as lembranças em estado de espera a emergirem potencialmente no presente – que se ramificará em virtualizações coletivas. Desde o sujeito em si à consciência comunitária, ocorrem virtualidades que não se ordenam de modo cartesiano, mas rebotes de sequências subjetivas internas e externas, sons que ecoam, surgem e desvanecem, imagens fragmentadas que persistem e desaparecem com provável retorno. Atentar-se ao modo de produção dessas memórias é também testemunhar um processo de divisão em dois espaços distintos ao mesmo tempo: onde estamos e para onde nos inclinaremos para, virtualmente, recordarmos.

Em meio à virtualidade traduzida em diferentes instâncias, abordamos formas unitárias e plurais de convocação das lembranças, passíveis de erros e ausências. De fato, as lacunas são razões que encorajam, por exemplo, a necessidade de suporte na rememoração comunitária. O esquecimento também se faz importante quando pensamos sobre a memória e suas limitações neurológicas e sociais, tais como a necessidade de espaço para o armazenamento de novos dados. Segundo Nora (1993), a relação entre lembrança e esquecimento é um dialético jogo de forças, originando a memória que se codifica em lugares, materiais ou simbólicos, estimulados a “fixar um estado de coisas, imortalizar a morte” (NORA, 1993, p. 22). A síntese entre lembrança e esquecimento pode assim ser entendida como uma relação de poder constituinte da memória social.

Para Aleida Assmann (2008), a memória social atua como um meio de “comunicação ao longo do abismo do tempo” (2008, p. 97), enquanto a rede mundial de computadores assegura a comunicação entre distâncias espaciais. Entretanto, a memória social como rede metafórica que conecta a humanidade ocidental globalizada vincula-se progressivamente à rede literal que a interliga ao longo dos precipícios, céus e oceanos – por satélites na órbita planetária e cabos submarinos intercontinentais – enviando suas interlocuções através do espaço e ao longo do tempo em simultâneo, na medida em que age sobre as capacidades virtuais de lembrança e potencializa as necessidades de apagamentos por sobrescritas aceleradas.

Mais do que transformações nos modos de sociabilidade virtual, esse vínculo tem possibilitado produção e gerenciamento de memória – virtual em seus alicerces – que se traduz na dimensão virtual do cotidiano atravessado pela hiperconectividade, no qual usuários submetem-se às máquinas de classificação e influência do comportamento (ROCHA; LEVY, 2019). Mediante o trabalho de algoritmos especializados nas redes informacionais, é viabilizada uma interface altamente personalizável na qual os sujeitos engajam-se em ambientes férteis, eficientes e convidativos para modulações identitárias e conformações de memórias coletivas (ROCHA; OLIVEIRA, 2021).

Resultados Alcançados

Ao investigarmos os quadros sociais da memória coletiva em suas transposições virtuais, avaliamos virtualidades que ocorrem em duas instâncias distintas. A primeira delas pode ser chamada de interna, partindo dos marcos da consciência na memória em seu lugar de constantes transitoriedades, chegadas e partidas de lembranças e esquecimentos; lugar das ambiguidades em estar e não estar mais, pois a sujeição neural da memória implica em mudanças de foco, seleção e prioridade, gerando espaços

e contornos que se esvaziam e se preenchem na vivência e na rememoração coletiva de experiências.

Assim, temos um modo de perceber a memória em si como aspecto virtual da consciência individual e coletiva; que opera pela virtualização do potencial em poder ser ou tornar-se. Isso sugere que a memória enquanto termo comumente atrelado à propostas de resgate e à serviço de resistências políticas já não se trata mesmo da memória em si, como se deu entre sujeito e coletividade, mas aquilo que se deseja que ela seja, sirva ou preste, sendo assim, um uso também virtual dessa competência. Afinal, buscar reconstruir ou resgatar a memória de um grupo ou época não significa exatamente manejar as substâncias da memória que originalmente circularam através de seus labirintos efêmeros, impossibilitando reconstruções.

Aferimos uma segunda instância da virtualidade, que chamaremos de externa, resultante do refinamento tecnológico em seu aspecto informacional-comunicativo, na qual se dá a permeabilidade dos quadros sociais da memória pelas máquinas, representando uma série de desafios ao entendimento da memória contemporânea em sua magnitude cultural. Ainda que se faça virtual de forma primária, em seu campo interior de funcionamento, a memória social tem avançado a campos secundários de virtualização onde tudo parece possível – e nem tudo é o que parece. A vocação à memória encontra na rede computacional ambientes altamente maleáveis, convidativos à estruturação de realidades particulares, virtualizadas dentro de seus desejos. Instala-se nesse lugar-prótese de coesão identitária, onde mitificam-se heróis e imaginam-se aqui-inimigos cujas existências possam, de algum modo, justificar o sustento de suas próprias miragens.

Considerações Finais

Pensarmos em quadros sociais que sustentem a memória em suas diferentes instâncias de virtualização nos demanda estabelecer, acima de quaisquer aspectos, a necessidade de manejarmos conceitualmente os quadro sociais da memória considerando seu atravessamento por quadros virtuais de sociabilidade. Ainda que isso implique numa manobra que preserva o núcleo epistêmico da memória social – pois o tear social e coletivo do tecido dos tempos continua a ser trabalhado no interior de quadros sociais pautados por relações de poder – surgem atualmente novas dimensões pelas quais esses quadros operam. Pudemos perceber que entre os resultados da nossa tentativa de manejo consta não mais avaliarmos a memória e a *web* como redes de comunicação no tempo e no espaço, respectivamente uma em diferenciação à outra, mas dinâmicas de transmissão integradas através dos quadros virtuais da memória.

Em paralelo, destacamos que essa integração tem sido particularmente vantajosa para os discursos totalitários, fabricando consensos entrincheirados em defesa de narrativas na medida em que sua intermediação pelas máquinas torna possível replicar, enviar e sobrescrever informações de acordo com intenções humanas cooperadas por mecanismos ultravelozes: se algumas revoluções estavam condicionadas à mobilidade gradual das peças no tabuleiro do mundo social de outrora, hoje estão a apenas algumas postagens de distância. Enquanto as mais recentes extensões virtuais da realidade têm mostrado poder sobre a conformação de memórias coletivas, aumentam as demandas de estudos interdisciplinares em memória social que fortaleçam as ramificações entre as competências sociais das tecnologias cibernéticas e os estudos antropológicos do capitalismo informacional.

Consideramos que, ao conectarem áreas remotas, a memória social e rede mundial de computadores proporcionam dispositivos virtuais de interlocução consolidados entre si, redistribuindo as amplitudes dos quadro sociais originalmente propostos a partir de novas formas de cumprimento da sociabilidade e do suporte nas lembranças e esquecimentos alheios. Pensar os quadros sociais da memória com suas

expansões e intensificações através de quadros virtuais sobrepostos significa contemplar um avanço conceitual da memória social enquanto fenômeno reservado ao porvir. No momento em que estamos, os desempenhos da memória têm ocorrido ao longo de precipícios temporais, espaciais e cognitivos, sobre os quais buscamos constantemente edificar novas pontes que sejam capazes de atravessar nossas vontades – virtualmente infinitas.

Referências

- ASSMANN, A. Canon and archive. In: ERLI, A.; NÜNNING, A.; YOUNG, S. B. (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008. p. 97-107.
- BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CODEÇO, F.; NAIDIN, J. Arte contextual e as condições do Antropoceno. Entrevista com Paul Ardenne. **Vazantes**, Fortaleza, v. 5, 2021. p. 425-444.
- CULTURAL, L. **Grande enciclopédia**. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1998.
- FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos editorial, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 1993, p. 7-28.
- ROCHA, E.; LEVY, S. Panoptismos contemporâneos: a vigilância digital na era hiperconectada. **Gedecon**, Cruz Alta, v. 7, n. 3, 2019, p. 134-149.
- ROCHA, E.; LEVY, S.; OLIVEIRA, M. A. Memória e algoritmo: notas sobre a manutenção da identidade e consciência coletiva no ciberespaço. **Diálogo**, Canoas. n. 48, 2021, p. 1-7.
- SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

AS HISTÓRIAS DE VIDA ENQUANTO EXPERIÊNCIA DE VIDA E FORMAÇÃO: RESSIGNIFICANDO A MEMÓRIA EM UM TRAJETO DE AUTOCONHECIMENTO E AUTOFORMAÇÃO

Tatiane Peres Zawaski²⁹

Patrícia Kayser Vargas Mangan³⁰

Introdução

Ao realizar pesquisas autobiográficas, em que se narram experiências de práticas, recorre-se à memória para documentar os acontecimentos. Nesse sentido, ao realizar pesquisas autobiográficas possibilita-se aos participantes narrar/escrever suas vidas, a partir do que conhecem/fazem, no presente, por meio de lembranças do passado e de atos ressignificados no futuro, a partir de uma prática de ação-reflexão. Este artigo propõe, deste modo, a problematizar os conceitos de memória social e de histórias de vida, na perspectiva de que tais conceitos podem fazer parte dos elementos constitutivos da análise das trajetórias de (auto)formação e aprimoramento de práticas docentes.

Enquanto metodologia, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica, com vistas a refletir sobre um constructo de formação, onde a memória torna-se um elemento de autoconhecimento e autoformação, a fim de aprimorar as práticas docentes. Discutimos na próxima seção as implicações dos conceitos de memória, assim como histórias de vida, nas perspectivas de Delory-Momberger e Josso, em um constructo de (auto)formação docente. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, as conclusões não estão finalizadas, mas servem de reflexão do que se é proposto.

Memória: conceitos e inter-relações com um projeto de autoconhecimento e autoformação

Ao pesquisar a memória cabe concebê-la como um processo em constante evolução, já que o passado, por meio das lembranças e das recordações, unifica-se em uma busca cuja finalidade é dar sentido ao presente. Ao realizar trabalhos com pesquisas autobiográficas percebe-se a necessidade da revisitação de fatos passados como forma de reconsiderá-los, por meio da narrativa, em uma busca por respostas ao que se é proposto. Assim, as reflexões das práticas docentes permeiam por um passado que tendem a ser ressignificadas no presente, em prol de uma ação futura diferenciada.

Recorrendo a Brandão (2008), contata-se que toda a memória é conhecimento, por sua vez, ela pode ser considerada como aprendizagem, construção e reconstrução, que possibilita ressignificar as escolhas e as trajetórias a serem seguidas. Para a autora:

Somos, assim como nossas escolhas, o resultado de nossas experiências pessoais, objetivas e subjetivas, em meio a uma teia de relações sociais. São fios que se entrecruzam interna e externamente, formando um tecido sobre o qual acontecem as escolhas sendo, parte da trama, tecida por nosso imaginário e o da cultura da qual fazemos parte (BRANDÃO, 2008, p. 8).

29 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais, pela Universidade La Salle, Bolsista CAPES. Mestra em Educação, Especialista em Psicopedagogia, Graduada em Letras (Unilasalle) e Pedagogia - Orientação Educacional (ULBRA). Atualmente, é Coordenadora Pedagógica dos Anos Finais e Ensino Médio, no Colégio Marista Pio XII.

30 Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação, pela COPPE/Sistemas da UFRJ. Mestre e Bacharel em Ciência da Computação pela UFRGS. Professora permanente do PPG em Memória Social e Bens Culturais, na linha de Memória e Linguagens Culturais, da Universidade La Salle.

Ao adentrar nos estudos de Ricoeur (2007) entende-se que a memória é quem nos liga ao passado, pois segundo o autor: “[...] não temos outro recurso a respeito de referências do passado, senão a própria memória” (RICOEUR, 2007, p. 40). Nessa perspectiva, pode-se realizar uma correlação entre memória e história, assim como entre experiências e vivências, uma vez que por meio delas atenta-se a produção de conhecimentos.

Diante do exposto, é possível a compreensão de que a memória é um agente de constituição docente, uma vez que ao rememorar arrolam-se personagens, que são as pessoas que perpassam pela vida, ancoradas nos espaços de educação. Assim, corrobora-se com Halbwachs (2006), percebendo que a individualidade da memória está correlacionada a coletividade.

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

A coletividade aqui advém da convivência entre o eu-outro. As marcas da coletividade estão nessa correlação, ao pensarmos na docência, é perceptível este entrelaçamento, uma vez que as práticas estão imbricadas em uma perspectiva de ação conjunta. Sempre que o docente for fazer memória de suas ações, estarão com elas práticas conjuntas entre os pares, pois não há isolamento de um indivíduo que permeia em um grupo, já que essas experiências são construídas coletivamente, segundo Halbwachs (2006). Assim sendo, compreende-se à docência enquanto um ato coletivo de experiências entre o eu e o(s) outro(s).

Nessa perspectiva, sempre estaremos vinculados a um passado, de determinado grupo/espaço, em detrimento de uma dada ressignificação. Assim, defende-se a memória enquanto agente de formação, compreendendo que o passado está ligado às experiências que se vinculam aos grupos a que o educador pertence/pertenceu. É nessa concepção que se atenta para as experiências, advindas de histórias de vida, visto que elas trazem inúmeros significados, capazes de definirem a autoimagem formativa. Segundo Assmann (2011), os fatos da memória são ensinamentos já que: “*A memória produz sentido, e o sentido estabiliza a memória*” (ASSMANN, 2013, p. 149).

Nessa produção de sentidos, advindos da memória e dos atos de rememoração e de ressignificação adentra-se ao campo do autoconhecimento e da autoformação, advindos dessas práticas mnemônicas. Para os pesquisadores Feltrin, Batista e Becker (2017) a autoformação pode ser entendida como uma produção de si próprio, coletiva e subjetiva, devendo ser considerada de suma importância no processo constituidor da prática.

Ancoradas nos estudos da memória, por meio da construção autobiográfica, os indivíduos são levados à reflexão de suas práticas, de forma que essas inserem-se em uma perspectiva autoformadora e autorreflexiva. Coaduna-se com Loss (2015), a partir da compreensão da autoformação como uma construção de sentidos, e por uma busca de significados do que se é e para onde se deseja ir. Assim, incorpora-se a autoformação como a constituição de sentidos dos fazeres pedagógicos cotidianos, a partir de experiências, aprendizagens e de conhecimentos.

Em Loss (2015) percebe-se a autoformação como uma possibilidade de reflexão de si mesmo, em uma dinâmica de auto-observação para que se alargue as capacidades de autonomia, iniciativa e de criatividade. Dessa forma, mais uma vez remete-se a Josso (2010) que traz conceitos importantes sobre a pesquisa-formação enquanto um projeto de autoconhecimento, já que permite ao educador pensar sobre sua existencialidade.

Autoformar-se em espaços educativos formais ou não-formais significa vivenciar as experiências do eu individual e coletivo para projetar-se a novas possibilidades para ser, conhecer, fazer, conviver e viver plenamente. É dialogando e refletindo sobre o que somos e fazemos que é possível a projeção do que desejamos ser e fazer durante a existência (LOSS, 2015, p. 4).

Nessa perspectiva de reflexividade, o diálogo da seção a seguir segue fazendo uma inter-relação das histórias de vida, em uma projeção de compreensão de si a partir dessas práticas coletivas. Abordar-se-á conceitos-chave para a compreensão de um projeto de formação a partir das histórias de vida.

Histórias de vida: a compreensão de si através do(s) outro(s)

Em nossa vida, há uma diversidade de histórias que circundam, fazem morada em nossa memória, uma vez que somos seres em formação e transformação propiciadas por meio das trocas, experiências e vivências com o outro. A “vida” funde-se nessas experiências, cujas narrativas podem estar vinculadas a um contexto formativo, principalmente nos contextos educacionais que são vividas experiências presentes e passadas, projetadas no futuro. Segundo a pesquisadora Delory-Momberger:

Jamais atingimos diretamente o vivido. Só temos acesso a ele pela mediação de histórias. Quando queremos nos apropriar de nossa vida, nós narramos. O único meio de termos acesso a nossa vida é percebermos o que vivemos por intermédio da escrita de uma história (ou de uma multiplicidade de histórias): de certo modo, só vivemos nossa vida escrevendo-a na linguagem de histórias (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 36).

Ancora-se na visão da autora, entendendo que por meio das narrativas construímos papéis aos personagens de nossa vida, é ela que demarca os acontecimentos e que transforma a relação da sucessão deles, conferindo a nós este papel de personagem. Por meio dessas histórias, narramos as condições sócio-históricas de uma época, dada cultura a qual pertencemos.

Delory-Momberger (2008) cunha o termo *construção biográfica* articulando-o em uma esfera temporal. Segundo ela, presente, passado e futuro se correlacionam, já que acredita que as pessoas passam a maior parte da vida no presente, projetando um futuro. A essa projeção ela chama de *projeto de si*, assim lança-o na existência, que de uma forma consciente, pelas narrativas de vida, vai se consolidando um maior sentido ao vivido, já que:

Ao projetar o passado, pela construção biográfica, cada acontecimento, cada personagem, cada fala pronunciada encontra sua função e sentido, segundo o lugar que ocupa na conexão do projeto de si e dos projetos particulares que puxam a história para o seu final, para a realização hipotética daquilo que a projeta. A história de vida não é a história da vida, mas a ficção apropriada pela qual o sujeito se produz no projeto dele mesmo (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 66).

Delory-Momberger (2008) compreende as histórias de vida, frutos dessa *biografização*³¹, como formação e saber de si. Assim, por meio dessas experiências, incutidas a todos que perpassam pela vida, são construídas significação às práticas. E nessa construção, corrobora-se com a autora, concebendo as histórias de vida como a construção de sentido, a partir de fatos temporais vividos, que permitem reflexão do curso da vida, em um movimento de autoconhecimento e de autoformação.

Para Josso (2010) as histórias de vida possibilitam ao sujeito uma reflexão que parte de suas

31 A biografização é um termo utilizado por Delory-Momberger (2008) para descrever o trabalho interpretativo, onde há uma busca de sentido, a partir da textualização (oral/escrita), onde o narrador narra a sua história, seja por meio de autobiografias ou de entrevistas, em que a sua história possa ser compreendida e, também compreendê-la, em um processo de autoformação.

experiências, das quais compreendem a formação, a prática, as trocas e todos os caminhos percorridos em sua vida, seja no âmbito pessoal ou profissional. A pesquisadora atenta para as possibilidades de que sejam tomadas as decisões futuras, e, assim, a escolha de caminhos a serem percorridos. Segundo ela:

O processo de formação designa um conjunto de transformações realizadas pelo sujeito tanto sobre si (naquilo de que chamamos de vida interior) e na sua relação consigo mesmo quanto nas interações sociais e em sua relação com o meio ambiente. Essas transformações se fazem num duplo movimento de integração de novas dimensões e de abandono de dimensões anteriores (JOSSO, 2010, p. 205).

Josso (2010) defende que ao falar das próprias experiências conta-se aos outros e a nós mesmos a nossa história, nossas qualidades, aspectos a serem aprimorados, assim como o valor atribuído a cada escolha ou vivência que tivemos enquanto profissionais e enquanto pessoas. Segundo ela, as vivências são as experiências que se fundem ao conhecimento de nós e, também dos outros que perpassam pela nossa vida acadêmica, profissional e pessoal.

Josso (2010) remete-se ao termo experiência formadora compreendendo que os conhecimentos de cada pessoa advêm das experiências. Assim:

O conceito de experiência formadora implica uma articulação conscientemente elaborada entre atividade, sensibilidade, afetividade e ideação. A articulação que se objetiva numa representação e numa competência. É neste ponto que convém ficarmos atentos à importância da escala com a qual está relacionada a experiência em questão. [...] a formação é experiencial ou então não é formação, mas a sua incidência nas transformações de nossa subjetividade e das nossas identidades pode ser mais ou menos significativa (JOSSO, 2010, p. 48).

Nessa direção, cabe a compreensão do que é proposto pela autora, a partir da análise de como cada um se forma e transforma-se ao longo de sua vida, por meio de considerações que são dotadas de sentido pelo termo “*caminhar para si*” (JOSSO, 2010), usado pela pesquisadora com a finalidade de compreender os sentidos dos espaços de experiência e formação.

O processo de caminhar para si apresenta-se, assim, como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento daquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na nossa relação conosco, com os outros e com o ambiente natural (JOSSO, 2010, p. 84).

O “caminhar para si” tende a possibilitar ao sujeito o conhecimento de si, a organização de seu projeto de vida, atento às suas experiências que, na concepção da autora, transformam a vida, que passa a ser vivida, repensada e reprojeta. Nessa perspectiva, o conhecimento de si é de suma importância no percurso, uma vez que ele possibilita a reflexão do estar no mundo, dando maior sentido a cada experiência e a cada troca propiciada pelas interações de outros atores e vozes.

Algumas considerações não finalizadas

O “caminhar para si”, tratado anteriormente, na perspectiva de Josso (2010), é uma probabilidade de conhecimento de si, onde, nas autobiografias, objetiva a visitação da história, que se arrola as memórias, para o entendimento das práticas, que proporcionam repensar os caminhos futuros. Dessa forma, corrobora-se com Ferreira, Fischer e Peres (2009), quanto à compreensão de que a memória é um mecanismo de reconstituição do vivido, sem que as narrativas sejam elementos subjetivos, mas que tenham significados na/para a prática pedagógica.

Nas práticas, advindas das narrativas, é possível a percepção das memórias individuais,

construídas também na coletividade, onde as recordações do eu e dos outros tornam-se instrumentos de autoformação na medida que servem de reflexão sobre as atividades desenvolvidas nos ambientes institucionais. Assim, evidencia-se a memória enquanto uma construção social que pode contribuir para os processos de autoconhecimento e autoformação, já que as lembranças se tornam elementos de aprendizagem sobre o fazer docente.

Finalmente, cabe ressaltar que, é pelas experiências e vivências de autoformação, associadas ao autoconhecimento, revisitadas em meio a memórias, traçadas nas autobiografias que são revisitadas as imagens construídas de si, assim como as ações provenientes das práticas educativas do professor. Por meio delas, capacita-se os sujeitos para uma tomada de atitude a partir dessas reflexões.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- BRANDÃO, V. M. A. T. Memória (auto)biográfica como prática de formação. **Revista @mbienteeducação**. v. 1, n.1, Janeiro/julho 2008 – São Paulo.
- DELORY-MOMBERGER, C. **Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto**. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.
- FELTRIN, T.; BATISTA, N. L.; BECKER, E. L. S. A autoformação como território de possibilidade: uma reflexão sobre o espaço escolar. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v. 03, n.03. set-dez., 2017.
- FERREIRA, M. O.; FISCHER, B. D. T.; PERES, L. M. (Orgs.). **Memórias docentes: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação**. São Leopoldo: Oikos; Brasília Liber Livro, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JOSSO, M-C. **A experiência de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2010.
- JOSSO, M-C. **Caminhar para si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- LOSS, A. S. A autoformação no processo educativo e formativo do profissional da educação. In: **37ª Reunião Nacional da Anped** – 04 a 08 de outubro de 2015, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Thiago Buzatto Stock¹

Judite Sanson de Bem²

Introdução

Este estudo tem por objetivo verificar qual a relação existente entre memória social, identidade e patrimônio cultural. Para isto, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica através de materiais publicados, como artigos, livros e anais de eventos científicos.

Rodrigues (2018), Motta (2000), Botrel, et al. (2011) e Monastirky (2009) concordam ao relacionarem gestão cultural com memória social, apresentando sempre a questão da identidade como fator decisivo para definir o que é ou não um patrimônio e qual o tempo de vida deste em uma sociedade.

Rodrigues (2018) explica que a identidade é mutável e está em constante transformação, pois em diferentes fases da vida, as pessoas podem se identificar e se entender de maneiras distintas. Além disto, esta identidade sofre pressão social quanto a raça (branco, negro, índio), classe social (rico, pobre, classe média), idade (criança, jovem, adulto, idoso), religião, sexualidade, entre outros fatores que possam influenciar na identidade.

A identidade pode ser individual ou de um grupo. Individual quando diz respeito a uma determinada pessoa e suas características particulares. E grupo quando caracteriza um grupo de pessoas por similaridades que os tornem grupos étnicos. A identidade de um grupo é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo. Isto é, implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança, o que diferencia o “nós” dos “outros” (RODRIGUES, 2018).

Com isto, surge o seguinte problema de pesquisa: Como um bem cultural é constituído a partir da memória social e de sua identidade?

Desenvolvimento

Todo este processo da construção de identidade social, para Rodrigues (2018) implica uma mobilização específica da memória coletiva e de sua transmissão e reprodução social. A memória social legitima a identidade de um grupo, podendo recorrer, para isso, ao patrimônio cultural.

Neste sentido o patrimônio cultural faz recordar o passado, é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou ainda, uma convocação do passado. Tem, assim, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes, expressando a identidade histórica e as vivências de um povo. O patrimônio contribui para manter e preservar a identidade de uma nação, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família. É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras (RODRIGUES, 2018).

1 Doutorando em Memória Social e bens Culturais pela Universidade La Salle, Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais (LaSalle), Bacharel em Administração e Licenciado em Pedagogia, Sociologia e Filosofia.

2 Pós-doutorado em Geografia, Doutorado em História Ibéro- Americana, Mestrado em Economia Rural, Bacharelado em Ciências Econômicas. Professora do PPG em Memória Social e bens Culturais da Universidade La Salle.

Rodrigues (2018) sugere uma ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio, quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo. Neste sentido, o patrimônio é um constructo social, é uma invenção, ou por outras palavras, uma versão apenas de uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico. Neste caso, considerando a estreita relação entre patrimônio e identidade, a identidade de um grupo/sociedade é sempre um processo seletivo e fragmentado.

Bourdieu (2013) complementa Rodrigues quando aborda sobre o poder simbólico, onde uma classe dominante que carrega uma herança cultural, vai transmitir essa herança (este hábito) para as classes dominadas. Para Bourdieu é a classe dominante (que carrega uma “bagagem” cultural), através deste poder oculto de manifestar seus interesses, que influenciam a criação dessa identidade cultural para determinados bens culturais.

Neste contexto, Motta (2000) explica que grupos de assembleias, associações e sindicatos começaram a surgir para reivindicar direitos durante o período do regime militar onde as vozes do povo (no sentido coletivo) começaram a ser ouvidas e levadas em consideração na formação de uma identidade.

Quando Rodrigues (2018) relaciona a memória coletiva ao patrimônio, o autor utiliza-se dos estudos de Halbwachs, e explica que a memória, como fenômeno social, é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como o patrimônio cultural a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica gravado na memória, não ficando necessariamente registrado para as gerações futuras.

Motta (2000) nos apresenta uma versão mais histórica sobre as questões que envolvem a temática de memória social, patrimônio e gestão cultural. A autora explica que ao longo do século XIX enquanto países europeus consideravam o patrimônio arquitetônico como importante referência de identidade, no Brasil, a atenção dos intelectuais na busca de uma identidade nacional se concentrava em caracterizar um “povo brasileiro” e em identificar as características geográficas do território nacional. Foi somente sob o impacto da riqueza da arquitetura mineira, “descoberta” nos anos 1920, que os imóveis e sítios urbanos passaram a despertar interesse como referência de identidade.

Em 1937 com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dá-se início à apropriação da produção arquitetônica e de sítios urbanos como patrimônio e sua preservação para a construção de uma identidade nacional (RODRIGUES, 2018).

Segundo Motta (2000, p. 25):

Em 1934 [...] pela primeira vez foram inseridos, numa constituição federal brasileira, dispositivos de limitação ao direito de propriedade. Esse direito passou a ser subordinado à função social da propriedade, na qual se incluía o valor cultural. Caberia ao Estado identificar e justificar o valor cultural das edificações e sítios urbanos, considerando-os, por este motivo, como um valor coletivo que deveria ser preservado. Foi criado o IPHAN para a avaliação do valor cultural dos imóveis, assim como de outros bens culturais, e o Decreto de lei 25 para viabilizar legalmente a proteção do acervo selecionado.

Motta (2000) complementa ainda que após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948 considerou a cultura como um dos direitos fundamentais do ser humano e a partir disso, a relação de identidade, cultura e bens culturais se intensificaram. E as memórias coletivas servem como ferramenta na construção desta identidade cultural e como forma de identificação e valoração dos bens culturais.

Nesta relação público, memória e identidade, as tecnologias influenciam na identidade do patrimônio, podendo alavancar um patrimônio através de novas ofertas e formas variadas de entretenimento, proporcionando mais acesso e visibilidade ao bem, como também podem fazer com que determinado bem fique obsoleto e seja substituído por outro mais moderno e que chame mais a atenção do público, gerando a perda do interesse e a desconstrução de sua identidade como bem patrimonial (MOTTA, 2000; RODRIGUES, 2018).

Nos anos 1970 - 80 patrimônios foram tombados, em diversas capitais brasileiras, em decorrência das exigências da coletividade e pressão inserida sob órgãos públicos, exigindo a preservação dos mesmos como bens culturais e patrimoniais públicos (MOTTA, 2000).

O crescimento da consciência social acerca do valor do meio ambiente e da memória como fatores de melhoria da qualidade de vida — fenômeno presente na sociedade desde meados da década de 1970 — refletiu-se na ampliação da participação individual, ou organizada em entidades civis, de cidadãos desvinculados da administração pública. Este fato, além de significar a possibilidade de instituição de um patrimônio mais representativo da multiplicidade da sociedade contemporânea, iniciou um reconhecimento público da importância do **órgão** (RODRIGUES, 1994 apud MOTTA, 2000, p. 57).

Assim, a movimentação social gera força e voz para considerar um bem como patrimônio público e as memórias coletivas que podem ser geradas por este bem, ou a partir do mesmo, garantem (ou não) sua conservação. Ou seja, se este bem após tombado for capaz de ser memorado como um bem importante e com identidade para a sociedade ele permanece vivo, caso contrário, pode ser deixado de lado por ter sido esquecido pela sociedade (RODRIGUES, 2018).

Surge assim uma perspectiva vinculada à questão da preservação do patrimônio histórico e bens culturais. Contudo, o verbo preservar apresenta um significado que se sobrepõe à ação de livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano e conservar, dentre outros sinônimos (BOTREL, et al., 2011).

De acordo com Lemos (2006 apud BOTREL, et al., 2011, p. 47), “[...] se devemos preservar as características de uma sociedade, teremos forçosamente que manter conservadas suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implícitas no meio ambiente e no seu saber”. Então, preservar não se limita somente em guardar uma coisa, um objeto, uma construção, casas e demais patrimônios históricos de uma cidade antiga. Por Preservar, entende-se também, o ato de “[...] gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas, de forma que se garanta a compreensão da memória social preservando o que for significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”.

O autor discute ainda sobre a efetiva participação dos gestores culturais na escuta da população de forma a registrar a memória coletiva a fim de verificar o que deve ou não ser considerado um bem patrimonial, seja ele material (prédios históricos, casas culturais, igrejas) ou imateriais (tradições, folclores, costumes).

Quanto a responsabilidade pela preservação dos bens culturais esta é mais complexa, e no Brasil ela passou do federal para os órgãos municipais de cultura, este procedimento facilita o registro e catalogação dos bens culturais, seu tombamento e a escuta da população sobre estes bens. Todos estes recursos utilizados pela gestão cultural remetem na construção de uma identidade de acordo com as memórias coletivas acerca do patrimônio cultural (BOTREL, et al., 2011).

Para o autor a decisão sobre a constituição de um bem cultural e sua preservação é um processo dialógico entre todos os entes envolvidos (órgãos públicos, gestores culturais e sociedade). Entretanto

deve-se ter, por parte do setor público, o incentivo para que a população participe sem distinção de classe social, credos, etnias ou qualquer outro fator que ponha em risco o resultado da discussão. Estas discussões ocorriam apenas entre governo e burguesia, deixando parte da população fora das tratativas sociais e de decisões culturais.

Monastirky (2009) complementa os autores citados quando comenta que o reconhecimento de um patrimônio cultural se dá pela identificação de seus significados. Cada patrimônio contém uma carga simbólica que auxilia a descobrir qual o significado histórico-social que este patrimônio possui. E este valor simbólico, atribuído aos objetos ou aos costumes, decorre da importância que lhes atribuí à memória coletiva.

Esta memória que impulsiona a construção de um conhecimento, podendo ser associado ou diferenciado da história, serve como método de análise da construção cultural sendo utilizada como ferramenta para a gestão. Não se trata de fazer história, mas a memória, mesmo com suas falhas (esquecimento, manipulações), permite a compreensão sobre o patrimônio cultural (MONASTIRKY, 2009).

O autor reforça ainda que metodologicamente memória, história e tradição apesar de apresentarem conceitos distintos, podem se complementar e servem como ferramentas de gestão cultural. “Tradição, memória e história são as três posições diferentes com que o presente vê o passado: a tradição santifica o passado e justifica o status-quo, a memória petrifica e estratifica este passado, enquanto a história é analítica e crítica a ele” (MONASTIRKY, 2009, p. 326).

Assim, enquanto a história apresenta fatos do passado, oferecendo dados e fatos, causas e consequências, a memória coletiva permite uma compreensão complementar ou diferente daquela oferecida pela história, pois apresenta laços emotivos, afetivos e pertencimento social e a criação de uma identidade.

Monastirky (2009), assim como os demais autores citados, também aponta para os cuidados que devem ser tomados quanto à gestão da memória coletiva, como esta é analisada e selecionada, pois deve ser um trabalho democrático e participativo, sem que haja manipulação da mesma em detrimento de determinado patrimônio. Pois dependendo das memórias coletadas ou produzidas, um sentimento de pertencimento ou de indiferença é gerado e este determina o destino do patrimônio cultural.

Franzoi, Silva e Costa (2013) salientam que a formulação de uma política pública para posterior gestão deve levar em conta que sociedade se caracteriza por diferenças sociais e culturais, tratando-se de uma sociedade conflituosa. E administrar estes conflitos é necessário para a sobrevivência da sociedade e as políticas são um dos meios para fazê-lo. E para isto, devem-se utilizar ferramentas e métodos para que realmente todos sejam ouvidos e possam participar.

Segundo Rua (1997 apud FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 86), “a política é um conjunto de ações formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”.

Mainardes (2006) aponta o “ciclo dos contextos” ou “ciclo de políticas” como uma ferramenta para a construção das políticas e que permite realizar a escuta e registro das memórias coletivas dos envolvidos.

Esta ferramenta foi desenvolvida pelos pesquisadores ingleses Stephen Ball e Richard Bowe na década de 1990. Inicialmente a proposta apresentava três contextos: contexto de influências; contexto da produção de textos; contexto da prática (MAINARDES, 2006).

O primeiro contexto é o da influência, onde os discursos são iniciados, a escuta acontece neste primeiro momento, grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais e culturais. Aqui os discursos de memórias e história se concretizam, recebendo apoio ou entrando em conflito com discursos contrários (MAINARDES, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Ao utilizar esta ferramenta o gestor precisa levar em consideração a participação ativa da sociedade neste primeiro contexto e dos cuidados acerca da interpretação e utilização das memórias sociais geradas, uma vez que estas podem ser manipuladas de acordo com interesses pessoais e particulares.

O segundo contexto é o da produção de textos e diz respeito ao processo de documentar os discursos gerados no primeiro contexto. Estes textos podem se apresentar em forma de textos legais e oficiais, comentários formais ou informais, pronunciamentos, vídeos, decretos, entre outros (MAINARDES, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Mainardes (2006, p. 52) alerta que estes textos nem sempre são coerentes e claros, podendo também ser contraditórios. “Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos em relação ao tempo e o local específico de sua produção”.

As ideias acima reforçam as diversas formas de manipulação que os discursos podem sofrer, inteirando que este processo de escuta e documentação deve ser exercido com ética, de forma impessoal e sem interferências políticas.

O terceiro contexto é o contexto da prática onde os textos gerados a partir dos discursos produzidos serão analisados e interpretados pelos gestores e a partir desta interpretação ações serão tomadas e a partir destas surgem suas consequências (OLIVEIRA, 2013; MAINARDES, 2006).

Esta abordagem assume que os gestores culturais e demais profissionais das políticas públicas culturais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas e, desta forma, o que eles pensam e acreditam têm implicações para o processo de implementação das mesmas.

Conforme os autores Oliveira (2013) e Mainardes (2006), esta ferramenta ganhou dois novos contextos na metade de década de 1990 também idealizados por seus criadores, os pesquisadores Stephen Ball e Richard Bowe. Estes novos contextos foram denominados de: contexto dos resultados e contexto das estratégias. Assim, a ferramenta passa a ser conhecida como “os cinco contextos políticos”.

Para os autores este ciclo se bem utilizado pelos gestores públicos permite idealizar políticas que visam o interesse da coletividade, além de sua revisão e atualização, por se tratar de um processo cíclico. Estes novos contextos estão em concordância com os relatos de memórias coletivas que podem sofrer modificações ao longo das gerações e seus sentimentos de pertencimento e afeto para com o bem público em questão, criando assim sua identidade ou nova identidade.

O contexto dos resultados, segundo Mainardes (2006) também conhecido por contexto dos efeitos, preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. O pensamento de que políticas surtem efeitos, ao invés de somente resultados, foi considerado mais apropriado. Nesse sentido, as políticas devem ser analisadas em termos do seu impacto e interações com desigualdades existentes.

O último contexto descrito no ciclo de políticas é o contexto da estratégia política. Segundo Mainardes (2006) este contexto diz respeito em identificar um conjunto de atividades sociais e políticas que se fazem necessárias para lidar com os problemas identificados, principalmente as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

Segundo Ball (1994) citado por Mainardes (2006), este último contexto é um elemento fundamental da pesquisa social crítica e que é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas.

Assim, o ciclo de políticas permite um processo de criação das políticas de forma dialética, onde a escuta das partes (órgãos públicos, gestores e sociedade) se faz presente e agrega um sentimento de pertencimento. Entretanto, exige o cuidado sobre a interpretação das falas e das memórias que são coletadas e até mesma sua possível manipulação deve ser observada para que nada seja realizado de forma duvidosa que venha a favorecer ou prejudicar o resultado final.

Oliveira (2013), justifica a utilização do ciclo de políticas como ferramenta de gestão pública, pois os costumes, tendências, pensamentos, ideias e opiniões tentem a se modificar com o tempo, e desde o fenômeno da globalização este processo de mudança ocorre cada vez de forma mais acelerada. Assim, sendo uma ferramenta cíclica, permite a atualização das informações e seus efeitos.

Considerações finais

Ao trabalhar a memória social como ferramenta de gestão, os autores que se dedicam aos estudos sobre gestão cultural, hora citados acima, concordam que os fatores ética, imparcialidade e preponderância devem estar atrelados a metodologia desenvolvida, pois conforme os precursores dos estudos sobre memória (também já citados) atrelam a ela suas falhas como esquecimento, manipulação, sentimentos relacionados que podem confundir o discurso. Assim, a memória social só terá relevância metodológica se bem aplicada e gerida, caso contrário será apenas uma metodologia utilizada sem peso ou fundamento para o resultado, ou pior, um meio de tentar justificar um resultado já esperado.

Bourdieu (2013) complementa o texto acima quando explica sobre o poder simbólico, onde uma força pode se impor sobre outra (classe dominante e classe dominada). Tornando real a possibilidade de manipulação das memórias para que um bem social seja considerado mais relevante do que outro.

Assim, Bourdieu (2013) integra a importância de a gestão cultural ser exercida com ética e responsabilidade para que uma vontade não se sobressaia sobre a realidade estudada. Neste caso, para que as memórias sejam coletadas e analisadas sem manipulações e com rigor científico a fim de expressarem a realidade social e criarem uma identidade.

Para uma melhor compreensão, o poder simbólico de Bourdieu (2013) sugere que existem classes dominantes e classes dominadas e a classe dominante impõe regras que as classes dominadas seguem sem discutir, como por exemplo, a definição de cultura, quais são os bens culturais, o que deve ser preservado, costumes sociais, entre outras. E este poder é simbólico justamente por ser um mecanismo invisível onde o dominante cria categorias de pensamentos que influenciam as ações sociais.

Referências

BOTREL, M. de O.; Et. al. Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil. **ABET**, Juiz de Fora, v.1, n.2, p. 41-54, jul./dez. 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D. Proeja e Pronatec: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas–PoEd**, v. 6, n. 2, p. 84 - 100, 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 47-69, 2006.

MOTTA, L. Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. 2000. 169f. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Documento). Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terra Plural**, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2009.

OLIVEIRA, O. S. de. Perspectivas de democratização da educação: implicações do contexto de produção de textos na organização das políticas educacionais. **XI Congresso Nacional de Educação - EDUCARE**. Curitiba, 2013.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES: FANFARRA, MEMÓRIAS, CULTURA E APRENDIZAGEM

*Janaína Pereira Mondo*³

*Carina Marcelino de Almeida*⁴

*Rute Henrique da Silva Ferreira*⁵

Introdução

A música pode ser considerada como uma linguagem que se traduz em formas sonoras, podendo expressar e comunicar desde sensações, até sentimentos e pensamentos. Conforme matéria publicada pelo Governo do Estado de Rondônia (SEDUC - RO), “é uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação”.

A fim de refletir sobre música e cultura, esse artigo propõe discutir o papel desempenhado pela fanfarra na formação do aluno da Educação Básica e na sua identificação como parte de um grupo.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), lista dez competências gerais para a Educação Básica, dentre as quais destacamos as competências 3, 6 e 9 como fortemente relacionadas ao trabalho desenvolvido na fanfarra:

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 9 e 10)

Nesse sentido, Lima (2021) aponta que a importância das fanfarras está crescendo na Educação Básica, inclusive com algumas escolas públicas investindo na formação e manutenção até como uma forma de divulgação da unidade escolar. Além disso, Lima (2021) também destaca outros aspectos também levantados nas competências gerais da BNCC, como por exemplo:

Além do contato com instrumentos diversos, os alunos aprendem a ter mais disciplina, cumprindo horário, aprendem a trabalhar em equipe na execução de coreografias e aprendem a respeitar o outro e ter mais interação com alunos de outras escolas. [...] Mas para participar das fanfarras, os alunos têm que apresentar frequência, bom comportamento nas aulas e aprendizagem. (LIMA, 2021)

3 Professora de anos iniciais na rede estadual de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. Pós-graduada em Prática interdisciplinar-Educação Infantil e Séries. Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. E-mail: <carina.202214227@unilasalle.edu.br>.

4 Professora de anos finais na rede estadual de Santa Catarina. Graduada em Letras pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós-graduada em Língua Inglesa e Educação Especial. Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. E-mail: <janaina.202214229@unilasalle.edu.br>.

5 Doutora em Sensoriamento Remoto. Professora do PPGMSBC da Universidade La Salle. E-mail: <rute.ferreira@unilasalle.edu.br>.

Conforme exposto acima, entendemos que a fanfarra não apenas contribui para o desenvolvimento das competências descritas, mas também para a construção da identidade dos alunos e professores que participam. No entanto, conforme Candau (2019), “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (p. 19).

Diversas pesquisas indicam como as bandas e fanfarras atuam na formação dos cidadãos. Elas exercem consideráveis funções nas comunidades onde estão inseridas, como indica Cislaghi (2009), além da influência na continuidade da cultura, as bandas e fanfarras exercem uma função de inclusão social, permitindo “afastar crianças e jovens da marginalidade social” e possibilitando além da possível profissionalização, uma “melhora na qualidade de vida das crianças e jovens atendidos” (CISLAGHI, 2009, p. 19).

Assim, esse artigo propõe investigar o papel da fanfarra da Escola de Educação Básica (EEB) Castro Alves na comunidade em que está inserida.

Metodologia

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva, conforme a classificação de Vergara (2000), pois caracteriza a fanfarra da EEB Castro Alves e sua importância para a comunidade. Em relação aos meios, utilizou pesquisa bibliográfica e documental, pautada na análise de documentação escrita disponível e depoimentos.

A coleta de informações foi realizada através de fichamento de leituras, análise de dados disponíveis na escola e entrevistas com duas professoras de educação física C.S.G e T.G.M., responsáveis pela fanfarra desde sua fundação até os dias atuais.

A fanfarra escolhida para a pesquisa é a banda da EEB Castro Alves, localizada no bairro centro da cidade de Araranguá, Santa Catarina. Em 2022, a EEB Castro Alves completou 78 anos de história e no decorrer destes anos, foram realizadas muitas celebrações e eventos culturais com a presença da banda, destacando-se: Aniversário da Escola, Desfile de 7 de setembro, Formaturas dos nonos anos, Gincanas Culturais; Abraço APAE, Passeios Ciclísticos e Desfile Outubro Rosa.

Atualmente a EEB Castro Alves possui 940 alunos, 18 professores efetivos, 54 professores admitidos por caráter temporário (ACT), 07 funcionários efetivos no administrativo escolar, 02 funcionárias na gestão escolar, 08 funcionários terceirizados para os serviços gerais e 02 funcionários terceirizados para a alimentação escolar.

A escola oferece aulas para alunos do Ensino Fundamental da faixa etária entre 6 a 16 anos de idade. É uma escola estadual bem conceituada na cidade de Araranguá, onde há muita procura e interesse por vagas escolares.

Análise dos dados

A fanfarra da EEB Castro Alves foi fundada em 2009 pela professora coordenadora Christiane Sant'Elena Guze, que contou com a colaboração dos professores César Luiz Dias e Antônio César Spricigo para ajudá-la a resgatar os toques originais da banda, os três primeiros toques são originais da fanfarra que existia antigamente na escola. Também contou com o apoio da professora Tânia Maria Ghisleri Minato que é responsável pelas balizas até os dias atuais. Em 2009 a fanfarra contava com 20 instrumentos musicais, 26 componentes e mais 16 balizas.

No ano de 2010 a fanfarra passou a se chamar Professora Sylvia Hubbe Pereira. A direção da escola juntamente com a comunidade escolar, como símbolo de gratidão, carinho e dedicação definiu que a banda eternizará com seu nome. Dona Silvinha, como era carinhosamente conhecida, iniciou suas atividades na EEB Castro Alves em 1945 onde trabalhou por 22 anos. Incentivadora da música foi a precursora da fanfarra da escola nas décadas de 50 e 60. Seus desfiles no dia 07 de setembro na cidade das avenidas - Araranguá - foram memoráveis e ainda hoje são lembrados pelos ex-alunos e comunidade escolar que vivenciaram esta época. Falecida em 2013, recebeu como homenagem um cortejo da fanfarra em seu velório. A figura 1 ilustra uma das apresentações da fanfarra em 2015.

Figura 1 - Apresentação da Fanfarra Professora Sylvia Hubbe Pereira



Fonte: Vitrine da Foto 07/09/2015

O ano de 2022 é o 11º ano que a fanfarra acorda a cidade de Araranguá às 6 horas da manhã no dia 7 de setembro com a Alvorada Festiva, que conta com a participação da população local que espera ansiosa pela passagem da banda do Castro Alves.

A fanfarra participa de eventos do município anualmente tais como: Abraço APAE, Outubro Rosa, Cerco de Jericó entre outros. Podemos afirmar que a fanfarra Professora Sylvia Hubbe Pereira é um orgulho para a nossa Escola De Educação Básica castro Alves e para a cidade de Araranguá.

Um dado importante é que os alunos se formam no nono ano do ensino fundamental e vão estudar em outras instituições, mas alguns deles permanecem na banda.

Em 2022, foram selecionados 38 alunos para participação da fanfarra, mesmo número de instrumentos musicais existentes na escola. Os ensaios ocorriam na maior parte do ano uma vez por mês, e quando aproximava das datas de apresentações esse número de ensaios chegava a três vezes semanais. A seleção dos alunos envolvidos na Fanfarra ocorreu em parceria com professores da instituição escolar, que utilizaram os critérios de necessidade e merecimento.

O conceito de necessidade leva em conta os alunos que apresentaram uma melhora no rendimento escolar e comportamental quando atuante nas fanfarras de anos anteriores.

Ao referir a “merecimento” é levado em conta os alunos já atuantes na fanfarra do ano vigente que não apresentam baixas notas escolares e mau comportamento, sendo que, os alunos que apresentam essas características e estão atuando na fanfarra são substituídos por outros alunos que enquadrem nos critérios.

Tal seleção ocorre devido ao fato de existir muitos alunos interessados em participar da fanfarra. Sendo assim, utilizar esses critérios permite aos professores ter essa avaliação como incentivo a mudança do comportamento dos participantes e dos demais interessados em participar.

Os participantes da fanfarra contam com aulas teóricas de ritmos e ensaios com os instrumentos utilizados nas apresentações. As aulas práticas ocorrem após o período de aula, às 17h10min, evitando o incômodo do barulho nas outras atividades escolares. Geralmente em dois ambientes dentro da escola, sendo utilizada a quadra de esportes ou o pátio para os ensaios com instrumentos conforme depoimento da professora de Educação Física T.G.M,

a sala de dança foi de grande utilidade para os ensaios, pois, foi de excelente ajuda à disponibilidade de um espaço para as acomodações dos uniformes e materiais dos alunos, um quadro para escrita, local reservado para os instrumentos que permaneceram com segurança e certo tipo de isolamento acústico, possibilitando assim que dentro da própria sala pudéssemos fazer as primeiras aulas teóricas. (Depoimento de T.G.M, 2022)

Utilizando esse espaço, inicialmente os participantes da fanfarra aprenderam um pouco de teoria básica, pois a grande maioria nunca teve contato com educação musical.

A professora C.S.G., comenta que os trabalhos se iniciaram nas aulas de educação física no ano de 2009 com a apresentação das figuras rítmicas, pulsação e falando sobre as características predominantes dos ritmos utilizados na fanfarra, outros professores que tinham conhecimentos nesta área também colaboraram para esse projeto ser iniciado e ter o sucesso na nossa comunidade escolar e em nosso município. Após um pouco de teoria, dentro da própria sala, os alunos foram iniciados à prática, utilizando baquetas, carteiras e cadeiras como instrumento musical.

As primeiras cadências foram aprendidas através de imitação e a leitura aprendida nas aulas teóricas. Os ritmos foram executados para que os alunos repetissem, mantendo-os sempre atentos a sua escrita no quadro, fazendo assim uma melhor assimilação do ritmo demonstrado com a sua leitura.

Após algumas aulas e visto ser necessário a utilização dos instrumentos para a sequência do aprendizado, os alunos foram para a quadra, lá separados em grupos de acordo com o tipo de instrumento que cada um executava.

Os ensaios aconteceram em grupos separados para que posteriormente fossem unidos e que a prática fosse realizada com todos simultaneamente. Este mesmo processo foi utilizado para o ensino de todas as cadências e ritmos utilizados na fanfarra.

Acreditamos que grande parte de nossa vida, principalmente a vida escolar, nos traz muitas recordações das quais muitas se eternizam em nossa memória como sentimentos e emoções. Na EEB Castro Alves muitos professores, alunos, ex-alunos, funcionários e pais se emocionam e muitas vezes choram ao ver a fanfarra nos ensaios da escola ou em apresentações. O barulho forte dos tambores e instrumentos musicais encantam ao vibrar intensamente, como recorda a professora M.F. em seu depoimento.

Cada vez que ouço e vejo a fanfarra da nossa escola se apresentando, ou até mesmo ensaiando aqui no pátio da escola, fico encantada! Encantada pois observo a disciplina que eles têm com os horários do ensaio, o entrosamento ao tocar os instrumentos, a postura ao se apresentarem... enfim tudo isso me encanta! Além das lembranças que o toque dos tambores me remetem [...]. (Depoimento de M.F., 2022).

Já a professora A.B. ressalta o papel social da fanfarra:

A fanfarra mostra o que nós precisamos para ter uma vida feliz: harmonia, respeito, cooperação, alegria, ajuda, apoio, equilíbrio, força, garra, união, responsabilidade, assiduidade, ao mesmo tempo que sou independente nas minhas decisões, depende do outro para que continuemos no mesmo ritmo, essa é a sociedade que deveríamos ser e ter. Ótimo exemplo de cidadania! (Depoimento de A.B., 2022).

Relacionando esta pesquisa com a cultura conforme sistematizado por Thompson (2009) apud Godoy e Santos (2014) apresenta concepções de cultura como

a cultura de um grupo ou sociedade é o conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade (THOMPSON, 2009 apud GODOY e SANTOS, 2014, p. 22).

Os autores ainda afirmam que

A linguagem, neste contexto, possibilita acumular e transmitir o conhecimento, que, por meio da simbolização e do discurso articulado, cria organizações sociais, instituições econômicas, aperfeiçoa constantemente o uso de ferramentas e forma tradições de conhecimentos e de crenças. (ibid., p.23)

Os depoimentos também evidenciaram as memórias de seus participantes em relação à fanfarra. Percebemos isso nas palavras do professor A.C.S. quando relata seu tempo de aluno na EEB Castro Alves:

Lembro quando era aluno aqui na escola como ficávamos felizes na época dos ensaios para o 7 de setembro. Era uma movimentação geral e todos participavam dos ensaios com muita vontade e alegria. Ouvir os tambores rufando causava euforia. O desfile de 7 de setembro era muito aguardado por todos, desde o mês de agosto a escola já começava os treinos para o desfile. Saíamos pelas avenidas próximo ao Castro Alves, treinar os detalhes para que tudo ficasse perfeito. Para muitos esse era um dia glorioso, vestir o uniforme novo e desfilar para a comunidade. Tristeza maior era quando chovia. Não desfilar não estava na intenção da maioria dos alunos. Quando estava na segunda série fizeram uma campanha para arrecadar garrafas de cerveja, vendê-las e comprar tambores. Todos se envolviam. Havia o desejo de muitos serem escolhidos para tocar na banda. Que orgulho! (Depoimento de A.C.S., 2022)

As professoras J. e P. enfatizam outros aspectos importantes: a dedicação e a emoção, como podemos perceber em seus depoimentos:

Foi a primeira vez que vi algo tão profundo, nunca tinha presenciado tanta dedicação e empenho dos alunos e prof para apresentação do dia 7 de setembro. Senti muito carinho por parte dos participantes e também das pessoas que assistem. (Depoimento de J, 2022)

Realmente dá vontade de ouvir, ver e participar das apresentações da nossa fanfarra. Foi um legado deixado por ela, que não podemos deixar morrer. A lembrança que tenho, é a nossa querida Ilka realizada, emocionada com a fanfarra...um sonho realizado...não tem como ouvir a fanfarra e não lembrar dela. Nossa...é muito viva essa imagem [...] Vejo ela na calçada prestigiando o desfile [...] Na verdade, a última imagem é dela assistindo emocionada o desfile ... aí eu disse pra ela: -Teu legado Ilkinha!
(Depoimento de P, 2022).

Percebemos por meio das pesquisas e depoimentos o quanto a fanfarra impacta tanto seus participantes quanto a escola e a cidade, constituindo parte da identidade da EEB Castro Alves.

Considerações finais

Conforme depoimento da professora de Educação Física C.S.G:

Ensinar música na Escola de Educação Básica Castro Alves foi e está sendo muito satisfatório além de extremamente relevante para a formação como docente, apesar das dificuldades encontradas, há também um diferencial e facilitador no ensino pelo fato da escola contar com uma privilegiada estrutura se comparada às outras. (DEPOIMENTO C.S.G, 2022)

Ainda segundo o relato de duas professoras entrevistadas, os alunos mostram interesse nesse projeto e são receptivos a novas ideias. Além disso, com os ensaios da banda os alunos aprendem não só a musicalidade, mas também a ter disciplina, amor e respeito pela pátria e pelos símbolos nacionais.

Ficou muito evidente o quanto a educação musical é importante, principalmente iniciada na base escolar. A fanfarra faz parte da formação musical dos alunos da escola onde eles são protagonistas da sua própria história.

Conforme a BNCC:

A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura. (BRASIL, 2017, p.196)

Assim, o período em que os alunos participam da fanfarra lhes permite vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e construir desenvolver saberes musicais fundamentais que lhes auxiliarão na inserção e participação crítica e ativa na sociedade (BRASIL, 2017).

A construção das identidades sociais ocorre no interior da representação, por meio da cultura, e não fora dela, ou seja, as identidades são produzidas pelos sistemas de representação.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos, de modo que a cultura:

Simboliza tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que lhe confere uma identidade dentro do grupo a que pertence. É um conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva. Não existindo culturas superiores, nem inferiores pois a cultura é relativa, designando-se em sociologia por relativismo cultural, ou seja, apesar de existir entre muitas. (MORGADO, 2015, p. 1)

A cultura de uma sociedade é propagada das gerações adultas às gerações mais jovens pela educação. Educar é transmitir aos indivíduos os valores, conhecimentos, as técnicas, o modo de viver, enfim, a cultura do grupo a qual o indivíduo é pertencente.

Em relação a manutenção do projeto, é fundamental fortalecer o reconhecimento dos benefícios deste trabalho não só para a escola que deu vida a ele, mas também para o município de Araranguá pois as apresentações da banda engrandecem a cultura do nosso município. É imprescindível destacar não só a importância das fanfarras escolares como fator cultural e como formação do cidadão, mas também como uma possibilidade de descobrir novos talentos.

Além disso, conforme vemos na fala dos entrevistados, está associado à memória e às identidades sociais dos alunos participantes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CISLAGHI, M. C. Concepções e ações de educação musical no projeto de bandas e fanfarras de São José – SC: três estudos de caso. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GODOY, E. V.; SANTOS, V. de M. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**, v. 30, n. 3, p. 15-41. 2014.

LIMA, J. **Fanfarras das escolas são instrumentos de integração entre alunos**. Disponível em <<https://www.to.gov.br/secom/noticias/fanfarras-das-escolas-sao-instrumentos-de-integracao-entre-alunos/1j08lxhhdb22>>. Acesso em: 17 out. 2022.

MORGADO, A. C. As múltiplas concepções da cultura. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16983>>. Acesso em: 19 out. 2022.

SEDUC RONDÔNIA. **Projeto de Bandas e Fanfarras Escolares**. Disponível em <<https://rondonia.ro.gov.br/seduc/programas-e-projetos/projetos/projeto-de-bandas-e-fanfarras-escolares/>>. Acesso em: 17 out. 2022.

ESPAÇOS CULTURAIS E A GESTÃO VOLTADA PARA O PÚBLICO UNIVERSITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS: REFLEXÕES SOBRE A LEI FEDERAL Nº 13.425 DE 2017

Luciano Franco Machado⁶

Judite Sanson do Bem⁷

Introdução

Este estudo decorre da tentativa de buscar uma aproximação nas discussões sobre o campo dos Estudos Culturais como forma de examinar questões relativas aos equipamentos culturais ⁸ (Bares, Pubs, Danceterias), gestão, segurança na prevenção contra incêndios e aspectos comportamentais decorrentes de comentários dos indivíduos que frequentam determinados espaços culturais do município de Santa Maria/RS.

Assim, este artigo objetiva identificar as ações resultantes da gestão dos equipamentos culturais, relativas a segurança de prevenção contra incêndio, e analisar os aspectos apresentados de como eles estão dispostos nos territórios de Santa Maria.

Metodologicamente, utiliza-se da busca e pesquisa na legislação, na doutrina e em artigos, dissertações e teses relacionadas ao tema.

O artigo está dividido em partes: no primeiro momento, será visto aspectos sobre os espaços culturais e a tendência do crescimento cultural-econômico voltado para comodidade do público jovem (na sua maioria universitária), pensado para o seu entretenimento (entregando dentro dos seus estabelecimentos a diversão e o ponto de encontro para formação de hábitos culturais), para atender hábitos de consumo cultural desse público jovem, que em parte são moradores do município e noutra pertencente a uma população universitária flutuante (no sentido de terem seu domicílio ser fixado somente durante o período universitário). O segundo momento – será pautado pela gestão, que envolvem práticas e procedimentos que integram a identidade territorial à atividade voltada para a gestão do equipamento cultural com ênfase em segurança na prevenção contra incêndio.

6 Pós - Doutorado em Memória Social e Bens Culturais, pela Universidade La Salle (2022 - cursando). Doutorado em Desenvolvimento Regional, pela UNISC (2022). Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais - AIA, pelo UNILASALLE (2015). Especialista em Direito Ambiental Nacional e Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2011). Especialista em Direito Público pela Faculdade Projeção - DF (2008). Possui graduação em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (2006).

7 Possui Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), Doutorado em História Ibéro- Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Pós-doutorado em Geografia da UFRGS no Projeto: Direito à cidade, financeirização e transformações no regime urbano na metrópole de Porto Alegre/RS. Professora do Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE e do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais na Universidade LaSalle.

8 O termo equipamento cultural se refere a “edificações destinadas a práticas culturais”, servindo para designar organizações culturais das mais diversas tipologias como teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, museus, dentre outros. Serve de sinônimo para termos como casa de cultura, espaço cultural, complexo cultural, conjunto cultural, centro de cultura ou ponto de cultura (SANTOS; DAVEL, 2017, p. 4).

Aspectos gerais sobre os espaços culturais do município de Santa Maria/RS

A identidade territorial é concebida aqui como uma construção social. Relacionada a atributos étnicos, culturais, econômicos, políticos, preferências religiosas, políticas, estéticas e sexuais (ECHEVERRI, 2009), em lugar de algo fixo e definido, a identidade territorial é construída nas relações culturais e políticas que grupos sociais estabelecem no território.

Em Santa Maria, há espaços culturais que atendem uma determinada coletividade constituída, na sua maioria, pelo público jovem e universitário, cuja habitualidade das práticas relativas ao consumo cultural, se direcionam a determinados equipamentos culturais (Bares, Pubs, Danceterias), consolidando uma fidelização frente a determinados espaços mais frequentados dentro do município.

Nesse sentido, o mapa cultural do município nos revela os seguintes espaços culturais, apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Mapa cultural - por bairros/territórios culturais do município de Santa Maria/RS

Espaços Culturais	
Bairro	Equipamentos Culturais
Nova Santa Marta	Praça Ceus Santa Maria Sociedade Assistencia e Educativa Mãe admirável - SAEMA
Patronato	Museu Vicente Pallotti Departamento Tradicionalista Querência da Medianeira
Nossa Senhora de Fátima	Museu de Arte de Santa Maria Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide
Nonoai	Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas
Nossa Senhora Medianeira	Memorial da Medianeira
BomFim	Museu Ferroviário de Santa Maria Museu interativo de Astronomia Professora Raquel M. Rocha Bandeira de Mello Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac Ara Dudu
Nossa Senhora do Rosário	Museu Treze de Maio TV OVO Rádio Amazém
Centro Histórico	Museu de Artes Sacras - Paróquia Catedral Museu Educativo Gama d'Eça - UFSM Associação Italiana de Santa Maria Casa de Memória Edmundo Cardoso Museu do Instituto Metodista Centenário
Nossa Senhora das Dores	Centro Histórico Coronel Pillar Museu Diácono João Luiz Pozzobon
Camobi	Memorial da Imigração e Cultura japonesa do Rio Grande do Sul Jardim Botânico da UFSM Planetário da UFSM Museu de Solos do Rio Grande do Sul - UFSM Núcleo Antártico - UFSM

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Mapa Cultural (2022).

Cabe considerar, que há uma concentração de equipamentos culturais em três bairros: Bom Fim, Centro Histórico e Camobi, esse último é onde está localizada a UFSM, sendo um território ocupado pela sua maioria por um público jovem (universitário).

A gestão dos equipamentos culturais, que é a prática da cultura organizacional potencializando as transformações socioculturais, poderá atuar num fluxo e contra fluxo na dinâmica cultural do território, dessa forma levando os empreendedores socioculturais e gestores do setor público a compreender que devem entender o processo de aceleração da vida, no sentido de que os indivíduos são submetidos às mudanças comportamentais (CEZARIO; DAVEL, 2017).

Com tudo, a territorialização da gestão dos equipamentos culturais nos ajuda a problematizar a ênfase na ação cultural, despertando o olhar dos gestores para uma postura mais interacionista,

permitindo estabelecer diálogos entre seus acervos, espetáculos e programações com interesses que atendam a necessidade de entretenimento do público universitário, e nas formações de identidades dos respectivos públicos (CEZARIO; DAVEL, 2017).

Os principais equipamentos culturais (Bares, Pub, Danceterias) são centralizados nos territórios: no Centro Histórico e no bairro Camobi (quadro 2).

Quadro 2 - Principais bares, casas noturnas e pub de Santa Maria/RS

Principais Bares e Pub de Santa Maria RS	
Bar do Barreto - Sinuca/Cervejas	Bulldog Barn
Paty' Beer Ponto de Bebidas e Conveniências	Moto garagem
Ponto de Bebidas do Mulita	Esquenta Urban - bar & food
Bar das Gurias	7 Night bar
Boteco Pub	Moto taxi agil
Pub bebidas e conveniências	Pingão bebidas e conveniências
Bar do Branco	Rockers Soul Food
Choperia e Petiscaria - Happy Hour	Bar Belief
Container conveniências	Tazlo Bar
Bar e Armazem Quadros	Freguesia
Gomes's House Beer	Zirvas Bar
Bar da Casa	Lixaria
Zeppelin	Gal Pub
Boteco do Mineiro	Lima Santos Bar
Muvuca Bar	Bar do Balofó
Vaca Profana	Rota 66 bar e conveniência
Gárgula	Reunião Chopp e Churras
Old School Pub	Pinus Bar
Bar do Pingo	Texas Beer Delivery
Growler House	República Sanga Preta
Tribus Bar	Expresso Beer Camobi
Left Rock Bar	Fantberg Beer Shop
Bar do Pompeu	Black Sheep Camobi
Biroska	Loku's I
Bar Container SM	D'Oliveira Beer
Locadora Bar 287	Bar do Véio
Kioski bar	Bar da Manu
Boteco do Rosário	Muzeo Pub
Macombo Lugar	Moon Nightlife
Aruna Club	Lanterna Verde Show
Blackout Boate	Engenho Club
Strike Club	Corujão Boate
Costa da Montanha	

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos BARES E PUBS (2022).

A quantidade de bares e pubs no município reflete a propensão do público jovem e ao consumo cultural construído. Em destaque observam-se no quadro 2, os equipamentos culturais: Moon Nightlife; Aruna Club; Vaca Profana; Lanterna verde show; Blackout Boate; Tazlo bar; Engenho Club; Strike Club; 7 Night Bar; Corujão Boate e a Costa da Montanha. Esses lugares recebem grande número de comentários sobre os melhores espaços. Como por exemplo - o espaço Vaca Profana, que gerou comentários na Web: “Um lugar bacana com atendimento atencioso, bebidas gostosas e comida mais ainda. Fui numa noite de karaokê profano e digo que fazia tempos que eu não me divertia tanto, fiquei até rouco. Pretendo retornar mais vezes” (HARRY, 2022).

A formação do público consumidor dessa cultura, em grande parte deve-se ao número de faculdades e universidades localizadas no município, numa perspectiva de treze instituições de ensino universitário.

- FADISMA – Campus Santa Maria;
- FAPAS – Unidade Patronato;

- FISMA – Campus Santa Maria Centro;
- FISMA – Unidade I;
- FMC – Sede;
- SOBRESP – Campus II;
- SOBRESP – Centro de Ensino e Saúde;
- UFN – Conjunto I;
- UFN – Conjunto II;
- UFN – Conjunto III;
- UFSM – Campus CAMOBI;
- ULBRA – Santa Maria;
- UNOPAR – Santa Maria.

Diante desse cenário, o importante é tornar mais efetiva a atuação dos gestores culturais permitindo-lhes uma organização que lhes permita enfrentar os desafios cotidianos que sua atividade apresenta, com a possibilidade de conhecer e poder usar a linguagem explícita e tácita da burocracia, com a vantagem de terem aprendido a operacionalizar as próprias ideias (SARAIVA; RIGAUD, 2008).

Ademais, em setembro ocorre o – mês do Turismo – que por intermédio da Prefeitura, promove eventos que servem para mostrar a importância de como o Turismo está ligado ao desenvolvimento econômico, cultural e social de uma comunidade. Desta forma, a prefeitura (setor público) trabalha no sentido de fomentar o desenvolvimento cultural, turístico, e o crescimento econômico do município. Como por exemplo, os mapas turísticos disponibilizados na página da Prefeitura, no caso do mapa turístico gastronômico, encontra-se relacionado o Vaca Profana, como opção gastronômica.

O município recebe uma forte procura pelos equipamentos culturais (Bares, Pubs e Danceterias) por parte do seu público habitual, e nesse mês do Turismo ocorre um aumento na demanda do público em busca desse consumo cultural. Dessa forma, podendo o gestor por falta de atenção administrativa, colocar em risco a segurança das pessoas no momento que ali estão usufruindo o evento, entretenimento ou o show apresentado nesses lugares. Portanto, as decisões dos gestores podem causar impactos positivos quando atendem o público dentro das normativas, respeitando os limites de capacidade em seus estabelecimentos, ou podem causar impactos negativos quando não cumprem as normativas de segurança contra incêndio.

Essas oportunidades geram lucro para o empreendedor, impactando positivamente, por outro lado, em casos de infortúnio ou tragédias (por exemplo, o caso do acidente ocorrido durante o show na Boate Kiss em 27 de janeiro de 2013) acabam impactando negativamente. São oportunidades e riscos associados à tomada de decisões que podem gerar lucros ou desastres. Destarte, como um dos possíveis problemas - a falta da atenção merecida - para o cumprimento da legislação de segurança na prevenção contra incêndio. Tais questões tornam o processo de planejamento ainda mais elaborado e necessário.

Da Legislação Lei nº 13. 425 de 2017 e suas diretrizes

A elaboração de normas de segurança na prevenção contra incêndio e a formulação de políticas

públicas específicas, são discutidas e estudadas visando resultar na construção de diretrizes.

O gestor na busca de seus objetivos e metas, visando à lucratividade e a satisfação do público consumidor não poderá esquecer-se do cumprimento da legislação da segurança na prevenção contra incêndio. Isto deveu-se a partir do momento que essas preocupações, derivam as modificações na legislação a partir de 2013, dando origem a nova Lei Federal nº 13.425, de 30 de março de 2017 (também conhecida Lei Boate Kiss) que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público e altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. Da competência de vistoriar as medidas de prevenção e combate a incêndio, conforme artigo 3º da Lei nº 13.425/2017, determina que:

Art. 3 o Cabe ao Corpo de Bombeiros Militar planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, sem prejuízo das prerrogativas municipais no controle das edificações e do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e das atribuições dos profissionais responsáveis pelos respectivos projetos (RIO GRANDE DO SUL, 2022, <https://www.bombeiros.rs.gov.br/leis>).

A Legislação em âmbito Estadual é preconizada pela Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 - Compilada. (Atualizada até a Lei Complementar nº 14.924, de 22 de setembro de 2016). Ela estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Em caso de riscos iminentes à vida ou a integridade física de pessoas, a conduta das providências deverá ser dada por intermédio do o CBMRS – Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul ou o município, no âmbito de suas competências, deve proceder à interdição ou embargo imediato, total ou parcial, conforme os §1º e §2º do artigo 42 da Lei Complementar nº 14.376/2013.

§ 1.º O proprietário ou responsável pela edificação ou áreas de risco de incêndio será comunicado através do Auto de Interdição ou Embargo para cumprir as exigências apresentadas, permanecendo o local interditado ou embargado até o cumprimento integral das exigências ou julgamento favorável do recurso interposto pelo interessado.

§ 2.º Exauridos os procedimentos administrativos previstos nesta Lei Complementar e havendo o descumprimento pelo proprietário ou responsável pelo uso da edificação ou área de risco de incêndio das medidas determinadas pelos órgãos competentes, o CBMRS e/ou o município, no âmbito de suas competências, tomarão as medidas legais cabíveis (RIO GRANDE DO SUL, 2022, <https://www.bombeiros.rs.gov.br/leis>).

Decorrente do potencial de público universitário, dos turistas e da população domiciliada no município de Santa Maria, há fatores que elevam o número de indivíduos que circulam no município, como por exemplo, nos meses do período universitário, no mês do turismo, etc. Esses momentos servem de indicadores para os gestores dos espaços culturais oferecerem os serviços e realizar um calendário de eventos em seus estabelecimentos. Com isso, surge a preocupação com o fluxo e o risco de superlotação nesses espaços e, principalmente, os riscos inerentes à falta ou inoperância dos componentes de segurança na prevenção contra incêndio. Os gestores e proprietários dos equipamentos culturais são responsáveis pela atribuição de cumprir a legislação que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio. Essas são as ações dos gestores com intuito de eliminar riscos iminentes à vida ou a integridade física das pessoas que ali frequentam os espaços culturais.

Conclusão

A gestão dos equipamentos culturais está associada às mudanças sociais, culturais-econômicas que articulam novas formas de gestões com dimensões de abranger o território, o público alvo, e a cultura à ser consumida em diferentes espaços, entre eles no município de Santa Maria/RS.

Deste modo, o equipamento cultural é parte de responsabilidade do setor público (a secretaria de município de cultura), e dos gestores privados (proprietários de Bares, Pubs e Danceterias), com a finalidade do desenvolvimento da cultura, preservação, e incentivos para os equipamentos culturais, assim garantindo a fomentação no setor cultural do município. Essa reflexão resulta em ações estruturantes da gestão planejada, no âmbito público e privado.

Quando se trata do município de Santa Maria (com diversos espaços culturais, e por ser um polo universitário, etc.), após a tragédia da Boate Kiss, a preocupação sobre a falta ou ineficiência na segurança de prevenção contra incêndio, promoveu debates por parte dos legisladores, e modificações na lei. Caracterizou-se a prevenção de incêndios e desastres como condição para a realização de projetos artísticos, culturais, etc., e para o município o Planejamento Urbano Municipal devendo observar as normas de prevenção de incêndio, entre outros.

São diversos os requisitos normativos pertencentes a Lei da Boate Kiss, alguns deles podem ser vistos com maior facilidade pelo frequentador dos equipamentos culturais, entre eles: a preocupação com capacidade de público local (deve constar na entrada uma placa indicativa com o número da capacidade permitida); Alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros; e não somente a presença dos extintores, mas quanto ao domínio técnico e conhecimento de como manusear um extintor poderá fazer a diferença em diversas situações.

Mesmo que brevemente, o objetivo dessas colocações é explicitar a importância na relação da gestão com a segurança da prevenção contra incêndio e a reflexão, buscando um olhar para o fortalecimento dos equipamentos culturais, e principalmente do comportamento dos “modos de ser” dos indivíduos que transformam uma sociedade.

Referências

BARES E PUBS. **Principais Bares e Pubs de Santa Maria RS**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=bares+e+pubs+de+santa+maria+rs&safe=active&biw=1248&bih=602&ei=v-kzY_zvLlVt1sQP3r6SOA&ved=0ahUKEwi8y-eL7rb6AhWLqZUCHV6fBAcQ4dUDCA4&uact=5&oq=bares+e+pubs+de+santa+maria+rs&gs_lp=Egdnd3Mtd2l6uAED-AEBMgUQABiiBDIFEAAAYogQyBRAAGKIEwgIKEAAYRxjWBBiwA5AGCEi7M1CuGFjBHnACeAHIAQCQAQCYAYkCoAHrA6oBAzItMuIDBCBBGADiAwQgRhgAiAYB&scient=gws-wiz>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. **Mapa da Cultura** – base de informações e indicadores. Disponível em: <[CEZARIO, H. B. M.; DAVEL, E. P. B. A Mobilização Cultural na Gestão de Museus: a força da participação comunitária e da identidade territorial. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da universidade de Brasília. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. Volume 6. n. 12 \(ano 2017\). Disponível](http://mapas.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!t),filterEntity:space,map:(center:(lat:-29.70162250094217,lng:-53.72692108154297),zoom:13)))>>. Acesso em 16 de setembro de 2022.</p></div><div data-bbox=)

em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16334>>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

ECHEVERRI, R. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA (Instituto Interamericano de Agricultura), 2009. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/b2219p/B2219p.pdf>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

ETGES, V. E.; CADONÁ, M. A. **Globalização em tempos de regionalização** – repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

HARRY, M. **Comentários na Web** – Vaca Profana. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=qual%20o%20crescimento%20de%20bares%20e%20pub%20em%20santa%20maria%20rs&oq=qual+o+crescimento+de+bares+e+pub+&aqs=chrome>>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Corpo de Bombeiros Militar RS. **Legislação de Segurança Contra Incêndio**. Disponível em: <<https://www.bombeiros.rs.gov.br/legislacao>>. Acesso em 26 de setembro de 2022.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. **Gestão de equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios**. São Paulo: XVII ENANPUR. Anais. 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.5/ST%206.5-01.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2022.

SARAIVA, Enrique; RIGAUD, Jacques. A gestão da cultura e a cultura da gestão: a importância da capacitação de administradores culturais. In: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 4, Salvador, 2008. **Anais** [...], Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14323-02.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

SILVA, E. F. da. A dinâmica cultural contemporânea e a revalorização da vida. **Revistas Puc/SP**. Ano 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/21379/15651>>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

OLIMPIÁDA DE MATEMÁTICA: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS CATARINENSES

*Mônica de Freitas*⁹

*Rosane de Oliveira*¹⁰

*Rute Henrique da Silva Ferreira*¹¹

Introdução

A Matemática tem aplicações em diversas ciências, mas muitas vezes seu ensino se dá de forma mecânica e descontextualizada, de modo que formar o aluno que contribuirá para o desenvolvimento da ciência é um grande desafio para os professores, considerando as dificuldades enfrentadas no atual ensino de Matemática na Educação Básica. Um ponto positivo que tivemos nos últimos anos foi a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), que afirma seu compromisso com a educação integral, reconhecendo que a Educação Básica envolve a formação e o desenvolvimento humano global, não privilegiando nem a dimensão intelectual (cognitiva) nem a dimensão afetiva.

Nesse contexto de aprimorar o ensino de Matemática, observamos no Brasil o surgimento da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA. A OBMEP, em 2022, está na 17ª edição e ao longo de suas edições, já ofereceu a mais de 36 mil alunos a oportunidade de estudar matemática por um ano, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e mais de 1800 alunos participaram do programa como ouvintes. O público-alvo da OBMEP é composto por alunos que estão cursando do 6º ano do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio, tanto da rede pública quanto privada.

A OBMEP foi criada em 2005, a fim de estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área. Podemos afirmar que a participação na OBMEP contribui para estimular desenvolver o gosto por esta disciplina, despertando a curiosidade e o interesse pelo estudo. No entanto, os resultados são mais positivos quando toda a escola se envolve. Nesse sentido, conhecer a trajetória de alunos que já participaram contribui para incentivar a participação de outros alunos.

Candau (2019, p. 19) afirma que “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade”, tanto individualmente quanto em grupo. Nessa linha de pensamento, a proposta deste artigo é investigar a participação na OBMEP de duas escolas da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina e traços identitários de alunos que já participaram da competição: a Escola Educação Básica Castro Alves e a Escola de Educação Básica Natálio Vassoler.

A escola de Educação Básica Castro Alves, está localizada no município de Araranguá e oferece aulas para alunos do Ensino Fundamental I e II, organizados em 9 anos, nos períodos matutino

9 Licenciada em Matemática. Mestranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle. E-mail: <monica.202215004@unilasalle.edu.br>.

10 Licenciada em Matemática. Mestranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle. E-mail: <rosane.202215000@unilasalle.edu.br>.

11 Doutora em Sensoriamento Remoto. Professora do PPGMSBC da Universidade La Salle. E-mail: <rute.ferreira@unilasalle.edu.br>.

e vespertino. Atualmente a escola possui 940 alunos, 18 professores permanentes, 54 professores temporários (ACT). Também possui 1 diretor geral, 1 assessor de direção, 3 assistentes técnicos pedagógicos (ATPs), 1 orientadora, 1 administradora, 3 assistentes de educação (AEs), 6 funcionários terceirizados para a manutenção da limpeza da escola, 1 funcionário permanente em serviços gerais, 1 orientador de convivência temporário e 2 estagiários. A escola, baseada na Resolução nº 112/2006 do Conselho Estadual de Educação oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) em turno oposto ao da matrícula no ensino regular, bem como atendimento em classe, tendo além do professor titular da turma ou disciplina, o segundo professor ou intérprete de libras nos casos de inclusão de portadores de deficiência auditiva. A escolha desta escola foi devido ao fato de uma das autoras lecionar como professora efetiva de matemática desde outubro de 2008. Essa escola atende alunos oriundos do centro da cidade e de alguns bairros da cidade, sendo que esses alunos utilizam o transporte escolar gratuito. Muitos deles também acabam se deslocando até a escola juntamente com seus pais/responsáveis, pelo fato de a escola estar localizada no centro e muitos deles trabalham no comércio local da cidade. A escola participa da OBMEP desde 2008, ou seja, a participação nas olimpíadas já consta no PPP (Plano Político Pedagógico) da escola.

Já a Escola de Educação Básica Natálio Vassoler está localizada no município de Forquilha, na mesorregião Sul de Santa Catarina e na região do Carbonífero Metropolitano. Foi fundada em 15/02/1962 como Escola isolada Vila Franca e iniciou suas atividades com 22 alunos. Depois, em 19/07/81 passou a se chamar Grupo Escolar Natálio Vassoler atendendo alunos de 1ª a 4ª série, do ensino Fundamental. Na data 21 de março de 1989 houve a mudança para Escola Básica Natálio Vassoler atendendo os alunos até os anos finais do Ensino Fundamental. No ano de 2000 começou a atender alunos do Ensino Médio e passou a ser chamada de Escola de Educação Básica Natálio Vassoler, completando em 2022, 60 anos. Ela é considerada como a maior escola da cidade e oferece aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno. Possui atualmente 1280 alunos, sendo 447 do ensino médio. São 32 professores permanentes, 66 professores temporários (ACT), 4 funcionários terceirizados de serviços gerais, 5 administradores permanentes, 1 diretora geral, 2 assessores de direção e 2 vigilantes terceirizados. Esta escola também foi escolhida devido ao fato de uma das autoras lecionar como professora efetiva de matemática desde 1º de março de 1999. Essa escola atende em média 11 bairros periféricos do município, a maioria dos alunos utiliza o transporte escolar, que é gratuito. Existem muitos problemas sociais envolvendo esses alunos, alguns moram em área invadida, falta de estrutura familiar, muitas famílias de baixa renda. A escola tem tradição na cidade em participações na OBMEP.

A próxima seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva, conforme a classificação de Vergara (2000), uma vez que pretende analisar o histórico de participações da OBMEP de duas escolas da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina e traços identitários de alunos que já participaram da competição.

Em relação aos meios, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental com a análise de documentação escrita e coleta de depoimento de alunos que já participaram da competição.

De acordo com Fiorentini e Lorenzato (2007) os estudos bibliográficos e documentais podem ser do tipo metanálise, estudos do estado-da-arte ou estudos tipicamente históricos. Essa pesquisa pode ser caracterizada como uma metanálise, pois trata-se de uma revisão sistemática de dados sobre a participação de duas escolas na OBMEP.

A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2022, na Escola de Educação Básica Natalio Vassoler, no município de Forquilha e na Educação Básica Castro Alves, no município de Araranguá, ambas no estado de Santa Catarina. Os dados documentais foram obtidos nos acervos das escolas pesquisadas, bem como no Portal da OBMEP.

Análise dos dados

Podem participar da OBMEP as escolas municipais, estaduais, federais e privadas no Brasil, devidamente registradas no MEC, que atuem nos segmentos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Os alunos são classificados em níveis, de acordo com a escolaridade: Nível 1, 6º ou 7º ano do Ensino Fundamental; Nível 2, 8º ou 9º ano do Ensino Fundamental; e Nível 3, Ensino Médio.

A EEB Castro Alves participa da OBMEP desde a 4ª edição, em 2008. Conforme a técnica pedagógica e efetiva na escola desde 2007, responsável diretamente pelos projetos desenvolvidos na escola, vem se empenhando para a escola participar de todas as edições. Embora não teve participação nos anos de 2020, devido a pandemia do Coronavírus e em 2021 pelo fato de que a escola ter sido interditada pelo Corpo de Bombeiros devido a problemas estruturais. A interdição aconteceu na época da realização das provas da 1ª fase, a escola ficou fechada durante dois meses consecutivos com aulas ocorrendo remotamente. Por não ter um espaço físico para a realização da prova, os alunos deixaram de participar. Em 2014 a escola teve uma participação muito significativa: dois alunos da escola conquistaram medalha de ouro e bronze na 2ª fase. Foi um acontecimento importantíssimo, visto que a escola foi enaltecida pelos meios de comunicação da época, jornais e rádios, como ilustra a figura 1.

Figura 1 - Jornal Enfoque Popular destaca participação de alunos de Araranguá na OBMEP



Fonte: Acervo pessoal de uma das autoras (2022)

Quanto à EEB Natálio Vassoler, participa da OBMEP desde sua 2ª edição, em 2006. Todos os alunos sempre foram inscritos para OBMEP e há alguns anos era muito incentivada a participação deles, existindo grande apoio da direção para esse evento. Hoje devido a rotatividade de professor na escola e a carga de trabalho da direção, mas principalmente do professor, esse evento ficou deixado de lado, sem dar a devida importância que ele tem. Em 2019, a escola não participou da 2ª fase da OBMEP, porque a assessora de direção responsável por enviar os dados dos alunos classificados não o fez em tempo hábil. Nunca tivemos um aluno que tenha passado para terceira fase deste evento.

Quanto à participação em 2022, a EEB Castro Alves participou da primeira fase da OBMEP com todos os alunos dos anos finais: 218 alunos do nível I (6º e 7º anos) e 279 alunos do nível II (8º e 9º anos), totalizando 497 alunos. A escola pode classificar 5% do total dos alunos do nível I e 5% do total dos alunos do nível II para a 2ª fase. A classificação é feita escolhendo-se os 5% dos alunos de cada nível que obtiverem a melhor pontuação. Foram classificados 10 alunos do nível I e 13 alunos do nível II. A

prova da 2ª fase foi realizada no dia 8 de outubro deste mesmo ano na EEB Professora Dolvina Leite de Medeiros, bem próxima a EEB Castro Alves, distante 2,5 km uma da outra.

Já a EEB Natálio Vassoler participou da primeira fase da OBMEP com 380 alunos no nível 1 e 419 alunos no nível 2, totalizando 797 alunos do ensino fundamental. A escola pode classificar 5% desse alunos do nível 1 e 5% dos alunos do nível 2 para a segunda fase, ou seja, 19 alunos nível 1 e 21 alunos nível 2. A prova da segunda fase foi realizada em outra escola do município de Forquilha, na EEB Aloysius Back distante 3,8 km da escola EEB Natálio Vassoler.

O quadro 1 mostra a síntese da participação dos alunos das duas escolas na 17ª OBMEP.

Quadro 1 - Participação da EEB Natálio Vassoler e EEB Castro Alves na 17ª OBMEP - 2022

Escola	Nível	1ª Fase			2ª Fase		
		Inscritos	Presentes	% Presença	Classificados	Presentes	% Presença
EEB Natálio Vassoler	Nível 1	380	366	96	19	08	42
	Nível 2	419	401	96	21	02	10
EEB Castro Alves	Nível 1	218	209	96	08	02	25
	Nível 2	279	259	93	11	03	27

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados das escolas (2022).

Nem todos os alunos da EEB Castro Alves que foram classificados para a 2ª fase trouxeram a documentação exigida no tempo hábil, impossibilitando o comparecimento na prova da 2ª fase, de modo que o percentual dos presentes na 2ª fase não foi conforme o esperado. Embora a escola sempre enfatize esse evento, esse ano foi um pouco diferente. Na última participação da escola na OBMEP, em 2018, foram feitas até camisetas para os alunos que foram realizar a prova, isso mostra o envolvimento da escola no evento, conforme ilustra a figura 2.

Figura 2 – Camiseta da EEB Castro Alves para a OBMEP de 2018



Fonte: Arquivo pessoal de uma das autoras.

Ao questionarmos os alunos o motivo do não comparecimento ao dia da prova, percebemos por meio de suas falas que não se sentiram preparados para fazer a prova. Na prova da 1ª fase já havia a conversa de que estava muito difícil e que na maioria das questões tiveram que “chutar” as respostas. E isso faz muito sentido, visto que uma grande parte dos alunos ficaram quase dois anos em casa estudando remotamente, quase dois anos perdidos - impacto da pandemia - resultando em prejuízos graves no ensino, principalmente no ensino da matemática.

Na EEB Natálio Vassoler, todos os alunos classificados estavam habilitados para realizar a 2ª fase. Infelizmente houve um baixo número de participantes na 2ª fase, devido principalmente a: desinteresse e falta de transporte para os alunos classificados irem até a escola selecionada para a realização da 2ª fase. Sobre o desinteresse podemos considerar o fato de a Unidade Escolar e os professores de matemática não

incentivarem a participação dos alunos na OBMEP. Sobre o transporte, como a 2ª fase não foi realizada na escola de origem desses alunos, eles não tiveram condições de se deslocarem até a escola sede da segunda etapa. Em conversa com um aluno do 9º ano que participou da 2ª fase da OBMEP deste ano, ele relatou que considera importante para seus estudos ter esses tipo de experiência. Uma aluna do 6º ano, que participou da 2ª fase, relatou que foi a essa etapa por acreditar ser importante para seus estudos e para deixar seus pais orgulhosos.

Para entender um pouco do impacto da participação na OBMEP na formação do estudante, realizou-se uma entrevista com um aluno da EEB Castro Alves, que já participou da competição e foi medalhista de ouro da 10ª edição da OBMEP, em 2014. O quadro 2 mostra a síntese dessa entrevista.

Quadro 2 – Síntese da Entrevista com medalhista da EEB Castro Alves

A OBMEP mudou minha vida. Em 2014, realizei a 10ª edição, por incentivo da minha família, que sempre me estimulou reforçando a importância do estudo, e da minha professora de Matemática, Mônica Freitas, a qual sempre apoiava e estimulava seus alunos. Era a 2ª vez fazendo a prova, havia ganhado menção honrosa na edição anterior e com ela a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica Jr. por um ano, então realizei a prova com mais segurança, mas a sensação de desafio se fazia presente, principalmente na segunda etapa que era discursiva. Desde pequeno gostava de encarar desafios lógicos como os de Matemática, então tomei esse como mais um no caminho, com a ingenuidade e leveza de uma criança. Meses depois, o resultado - da minha dedicação e do apoio da minha família, professora e de projetos de incentivo ao estudo da Matemática - veio: me tornei o 1º medalhista de ouro da OBMEP da minha cidade. A felicidade e orgulho por parte de todos foram grandes, essa sensação foi marcante, mas o que viria depois, mais ainda. Recebi a medalha em uma cerimônia pública realizada no auditório da UFSC (Florianópolis - SC), pois não havia condições financeiras para ir até a cerimônia nacional de premiação. Com esse ouro, tive a oportunidade de aparecer no jornal, dar entrevista na rádio local e com esse reconhecimento, ganhei uma bolsa para um curso de Inglês da cidade. Por mais que não seja tão aparente a importância e a relação disso, nesse curso de Inglês comecei a dar aulas para alunos de turmas em níveis menores que o meu, o que me fez perceber o quanto eu, inspirado por alguns ótimos e dedicados professores da rede pública, gostava de lecionar. Me apaixonando pelas salas de aula, com 16 anos, há 4 anos atrás, comecei a dar aulas particulares de Matemática, em função da confiança que ganhei por ter recebido a premiação e da oportunidade de lecionar que ganhei com a bolsa, conquistada como fruto da OBMEP. Essas aulas atualmente se expandiram para as redes sociais como conteúdos gratuitos, podendo ajudar estudantes no país todo, mas também se tornaram uma certa forma de renda que tenho enquanto estou na graduação, cursando Medicina. O menino de 12 anos que fez aquela prova com toda dedicação possível não tinha noção nenhuma de tudo que ocorreria depois em função daquilo, mas como ouviu muito de sua família e professores, o estudo - e todas as formas de incentivo a ele como a OBMEP é - transformar vidas, assim como fez com a minha.

Fonte: As autoras (2022)

Podemos afirmar que a participação na OBMEP contribui para estimular o estudo de matemática e o gosto por esta disciplina, despertando a curiosidade e o interesse pelo estudo. No entanto, os resultados são mais positivos quando toda a escola e comunidade se envolvem e isso é perceptível quando, no relato do ex-aluno da EEB Castro Alves, comenta que teve incentivo da família que sempre o estimulou reforçando a importância do estudo. O apoio e o estímulo dos professores que acreditam e que se engajam em projetos como o da OBMEP também são fundamentais e fazem a diferença na vida do estudante, visto que as questões da prova da OBMEP são desafiadoras e diferentes do modelo visto em sala de aula. A BNCC busca o ensino de matemática voltado para a resolução de problemas, em contraste com a simples resolução de exercícios.

Os processos matemáticos de resolução de problemas, de investigação, de desenvolvimento de projetos e da modelagem podem ser citados como formas privilegiadas da atividade matemática, motivo pelo qual são, ao mesmo tempo, objeto e estratégia para a aprendizagem ao longo de todo o Ensino Fundamental (BRASIL, 2018, p. 264).

Essa integração entre família e escola é um processo em que todos saem ganhando. A família consegue alinhar a rotina, acompanhar o desenvolvimento do estudante e ajudá-lo melhor. Já a escola, ao trazer para o diálogo os saberes, contradições, memórias e os valores das famílias e comunidade, reafirma a opção de adotar um modelo de educação que ajude os estudantes a terem mais autonomia e uma melhor vivência na sociedade contemporânea.

Considerações finais

Com esse trabalho podemos analisar duas escolas situadas em localidades distintas, com diferentes culturas e memórias que influenciam diretamente no desempenho dos alunos na OBMEP, uma vez que o indivíduo carrega o resultado de sua interação com a sociedade, a troca de experiências vividas entre si e das quais decorrem os significados para as memórias construídas. Para Halbwachs (2004), o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas memórias.

Para alunos da EEB Natálio Vassoler conquistar um prêmio ou uma boa colocação na OBMEP é uma conquista que acreditam não estar ao seu alcance. Não tem nenhuma memória de alguém que já tenha conquistado uma boa colocação, não tem referencial plausível de exemplo ou sucesso neste evento. Outro ponto que vale ressaltar é a falta de envolvimento da EEB Natálio Vassoler e dos professores na OBMEP, a falta de registro, a falta das memórias da OBMEP e a falta de conquista de uma colocação melhor aos alunos desta Unidade Escolar interferem negativamente com o percentual de presença na 2ª fase.

Para os alunos da EEB Castro Alves conquistar um prêmio ou uma boa colocação na OBMEP é fundamental, pois é motivo de comemoração e orgulho para toda comunidade escolar. Segundo um dos alunos que passou para a 2ª fase e não pode estar presente relatou o seguinte:

E eu também tinha parado para estudar as provas dos anos anteriores e, eu fiquei quase 1 hora pra fazer apenas 1 questão, acho que se eu fosse fazer a prova, seria tudo no chute. Professora, nós não soubemos o que era média aritmética, ficamos uns 10 minutos para descobrir, eu não tinha parado pra raciocinar o que era, depois que eu percebi que era como calculamos as médias das matérias. Mas, quero me preparar para o ano que vem. Se eu estivesse na cidade, mesmo não sabendo do conteúdo, eu acho que iria fazer a prova, apenas pela experiência, porque a esperança de passar pra última fase já tinha ido embora.

Como percebemos nesse relato, o aluno mesmo se sentindo impotente para realizar a prova vê no futuro uma nova possibilidade para participar da OBMEP, sabendo que seu sucesso no evento pode transformar sua vida assim como todas as outras formas de incentivo ao estudo.

Precisamos destacar também a cultura dessas duas escolas e dos seus alunos. Conceitua-se cultura como o conjunto de formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comuns, acabam por constituir sua identidade. Constitui-se, pois, num todo composto por sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades, de acordo com um modo de vida que inclui diretrizes de organização econômicas, sociais e políticas, bem como rituais religiosos e festivos, padrões de comportamento, enfim. Nesse sentido,

Nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais – na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos e, não obstante, manufaturados (GEERTZ, 1989, p.36).

A cultura de uma das escolas em considerar que esses eventos não fazem parte importante do aprendizado dos alunos, que não interferem na vida escolar deles contribuem para baixa valorização da OBMEP na escola. A inscrição na primeira fase constitui mais uma obrigação junto a GERED, Gerência de Educação Regional, do que uma importante ferramenta de valorização do aprendizado dos alunos.

Referências

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.3-21.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

Portal OBMEP - Olimpíadas de Matemática das Escolas Públicas. Disponível em <<http://www.obmep.org.br/>>. Acesso em 06 out. 2022.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DE UMA ESCOLA INFANTIL EM UMA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE ESTEIO

Odete das Neves Krüger¹²

Rute Henrique da Silva Ferreira¹³

Introdução

Este estudo investiga as memórias e as transformações ocorridas em uma comunidade escolar que se formou no entorno de uma escola de educação infantil fundada há 30 anos no município de Esteio - RS. Ao longo de sua existência muitas foram as modificações das paisagens urbanas, culturais e educacionais.

Segundo o IPHAN(2009) “outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando-se a relação exemplar entre homem e natureza” e é essa relação que acarreta uma característica fundamental da paisagem cultural, a

ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qual quer um desses elementos isoladamente (IPHAN, 2009).

Assim, podemos afirmar que a relação entre a comunidade escolar e a do entorno, bem como as edificações e a natureza ao redor, constituem uma paisagem cultural.

Esse artigo discutirá as modificações ocorridas na paisagem constituída pela EMEI Raio de Sol, localizada no município de Esteio – RS ao longo de seus 30anos de existência.

O começo

A EMEI Raio de Sol foi fundada em setembro de 1992, denominada Creche Vila Esperança. Nos primeiros anos de existência, de 1992 a 1998, a escola tinha como objetivo apenas cuidar das crianças, filhos de mães trabalhadoras que provinham o sustento das famílias. Nesta época, tinha como mantenedora a Secretaria Municipal de Saúde e a responsável era uma senhora empresária do município que buscava o assistencialismo promovendo festas, eventos e arrecadando produtos básicos para as famílias. O que se observava na escola era o cenário descrito por Oliveira *et al*(1992, p. 7):“o trabalho, junto às crianças era de cunho assistencial-custodial. A preocupação era com a alimentação, higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para educação das mesmas não era valorizado”.

Com o passar dos tempos a educação passou a fazer parte deste contexto e então mais transformações nesta comunidade ocorreram e contribuíram para mudanças significativas. A figura 1 mostra como a escola era nos primeiros anos de funcionamento e a figura 2, ilustra como está hoje.

12 Pedagoga. Pós-graduada em Neuropsicopedagogia. Mestranda do PPGMSBC da Universidade La Salle. E-mail: <detykruger@gmail.com>

13 Doutora em Sensoriamento Remoto. Professora do PPGMSBC da Universidade La Salle. E-mail: <rute.ferreira@unilasalle.edu.br>.

Figura 1 – Creche Vila Esperança: Um espaço para cuidar



Fonte: Acervo da EMEI Raio de Sol (2022)

Figura 2 - EMEI Raio de Sol: Um espaço para cuidar, brincar, aprender



Fonte: Acervo pessoal

As transformações

Na comunidade as mudanças estão registradas em fotografias que constam no acervo fotográfico da escola e através destes registros é possível observar as transformações na paisagem urbana. As ruas e becos que antes eram de chão batido, necessitavam de camadas de brita para as que as pessoas da comunidade pudessem se locomover devido ao barro nos dias de chuva, enchentes que ocorriam constantemente. Atualmente as ruas e becos possuem asfalto, demarcações e acessibilidade, de acordo com Certeau (1999, p. 33), “os jogos dos passos moldam espaços, tecem os lugares”. As fotografias na figura 3 nos possibilitam observar as transformações ocorridas tanto nas ruas quanto na escola.

Figura 3 – Transformações na Escola e nas Ruas



Fonte: Acervo pessoal e da EMEI Raio de Sol

Em torno da escola, as habitações também passaram por transformações, as residências antes bastante precárias faziam parte de uma paisagem que se modificou de acordo com as mudanças desta comunidade, que atualmente recebeu conjuntos habitacionais e condomínios. Conforme Santos (1985, p.45), “A memória da rua está registrada na fachada continua no correr das casas, nos beirais, nos trabalhos de cantoria, nas portas e janelas que sucedem numa curiosa simetria”, o que pode ser ilustrado pela figura 4.

Figura 4 – Conjuntos Habitacionais



Fonte: Acervo pessoal

As políticas públicas contribuíram para regularização, dos terrenos dos moradores, reuniões nas dependências da escola foram realizadas para num primeiro momento conscientizar os moradores sobre a importância de se ter um terreno legalizado (escritura). Nesse contexto, a escola teve papel fundamental, pois abriu as portas para secretaria de Habitação e Urbanismo cadastrar os moradores e terrenos e logo receberem seus documentos. Quanto às políticas públicas, elas por um lado beneficiam a comunidade, regulamentando os terrenos, fazendo os moradores sentirem parte do local e buscarem melhorar suas moradias, transformando o que era somente um lugar para morar em um espaço agradável e bonito e com isso ocasionando mudanças na paisagem urbana e cultural.

Por outro lado, as políticas públicas também podem ser utilizadas na aquisição de material de uso permanente para a escola. A figura4 apresenta duas fotografias com investimentos nos espaços de brincar com jogos e brinquedos e biblioteca com ampliação do acervo infantil de acordo com as faixas etárias dos alunos.

Figuras 4 – Investimentos em material de uso permanente



Fonte: Acervo pessoal.

A tecnologia a serviço da comunidade escolar

Os recursos tecnológicos serviram para modificar a paisagem, pois por muitos anos o monitoramento da escola e do entorno desta era realizado de dentro de uma guarita por um vigia. Atualmente esse monitoramento é realizado por um sistema de câmeras integrado com uma empresa de segurança e usa a tecnologia em prol da escola e da comunidade em tempo real, pois o sistema está interligado com uma central de segurança e aplicativos de dispositivos móveis.

A figura 5 ilustra o uso da tecnologia na transformação da paisagem.

Figura 5 – Sistema de segurança: Guarita do vigia e Sistema de segurança interligado com câmeras de seguranças



Fonte: Acervo Pessoal

Além da tecnologia estar a serviço da segurança da comunidade escolar, vemos ao longo desses 30 anos os recursos tecnológicos serem incorporados à metodologia de ensino, como por exemplo no caso das aulas remotas em 2020 e 2021 ou em visitas virtuais, como a realizada em 2022 turma do Maternal 2. A figura 6 mostra as crianças realizando uma releitura das obras de Iberê Camargo após a visita virtual ao Museu.

Figura 6 – Visita a Museu Virtual



Fonte: Acervo pessoal

Considerações finais

Ao longo dos tempos as paisagens mudam e refletem no modo de vida de toda comunidade escolar, quando a escola deixa de ser apenas um espaço de cuidado, creche, e passa ser um lugar de aprendizagens. As famílias também receberam uma oportunidade de aprender, pois ao buscarem seus filhos na escola junto estavam levando uma mochila recheada de conhecimentos, seja em forma de tema de casa, um material para construção de trabalho, informação entre outros. De acordo com Leite (1994),

Se é possível identificar os elementos que compõem o nosso entorno visível, identificar sua origem e desenvolvimento, suas inter-relações e suas manifestações específicas em cada lugar, deve-se reconhecer que esses elementos não são duradouros, mas, ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está, também, sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, desde a evolução das relações políticas, econômicas e sociais, até o desenvolvimento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia (LEITE, 1994, p. 19).

As mudanças fazem parte da conexão entre o indivíduo e o meio ambiente, na memória da comunidade se faz presente como era e como a escola contribuiu para que as transformações ocorressem nesta paisagem ao longo de trinta anos, o que corrobora com o que Lynch (1980, p.11) “Todo cidadão possui numerosas relações com alguma parte de sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações”.

Referências

CERTEAU, M. **A intervenção do cotidiano**. São Paulo: Vozes, 1999.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1994.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OLIVEIRA, S. M. L. Contribuições para o esboço de uma proposta curricular para a formação de educadores de creche em nível de 2º Grau. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. M.; VIANA, C. P. **A formação do educador de creche: sugestões e propostas curriculares**. São Paulo: FCC/DPE, 1992.

OLIVEIRA, Z. de M.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T.; FERREIRA M.; CLOTILDE R. **Creches, crianças, faz de conta & cia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

PORTAL IPHAN. Paisagem Cultural. Disponível <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em 10 out. 2022.

SANTOS, C. N. F. dos. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Ibam/Finep, 1985.

MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: INTER RELAÇÕES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL

Leila Borges

Maria de Lourdes Borges

Introdução

A Escola de Educação Infantil Criança Esperança foi fundada em 30/10/1988. Ela funcionou como escola comunitária por 31 anos, mas foi municipalizada em 13/02/2019 como Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico em Esteio/RS. A Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico apresenta memória social e institucional que precisam ser compreendidas. Para uma aproximação inicial das temáticas teóricas é que este artigo foi desenvolvido. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender como a memória social pode se relacionar teoricamente com a memória institucional.

Sabe-se que a memória social e a memória coletiva estão intrinsecamente envolvidas, pois para Halbwachs (1990) as lembranças são lembradas pelos outros, mesmo aquelas que não passaram de uma experiência individual, isto porque, para o autor nunca está verdadeiramente só. Se nunca se está só, o que dizer das inúmeras memórias vividas e criadas em uma escola?

Nesse sentido, a escola pode ser vista como uma instituição erguida sobre memórias. Sendo a instituição o resultado de escolhas realizadas no contexto social para fins de solucionar determinados problemas (THIESEN, 2013), estudar a memória institucional de uma escola também pode trazer avanços ao entendimento.

O objetivo deste artigo é compreender como a memória social pode se relacionar teoricamente com a memória institucional, dentro do contexto educacional. Especificamente, a Creche Criança Esperança foi fundada em 1988 pela Associação dos moradores do bairro Novo Esteio em Esteio/RS. Em 1997, buscando ampliar recursos, tornou-se Creche Comunitária e em 2002, se adequando à LDB 9394/96, passou a ser Escola Comunitária Criança Esperança. No ano de 2019, passou a ser municipalizada pela Prefeitura de Esteio, sendo fundada a Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico.

Memória social

Nós somos aquilo que lembramos. Sem memória, perdemos nossa identidade. A memória é um fenômeno coletivo e social, com mudanças constantes, assimilando memórias que não são individuais (HALBWACHS, 1990).

Para a memória os fatos sociais, assim como os espaciais e também os temporais, são compartilhados e tornam-se produtos sociais com o passar do tempo por meio da sua assimilação (HALBWACHS, 1990).

A memória coletiva fornece dados para a constituição da memória individual, sendo a esta última, um reflexo sobre a sociedade onde o indivíduo está inserido, garantindo a ele a integração ao grupo social. (HALBWACHS, 1990). São impressões e registros de memórias significativas para um conjunto de pessoas, que fazem parte de um mesmo grupo na sociedade (HALBWACHS, 1990).

As memórias coletivas são buscadas do passado, as quais de alguma forma se relacionam com o presente, tendo significado, enquanto outras memórias são esquecidas (HALBWACHS, 1990). Segundo

Halbwachs (1990) há algum interesse por esse esquecimento. Não temos total controle sobre a memória, uma vez que a memória é manipulável, por exemplo, através do ressentimento e esquecimento. O esquecimento é usado para manipular lembranças e construir ou destruir uma identidade.

Conforme Halbwachs (1990), em sua primeira visita a Londres, mesmo estando sozinho, temos lembranças que são coletivas. De fato, nunca estamos sós, não sendo necessário que se tenha alguém ao nosso lado. Ao olhar para as construções dos prédios, você pode ser atraído pela construção de um arquiteto, ou então, em algum lugar, um historiador ter uma história a ser contada referente a este local, ou ainda, de uma pintura que foi feita em algum monumento da cidade ou de uma igreja. Na cidade, o passeio não é solitário. As informações obtidas sobre descrições da cidade, do comércio local, não são somente lembranças individuais, se tornam coletivas com as pessoas que as escreveram, com o seu grupo. A lembrança se torna coletiva porque ao lembrar-se de uma situação, se entra para determinado grupo, porque a informação sobre algo é acrescida do que é vivido individualmente (HALBWACHS, 1990).

Memória institucional

A memória institucional será abordada na construção deste trabalho (THIESEN, 2013). Na memória institucional, o foco está no comportamento social e coletivo nas instituições, que é construído através de valores.

As instituições são vistas como funcionando em conjunto, embora existam particularidades que as caracterizam, como trabalho, família, igreja, hospital, Estado, polícia, entre outros (THIESEN, 2013).

Para Costa (1997), a memória institucional está em constante desenvolvimento e estruturação. Toda instituição tem sua história ao longo dos anos de sua existência, a qual é lembrada através do que escolhe ser lembrada.

A análise de uma instituição se dá em razão da interligação de seus discursos e técnicas, que ocorrem por meio das práticas sociais, para que seja possível assim, sua emergência. Entende-se que o comportamento e a prática é que compreendem as instituições, definindo seu processo para institucionalização. (THIESEN, 2013; ANDRADE. 2002). Segundo Thiesen (2013) a prática institucional é um aspecto virtual que se atualiza nas organizações. A atualização da ideia de instituição, de conteúdo virtual, é o diferencial de um problema, que é sua condição. Para Thiesen (2013) a instituição surge como resposta (atual) a um problema (virtual) relacionado ao campo social. A instituição vai se atualizando dentro da organização, a fim de que possa desempenhar sua principal característica, de reproduzir. De acordo com Thiesen (2013) os padrões obedecidos dentro das instituições, são repetidos em hábitos reproduzidos por economia de esforço. O plano da instituição, contudo, perpassa o conjunto dos meios que deixam caracterizadas as organizações (THIESEN, 2013).

Conforme Andrade (2002), conceituar instituição se refere ao ato de tipificar e repetir regras, padrões ou hábitos para gerir e controlar funções e representações, respeitando, valores e interesses materiais ao longo do tempo.

Assim, não devemos identificar organização com instituição, a fim de não confundir os conceitos de memória institucional com o de memória organizacional, já que, o conceito de memória organizacional tem tendência a tratar a informação-memória, com ênfase à eficiência. (THIESEN, 2013). A memória organizacional está contida na memória institucional, mas não se limita a ela. São as relações de forças que determinam o plano institucional, que assim, definem a organização (THIESEN, 2013).

O conceito de memória institucional está interligado com os elementos que se inserem no processo de institucionalização das relações sociais. Para a compreensão das relações entre memória e instituição, é necessário compreender sociedade/socialização, sendo um processo que configura as experiências que formam a identidade política e social do indivíduo, tanto de sua imagem, como do outro, em suas relações com outras instituições da sociedade. Estas relações, entre indivíduos e instituições, são primordiais para o processo de formação/aprendizagem social e política, na condução do exercício da cidadania (THIESEN, 2013).

As relações de poder, são ações exercidas uns com os outros. Viver em sociedade é exercer relações de poder. O poder visto como energia vital, que o indivíduo exercita em seus movimentos. Segundo Foucault, é necessário distinguir poder e violência. O poder presume liberdade de uns sobre os outros. A violência diz respeito ao que age sobre os corpos (THIESEN, 2013).

As relações de saber/poder, passam por processo de institucionalização, e suas raízes estão na história. Analisar essas relações requer saber as condições de cristalização do processo em instituições. A instituição é fruto de diversas demandas sociais, bem como, são diversas as instituições que existem (THIESEN, 2013).

Metodologia

Este artigo centrou-se em uma metodologia do tipo revisão narrativa a partir do entendimento de memória social e de memória institucional.

Para Rother (2007), artigos de revisão narrativa, são publicações que descrevem e discutem o desenvolvimento ou o estado da arte de algum tema, seja do ponto de vista teórico ou contextual.

As revisões narrativas não fornecem uma sistematização das fontes utilizadas, também não fornecem metodologia para buscar referências, nem os critérios usados para avaliar e selecionar trabalhos. Para a pesquisa, congruente com Rother (2007) utilizou-se livros e artigos de revistas científicas (ROTHER, 2007).

Salienta-se que a presente pesquisa faz parte de uma maior que constitui o objetivo de dissertação da primeira autora, em que o foco empírico será a Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico de Esteio/RS.

Discussão

A Escola de Educação Infantil Criança Esperança foi fundada em 30/10/1988. Ela funcionou como escola comunitária por 31 anos, mas foi municipalizada em 13/02/2019 como Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico em Esteio/RS. A Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico apresenta memória social e institucional que precisam ser compreendidas.

Para a memória, os fatos sociais, assim como os espaciais e também os temporais, são compartilhados e tornam-se produtos sociais com o passar do tempo por meio da sua assimilação (HALBWACHS, 1990). Em função disso, compreender os pontos de vista dos envolvidos, bem como uma futura análise documental trará luz ao entendimento da memória institucional da escola municipal em questão.

As escolas são locais onde ocorrem relações sociais entre docentes, discentes e toda a comunidade

escolar, seja no micro ou macro contexto. Neste ambiente, também ocorrem relações de poder. Segundo Thiesen (2013) o simples fato de viver em sociedade pressupõe a existência de relações de poder, salientando-se que ele não é sinônimo de violência. Nesse sentido, a memória institucional do contexto escolar deixa lembranças para as pessoas, uma vez que a grande maioria delas passa pelos bancos escolares, formando a memória coletiva, a qual é formada a partir do grupo (HALBWACHS, 1990).

Este trabalho se faz ainda mais importante, porque para Costa (1997) e Thiesen (2013), a memória institucional está em constante desenvolvimento e estruturação. Toda instituição tem sua história ao longo dos anos de sua existência, a qual é lembrada através do que escolhe ser lembrada.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi compreender como a memória social pode se relacionar teoricamente com a memória institucional. Os resultados da discussão indicaram que a memória institucional do contexto escolar se relaciona com a memória coletiva, a qual é amalgamada dentro dos grupos sociais.

Além disso, a memória institucional precisa ser melhor compreendida, uma vez que ela produz efeitos no dia-a-dia da comunidade escolar. São comportamentos e atitudes que são compartilhados e que se tornam produtos sociais amalgamados em 31 anos de existência da escola. Compreender essas inter relações podem trazer avanços à gestão escolar e a um melhor convívio de toda a comunidade escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico.

Referências

ANDRADE, R.F. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de institucional. **Caleidoscopio**, Revista de comunicação e cultura. n. 3, Portugal. 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**. v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

CAPAS DE DISCO DE VINIL: COMO POSSIBILITAR QUE AS MEMÓRIAS DA DÉCADA DE 1980 SEJAM EVOCADAS

*Rafael Henrique Oliveira de Carvalho*¹⁴

*Judite Sanson de Bem*¹⁵

*Moisés Waismann*¹⁶

Introdução

Durante as décadas de 1980 e 1990 trabalhei como DJ, sonorizando festas e eventos, o que me propiciou a convivência com os mais variados tipos de atores sociais, locais e elementos, onde a memória social e individual e a cultura faziam-se presentes. Durante os anos 1980, algo que me chamava a atenção quando um convidado se aproximava da cabine de som pedindo uma música para ser tocada e, ao mesmo tempo, para olhar a capa do disco de vinil. Com a capa em mãos, tecia algum tipo de comentário elogiando ou desmerecendo, tanto o cantor ou grupo, quanto a artista/designer que criou a composição artística/gráfica da capa, pois este artefato a fazia recordar de alguma lembrança boa ou ruim.

Estas experiências vividas provocaram uma curiosidade em compreender de que maneira estas memórias são trazidas ao presente. Cada capa de um álbum musical, carrega memórias imersas em seu conteúdo, um registro de fatos que ocorreram em determinada época, o que me aproximou do campo da memória social a fim de entender como o design atua em conjunto com a mesma e se há a possibilidade de evidenciar estas memórias contidas nas capas dos álbuns musicais de disco de vinil da música pop internacional dos anos 1980.

A escolha do gênero musical pop e de artistas internacionais, foi motivada por diversas lembranças e a afinidade com o gênero (pois nas festas e eventos em que eu participava era o gênero mais pedido e desejado) e que na década de 1980 foi um fenômeno de vendas em diversos países, tornando-se parte de sua cultura.

De acordo com o contexto acima apresentado, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as relações que emergem entre a memória social, o design e os vestígios contidos na composição artística/gráfica impressas em 10 capas de disco de vinil internacional da década de 1980?

Portanto, o objetivo geral deste artigo é analisar quais memórias emergem de 10 capas de disco de vinil do gênero pop internacional da década de 1980, sob a perspectiva da relação entre o design e a memória social.

Para delimitar a pesquisa foi escolhido o seguinte recorte: As capas de disco de vinil internacional do gênero musical pop da década de 80, em conjunto com os instrumentos de pesquisa a serem utilizados, serão 10 capas de disco de vinil da década de 80 que serão escolhidas de acordo com os seguintes critérios: vendagem de exemplares, tema utilizado no desenvolvimento da capa e tipo de técnica de design utilizada para criar a composição artística/gráfica da capa do álbum musical do disco de vinil.

14 Discente PPGMSBC/Universidade La Salle, <rafael.carvalho1274@unilasalle.edu.br>.

15 Docente PPGMSBC/Universidade La Salle, <judite.bem@unilasalle.edu.br>.

16 Docente PPGMSBC/Universidade La Salle, <moises.waismann@unilasalle.edu.br>.

O design

O design está relacionado diretamente com a cultura e a memória social da sociedade desde o início dos tempos desde as ferramentas de pedra lascada, vestimentas utilizadas, armamento bélico e etc... onde o homem está cercado de objetos e coisas funcionais e estéticas (recheadas de lembranças e fatos históricos de forma intangível) que o auxiliam a facilitar o seu dia a dia. O design é uma área com características interdisciplinares, o que possibilita uma percepção e uma compreensão mais profunda na estrutura física e subjetiva de paisagens, artefatos, pinturas, ilustrações e etc.

A memória social conecta-se com outras áreas, transitando pela história, sociedade, meio ambiente, economia e etc. reforçando o conceito de interdisciplinaridade que também é tão comum ao design, o que facilita a fluidez da troca de informações entre estas duas áreas em particular

Sendo assim, esta interdisciplinaridade existente possibilita a análise sobre quais os vestígios da memória social estarão contidos nas capas de disco de vinil da música pop internacional da década de 1980 e quais relações emergem entre a memória social e o design. Este projeto de pesquisa tem a intenção de avançar a investigação científica sobre este assunto, demonstrando a possibilidade de um novo caminho de estudos, tanto para profissionais quanto para acadêmicos das respectivas áreas, que escolham inteirar-se em tal assunto.

O design é conhecido popularmente como algo bonito que alguém fez! É uma palavra que está incorporada ao nosso cotidiano, mas ninguém sabe realmente como defini-la da forma correta ou pelo menos de uma forma que não seja banal e corriqueira. Afinal o que é design? Existe design bom ou ruim? Para que serve o design? Design é arte? Design é cultura?...e poderíamos continuar com infindáveis perguntas.... mas o objetivo deste trabalho não é fazer perguntas e sim responde-las seguimos então (HESKETT, 2008).

Vou tentar responder algumas dessas perguntas explicando qual a essência real do termo design que embora em sua tradução literal no português seja projeto, acaba por ser um significado de sentido muito vago. Este termo representa algo muito mais abrangente e diverso do que demonstra em um primeiro momento, pois ele abriga em seu amago diferentes áreas do conhecimento humano, tais como: sociais, culturais, tecnológicas, artísticas, assim como, diversas características importantes: significado, forma, função, bem estar, equilíbrio, harmonia, inovação, sustentabilidade... enfim, seria necessário muito mais do que uma frase, parágrafo ou página para descrever a diversidade de características que este termo contém em si mesmo (HESKETT, 2008).

Conforme David e Linda em seu livro Design para crescer aprenda com a Coca-cola sobre escala e agilidade descrevem o pensamento de Tom Peters que demonstra a grande importância do que é design: “O erro mais idiota é ver o design como algo que você faz no final do processo para “arrumar” a bagunça em vez de entender que ele é assunto desde o “primeiro dia” e faz parte de tudo” (BUTLER; TISCHLER, 2015 p.14).

Memória individual e social

Quando pegamos em mãos um disco de vinil nosso primeiro contato é com a capa que o protege, e ao observarmos a composição gráfica impressa na capa percebemos diversas formas, cores, textos e etc. que posteriormente provocam o nosso cérebro, estimulando-o a criar algo similar a um registro fotográfico em nossa mente que posteriormente é armazenado em nossa memória. O que é relevante neste processo é o que posteriormente acontece com o registro dessa imagem e que é uma característica

que merece atenção, de acordo com Halbwachs (1990, p. 28):

Num e noutro caso, se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua substância, é que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado.

Halbwachs diz, que por mais que nos esforcemos para lembrar daquela determinada imagem, jamais ela será exatamente igual de quando a que vimos pela primeira vez, pois a ela somam-se diversas memórias, já armazenadas em nossa mente. Portanto, a esta imagem da capa irá se somar, alguma experiência boa ou ruim de nossa infância, algum momento marcante de nossa vida como a primeira nota 10 em Matemática ou um brinquedo no parque de diversões que foi assustador e assim por diante (HALBWACHS, 1990).

Percebe-se com esta afirmação, a importância do designer gráfico em relação a produção e desenvolvimento das capas, pois ele será responsável, mesmo que de forma implícita, por participar deste processo de rememorar experiências boas ou ruins nas pessoas. As características de espaço e tempo da memória individual, reforçam a importância de diferentes experiências ao longo da vida de qualquer ser humano, conforme Halbwachs:

Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Desta maneira pode-se também tratar a capa de disco do vinil como um objeto biográfico, pois conforme Ecléa Bosi:

[...] Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa mundi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador (VIOLETTE apud BOSI, 2003, p. 26).

Neste aspecto a capa torna-se algo com valor, com significado um objeto que irá perdurar dentro do seio familiar de um colecionador por exemplo. Há ainda uma questão relacionada a memória individual: ela também faz parte da memória social, do entorno onde ela está inserida e que não pode e nem deve ser ignorada, pois através dela, importantes fatos e demais acontecimentos são compartilhados entre as pessoas que convivem com um determinado indivíduo.

A memória social apresenta um viés coletivo, comunitário, grupal, social, ou seja, na contemporaneidade em que vivemos, torna-se cada vez mais imprescindível convivermos socialmente de maneira a dividir entre os demais indivíduos que fazem parte do nosso cotidiano, determinadas experiências.

Isto vem de encontro com as imagens das composições gráficas impressas nas capas, pois podemos perceber que grande parte do seu sucesso na época foi devido a acontecimentos que foram compartilhados entre a sociedade em geral, sentimentos mútuos a respeito de algo ou de alguém que são rememorados quando nos deparamos a observar uma capa específica. Neste sentido Halbwachs diz:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs, 1990, p. 34).

Sendo assim a memória individual e social apresentam-se intrínsecas as capas evidenciando a possibilidade de que as memórias de diferentes indivíduos ao observá-la, possam ser evocadas de acordo com as experiências vividas.

Vinil, pop, anos 80

De forma a conectar estes elementos e fenômenos de uma maneira coerente, iremos imergir em seus universos, buscando evidenciar, de um modo básico, tais conexões.

A partir do final da década de 1940, após acontecimentos do pós-segunda guerra mundial, em 21 de junho de 1948, o húngaro Peter Carl Goldmark foi o responsável pela invenção do long-play (LP) ou disco de vinil, uma mídia desenvolvida através da utilização de um material plástico chamado de vinil composto por Policloreto de Vinila (PVC) e acetato que apresenta uma cor preta. (FUNDAMENTANDO, 2018).

O primeiro exemplar foi apresentado pela Columbia Records, e rodava a 33^{1/3} e media de 25 a 30 centímetros de diâmetro, possuindo espaço para armazenar gravações musicais de 10 a 15 minutos de cada lado, perfazendo um total de 30 minutos de conteúdo de áudio (FUNDAMENTANDO, 2018).

Diferente do seu antecessor, o disco de goma-laca, que era constituído por resina e cera, gerando um material rígido e vítreo extremamente frágil e quebradiço e que rodava a 78 rotações por minuto (RPM) e media de 25,4 centímetros de diâmetro, possuindo espaço para armazenar gravações musicais de 2 a 3 minutos de cada lado com conteúdo de áudio (FUNDAMENTANDO, 2018).

O disco de goma-laca era protegido por uma embalagem de papel kraft sem nenhuma ilustração ou composição artística que era perfurada no seu centro, possibilitando que o selo fonográfico, onde continham as informações do cantor, fossem visualizadas.

No entanto, em 1938 o designer gráfico Alex Steinweiss, desenvolveu o primeiro projeto de capa ilustrada para disco de goma-laca de 78 RPM, para a empresa Columbia Records onde trabalhava. O projeto era para o Rogers & Hart Collection, lançado no mercado em 1940 e que demonstrou um impacto significativo em vendas, em que, uma capa ilustrada pode alcançar, tornado este projeto gráfico um marco na indústria fonográfica e perante ao seletor mercado consumidor deste tipo de produto na época (EDIRIWIRA, 2014).

Até 1945, isso gerou uma série de outros projetos, envolvendo o design das capas subsequentes de todos os discos de artistas musicais lançados pela Columbia Records e que foram desenvolvidas por Steinweiss. Em 1948 com a consolidação do disco de vinil, como nova mídia substituta do disco de goma-laca, Steinweiss, novamente surpreende com o seu olhar visionário e cria um novo tipo de capa para o disco de vinil que seria composta por um tipo de papel cartão previamente colado e dobrado ao meio com a arte já impressa na capa, tornando-se assim, o padrão da indústria fonográfica até os dias de hoje (EDIRIWIRA, 2014).

Embora o legado visionário de Alex Steinweiss como artista e designer gráfico tenha deixado grandes contribuições para áreas como o design e as artes, também se acredita, que ele tenha contribuído com a sociedade, ajudando com o seu trabalho artístico e revolucionário, a difundir a cultura musical através de mídias que continham música e arte visual para as grandes massas, algo que posteriormente iremos conhecer como Cultura POP.

Afirmar que Steinweiss é o criador da cultura pop como a conhecemos atualmente não seria

de bom alvitre, mas pode-se dizer que ele foi um dos precursores de tal movimento, já que, ajudou a influenciar e a movimentar o mercado capitalista e a cultura popular de sua época. A cultura POP é um conceito complexo formado por uma diversidade de elementos e que se tentará esclarecer de modo a tornar algo compreensível.

De acordo com Moraes e Nunes, para que se conceitue a cultura Pop em um primeiro momento deve-se historicizar o surgimento do termo. A década de 1950 nos apresenta duas prováveis origens:

A primeira seria a definição atribuída pela crítica cultural britânica ao *rock'n'roll*, como forma de separar o estilo musical dos demais, o caracterizando como um movimento passageiro com um público majoritariamente juvenil do qual logo cairia no esquecimento. Porém, o *rock'n'roll*, não só tomou conta das rádios à época como se consolidou como novo estilo musical. (SOARES, apud MORAIS; NUNES, 2015, p. 9).

Percebe-se que o Rock'n'roll, um movimento considerado passageiro, trouxe diversas inovações musicais que acabaram por influenciar e mudar a cultura de uma forma radical. Por exemplo, podemos citar Elvis Presley nos Estados Unidos e os Beatles na Inglaterra, celebridades que posteriormente influenciaram culturas espalhadas pelas Américas e Europa, mudando para sempre o modo de consumir entretenimento direcionado as massas e se estabelecendo como um estilo musical a partir da década de 1950. Moraes e Nunes dizem:

Uma segunda origem, que é atribuída ao movimento do “pop art” difundido principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. As obras dos artistas “pop art” evidenciam diretamente a influência dos quadrinhos, da televisão, da música e do cinema com destaque para *The Marilyn Diptych* (Andy Warhol, 1962), que retrata a atriz Marilyn Monroe. A intenção de artistas como Andy Warhol e Roy Lichtenstein, era a de expor a crise que se instalava nas artes com a introdução de uma cultura popular, massiva e voltada para o consumo (SOARES, 2015, p. 19-20) e ao mesmo tempo ressignificar a arte introduzindo elementos dessa cultura em suas obras (SOARES, apud MORAIS; NUNES, 2015, p. 10).

Outro movimento que se acredita ter concretizado a cultura Pop, foi a Pop Art que misturou a diversos “produtos culturais de massa”, tais como: música, cinema, quadrinhos e televisão, e os transformou em arte objetivando demonstrar a importância que as mídias populares participavam do cotidiano das pessoas. Durante a década de 1960, este movimento manteve-se crescendo e perdurando de forma mais sutil na década de 1970 até início da década de 1980, onde parece que o rock'n'roll e a pop art parecem se fundir e criar algo novo, conforme Moraes e Nunes:

Mais tarde, por volta da década de 1980, o “pop” se torna um estilo musical próprio com o sucesso de Madonna e Michael Jackson e extrapola os limites da produção musical, passando também a designar um modo de vestir, agir e principalmente consumir. Madonna deu início à uma nova maneira de consumir cultura e seu público não queria apenas ouvir Madonna, queria dançar e se vestir como ela. Queriam ser como a diva pop que abriu portas para representação da sexualidade feminina. Extremamente progressistas como criticar o governo republicano americano, defender a liberdade da mulher e a legalização do aborto, Madonna fala de uma posição enquanto mulher branca, que dissemina padrões de beleza focados no corpo e como empreendedora de si, valores altamente conectados com o capitalismo glorificado pelos Estados Unidos (SOARES, 2015, p. 14). Ser contraditório também faz parte da Cultura Pop, como maneira de se inserir nos mais diversos públicos e negociar com grandes plateias em contextos globais (SOARES, apud MORAIS; NUNES, 2015, p. 9).

A característica marcante da década de 1980 é ser contestador, é fazer a voz do povo ser ouvidas por todos, pelos políticos, pela sociedade, pela igreja e etc... e que melhor modo, há de se fazer isso, senão utilizar a música e arte para engajar o povo em uma luta por direitos sociais e etc. ícones do

pop como Michael Jackson e Madonna sempre estiveram engajados em questões sociais, buscando ajudar as pessoas mais carentes e influenciando seus fãs a fazerem o bem. Todos estes acontecimentos provavelmente tenham sido registrados no fazer dos designers que desenvolveram as capas de disco de vinil de diversos artistas musicais e isto é o que se busca na investigação, as memórias intrínsecas nestas artes feitas para ilustrar as capas de disco de vinil da década de 1980.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.
- BOSI, E. **Objetos biográficos e objetos de status**. O tempo vivo da memória – Ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 25-8.
- BUTLER, D.; TISCHLER, L. **Design para crescer**: como a Coca-Cola aprendeu a combinar escala e agilidade (e como você também pode). Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- EDIRIWIRA, A. **Alex Steinweiss**: the story of the world's first record sleeve artist. The Vinyl Factory, 31 out. 2014. Disponível em: <<https://thevinylfactory.com/features/alex-steinweiss-the-story-of-the-worlds-first-record-sleeve-artist/>>. Acesso em: 05 de ago. 2022.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HESKETT, J. **Design**. São Paulo: Ática, 2008.
- A HISTÓRIA do Disco de Vinil. Brasil: Canal Fundamentando, 2022. 1 vídeo (32 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nvWT14NTFb4&t=291s>>. Acesso em: 03 de ago. 2022
- MORAIS, M. V.; NUNES, L. S. Diferenças Entre o Popular e o Pop: O Cinema de Super-heróis como parte integrante de uma cultura segmentada. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4779>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA CIDADE DE PAROBÉ/RS

Camila Paviani¹⁷

Marcos Paulo Dhein Griebeler¹⁸

Introdução

O gênero feminino possui uma representatividade familiar e social. Observa-se que ela vem tentando conquistar seu espaço apesar de existirem muitos obstáculos como a desigualdade e o preconceito. As mudanças estão ocorrendo refletindo-se na forma como as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e quanto aos cargos ofertados. A cidade de Parobé, objeto desta pesquisa, tem como fonte geradora da economia local o calçado, o comércio e escritórios em geral, os quais são as possibilidades encontradas para o desenvolvimento do capital humano - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020).

Esta pesquisa tem por objetivo principal avaliar a inserção do gênero feminino no contexto econômico e social de Parobé/RS. Agregado a este objetivo principal, procura-se, com os objetivos específicos: (a) Identificar a presença do Gênero feminino no município pesquisado. (b) Analisar os indicadores econômicos e sociais que apresentam a participação das mulheres em Parobé/RS. E, por fim, (c) Oferecer ações que intensifiquem a representatividade da mulher ao se ter como base aspectos necessários as políticas públicas desses seguimentos.

A partir da inserção do gênero feminino no espaço organizacional, as relações de trabalho ganham novos significados e complexidades. A disputa no ambiente de trabalho busca igualdade de oportunidades quanto à cargos, posições hierárquicas e reconhecimento profissional, devido a isso, questiona-se quais os efeitos sociais e econômicos e seus obstáculos para a igualdade de gênero na Cidade de Parobé/RS?

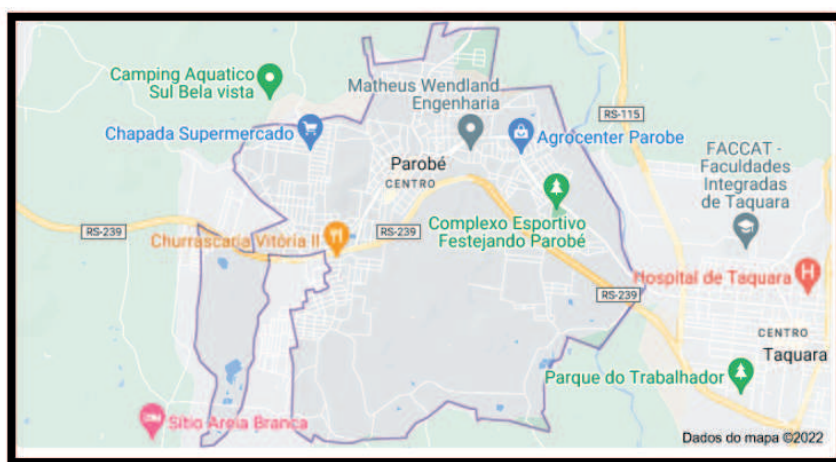
Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa. Os dados foram obtidos a partir de coleta de fontes secundárias no site do Novo Caged e também pelo IBGE (2020). Trata-se de uma pesquisa em caráter bibliográfico e de estudo de caso. O período de pesquisa foi de 2020 a 2021 e, de acordo com o painel de informações do Novo Caged, houve uma diminuição no número de admissões no município de Parobé/RS, de 35% no ramo do comércio em 2021. Já em contrapartida, foi constatada uma redução de 48% de desligamento no mesmo período.

17 Mestranda do PPGDR em Desenvolvimento Regional das
<camilalampert@faccat.br>.

Faculdades Integradas de Taquara | Faccat -

18 Dr. Professor do PPGDR em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara | Faccat - <marcosdhein@faccat.br>.

Quadros 1 e 2 - Mapa Parobé e Paranhana



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul (2008).

Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa. Os dados foram obtidos a partir de coleta de fontes secundárias no site do - Novo Caged. Trata-se de uma pesquisa em caráter bibliográfico e de estudo de caso. O período de pesquisa foi de 2020 a 2021. Para Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como ideia principal, analisar e interpretar aspectos mais profundos, sendo assim apresentando os enredamentos do comportamento humano e ainda apresentando análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório. Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado.

Portanto, este estudo visa também contribuir para o aumento da bibliografia sobre o assunto, pois os dados citados na pesquisa podem ser utilizados em futuros estudos sobre o tema abordado.

Referencial teórico

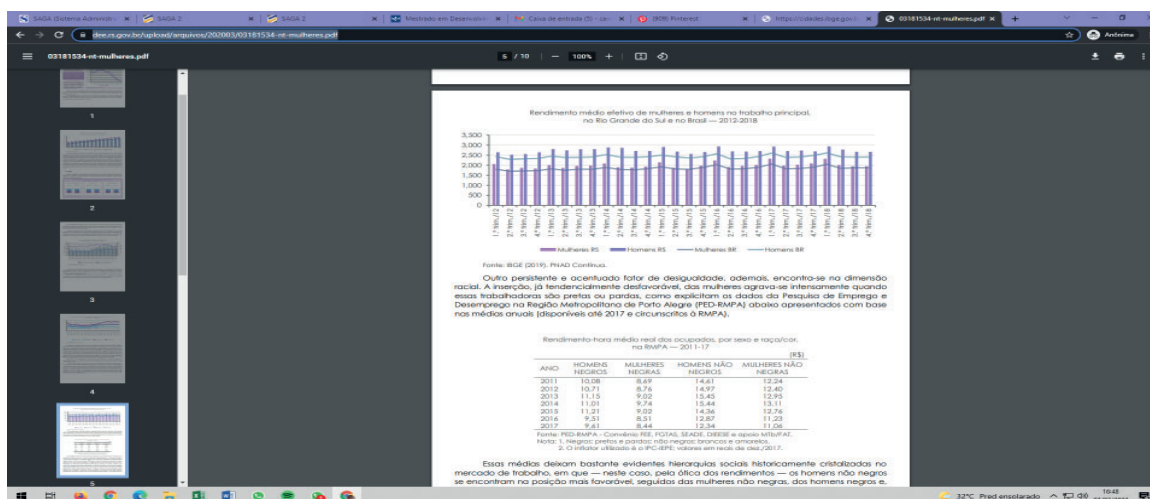
O trabalho de pesquisa delimitou como objeto de estudo objetivo principal analisar os efeitos gerados pela pandemia da Covid-19 nas trabalhadoras do ramo do comércio no município de Parobé/RS, cidade está localizada no estado do Rio Grande do Sul.

A representatividade da mulher

Não é de agora que a o gênero feminino vem tentando colocar em prática ações e reivindicações sobre sua situação perante o mercado de trabalho. Na Constituição Federal Brasileira, no Artigo 113, inciso 1, consta que “todos são iguais perante a lei”. Segundo Probst (2010), no entanto, desde o século XVII que o movimento feminista começou a provar que não é bem desta forma que funciona a sociedade. Com a consolidação do sistema capitalista e inúmeras mudanças, tais como o desenvolvimento tecnológico, começaram a aparecer as maquinarias nas indústrias e, com elas, a mão de obra feminina.

Apesar de serem maioria na população e minoria no mercado de trabalho, as mulheres têm mais tempo de estudo que os homens, no entanto, sua remuneração continua menor que a dos homens, segundo o IBGE (2020).

Quadro 3 - Rendimento médio real efetivo no trabalho principal



Fonte: MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL (2019).

O estudo do DEE - Departamento de Economia e Estatística realizou uma pesquisa com mulheres no mercado de trabalho no período de 2012 a 2018, sendo que, de acordo com a esta pesquisa, no Rio Grande do Sul, no ano passado (2020), o salário da delas foi inferior ao do homem em 27,4% e, quando se fala em horas trabalhadas, isso se reflete da mesma forma, ou seja, o salário passa a representar 82% do rendimento dos homens se compararmos os dois.

Segundo Sen (2010), ao analisar o papel da do gênero feminino em auferir rendimentos, na alfabetização, na qualificação, no mercado de trabalho, nos direitos de propriedades, entre outros, à primeira vista pode parecer díspares e variados. Mas eles possuem algo em comum: todos contribuem de maneira muito positiva para fortalecer a voz ativa e a situação vivida atualmente pelas mulheres, remetendo à sua independência e seu ganho de espaço e poder. O autor relata que, ao trabalhar fora de casa, o gênero feminino melhora sua posição na sociedade, pois contribui para prosperidade de sua família e, com isso, ganha mais voz ativa, se tornando mais independente, além disso, trabalhando fora aprende-se mais, se torna mais qualificada e, por consequência, mais poderosa nas decisões familiares.

A participação da mulher no mercado de trabalho

Com o avanço e crescimento da industrialização no Brasil, ocorreram a transformação da estrutura produtiva, o contínuo processo de urbanização e a redução das taxas de fecundidade nas famílias, proporcionando a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Orson (2022) comenta que a concentração de cargos ocupados pelo gênero feminino e principalmente em funções como: professoras, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas ou trabalham em serviços de saúde e que ainda é expressivo o número de mulheres no serviço doméstico remunerado com os menores rendimentos na sociedade brasileira.

Segundo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2021), a mulher, devido à pandemia, registrou uma taxa menor na força de trabalho (TPFT), de 51,7% (2020) contra 56,4 (2019) e 60,2 em (2015). Esta taxa é um indicativo e comparativo de pessoas aptas a trabalhar com idade de 14 anos ou mais em relação ao número total de pessoas. Esta análise destacou que no primeiro trimestre de 2020 foi quando a TPFT começou a cair, devido a todas as restrições para se combater a pandemia - Coronavírus. As mulheres foram as poucas incumbidas de cuidar mais da casa, das crianças e dos idosos, fazendo com que deixassem o mercado de trabalho. Mesmo sendo em menor número, o gênero feminino tem a

maior participação do quadro de desempregados (56,5%) comparado à média nacional, que fechou 2019 em 53,1%, de acordo com o IBGE (2020).

Em relação ao rendimento médio no trabalho principal, as mulheres gaúchas são remuneradas com valores superiores aos atribuídos às brasileiras, no entanto, proporcionalmente ao salário dos homens, o Rio Grande do Sul fica atrás na comparação com os dados nacionais. Em 2019, o rendimento das mulheres no Brasil representou 80% do ganho dos trabalhadores do gênero masculino, enquanto no estado o percentual foi de 74%. No que se trata do rendimento por hora de trabalho, o ganho das delas representava 84% dos ganhos dos homens.

Segundo Oliveira e Pochmann (2020), a classe social e a raça, no Brasil, são marcadas pela internalização e delegação do trabalho doméstico. Ou seja, de um lado as mulheres prestigiadas com bons cargos e bons salários e na outra ponta a maioria das trabalhadoras e no meio fazendo um elo às trabalhadoras domésticas.

Existem algumas estratégias que tentam aumentar o empoderamento econômico e social das mulheres, e que demonstram alguma eficácia, pois são iniciativas da própria comunidades, habilidades de relacionamentos interpessoal combinada com a formação em igualdade de gênero e ainda programas escolares que podem ser eficazes na prevenção da violência em relacionamentos entre os jovens. Mas por outro lado as situações de pós conflito pode em muitos casos gerar formas adicionais de violência contra as mulheres. Belarmino (2020)

Em um mercado muito desigual onde a divisão de gênero se destaca em diversos setores, no mercado e trabalho não é diferente, existem muitos obstáculos a serem quebrados, segundo Carmo (2019) o gênero feminino tem muito a conquistar principalmente em cargos de alta hierarquias pois, estão inferiores em relação aos homens em 27% e não somente isso o rendimento contatado também é inferior em 39%. Carmo (2019) considera a qualificação profissional um dos fatores primordiais para o crescimento profissional e para promoções e reconhecimento dentro de uma organização e o fato das mulheres (30%) possuírem uma escolaridade superior à dos homens (24%) e mesmo assim, o gênero masculino ganhar até 52% a mais exercendo a mesma função segundo a pesquisa da *Catho* (2019).

Isso somente demonstra que a discrepância é enorme e as barreiras são imensas. A diferença na remuneração do gênero feminino se compararmos com o gênero masculino em cargos diversos, e o que chama mais a atenção é que mesmo a mulher se qualificando, buscando um mestrado ou um doutorado, ainda assim a diferença permanece.

Tabela 6 - Estatísticas de Gênero – Dados quantitativos - Indicadores sociais das mulheres no Brasil

Tabela 13 - Rendimento habitual de todos os trabalhos e razão de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões - 2019							
Grandes Regiões	Rendimento habitual de todos os trabalhos						
	Total		Homens		Mulheres		Razão (%)
	Média	CV (%)	Média	CV (%)	Média	CV (%)	
Brasil	2 308	1,4	2 555	1,6	1 985	1,3	77,7
Norte	1 687	2,3	1 736	2,6	1 608	2,5	92,6
Nordeste	1 588	2,3	1 683	2,6	1 456	2,4	86,5
Sudeste	2 650	2,5	2 997	2,9	2 217	2,3	74,0
Sul	2 549	1,6	2 894	1,8	2 107	1,5	72,8
Centro-Oeste	2 506	2,1	2 792	2,2	2 133	2,4	76,4

Fonte: IBGE - 2019

Outrossim, a permanência desta desigualdade de gênero percebe-se também na Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil do IBGE, nela podemos confirmar o que Catho (2019) também afirmar, a segregação ocupacional e discriminação salarial do gênero feminino no mercado de trabalho. Isso também relatada em outras literaturas e indicadores divulgados neste estudo, acerca das desigualdades de inserção ocupacional das delas.

Destaca-se - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Segundo Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - ipea.gov – Na adequação à meta estipulada, o Brasil já tem legislação e reconhecimento relativamente avançado das diversas identidades de gênero, para além das mulheres e meninas cisgênero. Assim, a meta deve ser ampliada para refletir as demandas e ações governamentais necessárias à garantia dos direitos civis das diferentes identidades de gênero.

Análise do desafio para igualdade de gênero na Cidade de Parobé/RS

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (1997), os estudos sobre o papel da mulher na economia tiveram início em 1960, com grandes avanços qualitativos durante a década de 1980, quando apareceram propostas de incorporação do conceito de gênero para se entender essa questão, ou seja, existem diversas influências quanto ao gênero nas atividades, existindo uma divisão entre gênero masculino e o gênero feminino que na formação de expectativa de comportamento, são distintas.

Para Kalténbach (2019) as mulheres de formar gradual tem buscado sua representatividade junto as organizações através do ensino, pois uma grande parcela deste gênero encontrou nas universidades e cursos uma qualificação maior e mais completa para galgar uma oportunidade melhor com relação aos homens. Entretanto esta lacuna acaba por ser preenchida, mas não na mesma proporção, pois o número é superior no ensino, e não em cargos de liderança.

Salienta Probst (2010) que no Brasil as mulheres ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela que a parcela de mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. Os estudos mostram que, no universo do trabalho, as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina, visto que a cada dez pessoas afetadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), oito são do gênero feminino.

De acordo com Gonçalves (2020), com base no domínio da sociedade mundial, tempos atrás, as lideranças eram basicamente masculinas e, em virtude disso, em alguns locais se reflete muito a desigualdade de gênero. O menino era educado de maneira formal e recebia como instrução atividades relacionadas à força, já as meninas eram preparadas para atividades domésticas. No século XX, houve a inserção no mercado de trabalho, mas muito restrita a cargos auxiliares. Atualmente, a educação por um período maior que a dos homens facilita o desenvolvimento para as mulheres chegarem a cargos de liderança, no entanto, com salários mais baixos, em média 14%.

De acordo com Kaltenbach (2019) existem características muito relevantes que o gênero feminismo possui, são atributos que podem ser considerados principalmente em posições de liderança. O gênero feminino tende a valorizar mais a equipe, possui uma sensibilidade maior em orientar e persuadir pessoas, busca a construção de cooperação e envolvimento da equipe em tomada de decisão. Sua persistência, superação e comprometimento também devem ser levados em conta quando se busca uma liderança feminina. A valorização e implantação de políticas de igualdade de gênero não beneficia somente o gênero feminino, mas as empresas que reconhecem estas características.

De acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o estado do Rio Grande do Sul possui uma área territorial 281.707,149 km² [2020], sendo o nono maior estado brasileiro, dividido em 497 municípios e uma população estimada de 11.466.630 pessoas [2021], sendo que sua densidade demográfica é de 39,79 hab/km² [2010]. Segundo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2021), existem vivendo no estado descendentes de índios, negros, portugueses, italianos, alemães e asiáticos. A capital deste estado é Porto Alegre.

De acordo com o Novo Caged (09/2021), as atividades econômicas do estado do Rio Grande do Sul apontam que houve, no mês de setembro de 2021, um saldo de 3.430 positivo entre admissões e desligamentos no setor do comércio, uma variação de 12%.

Quadro 12 – PAINEL C



Fonte: NOVO CAGED (2021).

Quadro 13 – Grupos

Grande Grupo	Admitidos	Desligados	Saldo
Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção	849	725	124
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (8)	953	1.054	-101
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (7)	3.256	2.868	388
Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca	222	153	69
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados	13.640	11.784	1.856
Trabalhadores de Serviços Administrativos	7.158	6.276	882
Técnicos de Nível Médio	1.193	1.086	107
Profissionais das Ciências e das Artes	595	466	129
Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes	649	632	17
Não Identificado	2	43	-41
Total	28.517	25.087	3.430

Fonte: NOVO CAGED (2021).

Quando observado o quadro acima, pode-se perceber também que o setor que teve maior rotatividade de pessoas foi o setor de serviços, vendedores do comércio em loja e mercado, onde se observa um número de admitidos 13640 e de desligados de 11784 tendo um saldo de 1856 este número revela que o ano de 2021 foi considerado um ano para tentar se recuperar da pandemia que assolou o país em 2020, entre erros e acertos o setor se movimentou muito e está retomando aos poucos o mercado novamente. Em um total de 28.517 admitidos e 25.087 desligados o Estado do Rio Grande do Sul teve um resultado de saldo positivo de 3430, ou seja, 12,02% de pessoas contratadas.

Diante desta constatação, podemos analisar a cidade pesquisada – Parobé - , que é localizada no Rio Grande do Sul, mais especificamente no Vale do Paranhana, Parobé, que, de acordo com o IBGE (2021), tem 108,707km² [2022] km², possui 59.419 pessoas, destas 50,59% são mulheres segundo, a cidade possui uma densidade demográfica de 474,03hab/km² [2020], a cidade se destaca por características privilegiadas, situado na Região Metropolitana de Porto Alegre e localiza-se a 70 quilômetros da capital, Porto Alegre é o segundo maior município do Vale do Paranhana.

Segundo dados do IBGE (2021), a maioria da população é de origem germânica, porém, encontram-se alguns italianos, polacos, negros e outras nacionalidades.

Em análise, a cidade pesquisada apresentou, de acordo com o Novo Caged, um desempenho no setor de comércio de 6,72 % positivo, pois contratou 6664 colaboradores e desligou 6176, deixando um saldo positivo de 488, ou seja, em comparação com o estado do Rio Grande do Sul, a cidade ficou abaixo em questão de rotatividade, pois o Estado teve um desempenho de 12% positivo no mesmo período no ano 2021.

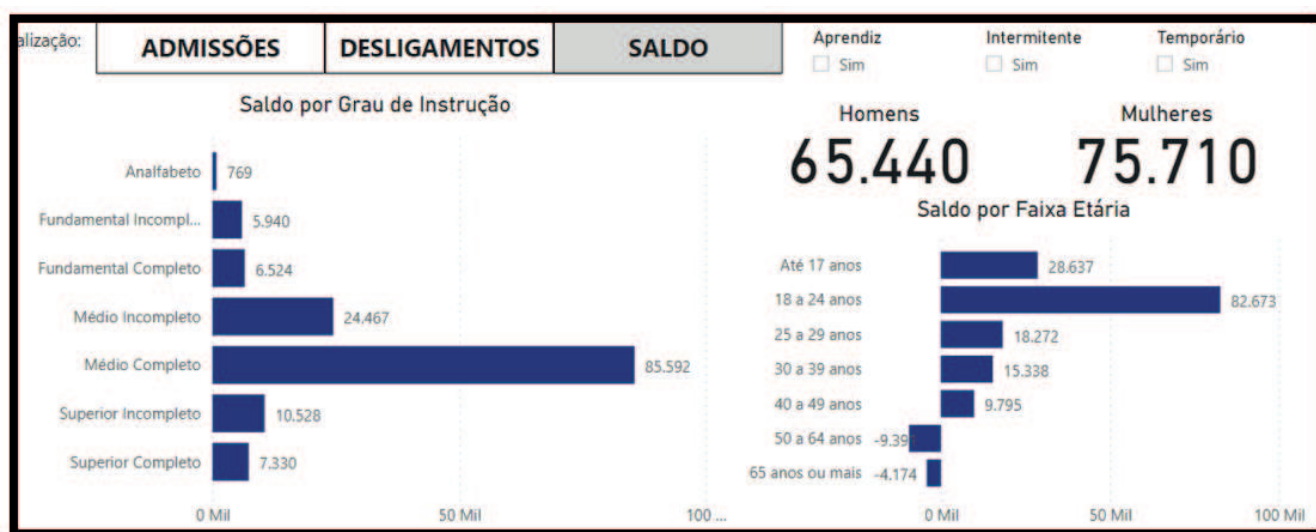
Tabela 14 – Grupos admitidos e desligados

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Vr. Relativa
☒ Construção	922	1.285	-363	1.167	-23,73%
☒ Agropecuária	18	17	1	29	3,57%
☒ Comércio	1.017	883	134	1.728	8,41%
☒ Serviços	1.034	846	188	1.717	12,30%
☒ Indústria	3.673	3.145	528	8.189	6,89%
Total	6.664	6.176	488	12.830	3,95%

Fonte: NOVO CAGED (2021).

No quadro acima, pode-se verificar que o comércio foi um dos setores que está se recuperando da Pandemia e voltando aos poucos a crescer juntamente com os demais setores, assemelhando-se à análise realizada quando do levantamento dos dados sobre emprego e desemprego no estado do Rio Grande do Sul. Sobre isso é importante destacar que de uma forma mais local, Parobé registrou, no mesmo período, 6664 admitidos e 6176 desligados, tendo um saldo positivo 488 ou 7,32% seguindo o mesmo ritmo do Estado do Rio Grande do Sul ano de 2021 (Quadro 12).

Quadro 15 – Admissão e desligamento



Fonte: NOVO CAGED (2021).

Quando se analisa o desempenho do Estado do Rio Grande do Sul com referência a admissões e desligamentos no ano de 2021 no site do Caged e relaciona-se o gênero, percebe-se, no saldo final, um número muito maior de demissões do gênero feminino em comparação com homens, sendo que foram demitidos 65.440 homens contra 75.710 mulheres, ou seja, 15,69% a mais. Ainda nesta análise, percebe-se que a maioria das pessoas desligadas possuem o ensino médio completo.

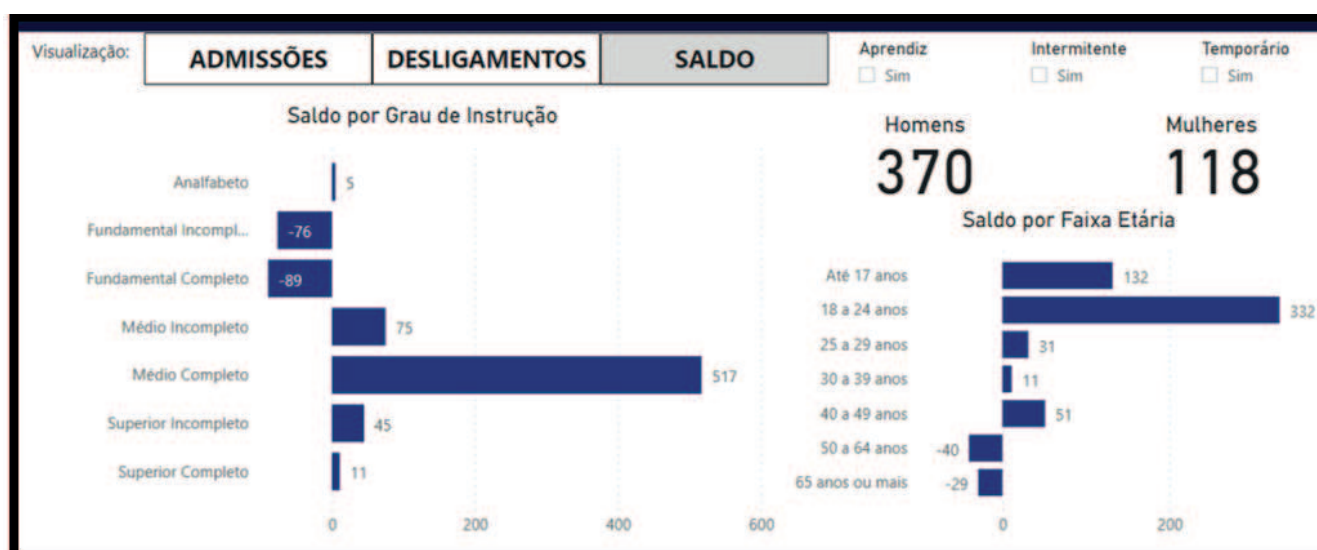
Segundo Carvalho (2011), o indivíduo estabelece um grupo de relacionamento independentemente do nível hierárquico que ocupa, ou que trabalhe na mesma função, ou que possua o mesmo status, esta convivência é o que constrói o espírito de grupo e se transforma na identidade profissional da pessoa. Um relacionamento pessoal e profissional bem estruturado irá refletir para o entrosamento e aceitação no conjunto.

Conforme exposto pela Organização Mundial da Saúde estima-se que até 50% das mulheres já tenham sido vitimadas por alguma forma de agressão ao menos uma vez na vida, outra importante constatação é que além da elevada ocorrência de violência contra a mulher seria a frequente sobreposição das diferentes formas de agressão, envolvendo atitudes da ordem física, psicológica e sexual, conferindo ao evento um caráter preocupante e tornando-o um problema de saúde pública.

O estudo realizado pela OMS ainda evidenciou que a violência contra a mulher tem prevalência de ser acometida pelo parceiro íntimo em entre 6% no Japão e 58,6% na Etiópia. No Brasil, as preponderâncias de violência sexual variam de 40,4%, em pesquisa com mulheres de 18 a 39 anos e 12,4% de 19 a 60 anos, segundo Flake TA, (2013). As adolescentes entre 10 e 14 anos estão mais sujeitas à violência sexual por familiares, e entre 15 e 19 anos são os conhecidos e/ou amigos que praticam essa violência, de acordo com Souza (2014).

De acordo com Desaulniers (1998), as abordagens centradas na socialização profissional têm como conceito o processo de inserção e orientação nas pesquisas, considerando o conteúdo da formação do indivíduo, do comportamento, da orientação e das interações dos diversos agentes de socialização, antes e depois da ocupação no mercado de trabalho. Entretanto, é importante salientar que não existe um final para a socialização profissional, pois é um processo que pode durar a vida toda. No decorrer dos anos, os elementos socioculturais, seu meio de integração e suas experiências levam a formar sua personalidade.

Quadro 17 – Grau de instrução admitidos e desligados



Fonte: NOVO CAGED (2021).

E quando se analisa o desempenho da cidade de Parobé, a relação que se encontra nas admissões e desligamentos no ano de 2021 no site do Caged quanto ao gênero, percebe-se que houve um desligamento maior dos homens, apontando também uma via contrária do Estado do Rio Grande do Sul e a que a escolaridade predominante é ensino médio completo e uma faixa etária de até 24 anos.

Com base no que foi exposto e pelos apontamentos de Gevehr (2021) a discussão sobre gênero se tornou evidente no cenário mundial, passando a ser assunto em organizações governamentais e não governamentais, associações, sindicatos e em diversas instituições trazendo contribuições significativas para políticas públicas auxiliando assim o gênero feminino na busca pela igualdade nos espaços sociais e econômicos.

Conclusão

A crítica ao pensamento feminista a muito tempo não é novidade, no campo acadêmico a mulher é evidenciada com preconceito e por muitas vezes subjugada, este assunto tem por vezes a tendência de ter um forte potencial crítico, pois, à medida que ela vem se destacando em diversos setores desde 1970, quando travou sua batalha por direitos iguais.

Diante destas atitudes que são contempladas desde o passado é que se busca soluções mais eficientes para a violência contra o gênero, a assistência prestada por profissionais, se tornam mais desafiadoras, pois, depende dos valores e das atitudes da própria mulher vítima da violência que determina o resultado da intervenção. O que muitas vezes também valida a invisibilidade dos casos, como uma situação preferível, pois o serviço da equipe acolhedora propõe melhor qualidade de vida para as pessoas, mas, nem todos aceitam. Kiss (2011)

Ao analisar os efeitos sociais e econômicos para a igualdade de gênero no estado do Rio Grande do Sul, foi possível definir que o estudo evidenciou uma disparidade entre os gêneros, apontando, assim, que os homens possuem um rendimento médio real maior que o das mulheres. No ano de 2021 o gênero feminino teve maior dificuldade em se manter ou se colocar no mercado de trabalho, pois no mesmo período a cidade pesquisada apresentou, de acordo com o Novo Caged, um desempenho no setor de comércio de 6,72% positivo, pois contratou 6664 colaboradores e desligou 6176, deixando um saldo positivo de 488, ou seja, em comparação com o estado do Rio Grande do Sul, a cidade ficou abaixo em questão de rotatividade, pois o Estado teve um desempenho de 12% positivo no mesmo período no ano.

Com relação as admissões e desligamentos no ano de 2021 no site do Caged A cidade pesquisada com relação ao gênero, percebe-se que houve um desligamento maior dos homens, apontando também uma via contrária do Estado do Rio Grande do Sul. O estudo reforça a necessidade de se ter um olhar mais apurado quando se pensa na equiparação salarial entre homens e mulheres (reforço do ODS 5).

Como forma de oferecer ações que intensifiquem a representatividade do gênero feminino na cidade de Parobe/RS se sugere: (a) palestras nas organizações sobre a importância da isonomia salarial; (b) um levantamento mais aprofundado sobre a qualificação profissional existente junto as mulheres que integram o mercado de trabalho de Taquara; (c) Parcerias entre sistema S, Sine, empresas, escolas e universidades; (d) Estudos com municípios próximos para verificação da mulher no mercado e trabalho regional.

Entende-se que levantamentos são ainda muito concentrados somente no perfil genérico dos estados os resultados sociodemográficos quando se observa a plataforma do Novo Caged. Entende-se que a mulher enfrenta ainda inúmeros desafios na sociedade contemporânea, o que reforça a importância de estudos na área da divisão sexual do trabalho.

Referências

BELARMINO, V. H.; Et al. Reflexões sobre Práticas e Cotidiano Institucional na Rede de Proteção à Mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 10 jun. 2020 Reflexões sobre Práticas e Cotidiano Institucional na Rede de Proteção à Mulher Saúde Psicologia: Ciência e Profissão Brasil 2020.

CARMO J. **Mulheres no mercado de trabalho: panorama da década**. <[https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/o-mercado-de-trabalho/mulheres-no-mercado-de-trabalho-panorama-da-decada/\[publicado\]](https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/o-mercado-de-trabalho/mulheres-no-mercado-de-trabalho-panorama-da-decada/[publicado])>. Carreira & Sucesso por Cathos em 04 mar 2022] Acesso: 03 maio 2022.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARANHANA. Encosta da Serra. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/25155740-mapa-corede-paranhana-2010.pdf>>. Acesso em: 21 Abr. 2022.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/comercio_ref.pdf>. Acesso em: Acesso em: 21 Abr. 2022.

GEVEHR, D.; FACIO, M.; CARVALHO, R. D. **Narrativas de Gênero**: as várias faces dos estudos de gênero/ Marlise Regina Meyrer, Monica Karawejczyk Organizadores. – 420p – (mundo contemporâneo ; 22).

GONÇALVES, A. Liderança feminina nas empresas: importância e desafios.09 dez. 2020. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/lideranca-feminina-nas-empresas/>>. Acesso em: 19 Abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/pandemia-aumenta-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-no-rs>>. Acesso em: Acesso em: 19 Abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/apos-ano-em-queda-mercado-de-trabalho-do-rs-mostra-recuperacao-parcial-no-quarto-trimestre-de-2020>>. Acesso em: 20 Abr. 2022

IBGE. Contagem da população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default_tab.shtm>. Acesso em: 20 Abr. 2022

IBGE - Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 06 Maio 2022.

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES E MENINAS: ODS 5 no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//apresentacao-ods-genero.pdf>>. Acesso: 20 Abr. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KALTENBACH, W. **O empoderamento da mulher no mercado de trabalho**. [Publicado em mastermind em mar. 2019] Disponível: <<https://mastermind.sampa.br/o-empoderamento-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em 08 abr 2022.

KISS, L. B.; SCHRAIBER, L. B. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1943–1952, mar. 2011.

NOVO CAGED. Painel de informações Novo Caged. 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJ2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTU0YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>>Acesso em: 20 Abr. 2022.

PAINEL DE INFORMAÇÕES DO NOVO CAGED. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/w?=&JrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDEiYWI2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTU0YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>>. Acessado em: 20 Abr. 2022.

POCHMANN, M.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística/SEPLAG. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas: ods 5 no rio grande do sul. S.I: S.N., Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Festado.rs.gov.br%2Fupload%2Farquivos%2F%2Fapresentacao-ods-genero.pdf&clen=1513208&chunk=true>>. Acesso em: Acesso: 20 Abr. 2022.

A HÍBRIDUS INSTITUTO DE ARTE E CULTURA E A GESTÃO CULTURAL

Paola Verdun¹⁹

Tamára Cecília Karawejczyk Telles²⁰

Lúcia Regina Lucas da Rosa²¹

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de descrever o acompanhamento da Híbridus Instituto de Arte e Cultura como objeto de estudo. Esta instituição, localizada na cidade de Porto Alegre/RS, foi escolhida por ser o lócus de pesquisa da tese que está em processo de elaboração do projeto, cujo título provisório é *Memórias Autobiográficas de Praticantes de Dança Afro Contemporânea Gaúcha no Espaço Híbridus: ancestralidade, corpo e contemporaneidade*. Optou-se por realizar duas entrevistas orais, uma com Thyago Cunha e outra com Deborah Mascolo, os gestores e proprietários da instituição, sobre as quais serão tecidas algumas análises e considerações a partir de aporte teórico estudado no curso de Doutorado em Memória Social e Bens Culturais da UniLaSalle Canoas/RS.

A híbridus

A Híbridus, em sua gênese, surgiu como *Híbridus Instituto de Dança*. Thyago Cunha, professor, coreógrafo, dançarino profissional e produtor cultural e sua parceira, Deborah Mascolo, empresária, publicitária e também produtora cultural são os gestores fundadores. O conceito atual nasceu então em 2015 a partir do diálogo deste artista profissional com Deborah, com seus pares, com seus alunos, com a comunidade e com as práticas artísticas e culturais com que vêm tendo contato ao longo de sua vida e de sua carreira. Thyago e Deborah se conhecem desde o início da adolescência e tocaram juntos na banda da escola onde estudaram (MASCOLO, 2022). No ensino médio tomaram caminhos diferentes, e vieram a se reencontrar em 2011. Após alguns eventos com a dança em que atuaram juntos, nos anos seguintes, uniram forças e então nasceu a Híbridus, o que aconteceu formalmente em 2015.

Em 2016 foi tomando mais corpo e forma, quando era situada na Sociedade Italiana do RS, no Bom Fim, e foi se tornando a cada ano mais forte. Lá foram oferecidas aulas de hip hop, dança afro, teatro e flamenco. A proposta é unir Pesquisa, Cultura e Bem estar, em busca de inovação no ramo artístico e cultural de forma terapêutica²². Como pilares norteadores, a Híbridus apresenta visão, missão e valores de acordo com esta proposta.

19 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle; Mestra em Educação e Licenciada em Dança pela ULBRA; Professora de Dança, Pilates e Yôga. E-mail: <paola.202210698@unilasalle.edu.br>.

20 Pós Doutora pela ISEG/Lisboa/Portugal. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-coordenadora e professora/pesquisadora do PPG Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas, na linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão do Conhecimento, Mudança e Aprendizagem e docente no curso de Administração e Recursos Humanos do Unilasalle.

21 Doutora (2012) e Mestre (1996) em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, área de Literatura Brasileira, Especialização em Reconstruindo o ensino de língua e literatura pelo Centro Universitário La Salle (1998), Especialista em Docência universitária na contemporaneidade (2020) e em MBA em gestão de instituições de ensino superior (2017) pela UCS-RS e graduada (1988) em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS. Atualmente, coordenadora do curso de Letras na Universidade La Salle - Unilasalle, Canoas-RS, professora adjunta III no curso de Letras; professora e pesquisadora no PPG Memória Social e Bens Culturais na Unilasalle.

22 Proposta conforme Release de divulgação da instituição. Fonte: Mascolo; Cunha (2022).

Visão: Ser referência no mercado cultural gaúcho para trazer alegria e bem estar às pessoas, materializados em aulas culturais e terapêuticas, proporcionando experiências inesquecíveis; Missão: Gerar experiências em arte e cultura de forma terapêutica, a fim de encantar de maneira surpreendente, personalizada, transparente, com responsabilidade e ousadia; e Valores: Inteligência como base de tudo, criatividade para surpreender, Personalização como inovação, Compromisso com a arte, cultura e bem estar, Valorização das pessoas, Dedicção para atingir resultados e Respeito socioambiental (CUNHA, MASCOLO, 2022).

Em 2017 aconteceu a primeira mudança, para o Clube Ypiranguinha, onde havia aulas de afrobeat, salsa, zouk, kizomba, dança afro, danças urbanas, dança do ventre, sambarock, flamenco, samba, samba de gafeira, jazz, entre outras atividades. Seu maior público naquele momento era de jovens adultos. E na instituição também eram realizados bailes noturnos para complementar a renda obtida com as aulas. Em setembro de 2018 houve mais uma significativa mudança, começando pelo nome: de *Híbridus Instituto de Dança* para *Híbridus Instituto de Arte e Cultura*. Tornou-se Instituto, com o significado de “sociedade científica, artística ou literária”, para trazer uma ideia de pesquisa e estudos artísticos e culturais junto das atividades e práticas oferecidas (MASCOLO; CUNHA, 2022).

Então, em nova configuração, mudou-se também de endereço. Voltando para o bairro Bom Fim, foi para um espaço mais amplo, com possibilidade de oferecer ainda mais atividades. Entre as oferecidas incluíam-se cursos e aulas de forró, castanholas, workshops de coaching, inteligência emocional, gestão, empreendedorismo e marketing, design de carreira, danças sensuais, meditação, forró roots e bachata, percussão, teatro, mat pilates com suspensus, yoga, acroyoga, desenho, samba funkeado, pagode, entre outras. Também, eram oferecidas vivências no Parque da Redenção através de projetos, aulas e oficinas abertas.

Em 2019 a institucionalização continuou firme, oferecendo pagode, dança indiana, e também aulas em eventos como o Despertar, um projeto que visou trabalhar a ansiedade e outras questões como esta, de forma leve e cultural, e que surgiu a partir de uma experiência particular do Thyago (MASCOLO, 2022). Então palestras, mover o corpo, respirar mais conscientemente, meditar, entre outras abordagens, foram práticas incluídas neste projeto. Alguns slogans de campanha publicitária da instituição foram *o arte + cultura + bem estar e Transformar vidas através da cultura*. Além de Thyago e Deborah ministrarem aulas, também há parcerias com professores convidados. Dentre os trabalhos oferecidos estão: 1. aulas regulares, 2. aulas particulares, 3. criação de coreografias para debutantes, formandos, noivos, etc., 4. cursos, oficinas e workshops na área da cultura, da arte, do bem estar terapêutico, e 5. o espaço também pode servir de locação para apresentações artísticas e culturais, palestras, reuniões, entre outros (MASCOLO; CUNHA, 2022).

Para a divulgação de suas atividades e para a comunicação com seu público, utiliza-se os canais *Híbridus Instituto de Arte e Cultura*, no Facebook, e *@hibridusinstituto* no Instagram, o que foi intensificado com a chegada da pandemia da covid-19 em 2020, que provocou novos e intensos movimentos, os quais serão descritos na seção de análise deste trabalho.

Lentes de olhar para a híbridus e sua gestão cultural

A trajetória entre os anos de 2015 e 2022 da Híbridus Instituto de Arte e Cultura, presente nos diálogos estabelecidos com os colaboradores para este trabalho, podem ser observadas por diversas lentes teóricas e diversas perspectivas. Entre essas destacam-se, neste estudo, aspectos relevantes em torno da gestão organizacional e da gestão cultural.

Especialmente quando pensamos em cultura e na memória organizacional frente às mudanças

que ocorrem ao longo do tempo e como ocorre a gestão cultural de um espaço, temos que, na visão de Baumann (2012), a cultura nunca é a mesma, estando em, produzindo e nos convidando a movimentos e mudanças, constantemente. Partindo disso, pode-se dialogar com a cultura organizacional compreendida, a partir de Shein (1984, p. 1) citado por Dolci e Karawejczyk (2002, p. 3): como um "modelo de pressupostos básicos, que determinado grupo tem inventado, descoberto ou desenvolvido no processo de aprendizagem para lidar com problemas de adaptação externa e integração interna". Ou seja, em um contexto de constante instabilidade, uma organização em processo de institucionalização observa atentamente os seus valores, seus signos e símbolos a considerar nas tomadas de decisão (DOLCI; KARAWEJCZYK, 2002), e isso irá impactar diretamente em sua cultura organizacional provocando mudanças e transformações.

Assim, colocando-se a gestão institucional em termos de gestão cultural, podemos pensar nas estratégias adotadas pelos gestores, tanto para gerenciar as mudanças quanto para manter seus processos culturais e artísticos em constante movimento. E, além disso, garantir, de algum modo, que os recursos financeiros e operacionais alcancem as comunidades onde são necessários. A gestão cultural, na história do nosso país, é marcada pelas significativas mudanças políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo, como explicam os estudos de Rubim e Barbalho (2007), Barbalho, Calabre e Rocha (2011), Rubim, Canal e Bayardo (2016), além de outros estudos. E tais mudanças podem colaborar ou não para a eficácia das gestões, principalmente no que diz respeito aos financiamentos culturais vigentes, dos quais faz parte a utilização de recursos públicos pelas organizações sociais. A partir da próxima seção tecem-se algumas análises sobre as entrevistas orais coletadas para este trabalho, articulando-as aos autores citados e outros que possam contribuir com o diálogo aqui proposto.

Algumas análises

Como já mencionado anteriormente, na Híbridus, assim como em parte da vida dos gestores, abre-se espaço para receber a arte e a cultura de diversas formas. Essa é uma das características que dá sentido ao nome da instituição, não só como algo que integra e acolhe diferentes práticas corporais mas também no sentido de acolher distintos indivíduos.

[...] a gente vai abraçando o conceito e o conceito vai nos abraçando porque pessoas vão se aproximando da gente [...] gente da capoeira, gente da música, a gente foi abraçando, foi agregando [...] a gente gosta de trazer pessoas que tenham projetos muito peculiares pra tentar dar vida de alguma forma, e tentar ver se... fazer com que na sociedade dê certo, mas também como pessoas (CUNHA, 2022).

Os gestores, ao recuperar lembranças reminiscentes (BERND; SOARES, 2019), reelaboram sua história pessoal, desde a infância, e profissional, como ambas se articulam com a cultura e a arte e como contribuíram para a criação da Híbridus. Em uma das entrevistas se percebe a importância dessas vivências para o que vem sendo construído:

[...] relendo a minha história cultural, a minha arte ela começa primeiro na favela ou no gueto, como pode-se dizer. E dentro desse gueto a cultura era muito forte" [...] a capoeira, as bandas, o carnaval, a música black [...] E quando eu fui desenrolando esse texto conceitual de Híbridus eu fui pensando nessa minha história, e foi isso que eu fui agregando [...] professor, coreógrafo, [...] ele já cantou, já tocou em banda, tocou instrumento, foi capoeirista, já trabalhou com desenho, já fez teatro, já fez circo [...] várias coisinhas que foram muito importantes para a construção híbrida (CUNHA, 2022).

A Híbridus ainda está em processo de institucionalização, mas já guarda memórias de alguns anos

de trabalho intenso, frente a algumas mudanças e transformações. E embora essas mudanças possam parecer difíceis para quem está de fora, de certo modo auxiliam para que, em constante movimento, a Híbridus esteja atenta para possíveis situações em que possam incorrer na sedimentação de seus valores e crenças (DOLCI; KARAWEJCZYK, 2002).

[...] tinha esse aspecto com o meu pessoal que era do negro, o olhar da criança, o olhar do social e o olhar da formação [...] era primeiro levar a cultura pras escolas ou pra comunidade e eu consegui fazer isso muito mais forte no segundo evento, eu consegui trazer crianças da comunidade pra dentro do complexo da PUC, pra que eles pudessem fazer aula e levar os movimentos pra lá também, em alguns pontos isso era uma coisa que era importante, que era... que é o que tinha me movimentado, então... eu acredito que a cultura e principalmente a área que eu desenvolvo que é a dança, ela pode, poderia e pode ser, hoje a afirmativa é muito mais forte, pode ser um meio de profissão [...] (CUNHA, 2022).

E assim como já nos trouxe Burke (2004), ao afirmar as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos, no caso a ideia de Híbridus é unir diferentes elementos de diferentes linguagens artísticas e culturais e criar coisas novas. Agregam-se práticas e pessoas para oportunizar criar práticas e pessoas diferentes do que eram.

Híbridus, é um conceito que vem do híbrido. E pra nós, a gente carrega esse nome como algo realmente como a palavra diz, como algo novo, ou como algo que encontra outro algo e cria-se algo novo (CUNHA, 2022).

As possibilidades de mudança constante da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que podem ser interessantes para que a gestão institucional e cultural tenham flexibilidade e maiores possibilidades no mercado, também trazem desafios. Um deles diz respeito à ausência da participação do Estado nas políticas culturais brasileiras, cuja motivação vem dando-se apenas com as leis de incentivo (RUBIM; BARBALHO, 2007). E percebe-se que hoje, em 2022, ainda são vigentes as discussões que ocorriam há mais de uma década atrás, quando se discutia também o Plano Nacional de Cultura.

Os desafios históricos, caracterizado por um Estado instável na formulação de políticas culturais, e o reconhecimento da cultura enquanto fator de desenvolvimento humano, econômico e social, demonstram a importância de se viabilizar e concluir as propostas do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura. Através delas espera-se, dentre outras coisas, uma melhor aplicação de recursos, a descentralização política e administrativa, o estabelecimento de parcerias entre esferas de governo e setores sociais, o planejamento de ações culturais em todos os níveis federativos e a diminuição das desigualdades observadas no país (REIS, 2011).

Em 2020, com a chegada inesperada da pandemia da covid-19, outras mudanças significativas estiveram em vista, provando os aspectos e princípios híbridos e moventes da instituição Híbridus. Foi quando precisaram, a partir das normas governamentais que se tornaram vigentes durante o início do ano de 2020 e em parte do ano de 2021, fechar o estabelecimento, abrindo apenas para atendimentos individuais, com sistemas criados para manter distanciamento adequado, em que Thyago, Deborah, os professores e os alunos parceiros foram buscando sentir e se adaptar. Contava-se com cerca de 70 alunos e hoje atende-se cerca de 30 a 35, o que representa uma redução significativa e impactante. A saída neste caso foi negociar o pagamento antecipado quando a pandemia iniciou e então os alunos foram recuperando as aulas nos meses seguintes.

Naquele contexto, como parte de sua gestão, recorreu-se ao incentivo da Lei Aldir Blanc²³ para

23 A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020) define ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade, em função da Covid-19. Ela prevê o repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal para medidas de apoio e auxílio aos trabalhadores da cultura atingidos pela pandemia. Fonte:

escolas sem estrutura, a um planejamento sistemático e a uma organização incisiva junto ao proprietário do espaço, que é alugado, além do estreitamento da parceria com professores e alunos, para a Híbridus a se sustentar durante 2020 e 2021 e assim permanecer. Um dos seus gestores explica a importância de se manter politicamente atento para pensar sua gestão institucional e cultural, principalmente por ser a sua instituição voltada para o social. Thyago, que já trabalhou junto da ASGADAN (Associação Gaúcha de Dança²⁴) e do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre²⁵, comenta sobre esta relevância.

É importante ter alguém dentro de uma cadeira política né, que pense sobre determinados aspectos dentro dessa linha cultural, mas eu percebi que eu movimentava muito mais, eu agia muito mais fazendo a política na rua e dentro das escolas assim, dentro da sala de aula também. A pandemia abriu esse leque que eu buscava, um dos meus principais objetivos de me movimentar dentro dessa área política acabou levando os incentivos, as leis de incentivos, como a Lei Aldir Blanc, que auxiliou pra que outras pessoas viessem a saber. Fui criar um meio de comunicação pra chegar lá coisas que nunca se fizeram (CUNHA, 2022).

Talvez se possa considerar que Thyago está engajado como gestor cultural na comunidade onde se insere, como sugere Vich (2017), principalmente ao nos provocar sobre um agente identificado como militante e como curador. Nesses dois papéis, Thyago “localiza pontos estratégicos, ganha a aprovação do povo e, a partir daí, constrói bases, células de trabalho. Ele realiza um trabalho de formiga, um trabalho de base, um trabalho persistente”. E, também, se coloca a “organizar a produção cultural de outra forma. [...] apresentar os objetos culturais de uma maneira diferente do que faz o Estado ou o mercado. [...] (como) um construtor de narrativas” (p. 52).

Com a responsabilização individual atribuída aos agentes/atores culturais ocorridas devido à retração da ação estatal nas políticas culturais brasileiras ao longo da história (RUBIM; BARBALHO, 2007, SILVA, 2014), a solução encontrada para continuar a gestão cultural de suas ações se dá com as parcerias, também individuais, para complementar os recursos estatais que recebem (VALENTE; SERAFIM; ALVES; BENDASSOLLI, 2007).

Então, em 2022, as portas da Híbridus reabriram para atender ao público coletivo, apenas com poucas restrições, recriando um formato híbrido através de diversas parcerias que Débora e Thyago vêm buscando e que ainda estão em processo de consolidação (CUNHA, 2022).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo descrever o acompanhamento da Híbridus Instituto de Arte e Cultura. Considerou-se os processos artísticos e culturais da instituição e sua gestão cultural, destacando sua história, a qual entrelaça-se com a história pessoal e profissional dos gestores fundadores; as principais mudanças ocorridas no período mencionado; e as práticas realizadas desde a sua fundação.

A história da Híbridus pode ser considerada recente, por ainda estar em processo de institucionalização e formação, diante das mudanças ocorridas desde seu início, e, principalmente, com

<<http://portalsnc.cultura.gov.br/auxilio-cultura/auxiliocultura/>>.

24 A Associação Gaúcha de Dança, uma instituição sem fins lucrativos composta por artistas voluntários, é a entidade mais antiga de representação estadual na área da dança e é reconhecida tanto por sua atuação artística, quanto política nesta área. Conquistou o Colegiado de Dança e o Conselho Estadual de Cultura. Em 2020 completou 51 anos atuando em prol da classe da dança. Fonte: <<https://www.asgadan.com.br/>>.

25 O CMC foi criado pela Lei Complementar 399, de 14 de janeiro de 1997, em resposta a demanda da I Conferência Municipal de Cultura (1995), para funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, com ressalva para questões ligadas ao patrimônio cultural. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=298>.

a chegada da pandemia da covid-19. No entanto, já é possível observar muitas memórias sendo criadas e mantidas vivas através das redes sociais e das sólidas relações que os gestores têm estabelecido, tanto com alunos, professores, colegas, artistas, entre outros profissionais que se aproximam.

Thyago e Deborah continuam firmes no propósito de difundir arte, cultura e bem estar para as pessoas e isso se reflete claramente em suas narrativas e colocações. Assim, buscam firmar novas parcerias com seus pares para dar continuidade e efetivar estratégias de sua gestão cultural. Espera-se que haja muitas oportunidades ainda de trazer o que no curto espaço deste texto não foi possível, para contar e dar visibilidade ao trabalho realizado por eles com e na instituição.

Referências

BARBALHO, A.; CALABRE, L.; MIGUEZ, P.; ROCHA, R. (Orgs.). **Cultura e desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção cult). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/servicos/getSumario.asp?cod=6463&tipo=A>>.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

BERND, Z.; SOARES, T. R. Tempo e memória: recordação, rememoração e reminiscência. In: BERND, Z.; GRAEBIN, C. M.; VENERA, R. (Orgs.). **Patrimônio e Memória**: narrativa, rememoração e reminiscência. Canoas: editora UniLaSalle, 2019. n. 11 (Série Memória e patrimônio).

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.

DOLCI, D. B.; KARAWAJCZYK, T. C. Valores subjacentes à estratégia de uma organização: uma perspectiva de análise sob a ótica da Teoria Institucional e dos esquemas Interpretativos. XXVI Encontro da Anpad, 2002, **Anais**. Salvador, 2002.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007 <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>.

RUBIM, A. A. C.; CANAL, C. Y.; BAYARDO, R. (Orgs.) **Panorama da gestão cultural na Ibero-américa**. Salvador: EDUFBA, 2016. Livro completo em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23897/1/PanoramaDaGest%C3%A3oCulturalNaIbero-Am%C3%A9rica%28Cole%C3%A7%C3%A3oCult23%29_%20Rubim.Canal.Bayardo.EDUFBA.pdf>.

REIS, P. F. dos. Política cultural no Brasil: análise do sistema e do Plano Nacional de Cultura. In: BARBALHO, A.; CALABRE, L.; MIGUEZ, P.; ROCHA, R. (Orgs.). **Cultura e desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção cult). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/servicos/getSumario.asp?cod=6463&tipo=A>>.

VALENTE, R.; SERAFIM, M. C.; ALVES, M. A.; BENDASSOLLI, P. F. Gestão de organizações culturais. **Rae-Documento**, ABR./JUN. 2007.

VICH, V. O que é um gestor cultural? In: CALABRE, L., LIMA, D. R. **Políticas culturais**: conjunturas e territorialidades. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

A MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA POLÍCIA CIVIL/RS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM SEDE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Moyses Lopes Prates²⁶
Maria de Lourdes Borges²⁷

Introdução

A formação do Estado e, por conseguinte da nossa sociedade, se traduz no levantamento do sistema prisional efetuado pela Câmara dos Deputados em 06/08/2018, onde se constatou que dos aproximados 700 mil reclusos que compõem a massa carcerária no Brasil “61,7% são pretos ou pardos. Vale lembrar que 53,63% da população brasileira tem essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral. E, ainda, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2014, 75% dos encarcerados tem até o ensino fundamental completo, um indicador de baixa renda”.

Nessa lógica de pensamento foram e são forjados nossos policiais, condicionados a perscrutar as ações do corpo social, disciplinando-o a adequar-se à imposição da vontade do Estado, se necessário com uso da força. Não poderia ser diferente, nas palavras de Freire (2018, p. 65):

Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado.

Essa visão supressória do dissonante foi potencializada na polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul, também durante os anos de chumbo, tendo o Palácio da Polícia, ícone do poder da instituição, sido motivo de registro pelo projeto marcas da memória, posterior a essa época nefasta.

Assim, a memória institucional da Polícia Civil do RS foi sendo construída.

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos etc. Aquilo que instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados/memórias (THIESEN, 1997).

Nesse sentido, o **objetivo** deste artigo é entender como a memória institucional pode ser evidenciada na Polícia Civil/RS através da aplicação da mediação de conflitos em sede de polícia judiciária.

Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma revisão narrativa, na qual discute-se o desenvolvimento de certo assunto sem uma busca sistemática. A revisão narrativa analisa a literatura publicada em documentos científicos (ROTHER, 2007).

26 Policial Civil. Secretário do Programa Mediar da Polícia Civil e Mestrando em Memória Social e Bens Culturais. E-mail: <moyses.202010603@unilasalle.edu.br>

27 Professora Doutora e pesquisadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais. E-mail: <maria.borges@unilasalle.edu.br>

Trajetória da mediação

Em 2 de abril de 2015, o periódico Zero Hora apresentou uma reportagem sobre as ações do projeto desenvolvido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (ZERO HORA, 2015) em parceria com a prefeitura de Porto Alegre, denominado “Marcas da Memória”. A meta desse projeto era identificar 17(dezessete) locais na cidade de Porto Alegre que serviram como prisões ou centros de tortura e de detenção de pessoas durante a ditadura militar. A reportagem versava sobre evento realizado no dia 1º de abril de 2015, quando foi afixada na frente do Palácio da Polícia Civil uma placa alusiva aos 51 (cinquenta e um) anos do golpe militar. Isto se deu porque nesse prédio, situado na Avenida João Pessoa, nº 2050, no bairro Santana em Porto Alegre, funcionou, em seu segundo piso, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que era um braço armado da ditadura dentro da Instituição.

Figura 1 – Placa no prédio da Polícia Civil-RS



Fonte: Arquivo Pessoal

Nessa placa estão registrados os seguintes dizeres: “A dor exata, no lugar exato, na quantidade exata, para obter o resultado desejado”.

Essa frase era o mantra de ensinamento de Dan Mitrone, agente da CIA que veio a serviço dos EUA ensinar técnicas de tortura aos policiais civis da época. É esse personagem que posa ao lado de várias autoridades (destacado na figura 2).

Figura 2 – Porta principal do Palácio da Polícia, no ano de 1969.



Fonte: Arquivo ZH

A incongruência dessa cena toma maior dimensão quando retornamos ao significado endógeno da Instituição, como referido anteriormente, que é o de “servir e proteger”.

Em que pese tão nobre conceituação esse ideal não foi suficiente para impedir os desmandos ocorridos nos ditos “anos de chumbo”.

Apesar de inúmeras matérias sobre a memória da ditadura militar entramos em contato com o “ato da memorização” e a pior de todas as memórias existentes, é a “memória viva”.

a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado[...] sofre flutuações [...] é fenômeno construído [...] Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p. 4-5).

Nessa perspectiva, devemos compreender que “memória viva” se constitui por aquelas pessoas que lutam para o não esquecimento dos crimes cometidos durante a ditadura militar, e defende abertura dos arquivos da repressão. E os sujeitos que lutam para o esquecimento como, os militares e parte da sociedade mais conservadora, na busca de colocar uma “pá de cal” no assunto da ditadura militar.

A ditadura militar, instaurada em 31 de março de 1964, e marcada pela perseguição política aos dissonantes, teve seu declínio em razão da péssima gestão dos militares que levaram o país a grave crise econômica com a dívida externa ultrapassando 100 bilhões de dólares e a inflação chegando a 200% ao ano, aprofundando a desigualdade. Somado a isso setores políticos e culturais perseguidos pela censura e sequelados pela tortura, expressaram incansavelmente as desgraças do regime, levando-o a uma queda de credibilidade.

Quadro 1: Cronologia da Instituição Polícia Civil RS

Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841	A organização policial no Brasil é oficializada pelo Imperador Dom Pedro II.
31 de janeiro de 1842	Regulamentada e fixada a ordem hierárquica e a distinção entre Polícia Administrativa e Polícia Judiciária (BR).
1872	Polícia Civil de Porto Alegre é dividida em 11 distritos policiais.
Decreto nº 11, de 04.01.1896	Criada a Chefatura de Polícia, e o primeiro estatuto da Polícia Civil RS, estabelecendo divisões administrativas.
1929	A Guarda Civil recebe atribuições para a realização de policiamento preventivo, estando subordinada à Chefia de Polícia RS.
1937	São criadas as delegacias especializadas e a Escola de Polícia RS.
1947	Polícia Civil é prevista na Constituição do Estado do RS, assim dispondo no art. 230: “A Polícia Civil tem a função de tornar efetivas as garantias individuais, a segurança e a tranquilidade pública e de prestar sua colaboração à justiça repressiva”
31 de agosto de 1957	É dada a aula inaugural na Escola de Polícia.
23.12.1970	É formada a 1ª turma de agentes policiais femininas.
Lei 7.059, de 31 de dezembro de 1976	Passa a vigorar a exigência do curso superior de Direito para ingresso na carreira de Delegado de Polícia.
Lei Estadual 10.994/97	Passa a vigorar a exigência de curso superior em qualquer área do conhecimento, aos agentes policiais.
Lei Estadual nº 8.776, de 23 de dezembro de 1988.	Primeira Polícia da América Latina a implementar a disciplina de Direitos Humanos na formação do policial.
1989	A Constituição Estadual do RS transforma a Escola de Polícia em Academia de Polícia Civil (ACADEPOL).
2000	Ingresso da primeira turma de agentes com nível superior na Academia de Polícia.
11.03.2013	Criação na 3ª DP Canoas do 1º cartório para atendimento vítimas de preconceito referente a deficiência física, racismo, homofobia e preconceito religioso
19.08.2014	Projeto Mediar é instituído como Programa Institucional da Polícia Civil através da Portaria 168/14 da Chefia de Polícia.
Lei nº 15.120 de 11 de janeiro de 2018	Criação da Divisão de Proteção a Grupos Vulneráveis, Órgão responsável pelas Delegacias Especializadas ao Atendimento da Mulher (DEAM); Delegacia de Polícia de Proteção ao idoso (DPPI); Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância (DPCI); Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima (DPCAV); Delegacia de Polícia para o Adolescente Infrator (DPAI's); Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA's)

Fonte: Dados sistematizados

Montesquieu, em sua obra o Espírito das Leis (1748), já preconizava:

As leis escritas ou não, que governam os povos não são fruto do capricho ou do arbítrio de quem legisla. Ao contrário, decorrem da realidade social e da História concreta própria ao povo considerado. Não existem leis justas ou injustas. O que existe são leis mais ou menos adequadas a um determinado povo e a uma determinada circunstância de época ou lugar”.

Para os refratários às mudanças, e para os que tem medo, conforme a poesia de Fernando Teixeira de Andrade (1946-2008), qualquer mudança é uma ameaça:

Esse medo que se enraíza no coração do homem impede-o de ver o mundo que se descortina para além do muro, como se o novo fosse sempre uma cilada, e o desconhecido tivesse sempre uma armadilha a ameaçar nossa ilusão de segurança e certeza.

O guardião da Lei de hoje, não é o mesmo de 1842, embora ainda sendo polícia. Naquela Lei era atribuição do serviço policial, por exemplo, como disposto no art.65 § 5: “destruir os quilombos, e providenciar para que não se formem”.

Com o esgotamento da ditadura deu-se início a um processo de reestruturação da democracia,

culminando em 1988 com a promulgação da nova Constituição. Essa, dita cidadã, deu um viés mais humano nas relações entre Estado e a sociedade. Em razão disso a atividade policial de hoje está voltada a atender não só a ordem pública, mas assegurar os direitos dos indivíduos, dos cidadãos.

Tradicionalmente a instituição policial é a mais ostensiva dentre os entes que compõem o sistema de justiça criminal, onde incluem-se também o Ministério Público (MP) e o Poder Judiciário (PJ). A polícia apura e indícia, o Ministério Público analisa e denuncia e o Poder Judiciário julga e sentencia. Contudo, a polícia, por sua ostensividade tangível e por manter suas portas abertas diuturnamente para acolher diretamente os cidadãos em suas mazelas, representa a imagem visível do Estado invisível.

A função hodierna da Instituição Polícia Civil está prevista nesta Constituição Federal de 1988, que em seu Título V, trata da defesa do Estado e das instituições democráticas. Ali, especificamente no capítulo III, que versa sobre segurança pública, traz no artigo 144 a designação de sua competência constitucional, que consiste na apuração das infrações penais, exceto as militares.

Assim, ainda que a ideia de apuração policial historicamente está associada a investigação dos fatos e apontamentos de autoria, que ocasionou por muito tempo postura positivista da instituição, que coisificava as ações humanas, traduzindo-as em artigos criminais, e reduzia seus atores à dicotomia de vítimas ou acusados, tendo esses últimos de sofrer a punição pelos atos que lhe foram imputados, e as marcas dessas apontadas ações imprimidas não mais sobre o corpo destes, como no período medievo, mas, conforme Foucault (1975, pg.20): “*sobre a alma... um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições*”. Ou seja, as marcas decorrentes dos apontamentos nos antecedentes policiais incidindo na vida daqueles elencados como dissonantes, reverberando no alijamento destes do mercado formal de trabalho, de seleções profissionais, na emissão de passaportes, nas relações sociais, provocando divisão comunitária, não aquela territorial descrita por Elias (2000, p 22), mas outra invisível, que diferencia de igual modo estabelecidos e outsiders.

Todavia, este termo “apuração”, citado como função policial em nossa Constituição, passa a ter sentido mais amplo e elevado que averiguação, podendo ser entendido, também, como ação de purificar, aprimorar, tornar melhor ou, ainda, aperfeiçoar. Nesse prisma, essas infrações penais passariam a ser observadas como ações humanas, e seus atores, agentes ativos ou passivos dessas dinâmicas interativas estabelecidas no social.

Associado a essa nova orientação constitucional, que em seu preâmbulo especifica o compromisso da Lei maior, que é comprometida, na “*ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias*”, é promulgada no ano de 2002 através das Organizações das Nações Unidas, entidade da qual o Brasil é país membro, a Resolução 12/2002 que estimula a adoção da Justiça Restaurativa na esfera criminal através de suas autoridades de segurança. Dentre as práticas de Justiça Restaurativa, ou instrumentos de sua execução, encontra-se prevista nessa Resolução, a Mediação de Conflitos.

Dessa forma, e por esse documento, a ONU concitou os países a aplicá-las através de suas autoridades de segurança.

Essa pretensão funcional para o trabalho policial encontra acolhimento no aforismo de Bengochea (2004), em sua proposição de uma “polícia cidadã”, ou seja, aquela voltada a servir e proteger a comunidade, saindo da previsibilidade tradicional de força repressiva e coercitiva, propõe:

No momento em que começa a existir essa transformação política e social e a compreensão da sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e da criminalidade são complexos, a polícia passa a ser demandada para garantir não mais uma ordem pública determinada, mas sim os direitos, como está colocado na Constituição de 88. Neste novo contexto,

a ordem pública passa a ser definida também no cotidiano, exigindo uma atuação estatal mediadora dos conflitos e interesses difusos e, muitas vezes, confusos. Por isso, a democracia exige justamente uma função policial protetora de direitos dos cidadãos em um ambiente de conflitos (BENGOCHEA, 2004).

A partir dessa nova percepção sobre a função policial no ano de 2006, em Minas Gerais, o Delegado de Polícia Anderson Alcantara Silva Melo, então Delegado Titular da Delegacia Regional Leste, Belo Horizonte, decidiu ousar e colocar em prática os princípios da Justiça Restaurativa na Delegacia de Polícia onde atuava.

Dessa experiência, aquele Delegado concluiu que a MEDIAÇÃO aproxima o poder público das pessoas, criando oportunidades de entendimento, além de despertar no policial um viés conciliador e, nos envolvidos despertar meios para que pudessem resolver pacificamente suas demandas. Por fim, a implantação desse projeto não trouxe acúmulo de trabalho à Polícia, vez que a ação mediativa é multiplicadora e reverbera nas demais relações do sujeito.

Associado aos cursos promovidos nessa área pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), multiplicou-se esse conhecimento, vindo a ser implementado aqui no Estado do RS no ano de 2013, através do Programa de Mediação de Conflitos criado por este pesquisador e pela Delegada de Polícia Sabrina Deffente.

Como sinal dos tempos, cabe ressaltar que, atualmente, no segundo andar do Palácio da Polícia, onde antes funcionava o DOPS e o Centro de Instrução de Tortura, está alocado o Departamento Estadual de Proteção aos Grupos Vulneráveis, onde estão incluídas as divisões e delegacias especializadas na defesa dos direitos da mulher, do idoso, da criança e dos adolescentes, das vítimas de homofobia, racismo e demais grupos vulneráveis.

E quanto ao Programa Mediar, hoje encontram-se instalados 118 núcleos no Estado do RS, contabilizando mais de 15 mil acordos de paz entre os antes conflitantes, que buscaram esse trabalho na polícia civil. O percentual de reincidência delitiva não alcança 1% dos casos.

Observa-se que o entendimento de memória institucional tem muito a contribuir com o entendimento do desenvolvimento do processo de mediação de conflitos em sede de polícia judiciária. Para Thiesen (2013) torna-se importante compreender o processo de institucionalização das relações sociais a fim de que, por meio desse aprofundamento, o sentido das relações entre memória e instituição terminam por formar a identidade política e social dos indivíduos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de entender como a memória institucional pode ser evidenciada na Polícia Civil/RS através da aplicação da mediação de conflitos em sede de polícia judiciária. O desenvolvimento da revisão narrativa indica que a institucionalização da Polícia Civil do RS pode ser entendida como extremos, passando, de um lado e dentro de um momento histórico, a admissão da tortura, para, mais atualmente do outro extremo, como a busca pela mediação de conflitos e a valorização das pessoas e dos direitos de todos.

Referências

BENGOCHEA, J.; Et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

THIESEN, I. C. **Memória Institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

*Maria Geraldina Venâncio*²⁸

*Judite Sanson de Bem*²⁹

Introdução

O Brasil é o país que mais recebe imigrantes devido, entre outros fatores, à legislação que protege os indivíduos, como, por exemplo, o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal de 1988 artigo 5º e a proteção ao vulnerável, o que garante e assegura, mesmo aos imigrantes ilegais, seus direitos, incluindo o acesso ao SUS (Sistema Único de Saúde).

[...] destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 1988).

Existem parcerias com organizações não governamentais para busca ativa de imigrantes não legalizados, aumentando os índices de imigrantes registrados e contemplados por benefícios ano após ano. Acompanhando o crescimento do número de imigrantes no Brasil, cresce também exponencialmente o número de imigrantes no mercado de trabalho formal no país. Em 2011, tinha-se o registro de 62.423 imigrantes no mercado de trabalho, quantidade que saltou para 181.385, em 2020, dos quais mais da metade são imigrantes haitianos e venezuelanos. (OBMigra, 2020)

O Ministério da Justiça, em 2019, divulgou relatório sobre os dados do período de 2010 a 2018, os quais demonstram:

[...] significativa a chegada de imigrantes no país, especialmente composta por novos fluxos migratórios, caracterizados por pessoas originárias do hemisfério sul. Diferentemente das imigrações do final do século XIX e princípios do XX, em que os fluxos migratórios para o Brasil eram protagonizados por pessoas do Norte Global, basicamente por europeus, na atualidade são imigrantes do Sul Global que ocupam o ranking das primeiras nacionalidades no país. Destacam-se os haitianos, principal nacionalidade no mercado de trabalho, os venezuelanos, fluxo migratório que cresceu de forma significativa a partir de 2016, além de outras nacionalidades tais como os senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019, p. 05).

Ao refletir sobre o modelo de imigrante idealizado pela sociedade que os recebe, concebido pelo processo de desumanização que vê os imigrantes como mercadorias e não serem humanos, Sayad (1998) afirma que: “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (Sayad, 1998, p. 54).

A absorção dos imigrantes no mercado de trabalho ocorre tanto em atividades altamente

28 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais, Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais, Especialista em Gestão Social e Bacharel em Serviço Social. Atua como gestora de projetos sociais no município de Canoas/RS e como docente de ensino superior. <mariageraldinavenancio@gmail.com>.

29 Pós-Doutorado em Geografia. Pós-Doutorado em Economia da Cultura. Doutorado em História Ibero-Americana. Mestrado em Economia Rural. Bacharel em Ciências Econômicas. Professora no Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. <judite.bem@unilasalle.edu.br>; Acesso lattes <<http://lattes.cnpq.br/1977156622994347>>.

qualificadas, quanto nas que exigem pouca qualificação. Com o objetivo de analisar a relação entre imigração e mercado de trabalho, o presente artigo apresenta diferentes aspectos envolvidos na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, evidenciando as funções laborais exercidas e os principais desafios enfrentados.

Imigrantes e o mercado de trabalho

De acordo com Silva e Lima (2017), no Brasil está presente o fenômeno de entrada de imigrantes como também de saída de seus habitantes que buscam por melhores condições e qualidade de vida em países da Europa e nos Estados Unidos. Já os africanos e latino-americanos escolhem o Brasil pelos mesmos motivos, chegam com a esperança de conquistarem uma vida melhor para si e seus familiares. Sair do país de origem e recomeçar uma nova vida em outro país, conviver com outras culturas expressas na linguagem, no vestir, na alimentação, até mesmo nas crenças é um desafio humano (SILVA e LIMA, 2017). Assim, na perspectiva de Sayad (1998), imigrar é imigrar com sua história, com suas tradições, suas maneiras de viver, de sentir, de atuar, de pensar, com sua língua, sua religião, assim como todas as demais estruturas sociais, políticas e mentais de sua sociedade.

O fluxo contemporâneo no Brasil, no que diz respeito à busca por trabalho como condição emergencial de sobrevivência pelos imigrantes é definido por Villen (2018) como “periféricos na periferia”, ou seja, acabam submetidos a condições de trabalhos semelhantes às do país de origem.

Segundo o OBMIgra (2020), na atualidade, existem 1,3 milhão de imigrantes residindo no Brasil. Em dez anos, entre 2010 e 2020, os maiores fluxos foram da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos. As solicitações de reconhecimento da condição de refúgio também aumentaram, passando de cerca de 1,4mil em 2011 para 28,8 mil em 2020. Conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 1 - Número de registros de imigrantes residentes, por ano de entrada, de 2010 a 2019.

País de Nascimento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	17.188	25.950	34.409	64.061	75.412	73.328	70.363	74.552	108.049	117.037
Argentina	1.222	1.467	1.910	2.615	3.680	3.560	3.766	3.318	1.885	981
Bolívia	4.493	6.645	6.227	7.156	4.955	5.223	4.925	5.739	7.741	4.661
China	523	794	1.642	3.906	4.382	5.379	6.028	5.405	2.015	1.318
Colômbia	1.142	1.286	1.815	2.252	2.779	2.718	2.464	4.631	8.050	5.419
Haiti	483	797	1.940	2.473	3.312	4.248	2.779	5.528	16.943	15.679
Paraguai	326	2.683	4.419	14.493	20.032	19.677	20.988	10.788	1.881	2.029
Peru	969	1.785	1.859	2.590	3.013	2.916	2.332	2.556	2.415	1.817
Senegal	27	63	232	1.193	1.930	2.819	317	607	351	291
Uruguai	530	616	725	1.043	1.302	1.703	1.759	2.034	4.346	3.109
Venezuela	197	220	263	383	701	1.297	3.943	15.326	49.267	70.653
Outros Países	7.276	9.594	13.377	25.957	29.326	23.788	21.062	18.620	13.155	11.080

Fonte: Nacional Migratório - SISMIGRA, 2020.

Conforme dados apresentados, a maioria são haitianos e venezuelanos em busca de melhores condições e qualidade de vida para si e seus familiares. O Conselho Nacional de Imigração é responsável pela edição das Resoluções Normativas, as quais determinam os termos para a emissão de autorizações de residências para fins laborais, de competência da Coordenação-Geral de Imigração Laboral, a partir

da lei 13.445/2017 e do Decreto 9.199/2017 que passaram a reger a condição do imigrante no país. Nesse contexto, o imigrante, para trabalhar no Brasil, com vínculo empregatício ou não, salvo exceções, necessita de autorização de Residência para fins laborais. É importante ressaltar que a lei 13.445/2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, o qual foi elaborado sob a ótica da segurança nacional e restringia o acesso de estrangeiros ao mercado de trabalho, ao passo que a atual lei em vigor foi elaborada sob a ótica dos direitos e deveres fundamentais.

Após substituição da lei elaborada no período ditatorial, as manifestações anti-imigração, os ataques a espaços de ativismo pró refugiados e migrantes, ações militarizadas nas fronteiras e assassinatos de imigrantes cresceram significativamente (DIAS, 2020). O cenário é construído com base na perpetuação das hierarquias coloniais no processo migratório, nos quais a cultura e o ponto de vista do país que recebe são dados como os únicos legítimos, eliminando tentativas de compreensão destes outros que não apenas estão presentes fisicamente, mas carregam suas narrativas e práticas socioculturais e os estigmas produzidos pelas hierarquizações da cultura colonial.

Assim, os imigrantes estão implicados no estatuto atribuído ao seu país de origem, passando, portanto, a ser mais do que um ser humano imigrante, mas seu próprio país de origem. Ao longo da história, a acumulação capitalista e as migrações têm andado juntas.

Faz-se importante ressaltar, neste contexto, que não bastam as empresas, os empregos e o trabalho, mais do que isso, é fundamental que as atividades humanas sejam realizadas com decência, especialmente no que diz respeito ao trabalho. A ausência de decência pode ser exemplificada com renda insuficiente, atividades insalubres, perigosas, inseguras ou degradantes. (GUNTHER, 2017)

Define-se, portanto, o trabalho decente como aquele no qual o seu rendimento e as condições em que este é exercido estão de acordo com as expectativas da comunidade. A falta de trabalho decente relaciona-se aos conceitos de privação e exclusão, em relação às situações econômicas e sociais que não satisfazem às normas sociais (RODGERS, 2002).

O desafio no trabalho para os imigrantes

Quando a força de trabalho imigrante é identificada como força de trabalho temporária, as condições de vida são impactadas pela mesma precariedade do país de origem, ou seja, exercem um trabalho temporário, em habitações temporárias, para indivíduos pobres oriundos de países pobres. (Sayad, 1998). É estreita a relação entre trabalho decente e dignidade humana, pois o trabalho é a materialização dos objetivos econômicos e sociais das pessoas, cujo pressuposto é produção e rendimentos, ao mesmo tempo que carrega os sentidos relacionados à integração social, identidade e dignidade pessoal (RODGERS, 2002).

Nesta perspectiva, o trabalho decente deve ser pensado como um eixo central do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social, “colocando a pessoa humana no centro das políticas e promovendo a inclusão.” (LEVAGGI, 2007, p.35). Sob esta perspectiva, no âmbito dos trabalhadores imigrantes ante a ausência de legislação específica que se ocupe da extensão de seus direitos a fim de assegurar efetivamente a sua proteção há de se observar que a agenda do Trabalho Decente da OIT, portanto, contempla em seus princípios a eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação. De acordo com a agenda de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os direitos dos trabalhadores imigrantes e a política de imigração devem abranger os ideais de Direitos Humanos das Declarações da ONU e das Convenções da OIT, assegurando de forma

integral proteção a essa população mais vulnerável.

Silva e Lima (2017) apontam que os imigrantes geralmente ocupam cargos no mercado de trabalho que os nacionais não querem ocupar e que exigem baixa escolaridade, e que, por consequência, também pagam baixos salários, o que contribui para a precariedade das condições de vida destes imigrantes.

Conforme Marx (2004), capital e trabalho apresentam um movimento constituído de três momentos fundamentais: 1) a unidade imediata e mediata, na qual primeiro ambos estão unidos, separam-se e tornam-se estranhos, embora sustentem-se um ao outro; 2) a oposição de ambos, já que se excluem reciprocamente e o operário conhece o capitalista como a negação da sua existência e vice-versa; 3) a discordância de cada um contra si mesmo, já que o capital é ao mesmo tempo o próprio trabalho e seu oposto contraditório – trabalho acumulado -, e o trabalho sendo ele próprio e o se oposto contraditório, ou seja, mercadoria/capital.

O Haiti conta, atualmente, com uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, das quais apenas 180 mil possuem empregos formais e 80% da população vive com 2 dólares por dia, ou seja, abaixo da linha da pobreza. Nos anos de 2010 a 2019 houve crescimento significativo no número de imigrantes no trabalho formal brasileiro, movimento condicionado pela dinâmica econômica do período e as novas nacionalidades conduzidas por fatores de ordem humanitária. Foram distintos os fatores que atuaram em diferentes momentos, possibilitando a divisão da década em etapas. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

O modo operante da desigualdade recente pode ser pontuado em quatro fases: 1) De 2012 até o fim de 2014, o Brasil mostrava uma tendência de queda, basicamente norteadas pela diminuição da desigualdade entre trabalhadores. 2) Nos anos de 2014 e 2015, essa tendência se interrompe e o desemprego manifesta-se como o mais notável vetor do processo de aumento da desigualdade. Além do desemprego, o desalento surge com grande intensidade, apresentando uma fase que trouxe a vulnerabilidade social à tona. 3) A partir do ano de 2016, na terceira fase, o desmonte de postos formais de trabalho passa a ter impacto direto sobre o aumento da desigualdade social corroborando com o aumento da extrema pobreza. Naquele ano, houve aumentos mais perceptíveis e velozes da desigualdade entre trabalhadores, fato que contribuiu significativamente para o aumento da informalidade e a subcondição do trabalho para o grupo de imigrantes, visto que, em sua maioria, estavam em condições desiguais em relação aos trabalhadores brasileiros (SIMÕES, 2019).

Geralmente, os imigrantes conseguem cargos em cooperativas de catadores e/ou reciclagem, trabalhos de limpeza, em canteiros de obras, carregamento em transportadores, isto sem falar nos trabalhos informais que geralmente incluem atividades similares, como trabalhar com fretes, como diaristas, vendedores ambulantes, entre outros (SIMÕES, 2017; SILVA; LIMA, 2017).

A maioria ainda é discriminada nos contextos em que procuram uma nova adaptação no seu cotidiano: pela cor, linguagem, vestimenta e religião, configurando-se em danos que resultam em desigualdade social. De maneira geral, mesmo legitimando a escolha das pessoas pela imigração, há imperativos sociais que se sobrepõem às vontades e ações de cada ser humano, o que força imigrantes à adequação imediata à situação com a qual se deparam no país de destino.

Conclusão

É na presença da categoria trabalho que a permanência e a dinâmica migratória são visíveis, pois o trabalho atua como dinamizador do processo migratório e o que finaliza o processo, cujo elo é o

imigrante. Estudos sobre as migrações surgiram em contextos relevantes historicamente: consolidação da ciência e a formação das cidades industriais.

Existe um crescente nas imigrações devido às catástrofes da natureza, os conflitos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Com o aumento da população e a falta de empregos, ocorre precarização nas vidas das pessoas, ocasionando um aumento de indivíduos vivendo na linha da pobreza ou abaixo dela.

Há uma emergência de políticas afirmativas para os imigrantes, visando a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos. De acordo com Cotinguiba (2014), é importante compreender os motivos que levam ou forçam as pessoas a migrarem, o que acontece no encontro entre população migrante e a população local e como cada um vê o outro e a si a mesmo no processo.

A relação entre migração e trabalho tem sido uma constante nos últimos séculos, colocando o trabalho como o responsável fundamental pelos processos migratórios. Consideramos a diversidade de fatores pelos quais as pessoas migram, no entanto, precisam, sempre, de recursos para sobreviver e realizar seus desejos, logo, precisam de trabalho.

Sem a pretensão de uma conclusão, o presente estudo faz emergir reflexões pertinentes à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, sob a lógica etnocêntrica que coloca o outro – os imigrantes - como não-humano, alienígena, invasor e que coloca em risco a segurança e a estabilidade do nós. Assim, espera-se que das reflexões apresentadas surjam novas discussões acerca dos imigrantes no Brasil em uma perspectiva menos factual e mais multifacetada.

Referências

BRASIL. **Artigo 5º da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

DIAS, Á. C. S. **Migração Internacional no Brasil**: persistências históricas e tendências contemporâneas. Revista *Vértices*, v. 22, n. Especial, p. 851-870. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora IFF, 2020.

GUNTHER, L. E. O papel da OIT na Compreensão do Trabalho Decente: O Parâmetro dos Direitos Fundamentais e da Dignidade da Pessoa Humana. In: CAVALCANTI, J. de Q. P.; VILLATORE, M. A. C. (Orgs.). **Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho – trabalho decente**. São Paulo: LTr, 2017. p. 09-17.

LEVAGGI, V. O que é trabalho decente? **Revista da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 34-35, jun. 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OIT. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/oit-no-brasil/WCMS_226229/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 26 out. 2021.

RODGERS, G. El trabajo decente como una meta para la economía global. Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional. Formación Profesional, Productividad y Trabajo Decente, Montevideo, n. 153, p. 9-28, oct. 2002.

SAYAD, A. (1998). **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, EDUSP.

SILVA, L. M. M. da.; LIMA, S. S. de. Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 385, 2017.

SIMÕES, G. da F. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

VILLEN, P. **(In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios. **Dissertação**. UNIR. RO, 2014.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE CATADORES NO PROJETO ‘CANOAS RECICLA COM A GENTE’

*Fernanda Veadrigo Irber*³⁰

*Maria de Lourdes Borges*³¹

Introdução

As cooperativas e a economia solidária emergem de um momento sócio-histórico de crescente aumento da concentração de capital e do índice de desemprego. Nesse período, a desigualdade social está acentuada e os movimentos populares e as lutas operárias estão em ascensão. Como consequência, o número de indivíduos às margens da sociedade se acentua diretamente. De tal modo, como forma de criação de meios alternativos de produção e trabalho, surgem os empreendimentos solidários, dos quais desenvolvem-se como geradores de renda especialmente como forma de sobrevivência (GAIGER, 2003).

Segundo Baptista (2014), a economia solidária caracteriza-se pela autogestão, ética e respeito mútuo através do desenvolvimento sustentável e do comprometimento com o coletivo social. Para Seghetto e Scholz (2015), são esses os aspectos que diferem os empreendimentos da economia solidária de outras organizações, enfatizando a participação do coletivo em todos os espaços cooperativos.

Canoas Recicla com a Gente é um projeto de educação ambiental desenvolvido em Canoas (RS/Brasil) junto a dois representantes de cada uma das oito cooperativas de reciclagem de resíduos pós consumo responsáveis pela coleta seletiva do município.

O projeto visa a conscientização sobre o descarte, a separação e o encaminhamento correto de resíduos sólidos urbanos, a promoção de conhecimento sobre o trabalho realizado nas cooperativas e a ressignificação da perspectiva da sociedade em relação à reciclagem e às questões ambientais. As cooperativas atuam no projeto através de palestras em condomínios, empresas e escolas, postagens nas redes sociais e ações em bairros, praças, ruas e comércios.

Sob a coordenação da Apoena Socioambiental e com o apoio do Tecnosocial/Unilasalle e da Secretaria do Meio Ambiente de Canoas/RS, os agentes representantes das cooperativas reúnem-se semanalmente na Universidade La Salle. Os encontros possuem a finalidade de discutir, planejar e desenvolver questões relacionadas ao projeto.

A análise realizada busca identificar os aspectos responsáveis por impulsionar o projeto e os aspectos que podem impactar de maneira negativa no alcance dos objetivos do grupo. Além disso, a partir do momento em que percebe-se o trabalho realizado pelos agentes como a construção base do Canoas Recicla com a Gente, torna-se importante desenvolver um olhar para além dos impactos produzidos na comunidade, como uma forma de registro memorial do processo interno do projeto, considerando as relações entre os integrantes a fim de perceber sua evolução ao longo de seu percurso e registrar suas características grupais, responsáveis pela identidade do projeto.

30 Graduada em Psicologia na Universidade La Salle e bolsista CNPq de Iniciação Científica do grupo de pesquisa Tecnologias Sociais, Inovação e Desenvolvimento. E-mail: <fernanda.202210714@unilasalle.edu.br>

31 Professora Doutora e pesquisadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais. E-mail: <maria.borges@unilasalle.edu.br>

Processos grupais: o grupo operativo

Os grupos, através da ótica de Pichon-Rivière, caracterizam-se pelos seus processos, os quais englobam os fenômenos, as interações, o momento presente e as atribuições de papéis que ocorrem no coletivo (PEREIRA, 2013). Assim, entende-se os processos grupais como um movimento interno e externo do grupo, incluindo a singularidade e identidade de cada sujeito que o compõem, as redes de relações construídas e os conhecimentos e aprendizagens gerados nesse contexto.

Os grupos operativos caracterizam-se por possuir uma tarefa central, responsável pelo seu surgimento (PEREIRA, 2013). Há também a figura de coordenação, que cria um ambiente facilitador para a comunicação entre os membros do grupo com o intuito de auxiliar no desenvolvimento do objetivo do coletivo, sendo um mediador de conflitos e problemas que surgem no decorrer do processo (PEREIRA, 2013). Dessa forma, o grupo se torna protagonista e desenvolve-se em direção ao seu propósito.

Apesar do enfoque na construção do grupo a partir de um objetivo, é importante compreender que os grupos são muito mais que um conjunto numérico de pessoas reunidas em prol de uma tarefa. Para Kaspary e Seminotti (2012), os grupos são um conjunto de culturas, histórias e saberes que interagem e se integram formando um sistema circular de interdependência. Eles se relacionam com o meio, produzindo sentido, valores, crenças e normas (KASPARY; SEMINOTTI, 2012). Assim, identifica-se novamente a necessidade de olhar para o grupo internamente, visto que este pode ser considerado como uma grande engrenagem, em que cada componente possui um papel fundamental para o seu funcionamento.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa em que se aplicou a metodologia da observação não participante, contabilizando 21 horas de observação, durante sete encontros de formação dos agentes, no período de três meses. A primeira autora participou como observadora pelo vínculo como bolsista voluntária sob orientação da segunda autora, que coordena o Tecnosocial Unilasalle. Os encontros foram registrados em diários de campo, os quais foram sistematizados e categorizados. As categorias denominam-se vínculos; código de ajuda; proatividade e comunicação. Posteriormente, os dados foram analisados segundo a Análise de Conteúdo.

Na categoria vínculos, analisou-se as relações interpessoais dos agentes nos encontros de formação. Para o código de ajuda, observou-se a capacidade de criar coletivamente um plano de ação com a finalidade de solucionar problemas. Em proatividade, considerou-se o posicionamento, o comprometimento com o projeto e a habilidade de agir de forma independente. Na categoria comunicação, levou-se em conta a qualidade e a clareza da comunicação entre os cooperados no contexto grupal e a sua interferência no desenvolvimento de seus objetivos.

Resultados e discussão

O Canoas Recicla com a Gente decorre de uma produção coletiva, tendo como necessidade o trabalho conjunto para alcançar seus objetivos. Este projeto é efetivado pela Apoena Socioambiental, com apoio da Secretaria do Meio Ambiente de Canoas/RS e também do Tecnosocial Unilasalle, os quais contam com a infraestrutura da Universidade La Salle para os encontros semanais e seminários. Os encontros têm como objetivo realizar formação para catadores das cooperativas de

reciclagem para o desenvolvimento do projeto.

Identificou-se que os cooperados presentes nas reuniões possuem o projeto como objetivo em comum, sendo este um dos norteadores da construção grupal. Considera-se então o grupo da formação como um grupo operativo. Portanto, faz-se necessário o bom relacionamento entre os cooperados e o desenvolvimento de características que contribuam para a realização da tarefa central, o projeto.

Todos os encontros de formação são coordenados por colaboradoras da Apoena Socioambiental, das quais possuem um papel fundamental nas reuniões. Além de manejarem a parte organizacional e desenvolvimental do projeto, podem ser consideradas como facilitadoras das relações interpessoais e da comunicação entre os agentes, melhorando o funcionamento do grupo.

Vínculos

Através da análise das relações interpessoais dos agentes nos encontros de formação, a categoria vínculos destaca-se como a categoria mais positiva e marcante do grupo. Há uma relação de empatia, irmandade e compromisso com o coletivo.

Os agentes geralmente ficam juntos com suas duplas das cooperativas, contudo todos se apoiam e contribuem para que os demais alcancem seus objetivos, percebendo as dificuldades de seus colegas e os auxiliando. Os cooperados permitem que as reuniões sejam leves e descontraídas, tornando o espaço não só mais um local de trabalho, mas também um ambiente de risadas e bom humor.

Independente da constituição grupal e dos objetivos que ali se estabelecem, é notória a importância de momentos de confraternização para melhorar e fortalecer os vínculos. Em uma das reuniões observadas, realizou-se, para seu encerramento, uma confraternização de Festa Junina. Os agentes levaram comidas típicas e adereços, mostrando-se empolgados e engajados com a ocasião.

Para Rodrigues (2012), as refeições realizadas em conjunto são responsáveis pelo marco do início das relações comunitárias de um povo, sendo uma das formas mais antigas e importantes de socialização. Situações como essa possuem um grande impacto nas relações dos participantes das confraternizações. Elas proporcionam momentos de lazer e fortalecem o vínculo entre os membros do grupo, criando um ambiente acolhedor e possibilitando a criação de um meio em que as tensões e os problemas internos e/ou externos ao grupo possam ser deixados de lado.

Código de ajuda

O código de ajuda pode ser considerado uma estratégia decorrente da habilidade coletiva de criar um plano de ação para a resolução de problemas (QUIROGA, 1989). Os agentes relataram no grupo a criação de um código de ajuda para dar suporte a quem estava realizando palestras nas escolas. O código se referia a um gesto realizado pelo cooperado no momento da apresentação com a função de solicitar auxílio aos colegas. Dessa forma, torna-se ainda mais nítida a base de apoio desenvolvida por eles. Para Quiroga (1989), essa habilidade resulta da capacidade de comunicação, de integração do divergente ao coletivo e da identificação das necessidades do todo através do pensamento crítico.

Proatividade

Atualmente, nota-se um alto índice de proatividade nos encontros, uma vez que os cooperados mostram-se sempre com voz-ativa. Os agentes estão frequentemente opinando e sugerindo melhorias. Quando algo não ocorre como planejado, eles questionam e se posicionam. Todavia, através do relato das colaboradoras da Apoena no grupo, no início do projeto a proatividade não era identificada com a recorrência atual.

Conforme Pereira (2013), o sujeito humano move-se através de suas necessidades e desenvolve-se a partir da aprendizagem. Com a aprendizagem, o desconhecido surge, desencadeando momentos de ansiedade (PEREIRA, 2013). Tudo que é novo e diferente do que o ser humano está acostumado tende a causar angústia e sentimentos ansiosos. Cabe ao sujeito agente elaborar e/ou amenizar a ansiedade para desenvolver-se em direção ao desconhecido (PEREIRA, 2013).

Nessa perspectiva, de forma análoga, o desconhecido pode ser considerado o Canoas Recicla com a Gente e os cooperados os sujeitos que vivenciaram a ansiedade. Compreende-se que os agentes passaram por um período de adaptação no projeto, o qual caracterizou-se pela falta de proatividade. Após esse período, eles desenvolveram a capacidade de lidar com a ansiedade do novo, tornando-se nítida a evolução e o amadurecimento do grupo.

Comunicação

A comunicação é fundamental em um grupo. De acordo com os dados apresentados durante as reuniões, os objetivos dos encontros semanais estão sendo alcançados e os planejamentos referentes aos momentos grupais são desenvolvidos conforme o programado. Portanto, a capacidade de cumprir prazos e seguir o planejado demonstra que, para esse aspecto, há qualidade e clareza na comunicação e, por conseguinte, a dinâmica grupal está operando de maneira organizada e as funções são desempenhadas com êxito.

Observou-se ocasiões em que o momento de fala dos cooperados não foi respeitado pelo grupo. Enquanto um agente falava dirigindo-se ao coletivo ou às facilitadoras, outro aumentava o tom de voz e o interrompia. Essa situação era recorrente nas primeiras reuniões analisadas e atrapalhava o andamento dos encontros de formação, podendo também inibir opiniões e falas mais tímidas, além de dificultar a comunicação entre os cooperados.

Uma estratégia que pode ser utilizada é o objeto da palavra, um recurso democrático da metodologia circular que tem como finalidade proporcionar a cada pessoa que o detém um momento de fala e de escuta adequado (ANDRADE e SILVA, 2020). Quem possui o objeto tem a oportunidade de falar sem interrupções, recebendo total atenção dos outros participantes. Sua utilização é interessante para o desenvolvimento da habilidade de escuta, aspecto essencial em qualquer relação interpessoal.

Nos últimos três encontros, reparou-se que o grupo desenvolveu estratégias que os auxiliaram na dificuldade em respeitar o momento de fala no coletivo. Por sugestão das colaboradoras da Apoena, os agentes começaram a levantar a mão e aguardar para, então, falar. A aderência à sugestão melhorou o andamento das reuniões. Percebeu-se que os cooperados foram desenvolvendo sua percepção em relação a dificuldade identificada e regulando a si próprio sem a intervenção das facilitadoras, exteriorizando a evolução do grupo, o desenvolvimento e o aprimoramento do pensamento crítico e da autoavaliação.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de analisar as relações dos membros do projeto Canoas Recicla com a Gente através da observação não participante nas reuniões de formação. A análise possui como finalidade identificar os aspectos do grupo responsáveis por impulsionar o projeto e os aspectos que podem impactar de maneira negativa no alcance dos objetivos do coletivo. Outro propósito é o de desenvolver um registro memorial do processo interno do projeto através das relações dos integrantes do grupo de formação.

A relação entre os membros das cooperativas de reciclagem nos encontros mostra que há, como em qualquer ambiente coletivo, questões a serem melhoradas. Todavia, as evidências analisadas indicaram diversas características positivas necessárias para o desenvolvimento tanto do relacionamento grupal como da capacidade de alcançar os objetivos referentes ao projeto.

Na categoria vínculos, destaca-se a relação de empatia, irmandade, compromisso com o coletivo e a realização de confraternizações. Em código de ajuda, enfatiza-se a habilidade de criação de estratégias visando a resolução de problemas. Identifica-se em proatividade muitos cooperados com voz-ativa e a alta frequência de opiniões e sugestões apresentadas pelos agentes. Na categoria comunicação, ressalta-se a dificuldade inicial em respeitar o momento de fala dos participantes do grupo e, posteriormente, o desenvolvimento de estratégias no decorrer dos encontros de formação que possibilitaram a resolução do problema.

Como sugestões para trabalhos futuros, o projeto apresenta potencialidades para aprofundar o entendimento sobre os impactos gerados na vida dos membros das cooperativas de reciclagem, considerando que o projeto aumenta a visibilidade dos catadores e fomenta o seu trabalho.

Referências

- ANDRADE, A.; SILVA, M. Apostila para Facilitadores de Processos Circulares do NUPIA-MPP2. Núcleo de Prática e Incentivo à autocomposição. Curitiba: Escola Superior do MPPR, 2020. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/arquivos/Image/Nupia/Processos_Circulares-compactado.pdf>.
- BAPTISTA, V. Solidariedade na economia e a Economia Solidária das cooperativas. **Revista Otra Economia**. v. 8, n. 15, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/otra.2014.815.02>>.
- GAIGER, L. I. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**. v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>>.
- KASPARY, M.; SEMINOTTI, N. Os processos e a gestão de equipes no trabalho contemporâneo: compreensões a partir do pensamento complexo. **Revista de Administração Mackenzie**. v. 3, n. 2, p. 15-43. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000200002>>.
- PEREIRA, T. Pichon-Rivière, a Dialética e os Grupos Operativos: implicações para pesquisa e intervenção. **Revista da SPAGESP**. v. 14, n. 1, p. 21-29, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v14n1/v14n1a04.pdf>>.
- QUIROGA, A. Enrique Pichon-Rivière. In: FREIRE, P.; Et al. **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière**. p. 15-26. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

RODRIGUES, H. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. In: SINAIS. **Revista Eletrônica Ciências Sociais**. v. 1, n. 12, p. 85-100. Vitória: CCHN, UFES, 2012.

SEGHETTO, A.; SCHOLZ, R. Gestão cooperativa e suas práticas em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos. In: SCHOLZ, R.; BORGES, M. **Práticas Sociais na Economia Solidária: tecendo experiências e pesquisas sobre incubação**. p. 11-32. Canoas: UnilaSalle, 2015.

CONSUMO CULTURAL: EMOÇÕES, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS

Cleberli Fabiano Costa de Arruda

Judite Sanson de Bem

Consumo Cultural

Não há consenso no meio acadêmico, quanto aos fundamentos históricos na revolução do consumo (McCRACKEN, 2003). McKendrick et al. (1982) apontam o nascimento da revolução do consumo na Inglaterra do século XVIII, destacando que a revolução do consumo foi ignorada pela academia comparativamente à revolução industrial e justifica esse argumento ao enfatizar que uma mudança nos meios e fins produtivos, não pode ter ocorrido sem uma mudança significativa nos gostos e preferências dos consumidores.

Já sobre as origens do consumo cultural, produção e troca artísticas, segundo Ginsburgh (2013) estão no comportamento dos indivíduos, pela relação estabelecida de troca, seja pela demanda de bens e serviços culturais, ou pela oferta por parte dos produtores ou artistas. A análise econômica quantitativa das artes cênicas parece ter sido desencadeada pelo trabalho de Baumol e Bowen (1966).

Além da estimativa empírica da demanda, conforme Moore (1968), Throsby (1983), Greckel e Felton (1987), Throsby (1994); surgiram alguns esforços para construir modelos microeconômicos teóricos (ver, por exemplo, Levy-Garboua e Montmarquette, 1996; Steinberg, 1986), bem como os aspectos político-econômicos do apoio público às artes (ver Krebs e Pommerehne, 1995; Schulze e Rose, 1998). Em um artigo inicial, Moore (1968) realizou uma sofisticada análise econométrica da frequência ao teatro. Os estudos focaram na variável renda, e apontaram a elasticidade da renda muito baixa, porém, muitas são as variáveis já analisadas para o consumo cultural.

O presente artigo se concentrará especificamente no comportamento individual em relação às artes cênicas, executadas em equipamentos culturais. Assim sendo, a pesquisa trará algumas das principais variáveis que influenciam neste consumo, partindo da literatura e teses pesquisadas; especialmente a tese de Lúcio Leocádio da Silva defendida em 2008 na USP (SILVA, 2008). Partindo desta tese e variáveis defendidas por autores da área do consumo cultural. Apresentam-se aqui os conceitos pesquisados que funcionam como gatilhos na escolha e no consumo.

Sobre as contribuições da psicologia do consumo cultural existe algum consenso na literatura, entre eles a análise dos rituais, de Arnold van Gennep que traz o conceito de liminaridade, Turner (1969) identificou três estágios de consumo cultural: preliminar, liminar e pós-liminar. Turner ainda vincula o conceito de liminaridade a um “[...] estado de distanciamento de estar associado ao ritual”.

Colbert, Nantel e Bilodeau (2007) reconheceram a pesquisa inicial sobre comportamento de consumo de Holbrook e Hirschman (1982), com seu artigo inovador *The experiential aspects of consumption: consumer fantasies, feelings, and fun* (Os aspectos experienciais do consumo: fantasias, sentimentos e diversão do consumidor). Holbrook e Hirschman (1982, p. 132) argumentaram que o comportamento do consumidor não era necessariamente racional e lógico, mas poderia “[...] ser visto como envolvendo um fluxo constante de fantasias, sentimentos e diversão englobado pelo que chamamos de ‘visão experiencial’”. Eles apresentaram e descreveram um novo modelo de comportamento do consumidor que contrastava a visão histórica do processamento de informações

dos profissionais de marketing com as novas entradas de experiência.

A pesquisa sobre emoções é vista como um tópico importante na literatura do marketing de Bagozzi (1999). Quando os consumidores avaliam o sucesso de suas experiências de consumo, eles pesam os atributos objetivos (utilitários) de uma experiência de serviço, como os tangíveis, o preço e a qualidade, contra os aspectos subjetivos (emocionais) do evento ou encontro. Eles atribuem mais peso aos atributos que consideram mais benéficos para eles e mais importantes para a experiência geral (ADDIS; HOLBROOK, 2001). Os aspectos emocionais de uma experiência refletem os elementos subjetivos do produto ou serviço (ADDIS; HOLBROOK, 2001). Com serviços de natureza mais experiencial, os objetivos emocionais (BAGOZZI, 1999; HUANG, 2001) influenciam a forma como o serviço é consumido e avaliado; de fato, a reação subjetiva aos serviços experienciais é o fator mais crucial na determinação do valor para o cliente (ADDIS; HOLBROOK, 2001). O sucesso da troca está profundamente enraizado na capacidade do serviço de evocar emoções e provocar reações subjetivas (ADDIS; HOLBROOK, 2001).

Radborne (2013) faz um compilado de conceitos em torno do consumo cultural, cada zona engloba os impactos experienciais. Essas Zonas de Impacto de Experiência começam com o impacto hedônico de Holbrook e Hirschman (1982,) de onde a experiência é dirigida as fantasias, sentimentos e diversão”. A etapa da experiência é a “imersão memorável” de Pine e Gilmore (1998), que estende o impacto hedônico à investigação cognitiva e à análise intrapessoal. Os impactos que emergem da participação do público na descoberta, colaboração e co-criação são demonstrados por meio de ‘sentir, aprender, fazer e estar lá’. Isso é estendido por meio do envolvimento total do público que produz os impactos intrínsecos de Brown e Novak (2007) e os Indicadores de Experiência de Audiência de Artes de Radbourne, Glow e Johanson (2013), pode-se ainda complementar este processo com o conceito de engajamento do público, de Walmsley (2020), onde a experiência passa a ser compartilhada, através de construções sociais e significado, valores comuns, influência da experiência ao vivo na análise cognitiva e resposta emocional, discussão após a performance , engajamento com outros membros da audiência (verbal e não verbal). O conceito de engajamento trazido pelo autor é fundamental, pois mostra a capacidade do espectador engajado em compartilhar e mobilizar novos espectadores a partir de sua experiência.

Sugere-se na literatura recente de marketing de serviços que o aumento da satisfação contribui para a solidez financeira e a competitividade de uma organização por meio da retenção de clientes (ALBRECHT, 1992; ANDERSON; SULLIVAN, 1993; ANDERSON; BROETZMANN, et al., 1995; FORNELL, 1992;). Hume, Mort e Winzar (2007) fazem uma análise profunda nas intenções de recompra e conclui a importância, das experiências, da satisfação, e valor percebido no processo. Petrick (2004) testou três modelos para identificar qual construto — satisfação, valor ou qualidade do serviço — tinha a relação mais forte com a intenção de recompra. Este trabalho, realizado em ambiente de navio de cruzeiro, constatou que a qualidade do serviço é o mais forte preditor da intenção de recompra.

O campo da memória também contribui neste estudo, sendo um dos conceitos que pode apoiar no entendimento do consumo cultural e possibilitar aos gestores culturais uma gestão mais aprofundada no tema. De acordo com Nunes (2016) a memória, conceitualmente pode ser usada em dois campos para entender o consumo: o consumo de memórias – quando as memórias se materializam em mercadorias, e, de outro modo, quando a memória – em sua face subjetiva e emocional, provoca consumos, neste último caso é o campo que nos interessa. Considerando as experiências que levam as emoções.

Os estudos baseados na experiência, levam a compreender o papel e a importância da memória no consumo cultural, segundo estes estudos, conforme evidenciado por Dewey (2010), e confirmado pelas pesquisas de Carneiro (2016) em sua tese de doutorado, os espectadores contemporâneos de

teatro observando suas vivências após as apresentações, têm uma conexão entre a emoção, experiência e memória. Sabe-se que quanto mais fortes forem as emoções, como aquelas causadas por uma situação extrema, mais fortes serão as impressões deixadas, a ponto de constituírem-se em trauma, uma memória construída no futuro (FARIAS, 2008). Essas experiências são compreendidas a partir de um tríptico mecanismo que envolve memória, atenção e emoção sendo Münsterberg (2004) o principal autor de sustentação da tese do pesquisador. Nela a compreensão desta experiência atua como eixo teórico e cujos conceitos são atualizados pelos conhecimentos mais recentes sobre o tema (XAVIER, 2013; HELENE; XAVIER, 2003; IZQUIERDO, et al., 2013).

Na tese de Leonel Carneiro Martins (2016) defendida na USP, o autor defende a hipótese de que uma primeira experiência teatral significativa possui um grande poder de fixação enquanto experiência memorável para o espectador, podendo ainda modificar a relação deste com o teatro e com o mundo. Também nesta tese destaca-se o papel da emoção para o reconhecimento de uma experiência como significativa, ou seja, diferente das demais experiências comuns. O autor defende que a memória e a emoção são processos indissociáveis. Uma memória carregada de emoções fortes tem grandes possibilidades de restar como significativa para o espectador.

Münsterberg (2004) dá um foco especial, ao tema Atenção, que é o ponto inicial no processo, segundo o autor, atenção pode ser dividida segundo a fonte de estímulo em exógena (ou involuntária) e endógena (ou voluntária). Enquanto a primeira seria aquela que é despertada por um estímulo ambiental (um barulho forte, por exemplo), a segunda é fruto de uma operação interna, a mesma quando realizamos uma tarefa que exija concentração. Para Vygotsky (1998; 2003) a emoção é um processo complexo que envolve percepção, sensação, atenção e memória. Conceitos estes que norteiam neurocientistas como Damásio (2004) e que as utilizam atualmente, separando as emoções primárias (ou primitivas) e secundárias. A experiência do espectador estaria, portanto, ancorada sobre todas essas bases.

Para Martins (2016) a experiência estaria baseada nas funções que incluem a percepção, a sensação, a memória, a emoção e a atenção.

Tem-se ainda Getz (2007), que em estudos sobre eventos culturais tem como base as pesquisas de Hover e van Mierlo (2006), considerando a memória, as experiências e emoções para fidelizar clientes, segundo o autor uma experiência deve ser memorável para permanecer impactar e fidelizar clientes, as experiências são divididas três níveis já mencionados, a saber experiência basal, experiências memoráveis e experiências transformadoras.

Conclusão

Por fim pode-se concluir que o elo entre memória e experiências, são ainda explorados por autores de outras áreas como do marketing por exemplo, que com o declínio do público das artes no final da década de 1990, surgiram pesquisas de marketing das artes investigando a questão do desenvolvimento do público para as artes. Kotler e Scheff (1997, p. 17) apontaram que as artes cênicas operam sob restrições financeiras e limitações de produtividade, e uma “[...] filosofia puramente centrada no mercado é inconsistente com o conceito de arte.” Já um desses autores, Scheff (2007) passa a dar foco na experiência do cliente, como forma de satisfação.

Em 2007, na terceira edição do livro *Marketing Culture and the Arts*, de Colbert, Nantel e Bilodeau (2007), passam a discutir a experiência como fator no comportamento de consumo cultural e como este elemento adicional na decisão para os consumidores porque “[...] os produtos culturais

apelam não apenas para a mente dos consumidores, mas também para suas emoções” (COLBERT; NANTEL; BILODEAU, 2007, p. 95). Os autores, ainda nesta obra, explicam a importância da memória dos consumos anteriores no processo decisório de consumo cultural, e o quanto o marketing ou os estudos de consumo cultural ao longo do tempo ignoraram estes fatores.

Os autores COLBERT, NANTEL; BILODEAU, (2007). apresentaram ainda e descreveram um novo modelo de comportamento do consumidor que contrastava a visão histórica do processamento de informações dos profissionais de marketing com as novas entradas de experiência.

Os campos de estudo aqui se complementam e mostram a importância de os estudos de público serem multidisciplinares além da importância do público na cadeia produtiva do setor. O estudo também mostra a necessidade de ampliar pesquisas em consumidores de cultura, onde a literatura é escassa, principalmente no Brasil, que poderia estar contribuindo significativamente para profissionalização dos gestores, curadores e profissionais da área de marketing que precisam entender o consumidor de cultura.

Referências

ADDIS, M.; HOLBROOK, M. B. On the conceptual link between mass customisation and experiential consumption: an explosion of subjectivity. **Journal of Consumer Behaviour: An International Research Review**, v. 1, n. 1, p. 50-66, 2001.

Albrecht, K. *The Only Thing That Matters: Bringing the Power of the Customer into the Centre of Your Business.* New York: Haroer Business.1992.

Anderson, E.; C. F.; LEHMANN, D. “Customer Satisfaction, Market Share and Profitability: Findings from Sweden”. **Journal of Marketing** v. 58, n. 3, p. 53-66, 1994.

ANDERSON, E. W.; M. SULLIVAN. “The Antecedents and Consequences of Customer Satisfaction for Firms”. **Marketing Science**, v. 12, n. 2, p. 125-143, 1993.

BAGOZZI, R. P.; GOPINATH, M.; NYER, P. U. The role of emotions in marketing. **Journal of the academy of marketing science**, v. 27, n. 2, p. 184-206, 1999.

BARROS, J. M.; BEZERRA, J. H. **Gestão cultural e diversidade: do pensar ao agir.** Belo Horizonte: Editora UEMG, 2018.

BARROS, J. M.; RATTES, P. C. dos S. Formação de gestores de equipamentos culturais: desafios e perspectivas. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 264–280, nov. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185246>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BAUMOL, W. J.; BOWEN, W. G. **Performing arts: the economic dilemma; a study of problems common to theater, opera, music, and dance.** New York: Twentieth Century Fund.

BOLAÑO, C. Indústrias criativas e os conceitos de cultura, inovação e criatividade em Celso Furtado. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 4, p. 3-14, 2011.

Broetzmann, S. M.; Kemp, J.; Rossano, M.; Marwaha, J. “Customer Satisfaction - Lip Service or Management Tool?” **Managing Service Quality**, v. 5, n. 2, p. 13-18, 1995.

- BROWN, A. S.; NOVAK, J. L. **Assessing the intrinsic impacts of a live performance**. San Francisco, CA: WolfBrown, 2007.
- COLBERT, F.; NANTEL, J.; BILODEAU, S. **Marketing culture and the arts**. 3th ed. Montreal: Morin, 1995.
- DAMÁSIO, A. R. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. Editora Companhia das Letras, 2004.
- DEWEY, J. Arte como Experiência. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, (Coleção Todas as Artes). **Redescrições**, v. 2, n. 4, 2010, 646p.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- GENNEP, Arnold van Les rites de passage, Paris, 1909 (Trad. Bras. Mariano Ferreira) 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2011.
- GETZ, D.; PAGE, S. J. **Event studies: theory, research and policy for planned events**. 4th ed. New York: Routledge, 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GINSBURGH, V.; THROSBY, D. (Ed.). **Handbook of the economics of art and culture**. Boston: Elsevier, 2006.
- Getz, D. (2007). **Event studies: theory, research and policy for planned events**. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Greckel, F. R.; Felton, M. V. "Price and Income Elasticities of Demand for the Arts: A Case Study of Louisville", In: N. K. Grant.; W. S. Hendon.; V. L. Owen (Eds.), *Economic Efficiency in the Performing Arts*, Association for Cultural Economics, University of Akron, Akron, Ohio.1987.
- GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008.
- HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.
- HATCH, M. J.; SCHULTZ, M. Relations between organizational culture, identity and image. **European Journal of marketing**, 1997.
- HATCH, M. J.; SCHULTZ, M. Bringing the corporation into corporate branding. **European Journal of marketing**, 2003.
- HELENE, A. F.; XAVIER, G. F. A construção da atenção a partir da memória. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 25, p. 12-20, 2003.
- HOLBROOK, M. B.; HIRSCHMAN, E. C. The experiential aspects of consumption: consumer fantasies, feelings, and fun. **Journal of Consumer Research**, Oxford, v. 9, n. 2, p. 132-140. sep. 1982.
- HOUTHAKKER, H. S.; TAYLOR, L. D. Consumer demand in the United States. 1970.
- Hover, M.; van Mierlo, J. Imagine your event: Imagineering for the event industry. Unpublished manuscript. Breda University of Applied Sciences and NHTV Expertise, Netherlands: Event Management Centre.2006.
- HUME, M.; MORT, G. S.; WINZAR, H. Exploring repurchase intention in a performing arts context: who comes? and why do they come back. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, New York, v. 12, n. 2, p. 135-148, may 2007.

- IZQUIERDO, I. A.; Et al. Memória: tipos e mecanismos: achados recentes. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 9-16, jul./ago. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i98p9-16>>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- KAUARK, G.; RATTES, P.; LEAL, N. (Org.). **Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação**. Salvador: EdUFBA, 2019.
- KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niteroi: EdUFF, 2008. p. 89-124.
- KOTLER, P.; SCHEFF, J. **Standing room only: Strategies for marketing the performing arts**. Harvard Business School Press, 1997.
- Krebs, S.; Pommerehne, W. “Político-Economics Interactions of German Public Performing Arts Institutions”. **Journal of Cultural Economics**, n. 19, p.17-32, 1995.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas – SP Editora da Unicamp, 1990.
- Lévy-Garboua, L.; Montmarquette, C. “A Microeconomic Study of Theater Demand”. **Journal of Cultural Economics**. n. 20, p. 25-50, 1996.
- MARTINS CARNEIRO, L.; São Paulo. Universidade de São Paulo escola de comunicações e artes Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas A experiência do espectador contemporâneo: memória, invenção e narrativa. 2016.
- MERVANT-ROUX, M-M. *Figurations du spectateur*. l’Harmattan, 2006.
- MCCARTHY, K. F.; Et al. *Gifts of the muse: reframing the debate about the benefits of the arts*. Santa Monica, CA: RAND Research in the Arts, 2004.
- McCRACKEN, G. D. *Cultura & consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Mauad, 2003.
- McKENDRICK, N.; BREWER, J.; PLUMB, J. H. **The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England**. Bloomington: Indiana Press University, 1982.
- MÜNSTERBERG, H.; GRIFFITH, R. *The film: A psychological study*. Courier Corporation, 2004.
- Moore, T. G. **The Economics of American Theater**. Duke University Press, Durham, NC. 1968.
- NORA, P. Entre Memórias e História: A problemática dos Lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire. **Les lieux de mémoire**, v. 1, p. 23-43, 1984.
- NUNES, M. R. F. Cena cosplay: breves narrativas de consumo e memória pelas capitais do Sudeste brasileiro. In: NUNES, M. R. F. (Org.). **Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NUNES, M. R. F. Memória, consumo e memes de afeto nas cenas cosplay e furry. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 1, p. 142-162, abr./jul. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17565>>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- PETRICK, J. F. The roles of quality, value, and satisfaction in predicting cruise passengers’ behavioral intentions. **Journal of Travel Research**, Melbourne, v. 42, n. 4, p. 397-407, may 2004.

- PINE ND, B. J.; GILMORE, J. H. Welcome to the experience economy. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 4, p. 97-105, 1998.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RADBOURNE, J.; GLOW, H.; JOHANSON, K. (ed.). **The audience experience: a critical analysis of audiences in the performing arts**. Fishponds: Intellect Books, 2013.
- SCHEFF, T. J. Catharsis and other heresies: A theory of emotion. **Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology**, v. 1, n. 3, p. 98, 2007.
- SCHULTZ, M.; HATCH, M. J. A cultural perspective on corporate branding: the case of LEGO Group. In: SCHROEDER, J. E.; SALZER-MORLING, M. (ed.). *Brand culture*. New York: Routledge, 2006. p. 15-33. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291783650_A_cultural_perspective_on_corporate_branding>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- Schulze, G. G.; Rose, A. “Public Orchestra Funding in Germany – An Empirical Investigation”. **Journal of Cultural Economics** n. 22, p. 227–247, 1998.
- SEAMAN, B. A. Estudos empíricos de demanda pelas artes cênicas. **Manual de economia da arte e da cultura**, v. 1, p. 415-472, 2006.
- SELLTIZ, C.; Et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 3. ed. São Paulo: E.P.U., 1974.
- SILVA, Á. L. L. da. Consumo de produtos culturais em São Paulo: análise dos fatores antecedentes e proposta de modelo. 2008. **Tese** (Doutorado em Administração). Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13012009-122408/pt-br.php>>. Acesso em 25 ago. 2022.
- SILVA, F. A. B. da. Financiamento cultural no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2280x.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- THROSBY, D. **The economics of cultural policy**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- TURNER, V. W. **The ritual process: structure and anti-structure**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1969.
- VYGOTSKY, L. S. **Théorie des émotions: étude historico-psychologique**. Paris: L'Harmattan, 1998.
- WALMSLEY, B. **Audience engagement in the performing arts: a critical analysis**. New York: Palgrave MacMillan, 2020.
- XAVIER, G. F. Memória, individualidade e inconsciente como expressões do funcionamento de redes nervosas: uma breve especulação. **Revista USP**, n. 98, p. 31-40, 2013.

A GESTÃO DO TURISMO CULTURAL NO ESPAÇO RURAL

*Fabiana Tramontin Bonho*³²

*Roberto do Amaral Schinoff*³³

*Judite Sanson de Bem*³⁴

O turismo no espaço rural e seus impactos

O turismo rural consiste no aproveitamento turístico do conjunto de elementos existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais, assim como o patrimônio arquitetônico. Inclui também componentes da natureza e outras formas de turismo alheias ao ambiente rural (SANTOS; SOUZA, 2010).

Este tipo de turismo ele não gera somente o desenvolvimento das propriedades, mas das localidades vizinhas, fomentando o desenvolvimento regional, através de restaurantes, hotéis, passeios, dentre outros. Sendo que o desenvolvimento das comunidades rurais as quais são formadas por pequenas propriedades, não podem ficar baseada somente nas atividades agrárias tradicionais, estas não são suficientes para que esses moradores tenha uma boa condição de vida das famílias. Assim, pode se dizer que o turismo rural é dito como uma alternativa de melhor a qualidade de vida destes moradores, o que acontece pelo reconhecimento do valor de suas culturas, de seus costumes, e a valorização do trabalho no campo (MACHADO, 2011).

Turismo no espaço rural são todas aquelas atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta dos diferentes tipos de turismo, como por exemplo, do turismo rural, turismo ecológico, turismo cultural, o turismo esportivo, dentre outros, atividades estas que se complementam ou não. E o turismo rural é definido como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade local (BRASIL, 2010).

Nos espaços rurais, elementos como, a identidade, coesão social, cultural e territorial, se manifestam, principalmente, pela destinação da terra, especialmente naqueles com foco nas práticas agrícolas e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural, assim, as características básicas do meio rural são, a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, que manifestam pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.

O espaço rural, sem dúvida, quando comparado com o espaço urbano, é aquele mais rico em

32 Doutoranda em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestra em Desenvolvimento Regional(Faccat). Possui bacharelado em Administração e Ciências Contábeis. E-mail: <fabitrामontin@gmail.com>.

33 Doutorando em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestre em Desenvolvimento Regional(Faccat). Possui bacharelado em Administração. E-mail: <roberto.schinoff@gmail.com>.

34 Doutorado em História Ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado em Geografia da UFRGS no Projeto: Direito à cidade, financeirização e transformações noregime urbano na metrópole de Porto Alegre/RS. Possui Bacharelado em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliaçãode Impactos Ambientais na Universidade La Salle. E-mail: <judite.bem@unilasalle.edu.br>.

paisagens, propiciando o desenvolvimento de atividades diversas relativas às práticas turísticas. Assim, o turismo no espaço rural é compreendido como aquele turismo que tem como cenário o espaço rural para atividades de lazer e fruição em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais. É aquele que oferece a possibilidade de canalizar iniciativas, diversificar atividades e gerar uma dinâmica de desenvolvimento em antigas áreas rurais, com estruturas arcaicas, e nas quais é possível combinar o passado com a inovação (SANTOS; SOUZA, 2010).

Porém, com o surgimento e desenvolvimento do turismo rural alguns impactos consequentemente poderão ser causados na região, podendo trazer algumas modificações na área econômica, ambiental e social. Desta forma, Sebrae (2003 apud Machado, 2011) apresenta os principais impactos positivos do turismo em espaço rural podem ser caracterizados pela:

- Diversificação de renda: criando uma nova maneira de aumentar a receita dos proprietários rurais;
- Incentivo à produção de outros setores: esta atividade envolve as três instâncias da economia, sendo a primária, agricultura e mineração, a secundária, a indústria de transformação e a terciária, o comércio e serviços;
- Geração de empregos: é uma consequência de todas as atividades que se envolvem com o turismo, gerando tanto empregos diretos quanto indiretos;
- Valorização da mão-de-obra feminina: o atendimento do turista geralmente é realizado pelos proprietários, como os trabalhos manuais, fabricação de doces e outros alimentos que podem ser apreciados pelos turistas;
- Venda da produção: grande parte dos itens produzidos na propriedade são consumidos, diretamente, pelos turistas;
- Desencadeamento do efeito multiplicador: um gasto turístico propaga-se pela economia local, gerando receita.
- Melhoria da infra-estrutura local: o turismo estimula a melhoria e a ampliação da infra-estrutura local, o qual propicia uma melhor de qualidade de vida;
- Proteção e preservação do patrimônio cultural e natural: o turista busca um maior contato com o meio ambiente, com as tradições, histórias e fatos que marcam a região;
- Intercâmbio cultural: oportuniza a troca de experiências entre as diferentes culturas, possibilitando a valorização da cultura local e a quebra de preconceitos, buscando uma maior solidariedade;
- Melhoria da formação educacional do homem do campo: o sucesso do turismo rural está relacionado com a capacitação do homem do campo;
- Aumento das receitas dos municípios: uma maior circulação de recursos devido aos turistas, e isto irá favorecer o recolhimento de impostos e encargos públicos mais significativos e retornáveis à comunidade que lhe deu origem;
- Recomposição de áreas degradadas: a combinação do turismo degradação não é muito favorável, assim aquelas propriedades que possuem áreas nestes estágios deverão realizar um trabalho de reorganização paisagística

O turismo rural compreende o ambiente turístico como uma combinação entre natural e o cultural, onde a cultura contém no seu bojo o entendimento e a leitura da natureza e participa da

invenção do objeto turístico. Este, assim como o valor cultural, não é inerente, bem como aquilo a que chamamos bens culturais, e não tem em si sua própria identidade. Os grupos sociais é aqueles que atribuem um significado, lhe impondo uma identidade e que nos revelam tais significados a partir de suas representações (SANTOS; SOUZA, 2010).

No próximo capítulo vamos dar ênfase no turismo cultural e sua gestão.

A gestão do turismo cultural, um tipo de turismo no espaço rural

Para Machado (2011) dependendo do local, a cultura representa a mais forte representatividade do mesmo quando se refere a exploração de uma atividade turística. Na evolução histórica do turismo sempre se retrata a cultura de um local como forma básica de seu conhecimento humano, pois cada localidade tem suas próprias peculiaridades.

A associação de cultura e turismo baseia-se em dois pilares, sendo que o primeiro é a existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diferentes e o segundo, pela possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio, e também da promoção econômica de bens culturais. Desta forma, algumas viagens configuram um tipo especial de turismo, denominado de turismo cultural (BRASIL, 2006).

O turismo cultural é aquele que não tem como principal atrativo um recurso natural, e sim, conhecer bens materiais e imateriais produzidos pelo homem (BARRETO, 2003).

Este tipo de turismo, o cultural é materializado quando o turista é motivado a se deslocar especialmente com o objetivo de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades da cultura, buscando vivenciar experiências nos lugares onde visita, mas também consumir a cultura do local. Assim, o uso da cultura com fins turísticos deve agir no sentido de fortalecer as culturas locais, para que a atividade turística seja incentivada como estratégia de preservação e não destruição do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico e almejando a fomentação do desenvolvimento local (SOUZA; et.al., 2021).

Corroborando temos também como definição de turismo cultural aquele que compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Há maneiras de expressão da cultura que são classificadas em áreas de interesse específico e que geram demandas de viagem com motivação própria, mas se configuram dentro da dimensão e caracterização do turismo cultural, como por exemplo o caso da religião, do misticismo e do esoterismo, os grupos étnicos, a gastronomia, a arqueologia, as paisagens cinematográficas, as atividades rurais, entre outros. Porém, destaca-se, que no caso das atividades rurais ou no âmbito do espaço rural, mesmo sendo consideradas como formas de expressão da cultura, em função de sua importância no contexto da formação econômica e histórico-social, são consideradas pelo Ministério do Turismo um segmento próprio definido como turismo rural. (BRASIL, 2010).

Nos últimos tempos cresce a preocupação com o turismo rural, devido a problemas relacionados ao meio ambiente, e esse vem induzindo propostas que gerem atividades econômicas sustentáveis, e mesmo que o turismo rural seja visto como um grande vetor de desenvolvimento sustentável, seu sucesso é, paradoxalmente, um dos principais problemas potenciais dos empreendedores relacionados ao turismo rural e, conseqüentemente, uma das limitações à estruturação da atividade de forma sustentável. Por isso, que a gestão é um fator determinante dentro deste serviço, caso o seu desenvolvimento ocorra de

maneira não planejada pode descaracterizá-la, gerando ampliações e profissionalização demasiada. Isso poderia impactar negativamente o ambiente natural, excluir a comunidade local e desfigurar o contexto de ruralidade. Portanto, algumas características são essenciais do turismo rural, como por exemplo, ser uma atividade de mínimo impacto, relacionada ao turismo brando, não de massa, complementar às atividades tipicamente rurais, as quais não podem ser relegadas (SOALHA; RUSCHMANN, 2004).

Assim sendo, a gestão do turismo rural tem de ser desenvolvida com muita sensibilidade e com responsabilidade para que o limite máximo de crescimento da atividade possa ser identificado antes que propriamente ultrapassado, o que geraria, além dos impactos naturais, o descontentamento do público que vinha sendo até então contemplado com toda a estrutura e seu desenvolvimento. Outro fator de importante dentro da gestão do turismo rural e de seu planejamento é a veracidade da atividade, para manter suas características de atendimento tipicamente familiar, necessitar de um número relativamente restrito de hóspedes simultaneamente pode induzir, pela lei de mercado (oferta-procura), a uma elevação dos preços, transformando o turismo rural em uma atividade elitista. Devido a isto, parcerias se tornam importantes no desenvolvimento do turismo rural e na transformação de atrativos em produtos turísticos, na medida em que interessados de uma mesma região em implantar o turismo rural possam unir-se elaborando roteiros com atrações complementares entre si. E para fortalecer ou viabilizar essas parcerias em segurança, permitindo sua identificação perante o consumidor como empreendimentos sustentáveis, uma ferramenta que vem sendo desenvolvida para a área do turismo, mas já é amplamente utilizada em outras atividades, é a certificação (SOALHA; RUSCHMANN, 2004).

Outro aspecto relevante quando falamos em gestão do turismo, é sobre o conhecimento e entendimento sobre os aspectos legais, os quais o envolvem, tanto do turismo cultural quanto rural. Pois para se ter um propício desenvolvimento no caso do turismo cultural é necessária observância de questões legais relacionadas aos atrativos turísticos e ao patrimônio, ao território, e à prestação de serviços, dentre outras, sendo este, dispositivos que orientam as ações, estruturam procedimentos e ordenam o território, considerando os anseios e as necessidades da população brasileira (BRASIL, 2006).

Quanto ao turismo rural tem-se algumas normas de âmbito federal as quais devem ser analisadas, alguns estados contam também com legislações específicas como por exemplo o Rio Grande do Sul com a Lei no 12.845, de 26 de novembro de 2007, que institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural, assim como outras normas, até mesmo em âmbito estadual e municipal, também trazem impactos ao segmento. Portanto, para que se tenha um turismo rural ordenado e fortalecido no Brasil são necessárias ações articuladas, desenvolvidas por agentes governamentais em parcerias com o setor privado e com o envolvimento da comunidade, além de infra-estrutura e capacitação profissional adequadas (BRASIL, 2010).

Porém, para que tudo isso se consolide a gestão se faz necessária, através de conhecimento, de estratégias e ações, de planejamento fazendo com que o turismo rural se desenvolva positivamente através das suas atratividades turísticas, seus costumes, de seu patrimônio cultural, fazendo com que o turista sinta vontade de retornar ao local após sua visita. Onde, a falta de conhecimento neste ramo de atividade e a empolgação momentânea podem levar a experiências malsucedidas e consequentes frustrações emocionais e financeiras por parte de quem oferece, divulga, apoia e consome o produto turístico (SOALHA; RUSCHMANN, 2004).

Referências

- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 12 de out. 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>>. Acesso em 12 out. 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf>>. Acesso em 13 out. 2022.
- MACHADO, S. E. G. Turismo rural e regaste cultural no Roteiro Caminho Pomerano em São Lourenço do Sul, RS. **TCC - Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural**. UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/62013?locale-attribute=es>>. Acesso em 14 out. 2022.
- SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010.
- SOALHA, K. T.; RUSCHMANN, D. V. da M. **Turismo**: uma visão empresarial. São Paulo: Manole, 2004.
- SOUZA, A. C. M. de et al. **História e patrimônio cultural**. Porto Alegre. Porto Alegre: Sagah, 2021.

GESTÃO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Roberto do Amaral Schinoff³⁵

Fabiana Tramontin Bonho³⁶

Judite Sanson de Bem³⁷

Gestão de memória

A gestão cultural é uma atividade que se define a partir do conceito de cultura acionado. Percorrer o histórico da gestão cultural no Brasil pressupõe compreender os distintos conceitos de cultura vigentes em cada momento da história do país. A gestão cultural abarca diferentes modalidades de objetos sobre os quais atua, recorrendo a uma diversidade de mecanismos e instrumentos de planejamento, execução e gerenciamento. Seus objetos de atuação podem ser as artes, o patrimônio, a memória, as manifestações da cultura popular, a cultura de massa. Assim, a gestão de memória e patrimônio cultural estão relacionados diretamente com a gestão cultural (FERNANDES, 2019).

Desta forma, a memória faz parte do Patrimônio Cultural brasileiro o que está previsto no artigo 216, da Constituição Federal e contem natureza de direito fundamental. Os bens, materiais ou imateriais, presentes em arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, centros culturais e também os bens imóveis contemplam fatos marcantes da história da Justiça e da sociedade brasileira ao longo do tempo (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022).

Vivemos com lembranças, memórias e aspirações futuras nos apoiando no ontem para desenvolver o hoje e planejando a construção do amanhã com base em nossas vivências ou conhecimentos. Segundo Halbwachs (2006, p. 72): “[...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”.

De acordo com Izquierdo (2002), os indivíduos têm a tendência de viver em grupos, estruturando-se e ajustando-se à sociedade, pois não conseguem viver sozinhos e isolados. Para esse fim, interagem socialmente, criam laços, procuram por pessoas que possuem maior afinidade, que tenham memórias comuns e, a partir disso, geram uma identidade coletiva ou uma memória social, pois foi vivida em grupo. Assim, percebe-se que a memória pessoal, e em consequência a identidade pessoal, recebe informações gerando interferências coletivas.

Pollak (1992) traz que a memória se assemelha a um acontecimento individual, algo parcialmente íntimo, que seja próprio da pessoa, porém que Halbwachs teria afirmado que a memória deve ser entendida como um evento coletivo e social ou, em, como um acontecimento gerado através do coletivo e sujeito a mudanças, transformações, modificações constantes. Neste sentido, o autor destaca que se

35 Doutorando em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestre em Desenvolvimento Regional(Faccat). Possui bacharelado em Administração. E-mail: <roberto.schinoff@gmail.com>.

36 Doutoranda em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestra em Desenvolvimento Regional(Faccat). Possui bacharelado em Administração e Ciências Contábeis. E-mail: <fabitrantin@gmail.com>.

37 Doutorado em História Ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado em Geografia da UFRGS no Projeto: Direito à cidade, financeirização e transformações noregime urbano na metrópole de Porto Alegre/RS. Possui Bacharelado em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliaçãode Impactos Ambientais na Universidade La Salle. E-mail: <judite.bem@unilasalle.edu.br>.

entendermos que essas características inconstantes e mutantes da memória, seja individual ou coletiva, deve-se então lembrar que na maioria das memórias há fatos ou acontecimentos parcialmente constante e transformáveis.

Segundo Halbwachs (1990), a memória é sempre construída em grupos, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito. Neste sentido, percebe-se que a memória transpõe o passado, trazendo para o presente, o pensamento de cada indivíduo e grupo social, colaborando assim para a formação da história dos grupos sociais.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ainda conforme Halbwachs (2006), a memória passa a ser coletiva quando ela é compartilhada e que somente sobrevivem os acontecimentos que foram socializados, ou seja, aquelas que continuam a ser transmitidos, e que através das trocas, e dos elos, eles irão se refazer. O autor ainda relata que a memória coletiva, pode ser considerada como a participação da memória individual de cada pessoa para com a situação, segundo o mesmo autor, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 51).

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2003, p. 469-470).

Corroborando, Bastos (1999) traz que o lembrar não é renascer, mas reorganizar, reconstruir, relembrar, com imagens, cenas, ideias dos dias de hoje, o aprendizado e experiências do passado.

Para Pollak (1992) as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, incluem sempre três elementos: acontecimentos, pessoas (ou personagens) e lugares. Os acontecimentos consistem em eventos dos quais uma pessoa pode ter participado diretamente ou não.

Ainda conforme Pollak, memórias:

[...] são os acontecimentos que eu chamaria de “vivos por tabela”, ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...] esses elementos vivos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

De acordo com Gondar, a memória pode ser entendida como:

[...] uma construção, ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados. (2005, p. 18).

Para Assmann (2011), é possível afirmar que as motivações e as intenções atuais são os vigias do recordar e também do esquecer e que as recordações são inconfiáveis, mas está inconfiabilidade não reside em uma deficiência do ato de recordar, pelo contrário, nos remete ao caráter reconstutivo das recordações que pressupõe que toda lembrança está submetida aos imperativos do presente. Ainda de

acordo com Assmann (2011, p. 34): “[...] o ato da recordação, por sua vez, acontece dentro do tempo, que participa ativamente do processo”.

Neste sentido, as informações do passado para serem lembradas e vivenciadas no presente precisam ser trazidas pela memória, é este processo de lembrar, recordações é que possibilitam que novas descobertas aconteçam, pois, o conhecimento, o aprendizado se mantém entre o passado e o presente. Desta forma, a continuação dos grupos sociais acontece a partir da eternização da memória, onde, a memória representa um arquivo de lembranças acumuladas e as transfere através de experiências vividas pelas diferentes gerações.

Também na mesma perspectiva, Halbwachs (2006), acredita que o tempo de duração de uma memória restringe-se ao período da memória do grupo. Para a memória permanecer presente ou viva é preciso que as relações entre os elementos dos grupos não se rompam, se desfaçam, pois, a separação do elo do grupo, corre-se o risco de a história perder o sentido, através da geração de lacunas que podem ser abertas entre estas memórias.

Para encerramos o assunto sobre a memória, trazemos a visão de Menezes (2007) que afirma que ela não só transmite informação, conhecimento e significações, mas cria significados com os quais o cérebro trabalha. E, nesse caso, tais significados, por serem construídos, são dinâmicos; tão mutáveis e múltiplos quanto à identidade do indivíduo e suas possibilidades subjetivas. E para isso, Menezes enumerou cinco paradoxos sobre a memória o qual dispomos a seguir:

Quadro 1: Cinco paradoxos da memória

A voga e a crise da memória	Indica a presença da memória, a enxurrada de informação e o absurdo de se pretender guardar tudo na mente ou em lugares. Nesse sentido, a hiperinformação produz a desinformação, isto é, a quantidade de informação que se põe à disposição da sociedade só pode ser consumida de modo superficial e precário.
Memória amnésia	A memória sugere um mecanismo de seleção e esquecimento programado, já que seria impossível o pensar e o lembrar sem o esquecer. Há, porém, os esquecimentos programados e inevitáveis e os provocados contra pessoas, instituições e civilizações. São mecanismos repressivos e caracterizadores do que não podia ser visto ou dito em várias épocas.
Relação indivíduo sociedade	Salienta a memória coletiva, não como o somatório das memórias coletivas, mas como sustentáculo das redes de interação e seus circuitos de comunicação. Os espaços públicos e monumentos foram criados para marcar e legitimar a celebração dessa memória coletiva. Todavia, com a redução das funções e dos sentidos dos espaços públicos, os monumentos perderam sua natureza coletiva para o habitante das cidades.
Objetividade subjetividade	Contrário à ideia de Nora acerca das necessidades por lugares de memória, defende a existência dos espaços de massa como formadores e divulgadores da memória. Aponta a Internet como um novo lugar de memória em ação e transformação permanentes. Não basta, todavia, mergulharmos no mundo de possibilidades da Web ao sabor dos ventos do hipertexto. Antes de sabermos as respostas, precisamos estar conscientes de quais perguntas devem ser feitas. A memória é entendida como um campo de negociação onde devemos deixar de lado a oposição entre a objetividade e a subjetividade para colhermos os seus melhores frutos.
Passado presente	Opõe passado e presente. Este último, aliás, é apontado como o tempo da memória, porque é no presente que se constrói a memória. Nessas relações entre tempos e memória, o autor postula que a contemporaneidade reúne, em um tempo sincrônico, diversas temporalidades que operam a memória.

Fonte: MENEZES (2007)

Destaca-se que em relação à voga e a crise de memória, citadas por Menezes (2007), é necessário compor algumas ressalvas e considerações em torno da validade da ideia de hiperinformação. Pois se aceitarmos a memória enquanto produto de um sistema em equilíbrio, esse paradoxo da hiperinformação parece destituído de razão, tendo em vista que cada informação existe por um único propósito.

Patrimônio cultural

Brasil (2010, p. 48) conceitua patrimônio histórico e cultural como sendo:

[...] os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. Sendo os bens culturais aqueles de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Assim, o patrimônio cultural pode ser definido como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares, a diversidade e a identidade cultural como fator de diferenciação para a oferta de atividades complementares e o posicionamento competitivo dos destinos e roteiros turísticos.

Barreto (2006) traz que a conservação do patrimônio cultural é fundamental para os elementos de um determinado território, momento este que, proporciona ao turista um reencontro com o passado e sua identidade, além de ser um potencial atrativo cultural no planejamento turístico da região.

O patrimônio cultural não se refere somente aos meios edificados e naturais, ele vai além destes, contemplando toda riqueza cultural humana, também chamada de patrimônio imaterial. Sendo então concluído ainda por Barreto (2006), que o patrimônio cultural não é somente o que pode ser visto, mas também aquele identificado pelos outros meios sensoriais.

Os componentes do patrimônio cultural de uma região se formam através de particularidades diferentes, que no seu conjunto irão desenvolver os empreendimentos locais. Isso decorre da diversidade das atividades que poderão ser os restaurantes com a gastronomia tradicional, pelo artesanato na decoração e ambientação dos equipamentos ou pelas programações de entretenimento através das manifestações culturais autênticas (BRASIL, 2010).

O turismo e o patrimônio podem se contrapor ainda pela ideia de que o patrimônio coloca em evidência características únicas dos lugares, de seus hábitos, costumes e cultura. Por outro lado, por sua vez, o turismo necessita da existência de algumas características organizacionais e operacionais padronizadas como regras de comercialização.

O patrimônio cultural possui proteção constitucional, a partir da constituição de 1988, e dentre eles os que possuem valor turístico, histórico e arqueológico, os quais fazem parte do objeto deste estudo. Em seu Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”

Desta forma, tem-se que o patrimônio cultural é visto como elemento acelerador do desenvolvimento econômico passou a focalizar a necessidade de administradores culturais qualificados de forma afinada a este novo modelo. Desse modo, a formação do gestor cultural é entendida como ensino da administração cultural na lógica da economia da cultura com ênfase em técnicas de gestão voltadas para as formas de financiamento para angariar recursos para manter e ajudar a desenvolver as atividades

das instituições culturais. Portanto, o gestor cultural na área do patrimônio cultural é entendido como responsável pelo planejamento estratégico, plano de sustentabilidade, estabelecimento de parcerias, conhecimentos sobre as estruturas organizacionais no campo da cultura, fontes de financiamento, entre outros (PESTANA, 2022).

Assim, o patrimônio cultural configura-se em objetos e saberes, cuja construção visa dar suporte, tanto material como imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Referências

ASSMANN, A. **Espaços da Recordação: formas e transformações da Memória Cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 6.ed. Campinas: Papyrus, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 21 out. 22.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A gestão de memória do Poder Judiciário. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/gestao-de-memoria/>>. Acesso em 21 out. 2022.

FERNANDES, T. **Histórico da gestão cultural**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Gestão cultural*. Bahia: EUFBA, 2019, p. 33.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. L. D. L. de M. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MENEZES, U. B. de. **Os paradoxos da Memória**. In: MIRANDA, D. S. de. *Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana*. São Paulo: SESC SP, 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

PESTANA, T. **Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural__Til_Pestana__DAF.pdf>. Acesso em 21 out. 2022.

ASPECTOS DA MEMÓRIA RELATIVOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO CATARINENSE: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES

Geórgia Ramos de Medeiros dos Santos

Judite Sanson de Bem

Introdução

O presente artigo científico tem por objetivo a participação no Jornadas Mercosul, pois estou matriculada no Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle de Araranguá (SC).

As memórias são ativadas pelos mais distintos gatilhos, seja um cheiro característico, um ambiente familiar, um som peculiar, uma paisagem agradável... nossos sentimentos são aflorados e nos fazem lembrar momentos inesquecíveis.

Partindo desta temática, e aproveitando que uma das funções exercidas por mim na Escola de Educação Básica Castro Alves, pertencente a rede estadual de ensino, localizada no centro de Araranguá, é a gestão da alimentação escolar; utilizarei tal situação para desenvolver minha pesquisa de mestrado, a partir da seguinte problemática: porque somente 25% dos alunos da Escola de Educação Básica Castro Alves utilizam a alimentação escolar ofertada gratuitamente pelo estado?

Desta maneira aliada ao corpo técnico e a realidade pesquisada, pretende-se atender ao objetivo geral: Identificar quais são as políticas que embasam a oferta da alimentação escolar no estado de Santa Catarina a partir de 2015. Tem como propósito deste estudo os seguintes objetivos específicos: analisar a evolução das políticas públicas e federais dos últimos 10 anos quanto a alimentação escolar. Verificar se a alimentação escolar oferecida pelo estado Santa Catarina contempla a cultura alimentar do corpo discente da escola de Educação Básica Castro Alves. Diferenciar entre os alunos da Escola de Educação Básica Castro Alves os motivos da resistência ou não de fazerem uso da alimentação oferecida e apresentar uma cartilha demonstrando os aspectos nutricionais desta alimentação e sua importância na formação diária.

Neste trabalho apresentaremos a metodologia do artigo seguido de uma breve contextualização do local/instituição, que será a Escola Castro Alves, e posteriormente uma breve análise das políticas públicas em relação a alimentação escolar, posteriormente uma análise do gerenciamento da alimentação.

A metodologia apresentada para a pesquisa é descritiva com uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa será descritiva. Quanto aos procedimentos a investigação é de natureza bibliográfica, foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Os dados foram obtidos junto ao site da Secretaria de Estado da Educação (SED) em Santa Catarina e no site do Planalto.

A Escola de Educação Básica Castro existe desde 1945, sempre no mesmo endereço (Avenida XV de Novembro, 1645), porém tendo passado por inúmeras transformações no controle alimentar, visando sempre contemplar seus alunos com a distribuição de uma alimentação de qualidade e gratuita.

Contextualização do local/instituição

A instituição escolhida para o desenvolvimento do presente trabalho foi a Escola de Educação Básica Castro Alves, localizada na Avenida XV de novembro, 1645, esquina com a Rua Caetano Lummertz, centro de Araranguá/SC.

A escola em questão atende crianças de sete a dezesseis anos, que cursam do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, valendo-se de um espaço físico de 10.200m², sendo 4.552m² cobertos, pertencentes a rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Atualmente a escola conta com 902 (novecentos e dois) alunos matriculados, distribuídos tanto no período matutino como no vespertino, necessitando de um corpo docente composto por 18 (dezoito) professores efetivos, 54 (cinquenta e quatro) professores admitidos por caráter temporário - ACT, 09 (nove) funcionárias efetivas para realização do serviço administrativo escolar (03 secretárias, 03 Assistentes técnico pedagógicas, 01 administradora escolar, 01 orientadora educacional e 01 professora readaptada que atua na sala de xerox), 02 funcionárias que atuam na gestão escolar (diretora e assistente de direção – que são professoras efetivas da escola), 08 funcionários terceirizados para realização dos serviços gerais e 02 funcionárias terceirizadas que atuam como cozinheiras na alimentação escolar.

A escolha desta escola para a realização deste trabalho acadêmico, parte do princípio que atuo como administradora escolar no educandário desde 2018, tendo como uma das funções profissionais principais o gerenciamento da alimentação escolar e fiscalização da atuação da empresa terceirizada responsável pela alimentação na escola.

Ressalta-se que a alimentação oferecida aos alunos é gratuita e administrada por empresa terceirizada nomeada Risotolândia.

A Escola de Educação Básica Castro Alves foi inaugurada no dia 11 de agosto de 1945 pelo Interventor Federal Nereu Ramos, porém, os esforços da sociedade organizada da cidade de Araranguá para a implantação do grupo escolar datam de 1923, quando a administração municipal e o governo estadual firmaram o primeiro compromisso para a criação de um Grupo Escolar que seria construído na avenida XV de Novembro, em área pertencente ao município.

O padre Paulo Hobold, escreveu no seu livro “A história de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930” publicado em Porto Alegre pela editora Palmarinca/EST, no ano de 1994, que até o ano de 1925, funcionou na sede do município a Escola Reunida “Professor David Amaral”, onde as professoras Flóscula Queiroz Santos e Eulina Gouveia Marcelino foram diretoras. Posteriormente, o Grupo Escolar Castro Alves sucedeu a referida escola.

A Escola Reunida “Professor David Amaral” funcionava na Avenida Getúlio Vargas, 529, centro de Araranguá, onde atualmente está localizado o Colégio Estadual de Araranguá, o qual ficou conhecido como “grupo velho”, após a inauguração do Grupo Escolar Castro Alves. Anexo ao educandário funcionava o Curso Normal Regional “Professora Virgínia Borges Coral”, este curso funcionou até 1966.

Não obstante, vale enfatizar que o Grupo Escolar Castro Alves foi criado no dia 12 de julho de 1944, por meio do Decreto nº 3.014 do ano de 1945, publicado em diário oficial, onde a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, autorizou o funcionamento da escola. (E.E.B. CASTRO ALVES, [19--]).

O primeiro diretor da escola Castro Alves em Araranguá foi o Sr. Eugênio Marchetti. Anos depois assumiu a direção o Sr. Otávio Munir Bach. Atualmente a escola é dirigida pela Sra. Márcia Cardoso Machado Martins.

A atual equipe gestora proporciona uma diversidade de atividades para a comunidade escolar, as quais contribuem significativamente para a valorização das memórias do corpo discente e docente, entre as principais atividades destaca-se: Aniversário da escola; Dia do estudante; Noite das diferenças; Festival de Primavera; Desfile cívico, em 07 de setembro, com a participação da Fanfarra Silvia Hubbe Pereira; Inter salas; Festa Junina; Semana da Criança; Formaturas dos nonos anos; Eleições de Grêmio Estudantil; Eleições do Conselho Deliberativo Escolar; Eleições da Associação de Pais e Professores (APP); Gincanas Culturais; Abraço APAE; Passeios Ciclísticos; Desfile Outubro Rosa; Festival de Danças de Santa Catarina; Passeios interdisciplinares; Projetos pedagógicos sobre diversos assuntos, referentes ao ensino aprendizagem, relacionado com a comunidade escolar, entre muitos outros aspectos culturais, sociais e educacionais que nossa escola está sempre participando.

Atualmente a escola de Educação Básica Castro Alves possui ilibada reputação perante a população de Araranguá, o que a faz ser extremamente procurada para a matrícula de alunos, durante todo o ano.

Políticas públicas da alimentação escolar em Santa Catarina

A alimentação escolar no Estado de Santa Catarina é realizada por empresas terceirizadas ou por autogestão, o que possibilita que os alunos sejam nutridos de acordo com suas necessidades e particularidades, com uma alimentação saudável e equilibrada, respeitando as características de cada região.

Ressalta-se que a Alimentação Escolar, no Estado de Santa Catarina, está em concordância com a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (2004), com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é conhecido entre os profissionais da educação e os alunos como “merenda escolar”, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como toda legislação vigente.

O FNDE tem por finalidade realizar a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

Diz-se que supre parcialmente as necessidades nutricionais, pois, as nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar dos alunos da rede estadual de ensino, preocupam-se com a nutrição dos mesmos nos períodos em que estão sob a tutela do estado no ambiente escolar, sendo que o complemento nutricional é feito pelos pais em ambiente residencial.

O PNAE está previsto na lei nº 11.947/2009, que considera alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

A Alimentação Escolar tem o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), respeitando as escolhas e perspectivas individuais de alimentação. Por isso, existe uma variedade de alimentos, os quais são selecionados e preparados para possibilitar tanto a satisfação das necessidades nutricionais dos alunos no período em que estão na escola, quanto para permitir que cada um exerça seu direito de escolha sobre o que lhe é ofertado.

A Alimentação Escolar é um direito de todos os escolares que frequentam a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). A efetivação desse direito se dá pelo emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as

tradições e os hábitos alimentares, contribuam para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica! (Cartilha da Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Elaborada pela Gerência de Alimentação Escolar – GEALI/SED, Florianópolis, 2021).

A responsabilidade técnica pela alimentação escolar no Estado de Santa Catarina, cabe ao nutricionista responsável, e cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE), conta com pelo menos um nutricionista, que deverá respeitar as diretrizes previstas na Lei 11.904/2009 e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas, e das particularidades de cada região.

Há de se levar em conta que existe uma grande preocupação com a transparência do processo perante à comunidade, por isso, na lei do PNAE existe a previsão para criação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, para justamente fiscalizarem o correto emprego da alimentação nas escolas e sucesso do programa.

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:
[...]

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. (Lei 11.947/2009).

Cada escola dispõe de ambiente específico para a distribuição da alimentação escolar, visando além da qualidade nutricional dos alimentos, que estejam aptos para o consumo dos escolares, fornecendo alimentos livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos, utilizando um rigoroso controle higiênico-sanitário desde a seleção da matéria prima, passando pelo transporte, armazenamento, pré-preparo, preparo e distribuição das refeições aos alunos.

Análise a partir da perspectiva da escola Castro Alves

Assim sendo, as práticas e acervos que visam potencializar a memória organizacional de minha pesquisa, que tem como tema a alimentação escolar dentro da escola Castro Alves, encontra-se organizadas e documentadas dentro do site da Secretaria de Educação de Santa Catarina, mais precisamente no menu alimentação escolar, onde neste tópico encontraremos os cardápios mensais por faixa etária e com restrições alimentares, leis e manuais explicativos de como funcionam a organização da distribuição da alimentação. Outros arquivos e documentos como consumo mensal, per capita dos alimentos utilizados nas refeições, patrimônio escolar e laudos médicos de alunos com restrições são arquivados mensalmente na escola.

A alimentação em nossa escola é feita pela empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, a qual atua mediante contrato licitatório sob o número 51/2021 firmado com a Secretaria de Estado da Educação.

A empresa terceirizada, disponibiliza duas cozinheiras para atuarem diretamente na escola Castro Alves, além de utilizar duas nutricionistas para instrução das cozinheiras e se relacionar com a escola, para solucionar as queixas e buscarem melhores resultados após exigências formalizadas pela gestão. Enquanto em nossa coordenadoria contamos com três nutricionistas que nos orientam quanto as fiscalizações e exigências que devem ser cobradas da empresa. Toda esta organização é formalizada por meio de um contrato, onde foi especificado os deveres e obrigações das partes. A alimentação é contabilizada por aplicativo específico intitulado CEIAS para contagem das refeições instalado em dois tablets, onde é inserido a per capita dos alimentos utilizados no dia e por meio de carteirinhas individuais com qr-code, os alunos fazem jus a duas refeições em seu turno escolar. Todo este registro é transferido e arquivado no sistema SISGESC (Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina), onde é possível visualizar a quantidade de alimentos e o número de refeições diárias da escola, para que no final do mês possa ser impresso relatório do consumo mensal e a empresa possa ser remunerada.

A organização desta distribuição da alimentação, após reformulações e devido a pandemia é feita em dois períodos ondem as séries iniciais se alimentam primeiro e depois as séries finais, manteve-se este sistema pois antes todos utilizam o refeitório juntos, acabando por tornar o recreio mais turbulento e estressante para os alunos, pois as filas eram exageradas e o refeitório era muito barulhento pela quantidade de pessoas, pois além dos que optam pela alimentação da escola é dividido o espaço com os que trazem o lanche de casa. Também optamos por colocar as mesas agrupadas em trios, antigamente quando eram agrupadas em maior quantidade a desordem era maior. E para evitar que alguns alunos furassem as filas e se alimentassem sem passar a carteirinha foi estreitado a passagem dos mesmos pelo tablet, aumentando a eficiência e fiscalização na distribuição da refeição afim de implementar uma cultura pelo respeito as regras e a ordem dentro do refeitório.

Considerações finais

Todas as políticas públicas voltadas para a alimentação escolar da rede estadual de ensino de Santa Catarina já caminham na direção de ofertar, aos escolares, qualidade de vida e desenvolvimento nutricional; respeitando as particularidades de cada região do estado e de cada aluno.

A partir deste panorama farei a pesquisa de mestrado, que terá como foco a valorização da alimentação escolar em busca de ações que valorizem a educação nutricional, e que possam contribuir para uma mudança significativa na cultura escolar instaurada, em busca de hábitos alimentares saudáveis.

Referências

BRASIL. Congresso. Senado Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 3, 2013.

CASTRO ALVES. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/>> Acesso em: 21 julho 2022.

E. E. B. CASTRO ALVES. [PPP]. Araranguá, [19--].

HOBOLD, P. **A história de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca /EST, 1994.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Ambiguity and choice in organizations**. Oslo: Ed. Universitetsforlaget, 1976.

MENEZES, E. M. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas**: um estudo de caso da Conab. Brasília: UCB, 2006, p. 31.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Portal do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/dadosabertos/organization/about/pnae>>. Acesso em: 31 maio 2021.

STEIN, E. E. Organizational Memory: Review of Concepts and Recommendations for Management. **International Journal of Information Management**. v. 15, n. 2, p. 17-32, 1995.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational Memory. **In Academy of Management Review**. New York: v. 16, nº 1, p. 57-91. January 1991.

FESTA DE SÃO CRISTÓVÃO EM CANOAS, RIO GRANDE DO SUL: RECONFIGURAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

Miriane Steiner de Sousa¹

Cleusa Maria Gomes Graebin²

Introdução

O artigo é construído em três partes. No capítulo inicial, é traçado um panorama das liberdades religiosas constitucionalmente reconhecidas. No capítulo seguinte, é feita uma exposição acerca das medidas, legislações e aspectos normativos adotados para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus e decisões do STF relacionados à pandemia da Covid-19. Por fim, realizou-se uma análise acerca do caso concreto da Igreja Católica que conseguiu, atendendo às disposições legais, especificamente, reconfigurar a dinâmica das festas religiosas com procissões, através do uso das tecnologias de comunicação, envolvendo redes sociais e outras maneiras dos fiéis experienciarem sua religiosidade, estabelecendo uma comunidade de fé virtual. A pesquisa é calcada numa metodologia documental e bibliográfica.

A liberdade religiosa no Brasil

O Brasil é um país laico, deixando o catolicismo de ser a religião oficial do país, desde a Constituição de 1891. Isto não incidiu nas crenças dos brasileiros e de acordo com o IBGE (2021), apesar de uma diminuição do quantitativo de católicos nos últimos anos, ainda é a religião predominante no país.

A liberdade de culto perfaz uma das três liberdades religiosas (entre a liberdade de crença e a liberdade de organização religiosa). A religião é exteriorizada através de ritos, nos cultos e cerimônias, manifestações, reuniões, fidelidades aos hábitos, às tradições. A Constituição Federal garante essas liberdades, prevendo no art. 5º, VI proteção aos espaços de culto, liturgias, estipulando a inviolabilidade à liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos.

De acordo com WEINGARTNER NETO (2007, 122) reuniões e procissões religiosas, v.g., inserem-se no âmbito de proteção do direito à liberdade de reunião e associação (no caso brasileiro artigo 5º, incisos XVI e XVII, da CF 88), aplicando-se lhes o respectivo programa normativo geral (caráter pacífico da reunião, sem armas, em lugares abertos ao público, independentemente de autorização; fins lícitos e vedação de associação paramilitar).

Neste sentido já se orientava Pontes de Miranda, ao asseverar que a liberdade de culto “é direito fundamental assegurado em si e não só institucionalmente”. Compreende tal liberdade: “a de orar e de praticar atos próprios das manifestações exteriores em casa ou em público, bem como a de recebimento de contribuições para isso”. A última posição profere-se inserir como direito de autofinanciamento das igrejas ou confissões religiosas. Coerente com sua premissa doutrinária, Pontes de Miranda acentua que a liberdade de associação para fins religiosos, “sem ser para culto, não se subsumi, decerto, na liberdade de

1 Doutora em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle), Mestre em Direitos Fundamentais (Ulbra), advogada, email: <mirianesteiner30@gmail.com>

2 Doutora em História (Unisinos), Coordenadora e professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle), Professora do Curso de História (Unilasalle), Coordenadora do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Editora da Mouseion Revista Eletrônica, email: <cleusa.graebin@unilasalle.edu.br>

culto, mas sim na liberdade de consciência e na liberdade de associação, ou na liberdade de manifestação de pensamento (apud WEINGARTNER NETO, 2007, 123).

Importante salientar que o inciso VI do art. 5º assegura “o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei”. De acordo com o Ministro Gilmar Mendes³, essa reserva legal, por si só, afasta qualquer compreensão no sentido de afirmar que a liberdade de realização de cultos coletivos seria absoluta.

Um desafio em tempos de pandemia

Após a deflagração da pandemia mundial do novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, diversos países passaram a adotar proibições ou restrições ao exercício de atividades religiosas coletivas.

Neste sentido, a restrição da liberdade de culto em prol a saúde⁴, nos meses de março e abril de 2020, nos países como Austrália, Japão e Malásia foram os primeiros a impor proibições totais às atividades religiosas coletivas. Na Itália, o intenso lockdown decretado pelo Governo Nacional no primeiro semestre fez com que o Papa Francisco celebrasse as festividades da Páscoa de 2020 em uma praça esvaziada. Assim é possível afirmar que houve, no segundo trimestre de 2020, um movimento mundial de restrições à liberdade de culto.

Em 6 de fevereiro de 2020, foi promulgada a Lei nº 13.979, a qual dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. E em seguida, o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (com as alterações trazidas pelo Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020), ao regulamentar a Lei nº 13.979/2020⁵ e definir os serviços públicos e as atividades essenciais, trouxe as atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde, como serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Durante a pandemia houveram decisões, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre competência legislativa comum da União, dos Estados e dos Municípios para adotar medidas de saúde (arts. 23, inciso II e art. 30, inciso VII). Em abril de 2020, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6341, de relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio, redator para acórdão Ministro Edson Fachin⁶, assentou-se de forma clara e direta que todos os entes federados têm competência para legislar e adotar medidas sanitárias voltadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Destaca-se que diante do aspecto delicado e controvertido da atualidade estão sendo utilizadas as diretrizes nacionais da União, alinhadas no regime federativo, respeitando as realidades locais e as peculiaridades regionais e estaduais,

No mesmo sentido, a decisão do Min. Alexandre de Moraes⁷, na ADPF 672, determinando a efetiva observância dos artigos 23, II e IX; 24, XII; 30, II e 198, todos da Constituição Federal na aplicação da Lei

3 Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-04/gilmar-mendes-mantem-decreto-de-sao-paulo-que-proibe-cultos-religiosos>>. Acesso em 19 set 2021.

4 Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/liberdade-culto-restringida-prol-saude.pdf>>. Acesso em 19 set 2021.

5 Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/republicacao-249098206>>. acesso em 20 set 2021.

6 Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/oab-planeja-ingresso-amicus-curiae-adi.pdf>>. acesso 20 set de 2021.

7 <<https://patrimoniopublico.mppr.mp.br/2020/04/129/O-STF-reconheceu-a-competencia-concorrente-dos-Estados-e-suplementar-dos-Municipios-para-a-adocao-de-medidas-restritivas-durante-a-pandemia-da-Covid-19.html>>.

13.979/20 e dispositivos conexos, reconhecendo e assegurando o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e distrital e suplementar dos governos municipais, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras. Assim, também quanto às atividades religiosas, entendeu Alexandre de Moraes:

que não caberia ao Poder Executivo federal afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais e no âmbito de seus territórios, adotaram ou venham a adotar importantes medidas restritivas que são reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, como demonstram a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e vários estudos técnicos científicos.

De acordo com o Min. Gilmar Mendes em julgamento da ADPF 881-MC/DF menciona: “Como já tive a oportunidade de esclarecer no âmbito doutrinário, a lei deve proteger os templos e não deve interferir nas liturgias, “a não ser que assim o imponha algum valor constitucional concorrente de maior peso na hipótese considerada”.

Festa de São Cristóvão em meio a Pandemia

Na tradição católica, há diversas datas comemorativas em homenagem a santos e santas, as devoções, festas e ritos colaboram para a atualização do tempo mítico, o que revive e revela a cada ano, o sobrenatural, o tempo sagrado que dá sentido à vida cotidiana. Ao participar desses eventos, de acordo com Couto, “o fiel evoca e recria o tempo inicial. As manifestações religiosas não significam apenas a comemoração de um acontecimento, mas a sua reatualização, uma forma de reviver o tempo original e promover a purificação” (2008, p. 2). Entendo que o tempo da festa, o do acontecimento mítico, envolve tanto o indivíduo quanto o coletivo de devotos, pois há uma sinergia na preparação e no decorrer da realização do evento propriamente dito. Durante a festa de São Cristóvão, santifica-se o mundo, Canoas revitaliza-se, os caminhoneiros e os moradores da cidade e de outras, os quais acorrem ao Santuário, encontram sentido para a vida, reforçando o sentimento de pertencimento e de identidade. O Santuário de São Cristóvão e seu entorno, por onde passa a procissão, é o espaço, para além do templo, que recebe outra conotação no tempo da celebração, expandindo o espaço sagrado.

Ao iniciar o ano de 2020, as notícias de pandemia devido à contaminação provocada por um vírus começaram a circular (Coronavírus Disease 2019). A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, afirmou que a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

De forma abrupta todos tiveram que se adaptar a uma nova realidade: Isolamento social, novas regras de higiene e segurança, como uso rotineiro de álcool em gel e máscaras de proteção, além de obediência a várias medidas, adotadas de acordo com medidas sanitárias possíveis diante da rapidez da propagação da doença. As ruas das cidades de uma hora para outra se esvaziaram, comércios, bares e restaurantes fechados. As casas, se tornaram espaços de trabalho (home office) e de atividades escolares (homeschooling) das crianças. Assim, dentre as estratégias adotadas com a finalidade de minimizar a propagação da doença, a mais importante é o distanciamento social, evitando aglomerações a fim de manter no mínimo um metro e meio de distância entre as pessoas, como também a proibição de eventos que ocasionam um grande número de indivíduos reunidos em escolas, universidades, shows,

shoppings, academias esportivas, eventos esportivos, festas etc. Também, foi adotado em casos extremos o Isolamento Social (IS), com as pessoas devendo ficar em suas casas, sem poder sair para evitar a proliferação do vírus, com a intenção de reduzir o ritmo da progressão da doença e proliferação do vírus, medidas recomendadas pela OMS (Organização Mundial de Saúde).

Assim, devido a estas medidas sanitárias, reuniram-se a comunidade do Bairro Igara relacionada ao Santuário e as autoridades civis e eclesiais, para decidir sobre a Festa de São Cristóvão. O alvorecer no último domingo do mês de julho de 2020 foi de esperança para quem estava em suas casas, em confinamento já há quase quatro meses — ao completar 63 anos, nem a pandemia cancelou a Festa. O ritual foi adaptado ao momento atípico: os tríduos e missas foram transmitidas pelas redes sociais e no horário das 9 horas de 26/07, foi celebrada a Santa Missa Solene, presidida pelo Bispo Dom Leomar Brustolin, que concedeu as bênçãos, seguindo os protocolos de segurança com transmissão via internet, pelo Facebook e YouTube e ao vivo pela página do *Facebook*, Santuário São Cristóvão – Pascom, e, após, houve a procissão foi realizada com restrições respeitando os limites estabelecidos e protocolos de saúde instaurados, com a carreata de São Cristóvão. As buzinas de caminhões e carros ecoaram pela cidade de Canoas, produziram emoções e afirmaram sentidos promovendo lembranças, com a comunidade do Santuário São Cristóvão mostrando caminhos de reinvenção em meio a tantas incertezas que a pandemia nos apresenta. Não houve o almoço e baile de encerramento e os romeiros, cumprindo as determinações, somente passaram pela frente do Santuário com seus automóveis, pagaram as suas promessas, obtiveram suas bênçãos e não deixaram de manter a tradição da cultura religiosa do Santuário. A Pandemia da Covid-19 afetou os ritos e as festas religiosas pelo mundo, não só no Brasil, fiéis tiveram de mudar a rotina para evitar o contágio. Neste sentido a comunidade do Santuário, junto com fiéis de outros lugares, mesmo em isolamento social, mantiveram a comunhão, de forma singular, e união pelos vínculos de fé, fortalecendo a esperança e as relações sociais.

Sobre festas religiosas em meio à Pandemia, algumas reflexões já se fazem presentes. Régis, Albuquerque e Silva trazem as mudanças da celebração à Santa Terezinha (Massaranduba, PB, buscando a compreensão do impacto na relação entre os fiéis e a prática religiosa. Os autores indicam que as redes sociais foram essenciais e vividas com intensidade, tanto quanto às transmissões em tempo real, quanto ao assisti-las em outro momento, já que estão disponíveis no meio virtual. Para alguns dos devotos da Santa que não têm acesso à Internet, houve, de acordo com os autores, um afastamento da igreja e esfriamento da fé. No entanto, a Igreja encontrou meios de mover-se em direção de seus membros a fim da manutenção das expressões de fé e devoção, mesmo que por um *chat*, em transmissão ao vivo, ou por comentários em redes sociais (RÉGIS; ALBUQUERQUE; SILVA, 2020).

A obra, “A fé em tempos de pandemia: Congadas – biênio 2019-2020”, de Lucas Machado, trata-se de um foto-livro com depoimentos daqueles que participaram da festa, mesmo com todas as restrições impostas:

Para nós, congadeiros, nada pode nos abalar. Temos de ser fortes a todo o momento e deixarmos a nossa paixão falar mais alto, sempre respeitando os nossos irmãos do Rosário. Para mim, mesmo com limitações, o mais prazeroso era quando encontrava um irmão do Rosário e mesmo sem abraçar, em um bate papo rápido, mostrava-se a fé e respeito pelo Rosário de MARIA. Muitas vezes chorávamos por dentro, sem transparecer para mostrar que éramos fortes. Marcou muito o momento da alvorada, quando cheguei no largo do Rosário e tinha uma minoria de gente, meu coração doeu (BUENO, apud MACHADO, 2021, s/p.).

Com o conjunto de imagens produzidas pelo autor e os testemunhos, este tem o objetivo de criar um acervo que documente as diferentes emoções dos congadeiros e como “âncora de memória”, segundo

suas palavras, sobre esta expressão da festa do Rosário de Maria em Catalão, Goiás (MACHADO, 2021).

Bottino, Scheliga e Menezes (2020), em “Experimentos etnográficos em redes e varandas: a religião em tempos de pandemia”, examinam a continuidade, arranjos e conciliações da expressão cotidiana vivida da religião, no contexto da COVID-19. A partir de pesquisa, os autores identificaram redes de solidariedade por meio de organização de rede de orações em janelas, varandas que se tornaram altares, púlpitos e templos, garantindo a continuidade da religião vivida, tendo, também, nas redes sociais a mobilização de fiéis e a criação de novos rituais.

Em “Caminhada com Maria virtual: uma festa popular em diálogo com o digital”, Ivig de Freitas Santos e Maria Érica O. Lima discutem a reconfiguração das festas religiosas e o estreitamento dos laços da Igreja Católica com as mídias sociais. Analisam a Caminhada com Maria, procissão realizada em Fortaleza, evidenciando como se deu a interação dos devotos com a festa, manifestando seus agradecimentos, pedidos e experiências de coletividade, mesmo em um meio que pressupõe uma vivência individualizada da fé (SANTOS; LIMA, 2020).

A partir desses três estudos é possível tecer algumas considerações introdutórias a respeito da Festa de São Cristóvão e sobre a sua dinâmica em meio a Pandemia. Neste caso, foi possível realizar a procissão motorizada e a bênção dos veículos, bem como pelas redes sociais, estabelecer conexões com pessoas de outros locais e a experiência de formar uma comunidade de fé virtual. Permanece a interrogação sobre o impacto nas alterações rituais, no sentimento de pertencimento a uma comunidade afetiva e nas narrativas memoriais. Abre-se, assim, um novo tema no campo de estudos em memória social.

Considerações Finais

Neste contexto, soa mais do que razoável compreender que a liberdade de atuar segundo a própria crença e professá-la, bem como a liberdade de culto (de praticar ou não os atos de culto, particular ou público), podem razoavelmente ser consideradas “atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”, ao menos daquela parcela que professa alguma religião, pois, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência espiritual dos crentes.

Por outro lado, também são viáveis algumas restrições, quanto a determinadas formas de concretização da liberdade religiosa, em prol da saúde pública, especialmente daquelas que, segundo o conhecimento médico- sanitário- científico atual e disponível, implicam notório risco de contaminação/ propagação da pandemia. Tem-se em mente, nos períodos de quarentena mais ou menos rigorosa, a comemoração pública de festividades religiosas (emblemas de fenômenos massivos), as reuniões públicas (no que substanciem aglomeração e infringência às regras sanitárias), bem como ritos religiosos celebrados em comum, salvo alternativas tecnológicas que permitam o culto a distância. Claro que, no mundo real, nem sempre é fácil a acomodação. É preciso, avanço, alguma empatia em relação a serviços fúnebres, pelo tanto que representam em termos de conforto espiritual e crenças religiosas, sem, todavia, assumir-se o risco de propagar a epidemia.

O Brasil é um país de pluralidade de crenças, das mais diversas religiões, igrejas e cultos. O período de pandemia da Covid-19 acentuou mais ainda a necessidade de exercício da fé, não apenas em razão das incertezas nesse quadro sanitário mundial, mas também como forma de manter um equilíbrio mental e espiritual. Desta feita, muitas instituições religiosas voluntariamente suspenderam os serviços presenciais, passando a transmitir suas celebrações por videoconferência, nas mídias sociais, como alternativa contemporânea, sofisticada e massiva, que em tese, atende aos fiéis/seguidores, propicia acolhimento e conforto espiritual.

Na edição festiva de São Cristóvão, ocorrida no ano de 2020, a Festa teve a celebração alterada e seu ritual adaptado para o espaço virtual em função do período de isolamento social, resultante da pandemia Covid-19. A adequação do evento demonstrou o saber fazer e, novamente, o engajamento comunitário, na presença virtual e presencial na procissão, com trajeto acompanhado pela Guarda Municipal, Brigada Militar e Polícia Rodoviária Federal. As reuniões de orações de tríduos/novenas e missa de celebração ao santo utilizaram a plataforma virtual, evitando o contato presencial entre os fiéis. Alguns momentos foram prejudicados, como a entronização da estátua do Santo no templo pelos festeiros, o Baile do Motorista, os jantares e o almoço dominical e baile após a procissão, os quais não ocorreram em função das restrições indicadas pelos órgãos da saúde.

Referência

BOTTINO, C. M. M; SCHELIGA, E.; MENEZES, R. C. Experimentos etnográficos em redes e varandas. **Cadernos de Campo** (São Paulo, online) | v. 29, (suplemento), p. 289-301, USP, 2020. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/67421097/Experimentos_etnograficos.pdf?1621889512>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.979**, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020. <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso em 20 set 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.282**, DE 20 DE MARÇO DE 2020. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso em 20 set 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.292**, DE 25 DE MARÇO DE 2020. <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.292-de-25-de-marco-de-2020-249807965>>. Acesso em 20 set 2021.

BRASIL. Presidência da República. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 set 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

LIMA, D. S.; Et al. Recommendations for emergency surgery during the COVID-19 pandemic. **JHBS**, v. 8, n. 1, p. 1–3. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3176.p1-3.202>>. Acesso em 20 mai. 2021.

MACHADO, L. **A fé em tempos de pandemia**: Congadas – biênio 2019-2020. Goiânia: Kelps, 2021.

MIRANDA, P. de. **Comentários à Constituição de 1967**. Tomo V. São Paulo: RT, 1967.

SANTOS, I. de F.; LIMA, M. É O. Caminhada com Maria virtual: uma festa popular em diálogo com o digital, **RIF**, Ponta Grossa/PR Volume 18, Número 41, p.54-69, julho/dezembro 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/2526>>. Acesso em: 20 jun. 2021

RÉGIS, D. R. B.; ALBUQUERQUE, A. D.; SILVA, L. C. da. Religiosidade em tempos de Pandemia: um olhar sobre a festa de Santa Teresinha, em Massaranduba-PB. **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Virtual – 1º a 10/12/2020. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1484-1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

WEINGARTNER NETO, J. Liberdade Religiosa na Constituição: fundamentalismo, pluralismo, crenças, cultos.
Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DOS BENS CULTURAIS NO TERREIRO DE PAI PAULINHO DE ODÉ

*Marcelo Luis Henriques Silveira*⁸

*Artur Cesar Isaia*⁹

*Zilá Bernd*¹⁰

Introdução

Os Terreiros presentes em todo o Brasil, além de preservarem a cultura africana através da transmissão oral dos saberes, servem como uma porta de comunicação atemporal entre o Brasil e a África. No Rio Grande do Sul e mais precisamente em Canoas, não é diferente. Usarei como objeto de estudo para esse trabalho o Ilê de Odé Tolobum Beociomi, localizado na referida cidade. O problema de pesquisa diz respeito sobre como os bens imateriais e materiais servem como forma de resistência da cultura africana através do tempo em solo brasileiro. Como objetivo principal, proponho relacionar como ambos os bens dialogam entre si e contribuem para reafirmar a memória e identidade do povo de santo.

O método de pesquisa terá viés qualitativo, visto que o objeto de estudo se trata de um Terreiro de matriz africana. Para Minayo (2016), a pesquisa qualitativa é mais adequada quando o estudo volta o olhar a crenças, aspirações com domínio simbólico, como a exemplo de um Terreiro. Nesse local, além de estar impregnado pela transmissão oral da vivência de valores da cultura africana, também se encontram elementos materiais que complementam esse imaginário místico.

Para complementar o estudo, utilizo trechos das narrativas memoriais de Pai Paulinho de Odé, fruto de entrevistas realizadas em 2019. Isso vai ao encontro do protocolo metodológico proposto por Alberti (2005), relacionado à pesquisa com História Oral, na qual as entrevistas são transcritas literalmente, enviadas aos entrevistados para conferência e posterior assinatura do Termo de Concordância. Autores como Bertaux (2005) reafirmam a importância do relato oral, já que estes apresentam uma realidade distante do tempo, espaço e que, ao ser registrado, assume valor documental para pesquisa.

O presente estudo emerge da necessidade de valorizar a memória e a cultura da cidade de Canoas, e a escolha do Ilê de Pai Paulinho de Odé justifica-se pelo fato de esse tipo de local muitas vezes praticar mais de um tipo de culto (Umbanda, Quimbanda e Batuque), reafirmando a percepção da inexistência de uma uniformização dos Terreiros de matriz africana, de forma que cada um deve ser estudado caso a caso (ISAIA, 1999; PRANDI, 2005).

A Religião Afro-brasileira no Rio Grande do Sul

Analisando a diáspora africana, o Brasil, durante o período colonial, recebeu diversos povos traficados, que não foram historicamente classificados pelo seu local de origem e sim identificados pelos

8 Doutorando em Memória Social e Bens Culturais no PPG da Universidade La Salle – Canoas/RS, Bolsista SEBRAE/RS. Email: <marcelo.201120050@unilasalle.edu.br>

9 Professor Titular de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisador do CNPq, Líder do Grupo de Pesquisa História: Religiosidade e Cultura (CNPq/UFSC). Email: <arturci@uol.com.br>

10 Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisadora 1A do CNPq. Email: <zilabster@gmail.com>

portos nos quais embarcavam nos navios negreiros (MATOS, 2009). Diversos autores já trataram sobre a forma como a religião de matriz africana desembarcou tanto no estado da Bahia quanto no Rio de Janeiro e como ocorreu a disseminação desses terreiros no final do século XIX e início do XX. A posteriori, voltarei então nesse estudo o olhar ao Rio Grande do Sul.

Em grandes cidades brasileiras do século XIX, vários grupos de etnia africana se organizaram com o intuito de reafirmar seus aspectos culturais através da religião. Tais grupos seriam povos originários de diversas regiões iorubanas da África, como Queto, Angola, Jêge e Nagô.

Na Bahia, a religião que florescia era chamada de Candomblé, enquanto, no Rio Grande do Sul, era o Batuque, organizado em grupos de Nações, como Oyó e Ijexá (PRANDI, 2005). Como o Terreiro de Pai Paulinho de Odé está localizado na cidade de Canoas, é mais conveniente uma abordagem sobre esse processo no estado gaúcho.

Historicamente, alguns autores como ORO (1999), acredita que o Batuque aparece no século passado, muito provável nas cidades de Pelotas e Rio Grande, espalhando-se posteriormente pelo estado até chegar a Porto Alegre, às cidades litorâneas e centrais, expandindo-se também pela fronteira com Uruguai e Argentina, de forma que, nas décadas de 50 e 60, chegou às capitais platinas. Pode-se, através desses dados, perceber que o Batuque no estado gaúcho tem, pelo menos, um século de existência, sendo que, em muitos Terreiros espalhados pelo Rio Grande do Sul, cultuam ao mesmo tempo a Umbanda e a Quimbanda, formando assim uma modalidade de culto cruzado muito característico nas práticas ritualísticas.

O terreiro de Odé

O Terreiro de Paulo Rogério Ambieda está localizado na cidade de Canoas-RS, mais precisamente na Vila João de Barro, que se situa dentro da grande Niterói. Segundo narrativas memoriais de Pai Paulinho de Odé, o loteamento está assentado dentro de parte de uma grande área de terras chamada de “Granja”, a qual pertencia ao IRGA, ele nos conta que,

em 87 eu já tinha 16 anos ai eu conheci um grupo através do meu padrasto, um grupo de discussão de política, naquela época estava se construindo grupos, núcleos partidários, muito de discussão, e entre as discussões estava a moradia na cidade de Canoas, a cidade Canoas naquela época não tinha nem um projeto de moradia (AMBIEDA, 2019).

Sendo assim, em 1989, organizado por movimentos sociais, no qual Pai Paulinho de Odé fazia parte, ocupou-se a referida área de terras. E, após anos de reivindicação junto aos órgãos competentes, somente vinte e três anos depois, foi regularizado, através de uma Lei Municipal nº. 5695, de 28 de junho de 2012, que “autoriza o poder executivo municipal a receber do governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de doação, lotes localizados no Loteamento João de Barro”.

Pai Paulinho tem seu Orixá Odé assentado desde seus 18 anos de idade, portanto há trinta anos. Atualmente, tem seu espaço de culto aberto desde 1998, estando sob sua responsabilidade cerca de 70 filhos de santo, tendo um compromisso tanto com a manutenção dos fundamentos religiosos transmitidos oralmente pelos seus antecessores quanto com a comunidade na qual este local está localizado.

Todas essas informações acima servem para explicar o sentimento de pertencimento que Pai Paulinho de Odé nutre em relação à comunidade onde ele vive há mais de trinta anos. Mesmo tendo condições financeiras de ter-se mudado, ele e sua família vivem ali até os dias atuais.

Quanto à construção sobre o terreno que abriga o Terreiro de Pai Paulinho, assim como sua

residência, alguns autores comentam sobre tal fato ser muito comum, já que é importante que este local seja vigiado e cuidado, por conta de nele conter vários “objetos nos quais as divindades foram fixadas: pedras, pedaços de ferro, tambores e etc.” (BASTIDE, 2001, p. 80). Dessa forma, tais bens materiais têm um valor inestimável para os que ali depositam sua fé e devem ser cuidadosamente mantidos por todos.

Memória e resistência dos bens culturais no terreiro

Sabe-se que o patrimônio cultural de uma determinada comunidade tem um valor que vai além de histórico e simbólico, possui concomitante a capacidade de reconstruir o passado e de afirmar a identidade de um grupo e dos bens materiais assim como dos imateriais. Esse conjunto tende a evocar a memória do povo de sua origem. Bernd (2018) aponta em seus estudos que a reapropriação identitária ocorre no indivíduo pela aproximação com a memória genealógica, a transmissão apresenta uma função vital nesse processo, e, no caso das religiões de matriz africana, essa forma de resistência da identidade cultural ocorre através das narrativas que são transmitidas oralmente a partir dessa memória a atravessar gerações.

A partir da percepção de Halbwachs (2006), que afirma a memória individual ser parte das representações coletivas de um determinado grupo e estar relacionada aos quadros sociais, entende-se que todos os que fazem parte do Terreiro possuem uma identidade moldada conforme essas interações. Tais influências concordam com a ideia de Ricoeur (2007) sobre a característica narrativa da memória, fazendo que, dentro do Terreiro, desenvolva-se um sistema cultural próprio, fruto das narrativas orais que transmitem os fundamentos religiosos de natureza ancestral. Dentro do Terreiro, também se constrói uma memória coletiva a partir da memória individual de todos os adeptos que ali frequentam.

Cabe nesse estudo, antes de iniciar a discussão teórica tanto dos bens materiais quanto imateriais, citar o documento de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial emitido pela UNESCO¹ em Paris, datado de 17 de outubro de 2003, art. 2º que define entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados - que as comunidades ou grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, de sua interação com a natureza de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Nesse ínterim, ratifica o entendimento do Iphan² (2012, p. 12) de que o patrimônio cultural “de um povo é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remete a história, à memória e a identidade desse povo”.

Por bens culturais materiais, encontramos no interior do Terreiro de Pai Paulinho de Odé, diversas imagens sincréticas, esculturas e elementos da natureza. A materialidade desses bens que compõem o universo mágico dos Terreiros, servem para reproduzir e fixar a mito de todas as divindades ali cultuadas. Assunção (2003), considera que os bens culturais compõem a produção cultural dos indivíduos nas distintas partes do mundo, e a religião de matriz africana vem ao encontro dessa afirmação, por ser fruto da cultura do seu povo de origem.

Os bens culturais imateriais são parte importante na construção identitária de um Terreiro, porque as práticas do culto fazem parte de um saber-fazer das tradições de raízes africanas. Colombo (2017, p. 30) diz que os bens culturais imateriais “são os valores transmitidos através da experiência. Não requer contato

físico, ou meio material para seu desenvolvimento, bastando a comunicação visual ou oral”. Tal afirmação sugere a forma de que o saber-fazer é transmitido através das gerações, de maneira que, através do passado, constrói-se o presente e, por conseguinte, torna-se importante para preservação cultural.

Aqui proponho refletir a estreita ligação entre os bens imateriais e os materiais no Terreiro, com inúmeros exemplos como: as práticas ritualísticas, as rezas, danças, o preparo das comidas servidas aos Orixás, o vestuário usado pelos adeptos, assim como todos os elementos materiais que ali se encontram.

O Iphan, desde 1984, já reconhece os Terreiros como Patrimônio Cultural Brasileiro; como exemplo, cito o tombamento do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador – Bahia. O Terreiro está situado em uma área de 6.800 metros quadrados e considerado como parte de um todo, incluindo, além da edificação, a vegetação ritual (mato) e suas inúmeras árvores sagradas (BRASIL; IPHAN, 2014). Dessa forma, entende-se que nesse caso o órgão, além materialidade, também levou em conta a imaterialidade, fazendo referência às árvores como sagradas e como parte inseparável nesse processo de tombamento.

Partindo das seguintes teorias de Prandi (2001), as quais falam acerca da origem da divindade Oxóssi e suas qualidades, assim como de Bastide (2001) sobre como os iniciados se apropriam das características identitárias do seu Orixá e como isso tende a influenciar sua personalidade e sua conduta social, torna-se possível evidenciar a relação entre os deuses e o homem. Pai Paulinho, sendo filho de Oxóssi, divindade esta que, segundo a mitologia, seria um índio caçador que reside nas matas, ao erguer seu próprio Terreiro utilizou elementos construtivos e decorativos que identificam a identidade do seu Orixá.

Todos os elementos materiais que ali encontramos nos remetem ao significado das representações simbólicas da identidade étnica africana e sua cultura, fortalecendo a forma como o imaterial se apresenta. Oliven (2003, p. 82) admite que “os bens imateriais não só são de difícil definição, mas também só têm sentido se significarem prática regular”. Entende-se que a característica da transmissão oral do conhecimento da religião Afro-brasileira e todo o universo místico que faz parte dessa realidade tem por objetivo valorizar esse “saber-fazer”, contribuindo para a memória e a identidade do local.

Através dos bens culturais que compõem os Terreiros, estes servem como uma referência cultural do território africano em terras brasileiras. Integram tanto o material quanto o imaterial, promovendo uma resistência da cultura africana, preservada através da memória transmitida de forma oral e dos bens culturais.

Considerações finais

Baseado em todo o exposto no presente estudo, percebe-se a relevância de olhar os Terreiros para além de um local onde se exercem rituais de matriz africana, mas também como referência cultural. Nesse contexto, não podemos deixar de ratificar a contribuição do povo africano que mesmo que arrancados de sua terra natal e trazidos para o Brasil, trouxeram em sua memória uma cultura que teve um papel fundamental na construção da identidade do nosso povo.

Os bens culturais que fazem parte desse universo místico não podem ser vistos separadamente, visto na religião de matriz africana o imaterial se materializa através dos objetos que fazem parte do Terreiro. A valorização da tradição Afro-brasileira e suas práticas rituais dentro dos Terreiros é uma forma de resistência da cultura africana que por séculos o sistema de classe dominante tentou apagar. Porém, mesmo depois de tanta opressão os Terreiros cumprem um papel importante na transmissão da cultura africana através do tempo, ressignificando suas memórias ancestrais por gerações até os dias atuais.

Abre-se aqui também, a possibilidade de perceber os Terreiros também como patrimônio misto, já que estes locais possuem tanto bens materiais quanto imateriais, que são interdependentes e servem como referência cultural.

Referências

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMBIEDA, P. R. **Percursos e religião**. [Entrevista cedida a] Marcelo L. H. Silveira. 2019. Entrevista gravada em MP3 player.
- BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERTAUX, D. **Los relatos de vida**. Perspectiva etnosociológica. Barcelona: Belaterra, 2005.
- BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natalia Guerra Brayner. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012,
- COLOMBO, N. C. T. de J. Bens Culturais Imateriais. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. (Orgs.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2017.
- IPHAN. **Terreiro Casa Branca do Engenho Velho - Salvador (BA)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1636/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ISAIA, A. C. **Ordenar Progredindo**. A obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da Primeira Metade do século XX. **Anos Noventa**, n. 11, p. 97-120, 1999.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MATTOS, R. A. de. De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas da cidade de São Paulo (1800-1850). São Paulo: Universidade de São Paulo. **Tese**. Doutorado em História Social. 2009.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLIVEN, R. G. **Patrimônio Intangível: considerações iniciais**. In: Abreu, Regina; Chagas, Mario. **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. DP&A. Rio de Janeiro: RJ, 2003.
- ORO, A. P. **Axé Mercosul: as religiões afro-brasileiras nos países do Prata**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRANDI, R. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- [S.I.A.]. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2006.

A TEORIA DOS COMPLEXOS CULTURAIS E O MOVIMENTO MESSIÂNICO DO CONTESTADO

*Elivelto Train*¹¹

*Euler Renato Westphal*¹²

*Luana de Carvalho Silva Gusso*¹³

A pesquisa se propõe a explorar o tema e realizar levantamento bibliográfico a partir de artigos científicos e livros com base nos autores da Psicologia Analítica como C. G. Jung, J. Jacobi, S. Kimbles, T. Singer e autores da perspectiva sócio histórica sobre a Guerra do Contestado como M. Queiroz, J. Le Goff, entre outros.

A metodologia da presente pesquisa é qualitativa, de natureza básica, exploratória. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas de forma presencial com pessoas que convivem na região do contestado, isto é, nos limites de estado entre Paraná e Santa Catarina, e investigar as permanências do Monge São João Maria no imaginário coletivo.

Além do caráter sócio-histórico e permanências no imaginário social, haverá uma tentativa de correlacionar a Teoria do Complexo Cultural da Psicologia Analítica à Guerra/Movimento Messiânico do Contestado. Para esta análise será utilizada o Método Compreensivo-Simbólico do paradigma junguiano com objetivo de compreender e interpretar a realidade dos fenômenos psíquicos (PENNA, 2009).

A teoria do complexo cultural é relativamente nova no meio acadêmico. Silva e Serbena (2021) explicam que na teoria junguiana não há um aprofundamento nas questões relacionadas à cultura em relação à psique. Para preencher esta fresta ou lacuna, Henderson (1990), em seus estudos, oferece o termo Inconsciente Cultural para explicar o nível cultural da psique. O Inconsciente Cultural estaria no entremeio da concepção de inconsciente pessoal e coletivo.

Esses mesmos autores elucidam que o entendimento sobre o Inconsciente Cultural traz dificuldades para o processo de análise dentro do campo do conhecimento científico. Desse modo, o autor Samuel Kimbles propôs o termo Complexo Cultural, seguindo a teoria dos complexos de tonalidade afetiva desenvolvida por Jung. Neste sentido, o Inconsciente Cultural é composto por Complexos Culturais, passíveis de serem analisados e estudados em termos grupais, sociais e culturais. O interesse na teoria dos Complexos Culturais “está na descrição da dinâmica dos conflitos intergrupais.” (SILVA, SEBERBA, 2021, p. 161).

Thomas Singer (2021) define complexo cultural da seguinte maneira:

[...] um complexo cultural é definido como um agregado autônomo, em grande parte inconsciente e emocionalmente carregado de memórias, afetos, idéias, imagens e comportamentos que

11 Graduado em Psicologia pela Universidade do Contestado – UnC (2017). Pós-graduado em Psicologia Analítica pela Universidade Positivo (2019). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade Univille. **E-mail:** <elivelto.otrain@hotmail.com>.

12 Doutor em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação na Escola Superior de Teologia em São Leopoldo/RS. Professor do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE/SC. Professor de Teologia Sistemática na FLT, São Bento do Sul/SC. Publicações na área da Teologia, Filosofia, Ética e Bioética. <eulerwestphal@gmail.com>.

13 Professora doutora da Universidade da Região de Joinville - Univille. Possui Pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra e Centro de Estudos em Direitos Humanos - Ius Gentium Conimbrigae - na área de Democracia e Direitos Humanos (2013), com Mestrado (2008) e Doutorado em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (2012). E-mail: <lu_anacarvalho@yahoo.com.br>

tendem a se agrupar em torno de um núcleo arquetípico e que são compartilhados por indivíduos dentro de um grupo. Os complexos culturais são ativos tanto na psique do grupo como um todo quanto no indivíduo, no que podemos pensar como sendo o nível grupal da psique do indivíduo (SINGER, 2021, p. 115).

Os complexos culturais tem como característica a autonomia, repetição, junção de experiências e memórias, tendem a ser rígidos e impermeáveis, carregados de afeto e emoções, que embora tendam ser destrutivos, podem produzir uma identidade cultural salutar (SINGER, 2021).

Segundo Silva; Serbena, trazem seis aspectos do complexo cultural:

Neste sentido, os complexos culturais agem no nível grupal do inconsciente cultural. São carregados de emoções e crenças coletivas e ajudam a mediar as relações entre indivíduo e o grupo onde estão inseridos. Possuem uma característica de autonomia sobre a psique individual e coletiva, sendo esta força, responsável por manter a psique grupal em si mesma, considerando sua nucleação arquetípica. Complexos culturais são carregados de afetos que facilitam as relações entre indivíduos e o grupo, segundo o padrão cultural vigente. Estas características passam de geração em geração, que por indução psíquica contribuem para determinadas ações e atitudes carregadas de emoção nos grupos. Estes comportamentos “são uma maneira da psique de narrar sua relação com o grupo” (SILVA, SERBENA, 2021. p. 171).

Os mesmos autores explicam que os complexos culturais possuem aspectos positivos e negativos:

Facilitam a relação afetiva do indivíduo com os padrões culturais do grupo. Em seu aspecto positivo, estruturam o sentimento de pertencimento, sendo a identidade alcançada por meio da identificação com o grupo cultural, social ou étnico. Negativamente, geram preconceitos, atitude de ameaça a alteridade, dentro da dinâmica nós/eles (Us/Them) como categorias de longa data junto com imagens e respostas afetivas estereotipadas. Proporcionam ao indivíduo e ao grupo um senso de pertencimento e identidade dentro de uma continuidade histórica de pressupostos emocionais compartilhados. Este senso de pertencimento se vincula tanto aos eventos negativos (linchamento de multidões), quanto positivos (patriotismo). (SILVA, SERBENA, 2021. p. 170-171).

A teoria do complexo cultural advém do entendimento do conceito de complexo de tonalidade afetiva de Jung que possui uma nucleação arquetípica. O arquétipo em si é uma noção que precisa ser analisada com cuidado para evitar considerações errôneas acerca do seu real significado, principalmente quando se trata de realizar estudos e pesquisas científicas que visem ilustrar as realidades objetivas e subjetivas (PENNA, 2009).

O complexo cultural tem um caráter universal e específico. Universal no sentido de que a psique humana tem uma estrutura inata comum a toda a humanidade e o caráter específico do complexo cultural, seriam os conteúdos de cada tempo e espaço dos povos. Assim, como Jung considerou estas estruturas arquetípicas inatas no cérebro dos seres humanos em sua coletividade, Singer (2021) também considerou que os complexos culturais possuem manifestações próprias e singulares.

Jung (2013) elucida as diferenças que existem entre o arquétipo em si mesmo com as representações dele advindas enquanto experiências fenomenológicas. O arquétipo é um constructo teórico que possui limitações, uma vez, que o arquétipo constitui um aspecto incognoscível, de natureza psicóide. No entanto, passível de ser estudado desde que sejam constatadas as suas manifestações, ou seja, os fenômenos psíquicos são representadas e observados nas experiências humanas por meio dos símbolos (JUNG, 2013). Esta delimitação é importante pois define fronteiras entre psíquico e o não psíquico, possibilitando o conhecimento científico e bases metodológicas para estudos no ramo da psicologia (PENNA, 2009).

Jacobi (2016) explica que o conteúdo fornecido pelo inconsciente coletivo, o arquétipo, para tornar-se conhecido (consciente), necessita para ser representável, a percepção concreta de suas manifestações em imagens, isto é, “ele [o arquétipo] se torna representável e só então se torna uma *imagem* verdadeira – a imagem arquetípica, o símbolo” (JACOBI, 2016, p.92).

No que se refere à Guerra do Contestado, os motivos para o seu início são vários. O medo iminente das transformações que poderiam vir a acontecer incentivou os sertanejos a defenderem suas terras a sua maneira. Com poucos recursos materiais, encontraram motivação no monge José Maria. O monge, enquanto líder religioso, trazia-lhes mensagens de coragem e determinação para continuidade do movimento que tem como base o messianismo. A luta por estas terras com base na crença religiosa, não são os únicos motivos para o início da guerra. Outros fatores também foram determinantes como a expulsão dos sertanejos de suas casas e terras à construção da linha férrea, aliado ainda à disputa interestadual (entre Paraná e Santa Catarina) no que tange ao território e limite de estados (NETO, 2020).

Como podemos perceber religião e a cultura popular são de suma importância no contestado e ditaram a forma das ações das pessoas envolvidas na região. Os sujeitos históricos, autodenominados monges profetas, são três, a saber: João Maria D’Agostinis, João Maria de Jesus, e Jose Maria de Santo Agostinho. A sabedoria proporcionada por estes monges permanecem vivas no imaginário social e das gerações posteriores. Os profetas monges eram andarilhos e nestas caminhadas realizavam predições entre os sertanejos com base no que se chama de catolicismo popular. A junção entre catolicismo popular e as práticas de pregação dos monges é que possibilitaram a sólida adesão entre os sertanejos (TONON, 2008).

José Maria faleceu em uma batalha no município de Irani, Estado de Santa Catarina, juntamente com um grupo de sertanejos. Após sua morte, nasce efetivamente o movimento messiânico do contestado. Os seguidores das pregações do Monge José Maria, reagruparam-se formando redutos (vilas santas ou irmandades místicas), vislumbrando coletivamente (consciente ou inconscientemente) uma reelaboração mística, um verdadeiro encantar-se novamente. Esse novo encantamento, nas irmandades místicas, é fortalecida pela crença inabalável no retorno do monge. As visões e presságios oferecidos por duas crianças, o menino Joaquim e a menina Rosa, corroboraram a crença no retorno messiânico do profeta para a guerra santa (TONON, 2008).

O primeiro personagem, era um Italiano, João Maria Agostini, tem seu nome registrado em Sorocaba no livro de estrangeiros na data de 24/12/1844 de profissão autodeclarada *eremita solitário*. Residia em Ipanema, no entanto, as peregrinações estendiam-se pelo sul do Brasil, tendo registros de sua passagem à Santa Maria no Rio Grande do Sul. Na Lapa também teve longa permanência nas proximidades da Lapa no Paraná. Em todo o trajeto, dedicava-se aos procedimentos de curas, pregações, construindo capelas e erguendo cruzeiros, bem como realização de procissões. Na Lapa, como mencionei anteriormente, o monge tem fortes repercussões até os dias atuais. As memórias do monge permanecem vivas entre os devotos, como o profeta vivia na gruta da Lapa, a vertente de água passou a ser considerada milagrosa e com poder curativos. Os fiéis frequentam o local e enchem suas garrafas com a água santa e espantar seus males (QUEIROZ, 1976).

O monge sucessor de João Maria Agostini, denominado João Maria, seu nome verdadeiro é Anastás Marcaf. Possui similaridades com João Maria Agostini, tal como a pregação nos sertões e permanências em meio às matas. O intuito ao peregrinar nos sertões era a de propagar, de maneira idêntica, os passos do antecessor. João Maria queria ter seguidores e não ser seguido pelas pessoas, mantinha-se de doações e esmolas, vegetariano, não pernoitava nas residências e aglomerava caboclos para a reza de terços e novenas (QUEIROZ, 1976). Era fonte também da anunciação de desastres e o perigo iminente de que o fim do mundo estaria próximo com o “escurecimento do sol que duraria três

dias, nuvens de gafanhotos corroendo as colheitas, destruição de muitos povoados” (QUEIROZ, 1976, p. 269), instilavam terror entre seus adeptos.

José Maria, posterior aos dois primeiros, faleceu em uma batalha no município de Irani, Estado de Santa Catarina, juntamente com um grupo de sertanejos. Após sua morte, nasce efetivamente o movimento messiânico do contestado. Os seguidores das pregações do Monge José Maria, reagruparam-se formando redutos (vilas santas ou irmandades místicas), vislumbrando coletivamente (consciente ou inconscientemente) uma reelaboração mística, um verdadeiro encantar-se novamente. Esse novo encantamento, nas irmandades místicas, é fortalecida pela crença inabalável no retorno do monge. As visões e presságios oferecidos por duas crianças, o menino Joaquim e a menina Rosa, corroboraram a crença no retorno messiânico do profeta para a guerra santa (TONON, 2008).

Este movimento messiânico, sustentado pela crença popular, pode ser estudado pela concepção do termo escatologia, que “designa a doutrina dos fins últimos, isto é, o corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo” (LE GOFF, 1990, p. 325). O fim mundo ou o fim dos tempos tem, algumas vezes, uma aura profética, tratando-se de escatologia. Este mesmo autor, no capítulo “escatologia”, escreve principalmente sobre a escatologia coletiva e explica a relação entre as concepções milenaristas e messiânicas. O messianismo acontece dentro do movimento milenarista, por compreenderem a vinda de um messias salvador, sendo uma personagem profética (no movimento messiânico do contestado, o monge “São” João Maria) responsável em ser o orientador sagrado, para o início de uma nova Era (LE GOFF, 1990).

Halbwachs (2006) contribui, sobremaneira com os estudos sobre a memória individual e coletiva, e tece suas concepções das características sociais no espaço e no tempo, bem como a sua assimilação e compartilhamento dessas memórias. As informações oferecidas pela memória coletiva é que compõem as memórias individuais. A memória está intrinsecamente interligada na sociedade e se reverbera a partir das interpretações que os sujeitos fazem dos fatos percebidos individualmente a partir da lógica coletiva. A memória sendo assim, é uma construção das experiências sensíveis que temos desde nossa tenra infância e que vão sendo construídas, integradas, assimiladas, a partir das prerrogativas sociais.

Neste interim, convém destacar que os testemunhos ajudam a compor as memórias individuais a partir da construção coletiva, reconstruídas no momento presente, a partir do conjunto de recordações do passado. No presente, necessita-se buscar as lembranças que estão fora de nós, para recompor uma base comum de reconstrução da memória individual pelo da coletividade. “Qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicado pelas leis da percepção coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 62).

Permanecem no imaginário social e coletivo através de pedaços de memórias arraigadas não só nos escritos ou crenças populares, e também, na oralidade dos povos da região do contestado. Existe uma aura numinosa que transcende a compreensão racional, decorrentes das predições e pregações dos monges do contestado (TONON, 2008).

Interpretar esse movimento, antes de tudo, é debruçar-se sobre um exercício de descobrimento de significados, no qual as palavras que se justapõem com as imagens e acontecimentos irão provocar uma rica produção no imaginário social, sendo que esse irá desencadear uma ruptura com a ordem vigente. Vale destacar, a apropriação pelos rebeldes das palavras proferidas pelos monges em seus discursos, rezas, predições e aconselhamentos, não unicamente nos monges, os sertanejos buscaram os signos da luta, mas em uma diversidade de outras fontes inspiradoras (TONON, 2008, p. 13).

Estas possibilidades de interpretações é que oferecem uma visão interdisciplinar do contestado. E

como tal, a linguagem é importante e simbólica para a compreensão deste movimento social e religioso, pois “a linguagem é a mediação entre os sujeitos e as diferentes áreas do conhecimento e da percepção da realidade” (WESTPHAL, 2012. p. 74).

Como a pesquisa se compromete com aspectos simbólicos, as entrevistas ajudam a materializar os discursos de diferentes sujeitos envolvidos no contestado, mesmo nas permanências de longa duração e reminiscências no imaginário coletivo (TONON, 2022). “O simbólico comunica para além das gerações e das diferenças de sujeitos e de culturas. As gerações que não existem mais são alteridades que devem ser ouvidas e compreendidas” (WESTPHAL, 2012. p. 74).

Os relatos, os objetos, e outras representações que nos remetam ao movimento histórico, demonstram que é possível também, realizar estudos que considerem as questões relacionadas ao patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. O material, por exemplo, são as cruzeiros levantados em locais onde “São” João Maria pernoitava. No que se refere ao imaterial podemos exemplificar os rituais e crenças religiosas que permeiam o imaginário coletivo (QUEIROZ, 1976).

Westphal (2017) discute sobre a espiritualidade e entrelaça com a cultura, bem como com os significados que atribuímos à existência humana e que nos remete às imaterialidades da cultura na vida humana. A espiritualidade, expressa-se simbolicamente na cultura e ajudam a estruturar a vida dos sujeitos, individual e coletivamente. A espiritualidade está presente nas mais diferentes culturas e é comum em toda humanidade. Como a espiritualidade é nuclear na formação e representação das culturas ela pode ser compreendida como um padrão de características universais. Sobre a importância da espiritualidade, Westphal (2017) escreve:

A tese em discussão é que a teologia proporciona uma teia de significados para que a cultura e seus patrimônios sejam possíveis. Falar de teologia significa falar também de um mundo simbólico que proporciona vínculos como família, religião, valores, proporcionando identidades históricas e sociais fundamentais, como o sentimento de pertença nas relações intersubjetivas de uma sociedade (WESTPHAL, 2017, p. 228-229).

A questão religiosa teve papel preponderante no movimento do contestado e representa simbolicamente diversas situações humanas. À título de exemplo, Jung faz uma análise psicológica do simbolismo trinitário do Dogma da Trindade e traz à luz aspectos religiosos que estão povoados por representantes arquetípicos. Esta interpretação psicológica possibilita vislumbrarmos a força ativa da manifestação religiosa no imaginário coletivo. Temos assim, no arquétipo um caráter compulsivo, justamente por ser um material inconsciente, e ao tornar-se consciente possui um caráter numinoso. “É este caráter numinoso compulsivo do arquétipo e a enorme dificuldade de enquadrá-lo no mundo da racionalidade humana que se deve a existência de todas as discussões vazias, sofisticações, disputas verbais, intrigas e violências [...]” (JUNG, 2013).

Os complexos culturais não são negativos, sequer positivos, são forças inconscientes que podem emergir à consciência, cabe aos indivíduos decidir sobre como proceder. Podem permanecer totalmente inconscientes a sua influência e transmitir através de gerações o senso de pertencimento ao grupo. Podem, ainda, utilizar como potencial transformador de si e do grupo. “Mais habitual é que as tensões geradas por complexos culturais tendam a colocar grupos uns contra os outros e frequentemente resultem em estagnações prolongadas ou perigosas regressões” (Singer, 2021, p. 125).

Como resultado esperado tem-se a intenção de relacionar a Teoria dos Complexos Culturais da Psicologia Analítica no que tange à Guerra / Movimento Messiânico do Contestado e as permanências no imaginário coletivo. O monge profeta “São” João Maria é um termo usado genericamente pela

população para se referir a passagem dos três monges que estiveram na região do contestado, a saber: João Maria D'Agostinis, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho. No entanto, o movimento messiânico inicia-se com a morte deste último, bem como a morte daquele grupo sertanejo. A crença do retorno do monge e do exército de anjos para a guerra santa é que motivou a resistência às opressões governamentais como um ato de autodefesa. Na perspectiva da psicologia analítica, a espiritualidade é um tema arquetípico, comum à toda humanidade, considerando sua existência nos mais diferentes povos e regiões. Como trata-se de um tema (arque)típico, e também de um conflito intergrupal é possível relacionar o messianismo do contestado com características dos complexos culturais.

Referências

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JACOBI, J. **Complexo, arquétipo e símbolo na psicologia de C.G. Jung**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- JUNG, C. G. **Freud e a Psicanálise**. 7. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.
- JUNG, C. G. **A Natureza da Psique**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- JUNG, C. G. **Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade**. 10. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- NETO, B. C. A Importância do Messianismo para a Guerra do Contestado (1912–1916). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 6, n. 2, maio/agosto, 2020. p. 75–86. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=2C5&q=PARA+A+GUERRA+DO+CONTESTADO+281912%E2%80931916%29&btnG>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- PENNA, E. M. D. Processamento Simbólico Arquetípico: uma proposta de método de pesquisa em psicologia analítica. **Tese**. Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. 208 páginas. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-136830/processamento-simbolico-arquetipico-uma-proposta-de-metodo-de-pesquisa-em-psicologia-analitica>>. Acesso em: 03 set. 2022.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O messianismo no Brasil e no Mundo**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SILVA, C. E.; SERBENA, C. A. A Teoria dos Complexos Culturais: Uma perspectiva junguiana do social. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia** – v. 12, Londrina, 2021. p. 158 -152. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353785191_A_teor%C3%ADa_dos_complexos_culturais_uma_perspectiva_junguiana_do_social>. Acesso em: 03 set. 2022.
- SINGER, T. A Teoria do Complexo Cultural: modos científicos e mitopoéticos de conhecer. *In*: CAMBRAY, J.; SAWIN, L. **Pesquisa em Psicologia Analítica**: aplicações a partir da pesquisa científica, histórica e intercultural. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021. Cap. 3, p. 108-128.
- TONON, E. Os Monges do Contestado - Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2008. 243 páginas. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/22264>>. Acesso em: 03 set. 2022.

WESTPHAL, E. R. Linguagem como Representação: uma breve aproximação hermenêutica. *In*: LAMAS, N. de C.; JAHN, A. R. M. **Arte e cultura**: passos, espaços e territórios. Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2012. p. 59-78.

WESTPHAL, E. R. A Presença da Teologia na Cultura: uma interpretação sobre a imaterialidade da cultura. **Teoliterária** v. 7, n. 13, p. 214-232, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/32248>>. Acesso em: 29 set. 2022.

CATOLICISMO NEGRO: FORMAS DE CONVERSÕES DOS NEGROS MARIANENSES ENTRE 1770-1820

Bruno Roque Younes¹⁴

Introdução

A cidade de Mariana foi a primeira capital do Estado de Minas Gerais, conhecida como a cidade dos metais, devido às várias expedições com o intuito de arrecadar ouro. No século XVII foi uma das cidades que mais trouxe riquezas para a coroa portuguesa, sendo elevada como capital por ganhar uma disputa entre as vilas do estado de Minas Gerais. No ano de 1745, o papa Bento XIV investiu a cidade de Mariana como sede do primeiro bispado de Minas Gerais, assim, D. Frei Manoel da Cruz foi mandado para a nova sede e tomou posse na Igreja da Sé em 1748. Por este motivo a cidade de Mariana também é considerada o berço da religião mineira (PEREIRA, 1999).

A sociedade das capitanias de Minas Gerais no século XVIII era descrita como sendo católica e escravocrata como acontecia nas outras capitanias do Brasil Colonial. A religião das cidades mineiras caracterizava-se pela participação da maioria dos seus habitantes nas comemorações e principalmente nos ritos da Igreja Católica.

Para a formação e ocupação de Minas no século XVIII, o comparecimento da administração metropolitana nas terras mineiras se deu a partir da presença de forças administrativas da Igreja Católica, ou seja, esse mandato superior evidência as características de uma sociedade extremamente comandada pela igreja.

O objeto que será investigado nesta pesquisa será a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, patrimônio histórico da cidade, tombado pelo IPHAN em 1939. Segundo a Ata do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (2012), a pedra fundamental da Igreja Nossa Senhora do Rosário foi lançada no dia 14 de maio de 1752 e a construção da Igreja se deve às Irmandades do Rosário, São Benedito e de Santa Efigênia.

Portanto, o problema central que motiva este estudo é o seguinte questionamento, como a Igreja Católica usou o seu poder eclesiástico para trazer à sua congregação o escravo-negro que acabara de chegar à colônia portuguesa como devoto de suas manifestações religiosas, impondo assim, uma nova religião e rejeitando a religião elementar do negro? Ou seja, que instrumentos ela utilizou nessa catequização? Que relação existe entre os santos da igreja nesse processo?

Sincretismo religioso

O termo sincretismo foi definido pelo antropólogo Waldemar Valente como sendo uma forma encontrada pelo homem de solucionar conflitos de natureza cultural (VALENTE, 1977, p. 11). Para o religioso e autodidata Renato Henrique Guimarães Dias (2009), a solução destes conflitos no quesito religioso se dá através da união de vários dogmas dos diferentes grupos devotos. Dessa mistura cultural, surge o que o Valente (1977, p. 11) define como “uma fisionomia cultural nova”, com vestígios em maior ou menor proporção das culturas de origem.

14 Graduado em História pela Universidade Adventista de São Paulo. E-mail: <brunoyounes47@gmail.com>

Para Dias (2009), a origem das religiões sincréticas no Brasil está ligada diretamente com a assimilação das práticas religiosas africanas pela Igreja Católica. O autor afirma que a aculturação foi uma tentativa de imposição da cultura luso-brasileira sobre os negros, e sempre encontrou resistência por parte destes.

O princípio do sincretismo religioso no Brasil remonta aos primeiros contatos entre portugueses, índios e africanos bantos e sudaneses, com seus diferentes credos (DIAS, 2009). Neste processo, predominou a imposição da doutrina da Igreja Católica sobre as demais crenças, constituindo dessa forma, um desrespeito pela cultura africana e indígena, que de acordo com Valente (1977) não pode se manter ileso neste novo ambiente.

As senzalas no Brasil Colonial eram uma representação exata desta “mistura cultural”, uma vez que, ao chegarem ao Novo Mundo, os negros eram colocados com escravos de origens diferentes, a fim de evitar as revoltas, pois desta forma “eles teriam problemas de comunicação e, muitas vezes, eram de tribos rivais” (RIBEIRO, 2012, p. 4).

A escravidão foi um período de extrema mudança na vida social, econômica e principalmente religiosa dos negros. Ao chegarem ao Brasil pelo tráfico negreiro eles eram trazidos presos a correntes, mostrando dessa forma, a sua submissão ao homem português, àquele que tinha o poder de colonização. Ao desembarcarem no Brasil, recebiam novos nomes e eram introduzidos na religião professada pelos portugueses, no caso a Católica. Porém, mesmo em meio a tanta violência, os africanos não abandonaram de todo suas raízes, principalmente no que tange a religião:

Muitos traços culturais dos negros se conservaram no Brasil e se integraram à cultura brasileira. Não obstante a situação de escravos em que se encontravam. Deslocados violentamente do seu ambiente nativo. Afastados do seu familiar e social. Mutilados nas manifestações próprias de suas culturas. A sua resistência cultural mostrou-se particularmente notável no modo de preservar as religiões. Certamente porque é a religião uma manifestação de cultura espiritual. Manifestação de vida espiritual persistente e capaz de resistir, mais que qualquer outra, à obra de esfacelamento e dissolução imposta por vezes pelos conflitos de culturas (VALENTE, 1977, p. 8-9).

A ideologia pregada pelos portugueses aos seus escravos era de que quem aceitasse a escravidão como meio de sobrevivência na sociedade, seria recompensado no paraíso (PEREGALLI, 1988, p.21). O escravo por sua vez, aceitou aparentemente essa conversão forçada, mas passou a infiltrar lentamente na religião católica suas crenças e práticas religiosas, tornando-se o sincretismo uma via de mão dupla:

O processo de sincretismo religioso pode ser analisado como um fenômeno ambíguo. Ao mesmo tempo em que servia aos negros para a manutenção dissimulada de seus costumes – através da representação de seus deuses em outra roupagem – também se imiscuía no pensamento do escravo, predispondo-o para aceitar os santos católicos (MANTOVANELLO, 2006, p. 30).

MINAS GERAIS E MARIANA

A região de Minas Gerais até o século XVI era ocupada por índios, quando então passou ser desbravada por europeus em busca de pedras preciosas e do ouro, dando início ao povoamento constituído de brancos, pardos e negros oriundos “das cidades, vilas, fazendas e florestas do Brasil” (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 426).

Esses bandeirantes descobriam as minas e passaram a explorá-las tornando a localidade num grande centro econômico da colônia no início do século XVIII. Sobre o povoamento de Minas é no dito que:

[...] havia dois grandes movimentos populacionais para as zonas mineiras: uma imigração europeia voluntária vinda do litoral e, principalmente, do norte de Portugal, e uma imigração negra forçada vinda do litoral e da África, principalmente do Golfo do Benin (atuais Gana e Nigéria). Em 1775, Minas Gerais tinha 300.00 habitantes, ou 20% da população do Brasil, metade deles escravos. A descoberta de ouro mudou a configuração econômica e demográfica do Brasil (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 428).

Para que a mineração progredisse era necessária muita mão de obra tornando o escravo uma mercadoria de grande valor comercial. A posse de escravos era o principal fator de diferenciação na sociedade de Minas do século XVIII, aquele que tivesse escravos era considerado rico. (PEREIRA, 1999, p. 14)

Nessa nova capitania a participação dos escravos, africanos e crioulos era extremamente ampla, muitas vezes maior do que a de brancos, com isso, havia o medo de sublevações “fazendo de Minas um barril de pólvora” (SOUZA, 1999, p. 88). Assim, na sociedade mineira, considerada agitada para aquele século, fazia-se necessário uma ideologia domadora para que o poder do Estado português fosse considerado forte (PEREIRA, 1999, p. 6).

Contudo, o metal mais precioso – o ouro, começou a declinar por volta de 1760, isto fez com que a Metrópole – Portugal, criasse meios mais rígidos de cobrar os impostos. “Quando isso aconteceu, a sociedade de Minas adaptou-se à mudança. A agricultura de subsistência ganhou importância e a população mudou- se dos antigos centros mineiros em busca de novas formas de ganhar a vida” (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 432).

A cidade de Mariana foi a primeira vila, cidade e capital do estado de Minas Gerais. Seu primeiro povoado foi formado na região no século XVII. Em abril de 1711 foi fundada com o nome de Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo e nela se estabeleceu a capital da capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Em abril de 1745 foi elevada a categoria de cidade, com o nome de Mariana, em homenagem a esposa de D. João V, Maria Ana da Austria, e no mesmo ano o Papa Bento XIV a tornou sede do primeiro bispado de Minas Gerais, vindo o bispo D. Frei Manoel da Cruz, do Maranhão, para tomar posse na Sé Catedral, em 1748.

Formação das irmandades negras – minas gerais (século xviii)

Quando analisamos a vida dos negros trazidos ao Brasil, devemos entender que estes, buscavam através das irmandades negras ou conhecidas também como irmandades afrodescendentes, uma maneira de mostrar ao senhor a sua importância, e principalmente, que também faziam parte da sociedade. No entanto, esta busca, muitas vezes era sufocada pelos próprios senhores de engenhos, uma vez que as atitudes dos negros não passavam despercebidas diante do seu senhor. Segundo Cruz (2006, p. 3), “as irmandades negras representavam na história cultural do Brasil uma expressão de prática religiosa/cultural das populações africanas, no qual subexistem certos costumes herdados pelo passado africano”.

Dados históricos nos revelam que as primeiras irmandades constituídas na sociedade mineira que foram denominadas “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos” de Vila do Serro (hoje Serro), 1704 e de Vila Rica (atual Ouro Preto), 1711. (SILVA, 2010, p. 20). Muitos estudos que partiram do pressuposto das confrarias religiosas, afirmam que estas instituições tiveram grande participação no passado, contribuindo dessa maneira para inserção do africano na sociedade colonial. Segundo Silva,

[...] De acordo com a literatura existente, podemos afirmar que a característica eclética e plural,

historicamente apresentada pelo Catolicismo, foi um elemento que favoreceu, de modo significativo, o estabelecimento das irmandades religiosas negras em território mineiro (SILVA, 2010, p. 20).

As primeiras irmandades fundadas no século XVIII tiveram como sede as primeiras capelas. O historiador Caio César Boschi, acrescenta “que as confrarias religiosas encontravam-se presentes e atuantes, em território mineiro, muito antes do aparecimento dos primeiros arraiais e vilas” (BOSCHI, 1986, p. 23 *apud* SILVA, 2010, p. 21). Essas irmandades tinham como característica principal as “agremiações fundadas” por leigos da sociedade para propiciar maior liberdade em relação ao poder da Igreja Católica.

Segundo a antropóloga Teresa Cristina as irmandades, “podiam reunir membros de diferentes origens sociais, estabelecendo solidariedades verticais, mas também servir como associações de classe, profissão, nacionalidade e “cor””. Como objetivo principal, as irmandades:

[...] Organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor e para fins beneficentes destinados aos seus irmãos, que se comprometiam com uma efetiva participação nas atividades da irmandade. Esses fins beneficentes, tais como auxílio na doença, na invalidez e na morte, variavam de acordo com os recursos da irmandade, diretamente proporcionais às posses de seus membros (CRUZ, 2006, p. 4).

O sociólogo Rubens vai ao encontro da antropóloga acima citada, afirmando que essas irmandades acabavam muitas vezes por assumir a responsabilidade dos senhores de escravos, um exemplo marcante é o caso dos enterros e auxílios nas doenças. Em suas palavras Rubens descreve que:

[...] É preciso pensar que, devido às condições de existência na sociedade colonial, muitos membros destas confrarias – independentemente de serem forros ou cativos -, se não fosse a solidariedade dos “irmãos”, certamente viveriam à mingua, abandonados e entregues à própria sorte (SILVA, 2010, p. 23).

Outro papel que podemos destacar das irmandades negras na sociedade colonial é na ajuda da compra de “Cartas de Alforrias” daqueles membros que ainda se encontravam na condição de escravo e com isso, “[...] possibilitavam que o capital gerado pelo trabalho do próprio escravo e acumulado, com sacrifício por esse, circulasse internamente sem nunca escapar às mãos das elites dominantes (SILVA, 2010, p. 23).

Portanto, podemos afirmar que as irmandades eram uma forma de organização política, econômica e social dos negros, que extrapolava seu caráter religioso. As irmandades proviam um meio de resistência dos africanos diante da dominação e da inferioridade que os senhores impunham aos escravos.

As irmandades eram tidas como uma família, onde os africanos que foram retirados de seus países podiam encontrar um local de preservação de sua identidade e abrigo cultural. Dessa forma:

A irmandade, em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua, construíram identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. As irmandades de cor representavam um meio onde homens e mulheres, oprimidos pela sociedade hierarquizada, conseguiam se sentir um pouco mais livres, construindo um mundo paralelo ao da sociedade escravista (CRUZ, 2006, p. 7).

Um dos principais motivos de se associar a uma irmandade era a preocupação com o momento da morte. A prática de enterrar os mortos dentro das igrejas era tida como um costume, uma vez que isso era considerado “uma das portas de entrada do Paraíso” (CRUZ, 2006, p. 10). Os negros que se associavam as irmandades desejavam um enterro digno.

Da cultura africana trazida da África, as irmandades tinham ocasiões de festas africanas para a coroação de Reis e Rainhas dos Congos, eles eram eleitos anualmente pelos devotos da comunidade.

A coroação ocorria no dia da festa de Nossa Senhora do Rosário, Rei e Rainha do Congo representavam um sistema de governo africano na medida em que possuíam autoridade sobre seus 'súditos' e preservavam aspectos culturais e sociais da África, contribuindo para a integração e solidariedade dos negros no Brasil (QUINTÃO, 2000, p. 166 *apud* CRUZ, 2006, p. 9).

A elite da sociedade buscava participar dessas irmandades negras com o intuito de controlar os seus escravos, contudo, talvez muitos deles tinham como objetivo real a devoção. Eles acreditavam que, ao participar dessas confrarias, eles teriam as suas almas salvas. Os pretos os aceitavam por diversas razões: para cuidar dos livros, sendo que eram analfabetos e principalmente, para receberem grandes quantias de dinheiro como doações generosas, uma vez que não possuíam dinheiro e tinham dificuldade em manter as irmandades, e também existia a obrigação de deixar que o seu senhor participasse da irmandade.

As irmandades (Confrarias e Ordem Terceiras) na sociedade mineira tiveram um grande papel em sua formação colonial. Compunham um espaço de interatividade na vida religiosa e social dos devotos no decorrer do século XVIII, formando dessa forma identidades individuais e coletivas.

Igreja nossa senhora do rosário dos pretos

“Em Mariana, grande parte da arquitetura colonial religiosa ainda preservada provém de iniciativas das diversas irmandades que ali existiram”.¹⁵ A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos teve sua pedra fundamental lançada no dia 14 de Maio de 1752, em solenidade presidida pelo Dom Frei Manuel da Cruz, “cuja construção se deve às Irmandades do Rosário, São Benedito e de Santa Efigênia” (TRINDADE, 1945, p. 193). Após o lançamento da pedra fundamental da Igreja, quatro anos mais tarde, o construtor José Pereira dos Santos, finalizou as obras. “A bênção da igreja ocorreu a 21 de dezembro de 1758, o que significa que estava apta para o culto”.¹⁶

“Trata-se de edificação representativa, pelas características do material e pelos novos recursos construtivos adotados em Minas em meados do Século XVIII. Sua construção, de pedra e cal, apresenta massa de esboçamento e reboco balanceada [...] firmado pelo próprio construtor, o que vem indicar, já àquela época, a preocupação de valorizar o emprego de certos materiais básicos de produção local. O frontispício apresenta pilastras e cunhais de cantaria, sendo janelas inferiores em retângulos de madeira. [...] as torres foram inseridas de forma inadequada, em razão, talvez, de equívoco no risco executado por José Pereira dos Santos, apresentando-se em desconformidade com o corpo da Igreja, não em tamanho como em resistência [...]” (CALDEIRA; LARA, 2006, p. 45).

As Igrejas Católicas tem como grande característica a exuberância de seus altares e de seus santos esculpidos. A Igreja Nossa Senhora do Rosário não foge a esta herança arquitetônica. Quando se entra no templo pode-se ver uma grande riqueza em estilo Rococó¹⁷ nos altares e retábulos e também nas diversas imagens esculpidas dos santos patronos desta irmandade, como por exemplo, as três principais que deram origem a esta igreja: Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito.

15 Disponível em: <<http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/d.php?id=820>>. Acesso em: 18 de Set. 2013.

16 Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans_et/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1336>. Acesso: 10 de Set. 2013.

17 O Rococó é um estilo artístico que se desenvolveu no sul da Alemanha e Áustria e principalmente na França, a partir de 1715. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=290>>. Acesso: 10 de Setembro 2013.

A decoração interna da Igreja foi desenvolvida por dois grandes artistas, Francisco Vieira Servas e Manoel da Costa Ataíde. Servas foi responsável pelas obras de talha do altar-mor, iniciadas em 21 de Janeiro de 1770 e concluídas em 5 de Março de 1775. Nascido em Freguesia de Sam Paio de Eira Vedra em Portugal no ano de 1720, Servas ficou conhecido por seus altares, retábulos e estátuas nas igrejas de Minas Gerais entre os anos de 1750-79.¹⁸ As obras de Servas produzidas no Brasil, principalmente em solo mineiro, embora sejam do período rococó, se enquadram às formas caracterizadas pelo estilo joanino. Faleceu no dia 17 de Julho de 1811 e foi sepultado na capela de Sam Domingos da Prata do Arco, em Portugal¹⁹.

O segundo personagem é Manoel da Costa Ataíde, conhecido também como “Mestre Ataíde”, nascido na cidade de Mariana no ano de 1762. Destacou-se na pintura ilusionista perspectiva, que se caracteriza por revelar ao público a imersão aos espaços celestes, técnica esta concebida pelo arquiteto-pintor Andrea Pozzo (1642-1709). Nunca se casou, mas teve quatro filhos que foram utilizados para representar os anjos em suas pinturas. Estudiosos da arte afirmam que os anjos representados em suas pinturas de estilo rococó apresentam características físicas da mestiçagem brasileira. Mestre Ataíde faleceu em 2 de Fevereiro de 1830.²⁰ Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi responsável pelas imagens dos santos e pela pintura do teto. Entre os anos de 1824 e 1826, Mestre Ataíde também executou a pintura e o douramento dos retábulos de madeira.

Quando se fala sobre a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, deve-se também fazer menção da riqueza de seus detalhes, como por exemplo, nesta igreja podem-se encontrar características iconográficas de extrema importância em seu interior:

“[...] o corpo da Igreja é percorrido por balaustrada de jacarandá, a qual se tem acesso pelo átrio vedado por um tapa-vento de madeira, comum nas igrejas de taipa. Os altares são compostos por trabalhos de talha e pintura menos rebuscados, executados de forma mais livre ou evoluída. As colunas do altar-mor, duas de cada lado, são simples e apresentam caneluras verticais frisadas com ouro e socos em forma de consolos. O trono é ladeado de duas colunas no mesmo estilo. Já nos altares laterais as colunas se diferem, sendo talhadas em forma de S, com capitéis e retângulos. Tanto no altar-mor, como nos laterais, o ouro é parcimoniosamente distribuído, cedendo lugar à predominância do branco em toda a decoração, o que vem conferir suavidade ao conjunto. [...] O Quadro central é sustentado por quatro colunas cilíndricas e quatro quadradas com consolos, pedestais, concheados e enrolados sobre os entablamentos, que se erguem das paredes laterais da capela-mor. Ao centro das paredes laterais correspondem dois balcões ornados em concheados, à feição de vasos de flores, sem exhibir púlpitos nos cantos” (CALDEIRA; LARA, 2006, p. 45).

Considerações finais

A intenção deste estudo foi compreender quais os métodos utilizados pela Igreja Católica para a conversão do negro, buscando, detalhadamente, trabalhar as fontes históricas que subsidiam este tema, embora não existam muitas pesquisas que envolvam a abordagem feita, o que fez com que fosse necessária uma pesquisa mais ampla, utilizando outras áreas das Ciências Humanas, para trazer um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto.

18 Disponível em: <http://brasilartesenciclopedias.com.br/tablet/nacional/servas_francis.php>. Acesso em 18 de Set. 2013.

19 Disponível em: <<http://www.grupooficinaderestaurom.com.br/publicacoes/francisco-vieira-servas-o-grande-artista-portugues-do-barroco-mineiro.html>>. Acesso em 18 de Set. 2013.

20 Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/mestreatayde.html>>. Acesso em 18 de Set. 2013.

A partir da pesquisa realizada sobre os instrumentos utilizados pela igreja para a conversão do negro-escravo, consideramos que uma das formas de manifestação do sincretismo religioso foi no uso da hagiografia. Através de santos negros a Igreja incentivou o negro a desenvolver o perfil que ela desejava, fazendo com que existisse uma relação entre a história e a sua cultura. Podemos perceber que isso estava ligado aos valores que o Estado almejava, como por exemplo, a submissão, os bons hábitos e principalmente a ordem, sendo que, o bom comportamento do indivíduo escravo era exigido na sociedade mineira e a Igreja ajudava o Estado nesse processo de conformação social.

Foi possível considerar também outro fator importante, a formação das irmandades como o método criado pelos negros-escravos para não perder as suas raízes, reforçar sua identidade e se organizar socialmente. A partir da constituição destas instituições percebemos que o negro queria mostrar ao seu senhor que ele também era indivíduo da sociedade. As irmandades também tinham função de não somente preservar a cultura do negro a partir de seus rituais ou festas, mas como também, ajudá-lo em suas necessidades quando precisasse.

Desta forma, as conclusões que este estudo apresenta são importantes para a compreensão desse momento da história brasileira, em especial da sociedade marianense. O catolicismo entre os negros foi um palco para disputas muito mais amplas do que a religião em si, o que estava em jogo eram as relações de poder, dominação e de expressão cultural. Nessa luta, Igreja e escravos lutaram com suas armas, ganharam batalhas e fizeram concessões, porém passados duzentos anos é possível perceber em nossa sociedade atual que os negros conseguiram preservar muito da sua cultura e influenciar toda uma nação com uma importante contribuição econômica, política e cultural.

Referências

- CALDEIRA, A. B; LARA, F. L. C. **Mapeamentos do acervo arquitetônico e histórico da cidade de Mariana**. Belo Horizonte: FAPEMIG, PUCMG, 2006. 135 p.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- DIAS, R. H. G. Os primeiros sincretismos surgidos no período colonial. **Sincretismos religiosos brasileiros: Pequeno estudo sobre alguns sincretismos surgidos no Brasil entre 1500 e 1908**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009, p. 16-20.
- LOCKHART, J; SCHWARTZ, S. O Brasil na era do ouro e do absolutismo. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- OLIVEIRA, A. J. M. de. **Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008.
- PEREGALLI, E. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Global, 1988.
- PEREIRA, M. A. de P. **Escravidão e Catolicismo em Minas Gerais colonial: Formas de Sociabilidade e Controle**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 1999. 101 p.
- SILVA, R. **Negros Católicos ou Catolicismo Negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- SOUZA, L. M. Tensões Sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. **Norma e Conflito: Aspectos da**

História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 1999.

VALENTE, W. **Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1977.

RENOVAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL E AÇÃO CATÓLICA: APONTAMENTOS SOBRE SEUS ACERVOS NO ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE

Vanessa Gomes de Campos²¹

Introdução

Em 2021, um grupo de senhoras remanescentes da *Renovação Cristã do Brasil* (RCB) doou ao Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre o acervo do referido movimento, que no ano anterior encerrou as atividades em âmbito arquidiocesano. A RCB caracterizou-se por ser um movimento de mulheres (e também de homens) de classe média urbana que se comprometia a educar, através de equipes de reflexão e comunicação de experiência, “uma consciência crítica na fé evangélica” (ESTATUTOS..., 1978). Com origens que remontavam à instituição da Ação Católica Brasileira (ocorrida em 1935 por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra²²), na década de 1970 a RCB filiou-se ao Movimento Internacional de Apostolado dos Meios Sociais Independentes (MIAMSI)²³. Embora o acervo doado não estivesse organizado, foi possível identificar diversos elementos da trajetória do grupo, desde a época das Senhoras da Ação Católica.

Neste texto, buscamos lançar alguns apontamentos sobre o acervo da RCB que foi incorporado ao Arquivo da Arquidiocese, levando em conta a historicidade do movimento a partir das origens na Ação Católica (AC). Do mesmo modo, lançamos um olhar sobre o acervo da própria AC existente no mesmo local, sobre o qual também nos debruçamos brevemente.

Entendendo-se AC, desde seus primórdios até a década de 1960²⁴, como um projeto situado em um contexto de demanda da Igreja Católica, que permitiu o surgimento de associações laicas “para atuarem como veículos de cristianização” (FERNANDES, 2018, p. 16), surpreendeu-nos os poucos vestígios documentais existentes no Arquivo arquidiocesano. Embora essa discussão não seja nosso objetivo principal, achamos oportuno sugerir algumas reflexões suscitadas por tais circunstâncias.

Ação católica (AC) e renovação cristã do Brasil (RCB)

Foi no contexto da restauração católica²⁵ dos inícios do século XX que se desenvolveu a *ação*

21 Mestre em História (UPF). Arquivista e Historiógrafa no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis – Arquidiocese de Porto Alegre/RS. Contato: <arquivo@arquipoa.org.br>.

22 Arcebispo do Rio de Janeiro (1930-1942).

23 Movimento fundado pela francesa Marie-Louise Monnetre e reconhecido pelo Vaticano em 1963, e se identifica como “una comunidad de movimientos de iglesia formado por personas con responsabilidades profesionales, económicas, sociales, políticas y culturales en el mundo”. Atualmente é uma organização não governamental de inspiração católica, com representantes em todos os continentes, com “opción por los pobres y la promoción y defensa de los derechos humanos”. A proposta consiste em evangelizar-se a si mesmo e ao seu meio social, assim como “promover el Reino de Dios en su vida de laicos y en la vida del mundo”. Sediado em Roma, divide-se em quatro Conselhos, sendo na África, na Europa, em Madagáscar e na América Latina, que se denomina *Secretariado de América Latina*, o SAL. (MOUVEMENT INTERNATIONAL D'APOSTOLAT DES MILIEUX SOCIAUX INDÉPENDANTS. Disponível em: <<http://www.miamsi-rome.org/>>. Acesso em: 10 jun. 2021)

24 Mesmo tendo sido extinta em 1966 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alguns movimentos se reconfiguraram.

25 “A restauração católica nada mais é que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que, finalmente, foram formuladas nos documentos do Concílio” (RAMBO, 2002, p. 287). Trata-se do Concílio Vaticano I (1869-1870) que, dentre outras questões, lançou as bases que conduziram à volta ao catolicismo tridentino. Na historiografia nacional encontramos diversas designações para o mesmo período, como

católica, derivada da ideia do Papa Pio X (1903-1914), que, de acordo com Fernandes (2018, p. 14) significava a “ação articulada dos leigos, mas em função de objetivo delimitado: contribuir para a solução da questão social”. Nesse sentido, era uma resposta aos fenômenos de secularização da sociedade e do Estado, uma vez que os anos de 1920 foram marcados “pela criação e estímulo a movimentos eclesiais de reação ao positivismo, liberalismo, comunismo, ateísmo” (ZANOTTO, 2012, p. 37). Para Ivan Manoel (2013, p. 12) a Ação Católica foi um “instrumento da romanização”, tendo sido definitivamente instituída no Brasil em 1935, pelo Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme, ancorando-se em um apostolado hierárquico que visava difundir e atuar na sociedade conforme os princípios católicos.

O apelo nacional aos Bispos e párocos foi ouvido também na Arquidiocese de Porto Alegre que estava sob o comando de Dom João Becker (1912-1946). É o que observamos nas páginas da Revista *Unitas*, periódico que existiu entre 1913 e 1993 e era o boletim oficial da Arquidiocese (BECKER, 1913). Criada por Dom João Becker e continuada pelo sucessor Dom Vicente Scherer (1947-1981), foi sobretudo no período de ambos os prelados que extraímos o espírito da restauração católica, potencialmente disciplinar para o clero. Dessa forma, a *Unitas* é uma fonte histórica essencial para estudar o período, uma vez que todas as orientações, decisões e normas emanadas pela hierarquia católica eram nela publicadas.

Pensando na Ação Católica, de modo genérico, e como apontam os estudos de Fernandes (2018, p. 46), sua configuração correspondia a dois padrões que atuaram de forma conjugada no Brasil: o “padrão geral, com os ramos fundamentais por gênero e idade, e o padrão especializado, com os ramos fundamentais divididos por gênero, idade e segmentos sociais”. Assim, desde o início da AC havia uma estrutura pensada para que todos, “da tenra idade à velhice, encontrassem um espaço de atuação no verdadeiro exército que a Igreja procurava construir, exército da ação e da palavra em defesa da fé católica” (MANOEL, 2013, p. 22).

Em cada Diocese deveria operar um núcleo da Ação Católica, coordenado pelo Bispo, constituído por “quatro ramos fundamentais – adulto (masculino e feminino) e juventude (masculina e feminina) – e alguns segmentos sociais – estudantil, operário e universitário” (FERNANDES, 2018, p. 46). Os ramos fundamentais denominavam-se “Homens da Ação Católica (HAC) ou Liga Feminina Católica (LFC), para os adultos; Juventude Católica Brasileira (JCB) ou Juventude Feminina Católica (JFC), para os jovens²⁶ (FERNANDES, 2018, p. 33).

Entre as décadas de 1940 e 1950, ocorreram mudanças estatutárias na Ação Católica Brasileira, aperfeiçoando a estrutura e aproximando-se à inspiração francesa²⁷. Segundo Souza (2006, p. 50), tratou-se de um novo momento, o da *Ação Católica Especializada*, ocasionando alterações nas próprias denominações, como apontado por Fernandes (2018, p. 38): a Liga Feminina Católica passou a ser chamada de Senhoras de Ação Católica, e a Juventude Católica Brasileira que passou a ser Juventude Masculina Católica.

Embora não seja nada robusta a documentação da Ação Católica existente no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, da Arquidiocese de Porto Alegre, é possível identificar elementos da trajetória da AC descritos anteriormente, conforme destacado no Quadro 1:

“reforma católica” e “romanização”. Sugerimos o texto de Santirocchi (2010), que propõe uma revisão conceitual dos termos.

26 Conjugando-se a especialidades, encontramos os grupos: Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

27 A primeira estrutura da Ação Católica no Brasil era de inspiração italiana.

Quadro 1 – Documentos relativos à Ação Católica no AHMRuN.

Seção especializada	Tipologia	Período	Observações
Juventude Católica Brasileira	Ata de Eleição	1936	
Juventude Feminina Católica	Ata de Eleição	1936	Dirigida ao Arcebispo Dom João Becker.
	Relatório (Arquidiocese)	1939	Assinado pelo secretário do Conselho, Carlos de Brito Velho, e dirigido ao Vigário Geral Mons. Leopoldo Neis.
Juventude Feminina Católica (JFC)	Atas	1937-1940	
Liga Feminina Católica	Provisão de criação e de nomeação de diretoria	1938-1944	Para os Centros de diversas paróquias da Arquidiocese; são minutas ²⁸ .
Juventude Universitária Católica (feminina e masculina)	Estatutos (modificação)	1946	
Juventude Masculina Católica (JMC)	Lista dos Centros	1950	Contém a paróquia onde se localiza, o nome, data de fundação e avaliação do Centro, assim como o número de centristas.
	Atas	1950-1959	Referem-se às reuniões dos presidentes dos Centros existentes nas paróquias de Porto Alegre.
	Listas de presença	1951-1958	
Liga Independente Católica (feminina e masculina)	Provisão de criação e de nomeação de diretoria	1956-1960	Para os Centros de diversas paróquias da Arquidiocese; são minutas.
Liga Operária Católica (feminina e masculina)	Provisão de criação e de nomeação da primeira equipe dirigente	1957	Expedida para a paróquia N. Sra. da Conceição de Esteio.
Juventude Independente Católica (feminina e masculina)	Provisão de nomeação de diretoria	1956-1959	Diretoria arquidiocesana, assim como para as diretorias nas paróquias; são minutas.
Juventude Operária Católica (feminina e masculina)	Provisão de criação e de nomeação de diretoria	1957-1960	Para os Centros de diversas paróquias da Arquidiocese; são minutas.
Juventude Estudantil Católica (feminina e masculina)	Provisão de nomeação de diretoria e de assistente	1959	Para os Centros de diversas paróquias da Arquidiocese; são minutas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Há que mencionar, ainda, que a Ação Católica contava com o status de associação eclesiástica, uma vez que era instituída canonicamente. Nesse sentido, os postos de comando eram ocupados por leigos nomeados pelo Arcebispo, o que pode ser confirmado com a maioria dos documentos que formam o acervo exposto no Quadro 1. Todos as seções especializadas tinham um Assistente Eclesiástico, também nomeado pelo Arcebispo. Tanto os leigos quanto os padres com cargos provisionados não poderiam ser afiliados politicamente, pois, “para os fins políticos, a Igreja contava com a Liga Eleitoral Católica” (FERNANDES, 2018, p. 32).

28 Documentos que apenas não apresentam os sinais de validade, como a assinatura (BELLOTTO, 2002, p. 105-106).

Além dos documentos expostos no Quadro I, também apuramos a existência de alguns livros e revistas que tratam da AC. É bastante interessante esse material, pois podem elucidar algo da procedência e das relações que se operavam, a partir do indício de identificação de nome na capa ou folha de rosto. Para além de membros do clero, destacou-se o nome de Mário Goulart Reis, oriundo dos bancos escolares anchietanos e altamente comprometido com a militância católica nos anos 1940. De sua propriedade – cuja integração no Arquivo arquidiocesano ainda é uma incógnita – encontramos: o periódico *Ação Católica*, “órgão oficial da Ação Católica Brasileira”, cuja coleção (incompleta) baliza entre 1939-1944; o livro de autoria do Pe. Carlos Ortiz, *A Ação Católica e o conceito da participação* (1941); e um opúsculo escrito por ele mesmo, intitulado *A Ação Católica e a feição da Idade Nova no Brasil* (1940).

Ao tratarmos da Renovação Cristã do Brasil (RCB), importa-nos compreender a historicidade do movimento desde a AC. Sendo assim, com a alteração estrutural da AC a partir de 1946, por atuação do seu Assistente Eclesiástico Geral, Pe. Helder Câmara, a Liga Feminina Católica passou a chamar-se *Senhoras da Ação Católica* (SAC), tendo também surgido a *Ação Católica Independente* (ACI), formada pelos ramos adultos. Na Fig. 1, de caráter ilustrativo, observamos a placa que também foi doada pelas senhoras da RCB.

Figura 1 – Placa.



Fonte: Acervo da RCB.

Na década de 1960, a crescente aproximação de alguns grupos da Ação Católica com a militância política, unido à progressiva repressão a qualquer oposição ao regime militar após o golpe de estado de 1964, a CNBB²⁹ acabou por recuar e extinguiu a AC em 1966. A partir daí as SAC que inicialmente se organizavam em “equipes paroquiais” e já, desde a década de 1950 formavam “equipes domiciliares”, contando com maior inserção social, organizaram a *Liga Independente Feminina da Ação Católica* (LIFAC), derivada da ACI. Em 1972, como narrado pelo próprio movimento, “em um congresso em Belo Horizonte/MG, a ACI para fugir dos problemas com as diversas hierarquias – eclesiásticas e militares – mudou o nome para Renovação Cristã do Brasil – RCB” (FOLHETO, 2002, p. 2).

O conjunto documental da RCB, até o momento, foi superficialmente estudado e relacionado, a fim de demonstrar a sua abrangência. Podemos dizer que, como se trata de um arquivo proveniente de uma associação de caráter privado, a maioria dos materiais diz respeito ao que foi utilizado em dinâmicas dos grupos, como textos e palestras. Também há cartas e e-mails – a partir do final da década de 1990 – de outros grupos da RCB pelo Brasil, assim como diferentes materiais referentes ao MIAMSI (estatutos, boletins, relatórios, assembleias e conferências). É possível identificar, primordialmente, os nomes de duas senhoras³⁰ em relação à proveniência do conjunto. Além dos livros e pastas mencionados no Quadro 2, a maior parte dos materiais são reprografias de relatórios, anotações e programas de eventos,

29 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A complexidade do processo histórico que culminou na extinção da Ação Católica Brasileira, assim como sua herança e reconfiguração, pode ser verificada no Capítulo 5 da tese de Fernandes (2018, p. 146-194).

30 Ambas foram entrevistadas assim que ocorreu a doação e, embora tenhamos buscado compreender a estrutura do movimento, interessaram-se apenas a relatar as ações sociais que empreenderam.

textos de reflexão e de discussão de eventos, apostilas de estudos, atas de Assembleia e de Reunião, textos de apoio a reuniões, de formação e de metodologia, etc.

No Quadro 2, selecionamos os materiais mais antigos que compõem o acervo da RCB, hoje incorporado ao Arquivo Histórico da Arquidiocese:

Quadro 2 – Documentos mais antigos doados pelo movimento RCB.

Seção especializada	Tipologia	Período	Observações
Liga Feminina da AC	Atas	1938-1955	Arquidiocese
	Atas	1941-1949	Centro da paróquia N. Sra. da Conceição de Porto Alegre
Senhoras da AC	Gráfico	1940-1950	Representa nº sócias ao longo da década
	Atas	1955-1957	Diretorias Arquidiocesana e Paroquias
Liga Independente Feminina da AC	Lista	1951-1956	Nomes e dados das sócias em todo o RS
AC Operária	Atas	1968-1969	Equipe Arquidiocesana (apenas 5 fls. preenchidas)
	[Diversas]	1965	Pasta com diferentes documentos

Fonte: Elaborado pela autora.

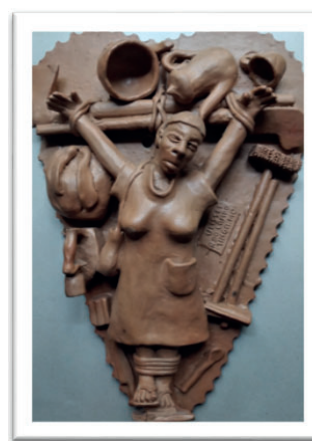
Como a doação aconteceu devido ao encerramento de suas atividades, a sala que ocupavam também foi desativada, o que resultou na entrega dos objetos de escritório, quadros, etc. Chamamos a atenção para o estandarte (Fig. 2) e a escultura em terracota (Fig. 3), para ilustrar a variedade de materiais que compõe o acervo.

Figura 2 – Painel da RCB.



Fonte: Acervo da RCB.

Figura 3 – Escultura.



Fonte: Acervo da RCB.

A Fig. 3, de modo ilustrativo, mostra o trabalho assinado por Ulisses Mendes, artista reconhecido do Vale do Jequitinhonha/MG por suas obras misturarem crítica social, religiosa e cultural.³¹ Por fazer parte do acervo da RCB, pode exemplificar o tom assumido pelo movimento a partir dos anos 1970, o que significa que temos um longo percurso a percorrer para entender a complexidade de seu funcionamento.

31 ARTE POPULAR DO BRASIL. Ulisses Mendes. *In: Arte Popular do Brasil*. Disponível em: <<https://artepopularbrasil.blogspot.com/search?q=ulisses+mendes>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Considerações finais

O tratamento técnico arquivístico empreendido no acervo da Renovação Cristã do Brasil ainda é incipiente, carecendo de pesquisas que o relacionem com o contexto histórico de sua produção. Aliado a isso, estamos conscientes que a transparência profissional aplicada nas atividades de organização, classificação, descrição e disponibilização aos pesquisadores é fundamental para deixar em evidência os critérios e as justificativas das escolhas, pois os “arquivos não são depósitos de documentos empilhados, mas um reflexo e uma justificação da sociedade que os produziu” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 23).

Nesse sentido, tão importante quanto entender os movimentos da Ação Católica e da RCB como produtores de documentos, é refletir sobre o significado da sua presença no Arquivo Histórico da Arquidiocese. Como observado no Quadro 1, a documentação diretamente relacionada à Ação Católica é escassa, corroborando a afirmação de Fernandes (2018, p. 19) que estudou a trajetória custodial do espólio da Ação Católica Brasileira, que se encontra atualmente no Centro de Informação e Documentação Científica (CEDIC) da PUC-SP. A mesma autora concluiu que o caráter privado dos movimentos especializados fez com que os próprios leigos e alguns sacerdotes guardassem para si tanto os documentos quanto os livros, que eram utilizados como referência de leitura pelos leigos e clero. Do mesmo modo que a Ação Católica, isso se passou mais ainda com a RCB, que existiu de forma mais autônoma da tutela eclesiástica, fazendo com que apenas a doação ou entrega voluntária é que possibilitasse a incorporação do acervo ao Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis.

Para encerrar, queremos mencionar que pesquisas recentes sobre o AHMRuN (CAMPOS, 2022) evidenciaram os contornos da constituição do acervo pautados em interesses pessoais e visões de mundo do último sacerdote que o dirigiu, Mons. Ruben Neis (1966-2003), preterindo o recebimento de acervos que não fossem datados de períodos históricos anteriores ao século XIX. Nesse sentido, abrem-se diferentes perspectivas de reflexão na conformação do Arquivo institucional que tem buscado compreender a proveniência de seus materiais, assim como expandir a pluralidade de representações sociais para além da hierarquia eclesiástica.

Referências

ANGELI, D. S. O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). 2020. **Tese** (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BECKER, J. Unitas. **Unitas**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 3-4, set./out. 1913.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

CAMPOS, V. G. de. Constituição social, interferências e contornos: o arquivo pessoal do Monsenhor João Maria Balem e o Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (1887-1978). 2022. **Dissertação** (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA (CEDIC). **Fundo Renovação Cristã do Brasil**. São Paulo, PUC-SP. Disponível em: <pucsp.br/cedic/fundos-e-colecoes>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FERNANDES, S. da S. *Lux in arcana* (A luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos. 2018. **Tese** (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ISAIA, A. C. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JOÃO, F.; CLEMENTE, E. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPCURS, 1995.

MANOEL, I. A. Das reformas ultramontanas à Ação Católica: achegas para o entendimento da história católica no Brasil. *In*: MARIN, J. R. (Org.). **Questões de religiões: teorias e metodologias**. Dourados-MS: UFGD, 2013, p. 11-28.

RAMBO, A. B. A restauração católica no sul do Brasil. **História: Questões & Debates**, n. 36, p. 279-304, 2002.

RENOVAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL (RCB). Estatutos. Rio de Janeiro, 1978.

RENOVAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL – MIAMSI. Folheto. Rio de Janeiro, 2000.

SANTIROCCHI, Í. D. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, v. 2, n. 2, p. 24-33, ago./dez. 2010.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba**, v. 3, n. 3, p. 18-33, jul. 2004.

SOUZA, P. N. de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, v. 14, n. 55, p. 39-59, abr./jun. 2006.

ZANOTTO, G. **TFP – Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)**. Passo Fundo: Méritos, 2012.

FLORESTA, PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA: POLÍTICAS AMBIENTAIS EM SANTA CATARINA

*Denisia Martins Borba*³²

*João Carlos Ferreira de Melo Júnior*³²

As comunidades tradicionais de matriz africana, ainda não é uma temática devidamente explorada em Santa Catarina, considerando a população total de 7.338.473, segundo estimativa do IBGE (2021), dos quais cerca de 15% se autodeclararam pretos ou pardos e pouco mais de 10 mil autodeclarados vinculados às tradições religiosas de matriz africana. Trata-se de uma pesquisa baseada na investigação qualitativa, com foco na bibliografia referente à presença das comunidades tradicionais de matriz africana em Santa Catarina, sua simbiose com a floresta, e, lançando um olhar sobre os reflexos determinantes do poder de atuação coletiva no exercício da cidadania, analisando políticas públicas vigentes sobre a conservação ambiental, em 13 municípios do Estado, distribuídos nas 6 mesorregiões. A identificação, das comunidades se deu por meio do *snowball*, produzindo uma amostragem de uma população que, ainda não foi mapeada por outros estudos. Percebeu-se que, não há diálogo entre as gestões públicas municipais e as comunidades de matriz africana, no que se refere a conservação da floresta, o território ambiental, cultural e sagrado, para essas comunidades; os conselhos de meio ambiente dos 13 municípios, bem como o conselho estadual não preveem assento oficial para as comunidades tradicionais de matriz africana no debate, proposição e fiscalização de políticas públicas para a área ambiental.

A TULPA NASA COMO POTÊNCIA SIMBÓLICA DE MEMÓRIA[S]

Jennifer Paola Pisso Concha
Celene Trochéz Cuene

Introdução

A *Tulpa* elemento simbólico presente na Cosmovisão Indígena *Nasa* da Colômbia, além de fornecer as práticas culturais ao redor do fogo; situa-se como uma “Casa de Pensamento” que permite aprender do Outro e com o Outro, mas também é um espaço que fortalece a oralidade e a memória[s] da comunidade indígena.

Assim, o povo indígena se localiza no sudoeste da Colômbia, nos departamentos de Cauca (88,6% hab.), Valle del Cauca (3,8% hab.), Putumayo (1,7% hab.), representando o 13,4% da população colombiana (ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA, 2022). Nesse sentido, a pesquisa percorre a “*Tulpa El Uvo*” no município de Jambaló, um dos territórios com maior concentração do povo *Nasa* no departamento de Cauca (DANE, 2020).

Com efeito, na *Tulpa Nasa* compreendida como espaço sagrado e lugar de experiências/encontros, se oferendam bebidas tradicionais como *Chirrincho*, *Chicha* ou *Chaguasgua* para três pedras que simbolizam a sagrada família (mãe, pai e filho[a]), sendo também a representação do indígena em comunidade, pois através do fogo e sob orientações do *Thē’ wala* (médico tradicional em *Nasa Yuwe*) se cria um diálogo que reforça o ser/estar/pensar *Nasa* no mundo.

Isto posto na oralidade, permite aprender e reconhecer a cultura/território do grupo indígena, numa dança que articula memórias, fazeres e tempos, ou seja, os saberes da comunidade. No tempo presente, o corpo que fica na *Tulpa* atravessado pelos rituais de bem-vinda (permissão para ingressar na Casa de Pensamento), de harmonização (sintonizar-se com a Natureza) e o *refrescamiento* (livrar-se da energia ruim) que no decorrer das horas, também se mistura com o tempo passado ao reviver os ensinamentos dos ancestrais, quer dizer, o ato de lembrar é fundamental como mecanismo que permite a socialização da memória entre os membros do coletivo específico (JELIN, 2002).

Além disso, os saberes da comunidade que se tecem desde a oralidade e o fazer, caso das práticas culturais ao redor do fogo, tais como, o uso de plantas medicinais, a interpretação do fogo pelo *Thē’ wala*, o mascado de coca (planta ancestral para as comunidades indígenas), e o uso da *chonta* (vara de comando/autoridade) para “abrir caminho” durante o ritual de harmonização, constituem elementos que criam memória e se atrela à experiência do corpo que re-lembra no ato de fazer. Portanto, a oralidade ‘alimentada’ pelo calor do fogo, abre portas da memória que entrelaçam o processo de construção das identidades culturais dos grupos sociais e dos sujeitos (WALSH, 2007), permitindo [re]conhecer os saberes Outros e mudar o rumo da história para todos aqueles que ter sido considerados “subalternos” ao longo dos anos, sob visão eurocêntrica-canônica e exclusivista do saber e do poder (PISSO CONCHA, 2021).

Metodologia

Trata-se de uma abordagem qualitativa e suporta-se na etnografia e método de história oral, contribuindo para o processo de coleta de dados. Conforme Malinowski (1961), a etnografia permitiu-nos a compreensão simbólica-memorialística dos fatos, enquanto o método de história oral, segundo

Galeano (2004), promoveu nos participantes uma aproximação da sua realidade imediata, bem como do seu passado.

Em correlação, a pesquisa dividiu-se em três fases: na primeira, as autoras visitam a Casa de Pensamento localizada na “*vereda El Uvo*” no município de Jambaló, vivenciando na própria pele as práticas culturais ao redor do fogo. Já na segunda fase, fez-se onze (11) entrevistas semiestruturadas com testemunhas autorizadas (POLLAK,1989) que transitam cultural e cotidianamente esses espaços de encontro, incluindo o *Thē’ wala* Ariel Ulcué que compartilhou a Casa de Pensamento com as autoras. Finalmente, fez-se a transcrição das falas na íntegra e a triangulação das informações obtidas. Assim, o presente artigo apresenta os resultados na pesquisa, a seguir.

Resultados

O tecido de memória[s] se agrupa em quatro categorias que emergem das experiências vivenciadas na *Tulpa*, desvelando uma riquíssima tradição oral que se cristaliza em saberes e conhecimentos sobre o território de Jambaló e a cultura *Nasa*. A figura 1 é uma representação da *Tulpa* como tecido de memória[s].

Figura 1 – A *Tulpa* como tecido de memória[s].



Fonte: compilação das pesquisadoras, 2020.

Nesse cenário, a figura 1 é uma representação do tecido de memórias potenciado nos diferentes momentos que se vivenciam na *Tulpa* (colocar a lenha no local, acenda o fogo e participar do ritual), o qual entrecruza categorias-chave, tais como: a) os espaços de sabedoria e pensamento, b) as práticas culturais familiares, c) as práticas culturais territoriais, d) a “*pervivencia*” da língua mãe. Observemos.

Com relação aos espaços de sabedoria e pensamento, a oralidade potenciada pelo fogo desvelou que os indígenas Nasas percebem o universo tanto espaço físico-temporal quanto espaço espiritual. No primeiro caso, é o local para se desenvolver a vida, os processos físicos e fisiológicos, enquanto o espaço espiritual é a conexão com a Mãe Terra: ela comunica; aliás, os símbolos e elementos imersos nela transmitem aprendizagens que permitem fortalecer, revitalizar e proteger os costumes. Portanto, as poéticas orais em diálogo físico-temporal-espiritual questionam o local de fala do indígena *Nasa* na história, já que se pretende ir além “dos domínios do simbólico e do sensível” (PESAVENTO, 2005, p. 11).

Por conseguinte, compreender os símbolos presentes no espaço espiritual precisa da interpretação que faz o *Thē' wala* (médico tradicional) na sua relação com a Mãe Terra, pois é a partir daí que ele ensina sobre a medicina ancestral, colocando-se à disposição para ajudar à comunidade e manter em harmonia o território. Assim, a *Tulpa* é sinônimo de vivências, partilhas de fazeres e memórias que entrecruzam sabedoria e pensamento em duas dimensões: por um lado, o entendimento daquela conexão com a Natureza e do outro lado, a figura do *Thē' wala*: sabedor, testemunha autorizada, detentor da cultura *Nasa*.

Figura 2 – O *Thē' wala* Ariel Ulcué compartilhando seus conhecimentos medicinais

Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2020.



Nesse sentido, a primeira categoria se insere em práticas culturais ancestrais, tais como, a medicina tradicional, o qual permite compreender que “os povos indígenas baseiam sua vida nas diferentes experiências culturais e os sistemas de vida em estreita relação com a Mãe Natureza” (CEPAL, 2014, p. 33, tradução nossa).

Em adição, na segunda categoria sobre as práticas culturais familiares naquela “palavra que caminha”, destaca-se a *Tulpa* dentro das casas das famílias *Nasa*; a primeira olhada pareci-a que existe uma subdivisão da Casa de Pensamento: aquela construída sob orientação do *Thē' wala* em um ponto específico do território e aquela construída em cada lar *Nasa*, porém, é oportuno mencionar que ambas se ancoram ao fogo, ambas são sagradas e às duas tecem memórias e potenciam o diálogo e a escuta ao redor do fogão.

Em consequência, a *Tulpa* territorial que poderíamos enxergar-a num espaço maior (a montanha), nos direciona para um espaço íntimo: a cozinha *Nasa*, traçando rasgos identitários sobre o povo indígena:

Para nosotros es importante sembrar el cordón umbilical en el fuego, ya sea el médico tradicional o la partera, se hace un ritual familiar alrededor del fuego para sembrarlo. Esto es una ofrenda a la Madre Tierra y tiene el propósito de estar conectados al territorio (Memória da sabedora Lourdes Trochéz, em entrevista 15/12/2020).

Para la siembra del cordón se le echa braza caliente, tabaco, ruda, altamisa y le echamos la placenta. Entonces, echamos el remedio, lo sahumamos y se lo damos a la Madre Tierra. Allí, queda curado el ombligo y el vientre de la madre. Hay que entender que el ombligo no es un pedazo de carne que se arroja (Memória da parteira Isabel Tombé, em entrevista 16/12/2020).

El ritual del Çxapuç [01 nov], consiste en dar una ofrenda a los espíritus que ya no están aquí, ofrecerles las comidas que más les gustaba. Para ello, alrededor del fuego se cocinan los alimentos, las bebidas, los dulces, para que llegue esa noche y pueda alimentarse (Memória do *Khabwe'sx* Neider Trochéz, em entrevista 19/12/2020).

Nessa ordem de ideias, a *Tulpa* no interior da cozinha apresenta duas faces da lua complementares:

a) o ritual de sementeira do cordão umbilical e b) o ritual do Çxapuç (dias dos defuntos), ligando o nascimento e a morte do ser, esta última indica uma vida não mais corporal, mas que continua no espaço espiritual. Ambas faces chamando a atenção para o símbolo do espiral *Nasa* no qual se cristaliza o caminhar do povo indígena (individual e comunitariamente).

Portanto, a memória coletiva (HALBACHS, 2004) e as metamemórias (CANDAUI, 2020) inscritas ao redor do fogo, evidenciam a conexão permanente com *Uma Kiwe* (a Mãe Terra), já que as práticas culturais familiares tornam-se também saberes comunitários e desde o núcleo familiar em memórias vivas que ao calor do fogo, avivam de geração em geração.

Ora, as práticas culturais territoriais que foram [re]lembradas ao redor do fogão evidenciam a valorização dos rituais no município de Jambaló, com o intuito de manter a harmonia e o equilíbrio no território, mas também a participação da comunidade. Desse modo, o indígena *Nasa* participa de quatro rituais por ano, ancorados nos símbolos dos quatro elementos da Natureza. A figura 3 é a representação simbólica dos rituais.

Figura 3 – Ideograma sobre os rituais *Nasa* sob representação simbólica



Fonte: Acervo pessoal PISSO CONCHA, 2022.

Pensando a respeito do ideograma (fig.3) desvela-se que os rituais estão em conexão com os elementos da Mãe Terra e se atrelam ao ano agrícola com períodos de chuva e seca na Colômbia, vivenciando-se processos de agradecimento pelas coletas e a harmonia no território, tais como: o Ritual *Ipx Fxixanxi* (Apagar o fogo) permite queimar as más energias e doenças no município e nos membros da comunidade, através do uso de plantas medicinais; o Ritual do *Sek Buy* (Solstício) prepara física e espiritualmente à comunidade para o novo ano indígena (21 de junho) e o Ritual do *Saakhelu* (Acordar as sementes) está fortemente ligado à sementeira e “*trueque*”¹ de sementes. Ora, se nos três primeiros rituais se configura a preparação da terra e do corpo físico-espiritual, no último ritual do ano, conhecido como o *Çxapuc* (Oferendas), partilha-se o que se obtém da Mãe Terra com o outro(a), tanto no espaço terrestre quanto no espaço espiritual; nesse último, o ato de [re]lembrar se potencia a partir da preparação de comidas oferecidas para seus seres amados –já não presentes em corpo–, em cada primeiro de novembro de cada ano.

Neste cenário, as práticas culturais territoriais carregadas de símbolos que integram o espaço físico-espiritual, tornam os rituais em processos de [re]apropriação pela comunidade que se [auto] reconhece nas suas tradições e identidade cultural, ou seja, observa-se no território de Jambaló o patrimônio tangível e intangível (CEPEDA ORTEGA, 2018) do povo *Nasa*.

1 Prática usada por grupos indígenas na Colômbia para intercambiar sementes e produtos, com membros da mesma comunidade ou de outros povos.

Finalmente, mas não menos importante, se encontra a “*pervivencia*” da língua mãe: o *Nasa Yuwe*, desvelando a luta pela revitalização da língua e as ferramentas tecnológicas para atingir à necessidade de uma pedagogia comunitária com abordagem diferencial, pois precisa-se quebrar o modelo tradicional de educação colombiano durante há mais de 200 anos e reivindicar a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas no país (CRIC 2018 - 2019). Conquista que sob Decreto 1142 de 1978 garante a educação própria nas comunidades indígenas e no caso de Jambaló é chamado de “Projeto Educativo Comunitário –PEC”, entendendo as necessidades da população *Nasa*.

Em correlação, as experiências narradas na *Tulpa* focam no fortalecimento do *Nasa Yuwe* por diversos suportes e a implementação das Novas Tecnologias (NT) para criar ferramentas de ensino-aprendizagem, e.g. cadernetas, jogos didáticos [memórias-próteses físicas/tangíveis], áudios [memórias-próteses sensoriais/auditivas] e produções audiovisuais em 2D e 3D produzidas pelo coletivo “*Taw Estudio*”² [memórias-próteses gráficas], disponíveis principalmente para todos(as) os estudantes nos diferentes espaços educativos do município, embora podem ser consultados também pela comunidade em geral.

Intentamos proponer otras actividades para que los niños puedan conocer su origen, los lugares sagrados de Jambaló, sobre la recuperación de tierras, sobre el armadillo *Nasa* (*Sxita Nasa*) etc., y le mostramos a la comunidad que estas herramientas [NT] son necesarias para aprender y fortalecer el idioma (Memória do Programa Lenguas Originarias Jambaló, em entrevista 17/12/2020).

Con un grupo de compañeros estamos realizando animación digital para buscar estrategias que permitan fortalecer lo nuestro. Creamos material pedagógico junto con el Programa Lenguas para que los niños se vayan familiarizando con el *Nasa Yuwe* (Memória do Edinson Pechené, em entrevista 14/12/2020).

Nesse sentido, a última categoria demanda uma pedagogia própria na revitalização da língua que ao ser extrapolado ao espaço da *Tulpa* demonstra também trabalho de memória e trabalho de história[s] (RICOEUR, 2003).

Pelo exposto, as categorias: os espaços de sabedoria e pensamento, as práticas culturais familiares, as práticas culturais territoriais e a “*pervivencia*” da língua mãe, potenciadas pela *Tulpa Nasa* tecem memórias que abrangem desde o individual para o comunitário. Ditas memórias frisam na identidade étnica-cultural e a [re]apropriação do território, e naquele calor do fogo se aviva a essência do ser indígena *Nasa* em conexo com a Mãe Terra.

Considerações

Vivenciar nas nossas próprias peles o espaço da *Tulpa Nasa* –sociotransmissor – (CANDAU, 2006), possibilitou encontros carregados de sabedoria, ir por trás daquelas memórias vivas no território, a valorização/entendimento dos detentores da cultura dos “filhos da água e as estrelas” como também é conhecido o grupo indígena, mas também um fluxo de poéticas orais que se embrenham em outros modos de conhecer o mundo, talvez de “pular dentro de nós” enquanto questionamos o sentido de nossas relações humanas com o Outro[s] e o ambiente que nos rodeia.

Igualmente, ao calor do fogo se ‘aquece a oralidade’, se ‘aquece a memória’, se partilham as histórias locais e ancestrais, se valoriza a *Uma Kiwe* (a Mãe Terra), embora, desde a selva de cimento, precisa-se de um olhar mais sensível para ela. Enfim, mergulhar pelos cantos da memória[s] do povo *Nasa* permite fortalecer as Casas de Pensamento como Casas de Conhecimento. Eis, tempos-saberes-fazeres das memórias vivas.

2 Produtora-audiovisual conformada pelos *designers* gráficos pertencentes ao território de Jambaló que, desde a área da animação, plasmam diferentes histórias em *Nasa Yuwe* sobre a sua cultura. As suas produções são o resultado de memórias vivas e memórias coletivas ao longo da história do povo *Nasa*.

Referências

- CANDAU, J. **Antropología de la Memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006. 128p.
- CANDAU, J. Memória ou metamemória das origens. **Caderno de Letras**, UFPEL, v.1, n.37, p.11-30, maio-ago, 2020.
- CEPEDA ORTEGA, J. Una aproximación al concepto de identidad cultural a partir de experiencias: el patrimonio y la educación. **Tabanque**, España, v.1, n. 31, p. 244-262, 2018.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Los pueblos indígenas en América Latina** (Documento de trabajo). CEPAL, Chile, 2014. Disponível em: <<https://acortar.link/JK4tWS>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.
- CONSEJO REGIONAL INDÍGENA DEL CAUCA (CRIC). **Sistema Educativo Indígena Propio, vivenciando la autonomía de los pueblos** (Segundo Documento de Trabajo). CRIC, Colombia, 2018-2019. 160p. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Geovisor de Autorreconocimiento Étnico Cauca**. DANE, Colombia, 19 jul.2022. Disponível em: <<https://acortar.link/8JwIu1>>. Acesso em: 19 de julho de 2022.
- GALEANO, M. E. **Estrategias para investigación social cualitativa: el giro de la mirada**. Medellín: La Carreta Editores, 2004. 240p.
- HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004. 431p.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores y Social Science Research Council, 2002. 156p.
- MALINOWSKI, B. **Argonauts of the Western Pacific**. New York: EP Dutton, 1961. 527p.
- ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA (ONIC). **Pueblo Nasa**. ONIC, Colombia, 19 jul.2022. Disponível em: <<https://www.onic.org.co/pueblos/2095-nasa>>. Acesso em: 19 de julho de 2022.
- PESAVENTO, S. J. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundos**, 04 fev.2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.229>>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.
- PISSO CONCHA, J. P. O ser, saber, pensar decolonial indígena: uma luta por sobreviver no tempo e espaço, p. 90-112. VIDAL, M. P. P. da H. (Org). **Poéticas orais e pensamento decolonial**. Perspectivas teóricas e metodológicas. Morelia, Michoacán: UNAM, LANMO, 2021. 375p. ISBN 9786073050654. Disponível em: <<https://acortar.link/eszevn>>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RICOEUR, P. Memory, history, oblivion. **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism** (Conferência internacional proferida em inglês), Budapeste, 8 de março de 2003.
- WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas (Col)**, n. 26, p. 102-113, 2007.

A IDENTIDADE TERRITORIAL E OS POVOS INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU NO MATO GROSSO

Julio Cezar De Lara

Introdução

Em um momento histórico em que os povos indígenas são duramente atacados por ações, omissões, desinformações e negligências vindas diretamente do Presidente da República do Brasil, acompanhamos a luta indígena na preservação da sua identidade territorial e de seus direitos em relação a posse de suas terras. Sabe-se que no Brasil há 728 Terras Indígenas (TIs), com 79 delas localizadas no estado do Mato Grosso, sendo a TI de maior área geográfica a do Xingu também conhecida como Parque Indígena do Xingu - PIX (ISA, 2022). No entanto para que uma TI chegue ao *status* de registrada no Cartório de Registros de Imóveis e/ou na Secretária de Patrimônio da União, como está a TI do Parque Indígena do Xingu, há um longo caminho para se percorrer.

No que se refere ao processo atual de demarcação de TIs no Brasil, há sinais de um movimento retrógrado, isso porque o Presidente da República (Jair Messias Bolsonaro – mandato 2019-2022), desde sua pré-campanha eleitoral em 2017, apresentou publicamente seu descontentamento em relação as TIs, como se percebe em uma palestra realizada no Rio de Janeiro:

Pode ter certeza de que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG (...). Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola. Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí (BOLSONARO, 2017, p. 1).

Diante deste contexto abordaremos nesta pesquisa o seguinte problema: quais são os aspectos históricos e sociais que motivam os conflitos quanto a preservação de Identidade Territorial dos povos indígenas do Xingu? Logo o objetivo geral da pesquisa será analisar os aspectos históricos e sociais que motivam os conflitos enfrentados pelos povos indígenas do Xingu na preservação de sua Identidade Territorial. Os objetivos da pesquisa, segundo Gil (2002), são classificados como exploratória, já que procuramos aumentar a familiaridade com o problema e a temática. Como fonte de dados e informações utilizaremos da pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados diversos materiais como livros, revistas científicas e matérias jornalísticas que embasaram a discussão sobre território e identidade. Por fim, para análise e interpretação dos dados, utilizaremos de uma abordagem qualitativa.

Identidade e identidade étnica

O termo identidade geralmente está associado a formação da nação, ou seja, são “construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (OLIVEN, 2011, p. 257). Para Haesbaert e Santa Bárbara (2009, p. 5) à medida que a identidade tem “como fonte de significado, geografias e histórias ‘imaginárias’ ou ‘reais’, podem fornecer quadros para a ação social dos agentes que através delas se reconhecem ou são reconhecidos como legítimos”. No entanto quando tratamos da identidade étnica verifica-se uma identidade contrastiva, onde há existência de interações espaciais realizadas por uma pessoa ou um grupo que identifica o outro de forma etnocêntrica (HAESBAERT; SANTA BÁRBARA, 2009). No caso das identidades étnicas as características marcantes são as diferenças, que são vistas como mais

importantes em lugares particulares e em momentos particulares (WOODWARD, 2000).

Percebe-se que é necessário que toda identidade seja contextualizada, que mostre seu significado para seu povo no espaço e no tempo de referência, assim uma identidade se apresentará como sinal de resistência, de forma minoritária que almeja legitimar-se dentro de uma determinada ordem social, sem necessidade de uso de força ou violência para se manter (HAESBAERT; SANTA BÁRBARA, 2009).

Para Woodward (2000, p. 11) a construção da identidade pode ser tanto simbólica quanto social sendo que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. Sendo assim, pode-se dizer que várias lutas ocorridas para afirmar ou reafirmar a identidade de um povo possuem consequências materiais e que resultam em conflitos (armados ou não), turbulência e descaso social.

Identidade territorial e a des [re] territorialização

Por sua vez a identidade territorial é, conforme Haesbaert (2013, p. 235) fundamentada em um espaço geográfico constituído dentro de uma relação de apropriação que se dá no campo das ideias, ou seja, “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço por seus habitantes”.

Partindo destes princípios Haesbaert e Santa Bárbara (2009, p. 6) entendem nas divisões territoriais (demarcações) há também a existência de estrutura de diferenças objetivas, que são expressas geograficamente “pela posse ou pelo domínio de fontes de reprodução social como a terra, ou por meio da correlação entre valores autoatribuídos a um grupo social e a reprodução de um ambiente local”.

Assim, pode-se dizer que a identidade territorial é mobilizada por grupos que, conscientes da situação de exclusão à qual estão submetidos, passam a entrincheirar-se de modo a fazer referência ao território como fonte de significado e, por isso, base fundamental para a luta (HAESBAERT; SANTA BÁRBARA, 2009).

Já para compreensão da dinâmica do processo de des-territorialização e re-territorialização é necessário considerar a territorialização previamente existente, ou seja, a análise do desdobramento das perspectivas históricas e geográficas envolvidas (HAESBAERT, 2013). É preciso entendermos que as tradições podem ser reinventadas “no bojo dos fluxos e das redes de modernização” e a desterritorialização pode ser provocada pelos processos modernizantes que acompanham a construção de novos territórios (HAESBAERT, 2013, p. 91).

Também é possível que o processo de transformação em nível planetário (globalização) faça parte de uma dinâmica progressiva na qual as tecnologias geradas pelo capitalismo pós-industrial possam ter acelerado as transformações do espaço social. Assim a desterritorialização, não é apenas econômica e política, mas também cultural que se vincula aos processos de modernização e globalização (HAESBAERT, 2013). Haesbaert faz uma comparação entre os aspectos de territorialização e a desterritorialização, conforme apresentamos no quadro 1.

Quadro 1. Territorialização e Des (Re) territorialização

	TERRITORIALIZAÇÃO	DES (RE) TERRITORIALIZAÇÃO
Tendências Gerais	Qualifica, distingue, identifica: DIFERENÇA/ALTERIDADE Identidade/enraizamento	Quantifica, homogeneiza Classifica: DES-IGUALDADE Indistinção, perda de identidade mobilidade
Dilemas Fundamentais	Segregação socioespacial Fechamento/estabilidade	Exploração, desintegração Instabilidade

Fonte: Haesbaert (1997), com adaptações.

Percebe-se com o quadro 1 que as tendências gerais da Des (RE) territorialização possuem como objetivo a quantificação, homogeneização e a perda da identidade. Quando tratamos dos territórios indígenas percebemos que seus povos estão em constantes disputas e são ameaçados pelo avanço do capital, provocando a desterritorialização das diferentes etnias. Dessa forma, na medida em que uma etnia indígena perde seu território ancestral encontra-se desterritorializada – conceito este ancorado na dimensão cultural e refere-se ao desenraizamento, enfraquecimento das etnias e identidades territoriais (LIRA e ROSSETO, 2020).

A criação do parque indígena do xingu

A criação do Parque Indígena do Xingu é resultado de um “longo processo de luta entre as instituições do Estado brasileiro e de setores da sociedade civil envolvendo o controle territorial e/ou privatização de terras” (MENEZES, 2008, p. 1), no entanto é praticamente impossível descrever o Parque Indígena do Xingu sem falar dos irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas. Eles foram os responsáveis pelo contato com a maior parte dos índios xinguanos no Mato Grosso (ISA, 2011).

Durante mais de 18 anos os irmãos Villas Bôas ocuparam um lugar decisivo em todo o trabalho de pacificação dos povos indígenas do Alto Xingu e a imprensa nacional transformou esses jovens paulistas em figuras nacionais considerados como “Bandeirantes Modernos”, que não eram escravizadores de índios, como se atribuía aos primeiros bandeirantes. Consolidava-se, a partir da figura dos irmãos Villas Bôas, um estereótipo de jovens paulistas que saíam de um local privilegiado da civilização (próximo ao litoral) para civilizar os sertões do interior do Brasil Central (ROCHA, 2020).

O resultado da ação do Estado na região Centro-Oeste contribuiu para torná-la mais acessível às frentes de expansão, pois houve construções de linhas ferroviárias, novas capitais (Goiânia e Brasília) e a criação de rotas rodoviárias (exemplo da rodovia Belém-Brasília), mas ao mesmo tempo que havia o desbravamento das terras havia uma ameaça real à sobrevivência dos índios habitantes daquela região. A acessibilidade a região possibilitou a chegada de grandes incorporadoras imobiliárias e a incorporação de grandes áreas territoriais aos seus domínios.

O Xingu, até então praticamente impenetrado, torna-se uma área atraente. Logo que os efeitos adversos foram notados “os irmãos Villas Bôas mudaram sua percepção política em relação aos nativos. Juntando-se a outras esferas do mundo intelectual brasileiro, defenderam a ideia de uma integração lenta dos índios na sociedade” (ROCHA, 2020, p. 101).

Em 1952, motivado pelas pressões sociais e da imprensa nacional, o governo federal cria uma comissão que envolve entre outras pessoas, Orlando Villas Bôas e Darcy Ribeiro, para debater a questão do Alto Xingu. Em 1953 o projeto de lei é elaborado e submetido ao Congresso Nacional propondo a criação de uma reserva indígena na região (ROCHA, 2020). No projeto original o perímetro era maior

que o que foi aprovado, já que incluía uma zona tampão de amortecimento de contato com as frentes de expansão e áreas de proteção às nascentes da bacia hidrográfica e ao meio ambiente imediatamente circunvizinho (MENEZES, 2008).

Aliado aos grandes latifundiários o Governo do Estado de Mato Grosso, em movimento contrário a criação desta reserva inicia uma política de colonização e vende terras onde se pretendia criar o futuro Parque do Xingu (ROCHA, 2020). Somente nove anos depois (1961) e atendendo aos interesses regionais, o governo federal cria o Parque Nacional do Xingu em uma área menor do que o previsto em 1952, e se aproveita da situação para propagar o populismo do nacional-desenvolvimentismo que garantia a criação de um sistema nacional de parques para proteger o patrimônio do país (ROCHA, 2020).

Ao criar o Parque Indígena do Xingu, o Estado reserva uma área de cerca de 21.600 km² e estabelece objetivos como: estabelecer uma reserva natural de fauna e flora; proteger vários povos indígenas do Alto Xingu; assegurar aos índios a posse e usufruto das suas terras imemoriais (MENEZES, 2008). Para Rocha (2020, p. 104) foi uma das poucas vezes que “o Estado reservou aos índios uma vasta extensão de terras, mais próximas do conceito de território e tendo em conta aspectos da cultura indígena como área de caça e de perambulação”.

Conforme os dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2022) atualmente os residentes no Parque Indígena do Xingu chegam a 6.090 pessoas distribuídas em pelo menos 16 etnias diferentes: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, Kawaiwete, Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja. A localização do Parque Indígena do Xingu está na região Noroeste de Mato Grosso, com uma área um pouco maior que a de sua criação em 1961 com 2.642 mil hectares (ou 26 mil quilômetros quadrados).

Vale ressaltar que a implantação do Parque Indígena do Xingu também contou com aspectos negativos, várias etnias em processo de dizimação foram reunidas junto a outras e agora precisam rememorar seus antepassados extintos e reconstruir suas relações (LIRA; ROSSETTO, 2020).

O enfraquecimento da fundação nacional do índio [FUNAI]

Os três últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população indígena brasileira cresceu e mesmo com o crescimento sua representatividade foi em 2010 de apenas 0,43% da população total. Para Lira e Rossetto (2020) os indicadores demográficos positivos da população indígena brasileira não escondem os diversos problemas que os indígenas enfrentam como a pressão para demonstrar um vínculo essencialmente econômico aos seus territórios e ausência e/ou recusa em realizar as demarcações de seus territórios tradicionais.

Ao retornarmos nossa atenção ao Parque Indígena do Xingu observamos que desde sua criação, e com mais intensidade a partir de 1990, a exploração econômica, principalmente pelas atividades madeireira, pecuária e a plantação de soja vem causando o desmatamento em suas áreas limítrofes. Além do desmatamento o parque é constantemente invadido por pescadores, turistas e caçadores e se somada a preocupação com a poluição agrotóxica ocorrida nas nascentes dos rios formadores do Rio Xingu, que estão fora dos limites do Parque (LIRA; ROSSETTO, 2020), constatamos um conjunto de desafios aos povos indígenas do Xingu mato-grossense.

Lira e Rossetto explicam que os territórios indígenas ainda “estão em constantes disputas e são ameaçados pelo avanço do capital, provocando a desterritorialização das diferentes etnias” (LIRA; ROSSETTO, 2020, p. 167), pois “na medida em que uma etnia indígena perde seu território ancestral

encontra-se desterritorializada”. O processo de demarcação é outro problema da população indígena (LIRA; ROSSETTO, 2020) pois percebe-se o enfraquecimento da FUNAI frente às demandas.

Vale ressaltar que a Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF88) determinou como responsabilidade da União a conclusão das demarcações em prazo de cinco anos (ADCT, art. 67), no entanto se voltarmos a atenção ao Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973), homologado em 1973, notamos que já havia a disposição de que as Terras Indígenas deveriam ser demarcadas por iniciativa e sob orientação da FUNAI. Essas relações normativas foram alinhadas em 1996, com a publicação do Decreto Federal nº 1.775 responsabilizando a FUNAI pela realização dos estudos de identificação e delimitação e o Presidente da República pela homologação final do processo. No entanto FUNAI se tornou um órgão enfraquecido politicamente, sucateado e sem a quantidade de aporte de verbas frente a novos projetos quando comparado, por exemplo, a outros órgãos federais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (MENEZES, 2008).

Para contribuir com o enfraquecimento da FUNAI em 2007, o Deputado Federal Homero Pereira, representante da população do estado de Mato Grosso, apoiado pela bancada ruralista e por diversos setores interessados na exploração das terras indígenas, foi autor de um Projeto de Lei (nº 490/2007) que sugeriu a transferência da competência para realizar demarcações de Terras Indígenas do Poder Executivo para o Poder Legislativo, criando um “marco temporal” no qual só teriam direito à terra os povos indígenas que estivessem em sua posse, na data da promulgação da Constituição Federal (05/10/1988) ou se nesta data estivessem em disputa judicial ou conflito direto com invasores.

Mas longe dos palanques políticos e das bancadas do poder legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou a análise, em junho de 2021, de um recurso extraordinário (nº 1.017.365) sobre reintegração de posse, movida pelo governo de Santa Catarina contra a FUNAI e o povo Xokleng. O julgamento deste recurso é de suma importância considerando que em 2019 o STF deu *status* de ‘repercussão geral’ ao processo, o que significa que “a decisão sobre ele servirá de diretriz para a gestão federal e todas as instâncias da Justiça no que diz respeito aos procedimentos demarcatórios” (CIMI, 2021a, p. 1).

Nos anos de 2021 e 2022 várias manifestações de lideranças indígenas de todas as regiões do país foram até Brasília para [1] proclamar o apoio e a confiança aos ministros do STF, [2] demonstrar a preocupação com os ataques contra os direitos constitucionais dos povos indígenas e [3] solicitar a declaração de inconstitucionalidade da tese sobre o marco temporal.

É importante destacar que caso haja aprovação do Projeto de Lei nº 490/2007 a administração do governo federal poderá tomar as terras indígenas reservadas “caso julgue que o território não esteja sendo ocupado e usado adequadamente para a subsistência de seus moradores” (CIMI, 2021b, p. 4).

Enquanto os processos de demarcações de Territórios Indígenas não são concluídos são emitidas portarias de curto prazo de vigência para proteger os territórios e os indígenas isolados que vivem neles. E na lacuna entre o vencimento de uma portaria e a emissão de nova portaria há incidência de crimes nos territórios como desmatamento, grilagem e garimpo. Conforme o programa de monitoramento do Instituto Socioambiental (ISA, 2022) a pressão no entorno dos territórios sem demarcações concluídas é maior e a inércia do governo federal pode estimular invasores a ocupar ilegalmente os territórios e os destruir.

Lutas e conflitos dos povos indígenas habitantes do Pix

Considerando a concepção de Haesbaert (2013) na qual a identidade territorial se revela em um espaço geográfico com valoração simbólica por seus habitantes, entendemos que qualquer tipo de

pressão por alterações na relação entre os povos indígenas com a terra, alterações em suas áreas limítrofes que afetem (direta ou indiretamente) o território indígena, invasões por madeireiros, pecuaristas ou agricultores e até mesmo ações (intencionais ou não) que provoquem o descrédito da propriedade tradicional das terras indígenas se caracterizam como desterritorialização dos territórios indígenas.

Em 2021, por exemplo, o IBAMA em uma operação, em conjunto com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, apreendeu cinco veículos realizando exploração ilegal de madeira dentro das Terras Indígenas do Xingu. Entre os veículos estavam três caminhões, um trator e uma moto (IBAMA..., 2021). Mas este exemplo não é único ou isolado no tempo, várias outras notícias divulgadas em jornais locais e/ou nacionais demonstrando a ousadia de criminosos que insistem em explorar as Terras Indígenas do Xingu.

Em 2022 representantes de 25 povos indígenas e comunidades tradicionais da Bacia do Rio Xingu se reuniram para assinar um manifesto da Rede Xingu+. Foi o quinto encontro que os povos indígenas realizaram em 11 anos. Entre as reivindicações da Rede Xingu+ estão a queda da tese sobre o marco temporal para demarcações de Terras Indígenas e alguns Projetos de Lei que estão em andamento no Congresso Nacional, conforme demonstramos no quadro 2.

Quadro 2. Reivindicações de revisão dos Projetos de Lei citados no Manifesto Xingu+

Projeto de Lei apontado pelo manifesto XINGU+	Descrição
Projeto de Lei nº 490/2007	Transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para realizar demarcações de terras indígenas.
Projeto de Lei nº 6.299/2002	Alterações sobre controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas [pacote do veneno]
Projeto de Lei nº 191/2020	Regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas
Projeto de Lei nº 337/2022	Exclui o estado de Mato Grosso da área da Amazônia Legal

Fonte: Dados da pesquisa.

É notável que as lutas dos povos indígenas pertencentes ao Parque Indígena do Xingu vão além de suas fronteiras territoriais, elas consideram as consequências que irão ocorrer ao meio ambiente e ao futuro de toda a população, sendo indígena ou não-indígena.

Considerações finais

Nesta pesquisa apresentamos o conceito de identidade como uma marca de distinção formada a partir de diferenças sociais resultantes de construções sociais. A identidade envolverá também construções históricas dos sujeitos na relação e interação do espaço-temporal. Tivemos a oportunidade de apresentamos uma perspectiva diferente sobre a identidade étnica, pois esta considera uma identificação com o outro de forma etnocêntrica. Demonstramos relatos que comprovam que os povos indígenas não compactuam dos mesmos valores capitalistas e isso lhes define sua própria identidade. Para os povos indígenas a preservação de suas Terras Indígenas é fundamental, logo a luta pelas demarcações corretas e a preservação de seus direitos são sinais de resistência, outro aspecto do conceito de identidade.

Já quanto ao conceito de identidade territorial, pode-se notar que o espaço geográfico, possui valor simbólico aos indígenas, tendo em vista que as próprias demarcações são resultantes de territórios tradicionalmente ocupados por seus povos. O entrincheiramento destes povos em parques indígenas, como o Parque Indígena do Xingu, é outro aspecto que comprova a ligação simbólica com seu espaço

geográfico e a consequente com a formação de uma identidade territorial. Também observamos que as ações que promovem a [1] modernização, [2] a homogeneização e [3] a perda de identidade são aspectos de desterritorialização, visto que à medida que uma etnia indígena perde seu território ancestral encontrar-se-á desterritorializada.

Por fim concluímos que desde 1990, e mais recentemente no período de 2019 a 2022, existe ações (ou omissões) que enfraqueceram dos órgãos indigenistas, como a Fundação Nacional do Índio, que a bancada ruralista elaborou propostas de lei, como a do Marco Legal, na expectativa explorar as Terras Indígenas e que, com a insegura jurídica e um governo que não reconhece os aspectos históricos dos povos indígenas, é possível que exista o aumento de ameaças e de invasões em Terras Indígenas como nota-se no exemplo apresentado referente ao Parque Indígena do Xingu localizado no estado Mato Grosso.

Referências

BOLSONARO é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. **Revista Veja**, 06 abr. 2017. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Projeto em pauta na Câmara na prática acaba com demarcações de terras indígenas**. 25 mai. 2021b. Disponível em <<https://cimi.org.br/2021/05/projeto-em-pauta-na-camara-na-pratica-acaba-com-demarcacoes-de-terras-indigenas/>> Acesso em 06 jun. 2022.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **STF inicia amanhã (11) julgamento que irá definir o futuro das demarcações no país**. 10 jun. 2021a. Disponível em <<https://cimi.org.br/2021/06/stf-inicia-amanha-julgamento-futuro-demarcacoes-pais/>> Acesso em 06 jun. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia cultural uma antologia**. volume II. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. de J. Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças. **GEOgraphia**, v. 3, n. 5, p. 33-46, 21 set. 2009.

IBAMA flagra exploração ilegal de madeira em terra indígena e assentamento em MT. **Globo**, 05 dez 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/05/ibama-flagra-exploracao-ilegal-de-madeira-em-terra-indigena-e-assentamento-em-mt.ghtml>> Acesso em 07 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Indígena 2010**. Disponível em <<https://indigenas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 05 jun. 2022.

ISA, Instituto Socioambiental. **Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu**: 50 anos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ISA, Instituto Socioambiental. **Terras indígenas no Brasil**. 2022. Disponível em <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em 07 jun. 2022.

LIRA, K. F. de.; ROSSETTO, O. C. Territorialidade Indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) - Mato Grosso - Brasil. **Rev. NERA**, v. 23, n. 54, pp. 163-185. Dossiê 2020.

MENEZES, M. L. P. Parque Indígena do Xingu - efeitos do modo de vida urbano e da urbanização sobre o território indígena. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 26-30 mai. 2008.

OLIVEN, R. G. Identidade Nacional: Construindo a Brasilidade. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (Orgs.). **Agenda Brasileira: Temas de uma Sociedade em Mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Pp. 256-265.

ROCHA, L. M. O sertão dos Villas Bôas. In.: ARRAIS, C. A.; SALOMON, M. **A diversidade das culturas**. CEGRAF UFG: 2020.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ENOTURISMO E OS VINHOS DE ALTURA: ESTUDO EM SALTA - ARGENTINA

Liliana Jimena Farfán Huebra³

Susana Gastal⁴

Introdução

Salta, localizada no noroeste da Argentina, está entre as províncias daquele país reconhecidas por suas adegas, localizadas a uma altitude de 2700 metros ou mais. As adegas e vinhedos reunidas ao longo da Rota Nacional N40 e da Rota Nacional N68, que cortam a província, integram a Rota do Vinho, com 520 km de extensão. Ao longo desse percurso, a caracterização geográfica, em conjunto com o clima, dá aos vinhos ali produzidos marca diferencial, daí sua denominação como *vinhos de altura*. Entre as adegas presentes na roteirização, destaca-se a Bodega de Colomé, incluída entre as mais altas do mundo, com suas videiras situadas a mais de três mil metros de altura.

A presente pesquisa, portanto, objetiva apresentar os *vinhos de altura* e a situação de sua produção na Província de Salta, como motivação turística. A metodologia, qualitativa-exploratória, apoia-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental a partir de sites oficiais, de disponibilização *on line*, do Ministério do Turismo da Argentina e das vinícolas investigadas. Em termos teóricos, seguem-se os entendimentos de Coca Carasila e Solís Rojas (2008), que caracterizam os vinhos de acordo com a região de procedência. Seguindo essa premissa, os vinhos provenientes dos Valles Calchaquíes demonstram que é possível falar em *vinhos de altura*, tendo em vista localização e *terroir*.

Sobre enoturismo, Tonini (2013) destaca suas possibilidades para diversificação de atividades não agrícolas, passíveis de desenvolvimento em espaços onde a vitivinicultura possa não estar, ainda, caracterizada em sua maturidade; assim, vinícolas menores, de propriedade familiar, com produção limitada e diversidade de serviços, como restaurantes e hotéis boutique, podem alcançar bom desempenho no setor (FERNANDEZ, RUIZ, GOMES, 2018). O enoturismo ainda tem sido lembrado nas suas possibilidades de certificação em termos de paisagem cultural (COSTA, 2010); sobre sua associação ao *slow food* (VALDUGA, et al, 2010) e sobre sua contribuição às roteirizações temáticas, como realizadas em Portugal - em que pese a falta de regulamentação oficial para as mesmas (SIMÕES, 2008). Os diferentes autores são unânimes, entretanto, em destacar a importância do enoturismo como ferramenta para o desenvolvimento sustentável das regiões. Salta, como estudo de caso, reforça tal encaminhamento.

A Província de Salta encontra-se localizada ao noroeste da República Argentina, onde a produção de vinhos se expande ao longo do território, com destaque para região sul, próxima à fronteira com a Província de Tucumán. Na região dos Valles Calchaquíes, em especial nas localidades de Colomé e Cafayate, quase adentrando-se na região da Puna Saltenha, localiza-se um somatório de adegas, com vinhedos ocupando mais de dois mil hectares. Ali, a altura em relação ao nível do mar caracteriza maior amplitude térmica, com dias quentes (que podem alcançar 38°) e noites frias (descendo aos 12°), além de a altura levando a uma insolação mais intensa. As uvas assim produzidas, com maior exposição aos raios ultravioletas como elemento diferenciador, contribuem para caracterizar o *terroir*, marcando os frutos por maior acidez e, por conseguinte, resultando em vinhos com intensidade de sabor e aroma (BORZI;

3 Mestra. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

4 Doutora. Professora no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

MORENO; MORRETTI, ROIG, 2008). Outro fator apontado pelos autores citados destacam a escassez de chuvas na região, na época de amadurecimento, e os 350 dias de sol, importantes para o correto amadurecimento da uva. Outra das caracterizações apresentadas como importantes estão intimamente ligadas à ação dos ventos, mais fresco, limpo e com ausência de pesticidas, que poderiam comprometer o processo de elaboração dos vinhos naturais ou mesmo orgânicos, devido a altitude.

Argentina: cultura vitivinícola

A cultura vitivinícola em solo argentino possui caracterização peculiar, onde as videiras e a produção do vinho, seguindo técnicas tradicionais, tornam-se um dos principais elementos de desenvolvimento econômico regional. Contribuem para tal a preservação patrimonial das expressões culturais e identitárias das regiões produtoras de uvas e vinho, seja ele produzido para consumo familiar, para comercialização local ou para exportação, todos, na atualidade, em muito associados ao turismo. Segundo Borzi et al. (2008), a cultura vitivinícola tem gerado espaços incluídos, em termos sociais, com importante impacto no território rural, na ordenação urbana e na cotidianidade da região. Trata-se de um patrimônio vital que, ao longo do tempo, incorporou estruturas e edificações com características próprias, em que a estética está especialmente caracterizada pelas tradições regionais, mesmo que em sua evolução contemporânea se faça presente a introdução de tecnologias.

O cultivo das videiras em solo argentino remonta às missões evangelizadoras católicas do início da colonização. Scotto (2020) lembra que, na tradição católica, o vinho se associa ao sangue de Cristo e, nesses termos, fundamental para celebração da missa. Antes que a produção de vinho pudesse ser consumida, os religiosos jesuítas, mercedários e franciscanos, recém chegados ao continente, eram orientados a substituí-lo por bebidas doces, feitas à base de sucos de uva. Cadena de Hessling (1985) descrevem que os primeiros vinhedos na Argentina localizaram-se em Campo Santo - atual Departamento de La Viña - datando do século XVI, conforme vestígios arqueológicos encontrados na região. Outros vestígios foram encontrados em setores como Metán, Cerrillos, Cafayate e San Carlos. No ano de 1618 a produção chegou a Buenos Aires por disposição do bispo Tejo e Sanabria, envolvendo religiosos da Companhia de Jesus. Os jesuítas também teriam sido os primeiros a cultivar vinhedos na região dos Valles Calchaquíes, assim como envolvidos na instalação de uma adega em San Carlos.

Ainda segundo Borzi, et al. (2008), as origens da cultura do vinho na região do Noa, no noroeste argentino, remontam ao século XVI, quando o Clérigo Juan Cedrón realiza a primeira plantação de videiras, de origem chilena, na localidade de Salta. Após a chegada dos Jesuítas, videiras que teriam sido trazidas de Espanha, são plantadas na região de San Carlos Borromeo y Santa María de Yocavil. Mas, não há consenso sobre a real origem das mudas; estudos mais recentes indicam que a origem espanhola, convivem com alguma ascendência de origem chilena. Mantém-se, de qualquer forma, a tradição do vinho como parte do ritual canônico na celebração da Santa Missa Católica.

Para compreender a história cultural que emerge das memórias centenárias da prática e produção dos *vinhos de altura* é importante considerar o registrado por Borzi, et al (2008), a respeito da arquitetura do vinho nos Valles Calchaquíes, que caracteriza o conjunto de adegas que compartilham a cultura tradicional em termos ambientais (cordões montanhosos andinos e estrutura geomorfológica de perfil abrupto e poucas superfícies planas, vales de clima temperado e seco), assim como no trato das videiras, levando à distinção entre *vinhos de planície* e *vinhos de altura*. Tais formações são marcas das províncias de Tucuman, Catamarca e Salta, sendo esta última a principal produtora de vinhos de altura; vinhedos localizados em até 3.000 metros nas cercanias de Payogasta, e suas adegas a mais de 1.600 metros como aquelas da cidade de

Cafayate, marcam-se por vinhos com grande caráter, personalidade e alta qualidade na cor, sabor e aromas. Na atualidade, soma-se, para produção de vinhos de alta qualidade, as inovações tecnológicas introduzidas tanto no acompanhamento das videiras, como no processo de produção do vinho.

Rota do Vinho

A Província de Salta tem promovido a valorização da cultura integrando-a em planos turísticos governamentais, através de sua Secretaria de Turismo, com investimentos em circuitos culturais, museus e gastronomia. A Rota do Vinho percorre a região montanhosa dos Valles Calchaquíes, no noroeste argentino, onde estão as cantinas mais altas do mundo. Entre os atrativos locais, além dos enoturísticos, estão as formações geológicas de Quebrada de Las Flechas e Quebrada de Las Conchas, e agrupamentos que por suas origens centenárias – a exemplo dos povoados de Molino e Cachi – se destacam não só por suas paisagens, cultura andina, produção de artesanatos, mas também pela tradicional música *gaúcha*. Atrativo a parte é a própria Rota do Vinho, onde estão os *vinhos de altura*, produzidos em adegas e vinhedos, integrados à história, à cultura e à natureza da região (ARGENTINA, 2022).

A Rota do Vinho inclui-se, assim, como oferta cultural e turística, ao integrar adegas e outros tipos de estabelecimentos produtivos, aos serviços de hospedagem, gastronomia (restaurantes, bares, cafeterias, vinotecas...), operadoras, agências e prestadores de serviços turísticos. Levantamento do Ministério do Turismo registra entre as adegas em funcionamento: Angastaco (Bodega El Cese); Cachi (Bodegas Isasmendi, Miraluna, Puna Cafayate, Antigua Bodega Vasija Secreta, Domingo Hermanos, El Tránsito, Finca Quara, El Porvenir de Cafayate, Nanni, El Esteco, Burbujas de Altura); El Divisadero (Cafayate, José L. Mounier, Finca las Nubes); estabelecimentos produtivos (Animaná, Viñas de Animaná, La Bodeguita Corralito, Cafayate, Peña Veyrat Durbex Bodegas, Viñedos Chimpa, Hemsy, Tierra Colorada Yacochuya, Domingo Molina, Piattelli Vineyards); La Viña (Viñas de la Viña, Finca las Curtiembres Molinos, Colomé Payogasta, Sala de Payogasta Tolombón, Tukma, Estancia Los Cardones) (ARGENTINA, 2022).

Como se observa, a Rota do Vinho, com seus 520 km de extensão, apresenta oferta variada, com espaços emblemáticos para o enoturismo, envolvendo visitação e outras experiências enológicas. Os produtores artesanais de vinho agregam visitas guiadas pelas adegas, com degustação clássica, premium e super premium. Trabalhando em conjunto com a comunidade, buscam a preservação da identidade e da cultural local, promovendo, por exemplo, o Museo del Vino, onde se implementou a recuperação de histórias familiares na produção dos vinhos, assim como processos e amostras de tradições da região (ARGENTINA, 2022). O lugar se torna um espaço temático de memória e identidade para a comunidade local na preservação de práticas e técnicas na produção do que se conhece na atualidade como vinho de altura. O Museo del Vino inclui espaços para eventos, podendo atender almoços e jantares, palestras para escolas e outras instituições.

Para Scotto (2020), a rota do vinho de Salta é um circuito turístico - temático onde se pode observar, compreender e conhecer a história, tradições e cultura que caracteriza o norte argentino, através do desenvolvimento da atividade vitivinícola. A análise do autor remete ao contexto histórico da região e da origem de suas adegas, já que a produção vinícola se faz presentes desde os primórdios da Província.

A relevância da Rota do Vinho e de seus *vinhos de altura*, na atualidade, ganham ainda destaque internacional com premiações nos segmentos médio/alto, premium e super premium. Clima e solo dão especial caráter aos vinhos de Salta. Entre os vinhos dos Valles se destaca o Cabernet Sauvignon e o Malbec, além do emblemático Torrontés, de cepa branca distintiva de outros vinhos argentinos, sendo a

única região argentina a produzir essa modalidade. A origem do Torrontés é incerta e um tanto polêmica, já que poderia responder a um processo de mutação de alguma das cepas cruzadas por acidente com videiras silvestres. Seu aroma caracteriza-se como floral, com sabor intenso e leve toque de amargor, salientando sua personalidade. Já os vinhos tintos, de grande presença, apresentam uma estruturação mais forte, com alta presença de antocianinas (cor intensa), taninos mais suaves ao paladar e com um alto potencial de guarda. O Malbec é uma das cepas mais presentes ao longo do território nacional argentino, sendo vista pelos especialistas como das melhores do mundo. O Malbec da região dos Valles Calchaquíes, destacados pela altitude de suas videiras, caracteriza vinhos aromáticos e de cor intensa (ARGENTINA 2022).

Nos Valles Calchaquíes, onde estão os vinhedos mais altos do mundo, localiza-se a Bodega de Colomé, a 2.700 metros de altitude, que processa uvas de vinhedos presentes em uma altura de 3.111 metros.

Encaminhamentos provisórios

A presente pesquisa, ainda em andamento, encaminha que a origem das videiras, os processos produtivos e sua adaptação aos solos montanhosos, ao clima e à altura, fazem dos *vinhos de altura* um ícone dos séculos de tradição associados às comunidades nativas da Província de Salta, que preservam reproduzindo métodos e práticas ancestrais. Nos vales, por sua localização exclusiva, as videiras situadas a grande altura, são fundamentais para a tipificação dos vinhos de altura. Especialmente nos Valles Calchaquíes são exemplo de excelência dos vinhedos de maior altura no mundo, produzidos nas cidades de Cafayate (2.700 metros de altura), Molinos e Payogasta (3.015 metros de altura) (ARGENTINA, 2022).

Para Borzi, et al. (2008), as características mais peculiares das videiras se dão em função dos componentes minerais do solo, mesmo que considerados pobres e pedregosos, com seus grãos grossos misturando cascalhos e areias finas nas superfícies. Outro dos fatores que contribuem são as águas com destilação pura, originadas nos degelos. Esses pontos, em conjunto com as condições climáticas, fazem com que a produção dos meses de janeiro a março seja lenta e prolongada, gerando grãos mais “sofridos”, porém com pele mais grossa e obscura, que permitem vinhos frescos, com aromas e sabores vivos, segundo os autores. O enoturismo é uma decorrência natural desse cenário.

Referências

- ARGENTINA (2022). **Ruta Del Vino. Sitio Oficial De Turismo - Gobierno De La Provincia De Salta (2022)**. Disponível em: <<http://turismosalta.gov.ar/contenido/71/ruta-del-vino>>. Acesso em 04 set. 2022.
- BORZI, A.; MORENO, D.; MORRETTI, G.; ROIG, J., V. (2008). El Paisaje Vitivinícola en los Valles Calchaquíes. Antiguas bodegas y nuevos emprendimientos enoturísticos en Salta y Tucumán. Disponível em <https://www.iau.usp.br/sspa/primeiroseminario/pdfs/mesa2_pon042_arg_moreno_roig_borzi_et_al.pdf>. Acesso em 4 set. 2022.
- COSTA, L. de C. N. Enoturismo e Paisagem Cultural: A vitivinicultura em nova proposta. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 112-124, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/561/pdf_12>. Acesso em: 4 set. 2022.

FERNÁNDEZ, A. G.; RUIZ, L. M.; GÓMEZ, E. R. D. Wine tourism and wine marketing in family-owned micro wineries in Guadalupe Valley, Mexico. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 10, n. 4, p. 690-711, 2018. DOI <<https://doi.org/10.18226/21789061.v10i4p690>>. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4735/473557643004/html/>>. Acesso em 4 set. 2022.

PLAZA NAVAMUEL, R., L (2007).: “El camino del vino en Salta”. **Rev Raíces**, Mendoza, Año 10, n. 42 del Club 20 de Febrero, Salta, Março de 2007. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/primeiroseminario/pdfs/mesa2_pon042_arg_moreno_roig_borzi_et_al.pdf>. Acesso em 4 set. 2022.

SCOTTO, M. Provincia de Salta: valles, bodegas y sol en la ruta del vino salteño. **Taller de Turismo Tema: Región Turística del Norte**, Junín, 2020. Disponível em <<https://www.unnoba.edu.ar/wp-content/uploads/2020/11/LA-RUTA-DEL-VINO-EN-SALTA.docx.pdf>>. Acesso em 4 Set. 2022.

SIMÕES, O. Enoturismo em Portugal: as rotas de vinho. **Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural**, Islas Canarias, v. 6, n. 2, p. 269-279, 2008. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/6208/PS0208_9.pdf>. Acesso em 4 Set. 2022.

TONINI, H. Vinhos, Turismo e Pluriatividade na Agricultura. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 2, p. 218-227, 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1700>>. Acesso em 4 Set. 2022.

O ESPETÁCULO 20 DE NOVEMBRO – POEMAS DE OLIVEIRA SILVEIRA E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

*Paola Verdun*⁵

*Tamára Cecília Karawejczyk Telles*⁶

*Lúcia Regina Lucas da Rosa*⁷

Introdução

O Dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – foi a data escolhida para lembrar a morte de Zumbi dos Palmares, uma das principais lideranças negras da história do nosso país. Por Consciência Negra compreende-se o conhecimento e a preservação da importância da cultura e da história dos negros mundialmente. Existiram vários movimentos a fim de denunciar o racismo no Brasil ao longo do século XX, os quais também lutavam pelo protagonismo negro representado por uma maior participação desta população nos âmbitos artísticos, intelectuais e políticos. É uma dessas manifestações culturais e artísticas ocorre através da dança afrobrasileira, expressão muito importante como transmissão e para a salvaguarda da ancestralidade negra.

Este trabalho tem o objetivo de propor uma articulação entre o Espetáculo 20 de Novembro – Poemas de Oliveira Silveira, realizado em Porto Alegre em 20 de dezembro de 2021, pela Híbrido Instituto de Arte e Cultura e o Dia da Consciência Negra como importante para a construção do patrimônio cultural brasileiro. Metodologicamente, optou-se por articular uma descrição do espetáculo com entrevistas concedidas pelos performers Mano Amaro e Thyago Cunha e algumas problematizações em torno da temática da consciência negra e sua importância.

A partir da próxima seção problematiza-se sobre ações e a legislação em favor do dia da consciência negra; depois descreve-se o Espetáculo 20 de novembro em articulação com as entrevistas e a importância desta data para a construção do patrimônio cultural brasileiro; e, por fim, tecem-se algumas considerações finais.

A dança afrobrasileira, o dia da consciência negra e o patrimônio cultural brasileiro

Uma de nossas maiores referências em dança afrobrasileira é a ex-bailarina do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Mercedes Baptista, nos anos de 1940 e 1950, que teve como base de sistematização de sua técnica os movimentos religiosos vivenciados no Candomblé de Joãozinho da Gomeia e no

5 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle; Mestra em Educação e Licenciada em Dança pela ULBRA; Professora de Dança, Pilates e Yôga. E-mail: <paola.202210698@unilasalle.edu.br>.

6 Pós Doutora pela ISEG/Lisboa/Portugal. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-coordenadora e professora/pesquisadora do PPG Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas, na linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão do Conhecimento, Mudança e Aprendizagem e docente no curso de Administração e Recursos Humanos do Unilasalle.

7 Doutora (2012) e Mestre (1996) em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, área de Literatura Brasileira, Especialização em Reconstruindo o ensino de língua e literatura pelo Centro Universitário La Salle (1998), Especialista em Docência universitária na contemporaneidade (2020) e em MBA em gestão de instituições de ensino superior (2017) pela UCS-RS e graduada (1988) em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS. Atualmente, coordenadora do curso de Letras na Universidade La Salle - Unilasalle, Canoas-RS, professora adjunta III no curso de Letras; professora e pesquisadora no PPG Memória Social e Bens Culturais na Unilasalle.

Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, onde iniciou trabalhos voltados à cultura negra (CARNEIRO; FILHO, 2020, p. 10). No Rio Grande do Sul a referência em Dança afro é a da Mestra Iara (Maria Iara Santos Deodoro), fundadora, junto a um coletivo de artistas negras/os, em 1974, do Grupo Afro-Sul de Música e Dança (GASMD), onde desenvolveu metodologias específicas para o ensino e criação em Dança Afro no contexto gaúcho (NETO, 2019). Assim como outras manifestações culturais de matriz afro, a dança também protagoniza manifestações em favor da consciência negra a partir de eventos e ações promovidas por diferentes comunidades afrodescendentes, assim como o Grupo Afro-Sul e outros atuantes no Rio Grande do Sul⁸. O artigo de Souza, Silva e Richter (2020) afirma que, atualmente, Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Rio de Janeiro já aprovaram leis que determinam o feriado em 20 de novembro em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Em nível municipal, no entanto, a data é feriado em menos de 15% dos municípios brasileiros, de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (p. 830), afirma o estudo.

Já o estudo de Zorzi (2020) afirma que a discussão sobre a implantação do feriado vem ocorrendo na maior parte dos estados brasileiros.

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados brasileiros a instituir o “Dia Estadual da Consciência Negra”, através da Lei nº 8.352, de 1987, ainda que não fosse um feriado. Com base nesse levantamento, nota-se que a discussão sobre a implantação do feriado de 20 de Novembro, ou da institucionalização da data em si, aconteceu em maior ou menor grau na maioria dos estados brasileiros. (ZORZI, 2020, p. 472).

Ao discutir sobre o dia da consciência negra como importante para a criação e construção do patrimônio cultural brasileiro, deparamo-nos com tensões entre os marcos históricos sobre o registro dos bens imateriais de um povo, previstos em legislação, e o que na prática encontramos ao nos dedicarmos a uma pesquisa. O decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2000), sendo um desses bens as manifestações e práticas culturais coletivas.

Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

O Jongo no Sudeste é uma das manifestações culturais afro-brasileiras e é o tema do 5º volume da série de dossiês sobre os bens culturais brasileiros de natureza imaterial registrados. (IPHAN, 2005).

Proclamado Patrimônio Cultural Brasileiro em novembro de 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o jongo foi registrado no Livro das Formas de Expressão. O registro teve como base a pesquisa desenvolvida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura

8 Também, em 1º de dezembro de 2021, foi aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro o projeto de lei que estabelece o dia 18 de agosto como Dia Municipal da Dança Afro-Brasileira, para preservar a ancestralidade e disponibilizar atividades culturais que valorizem essa expressão artística”. A data foi escolhida em homenagem à dançarina Mercedes Baptista. Fonte: Dia Municipal da Dança Afro-Brasileira é criado na cidade do Rio de Janeiro - Diário do Rio de Janeiro (diariodorio.com).

Popular, e teve como suporte a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais. (IPHAN, 2005, p. 11).

Mas embora tenhamos alguns avanços no que diz respeito a considerar a dança afrobrasileira como expressão importante para a construção do patrimônio cultural brasileiro, também temos alguns retrocessos. A UNESCO, o IPHAN e outros órgãos reconhecem esses bens imateriais como patrimônios importantes na preservação da cultura e identidade históricas afro, mas ao avançar nas pesquisas é possível notar outro movimento acontecendo.

As influências das matrizes africanas presentes na dança, culinária, saberes, musicalidade, artes cênicas e plásticas e no modo de vida, são parte da história do país, de modo que preservar esses bens de influência afro, é também preservar nossa cultura e identidade histórica. (CRESPIAL, 2017).

De acordo com

O Instituto do Patrimônio Histórico e nacional (IPHAN), protetor da cultura brasileira em seus tesouros edificados, na criatividade aplicada na arte, nos ofícios que se perpetuam, nos costumes e tradições, na história ancestral, trabalha fortemente pela preservação dos bens e da memória cultural dos afrodescendentes no Brasil. Essas ações tornam possível que as raízes do Patrimônio Cultural Brasileiro sejam lembradas e reverenciadas com a devida importância. (CRESPIAL, 2017).

No entanto, curiosamente, ao entrar no site do IPHAN indicado pelo CRESPIAL - Centro Regional, não se encontram mais os registros com as notícias e publicações sobre a importância do Dia da Consciência Negra para a construção do patrimônio cultural brasileiro, como é o caso mostrado abaixo:

Figura 1 – Notícia de 2017, do IPHAN, sobre o Dia da Consciência Negra

The image is a screenshot of the IPHAN website. At the top, there is a navigation bar with links for 'BRASIL', 'CORONAVÍRUS (COVID-19)', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Canais', and 'Id'. Below this is the IPHAN logo and a search bar. The main content area features a news article titled 'O Dia da Consciência Negra e o reconhecimento do Patrimônio' published on November 20, 2017. The article includes a photograph of a woman in traditional African attire and text discussing the importance of Black heritage and the role of IPHAN. A sidebar on the right lists various services and resources available on the site.

Fonte: <portal.iphan.gov.br>.

Ao clicar nos links indicados ocorre um erro e as páginas não mostram o conteúdo, o que leva a questionamentos bastante pertinentes para a contemporaneidade sobre um possível silenciamento acontecendo nos dias atuais em torno deste tema e da importância da participação afrodescendente na história do nosso país.

Esta é uma das razões por que se faz necessário propor articulações entre a temática da consciência negra e a apreciação de ações que acontecem em seu entorno, como é o exemplo do Espetáculo 20 de Novembro – Poemas de Oliveira Silveira, a ser exposto na próxima seção.

O espetáculo 20 de novembro – poemas de oliveira silveira

A ideia do espetáculo surgiu do professor de dança afro e performer Mano Amaro⁹, no início da pandemia da covid-19, após seu contato com pesquisadores que estudam o poeta Oliveira Silveira¹⁰ no Rio Grande do Sul. Enquanto em contato com a professora Sátira Machado, Mano, pelotense que mora na Bélgica há muitos anos, teve um sonho com o poeta, que lhe pedia um espetáculo. Desta ideia inicial surgiu o contato com outros pesquisadores, entre eles Thyago Cunha¹¹, também professor de dança afro e performer, gestor e idealizador da Híbridus Instituto de Arte e Cultura, em Porto Alegre.

A ideia básica para o trabalho nasceu do Mano, ele chegou pra mim, disse que sonhou com o Oliveira Silveira e eu abracei a ideia pra gente ir desenvolvendo um trabalho em cima do poema 20 de novembro. A performance acredito que foi algo assim muito natural e ao mesmo tempo sutil, de a gente vir dialogando, conversando e percebendo novos espaços, novos rumos e entendendo que esse trabalho deveria ser maior e aí viemos em cima de trazer outros poemas e escolher muito no sentir também os poemas que a gente tinha se aproximado. Eram doze (poemas), mas virou 7, quando vê vinham 8 e aí no final foram 9 poemas. Tem também o número simbólico em cima disso. Eu sugestionei a posição dos poemas e as energias que queria ilustrar dentro da performance. Começando com Bará finalizando com Oxalá. Também teve um propósito isso. (CUNHA, 2022¹²).

Entrei em contato com a Sátira, a gente ficou conversando um tempo, bem bacana o reencontro. E eu acho que através dessas conversas com a Sátira que eu tive um sonho com o Oliveira Silveira. E nesse sonho ele me pedia uma performance, um espetáculo em homenagem ao 20 de novembro, os 50 anos. Como eu conhecia o Oliveira Silveira, também fiquei com isso na cabeça e tal, bom, o que que eu faço? Como também, já na pandemia, eu tenho um amigo que me pediu para conversar com o filho dele, que estava precisando muito falar comigo, que é um rapaz que dançava, que estudava dança e tal. Bom, entrei em contato com esse rapaz, esse rapaz era o Thyago Cunha (risos). E foi muito bacana, porque também foi nesse período aí da pandemia que eu fiquei mais de um ano conversando com o Thyago sobre dança, da cultura negra gaúcha. E o Thyago pensa muito parecido comigo eu acho. Nossos trabalhos se encontram aí. E deu certo por isso. Então quando eu tive esse sonho, eu falei pra Sátira que tive o sonho, com o Oliveira Silveira, que eu queria fazer um espetáculo em homenagem a ele, e ela adorou e disse “Vamos ter que te trazer de qualquer forma! Tu vais ter que vir para fazer esta performance aqui!”. Só que aí eu falei pro Thyago isso, e eu não queria fazer sozinho, e perguntei se o Thyago topava, o Thyago topou. Então começamos a discutir com a Sátira. Pedi os poemas do Oliviera Silveira. E aí eu pedi 20 poemas, mas eram muitos! E aí dos 20 eu e o Thyago escolhemos 9. E ficaram esses 9 que nós fizemos a performance. Então foi daí que surgiu a performance, o espetáculo 20 de novembro e aí a gente foi trabalhando à distância, fizemos o teaser, eu e o Thyago. E as coreografias e fomos montando e nós conversamos muito. Todas as semanas nós nos falávamos no mínimo duas vezes por semana. (AMARO, 2022¹³).

9 Professor e performer de dança afro nascido em Pelotas e que hoje reside na Bélgica.

10 Oliveira Ferreira da Silveira, junto de Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, foi fundador do Grupo Palmares e da idealização do 20 de Novembro em 1971.

11 Professor e performer de dança afro, produtor cultural e fundador da Híbridus Instituto de Arte e Cultura.

12 Entrevista oral concedida por Thyago Cunha por whatsapp em janeiro de 2022.

13 Entrevista oral concedida por Mano Amaro por whatsapp em janeiro de 2022.

E então nasceu o Espetáculo 20 de novembro – Poemas de Oliveira Silveira, que foi criado em dois atos.

O primeiro Ato representa Exu. Ele é o primeiro elo entre o espiritual (*Orun*) e o físico (*Aiê*). É a passagem e o dono dos destinos e dos caminhos, é a ação e a primeira palavra proferida. *Larôie!*

O segundo ato representa a Oxalá, da paz, união e fraternidade entre os povos da terra e cosmo. Coordenador. Considerado o fim pacífico da vida. É a compreensão e a amizade dos entendimentos e dos fins dos mal entendidos. Determina o fim da vida. É o momento do desligamento do espiritual com o material. Se Bará é o início, Oxalá é o princípio do fim. Responsável pelo equilíbrio. Épa *Babá!* (PROGRAMA DO ESPETÁCULO).

A cena 1: **Das Nossas Palavras**, o início da performance, é executada em forma de scanner no público, onde o poema é sussurrado em seu ouvido. Na cena 2: **Modelo Cor Escura vai Passando**, o público é envolvido ao som do berimbau e o poema é falado em voz mecânica. Na cena 3: **Negro Chuliador**, os performers fazem referência ao gaúcho e ao negro. Na cena 4: **Negros do Sul**, há interação dos performers junto ao público em uma balada. Na cena 5: **Oferenda**, o cenário está rodeado de velas, alguidar e cabaça, numa simbologia de ritualística espiritualizada negra gaúcha (batuque).

Figura 2 – Cena 5: Oferenda



Fonte: Fernando Pires - 20 de dezembro de 2021.

Na cena 6: **Jongo**, o poema é cantado, musicalizado e dançado junto do público. Na cena 7: **Carnaval**, é realizado um cortejo de carnaval, também, junto ao público. Na cena 8: **20 de Novembro**, ambos os dançarinos, além de outros artistas¹⁴, estão em cena, envolvem a coreografia ao ambiente com cores fortes em tons vermelhos e azuis. A performance é dançada com o *alá*¹⁵ no chão, que depois é erguido pelos dançarinos em meio ao público e a performance continua embaixo. Ao toque do tambor (*ijexá*) calmo de Oxalá, um dos performers vai para o centro para iniciar um solo e nesse momento o pano cai lentamente sobre ele, para a performance do Oxalá velho. E na última cena, no escuro, o poema 9: **Transmissão** é narrado em forma de protesto numa voz firme. Todos finalizam a fala juntos: “Querem que a gente saiba que eles foram senhores e nós fomos escravos. Por isso te repito: eles foram senhores

14 O espetáculo ocorreu em formato híbrido, com a participação dos performers Mano Amaro e Thyago Cunha, sob a direção coreográfica de Cibele Sastre; do artista plástico Paulo Correa; e do músico Rodrigo Rodrigues, no Memorial do Rio Grande do Sul (MARGS), integrado à exposição “Palmares não é só um, são milhares: 50 anos do 20 de Novembro”, em cartaz no museu até dia 30 de maio de 2022.

15 O pano branco de Oxalá.

e nós fomos escravos. Eu disse fomos!”. A luz volta lentamente e a tela pintada é revelada pelo artista plástico¹⁶.

Pelo contexto em que nasceu este espetáculo, durante um período em que todos permanecíamos isolados em casa devido à pandemia da covid-19, em que retomávamos o contato com o nosso interior e nossas questões afetivas, retomando também o contato com entes queridos que estavam longe, pode-se dizer que esta é uma criação de alcance em dimensão ancestral.

Mas a performance tem algo muito especial que vocês puderam presenciar, que é uma energia espiritual, tanto eu quanto o Thyago, nós fizemos parte de uma vida espiritual de matriz africana, então isso estava bem visível no espetáculo, porque ele tem um cunho muito forte da espiritualidade e aí, claro, como o próprio Oliveira Silveira é um ancestral pra nós, o espetáculo ficou muito especial por isso também. E é isso. No início, a estrutura do espetáculo, quando eu sonhei, eu sonhei apenas com palavras, o espetáculo apenas com textos. Mas aí depois, no decorrer do tempo o Thyago foi falando muito comigo e aí ele falava muito em música e tal, e aí entra a música. E pensei numa música e quem convidar. Mas eu já estava pensando na música com aquela estrutura e aí eu só conheço quem poderia fazer isso, e era o Rodrigo (Rodrigues). Só que também pensei num artista plástico, aí pensei no Paulo (Correa), que é um amigo de infância também de Pelotas. E aí ficou com esse formato, do final que aconteceu todo o desenvolvimento do trabalho, nesse formato com 4 pessoas. Dois dançarinos, um músico e um artista plástico. (AMARO, 2022).

Então, encerro este texto com um trecho do texto do IPHAN, e a reflexão de que assim como temos o jongo do sudeste registrado em seu Livro das Formas de Expressão, ações como a deste espetáculo poderão tornar-se também exemplos de manifestações a serem registradas no Livro das Celebrações, por serem efetivamente consideradas para a preservação da cultura, da identidade e da ancestralidade negra e também como elementos da construção do patrimônio cultural do Brasil.

A linguagem figurada do jongo e o desafio através de enigmas relacionam-se com práticas africanas como o uso constante de provérbios e metáforas – que representam a palavra dos ancestrais – assim como os desafios em que se lançam enigmas, como foi registrado entre os povos bantus Tonga e N’gola. Outro traço do pensamento tradicional africano presente no jongo é a ideia de que a palavra proferida com intenção, e ritmada pelos tambores, põe em movimento forças latentes do mundo espiritual, fazendo acontecer coisas. Conta-se que os pontos dos jongueiros de outrora tinham o poder de fazer crescer bananeiras nos quintais. (IPHAN, 2005, p. 41).

Conclusão

Este texto teve como objetivo propor uma articulação entre o Espetáculo 20 de Novembro – Poemas de Oliveira Silveira, realizado em Porto Alegre em 20 de dezembro de 2021, pela Híbridus Instituto de Arte e Cultura e o Dia da Consciência negra como importante para a construção do patrimônio cultural brasileiro. Pretendeu-se articular uma descrição do Espetáculo 20 de novembro, ocorrido em dezembro do ano de 2021 com entrevistas orais concedidas pelos performers Mano Amaro e Thyago Cunha via whatsapp, em janeiro do ano de 2022, sobre o espetáculo, e algumas problematizações em torno da temática da consciência negra e sua importância.

Este espetáculo recebeu recentemente aprovação no Edital SEDAC nº 05/2022 - FAC Territórios Criativos, da Secretaria de Estado da Cultura, o que também mostra a importância de fomentarmos

16 O artista Paulo Correa, durante o espetáculo, executa a pintura do quadro com imagens de Oliveira Silveira e dos 50 anos do Dia da Consciência Negra.

ações que incentivem a manutenção, a preservação e o crescimento das comemorações alusivas ao Dia 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra em nosso país, como importantes para a construção do patrimônio cultural imaterial presente na expressão artística e cultural da dança afrobrasileira e na ancestralidade negra.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000.

CARNEIRO, J. P.; FILHO, J. A. S. A bailarina Mercedes Baptista: uma narrativa histórica que possibilita a compreensão e a importância das relações étnico-raciais na dimensão da dança no processo de construção identitária. **Gnarus Revista de História** – v. XI, n. 11, Outubro, 2020.

CRESPIAL – Centro Regional para la Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina bajo los auspicios de la UNESCO. **O Dia da Consciência Negra e o reconhecimento do Patrimônio – BRASIL**. 20 noviembre 2017. Disponível em: <<http://crespial.org>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

IPHAN. **Dossiê IPHAN 5 – Jongo no Sudeste**. Inventário Nacional de Referências Culturais e Elaboração do Dossiê para Registro do Jongo no Sudeste. Processo nº 01450005763/2004-43. 2005.

NETO, M. G. A. **Falar fazendo dança Afro-Gaúcha: ao encontro com mestra Iara**. **Dissertação**. (Mestrado). Programa de pós-graduação em Artes Cênicas do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Artes Cênicas. UFRGS. Porto Alegre, 2019. 192 fls.

SOUZA, V. A. de.; SILVA, M. V.; RICHTER, L. M. *Black Lives Matter!*: pelo reconhecimento da igualdade de direitos para a população afrodescendente. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 9, n. Especial, p. 830-836, nov. 2020 - ISSN 2238-8346.

ZORZI, J. A. Um feriado a Zumbi: a tentativa de reconhecimento do 20 de Novembro em Porto Alegre (2001-2003). **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB EM TEMPO DE HISTÓRIAS** | Brasília-DF | n. 36 | p. 469-487 | jan./jun. 2020. ISSN 2316-1191.

VII JORNADAS MERCOSUL

MEMÓRIA, AMBIENTE E PATRIMÔNIO



ISBN 978-655441038-0



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Realização:

UNIVERSIDADE
LaSalle

Apoio:


FAPERGS